

O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, “Rumo à vitória” (1949-1965)

João Manuel Martins Madeira

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários

à obtenção do grau de Doutor

em História Institucional e Política Contemporânea,

realizada sob a orientação científica

do Professor Doutor Fernando Rosas

MAIO, 2011



DECLARAÇÕES

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 16 de Maio de 2011

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O orientador,

Lisboa, 16 de Maio de 2011

*Aos homens e mulheres livres,
cuja entrega desinteressada e corajosa,
foi rasgo de águia
e nunca significou embotamento crítico*

AGRADECIMENTOS

No caudal das solidariedades, generosidades e reconhecimentos, o que aqui trago foi escorado nas palavras e nos gestos, nos ditos e não ditos de incentivo de muitos. Todos eles e elas sabem do que falo, não os conseguirei mencionar a todos nem esquecerei nenhum deles.

Quero começar por sublinhar a importância do papel desempenhado pelo meu orientador, Professor Doutor Fernando Rosas, pelas esclarecidas e pertinentes sugestões e correções que num espírito científico aberto sempre estimulou o curso da presente investigação, desde o projecto a esta forma final.

E não poderia deixar de mencionar a traço vincado os meus colegas do Instituto de História Contemporânea, em particular os que mais próximos de mim, pelo incentivo e pelo encorajamento, nos projectos e interesses científicos comuns, nos debates e trocas de opinião formais e informais; pelos materiais, informações e sugestões generosamente prestados; pelas solidariedades forjadas. Permitam-me, sem ignorar ou esquecer nenhum, que mencione o Luís Farinha, a Susana Martins, a Dulce Freire, a Judith Manyá, o Luís Trindade, a Ana Catarina Pinto, a Ana Sofia Ferreira, a Irene Pimentel, a Inácia Rezola.

Não esqueço as cumplicidades científicas com colegas do CEIS20 da Universidade de Coimbra, designadamente o António Pedro Pita, o Luís Costa Dias ou a Teresa Cascudo, bem como o José Neves, do ISCTE e, agora, da FCSH ou a Inês Fonseca do CEEP, também da FCSH.

Mas quero agradecer também aos meus colegas, companheiros e amigos, de distintas vivências e formações académicas, que ao longo de todo este longo tempo exerceram, com a sua curiosidade e o seu interesse, insubstituível e reconfortante incentivo.

Registo um particular agradecimento ao pessoal dos Arquivos por onde passei, da Torre do Tombo à Polícia Judiciária, da Academia das Ciências ao Arquivo Distrital de Lisboa, do PC de Espanha ao Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira. A

tensão com que alguns deles por vezes nos cruzámos foi sempre incapaz de se sobrepor ao zelo, à boa-vontade e ao profissionalismo que, em situações institucionais tantas vezes adversas, se traduziu na disponibilização, arquivisticamente temporã alguns casos até, de documentação de importância primordial.

Uma palavra de agradecimento especial aos actores históricos que aceitaram que os entrevistasse, muitos entretanto falecidos, que com maior ou menor desassombro evocaram tempos duros e sofridas situações quer narrando abertamente quer fazendo com que os seus silêncios ajudassem também a iluminar a História.

Destaco entre eles as figuras de Francisco Martins Rodrigues e de Manuel João da Palma Carlos, ambos falecidos, pela empatia (como evitar dizê-lo!) e pela fecundidade dos seus depoimentos lúcidos, críticos, corajosos, emotivos.

Por mais voltas que a vida dê, deixo um gesto grande de afecto a quem me acompanhou, e sobretudo me acompanha, em troços deste caminho, sempre de modo discreto, solidário, compreensivo e afável.

Uma palavra final de reconhecimento aos meus pais, com saudade do meu pai que já partiu e que, onde quer que esteja, se souber deste meu passo, não esconderá a sua enorme satisfação, porque ambos foram absolutamente decisivos na aparelhagem da embarcação que fui e sou nesta viagem.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E A GUERRA FRIA:

**“SECTARISMO”, “DESVIO DE DIREITA”, “RUMO À VITÓRIA”
(1949-1965)**

THE PORTUGUESE COMMUNIST PARTY AND THE COLD WAR:

**“SECTARISM”, “RIGHTWARD SHIFT”, “TOWARDS VICTORY”
(1949-1965)**

JOÃO MANUEL MARTINS MADEIRA

PALAVRAS-CHAVE

Centralismo Democrático, Clandestinidade, Comunismo, Democracia, Desvio de Direita, Guerra Fria, Estalinismo, Oposição, Salazarismo, Sectarismo, Transição

KEYWORDS:

Clandestineness, Cold War, Communism, Democracy, Democratic Centralism, Opposition, Rightward Shift, Salazarism, Sectarism, Stalinism, Transition

RESUMO

Entre a prisão de Álvaro Cunhal em 1949 e o triunfo formal das suas teses no VI Congresso do PCP, em 1965, o Partido Comunista Português viveu anos difíceis e flutuações de linha política, pontuadas por fortes debates e crises internas.

O acuo partidário dos primeiros anos cinquenta deu lugar, à sombra do XX Congresso do PCUS e de velhas e enquistadas concepções políticas, a um designado “desvio de direita” em que os fundamentos doutrinários – independência operária como esteio fundamental da política de alianças e via do levantamento nacional para o derrube do regime – tal como a concebera Álvaro Cunhal foi paulatinamente substituído.

Após a sua audaciosa fuga da prisão no início de 1960, Cunhal procederá à rectificação desse “desvio” e reporá a “linha do levantamento nacional” consubstanciada em termos doutrinários no “Rumo À Vitória”, documento fundamental que está na base do programa aprovado no Congresso de 1965.

Se o alinhamento internacional do PCP de subordinação ao centro do sistema soviético num clima internacional de Guerra Fria, com os seus ímpetus, abrandamentos e recomposições, exerceu impacto profundo nas orientações partidárias, sempre um veio nacional, bebido numa tradição cultural republicana radical e “desenvolvimentista” se lhe associou em tensão maior ou menor, mas permanente.

Porém, o Partido Comunista nunca perderia de vista, independentemente de flutuações, conjunturas e heranças culturais que as suas políticas com vista ao derrube do regime se subordinavam à disputa acesa pela hegemonia das oposições e por não ficar de fora de uma qualquer solução que se pudesse desenhar derrubado o regime.

O PCP foi nestes anos, por um lado, o resultado deste feixe tenso de forças que, por outro lado, frequentemente conflituaria ainda com a pulsão dos sectores partidários e sociais mais radicalizados.

Neste encadeamento de processos complexos e contraditórios, o PCP, vencido o enquistamento sectário e o seu lastro, sempre apostou mais no enquadramento das vozes e dos movimentos discordantes do que na sua anulação por exclusão e violência partidária, que também exerceu.

Mas, com efeito, o Partido Comunista nunca abandonaria significativamente a tradição estalinista que lhe foi matricial a partir da reorganização de 1940-41 e que lhe permitiu, escorado num conjunto de procedimentos de raiz centralizadora, hierarquizada e compartimentada, casados com uma rigorosa cultura de clandestinidade, resistir melhor ou pior, mas resistir, às sucessivas e constantes investidas policiais.

ABSTRACT

Between 1949, when Álvaro Cunhal was imprisoned, and 1965, in the 6th Congress of the Portuguese Communist Party, when the formal prevalence of his thesis materialised, the party lived hard years and drifts of political lines, characterised by intense debate as well as internal crises.

The fierce supporter of the early 1950s, Álvaro Cunhal – after the strong influence of the 20th Congress of the Soviet Union Communist Party as well as of old, very firm political concepts – became a rightward shift, who slowly had substituted the doctrinal foundations he, himself had conceived: of an independent working class both as the main basis of a policy of alliances and the way to the national rebellion to overthrow the regime.

After his audacious escape from prison at the beginning of the year 1960, Álvaro Cunhal would proceed to rectify that “deviation”: he would recover the “national rebellion line”, as it is synthesized into principles and theories in “Rumo à Vitória” (Towards Victory), a fundamental document which is the basis of the program approved in the Congress in 1965.

If it is a fact that the international alliance of the Portuguese Communist Party and the Soviet system – one of subordination in an international climate of ‘Cold War’, with impetus, decreases and recoveries – had a deep impact upon the party’s orientation,

there simultaneously existed a national principle – under major or minor tension, but always present –, both radical and based upon the conviction of development, which had been absorbed in a republican cultural tradition.

However, the Portuguese Communist Party, irrespective of its drifts, conjunctions and cultural heritage, would never lose sight of the idea that its policies to overthrow the regime were subordinated to the dispute for the hegemony of positions, in order not to be excluded from any solution after toppling the regime.

During all those years, the Portuguese Communist Party was the result of all these tense forces, on the one hand, which, on the other hand, would frequently collide with the pulse of the more radical party political and social sectors.

In this chain of very complex and contradictory processes, and after conquering its intolerant, hard factions, as well as their bases, the Portuguese Communist Party has always agreed to gather opposing tendencies rather than exclude them or use political harassment.

But, actually, the Portuguese Communist Party has never significantly abandoned its Stalinist tradition which was its framework since the party was restructured in 1940-41 and which allowed it – supported by a group of procedures of a centralised, hierarchised and compartmentalised character and bound to a thorough and strict culture of clandestine existence – to resist, the most appropriately they could, but resist, the continuous and constant police assaults.

ÍNDICE

Agradecimentos	5
Resumo	7
Introdução	13
1. O comunismo como objecto de estudo	13
2. Os métodos, as fontes e a bibliografia	28
3. O tema: unidades, plano e âmbito	40

PARTE I

PCP – Um novo partido

Capítulo 1

De quantos <i>partidos</i> se fez o Partido	45
1. Parto difícil para uma secção da Internacional Comunista	45
2. “ <i>é preciso que o PCP complete a sua bolchevização</i> ”	56
3. “ <i>A revolução exigia de nós uma mística total</i> ”	64
4. “ <i>Os camaradas não cumpriram as orientações dadas por nós</i> ”	73

Capítulo 2

A <i>reorganização</i>	88
1. Dois Partidos Comunistas em Portugal	88
2. A afirmação do novo PCP	99
3. “ <i>O combate final ao governo fascista de Salazar</i> ”	114

Capítulo 3

A “<i>Política de transição</i>” e “<i>o caminho para o derrubamento do fascismo</i>”	124
1. O Tarrafal e a “ <i>Política Nova</i> ”	124
2. O Tarrafal e a “ <i>Política de Transição</i> ”	130
3. O IV Congresso e “ <i>o caminho para o derrubamento do fascismo</i> ”	138

PARTE II

O PCP e a Guerra Fria

Capítulo 4

Tempos quentes de guerra fria	151
1. “ <i>Uma depressão temporária de lutas</i> ”	151
2. “ <i>Uma grande vitória política do nosso Partido</i> ”	171
3. O Movimento Nacional Democrático e o Movimento pela Defesa da Paz	184
4. “ <i>Unamo-nos em defesa da Paz</i> ”	199
5. “ <i>A unidade conduz à vitória</i> ”	217

Capítulo 5

O “desvio de direita”	241
1. A VI Reunião Plenária Ampliada do CC	241
2. “ <i>Mudam-se os tempos...</i> ”	258
3. “ <i>Como um velho realejo, repetindo, repetindo sem vibração profunda</i> ”	279
4. O V Congresso	298
5. “ <i>As massas estão a indicar-nos o caminho</i> ”	318
6. Um tempo de jornadas nacionais para a demissão de Salazar	346

Capítulo 6

Rumo ao “Rumo à Vitória”	382
1. A correcção do “desvio de direita”	382
2. Uma extensa revisão da actividade partidária	408
3. A questão colonial	434
4. As grandes jornadas de 1962	457

Capítulo 7

“Rumo à vitória”	497
1. A “cisão” de Martins Rodrigues	497
2. Um “ <i>erro de orientação</i> ” no 1º de Maio de 1964	518
3. O Partido, a Frente e o General	527
4. As eleições de 1965	546
5. “ <i>Rumo à Vitória</i> ” e ao VI Congresso	556

6. O VI Congresso	572
-------------------------	-----

PARTE III

O PCP: Dirigentes, Quadros e Militantes

Capítulo 8

Os comunistas I – A Direcção e os quadros	581
1. “ <i>uma formidável inovação de engenharia social</i> ”	581
2. O Comité Central	587
3. Os funcionários e a clandestinidade	622

Capítulo 9

O aparelho	665
1. As Casas do Partido	665
2. A imprensa	683
3. O “exterior” e o aparelho de fronteiras	710
4. As finanças	723

Capítulo 10

Os comunistas II – Os militantes	737
1. Os militantes	737
2. A organização e os quadros	748
3. A prisão: espectro e realidade	767
4. Para uma cultura militante	780
5. Aproximação à dinâmica e geografia da implantação partidária	791
a) A situação em 1948	792
b) Recuos orgânicos no início dos anos 50	798
c) Sinais de recuperação por meados da década	801
d) Dos anos difíceis de 1958-59 à correcção do “desvio anarco-liberal”	803
e) Repressão, denúncias e regressão organizativa	809

Conclusões	812
-------------------------	-----

Fontes e Bibliografia	827
------------------------------------	-----

Introdução

1. O comunismo como objecto de estudo

O comunismo tem sido foco de querelas maiores, fortemente polarizadas, frequentemente irredutíveis, que vêm atravessando as sociedades contemporâneas desde os alvares do século passado, afectando o discurso de intenção historiográfica por inflamada paixão.

Na História do comunismo, acumulam-se viscos que as marés do tempo trazem recorrentemente à praia, em que se digladiam desde construções militantes, autocentradas e autolegitimadoras, arrogando-se portadoras de um sentido exclusivo de verdade, a construções preconceituosamente anticomunistas, igualmente cegas, moldando o objecto a convicções apriorísticas; cedendo, em ambos os casos, a interpretações redutoras, porventura úteis de um ponto de vista instrumental, mas vincadamente simplificadoras e empobrecedoras do ponto de vista científico.

Porém, muito por isso ou a propósito disso, nem sempre os meios académicos têm chamado o objecto a si, invocando ou insinuando recorrentemente a proximidade temporal e o sopro que um tema tão marcado pelas paixões ateadas pelo tempo e pela vida exerceriam sobre o dever de objectividade em História, fazendo estremecer gerações de historiadores, mesmo que esses historiadores reajam assim, justamente em consequência e como reflexo pudico dessas mesmas paixões.

A entrada do comunismo no continente da História é, por isso, recente e levanta desafios tão estimulantes quanto temerários, pois nem sempre a produção historiográfica neste domínio tem conseguido deixar de reflectir o modo exacerbado como a paixão do tempo e as tensões desencadeadas se projectam na sua escrita.

Entre a prudente reserva quanto ao tema, invocado por uns o calor escaldante que dele continuaria a emanar, e as derivas de outros em que (i)legitimação política e História se enovelam, há um caminho que não enjeita a ideia do historiador e do seu ofício como filhos do seu tempo e indelevelmente tocados pelas paixões que o cruzam, mas suficientemente lúcidos para que a sua construção científica se opere com o distanciamento, o rigor e a humildade do que de precário e relativo todo o conhecimento, e o conhecimento histórico em particular, tem, num quadro permanentemente dinamizado pelo debate entre interpretações plurais.

A incorporação do comunismo como objecto científico no domínio da História não escapa, nem poderia escapar à polémica e ao arrolamento de escolas onde se reflectem pontos de vista e correntes interpretativas.

O debate historiográfico em democracia dificilmente o é sem implicar acuidade, tensão, disputa pela hegemonia interpretativa, porventura truculenta; mas exige a seriedade e a serenidade que o contexto académico, como o contexto cultural mais geral, lhe devem saudavelmente proporcionar.

Há mais de 30 anos, Jean-Paul Sartre questionava-se sobre a possibilidade de escrever sobre a História do Partido Comunista ¹. Entendia que para escrevê-la a partir de fora, por mais vasto que fosse o acervo documental de base, faltava ao historiador a experiência insubstituível só proporcionada pela vivência dos ambientes e dos acontecimentos; embora escrevê-la a partir de dentro arrastasse o constrangimento resultante da fidelidade e da submissão ao partido e às flutuações conjunturais das suas políticas; assim como escrevê-la num quadro de dissidência, acrescentava, trazia agarrado a si o fel do despeito e do ressentimento. Acompanhar este pessimismo só poderia significar que o esforço dessa escrita ficava como que suspenso e permanentemente adiado.

Hobsbawm, em contrapartida, interrogando-se sobre a possibilidade da escrita da revolução russa, responde “obviamente, sim”, mas acrescentando que: *“isso deixa em aberto a questão mais ampla: podemos algum dia escrever a história definitiva de alguma coisa – não apenas a história conforme vista hoje, ou em 1945, - inclusivé, é claro, da Revolução Russa? Neste caso em um sentido óbvio a resposta é não, a despeito do facto de que há uma realidade histórica objectiva, que os historiadores investigam, para estabelecer entre outras coisas, a diferença entre facto e ficção”* ².

É justamente nesta assunção da relatividade do conhecimento histórico que a História do Comunismo e dos Partidos Comunistas se tornou parte integrante da História do século XX, inteligível num horizonte contextualizante, no qual, todavia, não se dissolve, constituindo terreno de análise dotado de especificidades próprias, gerador de impactos extraordinários no devir do século XX, século “breve” e intenso, ocupando-o e marcando-o de modo indelével.

Ainda recorrendo a Eric Hobsbawm, a Revolução de Outubro representou “o

¹ Cf. Jean-Paul Sartre, **Prefácio** a Antonin Liehm, *Trois Generations*, Paris, Gallimard, 1970

² Eric Hobsbawm, **Podemos escrever a história da revolução russa?** [1996], in *Da História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 256

*mais formidável movimento revolucionário da história moderna (...) [cuja] expressão global não tem paralelo desde as conquistas do Islão no seu primeiro século”*³.

Na realidade, como já tivemos oportunidade de referir, a Revolução de Outubro de 1917 ao constituir um projecto revolucionário triunfante, foi acto fundador, que rapidamente ambicionou adquirir carácter universal, por via de um fortíssimo poder mobilizador, dotado de base social própria, alicerçado em fundamentos doutrinários e orgânicos sistematizados e codificados no período entre guerras e incorporando, desde logo, um veio estratégico nuclear baseado justamente na defesa incondicional da Rússia soviética e assim se projectando ao longo de todo o século.

O seu impacto e as suas repercussões derramando-se sobre toda a nossa contemporaneidade foram, por isso mesmo, imensos e duradouros, do ponto de vista da utopia e das esperanças colectivas que desfraldou, como das desilusões, dos dramas e dos impasses que o seu desenvolvimento e a sua aplicação concreta geraram⁴.

Todo um forte património genético permitiu em larga medida configurar a identidade de cada partido comunista, cuja história está, deste modo, e naturalmente, ligada de forma muito estreita ao Partido Comunista da União Soviética, à URSS e ao movimento comunista internacional.

Todavia, reduzir exclusivamente a acção de cada partido comunista à aplicação cega e seguidista de um conjunto de orientações e procedimentos meramente decalcados dos interesses, da vontade e da estratégia soviética, significaria anular o efeito das especificidades nacionais no processo de construção da identidade de cada um desses partidos, desprezando ou subestimando o papel das relações tecidas por cada segmento comunista com a sociedade em que se insere e em relação à qual necessariamente interage.

Por outro lado, a experiência histórica do comunismo tanto olhada globalmente como no universo de referência de cada partido comunista só apressada e superficialmente pode ser encarada como um movimento único, isento de contradições, divergências e dissidências, mesmo que o veio triunfante se afirmasse, por vezes com enorme violência e de modo demolidor sobre diferenças de concepção ou entendimento ou em relação a quaisquer tensões centrífugas.

É precisamente considerando esta realidade que são incontornáveis os contributos de incidência historizante de destacados protagonistas, vencedores ou

³ Eric Hobsbawm. *A Era dos Extremos*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 64

⁴ Cf. João Madeira, *O PCP e a validade universal da experiência soviética*, in *História*, Nova série, 2, Maio de 1998, p. 17

vencidos, no quadro do movimento comunista na alvorada do século XX, a começar pelo próprio Lenine, mas também Bukharine, Trotski, Lukács, Gramsci ou Rosa Luxemburgo. Os seus contributos, necessariamente plurais, mesmo que parcelares, frequentemente densos, pelo que de estimulante frequentemente carregam não merece corresponder tão só a uma corrente “*difícil de catalogar*”⁵, na expressão de Bruno Groppo e Bernard Pudal, como que esmagada entre legitimação, demonização e “cientificidade”.

As suas obras, como aliás a de outros excluídos ou auto-excluídos do sistema, designadamente no segundo pós-guerra, mesmo que num percurso de progressivo afastamento do marxismo, como Fernando Claudín ou François Fejtö, constituem obras clássicas⁶ de interpretação global e, simultaneamente, fontes para o estudo da história do comunismo ao nível da história política e das ideias políticas, bem como da evolução do pensamento de raiz marxista.

Por outro lado, a renovação do pensamento marxista ocorrida nos finais dos anos 60 e na década seguinte contribuiu com um expressivo conjunto de estudos e obras de carácter analítico sobre o comunismo, que a voragem do tempo e o processo de desagregação do bloco designado de socialista vieram desvalorizar e ofuscar num contexto ideológico dominante de inculcação do pensamento único e de fantásticas teorias sobre o fim da História.

Não obstante, foram-se desenhando correntes historiográficas dinâmicas em torno do comunismo, como em França e a partir da Universidade, com a tese de Annie Kriegel, de 1964, sobre as origens do comunismo em França⁷ e em particular desde o seu ensaio de intenção etnográfica sobre os comunistas franceses⁸, que permitiria configurar a corrente que em 1982 lança a revista *Communisme*.

A revista, de vincado enquadramento académico reunia sob a direcção de Kriegel um grupo alargado de jovens investigadores que nutriam em comum a disposição de construir uma história científica do comunismo, recusando uma historiografia de partido e os objectivos subjacentes.

Na sua fase inicial, destacava-se o interesse por aproximações de incidência sociológica, designadamente na análise das organizações partidárias de âmbito

⁵ Bruni Groppo e Bernard Pudal, *Une réalité multiple et controversée*, in *Le siècle des communismes* (Dir. de Michel Dreyfus, Bruno Groppo, Cláudio Ingerflom, Roland Lew, Claude Penetier, Bernard Pudal e Serge Wolikow), Paris, Éditions de L'Atelier, 2000, p. 20

⁶ Cf. François Fejtö, *As Democracias Populares*, 2 vols, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1975 (1969); Fernando Claudín, *A Crise do Movimento Comunista*, 2 vols, S. Paulo, Global Editora, 1986 (1970)

⁷ Annie Kriegel, *Aux origines du communisme français (1914-1920)*, 2 vols., Paris, La Haye, Mouton, 1964

⁸ Annie Kriegel, *Les Communistes français: essai d'ethnographie politique*, Paris, Seuil, 1968.

territorial, das estruturas de direcção intermédia, da expressão eleitoral ou da história política de períodos obscurecidos pelas visões mais hagiográficas e legitimadoras produzidas pelos partidos comunistas.

Ao longo de toda essa década, os investigadores que se reuniam à volta de *Communisme* evoluíram por percursos e áreas de interesse diferenciadas, abraçando campos de análise relacionados com a composição estrutural do discurso comunista, as representações prevalecentes na construção das memórias partidárias ou sobre as diferentes genealogias que desembocavam no Partido, fossem de natureza prosopográfica ou da “arqueologia” das ideias, das tendências e dos veios doutrinários.

De algum modo, esta abertura nos estudos sobre o comunismo verifica-se também nos EUA, como resposta ao relativo abrandamento que a Guerra Fria experimentava num quadro de abertura, e também de desagregação, da própria União Soviética, trazendo aos estudos nestas matérias temáticas sociais e políticas que estimulariam interpretações diferenciadas e em contradição com interpretações até aí dominantes na Academia americana, política e ideologicamente enquadradas num contexto acirrado de Guerra Fria.

Estes estudos, designadamente a propósito da apreciação histórica dos legados de Lenine e de Estaline, da análise das questões relacionadas com a colectivização da terra, da eficácia do Partido e do Estado na aplicação das suas políticas ou mesmo na análise da expressão e da função da violência do regime tornavam-se um reverso da corrente dominante e, como tal, tidos, do ponto de vista donde emergiam por diferenciação, como “revisionistas”

Mas, curiosamente, a implosão da União Soviética em vez de proporcionar o adensamento e o aprofundamento analítico e interpretativo fez antes reemergir novas formas de instrumentalização, agora predominantemente de sentido contrário.

A abertura dos arquivos soviéticos disponibilizando massas documentais imensas, suscitaram um intenso alvoroço, partilhado por historiadores e politólogos, mas também por jornalistas, com casos em que, cedendo num terreno resvaladiço, prevaleceu a avidez por grandes e retumbantes revelações saídas da poeira dos arquivos, principalmente dos arquivos soviéticos, toldando resultados, que nesse fulgor foram diluindo ou obscurecendo o carácter científico, alimentando a especulação ou guiando-se por interpretações meramente conspirativas e fulanizadas dos acontecimentos numa espécie de diabolização do comunismo assente na manipulação de fundos preconceitos de natureza política e ideológica.

No fundo, reatualizava, em bases novas, pois sobre a implosão do bloco dito socialista, de uma corrente antiga, estruturada principalmente no contexto da guerra fria, onde o paradigma explicativo desenhado a partir dos Estados Unidos da América assemelhava fascismo e comunismo como faces iguais do totalitarismo. Eram claros os seus objectivos políticos e ideológicos, beneficiando da já referida cobertura académica, como era o caso dos Estudos Russos na Hoover Institution.

Esta reorientação aguerrida reflectiu-se no campo académico. Logo em 1993, ainda em vida de Annie Kriegel, um importante conjunto de colaboradores da *Communisme* afastar-se-ia em divergência clara com a direcção de Stéphane Courtois, e dos seus mais próximos colaboradores, que promoverão a publicação do Livro Negro do Comunismo ⁹, onde se sustentam conceitos apriorizados, assentes numa sobrevalorização absoluta da violência na caracterização do comunismo e sua decorrente criminalização, bem como na identificação amalgamada e descontextualizada social, política e ideologicamente entre comunismo e fascismo.

Segundo Courtois, no estudo introdutório à obra, *“O nosso propósito não é fazer aqui uma qualquer espécie de macabra aritmética comparativa, nem uma contabilidade em partidas dobradas do horror, ou uma hierarquia da crueldade. Os factos são teimosos, no entanto, e mostram que os regimes comunistas cometeram crimes que afectaram cerca de cem milhões de pessoas, contra os cerca de 25 milhões de pessoas do nazismo. Esta simples verificação deve pelo menos incitar-nos a uma reflexão comparativa sobre a similitude entre o regime que foi considerado a partir de 1945 como o mais criminoso do século e um sistema comunista que conservou, até 1991, toda a sua legitimidade internacional, que ainda hoje está no poder em vários países e que continua a ter adeptos em todo o mundo”*¹⁰.

Naquele contexto histórico retomavam-se afinal, revigoradas, as teses que haviam controvertido a historiografia alemã a partir da tentativa de relativização do peso, ordem de grandeza e do próprio significado dos crimes do nazismo empreendida por Ernst Nolte, procurando explicá-los como reacção mecânica ao terror bolchevique¹¹.

A diferença, qualitativa, reconheçamo-lo, é que essa “retoma” se procurava basear na enorme massa documental que se abria a partir principalmente dos arquivos soviéticos, que levou, como já referimos, a que se falasse de revolução documental. E

⁹ Stéphane Courtois (Direcção de), **Livro Negro do Comunismo. Crimes, terror e repressão**, Lisboa, Quetzal, 1998

¹⁰ Stéphane Courtois, **Os crimes do comunismo**, *ob. cit.*, p. 31

¹¹ Cf. *Devant l'Histoire. Les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des Juifs par le regime nazi*, Paris, Éditions du Cerf, 1988 e Ernst Nolte, **La guerre civil européenne. 1917-1945**, Paris, Éditions des Syrtes, 2000

em boa medida era-o, atendendo às características do próprio centro comunista internacional que alimentava uma espécie do culto do documento – do relatório, do informe, do telegrama, da carta, do processo individual.

Porém, o enorme efeito exercido sobre este tipo de historiografia diminuiu a própria crítica da fonte, como se a verdade repousasse exclusivamente nos documentos que finalmente se abriam ao historiador, permitindo passar, segundo esse ponto de vista, de uma espécie de “pré-história” do comunismo à verdadeira e irrefutável história.

Deste modo, para muitos dos autores do *Livro Negro...*, tão poderoso fluxo documental vinha sobretudo confirmar um conjunto de juízos e asserções previamente estabelecidos, nem que para isso fosse necessário ajustar factos e acontecimentos, numa espécie de positivismo recauchutado em que, como já foi sublinhado, “*a partir de uma tomada de posição ideológica que permite contar de antemão com a resposta dada, se torne desnecessário que o investigador coloque verdadeiras questões*”¹².

É certo que no *Livro Negro...*, o ensaio de Stéphane Courtois suscitaria desde logo contestação quanto à ordem de grandeza dos “*crimes do comunismo*” por alguns dos próprios co-autores da obra, designadamente Nicolas Werth, para quem, além disso, a comparação entre nazismo e comunismo era desadequada, vincando as diferenças qualitativas entre ambos os regimes.

Werth, ainda que concordando com “*uma profunda similitude, uma espécie de núcleo duro dos totalitarismos*” comum ao nazismo e ao comunismo, distancia-se no entanto de Courtois, fundamentalmente quanto ao carácter desta comparação, o que tem implicações, evidentemente, ao nível quer do plano de incidência analítica em que se coloca quer quanto às próprias ferramentas metodológicas utilizadas. Para Nicolas Werth há “*uma tensão extrema no comunismo, e constante entre os vencidos do regime e os seus camaradas ‘ortodoxos’*. *Nunca se viram arrependidos do nazismo, antigos militantes nazis que criticassem ou tentassem reformar o sistema a partir de dentro. O nazismo, pelo contrário, é a adequação total da doutrina e da realidade. O comunismo é o divórcio entre a doutrina e a realidade*”¹³

Quanto a este aspecto, os argumentos de Werth não deixam de ser interessantes, porque descolando, demarcando-se, mesmo que parcialmente, da rigidez interpretativa dominante no *Livro Negro...*, reconhecendo implicitamente a importância de uma

¹² Elvira Concheiro Bórquez, *Los comunistas del siglo XX como movimiento revolucionario, fuerza de estado y corriente intelectual*, in Blazquez Graf, Norma, et.al., Jornadas Anuales de Investigación 2004, Mexico CEIICH-UNAM, 2005, p. 175

¹³ Nicolas Werth, *Communisme: L’heure du bilan*, in L’Histoire, 217, Janeiro de 1988, p. 8

análise contextualizada do comunismo, vem estabelecer, por outro lado, alguns laços com o grupo de historiadores que, em assumida oposição e divergência, virá a publicar a obra colectiva *Le Siècle des Communismes*¹⁴, coordenado por uma vasta equipa de historiadores franceses, entre os quais Claude Pannetier, Bernard Pudal ou Serge Wolikow.

A respectiva introdução, colectiva, começa justamente pela recusa de uma visão unilateral da história do comunismo, pois *“Se há pressuposto que esta obra gostaria de revogar sem margem para dúvidas – apesar de, como qualquer preconceito, ela conter a sua quota-parte de realidade – é o da unicidade daquilo a que se convencionou chamar «o» comunismo no século XX. Do passado de «uma» ilusão aos crimes «do» comunismo, o principal erro consiste na utilização acrítica do artigo singular e na vontade de reduzir, por consequência, o comunismo a «uma» propriedade fundamental (o crime de Estado, a utopia, uma religião secular, etc)”*¹⁵.

O que esta corrente nos tem trazido são olhares diferenciados sobre o Comunismo no contexto de múltiplas e distintas conjunturas, apontando para registos mais complexos, convocando níveis de interacção e procurando especificidades e identidades que permitam um quadro policromo, ainda que desenhado a partir de uma mesma matriz, de um mesmo tronco que se foi ramificando e adquirindo feições distintas. Daí o comunismo olhado no plural.

Há como que uma abordagem social do fenómeno, em sentido lato, traduzindo-se na preocupação de fazer interagir os diferentes níveis de integração histórica, designadamente o político, o social e o cultural.

É evidente que radica aqui uma outra recusa, que é a da supremacia do político na análise e na explicação históricas do comunismo, traço prevalecte na historiografia de esquerda até aos anos setenta do século passado, incluindo a que se colocava criticamente face às experiências históricas analisadas e se demarcava tanto dos pontos de vista apologeticos como dos pontos de vista preconceituosamente anticomunistas.

Mas era, sem dúvida, o importante contributo trazido por esta abordagem, pois vinha invocar a necessidade de distanciamento e objectividade, afastando-se do maniqueísmo analítico e interpretativo, ainda que tendesse, como também já assinalámos, a desvalorizar fora do quadro de análise justamente o contributo de militantes políticos, como Gramsci ou Trotsky, na leitura crítica, eminentemente

¹⁴ Michel Dreyfus, Bruno Groppo, Cláudio Ingerflom, Roland Lew, Claude Pannetier, Bernard Pudal e Serge Wolikow, *Le Siècle des Communismes*, Paris, Éditions de L’Atelier, 2000

¹⁵ *Ob. Cit.* [Edição Portuguesa], Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 9

política, do próprio processo tal como estava a ser vivido e como era, desse ponto de vista, olhado por esses e outros autores, eles próprios simultaneamente actores e analistas políticos e históricos.

Mas, no fundo, e de novo, o que parece acantonar-se na raiz desta necessidade de distanciamento e de objectividade, que o enquadramento académico sancionaria, é o apelo a uma espécie de vacina contra os efeitos nefastos das paixões do tempo sobre a investigação histórica, como que querendo colocar-se acima dessas paixões e não as assumindo no quadro do que de relativo e de plural todo o conhecimento histórico transporta.

Mesmo sem sustentar o primado do político, insistimos em sublinhar a importância desta instância numa equilibrada apreciação do comunismo, que foi sempre fundamental na configuração das diferentes experiências históricas, exercendo um efeito poderoso sobre as próprias dimensões sociais, culturais e económicas ainda que em função delas tenha, evidentemente, logrado adaptações e especificidades que não podem ser subestimadas.

Porém, a crítica à identificação simplificada e descontextualizada entre fascismo e comunismo no quadro dos totalitarismos prevalece como contribuição maior desta corrente ao debate travado na historiografia e no campo das ciências sociais em torno destas matérias, implicando todo um esforçado conjunto de desenvolvimentos ao nível da investigação, que permitiu que o conhecimento avançasse em domínios como a sociologia política e eleitoral, os estudos em torno da memória ou das representações políticas no quadro dos comunismos.

Por esta via, olha-se a acção dos comunistas na justa proporção em que nem reflectem exclusivamente as determinações do centro do sistema internacional nem constituem por si só resposta nacional às realidades sobre as quais actuam. Trata-se, por um lado, de perceber as dinâmicas e tensões internas, socialmente tecidas e, por outro, os laços estabelecidos com o centro do sistema de que não deixam nunca de ser parte integrante, por mais periférica que seja a sua posição nesse contexto.

A tensão que estas duas dimensões estabelecem entre si, constitui um veio fecundo de análise, que permite calibrar o modo como o comunismo se inscreveu nos diferentes espaços nacionais no curso do século que passou.

Essa inscrição não dispensa, por outro lado, a distinção entre o comunismo como utopia social e como prática concreta de poder de estado. Entroncando na grande tradição revolucionária contemporânea que protagonizou o combate contra as

desigualdades sociais e quis como que completar os desígnios incumpridos da Revolução francesa, o comunismo tornou-se ramo viçoso da árvore frondosa dos socialismos, enraizada no combate ao capitalismo. Mas, ao desembocar, após a Revolução de Outubro e em particular após a Segunda Guerra Mundial, em rudes e perversos sistemas de poder, se afastou, por vezes de modo dramático e repulsivo, da generosidade da utopia comunista, sonhada e perseguida por gerações de trabalhadores, de militantes e de revolucionários.

Nesta moldura, a historiografia nacional sobre os Partidos Comunistas reconhece o cruzamento destas duas dimensões, procurando reflectir quer os ritmos e pulsões que decorrem das especificidades dos processos históricos de cada país quer os laços de subordinação que os ligam ao centro do sistema, aspecto que decorrendo directamente do princípio da defesa da União Soviética como “pátria do socialismo” impôs uma lógica centrípa de funcionamento, com todas as implicações e tensões daí resultantes.

A sobrevalorização de qualquer destas dimensões restringe a amplitude de análise e diminui o alcance interpretativo, porque torna-se tão insuficiente estudar um partido comunista em si sem atender tanto à sua dinâmica e às suas tensões internas, como aos laços sociais que estabelece e, evidentemente, às relações internacionais de que é matricialmente enformado.

Em Portugal, os estudos sobre o comunismo mantêm, no entanto, um ritmo de desenvolvimento lento e modesto, reflectindo o atraso do mundo académico em relação à matéria.

Na verdade, é impossível estabelecer com outros países, designadamente europeus, como a França ou a Itália, qualquer esboço comparativo quanto ao desenvolvimento da investigação sobre o comunismo antes do mais por uma questão de escala que resulta do enorme atraso, de décadas, imposto pela ditadura, que cerceou e impediu que se desenvolvessem estudos não só sobre o comunismo, como sobre a própria História Contemporânea em geral, como se sabe.

Nem na sua fase final, com o marcelismo, o regime permitiu que se desenvolvessem estudos sobre o PCP, como não houve sequer estudos significativos numa perspectiva anticomunista.

Mas creio ser justo começar por referir o projecto de Manuel Villaverde Cabral, a partir do exílio francês, na esteira das preocupações suscitadas por essa original experiência que foi a publicação dos Cadernos de Circunstância entre 1967 e 1970. A

necessidade de conhecer a realidade portuguesa, de modo objectivo, concreto estendeu-se ao projecto, a que se juntou Fernando Medeiros, de ir à procura das origens da classe operária e das suas primeiras formações orgânicas, que se haviam como que sumido sob a hegemonia cultural duradoura do PCP, que impôs como versão dominante a sua visão e a sua representação da história do movimento operário, tratando de diminuir e desvalorizar os múltiplos veios que inclusivamente estiveram historicamente na sua própria origem.

*O operariado nas vésperas da República*¹⁶, *Portugal na Alvorada do século XX*¹⁷, de Manuel Villaverde Cabral, como *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*¹⁸, de Fernando Medeiros, publicados mais tarde, resultado desse esforço, constituem porventura a mais fecunda base em que assentam os nossos estudos operários, ainda que expressão de uma preocupação e de intenção vincadamente militantes.

Foi apenas através de brechas estreitas, em corajosas edições de autor enquadradas por novíssimas editoras, como a Afrontamento ou a Assírio & Alvim que se foram publicando antologias e ensaios de iniciativa voluntarista de jovens activistas da esquerda radical. Era “*uma geração de jovens marxistas ou de influência marxista, porém em ruptura ou à margem do PCP, como César Oliveira ou José Pacheco Pereira, que entram pela história do movimento operário, que a procuram escrever, procurando resgatar dos velhos jornais, de outra documentação conservada no estrangeiro, o não dito pela versão legitimada, “oficiosa” veiculada pelo próprio partido*”¹⁹.

*Questões do Movimento Operário e a Revolução Russa de 1917*²⁰, de Pacheco Pereira, editada em 1971 constitui, por isso, como que um marco novo nesta historiografia ainda tão balbuciante e incipiente.

A tradição de uma história militante, produzida pelo próprio PCP era igualmente inexistente, mesmo para o período fundacional, que não deixara qualquer tipo de continuadores depois de Bento Gonçalves²¹. A história militante, instrumental, continuará a ter, mesmo depois do 25 de Abril e até hoje, uma expressão muito débil e fragmentada, dada a determinação do próprio PCP em não escrever a sua própria

¹⁶ Manuel Villaverde Cabral, *O operariado nas vésperas da república (1909-1910)*, Lisboa, Presença/GIS, 1977

¹⁷ Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979

¹⁸ Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978

¹⁹ João Madeira, *Os novos remexedores da História*, in *Batalha pelo Conteúdo*, Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo, 2007, p. 330

²⁰ José Pacheco Pereira, *Questões do Movimento Operário e a Revolução Russa de 1917*, Porto, ed. Autor, 1971

²¹ Bento Gonçalves, *Palavras Necessárias*, Porto, Inova, 1974

história oficial.

Será precisamente em ruptura com o PCP que Francisco Martins Rodrigues publica desde a clandestinidade textos de intenção ou cariz histórico²², onde procura legitimar a ruptura política que protagonizava; aspecto que aprofunda já na prisão, em finais dos anos 60, através de um ensaio breve sobre a História do movimento operário²³, abrindo, no fundo, caminho aos escritos que vimos referindo desses anos e dos primeiros de 70, a que os seus autores procuravam, todavia, conferir suporte documental e maior densidade analítica.

Esta tendência prossegue pelos anos de 1974-76, com a publicação de um conjunto de textos à volta da história do PCP, incidindo em particular sobre os primeiros anos de vida do partido quer sobre ao anos 30, como o de César Oliveira²⁴, João Quintela²⁵ ou L. H. Afonso Manta, pseudónimo de Nuno Rebocho²⁶.

Ainda no final dos anos 70, Ramiro da Costa, pseudónimo de José Alexandre Magro, empreende uma primeira tentativa de síntese sobre a história do PCP²⁷, enquadrada, é certo, numa obra mais geral que pretendia abarcar todo o movimento operário, mas que não conseguirá escapar à visão militante genealógicamente filiada na tradição interpretativa aberta por Francisco Martins Rodrigues.

Mas será efectivamente a revista *Estudos sobre o Comunismo*, a constituir, como refere Pacheco Pereira, “a primeira revista dedicada ao estudo científico e histórico do comunismo português”²⁸. Na revista, com sete números publicados entre 1983 e 1986, reúnem-se historiadores vindos da esquerda radical, como Pacheco Pereira, Ramiro da Costa, António Moreira ou Fernando Rosas e outros como Manuel Sertório, um trotskista não alinhado de longo percurso político durante a ditadura, que o levava da antiga Juventude Socialista do segundo pós-guerra à FPLN de Argel.

No editorial do seu número inicial, estão efectivamente plasmados os respectivos objectivos: “A publicação de revistas de estudos sobre o comunismo, em particular a recente revista francesa *Communisme*, constituiu para nós um incentivo para lançarmos, com as adaptações e, principalmente, as limitações correspondentes

²² Cf. Por exemplo, *A unidade em 1944/49. Uma experiência acutal*, in *Revolução Popular*, 5, Julho de 1965, *Edição Completa 1964-65* (fac-símile), Lisboa, Voz do povo, s.d., pp 122-133

²³ Francisco Martins Rodrigues, *Elementos para a História do Movimento Operário Português*, s.l., s.e., s.d.

²⁴ César Oliveira, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, Lisboa, Seara Nova, 1975

²⁵ João G. P. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1. A construção do Partido (1º Período 1919-1929)*, Porto, Afrontamento, 1976

²⁶ L. H. Afonso Manta, *O 18 de Janeiro de 1934 e A Frente Popular Antifascista em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975 e 1976, respectivamente

²⁷ Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal 1820-1975*, 2º volume 1930-1975, Lisboa, Assírio & Alvim, 1979

²⁸ José Pacheco Pereira, *Enxofre*, in <http://alvarocunhalbio.blogspot.com/2006/01/jos-pacheco-pereira-enxofre.html>

às nossas possibilidades, um boletim destinado a estudar a experiência do comunismo português numa perspectiva ampla, interdisciplinar e comparativa. A análise histórica e sociológica, o estudo das mentalidades e do comportamento eleitoral, a ciência política e análise semântica e lexical do discurso comunista, todas as aproximações são bem-vindas”²⁹.

Deste ponto de vista e à escala do país, *Estudos sobre o Comunismo*, vinha impor-se como marco fundacional. O seu próprio corpo redactorial se em larga medida mantinha essa origem militante radical, abria-se metodologicamente, bebia em boa medida na influência da historiografia francesa sobre o comunismo, sem deixar de reflectir necessariamente uma pluralidade de sensibilidades que o tempo se encarregaria de diferenciar e clarificar.

Ficava, todavia, de fora do corpo da revista, João Arsénio Nunes, cujo percurso universitário lhe permitiria, sem enjeitar um quadro de proximidade militante com o Partido Comunista, contribuir nesta área com um importante conjunto de ensaios pelos anos oitenta e noventa, marcados pela seriedade, pelo rigor e pela consistência analítica³⁰.

Na primeira das obras de conjunto sobre a Oposição ao Estado Novo em Portugal³¹, Dawn L. Raby dedica uma parte significativa ao PCP, que vinha aliás desenvolvendo em ensaios anteriores desde meados dos anos 80³². A obra de Raby, com um distanciamento mitigado em relação à linha interpretativa introduzida por Francisco Martins Rodrigues, traz efectivamente de novo o recurso aos processos judiciais, permitindo-lhe carrear, ainda que limitadamente, um conjunto de documentação apensa, efectivamente nova, que havia sido apreendida e tornada matéria de prova.

Com enquadramento académico, Carlos Cunha, nos Estados Unidos, produz uma síntese da história do PCP³³, ainda que muito breve, superficial e assente apenas em fontes secundárias. Apesar da abertura do arquivo da PIDE e dos arquivos

²⁹ Editorial, in *Estudos sobre o Comunismo*, 0, Julho de 1983, p. 1

³⁰ Cf. por exemplo João Arsénio Nunes, *Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)*, in *Análise Social*, 67-68, 1981, pp 715-731; *La Formation de la Stratégie Antifasciste du Parti Communiste Portugais, 1926-1935*, in Mikhail Narinsky e Jürgen Rojahn (Edited by) *Centre na Periphery. The History of the Comintern in the Light of New Documents*, Amsterdam, International Institute of Social History, 1996, pp 218-2C6 ou *O Camarada René e a Juventude Comunista no princípio dos anos 30*, in António Dias Farinha, José Nunes Carreira e Vítor Serrão (Coordenação de), *Uma Vida em História. Estudos em Homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Editorial Caminho, 2001

³¹ David. L. Raby, *A Resistência Anti-fascista em Portugal 1941-1974*, Salamandra, Lisboa, 1990

³² Cf, designadamente, David L. Raby, O problema da Unidade Anti-Fascista: o PCP e a candidatura do General Humberto Delgado em 1958, in *Análise Social*, 72-74, 1982, pp 869-883 ou *A crise ideológica da Oposição: o PCP de 1949 a 1957*, in *O Estado Novo das Origens ao fim da Autarcia*, II, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp 47-58

³³ Carlos Cunha, *The Portuguese Communist Party's. Strategy for Power 1921-1986*, New York/London, Garland Publishing, Inc., 1992

soviéticos, em trabalhos mais recentes, Cunha mesmo quando orientado para as ligações do PCP ao movimento comunista internacional, tem, tanto quanto nos foi possível apurar, reflectido pouco a reactualização dos seus trabalhos à luz desses importantes arquivos³⁴.

Em trabalhos e intervenções parcelares, designadamente em obras colectivas, assinalam-se alguns capítulos e entradas que constituem interessantes ensaios de síntese, embora condicionados pela especificidade dos contextos editoriais em que se integravam. É o caso do volume VII da *História de Portugal*³⁵, do *Dicionário de História do Estado Novo*³⁶ ou dos volumes 7, 8 e 9 do *Dicionário de História de Portugal*³⁷.

Todavia, os anos 90 parecem ter de algum modo alterando a situação anterior, com a publicação de um conjunto de obras de referência no estudo sobre o comunismo em Portugal, designadamente em torno da História do PCP. São fundamentalmente, trabalhos de enquadramento académico e de incidência sectorial, quer reportando-se à clandestinidade³⁸, às relações entre os intelectuais e o Partido Comunista³⁹, ao PCP e à questão colonial⁴⁰, ao PCP no quadro do exílio político em França e Espanha no período entre-guerras⁴¹, a aspectos da história do PCP na perspectiva da repressão exercida pela PIDE/DGS⁴² ou, mais recentemente à questão do nacionalismo no Partido Comunista⁴³.

Também no domínio da Ciência Política e da Antropologia se realizaram incursões nestas matérias, como a colectânea de ensaios de Carlos Gaspar e Vasco Rato⁴⁴ ou as teses de Paula Godinho⁴⁵ e Inês Fonseca⁴⁶.

³⁴ Carlos Cunha, **Nacionalist or Internationalist? The Portuguese Communist Party's and the Communist International**, in Tim Rees and Andrew Thorpe (edited by), *International Communism and the Communist International 1919-43*, Manchester/New York, Manchester University Press, 1998, pp 168-186 e "Cat and Mouse: Conducting Research in a Russian Archive," in *Portuguese Studies Review*, V (2), Inverno - Primavera 1996-1997, pp 37-51

³⁵ Fernando Rosas, **História de Portugal** (Direcção de José Mattoso), Sétimo Volume, s.l., Círculo de Leitores, 1994

³⁶ Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Direcção de), **Dicionário de História do Estado Novo**, 2 volumes, s.l., Círculo de Leitores 1996

³⁷ António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coordenadores), **Dicionário de História de Portugal**, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999 e 2000

³⁸ Cf. José Pacheco Pereira, **A sombra. Estudo sobre a clandestinidade comunista**, Lisboa, Gradiva, 1993

³⁹ Cf. João Madeira, **Os Engenheiros de Almas. Os Intelectuais e o Partido Comunista**, Lisboa, Estampa, 1996

⁴⁰ Cf. Judith Manyà, **Le Parti Communiste Portugais et la question coloniale (1921-1974)**, Thèse de doctorat en Science politique, Bordéus, CEAN, 2004

⁴¹ Cf Ana Cristina Clímaco Pereira, **L'Éxil portugais en France et en Espagne. 1927-1940**, Thèse pour le doctorat de l'Université de Paris VII (Denis Diderot), mention Sciences Occidentales, Paris, GHSS, 1988

⁴² Cf. Irene Flunser Pimentel, **A história da PIDE**, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007

⁴³ Cf. José Neves, **Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no século XX**, Lisboa, Tinta da China, 2008

⁴⁴ Cf. Carlos Gaspar e Vasco Rato, **Rumo à Memória. Cróniucas da crise comunista**, Lisboa, Quetzal, 1992

⁴⁵ Cf. Paula Godinho, **Memórias da Resistência Rural no Sul**, Oeiras, Celta, 2001

⁴⁶ Cf. Inês Fonseca, **Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel. "Levávamos a foice logo p'ra mina"**, s.l., 100 Luz, 2007

A essas obras juntam-se ensaios e comunicações a colóquios ⁴⁷, a obras colectivas⁴⁸ ou a publicação em revistas, inclusivamente de divulgação como a *História*.

Mas, sem obras de síntese, sem uma história do PCP, nos últimos quinze anos, a publicação dos três primeiros volumes da biografia política de Álvaro Cunhal, de José Pacheco Pereira ⁴⁹ constituiu o que de mais se aproximou dessa perspectiva.

Oscilando entre o enunciado carácter biográfico e uma história do PCP, a procura de equilíbrio tendo-se revelado instável até ao momento, vem no entanto beneficiando este último aspecto, ao reequacionar e reescrever sobre uma intrincada trama de protagonistas, equilíbrios internos, tensões e contradições fortes, precisando factos, desmontando versões dadas como adquiridas, ensaiando a delimitação onde questões políticas e questiúnculas pessoais se misturam, onde pressões externas e dinâmicas internas conflituam.

Esse pendor menos biográfico vem-se adensando à medida que o seu percurso como dirigente clandestino do PCP se acentua, até pela própria carência de elementos documentais, para mais dessa estrita natureza.

Há, no entanto, apesar do alinhamento assumido de Pacheco Pereira em relação à corrente do *Livro Negro sobre o Comunismo*, bem expressa aliás no prefácio à edição portuguesa ⁵⁰, um distanciamento face a uma construção marcadamente apriorística, sem que daí resulte inocuidade ou esterilização de pontos de vista, ressaltando inclusivamente uma certa empatia com o esforço humano da geração de militantes, quadros e dirigentes e em particular do próprio biografado.

A grande questão que actualmente se coloca aos estudos sobre o comunismo assenta fundamentalmente na possibilidade e na capacidade de diversificar planos de abordagem, contextualizando e articulando as dimensões que o configuram e podem explicar. Tem sido justamente na seriedade, no rigor da utensilagem metodológica, e no esforço de distanciamento que se tem colocado o eixo da questão, sem intimidar nem constranger a liberdade do historiador tomar para si o conjunto de preceitos, o modelo ou a escola histórica que, do seu ponto de vista, melhor correspondem e se adequam ao lugar que socialmente tomou como seu.

⁴⁷ Cf. Colóquio *Mundo Rural, Transformações e resistências no século XX*, CEEP e IHC, Lisboa, 2000; *Colóquio Estaline em Portugal*, CH da FLL, Lisboa, 2003; *Congresso Internacional O Artista como Intelectual. No Centenário de Fernando Lopes Graça*, CEIS20, Coimbra, 2006 ou *Colóquio Oposições ao Estado Novo. História e Memórias*, CEIS20, Coimbra, 2008

⁴⁸ Cf. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira, (Coordenação de), *A transição falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editoria Notícias, 2004;

⁴⁹ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, 1. *1913-1941. «Daniel», o jovem revolucionário*; 2. *1941-1949. «Duarte», o dirigente clandestino*; 3. *1949-1960. O Prisioneiro*; Lisboa, Temas e Debates, 1999, 2001 e 2005, respectivamente

⁵⁰ Cf. José Pacheco Pereira, *Chamar ao negro negro, ao branco branco*, in Stéphane Courtois e tal., *O Livro Negro...*, pp 9-13

Esta heterogeneidade, mesmo antagonismo de pontos de vista, tem no campo da história, enquanto espaço de conhecimento numa sociedade aberta, um terreno de tensão e de debate dialecticamente fecundos.

Relatividade do conhecimento, pluralidade interpretativa e tensão no debate científico constituem por isso características a cruzar saudavelmente o campo da História, da História do Comunismo, também.

2. Os Métodos, as fontes e a bibliografia

A literatura de partido recorreu invariavelmente à *langue de bois*, um discurso codificado, cuidadosamente construído, pontuado por uma substantivação e por uma adjectivação próprias, evadido de intenções no domínio da propaganda e da agitação, que evidencia o que entende, mas que esconde o essencial do processo que levou até esse resultado, produto para ter um efeito intencionalmente mobilizador e multiplicador.

Durante muitos anos, as histórias sobre os partidos comunistas foram construídas a partir fundamentalmente da imprensa partidária e dos documentos publicados, bem como das memórias dos militantes.

Em Portugal, contudo, para o período da ditadura, o acesso a séries completas de imprensa clandestina tornou-se difícil, apesar de se tratar de documentação publicada. A colecção microfilmada da VI série do *Avante!* (1941-1974), órgão central do PCP, existente nos Reservados da Biblioteca Nacional, apesar de incompleta foi durante muito tempo o único acervo disponível de acesso público.

Só muito recentemente, em Março de 2008, foram colocados *on line* pelo PCP os 464 números da colecção completa da VI série ⁵¹, que abrange todo o período pós-“reorganização”, ainda que séries anteriores do órgão central do PCP já estivessem disponibilizadas nos sites do Instituto de Ciências Sociais e da Fundação Mário Soares.

Quanto a *O Militante*, o boletim de Organização, cuja III série se publicou também entre 1941 e 1974, a situação tornou-se ainda mais complicada, tendo sido necessário proceder à reprodução de praticamente toda a colecção, constituída por 182 números publicados, a partir dos apensos de diversos processos judiciais do Tribunal Plenário de Lisboa e dos exemplares depositados na Fundação Mário Soares.

Foi possível localizar no Arquivo da PIDE, um dossier oriundo presumivelmente do Gabinete Técnico, com uma colecção completa da publicação destinada às

⁵¹ Cf www.pcp.pt

funcionárias das casas clandestinas do PCP, cuja publicação se iniciou em Janeiro de 1946 sob o título *3 Páginas* e que se passou a designar *A Voz das Camaradas das Casas do Partido* a partir de Junho de 1956.

Reportamo-nos em particular a estes títulos, pela sua importância, ainda que outros mereçam ser igualmente considerados, não obstante acrescidas dificuldades de localização e de análise de conjunto, como são, designadamente, *O Camponês*, dirigido aos assalariados rurais do sul (122 números publicados entre 1946 e 1968), *O Corticeiro*, para os operários do sector da cortiça (44 números editados entre 1955 e 1967), *O Têxtil*, para o respectivo sector industrial (70 números entre 1956 e 1974), a Terra, dirigido aos camponeses do Norte e do Centro do País, (34 números entre 1949 e 1974)⁵², ou o boletim *Portugal/URSS*, com cinco números conhecidos publicados em 1958.

Já no que se refere aos panfletos e comunicados, a situação é de extensiva dispersão, pois não existem colecções completas, mas núcleos principalmente apenas a processos judiciais, constituindo por via disso conjuntos parcelares, correspondentes a períodos delimitados ou a conjunturas específicas.

Por outro lado, as memórias dos militantes, extravasando mais ou menos a circularidade do discurso político, ajuízam da posição e do ponto de vista dos seus autores. Tratam-se de representações sobre experiências de vida, invariavelmente construídas sobre um passado vivido e a partir do momento e das circunstâncias a partir das quais decidem operar esses trabalhos em volta da memória.

No caso dos dirigentes históricos do PCP, por exemplo, cujas memórias têm vindo a ser editadas pelas Edições *Avante!*, glosam na generalidade a versão oficial dos acontecimentos vividos e investem sobretudo em aspectos que sendo ser interessantes e de pormenor são pouco substantivos do ponto de vista do detalhe político ou incidem então, preferencialmente, na tortura e na vida prisional, tornando-se por vezes necessário perscrutar nas entrelinhas ou em passagens rápidas e quase inadvertidas.

Francisco Miguel, por exemplo, é autor de dois livros de memórias, que se publicaram em 1977 e em 1986, mas cuja narrativa sendo basicamente a mesma, vai sendo afeiçoada, sem que, ainda assim, sejam abordados aspectos de substância. Tendo, por exemplo, pertencido ao Comando Central da ARA, Acção Revolucionária Armada, organização armada impulsionada e dirigida pelo PCP, afirma no primeiro destes livros

⁵² CF J.M. [João Madeira], *Imprensa Comunista* in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, I, s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp 451-454

que “*Da ARA nada sei, mas posso dizer que estava de acordo com a sua orientação e com as suas acções...*”⁵³, enquanto que no segundo dos livros⁵⁴, publicado nove anos mais tarde, desaparecem mesmo todas as referências a esta actividade.

Mas, mais decepcionantes ainda, são as magras memórias publicadas por Joaquim Gomes⁵⁵, um dos principais dirigentes a partir dos anos 50, que se limita praticamente à narrativa de episódios desgarrados, que ilustrando aspectos da vida clandestina e da vida prisional, adiantam pouco em relação aos períodos em que teve um papel particularmente destacado, fosse no Porto nas eleições de 1958, em 1961-62 no processo de instalação da FPLN ou de novo no interior como responsável da Comissão Executiva nos últimos anos de ditadura, até ao 25 de Abril.

Num registo diferente, mas sem se afastar substancialmente deste padrão são as memórias de ex-dirigentes que se mantiveram sempre próximos do partido, como Alexandre Castanheira⁵⁶, membro da Comissão Executiva nos últimos anos 50 e na primeira metade da década seguinte, cujo registo enovela realidade e aparente ficção, numa espécie de cortina translúcida onde se percebe e insinua uma vida cheia, onde cabem as dimensões do afecto e os dramas pessoais cosendo-se com a actividade militante, embora cedendo pouco ao aprofundamento da experiência política concreta vivida.

Sobre o estado do partido e as divergências com Francisco Martins Rodrigues entre 1961 e 1963, por exemplo, Castanheira resume-as a meia dúzia de linhas cuidadosamente depuradas de densidade política e ideológica, como se de um fugaz incidente se tivesse tratado:

*(...) o CC decide criar uma Comissão Executiva do Comité Central, encarregada de dirigir a luta diária no interior do país. Formam-na Blanqui Teixeira, Martins Rodrigues e Alexandre Castanheira. É em casa deste, em Leça da Palmeira que a Comissão se reúne regularmente, e é aí que Francisco Martins começa a levantar problemas, com ideias sobre a Revolução chinesa, sobre a necessidade da luta armada, etc. Entende-se por isso como útil um encontro entre F. Martins e Cunhal”*⁵⁷

Alguns outros, tendo sido expulsos do PCP dele se reaproximaram depois do 25 de Abril, como Gilberto de Oliveira, ainda que eivado de um dorido ressentimento⁵⁸,

⁵³ Francisco Miguel, **Uma vida na Revolução**, Porto, A Opinião, 1977, p. 162

⁵⁴ Cf. Francisco Miguel, **Das prisões à liberdade** (Texto organizado por Fernando Correia), Lisboa, Edições Avante!, 1986

⁵⁵ Cf. Joaquim Gomes, **Estórias e emoções de uma vida de luta**, Lisboa, Edições Avante!, 2001

⁵⁶ Cf. Alexandre Castanheira, **Outrar-se ou a longa invenção de mim**, Porto, Campo das Letras, 2003

⁵⁷ **Idem**, p. 162

⁵⁸ Cf. Gilberto de Oliveira, **Memória viva do Tarrafal**, Lisboa, Edições Avante!, 1987

embora as memórias que deixou não avancem significativamente para além da sua prolongada passagem pelo campo de concentração do Tarrafal, deixando praticamente omissa todo o processo que conduziu à sua expulsão em 1952.

Dirigentes de primeira linha recusaram contudo escrever memórias. Sérgio Vilarigues, por exemplo, que desempenhou desde praticamente o seu regresso do Tarrafal, ainda em 1940, um papel destacado no processo de “reorganização”, manteve-se ininterruptamente no Comité Central e nos seus órgãos executivos; foi um apoiante e um colaborador muito próximo de Cunhal, cujas posições teria secundado mesmo sob a direcção de Júlio Fogaça. Todavia, praticamente nem uma palavra sobre a sua actividade, à parte escassas entrevistas ou artigos memorialísticos completamente enquadrados partidariamente.

Já no que se reporta a Álvaro Cunhal, conhecida a sua determinação em não escrever memórias, enveredaria por uma expressiva actividade literária, sob o pseudónimo de Manuel Tiago, onde, no entanto, se reflectiriam aspectos da sua experiência pessoal enquanto dirigente partidário, o que está bem patente em *Até amanhã, camaradas*, escrito na prisão, entre a Penitenciária de Lisboa e o Forte de Peniche, focando a riquíssima experiência vivida na conjuntura de guerra ⁵⁹, bem como em *A Casa de Eulália*⁶⁰, incidindo sobre o período em que passou por Espanha quando em 1936 deflagrou a guerra civil, ou noutros pequenos volumes de contos em que evoca aspectos relacionados com aspectos da vida partidária ⁶¹, o aparelho de fronteiras ⁶² ou a vida prisional ⁶³.

Tal como aliás refere numa pequena nota introdutória a uma destas obras:

“O essencial dos acontecimentos narrados, o fio de cada história (...) correspondem a experiências de homens e mulheres que as viveram na vida real. De muitos homens e mulheres. Uns hoje já mortos. Outros ainda vivos.

Apenas, porque escrever contos é literatura, porque escrever histórias não é fazer História, porque ficção é imaginação, fantasia e sonho, em cada um destes contos e em cada uma das personagens estão, presentes e fundidos num todo, casos, situações, características e experiências diversas.

Nenhuma das histórias foi assim tal e qual. Mas tudo o que se conta em cada conto aconteceu. Tudo nestes contos é ficção e tudo neles é realidade.

⁵⁹ Cf. Manuel Tiago, *Até Amanhã Camaradas*, Lisboa, Edições Avante!, 1975

⁶⁰ Cf. Manuel Tiago, *A Casa de Eulália*, Lisboa, Edições Avante!, 1997

⁶¹ Cf. Manuel Tiago, *Lutas e Vidas*, Lisboa, Edições Avante!, 2001.

⁶²; Cf. Manuel Tiago, *Cinco Dias, Cinco Noites* ou *Fronteiras*, Lisboa, Edições Avante!, 1975 e 1998

⁶³ Cf. Manuel Tiago, *A Estrela de Seis Pontas* ou *Sala 3 e outros Contos*, Lisboa, Edições Avante!, 1994 e 2001, respectivamente

*Assim, se o leitor se sentir tentado a acreditar que as coisas se passaram como são narradas, pode estar certo de que não se engana em relação à verdade histórica”*⁶⁴

É certo que o dirigente histórico do PCP produziu ainda importantes obras e textos de análise à experiência do partido, embora muito marcados por circunstancialismos conjunturais, como foi o caso da introdução à reedição dos materiais do IV Congresso do PCP, de 1946⁶⁵ ou, ainda antes, da obra *O Partido com paredes de vidro*⁶⁶, uma espécie de testamento político numa altura em que os anos começavam a pesar sobre si.

Não obstante, tomou em momentos concretos iniciativas que, incidindo sobre a experiência histórica do PCP, a queriam projectada no futuro como legitimação histórica da correcção doutrinária, empreendida afinal praticamente desde a refundação partidária de início dos anos 40. Logo em 1971, em artigo publicado na *Revista Internacional*, que se subintitulava *Revista dos partidos comunistas e operários*, abordava experiências de meio século de actividade do PCP”⁶⁷. Uns bons anos mais tarde, convidado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para proferir uma conferência no Seminário Para a História da Oposição ao Estado Novo do Curso de mestrado em História do Século XX, aceitou dissertar sobre o papel do PCP entre a “reorganização” e o 25 de Abril⁶⁸.

Interessante deste ponto de vista é a edição de duas intervenções proferidas pelo dirigente comunista numa reunião de quadros⁶⁹, que representam, ainda que de forma dispersa, quase episódica, a versão legitimada de um conjunto de aspectos da história e da vida do Partido Comunista, aqui e ali cirurgicamente revistas.

Aliás, a colecção em que se integra este pequeno opúsculo – *Cadernos de História do PCP*, como ainda nas edições *Avante!*, a colecção *Testemunhos*, reflectem justamente esta intenção do partido Comunista não escrever a sua própria história, pontuando-se apenas esse território com um conjunto de interpretações, assumidamente parcelares, mas *oficialmente* assumidas.

No entanto, ainda que igualmente publicadas nas Edições *Avante!*, as memórias

⁶⁴ Manuel Tiago, *Fronteiras...*, p. 9

⁶⁵ Cf. Álvaro Cunhal, *O IV Congresso do PCP visto 50 anos depois*, in *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo*. IV Congresso do Partido Comunista português, I Volume, Lisboa, Edições Avante!, 1997

⁶⁶ Cf. Álvaro Cunhal, *O Partido com paredes de vidro*, Lisboa, Edições Avante!, 1985 (5ª edição)

⁶⁷ Cf. Álvaro Cunhal, *Algumas Experiências de 50 anos de luta do PCP*, Lisboa, Edições Avante! 1975 [Artigo publicado na *Revista Internacional (Problemas da Paz e do Socialismo)*, 6, Junho de 1971]

⁶⁸ Cf. Álvaro Cunhal, *O Partido Comunista: da “Reorganização” dos anos 40 ao 25 de Abril*, Separata do “*Avante!*”, 956, 16 de Abril de 1992

⁶⁹ Cf. Álvaro Cunhal, *Duas intervenções*, Lisboa, edições Avante!, 1996

de Jaime Serra ⁷⁰ continuando a narrar episódios dispersos, “*páginas da luta clandestina*”, é mais incisivo que a generalidade das memórias de dirigentes e quadros que se mantiveram activos durante décadas. Para isso poderá ter contribuído um relativo abrandamento do secretismo partidário, que mesmo em democracia continuasse considerada uma das “regras de ouro” do PCP.

Objectivamente, parece haver aqui uma coincidência no tempo com a retirada de Álvaro Cunhal da actividade partidária de primeira linha e com o seu desaparecimento físico, depois; como que “libertando” alguns dos seus camaradas da ascendência e do ofuscamento que duradouramente exerceu sobre eles.

Com alguma surpresa, as edições Avante! reeditariam recentemente um manuscrito de José Magro, mantido em original durante muitos anos, onde os relatos da clandestinidade fogem, ainda que relativamente, à superficialidade generalizada ⁷¹. Isto está, porém, longe de significar que o secretismo tenha sido vencido. A contribuição dos militantes na primeira pessoa continua a ser essencialmente decepcionante, ainda que importante e incontornável num quadro compósito de fontes a utilizar.

Mesmo entre a generalidade dos ex-militantes, onde não abundam sequer muitas obras memorialísticas, a atitude não foi substancialmente diferente no que toca ao esclarecimento de aspectos, mesmo que estritamente vivenciais, da actividade partidária.

Cândida Ventura, a primeira mulher a ascender ao Comité Central depois da “reorganização”, onde se manteve por largos anos, com um percurso partidário complexo, publica já depois de abandonar o PCP em 1976 um dos primeiros testemunhos pessoais mas em que, do mesmo modo, os aspectos de essência política são aligeirados ou revestidos de uma retórica que ensombra as próprias circunstâncias factuais e políticas que viveu no seio do seu partido de tantos anos⁷².

Contudo, nalguns casos, houve quem vencesse esta espécie de atavismo e de modo mais ou menos pontual esclarecesse detalhes interessantes da vida partidária, que nos permite olhar de modo menos obscurecido o interior do PCP.

Mário Dionísio na sua breve autobiografia fornece elementos interessantes sobre a sua militância de intelectual comunista, bem como das circunstâncias em que acaba por se demitir do Partido ⁷³; do mesmo modo que Rui Perdigão, que discorrendo sobre a

⁷⁰ Cf. Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber... o que custou a Liberdade*, Lisboa, Edições Avante!, 2004 (2ª Edição, revista e aumentada)

⁷¹ José Magro, *Cartas da Clandestinidade*, Lisboa, Edições Avante!, 2007

⁷² Cf. Cândida Ventura, *O «Socialismo» que eu vivi. Testemunho de uma ex-dirigente do PCP*, Lisboa, O jornal, 1984

⁷³ Cf. Mário Dionísio, *Autobiografia*, Lisboa, O Jornal, 1987

sua passagem por importantes aparelhos de apoio ao Comité Central e, já no exílio, sobre a sua participação na Rádio Portugal Livre, faculta-nos aspectos interessantes sobre a elite partidária com quem conviveu de perto⁷⁴.

De carácter substancialmente diferente são as memórias infelizmente incompletas de Francisco Martins Rodrigues⁷⁵, que faleceu antes de as poder concluir, tendo sido apenas publicados alguns textos e registos de entrevistas.

A obra, porventura mais completa deste ponto de vista é de J.A. Silva Marques, publicada em 1976⁷⁶, onde as memórias da sua actividade militante se cruzam com uma análise arguta do que era, do seu ponto de vista, sociologicamente o PCP e da sua forma de funcionamento. Na realidade trata-se de uma abordagem muito pouco frequente, até pela altura em que é publicada, embora reflectindo a diversificada trajectória política que experimentou.

No entanto, os registos publicados, de feição memorialística ou autobiográfica foram directa ou indirectamente complementados com entrevistas a dirigentes e quadros do PCP, que desenvolveram actividade clandestina no círculo directo que desempenhou funções executivas e de controlo político durante o arco cronológico aqui considerado.

Foram em regra aplicadas entrevistas directas, semi-abertas, baseadas em guiões construídos em função do percurso partidário e do tempo próprio desse percurso.

Muitos desses dirigentes e quadros faleceram entretanto e no momento em que foram entrevistados fizeram prevalecer uma cultura de sigilo e de secretismo que tornou essas entrevistas pouco expressivas no que se reporta à substância de muitas das questões colocadas.

Mas, se as entrevistas são peças largamente deficitárias de informação, não estão completamente esvaziadas desse ponto de vista, tornando-se úteis fundamentalmente pelo pormenor que por vezes carregam entre longas respostas, como ainda pela linguagem não verbal que o ritmo do discurso permite, por vezes, possível reter.

Mas, para além destas razões e quanto mais não fosse, a entrevista permite colocar o historiador face a face com o agente histórico, com o protagonista vivo que labora em trabalhos da memória cuidadosamente filtrados pelo tempo, pela reconstrução legitimada do passado e pela tensão latente que deriva da posição em que é colocado no contexto da entrevista. A percepção que daí resulta, mesmo subjectivamente enformada,

⁷⁴ Cf. Rui Perdigão, **O PCP visto por dentro e por fora**, Lisboa, Fragmentos, 1988

⁷⁵ Cf. Francisco Martins Rodrigues, **Os anos do silêncio**, Lisboa, e **História de uma vida**, Dinossauro e Abrente Editora, 2008 e 2009, respectivamente

⁷⁶ Cf. J.A. Silva Marques, **Relatos da clandestinidade. O PCP visto por dentro**, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1976

não deixa de ser importante no processo de investigação histórica

A entrevista, com todos os constrangimentos e limitações inerentes, exigindo, como aliás todas as fontes históricas, um indispensável trabalho crítico, constitui uma peça insubstituível, e em boa medida incontornável, no quadro do esforço de reconstituição histórica, beneficiando da proximidade temporal das matérias e épocas em estudo e da possibilidade de tomar protagonistas e actores sociais como fonte histórica viva.

As circunstâncias ilegais da actividade desenvolvida pelo PCP, e por isso fortemente condicionada, com os seus dirigentes, os seus quadros e os seus militantes permanentemente perseguidos, acoitados pela acção dos aparelhos repressivos do regime, obrigavam ainda a que se contraísse a produção e conservação de documentação.

Ainda assim, puderam escapar à sanha policial espólios de quadros políticos opositores, alguns deles, porventura os mais extensos, conservados em longos períodos de exílio, integrando notas manuscritas tomadas em reuniões ou como sistematização de ideias, minutas de documentos a imprimir, bem como a correspondência, documentos que se têm vindo a revelar absolutamente fundamentais para uma leitura mais densa e aprofundada de processos referentes à actividade das Oposições e, ainda que na quase totalidade dos casos, não se tratem de militantes comunistas, permitem ver de outros ângulos e praticamente em cima dos acontecimentos, a própria actividade do PCP.

Neste sentido e deste ponto de vista tem sido particularmente importante e meritória a acção desenvolvida pela Fundação Mário Soares e pelo Centro de Documentação 25 de Abril.

Mesmo no que se refere a intelectuais que tiveram militância legal no Partido Comunista, nos seus espólios, predominantemente literários, a correspondência permite, a partir das relações de sociabilidade, perceber de modo mais detalhado aspectos significativos da sua actividade política. A acção do Centro de Documentação do Museu do Neo-Realismo em Vila Franca de Xira, como o Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, na Biblioteca Nacional tem sido a este nível notável.

Em clandestinidade, o PCP disporia de um arquivo central no interior do país, preservado e mantido em lugar cuidadosamente escolhido, tendo sido decidido fotografar toda essa documentação, trabalho que se teria iniciado em 1958, ficando um exemplar o interior e colocando outro fora do país, encontrando-se pelos vistos ambas

as cópias neste momento no arquivo central do PCP, uma das quais em boas condições

77

Por outro lado, apesar dos acidentes que levaram à prisão de um importante conjunto de dirigentes nos primeiros anos 60, com a transferência do Secretariado para o exterior, o arquivo desse órgão ficaria a salvo até ao 25 de Abril, a que se deverá juntar o arquivo da Rádio Portugal Livre, um importante repositório da vida partidária e das movimentações sociais no país.

Os materiais conservados no exterior, correspondentes a esse período, mas provavelmente muito mais amplos, configuravam um arquivo fundamental, para escrever a história do PCP. Alguns documentos e outros materiais que vêm sendo publicados de modo esparso e outros cedidos, mais recentemente ainda, para exposições atestam da importância desse arquivo central.

Todavia, o Arquivo do Partido Comunista Português continua completamente encerrado e inacessível, exceptuando-se cedências pontuais de documentos segundo critérios determinados evidentemente pelo próprio partido.

Na altura em que iniciámos a investigação nem sequer era possível consultar aí colecções completas de imprensa clandestina quanto mais documentação interna como relatórios, originais de informes e circulares ou autobiografias.

Objectivamente, ao proceder deste modo, o Partido Comunista parece querer condicionar fortemente a escrita da sua História, ao mesmo tempo que não evidencia qualquer intenção ou interesse em escrevê-la.

Neste quadro paradoxal, ainda assim, o PCP vem apodando de modo recorrente como falsos e tendenciosos os estudos que o tomam como objecto histórico, sem que contraponha argumentos documentalmente sustentados nem permita o acesso aos seus arquivos no sentido de corrigir interpretações insuficientes e precárias.

Extraordinariamente, as próprias circunstâncias repressivas, a feroz, sistemática e permanente perseguição de que o PCP foi alvo viriam a permitir desde há alguns anos o acesso a alguma dessa documentação interna, apreendida pela polícia, abertos ou semi-abertos que foram os arquivos políticos do Estado Novo.

Durante a clandestinidade, mesmo podendo haver uma espécie de arquivo central, não se tratava, evidentemente, de um arquivo operativo, mas mais de um depósito com objectivos de preservar documentação, havendo sim arquivos pessoais, na posse de cada um dos principais dirigentes.

⁷⁷ Cf. Margarida Tengarrinha, **Quadros da Memória**, Lisboa, edições Avante!, 2004, p. 71

Isso significa que se por acção repressiva um determinado dirigente era preso e a sua instalação clandestina assaltada sem que houvesse possibilidade de destruir o arquivo, como estava internamente determinado, a polícia apreendia um conjunto de documentação que podia ter efeitos demolidores gravíssimos.

Por várias vezes, o próprio PCP o reconheceu com todas as letras ⁷⁸. Isso é particularmente patente com a prisão de Octávio Pato em 1962, na altura membro do Secretariado do Comité Central no interior do país.

Pato é preso quando se dirigia a casa, a alguma distância, com a instalação e a sua movimentação já referenciadas pela polícia, o que permitiu à PIDE prendê-lo e ao mesmo tempo apreender todo o seu vasto arquivo.

Como sob tortura se recusasse a prestar declarações, essa documentação iria servir de matéria de prova no respectivo processo enviado ao Tribunal Plenário de Lisboa ⁷⁹, sob a forma de apensos, o que significa que o acesso ao referido processo permite o acesso a um repositório documental de enorme importância do ponto de vista da história do PCP. O mesmo se poderia dizer, ainda que com graus de importância distintos, dos processos de Álvaro Cunhal, em 1949 ⁸⁰ ou de Joaquim Pires Jorge, em 1961 ⁸¹.

Ainda assim, mesmo a avaliação deste tipo de documentação, particularmente a que se relaciona com dados organizativos referentes a números de militantes e simpatizantes ou de comités e células, tem, necessariamente, que ser considerada em função do modo indirecto em que podem ser aferidos, prevenindo-nos contra eventuais tendências de sobrevalorização, mesmo que produzidas e destinadas a consumo interno.

Estes processos, cuja cópia fica em arquivo na PIDE sem os respectivos apensos é naturalmente constituído por inúmeras peças de autos de perguntas que, no caso daqueles que prestam declarações, geram também abundante matéria de facto, mas de tipo e qualidade completamente distintas, pois enquanto na documentação apreendida se trata de documentação original, nos autos estamos em presença de informação construída, muitas vezes forjada ou recolhida invariavelmente sob violência.

O carácter de fiabilidade é por isso qualitativamente diferente. A míngua de informação leva tantas vezes a tomar essas declarações como dados substantivos sem que o sejam de todo, quer pela forma como foram conseguidos quer porque se podem

⁷⁸ Cf. **Resolução do Comité Central sobre a defesa conspirativa do Partido**, Dezembro de 1962, cicl.

⁷⁹ Cf. Arquivo Distrital de Lisboa, Tribunal Criminal de Lisboa, 2º Juízo Criminal **Processo 92/62**

⁸⁰ Cf. Idem, 3º J.C., **Processo 14499/49**

⁸¹ Cf. Idem, 4º J.C., **Processo 134/62 [44695]**

tratar de construções feitas pela própria polícia, forçando o preso a assinar os autos sob violência física ou psicológica.

Mas isto pode não significar a recusa absoluta a esses elementos que, como quaisquer outros, necessitam ser cruzados, contextualizados e referidos com o rigor e fiabilidade que possam merecer.

Na realidade, o arquivo da PIDE-DGS tem revelado parca documentação original emanada pelo próprio PCP, pois a componente de *inteligência* da polícia política do regime esteve sempre subdesenvolvida, em detrimento de uma componente preventiva e punitiva, tomada de modo individual, ainda que, no período considerado, tomando o PCP como principal objecto da sua própria actividade policial.

Os estudos policiais sobre o Partido Comunista são, por isso, pouco numerosos e de fraca qualidade e mesmo a documentação proveniente do Gabinete Técnico da PIDE não consegue escapar a essa lógica basicamente individual.

No quadro dos arquivos políticos do Antigo Regime, o Arquivo da Legião permanece como território arquivístico praticamente inexplorado, dado o atraso na sua organização e disponibilização, a que nem a recente colocação do inventário na área de referência da Torre do Tombo consegue obstar de modo significativo. Todavia, alguns dos mais interessantes estudos sobre o PCP realizados a partir de dentro do regime foram elaborados pelo menos nos anos 50, pela Direcção dos Serviços Culturais da Junta Central da Legião Portuguesa⁸².

Outros arquivos, como o Arquivo Salazar, fornecem também elementos de interesse, designadamente informações quanto a prisões, situação de alguns dirigentes comunistas presos, relatórios e outra informação ainda que com características bastante mais filtradas, dada a sua própria especificidade, mais útil na perspectiva do cruzamento de dados.

Por outro lado, a situação dos arquivos soviéticos não se tornou particularmente propícia para o período cronológico considerado, correspondente aos últimos anos de existência do Kominform e à situação da Secção Internacional do CC do PCUS. Na realidade, foi o arquivo do Komintern que contribuiu em particular para a “revolução documental” verificada após a implosão da URSS, tendo-se, ainda assim, compulsado desse período os materiais depositados no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, bem como um importante conjunto de materiais referente ao processo de

⁸² Cf. **Alguns Elementos para a História do PCP, O PCP e a Juventude** ou **Elementos sobre a organização do Partido Comunista Português**, in Legião Portuguesa, Direcção dos Serviços Culturais da Junta Central, Boletim de Informação (Actividades Comunistas), Suplementos n.ºs 11, fascículo II; 13, fascículo I e 16, Lisboa, 1956, 1956 e 1958, respectivamente

reatamento das relações do PCP com o movimento comunista internacional, empreendido por Álvaro Cunhal em 1947 e que nos foram facultados por José Milhazes.

A documentação desta proveniência referente ao período posterior permanece assim no essencial por explorar ⁸³, constituindo um veio de investigação seguramente fecundo para o prosseguimento dos estudos neste âmbito.

Foi ainda consultado o arquivo do Partido Comunista Espanhol, dada a proximidade geográfica e cultural e as relações próximas e expressivas que manteve com o PCP nos anos 50 e 60. Apesar de abertos, não pudemos no que se reporta ao PCF, consultar os fundos da suas secções internacional e de imigração, por não se encontrarem disponíveis ao tempo da investigação.

3. O tema: unidades, plano e âmbito

O quadro que rapidamente se configurou quando cessou o troar das armas e se encerrou o segundo conflito mundial, assentou no desmantelamento do bloco Aliado que saíra vencedor desse conflito. A célebre afirmação de Winston Churchill proclamada em Fulton, logo em 1946 – “*Desde Stettin, no mar Báltico, até Trieste, no mar Adriático, caiu sobre o continente europeu uma cortina de ferro*” pontua um separar de mundos em tensão, polarizado entre o campo dos EUA e o campo da União Soviética, marcando durante décadas a cadência do mundo.

Do lado ocidental desta linha de demarcação, na Europa capitalista, partidos comunistas alinhados com a União Soviética adoptaram univocamente um modelo orgânico que se reclamava leninismo, afeiçoando a interpretação do conceito de luta de classes às realidades nacionais sobre as quais intervinham, o que levaria aliás Hobsbawm a assinalar que “*Os Estados e os movimentos marxistas tendem a se tornar nacionais não apenas na forma, mas em substância...*”⁸⁴, exprimindo no fundo essa tensão permanente entre um fidelizado alinhamento internacional e a afirmação de uma representação, nem sempre meramente instrumental, dos interesses nacionais.

Com este duradouro quadro de base, dissolvida já a Internacional Comunista, detemo-nos no período da história europeia e mundial do século XX, genericamente designado de guerra fria, tomando o Partido Comunista Português como objecto de

⁸³ Cf. Karel Bartosek, *Les Aveux des Archives. Prague-Paris-Prague, 1948-1968*, Paris, Seuil, 1996 ou Valério Riva, *Oro da Mosca*, Milão, Oscar Storia/Mondadori, 2002, com referências esparsas ao PCP

⁸⁴ Cit. por José Neves, *Comunismo e nacionalismo em Portugal*, Lisboa, Tinta da China, 2008, p. 30

estudo.

O enquadramento cronológico fixado toma como ponto de partida o ano de 1949, marcado pela prisão de Álvaro Cunhal (25 de Março) e, ainda antes, pelas eleições presidenciais (13 de Fevereiro) que assinalam o duradouro esboroamento da unidade antifascista construída na conjuntura de guerra em torno do MUNAF e do MUD. De algum modo, estes dois acontecimentos ocorridos em 1949, encerram um ciclo político na história do PCP.

Considerou-se, por outro lado, como ponto de chegada, o ano de 1965, ano em que se realiza o VI Congresso do PCP em Kiev, na União Soviética, que institui formalmente um novo programa do partido, encerrando o longo processo de reafirmação e restabelecimento da orientação política sustentada por Álvaro Cunhal desde a sua fuga do forte de Peniche.

Ainda que o ano de 1965 esteja longe de encerrar a conjuntura internacional de guerra fria, o consulado soviético de Krutchov e mesmo os reajustamentos e inflexões a que Brejnev procedeu, fazem da sua política uma realidade diferente do estalinismo de dez anos antes, apesar do policentrismo suscitado pelo XX Congresso do PCUS se afogasse com a entrada dos tanques em Budapeste e que o dissídio sino-soviético se aprofundasse irremediavelmente.

Internamente, o próprio quadro político mudava, ainda que lentamente, no seio das oposições. A partir de 1965, sobretudo de 1968, é certo, desenvolve-se um processo de recomposição por efeito da dissidência de Martins Rodrigues com o PCP, por mais inexpressiva que tivesse sido de um ponto de vista orgânico ou por mais débeis que fossem os novos grupos e agrupamentos em gestação.

É neste entendimento que tomamos 1965 como baliza operativa.

Todavia, entre 1949 e 1965, o PCP viveu o período de maior instabilidade depois da “reorganização” de 1940-41. À prisão de Cunhal e à quase destruição, entre 1949 e 1952, da estrutura dirigente e do aparelho clandestino, sob o impacto da fase mais agressiva e sectária da guerra fria, o PCP viveria sob o signo do sectarismo.

A reemergência de Júlio Fogaça, politicamente vencido no IV Congresso de 1946 com a derrota da “Política de Transição”, mas impondo-se pelas suas capacidades face ao que era a elite dirigente do tempo, conduziria à reconfiguração paulatina de um corpo de ideias, propostas e orientações que, acalentado por relações estreitas com a “geração dos jovens” que assumira a liderança do PC de Espanha e sob o impacto do XX Congresso do PC da União Soviética, inflectiria a orientação partidária num sentido

que foi denominado de “*desvio de direita*”, expresso no V Congresso do PCP e no programa aí aprovado, que se manteria até à fuga de Cunhal do forte de Peniche nos primeiros dias de 1960.

O processo de rectificação política empreendido por Álvaro Cunhal desde então, que ficaria conhecido como “*correção do desvio de direita*” culminaria com a aprovação de um novo programa partidário no VI Congresso, de 1965, que assentava sobre um prolongado processo de inflexão tanto política como orgânica, densamente sintetizado no relatório *Rumo à Vitória*, apresentado à Reunião do Comité Central de Abril de 1964.

“*Sectarismo*”, “*desvio de direita*” e “*Rumo à Vitória*” constituem por isso mesmo as três grandes fases políticas por que o PCP passou nesses 16 intensos anos de vida partidária, que, desdobrando-se em quatro capítulos, configuram as três principais unidades analíticas e interpretativas do período aqui considerado, em que se organiza o núcleo central do estudo que se apresenta e que corresponde a toda a sua Parte II.

Todavia, se essa instabilidade política corresponde em boa medida às diferentes circunstâncias e conjunturas internas e externas, procuram-se vislumbrar antecedentes, raízes, tradições na história do PCP que de algum modo possam ajudar a compreender melhor essa situação.

É nesse sentido que se consagra a parte inicial aos três grandes momentos anteriores da história do partido, onde se plasman grandes tendências contraditórias e em maior ou menor tensão interna:

Um período inicial, de forte indefinição e fluidez doutrinária e ideológica, fortemente marcada pela tradição anarco-sindicalista do pessoal político que esteve na sua origem, que nem a interferência directa da Internacional Comunista conseguiria ultrapassar;

Em seguida, a reorganização de 1929 e a dureza dos anos 30 que conduziria a uma situação complexa, de tensão com a própria Internacional, de forte debilidade em virtude das sucessivas vagas repressivas e à gestação sobretudo a partir do núcleo dirigente deportado no campo de concentração do Tarrafal, de um segundo movimento dito de reorganização, mas na realidade de refundação, pautado inclusivamente pela existência de dois Partidos Comunistas em Portugal.

Finalmente, a progressiva hegemonização do movimento comunista pela corrente “reorganizadora” encabeçada por Álvaro Cunhal, que conduz o PCP ao período de maior influência política, social e cultural e de maior crescimento orgânico em toda a

sua história de vida clandestina; ao mesmo tempo que no seu seio, e de novo fundamentalmente a partir do Tarrafal, se gera uma corrente defensora de um corpo de ideias e propostas designadas de “Política de Transição”, que conduz a um importante enfrentamento interno em 1946, no IV Congresso.

Todavia, entendeu-se que o corpo temático da dissertação justificava a inclusão de aspectos de organização e vida interna do PCP, fundamentais na concepção prevalecente de partido, porque invariavelmente tidos como o principal suporte subjectivo da justeza e da capacidade de implementação das sucessivas consignas e orientações estabelecidas.

Reportamo-nos ao conjunto de procedimentos e normas de funcionamento clandestino, bem como o pessoal político que constituiu a sua elite dirigente e o corpo de funcionários bem como o aparelho partidário, designadamente ao nível da imprensa, da logística clandestina – casas, pontos de apoio, transportes – e das condições materiais que o tornaram possível.

Mas reportamo-nos ainda às gerações de militantes, simpatizantes e amigos, que constituíram a seiva generosa que deu vida e incessantemente alimentou o Partido Comunista, que enfrentaram a sanha repressiva, as prepotências laborais, as perseguições e agruras de toda a ordem, dando corajosamente a cara, o corpo e por vezes a própria saúde e a vida.

Esta pretende ser uma abordagem à história do PCP, necessariamente parcial quer pelo âmbito cronológico quer pelas dimensões consideradas, que deixa de fora aspectos sectoriais fundamentais, nomeadamente a dimensão internacional, que outros estudos expectavelmente desenvolverão, confirmando, infirmando, aprofundando as perspectivas que aqui se sustentam, na convicção de que se toma um ponto de vista entre múltiplos pontos de vista possíveis, contributo entre outros contributos para uma história que dialecticamente se constrói.

PARTE I
PCP – Um novo partido

Capítulo 1.

De quantos partidos se fez o partido

1. Parto difícil para uma secção da Internacional Comunista

Os ventos que traziam notícias da Revolução de 1917 na velha Rússia entusiasmasavam o movimento operário. Anarquistas de várias famílias e inspirações, sindicalistas revolucionários, socialistas, viam, cada qual a seu modo, esse grande acontecimento e afeiçoavam-no ao seu ideário, às suas esperanças e aos seus propósitos.

Mas são sindicalistas revolucionários que vão fundar, em Setembro de 1919, a Federação Maximalista Portuguesa. Vêm dos sectores mais radicais do movimento operário, mas não estão obstinados na criação de uma organização exclusivamente proletária, como aspirava a Confederação Geral do Trabalho, também constituída nesse ano.

Bafejados pela revolução russa, reuniam-se na Federação Maximalista os que não se conformavam com os impasses e as limitações da acção sindicalista tradicional, que a conjuntura do primeiro desenhara. O agravamento das condições de vida, potenciando objectivamente a ampliação e a radicalização do movimento social, traduzira-se, ainda em 1917, num importante surto de greves ou em movimentos de assalto a depósitos de géneros e mercearias. No entanto, esses movimentos não se conseguiriam unificar, adquirir dimensão nacional articulada e carácter abertamente político, tendo-se gorado a ensaiada tentativa de greve geral de Novembro de 1918, mesmo que preparada desde meses antes e mesmo que expressivos sectores e regiões tivessem aderido.

Através do exemplo da revolução soviética era a via insurreccional que a Federação Maximalista Portuguesa proclamava, batalhando para que o exemplo dessa revolução longínqua se repetisse no país.

Embora vagos e difusos, os ecos dessa revolução eram suficientemente empolgantes e mobilizadores. Tanto assim que a designação de maximalista fora escolhida porque “*depois de um largo debate chegou-se à conclusão que bolchevismo queria dizer: revolução levada ao máximo*”⁸⁵.

⁸⁵ Bento Gonçalves, *Palavras necessárias*, Inova, Porto, 1974, p. 40

A consistência ideológica dos seus mentores era pouca e a que tinham, haviam-na herdado da matriz sindicalista, da qual estavam ainda longe de se terem libertado, para poderem ter abraçado a doutrina e as concepções então dominantes no partido de Lenine. Aliás, uma significativa *Declaração de Princípios* publicada no segundo número do *Bandeira Vermelha* afirmava:

*“Para evitar mal entendidos da parte de muitos camaradas que podem supor que os revolucionários portugueses que se dizem bolchevistas fizeram quaisquer restrições nos seus ideais avançados, se torna público que todos os componentes da Federação Maximalista Portuguesa e seus conselhos são em princípio anarquistas e sindicalistas revolucionários, adoptando contudo a designação de bolchevistas, comunistas, maximalistas, ou soviéticos (...). Consigne-se porém que todo o indivíduo que em Portugal se declare bolchevista é anarquista ou sindicalista revolucionário”*⁸⁶

Todavia, grosso da corrente anarquista e sindicalista cedo se posicionaria contra a revolução soviética, fosse porque o processo revolucionário era conduzido por um partido, porque se começavam a levantar interrogações quanto ao destino de alguns anarquistas russos ou porque recusassem o conceito de ditadura do proletariado.

A nova organização propagandeando com entusiasmo e com vigor os contributos da revolução soviética e a validade do seu caminho para Portugal tem dificuldade em libertar-se do movimento sindicalista, mesmo quando pretende vincar opções anti-economicistas e sublinhar a importância da intervenção designada de “extra-sindical”.

Mas, apesar destas debilidades, a Federação Maximalista, ao fundar-se no exterior do mundo do sindicalismo com toda a constelação de associações de classe, federações e mútuas centradas sobre si próprias e julgando-se autosuficientes, abria no movimento operário português um outro pólo, que vinha justamente afirmar que a organização sindical era por si só insuficiente numa nova ordem social⁸⁷, isto é, aquela que a revolução traria, caminho por onde começavam a atrair outros militantes e activistas sociais e políticos, que não se confinariam aos anarquistas e aos sindicalistas

Mas a organização não conseguiria sobreviver ao impacto da prisão do seu principal animador, Manuel Ribeiro, em finais de 1920, por envolvimento na greve dos

⁸⁶ “A *Bandeira Vermelha*”. *Declaração de Princípios*, in *Bandeira Vermelha*, 2, 12 de Outubro de 1919, cit por José Pacheco Pereira, *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*, Convergência, Porto, 1971, p. 63

⁸⁷ Cf João G.P. Quintela, *Para a história do movimento comunista em Portugal: 1. A construção do Partido (1º Período 1919-1929)*, Afrontamento, Porto, 1976, pp 14-16

ferroviários. Os artigos de denúncia incendiária que Manuel Ribeiro publicava no *Bandeira Vermelha*, a propósito do comportamento governamental nessa greve ou o pavor frio que o governo sentia pela propaganda da revolução triunfante na Rússia conduziram à proibição da Federação Maximalista.

Porém, passados escassos três meses viria a fundar-se o Partido Comunista Português, dando seguimento ao coro de vozes que no processo de desarticulação da Federação Maximalista alvitavam a necessidade de um Congresso comunista ⁸⁸.

O ambiente que se vivia nos meios operários e sindicalistas continuava, apesar de tudo, favorável a um reagrupamento de sectores operários, mesmo minoritários e frágeis. A luta de ideias ganhava fôlego, procurava a demarcação e a separação de águas. Mesmo no movimento social, os sectores mais radicais acusavam de modo cada vez mais sonoro a CGT de não prestar o devido apoio às greves que vinham ocorrendo, como as dos ferroviários.

O processo de constituição do Partido Comunista arranca assim a partir de uma reunião convocada para discutir a criação de uma organização cuja actuação pudesse assumidamente extravasar os limites sindicais. João Luís Nascimento Cunha, funcionário público, João Castro e o metalúrgico António Peixe promovem-na a 12 de Dezembro de 1920 na Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa.

Se Cunha e Peixe haviam participado na fundação da Federação Maximalista, Castro, que se lhes junta, é um socialista descontente com a política do seu partido e que podia estabelecer a ponte com muitos daqueles que no II Congresso do Partido Socialista Português, dois meses antes, haviam criticado a orientação partidária, ainda que sem qualquer resultado, admitindo inclusivamente a adesão à Internacional Comunista ⁸⁹.

Nestas circunstâncias, a reunião para criar uma nova organização foi bastante participada, com antigos maximalistas, em maioria, mas também com anarquistas e anarco-sindicalistas recém-chegados, assim como um sector de socialistas.

No entanto, apesar de João Castro propor aí uma moção que define a organização a criar como “extra-sindical” e de carácter federalista, a discussão continuava a não conseguir romper com o lastro sindicalista predominante e as resistências a criar uma organização de cariz abertamente político eram muitas, a começar pelo próprio Carlos Rates, um prestigiado dirigente sindicalista que se havia

⁸⁸ Cf José Pacheco Pereira, *O primeiro ano de vida do Partido Comunista Português*, in *História* [1ª série], 47, Setembro de 1982, p. 3

⁸⁹ *Idem*, pp 3-4

destacado na organização dos rurais do sul nos primeiros anos da República e que havia militado nas fileiras maximalistas, mas que defendia ser necessário forçar a CGT a cumprir a sua missão e a tomar posições políticas.

Neste ambiente de entrecruzadas perspectivas e pontos de vista, a reunião terminava com a necessidade de convocar outra para prosseguir a discussão, que na realidade salta desde logo para as páginas da imprensa, particularmente de *A Batalha*. Será necessária uma terceira reunião, ainda em Dezembro de 1920, donde finalmente sai uma Comissão Organizadora dos Trabalhadores para a Constituição do Partido Comunista, que inclui maximalistas, anarquistas, sindicalistas e socialistas, numa considerável heterogeneidade de sensibilidades e dispersão de pontos de vista.

De Janeiro a Março de 1921 a nova organização, designada de Partido Comunista Português, define e aprova princípios, objectivos e bases de funcionamento assim como os primeiros corpos directivos que reuniam grande parte de todo este escol de fundadores, mas onde predominam os maximalistas, em que os socialistas são praticamente inexpressivos e em que são referenciados alguns antigos republicanos.

Assim, a data de fundação do PCP, estabelecida em 6 de Março de 1921, não é mais do que a da última de uma série de reuniões, aquela em que a proposta de corpos directivos apresentada pela Comissão Organizadora é aprovada, embora a aprovação final das bases, em cujo corpo radica a primeira identidade partidária, tivesse ocorrido já no primeiro dia desse mês.

A terceira das Bases orgânicas provisórias estabelecidas refere, de modo mais clarificador, que:

*“O objectivo supremo que o Partido Comunista Português procurará realizar numa acção revolucionária, que as circunstâncias do meio europeu e nacional tornarem oportuna, é a socialização integral dos meios de produção, circulação e consumo, isto é, a transformação radical da sociedade capitalista em sociedade comunista”*⁹⁰.

Não obstante, no documento permanecia todo um conjunto de referências confusas, pouco claras ou que colidiam com a doutrina em que se ancorava a experiência soviética, que vinham laborando desde a experiência maximalista. Deste modo, o novo partido continua, por exemplo, a reclamar-se do princípio federalista ou a proclamar o *“apoio incondicional”* à CGT.

⁹⁰ Cit. por João G.P. Quintela, *Para a história do movimento...*, p. 155

No processo de debate das bases do partido, um aspecto que havia congregado amplo e entusiástico acordo teria sido a definição do seu carácter antiparlamentarista, na boa tradição anarco-sindicalista; porém, numa reunião ampla realizada em Junho de 1921, debate-se intensamente a questão, cristalizando-se posições, acabando por retirar das bases orgânicas qualquer referência ao assunto e remetendo para um futuro Congresso a clarificação dessa posição.

Na realidade, o que se passava é que com eleições marcadas para 11 de Julho, crescia a corrente dos que admitiam a possibilidade de participação do partido. Nascimento Cunha teria sido um dos principais animadores dessa ideia, claramente expressa numa entrevista dada pouco depois da reunião ao jornal *A Pátria* em que afirma:

*“A Revolução Russa veio modificar profundamente a tática do proletariado organizado. Tornou-se necessário criar uma coisa que fosse além do sindicalismo corporativo, que, neste momento, tem um campo de acção restrito. Por isso constituímos, em Portugal, um partido comunista, que pensa em intervir eleitoralmente a fim de utilizar o Parlamento como um meio de propaganda revolucionária”*⁹¹.

Nascimento Cunha viria, nesta linha a procurar uma aproximação ao Partido Radical, no qual entendia militarem os sectores mais esquerdistas do republicanismo e tão longe buscou essa aproximação que acabaria mais tarde, ele próprio, depois de expulso do PCP, por aderir ao Partido Radical⁹².

Nesta fase de crescimento orgânico do partido, verifica-se a presença de sectores que descolaram do republicanismo radical, que haviam vivido ou bebido a experiência ou a tradição carbonária, onde se incluíam franjas anarco-sindicalistas de feição intervencionista.

Começam também a estabelecer-se os primeiros contactos internacionais, podendo ter vindo a Portugal ainda nesse ano, dois comunistas espanhóis, em representação da Internacional Sindical Vermelha⁹³.

Pouco depois da fundação do partido, constitui-se também a Juventude Comunista, também sob o impulso fundamental de jovens oriundos da Juventude Sindicalista, onde se destaca a acção de José de Sousa, secretário-geral dessa

⁹¹ Cit por Francisco Canais Rocha, *Convergência de socialistas e comunistas...*, p. 7

⁹² Cf José Pacheco Pereira, *O PCP na I República (1921-1932): Algumas notas...*, p. 12

⁹³ Cf João G.P. Quintela, *Para a história do movimento...*, p. 43

organização, num processo aparentemente autónomo dos esforços que se vinham desenvolvendo para a criação do PCP.

Em meados de 1921, a Juventude Comunista já está dotada de uma Junta Nacional, com José de Sousa, naturalmente, e cresce, contando em Outubro com cerca de 260 membros ⁹⁴. À nova organização adere também desde logo praticamente toda a organização juvenil socialista, incluindo o próprio secretário-geral, Pires Barreira ⁹⁵ que rapidamente passaria igualmente a integrar a Junta Nacional da JC. São desde logo estabelecidos contactos com a Internacional Comunista Juvenil e é definida a autonomia face ao Partido Comunista.

As relações entre a Juventude Comunista e o PCP são desde o início tensas. A fogosidade e uma maior experiência adquirida nos tempos de militância na Juventude Sindicalista por parte de muitos dos seus membros tornavam esta organização, de base proletária, mais aguerrida e mais sectária ⁹⁶.

Estas relações nestes primeiros tempos de vida partidária, para mais numa conjuntura difícil, levaram a que principalmente no PCP se comesçassem a verificar abandonos de militantes, mesmo ao nível da Junta Nacional, que terá de ser recomposta ainda em Outubro de 1921. E no ano seguinte, José de Sousa passa de principal dirigente da Juventude Comunista à direcção do Partido Comunista.

Nesta fase, a actividade do PCP, como da JC, resumia-se à propaganda e à intervenção sindical, que se pautava por uma colagem crítica à CGT, mas que endurecia à medida que se intensificavam os ataques dos anarco-sindicalistas à Rússia soviética, a que os comunistas respondiam de modo igualmente virulento.

O 3º Congresso Operário, na Covilhã em 1922, discutiu acaloradamente os alinhamentos internacionais, com os comunistas a defenderem a adesão à Internacional Sindical Vermelha e os anarquistas à Associação Internacional de Trabalhadores entretanto criada em Berlim. A forma como se distribuem os apoios a uma e outra posição permite avaliar a influência de cada uma dessas forças no movimento sindical.

A defesa da ligação à ISV é débil e nesse sentido se pronunciam apenas os representantes da Federação Marítima, sapateiros do Porto, arsenalistas e caixeiros. Os resultados da votação assinalam já uma derrota das posições comunistas, mas mesmo assim com 22 delegados a pronunciarem-se pela ISV, embora contra uma maioria de 54 que se inclinavam por Berlim.

⁹⁴ Cf Elói Rodrigues, *As Juventudes Comunistas (1921-1936)*, in *Vértice*, II série, 50, Setembro-Outubro de 1992, p. 12

⁹⁵ Cf Luís José de Abreu, *Para a História da Juventude Comunista*, in *Juventude*, 4, Julho de 1975

⁹⁶ Cf Bento Gonçalves, *Palavras necessárias*, pp 44-46

Esta proporção, aliada à tensão gerada nos debates prefigurava uma situação de cisão que uma avisada moção neutralizaria, remetendo a ratificação da decisão para uma auscultação directa aos sindicatos, o que se virá a traduzir

numa derrota flagrante para os comunistas, com 105 sindicatos a pronunciarem-se pela adesão à AIT, enquanto 6 se opunham e 5 se abstinham⁹⁷. A corrente sindicalista na CGT era absolutamente hegemónica, esmagadora.

Nesse ano de 1922, a ligação do PCP à Internacional Comunista está já estabelecida e reforça-se com a participação de uma delegação composta por Caetano de Sousa e Pires Barreira no IV Congresso da IC, traduzindo a ligação de um pequeno, difuso e periférico partido ao centro do sistema mundial comunista.

Esta delegação ao regressar de Moscovo vem animada de uma grande disposição para rectificar concepções e caminhos que enformavam o partido de raiz. O grande objectivo era que as 21 condições da Internacional Comunista fossem rigorosamente aplicadas em Portugal, o que implicava alterações profundas em todo o modelo orgânico e requeriam o apuramento da qualidade dos militantes através de um processo de refiliação partidária⁹⁸.

Caetano falhou redondamente nesse objectivo, com as resistências às alterações e mudanças sugeridas a exprimirem-se através do desdém pela sua origem social, que não era operária. Já Pires Barreira parece ter-se desembaraçado melhor da sua tarefa, conseguindo, constituir uma Comissão Reorganizadora e realizar, já em 1923, uma Conferência Nacional de Militantes do PCP para discutir as conclusões do IV Congresso do Komintern, que elege um novo Comité Central⁹⁹.

Mas divergências políticas enleadas em desinteligências e rivalidades pessoais, levam Carlos Rates a empreender um movimento contra esta nova Direcção, obrigando à sua demissão.

Instalava-se assim uma profunda crise que motivaria a vinda de um delegado da Internacional Comunista a Portugal, o suíço Jules Humbert Droz em meados de Agosto de 1923. O “internacional” conhecia as condições em que o PCP se havia constituído, fora de qualquer influência directa do Komintern, como sabia que o modelo de partido que encontrara não tinha nada que ver com o modelo leninista.

Se, por um lado, o partido resiste às alterações determinadas pela Internacional Comunista na base das 21 condições, por outro, os que se reivindicam das conclusões

⁹⁷ Cf César Oliveira, *O movimento sindical português. A primeira cisão*, PE-A, Mem Martins, 1984, p. 60

⁹⁸ Cf Bento Gonçalves, *Palavras necessárias*, pp 51-52

⁹⁹ Cf Elói Rodrigues, *As Juventudes...*, p. 13

do IV Congresso do Komintern terão agido, segundo Droz em segredo e com intuítos ferozmente depuradores¹⁰⁰, o que se traduzia num clima de dissolução e de crise profunda.

Quando Humbert Droz chega a Portugal a Internacional Comunista vive um momento de transição importante. Está praticamente encerrada a sua fase constitutiva e está prestes a iniciar-se o que ficou conhecido como processo de bolchevização, que será operado já sob a direcção de Estaline, ainda que Zinoviev permaneça como principal dirigente da Internacional.

Isto significava, na prática, que, apesar de já terem sido aprovadas no 2º Congresso as 21 condições, que todos os partidos integrantes formalmente aceitavam, só então se podia dar por praticamente assegurada a subordinação dos diferentes partidos ao centro, eliminando-se as veleidades de alguns que reclamando um certo grau de independência, como os alemães ou os polacos, criticavam os métodos autoritários da direcção do Komintern, ou os franceses que se arrogavam no direito de discordar e não adoptar a política de frente única¹⁰¹.

A situação que se verificava no partido português era, no entanto, incomparavelmente pior. A avaliação de Droz não deixava grande lugar a dúvidas, segundo o qual “ *O partido ainda não tinha realizado o seu congresso constitutivo e não possuía nem estatuto orgânico nem programa teórico e tático*”¹⁰². Porém, o que para além disto, preocupava o “internacional” era o estado de desagregação orgânica em que o partido se encontrava, polarizado entre dois grupos, o de Caetano de Sousa/Pires Barreira e o de Carlos Rates, que se combatiam mutuamente, ao nível do insulto.

Investido da autoridade que sua função relevava, ainda que afirmando não dispor de nenhuma orientação concreta por parte da IC e pretendendo adoptar o que designa de “*juízo de Salomão*”, vai, no entanto, considerar como irregular o Comité Central de Caetano de Sousa/Pires Barreira e sentenciar que a acção das Juventudes Comunistas exorbitava o seu âmbito e pretendia substituir-se ao próprio partido, já que havia sido a força propulsora da Conferência Nacional de Militantes que elegera o novo CC.

Droz inclinava-se para o apoio ao grupo de Carlos Rates, maioritário, que em sua opinião não só desenvolvia efectiva actividade sindical como se manifestava

¹⁰⁰ Cf **Relatório e memórias de Jules Humbert Droz sobre a sua missão e permanência em Portugal em 1923**, in César de Oliveira, *O primeiro congresso do Partido Comunista Português*, Seara Nova, Lisboa, 1975, pp 75-76

¹⁰¹ Cf Jurgen Rojahn, **A matter of perspective: some remarks on the periodization of the history of the Communist International**, in *Center and Periphery*, IISH, Amsterdão, 1996, pp 35-45

¹⁰² **Relatório e memórias de Jules Humbert Droz sobre a sua missão e permanência em Portugal em 1923**, in César de Oliveira, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, Seara Nova, Lisboa, 1975, pp75-76

disposto à clarificação ideológica com base no estudo das posições da Internacional. O que Droz pretendia realmente era evitar a cisão, apelando à superação deste quadro de crise com a união dos dois grupos em torno do partido, mas sob a direcção de Rates.

Droz vai aliás mais longe e convoca o que designa de “*congresso constitutivo de partido*”¹⁰³, que deveria aprovar programa, estatutos e linha táctica, designando um novo órgão dirigente, que investe de competências organizadoras do Congresso.

Ao mesmo tempo, o “internacional” suíço, mesmo não dispondo de mandato da Internacional Sindical Vermelha para tratar dos assuntos da tendência sindical comunista em Portugal, organiza os subscritores do manifesto Moscovo-Berlim, que se pronunciava favoravelmente à ISV, promovendo a formação de um secretariado que dirigisse a acção no seio da CGT e assegurasse a ligação à organização sindical internacional.

Do mesmo modo, sem qualquer mandato por parte da Internacional Comunista Juvenil, intervém no sector, já que aí radicava a principal base de apoio do grupo de Caetano de Sousa.

Mas o conflito estava longe de sanado, reacendendo-se com a sua partida para França. O grupo minoritário de Caetano de Sousa constitui uma fracção, que a direcção de Rates quer expulsar, originando nova intervenção de Droz a proibir quaisquer expulsões ou depurações, seja da parte de quem for, até ao Congresso, entretanto adiando para Novembro de 1923.

O “homem” de Droz no PCP é, sem dúvida, Rates e, apesar disso, sem grande margem de manobra, o “internacional” sancionará que novo incidente seja motivo para a depuração do grupo de Caetano de Sousa, sob as acusações de fraccionismo, de acção injuriosa, de concepções contrárias ao Komintern, de desprezar a intervenção sindical. Na prática eram considerados incorrigíveis e tornava-se necessário forçar a sua saída antes do Congresso¹⁰⁴.

Droz vai participar directamente no Congresso, munido de um mandato da IC que lhe confere plenos poderes. Para o suíço congresso constitutivo do PCP, significava constituir a Secção Portuguesa da Internacional Comunista.

No I Congresso do Partido Comunista Português, que decorre de 10 a 12 de Novembro de 1923, participam quase 130 delegados, num total que andaria, na altura entre as cinco e as seis centenas de militantes.

¹⁰³ **Idem**, p.78

¹⁰⁴ **Idem**, p.92

Todavia, a homogeneidade, a unidade de pensamento são coisas longínquas. Logo na sessão de abertura se um dos delegados envia para a mesa uma saudação à ISV, logo outro envia uma de saudação à CGT. Bem podia Droz ver nisso sinais do que entendia ser a linha de orientação mais acertada para o caso português – intervenção na CGT, enquanto minoria claramente identificada com a Internacional Sindical Vermelha.

Na realidade, muito mais do que isso, estava-se perante a expressão, lado a lado nas fileiras do partido, de militantes que, demarcando-se, se insurgem duramente contra as práticas dos anarco-sindicalistas nos sindicatos e outros que, complacentes, propõem inclusivamente uma moção de saudação ao órgão da CGT, *A Batalha*.

A singela transformação do âmbito desta moção numa saudação a toda a imprensa operária, tornando-a não só mais abrangente como convenientemente equívoca, não ilude de todo a amálgama ideológica enraizada no Partido Comunista.

Mesmo na discussão do Programa de acção emerge recorrentemente este lastro sindicalista que o abraço a debilidade do abraço ao marxismo estava longe de conseguir ultrapassar. Rates, por exemplo, evidencia nas suas intervenções uma acentuada tendência economicista e moderada, opondo-se àqueles que sugerem a redução da jornada de trabalho para as seis horas.

Mas, este debate traria igualmente outros aspectos interessantes, como a questão colonial, em que a posição inicial do PCP consistia na venda das colónias aos ingleses, o que teria deixado Humbert Droz quase em transe e o leva, pacientemente a tentar remover a ideia, que o congresso irá formalmente assegurar com a aprovação de uma emenda, segundo a qual *“O PC dará todo o seu apoio às ligas e associações que tenham por fim defender as populações das colónias contra todas as extorsões capitalistas e estatistas, e levá-las a sacudir o jugo de todas as tutelas”*¹⁰⁵.

Por outro lado, os delegados não estão propriamente unificados em torno de uma posição sobre a aceitação ou não da tática parlamentar e da intervenção nas eleições locais, que se vinha arrastando desde as reuniões que fundaram o partido em 1921. Uma parte defende que a participação parlamentar é inútil e prejudicial, enquanto outros defendem que no parlamento *“só se corrompem os que são corruptíveis”*¹⁰⁶, porém o que prevalece é a intervenção eleitoral, com alguns delegados a sustentarem-no.

Carlos Rates não parece seduzido pela participação nas batalhas parlamentares, reconhecendo que o Comité Executivo também não, mas a questão será incluída no

¹⁰⁵ Cit. in César de Oliveira, *O Primeiro Congresso...*, p. 60

¹⁰⁶ *Idem*

Programa de Acção, “*por saber que existia uma forte corrente no partido que assim o desejava*”¹⁰⁷.

Na questão agrária, a propósito do reordenamento fundiário o Congresso divide-se entre a colectivização e a distribuição da terra em parcelas, com Rates a opor-se aos que defendem acerrimamente a colectivização, afirmando que “*O camponês tem o instinto da propriedade. Querer extinguir esse instinto que tem raízes de séculos, é estabelecer a luta contra o impossível*”¹⁰⁸, no que ia acompanhado de Manuel Ferreira Quartel, um velho dirigente sindical rural defensor das virtudes da distribuição de parcelas aos camponeses.

O Congresso elegerá ainda o novo Comité Central, através de uma votação secreta e nominal. Das 71 listas entradas Carlos Rates sai, com 70 votos, como o dirigente mais votado de um CC de nove elementos.

Nestas circunstâncias, restava saber se seria possível não só clarificar de facto a linha política do partido como passar à intervenção social e política, unificando um partido de origens débeis e de pensamento difuso, abrindo caminho à sua bolchevização, como a Internacional Comunista exigia.

2. “*é preciso que o PCP complete a sua bolchevização*”

Logo após o Congresso, o PCP está activíssimo. Os partidários da ISV iniciam a publicação do seu órgão de imprensa, *A Internacional* e procuram ultrapassar uma postura sectária no seio da CGT, esforço que durará pouco tempo, pois rapidamente se envolvem em disputas duras e agressivas com a ala esquerda do sindicalismo. Por outro lado, ainda em 1923, o clima de instabilidade política que se vinha acentuando expressa-se também por uma tentativa gorada de golpe de estado promovida pelo Partido Republicano Radical, a que se vão associar militantes comunistas, muito provavelmente com o conhecimento e consentimento da Direcção partidária.

Esta parecia ser no fundo a forma como o Comité Central interpretava a orientação deixada por Humbert Droz sobre a necessidade de procurar entendimentos, mesmo que conjunturais e transitórios, com a esquerda republicana, de modo a tirar os dividendos políticos possíveis. Com larga dose de ingenuidade, *O Comunista* reconhece

¹⁰⁷ *Idem*, p. 61

¹⁰⁸ Cit. in César de Oliveira, *O Primeiro Congresso...*, p. 70

não só a participação de militantes do partido na aventura golpista, como a reconhece como via possível, embora falhada, para a tomada do poder em Portugal, estabelecendo singelos paralelismos com os eventos na Rússia de Março de 1917¹⁰⁹.

No início do ano seguinte Relacionado ou não com a ausência de Carlos Rates, que se deslocara a Moscovo no início de 1924 para participar no V Congresso da Internacional Comunista, verifica-se uma tentativa de inflexão na orientação partidária, passando a focalizar a propaganda no perigo de um golpe de direita e a defender uma frente das esquerdas que incluísse a CGT, naturalmente, mas não excluindo a esquerda republicana.

Todavia, este perigo da direita e a abrangência da frente das esquerdas, que faz com que numa grande manifestação em Fevereiro desse ano, onde se gritava “*Abaixo a reacção!*” e “*Fora o domínio das forças vivas!*”, os militantes comunistas, ao mesmo tempo que afirmam na sua imprensa estar perante o início da revolução proletária, declaram, ter sido por sua iniciativa e esforço que os manifestantes que queriam tomar de assalto o parlamento, em S. Bento, foram desviados daí e canalizados para a sede do jornal *A Batalha*.

Basculando num intervalo de semanas entre a participação golpista e o assumido refrear do movimento de massas, ao mesmo tempo que mantinha a versão da revolução iminente, o PCP nadava num mar de fragilidades políticas, de indefinições tácticas e de profundas contradições, que acabavam por dividir o próprio partido internamente.

Não deixa de ser bastante significativo, a este propósito, que no V Congresso da IC, em Junho-Julho de 1924, a representação do PCP tenha sido assegurada não por Carlos Rates, o principal dirigente do partido que encabeçara a deslocação ao Congresso, mas por Jules Humbert Droz¹¹⁰. Apesar de toda a sua intervenção em Agosto e em Novembro de 1923 se ter orientado para um apoio a Rates e ao seu grupo, o “internacional”, não deixava de reconhecer que “*não tinha ilusões sobre a maturidade comunista da direcção do partido*”¹¹¹.

Quando em fins de 1924 se começa a desenhar a irreversível cisão no seio da CGT, que se revelaria bem mais modesta do que aquilo que os seus protagonistas julgavam¹¹², desenhava-se igualmente um fortíssimo abalo na sustentabilidade da palavra de ordem de frente única com a CGT, expressa após o fracasso do envolvimento

¹⁰⁹ Cf António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, 1º volume, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980, p. 334

¹¹⁰ Cf João G.P. Quintela, *Para a História do movimento comunista...*, p. 67

¹¹¹ *Relatório e memórias de Jules Humbert Droz...*, p. 89

¹¹² Cf César de Oliveira, *O Movimento Sindical Português. A primeira cisão*, PE-A, Mem Martins, 1984, p.70

golpista com os republicanos radicais, em Dezembro de 1923, e que queria ver na central sindicalista o principal parceiro.

Recusados, por um lado, os bandeios golpistas e em corte com a possibilidade de aliança com a CGT, por outro, abre-se a perspectiva de aliança com a Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos, que, pouco antes, estivera no governo com a forte oposição comunista, a qual reclamava, perante esse governo “canhoto”, revolução proletária imediata.

O PCP tratava de pressionar o corte da ED com o Partido Republicano Português de António Maria da Silva, para que assumisse a sua vocação de esquerda republicana, procurando assim atraí-la para um bloco em que também entrevia a participação do Partido Socialista, com quem vinha procurando estabelecer unidade¹¹³. Tal bloco concorreria às eleições com vista à concentração de votos que possibilitasse uma mais ampla representação parlamentar.

Para estas eleições de Novembro de 1925, o PS recusa integrar tal aliança e forma-se apenas um bloco ED/PCP, participando o Partido Comunista nas respectivas listas de deputados com oito candidatos, nenhum dos quais eleito, no que se traduz como pesado desaire para as perspectivas depositadas no processo.

Erguem-se no seu interior vozes críticas. Em *O Trabalhador Rural*, por exemplo, considera-se que o partido foi empalmado pelos seus aliados e que a tática seguida se revelou negativa¹¹⁴. Tratava-se, objectivamente, da falência da direcção de Carlos Rates.

Relacionado ou não com este fracasso e com as desilusões daí decorrentes, Rates aceita uma vantajosa proposta para redactor de *O Século*, justamente o jornal da União dos Interesses Económicos, a poderosa central patronal. Tratava-se aos olhos do partido – e do Komintern – de uma atitude incompatível com o cargo de principal dirigente do PCP, pelo que exigem que renuncie a tal lugar, o que este recusa, abrindo caminho à sua expulsão, que será legitimada no II Congresso do PCP, em Maio de 1926 num quadro de desmoralização e de debilitação.

O II Congresso inicia-se em Lisboa a 29 de Maio de 1926. No dia anterior havia-se desencadeado a partir de Braga o movimento militar que, vitorioso, praticamente sem resistência, instaurará a ditadura militar. Não obstante, os trabalhos do congresso

¹¹³ Cf. Rui Manuel Brás, *As relações entre socialistas e comunistas nos anos de 1923-1925*, in *Ler História*, 43, 2003, pp 155-166

¹¹⁴ Cf António José Telo, *Decadência e queda...*, 2º volume, A Regra do Jogo, Lisboa, 1984, p. 128

prolongam-se ainda até ao dia 30, ainda que condicionados pelos acontecimentos¹¹⁵. É aprovada uma moção identificando-o como um movimento fascista e mandatando delegados presentes para de imediato contactarem a CGT e a Esquerda Democrática com o intuito de propor a organização da resposta ao golpe. As respostas são pautadas pela hesitação e pela indiferença, especialmente por parte da CGT, entrincheirada numa atávica oposição a qualquer aliança com partidos políticos¹¹⁶. Quanto à Esquerda Democrática opta por apoiar o golpe.

Quando a CGT decide proclamar a greve geral, a 1 de Junho, conclamando às armas o povo de Lisboa e quando a Câmara Sindical de Lisboa decide aceitar uma frente única contra o movimento, já é tarde demais, os militares já controlavam a situação. O PCP, suficientemente fraco para esboçar qualquer reacção autónoma, encerrará assim o congresso a 30 de Maio, com a dispersão amarga dos delegados pelas suas localidades.

Não tardará muito para que em Lisboa a repressão se abata sobre o partido, com o assalto à sua sede e aos sindicatos dos ferroviários e dos barbeiros, que influenciava, e com a prisão de alguns dirigentes¹¹⁷, o que provoca a desarticulação do PCP na capital. Porém, nalguns locais, como no Porto, a actividade mantém-se com sedes abertas¹¹⁸, prosseguindo a actividade sindical e a publicação do *Bandeira Vermelha*, mas os tempos que se vão seguir são de definhamento e de desagregação orgânica.

A repressão que se abateu sobre a revolução de Fevereiro de 1927 será demolidora, ainda que a participação de militantes comunistas no golpe reviralista não pareça ter decorrido de nenhuma negociação com os chefes militares republicanos envolvidos¹¹⁹. No Porto, por exemplo, onde o movimento se inicia, um destacamento de duzentos homens concentrado em locais previamente definidos pelos chefes republicanos espera em vão por armas para intervir e a repressão que se abate sobre a organização com o assalto e encerramento da sede regional, bem como com a prisão de muitos elementos, leva a direcção partidária no norte a dissolver-se¹²⁰.

Os laços orgânicos esgarçam-se e a actividade partidária contrai-se. Ainda assim mantêm-se abertos os canais com a Internacional Comunista, o que explica que em 1927 e 1928 se tenham deslocado duas delegações portuguesas a Moscovo para

¹¹⁵ Cf João G.P. Quintela, *Para a História do movimento comunista...*, p. 69

¹¹⁶ Cf António José Telo, *Decadência e queda...*, 2º volume..., p. 130

¹¹⁷ Cf José Pacheco Pereira (Introdução e notas), *Acta da Conferência do PCP de Abril de 1929*, in *Estudos sobre o comunismo*, 2, Janeiro-Abril de 1984, p. 21

¹¹⁸ José da Silva, *Memórias...*, 2º volume, p. 26

¹¹⁹ Cf João G.P. Quintela, *Para a História do movimento comunista...*, p. 71

¹²⁰ José da Silva, *Memórias...*, 2º volume, p. 35

participar nas comemorações do 10º aniversário da revolução e num congresso da Internacional Sindical Vermelha ¹²¹, respectivamente.

Nestas delegações é visível o peso dos arsenalistas do exército e da marinha, sectores onde apesar de tudo continuava a radicar boa parte da base de apoio do PCP, apesar de vários destes elementos não pertenceram ainda ao Partido Comunista, como Bento Gonçalves ou Abílio Alves Lima.

As deslocações à União Soviética determinarão a adesão formal ao PCP destes e de outros, que regressam incumbidos mesmo de reorganizar o partido. É o caso de Lima, que se torna o futuro responsável do PCP¹²² numa direcção constituída com Júlio Dinis, Manuel Pilar ou Augusto Machado.

Quando se realiza o VI Congresso da IC, no Verão de 1928, o PCP está reduzido a 50 elementos em Lisboa e 20 no Porto ¹²³.

Surgem as primeiras dissensões no Comité Central. Manuel Pilar, que já nos tempos da Direcção de Carlos Rates defendera a bolchevização¹²⁴, sustentando que o partido se devia virar para fora e que a direcção deveria ser renovada com elementos dispostos a isso. No CC tanto Machado como Dinis recusam as propostas de Pilar, a quem resta o caminho da cisão, apoiando-se na célula do Arsenal da Marinha, porventura, a mais importante base para lançar a reorganização partidária. É este caminho que conduz à Conferência em Abril de 1929 ¹²⁵, uma reunião de quadros apoiada por Manuel Pilar.

A 21 de Abril de 1929, o grupo de comunistas que se reúne para, em Conferência, proceder à reorganização do partido, é um pequeno punhado de 15 militantes¹²⁶. “*Nós éramos poucos e novos*”, reconhecerá Bento Gonçalves ¹²⁷ e todos da região de Lisboa, mais de metade do conjunto de militantes aí existentes, boa parte deles, muito recentemente chegados às fileiras partidárias, dando assim corpo ao movimento de descontentamento, e de cisão em fracção, despoletado por Manuel Pilar, apoiado por Júlio César Leitão e que veio congregar a célula do Arsenal, aliás com muitos dos seus membros participantes na Conferência.

¹²¹ Cf José Pacheco Pereira (Introdução e notas), *Acta da Conferência...*, p. 22

¹²² **Idem**

¹²³ **Portugal. Relatório apresentado pelo PCP ao Comité Executivo...**, p. 298

¹²⁴ Cf José Pacheco Pereira (Introdução e notas), *Acta da Conferência...*, p. 22

¹²⁵ **Idem**, p. 23

¹²⁶ Cf. Alberto Vilaça (Introdução, recolha e bibliografia), **Bento Gonçalves. Inéditos e testemunhos**, Lisboa, Edições Avante!, 2003, pp 9-14

¹²⁷ Bento Gonçalves, **Duas Palavras**, in Legião Portuguesa, *Boletim de Informações (Actividades Comunistas)*, suplemento nº 11, Direcção dos Serviços Culturais da Junta Central, Lisboa, 1956, p. 8

José de Sousa, que também participa na Conferência, defende o estabelecimento de “pontes” com a antiga direcção, de modo a evitar uma situação objectiva de cisão, mas sem qualquer efeito. Júlio César Leitão, por sua vez, pronunciava-se com acutilância pela renovação profunda da direcção do partido, isto é, pela ruptura.

A nova Comissão Central Executiva Provisória não inclui por isso nenhum dos seus antigos elementos. Vêm a compô-lo Bento Gonçalves, que se tornará, secretário-geral na primeira reunião do novo órgão dirigente¹²⁸, José de Sousa, Júlio César Leitão, Francisco Martins e Daniel Neto Batalha.

A Conferência de Abril de 1929 correspondeu a um corte com a situação anterior do PCP. Porém, mais ao nível orgânico, já que do ponto de vista político e ideológico as alterações não têm expressão significativa nos tempos mais próximos.

Bento Gonçalves vai participar na VI Reunião do Conselho Central da ISV, realizado na URSS em Dezembro de 1929 e, de regresso, tentar aplicar as suas orientações, designadamente no que se refere à criação de uma estrutura sindical central que agrupasse os sindicatos e associações de classe de influência comunista, o que num quadro mais complexo viria a originar a constituição da Comissão Inter-Sindical, a CIS, em Março de 1930.

O Proletário é o principal órgão de imprensa nesta fase, onde Bento Gonçalves, escrevendo sob o pseudónimo de Gabriel Baptista, desenvolve um largo trabalho doutrinário¹²⁹. Reafirma as teses de Marx sobre as formas de transição do capitalismo ao socialismo, designadamente através do papel que deveria desempenhar a ditadura do proletariado. Partindo desta base, desanca nos socialistas que invocando o nome e o legado de Marx, deformam e pervertem o seu pensamento, numa linha claramente revisionista empreendida pela II Internacional desde as vésperas da I Guerra Mundial. A este propósito, salienta:

*“É desta substituição de tácticas – colaboração de classes por luta de classes – que resulta a oposição destes “marxistas” com Marx, e é por via dela que, ainda que apelidando-se os socialistas de defensores do proletariado, são no fundo os defensores da burguesia, visto que a renúncia às doutrinas proletárias, só beneficia de facto a esta classe”*¹³⁰.

¹²⁸ Cf. Alberto Vilaça..., **Bento Gonçalves. Inéditos...**, pp 16-18

¹²⁹ Cf António Ventura, **Recolha, Introdução e Notas**, in Bento Gonçalves, *Escritos (1927-1930)*, Seara Nova, Lisboa, 1976, p. 17

¹³⁰ Gabriel Batista [Bento Gonçalves], **Deformação socialista do marxismo**, in *O Proletário* nº 6, pub. in *Escritos...*, p. 79

Mas Bento Gonçalves é porventura ainda mais acutilante com os anarco-sindicalista pela importância que continuavam a deter no movimento operário e sindical.

Não se tratava só de combater a sua posição ferozmente anti-soviética, mas também as concepções organizativas, assentes em pequenos grupos, desligados uns dos outros, ou mantendo, quando muito, laços de tipo federalista que entendia serem inoperantes face à forças do capital e do patronato.

Acusava ainda os anarquistas de oscilarem entre colaboração e confrontação, sem conseguirem manter uma atitude firme e aguerrida, caindo frequentemente em atitudes de expectativa e aparente neutralidade, atitudes que entendia, objectivamente, desarmarem o proletariado nos enfrentamentos de classe.

A criação da CIS insere-se neste propósito de afirmar a corrente sindical vermelha, configurando o embrião de futura central sindical, demarcada quer da social-democracia quer dos anarco-sindicalistas.

Nesta fase Bento Gonçalves revela-se um dirigente dotado de sentido estratégico de acção e apostado na formação e consolidação doutrinária do colectivo partidário, no que parecia objectivamente prevalecer sobre a de massas, mas sem descurar completamente o carácter prático:

“a) – Ensinávamos teoria em alguns círculos de estudo e em artigos de “O Proletariado” [sic], à medida que nós próprios nos íamos iniciandi nela.

b)- Estabelecíamos uma base, entre as próprias massas, de compreensão da própria ideologia marxista – isto num país, onde, até então, o marxismo era, a bem dizer, doutrina ignorada.

c) – Explicávamos a questão da sociedade comunista e a teoria e a táctica do período transitório, na luta contra a ideologia anarquista.

d) – Abordávamos sob várias formas o problema das democracias, na luta contra a subsistência da ideologia pequeno-burguesa.

e) Fizemos a reorganização sindical, a maior parte das vezes sobre a base de palavras de ordem elementares, em volta de pequenas questões de fábrica e em busca de atractivos para os sindicatos de modo a que as mesmas tomassem estes últimos como sua casa indispensável”¹³¹

¹³¹ Bento Gonçalves, *Dois Palavras*,... p. 8

O legado doutrinário que Bento, independentemente de ter sido mais ou menos assimilado ou seguido pelo partido, constitui a mais importante produção teórica, de carácter marxista que o PCP produzia.

Em 1930, por acção de José de Sousa, é igualmente lançada a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes, uma estrutura sindical de tipo superior dos sindicatos dos transportes terrestres, marítimos, ferroviários ou portuários. O seu jornal, *O Reducto* atingiu tiragens de 25 a 30 mil exemplares,. Aí, não obstante tratar-se formalmente de um jornal sindical, será, por exemplo, publicado pela primeira vez *Arte e a Vida* de Plekhanov.

O interesse de *O Reducto* pelas questões culturais reflecte a forma como vai acompanhando o processo de radicalização e diferenciação de sectores estudantis e intelectuais em relação ao republicanismo de esquerda, polemizando intensamente, por exemplo, com o agrupamento demo-liberal Renovação Democrática.

Também por esta altura, a velha Universidade Popular Portuguesa atravessava um processo de reajustamento aos novos tempos de ditadura¹³², com o então jovem, mas já brilhante, Bento de Jesus Caraça afirmando, numa postura claramente marxista, que “*a classe proletária está destinada a, num futuro mais ou menos próximo, tomar nas suas mãos a direcção dos destinos do mundo, transformando por completo toda a organização social existente*”¹³³

Também em 1930, Rodrigues Miguéis trava a conhecida polémica com Castelo Branco Chaves nas páginas da *Seara Nova* que reflecte da parte de Miguéis uma impressionante diferenciação face à velha geração seareira e utópica¹³⁴, em aproximação consistente ao marxismo.

Bento Gonçalves reconhecerá de resto que “*Não são principalmente lutas económicas o que caracteriza este período, mas sobretudo a intensa luta ideológica e organizativa como preparação das lutas que se avizinham*”¹³⁵.

Lançam-se igualmente nesta altura as bases para o relançamento da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, cuja organização antecessora, a Juventude Comunista, estava na prática dissolvida desde os atribulados acontecimentos de 1923¹³⁶.

¹³² Cf Filomena Bandeira, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos vinte*, FCSH/UNL, 1994, dissertação de mestrado, pp 35-36

¹³³ Bento de Jesus Caraça, *Os objectivos da Universidade Popular Portuguesa*, in *Conferências e outros escritos*, s.e., Lisboa, 1978, p. 209

¹³⁴ Cf António Pedro Pita, *A Recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses (1930-1941)*, Oficina do CES, 12, Coimbra, 1989

¹³⁵ Bento Gonçalves, *Duas Palavras...*, p. 53

¹³⁶ Cf Elói Rodrigues, *As Juventudes Comunistas (1921-1936)*, in *Vértice*, II série, 50, Setembro-Outubro de 1992, p. 13

Neste contexto, Bento Gonçalves¹³⁷, caracteriza o novo regime que se vinha instalando em Portugal a partir da Ditadura Militar como fascista. É essa ideia que Bento Gonçalves transmitirá nos seus relatórios à Internacional Comunista. Num desses relatórios, quando o regime lança a União Nacional, Bento afirma que “(...) *o governo acaba de lançar as bases de um partido civil de apoio à ditadura. Por consequência trata-se da constituição de um partido fascista...*”¹³⁸

Porém, Bento Gonçalves, que não é ainda funcionário do partido, é preso em Setembro de 1930 no próprio Arsenal da Marinha, onde se encontrava a trabalhar, só vindo a ser libertado três anos mais tarde, em Fevereiro, depois de uma deportação sem julgamento em Cabo Verde¹³⁹. São anos cruciais em que o PCP se ressentia claramente da sua ausência.

3. “*A Revolução exigia de nós uma mística total*”

Em meados de 1931, com excepção de José de Sousa, já praticamente não restava ninguém em liberdade do Comité Central Executivo eleito na Conferência de Abril. O Secretariado é agora composto, além de Sousa (*Raul Marques*), por Manuel Alpedrinha (*Rossi*), Francisco Rodrigues Loureiro, Abraão Coimbra (*Aurélio Fernandes*) e os jovens Bernard Freund (*René*), Cabrita (*Leonardo*), que, por prisão e deportamento para Timor, seria substituído por Velez Grilo¹⁴⁰.

Desta forma, e a seu modo, José de Sousa prosseguia uma intensa actividade como responsável sindical do PCP. Lança os Grupos de Defesa Sindical que, de algum modo, complementavam a existência da CIS, identificados completamente com a Internacional Sindical Vermelha, baseando-se em empresas, agrupando-se verticalmente por indústria e adoptando o centralismo democrático como norma de funcionamento, ao espírito da época e como preconizava o movimento comunista internacional:

“II. O GDS será constituído por todos os trabalhadores de... que aceitem a plataforma da luta de classe contra classe e estejam dispostos a lutar decididamente contra todos os desvios desta plataforma, verificados

¹³⁷ Cf João Arsénio Nunes, *A formação da estratégia antifascista (1929-1935)*, in *História*, (nova série), 17, Fevereiro de 1996, pp 23-25

¹³⁸ *Idem*, cit. *Relatoire (sic) du CCE du PCP à la section latino-européenne de l'IC (fini le 1er juillet 1930)*

¹³⁹ Cf J.A.N. [João Arsénio Nunes], *Bento Gonçalves*, in *Dicionário de História de Portugal* (Dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica], 8, Figueirinhas, Lisboa, 1999, p. 116

¹⁴⁰ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, P. 225/SPS, pp 240-248 e 253-265

*na sua organização sindical; contra o oportunismo confusionista do sindicalismo libertário ou anarco-sindicalismo e contra a obra de traição da social democracia e sua infiltração no movimento operário”*¹⁴¹

A CIS é, não obstante uma organização fraca, praticamente sem sindicatos aderentes e que, consciente dessa situação, vai procurar acumular forças insistindo em consignas em torno da luta contra o desemprego – subsídio, suspensão de despejos e isenção de rendas de casa para trabalhadores desempregados, por exemplo – e recuperando outras que criticara antes à CGT, designadamente a defesa da jornada de trabalho inferior a oito horas, com sete para os homens e seis para as mulheres, seguros contra doença e velhice sem descontos nos salários, licença de 30 dias antes e depois do parto para as mulheres trabalhadoras¹⁴².

Esta abrangência permite à CIS promover no final de 1931 uma exposição ao governo, subscrita por sessenta sindicatos, número muito acima da sua real influência no movimento sindical.

Porém, a orientação dominante do Komintern no quadro da crise geral do capitalismo e do ascenso dos fascismos era a que ficou conhecida como de “classe contra classe”, o que implicava a identificação da burguesia capitalista como fascizante e os socialistas como “sociais-fascistas” num confronto aberto e total do movimento operário com a burguesia em cada país.

Paralelamente organizam-se e desencadeiam-se acções de rua, de carácter violento, envolvendo confrontos físicos com o aparelho repressivo e inclusivamente acções que roçavam o terrorismo. Fernando Quirino, junto à Praça da Figueira, não hesitou em lançar uma bomba contra um polícia que o perseguia, conseguindo escapular-se entre a população que lhe dificultava a fuga.¹⁴³

O 1º de Maio de 1931 revestiu, por sua vez, formas de enfrentamento violento com as forças repressivas, que implicaram grupos de choque, que enquadraram a manifestação e que se acabaram por envolver em confrontos com a polícia, de que resultaram dois mortos e duas dezenas de feridos. A propósito, uma circular do PCP de finais de Abril aborda a jornada nestes termos:

“O secretariado político do PCP deliberou colocar como palavras de ordem imediatas de toda a organização a paralisação geral nesse dia,

¹⁴¹ *Idem*, Grupos de Defesa Sindical. Tipo geral de bases orgânicas para a constituição das minorias sindicais revolucionárias, [93]

¹⁴² Cf Fátima Patriarca, A Política social..., p. 102

¹⁴³ Pedro Rocha, Escrito com Paixão, Caminho, Lisboa, 1991, p. 19

*que será aproveitado para provocar o maior número possível de demonstrações de carácter revolucionário de massa, de classe contra classe...”*¹⁴⁴

Preso Bento Gonçalves, José de Sousa encabeçaria a delegação ao XII Pleno do Komintern¹⁴⁵, onde, na intervenção que profere, reconhece que *“No nosso partido são visíveis as fortes sobrevivências da ideologia anarquista. Nos últimos tempos constatamos particularmente tendências terroristas isoladas”*¹⁴⁶. E era isso, efectivamente. Naquela conjuntura, a radicalização campeava fazendo reemergir, à sombra da forma como o partido procurava aplicar as orientações do Komintern, a extracção anarquista de raiz uma parte considerável do corpo de militantes.

O PCP e as Juventudes Comunistas eram profundamente sectários e nesse caldo germinava muito da deriva terrorista que borbulhou na época. Pedro da Rocha, um dos refundadores das Juventudes Comunistas, dá conta do profundo lastro sectário que prevalecia:

*“A Revolução exigia de nós uma mística total. Vivíamos numa conspiração permanente e tudo o resto nos parecia fútil. Adquiríamos o hábito da autocrítica e a predisposição para o sacrifício pessoal. Fanatizados, suportávamos mal qualquer contradita. A nossa verdade era marmórea e intocável. A nossa intolerância, formal. Animados de espírito missionário, entusiasta e viril, despidos de ambições pessoais, não admitíamos sequer que podíamos estar equivocados. (...) Sentíamo-nos investidos de uma missão redentora, soldados anónimos e disciplinados numa causa superior que abarcava a Humanidade e à qual, conscientemente, nos oferecíamos em holocausto”*¹⁴⁷

Por outro lado, a proclamação da República em Espanha criava ao mesmo tempo expectativas nos meios do Partido Comunista, por mais que frisassem que esse não era um elemento determinante na situação interna.

A revolta da Madeira, que o general Sousa Dias desencadeia nos primeiros dias de Abril de 1931 suscita amplos entusiasmos pela ligação que não podia deixar de ser feita à situação em Espanha, onde aliás também as movimentações académicas desse

¹⁴⁴ cit. por João Arsénio Nunes, **Sobre alguns aspectos...**, p.717

¹⁴⁵ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, **P. 798-SPS, Relatório**, [171-200]

¹⁴⁶ José Pacheco Pereira (Introdução), **Intervenção de “António” na XII Reunião Plenária da Internacional Comunista**, in **Estudos sobre o Comunismo**, 0, Julho de 1983, p. 30

¹⁴⁷ Pedro Rocha, **Escrito com Paixão...**, p. 13

ano se alimentam, com núcleos de estudantes articulando-se com militares revoltosos e manifestando uma inquietante disposição em movimentarem-se ¹⁴⁸.

As organizações estudantis agrupadas, em Lisboa, na respectiva Federação Académica, assim como os centros académicos republicanos e os grupos e organizações maçónicas ou para-maçónicas que os enquadravam, iam evoluindo de posições republicanas liberais, moderadas, na linha da experiência anterior a 1926, para posições de esquerda com maior ou menor grau de radicalização. Importa sublinhar que muitos dos principais dirigentes quer da FJCP quer do próprio Partido haviam pertencido à Maçonaria ou aí continuavam a pertencer, apesar da proibição formal nesse sentido por directiva do Komintern. E esse processo arrastou-se ao longo pelo menos de toda a primeira metade dos anos trinta.

Manuel Alpedrinha por exemplo, que em 1931 já integra o Secretariado do Comité Central do PCP, abandona a Maçonaria por pressão do partido em 1932-33. O mesmo se passa com Velez Grilo ¹⁴⁹, este com uma participação activa nas lutas estudantis, de que foi dirigente associativo, do início da década já como militante comunista e que, como vimos, também ascenderá por esta altura ao Secretariado do Partido Comunista.

Não obstante tudo isto, a organização estudantil comunista continua a ser muito fraca, por mais optimistas que pudessem ser as perspectivas de crescimento ¹⁵⁰. De qualquer modo, por esta altura, em fins de 1931, são lançadas, organizações periféricas ao Partido Comunista, como a Associação dos Amigos da União Soviética, porta por onde Álvaro Cunhal, por exemplo, então um jovem recém ingressado na Faculdade de Direito de Lisboa, oriundo de uma família republicana pela via paterna, se aproximaria do comunismo ¹⁵¹.

O movimento militar reviralhista, não sai devido ao aparato policial que se mantém no rescaldo do 1º de Maio, sendo adiado ou reorientado para nova tentativa, também gorada, a 26 de Agosto. O PCP que discute o assunto ao nível do Secretariado do Comité Central, rejeita qualquer envolvimento, embora militantes e simpatizantes comunistas integram os grupos civis e pelo menos meia centena destes seja presa no rescaldo do movimento ¹⁵².

¹⁴⁸ Cf Cristina Faria, **A contestação à Ditadura Militar**, in *História*, (Nova série), 4-5, Julho Agosto de 1998, pp 47-48

¹⁴⁹ Cf A.H. de Oliveira Marques, **Dicionário de História da Maçonaria**, I, Delta, Lisboa, 1986, pp 375-376

¹⁵⁰ Cf João Arsénio Nunes, **Sobre alguns aspectos da evolução...** p. 723

¹⁵¹ TCL, 3º Juízo Criminal, **P. 1449/49**, 8º vol., **Biografia de Funcionários**, mns., apensa a fls 543

¹⁵² Cf João Arsénio Nunes, **Sobre alguns aspectos da evolução...** p. 724-725

O Núcleo de Intelectuais Simpatizantes, criado em 1931-32, a que vão pertencer Rodrigues Miguéis e Bento Caraça é incumbido de participar na Liga dos Amigos da URSS, no Socorro Vermelho Internacional ¹⁵³, na Universidade Popular, na secção Portuguesa da Associação Jurídica Internacional ou de estudar questões relacionadas com educação, agricultura, colónias ou militares ¹⁵⁴.

Bento Caraça colabora no jornal o *Liberdade*, que se designava a si próprio de Semanário Republicano, ainda que manifestando já um carácter acentuado de jornal republicano de esquerda. Num desses artigos – *A luta contra a Guerra* ¹⁵⁵, prepara a criação da Liga Portuguesa contra a Guerra e o Fascismo, alinhada com o Comité de Luta contra a Guerra, organização Kominterniana do período entre guerras.

O seu lançamento opera-se a partir de França, apoiado nas figuras destacadas de Henri Barbusse e Romain Rolland ¹⁵⁶, que exerciam uma grande influência na juventude intelectual da época

A Internacional Comunista Juvenil ¹⁵⁷, parece apontar para um reconhecimento da especificidade da conjuntura política em Portugal, dominada por uma fascização incontornável, que tornava a rígida aplicação da “*classe contra classe*” de difícil operacionalidade política.

Um documento do Comité Executivo da Internacional Comunista (CEIC), de Dezembro de 1932, teria colocado pela primeira vez em relação a Portugal um conjunto de considerações que configurava de modo mais claro uma reorientação partidária. Tais considerações decorriam da apreciação do regime português como fascista, baseada em estruturas económico-sociais de tipo feudal, questionando em consequência da oportunidade da palavra de ordem de “*governo operário*”, tão cara à política de “*classe contra classe*”, para concluir que a experiência da I República não completara a fase democrático-burguesa da revolução, que permaneceria assim como prioridade estratégica, o que significava que o partido deveria adquirir posições entre as camadas do semi-proletariado e da pequena burguesia das cidades e dos campos.

Este documento, criticando o reviralhismo, que a revolta da Madeira exprimira, critica também a dominante sectária em muitas das organizações juvenis, mas também

¹⁵³ Cf Alberto Vilaça, *O Núcleo de Trabalhadores Intelectuais do PCP em 1931-32*, in *Vértice*, 70, Janeiro-Fevereiro de 1996, pp 55-60

¹⁵⁴ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, *P. 225-SPS, Acta da Reunião do Secretariado do PCP de 21.12.31*

¹⁵⁵ Cf Bento de Jesus Caraça, *A Luta contra a guerra*, in *Liberdade*, 181.182, de 11.11.32, pub. in *Conferências...*, p.215

¹⁵⁶ Cf Yves Santamaria, *Un prototype toutes missions: Le Comité de Lutte Contre la Guerre dit “Amsterdam-Pleyel” (1932-1936)*, in *Communisme*, 18-19, 1988, pp 71-97

¹⁵⁷ Cf João Arsénio Nunes, *A formação da estratégia...*, pp 26-27

do próprio partido e, finalmente, avança, pela primeira vez, na importância de trabalhar no seio das organizações de massas que o regime havia criado e estava a criar ¹⁵⁸.

Bento Gonçalves ao regressar da deportação embrenha-se na reestruturação interna do partido, preocupado com a situação orgânica, nos sectores considerados estratégicos, isto é nas fábricas, no sector militar e também o mundo rural do sul. No caso do sector militar é, em 1933, lançada a Organização Revolucionária da Armada.

Porém, tão ou mais importante que esta acção, é a tentativa de clarificação de linha política. É esse o objectivo do *Boletim do Secretariado*¹⁵⁹, particularmente quando no país se intensificava a implementação e montagem das estruturas e instituições do Estado Novo. Era a Constituição, o Estatuto dos Trabalho Nacional e a corporativização da vida económica e social que se lhe seguiu.

Do ponto de vista sindical, por exemplo, a grande batalha com que o partido se vai ver confrontado relaciona-se precisamente com o processo de fascização dos sindicatos.

Na Internacional Comunista se a política prevalecente continuava a ser a de “classe contra classe”, regista-se desde meados de 1933, na cúpula soviética, a inquietação de Staline com os discursos antisoviéticos de Hitler, prenunciando-se uma viragem, cujos desenvolvimentos, com aproximação à política francesa viriam¹⁶⁰, de certo modo, a confirmar, embora apenas se comece a desenhar a partir de 1934 para vir a ser coroada no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935.

Seria, por isso, aparentemente à margem deste processo, há sectores no PCP em que Bento Gonçalves se apoiará e animará, que parecem querer como que antecipar essa política de Frentes Populares. Logo no início de 1933, o *Avante!*, por exemplo, refere a necessidade de uma “*frente única da luta revolucionária com as camadas liberais pequeno-burguesas contra a ditadura militar e fascista*” ¹⁶¹.

Estes apelos, no entanto, eram ainda pouco consistentes e muito contraditórios, pois ao mesmo tempo que se ia ensaiando uma nova estratégia política que renunciava a das Frentes Populares, persistia no Partido um profundo enraizamento sectário. Não bastava apelar a uma frente única, mesmo de âmbito sindical, como fazia a CIS, para que, num ápice, se aplinassem e vencessem velhas e fundas desconfianças e preconceitos que dividiam as diferentes correntes em meio operário.

¹⁵⁸ Cf Texte définitif de la lettre directive au PC du Portugal adoptée par le Secrétariat –politique du 29.X.32: f.495, op 3, d. 342, seguido e cit.por João Arsénio Nunes, *A formação da estratégia...*, pp 26-27

¹⁵⁹ Cf João Arsénio Nunes, *Sobre alguns aspectos da evolução...* p. 729

¹⁶⁰ Cf Annie Kriegel e Stéphane Courtois, *Eugen Fried, Le grand secret du PCF*, Editions du Seuil, Paris, pp 232-233

¹⁶¹ *O proletariado e a revolução, Avante!*, I série, 9, Janeiro de 1933, cit. por J. Arsénio Nunes, *A formação da estratégia...*, p 27

Porém, em meados de 1933, a publicação da legislação corporativa referente à constituição compulsiva de sindicatos nacionais, implicando a dissolução ou integração dos existentes, vem criar uma situação particularmente sensível no movimento sindical, o que reforça a premência dos apelos à constituição de uma Frente única a palavra de ordem defendida pelos comunistas é a da Frente Única.

Divulgado o projecto legal do governo, o PCP através da CIS apela à unidade de todos os sectores sindicais¹⁶², mas está longe, com estas iniciativas de conseguir vencer as fundas dissenções, particularmente com a CGT, que nem quer a frente única, como a CIS não quer, de resto integrar-se na CGT, como sugeriam os sindicalistas revolucionários em resposta à proposta de frente única.

Todavia, já em Setembro de 1933, quando os decretos são efectivamente publicados, havia sido possível editar um comunicado conjunto da CIS, CGT, FAO de Lisboa e do Comité dos Organismos Sindicais Autónomos, o que representava, mesmo que de um ponto de vista estritamente formal, um avanço considerável no caminho da Frente Única, mas que se faz sob um palavreado radical, numa linguagem tão ao gosto da CGT :

*“Vamos para a luta. Desçamos à rua. Batamo-nos como leões. Os soldados e marinheiros são nossos irmãos de sofrimento. Esclareçamos-lhe o cérebro, demonstremos-lhe que nos batemos por nós e por eles, de eles se unirão à nossa causa; arrasta-los-emos para o nosso lado, converte-los-emos da sua e da nossa libertação. Respondamos ao assalto das nossas organizações com a greve geral, levantemos barricadas nas ruas e nas praças públicas; armemo-nos; somos a maioria; somos a imensa maioria”*¹⁶³.

A subscrição deste discurso por parte da CIS é seguramente mais do que o preço pago pelo sector sindical do PCP, por qualquer coisa que se aparentasse com a Frente Única. Trata-se da ultrapassagem da versão gradualista, legal, pacífica no processo de desencadeamento da greve, operada sob a direcção pessoal de José de Sousa, secretário sindical do PCP, responsável da CIS e ainda dirigente da Federação dos Transportes, que, por essa via, se assumia ainda como representante dos sindicatos autónomos, o que,

¹⁶² Carta-circular da Comissão Inter-Sindical (CIS), in L.H.Afonso Manra (Introdução, notas e selecção de) *O 18 de Janeiro de 1934*, Assirio & Alvim, Lisboa, 1975, p. 51

¹⁶³ **Trabalhadores de Portugal! Operários anarquistas, comunistas, sindicalistas e sem partido. Trabalhadores empregados e desempregados: homens e mulheres e jovens explorados do campo e da cidade**, in Alberto Vilaça, *Para a história remota do PCP em Coimbra 1921-1946*, Edições Avante!, Lisboa, 1997, p. 138

aliás, garantia maioria das posições do Partido Comunista na Comissão Nacional de Frente Única.

Bento Gonçalves teria ficado sem grande capacidade para dirigir efectivamente a organização e o corpo de militantes do partido, que se empolgara na preparação da greve geral, que queriam revolucionária, a ponto de podermos perceber que Bento, não conseguia fazer vingar as suas posições, nem, inclusivamente, editar documentos partidários nesse sentido, o que o leva ¹⁶⁴ a deslocar-se Espanha para contactar a representação da Internacional Comunista, procurando a legitimidade do Komintern que Bento julgaria ser contrária à actuação de José de Sousa, a ganhar claramente ascendente no seio do partido e junto dos activistas da CIS.

Porém, entre Outubro e Dezembro de 1933, enquanto Bento Gonçalves estava em Espanha, enquanto reunia com a delegação da IC, a quem apresenta um relatório baseado na defesa de uma linha de massas como forma de enfrentar a fascização sindical¹⁶⁵, no interior do país, o aparelho do PCP envolvia-se de cima abaixo na preparação de um movimento de evidentes contornos insurreccionais.

Mesmo assim, ao regressar, não parece trazer as orientações que procurara. A Delegação do Komintern, segundo o dirigente do PCP tinha a ideia “*de que o ETN não seria aplicado e além disso um manifesto que conseguimos fazer imprimir foi obtido por encargo particular e chegou ao país demasiado tarde e ainda com o agravo de ficar apenas no conhecimento de alguns sectores da Região do Sado*” ¹⁶⁶.

Os esforços de Bento encontram eco apenas em sectores limitados do partido e das “juventudes”. Francisco Paula de Oliveira (*Pável*), Secretário-geral da FJCP, teria sido um dos seus principais apoiantes, acompanhando a fase final do processo de preparação do 18 de Janeiro¹⁶⁷. No Boletim do Secretariado da FJCP, de Novembro de 33, ainda antes do regresso de Bento Gonçalves afirmava-se que:

“A tentativa de fazer depender o triunfo do movimento das grandes acções militares e dos grandes planos de sabotagem, não faz mais do que deslocar as atenções dos objectivos (...). A arma mais grandiosa de que dispomos é a massa operária, o seu movimento colectivo. E se nós fizermos depender a luta massiva da acção prévia das grandes acções militares, é o

¹⁶⁴ Bento Gonçalves, **Duas Palavras...**, pp 24-25

¹⁶⁵ João Arsénio Nunes, **A formação da estratégia...**, p. 29

¹⁶⁶ **Idem**, p. 25

¹⁶⁷ Cf, [JAN] João Arsénio Nunes, **Francisco de Paula de Oliveira Júnior**, in *Dicionário de História do Estado Novo* (Dir. de Fernando Rosas e JM Brandão de Brito), II, Circulo de Leitores, Lisboa, 1996, pp 688-690

mesmo que expormos a sorte da luta a uma possível defecção dos heróis, à sua prisão, aos seus erros e loucuras”¹⁶⁸

A própria edição em Dezembro de 1933 do boletim semanal *A Greve*, publicação conjunta do PCP e da FJCP destinada à “*preparação do movimento contra a fascização dos sindicatos e da juventude*”¹⁶⁹, reflecte o quadro de dualidade política em que o partido se movia, evocando ressonâncias fraccionistas. Nele está claramente patente a crítica a anarquistas, revirahistas e a militantes comunistas que viam a greve contra a fascização dos sindicatos como uma greve geral revolucionária, a roçar o carácter insurreccional.

No último dos números publicados, praticamente nas vésperas da greve, quando os anarquistas fabricavam bombas em série e ultimavam de planos de sabotagem de linhas férreas, cortes de estrada, derrube de postes telegráficos e telefónicos, o boletim, como se nada disso estivesse a acontecer, insistia na defesa exaustiva do carácter de massas que a greve devia revestir¹⁷⁰.

Porém, a greve, tímida nas suas dimensões, tornar-se-ia uma componente secundária do movimento, à medida que as dificuldades na sua organização se acentuavam, sendo como que compensadas por um activismo frenético, orientado para acções violentas, de sabotagem ou de assalto, à espera de uma intervenção militar que, afinal não chegaria.

Seguiu-se, implacável, a repressão, mas também o tempo de analisar o processo e tirar lições. Na realidade, a derrota tinha sido completa e os seus efeitos demolidores.

Em plena ressaca da derrota sofrida, o Secretariado do CC do PCP procurava minimizar esses efeitos e sustar a debandada, o que significava também ajustar contas políticas, e dirigia-se aos trabalhadores nestes termos: “*o vosso movimento não foi esmagado pelo governo. O vosso movimento apenas esmagou as vossa próprias ilusões sobre o revolucionarismo dos chefes da CGT, sindicais revirahistas e reformistas*”, apelando ao “*novo reagrupamento das vossas forças, para luta independente, de base, sob o lema: CLASSE CONTRA CLASSE*”¹⁷¹.

Era como se o sector sindical do partido não tivesse ido na prática a reboque dos anarquistas, não tivesse enfileirado com eles, de cima abaixo, em todos os níveis e

¹⁶⁸ Boletim Semanal do Secretariado da FJCP, de 13.11.33, cit.por Elói Rodrigues, *As Juventudes Comunistas (1921-1936)*, in *Vértice*, II série, 50, Setembro-Outubro de 1992, p16

¹⁶⁹ *A Greve*, 2, 3 e 4, de 10, 17 e 24.12.33

¹⁷⁰ Cf *Por amplas demonstrações de massas*, in *A Greve*, 4, de 24.12.33

¹⁷¹ *Das ilusões anarquistas e revirahistas no seio dos trabalhadores à frente única independente de classe contra classe*, in António Ventura (Notas e Introdução), *As primeiras lições da jornada de 18 de Janeiro*, *Estudos sobre o comunismo*, 2, Janeiro-Abril de 1984, p. 55

estruturas de enlace, da preparação à execução das acções, num entusiasmo e numa entrega transbordantes. E aí estava, na correcção apressada desse envolvimento a reafirmação da velha palavra de ordem de classe contra classe, sem outra justificação ou outro efeito a não ser cerrar fileiras para o reagrupamento de forças.

Por sua vez, *O Proletário*, ilegal desde Março de 1934, para além de responsabilizar os chefes da CGT, responsabilizando-os pelo desaire do movimento, acrescentava o que era, no essencial o ponto de vista do grupo de Bento Gonçalves: “*Em dezoito de janeiro não podia pôr-se, sinceramente, a palavra de ordem de greve geral revolucionária. O proletariado vinha apenas de romper a timidez que o separou da luta de classes no período 1926/29*”¹⁷².

Abria-se um tempo de recuo geral em matéria de organização, uma enorme crise, implicando esforços enormes na sua superação.¹⁷³

4. “os camaradas não cumpriram as orientações dadas por nós”

A reorganização da CIS e da corrente comunista iniciara-se praticamente logo, quando ainda ressoavam os passos da repressão. Agarrava-se o que havia a agarrar dos militantes que conseguiram escapar à sanha repressiva. Dirigentes e activistas sindicais da CIS e do PCP, reforçam o seu carácter clandestino, bem expresso aliás no folheto “*Como se organizam e funcionam os sindicatos ilegais*”¹⁷⁴.

Ao mesmo tempo que a repressão se abatia sobre o PCP, que se procuravam tirar lições do 18 de Janeiro, reforçavam-se os laços com o movimento comunista internacional. Francisco Paula de Oliveira passa a representar o PCP junto do Komintern, partindo para Moscovo, logo no início de Março de 1934 para integrar o Secretariado Latino da Internacional Comunista.

Por essa altura já lá se encontrava pelo menos Armando Magalhães para frequentar a Escola Internacional Lênine¹⁷⁵, a que se juntariam outros quadros fugidos

¹⁷² **O nosso partido, o movimento de dezoito de janeiro e os renegados anarco-reviraslhistas**, in *O Proletário*, série ilegal, 3, Maio de 1934

¹⁷³ Cf Bento Gonçalves, **Dois Palavras...**, p. 27

¹⁷⁴ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, P. 1500-SPS, **Relatório de 21.6.35**, pp 40-53

¹⁷⁵ Cf Edgar Rodrigues, **Deus Vermelho**, Porto, 1978, p. 31

da repressão do 18 de Janeiro, como José Gregório e Manuel Domingues ou, já em 1935, outros ainda, como Francisco Miguel¹⁷⁶ ou Sebastião Viola¹⁷⁷.

Os constantes reajustamentos na composição da direcção do partido, em virtude da repressão levariam de Júlio Fogaça ao Secretariado do CC, provavelmente na sequência da prisão de Álvaro Duque da Fonseca em Fevereiro de 1935.

Fogaça era um jovem de famílias prósperas, proprietários rurais do Cadaval, tocado pelo ambiente de diferenciação à esquerda e de radicalização que se verificava no país, em diferentes meios estudantis, mesmo liceais e em diferentes localidades, incluindo vilas de província, onde iam surgindo pequenos grupos que, independentes entre si, se aproximavam do marxismo e, em larga medida, por isso, se tornavam terrenos de recrutamento para o Partido Comunista.

Em Março desse ano, Fogaça escreve a Paul Nizan, confessando-lhe completa admiração, ainda que admitindo simpatizar com os anarco-sindicalistas. Nestes termos:

*“Cette lettre sera un cri de ralliement entre nos deux; elle vous apportera la voix d’un de vos camarades du Portugal, Qui, comme vous, s’est emancipé de la réaction fasciste, e s’est rallié au Proletariat, la seule force vraiment vivante et capable d’accomplir la destruction de ce monde miserable où nous aujourd’hui vivons”*¹⁷⁸.

Pouco tempo depois, Júlio Fogaça anima o lançamento de um desses grupos, *Vida Nova*, “que encerra em si a vontade de um grupo de homens novos em rebelião declarada contra o mundo em que vivem, um mundo de interesses mesquinhos que rebaixa e calca aos pés todos os elementos humanos e dignificadores do homem”¹⁷⁹.

É por esta altura que um desses grupos, a *União Cultural Mocidade Livre*, a que pertencia o então jovem tipógrafo Francisco Lyon de Castro, propõe à Universidade Popular Portuguesa que Bento Caraça profira a Conferência sobre *A Cultura Integral do Indivíduo – problema central do nosso tempo*¹⁸⁰, que se tornará uma referência desta geração.

É justamente do cruzamento de todas estas iniciativas que borbulhavam na efervescência daquela época, que Lyon de Castro, já militante comunista, vai recrutar Júlio Fogaça, para o PCP.

¹⁷⁶ Cf Francisco Miguel, *Uma vida na Revolução*, AOpinião, Porto, 1977, pp 60-61

¹⁷⁷ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, P. 5415-SR, [79]

¹⁷⁸ Academia das Ciências de Lisboa, *Herança Fogaça*, 62/1, 4-7, Dossier 5, *Carta a Paul Nizan*, Cadaval, Março de 1933, mns, p. 1

¹⁷⁹ *Idem*, s.t., s.d., mns, 1p

¹⁸⁰ Cf Frederico de Carvalho, *Editor e Militante*, in *Expresso*, de 15.7.95 e *Entrevista de Teresa Maia e Carmo a Lyon de Castro*, in *Diário de Notícias/DNA*, de 13.11.99

É também por esta altura, no último trimestre de 1934 ¹⁸¹, que Álvaro Cunhal seria recrutado para o PCP, mas por via da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. Oriundo de uma família de recursos desafogados, republicana e liberal por via paterna, faz, desde o início da década, o percurso de aproximação ao marxismo numa conjuntura perturbadora para esta geração de jovens que o leva, já na Universidade, a envolver-se numa intensa e destacada actividade em organismos e organizações periféricas do Partido, seja a Liga dos Amigos da União Soviética, o Socorro Vermelho Internacional, a Liga Portuguesa contra a Guerra e o Fascismo, os Grupos de Defesa Académica e, finalmente, a Federação das Juventudes Comunistas.

A adesão de novos militantes num quadro de grande repressão conduz a processos rápidos de mobilidade vertical, chamando militantes por vezes muito recentes para organismos intermédios e mesmo superiores.

Se Júlio Fogaça ascende de modo quase fulgurante ao Secretariado do Comité Central, Cunhal chega à Direcção da FJCP e daí ao CC do PCP também de forma muito rápida. Primeiro, ao Comité Regional de Lisboa e a seu secretário político, o que lhe proporcionam, por inerência, acesso ao Comité Central da organização juvenil. Poucos meses depois, em Abril de 1935, é eleito numa reunião alargada de militantes da Federação para o seu Comité Central, tornando-se secretário político e daí ao CC do PCP, um passo.

É neste contexto e com a chegada de uma nova geração de militantes e de quadros, muitos deles oriundos da pequena e da média burguesia, de ambientes sociais de forte extracção republicana e liberal, esquerdizando-se por via do momento político vivido interna e externamente que se vai querer operar a inflexão suscitada pelo VII Congresso da Internacional Comunista, que proclama de modo formal e absoluto a política das Frentes Populares.

O entendimento com os chefes republicanos civis e militares que conspiravam em permanência contra o regime, era, no plano doutrinário, no discurso político explicitado, quase que liminarmente recusada, porque contrária ao desenvolvimento do movimentos de massa, porém, sem nunca fechar completamente as portas ao entendimento com esses sectores.

Praticamente nas vésperas do VII Congresso do Komintern, o PCP fazia voz grossa negando qualquer entendimento com estes sectores, embora em nome da necessidade de uma “*frente comum contra o fascismo*”, fosse acrescentando que se

¹⁸¹ Cf José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...* p. 100

estavam a verificar evoluções na forma como encaravam o partido e a sua política para, manifestarem disposição de “*discutir todas as propostas dos chefes republicanos*”¹⁸².

A Resolução que o Secretariado do PCP publica *Sobre a Preparação do VII Congresso da Internacional Comunista*, pretende mais uma vez consagrar a mudança de orientação política do PCP, contrapondo a unidade antifascista e a construção da Frente Popular à política de classe contra classe. O documento constata a inexistência de um Partido Socialista, critica anarco-sindicalistas e republicanos reviralhistas, mas persiste, no entanto, na ideia de que estaria em curso uma deslocação nesses sectores, numa provável aproximação à frente antifascista:

*“Nós modificámos, efectivamente, a nossa tática de frente única, de harmonia com as condições novas. O fascismo, a ofensiva do capitalismo e o perigo de guerra, em paralelo com próprio trabalho revolucionário consequente e aturado do nosso Partido, criaram esta realidade: entre os próprios escalões dirigentes do reviralhismo e do anarco-sindicalismo operam-se grandes e profundas deslocações: os sargentos acabam de criar um “comité” para a luta pelo derrubamento da ditadura; as camadas intelectuais são sacudidas e predis põem-se para a acção; a juventude estudantil das próprias camadas médias envereda pelo terreno do anti-fascismo; o movimento camponês cresce no país; dentro das fábricas realiza-se já a frente única para a luta imediata contra a ofensiva do capital e pela reorganização do movimento sindical revolucionário e os mais obscuros trabalhadores intervêm nas lutas parciais”*¹⁸³

Para o Secretariado do CC do PCP, se as condições para uma frente popular não estavam já maduras, amadureciam rapidamente. Fala-se inclusivamente aí, e de modo explícito, na necessidade de trabalhar dentro das organizações do regime, designadamente os Sindicatos Nacionais e as Casas do Povo

Bento Gonçalves, que dirige a delegação ao VII Congresso, apresenta um relatório, escrito já em Moscovo, texto que é objecto de muitas críticas por parte da IC e cuja redacção final seria fixada por Paula de Oliveira¹⁸⁴, num esforço de adequação à orientação política em debate.

¹⁸² Os novos boatos de “entendimento”, in *Avante!*, II série, 7, Maio de 1935

¹⁸³ *Sobre a Preparação do VII Congresso da Internacional Comunista. Resolução do Secretariado do Partido Comunista Português (SPIC)*, in *Avante!*, II série, 6, Abril de 1935

¹⁸⁴ Cf José Pacheco Pereira, Álvaro Cunhal..., pp 116-119

Os dois congressos, quer o VII da IC como o VI da ICJ, tiveram nas respectivas delegações um impacto profundo. No caso particular do Komintern, quer pelo ambiente, pelo longa duração de um mês, pela presença de mais de meio milhar de delegados, representando 65 partidos comunistas, como pelo conteúdo dos trabalhos e pelos contactos e encontros à margem dos congressos.

Numa nota que Bento Gonçalves enviou, provavelmente ainda de Moscovo, para os dirigentes no interior sobre as transformações que se teriam de operar no PCP:

*“(…)O VII Congresso pôs em destaque a nossa falta de trabalho nas organizações de massas fascistas e outras, a nossa linha política excessivamente sectária, as nossas palavras de ordem e as nossas campanhas muito radicais, o nosso atraso quanto à frente única e à frente popular contra a ditadura fascista”*¹⁸⁵.

Os delegados que integraram as delegações portuguesas tinham a consciência clara do estado em que o partido se encontrava e das medidas necessárias para alterar essa situação. Era o grande desafio que se colocava.

O regresso da delegação do PCP, especialmente de Bento Gonçalves, em Novembro de 1935, sofreria as conhecidas atribulações. Surpreendido pela polícia num imprudente e incrível encontro de rua com Fogaça e José de Sousa, é, num único golpe, preso todo o Secretariado, deixando o PCP decapitado.

Devido a esse acontecimento devastador, é retardado por vários meses, até Março de 1936, o regresso dos restantes elementos, quer do partido quer da FJCP, que haviam participado nos congressos de Moscovo.

Manuel Roque Júnior que permanecera em Moscovo até Janeiro de 1936, com as prisões do interior, acaba por ver exposto o seu comportamento face à polícia, por, preso anos antes, ter denunciado uma das tipografias do partido e uma casa clandestina da FJCP, o que fora encoberto tanto por Paula de Oliveira como Bento Gonçalves. Acabará expulso do partido pela própria Comissão de Quadros da Internacional¹⁸⁶, deixando aí um lastro de desconfiança em relação ao PCP.

Os esforços iniciados em 1929, com todos os avanços e recuos, com todas as contradições políticas eram inviabilizados por muitos anos. Até ao final da década nunca o partido se conseguiria recompor de tão fundo golpe quer do ponto de vista orgânico como político e ideológico.

¹⁸⁵ Sur les Tâches immédiates du PC portugais, cit por João Arsénio Nunes, in *A formação da estratégia...*, p. 32

¹⁸⁶ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, *PC 2551/41, Auto de Perguntas a Manuel Francisco Roque Júnior*, em 7.1.42, [21v]

A recomposição da direcção faz-se com militantes de segunda linha, que constituem um Secretariado de recurso até à Primavera de 1936 – Miguel Wager Russell, que era de há muito o responsável pelo Socorro Vermelho Internacional; Manuel Rodrigues da Silva, que era praticamente quem restava do sector sindical e Francisco Ferreira, o principal dirigente da FJCP em liberdade no interior.

Alberto Araújo, de origem estudantil, com passagem pela FJCP, mas já professor liceal, revelar-se-á como um dos principais esteios não só desta nova direcção, como de toda a actividade dirigente até ser preso em 1937.

Mas o regresso dos delegados aos congressos de Moscovo parece ter chocado com a incipiente direcção montada no interior. Cunhal revelar-se-ia particularmente duro e crítico a uma direcção sem garra face às enormes tarefas determinadas pela Internacional

Há águas no interior do PCP que começam a separar-se e que nunca mais se unirão no combate militante. Contra Russell juntam-se a Cunhal, por exemplo, Alberto Araújo ou Joaquim Pires Jorge, antigo operacional reviralista do grupo de Sarmento de Beires, que havia aderido ao PCP por volta de 1934. Fosse real ou não a crítica de mãos largas na gestão dos dinheiros partidários, esse será o caminho para que Russell se seja afastado das suas funções.

Em Abril de 1936, uma reunião alargada de quadros procede à eleição de um novo Comité Central, que passa a ser composto por Alberto Araújo, Manuel Rodrigues e Silva e reservado lugar a Francisco Paula de Oliveira que estando na URSS se pretendia que regressasse. É nesta altura que Cunhal passa a integrar pela primeira vez o Comité Central do PCP, sendo destacado para se deslocar a Espanha e França para apoiar o regresso de *Pável*.

Esta turbulência é, no entanto, olhada pela Internacional Comunista com suspeição. O secretariado de Manuilsky é informado de que a debilidade da direcção provisória resultara da profundidade do golpe repressivo, levando a colocar aí “*camaradas que não correspondiam à confiança neles depositada*”. No entanto, para o Comité Executivo do Komintern, a prisão do Secretariado levantava imensas dúvidas.

Mas a IC percebia ainda perfeitamente que, para além destes factos de natureza organizativa, a Frente Popular tardava em constituir-se em Portugal e quer saber porque não se verificam avanços a este nível. Francisco Paula de Oliveira explica-se como pode, andando à volta do que já era sabido – “*antes tínhamos um sectarismo extraordinário, mas nos últimos tempos passámos deste sectarismo quase a um*

*verdadeiro oportunismo*¹⁸⁷, numa alusão à oscilação no relacionamento e na crítica aos sectores republicanos e anarquistas.

Mas a constituição da Frente Popular não se revelava tarefa fácil, mesmo se o *Avante!* de Fevereiro de 1936 declare que a frente está formada com o PCP e “*cerca de um dezena de organismos operários e pequeno-burgueses de diferentes tendências*”¹⁸⁸.

Essas organizações eram débeis e muitas delas constituíam a constelação orgânica periférica ao PCP¹⁸⁹, como era o caso da CIS, da FJCP, do SVI, da ORA ou da anémica Liga Portuguesa contra a Guerra e o Fascismo que Bento Caraça criara uns anos antes. A estes sectores juntar-se-iam novas organizações resultantes do processo de radicalização da pequena burguesia, particularmente organizações de extracção estudantil, de que o Bloco Académico Antifascista e a Acção Anticlerical Antifascista seriam as mais importantes.

O Bloco era, em larga medida, dirigido por Fernando Piteira Santos e tendia para uma aproximação rápida à FJCP e aí acabando por se integrar ainda em 1936, por acção de Cunhal que conhecia bem toda essa geração que o compunha e que consigo ombrear nos anos anteriores; enquanto que os AAA, de inspiração carbonária, tinha ligações aos sectores mais radicais da Maçonaria.

Aliás, entre a juventude, este processo de radicalização, que tocava particularmente sectores cujas sociabilidades familiares e sociais vinham impregnadas de republicanismo liberal, levava à sobreposição da vontade de lutar contra o fascismo ao rigor ideológico e fazia com que, por vezes e contra todas as recomendações do Komintern, alguns jovens comunistas fossem simultaneamente membros da Maçonaria, do Bloco Académico e da FJCP. É o caso de Manuel João da Palma Carlos ou de alguns jovens intelectuais de Coimbra, como Armando de Castro ou Joaquim Namorado que, à beira de abraçarem o partido comunista permaneciam membros da importante loja Maçónica *A Revolta*, que mantinha o Centro Republicano Académico como estrutura legal.

De qualquer modo, pouco mais havia, além do que restava dos diferentes grupos e partidos republicanos, praticamente exauridos e dispersos no interior do país, ainda

¹⁸⁷ ICS/AHC-IC, *Doc. 10, Maço 30, Caixa 2, Reunion du Secretariat Roman, Question Portugaise*, 14.4.36, Orateur: Kerros [Queirós, isto é Francisco Paula de Oliveira], p. 31

¹⁸⁸ **O povo vencerá a reacção. Acaba de se constituir em Portugal a Frente Popular Anti-fascista**, *Avante!*, 2ª série, 16, Fevereiro de 1936, pub. in L.H.Afonso Manta, *A Frente Popular Antifascista em Portugal*, Assirio & Alvim, Lisboa, 1976, p. 126

¹⁸⁹ João Brito Freire, **O Partido Comunista Português e a Guerra Civil de Espanha**, in Fernando Rosas (Coord. de) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Colibri/IHC da FCSH-UNL, Lisboa, 1998, p. 181

que contassem com a Organização Revolucionária dos Sargentos, assim como a Conjugação Republicana Pró-Democracia¹⁹⁰, entretanto criada.

Mas, mesmo aderindo, o PCP criticava o Manifesto da Frente, sobre cujo conteúdo não teria sido consultado, insistindo na proposta de criação de comités de enlace entre a CIS e a CGT, com vista à unificação do campo sindical, dando assim expressão á frente única, tida como esteio fundamental da Frente Popular, o que estava longe de corresponder à vontade da CGT, evidentemente.

Também no exterior dirigentes comunistas, passando ou deslocando-se propositadamente a Paris e Madrid aproveitavam para reforçar os núcleos partidários aí existentes e incentivar a constituição da Frente entre os emigrados e exilados políticos.

Em Dezembro de 1935, por exemplo, Francisco Paula de Oliveira procura na capital francesa conferenciar com José Domingues dos Santos, um republicano de esquerda cujo grupo nunca fora profundamente hostil ao PCP e que mantinha posições próximas quanto ao papel das massas populares no derrube do regime, conseguindo que este concedesse uma entrevista à revista *La Correspondence International*, do Komintern, onde profere uma declaração crítica face ao reviralhismo, tão ao gosto do PCP¹⁹¹.

Assim, a partir de Paris, o grupo de Domingues dos Santos adere à FPP com e o mesmo se passa com a Aliança Republicana de Jaime Cortesão e Jaime Morais, em Madrid ou com os enfraquecidos Sindicatos Autónomos.

A presença do PCP em Espanha durante a República e a Guerra Civil decorria em larga medida da presença de uma delegação de alto nível do Komintern que assegurava a ligação com o CC do PC Espanhol, com quadros destacados como o argentino Victorio Codovilla e, já em 1937, Palmiro Togliatti, membro do Comité Executivo da Internacional, aspirando a representação portuguesa a uma ligação directa à Internacional, sem intermediação do PC espanhol¹⁹².

Aos quadros comunistas no exterior punha-se, no entanto, a questão de reingressar ou não no país, face à crise orgânica e política que a organização do interior atravessava. Quadros dirigentes de passagem dor Paris, por exemplo, como *Pável*, secundado por Cunhal, defendiam o reingresso dos militantes mais experientes ou capacitados, mas as resistências eram muitas e as quezílias e intrigas internas emergem

¹⁹⁰ Luís Farinha, **Os reviralhistas e a Frente Popular**, in *História*, Nova Série, 28, Janeiro/Fevereiro de 1997, p.6

¹⁹¹ Cf J.Pacheco Pereira, **Álvaro Cunhal...**, pp 168-170

¹⁹² ICS/AHS-IC, *Doc 95, Mç 15, Cx 2*, [F495, op 10^a d. 267], **Carta de Queiros a Manuilski**, s.l. [Paris], 10.9.36, [trad. do russo], secreto, dact., p. 2

com uma dimensão tal, que condicionarão e dissolverão de modo irreversível as relações entre esta reserva de quadros comunistas.

Cunhal e Paula de Oliveira chegam finalmente a Portugal em Janeiro de 1937 e Francisco Miguel no mês seguinte, vindo directamente da União Soviética. Todo esse ano é marcado pela direcção de Pável, secundado por Alberto Araújo. Os seus esforços vão no sentido de romper com velhas práticas e dotar o PCP de uma estrutura organizativa capaz.

Em Fevereiro de 1937, a propósito de um rebentamento de bombas em solidariedade com o povo espanhol, organizado por estruturas de enlace da Frente Popular com os anarquistas da CGT, o Secretariado do PCP apesar de envolvido directamente nas acções e de defender todas as formas de apoio à Espanha republicana, chama a atenção de *“todos os camaradas contra toda a tendência para prática de acções isoladas sem eficiência que possam redundar em puro terrorismo”*¹⁹³.

Tendências associadas a uma forte componente de violência como forma de solidariedade com o povo espanhol vão manter-se duradouramente nas fileiras do Partido e vão exigir um combate que muitas vezes tem de ser pessoal e directo, como o que Helena Faria, orientada por Francisco Miguel, travaria num dos Comitês de Zona de Lisboa, em que este a aconselha que se tais ideias persistissem nos militantes *“então dever-se-ia dizer àqueles que defendiam isso que a solução era ir combater”*¹⁹⁴ para Espanha.

Enviar para Espanha militantes que fossem combater na frente de batalha pela República seria assim resultante de circunstâncias particulares, fosse a radicalização ou a perseguição policial, e não um objectivo central que levasse à organização de destacamentos de voluntários para esse efeito, mesmo que os representantes do Komintern em Espanha tivessem admitido não só uma maior representação portuguesa nas Brigadas Internacionais, como a constituição mesmo de um desses destacamentos com portugueses.

Porém, os esforços desenvolvidos nesse sentido foram completamente gorada e a própria participação portuguesa nos diferentes segmentos do exército republicano, fraca. Não existem estimativas rigorosas sobre os totais de portugueses combatentes nas fileiras republicanas, estimando-se entre 500, segundo César de Oliveira e 1000 ou 1200, segundo Varela Gomes ¹⁹⁵.

¹⁹³ A propósito das explosões das bombas, in *Avante!*, II série, 28, 1ª quinzena de Fevereiro de 1937

¹⁹⁴ IAN/TT, PIDE-DGS, PC 802/38, Continuação do Auto de Perguntas a Helena Vieira de Faria, em 5.4.38

¹⁹⁵ João Brito Freire, *O Partido Comunista Português e a Guerra Civil...* pp 192

Segundo Pedro da Rocha, “*O Avante!*, órgão do Partido Comunista Português, incitava os militantes e simpatizantes a partirem para Espanha a fim de se alistarem nas forças republicanas, indicando que bastava contactar qualquer organização política ou a Frente Popular. A verdade é que poucos seguiriam o conselho. A maioria dos portugueses que combateram em Espanha já lá viviam e de fora, além dos raros que foram de Portugal, houve alguns residentes em França e um ou outro caso isolado da Bélgica, dos Estados Unidos, do Brasil.”¹⁹⁶.

Mas, independentemente da maior ou menor presença e participação de militantes portugueses no campo republicano, na prática, a prioridade do PCP não foi a de organizar destacamentos para as Brigadas Internacionais ou para as forças republicanas, mas sim a de reforçar o trabalho político e partidário no interior do país.

Nesse sentido, reforço da actividade política significava, na opinião da Direcção partidária, “*sair decisivamente das formas sectárias da actividade de grupo puramente ilegal e lançar-se arrojadamente no caminho da mais profunda utilização das possibilidades de actividade legal*”¹⁹⁷, embora o que continuasse a predominar era a propaganda, com edições do *Avante!* a atingir os dez mil exemplares e uma periodicidade semanal entre Maio de 1937 e Maio de 1938¹⁹⁸.

Na verdade, a maioria dos militantes resistia às novas orientações e de modo activo, discordando abertamente, como é reconhecido no próprio *Boletim Interno do PCP*, fosse pelo desconhecimento da linha política, pelo sectarismo entranhado ou pelo criticismo, afrouxando, para mais, a disciplina partidária e criando condições que “*podem contribuir para o rompimento da unidade do Partido*”¹⁹⁹.

Se as dificuldades para vencer esta situação eram grandes, a constante pressão policial levava a razias consecutivas. Cunhal é preso em Julho de 1937, Alberto Araújo em Novembro, Francisco Paula de Oliveira e Francisco Miguel em Janeiro de 1938.

Perante as dificuldade de dar corpo à Frente Popular, com a recusa impertinente da CGT e as ressalvas dos republicanos, a tendência, com estes, era para a cedência no plano político e doutrinário, designadamente em torno de um conceito equívoco de defesa da independência nacional, assumindo a defesa de Angola ou a denúncia dos

¹⁹⁶ Pedro Rocha, *Escrito com Paixão...*, p. 157

¹⁹⁷ Directrizes sobre o trabalho do PCP adoptadas em reunião do S. do CC de Fevereiro de 1937, in *Boletim Interno do PCP*, II série, 1, Fevereiro de 1937

¹⁹⁸ Cf J.A.N. [João Arsénio Nunes], *Avante!*, in *Dicionário de História de Portugal*, VII, Figueirinhas, Lisboa, 1999, pp 153

¹⁹⁹ Cf *Reforcemos a unidade do Partido*, in *Boletim Interno do PCP*, II série, 2, Outubro de 1937

apetites alemães em relação ao espaço colonial português em África para acusar o governo de “traição nacional” porque não assegurava esses interesses²⁰⁰.

Havia uma evidente perda de iniciativa política no quadro da FPP, em detrimento dos sectores republicanos que, a partir dos seus núcleos no estrangeiro, particularmente de Paris e também de Barcelona, conspiravam com vista a um golpe militar sob a égide da Frente que derrubasse Salazar.

Em Novembro de 1938, Domingues dos Santos, em Paris, ao substituir no cabeçalho do *Unir* a designação de jornal da Frente Popular por jornal da democracia portuguesa²⁰¹, marcava como que o toque a finados da FPP.

A prisão de Francisco Paula de Oliveira lança um onda de alarme tanto no interior como no exterior. A IC insiste em enviar mais quadros para o interior, como José Gregório e Sebastião Viola, que haviam frequentado a Escola Leninista de Moscovo; Armando Magalhães, depois de todas as resistências que manifestara²⁰² ou Ludgero Pinto Basto que estivera em Espanha e em França em missão partidária.

Guindado praticamente desde logo à direcção do Partido, Armando Magalhães procura reunir as informações e os dados que lhe permitissem caracterizar com algum detalhe a situação partidária, conforme teria sido incumbido pela Internacional Comunista²⁰³.

A situação organizativa era muito fraca, a influência social também e a Frente Popular estava desarticulada e inactiva. Em Moscovo esta situação era conhecida e asperamente criticada, admitindo-se cada vez mais que o partido poderia estar infiltrado pela polícia ou por agentes provocadores, tanto mais que as prisões se sucediam a um ritmo surpreendente e os esforços para substituir a partir do exterior os quadros que iam sendo presos, revelavam-se sucessivamente infrutíferos, seguindo o mesmo destino.

É justamente neste contexto que se dá a fuga de Pável da prisão do Aljube com apoios de monta, reemergindo velhas quezílias e rivalidades entre este e Armando Magalhães a resvalar para a suspeição pessoal num ambiente de acentuada desagregação interna.

Magalhães será preso em Outubro de 1938 e Paula de Oliveira sai do país rumo a Paris e Moscovo. Provavelmente em Paris, usando o pseudónimo de *Queirós*, como era conhecido junto da IC, redige juntamente com Manuel Domingues (Amaro) que se

²⁰⁰ Cf João Brito Freire, *O Partido Comunista Português e a Guerra Civil...* pp 183-184

²⁰¹ Luís Farinha, *Os revivalistas...*, p. 10

²⁰² Cf J.Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...*, p 310

²⁰³ Cf J.Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...*, p 310

lhe juntara vindo do interior, um longo relatório, que começa justamente por reconhecer que, ano e meio depois do VII Congresso, o PCP não procedera ainda a uma viragem radical na sua actividade, com sectores significativos do partido a resistirem a essa viragem, no que viam mesmo uma “*degenerescência oportunista da linha da IC*”²⁰⁴.

Mas o aparelho Kominterniano já não se contenta apenas com estas apreciações. Aumentam as suspeitas – desconfia das razões do êxito da fuga de Pável das prisões salazaristas, ao mesmo tempo que o conjunto de ex-alunos da Escola Leninista regressados em 38, estão todos presos. E, dos que regressaram anteriormente, apenas Domingues conseguira escapar à prisão e acabava de sair também do país. Ao ambiente de insanável intriga e quezília interna, designadamente o esgrimir entre Magalhães e Pável, de incapacidade de bolchevizar o partido, construir a Frente Única e erguer a Frente Popular, avoluma-se a suspeita de que o PCP poderia estar infiltrado pela Polícia.

Daí que, quando o relatório de *Queirós e Amaro* chega à IC, já Dimitrov havia dado a sua concordância à deliberação da Secção de Quadros da Internacional, que é subscrita por Stela Blagoeva com base em informações de Luis Codovilla – a acção de Francisco Paula de Oliveira é fraccionista e manrém-se “*no PC de Portugal um ambiente, constatado pelo CEIC em 1936, de provocação corrosiva e de fraccionismo do Partido*”²⁰⁵. O Partido é assim suspenso e colocado sob vigilância da Internacional. Não se trata de um documento de expulsão formal e explícita, mas de corte de relações.

Internamente, entre prisões, fugas e indisponibilidades, a direcção convulsa sem quadros com capacidade para enfrentar a situação. Acresce a tudo isto o facto da tipografia onde o *Avante!* se conseguia continuar a imprimir ter sido assaltada entretanto pela polícia.

Álvaro Cunhal é posto em liberdade em Junho de 1938, quando o turbilhão interno que varre a direcção do PCP já vai em fase avançada. Não volta então à clandestinidade, indo prosseguir estudos, sem que, no entanto, isso signifique alheamento da actividade política. Participa nos meios culturais, está nos Passeios do Tejo, que se realizam pelo menos desde 1939 e que juntam várias gerações de intelectuais progressivos do tempo. Está na redacção de *O Diabo* com Fernando Piteira Santos; contacta com Bento Caraça, com quem debate a política e a ideologia; afirma o seu posicionamento marxista.

²⁰⁴ Cf ICS/AHS-IC, Doc. 97, Mç 17, Cx 2, [F495, p 10 a d 264], Keiros e Amaro, *A situação política...*, p. 6

²⁰⁵ Cit. Por José Manuel Milhazes Pinto, *Quando a Internacional Comunista cortou com o PCP*, in *História*, (Nova série), 17, Fevereiro de 1996, p. 39

À volta de *O Diabo* constrói-se um espaço de apoio ao PCP. O jornal, salvaguardando o seu carácter, funcionava quase como um órgão cultural do PCP²⁰⁶, juntamente aliás com o *Sol Nascente*, onde a partir de certa altura o veio marxista ainda surge mais pronunciado²⁰⁷.

Mas, o Comité Central do PCP na prática não existia. A direcção era exercida por gente que a esse organismo havia pertencido antes da crise, mas, nenhum ou praticamente nenhum deles estava verdadeiramente embebido na linha do VII Congresso.

Resta muito pouco. Augusto Valdez e Francisco Miguel fogem do Forte de Caxias, em Março de 1939²⁰⁸; Ludgero Pinto Basto, assim como Vasco de Carvalho, Cansado Gonçalves e Francisco Sacavém permanecem no interior. Carolina Loff, um antigo quadro da FJCP que estivera em Moscovo e em missão do Komintern em Espanha, regressa ao país. Em contactos informais primeiro e numa reunião de quadros, é recomposto o Secretariado com Cunhal, Ludgero e Francisco Miguel. A ascendência do primeiro sobre os restantes é já notória.

É praticamente nesta altura que eclode a Segunda Guerra Mundial. O Comité Central do PCP, em Abril de 1939, mesmo nas vésperas da guerra, pronuncia-se em comunicado sobre a iminência do conflito, centrando-se na possibilidade de anexação de Portugal pela Espanha franquista com o apoio dos fascistas italianos e dos nazis alemães, o que contaria com a cumplicidade de Salazar. Daí que, significativamente, escolha como título para o documento: *Estão em perigo a independência e a integridade de Portugal*²⁰⁹. O comunicado propõe então, ainda no espírito da frustrada Frente Popular, a constituição de uma ampla Frente Nacional, que incluiria todos os sectores sociais que se opusessem a tal possibilidade de invasão.

Porém, o Pacto vinha abalar e dividir as já de si débeis e minguadas fileiras partidárias, onde, para mais, um lastro cultural republicano-liberal tinha um peso grande. Tais dúvidas e hesitações minavam o próprio Comité Central, que, segundo Cansado Gonçalves²¹⁰, entrega a Cunhal a tarefa de clarificar a posição do partido, o que significava entregar-lhe a difícil tarefa de proceder ao estabelecimento da nova posição partidária, em conformidade com o quadro que o Pacto introduzia.

²⁰⁶ Cf Luís Trindade, *O Espírito do Diabo*, Porto, Campo das Letras, 2004, pp 205-242

²⁰⁷ Cf. Luís Crespo de Andrade, *Sol Nascente, Da cultura republicana e anarquista ao neo-realismo*, Porto, Campo das Letras, 2007, pp 91-122

²⁰⁸ Cf Francisco Miguel, *Uma vida...*, p. 79

²⁰⁹ Cf Fernando Rosas, *O PCP e a II Guerra Mundial*, in *Estudos sobre o comunismo*, 0, Julho de 1983, pp 5-7

²¹⁰ Cf José Pacheco Pereira e Fernando Rosas, *Apontamentos duma entrevista com Firminiano Cansado Gonçalves*, in *Estudos sobre o Comunismo*, 0, Julho de 1983, p. 37

Cunhal apresenta assim a uma reunião plenária ampliada do CC do PCP em Outubro de 1939 um Informe sobre a Situação Internacional, que se centra na defesa do Pacto como de não agressão, procurando desmontar os principais argumentos com que diferentes sectores políticos o atacavam e colar-se às posições da IC, para concluir que *“O Partido Comunista Português, nesta hora de luta sem quartel, pronto no seu posto para a batalha contra a reacção, proclama o seu orgulho de pertencer à gloriosa Internacional Comunista de Lénine e Staline, e saúda a URSS que representa e defende as aspirações dos trabalhadores de todo o mundo, saúda o Governo da URSS, clarividente e firme na construção e salvaguarda do socialismo, sauda o dirigente de todo o proletariado –o camarada Staline”*²¹¹

Era a política de neutralidade face à guerra, que, na realidade, encobria o apoio ao Pacto ao insistir na defesa da URSS. Em vários artigos em *O Diabo*, Álvaro Cunhal, insiste neste ponto de vista. Num deles Cunhal toma como pretexto as velhas linhas da frente da Primeira Grande Guerra – Maginot e Siegfried – para desenvolver a ideia de que a guerra que eclodia não passava de um conflito inter-imperialista, em relação ao qual os trabalhadores não se deveriam envolver.

Mas com a prisão de Francisco Miguel e Ludgero Pinto Basto no final do ano, enquanto Cunhal vai cumprir serviço militar colocado na Companhia Disciplinar de Penamacor, onde consegue permanecer apenas dois meses, o núcleo dirigente recompõe-se com Cunhal, de novo, e com Carolina Loff, Vasco Carvalho e Francisco Sacavém.²¹², sendo lançado, por iniciativa de Cunhal o jornal copiografado *Em Frente!*, substituto transitório do *Avante!*.

A política de Frente Popular está enterrada e o *Em Frente!* dá claros sinais disso: *“A guerra tornando mais profundas as contradições do capitalismo, desmascarando claramente os “leaders” da II Internacional como traidores do proletariado ao serviço da burguesia, demonstrando serem os comunistas os únicos verdadeiros defensores da classe trabalhadora, veio tornar possível que nalguns países se pudesse encarar a conquista do poder pelo proletariado como uma tarefa a colocar na ordem do dia”*²¹³.

Porém, rapidamente Cunhal e Carolina vão ser presos. O PCP é nesta altura um partido profundamente enfraquecido do ponto de vista da sua liderança, das suas forças organizadas e da sua própria influência política.

²¹¹ Cf CC do PCP, *A Segunda Guerra Imperialista e o Pacto de não agressão germano-soviético*, dact, p 24

²¹² Cf J.Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...*, p 434

²¹³ O 1º de Maio, in *Em Frente!*, nº 1, Maio de 1940, cit Fernando Rosas, *O PCP e a II Guerra...*, p. 20

Capítulo 2.

A reorganização

1. Dois Partidos Comunistas em Portugal

Na viragem para os anos Quarenta, a ideia de reorganização não era propriamente nova entre os dirigentes do PCP, mas também não era ideia que correspondesse exclusivamente nem a uma necessidade interna nem à tomada de consciência e de decisão de sectores partidários descontentes com as incapacidades políticas, as debilidades orgânicas ou as indefinições ideológicas do partido, mesmo que as houvesse, e graves.

A ideia de reorganização, no caso do PCP, como aliás com outros partidos comunistas, foi arquitectada pelo Komintern sempre que a situação de um determinado partido não se coadunava ou não estava à altura de aplicar no seu país a orientação conjunturalmente estabelecida pelo centro comunista ou sempre que, por motivos de confiança ou de controlo político, se tornava necessário substituir a direcção por outra da inteira e absoluta confiança política.

Neste contexto, frequentemente, “reorganização” significava no jargão comunista internacional refundação, relançamento em bases completamente novas quer do ponto de vista político como dos próprios dirigentes.

O que sucedia de formalmente diferente é que no ano de 1940, a IC mantinha a suspensão do Partido Comunista havia dois anos, o que não queria necessariamente significar que o caso estivesse irremediavelmente encerrado, mas, ainda que equívoca a situação representava um isolamento praticamente total face ao aparelho comunista internacional.

Principalmente no Tarrafal, onde se encontrava o núcleo mais importante de comunistas presos, designadamente todos os elementos que constituíam o Secretariado em 1935, esta situação – de profunda crise orgânica, de incapacidade política, de suspeição e de suspensão do Komintern – era conhecida, transmitida pelos militantes e dirigentes que iam chegando.

Em meados de 1940, a OCPT, Organização Comunista Prisional do Tarrafal, que vinha discutindo a situação interna, ao tomar conhecimento de que a Amnistia dos

Centenários poria em liberdade alguns quadros, discute “*a forma como deveríamos actuar em Portugal para reorganizar o Partido e para encontrarmos formas de contactar regularmente com a organização do Campo*”²¹⁴, ainda que se questione se Bento Gonçalves, devido às posições que vinha adoptando na discussão política em curso, ainda estaria ligado ao designado Comité dos Dez, que dirigia essa organização prisional²¹⁵. Estes militantes traziam do Tarrafal orientações precisas como agir, incluindo a lista “*dos elementos que deviam ser excluídos*”²¹⁶.

Efectivamente, a amnistia dos Centenários, por coincidir com o monumental momento de propaganda do regime que foram as chamadas Comemorações dos Centenários (1140 e 1640), libertava do Tarrafal quase quatro dezenas de militantes, onde se incluem alguns dos que vão ter um papel determinante nessa reorganização, como Militão Ribeiro, Pedro Soares, Sérgio Vilarigues ou Américo Gonçalves de Sousa.

Já Júlio Fogaça seria primeiro transferido para o forte de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo e libertado semanas antes dos seus companheiros²¹⁷. A estes juntar-se-ão outros quadros experimentados, como Manuel Guedes, preso em Espanha em 1936, entregue às autoridades portuguesas dois anos mais tarde, que viria a ser posto em liberdade, de Caxias, também por amnistia, em Julho de 1940.

José Gregório, preso pouco depois de ter reentrado em Portugal em Abril de 1938, quando desempenhava funções de responsável do Socorro Vermelho Internacional, é libertado em 1940, depois de 21 meses de prisão, estabelecendo rapidamente ligação ao partido, por intermédio de Alfredo Dinis e Ferreira Marquês, com quem passará a ficar em contacto²¹⁸, ligações que são anteriores ao movimento de reorganização propriamente dito.

Alfredo Dinis (*Alex*), por sua vez, militante desde 1936, havia sido preso em 1938, também por actividades ligadas ao Socorro Vermelho Internacional, sendo libertado em Novembro de 1939, indo trabalhar para a Parry & Son, onde mais tarde aderirá à reorganização, vindo a desempenhar um papel fundamental na tarefa de polarizar e alargar as novas fileiras partidárias.

²¹⁴ Sérgio Vilarigues, **Dois comunistas transmontanos**, DORT do PCP, s.l., 1983, cit in *Bento Gonçalves, O Militante*, série IV, 166, Março de 1989, p. 36

²¹⁵ Segundo Piteira Santos, entrevistado em Maio de 1983, cf Fernando Rosas, **História de Portugal, Sétimo Volume, O Estado Novo**, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p. 381 e 414 n 177

²¹⁶ Duarte [Álvaro Cunhal], **A Actividade do Grupelho Provocatório**, Editorial “Avante”, 1944, p. 6

²¹⁷ Cf **Presos Políticos no Regime Fascista 1932-1935**, PCM/CLNRF, Lisboa, 1981, pp 232-234

²¹⁸ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, **P. 69/GT, Dados biográficos de José Gregório (Alberto)**, [copiados dos escritos pela sua mão – cópia integral, apreendido da Blanqui Teixeira em 5.6.63, dact., cópia], [33]

Esta era o que os reorganizadores consideravam a “parte sã” do partido, que trataram de contactar desde logo, como eixo fundamental do seu trabalho

A “reorganização” tomava assim a forma de um movimento desenvolvido numa lógica fraccionista completamente à margem e à revelia do velho partido e das suas estruturas, em que os contactos se estabeleciam numa base confiança política pessoal, adquirida na trabalho partidário ou nas prisões por onde todos estes quadros haviam passado por um período maior ou menor.

Era um novo partido comunista que se estava a formar, mesmo que se reclamasse de uma legitimidade sancionada pela direcção de 1935, formalmente reconhecida pela Internacional enquanto tal.

Ainda que desde Julho de 1940 estejam já em Lisboa militantes libertados do Tarrafal, como Militão Ribeiro, Sérgio Vilarigues e Américo Gonçalves de Sousa, que se mantêm em contacto entre si, reunindo inclusivamente; Júlio Fogaça, o quadro mais qualificado na hierarquia do partido, pois integrava o Secretariado que fora desmantelado em 1935, estabelece a data de Outubro de 1940 para o início da “reorganização”²¹⁹.

No entanto, a primeira reunião alargada dos “reorganizadores”, incluindo os que regressam do Tarrafal, de Angra ou que saem das prisões do continente, ter-se-ia realizado em Dezembro de 1940, na Cova da Piedade.

Contrariando a orientação trazida do Tarrafal de não contactar nenhum elemento da direcção do partido em funções no interior, esse contacto é estabelecido com Vasco de Carvalho, propondo-lhe que a direcção suspensa funções durante seis meses, o que é, evidentemente, recusado ²²⁰.

Serão necessários mais alguns meses para que se torne possível organizar um Bureau Político, com oito membros, que funcionava na prática como Comité Central e que dispunha de um Secretariado de 3 elementos, o que ocorre em Junho de 1941. Ainda que não se disponha da composição segura destes organismos, o Secretariado pelo menos era composto por Júlio Fogaça, Manuel Guedes e Militão Ribeiro e do Bureau fariam ainda parte José Gregório, Joaquim Pires Jorge e provavelmente Américo Gonçalves de Sousa e Sérgio Vilarigues.

²¹⁹ Cf António Ventura (introdução e notas), **Documentos sobre uma tentativa de contacto entre o Bureau Político do PCP (Júlio Fogaça) e a I.C. em 1941**, in *Estudos sobre o Comunismo*, 1, Setembro-Dezembro de 1983, p. 26

²²⁰ Cf Sérgio Vilarigues (entrevistado por Isabel Araújo Branco e Gustavo Carneiro), “A ideia foi reorganizar o Partido pela sua parte sã”, in *Avante!*, VII Série, 1423, de 8 de Março de 2001

Quando preso em 1942, Júlio Fogaça afirma-se como “*responsável político do Partido Comunista (...). Cobia-lhe a missão de assegurar a orientação política do Partido Comunista, perante cada fase da situação nacional e internacional*”²²¹

Mais tardia, mas provavelmente ainda de 1941, seria a adesão de Álvaro Cunhal ao novo partido, a que não será alheia alguma desconfiança em relação a si, da parte dos que saíam das prisões, pois Cunhal pertencera a um dos últimos secretariados do partido e fora um dos mentores e principais redactores do *Em Frente!*.

A direcção do PCP, a que pertencia Vasco de Carvalho, Velez Grilo e Francisco Sacavém, ficaria aliás conhecida nesta disputa como o grupo dos “enfrentistas” ou “grilistas”.

Na realidade, depois de sair da prisão, em Novembro de 1940, Cunhal passa à vida legal. É nesta altura que dá aulas no Colégio Moderno, numa altura em que os “reorganizadores” já haviam iniciado a sua actividade e a quem Cunhal seria ligado por Piteira Santos²²², começando a participar apenas numa reunião alargada, que se realiza na serra de Sintra, com a presença de duas dezenas de quadros²²³.

É interessante verificar como Cunhal, sobre a “reorganização”, fazendo ressaltar sempre a sua importância, tem a preocupação de não concretizar em demasia sobre o processo. Numa Conferência proferida há alguns anos, refere-se a essa época de modo estranhamente frugal:

“O governo declarava que o PCP estava definitivamente liquidado e tanta confiança mostrava em que com a derrota da URSS na guerra o comunismo seria uma causa definitivamente perdida que libertou em 1940 do Tarrafal e de outras prisões vários membros responsáveis do Partido.

*Em tais circunstâncias, empreendendo a reorganização, creio poder dizer-se que o PCP mostrava como os comunistas compreendem os seus deveres para com o povo e para com o país...”*²²⁴.

O confronto entre os dois grupos não demoraria a ocorrer, adquirindo aspectos de grande dureza, até pelo nível pouco digno de alguns dos argumentos e de acusações que trocavam mutuamente.

²²¹ IAN/TT, PIDE-DGS, *PC 507/42, Auto de Perguntas a Júlio de Melo Fogaça*, em 19.8.42, fls 67-68, [57-58]

²²² Segundo Piteira Santos, entrevistado em Maio de 1983, cf Fernando Rosas, *História de Portugal, Sétimo Volume...*, p. 414, n 178

²²³ Cf Sérgio Vilarigues (entrevistado por Isabel Araújo Branco e Gustavo Carneiro), *A ideia foi reorganizar o Partido...*

²²⁴ Álvaro Cunhal, *O Partido Comunista: da “Reorganização” dos anos 40 ao 25 de Abril*, Conferência no Seminário “Para a História da Oposição ao Estado Novo”, UNL, 9.4.92, *Separata do Avante!*, VII série, 956, de 16.4.92, p. 4

Do Tarrafal, José de Sousa, num acentuado processo de afastamento pronunciando-se sobre os métodos utilizados pelos “reorganizadores”, afirma numa carta enviada em 1942:

“(...) devo dizer-vos: que se me afigura ser um trabalho um trabalho conduzido por métodos extremamente sectários idênticos aqueles que caracterizam a vossa actuação aqui dentro, sobretudo nos últimos dois anos, e, portanto, com idêntico resultado: agravar a situação do P. aqui dentro e lá fora comprometendo-o e desprestigiando-o perante as massas. Por isso declino toda e qualquer responsabilidade com tais métodos, responsabilidade que, de resto, está bem ressalvada pela minha actuação nos últimos dois anos, criticando os vossos métodos mecânicos, sectários e em certa medida, policiais da Direcção do movimento” ²²⁵

Em certa medida, mesmo que da sua parte, os tiques em termos de cultura política, não se diferenciavam substancialmente daqueles que denunciava, não deixava de abordar um aspecto importante do modo como todo o movimento “reorganizador” se processava e da forma como a direcção do partido lhes respondia.

O que, aliás, não deixaria de ser aproveitado pelo partido dos “grilistas”, que considera José de Sousa “*um velho, consciente e honrado militante, preso há muitos anos sob rigorosa vigilância policial, onde não podia defender-se*” ²²⁶, das críticas com que o grupo “reorganizador” fundamenta a sua expulsão.

Como que num fogo cruzado, à “*Conferência da Camarada Beatriz*”, respondiam os “reorganizadores” com “*O Menino da Mata e o seu Cão Piloto*”, redigido pelo próprio Fogaça que tinha sido anteriormente visado a nível pessoal, ainda que não explicitamente citado.

Mesmo já em 1943, o informe de Álvaro Cunhal ao III Congresso sobre “*A actividade do grupelho provocatório*” não se afasta substancialmente do estilo dominante neste esgrimir de acusações e dedica todo um capítulo à biografia política de vários dos “grilistas”, citando-os pelo nome próprio.

Aliás, logo em 1941, num dos seus primeiros números, o *Avante!* dos “reorganizadores” comunica a irradiação de Vasco Carvalho, Cansado Gonçalves, Francisco Sacavém e outros “*por actividade desagregadora e provocatória*” ²²⁷, nem mais nem menos do que a direcção do velho partido.

²²⁵ IAN/TT-PIDE/DGS, P. 73/GT, Camaradas..., [4]

²²⁶ *Unidade...trotskista*, in *Avante!*, IV série, 19, Dezembro de 1944

²²⁷ *Irradiações*, in *Avante!*, VI série, 3, Outubro de 1941

Estas diatribes mantêm-se duradouramente, intitulado-se cada grupo de Partido Comunista Português e editando um jornal intitulado *Avante!*. Para o velho partido, já praticamente moribundo, segundo o seu *Avante!* de Fevereiro de 1944, os “reorganizadores” não passavam de um bando de “gangsters” políticos ²²⁸, ainda que levassem a dianteira e se impusessem política e socialmente como partido, desenvolvendo um enorme esforço de formação política e ideológica dos militantes que iam congregando.

As bases da “reorganização” estão patentes em vários materiais de estudo, designadamente num extenso documento interno de trabalho, provavelmente dos primeiros a ser editados neste âmbito, intitulado *Que fazer*, justamente assim, como querendo-se inspirar na obra homónima de Lenine.

Segundo o documento, “*o problema é acima de tudo o de forjarmos militantes bolchevistas, isto é, militantes capazes de exercer uma influência decisiva nas massas trabalhadoras, lá onde se encontram, com uma disciplina de ferro. Sem estas duas bases fundamentais para um trabalho sério nada poderemos fazer*” ²²⁹. Tratava-se, portanto de bolchevizar o partido, a partir de um diagnóstico que considerava onze factores negativos, que se propunham naturalmente corrigir.

Essas onze “*tendências más do passado*” eram assim enunciadas:

- a) Persistência dum trabalho sectário, que isolava o Partido das massas, falta dum trabalho legal.*
- b) Desrespeito pelas mais elementares normas conspirativas.*
- c) Não existência de medidas tendentes a defender o P. contra a provocação.*
- d) Falta de quadros dirigentes de composição proletária.*
- e) Uma ligação deficiente entre os quadros dirigentes e a base.*
- f) Baixo nível político da base do Partido.*
- g) Não existência de publicações ou escolas de formação de quadros.*
- h) Falta de uma organização nacional do P. , falta de organização do P. na província e mau contacto com as localidades onde se diz existir o Partido*
- i) Falta de tarefas concretas para cada componente dos quadros.*

²²⁸ Cf **A Quadrilha dos “gangsters”**, in *Avante!*, IV série, 12, Fevereiro de 1944

²²⁹ TCL, 4º JCL, **P. 151/63**, 10º vol., **Que fazer. Material editado pelo Partido quando da Reorganização de 40-41**, apenso a fls 620, dact., cópia, s.d. [1940], p.1

j) *Falta de responsabilidade individual de cada elemento do P. por determinada tarefa política.*

l) *Falta duma forte disciplina partidária.”*²³⁰

Estes factores eram, de seguida, minuciosamente desenvolvidos e concretizados em orientações de carácter prático e em directivas, em função das quais os militantes deviam pautar a sua actuação e o seu comportamento.

A primeira etapa da “reorganização” que parece concluir-se com a constituição do Bureau Político e do respectivo Secretariado, coincide com o relançamento da imprensa clandestina – *O Militante*, a partir de Junho de 1941 e o *Avante!* desde Agosto, com uma tentativa pelo meio de restabelecimento do contacto com a Internacional Comunista através do PC americano²³¹, funcionando o escritor Rodrigues Miguéis, exilado nos Estados Unidos, como intermediário.

Pires Jorge refere o trabalho que os quadros dirigentes tinham de realizar directamente no âmbito da “reorganização”, designadamente ir às empresas “*ligar os camaradas e criar as organizações*”²³², em condições de segurança bastante precárias, porque o núcleo que avançava com o processo não dispunha praticamente de meios, técnicos ou outros.

Terá, nesta altura, aderido ao novo partido o grupo do semanário *O Diabo*, que, apesar de extinto, continuava a aglutinar um importante núcleo de quadros intelectuais e operários, com ligações fortes em meios operários da região de Lisboa, como era o caso de Joaquim Campino, na zona oriental da cidade ou de António Dias Lourenço, em Vila Franca de Xira.

Aliás, a organização de Vila Franca, como do Ribatejo, vão aderir integralmente ao novo partido, sendo, por isso, uma das zonas em que o novo PCP “reorganizado” primeiro se estruturou. Segundo Dias Lourenço, responsável pelo sector, “*Eles não podiam chegar ao Ribatejo sem passar por mim. O que havia de organizado tinha os seus responsáveis locais e a direcção o que podia dirigir era por via desses camaradas. E foi por via destes camaradas que se começou a pensar em isolar esta direcção.*

(...) *um deles vinha de vez em quando ter comigo: “Sabes que a malta está toda a desaparecer, ninguém quer nada comigo. Isto praticamente desapareceu, não temos*

²³⁰ *Idem*, p. 2

²³¹ Cf António Ventura (introdução e notas), *Documentos sobre uma tentativa de contacto entre o Bureau Político do PCP (Júlio Fogaça) e a I.C. em 1941...*, pp 23-30

²³² Joaquim Pires Jorge, *Com uma imensa alegria. Notas autobiográficas*, Edições Avante!, Lisboa, 1984, p. 39

nenhuma organização”. E tínhamos uma vida activa, organizada em termos regionais (...). Mas eles é que não sabiam de nada” ²³³.

Em torno da organização de Beja, por exemplo, travou-se uma disputa particularmente renhida no Verão de 1941, pois chegou a verificar-se “*a vinda a Beja do “Rodrigues”, do Comité Central, com quem o Regional de Beja estava em ligação, bem como a vinda dum outro indivíduo que se dizia também enviado do Comité Central, criado ultimamente, pessoa que, como o Rodrigues, procurou no mesmo dia os elementos do Regional. O Rodrigues quando falou (...) com os camaradas do Regional, acusou o outro delegado, bem como o outro Partido, de provocadores trotskistas, dizendo que o Regional devia continuar ligado a ele e que não o deviam abandonar...”* ²³⁴

Porém, o delegado dos “*reorganizadores*”, Pedro Soares²³⁵, natural da região, alargara os seus contactos à base do Partido e pretendia com a adesão da célula local de Beja criar um novo Comité Regional de um “*novo Partido Comunista Português*” ²³⁶, como era designado pelos próprios militantes, embora no meio de grande dificuldade pois os militantes dessa célula não dispunham de contactos com a restante organização regional do velho partido.

Para ultrapassar essa situação Soares incita-os a propor a fusão dos dois organismos regionais, apanhando assim as ligações às organizações do Baixo Alentejo, do conhecimento dos que haviam ficado com o velho partido; mas sem sucesso, pois alguns dos elementos que inicialmente haviam concordado com a fusão, acabariam por se recusar a fornecer as desejadas ligações na região²³⁷.

Espaçados os contactos, entregues a si próprios por largos períodos de tempo, adensava-se naturalmente a confusão entre os militantes, motivando até deslocações a Lisboa para procurar esclarecer a situação, do que resultava a completa paralisação da actividade partidária.

Quanto às relações com as redes de espionagem particularmente inglesas e no caso da rede de espionagem anglo-portuguesa que funcionou entre 1940 e 1942²³⁸, havia ramificações e conexões no Alentejo com vários sectores oposicionistas, incluindo

²³³ António Dias Lourenço (entrevistado por Isabel Araújo Branco e Gustavo Carneiro), **A reorganização transformou o PCP num partido nacional**, in *Avante!*, VII Série, 1423, de 8 de Março de 2001

²³⁴ IAN/TT, PIDE-DGS, **PC 469/42**, 2ª parte, **Auto de Perguntas a António Teodoro da Silva Salvador**, em 5.3.42, fls 21 v.

²³⁵ Cf *Idem*, **Auto de Perguntas a José d’Oliveira Soares**, em 25.3.42, fls 71 e 71v

²³⁶ *Idem*, **Auto de Perguntas a António Teodoro da Silva Salvador**, em 5.3.42, fls 22

²³⁷ Cf *Idem*, **Continuação do Auto de Perguntas a José Bernardo Marujo**, em 25.3.42, fls 78 v.-79

²³⁸ Cf Júlia Leitão de Barros, **O caso Shell: a rede de espionagem anglo-portuguesa (1940-1942)**, in *História*, [1ª série], 147, Dezembro de 1991, pp 54-83

elementos velho PCP, como José Manuel Gil, de Aljustrel ou António Teodoro Salvador e Francisco António Rato, ambos de Beja e do Comité Regional.

Gil foi, de resto abordado pelo Salvador em Agosto de 1941, para fazer parte de uma “*organização anti-nazi*”, tendo, nesse âmbito, participado numa reunião junto na zona de Aljustrel com elementos não comunistas e outros que mais tarde viriam a ligar-se aos “*reorganizadores*”²³⁹

Em Outubro de 1941, Vasco de Carvalho (*Rodrigues*) do Secretariado do CC, numa das suas deslocações à região, reunindo com a célula de Sines, além de pressionar para que se mantivessem no velho partido, que dirigia, perguntou se havia possibilidade de arranjar aí “*um local para serem armazenados uns caixotes com armas*”²⁴⁰.

Estas ligações aos serviços secretos ingleses, vinham-se desenvolvendo numa lógica ainda anterior à inversão do curso da guerra, mas em que o velho PCP mais céptico, ou mais crítico, quanto ao Pacto Germano-Soviético não deixara de valorizar o papel das democracias liberais e, em função de uma hipotética invasão de Portugal pela Alemanha, os dirigentes deste PCP teriam fornecido aos ingleses um plano de acções de sabotagem, assim como os custos financeiros que implicariam. Esse financiamento seria suportado por uma empresa designada VIMA, que funcionaria precisamente para branquear as operações de economia de guerra britânicas no nosso país²⁴¹.

Jofre do Amaral Nogueira, que mantinha intensa actividade ligada ao PCP nos meios académicos, teria sido aliciado em Outubro de 1940 para os serviços ingleses, recrutando outros elementos para uma rede de apoio, alegadamente João Peixoto e Natalino Barbosa, em Coimbra e Elio Cardoso, no Porto, fornecendo informações militares da região de Coimbra²⁴², numa actividade que se teria mantido durante um ano.

Também em Viana do Castelo, a organização local do PCP, ligada ao velho partido, primeiro, e depois isolada até finais de 1944, foi contactada por um industrial da região para fazer chegar a elementos estrangeiros uma lista de nomes pró-nazis que conhecessem, em função do que Aurélio Ferreira Barbosa, militante comunista, entrega uma relação de centena e meia de nomes, que chegariam ao respectivo destino²⁴³.

²³⁹ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, *PC 469/42...*, Auto de Perguntas a João Manuel Gil, em 3.6.42, fls 162-164

²⁴⁰ *Idem*, Auto de Perguntas a José Martins Ferreira, em 17.3.42, fls 54 v.

²⁴¹ Cf Fernando Rosas, *O PCP e a II Guerra...*, p. 10

²⁴² Cf IAN/TT, PIDE-DGS, *Delegação do Porto, P. 2586-SR, Jofre Amaral Nogueira, Proc. Ind. N° 2800-SS*, [102]

²⁴³ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, *PC 949/46*, PIDE, *Relatório*, de 23.7.48

No entanto, segundo Piteira Santos, mais tarde também os “reorganizadores” foram contactados pelos serviços secretos ingleses, pela mesma forma e pelo mesmo agente que fizera tal serviço com o PCP rival ²⁴⁴, antes deste perder influência.

Mas os primeiros tempos foram particularmente difíceis, movendo-se sem meios financeiros praticamente nenhuns e numa conjuntura de guerra que só agravava a situação. Não tiveram por isso pejo, para lançarem o *Avante!* por exemplo, de assaltarem inclusivamente instalações do velho partido, donde retiraram o prelo para a montagem da nova tipografia, operação em participaram directamente Dias Lourenço e Pires Jorge ²⁴⁵.

Parece recorrer-se ainda a formas ainda pouco esclarecidas de obtenção de fundos, designadamente através do envolvimento em negócios com volfrâmio. Quando preso, em 1942, Militão Ribeiro, por exemplo, vai declarar que negociou volfrâmio durante um ano, depois de regressar do Tarrafal, porque queria comprar um carro ²⁴⁶, evitando confirmar o seu papel como dirigente da “reorganização”.

Também José Soares, que igualmente regressara do Tarrafal em Julho de 1940 com a Amnistia dos Centenários, estivera envolvido no negócio de volfrâmio, a quem os “grilistas” acusavam de vender aos alemães, o que constituía uma deslealdade em relação à URSS, mas que José Soares nega, chegando a procurar Velez Grilo, para acusá-lo de provocador e ameaçá-lo fisicamente, pois o volfrâmio que efectivamente comprara fora vendido ao proprietário de uma separadora que, por sua vez o vendera não só a alemães como também a ingleses ²⁴⁷.

Lino Coelho, um operário de Sacavém, propusera, por exemplo, fabricar notas falsas, o que a direcção dos “reorganizadores” recusa, alegando tratar-se de uma operação que, em caso de ser detectada, poder ser desprestigiante, porque as massas não o compreenderiam ²⁴⁸.

Mas a situação financeira tinha evidentemente influência também sobre trabalho de organização, que expunha os quadros mais importantes, obrigando-os a passarem à clandestinidade para não serem presos. Foi o que se passou, já em 1942, com Pedro Soares e Pires Jorge, presos juntamente com Júlio Fogaça e outros quadros importantes, porque as instalações que utilizavam não tinham as necessárias condições de segurança, para o que eram necessários meios financeiros disponíveis.

²⁴⁴ Cf Fernando Rosas, *O PCP e a II Guerra...*, p. 10, n. 35

²⁴⁵ António Dias Lourenço (entrevistado por Isabel Araújo Branco e Gustavo Carneiro), *A reorganização transformou o PCP...*

²⁴⁶ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, *PC 1352/42, Auto de Perguntas a Militão Bessa Ribeiro*, em 30.12.42, [111-121]

²⁴⁷ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, *PC 507/42, 2º vol., Auto de Perguntas a José Soares*, em 1.8.42, [9-11]

²⁴⁸ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, *P. 1779/50-SR, Informação “Rossio”*, de 9.6.50, [18]

Também neste ano, com escassos meses de diferença, é preso Militão Ribeiro, o que significava a prisão de dois dos três elementos do Secretariado do Bureau Político, que se havia constituído em meados do ano anterior, obrigando a importantes e decisivas alterações na sua composição, com a subida ao Secretariado de Álvaro Cunhal, em cujo organismo e perante o novo partido adquirirá rapidamente indiscutível autoridade política, assim como José Gregório²⁴⁹.

Mas o factor fundamental para a defesa do novo partido será o crescimento da sua influência e a entrada de novos contingentes de militantes, contribuindo para o aumento substancial das receitas²⁵⁰, deixando as contas de ser deficitárias e diminuindo, por essa via, as despesas com funcionários.

Nos anos de 1941 e 1942, a influência social do novo PCP é ainda muito limitada. Pedro Soares, ao regressar do Tarrafal, passando a viver na legalidade, retoma os estudos e vai participar na importante movimentação estudantil contra o aumento das propinas. Os núcleos estudantis anteriormente organizados em torno da imprensa cultural legal, perante o anúncio de aumento de propinas, movimentam-se, protestam e conseguem desencadear acções de massas.

Cândida Ventura, já militante comunista refere ter participado “*na direcção das grandes manifestações dos estudantes universitários contra o aumento das propinas que originou greves e comícios em cada Faculdade e desfiles pelas ruas de Lisboa*”²⁵¹.

Em Coimbra, por sua vez, Raul de Castro, estudante de Direito e à beira de ser recrutado para o PCP, refere para além das greves, o luto académico com o uso das batinas fechadas e a circulação de listas de abaixo-assinado contra o aumento das propinas²⁵². Aí, Armando Bacelar, finalista de Direito que diz ser, por essa altura “*o único elemento de ligação na organização do PCP entre o sector estudantil e o sector operário*”²⁵³, ocupa a primeira fila da manifestação realizada²⁵⁴.

Porém, o tempo é de fazer deslocar e agrupar os sectores considerados são do velho partido e, ao mesmo tempo, proceder a destacamento de militantes para as zonas operárias e para as diferentes regiões do país com vista ao alargamento das fileiras partidárias, também através de novos recrutamentos.

²⁴⁹ Cf J. M. Costa Feijão, **Há 50 anos – III Congresso do PCP**, in *Avante!*, VII série, 1045, 23.12.93

²⁵⁰ Santos [Manuel Guedes], **Informe sobre Fundos**, Agosto de 1949, dact., p. 2

²⁵¹ Cândida Ventura, **O “Socialismo” que eu vivi**,... p. 28

²⁵² Cf Centro de Documentação do Museu do Neo-Realismo, **Espólio Literário de Joaquim Namorado**, Raul de Castro, **Resposta a inquérito**, 13.1.1985, dact. e mns, p. 3 v.

²⁵³ *Idem*, Armando Bacelar, **Resposta...**, 30.1.1984, dact. e mns, p. 2

²⁵⁴ Cf Armando Bacelar, **Memorandum**, dact., Junho 1992, p. 8

Nessa altura, de Coimbra, por exemplo, já tinha saído José Augusto da Silva Martins, que tivera um papel fundamental no meio académico, para tratar da “reorganização” no Porto ²⁵⁵.

As movimentações sociais que ocorrem nesta conjuntura de guerra e de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das camadas populares são ainda movimentações espontâneas, donde está ausente a influência do novo partido, mesmo que tendo tomado, por qualquer meio, conhecimento se pronuncie no domínio da agitação e da propaganda, quer através de panfletos ou nas páginas do seu *Avante!*.

É isso que sucede em diversas localidades e zonas do Ribatejo e do Alentejo, principalmente ²⁵⁶, do mesmo modo que, nos meios urbanos e proletários, se assiste ao “*redespertar da agitação social*”²⁵⁷ o ciclo de greves ocorridas entre 1942 e 1944 e aos movimentos rurais de 1943-45.

2. A afirmação do novo PCP

As greves operárias do Outono de 1942 marcam o início desse “redespertar”, numa conjuntura em que se avolumavam os problemas de abastecimento, originando o sistema de racionamento e em que, por isso, de alguma forma os sinais de alerta estavam dados até pela mensagem que os dirigentes dos Sindicatos Nacionais dirigem a Salazar, em Abril desse ano, e pela resposta que este lhes dá, recusando-lhes qualquer papel a esse nível, isto é, qualquer papel de natureza efectivamente sindical²⁵⁸.

Para mais, um conjunto de medidas claramente impopulares vinha agravar essa situação de tensão latente e prestes a transbordar em conflitualidade social, como a obrigatoriedade de descontos nos salários já por si muito degradados, ou da prestação das horas extraordinárias pagas apenas a 50%.

As greves irrompem em Lisboa, alastrando à sua coroa industrial. Iniciam-se e desenvolvem-se espontaneamente na Carris a meio de Outubro, alargando-se aos Telefones cerca de duas semanas depois, quando rompia já o mês de Novembro, ganhando, então em enchente rápida, a adesão fundamental dos estaleiros da CUF de Lisboa, envolvendo os estivadores do Porto de Lisboa e as oficinas da CNN.

²⁵⁵ Cf Centro de Documentação do Museu do Neo-Realismo, *Espólio Literário de Joaquim Namorado*, Armando Bacelar, *Resposta...*, p. 2

²⁵⁶ Cf Fernando Rosas, *As lutas sociais nos campos durante a II Guerra Mundial*, in *Salazarismo e Fomento Económico*, Editorial Notícias, Lisboa, 2000, pp 220-222

²⁵⁷ Cf Fernando Rosas, *História de Portugal, Sétimo Volume, O Estado Novo...*, pp. 353-369

²⁵⁸ Cf. Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945)*, Estampa, Lisboa, 1990, p. 376

É a Lisboa industrial e ribeirinha que descola para a greve, que galgará o rio, conquistando para o movimento os estaleiros da Parry & Son, em Cacilhas e as fábricas da CUF do Barreiro. E por esses primeiros dias de Novembro, as adesões continuam na velha Alcântara industrial, com a Fábrica Sol, a Sociedade Nacional de Sabões ou a Fábrica de Lâmpadas Lumiar, chegando à Tabaqueira e à Fábrica de Louças de Sacavém, já na fronteira com a corda de Vila Franca. Segundo o próprio Instituto Nacional de Trabalho e Previdência teriam estado em greve 14 mil trabalhadores²⁵⁹

Mas se nestas greves participam, naturalmente, muitos militantes comunistas, como Alfredo Dinis que é o responsável pela célula da Parry & Son e membro do Comité Local de Almada, isso não significa que o PCP as tivesse dirigido.

José Gregório (Alberto) no informe que apresenta ao III Congresso sobre as greves de 1942 e 1943, reportando-se às primeiras, reconhece que a “(...) *a direcção do nosso Partido, apesar de anteriormente ter conduzido os trabalhadores na sua luta diária até ao ponto de eclosão do movimento, não se deu conta a tempo do amadurecimento das condições que facilitaram o desencadeamento da greve e não desempenhou nela o seu verdadeiro papel dirigente*”²⁶⁰

Esta situação que o dirigente comunista atribui à perda de contactos do Secretariado com a organização regional, a base do partido e com o aparelho técnico ocorrem justamente num momento de reordenamento interno do próprio Secretariado, desfalcado com as prisões dos meses e semanas anteriores.

No entanto, a espontaneidade, a combatividade, a rapidez com que o movimento cresce no início de Novembro e os sectores industriais que toca teriam espalhado uma onda de entusiasmo no interior do partido. Em fins de 42, pouco antes de ser preso, Militão Ribeiro, Secretário do Bureau Político, num manifesto que redige, coloca a palavra de ordem de “*greve geral*”²⁶¹

Perante a incapacidade do governo conter a tendência de agravamento das condições de vida populares, o PCP passa então a avaliar a situação objectiva como potencialmente favorável ao desencadeamento de novo surto grevista. Discute-se como organizar novas greves, com que amplitude e carácter. O secretariado recomposto, com Cunhal, José Gregório e Manuel Guedes, conclui que as condições estão mais maduras na região de Lisboa, segundo as informações recebidas do Comité Regional.

²⁵⁹ Cf *Idem*, pp 376-379

²⁶⁰ I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português, Alberto [José Gregório], *O Partido e as grandes greves de 1942 e 1943*, Editorial “Avante!”, 1944, p. 11

²⁶¹ IAN/TT, PIDE-DGS, *PC 507/42*, 2º vol., *Cópia de carta de Alberto* [José Gregório a Militão Ribeiro, preso], em 30.9.43, dact., [25]

As greves de Julho de 1943, contrariamente às anteriores, vão ser organizadas e dirigidas pelo PCP, não lhe conferindo, contudo, o carácter de greve geral. Isto porque, segundo a Direcção do partido, nem o estágio de desenvolvimento da organização partidária a nível nacional, nem o grau de consciência revolucionária das massas trabalhadoras, o permitiam.

Em finais de Julho, o Secretariado do Comité Central considera reunidas as condições para avançar em Lisboa, Almada, Barreiro e Ribatejo e proclama que "*Para se oporem à força brutal com que o fascismo obriga os trabalhadores à fome e à miséria, só resta aos trabalhadores responder com a força das massas. Há que recorrer a formas superiores de luta. Há que suspender o trabalho! Há que ir para a greve! Há que fazer marchas de fome! Há que assaltar todos os locais onde os géneros estejam açambarcados! Há que ir buscar os géneros onde os houver!*"²⁶².

É criado um Comité de Greve para a condução do movimento, articulando operativamente a direcção partidária com o Comité Regional e as células de base, ao mesmo tempo que se constituíam Comités de Greve onde fosse possível. Paralelamente, montava-se um aparelho de distribuição de propaganda.

A 26 de Julho eclodem as primeiras greves, nos corticeiros de Almada. Quando a GNR intervém para expulsar os operários das fábricas e encerrá-las são já 3500 em greve. No dia seguinte, a combustão alastra: A CUF do Barreiro, a Parry & Son, a Mundet, na Amora, entram em greve. Na frente ribeirinha de Lisboa acompanham-nas os estaleiros navais da CUF, as oficinas da CNN, os estivadores, a Fábrica Sol, a Dargent. Seriam então bem mais de dez mil.

É publicado neste dia um segundo manifesto do Partido Comunista para reforçar a combatividade dos sectores que vinham aderindo e procurar ampliá-los:

*“Um recuo ou desistência, colocariam as massas trabalhadoras à mercê do patronato, representaria para o futuro uma exploração redobrada e o desencadeamento de um terror permanente sobre as massas trabalhadoras. A Unidade e a Luta são as condições da vitória. É necessário continuar a alastrar o movimento”*²⁶³

A 28 desse mês de Julho, o PCP fala já em 50 mil operários em greve.

O movimento salta para as ruas, multiplica-se em marchas da fome, incorpora largo número de mulheres, hasteia bandeiras negras, desencadeia acções temerárias

²⁶² **Idem**, cit. [22]

²⁶³ **Idem**, cit. [23]

junto de fábricas hesitantes na paralisação, enfrenta as forças policiais. É assim na Lisboa Ocidental, com os carros eléctricos a serem apedrejados para forçar a adesão da Carris e é assim no Barreiro, centro da tempestade, com a tentativa de invasão da CP, para que também aí o trabalho parasse, ou com os assaltos às propriedades para roubar fruta. Estas zonas são ocupadas pela GNR, pela PSP, pela PVDE. No Barreiro, chega-se a declarar o estado de sítio e em Lisboa os quartéis entram de prevenção.

A 29 de Julho, ainda há fábricas a entrar em greve, como a estratégica Central Tejo, que abastecia energia a boa parte da cidade. A paralisação arranca das oficinas e só não alastra às caldeiras porque aí os fogueiros são obrigados ao trabalho.

Datado deste dia, um manifesto do Secretariado do CC do PCP incita ao prosseguimento da greve, reclama aumento geral de salários e exorta ao seu alastramento a todo o país ²⁶⁴.

A ligação aos serviços secretos ingleses surge, como mero expediente de defesa ou não, nalguns depoimentos de grevistas presos pela PVDE. Assim, João Gandara, apontado como militante comunista no Barreiro, teria dito a um grupo de grevistas que *“Esta greve é apenas mais um ou dois dias, pois a Embaixada Britânica, recebeu uma Comissão de Pessoal da CUF e disse-lhe o seguinte: Vão embora descansados, pois se em dois ou três dias não lhes resolverem nada, vão pelo campo e hasteiem a bandeira inglesa e deixem depois o resto connosco, pois lá irão géneros e dinheiro para vocês e vão à Quinta do Braamcamp (Sociedade Manuel de Cortiças) onde serão atendidos o que tem sucedido”* ²⁶⁵

Porém, a partir dos últimos dias do mês, os despedimentos compulsivos, as prisões em larga escala e a mobilização militar para substituir os grevistas indiciam o recuo do movimento. A 4 de Agosto é o próprio Partido Comunista que aconselha a retomar o trabalho, no que José Gregório vai designar de *“retirada organizada”* ²⁶⁶, dadas as proporções que a repressão vinha assumindo.

No resto do país, a única movimentação de vulto é a greve de 2000 operários do calçado em S. João da Madeira, seguida de manifestação maior, mas já numa altura em que o PCP apelara ao recuo na cintura industrial de Lisboa.

A vaga grevista de Julho-Agosto de 1943 assumia-se como o mais importante movimento social da conjuntura de guerra pelo número de operários envolvidos, pela

²⁶⁴ Cf Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **Em greve e unidos a vitória será nossa**, 29 de Julho de 1943, imp., 1 p.

²⁶⁵ IAN/TT, PIDE-DGS, PC 906/43, 5º vol., [Informação] **João Francisco Rocha Gandara**, [76]

²⁶⁶ IAN/TT, PIDE-DGS, PC 507/42, 2º vol., **Cópia de carta de Alberto...**, [24]

radicalização suscitada, pelo âmbito regional e intersectorial alcançado, pelos sectores estratégicos tocados numa economia de guerra.

No entanto, apesar da combatividade, o movimento apenas conseguira ultrapassar, em termos significativos, a zona de Lisboa e S. João da Madeira e começa a refluir por efeito da repressão pronta e ampla por parte do governo. Sectores que um ano antes tinham estado presentes, como a Carris e os telefones, não aderem desta feita, como tão cedo não voltariam a envolver-se outros que se haviam rijamente destacado no verão de 1943, particularmente no Barreiro.

Mas, apesar das deficiências e erros²⁶⁷, perante os trabalhadores o PCP surgia como força política dirigente²⁶⁸, sinal que a “reorganização” se consolidava e que este novo PCP se impunha perante o velho partido, que se ia desagregando num processo irreversível.

Não obstante, o Secretariado do PCP, mesmo nestas circunstâncias, nunca admitiria, mesmo à luz da conjuntura e da situação objectiva que as determinara, a plena dimensão política das greves. No III Congresso, José Gregório (*Alberto*) preocupa-se em relativizar este aspecto ao afirmar que “*O último movimento de julho-agosto provoca que, com o recrudescimento da nossa organização e actividade, se criam cada vez mais possibilidades para um movimento de carácter insurreccional e ponto de partida imediato para o derrubamento do salazarismo*”²⁶⁹

Isto para um amanhã a definir, ainda que reconhecendo que o movimento elevou a consciência política e revolucionária das massas trabalhadoras.

Na prisão, Militão Ribeiro, que ousara criticar as greves, é duramente repreendido por José Gregório, em nome do Secretariado do CC do PCP, considerando a sua opinião “*absolutamente destrutiva, e que é o resultado dos teus poucos informes, àcerca do movimento, da falta de serenidade e falsa visão política. O Sec. Rechaça e protesta contra a tua afirmação de que “Tem-se a impressão de que se actuou aventureiramente” (...) O Sec. Entende que não é o Partido mas sim tu que tens de fazer uma auto-crítica perante o próprio Partido pela maneira como analisas o ultimo movimento, bem como o papel que nele desempenhou a direcção do Partido*”²⁷⁰.

Ao papel desempenhado pelo Partido Comunista nas greves, torna-se necessário acrescentar a iniciativa tomada, pouco antes, de propor às restantes forças políticas da

²⁶⁷ I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português, Alberto [José Gregório], **O Partido e as grandes greves...**, pp 12-14

²⁶⁸ Cf IAN/TT, PIDE-DGS, **PC 1040/43**, [128]

²⁶⁹ I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português, Alberto [José Gregório], **O Partido e as grandes greves...**, pp 15-16

²⁷⁰ IAN/TT, PIDE-DGS, **PC 507/42**, 2º vol., **Cópia de carta de Alberto...**, [28]

oposição a criação do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), que respondia à viragem do sentido da guerra, pendendo favoravelmente aos Aliados e na ideia de Frente Nacional Antifascista que a Internacional Comunista defendia.

Num dos primeiros números de *O Militante*, a propósito da necessidade de organizar a resistência contra o apoio de Salazar ao Eixo, o PCP não só reconhece implicitamente a alteração que significava a agressão da URSS pelo exército nazi, como acrescenta:

“Abaixo os mal-intencionados que apregoam a neutralidade a todo o custo para, mais facilmente auxiliarem as potências fascistas!

Esclareçamos os bem intencionados de que a neutralidade salazarista não passa duma mistificação para favorecer o “Eixo” !

Continuemos o Exército da Vitória pela união de todos os povos esmagados pelo fascismo!

Unifiquemos a nossa resistência ao auxílio prestado por Salazar aos fascistas do “Eixo”, e às suas manobras de guerra!

*Viva a união de todos os anti-fascistas !”*²⁷¹.

Todavia, será o Secretariado recomposto depois das prisões de 1942 que conseguirá dar, entre finais desse ano e inícios do seguinte, passos decisivos no sentido de relançar a unidade anti-fascista nesses preciso termos.

Nesse sentido, o PCP beneficiou da própria evolução da conjuntura internacional de guerra e, internamente, do crescendo do movimento social. Do mesmo modo, beneficiaria de uma renovação do pessoal político no quadro da oposição, com a constituição Núcleo de Acção e Doutrinação Socialista, mais próximo de posições de unidade com o Partido Comunista e que mediará os contactos com as velhas correntes oposicionistas – Partido Republicano, Maçonaria, o que restava do PS (SPIO) e de sectores da CGT.

A evolução dos contactos parece tomar um curso positivo, tomando rapidamente a forma de proposta de base programática *“para a constituição da Unidade Nacional de todas as organizações, grupos e individualidades anti-fascistas e patrióticas”*²⁷², que, no essencial, apontava para o derrube de Salazar e sua substituição por um Governo de Unidade Nacional que se comprometia a tomar medidas contra o “Eixo”, de saneamento dos germanófilos da função pública e do Exército, dissolução das organizações do

²⁷¹ **Linha Geral. Desmascaremos a política de guerra de Salazar**, in *O Militante*, III série, 3, Setembro de 1941

²⁷² Comité Central do Partido Comunista Português, **9 Pontos-Programa para a Unidade Nacional**, Março de 1943

regime, como a Legião e a União Nacional, de libertação dos presos políticos, extinção do Tarrafal, abolição das instituições corporativas, sem esquecer o estabelecimento de uma política de salários de acordo com o custo de vida ou uma Reforma Agrária Democrática, comprometendo-se com a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte.

O objectivo desta proposta era a construção de um programa de Unidade Nacional e a formação de um organismo dirigente dessa frente nacional, de base interpartidária, que propunha. O ano de 1943 revelar-se-ia decisivo nesse sentido.

Tornava-se, no entanto, ao PCP necessário tranquilizar, em nome da abrangência e do carácter nacional do movimento a criar, os sectores mais conservadores da oposição não comunista, mais renitentes à aliança que propunha. Não deixa por isso de ser interessante verificar como *O Militante* dá a sua primeira página à justificação da possibilidade de haver “*casos muito especiais em que pode ser constituído um Comité de Unidade Nacional com a participação de operários e patrões (em geral pequenos industriais) que se opõem em conjunto à política do governo fascista e aos grandes monopolistas*”²⁷³.

Assim, em Dezembro de 1943 seria formalmente constituído o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), dotado de um Comité Nacional, cujos trabalhos preparatórios teriam estado a cargo de uma “comissão operacional”, composta por José Magalhães Godinho, do Núcleo de Acção e Doutrinação Socialista; pelo Comandante Moreira de Campos, do PRP e por Fernando Piteira Santos, do PCP.

Se é verdade que toda esta acção do PCP se faz num quadro de relações cortadas com o movimento comunista internacional, isso não significa isolamento total nem conformismo por parte dos “*reorganizadores*” em relação a essa situação.

A carta que em Julho de 1941 Júlio Fogaça tenta fazer chegar ao Komintern através de Rodrigues Miguéis e do PC Americano é disso exemplo:

“Já pensásteis o que era a nossa situação no começo ? Quando eramos apenas uma dúzia de camaradas, na sua maior parte saídos da prisão, sem contacto directo com as massas, e que perante nós se encontrava a polícia fascista que nos libertou depois de longos anos de prisão e uma organização cheia de provocadores que se chamava ainda PCP ? E,

²⁷³ A possível participação de operários e patrões num mesmo Comité de Unidade Nacional, in *O Militante*, III série, 21, Julho de 1943

*entretanto, chegámos, sem contacto com os dirigentes da IC, sem conhecer bem as suas decisões, sem dinheiro, sem ligações directas com as massas, e no terror fascista, a empreender a reorganização do Partido, a fazer desaparecer os restos daquilo que ainda se chamava o Partido, a denunciar os provocadores perante os operários, a fazer tudo o que existe hoje, que sendo ainda pouca coisa, é já um testemunho do nosso trabalho passado e a esperança de um trabalho maior no futuro”*²⁷⁴.

Era o elogio da “reorganização” que, ao mesmo tempo, justificava a sua necessidade face a um partido velho, minado por provocadores, na linha aliás do que a própria Internacional Comunista concluía três anos antes.

O novo partido prestava particular atenção ao estudo das posições soviéticas e do Movimento Comunista Internacional, não obstante o corte de canais e a própria situação internacional de guerra, o que se fazia através da audição regular da Rádio Moscovo, que era uma tarefa dos quadros comunistas, como reconhecerá Cunhal, quando em 1947 procede ao restabelecimento formal de relações com o MCI, ao declarar que *“Rádio Moscovo esclarece frequentemente acontecimentos da vida internacional que, de outra forma, tardariam muito tempo a ser esclarecidos”*²⁷⁵.

Porém, antes teriam havido alguns contactos formais com o movimento internacional, mas no sentido do PCP dar cobertura e apoio logístico à passagem de dirigentes do PC de Espanha exilados na América Latina para o interior do seu país²⁷⁶.

Santiago Carrillo, que a partir do México fez parte da estrutura do PC de Espanha que organizava a passagem dos militantes e quadros da América Latina para o seu país via Portugal, afirma, a propósito do papel então desempenhado pelo PCP:

*“Foi nessa oportunidade que tomámos contacto pela primeira vez, com o Partido português, que se encontrava desligado desde há bastante tempo da Internacional Comunista. Precisávamos muito da ajuda dos Portugueses. Mais tarde, eu mesmo fui a Portugal. Os camaradas portugueses comportaram-se sempre com extraordinária lealdade e grande sentido de solidariedade”*²⁷⁷

Efectivamente, segundo detalhado relatório que Carrillo envia a Dimitrov já em 1943, em capítulo especificamente dedicado à organização em Portugal, refere duas

²⁷⁴ António Ventura (introdução e notas), **Documentos sobre uma tentativa de contacto entre o Bureau Político do PCP (Júlio Fogaça) e a I.C. em 1941...**, p. 28

²⁷⁵ José Milhazes, **O começo de uma grande amizade**, in *Público* de 3.10.94

²⁷⁶ Cf Álvaro Cunhal, **Dois intervenções...**, p. 117

²⁷⁷ Santiago Carrillo, **Amanhã, a Espanha**, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1975, pp 77-78

fases, uma a cargo de um dirigente vindo de França, quadro da Internacional Comunista, mas que consideraria ser prioritário apoiar a reorganização do PCP, para depois montar o aparelho de apoio ao PCE, acabando por ser preso em Março de 1941.

A segunda fase, completamente independente da anterior, mais consolidada, inicia-se no mês seguinte e integra um conjunto de quadros e dirigentes bastante mais alargado, que também acabam por ser presos e entregues à polícia de Franco, e fuzilados, donde conclui que “*em Portugal não se pode ter uma grande organização do partido, apenas pode ser um ponto de apoio para o envio e recepção de pessoas e de literatura e que a direcção deste ponto deve encontrar-se no próprio país, e não em Portugal*”²⁷⁸.

De qualquer modo, com um núcleo orgânico maior ou menor, o apoio do aparelho do PCP foi considerado indispensável, principalmente ao nível das casas clandestinas e dos meios de transporte, para que Portugal pudesse funcionar como placa giratória para introduzir militantes em Espanha que procedessem à reconstituição do PCE no interior do país vizinho.

De qualquer modo, esta acção só por si não chegará para alterar as relações do PCP com a Internacional Comunista, cuja dissolução em 1943 se dará sem que as relações interrompidas desde 1938 tenham sido restabelecidas.

Deste modo, se o III Congresso encerra o essencial do processo “*reorganizativo*”, não encerra ainda definitivamente esse ciclo, pois permanecia em aberto essa importante e decisiva questão, que era a de reatar os laços com o centro do sistema comunista, lugar ocupado pela URSS no imaginário e no concreto dos comunistas portugueses.

O III Congresso, o primeiro realizado na clandestinidade, era para os que o promoviam o primeiro congresso e como tal apresentado. Foi preciso um velho militante, Manuel Roque Júnior, vir corrigir a numeração²⁷⁹. O Secretariado do Comité Central autocriticava-se por ter “*inexactamente*” designado o Congresso que se acabava de realizar como primeiro; mas, ao mesmo tempo, determina que “*enquanto não se fizer luz completa sobre a história do Partido anterior a 1929, o Congresso de 1943 passe a ser designado como ***I Congresso Ilegal do Partido****”²⁸⁰. Era, afinal, a evidência de que de um novo partido se tratava, assente sobre um corte total em relação ao passado,

²⁷⁸ Cf ICS/AHS-IC, Doc, 155, Mç 75, Cx 4, [F 495, op 74, d 234], **Relatório de Vicente Uribe e Santiago Carrillo sobre o estado do trabalho partidário em Espanha**, 3.3.43, p. 16

²⁷⁹ Cf. **Correcção à numeração do Congresso do Partido**, in *Avante!*, VI série, 51, 1ª Quinzena de Abril de 1944

²⁸⁰ **Idem**

reduzido a uma memória difusa, particularmente no que se refere ao período anterior à reorganização dita de Bento Gonçalves.

Mais do que as questões da memória ou do fio da experiência, era fundamentalmente uma questão de legitimidade que se colocava, legitimidade histórica face à apreciação crítica desse passado recente.

Surge assim reforçada a ideia de que o partido “*reorganizado*” nos primeiros anos de quarenta era um novo partido, tão distinto do anterior que necessitava de o afirmar até no plano simbólico da numeração dos seus congressos. Por isso, face a essa incomodidade, a solução encontrada foi a de designá-lo como o primeiro ilegal.

O III Congresso do PCP reflecte a confluência de três importantes veios – a experiência quente, de tão recente, das greves operárias de 1942 e 1943, a herança do VII Congresso da Internacional Comunista e a adopção cuidada das orientações que a URSS vinha difundindo na conjuntura internacional que se vivia. Dessa confluência alicerçava-se e edificava-se a linha táctica e estratégica, política e ideológica, do partido Comunista Português.

As greves representaram a reabertura de um ciclo ofensivo do movimento operário, em que o Partido Comunista exerceu, designadamente no verão de 1943 um papel dirigente. Como afirma Álvaro Cunhal, no informe político ao Congresso, “*A classe operária mostrou definitivamente caminhar na vanguarda do movimento nacional anti-fascista e o Partido Comunista mostrou definitivamente ser o destacamento avançado, o dirigente e guia do proletariado*”²⁸¹.

Mas, para além desses aspectos fundamentais, foi possível ao partido, a partir desses movimentos, configurar o perfil da frente única da classe operária ajustado à realidade social e política portuguesa.

A frente única operária não se podia colocar em Portugal numa base interpartidária, como noutros países. A inexistência de um Partido Socialista com base operária e o facto da Confederação Geral do Trabalho, a antiga e pujante organização sindicalista, ter há muito entrado num acentuado processo de decadência e decomposição condicionava completamente essa perspectiva.

Não fazia por isso sentido continuar a querer aplicar mecanicamente a Portugal esse modelo de frente única. O essencial do seu processo de construção e consolidação radicaria, em tese, no princípio da unidade de acção em torno de reivindicações concretas, imediatas e fundamentais da classe operária e dos trabalhadores. Essas

²⁸¹ Duarte [Álvaro Cunhal], *Unidade da Nação Portuguesa...*, p. 15

reivindicações suscitariam movimentos sociais, superiormente enquadrados e dirigidos pelo partido, que deveria incentivar a criação de comissões de unidade onde estariam desejavelmente representados trabalhadores comunistas, socialistas, anarquistas e sem partido.

O PCP funcionaria assim como uma espécie de cimento entre estas diferentes sensibilidades e magras tendências políticas e ideológicas no seio dos trabalhadores, constituindo o factor de agregação, o esteio afinal da frente única operária, o que se traduziria na prática pelo exercício de uma hegemonia total.

Na tradição dimitroviana, sob a hegemonia do partido comunista, a frente única era condição indispensável, base e espinha dorsal para a construção de uma Frente, que nesses anos iniciais de quarenta devia ser de unidade nacional e antifascista. E aí estavam os esforços para a criação do MUNAF a atestá-lo.

Os esforços para a sua criação intensificam-se a partir do início de 1943, numa conjunta internacional que os potenciará, principalmente a partir da derrota alemã em Stalinegrado na Primavera de 1943.

O PCP, como grande parte dos restantes partidos comunistas da Europa ocidental, tomava iniciativa, começava a sair do isolamento em que se encontrava desde o início da guerra e ia adquirindo rapidamente ascendente sobre as restantes formações políticas que se posicionavam no quadro das novas frentes anti-fascistas.

Deste modo, ainda que o Partido Comunista se considerasse a si próprio como o único partido de oposição efectivamente existente e actuante, reconhecia a existência de outras organizações e grupos que, por mais debilitadas que estivessem, representavam a expressão de tendências políticas distintas no quadro da oposição ao regime. Daí que, contrariamente à frente única, o MUNAF tivesse adquirido carácter *interpartidário*, com representações dos agrupamentos e correntes aderentes.

À hegemonia total no movimento operário, o PCP juntava um lugar onde a sua voz própria se fizesse ouvir, procurando assegurar que, no final da guerra com cada vez mais previsível vitória dos Aliados, não fossem excluídos das negociações políticas a estabelecer.

No entanto, este carácter interpartidário circunscrevia-se à direcção do Movimento de Unidade Nacional, porque nos escalões intermédios e mais ainda na própria base, os Comitês de Unidade Nacional, organizados por local de trabalho ou área geográfica, estavam longe de reproduzir esse carácter. A debilidade e as concepções orgânicas dos diferentes agrupamentos políticos aderentes, permitia que o

Partido Comunista dispusesse, a partir daí, de uma ampla margem de manobra para exercer uma hegemonia sobre a frente antifascista.

A abrangência desta “frente” está implicitamente consubstanciada na ideia, que Salazar representa a traição à pátria, enquanto que os sentimentos patrióticos e de liberdade radicavam nas forças da Nação, que o MUNAF deveria representar. Daí que, por isso mesmo adoptasse a formulação de “nacional”.

É justamente esse ponto de vista que Cunhal se encarrega de enfatizar no informe político ao III Congresso:

*“Foi esta situação que levou o nosso Partido a tomar a iniciativa do desencadeamento duma luta nacional contra o fascismo traidor, uma verdadeira LUTA NACIONAL DE TODAS AS FORÇAS PROGRESSISTAS E PATRIÓTICAS DO NOSSO PAÍS. Foi esta situação que levou o nosso Partido, o Partido da classe operária, o Partido marxista-leninista, o heróico Partido temperado em mais de 14 anos de luta sem tréguas contra o fascismo, a lançar a consigna: **UNIDADE DA NAÇÃO PORTUGUESA NA LUTA PELO PÃO, PELA LIBERDADE E PELA INDEPENDÊNCIA.**”*²⁸²

Tal abrangência ia inclusivamente, nas palavras de Cunhal, como regista o *Avante!*, a uma política de mão estendida aos católicos e aos “*legionários patrióticos*”, pois o PCP não quer “*amarrar inexoravelmente cada homem aos erros do seu passado*”²⁸³, numa ideia implícita de reconciliação nacional. A unidade de todos os portugueses honrados era como que a grande base social do movimento nacional antifascista.

Num momento em que se tornava clara a tendência para a vitória dos Aliados, com todas as expectativas que esse facto inevitavelmente suscitava quanto à possibilidade do regime se afundar arrastado pela derrota do Eixo, a via para o derrube do regime não podia deixar de se colocar.

O PCP admitia uma “*revolução de palácio*” que poderia conduzir a um governo que, embora com antigos governantes que se desafectassem do regime, seguisse uma política considerada democrática²⁸⁴ e estaria informado dos projectos de golpe militar, que em parte corriam inclusivamente por dentro do próprio MUNAF. Mas, ao mesmo

²⁸² Duarte [Álvaro Cunhal], in *Unidade da Nação Portuguesa...*, p. 4

²⁸³ **Mais uma grande vitória: o I Congresso do Partido Comunista**, in *Avante!*, III série, 44, 2ª Quinzena de Novembro de 1943

²⁸⁴ **Idem**

tempo, a posição formal que sustentava era de demarcação em relação a este tipo de soluções, esboçando o que deveria ser a via para o derrube do regime:

*“O Partido defende que o fascismo será derrubado numa situação insurreccional e esta só poderá ser criada pela luta de massas”*²⁸⁵

Álvaro Cunhal esclarece no seu no seu informe como a insurreição a partir dos movimentos de massas suscitaria o arrastamento de sectores da Forças Armadas e dos aparelhos policiais para o apoio a essa insurreição.

Todavia, naquele momento, não era a questão da insurreição que se colocava, mas apenas a disposição e a possibilidade de prosseguir caminho com vista a novas e maiores acções ofensivas, que agravassem a solidez do regime e fortalecessem o movimento operário e de unidade anti-fascista.

Na visão bietápica da revolução, que o VII Congresso da IC alimentou e que a conjuntura de guerra afeiçoou, o carácter de libertação nacional atribuído ao movimento de frente política a empreender em Portugal enquadra-se na concepção de que a primeira etapa a cumprir seria a da revolução democrático-burguesa, por fazer, condição, por sua vez indispensável para que a revolução se tornasse ou aproximasse do socialismo.

A representação de Portugal como país semi-colonial, dependente do imperialismo, politicamente alinhado com o Eixo, ignominiosamente traído por Salazar completavam-se com um quadro económico-social pintado em tons carregados, ainda que de modo superficial, no informe apresentado ao III Congresso do PCP.

Na caracterização dessa situação combina-se o legado kominterniano de 1935, composto por todo o arsenal de conceitos e grelhas de leitura social que foram aí desenvolvidas principalmente nas diferentes intervenções de Dimitrov: o fascismo traz às massas um nível de vida mais miserável, o espectro da guerra para a juventude, o desemprego ou a ruína dos camponeses²⁸⁶.

Cunhal dedica precisamente as primeiras palavras do seu informe à miséria e à exploração brutal dos trabalhadores, à ruína dos pequenos lavradores, comerciantes e industriais, ao *“o descalabro de toda a economia nacional”*²⁸⁷, o que correspondia em absoluto à situação vivida no país.

²⁸⁵ **Idem**

²⁸⁶ Cf. George Dimitrov, *A luta contra o fascismo, Relatório e Discursos ao VII Congresso da Internacional Comunista*, Edições Bandeira vermelha, Lisboa, 1977, pp 31-32

²⁸⁷ Duarte [Álvaro Cunhal], in *Unidade da Nação Portuguesa...*, p. 2

Do conjunto de resoluções aprovadas pelo Congresso de 1943 destaca-se naturalmente o informe político, mas neste processo de autolegitimação partidária que o congresso representou, a Resolução sobre a actividade do chamado grupelho provocatório, isto é, sobre o velho PCP, tomada a partir de um outro informe apresentado por Álvaro Cunhal, é ainda particularmente significativa deste ponto de vista.

Aqui, o eixo da argumentação desloca-se lentamente da tese da infiltração policial para a paralisação organizativa, o amorfismo e a incapacidade de uma direcção de elementos fracos, muitos deles de percurso conturbado no seio do partido. A provocação passava a centrar-se na resistência dos antigos dirigentes à afirmação do novo PCP, persistindo no uso da mesma e no mesmo título de imprensa central e reclamando-se secção da Internacional Comunista. Ao trabalharem afinal pelo enfraquecimento e seu desaparecimento deste novo PCP acentuaram por essa via o compromisso com o inimigo.

De qualquer modo, a suspeição quanto a uma infiltração policial é mantida acesa, circunscrevendo-se, porém, a alguns casos concretos e num contexto mais matizado, onde se teriam inclusivamente verificado esforços para ultrapassar a crise e a provocação, já que nomeadamente Álvaro Cunhal integrara alguns dos Secretariados de finais dos anos trinta, o que fica plasmado nas resoluções finais do Congresso:

*“O Congresso sublinha o esforço nesse sentido do Secretariado eleito em reunião do Comité Central de Maio de 1939, que reagiu contra este estado de coisas até à prisão dos seus componentes em fins do mesmo ano. Aprova em particular o trabalho dêsse Secretariado que levou à descoberta dentro do P. dos agentes policiais Eurico Pinto loureiro, Armindo Gonçalves e ao sancionamento de elementos desmoralizados como Vasco de Carvalho e Cansado Gonçalves”*²⁸⁸

O III Congresso ao proclamar a vitória do novo PCP sobre o do Grupelho, reforçava, também por esse meio e da forma como o fazia, a legitimação da nova direcção e do novo partido.

Mas, evidentemente que a grande batalha a travar era contra o sectarismo e pela aplicação de uma linha política que disputasse influência social e que, para tal deveria mergulhar nas próprias organizações de massas do regime, de que o caso mais citado

²⁸⁸ I [sic] Congresso do Partido Comunista Português. Resoluções, Editorial Avante, Lisboa, 1943, p. 15

era o dos sindicatos nacionais. Tornava-se portanto essencial varrer as velhas ideias que se consubstanciavam na existência de sindicatos ilegais

A expulsão de José de Sousa, ratificada pelo congresso²⁸⁹ adquiria também uma dimensão simbólica nesta matéria, já que durante largos, em liberdade e, depois, no Tarrafal fora um dos que mais acaloradamente persistira na defesa dos sindicatos ilegais na completa contramão das orientações do VII Congresso da IC.

Assim, o III Congresso do PCP se, por um lado, apontava para um estágio de considerável consolidação da *reorganização*, até pelo que representava a capacidade da sua própria realização em condições adversas de ditadura; por outro, espelhava o amadurecimento político e ideológico de um novo partido que se construía e afirmava em ruptura com o essencial do que caracterizara a prática política anterior, recuperando dela apenas fugazes esforços e momentos nos anos trinta.

3. “*O combate final ao governo fascista de Salazar*”

O ambiente à saída do congresso era propício ao optimismo e à excitação por parte da direcção comunista. O quadro internacional, as perspectivas internas com as greves e o arranque do MUNAF, o próprio crescimento do partido colhendo os resultados da sua acção, o efeito psicológico que constituíra a realização do congresso; tudo isso fazia germinar a ideia de que a situação objectiva amadurecia rapidamente para o derrube da ditadura.

Segundo o *Avante!*, logo em Dezembro de 1943, estava em marcha desde o Outono desse ano uma nova ofensiva operária, que vinha no seguimento directo das greves de Julho-Agosto. Para o órgão central dos comunistas “*os trabalhadores têm de ir-se preparando para de novo recorrer a formas superiores de luta, à suspensão do trabalho e à greve*”²⁹⁰. E nesse tom se manteria nos meses seguintes.

Ao mesmo tempo a evolução da guerra era seguida atentamente, com as informações bebidas principalmente nas emissões em língua portuguesa e espanhola da Rádio Moscovo e à medida que se desenhava com maior clareza a derrota da Alemanha, levantava-se a questão de saber se Salazar sobreviveria ou não à derrota dos fascismos.

²⁸⁹ Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...*, Volume 2..., pp 320-323 e *O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, Circular aos Comités Regionais, Locais e de Zona e aos responsáveis de célula*, Novembro de 1943

²⁹⁰ *A nova ofensiva contínua. A classe operária obriga o patronato a aumentar os salários*, in *Avante!*, VI série, 45, Dezembro de 1943

Oscilando entre o retrato de um Salazar completamente pró-nazi e a inclinação que toma em relação aos aliados e designadamente à Inglaterra, a posição do PCP posiciona-se em torno da ideia que o derrube do regime pode ser decisivamente animado pela derrota dos fascismos na guerra, dependendo, no essencial da iniciativa e da acção populares e não de uma libertação vinda do estrangeiro. Será, ao fim e ao cabo, este ponto de vista, pelo menos assim formalmente apresentado, aquele que melhor se adequará à fase de ofensiva popular²⁹¹ que vinham afirmando estar em curso.

Por isso, em Dezembro de 1943, da importante reunião às portas de Sintra, em que o MUNAF se institucionaliza com a constituição do Conselho Nacional de Unidade Antifascista, o PCP encarrega-se divulgar o comunicado aprovado nessa reunião que proclama como primeiro objectivo *“Preparar e levar a cabo a supressão do actual govêrno e, em sua substituição, instaurar um Governo Nacional Democrático em que estejam representadas todas as correntes de oposição anti-fascista e que dê ao Povo Português a possibilidade de escolher em eleições verdadeiramente livres os seus governantes”*²⁹².

Nessa reunião, se a formulação do tipo de governo pós-ditadura satisfazia o que sustentavam os comunistas, já a ambiguidade em torno da via para o derrube de Salazar era mais notória e significativa, pois ao putchismo dos sectores não comunistas respondia o PCP com o levantamento nacional, um movimento em que a decisiva participação popular, a impetuosidade de um movimento grevista generalizado e insurreccional, se articulasse com o pronunciamento de sectores militares.

Assim, em 1944, o Partido Comunista encarava o derrube de Salazar como um objectivo central e cujo horizonte se afigurava próximo. Isso significava insistir em dois eixos fundamentais de acção política. Por um lado, dotar o MUNAF de capacidade operativa, intervenção própria, clareza de procedimentos e objectivos e, por outro, desencadear novo movimento grevista de amplitude que se assemelhasse e ultrapassasse o de Julho-Agosto de 1943.

Em Março-Abril de 1944, agravava-se a escassez de géneros de primeira necessidade no mercado e a assanhar toda esta situação o governo decreta o racionamento do pão. Há um grande e vivo descontentamento nos meios operários e populares. Disso se apercebe claramente Alfredo Dinis, o dirigente comunista que controla a importante região de Lisboa, do que dá conta logo no início de Abril a

²⁹¹ Cf. A “comunicação” de Salazar ou... Salazar chega-se aos fortes, in *Avante!*, VI série, 45, Dezembro de 1943

²⁹² Constituiu-se o Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista, in *Avante!*, VI série, 46, 1ª Quinzena de Janeiro de 1944

elementos do Secretariado do Comité Central. Haveria inclusivamente sinais de que sectores partidários operários mais combativos, no Ribatejo e nas construções navais de Lisboa, por exemplo, queriam avançar e apenas esperavam a indicação do PCP.

Porém, quando, finalmente, o Secretariado decide avançar para a greve, fixar datas e tomar medidas organizativas nesse sentido o tempo havia voado. O movimento, a 8 e 9 de Maio de 1944 assentava num esquema semelhante ao do verão anterior: Paralisação nas fábricas onde a organização partidária era mais forte, organização de marchas de fome pelas ruas, arrastando outras fábricas, oficinas e sectores sociais.

Dos 150 a 200 mil trabalhadores que se esperava envolver, apenas teriam aderido 25 mil. Houve sectores que se retraíram, particularmente em Lisboa e na Margem Sul, empresas de referência nessas zonas que se haviam destacado antes, como a CUF e a Parry & Son não aderiram. O grande impacto da greve centrou-se basicamente na corda industrial aquém de Vila Franca – Alhandra, Sacavém e nos campos em volta ²⁹³.

Quando se começa a proceder ao balanço, ainda durante a greve, a opinião da maior parte dos quadros que integravam o Comité Dirigente de Greve era que o partido saíra abalado do movimento²⁹⁴ e a sua amplitude fora fraca, porém “*Se, duma análise cuidadosa e sem leviandade da situação, se concluir que há boa disposição das massas para irem para a luta e que a nossa organização está à altura, há que preparar desde já um novo movimento, com toda a energia e audácia mas preparar a sério, e não ficando-nos no poder miraculoso de um manifesto*” ²⁹⁵

A necessidade de proceder a uma avaliação mais aprofundada do movimento grevista terá sido uma das razões que justificaram a realização de uma reunião plenária do Comité Central do PCP a 30 desse mês.

A discussão é feita com base numa intervenção ou num informe apresentado por Alfredo Dinis – *As lutas de 8 e 9 Maio e a aliança do proletariado e do campesinato*, no qual conclui que se tratou de uma grande vitória com malogro nalguns aspectos.

Reconhece que o partido foi capaz de realizar as consignas da luta por pão e géneros com prontidão e firmeza e conseguiu em maior ou menor escala envolver sectores de assalariados rurais, que designa de aliança com o campesinato. Porém reconhece também que o número de adesões à greve não ultrapassou a metade dos que no verão anterior se haviam envolvido.

²⁹³ Cf. *As greves de 8 e 9 de Maio de 1944*, Edições Avante!, Lisboa, 1979

²⁹⁴ Cf. *Idem*, pp 31-35

²⁹⁵ *Idem*, p. 38

A causa fundamental da debilidade do movimento foi organizativa, afastando completamente qualquer ideia de que o movimento estava desfasado da realidade e que tinha sido errado realizá-lo. Era, não obstante, o partido que caminhava atrasado em relação à situação objectiva. O que o Comité Central acolhe é a grande lição retirada por Alfredo Dinis que se reflecte bem no título do artigo que virá a ser publicado em *O Militante: Uma vitória geral com insucessos parciais* ²⁹⁶.

Quanto ao MUNAF, a quem caberia preparar a insurreição antifascista, tornava-se necessário vencer por um lado as tendências putchistas, insistindo na via do levantamento nacional e, por outro, a vontade, manifesta por vários sectores de dotar a organização de um programa de fundo, contrapondo a ideia de um programa de emergência, necessariamente mais sucinto, destinado apenas a servir como um programa de transição até à convocação de eleições depois do derrube de Salazar..

Formalmente aprovado em Julho de 1944, o Programa de Emergência consagra o fundamental dos pontos de vista que vinham sendo defendidos pelo Partido Comunista. Incluía mesmo a indicação de que se havia prescindido de um programa mais detalhado e aprofundado, a remeter para a fase que é aí designada de “*período de plena normalidade democrática sob a égide da Assembleia*” Constituinte ²⁹⁷.

O programa, organizado em 9 capítulos/objectivos, inicia-se precisamente com a destruição do regime nos termos que são formalmente defendidos por Álvaro Cunhal a partir da reunião do Comité Central de 30 de Maio de 1944.

Apesar de tudo, como já foi evidenciado ²⁹⁸, é em matéria colonial que o programa mais surpreende ao apontar para a unidade de Portugal com as colónias, “*na medida em que constitue uma missão civilizadora e de auxílio aos povos indigenas*” ²⁹⁹.

Também em matéria internacional Portugal é colocado no quadro das Nações Unidas, colaborando com as democracias mundiais, no respeito pelos princípios da carta do Atlântico e das Conferências de Moscovo e Teerão, reconhecendo a URSS e apoiando a aliança luso-britânica, que tão veementes protestos suscitaria por servir de resguardo à estratégia de sobrevivência de Salazar com a derrota dos fascismos na guerra, valorizando objectivamente o papel que a Inglaterra representava na coligação antifascista internacional.

²⁹⁶ Cf. **Uma vitória geral com insucessos parciais**, in *O Militante*, III série, 30, Agosto de 1944

²⁹⁷ Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista, **Programa de Emergência do Governo Provisório**, Agosto de 1944

²⁹⁸ Cf. José Pacheco Pereira, **Álvaro Cunhal...**, Volume 2..., pp 370-371

²⁹⁹ Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista, **Programa de Emergência...**, VIII

A aprovação do programa de Emergência, coincidia com a iminência da derrota do nazismo. No início de Junho de 1944 os exércitos americano e britânico desembarcam nas praias da Normandia e em Agosto já haviam atingido as margens do Sena, enquanto na frente leste o Exército Vermelho prosseguia a sua ofensiva em direcção a território alemão. Os avanços nas grandes frentes militares no ocidente, no leste ou no sul da Europa faziam com que o *Avante!* falasse desassombadamente em batalhas decisivas e na grande ofensiva da vitória³⁰⁰.

Mas a progressão dos exércitos aliados e a perspectiva de vitória entusiasmava também o Comité Militar do MUNAF, composto por oficiais de diferentes gerações ingressados ou repescados à reserva com o aumento dos contingentes militares imposto pela conjuntura internacional de guerra. Conspiravam, bebiam nos mais diversos sinais de diplomatas e agentes ingleses, do que o PCP seguramente se apercebia..

Por isso, a acção da guerrilha grega, a criação de um governo democrático pelo Conselho Nacional de Libertação francês presidido por De Gaulle e o próprio governo de unidade nacional italiano eram apontados pelo Partido Comunista como exemplos de luta antifascista, convergente com a progressão das frentes militares aliadas, mas impõe-se à coligação pela firmeza e autonomia da sua acção.

A ideia de que o regime de Salazar seria arrastado com a derrota dos nazis era forte: *“A situação nacional e internacional faz prever que se aproxima rapidamente o momento para o combate final ao governo fascista de Salazar. Mas esse momento não surgirá independentemente da luta do nosso povo”*³⁰¹.

Este tom entusiástico e arrojado que transpirava da sua imprensa como que parecia apoucar as dificuldades sentidas, mas não era isso que alargava a estreita margem de manobra de que o PCP dispunha entre o impulso dos putschistas e a preparação do levantamento nacional.

Isso justificara a constituição de um Comité Militar do PCP, por cujo organismo de direcção era responsável Fernando Piteira Santos, membro do Comité Central e para onde foram destacados José Magro e Francisco Ramos da Costa³⁰², cujo objectivo era inculcar nos meios militares a ideia de que eram filhos do povo fardados e que, no caso de lhes ordenarem acções repressivas, deveriam recusar ou, no mínimo, agir passivamente³⁰³.

³⁰⁰ Cf. *A grande ofensiva das Nações Unidas. Vitória em todas as frentes*, in *Avante!*, VI série, 57, 1ª Quinzena de Julho de 1944

³⁰¹ *Para uma nova etapa na luta contra o governo fascista*, in *Avante!*, VI série, 59, 1ª Quinzena de Agosto de 1944

³⁰² Cf. *Auto de Perguntas a Fernando António Piteira Santos*, em 26.10.45, IAN/TT, Pide-DGS, *PC 729/45*,

³⁰³ *Auto de Perguntas a Francisco da Conceição Louro*, em 18.10.45, *Idem*

O Comité Militar procurava ainda recolher informação e meios no Exército e na Marinha e agir como que por porosidade no interior do MUNAF, publicando, por exemplo, o jornal *A Voz do Soldado* que se apresentava como órgão do Movimento de Unidade Nacional nas Forças Armadas.

Tratava-se como que de uma dupla função. Por um lado, congregar forças no seio das Forças Armadas, de modo a neutralizar e enfraquecer a sua capacidade repressiva e, por outro, fazer despontar de dentro de si os destacamentos que no levantamento nacional se passariam com armas para o lado do povo.

No entanto, à medida que se consolidava a ofensiva militar aliada e que se enraizava a ideia de que a derrota da Alemanha arrastaria o fim do regime de Salazar, tornava-se mais necessário dispor de destacamentos armados à imagem do que pela Europa, como na Grécia ou em França, se vinha passando.

Desde 1941 que o Komintern determinava o recurso à violência nos países ocupados pelos exércitos alemães ou alinhados com o Eixo, incluindo sabotagens e atentados, o que levou à constituição de organizações especiais encarregadas de conduzir essas acções. Foi o caso em França, por exemplo, da O.S. (Organisation Spéciale) que será substituída escassos meses depois pela FPT (Francs-Tireurs et Partisans) já com o objectivo explícito de incentivar a insurreição popular.

O acordo entre o PCF e De Gaulle surgirá apenas em meados de 1943, num processo de mútuos atritos e desconfianças, com tudo o que isso implicava do ponto de vista da coordenação das acções militares ou paramilitares em França, que consubstanciará através do Conselho Nacional da Resistência. A disputa pela hegemonia e pela direcção política da resistência no interior não cederá no entanto a este acordo³⁰⁴.

Neste contexto, o Partido Comunista lança nos últimos meses de 1944 os GAC, os Grupos Antifascistas de Combate, que virão a ser aprovados pelo Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista como estrutura enquadrada pelo MUNAF.

O *Avante!* de Dezembro de 1944³⁰⁵ exorta à constituição de milhares de GAC em artigo a toda a largura da primeira página. Tratar-se-iam de organismos rudimentares, sem funcionamento permanente com uma composição entre 2 e 5 elementos, gente combativa mas sem partido. Era como que o embrião da força popular armada, dependente formalmente do CNUAF, mas da iniciativa das células e comités do partido.

³⁰⁴ Cf. Stéphane Courtois e Marc Lazar, *Histoire du Parti communiste français*, PUF, Paris, 1995, pp 179-207

³⁰⁵ **Que à volta do Partido se formem milhares de GAC**, in *O Militante*, III série, 34, Dezembro de 1944

Para o órgão central do PCP, “*Os GAC abrem uma nova perspectiva à organização do movimento de unidade nacional. (...) Criar-se-ão as bases duma grande organização nacional que poderá vir a ter um papel decisivo a desempenhar na luta nacional libertadora*”³⁰⁶.

Era fundamentalmente a rede de apoio civil armado ao levantamento nacional que se queria tecer. Por outro lado, satisfaziem-se os sectores mais radicalizados da base do partido, que tomavam à letra o tom exuberante e incendiário com que se enchiam as páginas da imprensa comunista nesse segundo semestre de 1944; que exigiam necessárias, pressionando nesse sentido, medidas concretas que correspondessem aos apelos de acção popular revolucionária para derrubar o regime.

No final desse ano, o anunciado não aumento salarial dos militares e o sentimento tendencialmente aliadófilo, alimentam as manobras conspiratórias, com elementos activos do Comité Militar do MUNAF a procurarem mobilizar sectores militares oposicionistas mais moderados, designadamente monárquicos e republicanos conservadores, e a tentarem estabelecer ponte com sectores do regime mais permeáveis a esta porosidade, que o próprio Carmona toleraria. A conspiração toma como objectivo um golpe militar que, entretanto teria sido esfriado pelos serviços diplomáticos e de inteligência britânicos³⁰⁷.

Precisamente na altura em que se preparava o desencadeamento das acções golpistas, o Comité Militar de Libertação Nacional dirigindo-se aos trabalhadores promete que o governo saído do movimento que derrube Salazar considerará as reivindicações populares e apela para que não secundem as acções militares, pois “*Depois, na futura Assembleia Constituinte, o operariado português fará certamente ouvir a sua voz*”³⁰⁸.

O destinatário deste aviso era sem dúvida o Partido Comunista, cujo afã em acelerar a constituição dos GAC se prendia com a precipitação da conspiração militar³⁰⁹, de que teria conhecimento. Efectivamente nem o sector militar do MUNAF nem a maioria dos sectores políticos representados no CNUAF viam com bons olhos a acção destes grupos, cuja existência e actividade, por mais que se sustentasse a dependência em relação ao Conselho Nacional, facilmente lhe escaparia ao controlo.

³⁰⁶ **Novos organismos de unidade nacional. Formemos milhares de GAC**, in *Avante!*, VI série, 68, 2ª Quinzena de Dezembro de 1944

³⁰⁷ Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo...*, pp 376-377

³⁰⁸ O Comité Militar de Libertação Nacional, *Ao Exército, à Armada e ao Povo!*, Janeiro de 1945

³⁰⁹ Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*. “Duarte”... pp 454-457

A resposta ao manifesto vem estampada no primeiro *Avante!* de Fevereiro de 1945: reconhece a existência e os propósitos do Comité Militar de Libertação Nacional, entende-os naquela conjuntura de revolução antifascista iminente, mas denuncia a sua atitude autosuficiente, ao excluir o levantamento popular que só reforçaria as suas possibilidades vitoriosas, circunscrevendo o derrube da ditadura a um golpe militar clássico³¹⁰.

Porém, a impotência dos golpistas deixou o PCP com uma estrutura nas mãos que vinha aceleradamente preparando para acções que previa quase imediatas. Daí que, o PCP acabe por ajustar os GAC a uma vitória Aliada iminente e à consequente queda de Salazar, mas em que a pressão de uma conspirata militar se afastava temporariamente.

Assim, com esse intuito, o Partido Comunista vai dizendo na sua imprensa que “*o povo português precisa de ter homens treinados na luta armada, homens capazes de tomar a vanguarda das acções armadas. Daí a necessidade dum destacamento armado no Movimento de Unidade Nacional*”³¹¹, isto é, continuava a ter necessidade dos GAC.

Ao Partido Comunista, através das suas células e Comités, cabia dotar os GAC perspectiva política, definir as tarefas e preparar a sua execução, que é o mesmo que dizer, controlar a actividade desses grupos, evitando que resvalassem para acções voluntaristas, desenquadradas ou demasiadamente radicalizadas e, portanto, inconvenientes.

Quando o órgão central do PCP anuncia a derrota da Alemanha, adverte também contra a possibilidade de Salazar preparar reformas demagógicas, pelo que, e contrariamente ao que vinha afirmando, a derrota da Alemanha poderia não significar a queda automática de Salazar.

Daí que, insistindo em aspectos já repetidamente enunciados, o Partido Comunista determinasse quatro grandes tarefas para o movimento anti-fascista encabeçado pelo MUNAF – tornar os Comités de unidade Nacional em organismos dirigentes dos movimentos populares e democráticos; implicar as forças políticas da oposição no incremento de todas as formas de luta possíveis que abranjam os mais vastos sectores da população; accionar o funcionamento de todos os GAC e, finalmente,

³¹⁰ Hoje mais do que nunca todos unidos para derrubar Salazar, in *Avante!*, VI série, 71, 1ª Quinzena de Fevereiro de 1945

³¹¹ Os GAC devem agir desde já, in *Avante!*, VI série, 72, 2ª Quinzena de Fevereiro de 1945

levar o CUNAF a conseguir o apoio das nações democráticas para a luta pelo derrube de Salazar³¹².

Para o PCP, perante a derrota da Alemanha, era fundamental a iniciativa quer dos Comitês de Unidade Nacional como os Grupos Antifascistas de Combate, devendo estes tornarem-se nos “*destacamentos armados da unidade nacional, os braços armados do nosso povo*”³¹³.

Por volta de Maio de 1945, os cinco GAC existentes na Universidade de Coimbra, envolvendo três dezenas e meia de aderentes, dispunham de um plano de acção que passava pelo assalto aos CTT, corte de fios eléctricos e assalto à sede local da PVDE³¹⁴. Porém, a partir desta altura os GAC passam a uma maior obscuridade, como que se esvaziando o seu carácter de reserva armada para o levantamento nacional, à medida que a conjuntura política evolui.

No entanto, quando os GAC são lançados, já Staline havia determinado a Maurice Thorez que, perante a Libertação, o PCF deveria proceder ao desarmamento dos seus destacamentos militarizados³¹⁵. Tratava-se fundamentalmente de compatibilizar a função dos comunistas na França libertada com os objectivos mais gerais do próprio estado soviético no contexto internacional que se desenhava com o aproximar do fim da guerra. Já na primavera de 1944, para um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético, o comportamento dos comunistas na França libertada não devia “*criar precedente para uma ingerência dos Aliados nos nossos assuntos no curso do desenvolvimento das operações ofensivas do Exército Vermelho nos territórios vizinhos do nosso país ocupados pela Alemanha*”³¹⁶.

Quando no verão de 1946, no IV Congresso, Álvaro Cunhal verbera contra o esquerdismo dos GAC³¹⁷ vive-se já outra conjuntura, sem ilusões na queda prestes do regime, engolido pela vitória das democracias aliadas, o que significava o esfriamento do entusiasmo colocado nos GAC, tanto mais que o ciclo grevista da guerra se encerrara depois de Maio de 1944.

³¹² Cf. *A Alemanha derrotada*, in *Avante!*, VI série, 76, 1ª Quinzena de Maio de 1945

³¹³ *Unidade e Acção*, *Idem*

³¹⁴ Cf. Alberto Vilaça, *Para a história remota do PCP...*, pp 252-253 e *Informe sobre K*, TCL, 2º JC, P. 132/47, 1º vol., apenso fls 28-29

³¹⁵ *Notes de l'entretien du Cam. I.V, Staline avec le secrétaire général du C.C. du Parti communiste français le camarade Thorez*, in *Communisme*, 45-46, 1996, pp 24-25

³¹⁶ Cit. por Philippe Buton, *Méthodologie et historiographie de la stratégie communiste a la Libération*, in *Communisme*, 45-46, 1996, p. 15

³¹⁷ Cf. Álvaro Cunhal (Duarte), *O Caminho para o derrubamento do fascismo*. Informe político do Comité Central ao IV Congresso do PCP, Edições Avante!, Lisboa, 1997, I, pp 201-203

De qualquer modo, o que a situação traz de novo são as manifestações da Vitória, praticamente mal conhecida a capitulação alemã. Ao longo do mês de Abril, o *Avante* havia apelado primeiro a manifestações e, depois arriscando apelar à paralisação do trabalho em toda a parte, mal fosse hasteada a bandeira da vitória em Berlim³¹⁸. Essas manifestações transbordaram nas principais cidades do país, derramaram-se pela cintura operária a sul de Lisboa, ganharam sentido mais organizado encaminhando-se para as embaixadas, com o aparecimento das hastes sem bandeira e dos vivas à URSS e a Staline³¹⁹.

A percepção que se abria rapidamente uma conjuntura nova é dada pela necessidade de realizar com carácter de urgência uma reunião do Comité Central, que ocorre ainda em Maio de 1945 com carácter ampliado, onde se procede ao exame circunstanciado da linha política aprovada no III Congresso, de modo a estabelecer os ajustamentos de ordem táctica, mas reafirmando que o regime só cairia por via “*do levantamento das massas populares, ligado ao levantamento da parte patriótica das forças armadas*”³²⁰.

No entanto, continuava também a admitir que sectores político-militares em descolamento do regime pudessem realizar um golpe pacífico que apeasse Salazar, antecipando-se ao levantamento nacional, e então, nessas circunstâncias, seria necessário fazer evoluir por pressão popular essa situação no sentido do aprofundamento do desmantelamento do regime.

Isto é, o Partido Comunista sem abandonar a tese do levantamento nacional admite, no entanto, a via putschista, a partir de fora ou de dentro do próprio regime, procurava não deixar de fora nenhuma possibilidade, numa altura em que a situação objectiva pulsava a um ritmo tal que podia fugir-lhe se se acantonasse em posições excessivamente esquemáticas e rígidas quanto á perspectiva do derrube de Salazar, não se tratando propriamente de uma hesitação entre estas duas vias, mas mais de procurar estar em todos os tabuleiros e sobre todas as possibilidades, porém, numa atitude desconfortavelmente pragmática.

³¹⁸ Cf. **Quando a bandeira da vitória for içada em Berlim**, *Avante!*, VI série, 74 e 75, 1ª e 2ª Quinzenas de Abril de 1945

³¹⁹ Cf. **A vitória das Nações Unidas em grandiosas manifestações**, in *Avante!*, 77 (especial), 2ª Quinzena de Maio de 1945 e **Em todo o país o povo manifestou-se contra Salazar e pela democracia**, in *Avante!*, 78, 1ª Quinzena de Junho de 1945

³²⁰ **Resolução do Comité Central sobre o Governo Provisório**, in *Avante!*, VI série, 79, 2ª Quinzena de Junho de 1945

Capítulo 3.

A “*Política de Transição*”

e “*o caminho para o derrubamento do fascismo*”

1. O Tarrafal e a “*Política Nova*”

O campo de concentração do Tarrafal reuniria, na dureza da vida prisional, sujeitos a autênticos trabalhos forçados, à dureza do clima e da salubridade local, às violências e humilhações dos guardas prisionais, um conjunto de dirigentes e quadros comunistas de primeira linha, militantes experimentados e em boa medida depositários do património político partidário dos últimos anos, particularmente desde a reorganização de 1929. Inaugurando e construindo o próprio campo a partir de 1936 e continuando a chegar em levas sucessivas, trataram rapidamente de criar a Organização Comunista Prisional do Tarrafal.

Aí, no meio de todas as agruras e sacrifícios procuraram não só manter o debate político, a formação doutrinária, analisar e sistematizar a sua própria experiência histórica recente, como acompanhar a situação política e participar na vida partidária.

As dificuldades eram, evidentemente, enormes. Faltava tudo, do papel e lápis aos jornais. Houve fases em que o isolamento era de tal ordem que aproveitavam tudo o que lhes pudesse fornecer alguma indicação sobre o que se passava no mundo, Mesmo pedaços de papel perdidos no chão a que, como diz, “*chamávamos nós «rádio merda», pois que, muitas vezes eram mesmo pedaços de jornal que tinham servido de papel higiénico. Não obstante a que tinha sido destinado, esse papel era aproveitado avidamente por nós como fonte de informação*”³²¹.

A situação melhora com a chegada de novos presos, de novas levas, que trazem informações recentes, dados da conjuntura política, da situação internacional, experiências vividas, relatos e opiniões sobre a vida partidária.

É neste contexto, que, em 1939, a OCPT, onde pontifica Bento Gonçalves, perante a eclosão da Segunda Guerra Mundial, discute a situação política admitindo a eventualidade de uma invasão que pusesse em causa a soberania nacional, decidindo em

³²¹ Gilberto de Oliveira, *Memória viva do Tarrafal*, Edições Avante!, Lisboa, 1987, p. 169

Agosto desse ano e em consequência, entregar ao director do Campo uma carta oferecendo o seu apoio ao governo português, “*para a defesa da soberania nacional contra qualquer agressão*”³²². Era o que ficou conhecido por Política Nova.

Não obstante as distâncias e as imensas dificuldades de comunicação, interpretavam assim o que julgavam ser a orientação política do PCP e a iniciativa que tomavam, pelas profundas implicações que tinha na orientação da actividade partidária, sobrepunha-se, no seu voluntarismo ou na sua altivez, à direcção no interior, a quem cabia orientar a actividade partidária,

Segundo Bento Gonçalves, no centro da Política Nova “*estava a afirmação de que colocando-nos acima de toda a luta de partidarismos nos integravamos na defesa da Nação contra o inimigo que tentasse aniquilar a independência de Portugal*”³²³ e isso não suscitou uma oposição significativa no seio da OCPT, ainda que alguns a tivessem considerado como uma “*precipitação pura e simples*”³²⁴.

Inspiravam-se, com os escassos elementos que dispunham, no longínquo exemplo chinês da aliança dos comunistas com a “burguesia nacional” de Chan-Kai-Chek, mobilizando-se na base do patriotismo ferido contra a invasão japonesa³²⁵.

Todavia, essa orientação e as atitudes tomadas pela OCPT, e por Bento Gonçalves em particular, suscitaram ásperas críticas por parte dos anarquistas que se encontravam detidos no Tarrafal e certamente que não deixariam de ter influência no debate que se vinha travando dentro da Organização Comunista, mesmo que não tivesse suscitado uma oposição aberta entre os seus membros.

O debate que vinha abrindo divergências profundas entre os militantes do PCP detidos, que se vinha aliás travando desde antes, ainda em Angra do Heroísmo³²⁶, decorria da apreciação crítica da actividade partidária à luz das lições da resistência à fascização, designadamente sindical, e da orientação traçada pelo VII Congresso da IC, com sectores de militantes, com particular destaque para José de Sousa, a defenderem a todo o custo a manutenção do aparelho sindical ilegal, ainda que alguns pudessem admitir, mas paralelamente, a infiltração nos Sindicatos Nacionais³²⁷.

³²² Fernando Rosas, **O PCP e a II Guerra Mundial**, in *Estudos sobre o comunismo*, 0, Julho de 1983, p. 7, n 8

³²³ Bento Gonçalves, Considerações sobre a “Política Nova” in *Duas Palavras*, Legião Portuguesa, *Boletim de Informações...*, p. 37

³²⁴ Idem..., p.35

³²⁵ Cf. **Para a história do Partido. Carta dum camarada ao CC sobre o oportunismo de direita**, dact., 1952 ?, p. 2, in TCL, STJ, **P. 16870-C/70**, 4º vol., apenso a fls 331

³²⁶ Cf Joaquim Ribeiro, **Prisioneiro no Tarrafal**, A Opinião, Porto, 1976, cit. por J. Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...*, pp 425-426

³²⁷ Cf Fernando de Sousa (Macedo), **Intervenção**, in *Estrela Vermelha*, 18, Agosto de 1975, p. 76

É por isso que o Pacto Germano-Soviético, como a Política Nova mereceram críticas mais acutilantes de alguns comunistas presos, tendo contribuído para uma situação que se arrastou por vários anos e veio a culminar na expulsão de José de Sousa. Porém, já no Tarrafal, Sousa reunia à sua volta velhos e experientes militantes que haviam ocupado cargos de responsabilidade na direcção executiva do Partido Comunista, como Álvaro Duque da Fonseca, Fernando Quirino, Fernando de Sousa, entre outros.

Aliás, na circular de Novembro de 1942 do Secretariado do PCP, que comunica a expulsão de José de Sousa e dos seus companheiros, é afirmado, como uma justificações para a medida disciplinar, que, a propósito do Pacto Germano-Soviético, Sousa “*fora do Partido, acusou os dirigentes soviéticos de traição à classe operária por conduzirem uma política fascista*”³²⁸.

Em 1939, já José de Sousa e o seu grupo estavam, em confronto aberto com a OCPT, mesmo que não houvesse uma atitude formal de expulsão, sendo a situação tolerada até ao Natal de 1941, quando o conflito se agravaria em torno de saber se a festa de Natal, perante a morte de quatro militantes por biliose, se deveria ou não realizar com Sousa e os seus companheiros defender a sua realização e a Organização Prisional defendia o contrário.

Mas, na verdade, havia todo um ambiente que justificava aquela crispação. O ambiente que se vivia no Tarrafal deteriorava-se. José de Sousa fala de “*desgraçada situação aqui dentro*”³²⁹ e Fernando de Sousa refere que “*1941 é o ano do fraccionamento na organização comunista, que abre uma brecha com a irradiação de 14 camaradas, entre eles um militante antigo, fundador do partido, que foi o José de Sousa, Esse fraccionamento levou-me a pedir a demissão do partido, mas dado o período de clandestinidade que se atravessava, fui irradiado como os restantes*”³³⁰.

As expulsões dão-se já em 1942 e é na sequência de todos estes acontecimentos que este grupo de militantes expulsos decide prosseguir actividade, constituindo um designado “Grupo dos Comunistas Afastados” e que, segundo a circular que os expulsa, procura congregar “*todo o lixo do acampamento*”³³¹, definindo inclusivamente posições

³²⁸ Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **Circular aos Comités Regionais, Locais e de Zona e aos responsáveis de célula**, Novembro de 1943

³²⁹ IAN/TT-PIDE/DGS, **P. 73/GT, Camaradas...**, Carta de José de Sousa, Colónia Penal do Tarrafal, 12.6.42, dact., p. 2, [4], [Doc. Apreendido no arquivo de Joaquim Pires Jorge (Gomes) em 14.6.45]

³³⁰ Fernando Macedo, **Os mortos foram todos metidos no mesmo saco**, entrevista a Sousa Dias, in *Jornal Novo*, 846, de 17.2.78

³³¹ Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **Circular aos Comités...**

políticas alternativas às da OCPT e prosseguindo actividade mesmo depois da morte de Bento Gonçalves, também com biliose, em Setembro de 1942.

Este processo de cisão, que efectivamente se verificou no Tarrafal, tinha, no entanto, por lastro divergências fundas e antigas, em que enovelavam velhas rivalidades pessoais, como a que opunha José de Sousa a Bento Gonçalves.

Numa carta que Sousa envia supostamente à Direcção do Partido no interior, em Junho de 42, isso é claramente explicitado. Bento estaria a ser objecto de um vasto conjunto de críticas, por atitudes que teriam contribuído para o desprestígio do Partido; porém, considerando que ele era o único elemento reconhecido pela Internacional Comunista, era opinião corrente que “*temos de o aguentar*”³³².

Era contra esta maneira de pensar e contra esta realidade que José de Sousa se insurgia, justamente à beira de ser formalmente irradiado do Partido:

“(...) não é verdade que Bento seja “o único camarada acreditado pela IC como elemento responsável do movimento comunista português”.

Por proposta minha, o Bento foi o único membro do Secretariado a participar na Delegação ao VII Congresso, e não os dois porque era necessário que um de nós ficasse à frente do P. em Portugal. (...) Apesar disto, Bento, quando do seu regresso e no primeiro contacto que tivemos em 10 de Dezembro de 1935 comunica-me a seguinte decisão da IC quanto à direcção futura do nosso movimento:

“Em Portugal deixaria de haver um único responsável do P. perante a IC dadas as circunstâncias particulares do nosso movimento, constituir-se-ia por Bento e por José de Sousa e unicamente por eles um Secretariado que seria a entidade responsável politicamente pelo PCP face ao movimento comunista internacional. Em conformidade com tal decisão de futuro, as reuniões de responsabilidade do movimento comunista internacional compareceriam alternadamente Bento e José de Sousa”³³³.

Na realidade, Bento Gonçalves e José de Sousa representavam dois *partidos* dentro do Partido, duas tradições, duas culturas operárias que até aí, dentro e fora do país, em liberdade ou sob prisão, se conseguiram coabitar, numa tensão de proporções conjunturalmente variáveis, nunca se conseguiram homogeneizar.

³³² IAN/TT-PIDE/DGS, P. 73/GT, *Camaradas...*, Carta de José de Sousa..., p. 1, [3]

³³³ *Idem*

José de Sousa herda um profundo lastro sindicalista revolucionário, de que nunca se conseguiu completamente libertar, pouco avesso às elucubrações e aos debates doutrinários, espontaneísta, renitente à flexibilidade e ao manobrismo tático, herdeiro de uma tradição sindical tão orgulhosa quanto rígida e sectária, que nunca venceu os conceitos de acção directa que trazia da sua juventude. É Sousa aliás quem melhor transporta o fio da história do PCP desde as suas origens, vinte anos antes, carregando as sucessivas resistências à bolchevização.

Bento, por sua vez, representa o militante estudioso, o intelectual orgânico da classe operária, culto, inteligente, profissional competente, operário de uma grande fábrica, que adere ao partido já em plena ditadura militar, que incorpora com extraordinária facilidade a necessidade de bolchevização do partido e as consignas da Internacional Comunista.

Todavia, no Tarrafal, isolado, procura, á luz dos travejamentos doutrinários que assimilara, interpretar a nova situação criada com a guerra emergente e desliza para interpretações e para propostas que o levam inclusivamente a admitir, em nome da independência do país e da defesa da nação, uma convergência de interesses com o regime que o atirara a si e aos seus companheiros para aquele “campo da morte lenta”, num desvio de direita evidente.

Foi neste contexto, mesmo que aplainados os excessos voluntaristas da Política Nova, mesmo que verificado como se tinha ido longe nessa lógica, que a “reorganização” foi congeminada. É possível que Bento estivesse, por via disso, um pouco afastado e que não pertencesse inclusivamente ao chamado Comité dos Dez, que era o órgão dirigente da OCPT.

Mas, já no interior a “reorganização” faz-se com um enquadramento doutrinário bastante mais informado da política de Estaline para o movimento comunista internacional, liberta de quaisquer laços à Política Nova, mas com uma componente nacional-comunista vincada.

Logo em Outubro de 1941, o *Avante!* faz entroncar a participação popular na “*causa da liberdade e dos aliados!*” com a tradição da participação popular em 1383, 1820 e 1910. A questão nacional passava a assumir um lugar central na propaganda partidária.

Sinal importante desta evolução é a publicação pelo PCP durante o ano de 1942, de um extenso documento doutrinário, provavelmente da autoria de Júlio Fogaça, a propósito da questão nacional. Parte da constatação que naquela conjuntura era essencial estudar o problema da Nação numa perspectiva marxista-leninista para

compreender a situação política nacional e internacional e prestar apoio e solidariedade activa à URSS; para responder eficazmente à propaganda fascista que se apoderara do sentimento nacional para, através dele, justificar a política de guerra.

Passando depois em revista conceitos não marxistas de nação centra-se na definição de Staline, considerado o maior teórico do marxismo – “*Comunidade estável historicamente constituída de língua, de território, de vida económica e de formação psíquica e que se traduz na comunidade de cultura*”³³⁴.

Surge então explicitada a particularidade de Portugal ser, por um lado, um país colonizador, “*que exerce o imperialismo*” e, ao mesmo tempo, por outro, dependente do imperialismo, apreciação que se tornará, segundo o PCP, uma das bases para a caracterização do país.

A libertação nacional não seria obra de uma classe, mas de toda a comunidade nacional, cabendo à classe operária o papel de vanguarda. O que se pretendia demonstrar era que não obstante as contradições entre o proletariado e as burguesias dos países coloniais e semi-coloniais, a luta contra a dominação imperialista favoreceria, a prazo, os interesses do proletariado a caminho do socialismo.

Este veio nacional era historicamente legitimado pelos grandes movimentos nacionais e populares – 1383-85, 1637-40, 1817, a revolta da Maria da Fonte ou o 31 de Janeiro de 1891, assim como “*o labor histórico dos nossos navegadores*”³³⁵ e toda a obra cultural e artística nacional. A decadência, os períodos de decadência eram, por sua vez, vistos como resultado da “*megalomania da conquista que levara Portugal à perda da independência e ao marasmo*”³³⁶.

Este ponto de vista aproximava-se, no fundo, do diagnóstico que havia sido produzido pela intelectualidade crítica do último quartel do século XIX, casando-o naturalmente com a sebenta estaliniana dos *Fundamentos do leninismo* ou *O Marxismo e a questão nacional*, devidamente retocados e entrecruzados com a nova conjuntura internacional.

Em *O Militante*, uma longa citação de Lenine a que foi dado o título de *Marxismo e Pátria*³³⁷, cirurgicamente escolhida, explicava como ao proletariado não devia ser indiferente a pátria em que vive, pois é da situação que aí vive que decorrem

³³⁴ Cit. in *A nova divisão administrativa de Portugal*, Editorial “Avante!”, s.l., s.d., p. 5

³³⁵ *idem.*, p. 16

³³⁶ *Idem*

³³⁷ Cf. *Marxismo e Pátria*, in *O Militante*, III série, 17, Fevereiro de 1943

as motivações e os objectivos da sua luta, procurando demarcar-se, por esta via, do que designa de “*patriotismo*’ *burguês*”.

2. O Tarrafal e a “*Política de Transição*”

Júlio Fogaça, vivera no Tarrafal a Política Nova. Era um discípulo de Bento Gonçalves, de quem havia recebido formação política e ideológica. Foi pela sua mão que acedeu ao Secretariado pouco antes de ser preso com ele e pouco depois de ter aderido ao PCP. Amnistiado, Fogaça chegara ao continente incumbido de iniciar o processo de *reorganização*, de que fora, na fase inicial, o principal dirigente. Preso dois escassos anos depois, voltaria ao Tarrafal, onde chegou em Junho de 1943.

Depois da morte de Bento Gonçalves em 1942, mantinha-se na Organização Comunista Prisional um núcleo dirigente composto por membros do Comité Central, alguns dos quais haviam, em diferentes momentos, exercido inclusivamente funções ao nível do Secretariado, como era o caso de Júlio Fogaça, Alberto Araújo, Militão Ribeiro, Francisco Miguel, Manuel Alpedrinha, Carlos Matoso ou Miguel Wager Russell. Também aí se encontrava Gilberto de Oliveira e Domingos dos Santos, que haviam integrado a Direcção da Federação das Juventudes Comunistas e nessa qualidade participado no VII Congresso do Komintern e no VI da Internacional Comunista Juvenil; Sebastião Viola que frequentara a Escola Lenine, em Moscovo ou Oliver Bártolo e João Faria Borda que pertenceram à direcção da Organização Revolucionária da Armada.

Em 1942, a chegada de uma leva de presos não comunistas, a maioria dos quais nem sequer ficou alojado dentro do Campo permitiu que através de um deles em particular, Cândido de Oliveira, com importantes contactos com os meios da oposição moderada e anglófila e com sectores militares do MUNAF, a OCPT passasse a receber regularmente informações políticas e mesmo alguma imprensa clandestina, originária desses meios ³³⁸.

Nesta altura foi laboriosamente desenhado e afixado numa das casernas um grande mapa da Europa em guerra, onde, como refere Miguel Wager Russell, “*passámos a seguir o desenvolvimento das batalhas e os avanços e recuos dos exércitos*”

³³⁸ Cf. AAVV, *Tarrafal. Testemunhos*, Caminho, Lisboa, 1978, p. 259 e Ramiro [Júlio Fogaça], *Breve análise de alguns erros e desvios políticos surgidos no Tarrafal*, Novembro de 1948, dact., p. 2, in TCL, 2º JC, P. 36/61, 2º vol, apenso a fls 89

*em guerra, com notável exactidão, pois o mapa 'fabricado' pelos nossos amigos permitia localizar com certa minúcia o desenvolvimento das operações militares”*³³⁹.

Passara-se também a ter acesso à leitura de jornais. A partir de finais de 1944, foi possível passar a receber, por assinatura, vários jornais, como *O Século*, o *Diário de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro*, que eram exaustivamente lidos e relidos, em particular as notícias da guerra.

Com base na análise da imprensa e em recortes, um grupo organizou um ficheiro sobre as grandes empresas e as famílias mais poderosas, procurando detectar a evolução económica no seio do regime, que seria depois transportado para Portugal³⁴⁰.

O Secretariado do PCP havia, por sua vez, conseguido fazer chegar á OCPT, entre Junho de 1943 e Dezembro de 1944, várias cartas, resumos da imprensa partidária e até algumas publicações e manifestos, reportando-se designadamente às greves desse período, ao acordo luso-britânico ou ao Programa de Emergência do Governo Provisório³⁴¹.

O relativo desanuviamento das condições de vida prisional foi aproveitado pelo colectivo de quadros comunistas para tomar conhecimento e debater as posições do partido, do que resultaram as propostas que, configurando-se entre meados de 1943 e inícios de 1945 como corpo elaborado e coerente, ficaram conhecidas como “Política de Transição”.

Essas propostas foram desenvolvidas num ambiente grande autoconfiança nas suas capacidades e de convicção que aquele núcleo que as elaborava é que representava a verdadeira direcção do partido, herdeira da sua história, do reconhecimento perante a Internacional Comunista, daquilo que no essencial representava o pensamento e o legado de Bento Gonçalves³⁴² e, em boa medida depositária dos fundamentos e da iniciativa do processo de *reorganização*.

Chegaram a designar a direcção da OCPT de Comité Central³⁴³, o núcleo de quadros “*em torno do qual giraria, futuramente, todo o trabalho de direcção do Partido*”³⁴⁴, a apontar Alberto Araújo como futuro secretário-geral³⁴⁵, a definir planos de

³³⁹ Miguel Wager Russell, **Recordações dos tempos difíceis**, Edições Avante!, Lisboa, 1976, p. 92

³⁴⁰ **Idem**, p. 127

³⁴¹ Cf. Amílcar [Sérgio Vilarigues], **Junho de 1953. Queridos Camaradas**, dact., p. 3, in IAN/TT, Pide/DGS, **P. 93-GT**, [79]

³⁴² Cf. Ribeiro [Gilberto de Oliveira], **Queridos Camaradas**, Junho de 1950, dact., p. 3, IAN/TT, Pide-DGS, **P. 253/GT**, [107]

³⁴³ Cf. Ribeiro [Gilberto de Oliveira], **Queridos Camaradas...**, p. 2, [106]

³⁴⁴ [João Rodrigues ?], **Uma autocrítica...** p. 3

³⁴⁵ Ramiro [Júlio Fogaça], **Revedo uma posição**, dact., Agosto de 1951, p. 2, in TCL, 2º JC, **P. 36/61**, 2º vol., apenso a fls 93

acção e a distribuir entre si a responsabilidade por frentes de trabalho – sindical, movimento juvenil e outras³⁴⁶.

Olhavam o país e o mundo a partir do interior de um campo prisional localizado numa ilha atlântica, com base em informações profundamente filtradas pelos diversos e sucessivos mecanismos por que passavam até que delas pudessem dispor.

Mediados pela distância e pelas condições prisionais, era por carta que debatiam com a direcção do partido no interior, saída do III Congresso, cujas conclusões criticavam de forma áspera, em particular a estratégia para o derrube do regime, adoptando, frequentemente, um tom imperativo. Numa dessas cartas, de 23 de Novembro de 1944 afirmavam:

*“Não acreditais na política de transição. Deveis acreditar. Doutrinariamente tendes disso a obrigação. E por lições de factos contemporâneos. Vede como procedeu a URSS na Finlândia, na Roménia, na Bulgária, na Iugoslávia e na própria Polónia”*³⁴⁷

Sustentavam que o derrube do salazarismo resultaria de uma estratégia de desagregação interna do seu bloco político de apoio, admitiam que se poderia traduzir num golpe militar, conchavando os sectores em dissidência do regime com a ala militar do MUNAF e com o apoio dos Aliados.

Sobre a política de frente única e os movimentos grevistas de 1943 e 1944, acusavam o partido de os sobrevalorizar, entrando num caminho de esquerdização, de que os *“famigerados GAC”*³⁴⁸ como Júlio Fogaça se lhes refere, eram exemplo.

Assinalavam então que os perigos dessa radicalização, sem condições para vencer, poderia suscitar uma repressão feroz que desarticulava e desanimava o movimento operário, paralisando-o e bloqueando qualquer intervenção no curso dos acontecimentos por um período prolongado.

Sustentavam, por isso, que não se devia radicalizar o movimento operário e popular e que a sua actuação se era fundamental, devia também contribuir para tranquilizar os sectores políticos e militares da burguesia liberal, pois como referiam *“Dando sempre a primazia ao movimento de massas, que aliás não exclue mas o propicia, não se deve por de parte um golpe de Estado, por cima, que será tanto mais*

³⁴⁶ [João Rodrigues ?], *Uma autocrítica...* p. 3

³⁴⁷ Cit. por Ramiro [Júlio Fogaça], in *Breve análise de alguns erros...*, p. 4

³⁴⁸ *Idem*, p. 12

*facilitado e tanto mais a ele se disporão quanto os que tiverem de o fazer saibam que não vão cair no que mais temem: a revolta e a vingança populares”*³⁴⁹.

Por outro lado, defendiam ainda que o fortalecimento da unidade nacional não devia implicar uma grande estruturação orgânica para além do CNUAF e por isso se opunham à criação de comissões regionais ou locais; entendiam o MUNAF como um poderoso movimento de massas, apenas enquadrado por uma imprensa própria, na qual o partido se integraria.

Era nesse contexto que admitiam a suspensão do *Avante!* O tom era cuidadoso, mas inequívoco:

*“com sacrifício dos nossos interesses partidários mas tendo em conta os interesses nacionais, iremos à suspensão do nosso “Avante!” e iniciaremos a publicação dum jornal por nós dirigido integrado nos objectivos do CUNAF que será um órgão livre do povo português, aberto a todos os portugueses que quiserem lutar e posto à disposição do CUN para o que importar [na] luta nacional”*³⁵⁰

A OCPT congregou, no essencial, em torno da “Política de Transição” praticamente todo o conjunto de militantes aí detidos, pois como reconhece Gilberto de Oliveira, *“tinha sido aventada por um dos elementos responsáveis da Organização Comunista Prisional do Tarrafal e, logo de seguida, apoiada por outro elemento também responsável. Todos, mais ou menos, discutimos a questão e, de uma maneira geral, por insuficiência de raciocínio, as manifestações foram a favor. Foram poucos os casos de quem se manifestasse contra”*³⁵¹.

O próprio Gilberto de Oliveira assevera, por exemplo, ter-se Militão Ribeiro, como ele, oposto aos fundamentos da “Política de Transição”, mas apenas no que no que concernia ao abaixamento do papel dirigente do partido e à sua diluição política³⁵² no quadro da resistência antisalazarista.

Militão já tinha expresso a opinião de que o estágio de amadurecimento da consciência política do proletariado estava bastante atrasado, pelo que a constituição dos GAC, entre finais de 1944 e início do ano seguinte, orientando-se para a possibilidade próxima da insurreição, não estava conforme a realidade, desfocando-a.

³⁴⁹ *Idem*, p. 6

³⁵⁰ *Idem*, p.8

³⁵¹ Gilberto de Oliveira, *Memória viva...*, p. 196

³⁵² Cf. *Idem*, pp 196-197

Do seu ponto de vista, entendia que, prioritariamente, o partido deveria ajudar ao desenvolvimento de movimentos reivindicativos, ficando a convocação de greves para uma fase mais avançada, quando a consciência dos trabalhadores assim o justificasse. Ao partido caberia demonstrar, através de exemplos, como nas cidades e nos campos camadas da pequena e média burguesia se haviam colocado ao lado dos operários nas suas lutas e apoiado as suas reivindicações.

Entendia aliás que a nação estava dividida e que o perigo de guerra civil era real latejava, defendendo em consequência *“que só a reconciliação da família portuguesa poderia criar as condições para uma saída menos dolorosa do actual estado de coisas. (...) Devia-se criar um ambiente que servisse para desagregar as forças do fascismo e não para as unir. Na medida em que o P., através da sua imprensa punha o problema da insurreição do povo como única saída, as forças mais tímidas do povo – que têm horror à insurreição – afastavam-se do próprio P.”*³⁵³.

Condensa-se aqui o essencial da “Política de Transição” em larga convergência de pontos de vista com Júlio Fogaça e outros dirigentes no Tarrafal, ainda que menos optimista que estes, que podendo concordar parcialmente consigo quando ao estado de consciência do movimento operário, tomavam a desagregação do regime e a situação internacional como factores potencialmente favoráveis.

Chegava-se à Política de Transição por caminhos distintos e matizes diversos, mas engrossando um caudal crítico consideravelmente consistente. A OCPT afirmava mesmo em 1944 que *“Toda a possibilidade de desagregação do fascismo tem importância na actual fase, desde que constitua (e constituirá) uma base [a]largada do trabalho antifascista. Por isso mesmo haverá de ser-se audaz, largo de vistas, vencer-se muitos esquerdismos, próprios e alheios, lutar contra esperanças falsas, e esquemas bonitos. Concretizando: não deixaremos o pouco, seguro, pela ideia de que as massas já estão em braza e mais uns momentos e o fascismo cairá de pôdre”*³⁵⁴.

Deste modo, os defensores da Política de Transição contestavam o essencial da estratégia para o derrube do regime tal como o III Congresso a definira. Afinal, aquilo que o Comité Central vinha combatendo como tendências nocivas no seio do movimento democrático, era no fundo defendido pelo grupo do Tarrafal: o apoio e expectativa em relação ao putsch ou à revolução de palácio resultante da desagregação do regime, o atentismo em relação aos Aliados, a desvalorização do movimento

³⁵³ Ant[ónio], [Militão Ribeiro], *Resumo da minha intervenção crítica...*, p. 3

³⁵⁴ Cf. Ribeiro [Gilberto de Oliveira], *Queridos Camaradas...*, p. 5, [109]

operário e popular como motor da frente antifascista, o rebaixamento do papel dirigente do partido exercido em nome e com voz própria.

No Tarrafal a unidade de pontos de vista parecia ser total, sem qualquer oposição significativa. Segundo Gilberto de Oliveira “*não houve um só caso de aceitação disciplinar, por submissão à maioria de camaradas que, discordando manifestaram abertamente a sua discordância das críticas e sugestões feitas nas cartas da OCP à Direcção do nosso Partido*”³⁵⁵.

Para a direcção do partido no interior os acontecimentos até poderiam nem evoluir de forma esquemática, admitindo um putsch ou um golpe palaciano, mas o eixo estratégico central deveria assentar na acção operária e popular como factor de arrastamento de outros sectores sociais, políticos e militares com vista à insurreição e ao derrube do regime e não na movimentação “por cima”³⁵⁶.

Por outro lado, a convergência objectiva entre a Política de Transição e a orientação que os sectores não comunistas queriam impor ao movimento antifascista minavam a própria legitimidade da direcção do PCP, fundada justamente nas resoluções do III Congresso.

Mas também no interior e no seio do partido vinham-se entretanto desenvolvendo e cristalizando posições decorrentes da apreciação conjuntura nacional e internacional em divergência com a linha aprovada em congresso.

Na apreciação das greves de 1944 tinham já surgido opiniões contrárias ao à avaliação do movimento e mesmo à oportunidade da sua convocação. Seriam minoritárias segundo o Secretariado do CC, mas convergentes com a apreciação que a OCPT faz sobre o assunto, a partir do Tarrafal e no quadro da “Política de Transição”.

Havia ainda sinais de alguma permeabilidade por parte de militantes na legalidade à pressão exercida pelas correntes não comunistas do MUNAF.

A reunião ampliada do Comité Central de Maio de 1945 procura debater estas matérias, inserindo na agenda dos trabalhos um ponto sobre a “Política de Transição”, ainda que sem tempo útil para as tratar e no curso das próprias discussões aí travadas ter-se-iam expressado pontos de vista que Álvaro Cunhal mais tarde classificará de browderistas, veiculados pelo menos por Fernando Piteira Santos.

O espectro do browderismo adquiria na segunda metade dos anos quarenta e no quadro do movimento comunista internacional um carácter herético. Earl Browder,

³⁵⁵ Cf. Ribeiro [Gilberto de Oliveira], *Queridos Camaradas...*, p. 1, [105]

³⁵⁶ Cf. Álvaro Cunhal (Duarte), *O caminho para o derrubamento do fascismo, IV Congresso do Partido Comunista Português*, 1º volume, Edições Avante!, Lisboa, 1997, pp 173-175

secretário-geral do PC Americano, negava em 1944 a definição leninista de imperialismo, como um estágio de desenvolvimento superior do capitalismo. Vislumbrava sinais de decadência que o tornariam agonizante, para ainda acrescentar que, do seu ponto de vista, nos Estados Unidos o que havia era um capitalismo jovem, contrariando o seu carácter imperialista.

Deste modo, desvalorizando a superioridade e a agressividade do capitalismo americano, sustentava que a burguesia nacional tinha naquela etapa história interesses comuns com o proletariado, que deviam ser valorizados. Havia como que uma comunhão de interesses entre trabalhadores, industriais, financeiros e comerciantes que não queriam uma nova crise económica, pelo que considerava possível resolver divergências e tensões de interesse nacional pondo limites à conflitualidade social e política³⁵⁷.

Por outro lado, encarava a frente mundial antifascista, expressa na Conferência de Teerão, como a negação das ideias leninistas quanto ao novo carácter do imperialismo, com o qual afinal a União Soviética cooperava e, como deduzia, “*se a União Soviética pode cooperar com os poderes imperialistas pode também viver em paz com os capitalistas*”³⁵⁸.

Levando mais longe a sua tese, não via razão para a existência de um Partido Comunista nos EUA, pelo que propõe a sua dissolução ao congresso de 1944, que ve aprovada, sendo criada em sua substituição uma Associação Política, onde os militantes que o entendessem se podiam filiar, podendo pertencer ao mesmo tempo a outro partido americano.

Perante a heresia, Jacques Duclos, impulsionado pelos soviéticos, seria, em Abril de 1945 o primeiro³⁵⁹ a acusá-lo de semear “*perigosas ilusões oportunistas*” num contundente artigo em *Les Cahiers du Communisme*³⁶⁰, a revista teórica do PCF, artigo que circulou dactilografado em Portugal³⁶¹.

Não obstante, as ideias de Browder haviam-se conseguido disseminar dentro de muitos partidos comunistas, designadamente em Cuba, na Colômbia, na Venezuela ou no Brasil.

Em Portugal, Piteira Santos (Fred), enquanto membro do Comité Central teria, em várias ocasiões (Fevereiro e Maio de 1945, pelo menos) sustentado posições nessa

³⁵⁷ Cf. Duarte [Álvaro Cunhal], **Unidade, garantia da vitória**, Informe ao Comité Central em Junho de 1947, dact., p. 55

³⁵⁸ Cit. **The Witnesses Jozsef Peter**, in <http://homepages.nyu/~th15/peters.html>, 2/6

³⁵⁹ Cf. Álvaro Cunhal, **Duas intervenções**, Edições Avante!, Lisboa, 1996, p. 79

³⁶⁰ Cit. Duarte [Álvaro Cunhal], **Unidade, garantia da vitória...**, p. 56

³⁶¹ Cf. José Pacheco Pereira, **Álvaro Cunhal...**, Volume 2..., pp. 504-505

linha, designadamente a ideia de arbitragem como forma de resolver, num contexto de interesse nacional, os conflitos entre trabalhadores e patrões. Esta concertação de interesses daria legitimidade, com bom senso e patriotismo, a um amplo governo de unidade nacional, que pudesse fazer caminho até ao socialismo.

Aliás, segundo Álvaro Cunhal, Piteira Santos teria, nessa altura, inclusivamente reconhecido e assumido a sua concordância com algumas das ideias de Browder, que conhecia, verberando contra uma leitura petrificada dos textos marxistas, a que oporia um “marxismo criador”. E não seria o único, mas, aparentemente, aquele que de modo mais consistente o teria demonstrado³⁶².

Por outro lado, Piteira Santos, enquanto membro do CC do PCP também conhecia a “Política de Transição” avançada pela OCPT, ainda que dificilmente se pudesse identificar em todos os seus contornos com o que os dirigentes no Tarrafal sustentavam, já que punham objectivamente em causa todo o esforço da elite dirigente do interior, de que Piteira fazia parte como homem da *reorganização*, como membro eleito do CC no III Congresso, como autor inclusivamente da versão inicial do documento apresentado ao CNUAF em que se desenhavam os GAC. A este perfil dificilmente caberia o tom presunçosamente crítico e eivado de arrogância que transpirava das cartas que chegavam do Tarrafal.

No entanto, ao Tarrafal não chegaram as teses de Browder. Mas, segundo Gilberto de Oliveira, teria chegado a notícia da dissolução do PCA e da constituição da Associação Política que não suscitaram nenhuma discussão séria nem nenhuma condenação formal³⁶³. Aliás, para si, se alguém no Tarrafal mais se teria aproximado dessas ideias não foram os comunistas da OCPT, mas sim o grupo de José de Sousa.

Gilberto de Oliveira considera que havia aspectos essenciais em que a Política de Transição se afastava do browderismo, designadamente ao considerar a desagregação do regime como via para um governo de unidade nacional, quando as ideias de Browder levariam, antes, à reconciliação com o regime. Mas reconhece, no entanto, que havia também aspectos essenciais em que a proximidade era evidente, como na tendência para a conciliação entre trabalhadores e patrões.

Na carta enviada do Tarrafal pela OCPT em 12 de Janeiro de 1945 defendia-se que as reivindicações dos trabalhadores deviam ser postas “*num tom que não*

³⁶² Cf. Duarte [Álvaro Cunhal], *Unidade, garantia da vitória...*, p. 56

³⁶³ Cf. Ribeiro [Gilberto de Oliveira], *Queridos Camaradas...*, p. 12, [116]

atemorizem os patrões e os empregados não fascistas e que estes não estejam contra os operários que lutam”³⁶⁴

De qualquer modo, objectivamente, a “Política de Transição” e o Browderismo, eram como que duas faces da mesma moeda, ambas produzidas afinal no mesmo contexto internacional de aliança mundial antifascista em fim de guerra, ambas deslizando e sedimentando-se na onda insinuante que essa aliança havia projectado.

A condenação pelo PCP quer da Política de Transição quer do Browderismo iam mais uma vez na onda do movimento comunista internacional, masnem por isso anulava a existência de duas linhas que se iriam continuar a confrontar, naquilo que se apresentava como a mais importante querela interna desde a *reorganização*, tanto nos termos das divergências em questão, como dos seus impactos e das suas repercussões na identidade política do PCP.

Porém, as questões subjacentes ao debate em torno da Política de Transição eram mais remotas e, relacionando-se directamente com a questão da hegemonia ideológica e política do partido, haviam estado bem vivas e presentes desde os anos 30, designadamente em torno da política nos primeiros esforços para a construção da Frente Popular.

3. O IV Congresso e “o caminho para o derrubamento do fascismo”

A direcção do PCP admitindo como muito próximo o fim do regime tendia ao mesmo tempo moderar os apelos e proclamações impetuosas que haviam caracterizado o seu discurso dominante desde meados de 1944, numa cuidadosa inflexão de discurso.

Era também a constatação de que após as greves de Maio de 1944, se verificara uma quebra evidente no movimento operário e popular, cujas acções, umas mais espontâneas que outras, não conseguiam ultrapassar um carácter localizado. Por mais que a imprensa partidária destacasse as movimentações ocorridas e apelasse à necessidade unificação dos movimentos, o Secretariado percebia bem como não havia condições para que isso se verificasse.

³⁶⁴ Cit., *Idem*, p. 11, [115]

Por mais que continuasse a denunciar o putsch ou a pregar a inviabilidade de uma intervenção estrangeira pela mão dos Aliados, que libertasse o país de Salazar, o partido sabia certamente que à beira do verão desse ano se congeminava novo movimento militar e continuava a perceber bem que não podia ficar de fora, porque isso avolumaria drasticamente as probabilidades da sua exclusão nas negociações sobre o afastamento de Salazar.

Por outro lado, a União Soviética, após a Conferência de Postdam³⁶⁵, ao dar prioridade à estabilização da sua hegemonia político-militar na área de influência que lhe coubera, remetia qualquer alteração política no quadro peninsular para a esfera de decisão dos aliados, designadamente dos britânicos, o que colocava o PCP numa posição de subalternidade, que os Aliados e as forças políticas internas que apoiavam queriam que fosse o mais contida e limitada possível, precisamente para não trazer a desordem para as ruas, criando situações perigosamente incontroláveis, que tanto temiam.

O que paralisa os manejos da conspiração militar é a ilusão na transformação do regime por dentro, trazida pelo discurso de Salazar aos dirigentes da União Nacional, a 18 de Agosto de 1945, em que anuncia a dissolução da Assembleia Nacional e a promessa de realização de novas eleições, ainda que os sinais não iludissem muito quanto às intenções do regime continuar a controlar o processo, pois ao mesmo tempo que, no quadro da revisão constitucional e em legislação subsequente, é alargado o número de deputados e são criados círculos eleitorais de base distrital, mantinha-se o princípio de que a lista maioritária elegeria todos os deputados³⁶⁶ e Salazar nas suas intervenções de Agosto e Outubro foi sempre afastando a possibilidade da participação partidária e sublinhando limites de conteúdo crítico que toleraria.

Logo em Outubro, quando Salazar se preparava para anunciar a data das eleições, de uma das muitas tertúlias de café, onde se reuniam homens da oposição – intelectuais, profissionais liberais, comerciantes – partiria, por antecipação ou arrebatamento, com uma boa dose de voluntarismo, sentido de oportunidade e audácia, a ideia de requerer ao governo civil uma reunião pública para discutir a situação política que, surpreendentemente viria a ser autorizada. Dessa sessão, no Centro Escolar

³⁶⁵ Cf. Franco Nogueira, **Salazar, As Grandes crises (1936-1945) e O Ataque (1945-1958)**, vols. III e IV, Liv. Civilização, Porto, 1986, pp 579-580 e 9-10, respectivamente

³⁶⁶ Cf. Rita Almeida de Carvalho, **A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)**, Afrontamento/Assembleia da República, Lisboa/Porto, 2002, p. 34

Almirante Reis, realizada a 8 de Outubro de 1945 nasceria o Movimento de Unidade Democrática.

Muito dessa iniciativa tinha como protagonistas militantes da União Socialista, mesmo que não tivesse propriamente sido organicamente decidida. No entanto, suficientemente expedita para deixar de fora o Partido Comunista, ainda que alguns militantes pudessem ter sido contactados ou estivessem a par do que se passava. Também o MUNAF foi objectiva e ostensivamente ultrapassado, atendendo até que membros da União Socialista no CNUAF, como Gustavo Soromenho ou José Magalhães Godinho, que era inclusivamente membro do seu órgão executivo, estivessem bem por dentro da ideia desde início.

A sessão pública transbordou e a imprensa mais liberal dedicou-lhe exuberante atenção. Desde então sucediam-se as adesões, as notícias e entrevistas com diferentes personalidades que se iam juntando a essa onda. Em actos públicos a oposição marcava presença e dava corpo a um movimento político que se instalava nos interstícios de uma legalidade de contornos ainda mal definidos.

O MUD faz exigências ao governo, quer mais tempo para que as eleições decorram em condições democrática, por isso reclama o seu adiamento e um novo recenseamento, mas também demanda que sejam autorizados partidos políticos, jornais livres e garantia de direitos e liberdades, o que é evidentemente recusado, desencadeando-se ou ganhando força um movimento de adesão ao MUD por subscrição de listas.

O PCP desconfia dos promotores da reunião do Centro Almirante Reis, mas a iniciativa não lhe pode ser indiferente, até pela amplitude e potencialidades que gerara. Parece haver desorientação pois a sessão de 8 de Outubro e a forma como fora secundada a sua convocação trocavam as voltas ao esquematismo dos termos do debate no seio da oposição e as manifestações de Maio e Outubro revelavam uma disposição popular de sair à rua em torno de causas políticas.

O Bureau Político na reunião realizada entre a sessão pública do Centro Almirante Reis e a resposta do governo às reclamações que daí saíram, procura desvalorizar aquela iniciativa, considerando-a apenas pelo apoio massivo que suscitou, preferindo centrar-se com mais entusiasmo nas possibilidades abertas pela perspectiva de realização de eleições, pela perspectiva de alargamento das possibilidades de actuação legal que abria.

Como que numa miragem de legalidade à vista, o manifesto saído dessa reunião é subscrito com os nomes, pseudónimos e profissões dos membros em exercício do Bureau Político – Álvaro Cunhal (Duarte), Manuel Guedes (Santos) e José Gregório (Alberto), que constituíam o Secretariado, Pires Jorge (Gomes), Sérgio Vilarigues (Amílcar) e José Luís [Manuel] Domingues (Luís). Apenas este último não apresentava o seu nome correctamente grafado.

Esboçam-se aí quatro condições mínimas para que o PCP aceite ir às urnas: existência de liberdades, autorização de todos os partidos políticos, adiamento das eleições e novo recenseamento eleitoral. Na opinião do Bureau Político, a haver condições, o que faz sentido é a apresentação de listas únicas da oposição, “*listas de unidade nacional feitas por todas as forças antifascistas*”³⁶⁷.

Era efectivamente em torno deste conjunto de ideias que se definia o eixo central das orientações políticas para a nova conjuntura que se vinha desenhando desde a Primavera de 1945, mas que tomava contornos mais precisos a partir do verão, com os discursos de Salazar.

Se em Maio-Junho já não era a insurreição que se colocava, mas um discreto atentismo nos manejos golpistas dos militares republicanos liberais aos quais o PCP se esforçava por colar as movimentações populares de rua, associando-se-lhes ostensivamente; em Outubro-Novembro toda a conjuntura estava marcada pela perspectiva de eleições e pela questão da participação ou não da oposição. Sem grandes resistências, o MUD irá pronunciar-se pelo abstencionismo.

Só a partir de então o MUD passa a ser nomeado como movimento amplamente implantado, o que não eliminava a concepção dirigente que devia ter o CNUAF e os Comités de Unidade Nacional, cujo fortalecimento continua a ser defendido ³⁶⁸, embora sem grande resultado, a avaliar pela resistência dos dirigentes do MUD a integrarem o MUNAF e pelos sinais de paralisação dos seus órgãos.

Entretanto, o que está em curso é a discreta, mas eficaz tutela do MUD pelo PCP. A segunda e particularmente a terceira Comissão Central do MUD, em Novembro de 1945 e Julho de 1946, reforçam essa tendência.

A partir de finais de Dezembro de 1945 começam as demissões dos subscritores das listas de apoio ao MUD das funções públicas que exerciam, as sedes são encerradas, uma a uma e há estações de correio que dizem ter indicações para recusar o registo de

³⁶⁷ Bureau Político do Partido Comunista Português, **O Partido Comunista e as Próximas Eleições**, Outubro de 1945

³⁶⁸ Cf. **Depois das eleições-burla, a conquista da democracia**, in *Avante!*, VI série, 83, Dezembro de 1945

correspondência em nome do Movimento ³⁶⁹. Mas, ao mesmo tempo, continua ainda a ser possível organizar significativas acções de rua, como as manifestações de 31 de Janeiro, já em 1946, no Porto e particularmente em Lisboa.

A manifestação fora, em Lisboa, meticulosamente preparada pelos militantes comunistas na Comissão Distrital do MUD. Fora o caso, por exemplo de Mário Soares que “*Havia durante semanas trabalhado intensamente, feito planos e realizado dezenas de reuniões preparatórias*”³⁷⁰. Ao apelo do Movimento teriam estado na rua muitos milhares de pessoas, 50 mil segundo o PCP. Na base da estátua de António José de Almeida cada comissão do MUD presente depositava uma coroa de flores e apesar do dispositivo policial intimidatório, foi possível organizar dois cortejos que seriam violentamente dispersos, mas já bastante longe do local da estátua, revelando a eficácia organizativa do evento.

Se para Mário Soares, esta demonstração teria suscitado a intensificação do cerco repressivo ao MUD ³⁷¹, o PCP retiraria daí os necessários dividendos que lhe permitiam concluir que se inseria numa tendência evidenciada desde Maio do ano anterior em que “*o povo português entrou abertamente no caminho da luta política*”. Para o Partido Comunista esse era mais um grande passo no caminho da “*conquista da Democracia*”. A acção continha os ingredientes políticos essenciais:

“Como no Dia da Vitória é o povo português que canta o hino nacional e empunha a bandeira nacional e são os fascistas que carregam sobre os que cantam a Portuguesa e arrancam as bandeiras nacionais das mãos dos manifestantes” ³⁷².

Só agora, o PCP deslocava com determinação o eixo da sua intervenção para o MUD, para a defesa da sua legalidade, para o reforço da sua organização. As referências à superior função dirigente do CNUAF perdiam centralidade no seu discurso político.

Por outro lado, também no seio do partido, havia militantes e quadros que desprezavam as possibilidades de trabalho legal pelos efeitos devastadores da repressão e, por isso, sustentavam a prevalência do trabalho ilegal, clandestino, o recurso a acções violentas, afastando-se assim do MUD.

É neste contexto que começam a chegar a Lisboa, vindos do Tarrafal, amnistiados, membros da OCPT que defendiam a “Política de Transição”. O seu

³⁶⁹ Cf. Dossier **Repressão. Requisições de emblemas**, Arquivo de Manuel João da Palma Carlos

³⁷⁰ Mário Soares, **Portugal Amordaçado**, Arcádia, s.l., 1974, p. 125

³⁷¹ Cf. **Idem**, p. 126

³⁷² **Em 31 de Janeiro a Nação manifestou-se contra o governo fascista**, in *Avante!*, VI série, 85, Março de 1946

desembarque no cais de Alcântara, particularmente os muitos que chegaram em Fevereiro de 1946 no navio “*Guiné*”, motivara uma calorosa recepção de “*milhares de pessoas*”³⁷³, preparada através do MUD.

Mas as divergências mantinham-se. Os militantes da OCPT vinham na disposição de cerrar fileiras em torno da defesa da “Política de Transição”, sabiam das adversidades internas que encontrariam. O partido, por sua vez, em nome da defesa conspirativa determina que a integração orgânica desses elementos não fosse nem automática nem colectiva, o que lhe permitia isolar a organização de qualquer contaminação.

Tratava-se de um embate turbulento. Os quadros chegados do Tarrafal confrontados com essa situação acusavam o partido de ter montado um cordão sanitário à sua volta.

Assim, numa lógica de fracção continuam a manter contactos regulares entre si e com os que não tendo sido amnistiados permaneciam em Cabo Verde³⁷⁴, ao mesmo tempo que contactam igualmente os militantes legais que conheciam, designadamente ao nível do MUD³⁷⁵ e ensaiam iniciativas próprias, como a criação de uma editora associando-se a militantes como Piteira Santos ou Antonino de Sousa³⁷⁶.

O carácter de fracção é, no entanto implicitamente reconhecido pela direcção do partido, que aceita fazer uma reunião entre dois membros do Secretariado e três dos dirigentes da OCPT – Júlio Fogaça, Militão Ribeiro e Gilberto de Oliveira, reunião aliás não só inconclusiva como abruptamente encerrada³⁷⁷.

O contacto que tomam com a realidade que encontram no interior do país reforça a convicção nas suas propostas políticas. As manifestações da Vitória, o lançamento do MUD, as manifestações de 31 de Janeiro haviam confirmado, no seu entendimento, as razões que sustentavam³⁷⁸.

Mesmo desembarcando num momento em que a repressão sobre o MUD se vinha desencadeando, o ambiente que encontram era ainda de uma certa descompressão motivada pelo final da guerra, que levava, por um lado, a que com algum desaforo fosse

³⁷³ Cf. Miguel Wager Russell, *Recordações dos tempos difíceis...*, p. 132

³⁷⁴ Cf. Cartas de Augusto [Costa Valdez] a Júlio [Fogaça], Lisboa, 13 de Março de 1946, mns, 2 pp; a Fernando [Vicente], Lisboa, 26 de Março de 1946, dact., 2 pp; de Fernando [Vicente] a Júlio [Fogaça], Tarrafal, 13 de Maio de 1946, mns, 3 pp; Academia das Ciências de Lisboa, *Herança Júlio Fogaça*, 62/4/43

³⁷⁵ Cf. Ramiro, [Júlio Fogaça], *Breve Análise de alguns erros...*, p. 3

³⁷⁶ Cf. Carta de [João Faria] Borda a Júlio [Fogaça], Tarrafal, 10 de Fevereiro de 1946, mns, 2 pp, Academia das Ciências... e [Informações] ... [expurgado] de 30 de Abril, 30 de Maio, 24 de Junho, 16 de Julho, 25 de Agosto de 1946, IAN/TT, Pide-DGS, P. 3968-SR, [45]

³⁷⁷ Cf. Ribeiro [Gilberto de Oliveira], *Queridos Camaradas*, Junho de 1950..., pp 2-3 [106-107]

³⁷⁸ Cf. Gilberto de Oliveira, *Memória viva...*, p. 207

habitual encontrar quem criticasse aberta e publicamente o governo e, por outro, que o regime ainda não se tivesse conseguido recompor do abalo provocado pelo desfecho do conflito mundial.

O MUD surgia-lhes como o exemplo do movimento antifascista que defendiam, substancialmente diferente do MUNAF que radicava num acordo e num equilíbrio interpartidário. Viam aí as potencialidades consentâneas com a “Política de Transição”, justamente nos aspectos que a direcção do PCP mais criticava e desconfiava no MUD; viam aí o terreno onde se justificaria a própria suspensão do *Avante!*. Achavam que a situação propiciava uma actuação mais abertamente legal, que o partido devia ter um corpo de funcionários reconhecidos como tal e actuando à luz do dia.

Dos contactos que iam estabelecendo valorizam a percepção que julgavam ter das deficiências da vida partidária – ligações esparsas e diluídas com os militantes em trabalho legal, problemas na distribuição da imprensa pela organização, um ambiente criticista por parte dos seus interlocutores, que se queixavam de falta de directrizes, actuações divergentes de militantes com as mesmas tarefas³⁷⁹, enfim, um rol suficientemente vasto para reforçar a ideia de que era necessário regenerar o partido e que essa era a sua missão.

Ao longo da primeira metade de 1946 realizaram-se várias reuniões com dirigentes da OCPT para discutir o problema da Política de Transição, onde mantinham a ideia de que “*haveria que manter uma unidade de vistas e de atitudes que não enfraquecessem a posição da OCPT*”³⁸⁰, isto é, um funcionamento em fracção.

A caminho do IV Congresso era nesta tensão interna que o PCP vivia. De qualquer modo, a situação chegara a um impasse tal que só o congresso deveria resolver.

O IV Congresso vai realizar-se no final de Julho de 1946, na Lousã com a presença de mais de quarenta participantes, entre os quais vários ex-tarrafalistas defensores da Política de Transição, designadamente Júlio Fogaça, Militão Ribeiro, Francisco Miguel, Gilberto de Oliveira ou Augusto Valdez.

O informe central, *O Caminho para o derrubamento do fascismo*, é mais uma vez apresentado por Álvaro Cunhal, aprofundando as bases fundamentais do informe apresentado dois anos e meio antes ao III Congresso.

³⁷⁹ Cf. Ramiro, [Júlio Fogaça], *Breve Análise de alguns erros...*, p. 3

³⁸⁰ Ribeiro [Gilberto de Oliveira], *Queridos Camaradas*, Junho de 1950..., p 2 [106]

O congresso realizava-se num momento crucial da história do século XX nos primórdios já suficientemente nítidos da guerra fria, que o informe assinalava “*A reacção internacional apoia Salazar porque Salazar torna Portugal uma base para as suas conspirações e manobras, para a sua acção contra os povos livres e contra a URSS*”³⁸¹.

Do ponto de vista da situação interna, o documento dedica particular destaque à caracterização da formação social portuguesa, ainda que prevaleça uma análise de conjuntura, que condicionava um rasgo de olhar de longo curso. Trata-se, no entanto, de um esforço que, deste ponto de vista avança substancialmente em relação aos materiais do congresso anterior.

A ideia fundamental Álvaro Cunhal pretendia demonstrar era que Portugal não era um país pobre, mas um país onde a pobreza e a miséria resultavam de interesses anti-nacionais, ao serviço da constituição de grandes grupos económicos que o estado protegia à sombra da organização corporativa e sob a protecção directa do governo.

Para o dirigente comunista “*Portugal é um país rico. É a política fascista de protecção aos monopólios que condena Portugal ao atraso e à miséria. As riquezas nacionais, o progresso nacional, o nível de vida do povo, estão submetidos aos interesses dum punhado de exploradores sem pátria que ostentam uma vida de luxo e de prazer. É esses interesses que o salazarismo defende e não os interesses nacionais. A esses interesses – duma minoria parasitária e monopolista –, o salazarismo sacrifica o bem-estar do povo e o progresso nacional*”³⁸²

Esta ideia de um Portugal rico, úbere de recursos naturais implicava o aproveitamento pleno da capacidade dos seus solos, das potencialidades da irrigação; da exigência que as disponibilidades alimentares sirvam prioritariamente a alimentação das classes populares. Mesmo as esparsas referências que faz ao desenvolvimento industrial colocam-no sempre a jusante do sector primário; são apenas as indústrias tradicionais – do linho, do vinho, do azeite.

A denúncia que formula quanto à organização corporativa, à sua rede institucionalmente verticalizada, a caracterização da situação económico-social a que procede dos assalariados sem terra e dos pequenos e médios agricultores assentam em bases reformistas – melhor política de arrendamento, mais apoio técnico, alargamento do acesso ao crédito e seu embaratecimento, política de preços agrícolas mais vantajosa.

³⁸¹ Álvaro Cunhal (Duarte), *O caminho para o derrubamento do fascismo...*, p. 89

³⁸² *Idem*, p. 93

Não está ainda aqui qualquer conceito de reforma agrária, por mais que insista em que a política económica do governo conduz à formação ou à consolidação de grupos económicos e de monopólios.

Do mesmo modo, em relação à indústria ou aos transportes. Verbera-se contra as políticas de entrega destes ramos de actividade económica ao sector privado, mas não é explicitamente formulada a bandeira da nacionalização dos meios e sectores de produção considerados estrategicamente decisivos para o desenvolvimento e o progresso do país, aqui e ali sempre genericamente mencionados.

Mesmo o problema candente da electrificação, como esteio do processo de industrialização, é visto apenas do ponto de vista da população que acede à electricidade e do seu consumo *per capita*, o que sendo um aspecto relevante, indispensável quanto à melhoria das condições de vida, não consegue configurar um modelo de desenvolvimento, para lá do aproveitamento dos recursos naturais e do aumento da produção.

Porém, para além da caracterização da formação social portuguesa, o essencial do Informe Político ao IV Congresso, debruça-se sobre a via para o derrube do fascismo, sistematizando e aprofundando o modelo que ficará conhecido como a via do levantamento nacional.

Considerando então o MUD como o alicerce legal da Unidade Nacional, apontando exhaustivamente o que trouxe de novo à situação política o seu aparecimento e estruturação, como que para deixar bem clara a importância que se lhe passava a dedicar, o Informe parte para a sistematização das principais tendências reconhecidas como nocivas que foram germinando no seu seio, justamente as tendências legalistas e defensivas que vinham sendo criticadas pela imprensa comunista havia meses.

Reafirmam-se, em consequência os principais eixos de afirmação do MUD, que consistiam na inserção e dinamização dos protestos, movimentações e lutas populares quer de carácter económico quer, mais importante ainda, de carácter abertamente político; factores determinantes na mobilização de vastos sectores sociais, não perdendo, todavia, de vista que a espinha dorsal da Unidade Nacional era a unidade da classe operária ou, por outras palavras, a reiteração da tese da frente única operária vertebrante da frente antifascista.

Na enumeração dos erros cometidos entre congressos surgia a questão dos GACs associada a uma designada deriva esquerdizante que via a insurreição no imediato e como resultado da acção voluntária do partido e que levava a que o combate a esses

“excessos” fossem combatidos com recurso à obra clássica de Lenine *O Esquerdismo, doença infantil do Comunismo*, incidindo sobre as condições objectivas e subjectivas da insurreição, procurando, explicitamente, precaver o partido contra pulsões e pressões *de esquerda* que borbulhariam particularmente junto da sua base operária.

Se através dessa crítica se ergue uma espécie de muro *à esquerda*, este serve de contraponto à crítica que, *à direita*, se consubstanciava na “Política de Transição”. A estratégia do partido definia-se assim no espaço entre estas duas balizas, colocando as prioridades do momento no desenvolvimentos das pequenas e grandes lutas, de carácter económico e de carácter político, alavancas de desgaste do regime e catalisadoras do amadurecimento da situação objectiva em direcção ao levantamento nacional, ao governo dos portugueses honrados e à realização de eleições livres. Todavia, o essencial do combate que o congresso travava era efectivamente contra o corpo de propostas que germinara no Tarrafal.

Os restantes informes apresentados ao Congresso são invariavelmente acessórios deste, particularmente o Informe de Organização, cuja apresentação foi igualmente confiada a Álvaro Cunhal. Apesar de haver, por exemplo, um informe específico sobre o trabalho juvenil, intitulado *Movimento Nacional da Juventude*, apresentado por Luís Guedes da Silva (Carlos), o que de essencial se aborda sobre esta matéria é tratada por Cunhal no seu informe sobre organização.

O que aí se trata é do desmantelamento da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas e de lançamento de um movimento, cuja designação se fixará em MUD Juvenil, já em estruturação, que se revestirá das características que vinham sendo conferidas aos movimentos de juventude impulsionados e controlados pelos partidos comunistas, cuja grande e tutelar organização internacional era a Federação Mundial das Juventudes Democráticas, fundada em 1945.

Deste modo, o IV Congresso consolida a linha política que vinha sendo delineada desde o congresso anterior, procura sanear da linha do partido o que considera derivas esquerdizantes e direitistas e preocupa-se fundamentalmente com a consolidação do conceito de Unidade Nacional, do caminho para o levantamento nacional e da caracterização do governo a resultar do derrube do regime.

Consagrava-se assim a orientação política seguida pelo Comité Central, particularmente pelo Secretariado e pelo Bureau Político. Quando o *Avante!* que noticia a realização do Congresso, salienta que “*aprovou a linha política e a actuação do*

*Comité Central*³⁸³ e era efectivamente disso que se tratava. Não é aliás indiferente nem inadvertido que o congresso continue a ser apresentado como o II Ilegal e não como IV, na linha afinal do anterior, apesar do embaraço e da solução então encontradas.

O factor de legitimação continuava a não ser despiciendo. Para que não ficassem quaisquer dúvidas este era o II Congresso do novo partido, cuja construção se iniciara com a *reorganização* de 1940-41, que adquirira importância com o crescimento orgânico, mas principalmente, com a afirmação de uma linha política clara no seu essencial, no que é uma evidente resultante da acção do Secretariado do Comité Central, tal como fora recomposto e estabilizado a partir de meados de 1942.

É afinal este Secretariado, indelevelmente marcado pela acção de Álvaro Cunhal, que dirige as greves de 1943 e 44, que lança e se esforça por orientar e hegemonizar todo o Movimento de Unidade Nacional, que procede às principais inflexões tácticas à medida que a situação política evolui, que separa águas dentro do próprio partido, desenhando a linha política que os dois congressos vão consagrar em demarcação com posicionamentos mais radicalizantes e com as tendências mais moderadas, designadamente a Política de Transição, claramente vencida pelo congresso.

Mas fá-lo num momento em que se escoia por entre as suas mãos a primeira grande possibilidade de derrube do regime, em virtude da crise aberta com o fim do segundo conflito mundial.

Percebendo o alcance e a profundidade dessa crise, sentindo as enormes potencialidades que a conjuntura dos meses que se seguiram ao final da guerra proporcionava, não conseguia agarrar a situação nem eliminar os factores subjectivos que entravavam esse desenlace, acabando por realizar o seu IV Congresso num momento em que a recuperação do regime se delineava e avançava numa conjuntura internacional em que o clima de guerra fria se adensava.

Na realidade, o movimento popular gerado pela conjuntura de guerra chegara a um impasse e inverter-se-ia perante o contra-ataque do regime em 1947-49, enquanto, por outro lado, se as iniciativas putchistas haviam falhado, a ideia do levantamento nacional também, porque a prevalecente orientação do legalismo o impedira. Em nenhum momento, aliás, sectores significativos das Forças Armadas se haviam virado contra o regime, dilacerando-o profundamente.

³⁸³ O 2º Congresso Ilegal, in *Avante!*, VI série, 92, 1ª Quinzena de Agosto de 1946

Face a este conjunto de circunstâncias, o regime podia ter tremido, mas aguentou e superou a primeira grande ofensiva oposicionista, beneficiando também do impasse em que essa ofensiva se enrolaria.

PARTE II
O PCP e a Guerra Fria

Capítulo 4

Tempos quentes de guerra fria

1. “*Uma depressão temporária de lutas*”

No Verão de 1946, à saída do IV Congresso, a euforia trazida pela vitória dos aliados começava a ficar drasticamente para trás. Os sinais de esfriamento de tão grande entusiasmo com a iminência da queda do regime tinham começado antes e adensavam-se.

Escapava por entre os dedos essa primeira grande janela de oportunidade histórica para derrubar Salazar que em larga medida a conjuntura internacional rasgara. O regime recompunha-se desse grande abalo de fim da guerra. Passara o sobressalto da Primavera-Verão de 1945, pudera ser razoavelmente contornada a desconfortável curva que as eleições do Outono representaram.

No grande jogo internacional de interesses, o desfazer da aliança mundial antifascista ia no interesse da manutenção de Salazar, que habilmente se soube posicionar no sentido de beneficiar dessa viragem.

Em Março de 1946, o célebre discurso de Winston Churchill em Fouston, nos Estados Unidos, marca a inauguração formal de uma nova época e de um novo tempo. Sobrepondo-se à derrota recente que sofrera nas eleições inglesas, Churchill, pode afirmar, escorado no grande património simbólico que a vitória da guerra lhe conferiu:

*“Uma sombra desceu sobre o cenário até há pouco iluminado pelas vitórias aliadas. Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e a sua organização internacional comunista pretende fazer no futuro imediato, ou quais são os limites, se é que os há, para as suas tendências expansionistas e proselitistas. (...) De Stettin, no Báltico, ao Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente”*³⁸⁴.

É de um apelo de arregimentação ao Ocidente que se trata, lançando curiosamente mão à expressão “cortina de ferro”, que teria sido originariamente utilizada por Joseph Goebbels em 1944, para a consagrar de modo duradouro no discurso político.

³⁸⁴ Cit. in Edgar Luis de Barros, *A Guerra fria*, Editorial da Unicamp/Atual Editora, Campinas, 1984, p. 19

Internamente está em marcha uma enorme e tentacular operação de recuperação política por parte de Salazar. Tratava-se efectivamente de pôr ordem na casa. O sobressalto passara.

Há sinais claros de que ultrapassados os incidentes à volta das pesadas negociações luso-britânicas, os Aliados começam a ver o regime português como apoio importante no novo desenho geo-estratégico em congeminação.

Mais do que o anti-comunismo intrínseco do Estado Novo, o que pesa nesta deslocação é o papel que os Açores e a sua Base desempenham no quadro do controlo militar do espaço atlântico. A concertação anglo-americana que daí decorre confere dimensão simbólica às ostensivas visitas de frotas militares desses países, logo na Primavera de 1946. Nessa altura, em pleno parlamento britânico Ernest Bevin, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do governo de Clement Attlee, moderado mas trabalhista, dedicará palavras de reconhecimento ao governo português pela sua colaboração com os Aliados durante a guerra.

Será, como se sabe, apadrinhado por americanos e britânicos que Salazar apresenta no Verão de 1946 a candidatura de Portugal à ONU, suscitando forte reacção da oposição, designadamente através de um comunicado da Comissão Central do MUD, que o subscreve aliás nominalmente, declarando que a recusa do país não pode ser considerado um facto positivo, ainda que “*só um Governo democraticamente representativo pode ser o intérprete da vontade de colaboração de um Povo livre numa assembleia de Povos livres*”³⁸⁵.

A adesão é vetada por soviéticos e polacos, originando novo comunicado do MUD, onde se reiteram posições anteriores³⁸⁶, agora reforçadas pela decisão da ONU. Já o PCP se regozija com o facto, pois “*souberam prestar um serviço à Nação Portuguesa e à paz no mundo*”³⁸⁷.

Convergente nos pontos de vista, a diferença no discurso é manifesta. O apoio à recusa da adesão de Portugal à ONU é nos documentos do MUD um não-dito implícito, enquanto que na imprensa do PCP constitui um elemento central para a acção política imediata.

³⁸⁵ A Comissão Central do MUD, **O MUD perante a admissão de Portugal à ONU**, Agosto de 1946

³⁸⁶ Cf. A Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática, **Portugal fora das Nações Unidas. Representação da Comissão Central do MUD ao Senhor Presidente da República**, Lisboa, 9 de Setembro de 1946

³⁸⁷ **Salazar sujeita a Nação ao vexame e ao isolamento. A ONU votou contra Salazar por um novo governo e uma nova política**, in *Avante!*, VI série, 94, Setembro de 1946

Porém, a questão atrairia a repressão sobre as estruturas dirigentes do MUD. Dois dos seus mais prestigiados dirigentes, Mário de Azevedo Gomes e Bento de Jesus Caraça, ambos professores catedráticos serão demitidos dos seus cargos públicos por portaria do Ministério da Educação Nacional publicada no Diário do Governo de 10 de Outubro de 1946³⁸⁸. No espaço de um mês, o ministro determinara o procedimento disciplinar, invocando o conteúdo e a natureza clandestina do primeiro documento da CC do MUD.

O aviso estava dado: iniciava-se uma escalada repressiva, que decorreria ao longo dos meses seguintes, acompanhando a recomposição e o reequilíbrio interno do próprio regime³⁸⁹.

Ainda assim, o PCP, que vinha reforçando a sua hegemonia no seio do MUD, reclamando das próprias estruturas do Movimento mais acção e mais ofensiva:

“No momento presente, as forças anti-fascistas devem lançar-se audaciosamente à luta pelas liberdades. É necessário varrer a timidez que continua a entrar muitas acções. É necessário responder a cada violência fascista com novas acções. É necessário aliar decididamente às “acções por cima”, aos documentos e diligências dos organismos de direcção, as acções concretas e firmes das massas democráticas. (...)”

*Ao mesmo tempo que se luta por arrancar ao fascismo novas concessões é necessário lutar por uma urgente e completa viragem na política portuguesa.”*³⁹⁰

Reflectiam-se aí já as conclusões do debate travado na reunião do Comité Central de Outubro de 1946³⁹¹, que tomam as acções levadas a cabo a propósito do 36º aniversário da implantação da República como indicador da existência de condições potenciais para uma viragem na situação política.

Contudo, essas acções não continham sinais nem de radicalização nem de amplitude que justificassem essa asserção. As acções que se realizaram pelo país – em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Portalegre ou Vila Real – resumiram-se a sessões públicas e romagens às campas de republicanos falecidos, todas “*autorizadas pelas competentes autoridades*”³⁹², como sublinhava a Comissão Central do MUD.

³⁸⁸ Cf. *Diário do Governo*, II série, 236, de 10 de Outubro de 1946

³⁸⁹ Cf. Fernando Rosas, *História de Portugal. O Estado Novo...*, pp 398-408

³⁹⁰ *A hora é de ofensiva*, in *Avante!*, VI série, 95, Outubro de 1946

³⁹¹ Cf. *A unidade em 1944-49 – uma experiência actual*, in *Revolução Popular 5, Julho de 1965. Edição Completa 1964-65*, facsimile, Ed. Voz do Povo, Lisboa, s.d., p. 124

³⁹² MUD. Comissão Central. *Circular nº 46. Às Comissões do MUD. Sobre as comemorações da proclamação da República*, Lisboa, 26 de Outubro de 1946, cicl.

Mas o PCP continuava seguramente a acompanhar as movimentações putschistas. Nesse mês, o governo desarticulava o que ficou conhecido como golpe da Mealhada. O ex-tenente Fernando Queiroga, demitido do exército por implicação num movimento militar de 1938, avançara a partir do Porto, para sul, com escassos homens e muitos apoios gorados, numa altura em que a direcção do movimento – a Junta Militar de Libertação Nacional, constituída em Julho desse ano – primeiro adiará e depois desconvocara a acção. Interceptado na zona da Mealhada, em manifesta condição de inferioridade militar acabaria por se render e ser preso ³⁹³.

A Junta era um típico produto da estratégia putschista enrobustecido no decurso da guerra. Congregava velhas figuras militares do republicanismo moderado e conservador, articulava-se com uma correspondente componente civil, manobrava junto de alguma oficialagem a descolar ou em dissidência do regime e dispunha de um programa político brando, basicamente assente no restabelecimento das liberdades democráticas.

Mas em Outubro de 1946 a Junta aguentar-se-ia e insistiria com nova movimentação. E disso teria o PCP conhecimento, a avaliar pela conclusão que imprime ao manifesto desse mesmo mês:

“Uma manobra não resolve a situação. Só um governo de portugueses honrados pode conduzir Portugal à Democracia e ao convívio das nações e pode dar voz à nação em eleições livres. Pensa o PC que um tal governo para cumprir a sua missão, deveria ser um Governo de concentração nacional com representantes de todas as correntes políticas nacionais. Mas o Partido Comunista apoiará qualquer governo numa política orientada no sentido expresso nos 10 pontos” ³⁹⁴.

A viragem que o PCP reclama parece relacionar-se com essas movimentações, que julgava disporem de apoios militares susceptíveis de as tornar vitoriosas. Era mais uma vez a necessidade de estar presente, de não ser arredado de uma solução assente no derrube de Salazar.

Porém, mesmo nas fileiras do PCP afluíam opiniões e pontos de vista, que evidenciam porosidade com o que se conspirava a nível militar. O importante documento atribuído a Álvaro Cunhal, editado em Dezembro desse ano sobre as

³⁹³ Cf. L[uís]F[arinha], **Putschismo**, in *Dicionário de História do Estado Novo*, II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp 807-808; T[elmo]F[aria], **Golpe da Mealhada**, in *Dicionário de História de Portugal*, 8, Figueirinhas, Lisboa, 1999, pp 101-102

³⁹⁴ **No interesse do Povo e da Pátria impõe-se urgentemente uma viragem...**

tendências nocivas que estariam a medrar dentro do MUD³⁹⁵ reflecte uma incapacidade de neutralizar essas concepções desviantes e de implementar uma dinâmica distinta ao MUD.

Ao fim e ao cabo muitas dessas concepções eram precisamente aquelas que se vinham manifestando desde o período da guerra e que o Partido Comunista insistentemente se esforçava por combater e contrariar, designadamente quanto à via para o derrube de Salazar.

Para além de insistentemente contrapor a necessidade de centrar a luta política na classe operária, como esteio da unidade contra o regime, combatia uma outra tendência considerada prejudicial dentro do MUD, que eram os chamados grandes planos para depois, isto é, vastos e detalhados programas políticos, onde mais facilmente sobressaíam as divergências, muitas insanáveis.

O programa do MUD deveria ser mínimo, porque o objectivo do governo a constituir depois do afastamento de Salazar era fundamentalmente preparar eleições:

*“O MUD não reclamou até hoje a formação dum governo “mudista” e julgamos não o dever fazer nas circunstâncias presentes. O MUD tem reclamado sim e muito justamente as liberdades democráticas, entre as quais, a liberdade de actuação dos partidos políticos. O MUD reclama a liberdade para os partidos exporem os seus programas e as suas resoluções. Ao reclamar do presente governo que conceda essas liberdades ou ao reclamar um novo governo que as conceda, o MUD não age ainda (nem deve agir, pelo menos, enquanto não houver liberdades democráticas) como coligação que aspire a governar, mas como movimento de unidade que visa a criação de condições para que o povo possa escolher o governo, e para que as forças políticas nacionais se possam organizar livremente e possam livremente acordar planos comuns de actuação governativa”*³⁹⁶.

O PCP revelava, apesar do vasto conjunto de militantes que intervinham nas mais diferentes estruturas do MUD, do topo à base, inquietação e mal-estar quanto a aspectos fundamentais da actuação e das posições do Movimento.

Na sessão pública que o MUD realizou a 30 de Novembro na Voz do Operário, em Lisboa, qualquer coisa a meio entre Encontro Nacional e comício, a Comissão Central pôs ainda à consideração da assembleia um importante documento político que,

³⁹⁵ Cf. **O Partido Comunista Ante Algumas Tendências Prejudiciais Dentro do Movimento de Unidade Democrática**, Dezembro de 1946, 15 pp

³⁹⁶ **Idem**, pp 6-7

dadas as características da reunião, viria, naturalmente, a ser aprovado por aclamação³⁹⁷, onde constavam as reclamações políticas para aquele momento concreto.

Esse documento, para além de consagrar o restabelecimento das liberdades fundamentais, a amnistia para os presos políticos, a extinção do Tarrafal, a abolição da Censura ou a realização de eleições livres, com o que o PCP evidentemente concordava, acrescentava, no entanto os princípios de uma nova lei eleitoral, onde omitia o princípio do sufrágio universal, que substituíra pela expressão “*alargamento dos sufrágios*”, que deixava de fora principalmente os analfabetos.

Em 1950 a taxa global de analfabetismo ainda se cifrava acima dos 48%, o que dá uma ideia dos contingentes de homens e mulheres que nessa perspectiva continuavam excluídos de capacidade eleitoral. Para o Partido Comunista isto era inconcebível:

*“Não fazendo tal reclamação, o MUD mostra uma vez mais a existência no seu seio de tendências anti-democráticas que divorciam o MUD das classes trabalhadoras e reflectem o (...) receio do povo e das massas. O Partido Comunista não pode naturalmente apoiar uma reclamação do MUD que exclue do voto a grande massa dos trabalhadores portugueses condenados ao analfabetismo pela política de obscurantismo e dos sucessivos governos de Salazar”*³⁹⁸.

Defender um governo de “portugueses honrados” que preparasse as eleições que abririam caminho à construção da democracia no país e não defender o sufrágio universal seria, para o PCP, não só ilógico como insensato e quase suicidário.

Em finais de 1946, o movimento putschista reanimava-se. No entanto, a fixação da Junta Militar de Libertação Nacional em penetrar em profundidade nas áreas da *entourage* militar do regime tornavam-no permeável a toda a espécie de jogos duplos que alguns oficiais superiores mantinham a partir de dentro do Exército e em conexão com o governo, incutindo repetidamente a ideia de adiamento do golpe.

A ideia fundamental continuava a ser agir na base de um compromisso político que consistia em apelar Salazar, revogar ou rever a Constituição e preparar uma transição moderada para um regime democrático.

³⁹⁷ Cf. A Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática, **Proposta da Comissão Central do MUD aprovada por aclamação na reunião de 30 de Novembro de 1946, no salão da “Voz do Operário”**, Lisboa, 30 de Novembro de 1946, cicl., 2 pp.

³⁹⁸ **O Partido Comunista Ante Algumas Tendências Prejudiciais...**, p. 14

Simultaneamente, o processo de reunificação interna do regime, que lograra um grande impulso com a conferência da União Nacional, sedimenta-se depois no equilíbrio de forças patente na recomposição ministerial de Fevereiro de 1947³⁹⁹. Isso significava uma calculada partilha de lugares entre sensibilidades mais conservadoras e mais “liberalizantes”.

Elementos conotados com uma expressão reformista do regime, que se manifestara na Conferência da UN em torno de Marcello Caetano, que irá presidir à sua Comissão Executiva, asseguravam no governo pastas importantes – Cancellaria de Abreu no Ministério do Interior ou Daniel Barbosa na Economia.

Esta situação e o astuto piscar de olho de Marcello Caetano, logo na conferência, à direita oposicionista, ao estender o regaço do Estado Novo onde, declarava, caberem “*tendências variadas, desde que se proponham actuar segundo os princípios constitucionais estabelecidos*”⁴⁰⁰ contribuía para neutralizar os planos putschistas.

O golpe militar de 10 de Abril de 1947 foi desarticulado na casca e os militares envolvidos foram tratados com brandura pelo regime.

Era isto que o PCP temia, esta pastosidade fluida tecida entre a iminência de um putsch e a cedência a apelos e acordos em que se mediam e discretamente namoravam tanto as correntes oposicionistas moderadas como as sensibilidades reformistas do regime.

Tornava-se fundamental que o partido pudesse dispor de espaço de manobra para desenvolver acções que pudessem de algum modo neutralizar essas tendências e atrair sectores organicamente alinhados no movimento de oposição ao regime.

Era assim entre a juventude, por exemplo, com a constituição e o ímpeto de arranque do MUD Juvenil. O seu rápido crescimento, a capacidade de realização de reuniões amplas, designadamente a de 28 de Março de 1947, que Mário Soares designa de Congresso⁴⁰¹, o dinamismo e audácia de muitas das suas iniciativas, como a Semana da Juventude também nesse mês, suscitaram violenta repressão governamental. Não havia aqui razões de qualquer ordem para que o regime usasse de brandura no tratamento com uma organização que, além do mais, se alinhava publicamente com as iniciativas que a nível internacional estavam a ser convocadas pela Federação Mundial da Juventude Democrática e pela União Internacional dos Estudantes, ambas criadas na órbita soviética.

³⁹⁹ Cf. Fernando Rosas, *História de Portugal. O Estado Novo...*, pp 402-406

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 404

⁴⁰¹ Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução...*, p. 68

Por isso, a repressão que se abate no Algarve sobre o acampamento e as actividades realizadas pelo MUDJ em Bela Mandil (Olhão), a prisão da Comissão Académica de Lisboa e da Comissão Central do “Juvenil”, seguida da invasão da faculdade de Medicina⁴⁰² davam o exemplo e marcavam o tom com que o regime avançava na recuperação da crise de final da guerra, agora que estavam resolvidos os seus problemas fundamentais de equilíbrio interno, de reconhecimento internacional e de estratégia política.

Também ao nível do movimento operário e popular o PCP procurava congregiar energias no sentido de despoletar novo movimento grevista. Ainda que o esforço fosse permanente, a possibilidade de fazê-lo coincidir com os acontecimentos putschistas em marcha ⁴⁰³ era oportuna e tentadora.

As acções revestiam sobretudo a forma de representações e abaixo-assinados ao patronato e mediadas pelos Sindicatos Nacionais, acompanhando na sua especificidade o estilo de actuação do MUD. Greves propriamente ditas, pela sua envergadura, eclodiram apenas entre os lanifícios da Serra da Estrela e os mineiros de S. Pedro da Cova ⁴⁰⁴. No Alentejo, por sua vez, apenas começava apenas a tomar expressão o movimento dos assalariados em torno de um corpo de reivindicações e de procedimentos ainda em estruturação. Tratavam-se, portanto de movimentos recuados, inexpressivos ou ainda embrionários, quer pela dimensão como pela sua pulverização. Mesmo as greves assinaladas eclodem em localidades periféricas e longe dos centros operários em que as greves anteriores haviam ocorrido.

A posição do PCP também aqui, de acordo com a linha de orientação conjuntural que vinha estabelecendo, considera que há condições para o desencadeamento de movimentos ofensivos, atendendo à persistência do racionamento, ao açambarcamento e à disseminação do mercado negro; embora sem adquirirem feição suficientemente explosiva e mobilizadora como anos antes.

Por isso, para o PCP acrescia a importância de reforçar factores subjectivos, como a implantação do partido, principalmente nos meios operários de Lisboa. Como afirmava O Militante:

“Na situação presente, uma pequena luta pode originar um grande movimento de massas em seu apoio (...).”

⁴⁰² Cf. Mário Soares, **Portugal Amordaçado...**, pp 137-138

⁴⁰³ Cf. José Pacheco Pereira, **Álvaro Cunhal...**, Volume 2..., pp 720-721

⁴⁰⁴ Maria de Fátima Patriarca, **O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47)**, in *Análise Social*, 99, 1987, pp 914-915

*A tarefa dos nossos camaradas estará em saber orientar e conduzir as massas para essas acções mais largas, onde possam verificar com a sua própria experiência as forças de que podemos dispor para fazer frente ao fascismo salazarista”*⁴⁰⁵.

Este trabalho partidário passava, de acordo com a orientação estabelecida, na insistência de criação de Comissões de Unidade a partir dos locais de trabalho, que se fossem sucessivamente articulando entre si, por área geográfica ou por ramo de actividade profissional. Era o que se estava a verificar no sector da construção e reparação naval, em ambas as margens do Tejo – nos estaleiros da CUF, Argibay, Parry & Son, no Arsenal, nas Companhias Nacional e Colonial de Navegação, ou na Sociedade Geral de Transportes, onde trabalhavam milhares de operários.

Em todas elas havia organização do PCP e quer em Lisboa como na Margem Sul à frente das estruturas intermédias do partido estavam quadros experientes que pertenciam ao Comité Central – António Dias Lourenço (João), Américo Gonçalves de Sousa (Abel), Manuel Rodrigues da Silva (Almeida), controlados por José Gregório (Alberto), do Secretariado. Porém, persistiam reconhecidas dificuldades, principalmente ao nível da deficiente porosidade entre as células e comités de empresa frequentemente inconsistentes e as Comissões de Unidade.

Desde Fevereiro de 1947 que o partido acompanhava um movimento reivindicativo nesse sector, que se desencadeara a partir das Comissões de Unidade em torno de questões salariais e do agravamento do custo de vida. Estavam ainda em curso alterações técnicas significativas no processo produtivo, geradoras de inquietação e mal-estar.

A situação seria acelerada a partir de Março por se perceber que, no quadro do processo de revisão salarial para o sector em curso, os patrões estavam divididos⁴⁰⁶.

A esta conjugação de factores acrescia ainda o conhecimento de que a Junta Militar de Libertação Nacional adensava os preparativos do putsch, o que agudizava a premência do movimento.

Perante a ausência de resposta às reivindicações formuladas pelas Comissões de Unidade, a estratégia de radicalização progressiva ia fazendo caminho com a prestação às horas extraordinárias, a que o reage com a publicação de um despacho compelindo à prestação do serviço extraordinário e despedindo setenta trabalhadores que insistiram na

⁴⁰⁵ *As lutas reivindicativas e a sua justa orientação*, in *O Militante*, III série, 41, Novembro de 1946

⁴⁰⁶ Cf. João Madeira, *A greve de 1947 nos estaleiros navais de Lisboa: o fim de um ciclo*, in *Arquivos da Memória*, 3, Outono-Inverno de 1997, pp 67-83

recusa. Abria-se uma espiral de radicalização com o PCP, apesar de tudo a retardar o apelo à greve geral no sector, o que só vem formalmente a fazer no início de Abril, sendo antes ultrapassado pelos próprios trabalhadores que entram em greve ainda alguns dias antes do partido a decretar.

Todavia, o tempo escoava-se e o desencontro entre o impulso dos trabalhadores e o apelo do partido tornar-se-ia determinante na contracção dos efeitos da greve, que não alcança a amplitude esperada nos estaleiros, nem consegue alastrar por arrastamento a outros ramos de actividade industrial ou nos transportes colectivos de Lisboa. Mesmo assim teriam sido 20 mil os trabalhadores em greve, segundo o PCP.

Já no final de Abril, no meio de múltiplas hesitações e constrangimentos, quando o PCP num manifesto dirigido “*Aos heroicos grevistas de Lisboa aconselha o regresso ao trabalho MAS COM A CABEÇA ERGUIDA*”⁴⁰⁷, já os estaleiros tinham efectivamente aberto dias antes.

Encerrava-se assim de modo duradouro o ciclo grevista da guerra, de que esta movimentação nos estaleiros navais de Lisboa constituiu como que um estralejar serôdio.

Três factores teriam influído poderosamente nesse desfecho. Antes do mais, porque a predisposição para a luta estava a estreitar-se drasticamente, por efeito de uma política demagógica levada a cabo pelo ministro da economia, Daniel Barbosa. Este, logo no início de Março declarava que “*não pode admitir a resistência passiva para prolongar a normal distribuição da manteiga outro qualquer produto; comerciante retalhista ou armazenista, encontrado em tal situação, sofrerá das providências governamentais*”⁴⁰⁸, no mês seguinte, a 10 de Abril, anunciava em conferência de imprensa o comércio livre do bacalhau e o abaixamento do preço do peixe, da carne e da manteiga. Ao mesmo tempo eram inaugurados os estaleiros navais de Viana do Castelo e em Junho o governo decretava a integração do sector metalúrgico no sistema de abono de família e previdência.

Através da importação de géneros, matérias-primas e combustíveis em larga escala, custeadas com recurso às reservas de ouro acumuladas durante a guerra, o governo gizava uma estratégia plausível no sentido de esvaziar o contexto objectivo em que tinha precipitado as greves do ciclo da guerra – quebra de salário real, racionamento e mercado negro.

⁴⁰⁷ Cit. in Comité Regional da Margem Sul do Tejo do PCP, **Os operários grevistas não foram vencidos**, 14 de Maio de 1947, cicl., 1 p.

⁴⁰⁸ **Se determinados artigos sujeitos a racionamento não são distribuídos**, in *O Século* de 6 de Março de 1947

Seria assim a pulso e em contramão que o PCP conseguia despoletar o movimento, beneficiando de factores específicos no sector da construção naval. Mas o tempo corria demasiado depressa e a combatividade verificada nalgumas empresas e entre alguns núcleos de operários mais radicalizados não se mostrava suficiente para pôr de pé uma vaga grevista que pudesse alastrar e condicionar a actuação das correntes não comunistas apostadas no putsch.

Naquelas condições, a greve foi um acto de grande audácia, coragem e combatividade que envolveu um significativo número de trabalhadores no coração industrial do país.

O próprio aparelho do PCP evidenciava pesadas dificuldades em corresponder ao sentir desses sectores e em concentrar-se nas tarefas preparatórias da greve. António Dias Lourenço (João) no informe de avaliação do movimento que apresenta à reunião do Comité Central de Junho vai, entre outras considerações, dizer:

“Toda a organização, e o que é particularmente importante, todos os camaradas de Direcção estavam praticamente enfronhados na movimentação legal, o que impediu que neste período os organismos do partido tivessem um funcionamento regular. Não esqueçamos que em especial nos últimos dois meses os nossos camaradas eram absorvidos cada dia por essas tarefas, que lhes roubava totalmente todo o tempo disponível”⁴⁰⁹.

Isto significava que, apesar do discurso formal, da imprensa partidária e dos manifestos, a atracção pelo legalismo e pela acção por cima, enleando-se nos meandros do MUD e das tensões e disputas interpartidárias era muito forte e condicionava a própria actividade partidária.

Esta contradição acabava por se enroscar na própria raiz, nos próprios fundamentos doutrinários em que assentava a linha táctica que vinha sendo sistematizada desde o III Congresso. Uma espécie de duplicidade em tensão permanente onde por mais que afirmasse a prevalência do trabalho operário e sindical, a este se acabava por sobrepor na prática o da unidade antifascista por cima, no plano dos dirigentes e das personalidades.

É certo que a dificuldade no alastramento das greves se devia também aos efeitos da repressão. O governo usara de mão pesada no controlo da situação. A polícia

⁴⁰⁹ João [António Dias Lourenço], **O Movimento de Lisboa, - Abril de 1947, Informe ao Comité Central** [Junho de 1947], cicl., p. 22

e a GNR ocupara a zona ribeirinha, as empresas procederam a despedimentos compulsivos e foram feitas prisões em larga escala, chegando a ser deportados para o Tarrafal cerca de trinta grevistas, o que nunca se verificara durante as greves da guerra. A intenção de estrangular exemplarmente o movimento à nascença era evidente.

O contra-ataque do regime ganhava fôlego e dissipava qualquer veleidade ou ilusão. Abril de 1947 parece ter sido efectivamente um mês de charneira na deslocação da correlação de forças e numa mudança conjuntural de efeitos e desenvolvimentos duradouros. Em Junho é a vez da demissão de 21 destacados professores universitários.

É nestas condições que o PCP vai realizar uma reunião do Comité Central com carácter ampliado, passando em revista ao longo de vários dias toda a actividade partidária. Tinha passado pouco menos de um ano sobre o IV Congresso.

O informe “*Unidade, Garantia da Vitória*”, apresentado por Álvaro Cunhal é o grande pano de fundo sobre a situação política nacional e internacional, secundado pelo de José Gregório (Alberto) designado “*Por uma melhor política de quadros*”, enquanto que outros dirigentes abordam questões mais sectoriais: Dias Lourenço procede ao balanço das greves dos estaleiros navais, Manuel Rodrigues da Silva apresenta um relatório sobre as questões sindicais e Joaquim Pires Jorge terá lido um informe sobre *O Partido e a Unidade Nacional*.

O informe de Álvaro Cunhal é como que uma terceira peça de um vasto esforço de aprofundamento doutrinário, iniciado em 1943 no III Congresso e já bastante ampliado no IV, com os respectivos informes políticos, procurando naturalmente ajustar-se às flutuações conjunturais.

Do ponto de vista internacional, o documento critica a Doutrina Truman, com base no discurso que o presidente norte-americano faz em 12 de Março de 1947, perante o Congresso dos EUA. Cunhal percebe que a questão da Grécia e da Turquia não constitui senão um incidente, um aspecto parcelar perante o grande projecto e o grande objectivo que daí transpira, que se consubstancia numa nova orientação de fundo para a política externa americana, que é como que uma declaração formal de guerra, da Guerra Fria:

“A verdade é que a política imperialista norte-americana está espalhando e consolidado no mundo a tirania. A verdade é que enfraquecida a Grã-Bretanha pelas dificuldades que corroem o império, os E.U. – cheios de ouro, com a sua poderosa indústria, riquíssimos de recursos, com a sua

*grande força militar premeditadamente poupada na luta contra a Alemanha – surge como a indiscutível cabeça do imperialismo e da reacção”*⁴¹⁰

A ilegalização do PC do Brasil, a expulsão do PC Francês do governo ou a crise governativa italiana, que levou igualmente ao afastamento do PCI, constituíam sinais irrefutáveis de um nova e poderosa vaga anticomunista que se levantava, sustentada pelo bloco anglo-americano e apoiada pelo Vaticano.

Segundo o Partido Comunista Português, neste contexto internacional Salazar acalentaria a esperança de ver restabelecidos regimes fascistas à sombra das novas tensões e a possibilidade de uma mobilização, inclusivamente militar, contra a URSS e o bloco das democracias populares em edificação, no fundo uma terceira guerra mundial. E, nesta visão apocalíptica, o seu objectivo seria preparar-se para a guerra, liberto de ambiguidades neutrais.

O investimento em despesas militares agrava a situação económica do país, em vez de aproveitar as condições de paz para levar a cabo as grandes obras de fomento, a electrificação, a irrigação e o povoamento do país⁴¹¹, isto é, a colonização interna, afastando-se assim pouco dos grandes projectos que os sectores reformistas do regime propunham. O que distinguia o discurso comunista do discurso dessas correntes era a indispensabilidade, para a realização desse programa, de um regime democrático e de uma orientação anti-corporativa e anti-monopolista.

Mas necessitava, evidentemente, de lançar um espesso manto de descrédito sobre essas propostas “desenvolvimentistas” do regime. Assim, a reforma agrária preconizada pelos “neofisiocratas” não passava de uma retinta demagogia que não beliscava os interesses dos grandes proprietários agrícolas nem resolvia os efectivos problemas dos assalariados e dos camponeses pobres e médios.

Cunhal insistia na ideia que o país era deficitário do ponto de vista alimentar, porque uma parte significativa da produção nacional saía do país, antes para a Alemanha hitleriana e agora para servir os interesses anglo-americanos.

Do mesmo modo, a organização corporativa não obstava e antes favorecia as irregularidades da distribuição dos géneros e o mercado negro. Denunciava o carácter demagógico das medidas de Daniel Barbosa, cujo objectivo era apenas o de conter e esvaziar as movimentações sociais, isto é, não passavam de medidas desesperadas a que o governo tinha sido obrigado por pressão das greves dos estaleiros navais.

⁴¹⁰ Duarte [Álvaro Cunhal], *Unidade, garantia da vitória, Informe ao Comité Central – em Junho, 1947*, cicl., p. 4

⁴¹¹ Cf. *Idem*, p. 10

Tinha sido esse, segundo o informe, o sentido das medidas tomadas pelo ministro da economia entre a terceira semana de Abril e a segunda de Maio de 1947 – fim do racionamento da electricidade, aumento dos quantitativos de racionamento de lenhas e carvão, indeferimento de pedidos de aumento de preços, passagem de alguns géneros a regime de venda livre, abaixamento do preço do petróleo e gasolina. E alertava:

*“Não nos iludamos com as promessas fascistas. As pequenas concessões a que é obrigado pela luta do povo, e as promessas, não modificam no essencial a sua política. Muitas das medidas anunciadas, particularmente as importações, criarão novas e graves dificuldades à economia nacional. Muitas das suas promessas e afirmações visam apenas iludir o descontentamento e, como sempre, quebrar a vontade de luta do povo. (...) O que é senão demagogia o estardalhaço feito acerca da permissão das ceias para boémios e das baixas dos preços das sanduiches, das torradas e dos pastéis de nata ?”*⁴¹²

Álvaro Cunhal expõe minuciosamente o que considera ser a grande manobra do regime, isto é, toda a atracção, exercida de modo mais ou menos discreto, da reconciliação ou de benesses acenadas, para dividir o campo da oposição e chamar a si os sectores mais conservadores. O Partido Comunista entendia bem que a unidade oposicionista apresentava fissuras instáveis, que se podiam facilmente alargar, desmoronando o edifício que fora sendo tecido desde 1943 em torno do MUNAF, primeiro e do MUD, depois.

Curiosamente, se entrevê essa possibilidade como resultado do clima anticomunista e de velhos preconceitos do mesmo teor, agora revivescentes, também assaca responsabilidades à delegação do PCP no MUNAF, pelas suas posições hesitantes, que é o mesmo que dizer, pela incapacidade de defender e impor os pontos de vista do partido.

O principal perigo nestas matérias eram os sinais de reagrupamento fora do MUNAF, a conexão que poderia ser estabelecida entre os as alas mais “liberalizantes” do regime e os grupos civis e militares mais à direita do espectro oposicionista, designadamente o namoro, fundado em velhas amizades, entre Júlio Botelho Moniz e Cunha Leal, por um lado, e, por outro, o quase pavor de um abraço deste a ex-comunistas que mantinham alguma auréola política e que nos anos anteriores foram

⁴¹² *Idem*, p. 21

sendo expulsos, como era principalmente o caso de Velez Grilo e José de Sousa, que reuniam à sua volta velhos dirigentes como Vasco de Carvalho, Cansado Gonçalves ou Ariosto Mesquita.

A aproximação ao MUNAF destes ex-comunistas fora aliás bloqueada em larga medida por pressão do PCP, mas não haviam deixado de trabalhar por um espaço de intervenção na área do socialismo, necessariamente marginal, o que facilitava a abertura para esse tipo de entendimentos.

Ainda que o processo de absorção pelo partido dos defensores da Política de Transição fizesse caminho, era lento e contraditório. E ainda que entre estes e o grupo de José de Sousa lavrasse um antagonismo profundo, sulcado nas disputas do Tarrafal, não descartava completamente essa possibilidade, do mesmo modo que é a olhar para dentro do partido que Cunhal dedica algumas páginas do informe à denúncia e à excomunhão do browderismo.

Todos esses sectores bem podiam estar desligados do movimento social e ter ideias paralisantes ou apostar em acordos por cima, bem podiam estar fora do MUNAF, só que as paredes da grande casa da Unidade Nacional não estavam suficientemente impermeabilizadas e imunes à aproximação a essas.

O problema é que mesmo entre os aliados políticos, mencionados como suficientemente sérios e de boa fé para negociar e subscrever acordos, havia derivas que faziam estremecer a serenidade dos comunistas. Era o caso dos republicanos, de um sector dos agrupamentos socialistas e também de uma boa parte dos velhos anarquistas e do que da sua organização formalmente sobrevivera, que questionavam a democraticidade do MUNAF e do MUD, propugnavam por uma intervenção autónoma, apreciavam de modo muito crítico os movimentos sociais hegemonizados pelo PCP, designadamente as greves da construção naval, ou, num outro registo, admitiam uma postura oposicionista mais cordata que podia implicar um intervencionismo eleitoral, por exemplo.

A definição, como em 1945, de um conjunto de condições mínimas para concorrer às eleições implicava, portanto, simultaneamente, contrariar estes objectivos e reforçar a capacidade política das plataformas organizativas de que a oposição formalmente dispunha, o MUNAF e o MUD.

O MUNAF permanecia no discurso comunista como centro da actividade unitária oposicionista, mas na realidade encontrava-se esvaziado e o próprio informe de Álvaro Cunhal reconhecia o seu estado precário

“O Conselho Nacional não aparece durante longos meses perante a nação, definindo a sua posição em face dos acontecimentos que se têm vindo a suceder. Muitos CUN paralizaram completamente a sua acção ou dissolveram-se. A imprensa do MUNAF, salvo a imprensa regional não mais se fez ouvir. A Comissão Executiva do CN, por incompreensões várias e falta de capacidade nossa, arrasta-se há muitos e muitos meses numa actividade reduzida e irregular”⁴¹³.

Em conformidade, caberia ao partido, inverter tais tendências liquidacionistas e dinamizar o seu funcionamento, mantendo a ideia de que o MUNAF constituía uma plataforma útil, porque de base interpartidária onde era mais fácil delimitar divergências e dirimi-las. Portanto, a sua existência continuava a ser tida como garante da própria unidade oposicionista.

Quanto ao MUD, por seu turno, insistia na ideia de que devia forçar a sua existência legal, aplicando, naturalmente, as orientações gerais definidas pelo CNUAF, o que implicava a exposição dos seus activistas e atraía mais facilmente a repressão governamental. Este era aliás um dos factores de paralisação da sua actividade.

Do ponto da alternativa política, defendia um governo de concentração nacional *“com representantes de todas as correntes políticas do país”*, que consagre as liberdades democráticas, que extinga a organização corporativa e que se relacione numa base de amizade e de respeito mútuo com todos os países do mundo.

Era à altura destes objectivos que o PCP se devia erguer, fortalecendo-se ideologicamente, extirpando as tendências colaboracionistas e liquidacionistas que o browderismo e a conectada *“Política de Transição”* exprimiam. Mas também rectificando desvios tidos por esquerdistas que continuariam a manifestar-se no sentido de desvalorizar a importância da actividade legal e das organizações de unidade designadamente o MUD.

O Informe de Álvaro Cunhal à reunião ampliada do Comité Central prenunciava as novas condições internacionais de guerra fria que aconchegava a recuperação furiosa do regime após a crise por que passara no final da guerra, mas não conseguia contrapor uma orientação estratégica adequada.

Perdida a oportunidade do pós-guerra, amarrado às resoluções do IV congresso, o PCP insistia nos mesmos procedimentos e embalava num caminho cujos sinais de estreitamento e de isolamento sinalizava, mas em relação aos quais não conseguia

⁴¹³ *Idem*, p. 44

produzir matéria que o obstasse. A situação ao longo desse ano de 1947 tornava-se cada vez menos favorável à manutenção desta estratégia gizada pelo Partido Comunista.

Alteravam-se as condições objectivas que haviam caracterizado a conjuntura de guerra, favorecendo o desenvolvimento das movimentações contra a quebra dos salários reais e o problema dos abastecimentos. Era um quadro de refluxo que se traduzia numa mudança de padrão, que trazia à tona outro tipo de movimentos, mais recuados, que se desenvolviam quando muito à sombra dos sindicatos nacionais penetrados pelos comunistas.

Apenas nos campos do sul, dadas as fundas clivagens sociais, os baixíssimos níveis de vida e a instabilidade laboral, irrompiam ciclos reivindicativos desencadeados através das praças jorna, alternando entre exigências de jornas mais altas por altura das ceifas e reclamação de trabalho pelo inverno.

A perspectiva de movimentos unificados a nível regional que se radicalizavam de forma a desembocar em greves, protestos e acções de rua, como se verificara anos antes, persistia na propaganda do PCP, mas como desejo desfasado da realidade.

Em Dezembro, Militão Ribeiro, secretário do Comité Central dá mostras de o ter entendido, em carta que escreve a Joaquim Pires Jorge:

*“(...) aquele ambiente de descontentamento e desespero ainda existente há alguns meses atrás, proveniente da falta de géneros alimentícios e preços exagerados, diminuiu bastante entre as massas trabalhadoras e o povo em geral; e que aquela predisposição e condições para a mobilização das massas para as lançar em amplos movimentos, (...) são hoje muito menores (...) somos obrigados a constatar que estamos no nosso país em presença de uma depressão temporária de lutas com carácter amplo de massas”*⁴¹⁴.

Por outro lado, nos movimentos políticos de oposição, a situação não era de molde a suscitar grandes entusiasmos e optimismos. O Conselho Nacional de Unidade Antifascista continuava paralisado, a sua Comissão Executiva parecia funcionar a impulsos espaçados e fundamentalmente por iniciativa dos delegados do PCP.

No MUD, o desalento minava a Comissão Central, traduzindo-se numa notória quebra de iniciativa. As ameaças, actos intimidatórios e a repressão governamental directa haviam inibido a sua actividade, com os militantes comunistas a procurar inverter essa situação.

⁴¹⁴ Carta de An[tónio] a Marco, s.l., 27 de Dezembro de 1947, IAN/TT, Pide/DGS, P. 238-GT

Quando, logo no início de 1948, se reúnem energias e vontades para, mais uma vez, comemorar o 31 de Janeiro, a polícia acaba por prender, nesse mesmo dia, toda a Comissão Central, ao mesmo tempo que lhes é comunicada a proibição do MUD ⁴¹⁵.

Por outro lado, assiste-se a uma implacável vaga repressiva sobre o PCP. A partir de Abril de 1947 iniciam-se as dezenas de prisões que levam ao chamado processo dos 108 ⁴¹⁶, tantos eram os militantes envolvidos, oriundos dos diversos sectores partidários tocados ou desmantelados como a organização no Ribatejo, Coimbra ou no Alentejo, que implicara a prisão de dirigentes e funcionários de direcção regional, bem como de um importante membro do Comité Central – Francisco Miguel, responsável pelo sul do país.

Na reunião do Comité Central realizada em Fevereiro de 1948 reflecte-se todo este ambiente. Só muito timidamente se vão aprofundando o que em Junho anterior se apresentava como tendência clara.

A caracterização da conjuntura internacional baseia-se na denúncia do anticomunismo e da crescente hegemonia mundial dos Estados Unidos e da função do recém-anunciado Plano Marshall no reforço da pilhagem internacional. Em contraponto destaca-se a função pacificadora e democratizadora do que é designado por Frente da Paz e da Democracia, isto é, a URSS, as democracias populares e as massas trabalhadoras de todo o mundo, enquadradas pelos respectivos partidos comunistas, naturalmente.

Neste contexto, a política de Salazar é de enfeudamento a ingleses e americanos, com a adesão ao Plano Marshall e a cedência de território nacional para a instalação ou aproveitamento de infra-estruturas militares estratégicas. A política económica submeter-se-ia, portanto, a esses interesses nos preços e salários, na entrega de recursos e ramos de actividade aos monopolistas nacionais e estrangeiros, na criação de facilidades nas importações e, portanto, no esmagamento concorrencial dos produtos internos tradicionais.

Sobre a oposição, o documento insiste na denúncia das correntes centrífugas do MUNAF – Cunha Leal e Nuno Simões em conexão com o grupo de José de Sousa e com António Sérgio, bandeando-se com Botelho Moniz, insiste numa manobra de grande envergadura do regime que visava quebrar a Unidade Nacional, domesticar a oposição, isolando e asfixiando o PCP.

⁴¹⁵ Cf. Mário Soares, *Portugal Amordaçado...*, pp 139-140

⁴¹⁶ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, PC 757/47; TCL, 3º JC, P. 14202/1947

Emparedado entre estas pressões no campo oposicionista e fortemente apreensivo quanto à vaga repressiva que flagelava as suas fileiras, o Comité Central apelava ao reforço da homogeneização política e ideológica à defesa do partido, ao mesmo tempo que sustentava a necessidade de reforçar a ligação às massas e às suas lutas ou o fortalecimento do MUNAF e do MUD, “*desmascarando os divisionistas e os agentes do fascismo*”⁴¹⁷.

Permanecia a convicção ou a esperança de que “*num prazo de tempo relativamente curto estarão criadas condições para largas movimentações de massas*”⁴¹⁸.

Álvaro Cunhal não participara na reunião. Havia iniciado dois meses antes uma longa viagem com o objectivo de reatar os laços com o movimento comunista internacional⁴¹⁹. Era como que a última pedra no edifício da *reorganização*. Não deixa, porém, de manter contacto com o interior. Numa das cartas que envia, sugere imperativas orientações para a actividade partidária, reflectindo os eixos políticos centrais definidos pelo movimento comunista internacional:

*“No nosso país há que reforçar a luta contra o Plano Marshall e a política americana de Salazar. A luta contra o imperialismo americano é a direcção fundamental da actividade das forças democráticas mundiais. Naturalmente que o capitalismo procura defender a sua existência. Hoje falo de novo na base da luta anti-comunista. E isto traz ao nosso país perigos para a unidade. Há que defendê-la com tenacidade e firmeza política. Se o pudermos fazer, se soubermos continuar defendendo os interesses do povo e a independência nacional, vendida por Salazar aos Estados Unidos, conduziremos o nosso povo à vitória”*⁴²⁰

O assunto não podia, efectivamente, ser mais pertinente. Cunhal conhecia bem as tensões internas no MUD, a astenia do MUNAF, a preparação da campanha eleitoral de Norton de Matos e antes de partir tivera conhecimento do Despacho do Ministro do Interior, de 26 de Abril de 1947, que ilegalizava o MUD, precisamente por “*colaborar nele o chamado Partido Comunista, subordinado a um poder político estrangeiro e associação secreta proibida...*”⁴²¹.

⁴¹⁷ Cf. Comité Central do PCP, **O Partido Comunista Português ante a situação política nacional**, Fevereiro de 1948, cicl., 3 pp

⁴¹⁸ **Resoluções saídas de uma reunião de Direcção Central**, in *O Militante*, III série, Abril de 1948

⁴¹⁹ Cf. José Manuel Milhazes Pinto, **O PCP e o PCUS no pós-guerra. Reatamento de uma longa amizade**, in *História*, (nova série), 8, Maio de 1995, pp 53

⁴²⁰ **Abril de 1948 – Para o Secretariado**, [cifrada], mns, in TCL, 3º JC, *P. 14499, de 1949*, 10º vol., apenso a fls. 617

⁴²¹ Cf **Auto de Notificação, Cópia**, a Luciano Serrão de Moura, dact, 1 p., in *Arquivo de Manuel João da Palma Carlos*

Bem podia o PCP continuar a insistir num MUD legal, como aprovara a Assembleia de Delegados desse mês, que as dissensões internas ditavam o contrário. Aliás o Governo, fazendo coincidir o Despacho de ilegalização do MUD com a desarticulação do golpe militar, jogou com o efeito dessa medida, pelo que nem sequer teve necessidade de tomar medidas de extinção compulsiva do Movimento.

Será assim necessário decorrer quase um ano sobre a publicação desse Despacho para que a sua aplicação se verificasse. Só no início de Março de 1948 é que os membros da Comissão Central do MUD são notificados do despacho de dissolução do Movimento, o que de algum modo coroa todo o processo de recomposição do regime em relação ao abalo do pós-guerra.

2. “Uma grande vitória política do nosso Partido”

As eleições presidenciais de Janeiro de 1949 vão constituir a última expressão da alargada unidade da oposição criada durante a guerra.

É possível remontar ainda a meados de 1947 as primeiras sugestões consistentes de candidatura do velho general, já octogenário, a partir da Comissão Distrital do Porto do MUD, através de António Macedo ⁴²², que encontram eco na Comissão Central do MUD, ainda que um sector significativo dos seus dirigentes, próximo do Partido Comunista – Mário Soares, Maria Isabel Aboim Inglês e Tito de Morais – tivessem começado por preferir Mário de Azevedo Gomes.

Para Mário Soares, então jovem comunista, esse entendimento radicava no facto de simpatizarem politicamente mais com o agrónomo seareiro, que designa de “‘o nosso homem’, a grande figura moral, intelectual e política da Comissão Central, a nossa referência” ⁴²³.

Não foi esse o entendimento da maioria da Comissão Central do MUD, incluindo comunistas como Bento Caraça e Luciano Serrão de Moura, que patrocinam

⁴²² Mário Soares, *Portugal Amordaçado...*, p. 141

⁴²³ Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução...*, p. 78

uma sessão de homenagem a Norton de Matos, a pretexto do seu 80º aniversário, formalmente organizada por um grupo de militares republicanos de alta patente, como os coronéis Bento Roma e Ferreira Martins ou o almirante Mendes Cabeçadas.

A iniciativa seria prontamente secundada pela sua congénere juvenil, a CC do MUDJ, que decide promover a recolha de 20 mil assinaturas em apoio do general ⁴²⁴, das quais consegue recolher, ainda assim, oito mil. No texto desse abaixo-assinado, depois de sublinhar a sua acção como Ministro da Guerra, Alto Comissário em Angola, parlamentar, académico, embaixador, conclui:

“Por isso, olhamo-lo todos hoje como um símbolo daquele tipo de homens que nos podem e devem guiar pelos caminhos do Futuro” ⁴²⁵.

Essa homenagem pública não se realizaria, porque depois de autorizada pelo Governo Civil de Lisboa viria a ser proibida mesmo em cima da hora por Despacho do Ministro do Interior ⁴²⁶. Contudo, revela bem como a candidatura do general estava na calha desde os primeiros meses de 1947 e a própria forma como foi impedida a sessão parece reflectir a percepção que o governo teria desse propósito.

Na realidade, a candidatura de Norton de Matos reunia um conjunto de vantagens conjunturalmente bastante interessantes. O general começava por ser presidente da CNUAF, que reúne já em Março de 1948, onde o seu nome é ponderado, avaliando-se o leque de apoios que era já bastante largo, mas que deixava de fora sectores significativos do Partido Republicano Português, o que inibia o general de avançar, colocando como condição beneficiar desses apoios.

Se, por esse lado, a candidatura de Norton de Matos balançava em hesitação, por outro, Azevedo Gomes, também membro do CNUAF, declarava que não avançaria se o general se predispusesse a isso ⁴²⁷, o que afastava quase liminarmente as pretensões dos sectores que o preferiam.

Quer Soeiro Pereira Gomes ⁴²⁸, quer Bento de Jesus Caraça, enquanto quadros comunistas tiveram um papel fundamental no sentido de tornar o nome de Norton de Matos como a escolha do PCP. Se a reunião do Comité Central de Fevereiro de 1948 o estabelece formalmente, é possível vislumbrar o esboço dessa decisão que através de

⁴²⁴ Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...*, Volume 2..., p. 808

⁴²⁵ MUD. Comissão Central, *A juventude saúda Norton de Matos*, Lisboa, 29 de Março de 1947, cicl., 1 p.

⁴²⁶ MUD. Comissão Central, *Comunicado. O Governo proibiu a homenagem ao General Norton de Matos*, Lisboa, 30 de Março de 1947, cicl., 1 p.

⁴²⁷ *Idem*, pp 810-811

⁴²⁸ Cf., Giovanni Ricciardi, *Soeiro Pereira Gomes, Uma biografia literária*, Caminho, Lisboa, pp 216-217

um núcleo restrito de dirigentes e quadros comunistas desde 1947, o que leva a admitir que o assunto tivesse sido já abordado antes do périplo internacional de Álvaro Cunhal.

É que, ao mesmo tempo, Norton de Matos era presidente da Comissão Consultiva do MUD e por menos que a direcção do PCP gostasse dessa estrutura, o certo é que perante a intimidação para ilegalizar o MUD, a sua candidatura poderia vir a representar um novo fôlego do MUD e da estratégia comunista de resistir a essa medida, forçando a sua legalidade no quadro do regime.

O facto ainda de ser presidente da CNUAF contribuía para relançar esse organismo, que o PCP entendia como dirigente da resistência ao regime e que decidiria por unanimidade avançar com a sua candidatura até ao fim, desde que respeitadas condições políticas mínimas ⁴²⁹.

A 9 de Julho, finalmente, Norton de Matos apresenta o documento *À Nação*, a sua declaração de candidatura e quer o CNUAF quer o PCP tratarão quase de imediato de editar documentos em seu apoio.

Para o Partido Comunista tornava-se, no entanto, fundamental estabelecer as orientações para a estruturação e desenvolvimento da campanha eleitoral, o que em boa medida irá ser condensado em documento próprio editado pelo Secretariado do Comité Central em Novembro desse ano, mesmo à boca da campanha eleitoral.

As maiores resistências à candidatura de Norton de Matos vinham dos grupos de António Sérgio e Cunha Leal, sectores por onde se plasmava em malha mais larga a articulação com a corrente liberalizante do regime, de que figura mais operativa era Júlio Botelho Moniz, cujo projecto político consistiria, segundo o PCP, no esvaziamento e desmantelamento do MUD e sua substituição por uma organização – uma Frente Patriótica – que agrupasse as correntes mais moderadas e conservadoras da oposição, incluindo os descontentes e dissidentes do regime, e, naturalmente, aquela que o próprio Botelho Moniz ajudava a corporizar dentro do Estado Novo.

Tinha havido uma tensão surda em torno da escolha do candidato, com António Sérgio, colocado fora da Comissão Central do MUD, mas enquanto “notável” e membro da Comissão Consultiva do Movimento, a preferir uma personalidade com maior capacidade de penetração e desagregação dentro do regime e de polarizar a direita oposicionista, fosse o Professor Egas Moniz ou o brigadeiro Costa Ferreira ⁴³⁰.

⁴²⁹ Carta de António Dias Lourenço, in Alberto Vilaça, *Bento de Jesus Caraça Militante integral do ser humano*, Campo das Letras, Porto, 1999, p. 174

⁴³⁰ Cf. Secretariado do Partido Comunista Português, *Alguns aspectos da actividade do Sr. A.S. contrárias à orientação do Conselho Nacional*, Agosto de 1948, dact., 4 pp. In Arquivo Mário Soares, 2597.004, [14-17]

A actuação de António Sérgio suscitara por isso o envio, já em Agosto de 1948 de um documento do Secretariado do CC do PCP ao CNUAF incitando-o a “*tomar a resolução que se impõe*”⁴³¹, isto é, denunciar publicamente essa acção considerada nefasta.

Mas se esta era uma primeira grande ordem de preocupações do PCP em torno das participação da oposição nas eleições presidenciais, as questões políticas mínimas para que essa participação se fizesse e a orientação a imprimir à campanha constituíam outros importantes aspectos a enquadrar.

Tratava-se de colocar na primeira linha do programa político as condições de democraticidade do acto eleitoral, como condição de base aliás para levar ou não a candidatura até às urnas. Joaquim Campino (Afonso), membro do Comité Central, num relatório sobre a campanha eleitoral, coloca este aspecto com suficiente clareza:

*“O problema das condições mínimas era a questão da vida ou da morte para o destino da candidatura e por isso não deviam ser desviados para outros objectivos de segunda ordem os esforços disponíveis”*⁴³².

Porém, a menos que persistissem convicções assentes na ilusão de que o regime aceitaria proporcionar tais condições – novo recenseamento, liberdade de imprensa com a abolição da censura, liberdade de propaganda, participação da oposição em todo o processo, designadamente com fiscalização do acto eleitoral⁴³³ – a questão tornava-se, para os comunistas, meramente instrumental, correspondendo apenas ao preenchimento de um espaço de intervenção pública, apesar de tudo com considerável grau de exposição, mas completamente improcedente do ponto de vista de levar a candidatura a votos.

As sucessivas cartas e representações do general exigindo o cumprimento de tais condições não tiveram, obviamente, qualquer resposta da parte do governo.

Mas este não era o ponto de vista de outros sectores com bastante peso na própria candidatura, que no seu entendimento moderado e voluntarista acreditavam que, mesmo assim, mesmo reconhecendo essas limitações o general deveria submeter-se a sufrágio, no que constituiria um pretexto objectivo para separar águas, tornando-se, porventura, na mais importante e irremediável linha de clivagem no seio da oposição ao tempo.

⁴³¹ *Idem*, p. 4

⁴³² Afonso [Joaquim Campino], *Algumas considerações sobre a campanha eleitoral do General Norton de Matos*, Março de 1949, dact., p. 12, in IAN/TT, Pide/DGS, *P. 52-GT*, [16]

⁴³³ Cf. José Silva, *Memórias de um operário*, 2º vol., Convergência, Porto, 1971, p. 114

Este tipo de preocupações de teor mais utilitário e instrumental sobrepunham-se ao próprio conteúdo do programa eleitoral de Norton de Matos e os desentendimentos e divergências passavam mais por aqui do que por aspectos programáticos de substância.

Isto é particularmente visível na questão colonial, aspecto que é habitual considerar como mais conservador no pensamento político do general, cujo manifesto reflectia uma mentalidade intrinsecamente colonialista.

A nação era encarada em termos pluricontinentais, a unidade nacional alicerçava-se dois pilares - a unidade territorial, como se o país constituísse “*um território único e contínuo*”, e a valorização das colónias, como valorização da nação, o que significava dizer que “*não há política colonial, há apenas política nacional*”⁴³⁴.

Curiosamente, ainda antes, a mais de um ano do lançamento formal da candidatura, o texto do abaixo-assinado promovido pelo MUD Juvenil, referindo-se à acção do general como Alto-Comissário de Angola, considera ter lançado “*as bases duma obra de fomento colonial que ainda não deu todos os seus frutos*”⁴³⁵.

No mesmo sentido, se pronunciava, pelos intervalos da malha censória, um editorial da revista *Vértice*, o principal porta-voz legal da intelectualidade comunista, numa altura em que a candidatura se encontrava em fase avançada de decisão política.

Aí se verbera, por exemplo, a forma pitoresca, anedótica ou lucrativista com que são predominantemente encaradas as questões coloniais, porque, e nestes precisos termos, é “*absolutamente oposta às nossas responsabilidades e necessidades, e contrárias aos interesses nacionais, porque é incapaz de servir a grande tarefa de construção do Ultramar*”. Sustenta o editorial a necessidade de “*esclarecer, esclarecer cada vez mais e sempre, sobre quanto é fundamental uma verdadeira obra de colonização*”, para concluir que só da adopção dum vasto leque de medidas de fomento no campo económico e social, “*permitirá realizar a obra que integre as nossas colónias num Portugal progressivo e feliz*”⁴³⁶.

É interessante como no citado relatório de Joaquim Campino a questão colonial é completamente omissa no rol de aspectos políticos que mereceriam ter tido outra abordagem.

Na realidade, esta questão não era, nem na linha política aprovada pelo congresso de 1946, um aspecto relevante. Álvaro Cunhal dedicara-lhe então escassas páginas onde o odioso da política salazarista não residia na exploração colonial, mas

⁴³⁴ Norton de Matos, *À Nação*, in *República*, 3 de Janeiro de 1949

⁴³⁵ MUD. Comissão Central, *A juventude saúda Norton de Matos...*

⁴³⁶ **Problemas coloniais**, in *Vértice*, 55, Março de 1948, pp 173-174

sim porque Salazar “*tem entregado as colónias portuguesas, como o próprio território continental, à rapina e à gula de negreiros e imperialistas*”, para acrescentar, denunciando as condições infra-humanas em que viviam as populações sob dominação colonial, que “*não é com uma tal política que se promove o desenvolvimento das colónias*”, o que se conseguiria, como sugere, “*subindo o nível de vida, de cultura e de preparação dos povos coloniais, dando de facto ao indígena condições de pessoa humana, tornando numa realidade uma ajuda fraterna do povo português aos povos das colónias portuguesas*”⁴³⁷.

Neste domínio, em substância, o que podia distinguir e fazer divergir as posições colonialistas de Norton de Matos da forma como o PCP encarava então a questão colonial ?

Faltará ainda muito para que a consciencialização da iniquidade intrínseca da política colonial comece a penetrar o discurso partidário, já a forma como o assunto é exposto nos materiais do congresso não parece ser tanto o da brevidade ou da superficialidade, mas antes do predomínio de um entendimento do problema que se colocava ainda bastante a montante de um posicionamento anti-colonialista.

As fricções na preparação e na direcção de campanha podiam assumir um carácter instrumental, operacional quase e desse ponto de vista o Partido Comunista exerceu uma pressão e tomou no terreno em boa parte a condução do processo, impondo o que considerava mais acertado como se de uma pressão da base, dos activistas, se tratasse.

Mas, na realidade, esse carácter instrumental encobria uma disputa pela hegemonia, já que o desejo da direita oposicionista sacudir a tutela do PCP, que acabava por exprimir em torno de um conjunto de pretextos e incidentes, qua raramente assumiam uma dimensão política ou programática e que acabariam por desembocar na questão de ir ou não às urnas, o que do ponto de vista táctico se tornva central.

O pleno de apoios no espectro oposicionista que Norton de Matos reclamara e de que se reclamava, que significara a entrada de gente de franjas não só inorgânicas como conservadoras da oposição, não podia significar para o PCP a entrega da direcção de campanha a essa gente.

Para o evitar, entendia que a estruturação dos serviços de candidatura devia assentar num processo de revitalização das estruturas do MUD, por onde apesar do marasmo e da desorientação decorrentes da ilegalização do Movimento, se continuava a

⁴³⁷ Álvaro Cunhal, *O Caminho para o derrubamento do fascismo...*, pp118-119

plasmar a influência política do partido, com ideias e sobretudo com militantes e quadros.

Numa espécie de cartilha destinada a preparar a intervenção dos comunistas, que o Secretariado do Comité Central edita em Novembro de 1948 esse aspecto é particularmente vincado ⁴³⁸. Disso dependeria afinal o essencial da estratégia delineada pelo PCP, que passava por manter uma atitude abstencionista à boca das urnas.

Se o manifesto eleitoral do candidato é divulgado em Julho e aí se consagram as condições mínimas de participação, era, passado o verão, visível que essas condições não tinham sido nem viriam a ser aceites pelo governo.

Os sectores não comunistas, e inclusivamente o próprio candidato defendiam ou inclinavam-se para a ida às urnas, mesmo que percebessem a asfixia de liberdades e a dimensão dos constrangimentos à participação da oposição, por vezes brutal, que avivava o carácter fraudulento das eleições. Esta era uma condição essencial para dar corpo à estratégia de transição dominante entre estes sectores.

Não obstante, a questão da ida às urnas grassara também nas fileiras comunistas. Mário Soares parece ter-se inicialmente inclinado nesse sentido ao relatar uma discussão com Luís Guedes da Silva (Armando), o seu controlador, que era membro suplente do Comité Central. Admitindo que a vitória de Norton não era impossível, ponderava as vantagens e desvantagens dessa ida a sufrágio, entendendo que *“mesmo em caso de derrota, alguma coisa ficaria de pé, o movimento de adesões por todo o país era amplíssimo, teríamos seguramente um bom resultado e a Oposição sairia legitimada”* ⁴³⁹.

Campino refere-se também a esta situação. Militantes do partido enfileiravam com muitos outros activistas entendendo que a situação se assemelhava ao período imediatamente anterior à revolução de 1910, em que o partido republicano sempre tinha concorrido às eleições, conseguira eleger deputados e, acima de tudo, ampliar a sua base de apoio e forçar a queda da monarquia ⁴⁴⁰, que era o mesmo que dizer que, então, a mesma estratégia poderia ser seguida para forçar a queda do regime.

Essa hesitação havia mesmo sido induzida pelo tom ambíguo com que alguns artigos de fundo da imprensa do PCP, particularmente do *Avante!*, se referiam à candidatura ao admitir a sua eleição ⁴⁴¹, o que teria sido corrigido com o regresso de

⁴³⁸ Cf. Secretariado do Comité Central do PCP, *O Partido Comunista e as “eleições” presidenciais*, Novembro de 1948

⁴³⁹ Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução...*, p. 84

⁴⁴⁰ Afonso [Joaquim Campino], *Algumas considerações sobre a campanha...*, pp 6-7

⁴⁴¹ Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...*, Volume 2..., pp 834-835

Álvaro Cunhal do estrangeiro e em particular com a reunião do Comité Central de Janeiro de 1949.

A reunião teria tido aliás como objectivo fundamental ajustar as orientações para a campanha eleitoral. Assim, se Álvaro Cunhal informou dos resultados do seu périplo recente em que formalmente se reataram as ligações ao centro comunista, foi a Militão Ribeiro que coube apresentar o documento sobre o enquadramento político da campanha eleitoral, que fez à luz da nova situação internacional, tal como fora estabelecida pelo Partido Comunista da União Soviética no informe apresentado por Zdanov à Conferência constitutiva do Kominform, quinze meses antes.

Militão Ribeiro segue aliás quase mimeticamente o relatório no que se refere aos aspectos internacionais, traçando assim o quadro a partir do qual caracteriza a situação política nacional e define os grandes eixos para a luta política imediata.

O quadro internacional era traçado segundo quatro aspectos fundamentais – a política expansionista e belicista dos Estados Unidos em contraposição com a de Paz e de respeito pela igualdade entre os povos e as nações por parte da União Soviética; o mundo bipolar emergente da segunda guerra com um pólo imperialista e antidemocrático em confronto com outro anti-imperialista e democrático; o carácter nocivo do Plano Marshall que atentava contra a independência económica e política dos países que o aceitassem e, finalmente, o reforço da unidade e da coordenação entre os partidos comunistas.

Apesar disso, neste cenário de base vincadamente maniqueísta, o dirigente do PCP retirava outras tantas conclusões, quase silogísticas, que entendia favoráveis para o campo comunista – em primeiro lugar, porque se tinha operado uma clarificação do carácter agressivo do imperialismo, o que permitia uma maior mobilização de massas para o combater; depois, porque, do mesmo modo, o desmascaramento do Plano Marshall favorecia o combate popular a ser-lhe movido; em terceiro lugar, a evolução recente da correlação de forças ter-se-ia revelado auspiciosa para o campo democrático e, por fim porque se teria reforçado o papel dirigente dos partidos comunistas junto das massas dos respectivos países.

Passando a caracterizar a conjuntura interna, aponta para um cenário persistente de crise em todos os sectores de actividade económica, pautado por quebras acentuadas de produção, ruína da lavoura, estagnação industrial, paralisação do comércio, por um espectro torrencial de falências, assim como por degradação das condições de vida das

camadas populares e de vastos extractos intermédios ou pelo agravamento da carga fiscal sobre o trabalho.

Desta situação objectiva interna só se podia retirar que os vincados e densos contornos de crise *“tem de gerar inevitavelmente um descontentamento geral do povo contra o regime mesmo com toda a propaganda demagógica que ele faça para desviar a atenção das massas destes problemas”*⁴⁴², ainda que se reconhecesse a recuperação política empreendida pelo regime.

Por outro lado admitiam-se as debilidades da unidade antifascista, dada a situação do MUNAF e do MUD, ainda que a campanha eleitoral proporcionasse colmatar essa situação, aproveitando uma maior abertura consentida, para o que se tornava indispensável constituir *“milhares de organismos verdadeiramente democráticos, onde elas [as massas] farão ouvir a sua voz e adquirirão consciência dos seus direitos e força onde poderão por em acção toda a sua iniciativa criadora”*⁴⁴³.

À entrada da campanha eleitoral, o Comité Central do PCP considerava três tarefas políticas essenciais. Antes do mais, travar uma discussão em todo o partido de modo a clarificar o entendimento e a orientação a imprimir; depois, multiplicar a rede de comissões eleitorais como organismos políticos contra o salazarismo e, finalmente, *“combater sem tréguas toda a tendência que procure desviar o movimento anti-fascista da sua linha justa, proletária, revolucionária, isto é, combate sem tréguas a todos os arrivistas, conciliadores e traidores”*⁴⁴⁴.

As arbitrariedades, o garrote da censura, as intimidações, a repressão marcaram o quotidiano de uma campanha que descolava e se iria desenvolver num ambiente de contraciclo, com o regime arrogando capacidade para enfrentar este sobressalto oposicionista.

Registaram-se, ainda assim, é certo, importantes sucessos de mobilização. Se já em Braga alguns milhares de pessoas marcaram presença no comício inicial, logo de seguida, no Porto, no campo de futebol do Salgueiros, os serviços de candidatura do general estimam em quatro dezenas de milhar de participantes.

Mas será o comício da Fonte da Moura, ainda no Porto, que constitui a maior demonstração de toda a campanha. A acção pensada, planeada e posta em prática praticamente só pelas forças do Partido Comunista e dos seus aliados mais directos, que

⁴⁴² António [Militão Ribeiro], *A actual situação política portuguesa e as tarefas do Partido na hora presente*. Informe à reunião do CC em Janeiro de 1949, dact., p. 9

⁴⁴³ *Idem*, p. 14

⁴⁴⁴ *Idem*, p. 22

conseguem convencer o general contra a renitência expressa de praticamente todas as outras correntes. Segundo Virgínia Moura:

“O Partido trabalhou muito bem e o comício começou mesmo nos Carvalhos (...).

Calculámos que estariam lá mais de 150 mil pessoas. Todos os caminhos corriam para ali e só se viam passar taxis, carros, camionetas, eléctricos, por aquela avenida, todos apinhados de gente. A partir de certa altura, nos transportes públicos ninguém pagava.

Houve muitos oradores, os discursos constantemente interrompidos.

Sim, também falei, defendi as posições do Partido e reproduzi a nossa análise da situação política, denunciando as arbitrariedades do fascismo, referindo os presos políticos, os camaradas mortos na PIDE, os problemas das mulheres e dos trabalhadores em geral, os problemas económicos, as crianças que procuravam comida no lixo. Apresentei as nossas soluções”⁴⁴⁵.

Noutros locais, em Coimbra, na Pampilhosa, em Lisboa, evidentemente, mas também mais a sul, em localidades como Évora, Beja, Grândola ou Santiago do Cacém mesmo que mais modestos em número de participantes, regista-se essa mobilização.

Alexandre Babo descreve como num comício de campanha em Coimbrões, o respeitável Artur Santos Silva deita fora o discurso preparado, abandona a polidez, das palavras e entra num registo de denúncia vigorosa do regime, das suas arbitrariedades e iniquidades, galvanizando uma assistência que chama aos gritos de “assassinos” e “bandoleiros” os governantes e chega mesmo a clamar por armas⁴⁴⁶.

Contra as regras vigentes, muitos comunistas avançam sem prestar contas aos seus organismos. Joaquim Campino que, a norte desempenhava funções de controlo político a partir do aparelho clandestino do partido, menciona esta situação com severidade:

“Uma grande parte dos organismos partidários não estiveram à altura de calmamente e disciplinadamente continuar na sua tarefa e actuar como organismos dirigentes capazes.

O alvoroçado entusiasmo da candidatura fez esquecer à maior parte dos nossos camaradas, a necessidade de submeterem à aprovação e

⁴⁴⁵ Virgínia Moura, *Mulher de Abril. Álbum de memórias*, Ed. Avante!, Lisboa, 1996, pp 48-49

⁴⁴⁶ Cf. Alexandre Babo, *Recordações de um caminheiro*, Escritor, Lisboa, 1993, p. 182

*coordenação dos organismos ilegais do Partido a que pertenciam, as suas novas actividades legais da candidatura”*⁴⁴⁷.

Mas se estas actuações eram correntes, isso em boa medida resultava da aceleração própria de períodos como aquele. A não ser assim, Virgínia Moura não teria tido, por exemplo, oportunidade para fazer o seu discurso na Fonte da Moura, pois não houvera tempo para submeter previamente o texto ao seu controlador e tendo apenas discutido o conteúdo com António Lobão Vital, seu marido⁴⁴⁸, também militante, mas que, aparentemente, não integrava o mesmo organismo que Virgínia, isso configurava, em extremo, uma atitude de quebra do centralismo democrático.

Mesmo da parte de militantes ilegais, inclusivamente funcionários clandestinos, o arrebatamento levava-os a um grau de envolvimento e de exposição que quebrava, muitas vezes, elementares regras de funcionamento clandestino.

Este era como que o preço que o peso do corpulento lastro orgânico em condições de clandestinidade criava num contexto que evoluía a um ritmo intenso e que exigia respostas prontas e audácia na iniciativa, como de resto o partido reclamava. Era nessa dinâmica que repousava o essencial das potencialidades de uma organização de campanha baseada numa organização verticalizada, com serviços de candidatura de âmbito nacional, regional e local.

A capacidade de promover iniciativas políticas que potenciasses a oposição ao regime, particularmente em baixo, despoletando energias e polarizando vontades, era afinal a condição indispensável não só para a reanimação do MUD, mas também para a renovação do pessoal político da oposição por intervenção política aberta. Era também por aí que o PCP recrutava para alargar fileiras e áreas de implantação.

Mantendo actividade clandestina, era também a este nível essencial que implicitamente se soubesse e aceitasse que os comunistas não só integravam os vários níveis dos serviços de candidatura, como, se possível, se percebesse que constituíam o garante da combatividade e audácia a imprimir à campanha.

Entendimento diferente tinham os círculos mais próximos do general, para quem a campanha deveria ter uma organização mínima, apenas por cima, que desenvolvesse acções assistidas por plateias cordatas e em que do ponto de vista do discurso político prevalecesse não só a moderação como uma mais ou menos discreta, mas suficientemente explícita, demarcação dos comunistas.

⁴⁴⁷ Afonso [Joaquim Campino], *Algumas considerações sobre a campanha...*, p. 16

⁴⁴⁸ Cf. Virgínia Moura, *Mulher de Abril...*, p. 49

A conjuntura internacional com o adensamento do clima de guerra fria ajudava a crispar as relações entre as correntes demo-liberais e socializantes e os comunistas e contribuía para que um clima de desentendimento e tensão fermentasse, mesmo em tempo de combate político agudo como era a campanha presidencial.

Porém, neste contexto, à medida que crescia a tensão entre as correntes e sectores que apoiavam o general, o PCP prefere impor que um representante seu seja aceite nos serviços centrais de candidatura. É em Mário Soares que recai essa incumbência, que formalmente já aí representava a juventude, isto é, o MUD Juvenil, a cuja Comissão Central pertencia.

A reacção do general e do seu círculo mais próximo é devastadora face à revelação do próprio Soares, a meio da campanha, que a partir daí seria o representante oficial do PCP. Não só seria desalojado do gabinete que ocupava, como proibido de aceder ao piso da sede de candidatura em que funcionava o general e o grupo mais chegado de colaboradores, assim como proibido de ter uma participação visível nas sessões e comícios públicos. Como reconhece, *“Nunca mais voltei a falar com o Norton, nunca mais me recebeu. Quebrara-se irreversivelmente a nossa ligação, que fora, até aí, directa e fecunda”*⁴⁴⁹

O desentendimento, a quebra de confiança e o fim do difícil e instável ambiente de unidade, consumar-se-iam na reunião de 7 de Fevereiro de 1949, a escassos dias das eleições, quando as estruturas da candidatura são chamadas a pronunciarem-se sobre se o general deveria ou não ir às urnas.

Sem ter um carácter propriamente deliberativo, mas muito concorrida porque susceptível de condicionar, como se verificou, a decisão final de Norton de Matos sobre esta matéria, participaram aí quase sete dezenas de delegados, pertencendo aos serviços centrais de candidatura, a 15 das 17 comissões distritais existentes e às estruturas sectoriais – interprofissional de trabalhadores, juventude e mulheres – a que acresciam ainda muitos assistentes.

A reunião iniciou-se logo com um incidente em torno de quem tinha direito a voto, com Norton de Matos a defender serem só os presidentes das comissões distritais, o que seria rebatido por Mário de Azevedo Gomes, para o general finalmente determinar que não haveria lugar a qualquer votação, cabendo-lhe a ele pessoalmente a decisão depois de ouvidos os presentes.

⁴⁴⁹ Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução...*, p. 84

Depois, é Vasco da Gama Fernandes a questionar a presença dos representantes das estruturas sectoriais, o que origina o protesto acalorado de Cesina Bermudes, médica, representante das comissões de mulheres, que defende a sua permanência na sala, com a anuência do candidato.

Ouvidos os delegados, a maioria pende para a abstenção, com o Partido Comunista a conseguir importantes apoios em delegados de distritos que lhe eram desafectos. A intervenção de Salgado Zenha, um dos delegados da juventude, provoca a explosão do general que, no entanto, acata a opinião da maioria e decide não se apresentar a sufrágio ⁴⁵⁰.

Este desenlace não estava de modo algum adquirido, a divisão nas fileiras da oposição equilibrava-se, de qualquer dos lados acreditava-se ser a sua opinião maioritária ou ter condições para o ser. Tanto assim, que do lado dos que sustentavam a ida a votos, nos serviços centrais de candidatura estava tudo a ser preparado para concorrer até ao fim – listas com o nome do candidato já parcialmente distribuídas pelas estruturas de base, delegados nomeados para as secções de voto... ⁴⁵¹

Porém, ao forçar a desistência de Norton de Matos à boca das urnas, a estratégia comunista impunha-se, depois de uma campanha que, no essencial havia sido francamente conforme aos seus intentos. Joaquim Campino não poupará palavras para o sublinhar:

“(...) o resultado da campanha eleitoral do general Norton de Matos foi uma grande vitória política do nosso Partido, e da qual resultou um extraordinário alargamento do seu prestígio em todo o País.

Em resultado da luta contra as hesitações os erros e vacilações dos fracos, e no desmascaramento dos traidores e dos oportunistas, verificou-se também um fortalecimento geral do Partido e um mais elevado nível político dos seus quadros mais responsáveis” ⁴⁵²

Efectivamente, desde a “reorganização”, esta havia sido a maior e a mais importante campanha política em que os comunistas participaram e influenciaram de forma determinante. Os seus custos para a unidade da oposição é que viriam a ser demasiado altos.

O regime, por seu turno, não desdenhará do uso da força para fazer acompanhar o fim da campanha eleitoral com uma vaga repressiva tremenda. A candidatura de

⁴⁵⁰ Cf. *Assembleia de Delegados. 7 Fev. 1949.*, dact., 6 pp in IAN/TT, Pide-DGS, *P. 2521 CI(2)*, [957-962]

⁴⁵¹ Cf. José Silva, *Memórias de um operário*, 2º vol., pp 124-125

⁴⁵² Afonso [Joaquim Campino], *Algumas considerações sobre a campanha...*, p. 15

Norton de Matos, não obstante os lampejos de entusiasmo que provoca encerrar-se-á assim em pesada derrota e os tempos que se seguirão serão duros e áridos.

3. O Movimento Nacional Democrático e o Movimento pela Defesa da Paz

O encerramento da campanha eleitoral com a decisão contrariada e crispada de Norton de Matos em retirar-se à boca das urnas, o toldado ambiente internacional de guerra fria constituíam um pano de fundo suficientemente espesso para condicionar os tempos que se seguiriam. A já esfacelada unidade desagregar-se-ia duradouramente por quase uma década.

Um objectivo do PCP não havia sido efectivamente conseguido. Não tinha sido possível inverter a lógica dissolvente e pulverizadora que atravessava o MUD e o MUNAF. A aliança oposicionista consubstanciada na candidatura do general tornara-se meramente conjuntural.

Efectivamente, na reunião do Comité Central de Janeiro de 1949, Militão Ribeiro no seu informe era claro sobre este assunto:

*“Devemos lutar para que as Comissões eleitorais, terminando a campanha para as eleições presidenciais, não desapareçam, que continuem a manter-se como organismos legais de luta para o alargamento e fortalecimento do movimento anti-fascista”*⁴⁵³

As eleições, já sem a participação do general, realizaram-se a 13 de Fevereiro. No entanto, três dias antes, uma sessão pública na Voz do Operário, em Lisboa, aprovara a continuação do movimento organizado que apoiara a candidatura de Norton de Matos.

Só que, mal terminou a campanha, as estruturas centrais e distritais da candidatura seriam dissolvidas pelos seus próprios membros, na maioria personalidades não comunistas, o que obrigou o PCP a uma manobra por baixo, de pressão, posta aliás em marcha com assinalável celeridade, no sentido de contrariar essa tendência, tanto mais que estava prevista para esse ano de 1949 a realização de mais dois actos eleitorais, para as Juntas de Freguesia e para a Assembleia Nacional.

Deste modo, logo no início de Março, a partir do Porto, 12 das 15 comissões de freguesia da cidade reúnem-se, reiterando a continuação da unidade e do movimento, procurando reorganizar as estruturas dissolvidas, ainda sem avançarem com alterações

⁴⁵³ António [Militão Ribeiro], *A actual situação política portuguesa...*, p. 15

na sua composição. Num dos pontos da moção aprovada se convidam “*os antigos elementos da Comissão Distrital a fazerem parte da nova Comissão a constituir*”⁴⁵⁴.

A tentativa de envolvimento dos sectores não comunistas prosseguia a vários níveis com cartas a Eduardo dos Santos Silva, que presidia à Comissão Distrital, com entrevistas a Mário de Azevedo Gomes, em Lisboa e junto, naturalmente, de Norton de Matos, na sua casa de Ponte de Lima.

O general parece ter vacilado ao receber a delegação que o visita; torna-se possível que a dissolvida comissão volte a reunir, mas a intransigência da maioria dos seus elementos à continuidade do movimento e à manutenção das suas estruturas é irreduzível. Apenas Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura e Maximiano da Silva alinham com as Comissões de Freguesia do Porto, iniciando em Abril de 1949, a constituição do Movimento Nacional Democrático, a cuja primeira comissão central já constituída nessa primavera se juntará Maria Lamas, José Morgado, Albertino Macedo, António Areosa Feio, Pinto Gonçalves e João Saias⁴⁵⁵.

O MND apenas conseguia juntar o PCP e um estreito círculo de aliados, muitos próximos. Do ponto de vista da abrangência unitária, representava, de facto, muito pouco.

O Militante em destacado artigo procura logo no rescaldo eleitoral sistematizar a nova orientação que não podendo, no entanto, ser apresentada em nome do reforço da unidade democrática, o que era aliás, naquele momento, perfeitamente irrealista, surgia em conexão com o “*engrandecimento do partido*”⁴⁵⁶.

O artigo começa por proclamar, em engenhosa formulação, o triunfo da orientação partidária nas batalhas pela democracia em torno das eleições, mas assinalando ter vencido com “*inabalável firmeza*” incompreensões, vacilações e resistências de aliados políticos e até de militantes comunistas.

As tarefas que coloca são como que corolários dos ensinamentos recolhidos no período eleitoral, cujo traço estruturante é o reforço da posição política do partido. Tornava-se essencial, em primeiro lugar, o fortalecimento ideológico; em segundo lugar, o reforço da unidade política e de acção, obrigando à autocrítica todos os que vacilaram e cederam a ideias oportunistas, que é o mesmo que dizer, que sustentaram no curso da campanha eleitoral a ida às urnas, constituindo pelos vistos e a avaliar pela

⁴⁵⁴ **Continuidade da Oposição**, in José Silva, *Memórias de um operário*, 2º vol., p. 144

⁴⁵⁵ Cf IAN/TT, Pide-DGS, P. 1323/49-SR, [257, 262-264]

⁴⁵⁶ Cf. **Depois das “eleições” presidenciais, três tarefas essenciais para o engrandecimento do Partido**, in *O Militante*, III série, 57, Março de 1949

atenção dispensada, uma mancha politicamente significativa dentro da malha orgânica. Tanto assim, que se afirma mesmo que os que se eximirem a essa autocrítica “*não poderão ficar em cargos de direcção e muito menos com tarefas relativas à unidade com outras forças antifascistas*”⁴⁵⁷.

Finalmente, o partido devia proceder a uma ampla campanha de recrutamento entre aqueles que se haviam destacado pela sua actuação prática em conformidade com a orientação política estabelecida.

Ainda diferencie, o chamado grupo da Terceira Força de Cunha Leal ou António Maria da Silva, das correntes que haviam integrado os serviços de candidatura de Norton de Matos, o certo é que, em termos práticos, todos eles eram violentamente atacados pelas posições anticomunistas que sustentavam numa amálgama em que todos cabiam como oportunistas.

As tarefas a retirar do processo eleitoral de 1948-49 eram, por isso, fundamentalmente, viradas para dentro do próprio partido; o tempo era de cerrar fileiras, que se verbalizava do seguinte modo:

*“O engrandecimento do Partido, é condição indispensável para o triunfo da causa antifascista. Se soubermos aproveitar os ensinamentos da luta no terreno das “eleições” presidenciais e os grandes êxitos alcançados pelo Partido, para o fortalecimento ideológico, para o reforço da unidade, para o aumento da quantidade e da qualidade dos membros do partido, o Partido dará um novo e grande passo em frente, como a primeira força do campo democrático a que cabe um papel determinante na luta pela libertação de Portugal da tirania fascista”*⁴⁵⁸

É justamente neste momento de crispação, de desmoronamento da política de unidade tal como fora concebida na conjuntura da guerra e no imediato pós-guerra, agora numa época de radicalizado e enfático enfrentamento bipolar a nível internacional que reemerge um discurso de predomínio instrumental da ideologia sobre a política, tomando como objecto o partido enquanto síntese de doutrina.

A afirmação do carácter de vanguarda do partido corresponde à ideia de que é tempo de cerrar fileiras, de purificar a sua circulação sanguínea, de encetar uma caminhada em bases e em termos diferentes dos que haviam trilhado, por isso se chega a criticar, ao arrepio de uma prática quase a roçar o identitário, os muitos militantes que

⁴⁵⁷ **Idem**

⁴⁵⁸ **Idem**

*“continuam a ver o Partido apenas como o dirigente das lutas reivindicativas dos trabalhadores para o aumento dos salários, para o barateamento da vida, para a luta por mais gèneros, etc., e não como a principal força política a quem competirá unir e dirigir as forças democráticas contra o regime salazarista”*⁴⁵⁹.

Esta objectiva inflexão política bebia nos materiais do movimento comunista internacional, designadamente nas duas primeiras conferências do Kominform⁴⁶⁰.

Porém, quando o processo de constituição do novo Movimento sobre as ruínas do MUNAF, do MUD e dos serviços da candidatura presidencial estava em andamento, a direcção do PCP sofre um golpe muito profundo, com a prisão de Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro e de mais oito outros dirigentes e quadros, com a queda de várias casas clandestinas e de uma tipografia central..

Quando em meados desse ano, o Comité Central do PCP consegue reunir pela primeira vez depois dessa vaga repressiva, é uma direcção partidária desfalcada, que ainda anda à procura de uma explicação cabal para esses desastres, mas que reitera o fundamental das posições políticas já traçadas.

Do que se conhece dessa reunião, não houve propriamente um informe aprovado, mas várias intervenções, cujas conclusões foram redigidas, com carácter apressado e, principalmente, sem o fulgor de documentos anteriores. Nos últimos meses de 1949, ainda se digeriam muito mal as pesadas atribulações por que o partido acabara de passar.

Para o Comité Central, o governo era responsável, por lançar *“na maior das crises toda a vida económica da Nação, conduzindo o país para uma derrocada económica certa”*⁴⁶¹.

No entanto, se entre os assalariados sem terra dos campos do sul, como em certos sectores operários havia sinais de movimento reivindicativos, reconhecia-se implicitamente que se tratava de movimentos dispersos e recuados:

“Outras formas superiores de luta deverão ser, e virão naturalmente a ser, empregues pelos trabalhadores portugueses – como manifestações, greves de protesto, etc. – na certeza porém de que só a luta decidida e

⁴⁵⁹ O papel que o nosso partido tem de desempenhar na presente situação política, in *O Militante*, III série, 58, Maio de 1949

⁴⁶⁰ Cf. *The Cominform. Minutes of the three Conferences 1947/1948/1949*, Fondazione Giangiacomo Feltrinelli e Russian Centre of Conservation and Study of Records for Modern History (RtsKhIDNI), Milão, 1994

⁴⁶¹ *Analizando a situação política nacional...*, dact., fins de 1949 [mns], in IAN/TT, Arquivo Distrital de Lisboa, Tribunal da Comarca de Lisboa, 2º Juízo Criminal, *P. 92/62*, 7º vol., p. 1

*organizada poderá libertar os trabalhadores portugueses da miséria e da fome provocadas pelo desemprego”*⁴⁶²

Por outro lado, a reunião do Comité Central vinha desenvolvendo uma outra vertente, desenhada desde finais da guerra, procurando acompanhar o novo quadro de tensão bipolar.

O combate pelo fim do regime, pela democracia, ligava-se à luta contra um novo conflito militar, pela paz e esta, por sua vez, à simpatia pela União Soviética e pelos novos países de democracia popular. A luta contra a participação de Portugal na NATO ou contra a cedência de bases militares nacionais tornava-se um eixo central da propaganda do Partido Comunista.

Porém, naquela conjuntura a linha de demarcação do campo dos aliados só podia desenhar-se entre aqueles que não adoptavam nem resvalavam para posições anti-comunistas, a realidade tonava difícil encontrá-los fora de franjas estreitíssimas de *compagnons de route*, muitos dos quais permaneciam fora do partido por razões meramente circunstanciais ou pessoais.

Com um Movimento Nacional Democrático que pouco alargava em relação às fileiras partidárias, o PCP sempre podia ir passando a dizer que a unidade se iria manter, ou até, de modo perfeitamente excessivo, que o MUNAF continuava a existir, e que a sigla MND representava a unidade das forças democráticas, uma espécie de reduto legal, vital para aproveitar as condições políticas que as eleições para as Juntas de Freguesia e para a Assembleia Nacional ainda nesse ano de 1949 possibilitariam.

Efectivamente, daquele ponto de vista, pouca mais margem de acção haveria, pois, como o Comité Central reconhece, “*o Partido tem que combater simultâneamente os coveiros da independência nacional que pretendem arrastar o país para uma guerra de agressão e o lançar numa crise profunda; e contra os falsos democratas sabotadores da unidade das forças anti-fascistas*”⁴⁶³.

Em consequência reiterava-se a necessidade de afastar de cargos de direcção no partido ou nas organizações periféricas aqueles que se mostravam discordantes ou refractários à orientação política estabelecida, determinando que “*o Partido Comunista afastará das suas fileiras todos aqueles camaradas que persistam, depois de esclarecidos, em defenderem ideias e concepções estranhas ao Partido e em seguirem*

⁴⁶² **Idem**

⁴⁶³ **Idem**, p. 7

*uma orientação política contrária à indicada pelo Partido e pelos seus organismos dirigentes”*⁴⁶⁴.

Num partido acossado pela repressão, abalado pela prisão de alguns dos seus principais dirigentes, pressionado por uma situação política nacional e internacional adversa, qualquer debate interno que extravasasse a mimética glosa dos documentos centrais, que se alcandorasse em posições diferentes e insistisse na sua defesa, abriria caminho para o afastamento ou a expulsão das suas fileiras daqueles que as sustentassem. Esse seria o ambiente que marcaria indelevelmente, e de modo progressivo, a primeira metade da década de cinquenta.

Muitas destas posições seguiam de perto o que defendiam sectores não comunistas. Já antes, por exemplo, José Ribeiro de Carvalho e Silva, afirma ter defendido no sector intelectual de Lisboa, a aplicação a Portugal do Plano Marshall, o que lhe valeu o afastamento do partido⁴⁶⁵, decisão comunicada por Américo Gonçalves de Sousa (Abel), que controlava esse organismo.

São frequentes ainda na imprensa partidária, as críticas a militantes destacados em lugares de direcção dos serviços de candidatura de Norton de Matos, acusados de cumplicidade com personalidades não comunistas.

Mesmo que não sendo mencionado, a Política de Transição, apesar de derrotada no IV Congresso constituiria como que o espectro que pairava sobre todo este tipo de ideias e de atitudes, já que configurava o mais importante corpo de propostas em oposição à linha política do partido, com condições para reemergir em momento de maior pressão e agudização

É nesta altura aliás que se volta a insistir com os quadros que defenderam a política de transição para que se autocriticassem, designadamente Júlio Fogaça, que depois de uma primeira autocrítica em Novembro de 1948, a coincidir praticamente com o regresso de Álvaro Cunhal, é obrigado a uma segunda em Agosto do ano seguinte, numa série que só terminará bem mais tarde, afirmando então:

“Estes desvios oportunistas da chamada “política de transição”, que já foram justamente criticados pelo nosso camarada Duarte no seu informe político ao 2º Congresso Ilegal, foram postos a nú para muitos dos seus

⁴⁶⁴ Cf. **Firmes e unidos na defesa da linha e orientação geral do Partido**, in *O Militante*, III série, 59, Agosto de 1949

⁴⁶⁵ Cf. **Auto de Perguntas a José Ribeiro de Carvalho e Silva**, em 2 de Fevereiro de 1959, TCL, 3º Juízo Criminal, *P. 16228/59*, 15º vol, fls 956V

defensores pela própria marcha dos acontecimentos políticos no país e no estrangeiro” ⁴⁶⁶.

Fogaça, que havia sido chamado ao Secretariado do Comité Central na situação de emergência resultante da prisão de Cunhal e Militão, não se conseguiria manter então nesse posto muito tempo. O assunto foi incluído na ordem de trabalhos da reunião do CC de Outubro de 1949, motivou forte discussão, ficando a decisão final dependente de posterior auscultação individual de todos os membros, que maioritariamente se pronunciaram no sentido de que Fogaça não integrasse o principal órgão executivo do PCP ⁴⁶⁷.

Em 1950, na terceira das suas autocríticas, Fogaça, que permanecia como membro do Comité Central, declarava que a “Política de Transição” se baseava numa ilusão quanto à unidade da URSS com o bloco anglo-americano e dos partidos comunistas com os partidos burgueses ⁴⁶⁸, o que tinha evidente ressonância no quadro político que então se vivia, particularmente quanto à ruptura verificada na unidade da oposição.

Sem que se tratasse propriamente de uma fracção organicamente plasmada, há, no entanto, sinais de discordância e resistência mesmo que discreta e aparentemente contraditórios com as novas orientações que levaram à constituição do MND.

Mário Soares, preso, entre Fevereiro e Abril de 1949, justamente quando a unidade se esboroa no rescaldo das eleições presidenciais, não participa directamente no processo de constituição do MND e vai depois de libertado esclarecer a sua posição em carta dirigida a Ruy Luís Gomes, que viria a ser impressa e publicamente difundida, em que com aquele gesto objectivamente responde àqueles que “*De vários lados me têm manifestado estranheza por não verem o meu nome entre os dirigentes do MND*”, para, depois, ambigualmente alegar “*circunstâncias de vida particular (e política), de momento irremovíveis, obrigam-se agora a abrir curto parêntesis na minha actividade*” ⁴⁶⁹, para enfaticamente declarar a sua confiança no novo movimento, criticando os “*caminhos fáceis*” preferidos por muitos, numa crítica óbvia aos sectores mais moderados da oposição.

No entanto, este parece ter sido como que uma espécie de compromisso entre a pressão do partido para que, como personalidade conhecida do MUD, do MUDJ, da

⁴⁶⁶ Ramiro [Júlio Fogaça], *Ao CC do PCP*, 19.8.1949, dact., p. 2, TCL, 2º Juízo Criminal, *Proc. 36/61*, 2º vol., apenso a fls 90

⁴⁶⁷ Cf. *PCP*, [1951 ?], dact., [66-67], IAN/TT, Pide-DGS, *P. 174/GT*

⁴⁶⁸ Cf. *Auto-crítica*, 1º de Maio de 1950, dact., p. 1, TCL, 2º Juízo Criminal, *Proc. 36/61*, 2º vol., apenso a fls 92

⁴⁶⁹ Mário Soares, *Ao Professor Ruy Luis Gomes, Presidente da Comissão Executiva do MND*, Lisboa, 1.10.1949, imp., IAN/TT, Pide-DGS, Delegação do Porto, *P. 10068*, vol. 1, [14]

candidatura de Norton de Matos, viesse a integrar a direcção nacional do MND e o seu desejo de distanciamento, moldado entre a fresquíssima passagem pela prisão e as contradições que se esboçavam em torno de matérias centrais ao tempo - a continuidade do MUD, a legalidade do MUDJ ou a apreciação da própria situação internacional ⁴⁷⁰.

O lançamento do Movimento Nacional Democrático, mesmo que expurgado do essencial dos aliados “históricos” dos anos recentes do pós-guerra, exigia, portanto, que o seu nome constasse na lista dos impulsionadores e dirigentes do novo movimento, em nome do qual o partido procurava demonstrar que a unidade de oposição ao regime não só se mantinha como prosseguia. Justificava-se, por isso, que o partido pressionasse a sua pública adesão ao MND.

Mas, Mário Soares recusará participar na Comissão Central, como também o núcleo mais chegado de *compagnons de route* do PCP na direcção do MUD e na candidatura de Norton de Matos – Maria Isabel Aboim Inglês, Manuel Mendes e Manuel Tito de Morais.

Não serão, no entanto, necessários muitos meses para que se envolva com Francisco Ramos da Costa, numa iniciativa de homenagem a Manuel Teixeira Gomes, quando se transladam para Portugal os restos mortais deste antigo presidente da República, que terá o apoio de um MND com a maioria dos seus principais dirigentes presos.

A ambiguidade da iniciativa quer pelas “pontes” que lançava em direcção às correntes de que o PCP necessitava de se demarcar quer pelo aparato oficial que o regime entendera conferir-lhe, faziam com que não fosse uma iniciativa conjunturalmente adequada, mesmo que formalmente apoiada na sua imprensa. Traçava-se, dessa forma o caminho para o afastamento quer de Ramos da Costa quer de Mário Soares, que culminaria com a sua denúncia pública, bem como a de Fernando Piteira Santos e Jorge de Macedo nas páginas do *Avante!*, em Fevereiro de 1951 ⁴⁷¹, numa altura em que todos haviam pouco antes integrado a Comissão Distrital de Lisboa do MND.

Mesmo entre os militantes legais que integravam as estruturas do Movimento, estavam disseminadas tendências que tornavam a situação de tal modo difícil que, ainda em 1949, a não apresentação de candidaturas às eleições para a Assembleia Nacional, teria resultado, como será explicado em documento interno do partido anos mais tarde,

⁴⁷⁰ Cf. Mário Soares, *Portugal Amordaçado...*, pp 176-177

⁴⁷¹ Cf. *A luta contra os oportunistas é a base do fortalecimento da luta pela democracia e pela paz*, in *Avante!*, VI série, 156, Fevereiro de 1951

pelo “*receio de que os candidatos fossem às urnas rompendo com os compromissos de se absterem – Isto revelava falta de confiança nas n/ forças*”⁴⁷², para mais numa altura em que o estágio organizativo do Movimento era muito insipiente.

No entanto, oficialmente, para a Comissão Central do MND a não apresentação de candidaturas, devia-se ao facto de se continuar a verificar a ausência de condições mínimas de liberdade para a participação eleitoral e que nenhuma das candidaturas poderiam representar a Oposição, “*mesmo que formalmente não apareçam incluídas na lista da União Nacional*”⁴⁷³

Por outro lado, a luta pela Paz passava a constituir como que o elemento estruturante da intervenção política, já que configurava uma espécie de chapéu de chuva que remetia directamente para um alinhamento tácito, com o bloco soviético.

O tema da Paz, permanente no discurso comunista internacional, afeiçoando-se às diferentes conjunturas, vinha adquirindo no segundo pós-guerra, uma posição central própria, ancorando-se em muito larga medida na sistematização a que André Zdanov procede, em 1947, na Conferência constitutiva do Kominform.

Nessa sequência, é esta nova estrutura de coordenação internacional do movimento comunista que vai lançar a primeira pedra na construção de um movimento mundial pela paz, convocando o Congresso dos Intelectuais pela Paz, em Agosto de 1948, na cidade de Wroclaw, na Polónia, arrasada pela guerra, em que vai participar uma delegação portuguesa constituída pelo físico Manuel Valadares, pelo médico e pedagogo João dos Santos, pelo escritor Alves Redol e pelo compositor Fernando Lopes Graça, já que o escritor Ferreira de Castro, o único das personalidades convidadas que não era militante comunista, havia recusado⁴⁷⁴.

Nesse congresso, o discurso de Alexander Fadeiéev, escritor consagrado na União Soviética e membro do Comité Central do PCUS dá, no plano da criação cultural, o tom geral e o sentido das conclusões e do apelo final:

*“Se os chacais pudessem aprender a escrever à máquina e se as hienas soubessem usar a caneta, o que eles comporiam assemelhar-se-ia sem dúvida aos livros dos Miller, dos Eliot, dos Malraux e outros Sartre...”*⁴⁷⁵

⁴⁷² **Periodos eleitorais anteriores**, s.d., mns, p. 1, TCL; 2º Juízo Criminal, **P. 92/1962**, 3º vol, apenso a fls 188

⁴⁷³ A Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, **O Movimento Nacional Democrático perante as eleições de deputados**, 10 de Outubro de 1949, in José da Silva, **Memórias...**, 2º vol..., p. 269

⁴⁷⁴ Cf. **O fumo das chaminés não alteia**, in **Alves Redol, testemunhos dos seus contemporâneos**, Caminho, Lisboa, 2000, p. 235

⁴⁷⁵ Cit. por Olivier Le Cour Grandmaison, **Le mouvement de la paix pendant la guerre froide: le cas français (1948-1952)**, in **Communisme**, 18-19, 1988, p. 122

A agressividade destas declarações reflecte bem a importância do cerrar ideológico de fileiras em todos os domínios, numa altura em que o curso dos acontecimentos internacionais não cessava de agravar as tensões bipolares, numa espécie de movimento pendular suficientemente insinuante da fragilização dos equilíbrios internacionais e de prefiguração de um quadro de guerra iminente. São os acontecimentos na Checoslováquia, a disputa em torno de Berlim, o tratado de Bruxelas entre a França, a Alemanha e os países do Benelux, articulando-se com os Estados Unidos nas movimentações em direcção ao Pacto do Atlântico...

Este cerrar de fileiras conduz ao início do processo de purgas internas nas “democracias populares”: o crescimento da campanha contra a Jugoslávia de Tito, o processo de Laszlo Rajk na Hungria, ex-ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros ou as acusações que em menos de um ano levarão à execução de Traicho Kostov, vice-primeiro ministro e encarregado dos assuntos económicos e financeiros da Bulgária.

Quer o primeiro Congresso Mundial da Paz, em Abril de 1949, quer o segundo, em Novembro de 1950, realizam-se em Paris e Praga e em Sheefield e Varsóvia, respectivamente, porque aos delegados vindos do bloco soviético lhess foram recusados vistos de entrada, acabando por reunir separadamente.

Se no primeiro destes congressos se sublinha a defesa da paz e o reforço da luta contra toda a sorte de agressões, manobras e campanhas de propaganda que estariam a conduzir a uma terceira guerra mundial, no segundo a grande preocupação é encontrar formas de mobilização que mantenham acesos esses objectivos. E isso seria como que corporizado em torno de grandes movimentações de âmbito internacional – contra a bomba atómica, a partir do Apelo de Estocolmo, de Março de 1950; contra a intervenção americana no quadro da guerra da Coreia, que havia eclodido em Junho desse ano e contra o rearmamento alemão ocidental num contexto já de divisão institucionalizada em duas Alemanhas.

São estas campanhas, particularmente em torno do Apelo de Estocolmo que fundam no terreno o movimento da Paz, conferindo-lhe dimensão verdadeiramente internacional, penetrando profundamente nas democracias liberais do ocidente. Os termos do próprio apelo, minimizando a carga ideológica do discurso, circunscrevendo-a a uma elementar recusa de utilização de um tipo de arma de efeitos mortíferos massivos e a uma aspiração global de paz e de relações internacionais estáveis e

equilibradas funcionou como uma alavanca para tocar vastos sectores sociais de vários países capitalistas ⁴⁷⁶.

Jorge Amado, Aragon, Picasso, Neruda, Thomas Mann, Marc Chagall encontravam-se entre os subscritores de um documento que apelava “*a todos os homens de boa vontade no mundo*” ⁴⁷⁷ para o subscrever.

No lema do XII Congresso do PC Francês, que se realizou em Abril de 1950, – “*A Paz, tarefa primordial*” –, reflectia-se justamente a importância estratégica deste remoçado veio da tática comunista internacional. A mensagem liminar que daí saiu era de que a paz estava por um fio e que defendê-la era responsabilidade de todos.

O Kominform, não obstante reunir por um lado formalmente apenas nove partidos comunistas, dos quais só o francês e o italiano não se encontravam no poder, e, por outro, ter havido o cuidado de ter adoptado essa designação de Centro de Informação, funcionava como verdadeiro centro político, polarizado em torno do partido soviético e acompanhando e cavalgando o pulsar da conjuntura internacional. Qualquer dos seus três congressos o evidencia. São aí efectivamente traçadas as grandes linhas orientadoras para todos os partidos comunistas, aliás diligentemente aceites e aplicada pela generalidade.

No caso de Portugal, se havia um considerável atraso, relacionado, evidentemente, com acrescidas dificuldades que se viviam internamente, mas sobretudo com o impacto que a ruptura no bloco oposicionista provocava; assim como com a ressaca face ao profundo golpe repressivo que tocara o Secretariado, pouco antes da realização do 1º Congresso Mundial da Paz, isso não significou que, particularmente a partir de 1950, não tivesse havido um esforço sério para a aplicação dessas orientações.

Num artigo de *O Militante*, de meados desse ano, procura-se explicar que as reivindicações económicas dos trabalhadores ou da juventude, as reclamações políticas, mais do que alavancas para o derrube do regime, eram componentes, por subordinação, da grande luta internacional em defesa da paz, espécie de cimento de todos os domínios de intervenção partidária:

“É preciso fazer compreender a todos os trabalhadores que a luta em defesa da paz está intimamente ligada à luta pela defesa dos seus interesses económicos, sociais e políticos e, portanto, que lutar pela defesa da Paz representa ao mesmo tempo lutar pela defesa dos seus interesses

⁴⁷⁶ Cf. *idem*, pp 125-129

⁴⁷⁷ *O Apelo de Estocolmo*, in *L’Histoire*, 151, Janeiro de 1992, p. 60

*mais imediatos: contra o desemprego, por pão ou trabalho, por aumentos de salários, pela própria vida”*⁴⁷⁸

Isto significava lançar uma ampla rede de Comissões de Defesa da Paz que entrançasse a proibição da arma atómica com essas reivindicações.

Esta sobreposição objectiva da rede de estruturas pela defesa da paz e por reivindicações económicas, significava conferir-lhes funções e tarefas específicas naquele domínio – recolha de assinaturas em apoio à Declaração do Comité Permanente do Congresso dos Partidários da Paz; acções públicas contra o envio de tropas para Macau, o que era entendido como forma de concentrar forças de intimidação e agressoras sobre a China popular; protestos contra a adesão de Portugal à NATO⁴⁷⁹.

É aliás bem significativo que a reunião do Comité Central de Setembro-Outubro de 1950 configurasse o mapa político do momento numa ordem de trabalhos que se limitava à discussão da “Política de Transição” e do Movimento pela Paz.

Sobre esta matéria, a discussão travou-se em torno de um extenso documento do Secretariado, apresentado por Sérgio Vilarigues, que aí substituíra Fogaça, onde a luta pela paz é colocada no centro da actividade partidária.

Quando a reunião se realiza estava já no terreno um conjunto de iniciativas nesse sentido como a comemoração do 15º aniversário Associação Feminina Portuguesa para a Paz, que pelo menos desde 1948 passara a ter influência de militantes ou simpatizantes do PCP, principalmente através de Maria Isabel Aboim Inglês e Maria Lamas⁴⁸⁰.

Neste impulso, que contou com a acção preponderante daquele importante conjunto de quadros femininos, o enquadramento partidário seria estabelecido pelo organismo de direcção do sector de mobilização e organização das Mulheres Comunistas, de que fazia parte Cecília Areosa Feio, Maria das Dores Cabrita e Maria Alda Nogueira⁴⁸¹.

Foi nessa altura também que se realizou uma sessão pública no Museu João de Deus, em Lisboa, de onde saiu o Movimento pela Defesa da Paz⁴⁸², e foi formada uma Comissão Nacional com Maria Lamas, Egas Moniz, Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura,

⁴⁷⁸ *Coordenar a luta pelas reivindicações económicas dos trabalhadores pela defesa da Paz é a tarefa da hora presente*, in *O Militante*, III série, 60, Julho de 1950

⁴⁷⁹ Cf. *Organizemos a defesa da Paz*, *idem*

⁴⁸⁰ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, P. 3035-SR, Pasta 3, [470, 503-504]

⁴⁸¹ Cf. *Maria Alda Barbosa Nogueira*, in Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Seara Nova, Lisboa, 1975, p. 177

⁴⁸² Cf. Amílcar [Sérgio Vilarigues], *União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da paz contra a política de guerra da camarilha salazarista*, Setembro de 1950, dact., pp 1-3

Vieira de Almeida, Pulido Valente, Dias Amado. Fernando Fonseca, Maria Isabel Aboim Inglês, Ferreira de Castro, João Saias, Guedes Pinheiro, Teixeira de Pascoaes, Tito de Moraes, Amália Magalhães, Estela Correia, Lopes Graça e Cesina Bermudes, integrando estes dois últimos a fracção comunista, controlada por Gilberto de Oliveira (Ribeiro)⁴⁸³.

Já se havia igualmente iniciado um movimento por baixo, no sentido de começar a organizar as respectivas estruturas de base, com sessões, por exemplo, em Marvila, Sacavém ou Bobadela, assim como se criaram comissões de freguesia na Ajuda ou em Belém, territórios de tradicional influência do PCP.

Sérgio Vilarigues reconhece esses esforços no informe que apresenta à reunião do CC:

*“É certo que [a]os esforços do nosso Partido se deve, no fundamental, as lutas que têm tido lugar no nosso país contra a política de guerra da camarilha salazarista. É certo que ao trabalho persistente do nosso Partido se deve em grande parte a constituição da chamada Comissão Nacional para a Defesa da Paz e de várias comissões de base. É certo que à justa orientação política do nosso Partido e aos esforços sem conta dos seus militantes se deve em grande parte tudo isto e o início do movimento nacional”*⁴⁸⁴.

Objectivamente, tratava-se de criar um movimento pela paz paralelamente ao já constituído MND, ainda que muitos dos seus dirigentes fossem simultaneamente de ambas as organizações.

Do mesmo modo, também ao MUD Juvenil já fora também incumbida a abertura desta frente de actividade, com importância primordial pelo que, a propósito, a respectiva Comissão Central não perdera tempo a editar uma longa circular a esse propósito⁴⁸⁵.

No entanto, se a tarefa central do PCP era a luta pela defesa da paz e pela proibição da bomba atómica, a que se subordinavam as diferentes áreas de intervenção partidária, todo um conjunto de deficiências e opiniões derivavam em maior ou menor grau das orientações estabelecidas para a concretização desta consigna.

⁴⁸³ Cf. PCP... [28], IAN/TT, Pide-DGS, P. 174/GT

⁴⁸⁴ *Idem*, p. 21

⁴⁸⁵ A Comissão Central do MUD Juvenil, **A Juventude e a Paz**, Circular da Com. Central do MUD Juvenil, Junho de 1950, cicl., p..5

Sobre esta matéria, o Comité Central assinalava o desfazamento entre a propaganda e a acção, que vinha atrasando o desenvolvimento das indispensáveis formas organizativas do movimento nacional, que era, por sua vez, particularmente débil entre as camadas operárias e populares, como entre a juventude e as mulheres.

Mas manifestavam-se outras insuficiências na popularização das acções e medidas tomadas pela URSS ou ainda na dificuldade em desmontar de modo perceptível os planos belicistas do bloco anglo-americano ⁴⁸⁶.

No seio da própria Comissão Nacional, onde em nome de um certo pragmatismo participavam personalidades que não se dispunham a assumir um alinhamento com as posições e campanhas ditadas pelos soviéticos com o ênfase que se lhes exigia.

Todavia, os dirigentes do PCP exasperavam-se sobretudo com o facto de militantes do partido não contrariarem suficientemente os que se mostravam renitentes perante o Apelo de Estocolmo porque o consideravam uma emanção soviética ou que responsabilizavam a União Soviética pelo desencadeamento da guerra da Coreia ⁴⁸⁷, como se exasperavam com pequenos ou grandes problemas relacionados com a condução do movimento. E isso tanto se podia verificar a propósito da ideia de suspender a actividade da Comissão Nacional durante os meses de verão ⁴⁸⁸ ou sobre os abaixo-assinados a utilizar ⁴⁸⁹.

Num plano mais denso havia, naturalmente, questões que obrigavam a uma maior rispidez porque eram susceptíveis de provocar danos mais significativos. Havia tendência “esquerdizantes” que negavam pura e simplesmente a justeza da luta pela paz, o que, objectivamente, significava questionar os fundamentos da orientação táctica, baseando-se na ideia de que um novo conflito mundial seria inevitável, criando condições para a derrocada do imperialismo, pelo que qualquer oposição a uma nova guerra só estava a retardar o seu derrube, como no país, o do próprio regime.

De sentido contrário, mas igualmente criticadas, eram as tendências que queriam fazer depender directamente da Comissão Nacional todos os aspectos da luta pela paz, pois entendiam que só esse organismo estava, por um lado, em condições de lhe conferir carácter legal e dispunha, por outro, da capacidade de coordenação para toda

⁴⁸⁶ Cf Amílcar [Sérgio Vilarigues], **União de todos os portugueses honrados...**, p. 21

⁴⁸⁷ **Idem**, p. 22

⁴⁸⁸ Cf **Experiências recolhidas no Movimento em Defesa da Paz. Mais acção do Partido contra todas as concepções prejudiciais à Paz!**, in *O Militante*, III série, 63, Dezembro de 1950

⁴⁸⁹ Cf Amílcar [Sérgio Vilarigues], **União de todos os portugueses honrados...**, p. 24

uma actividade multiforme a desencadear, bloqueando qualquer iniciativa de base e obstruindo a penetração nos meios operários e populares ⁴⁹⁰.

Todavia, onde provavelmente tudo isto se enleava mais seriamente era na nebulosa que começava a diluir fronteiras entre a Comissão Nacional da Paze o MND. Havia militantes que defendiam a transformação das Comissões do MND em Comissões pela Paz, enquanto que outros sustentavam que era ao MND que cabia centralizar toda essa actividade.

A discussão deste problema teria sido feita na reunião do Comité Central de Setembro de 1950 ⁴⁹¹. A orientação veiculada por *O Militante*, procura distinguir estas duas áreas de intervenção, sem, no entanto, atribuir a nenhuma das organizações prevalência ou exclusividade nessa intervenção específica.

Na prática, era o partido que exercia a direcção e o controlo de todas essas actividades. O espaço de autonomia das organizações periféricas não resultava de uma margem de manobra outorgada ou conquistada, mas das circunstâncias concretas em que essa direcção e controlo se exerciam, designadamente devido ao espaçamento de reuniões e contactos entre os dirigentes e funcionários clandestinos e os militantes e quadros que actuavam legalmente.

A questão punha-se com maior acuidade em relação ao MND, onde a tendência para os dirigentes e activistas se transferirem para o movimento pela paz era forte, fragilizando a organização.

Mas isso devia-se ao facto de entenderem que militando pela Paz se resguardavam mais de uma exposição política, que atraísse a repressão.

Porém, o que o partido determinava, a “luta pela Paz” constitui o aspecto central, mas não exclusivo do MND. Apois cabia-lhe articular a luta política pelas liberdades com essa componente que se pretendia estruturante e era justamente nisso que se pretendia que fosse distinto do Movimento para a Defesa da Paz ⁴⁹².

4. “Unamo-nos em defesa da Paz”

⁴⁹⁰ Cf. *Algumas concepções erradas na luta pela Paz*, in *O Militante*, III série, 64, Janeiro de 1951

⁴⁹¹ Cf. *PCP...* [73], IAN/TT, Pide-DGS, *P. 174/GT*

⁴⁹² Cf. *A defesa da Paz e a luta pela conquista das liberdades democráticas*, in *O Militante*, III série, 63, Dezembro de 1950

As vicissitudes e a instabilidade organizativa do MND foi desde início sempre muito acentuada. Logo em Dezembro de 1949, toda a Comissão Central do MND é presa. A libertação de Ruy Luís Gomes e Virgínia Moura faz-se em função de pesada fiança e sob a pressão espectro de um julgamento que só viria a ocorrer quatro meses depois, acabando absolvidos a coberto de um decreto de amnistia recente. Ao regressarem ao Porto, acolhidos na estação com uma pequena manifestação, aqueles dois dirigentes e Lobão Vital serão agredidos pela polícia.

Em Junho de 1950, os mesmos dois dirigentes voltam a ser presos, seguindo-se os restantes, que corajosamente desafiam o regime apresentando-se pessoalmente na Presidência do Conselho de Ministros para entregar em mão uma exposição de protesto. A direcção do Movimento Nacional Democrático passa a funcionar com base em elementos das Comissões Distritais, sem deixar de insistir na denúncia da repressão.

Em Janeiro de 1951, depois de terminado novo julgamento da Comissão Central realizou-se em Lisboa um jantar em sua homenagem. Aproveitou-se a ocasião para lançar uma campanha sobre a revisão constitucional, cuja discussão o regime havia aberto com a apresentação de um projecto de alterações. Nos meses seguintes vão insistir na necessidade do haver um debate público em torno dessa revisão, enviando telegramas e representações à Presidência da República e à Assembleia Nacional.

Porém, com a morte do Presidente da República, o Marechal Carmona, a organização ver-se-ia, pela primeira vez depois da campanha de Norton de Matos confrontada com o desafio de uma intervenção política que extravasava largamente os protestos formais ou as sessões públicas comemorativistas.

Logo nesse mês de Abril de 1951, a Comissão Central, em comunicado, já subscrito por praticamente todos os seus membros, procura relacionar a questão da revisão constitucional com as eleições presidenciais. Para o MND a função da Constituição não era o fundamento jurídico-formal da democracia, mas um instrumento ao serviço de um regime, que tanto podia ser democrático como antidemocrático. A constitucionalização do Estado Novo era explicada como a garantia jurídica dos privilégios da maioria dominante contra o povo e a sua revisão como um mero expediente “*para, através de uma concessão demagógica de direitos, impor ao Povo redobradas garantias de sobrevivência da minoria dominante*”⁴⁹³.

Segundo este ponto de vista, a morte de Carmona criara dificuldades acrescidas ao regime, pois dera-se antes de concluído o processo de revisão, no qual desempenhava

⁴⁹³ A Comissão Central, *O Movimento Nacional Democrático perante as eleições presidenciais*, 22 de Abril de 1951, imp., 1 p.

particular importância um preceito a introduzir que fazia depender qualquer candidatura à Presidência da República da aprovação por um Conselho de Estado alargado e tutelado pelo governo.

Ultrapassada pelo regime a desorientação que a defesa por sectores significativos da candidatura de Salazar haviam provocado, escolhido Craveiro Lopes, a Assembleia Nacional instituiria essa prerrogativa do Conselho de Estado.

Dentro do MND fizeram-se ouvir algumas vozes que entendiam, naquelas condições, que não se deveria apresentar nenhuma candidatura e circunscrever a participação à defesa de eleições livres ⁴⁹⁴, mas a posição oficial admite a apresentação de uma candidatura desde que responda às aspirações fundamentais do povo português, sintetizadas em sete reclamações – eleições livres, respeito pelas liberdades fundamentais, protecção à pequena e média propriedade agrícola, industrial e comercial, direito ao trabalho e dignificação do nível de vida dos trabalhadores, aproveitamento dos recursos naturais ao serviço do desenvolvimento nacional; democratização do ensino, adopção de uma política de defesa da paz e da cooperação internacional.

Mas com a ressalva de que tal candidatura só se deveria apresentar a sufrágio desde que satisfeita a reclamação de eleições livres, cumprindo-se três condições mínimas – existência de um recenseamento honesto, liberdade de propaganda e fiscalização do acto eleitoral.

Do ponto de vista da disponibilidade para participar no acto eleitoral, a situação não era substancialmente nova, quando comparada com a posição assumida pelos comunistas e os seus aliados face às eleições de 1945 e 1949, isto é, naquelas circunstâncias significaria, em termos objectivos, aproveitar a campanha eleitoral e, à boca das urnas, declarar não estarem as condições mínimas asseguradas e, então, desistir, apelando à abstenção.

O que se pode considerar novo são alguns dos sete pontos apresentados, precisamente aqueles que se relacionam com aspectos de política económica e social para o país, designadamente os de cunho antimonopolista e anti-imperialista, assim como os que reclamavam melhoria das condições de vida e a democratização do ensino, porque colocados em pé de igualdade, pelo menos formal, com as reclamações estritamente políticas.

⁴⁹⁴ Cf. **O Momento Nacional e o Movimento Nacional Democrático**, in *5 de Outubro*, Boletim da Comissão Distrital do Porto do MND, 1, Outubro de 1951

Virgínia Moura assinala-o, quando recorda que “*pela primeira vez uma candidatura aparecia com preocupações de ligar as liberdades aos problemas económicos, pois até ali as coisas surgiam sempre um bocado desligadas, no abstracto...*”⁴⁹⁵.

A situação é interessante, já que este documento da Comissão Central é datado de quatro escassos dias após a morte de Carmona, sem grandes possibilidades de resultar de uma orientação concertada directamente com a direcção comunista. A explicitação das reclamações pode ser coerente com a formulação que o CC do PCP vinha fazendo dos problemas nos seus documentos centrais, mas o facto de, efectivamente e pela primeira vez, o seu enunciado em organizações legais assumir esta feição merece ser assinalado, nas circunstâncias concretas em que ocorre.

A indicação do nome de Ruy Luís Gomes como candidato à Presidência da República é feita com celeridade. Uma moção saída da Assembleia de Delegados do MND de 6 de Maio apresenta-o como candidato e reitera o essencial das reclamações e condições mínimas já expressas no comunicado anterior da Comissão Central. No entanto, o seu nome já havia sido avançado num almoço de confraternização no Barreiro, seis dias antes⁴⁹⁶.

Virgínia Moura refere que “*a candidatura de Ruy Luís Gomes foi antecedida de muitas reuniões, muita discussão, e obteve o inteiro apoio do Partido*”⁴⁹⁷, num registo que, não obstante a ambiguidade, parece indiciar mais do que autonomia de decisão face ao PCP, justificada pela forte exigência de rapidez de resposta, um compasso de espera em que se procurava, mesmo com essa pressão, outras hipóteses.

O neurologista Egas Moniz era uma dessas soluções defendidas por alguns dirigentes do Movimento⁴⁹⁸, não obstante o seu passado de republicano conservador. Já havia homenageado a pretexto da atribuição do Prémio Nobel, em 1949, mesmo que não afirmassem não ter essa homenagem cariz político e ser apenas um desagravo contra a indiferença do governo português⁴⁹⁹ e, além do mais, integrava o Comité Nacional da Paz.

Esta possibilidade agradava sobretudo ao Partido Republicano e à direita socialista que mantinha a sigla do partido histórico e admiti-la significava piscar o olho

⁴⁹⁵ Virgínia Moura, *Mulher de Abril*., p. 70

⁴⁹⁶ Cf. *A Assembleia de Delegados do Movimento Nacional Democrático*, [moção sem título], 6 de Maio de 1951, imp. 1p e *Efemérides*, dact., p. 2, in Arquivo de Manuel João da Palma Carlos

⁴⁹⁷ Virgínia Moura, *Mulher de Abril*., p. 69

⁴⁹⁸ Cf. *Triunfou a orientação do Partido*, in *Avante!*, VI série, 160, Agosto de 1951

⁴⁹⁹ Cf. José Silva, *Memórias...*, 2º vol., p. 290

a esses sectores, o que desagradava profundamente ao núcleo duro do PCP ⁵⁰⁰. A indisponibilidade física do putativo candidato encarregar-se-ia de fazer gorar a sua candidatura.

Em Maio de 1951 a edição do *Avante!* inclui um conjunto de artigos em que a questão presidencial já está em cima da mesa, isto é, que foram redigidos depois do anúncio da morte de Carmona, mas ainda não é referido ou sequer insinuado o nome do dirigente do MND. São apenas explicitadas as grandes linhas de orientação para a intervenção na campanha eleitoral que, no essencial, não encerram propriamente grandes novidades:

“conquista prévia das Liberdades fundamentais (...), apoio a um candidato democrata amigo da Paz que goze do apoio do MND e se comprometa a seguir aquela orientação; luta implacável contra todos os oportunistas que, em última análise, directa ou indirectamente, servem o inimigo; defesa do carácter popular do movimento para a Candidatura, que deve assentar na unidade de todo o povo, com a classe operária à cabeça”⁵⁰¹.

Mas a oposição conservadora e atlantista civil e militar antecipar-se-ia lançando a candidatura do almirante Quintão Meireles. Expressava-se aí a estratégia de António Sérgio que preferia um candidato dissidente do regime, com capacidade potencial para aprofundar fracturas no seu seio e esboçar soluções de transição sem rupturas.

Sem quaisquer condições para a existência de uma candidatura única face ao perfil dos candidatos, sectores, mesmo da esquerda socialista e republicana que não afrontando Ruy Luís Gomes acabaram por apoiar Meireles ⁵⁰². Que congregaria praticamente todas as correntes da oposição não comunista com apoios na Marinha e no Exército e atraindo expectativas nalgumas áreas dentro do regime.

O matemático do Porto, filho de um ministro da República, um dos professores universitários expulsos em 1947, já ao tempo com uma reputação científica internacional considerável ⁵⁰³, fiel *compagon de route* do PCP não conseguia polarizar mais nenhum sector para além do pouco que o MND representava.

⁵⁰⁰ Cf. **Triunfou a orientação...**

⁵⁰¹ **De pé, unido e organizado, Povo de Portugal !**, in *Avante!*, VI série, 159, Maio de 1951

⁵⁰² Virginia Moura, **Mulher de Abril.**, p. 70

⁵⁰³ Cf Luís Neves Real, **A obra de investigação empreendida recentemente pelo Prof. Ruy Luis Gomes no domínio das Matemáticas**, in www.mat.uc.pt/~jaimecs/rlg e Nuno Crato, **Entre o Porto e o Recife**, in *Expresso-Revista*, de 7 de Dezembro de 2002

O discurso do Partido Comunista não apresentava, de resto, qualquer rasgo de flexibilidade para procurar atrair nem que fosse uma parte dos seus antigos aliados mais à esquerda. Ainda antes dos dirigentes da União Socialista se terem inclinado completamente para Quintão de Meireles, o *Avante!* vergastava-os de um modo tão violento que qualquer aproximação se tornava objectivamente impossível:

“(...) os dirigentes da União Socialista, depois de terem falhado todas as suas tentativas para imporem a sua vontade ao MUNAF e ao MUD – vontade que consistia em arrastar os democratas e o povo a participarem nas manobras fascistas eleitorais – romperam criminosamente a unidade e tudo fizeram e fazem, para sabotar a unidade dos democratas consequentes, unidos no MND e no Movimento Nacional para a Defesa da Paz.

*Desta forma, tais dirigentes ajudam directamente a camarilha salazarista contra os democratas e os Partidários da Paz, revelando-se, portanto, inimigos fídagais da Paz e da Democracia”*⁵⁰⁴

Não obstante, será sempre apresentado como candidato do Povo, da República e da Paz⁵⁰⁵.

O manifesto de Ruy Luis Gomes elaborará o seu manifesto, organiza-se em três grandes eixos – República e Liberdade, Pão e Trabalho, Independência Nacional e Paz – cada um dos quais desdobrando-se quer num sucinto diagnóstico quer em reivindicações concretas e específicas, fosse a abolição da censura ou a supressão da Pide, salário igual para trabalho igual ou barateamento do crédito à lavoura, redução geral do armamento ou pacto entre as cinco grandes potências.

Reafirmava aí a sua disposição de retirar a candidatura se as três condições mínimas anteriormente enunciadas não fossem acatadas pelo regime e declarava que o seu programa de governo era de transição – governo democrático, dissolução da Assembleia Nacional, restabelecimento das liberdades fundamentais e realização de eleições livres⁵⁰⁶.

O isolamento do candidato e a pequenez da candidatura eram evidentes. Dar ao professor sinais de apoio tornava-se fundamental. Ser-lhe-ão enviadas muitas cartas, mensagens, abaixo-assinados que revelam pouco espontâneo e muito de proximidade

⁵⁰⁴ Os dirigentes da União Socialista são inimigos da Unidade e da Paz, in *Avante!*, VI série, 159, Maio de 1951

⁵⁰⁵ A Comissão Central, Movimento Nacional Democrático. O Povo tem um candidato, 20 de Maio de 1951, in José Silva, *Memórias...*, 2º vol., pp 356-362

⁵⁰⁶ Cf., Ruy Luis Gomes, *Ao Povo*, 8 de Junho de 1951, imp., 1 p.

com o PCP. Numa delas, vinda da própria cidade do Porto, designando-o de chefe e amigo, acrescenta:

*“Nós republicanos de vanguarda, lutadores de toda a hora e nos momentos de perigo contra todos os fascismos quer sejam azuis ou amarelos não podemos conter a nossa indignação contra os muitos elementos que se dizem republicanos a maldizerem o nosso querido Dr. Rui Gomes (...). Para a frente Dr. Rui Gomes, nosso chefe querido, de inteligência rara e honrado, deixe-os morder nas canelas com o seu desprezo, nada de ligações com essa gente que são tão nossos inimigos como os que ocupam o poder e amanhã seriam tão carrascos para connosco como os senhores actuais. (...) Por isso devemos sós e unidos lutar... e venceremos”*⁵⁰⁷.

O escritor Tomás da Fonseca era quase uma excepção num lote de apoios públicos que se cingia aos militantes comunistas experimentados nos trabalhos legais, como os advogados Lino Lima e Humberto Lopes. E poucos mais como Francisco Ramos da Costa ou o ensaísta António Ramos de Almeida, para além do corpo de dirigentes do MND.

Apenas o PCP surgia a apoiar publicamente Ruy Luís Gomes, com particular destaque para a Organização Regional do Norte, cuja troika era composta por Júlio Fogaça (Ramiro) membro efectivo do Comité Central e dois suplentes, Octávio Pato (Melo) e Cândida Ventura (André). Num dos comunicados desse início de verão, zurzindo nos apoiantes de Meireles, afirmavam, exorbitantes, que *“De norte a sul do país o nosso povo apoia incondicionalmente o candidato do MND, Prof. Rui Luis Gomes. Com o candidato do MND está a grande massa dos democratas”*⁵⁰⁸

O processo de candidatura é apresentada ao Supremo Tribunal de Justiça em 9 de Junho de 1951, escassos dias depois do de Quintão Meireles, acto acompanhado de actividades públicas – conferência e comunicados de imprensa, abertura de sede em Lisboa, ao mesmo tempo que se preparavam sessões públicas, tendo por referência a campanha de Norton de Matos.

O regime é que não concede qualquer facilidade. São dadas instruções precisas para que sejam proibidas quaisquer manifestações de rua, reuniões sindicais ou

⁵⁰⁷ Cópia de carta de “um grupo de republicanos do Porto”, 28 de Junho de 1951, dact., in IAN/TT, Pide/DGS, Delegação do Porto, *P. 10068*, 3º vol., [25]

⁵⁰⁸ A organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, **Democratas! Unidos e firmes perante o inimigo!**, Julho de 1951, cicl., 1 p.

divulgação de propaganda que não seja submetida à censura prévia ⁵⁰⁹. Passam assim a ser interceptados, presos e identificados os elementos das brigadas de agitação que colavam cartazes ou distribuíam propaganda numa manobra intimidatória evidente.

A primeira sessão pública e a mais significativa realizou-se no Cine-Teatro de Rio Tinto, nos arredores do Porto e mesmo tendo a polícia previamente dispersado à bastonada os que desde cedo se começaram a concentrar, estes rapidamente se reagrupariam com a chegada do candidato e encheram a sala num ambiente entusiástico.

Depois de Virgínia Moura, durante a intervenção de José Morgado, que representava o candidato e a CC do MND em Lisboa, o representante do governador civil intimou Ruy Luis Gomes a moderar o discurso de Morgado e, perante a recusa, encerraria coercivamente a sessão, acabando a polícia por carregar com brutalidade à saída do cinema provocando ferimentos no próprio candidato e naqueles que o rodeavam ⁵¹⁰.

Ficou conhecida a fotografia de José Morgado, Ruy Luis Gomes e António Lobão Vital, marido de Virgínia Moura, de cabeça enfaixada e a roupa ensanguentada, testemunhando o incidente ⁵¹¹, do qual o MND trataria de capitalizar politicamente da melhor maneira que pôde.

Atraindo a repressão, afrontando-a, ousando ganhar a rua, realizar sessões públicas, editar materiais de propaganda, incentivar a circulação de abaixo-assinados, enviar representações ao Governo, furar o cerco com que o regime pretendia asfixiá-la, a candidatura de Ruy Gomes, respondendo por todos os meios possíveis aos ataques e insinuações que o regime por um lado e a candidatura de Quintão Meireles, por outro lhe moviam, a candidatura ganhava em combatividade o que patinava em alargamento substancial de apoios políticos.

É neste contexto que a Comissão Central do Movimento Nacional Democrático publica a nota oficiosa que reivindica a candidatura como a única de oposição. Mais do que flagelar o candidato do regime, era Quintão Meireles quem visavam:

“Relativamente ao 3º candidato podemos e devemos afirmar que ele não levanta ao Movimento Nacional Democrático nenhum problema de Unidade. A sua candidatura representa uma cisão no campo governamental e não uma cisão no campo democrático. Não há nenhum combatente democrata que subscreva essa Candidatura. Nada existe de comum entre

⁵⁰⁹ Cf. **Ofício Confidencial n.º 1554/GBT do Ministério do Interior**, de 26 de Junho de 1951

⁵¹⁰ Cf. José Silva, **Memórias...**, 2º vol., pp 379-382

⁵¹¹ Virgínia Moura, **Mulher de Abril.**, p. 71

*nós e o grupo que o apoia, como nada existe de comum entre um democrata e um colaboracionista”*⁵¹²

Nessa Nota, sem se pronunciar explicitamente sobre a ida ou não às urnas, apela à unidade dos democratas com o povo para conquistar as condições mínimas para que a candidatura fosse levada até ao fim.

Com o acto eleitoral marcado para 22 de Julho, uma semana antes, o Supremo Tribunal de Justiça, baseado no parecer do Conselho de Estado, recusa a candidatura do Professor. As sessões programadas para Olhão, Almada, Grândola, Entroncamento já não se chegam a realizar.

Quintão de Meireles, por seu turno, é aprovado pelo STJ. O regime, desta forma procurava manter alguma imagem de “democraticidade” no processo eleitoral, ao admitir um candidato da oposição, o mais moderado, naturalmente, mas com que seguramente contava para aprofundar querelas e divisões no seio da oposição. Sabia, por outro lado, que assim podia esvaziar a conspiração que à volta de Meireles se vinha arrastando em combustão lenta, recomposta a partir do desaire da Abrilada, que procurava aglutinar sectores militares descontentes, aparentemente vastos e que ameaçavam tomar posição caso a candidatura não fosse aceite⁵¹³.

No mesmo dia em que o Supremo recusa Ruy Gomes, o Secretariado do Comité Central do PCP edita um contundente comunicado de apelo à abstenção total, concluindo que as condições mínimas erguidas pelo MND não foram conseguidas, mas e que, portanto, “*Participar na burla eleitoral representará uma traição aos interesses sagrados do Povo, da Paz e da Democracia*”⁵¹⁴, mas invariavelmente sem deixar de assinalar que o Movimento se havia fortalecido e aberto novas perspectivas de acção política.

Porém, perante a possibilidade da candidatura de Ruy Gomes ser recusada, alguns dos quadros do MND e incluindo militantes comunistas sustentavam que então se deveria apelar ao voto em Quintão Meireles, sendo por isso, mais tarde, acusados de oportunismo⁵¹⁵.

O Secretariado já havia igualmente acusado de oportunismo membros da Comissão Distrital do Porto do MND, como José Silva, velho e fiel militante comunista, cuja actuação face às intenções da polícia esvaziar de presença popular o comício de

⁵¹² Nota oficial da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático. 3 Candidatos mas só um da Oposição, Porto, 8 de Julho de 1951, imp., 1 p.

⁵¹³ Cf. “Teixeira”, 26.6.51, in IAN/TT, Pide-DGS, Delegação do Porto, P. 10068, 3º vol., [24]

⁵¹⁴ O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **Abstenção total!**, 13 de Julho de 1951, cicl.

⁵¹⁵ Cf. **Triunfou a orientação do Partido...**

Rio Tinto e de conter alguns entusiasmos verbais na denúncia de Quintão Meireles, é considerada como vacilante face ao fascismo, à reacção e ao imperialismo.

Para a direcção do PCP, Meireles e a sua candidatura, pelo seu próprio percurso biográfico, verdadeiramente anatemizadas, representava no seio da oposição tudo quanto combatia:

*“(...) defendeu a ordem fascista existente, a criminosa política de guerra seguida por esta, a “ordem nas almas e nas ruas”, a organização corporativa, etc., e berrou também a sua fidelidade aos pactos e tratados agressivos e escravizadores como o Pacto do Atlântico, Pacto Ibérico, Plano Marshall, etc.. Por outro lado, tal como a camarilha salazarista, mostrou o seu medo das massas populares e arvorou o velho e esfarrapado espantalho do anticomunismo, vomitando as mais torpes calúnias contra os comunistas e a gloriosa União Soviética, baluarte da Paz no Mundo”*⁵¹⁶

Mas, o almirante recusar-se-á também a participar nas eleições, alegando falta de condições democráticas e fazendo com que Craveiro Lopes venha a ser eleito sem qualquer oposição. A conspiração ganha ímpeto, Henrique Galvão encabeça-a e os planos orientam-se para que rebente durante a Cimeira da Nato, prevista para Fevereiro do ano seguinte⁵¹⁷, vindo, no entanto a ser, mais uma vez, abortada pelo regime.

Para a Comissão dos Trabalhadores do Porto do Movimento, uma das estruturas que mais assanhadamente zurzira Quintão, recebendo, por isso, o público apoio do Secretariado do CC, este desistiu de ir às urnas porque *“foi obrigado pelo Povo, que seguiu a justa posição do MND (...) para não sofrer uma vergonhosa derrota em eleições cujos resultados já o governo tinha mais que assegurados”*⁵¹⁸.

A Comissão de Trabalhadores era uma espécie de correia de transmissão autorizada das posições do partido, por isso, quem dela discordasse era do partido que discordava:

“Houve mesmo elementos que, dizendo-se comunistas, não somente não secundaram dentro das comissões do MND os pontos de vista junto dos representantes das comissões de trabalahdores, COMO

⁵¹⁶ A clique do Almirante Meireles, in *Avante!*, VI série, 160, Agosto de 1951

⁵¹⁷ Cf. T[elmo] F[aria], *golpe de 1952*, in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, 8, Suplemento, Figueirinhas, Porto, 1999, p. 110

⁵¹⁸ A Comissão dos Trabalhadores do Porto do Movimento Nacional Democrático, *A participação dos trabalhadores na última Campanha Eleitoral*, Porto, Setembro de 1951

INCLUSIVAMENTE SABOTARAM E COMBATERAM ESSES PONTOS DE VISTA”⁵¹⁹

Após o período eleitoral, o Movimento reúne a Assembleia de Delegados, para proceder ao balanço político da campanha e estabelecer novas orientações. Em coincidência com a análise do PCP, conclui que a luta pela democracia e pela melhoria das condições de vida são completamente inseparáveis da luta pela Paz, “*pressuposto da sua eficácia*” e constituem o traço de diferenciação com as restantes correntes que se reclamavam da oposição⁵²⁰.

Mais explícita, neste âmbito é a Comissão dos Trabalhadores do Porto para quem o carácter estruturante da luta pela Paz implicava naquele momento lutar por um Pacto entre as cinco grandes potências – Estados Unidos, União Soviética, China Popular, Inglaterra e França⁵²¹, campanha que vinha internacionalmente sendo desenvolvida pelo Conselho Mundial da Paz.

Sobre este assunto, *O Militante* reflecte a insatisfação da direcção do PCP sobre o desenvolvimento da luta dessa frente de luta; verbera contra incompreensões existentes nas fileiras partidárias sobre os perigos de uma nova guerra, contra a subestimação sobre a indispensável dimensão operária e popular dessa acção.

Apesar de reconhecer a importância de se terem recolhido cem mil assinaturas pela Paz, o facto é que em quase dois meses de agitação numa nova campanha sobre o Pacto das 5 Grandes Potências, apenas haviam sido recolhidas duas mil assinaturas, o que era francamente pouco e revelador de um grande atraso nesta matéria⁵²².

No entanto, passar a falar de Pacto das 5 grandes potências em vez de Apelo de Estocolmo encerrava um significado bastante mais profundo. A deslocação da campanha contra a bomba atómica para a campanha pelo Pacto entre as cinco grandes potências, decorria da proposta feita pelo próprio Staline na entrevista concedida ao jornal *Pravda* em 17 de Fevereiro de 1951, imediatamente seguido pelo Conselho Mundial da Paz que adopta a nova orientação como campanha a ser lançada internacionalmente.

⁵¹⁹ **O Partido e as últimas “eleições” presidenciais**, in *O Militante*, III série, 70, Setembro de 1952

⁵²⁰ Cf. **O Momento Nacional e o Movimento Nacional Democrático...**

⁵²¹ Cf. A Comissão dos Trabalhadores do Porto do Movimento Nacional Democrático, **A participação dos trabalhadores...**

⁵²² Cf. **Intensifiquemos a recolha de assinaturas para a mensagem que reivindica um pacto de Paz entre as 5 grandes potências**, in *O Militante*, III série, 65, Outubro de 1951

Nessa entrevista, Staline, questionado sobre se uma nova guerra estava iminente, responde com suficiente clareza: “*Não, pelo menos na hora actual não se pode considerá-la inevitável*”⁵²³.

Não se tratava, assim, propriamente de uma simples questão de mudança de campanha, mas de uma alteração significativa na política estratégica da União Soviética, que passava a colocar a questão da coexistência pacífica e da colaboração mútua entre países de sistema capitalista e sistema socialista, ultrapassando de certo modo as teses de Jdanov na Conferência constitutiva do Kominform.

A frente de “luta pela paz” receberia um impulso assinalável no início de 1952 à volta do protesto contra a realização da Cimeira da NATO em Lisboa, que o governo diligentemente preparava sob a supervisão directa e minuciosa de Salazar⁵²⁴ com o intuito de reforçar o seu papel internacional.

Ainda que redigido antes da cimeira, O Secretariado do Comité Central publica nesta altura um extenso e aprofundado documento, onde se percebe o enorme esforço de sistematizar e fundamentar os aspectos da conjuntura nacional e internacional que, entrelaçados, permitissem como que uma visão coerentemente integrada da “luta pela paz” com os restantes domínios de intervenção política e social. Este será, porventura, um dos documentos mais consistentes produzidos pela direcção do PCP desde a prisão de Álvaro Cunhal.

No centro do documento está a denúncia do carácter belicista do imperialismo no pressuposto que “*As forças do campo imperialista e anti-democrático, encabeçadas pelos E.U., passaram já da política de preparação de aventuras militares à política de preparação e desencadamento duma nova guerra mundial*”⁵²⁵ de agressão à URSS e aos países de democracia popular e que as formas apresentadas como de auxílio americano à Europa cumprem o duplo objectivo de a subordinar aos desígnios económicos, políticos e militares americanos.

Portugal seria um elo completamente integrado nesta lógica e, com a Espanha, através do Pacto Ibérico, peões e instrumentos de guerra ao serviço dos interesses do imperialismo.

A Cimeira surgia, portanto, como uma oportunidade de dar vulto a esse miolo da intervenção do PCP.

⁵²³ Cit. por Olivier Le Cour Grandmaison, *Le mouvement de la paix pendant la guerre froide...*, p. 130

⁵²⁴ Cf. Franco Nogueira, *Salazar. O Ataque (1945-1958)*, Vol. IV, Liv. Civilização Editora, Porto, 1986 (3ª ed.), pp 251-256

⁵²⁵ Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, *Unamo-nos em defesa da Paz*, Editorial “Avante”, 1952, p. 3

No Instituto Superior Técnico, local de realização da Cimeira, a Junta de Delegados da respectiva Associação Académica aprovou um protesto unânime contra a cedência das instalações para esse efeito. Nessa como noutras faculdades são feitas inscrições alusivas à Paz e contra a reunião do Pacto Atlântico ⁵²⁶, numa acção conduzida pelas estruturas estudantis do MUD Juvenil.

Audaciosamente são igualmente feitas inscrições na torre do aeroporto e, afixados cartazes na ponte do elevador de Santa Justa, em Lisboa; do mesmo modo que na ponte de Valadares do Porto ou na estação ferroviária de Grândola.

Acresciam a isto, naturalmente, as iniciativas mais comuns, como o envio de cartas e telegramas às embaixadas ou ao governo,

Mas a acção porventura mais importante desencadeada neste contexto é a edição do Manifesto “*Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico*” pela CC do MND, que recolheu centenas de assinaturas, foi enviado como representação ao presidente da República e publicado no *Avante!* ⁵²⁷, o que estará na origem de nova prisão da direcção do MND.

Estas acções contra a Cimeira da NATO foram, segundo a direcção do PCP, “*a primeira grande luta do nosso povo contra a guerra*” ⁵²⁸, como assinalou Sérgio Vilarigues no informe à III Reunião Ampliada do Comité Central, que se realizou em Abril de 1952.

O que distinguia esta movimentação das anteriores era a capacidade de direcção do Partido, numa acção com todos os contornos de campanha, que teria tido impacto público, permitido que novos sectores sociais se congregassem em torno desta temática e onde se esboçou, ainda que de forma pouco expressiva, o entrelaçamento entre reivindicações políticas e económicas com a luta pela Paz, com várias organizações e meios, directamente impulsionados pelo partido, a convergir em torno de um objectivo preciso, concreto e delimitado no tempo.

Mas, persistia a manifesta incapacidade de crescimento e de estruturação da Comissão Nacional de Defesa da Paz que levava a que o essencial da acção coubesse no interface legal a esse nível caber ao MND ou ao MUDJ.

Evidentemente que o fulgor da iniciativa necessita ser relativizada, pois as iniciativas são geograficamente muito delimitadas, que assumiam um carácter quase clandestino e muitos dos organismos permaneciam fechados sobre si próprios sem

⁵²⁶ Cf. *Os Estudantes do IST protestam contra a ocupação da sua escola pelos fomentadores da guerra do P. Atlântico*, in *Avante!*, VI série, 165, Fevereiro de 1952

⁵²⁷ Cf. *Pacto da Paz e não Pacto do Atlântico*, in *Avante!*, VI série, 166, Março de 1952

⁵²⁸ Amílcar [Sérgio Vilarigues], 3ª Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, *As acções de massas. Eis o caminho na luta pela defesa da paz e dos interesses dos trabalhadores*, Abril de 1952, dact., p. 2

actividade visível no meio em que se implantavam, havendo sectores, como as Forças Armadas ou os assalariados do Alentejo onde não houve capacidade para fazer chegar a temática, operacionalizando-a no concreto.

Predominava ainda, em larga medida, a ideia de que a subscrição de documentos devia restringir-se às personalidades, o que significava deixar de fora os meios operários e populares.

Do mesmo modo, o conteúdo dos documentos produzidos era defensista, ao não colocarem com frontalidade a defesa da União Soviética, ao mesmo tempo que se devia exigir a saída de Portugal da NATO e os americanos de Portugal, acanhamento que, por vezes, inclusivamente se verificava em materiais partidários, como os das Organizações Regionais de Lisboa e do Porto, compostas quase inteiramente por membros do Comité Central.

Mas, surpreendentemente, a tónica do discurso mantém-se na iminência de uma guerra, evidenciando desfasamento em relação à reorientação do Conselho Mundial da Paz, à volta do Pacto das Cinco Grande Potências, ainda que a entrevista Staline ao Pravda fosse do conhecimento do PCP, que a cita ⁵²⁹, embora num aspecto completamente marginal a esta ordem de problemas.

A situação internacional continuava a ser caracterizada como antes de Fevereiro de 1952, apoiando-se inclusivamente em materiais, como um informe de Lavrentii Beria a propósito do 34º aniversário da Revolução de Outubro, amplamente citado por Vilarigues, anteriores a essa data. Para a direcção do PCP:

“O campo imperialista intensifica cada vez mais os preparativos para o desencadeamento de uma nova guerra. As conferências militares (Conselho do Atlântico em Otawa, Roma e Lisboa), a organização de comandos, manobras militares-terrestres, aéreas e navais conjuntas - desenvolvimento progressivo da indústria de guerra, orçamentos miliatres astronómicos, construção de bases militares não apenas nos países agrupados no bloco do Atlântico mas em outros países submetidos ao imperialismo americano-britânico, a intensa propaganda bélica, etc., tudo isto põe a claro que os imperialistas preparam o desencadeamento da terceira guerra mundial” ⁵³⁰.

⁵²⁹ Cf. Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, *Unamo-nos em defesa da Paz...*, p. 18

⁵³⁰ Amílcar [Sérgio Vilarigues], *As acções de massas. Eis o caminho na luta pela defesa da paz...*, pp 11-12

Não parece, por isso, estranho que o essencial dos esforços tenha tomado um cariz antiguerrista, de identificação frontal da NATO como fator de guerra, como braço armado do imperialismo americano, e que a recolha concreta de assinaturas por um pacto das cinco grandes potências tenha ido ficando para trás, claramente secundarizado, como é reconhecido no informe de Vilarigues, ainda que sem dominar as respectivas causas ⁵³¹.

As dificuldades de ligação de Portugal ao movimento comunista parecem insuficientes para justificar este desfasamento. A documentação do Kominform circulava entre a elite dirigente do PCP. Muitos intelectuais comunistas, por sua vez, recebiam propaganda e imprensa kominformiana por meios próprios, principalmente vinda de França. Era aí, aliás, que se encontrava, por exemplo, o físico Manuel Valadares, um dos professores universitários demitidos em 1947, muito próximo de Frédéric Joliot-Curie, que presidia ao Comité francês dos Partidários da Paz. Valadares participa já como representante português no primeiro Congresso Mundial da Paz, pertence ao Comité Organizador do segundo em 1952 é o representante português no Conselho Mundial da Paz ⁵³².

Nestas circunstâncias, fosse porque os elementos que constituíam o pequeno núcleo de direcção central permanente do PCP não se tivessem apercebido da subtilidade da evolução de posições, fosse antes em virtude da difícil adequação dessa nova orientação à situação concreta portuguesa, dado o carácter do regime, ou fosse ainda devido ao isolamento político em que o partido se debatia, tudo isso viria a agravar a situação de acuo propícia ao florescimento do sectarismo.

Além dos problemas políticos, girando em torno da defesa da Paz, a reunião ampliada do Comité Central, de Abril de 1952 tratou de dois outros aspectos, virados para dentro, mas que ajudam a perceber o ambiente que então se vivia. Joaquim Pires Jorge (Gomes) abordou a necessidade de vigilância revolucionária e do uso dos mecanismos de crítica e auto-crítica, enquanto que José Gregório (Alberto) abordou aspectos relacionados com a elevação do nível ideológico do partido .

O Comité Central assumia que a luta contra o oportunismo e contra o fascismo eram inseparáveis, que o momento era de cerrar fileiras, de depurar o partido, purificando-o, de modo a que melhor pudesse enfrentar a grande tempestade política e ideológica que a guerra fria introduzira.

⁵³¹ Cf. *Idem*, p. 5

⁵³² Cf. IAN/TT, Pide-DGS, P. 229/47-SR, [129, 132, 143, 146, 164, 171]

Para o Comité Central “o salazarismo procura infiltrar no nosso Partido os seus agentes e espiões, o mesmo acontecendo com os serviços de espionagem norteamericanos e ingleses instalados no nosso país”⁵³³, o que justificaria a ampla campanha de depuração, por suspensão, expulsão e, tanto quanto é possível deduzir, por execução física também, que abrangia tanto os que, tendo sido presos, prestaram declarações na polícia, como os que insistiam na defesa de posições contrárias à linha do partido, como alguns considerados mesmo espiões.

Se há militantes que passam a ser publicamente identificados como provocadores e inimigos do partido nas páginas do *Avante!*⁵³⁴ e de *O Militante* ou mesmo através de folhetos e brochuras, como Fernando Piteira Santos⁵³⁵ ou Gilberto de Oliveira⁵³⁶, outros, para além disso, serão enredados em complexas e sinistras teias de suspeição, em que se entrecruzavam responsabilidades na prisão de dirigentes, na queda de instalações e aparelhos clandestinos, em quebras de disciplina susceptíveis de atrair a atenção e a repressão policial, que o clima de sectarismo e intolerância instalados farão evoluir em espiral, conduzindo, em limite à sua própria execução física. Os casos de Aurélia da Conceição Celorico, em Junho de 1950, Manuel Lopes Vital, em Novembro desse ano e Manuel Domingues, em Maio de 1951, parecem inscrever-se nesse quadro.

No caso de Vital, a acusação formal é a de ter desviado em proveito próprio bens do Partido, no de Aurélia problemas de conduta moral e quanto a Manuel Domingues, que se tratava de um dirigente de topo do partido e com uma larga biografia partidária, que vinha dos anos 30, que vinha criticando a política de quadros e aspectos de orientação, vinha sendo criticado por comportamentos pouco conspirativos primeiro, por quebra de actividade e pelas posições políticas que sustentava, depois. Despromovido, desfuncionaliza-se e é afastado do partido por decisão superior, que o continua a pressionar até que é encontrado morto num pinhal perto de Belas.⁵³⁷

Entretanto, a questão da “Política de Transição” continua a estar em cima da mesa. Se em 1950 havia sido publicado um documento do Secretariado⁵³⁸, atribuído a José Gregório e Manuel Guedes⁵³⁹ que faz o balanço do debate havido dentro do

⁵³³ Cf. **O Comité Central do Partido aponta o caminho...**, in *O Militante*, III série, 68, Junho de 1952

⁵³⁴ Cf. **Alerta contra os traidores e provocadores**, in *Avante!*, VI série, 171, de Outubro de 1952

⁵³⁵ Cf. **Em guarda contra o provocador Piteira Santos**, in *Avante!*, VI série, 179, Agosto de 1953

⁵³⁶ Cf. PCP, **As duas caras de um provocador**, Novembro de 1952

⁵³⁷ Cf. José Pacheco Pereira, **Álvaro Cunhal, uma biografia política. O Prisioneiro (1949-1960)**, volume 3, Lisboa, Temas e Debates, 2005, pp 43-93

⁵³⁸ Cf. Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **O debate dentro do Partido em defesa dos princípios do marxismo-leninismo**, Editorial “Avante”, 1950, imp. 8 pp

⁵³⁹ Cf. PCP, [68]..., **P. 174/GT**

partido, a forma como o Secretariado considerara o assunto resolvido parece não contentar alguns sectores que exigiam que a discussão fosse retomada.

A isto opõe-se o Secretariado, entendendo que enquanto tendência política estruturada, a “Política de Transição” tinha sido liquidada, pelo que não fazia sentido relançar essa discussão, mas apenas continuar a exigir a autocrítica de todos os que a defenderam essas posições.

Isto não era propriamente paradoxal num contexto de exorbitante vigilância ideológica, já que aqueles que eram visados, designadamente Júlio Fogaça, desempenhava um papel largamente influente num partido de capacidades dirigentes enfraquecidas com a prisão de Cunhal e Militão. Mas também era o caso de João Rodrigues (José Pedro) e presumivelmente Pedro Soares (Moreno), cujas autocríticas são resumidamente apresentadas nas páginas de *O Militante*⁵⁴⁰, como que a mostrar que a sua publicação representava a confiança que a direcção do partido tinha nesses quadros, que já haviam reconhecido os seus erros.

O problema adquiria assim uma outra dimensão, que era a falta de confiança que alguns sectores tinham pela direcção, aspecto reconhecido como igualmente nefasto, mas que não deixa de ser esclarecedor quanto às tensões internas, às resistências e às opiniões mais desencontradas que a direcção encontrava na aplicação extensiva da linha partidária.

Isto tornava-se particularmente mais grave quanto a rigidez das posições políticas e ideológicas, a ruptura do quadro de alianças que vinha da conjuntura de guerra e um forte lastro de extracção demo-liberal, que caracterizava a intelectualidade guindada a postos de direcção de movimentos como o MND, conflituavam com a forma de estar e de ser de um conjunto importante de quadros de quem o partido dependia na acção concreta. Como a III reunião Ampliada do CC concluía:

*“O Comité Central verificou que alguns camaradas e simpatizantes manifestam desconfiança em relação ao Partido. Essa desconfiança revela-se quando inventam pretextos absurdos para fugir à realização de tarefas, quando revelam descrença no Partido e quando entram na crítica fácil, sem qualquer conteúdo construtivo. Estas manifestações partem, na sua maioria, de pessoas que pertencem às classes médias”*⁵⁴¹.

⁵⁴⁰ Cf. Ainda sobre a “Política de Transição”, in *O Militante*, III série, 68, Junho de 1952

⁵⁴¹ O Comité Central do Partido aponta o caminho...

Estas desconfianças eram liminar e globalmente explicadas pelo medo da repressão, embora resultante da vacilação política e ideológica, o que exigia o reforço da educação comunista, do trabalho ideológico.

A publicação na imprensa partidária de materiais do movimento comunista internacional, sejam artigos do órgão do Kominform ou discursos de dirigentes internacionais responde a esta necessidade, por onde se passa a dispor de materiais susceptíveis de permitir, ao mesmo tempo, um acerto de passo com as orientações que irradiavam do centro soviético. É o caso da publicação do discurso de Staline ao XIX Congresso do PCUS, realizado em Outubro de 1952, em *O Militante* e no *Avante!*

O discurso, importante por ser de quem é, acresce de significado por ser como que uma espécie de testamento, proferido da tribuna do congresso do centro comunista, com particular incidência sobre as questões de política internacional. Diz Staline:

“Quando o camarada Thorez ou o camarada Togliatti declaram que os seus povos não guerrearão contra os povos da União Soviética (...), isto é apoio, e, antes de tudo, apoio dos operários e camponeses da França e da Itália que lutam pela Paz e demais apoio também aos anseios de Paz da união Soviética.

Esta particularidade de apoio mútuo explica-se, porque os interesses do nosso Partido não só não contradizem, mas, pelo contrário, se fundem com os interesses dos povos amantes da Paz (...).

*No que se refere à União Soviética, os seus interesses são absolutamente inseparáveis da causa da Paz no mundo inteiro”*⁵⁴²

Mantém-se ateadado o espectro da guerra, mas de modo diverso da concepção anterior, isto é, antes como inevitável; agora, como resultado das contradições interimperialistas e, como tal, entre países do bloco capitalista.

A superioridade do modelo societal e de desenvolvimento económico protagonizado pela União Soviética afirmar-se-ia numa lógica de competição entre os dois sistemas, como afirma Georgi Malenkov, o braço direito de Staline, da tribuna do congresso, o que será doravante glosado por toda a sorte de quadros superiores da estrutura partidária e estatal soviética⁵⁴³.

⁵⁴² **Discurso do Camarada Stáline no XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética**, in *Avante!*, VI série, 171, Outubro de 1952

⁵⁴³ Cf. Jean-Pierre Rivenc, **Lutte pour la paix et mouvement de la paix 1939-1956. Staline « L’homme de la Paix »**, in *Communisme*, 18-19, 1988, p. 113

A mensagem de saudação enviada pelo CC do PCP ao Congresso, publicada no Pravda e lida dois dias consecutivos na Rádio Moscovo, subscrita com o nome dos quatro membros do Secretariado – José Gregório (Alberto), Sérgio Vilarigues (Amílcar), Joaquim Pires Jorge (Gomes) e Júlio Fogaça (Ramiro), exalta a URSS como um “*farol seguro da Paz e da verdade num meio de todo um mar tempestuoso de intensivos preparativos guerreiros, da exploração e da opressão, de calúnias e de mentiras dos imperialistas*”⁵⁴⁴.

Esta perspectiva era enfatizada para dentro do partido, que em circular apontava o dever de fidelidade à União Soviética⁵⁴⁵, mas em aparente desafinação com a reformulação estratégica para a política internacional, persiste em insistir na denúncia dos intensos preparativos para uma terceira guerra mundial⁵⁴⁶ de agressão à URSS.

Só mais tarde é que o *Avante!* vai acertar o passo conferindo destaque de primeira página às declarações de Staline, em Dezembro de 1952, ao correspondente diplomático do *New York Times*, em que confrontado com a pergunta se ainda entende que é possível a URSS e os EUA viverem em paz, o dirigente soviético responde taxativamente que a guerra “*não pode considerar-se inevitável, que os nossos dois países podem também de futuro viver em paz*”⁵⁴⁷.

5. “*A unidade conduz à vitória*”

É justamente em Dezembro de 1952 que o Comité Central do PCP realiza a sua IV Reunião Plenária Ampliada. Tinham decorrido oito meses desde a reunião de direcção anterior, que tinha tido igualmente um carácter ampliado.

É verdadeiramente aí que se começam a introduzir novos elementos, novos temas e novas orientações na linha política do partido, ainda que afirmando, como fez Joaquim Pires Jorge em plena reunião, que “*não se trata de nova orientação mas a continuidade da linha traçada no II Cong^o*”⁵⁴⁸.

Os trabalhos iniciaram-se com uma intervenção de Júlio Fogaça (Ramiro) e encerraram-se com outra de José Gregório (Alberto), tendo-se desenvolvido à volta de 4

⁵⁴⁴ O Comité Central do Partido saúda o XIX Congresso do glorioso Partido (B) da URSS, in *Avante!*, VI série, 171, Outubro de 1952

⁵⁴⁵ Cf. O Secretariado do CC, *Circular do Secretariado n.º 26. Situação Política*, Outubro de 1952, dact., pp 1-3

⁵⁴⁶ Cf. *Circular do Secretariado n.º 27. Situação Política Nacional*, Dezembro de 1952, dact., pp 1-2

⁵⁴⁷ *Grande contribuição de Staline para a causa da Paz*, in *Avante!*, VI série, 173, Dezembro de 1952

⁵⁴⁸ *Discussão Política*, mns, fl. 6, in TCL, 2.º Juízo Criminal, *P.92/62*, 3.º vol, apenso a fls 198

pontos centrais, cada um introduzido por um informe. Os dois informes mais importantes incidiram sobre a situação política e organizativa, cabendo a Pires Jorge e a Fogaça, respectivamente. Pedro Soares (Matos) apresenta um relatório sobre a questão colonial e Octávio Pato (Melo) abordou o problema do trabalho entre a juventude.

O destaque dado a Fogaça indicia como a sua posição no Secretariado se consolidara, mesmo que continuando a ser contestada, desde que reascendera a esse órgão com a vaga aberta pela despromoção por sanção atribuída a Manuel Guedes (Santos) em meados de 1951. Fogaça e Gregório eram efectivamente os dois principais dirigentes do PCP.

Aquele afirmava na alocução inicial que a IV reunião ampliada se realizava num momento em que se parecia começar a sair do refluxo orgânico, iniciado em 1949 e o seu objectivo formal era preparar uma ofensiva política do partido em várias frentes ⁵⁴⁹. Ao dizê-lo desta forma não estaria seguramente a esquecer que no seu informe sobre organização reconhece que entre 1946 e o início de 1952, o partido havia perdido quase metade dos seus militantes, embora tivesse reforçado a sua composição operária ⁵⁵⁰, donde parece deduzir-se que tendo-se depurado, o reforço do partido devia ser, mais que numérico, político e ideológico.

Pires Jorge no informe político coloca pela primeira vez a possibilidade de uma terceira guerra mundial de carácter interimperialista, pois ter-se-iam tornado “*mais fortes do que as contradições entre o capitalismo e o socialismo e podem levar a uma guerra entre os países capitalistas*” ⁵⁵¹.

Pires Jorge destaca, de seguida o carácter pacífico da política externa soviética que colhe a aproximação, a amizade e a aliança de muitos povos e das classes operárias dos países capitalistas. Tal como os Partidos Comunistas francês e italiano, também o PCP aqui afirma que, na eventualidade de guerra, o povo português não pegaria em armas contra os exércitos soviético e dos países de Democracia Popular. Porém, essa possibilidade subordina-se já ao “*princípio da coexistência pacífica entre o sistema socialista e o capitalista*” ⁵⁵², passando a considerar a ideia da inevitabilidade da guerra como uma incompreensão a eliminar ⁵⁵³.

⁵⁴⁹ Cf. **Alocução de abertura da IV Reunião Ampliada do CC**, in *Avante!*, VI série, 173, Dezembro de 1952

⁵⁵⁰ Cf. Ramiro [Júlio Fogaça], **Liguemo-nos às massas e venceremos a batalha da Paz e da Democracia**, Informe do Secretariado do CC do PCP à IV Reunião Ampliada do CC, Dezembro de 1952, p. 27

⁵⁵¹ **Unidade de acção na luta pela Paz, pelo Pão, pela Terra, pela Democracia, pela Independência Nacional**, in *Avante!*, VI série, 173, Dezembro de 1952

⁵⁵² IV Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, **Resoluções**, Editorial «Avante!», 1952, p. 2

⁵⁵³ **Unidade de acção na luta pela Paz...**

Um segundo aspecto novo introduzido pelo seu informe foi a exigência de Reforma Agrária, que se consubstanciava na confiscação da grande propriedade agrícola e dos incultos a serem entregues aos assalariados agrícolas, como aos rendeiros, caseiros, meeiros ou quinteiros; na entrega de novas parcelas aos pequenos proprietários e foreiros sem terra suficiente; na anulação das dívidas e hipotecas dos camponeses aos grandes proprietários, aos usurários e ao estado; na disponibilização de um crédito agrícola de juro baixo e a longo prazo; no apoio técnico e no fomento de cooperativas.

Tratava-se, especificando, de uma realização só possível depois da queda do regime e com a participação na esfera do poder ⁵⁵⁴.

Um terceiro domínio a que foi dado particular destaque, com direito a informe próprio, foi a questão colonial. Ainda que sem levantar a reclamação de independência para as colónias, definia os povos coloniais como aliados naturais do proletariado, definia áreas específicas de intervenção e o mais longe que ia era no reforço das organizações partidárias em territórios coloniais com vista à formação de partidos comunistas autónomos ⁵⁵⁵.

Neste sentido, Júlio Fogaça alerta contra “*certas ideias chauvinistas em relação aos negros da parte de “camaradas” nossos cá e nas colónias*” e José Gregório defende que se deve “*ajudar a criar e desenvolver o PC de Angola*” e de outras colónias ⁵⁵⁶.

Estes pontos de vista iam, no entanto, bastante mais longe que a intervenção escrita de Pedro Soares (Matos) que estivera em missão partidária em Moçambique entre 1947 e o início dos anos cinquenta, onde o problema dos partidos comunistas autónomos não se colocava e onde as referências à libertação dos povos coloniais não só rareavam como eram vagas, gerais e ambíguas. As colónias continuavam a ser aí referidas como “*possessões ultramarinas portuguesas*” ⁵⁵⁷.

A via para o derrube do regime havia sido tratada no informe de Pires Jorge, mantendo a estratégia traçada no IV Congresso, isto é, continuava a apostar na multiplicação e confluência de pequenas e grandes lutas sociais e políticas como forma de forjar a unidade da classe operária e a unidade popular, caminho para o levantamento

⁵⁵⁴ Cf. **Idem**

⁵⁵⁵ Cf. **Idem**

⁵⁵⁶ **Discussão Política...** fl. 5...

⁵⁵⁷ Matos [Pedro Soares], **O Panorama colonial português e as tarefas imediatas do Partido**, Intervenção na IV Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, s.d., dact., p. 7

nacional e para a instituição de um Governo democrático de Unidade Nacional que promova eleições livres ⁵⁵⁸.

Mas, nesse sentido, sustenta a necessidade do partido dar provas de maleabilidade que permitam quebrar o isolamento e restabelecer formas de unidade mais alargadas, embora acreditando que o MND continuava a reunir condições para esse efeito.

Era a questão do sectarismo que se começava a colocar a pretexto da indispensável ligação às massas. As últimas páginas do informe de Júlio Fogaça são precisamente dedicadas a esse problema ⁵⁵⁹, que acabava por surgir como o verdadeiro nó górdio de toda a situação.

Num artigo de *O Militante*, o problema é intensamente glosado e não apenas na perspectiva da unidade em meios operários, nas fábricas e oficinas, através das Comissões de Unidade, mas também em organizações como o Movimento pela Paz, o MUDJ ou o MND:

“Há alguns camaradas que pensam que nós, comunistas só devemos colaborar nos organismos de unidade (...) com democratas e patriotas que se mostrem absolutamente identificados com os nossos pontos de vista e com as nossas formas de actuação. Esses camaradas julgam que aquilo que para eles é claro e justo deverá ser de igual modo para todos os outros democratas, não procuram esclarecer outras pessoas através da própria luta e da discussão amigável, mas entram logo a considerá-las indesejáveis nos organismos onde se encontram” ⁵⁶⁰

Para um partido que havia atravessado os anos iniciais de cinquenta , a apodar de oportunistas, traidores, vendidos ou cúmplices do regime os aliados tradicionais, tratava-se de um primeiro esboço de rectificação.

O informe de Pires Jorge apelava à luta pela Paz, como à luta contra a repressão, por uma amnistia e pelas liberdades fundamentais, destacando aí o papel do MND e olhando as eleições para a Assembleia Nacional, no ano seguinte ⁵⁶¹. Esse seria o primeiro grande teste aos desafios que a IV Reunião Ampliada levantava.

⁵⁵⁸ Cf. **Unidade de acção na luta pela Paz...**

⁵⁵⁹ Cf. Ramiro [Júlio Fogaça], **Liguemo-nos às massas...**, pp. 46-52

⁵⁶⁰ **Liguemos o Partido às massas. Combatamos o sectarismo nas nossas fileiras**, in *O Militante*, III série, 71, Outubro de 1952

⁵⁶¹ Cf. **Unidade de acção na luta pela Paz...**

A unidade de acção, que o PCP recolocava no centro do seu dispositivo tático, continuava no entanto a basear-se na ideia de que a participação eleitoral para implicar ida às urnas devia depender do cumprimento de um conjunto de condições mínimas.

Tal como em 1945 e em 1949, essas condições sobrepunham-se a programas eleitorais de detalhe, reiterando que essas especificidades programáticas apenas fariam sentido num contexto de eleições livres, o que estava longe de ser o caso.

Por outro lado, mantinham como segunda baliza para a unidade, o reconhecimento do MND como espaço orgânico a que se deviam reunir todos os que verdadeiramente se dispunham a combater o regime, já que insistiam que o Movimento era o legítimo e singular herdeiro do MUD e dos serviços de candidatura de Norton de Matos.

O ponto de partida para o novo fulgor unitário permanecia assim bastante condicionado e estreito.

È a reunião do Comité Central de Março de 1953 que estabelece então as condições mínimas para a participação eleitoral, afastando desde logo qualquer veleidade de perspectivar a ida às urnas sem que essas condições mínimas estivessem reunidas.

Sérgio Vilarigues no informe que aí apresentou em nome do Secretariado alerta contra o que designa quer de tendências legalistas quer sectárias, tendências que, de uma forma ou de outra, se filiavam na falta de confiança nas massas, afirmando que a mobilização popular não se faz pela apresentação de candidatos, mas sim pela exigência de condições para esse efeito.

A nesga de abertura que a IV Reunião Ampliada do CC rasga parece debater-se em tensão interna, não obstante o Secretariado pela voz de Vilarigues ir rendilhando essa orientação, pois, como afirma “*sem deixarmos de desmascarar a posição oportunista e divisionista dos que venham a defender a apresentação de candidatos a deputados, sem primeiro, pela luta unida de todos, se conseguirem as condições mínimas não devemos esquecer que o principal fogo deve ser dirigido contra a camarilha salazarista*”⁵⁶².

Já era alguma coisa face ao desbragamento com que a candidatura de Quintão de Meireles havia sido atacada dois anos antes.

⁵⁶² O Comité Central definiu a orientação do Partido face às próximas eleições para deputados, in *Avante!*, VI série, 177, Maio de 1953

As três condições mínimas estabelecidas pelo PCP – novo recenseamento ou correcção do anterior, liberdade de propaganda e finalmente, fiscalização de todas as operações eleitorais – não são novas e são suficientemente abrangentes que só deixariam de fora os que empedernidamente se opunham a qualquer aliança com o PCP, por simples preconceito anticomunista.

Ainda nesse mês de Março, a Comissão Central do MND define em documento a sua orientação seguindo o partido, mas acrescentando como quarta condição mínima a exigência de uma nova lei eleitoral – contributo que deixa irritada a direcção do PCP, a ponto de criticar, por incongruente, tal manifestação de autonomia do Movimento Nacional Democrático:

“Quer-nos parecer que tal reclamação exclui as restantes três condições expostas no dito documento visto que uma lei eleitoral regulamenta todo o conjunto das eleições.

Sem dúvida nenhuma que a celerada lei eleitoral fascista dificulta a apresentação de candidatos, mas alguns democratas esquecem que se as forças democráticas forem capazes de criar um movimento de massas suficientemente forte para arrancar ao governo as três condições mínimas em bloco, reclamadas de há muito pelos democratas, estarão também criadas as condições para impor ao fascismo a aceitação das candidaturas democráticas” ⁵⁶³.

Significativamente, a partir daí, essa quarta condição mínima desaparecerá de futuros documentos em que a CC do MND.

Já depois de conhecidas as posições formais do PCP e do MND na Primavera de 1953, António Sérgio dinamiza uma representação subscrita por mais de setenta personalidades, que vai dar origem à Comissão Promotora do Voto, reclamando condições democráticas para participarem nas eleições de Novembro, - garantias de não serem perseguidos, liberdade de propaganda eleitoral, fiscalização das operações eleitorais do recenseamento ao voto, ou seja, basicamente as mesmas condições mínimas formuladas pelo MND.

Só esta iniciativa bastou para fazer estalar o verniz do PCP, acusando os mentores da Comissão Promotora de divisionistas e falsos democratas, “*colaboradores*

⁵⁶³ *Unidade dos democratas, idem*

*da reacção internacional e defensores da política salazarista de guerra que tantos males já causou ao nosso povo e ao país”*⁵⁶⁴.

Como o governo assegurasse que iria cumprir a Constituição, teriam depreendido os subscritores da representação que isso significava que as condições reclamadas seriam cumpridas, pelo que se dispuseram a avançar na organização de listas em Lisboa, Porto e Aveiro, preenchidas com gente da área do Directório Democrato-Social que, de certo modo em contraponto ao MND, se criara em 1949.

Mais serenamente, o PCP procura, por intermédio do Movimento Nacional Democrático, neutralizar esta tendência de concorrer às eleições, iniciando uma série de contactos com personalidades envolvidas ou que poderiam ter ascendência sobre elas, tentando influenciá-las. É nesse contexto que, ainda em Maio de 1953, Virgínia Moura solicita uma reunião com Norton de Matos na sua casa de Ponte de Lima. A resposta do general é arrasadora, não só recusa qualquer contacto, como em carta que divulga publicamente acrescenta:

*“Tomei esta resolução de considerar o comunismo como inteiramente oposto à segurança, progresso e prestígio de Portugal, e assim entendo que não posso ter quaisquer ligações ou relações políticas com comunistas nacionais ou estrangeiros e dou este conselho a todos os portugueses”*⁵⁶⁵.

O processo ia assim avançando, sem que, evidentemente, as condições garantidas pelo governo se verificassem. Sérgio, mentor da Comissão Promotora do Voto, percebendo isso mesmo, querendo escudar-se numa espécie de auréola de reserva moral da oposição, distancia-se calculadamente dos esforços para a constituição de listas, denuncia a forma discriminatória como o recenseamento estava organizado, mas mostra ao mesmo tempo, hábil complacência para os que se dispõem a intervir eleitoralmente.

É o caso de António Macedo, advogado que integra a lista do Porto, para quem *“a abstenção sistemática representou um erro que deu causa ao enfraquecimento e à quebra de ânimo da oposição...”*⁵⁶⁶. Como ele pensavam Cal Brandão, Olívio França, Cunha Leal, Vasco da Gama Fernandes ou Câmara Reys.

⁵⁶⁴ **Idem**

⁵⁶⁵ Cit. PIDE. Delegação do Porto, **O Partido Comunista Português e as suas Organizações – Movimento Nacional Democrático, Movimento de Unidade Democrática, Juvenil e Comissão Nacional da Paz**, Porto, 17 de Novembro de 1954, cópia dact., p. 6, in Arquivo de Manuel João da Palma Carlos

⁵⁶⁶ António Macedo, **O quer importa é aproveitar as oportunidades...**, entrevista, in *República*, de 14 de Outubro de 1953

Esta posição abalava as fileiras do PCP, cujo abstencionismo estava longe de ser unânime em todo o corpo partidário, tendo havido militantes que acabaram mesmo por ir votar nessas listas, contrariando assim em toda a linha a orientação partidária.

Porventura menos afrontosas eram as posições dos que defendiam a apresentação de listas do MND, que poderiam ser retiradas à boca das urnas, não percebendo porque é que o abstencionismo consistia então na recusa total a apresentar sequer listas, quando em 1949, 1951 e nas frustradas eleições para as Juntas de Freguesia isso havia acontecido ou era admitido ⁵⁶⁷.

Mas, para além para além de saber se as condições, com que todos concordavam, iriam ou não ser respeitadas, da polémica afinal entre intervencionismo e abstencionismo, as duas correntes separavam-se profundamente noutros assuntos, designadamente em matéria de política internacional.

As notícias que chegavam da URSS, depois da morte de Staline em Março de 1953 eram insuficientes para alimentar qualquer espírito de distensão na agressividade entre os defensores de ambos os blocos político-militares mundiais.

À liça vieram nesta altura, com particular virulência, candidatos como Basílio Lopes Pereira que em pleno período eleitoral sentenciava que os comunistas “*não são mais portugueses. Foram-no no nascimento. Hoje estão inteiramente votados à pátria russa (...) Adoptaram a nacionalidade russa, não burocraticamente, mas de facto*” ⁵⁶⁸; do mesmo modo que personalidades como o próprio Norton de Matos que reclamando a restituição das liberdades democráticas, ressaltava - “*o meu primeiro apelo será para que se combata o comunismo*” ⁵⁶⁹.

Acompanhando o tom, respondiam os comunistas, visando tanto o velho general, rebuscando no seu passado e nos seus círculos de amizade, como os intervencionistas, acusando-os de ligações ao grande capital nacional e internacional, de terem virado as costas ao povo e de se moverem apenas por interesses e ambições ⁵⁷⁰.

À medida que se aproximava o dia das eleições, a polémica entre abstencionistas e intervencionistas ganhava vulto. Sem tibiezas, quer o MND quer o PCP apelavam à abstenção. No sentido de procurar alargar espaço de manobra político, o Partido

⁵⁶⁷ Cf. **Reforcemos o campo democrático**, in *Avante!*, VI série, 184, Janeiro de 1954 e Gomes [Joaquim Pires Jorge], **Reforcemos a unidade de acção das forças democráticas e do povo português**, Intervenção na V Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, Março de 1954, cicl., pp 4-12

⁵⁶⁸ Basílio Lopes Pereira. **Comunicado da Oposição Republicana de Aveiro**, in *República*, de 18 de Outubro de 1953

⁵⁶⁹ Norton de Matos, **Uma Conferência Política**, in *República*, de 21 de Outubro de 1953

⁵⁷⁰ Cf. **Atrair os falsos democratas...**, in *Avante!*, VI série, 179, Agosto de 1953

Comunista, como em 1945, acrescentaria a exigência de adiamento das eleições, pelo que

“Caso não sejam conquistadas as 3 condições mínimas e um adiamento das “eleições”, um único caminho justo se apresenta a todos os democratas sinceros e amigos da Paz, a todos os homens e mulheres honrados do nosso país.

NÃO VOTAR PELOS FASCISTAS NEM PELA FALSA OPOSIÇÃO.”⁵⁷¹

Os resultados eleitorais das três listas que persistiram em ir a votos foram, como era inevitável, débeis, 11,8% em Lisboa, 9,98% em Aveiro e 8,7% no Porto, totalizando perto de 44 mil votos ⁵⁷².

Evidentemente que o PCP não hesitou nem se atrasou em considerar o processo eleitoral como uma burla total, desancando naqueles que em nome da oposição teimaram em ir às urnas, responsabilizando-os pelas ilusões que semearam e pela desorientação que introduziram ao defenderem pontos de vista de direita, designadamente nas questões internacionais, pois não criticaram a política externa de Salazar, defenderam a NATO e atacaram a URSS e os países de Democracia Popular ⁵⁷³.

Ao mesmo tempo, o relacionamento com as organizações Kominformianas intensificava-se. Nesse ano de 1953, foram nomeados como representantes portugueses para o Conselho Mundial da Paz, Ruy Luís Gomes e Maria Lamas, que se iam juntar a Manuel Valadares.

Maria Lamas pronuncia um discurso no *Meeting* de Budapeste do Conselho Mundial da Paz, integralmente transcrito pelo *Avante!*, onde corrobora as grandes linhas de força e os grandes temas no domínio da luta pela Paz, acrescentando que *“Dada a circunstância de Portugal ser um país que tem vastas colónias cujos povos se encontram em grande atrazo e onde se pratica ainda o racismo e o comércio de escravos, como acontece em Angola, Moçambique e S. Tomé, o Movimento da Paz em Portugal compreende melhor a importância da organização destes povos para a luta”*⁵⁷⁴.

A vaga anticolonial do pós-guerra, olhada com particular atenção e interesse pelo movimento comunista internacional, começa a repercutir-se em Portugal. A

⁵⁷¹ *Só a unidade conduz à vitória !*, in *Avante!*, VI série, 181, Outubro de 1953

⁵⁷² Manuel Braga da Cruz, *A oposição eleitoral ao salazarismo*, in *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p. 733

⁵⁷³ Cf. *Mais uma burla eleitoral do fascismo*, in *Avante!*, VI série, 182, Novembro de 1953

⁵⁷⁴ *Os portugueses e o movimento mundial da Paz*, in *Avante!*, VI série, 181, Outubro de 1953

discussão havida na IV Reunião Ampliada sobre o tema ia fazendo caminho, ainda que tímida e limitadamente.

Africanos a estudarem em Portugal vão desde finais dos anos quarenta, mas sobretudo a partir dos primeiros da década seguinte, deslocando à esquerda, criando poderosas solidariedades que se estruturavam em boa medida à volta da Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa e Coimbra, onde foi germinando um pensamento e uma elite que rapidamente se tornaram abertamente anticoloniais e que encontravam principalmente no MUD Juvenil, mas também alguns deles nas fileiras do PCP, um terreno de participação e de consciencialização política.

Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Alda Espírito Santo, Noémia de Sousa, Luís Cabral, Marcelino dos Santos, Vasco Cabral, Mário de Andrade fizeram o percurso pelas fileiras do MUD Juvenil, muitos foram presos em acções de rua.

Vasco Cabral, por exemplo, inicia em Novembro de 1952 um longo périplo pela Europa, sempre como representante da juventude de Portugal e da suas colónias. Em Dezembro está em Viena a participar no Congresso dos Povos pela Paz; em Março continua aí, estando presente no Congresso Internacional para a Defesa dos Direitos da Juventude; em Junho, a partir de Paris, coordena a ida da delegação portuguesa que consigo participará em Julho e Agosto em Bucareste no III Congresso e no IV Festival Mundial da Juventude Democrática ⁵⁷⁵, assim como, de seguida, em Varsóvia no Congresso Internacional dos Estudantes.

Ao regressar em Março de 1954 é preso na ilha da Madeira durante a escala do navio em que viajava desde Bordéus. Entretanto o seu nome havia já sido abundantemente citado na imprensa do PCP, do MUD Juvenil ou do Movimento Português para a Paz.

Em Dezembro de 1953 um novo documento do Secretariado do Comité Central, da autoria de Júlio Fogaça, sobre a situação política, volta a introduzir aspectos novos, em graus de importância diferentes, mas suficientemente expressivos para tomá-los em consideração não tanto pelo que directamente podem gerar de inflexão política, mas pelo papel conflituante que continuam a desempenhar no quadro da orientação prevalecente.

Em primeiro lugar, a consagração plena da ideia de que era possível esvaziar o quadro de tensão internacional pela via da negociação pacífica, o que se comprovaria

⁵⁷⁵ Cf. IAN/TT, Pide/DGS, P. 689/50-SR, [64-65, 106, 114, 145 e 147]

pela importância do armistício da Coreia, que abria as portas à intensificação da exigência do Pacto de Paz entre as cinco grandes potências.

Era o princípio da coexistência pacífica, que a URSS sustentava, mas num quadro entendido como de enfraquecimento do campo imperialista por desaires, dissensões internas e pela intensificação da luta dos povos coloniais.

Em segundo lugar, a defesa do estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas normais de Portugal com a União Soviética, a China e os países de democracia popular, como factor de melhoria substancial do comércio externo nacional, reivindicação tanto dos trabalhadores como da própria burguesia comercial metropolitana e colonial, que se devia traduzir em iniciativas concretas.

Em terceiro lugar, a convicção de que estava a “*fermentar uma situação de franco ascenso revolucionário no nosso país*”⁵⁷⁶, por combinação de três factores – o agravamento das condições de vida dos trabalhadores por efeito da política do governo; a desilusão quanto ao papel da oposição atlantista republicana, socialista e anarquista e o papel educador do partido junto das massas populares.

Este último aspecto tornava-se relevante, pois fazia com que o Partido Comunista se assumisse como “*a única força que conduz uma luta de massas contra o fascismo e é a única força prestigiada por dezenas de anos de dura luta perante as massas, e estas compreendem, cada vez mais claramente, que é a ele que cabe a grande tarefa de direcção do derrubamento do fascismo e da construção do Portugal de amanhã*”⁵⁷⁷.

Por fim, em quarto lugar, como senão deste cenário, as deficiências do partido a tolherem a ampla colheita desta disposição que exigia maleabilidade no sentido de ultrapassarem as debilidades e o sectarismo que obstruíam uma ampla política de unidade.

No essencial destes aspectos radicam, em potência, os germes que hão-de levar à crítica do sectarismo e à inflexão política que caracterizará os anos finais da década. Será no entanto ainda cedo para que isso se verifique, os apoios são ainda ambíguos e indistintos, colidindo frequentemente e submergindo perante a forte tradição sectária que acompanhara os anos fulgurantes da recuperação do regime da crise do pós-guerra, colados à emergência do quadro internacional de guerra fria e agravados com o acuo motivado pelas saraivadas repressivas que se abateram sobre o partido.

⁵⁷⁶ Ramiro [Júlio Fogaça], **A unidade conduz à vitória**, Dezembro de 1953, dact., p. 17

⁵⁷⁷ **Idem**

Na própria situação internacional, a perspectiva da coexistência pacífica, para mais alicerçado na interpretação factual que disso faziam os novos dirigentes soviéticos, designadamente Georgi Malenkov, animava outro tipo de maleabilidades a que ainda faltava, todavia, base sólida para descolarem.

Nos materiais do partido, a par da valorização e do elogio dos quadros partidários, da sua ligação às massas, das vitórias alcançadas, da apreciação positiva que é feita em relação ao MND e ao MUD Juvenil e às suas estruturas de direcção, vai ficando sempre a descoberto o sectarismo, o medo das massas, o enquistamento, a incapacidade de estarem à altura das suas responsabilidades políticas, como que pequenas nódoas a comporem a leitura recorrente em termos dos balanços partidários, de que nem tudo o que podia ter sido feito foi feito.

Para a direcção do Partido Comunista, “*O que de mais positivo se fez veio da iniciativa local de certas comissões de base do MND (sobretudo das comissões de trabalhadores) e dos aderentes do MUD Juvenil e não de um trabalho organizado no plano nacional pela CC...*”⁵⁷⁸, ainda que os encargos de fundo dessa situação fossem assacados ao partido, isto é, dos sectores orgânicos que controlavam tais estruturas.

A V Reunião Plenária Ampliada do Comité Central procederá ao balanço de toda esta situação, particularmente das orientações estabelecidas pelo CC um ano antes, em Maio de 1953.

Na intervenção de Joaquim Pires Jorge (Gomes) é mesmo assinalado ter sido a falta de combatividade e audácia por parte do MND e do MUDJ, que impediram o desencadeamento de acções de maior envergadura ou que, por exemplo, algumas directrizes não tivessem sido seguidas, como a que determinava que nas sessões das listas do DD-S se exercesse pressão para inviabilizar que fossem às urnas e cuja responsabilidade era em boa medida agora atribuída às “*limitações de alguns dirigentes destes movimentos*”⁵⁷⁹, cuja firmeza e grau de assimilação da orientação partidária reconhecia terem sido sobrevalorizados.

O problema da unidade na acção ocupava o centro da discussão dessa reunião do Comité Central. Como assinalava Júlio Fogaça logo na alocução de abertura, “*Esta Vª Reunião Ampliada (...) vai decorrer sob o signo da Unidade, do reforçamento e alargamento da unidade de acção, factor decisivo da vitória*”⁵⁸⁰.

⁵⁷⁸ **Reforcemos o campo democrático**, in *Avante!*, VI série, 184, Janeiro de 1954

⁵⁷⁹ Gomes [Joaquim Pires Jorge], **Reforcemos a unidade de acção das forças democráticas e do povo português**, Intervenção na V Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, Março de 1954, cicl., p. 12

⁵⁸⁰ **Intervenção de abertura pelo camarada Ramiro**, in *Avante!*, VI série, 186, Março de 1954

O Secretariado do Comité Central já tomara a iniciativa a este propósito. Quando a reunião se realiza havia sido difundida, pelo menos com um mês de antecedência, uma plataforma mínima de unidade em três pontos – defesa da soberania e da independência nacionais, defesa da vida pacífica do povo português e unidade de acção na conquista das liberdades democráticas ⁵⁸¹.

A plataforma era um apelo e uma proposta às outras correntes oposicionistas, não explicitadas, mas suficientemente abrangente para não deixar de fora aqueles que se teriam envolvido em compromissos e negociações com o regime. Uma espécie de política de mão estendida, em cuja arquitectura é possível ver o dedo de Fogaça:

“Apesar dos ressentimentos que possam existir por parte de alguns democratas, pensa o Partido Comunista que os homens não devem ficar amarrados aos erros do passado e que chegou a hora (por imperativo nacional) de todos os portugueses honrados e de todos os democratas conscientes se darem as mãos para a criação de um forte amplo movimento de massas contra a criminosa acção do governo fascista, pensa que a hora exige unidade de acção de todos os portugueses que quiserem defender a imediata melhoria das condições de vida do nosso povo, a independência nacional, a Paz e a democracia” ⁵⁸²

Deste modo, a reunião do Comité Central não fará mais do que adensar o seu enquadramento, detalhar orientações para a sua implementação. A Plataforma já não constituía novidade, e ao ser-lhe dado um destaque central e vasto na imprensa partidária, já estava até tacitamente ratificada, pelo que a sua aprovação unânime seria um mero processo formal.

Isto não significava, evidentemente, que a questão se prefigurasse fácil. Era, antes do mais, efectivamente, a questão dos ressentimentos – cinco anos de críticas ferozes, violentas, pessoalizadas, tornadas públicas, embrulhadas em longas fundamentações não se apagavam ou diluíam com uma qualquer proposta de unidade por mais sincera que se quisesse apresentar.

Mas, mais do que isso, se os três pontos eram, na sua formulação geral, consensuais para um largo espectro do oposicionismo ao regime, a sua especificação era susceptível de reavivar engulhos e divergências não só recentes como bem inflamadas.

⁵⁸¹ Cf. **Plataforma de unidade do Partido Comunista Português**, in *Avante!*, VI série, 185, Fevereiro de 1954

⁵⁸² **Idem**

Considerar como componente indissociável da defesa e da soberania e da independência nacional a denúncia do Pacto do Atlântico como atentatório da soberania era, naquele estágio actual, por mais fundamentada que a reivindicação se fizesse, pouco operativa para remover obstáculos ou promover a aproximação de todo um arco de opositoristas, onde o atlantismo era dominante.

Do mesmo modo, colocar como reclamação inerente à conquista das liberdades democráticas, o repúdio de negociações e compromissos de qualquer espécie com o governo e seus agentes, que contrariava o essencial da manobra política consubstanciada pela direita opositorista de António Sérgio ou Cunha Leal.

A Plataforma mínima desdobrava-se em detalhes que não eram propriamente mínimos e que constituíam importantes reivindicações do Partido Comunista e do estreito círculo dos seus aliados que se agrupavam no MND ou no MUDJ, longe de granjear simpatias ou de iniciar o degelo com outros sectores que pudessem ir caminhando para reedificação de níveis políticos de unidade que se aproximassem dos da campanha presidencial de 1949.

Nem sequer eram ainda suficientemente perceptíveis ou convincentes os sinais de descompressão internacional que permitissem a evolução das próprias correntes da esquerda socialista de posições anti-comunistas em que ainda rigidamente laboravam.

Pires Jorge afirma, de qualquer modo, na Reunião Ampliada que *“Os 3 pontos da Plataforma não são novos nem representam uma nova linha política. Pelo contrário, confirmam a justa linha política de Unidade defendida há muito pelo nosso Partido. O que há aqui de novo são as formas de adaptação da linha política do nosso Partido às condições objectivas actuais (...). O que há aqui de novo é a definição das principais lutas que cabem em cada um dos pontos enunciados na Plataforma de Unidade”*⁵⁸³.

A ideia era dar corpo a movimentos específicos que decorressem dos problemas colocados na Plataforma, que tanto podiam ser pela defesa das matérias-primas nacionais, como pela abertura de relações económicas e culturais com todos os países, que era o mesmo que dizer-se com a URSS, a China e os países de democracia popular, ou movimentos ainda de mulheres, escritores, artistas.

Nesse processo, MND, MUD Juvenil ou Movimento Nacional pela Paz deveriam ser reforçados e alargarem-se, contribuindo com aderentes para esses movimentos específicos.

⁵⁸³ Gomes [Joaquim Pires Jorge], **Reforcemos a unidade de acção...**, p. 19

Mais do que ingenuidade na capacidade de atracção das correntes não comunistas a esta plataforma ou da mera reafirmação dos mesmos princípios sob novas roupagens, esta nova estratégia, parece ainda marcada por elementos muito agarrados à orientação anterior, cujos principais artífices eram José Gregório e Sérgio Vilarigues, mas, por outro lado, introduzindo de modo hábil e lento novos elementos, particularmente à sombra da distensão internacional e da recolocação da unidade no centro do dispositivo táctico do partido, onde é possível vislumbrar a acção de Júlio Fogaça e aqueles que o apoiavam, como Joaquim Pires Jorge, a quem nesta fase são entregues as principais intervenções políticas.

É interessante notar que as organizações unitárias tuteladas pelo PCP, o MND e o MUD Juvenil vão deixando e ser consideradas como a frente antifascista, para se começar a falar numa espécie de constelação de movimentos alargados por objectivos específicos, “(...) *caminho que levará à formação de uma frente nacional democrática, patriótica e de Paz, que conduzirá o nosso povo ao derrubamento do fascismo e à vitória*”⁵⁸⁴.

Mas, a V Reunião Ampliada do CC incluiria ainda em agenda um segundo ponto de importância relevante. Tratava-se da apresentação do projecto de Programa do Partido, a cargo de Júlio Fogaça.

Segundo o Projecto de Programa, a revolução republicana teria correspondido à revolução democrático-burguesa no país, tendo o seu curso acentuado o carácter parasitário, monopolista e antinacional da burguesia, afastando-se dos interesses populares, pelo que a via para a democracia não podia contar nem com os que, mesmo na oposição, queriam, depois de deposto o regime, o mero retorno a um modelo político de democracia burguesa.

O Partido Comunista, pelo seu carácter de vanguarda revolucionária, pelo seu património ideológico, pela sua combatividade e pela política de alianças que estabelece, faz com que “*O derrubamento do fascismo e o advento da democracia terão fatalmente de ser o resultado da nova correlação de forças, da participação cada vez mais decisiva da classe operária, como força mais consequentemente combativa e democrática, na direcção da luta assim como na governação do país*”⁵⁸⁵.

Não sendo formalmente abandonada a via do levantamento nacional para o derrube do regime tal como vinha sendo estabelecida desde a reorganização de 1940-41,

⁵⁸⁴ *Idem*, p. 21

⁵⁸⁵ *Projecto de Programa do Partido Comunista Português*, Editorial «Avante!», 1954, p. 1

essa via consubstanciar-se-ia numa agora designada Revolução Democrática de Libertação Nacional, que excluiria expressamente quaisquer outras vias, designadamente as que apostavam em processos de transição concertada e moderada.

O projecto de Programa seguia de muito perto a política aprovada no IV Congresso, introduzindo discretamente aspectos que inflexão de linha, numa intenção aparente de cuidadoso equilíbrio, o que, ainda assim, não impediria que a discussão se avivasse.

Da troika da Direcção de Organização Regional do Norte, controlada por Fogaça, participam Cândida Ventura (André) e José Lopes Baptista (Montes), sendo João Rodrigues (José Pedro) o único que não participa, embora os outros levassem escrita a sua opinião ⁵⁸⁶. Todos eram membros do Comité Central e tinham tido uma reunião preparatória, em que, induzidos por Rodrigues, concluem que o projecto de programa e a plataforma de unidade estão embebidos nos princípios da “política de transição” ⁵⁸⁷.

Se não foi taxativamente isso que Cândida, por exemplo, foi dizer à Reunião Plenária, era muito provavelmente nisso que pensava ao afirmar que “*a Plataforma de Unidade devia conter um ponto sobre a Unidade de acção da classe operária na sua luta pelas suas reivindicações económicas*” ⁵⁸⁸.

O que desta maneira, timidamente, se dava a entender era que o documento subestimava a unidade da classe operária, como motor da unidade antifascista e patriótica, que era o mesmo que dizer que a unidade da classe operária dependia da unidade democrática e não o seu contrário.

Cândida fazia ainda a comparação entre o conteúdo da intervenção de Pires Jorge e as de Fogaça, como que procurando enfatizar a contradição entre ambos, ainda que no documento lido por Pires Jorge a unidade da classe operária seja colocada na sua dimensão económica, considerada formalmente fundamental, mas remetida na estrutura do documento para um plano objectivamente acessório da política de unidade ⁵⁸⁹.

No curso da discussão, o problema fora habilmente desvalorizado e deslocado para a questão da desconfiança em relação a Júlio Fogaça à frente do partido, ele que fora o mentor da “Política de Transição” e que tanto resistira a autocriticar-se; o que permitia a anulação do conteúdo político do problema, canalizando-o para um campo onde se tornava fácil não só neutralizá-los e acossá-los com a acusação de que se tratava

⁵⁸⁶ Cf. Cândida Ventura, **O “Socialismo” que eu vivi**, Ed. O Jornal, Lisboa, 1984, p. 49

⁵⁸⁷ Cf. André [Cândida Ventura], **Auto-Crítica. A minha participação no trabalho fraccional de J. Rodrigues**, dact., p. 1, in TCL, 3º Juízo Criminal, **P. 16503**, 3º vol., apenso a fls 361

⁵⁸⁸ **Idem**, p. 5

⁵⁸⁹ Cf. Gomes [Joaquim Pires Jorge], **Reforcemos a unidade de acção...**, pp 28-29

de uma manobra fraccionista e anti-partido, porque os argumentos de ambos eram idênticos, exigindo-lhes que se autocriticassem ⁵⁹⁰.

Foi neste clima aliás que a discussão teria sido abruptamente encerrada pelo próprio Fogaça.

Mas as questões que a troika do Norte colocava, girando em torno do conceito de unidade da classe operária ou de frente única operária, tal como havia sido delineada nos III e IV Congressos, reportavam-se ainda aos “*Problemas camponeses tratados com maior destaque e diferente dos da classe operária: posição da classe operária tratado de um modo um tanto disperso e sem o relevo necessário*” ⁵⁹¹.

João Rodrigues acrescenta ainda ser incompreensível que quando referida a política de amizade e de relações económicas e culturais com todos os países do mundo não seja feita referência explícita à União Soviética, à China ou aos países de Democracia Popular.

Na V Reunião esses argumentos foram reduzidos a aspectos pessoais ou orgânicos, os dirigentes que ousaram levantar a ponta da crítica foram intimidados, no mínimo, a circunscrevê-la. A questão do pessoalismo, do fraccionismo, do espírito anti-partido ofuscavam o essencial:

“(...) logo que o elemento do “secretariado” interveio com todas as acusações (...), todos os presentes à reunião intervieram para dizer AMEN! Georgette Ferreira foi um dos elementos mais zelosos, que quis dar um exemplo do meu trabalho fraccional ali mesmo na reunião por me ter visto a falar com um camarada sentado a meu lado (estava a falar com Virgínia Moura)!” ⁵⁹²

Mas o que continuava subjacente era a crítica à “Política de Transição” e a oposição que sectores do partido lhe vinham continuando a mover, incluindo alguns dos que a haviam defendido no Tarrafal, como o próprio João Rodrigues, das quais se procurara afastar pela autocrítica.

A face visível e prática desta questão assentava na oposição a que Júlio Fogaça ascendesse ao Secretariado do Comité Central, no qual se misturariam estas questões com uma antipatia e querelas pessoais.

Porém, desde meados de 1951 que o Secretariado aceita a quinta autocrítica de Fogaça, em que este reconhece que “*A política de Transição era toda ela*

⁵⁹⁰ Cândida Ventura, O “Socialismo”..., pp 49-50

⁵⁹¹ J.P. [João Rodrigues], Ao Secretariado do Partido, dact., p. 5, in TCL, 3º Juízo Criminal, P. 16503, 3º vol., apenso a fls 363

⁵⁹² Cândida Ventura, O “Socialismo”..., pp 49-50

*profundamente errada pois assentava em bases falsas, numa interpretação oportunista e pequeno burguesa na correlação de forças dentro do mundo capitalista. Era toda ela profundamente errada porque relegava para um segundo plano, na luta contra o fascismo, a acção do Partido, da classe operária e das massas.”*⁵⁹³.

O relatório a que Sérgio Vilarigues procede, em Junho de 1953 já não se reporta a Fogaça que vinha sendo, como ele, membro do Secretariado, mas sim a outros, particularmente aqueles a quem as atribuições repressivas e a prisão haviam retardado as indispensáveis autocríticas.

De qualquer modo, Vilarigues fala já da “Política de Transição” como qualquer coisa que pertence ao passado, do qual o partido se havia libertado para que pudesse, com alívio, dizer que caso não tivesse sido jugulada à nascença e tivesse triunfado, “*teria causado problemas que nem sequer podemos calcular*”⁵⁹⁴.

Doravante qualquer crítica formulada a Fogaça passava a ser encarada como desconfiança em relação ao Secretariado que, se o havia chamado a si, é porque concluíra da sua recuperação por via da autocrítica.

Alguns militantes acabariam expulsos por nunca se terem conformado com esta reabilitação de Fogaça e porque entendiam que este nunca se teria libertado da “Política de Transição”.

Uma carta de um militante não identificado, que havia estado preso no Tarrafal quer com Fogaça quer com Bento Gonçalves, provavelmente Gabriel Pedro, enviada ao CC pouco depois da publicação do folheto do Secretariado em 1951, afirmava que eram incompletos os reparos à autocrítica de Fogaça, porque não o relacionavam profundamente com o ambiente vivido no Tarrafal, isto é, com a “Política Nova” que havia sido elaborada por Bento, de que Fogaça era discípulo directo, tendo, com ele, feito o essencial do seu aprendizado político.

Era aí, na sua opinião que radicava o fundo do oportunismo de direita que se havia instalado na Organização Comunista Prisional do Tarrafal e que o CC não havia ainda conseguido criticar nem extirpar radicalmente⁵⁹⁵.

Uma outra carta enviada ao CC por um militante que havia igualmente estado no Tarrafal com Fogaça e que acabava de ser expulso por oportunismo, aponta o dedo ao partido por lhe dar cobertura, por ter sido supérfluo na sua reabilitação política, mas,

⁵⁹³ Cf. Ramiro [Júlio Fogaça], **Revendo uma posição**, Agosto de 1951, dact., p. 5

⁵⁹⁴ Amílcar [Sérgio Vilarigues], **Junho de 1953**, dact., p. 11, in IAN/TT, Pide-DGS, **P. 93/GT**, [87]

⁵⁹⁵ Cf. **Para a história do Partido. Carta dum camarada ao CC sobre o oportunismo de direita**, dact., sd., in TCL, Supremo Tribunal de Justiça, **P. 16870-C/70**, 4º vol., apenso a fls. 331

acima de tudo porque “ao reagirmos contra a “Política de Transição”, *ediologia [sic] oportunista criada no Tarrafal sob a responsabilidade principal do camarada Ramiro e reforçada por certas ilusões legalistas e de vitória à vista criadas em 1945, caímos no esquerdismo que explica o actual isolamento do P. Os amigos brasileiros tiveram o desassombro de reconhecer os dois desvios e encontraram o justo termo – o caminho leninista da luta de massas pelos interesses da classe operária*”⁵⁹⁶.

Nesse caminho se prosseguiria até à reunião do Comité Central de Outubro de 1954, mais de meio ano após a V Reunião Ampliada, cujo único objectivo foi, a pretexto do reforço da unidade política e ideológica do partido, segundo os preceitos da centralização leninista, aprovar a expulsão de João Rodrigues e as sanções de despromoção a Cândida Ventura e José Lopes Baptista⁵⁹⁷.

Octávio Pato (Melo), membro do Secretariado desde 1953 apresenta um relatório nesse sentido⁵⁹⁸, baseando-se num inquérito e nas autocríticas formuladas por todos eles, hierarquizando o respectivo grau de responsabilidades e de envolvimento no que definia como fracção ideológica, pois reconhecia que João Rodrigues não conseguira institucionalizar organicamente a fracção.

Fracção ideológica consistia, assim, no facto do organismo que dirigia a Direcção da Organização Regional do Norte, nalgumas das suas reuniões sem a presença do controlador, que era Júlio Fogaça, ter “*conversas de ataque à linha do Partido e de crítica ao trabalho e aos camaradas da Direcção do Partido*”⁵⁹⁹.

Mas se a fundamentação da expulsão de João Rodrigues assenta em aspectos organizativos, isto é, por desenvolver actividade fraccionista, por actos de indisciplina, por calúnias a membros do CC, por fuga à autocrítica e até por deserção, aspectos sempre ilustrados com pequenos exemplos, é igualmente acusado de manter ideias oportunistas.

Assim, do ponto de vista político, a argumentação para a expulsão baseia-se em quatro posições que teria sustentado. Em primeiro lugar, que o movimento pela Paz deveria abrir as suas portas a elementos que continuassem a defender o Pacto do Atlântico; em segundo lugar, que o MND estava “queimado”, não conseguia atrair as classes médias e, portanto, deveria ser extinto e substituído por outro movimento mais

⁵⁹⁶ Amigos, s.d., dact., p. 3, in Arquivo Mário Soares, 2597.004. 136

⁵⁹⁷ Cf. *Expulsando o renegado João Rodrigues e liquidando o trabalho fraccional o partido reforçou a sua coesão e combatividade*, in *O Militante*, III série, 79, Fevereiro de 1955

⁵⁹⁸ Cf. Melo [Octávio Pato], *A força do Partido reside na sua unidade*, Outubro de 1954

⁵⁹⁹ *Comunicado do Comité Central do Partido Comunista Português. O partido expulsa um elemento indigno de permanecer nas suas fileiras*, Outubro de 1954, cicl., p. 3

largo; em terceiro lugar, porque teria criticado uma passagem da defesa de Cunhal no Tribunal Plenário, em que este profetiza a morte da burguesia quer triunfe a paz ou a guerra no mundo, o que assustaria a burguesia. Finalmente, porque denegriu aos olhos dos membros do organismo de que era responsável quer a Plataforma de Unidade quer o Projecto de Programa que visavam a unidade.

Algumas destas questões insinuavam a ligação de João Rodrigues à “Política de Transição”, em cuja formulação efectivamente participara enquanto dirigente da OCPT no Tarrafal, donde só regressara em 1951. Quando Octávio Pato no seu relatório acusa João Rodrigues de querer atrair à unidade as classes médias, “*Ele via a classe operária e o seu Partido como uma força auxiliar da burguesia e não como a força decisiva na luta pela salvaguarda dos interesses nacionais e pelo derrubamento do salazarismo*”⁶⁰⁰, o que pretendia era fazer reverter contra ele o essencial da crítica que o próprio formulara ao Secretariado, a propósito da Plataforma e do Projecto de Programa.

Para além disso insinuava-se que mantinha relações com ex-tarrafalistas, ora indicadas como pessoais⁶⁰¹ ora como políticas, pois tratava-se do “*grupo de provocadores que conhecia muito bem como tal de que faziam parte Gabriel Pedro, Edmundo Pedro, Gilberto de Oliveira & C^a*”⁶⁰².

Depois desta reunião do Comité Central, sete meses depois da V Reunião Ampliada, é que o partido ia finalmente começar a discutir o Projecto de Programa⁶⁰³, tendo o CC criado uma Comissão de Redacção para analisar as contribuições e opiniões vindas dos organismos partidários⁶⁰⁴.

Cunhal, preso na Penitenciária de Lisboa, intervirá nesse debate. Numa carta enviada à Direcção do Partido critica fundamentalmente a forma como o documento está estruturado, por não incluir “*necessariamente uma exposição dos objectivos últimos do Partido, bem como das soluções políticas, económicas, sociais e estratégicas para os problemas emergentes do derrubamento do poder dos capitalistas e latifundiários e da conquista do poder pelo proletariado*”⁶⁰⁵.

Em sua opinião o documento não é o Programa, mas antes “*um programa de acção imediata do Partido*”⁶⁰⁶ e, mesmo assim, sendo-o, não é nada claro ao misturar

⁶⁰⁰ Melo [Octávio Pato], *A força do Partido...*, p. 4

⁶⁰¹ Cf. *Comunicado do Comité Central...*, p. 3

⁶⁰² *Expulsando o renegado João Rodrigues...*

⁶⁰³ Cf. *Levemos às massas o Projecto de Programa do Partido*, in *O Militante*, III série, 78, Dezembro de 1954

⁶⁰⁴ Cf. Freitas [Jaime Serra], *Discutamos o Projecto de Programa no seio do Partido e das massas*, in *O Militante*, III série, 79, Fevereiro de 1955

⁶⁰⁵ [Carta2] *Nota sobre o Projecto de Programa do PCP*, in Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas*, II (1947-1964), Lisboa, Edições Avante!, 2008, p. 239

⁶⁰⁶ *Idem*, p. 240

uma análise de conjuntura com aspectos extemporâneos, como os que se reportam à organização do Estado, o que, ainda assim, não o impede de apoiar o esforço que representa no sentido do amadurecimento político do partido e de elevação do seu nível de trabalho.

Porém, o centro da discussão interna, virado como estava para a conjuntura e para a acção concreta girava em torno da Plataforma de Unidade e já em 1955 passa-se em revista o que foram as potencialidades e as deficiências da sua aplicação nas lutas do povo português.

Considerando a multiplicidade de movimentos quer do ponto de vista sectorial quer da sua envergadura, Américo Gonçalves de Sousa (Abel) conclui que no seu conjunto confirmam a orientação do partido, ainda que se mantivessem fortes resistências de raiz sectária em muitas organizações partidárias, substanciais atrasos em torno de reivindicações consideradas fundamentais como a defesa dos recursos naturais e o estabelecimento de relações comerciais com todos os povos, assim como em áreas de intervenção que se continuavam a considerar vitais, como a Paz.

Neste domínio concreto, o caso da Índia assumia particular importância, Para Américo de Sousa, *“as várias acções levadas a cabo, embora muito importantes, não tiveram a projecção que esse grave problema representa na vida do nosso povo. Em muitas dessas acções houve uma falta de continuidade, um débil aproveitamento da disposição de luta das massas”*⁶⁰⁷.

Efectivamente, seria em torno desta questão que o MND entraria num processo de definhamento irreversível, mas por efeito da corajosa intervenção da sua Comissão Central, cujos elementos mais preponderantes – Ruy Gomes, Virgínia Moura, Albertino Macedo, José Morgado – seriam presos imediatamente após a publicação da Nota Oficiosa sobre o caso de Goa Damão e Diu, em Agosto de 1954.

A integração desses territórios na União Indiana era uma aspiração tão antiga quanto a formação do próprio país ao libertar-se da dominação colonial inglesa. E se a Nehru tinha sido possível pressionar o governo português por via diplomática, a partir de 1953 que as posições se tinham radicalizado, crispando-se os discursos, iniciando-se medidas materiais de retaliação e de pressão política e económica que culminariam, em Abril de 1954 com a invasão pacífica dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli por

⁶⁰⁷ Abel [Américo Gonçalves de Sousa], *As lutas do povo português e a orientação da Vª Reunião Ampliada*, in *O Militante*, III série, 79, Fevereiro de 1955

voluntários nacionalistas indianos, que só não se alargaram a Goa e às restantes possessões, porque mal fora admitido na ONU, em Dezembro desse ano, Portugal tratara de colocar o seu ponto de vista do problema no Tribunal Internacional de Haia, recolocando o problema na esfera diplomática ⁶⁰⁸.

Portanto, na altura em que a CC do MND é presa estava em marcha a diligência do regime junto da instância de Haia. A questão vinha motivando desde 1953 várias tomadas de posição do PCP quer na sua imprensa quer em comunicados próprios.

Quando a União Indiana encerra a sua delegação diplomática em Lisboa, o Partido Comunista publica uma pequena nota no *Avante!*, em que responsabiliza o regime pelo facto, como consequência da recusa de Salazar a negociar. Acrescentava que isso se devia ao facto de Salazar querer entregar os recursos naturais das colónias na Índia aos imperialistas americanos e que “*apoia os desejos e reivindicações dos povos de Goa, Damão e Diu a poderem dispor dos seus destinos*” ⁶⁰⁹, que era o mesmo que aceitar o direito à autodeterminação desses territórios, mas como se tratava da integração num país independente, faz depender isso de negociações com o governo indiano.

Para o Comité Central, que em Maio emite uma longa declaração ⁶¹⁰, Goa continuava apontada como uma base norte-americana, tornando essa região um foco de guerra no mundo. Insistia, por isso, no regresso das tropas portuguesas e na via da negociação como vias para a resolução do problema, o que um artigo no *Avante!* de Agosto mantém, embora reconheça que o problema colonial não era susceptível de ser resolvido no quadro do regime, vaticinando que “*no caso concreto das colónias da Índia só um Governo democrático e amigo da paz poderá entrar em negociações pacíficas com o povo goês e com a União Indiana e poderá resolver pacificamente e por forma justa o problema de Goa e das outras colónias*” ⁶¹¹.

Desta forma, a reivindicação de negociações tornava-se num mero instrumento apendicular de um eixo reivindicativo mais geral no campo da defesa da paz, que era justamente o da resolução dos conflitos e tensões internacionais pela negociação pacífica num ambiente de desanuviamento entre as grandes potências.

A questão era sensível. Mexia com o império e tocava numa corda mestra do imaginário que o regime construía sobre si próprio. Por isso, quando a Comissão

⁶⁰⁸ Cf. Fernando Rosas, *História de Portugal. O Estado Novo...*, pp 514-515 e M.M.S., *Índia, Estado da*, in *Dicionário de História...*, 8..., pp 255-258

⁶⁰⁹ *Pela auto-determinação dos povos de Goa, Damão e Diu*, in *Avante!*, VI série, 179, Agosto de 1953

⁶¹⁰ Cf. O Comité Central do Partido Comunista Português, *Declaração do Partido Comunista Português*, Maio de 1954

⁶¹¹ *A política provocadora e agressiva do Governo*, in *Avante!*, VI série, 190, Agosto de 1954

Central do MND distribui pessoalmente pelas redacções dos jornais um extensa nota de imprensa sobre o assunto atraindo sobre si a repressão policial.

Para mais, nessa nota oficiosa, redigida em termos vigorosos e acutilantes, dizia-se que o governo estava a pretexto do caso de Goa a disseminar uma onda de exaltação belicista, ao mesmo tempo que denuncia a discriminação e a exploração dos povos das colónias, do ponto de vista do acesso dos seus naturais à vida pública, das suas condições de vida e de trabalho, do seu acesso ao ensino e à cultura, da separação racial ou ainda pelo facto da opressão a que estavam sujeitos ser mais gravosa e ostensiva.

Sobre o caso específico de Goa, a CC do MND apoiava-se nas declarações do deputado Froilano de Melo, goês, eleito pela União Nacional obviamente, em que denunciava a asfixiante centralização e discriminação do governo em relação às colónias da Índia pelo descontentamento e desânimo que aí se vivia.

Todavia, a Nota oficiosa seguindo de perto as posições que o PCP vinha sustentando – só um governo democrático poderia resolver os problemas nacionais “*quer na Metrópole quer no Ultramar*”⁶¹², num ambiente internacional de defesa da paz entre os povos, reclamando ainda assim do governo que se empenhe nessa via negocial, para o que se apoia no próprio artigo 4º da Constituição de 1933, mas acabaria por estabelecer esta reclamação no concreto bastante à revelia da orientação do PCP:

*“Que o Presidente da República use dos poderes que a Constituição lhe confere para formar um Governo que dê garantias de praticar uma política de Paz e respeitar os Direitos Fundamentais dos Cidadãos”*⁶¹³.

Por mais que este desalinho tivesse expressão, a virulência do documento, particularmente os seus articulados de denúncia política e social, a ênfase dada a vezes de dentro do próprio regime, a acusação de incapacidade de resolver os problemas nacionais levavam de novo à prisão os principais dirigentes do MND, acusados não só de propalarem notícias susceptíveis de alterar a ordem pública, como, fundamentalmente, de serem uma ramificação do PCP e de traição à Pátria.

A questão de Goa adquiria relevância, num momento em que a política de alianças do PCP se contraíra drasticamente e quando os principais movimentos animados pelo partido, como o MUDJ e o MND atravessavam notórias dificuldades e eram impiedosamente flagelados pela polícia. Além do mais, para além dos movimentos

⁶¹² Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu, 11 de Agosto de 1954. cicl., p.

3

⁶¹³ Idem

reivindicativos cíclicos nos campos do sul, o contexto de lutas sociais era de vazante, baseando-se em erupções dispersas, recuadas, circunscritas, sem grande impacto.

A situação permanecia difícil para o Partido Comunista Por mais que os seus dirigentes insistissem nas condições objectivas que os rodeavam, o principal obstáculo à unidade do povo português era o sectarismo. Removê-lo, com tudo o que isso implicava do ponto de vista político era a grande tarefa a o PCP iria deitar mão. Mas por aí circulariam veios doutrinários em arrepiio às conclusões do IV Congresso e que, articulando-se com importantes inflexões no movimento comunista internacional, se viriam a aproximar da tão esconjurada, mas sempre tão presente, “Política de Transição”.

Capítulo 5

O “desvio de direita”

1. A VI Reunião Plenária Ampliada do CC

Nos primeiros meses de 1955, os resultados da V Reunião Plenária Ampliada do Comité Central esfumavam-se. É certo que prosseguia a discussão do Projecto de Programa, mas o instrumento central para a intervenção política naquela altura – a plataforma mínima para a unidade – havia-se esgotado no pouco interesse e até indiferença dos sectores oposicionistas a quem se dirigia.

O MND está decapitado com os seus principais dirigentes presos. A Comissão Central entretanto constituída com carácter de emergência é composta por figuras de segunda linha, militantes esforçados, mas sem projecção pública, uma espécie de funcionários para a gestão corrente do Movimento, onde ia germinando de forma progressiva a ideia de esgotamento.

É por isso que a direcção do PCP sente necessidade de ir mais longe, de dar mais provas de boa vontade junto das correntes que, nos anos anteriores, tanto havia maltratado no fulgor intransigente da guerra fria.

O *Avante!* publica uma extensa declaração do Comité Central do PCP, de Março de 1955, que proclama em tom dramático que “*só a unidade dos democratas e pessoas honradas pode salvar Portugal*”⁶¹⁴ e para aí convergiam todos os seus esforços. Se o exemplo da plataforma aprovada e o tom do Projecto de Programa são avocados como exemplos de iniciativas e de predisposição nesse sentido, parece ter-se instalado a ideia de que para o envolvimento das outras forças o arrastamento já não funciona.

O CC passa então a admitir publicamente um forte veio sectário que perturba e bloqueia os esforços de unidade e “*que se revela na falta de maleabilidade política e na intransigência por parte do Partido nas questões de unidade, de que é expressão certa linguagem inconveniente que dificulta a união de todos os portugueses honrados*”⁶¹⁵.

Nesta altura, a pretexto da possibilidade de legalização da Causa Monárquica, sectores da oposição, agregando republicanos, socialistas e maçons reclamam

⁶¹⁴ Para a unidade de todos os democratas portugueses, in *Avante!*, VI série, 196, Fevereiro de 1955

⁶¹⁵ *Idem*

publicamente, em contraponto, a constituição legal da Causa Republicana ⁶¹⁶, o que, muito mais que uma picardia a pretexto da tolerância às correntes monárquicas que apoiavam o regime, se apresentava como uma possibilidade de polarização oposicionista, que deixava de fora os comunistas.

Em torno desta questão, contrariamente ao que sucedera em diferentes ocasiões, a reacção dos comunistas não é de zurzir na iniciativa, mas antes de apoiar, como base para a construção da unidade:

“(...) pensa o CC do PCP que poderemos chegar ao estabelecimento de bases de uma imediata unidade de acção na defesa dos seguintes objectivos que a Causa Republicana se diz disposta a defender e com os quais o PCP está de acordo. 1º ‘a união de todos os republicanos’; 2º ‘o esclarecimento da opinião pública com vista à sua função constitucional, defendendo-a de todos os factores que a possam desorientar’; 3º ‘a efectivação e o amplo exercício dos direitos e liberdades cívicas consignados no Artigo 8º da Constituição’; 4º ‘o estudo de reformas de sentido democrático e progressivo em todos os ramos da actividade nacional’” ⁶¹⁷

Apenas se demarcava da querela República ou Monarquia, afirmando o seu republicanismo, mas pretendendo atrair também os monárquicos dissidentes para a luta pela democracia e pela independência nacional.

A Causa Republicana, perante o indeferimento na aprovação dos seus estatutos rapidamente se apagaria. Porém, o aprofundamento destas questões por parte do PCP embalaria a pretexto da imprevista circunstância.

Esta atitude, de adequação a uma iniciativa que lhe era completamente exterior ao mesmo tempo que reconhecia formalmente um arreigado veio sectário tinha custos internos, implicava um movimento de crítica a esse sectarismo que, para ser eficaz, tinha que ir fundo e tirar consequências em termos de formulação político-doutrinária.

As críticas que de dentro do partido se faziam à linha política haviam-se aparentemente contraído muito com o processo da troika provincial do norte, em que a maioria dos seus membros pertencia inclusivamente ao Comité Central e haviam sido, todos eles, exemplarmente sancionados – da descida de escalão à expulsão.

⁶¹⁶ Cf. Susana Martins, *A reorganização do II Movimento Socialista na Oposição ao Estado Novo (1953-1974)*, Dissertação de mestrado, FCSH/UNL, Lisboa, 2001, cicl., p. 61

⁶¹⁷ **Para a unidade de todos os democratas portugueses...**

O tempo era para ter confiança na Direcção e para entender a necessidade de correcção do desvio sectário como condição indispensável à preparação de um novo surto de movimentações sociais e políticas que, entendiam, se aproximava.

Em Abril de 1955, Júlio Fogaça redige um documento interno, cuja circulação se deveria ter circunscrito, no máximo, ao Comité Central.

Aí, em 24 pontos, a propósito de um “*Balanço da situação política nacional*”, que dá título ao documento, se traçam, no essencial, os pontos de vista que virão a ser desenvolvidos e aceites pelo partido nos tempos que se vão seguir.

Para o dirigente comunista, a base social e política do salazarismo era restrita – a grande burguesia monopolista, o alto funcionalismo e a oficialagem superior. Toda a média e pequena burguesia se oporia à política de Salazar e à dominação imperialista. Se isso não era perfeitamente visível ainda, devia-se à falta de esclarecimento desses sectores e à sua vulnerabilidade à propaganda anticomunista do regime, assim como ao pavor da acção dos trabalhadores e do PCP.

Por outro lado, as correntes não comunistas da oposição estiolavam por falta de perspectivas. Discordavam do essencial das propostas do partido, procuraram aproveitar as concessões proporcionadas pelo governo, particularmente nos processos eleitorais dos anos anteriores, mas isso não lhes havia permitido afirmarem-se politicamente. Fogaça reitera, por isso, as críticas de oportunismo, vazio orgânico, hesitação e isolamento das massas populares aos agrupamentos socialistas, republicanos e anarquistas.

De qualquer modo, a considerada crise económica, a luta de interesses no seio do regime e a evolução de uma conjuntura de distensão internacional potenciavam a agudização das contradições internas no bloco salazarista e constituíam um factor susceptível de inverter a tendência dessas camadas sociais intermédias quer pendendo para o apoio ao regime quer acreditando nas suas concessões.

Porém, o próprio MND não correspondia a essas exigências. Nesse contexto, a apreciação que é feita desse Movimento, a ser aceite, não podia significar outra coisa que a sua dissolução:

“A posição do MND, como legítimo herdeiro e continuador dos movimentos de unidade democrática não têm sido nestes últimos anos de molde a vencer as hesitações e a falta de perspectivas existentes nas várias camadas da pequena e média burguesia anti-fascista e anti-imperialista. Antes pelo contrário, avolumou essas hesitações, pois fez em relação a elas

um trabalho mais destrutivo do que construtivo, não procurando formas de mobilizar essas massas para a acção política e subtrai-las à influência de certos mentores oportunistas dos partidos burgueses, mas limitando-se a fazer críticas descabeladas a esses mentores ou aos partidos a que eles pertenciam. Pelas suas posições políticas extremistas, sectárias, esse movimento apareceu aos olhos dessa gente como um Movimento expressando uma unidade muito limitada, subordinado à tutela da classe operária e muito estreitamente aparentado com o Partido Comunista...”⁶¹⁸

Se, no plano doutrinário, a única força capaz de polarizar os diferentes e distintos sectores da oposição era o Partido Comunista, se só uma política revolucionária seria capaz de aprofundar as fracturas no regime, separando ao mesmo tempo dele as camadas sociais intermédias, tornava-se inevitável assacar responsabilidades aos militantes comunistas que desde início sempre tinham sufocado o MND.

O que estava em causa era assim a prática do Partido no seio dos próprios movimentos que única e directamente incentivaram e controlaram. Se, no plano dos princípios, os militantes comunistas deviam aparecer no trabalho unitário como modelos de compreensão, de maleabilidade política, de esforço de concertação, no terreno era o contrário que se passava:

*“(...) os membros do Partido têm aparecido nessas organizações como elementos esquemáticos, fechados, sectários, que criam conflitos com os elementos sem-partido, que não os sabem ouvir e os colocam, muitas vezes, perante factos consumados. A intransigência e o dogmatismo dos militantes do Partido nesses movimentos não aparece na maioria dos casos ligado a questões de princípio, o que era justo, mas a questões puramente secundárias, transformando-se assim em autênticos travões ao alargamento da unidade. Esta posição fechada e rígida dos militantes do partido nesses movimentos tem-nos enfraquecido e não tem permitido que eles, aproveitando e alargando as condições objectivas existentes, se tenham fortalecido e transformado em largos movimentos de massas, como podiam e deviam”*⁶¹⁹.

⁶¹⁸ Ramiro [Júlio Fogaça], **Balanço da situação política nacional**, Abril de 1955, dact., p. 2, in IAN/TT, Pide-DGS, **P. 185-GT**, [62]

⁶¹⁹ **Idem**, p. 2-A, [63]

Para Fogaça, a origem desta situação residia nos longos anos de acuo desde a vaga repressiva de 1949/51, gerando mecanismos de defesa que se substituíram ao trabalho continuado e aprofundado de análise e discussão política da realidade nacional.

Criara-se um ambiente de afirmação dogmática de princípios, reproduzida do topo à base do Partido, instalaram-se hábitos praticistas e rotineiros, legitimou-se, em nome da luta contra a repressão e a provocação, o corte com o trabalho de massas, abrindo-se assim campo ao isolamento político, ao burocratismo, ao enquistamento partidário e, como corolário de tudo isso, a formas de oportunismo político.

O sectarismo, expressão de um radicalismo pequeno-burguês, surgia assim como um desvio nefasto a exigir combate decidido.

O dirigente comunista propõe que esse combate se faça fustigando de cima abaixo o conformismo, o rotineirismo, a passividade, envolvendo todo o Partido no reconhecimento desta situação e incentivando todos os dirigentes, quadros e militantes orientarem a sua actividade no sentido do trabalho de massas, combinando com engenho as formas legais e ilegais de intervenção política e social. Para isso entende que é fundamental a elevação do nível ideológico e político, problema particularmente agravado nas condições de funcionamento clandestino, concluindo que “*A realização efectiva destas tarefas exige uma discussão a fundo, cuidadosamente preparada em todos os organismos do Partido, começando pelo seu CC*”⁶²⁰.

É também precisamente desta altura, Abril de 1955, um outro documento de Júlio Fogaça sobre questões organizativas que desenvolve numa perspectiva mais do funcionamento interno aspectos já tocados. Trata-se de um diagnóstico que parte das dificuldades em que o Partido trabalha, cercado por um aparelho policial ramificado até ao nível da rede de informadores nos locais onde a sua tradição e influência é mais significativa e frequentemente açoitado por sucessivas cargas repressivas, o que afecta a capacidade de reorganização e de renovação com quadros capazes e experimentados.

Reconhece que neste contexto são poucos os organismos a funcionar regularmente; não há vida colectiva, o estilo de trabalho é rotineiro e burocratizado, o que acantona os militantes em atitudes presunçosas e arrogantes e não tem sido contrariado pela direcção partidária, cujo funcionamento centralizado ajuda a manter este estado de coisas.

⁶²⁰ *Idem*, p. 6, [68]

Estes organismos vivem assim como que enquistados sobre si mesmos, sem actividade política e social concreta, débeis ideologicamente, isolados e envelhecidos, onde o sectarismo dispõe de todas as condições para se desenvolver arreigadamente.

E defende, por isso, um conjunto de 28 medidas que se passam pelo reforço da vida colectiva, pela vivificação e elevação do debate político e ideológico, pela orientação da actividade para a intervenção concreta, designadamente no terreno sindical, pelo controlo de execução das decisões tomadas, por critérios mais apurados na promoção dos quadros, pela depuração daqueles que persistam em comportamentos oportunistas e sectários, concluindo que *“Só com um trabalho persistente, contínuo e planificado na frente ideológica nós poderemos construir o Partido e moldá-lo em formas Leninistas de trabalho”*⁶²¹.

Articulando aspectos políticos e organizativos, iniciava-se aparentemente aqui, no rescaldo da reunião do CC de Março de 1955, um movimento de rectificação interna que se desenvolveria em nome da luta contra o sectarismo. Tratava-se de procurar na prática partidária todas manifestações desse desvio, de lançar uma campanha ideológica em torno desse problema, de incorporar esta nova acuidade da questão no próprio processo de discussão do projecto de Programa, de elaborar, finalmente, propostas em conformidade com a nova orientação que se procurava imprimir.

José Marinho (Lucas), ajudante de serralheiro na CUF, funcionário desde 1951 e em franca ascensão no aparelho, que se havia destacado nos arredores de Lisboa e transferido para o norte na sequência do processo da troika provincial, é autor, em Julho de 1955, de um relatório de análise ao sectarismo nos sectores por onde tinha passado, que espelha o tom da campanha e do debate.

Marinho compara a situação que se vivia com os anos quarenta, com o ciclo grevista e com a ligação às massas, para dizer que em sua opinião não se debateu suficientemente o problema da repressão e da provocação que se abateu sobre o partido; não se tendo assim elevado o nível político e ideológico do conjunto partidário, para que pudesse estar à altura da nova situação. Mas acrescenta que lhe parece que *“o nosso Partido descansou um bocado á sombra dos louros colhidos atravez do seu enorme prestígio como conductor organizado das lutas da Classe Operária e no seio de todas as massas democráticas”*⁶²².

⁶²¹ Ramiro [Júlio Fogaça], **Problemas Organizativos do Partido, Abril de 1955**, dact., p. 7, in TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo 36/61*, 2º vol., apenso a fls 103

⁶²² Lc. [Lucas] [José Marinho], **Análize a manifestações de sectarismo**, dact., p. 1, in TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo 92/1962*, 17º vol., apenso a fls 881

Reconhece que também ele subestimou o problema, em virtude da sua debilidade política e pelo facto de se considerar embrenhado no praticismo, que o leva perante a complexidade das situações, dos problemas ou das propostas que são levantados nos organismos que controla, a reagir com agressividade e dureza. Na extensa sucessão de exemplos que apresenta, sobressaem, invariavelmente, atitudes sobranceiras e arrogantes, de desprezo pelos militantes, pelas suas ideias e muitas vezes pela sua própria acção.

Numa dessas situações, num organismo, um militante de origem intelectual propôs que o Partido fizesse um dicionário de filosofia, para o qual ele e outros militantes estavam dispostos a colaborar. Perante isso, como refere, “*a minha ajuda foi a seguinte, que a filosofia presente era a ligação com os camponeses e lutar pela libertação da CC do MND*”⁶²³.

É a pensar nesta campanha contra o sectarismo que *O Militante* é reformulado. Amplia-se o leque de colaborações ao nível dos membros do Comité Central e dos principais quadros políticos, procurando-se chamar a atenção para a ideia de que, assim, se estava a elevar o nível do boletim no sentido justamente da liquidação do sectarismo, da aplicação da linha política e do estabelecimento de novas perspectivas e novos rumos para a actividade partidária⁶²⁴.

O documento de Júlio Fogaça dera aliás origem a um longo artigo aí publicado, mas num tom mais pedagógico, muito menos violento nas palavras em relação à situação interna que se vivia.

O sectarismo passava a ser apresentado como uma manifestação nociva e tentacular que se manifestava em todo o partido e em todas as frentes de actividade, quer fosse no trabalho ilegal, nas células de empresa, por exemplo, como no trabalho legal, fosse nas Casas do Povo, nos Sindicatos Nacionais, nas colectividades ou nas organizações unitárias.

No entanto, em relação a estas, o mais longe que se ia era no reconhecimento de que “*A posição dos comunistas prejudicou e emperrou, por vezes, os movimentos de unidade devido à acção sectária dos elementos do partido que nesses movimentos foram dogmáticos e pouco maleáveis, não sabendo ouvir nem acatar outras opiniões, chamando a si as tarefas de maior responsabilidade, revelando claramente falta de confiança nas outras pessoas, transformando-se em verdadeiros ‘homens-orquestra’*”

⁶²³ *Idem*, p. 2

⁶²⁴ *Editorial*, in *O Militante*, III série, 81, Maio de 1955

*dentro desses movimentos e procurando impor ali métodos de trabalho e processos de actuação empregados no Partido”*⁶²⁵.

A questão do MND era completamente omissa, parecendo não ter feito valia a opinião que Fogaça emitira sobre o seu completo esgotamento e falência. O MND continuaria em actividade, arrastando-se penosamente durante mais dois anos.

No entanto, a dissolução do MND atravessa as próprias fileiras do Movimento. Aqueles que, na sua Comissão Central, por intuição, lucidez ou cumprimento de directiva partidária começaram a levantar muito ao de leve estas questões, seriam, numa lógica reactiva, acusados por camaradas seus a quem este debate dentro do partido ainda não havia chegado, de desagregadores e suspensos das suas funções.

Um destes elementos, Júlio da Silva Martins, integra a Comissão Central desde meados de 1954, no rescaldo das prisões do núcleo histórico de dirigentes e pertence também, com Salomão Lemos de Figueiredo, à fracção do partido para o órgão dirigente do MND, directamente controlado pelo Comité Central. No ano seguinte, já funcionário do Partido, mas ainda com funções no MND, controla ao mesmo tempo a fracção agora composta, para além de Salomão, por José Morgado e Humberto Lopes.

É interessante verificar como, por isso mesmo, segue de muito perto a linha de argumentação expandida por Júlio Fogaça no documento de Abril de 1955, evidenciando um conhecimento bem razoável senão do texto pelo menos das opiniões aí inscritas:

“(...) tal como existe e actua o MND não corresponde às possibilidades de ampla unidade hoje existentes. Não constitui aquele ponto de atracção e mobilização do Povo Português que o País espera (...)

*As francas perspectivas actualmente existentes no nosso País para um largo movimento de unidade de todas as opiniões democráticas impõem-nos o dever de, no interesse do Povo Português, desfazermos todas as barreiras que dificultem essa unidade. O MND deve ser o primeiro a descobrir corajosamente as suas falhas, o seu sectarismo, as suas responsabilidades e dar um passo em frente no sentido da aproximação de todas as correntes de opinião democrática”*⁶²⁶.

⁶²⁵ **Combatamos o sectarismo que isola o Partido das massas !**, in *O Militante*, III série, 81, Maio de 1955

⁶²⁶ **Comunicação feita a A e B no dia 17/8/55**, dact, pp 5-6, in TCL, 4º JC, *Processo 44/56 (45069)*, 6º vol., apenso a fls 450

Se a questão da dissolução não era formalmente enunciada, estava implícita. Aliás, nas próprias discussões travadas nas precárias estruturas do MND nesta altura, o problema era, aí sim, abertamente colocado.

Não é de estranhar, por isso, que aqueles que insistiam na continuidade do Movimento vissem nesse ponto de vista uma atitude desagregadora, ainda que o problema fosse perspectivado em termos de favorecer as condições para a unidade e não a dissolução enquanto acto isolado e descontextualizado.

Como refere Júlio Martins, essa foi uma “*época em que a sua posição em (41) [Comissão Central] (18) [Movimento Nacional Democrático] se tornou difícil em virtude do conflito surgido com os elementos de (41) [Comissão Central] (18) [Movimento Nacional Democrático] pela aplicação da linha do Partido...*”⁶²⁷

O que entendia e se esforçava por defender na Direcção do MND era que a dissolução do Movimento se devia operar no quadro da criação de um novo espaço orgânico de unidade, mantendo-se em actividade até que isso se verificasse e transferindo-se de modo enquadrado para essa nova organização. Por isso reagia a que reduzissem a sua análise a essa dimensão estrita.

Júlio Martins é desse ponto de vista veemente:

*“Não concordo que as expressões ‘dissolução’ ou ‘desaparecimento’ do MND traduzam rigorosamente qualquer hipótese plausível, mesmo longínqua. Com efeito, dou como certo que, qualquer que seja a decisão do Povo, após o debate político já iniciado, os quadros e as comissões que hoje compõem o MND não desaparecerão, não se dissolverão; manter-se-ão com os alicerces mesmos da Oposição, como a sua carne e os seus ossos. Ao fim e ao cabo, a decisão está entre uma unidade restrita e uma unidade larga, entre uma oposição ao fascismo debilitada e outra vigorosa”*⁶²⁸.

Na realidade, desenvolviam-se contactos com diferentes personalidades que evidenciavam uma predisposição para o aparecimentos de novas formas orgânicas de unidade, falando-se com alguma insistência na possibilidade de lançamento do que informalmente designavam de Frente Anti-fascista, sem que com isso se esquecessem as velhas quezílias e inimizades recentes.

⁶²⁷ Gabinete Técnico. *Autobiografia de Júlio da Conceição Silva Martins*, dact., in IAN/TT, Pide-DGS, P. 75/GT, [153]

⁶²⁸ *Idem*, pp 15-16

Num desses encontros em que participou António Sérgio, Sá Cardoso e Gustavo Soromenho, Sérgio concorda que é necessário trabalhar em unidade e sugere mesmo três pontos para um programa mínimo aceitável – Paz, Independência nacional e Liberdades Públicas. Porém, não se exime, com manifesta aquiescência dos restantes em mostrar-se “*indignado por o terem tratado de ‘oportunista’, ‘traidor ao povo’, ‘agente do imperialismo e do Vaticano’, etc.. (...) Afirma existir pouca fé em certos meios quanto à lealdade dos elementos do MND e sobretudo do PCP. Pela sua parte não faz questão prévia destes agravos e julga que o convívio ajudará a restabelecer a confiança, se todos vierem animados do mesmo desejo de não fazer imposições aos outros democratas e se fizesse uma frente de pessoas e não de grupos*”⁶²⁹

Estas declarações, entre o deve e o haver, mesmo independentemente da sua sinceridade, não podiam deixar de ser encaradas com expectativa e entusiasmo pela direcção do Partido.

Será, todavia, a VI Reunião Plenária Ampliada do Comité Central, em Agosto de 1955, que vai consagrar as bases da viragem política que, a coberto do combate ao sectarismo, iam germinando.

A abrir os trabalhos, numa curta intervenção, Dias Lourenço baliza conjunturalmente a reunião. Por um lado, é a Conferência de Genebra entre as quatro grandes potências que ilumina o cenário, confirmando “*a vontade dos povos de buscarem na via do entendimento pacífico a solução dos principais problemas que nos preocupam*”⁶³⁰, por outro, a nível interno a reunião decorreria sob o signo da unidade da oposição e do reforço do Partido, sendo “*a liquidação do sectarismo (...) uma questão vital para o Partido*”⁶³¹.

Este é o tom com que, de seguida, Sérgio Vilarigues (Amílcar) inicia a apresentação do Informe da Comissão Política. Os problemas de unidade estão no centro dos debates do Partido e tornando-se necessário lançar uma frente nacional anti-salazarista, com o que estavam inclusivamente de acordo outros sectores da oposição, a Reunião teria que proceder à identificação e à correcção dos erros e deficiências que impediam a aplicação da sua linha política, isto é, do sectarismo, fundamentalmente.

⁶²⁹ Cf *Entrevistas*, dact., p. 5, in TCL, 4º J.C., *Processo 44/56 (46069)*, 8º vol., apenso a fls 622

⁶³⁰ João [António Dias Lourenço], *Intervenção de abertura da VI Reunião Ampliada*, in *Avante!*, VI série, 204, Setembro de 1955

⁶³¹ *Idem*

O Informe desenvolve-se em três partes – começa por uma análise geral da situação política, aborda as questões da unidade nacional e, finalmente identifica o sectarismo como principal factor nocivo ao desenvolvimento dos objectivos do PCP.

Se o Informe se intitula “*O caminho para uma ampla frente nacional anti-salazarista*”, é como necessidade de uma “*verdadeira frente*” que a questão é apresentada, o que significa, logo à partida, dizer que a frente para ser verdadeira tinha que ser ampla e nacional, reconhecendo implicitamente que o MND não era, nem tinha nunca conseguido ser essa Frente, não obstante inevitáveis linhas dedicadas ao papel que desempenhou nos anos após a candidatura de Norton de Matos quando a unidade foi quebrada, assim como o destaque concedido à acção corajosa do núcleo de dirigentes que continuava aliás preso.

Na realidade, de um ponto de vista político, os factores que no documento de Vilarigues justificavam uma frente nacional anti-salazarista decorriam da experiência anterior, designadamente com o MUNAF e o MUD e a arquitectura segundo a qual deveria ser construída, não era substancialmente nova, antes repetia os fundamentos basicamente estabelecidos nos anos quarenta.

Se os dados concretos apresentados decorriam da conjuntura, se eram como que animados pela evolução da situação internacional, as concepções dimitrovianas de construção da frente continuavam bem presentes, assim como a caracterização de fascismo a que o VII Congresso da Internacional Comunista procedera.

O alicerce fundamental da frente anti-fascista continuava a ser a unidade da classe operária, consubstanciada na articulação entre a rede de Comissões de Unidade de fábrica e local de trabalho e a intervenção nos Sindicatos Nacionais e alimentando-se dos processos e movimentos reivindicativos em torno de toda a sorte de objectivos, económicos, sociais ou abertamente políticos.

No entendimento dos dirigentes comunistas, a situação amadurecia rapidamente, havendo sectores oposicionistas dispostos a avançar para a uma nova experiência de unidade, pelo que se afirmava:

“No nosso trabalho, o essencial está, pois, em estabelecer contactos cada vez mais estreitos com as massas e actuar entre elas, atraindo-as à nossa política de unidade. Não devemos, entretanto agarrar-nos a fórmulas feitas, esperando que se realize a unidade pela base para se começar a unir por cima, ou esperar que se una por cima para se começar a construir a unidade pela base. Pensamos que se deve actuar simultaneamente (...). Em

certos casos, se as condições existem, não há que hesitar em reunir por cima, à base de agrupações políticas e de individualidades.

Mais, na base do entendimento que se procura, entre outras formas de organização e de luta, impõe-se criar um largo movimento legal de massas que seja o reflexo do pensamento comum de todas as forças democráticas” ⁶³².

Apenas com diferenças de pormenor, o essencial do Informe repetia a análise de conjuntura a que Júlio Fogaça procedera em Abril desse ano, concedendo-se agora ao informe uma melhor elaboração e um maior detalhe de concretização.

Na parte dedicada ao sectarismo reconhecia-se existir uma centralização excessiva da actividade nas mãos da Direcção e do quadro de funcionários, sob tutela do Secretariado, o que estaria a asfixiar o trabalho, burocratizando-o. Por outro lado, como nos organismos não havia nem funcionamento colectivo nem discussão política, a centralização alimentava o baixo nível político e ideológico, favorecendo que o sectarismo se instalasse e se tornasse dominante, criando condições para uma actuação que conduzia ao isolamento político e social.

Segundo o Informe, a linha do Partido era no essencial justa, o enquistamento sectário é que bloqueava a concretização das suas tarefas imediatas e a perseguição dos seus objectivos. Formalmente, a linha do Partido continuava a ser a que havia sido aprovada nove anos antes no IV Congresso. Não obstante, o Secretariado ou a Comissão Política do CC parecem ir percebendo que se tornava necessário proceder a ajustamentos programáticos:

“Sim, camaradas, a linha do nosso Partido é justa nos seus traços fundamentais, mas isto não quer dizer que seja estática. Nada disso. Ela pode e deve sofrer modificações sempre que a situação o exija e conforme os interesses e a vontade das massas, pois a linha do Partido só será inteiramente justa se reflectir os interesses das massas trabalhadoras e do País” ⁶³³.

Porém, esse não seria ainda o momento de discutir ou de aprofundar aspectos significativos de linha política. O espectro do sectarismo nos diferentes domínios de actividade partidária, designadamente a reemergência de velhas resistências quanto ao

⁶³² Amílcar [Sérgio Vilarigues], **O caminho para uma ampla frente nacional anti-salazarista**, VI Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, Edições Avante!, s.d., p. 16

⁶³³ **Idem**, p. 12

trabalho nos sindicatos nacionais, por exemplo, fazia que o central dos esforços se fizesse no sentido do combate a esse desvio.

Por isso, já na abertura da reunião Dias Lourenço afirmara que “*Como dizia o saudoso camarada Staline, ‘uma vez traçada a linha justa, a organização decide tudo’*”⁶³⁴.

Era justamente sobre organização que incidia o informe apresentado por Joaquim Pires Jorge no ponto seguinte da agenda da reunião ⁶³⁵, que repetiria o essencial das considerações políticas do informe de Vilarigues, especialmente quanto ao combate ao sectarismo e às orientações fundamentais para o relançamento de uma política de unidade, para o reforço da ligação às massas, designadamente no terreno operário e sindical, e para a elevação do nível dos quadros e militantes.

Insistiria, no entanto, que para esse efeito se tornava indispensável restabelecer os princípios leninistas do centralismo democrático, ainda que introduzindo o princípio da descentralização, de modo a que o partido pudesse funcionar estruturadamente de cima a baixo, com vida e actividade própria dos seus organismos, com controlo de execução das tarefas, reatamento das ligações dispersas ou quebradas e crescendo com novos recrutamentos.

Ao encerrar os trabalhos, Américo Gonçalves de Sousa (Abel), preocupar-se-ia assim em enfatizar bem que o problema do sectarismo não era de linha política, mas de deficiências profundas na sua assimilação, o que abriu caminho a esse desvio e provocou danos inestimáveis na unidade antifascista, pelo que a correcção desta situação passaria pela construção de uma Frente Nacional Anti-salazarista, pela intensificação dos movimentos sociais e pelo alargamento das fileiras partidárias, embora “*apontando mais uma vez que a tarefa central de todo o Partido é a luta pela Paz e que todas as outras lutas, económicas e políticas, devem ser ligadas à luta pela Paz e pela solução pacífica do problema de Goa*” ⁶³⁶.

Estabelecia-se assim uma nova moldura fundamentalmente ancorada no combate ao sectarismo, em nome da defesa da linha política aprovada no IV Congresso. Restaria saber se o cruzamento entre estes dois eixos se podia efectivamente realizar.

Basicamente tinha sido esta questão a merecer aprofundamento nas páginas de *O Militante*, com a publicação de duas intervenções na VI Reunião, uma do próprio

⁶³⁴ João [António Dias Lourenço], **Intervenção de abertura...**

⁶³⁵ Cf. Gomes [Joaquim Pires Jorge], **Sobre problemas de organização, da vida interna do Partido e da sua ligação com as massas**, Edições Avante!, s.l., s.d., 12 pp

⁶³⁶ **Intervenção de encerramento pelo camarada Abel**, in *Avante!*, VI série, 204, Setembro de 1955

Vilarigues⁶³⁷, incidindo sobre os procedimentos a adoptar no sentido de ligar o partido ao movimento social e que decorria precisamente da constatação de que se estaria a verificar um retrocesso no empenho dos militantes em criar Comissões de Unidade e em trabalhar nos Sindicatos Nacionais, nas Casas do Povo ou nas Praças de Jorna.

O problema do sectarismo colocava-se justamente na capacidade de concretizar estas orientações, nó que o texto de uma intervenção de Fernando Blanqui Teixeira (Carlos), também membro do Comité Central pretendia ajudar a desatar. Tratando-se de uma intervenção preparada, glosa muitos dos aspectos que Pires Jorge já abordara no seu informe, mas, ainda assim desancando de modo desabrido no comportamento arrogante e sobranceiro dos militantes em relação aos trabalhadores menos conscientes e também, embora em contornos bastante mais moderados e implícitos, dos controleiros em relação aos militantes:

*“(...) os controleiros (em particular os funcionários do partido e os camaradas da própria Direcção) têm de deixar os camaradas de base falar sobre os problemas da empresa em que trabalham (...). Não basta, de acordo com a decisão da Direcção do Partido, colocar o ponto das Lutas no início das reuniões”.*⁶³⁸

Acrescia a isto uma espécie de corrente de ar, ainda difusa, que circulava pelo movimento comunista internacional desde a morte de Staline. A recomposição do equilíbrio de forças na cúpula do partido soviético parecia estar a passar por um processo de tensão e confronto surdo entre correntes continuistas e reformadoras, que o choque entre Malenkov, o novo chefe do governo e do partido, por um lado, e Molotov, por outro, expressava, ainda que num quadro de procura de equilíbrios e reequilíbrios, por vezes difíceis.

Havia, porém, sinais de uma relativa descompressão nalgumas das medidas tomadas, como a amnistia decretada e a contenção da acção repressiva da NKVD, a polícia política. Também a saída de Malenkov do secretariado do partido, instituindo-se uma direcção colegial apontava nesse sentido. Estes sinais eram, por outro lado, acompanhados por uma distensão internacional, onde se prefigurava a coexistência pacífica.

⁶³⁷ Cf. Amílcar [Sérgio Vilarigues], VI.^a Reunião Ampliada do Comité Central. A organização das lutas de massas, in *O Militante*, III série, 84, Dezembro de 1955

⁶³⁸ Carlos [Fernando Blanqui Teixeira], VI.^a Reunião Ampliada do Comité Central. O sectarismo e a ligação com as massas, in *O Militante*, idem

Após a morte de Staline, o Kominform perde aceleradamente importância. As reuniões realizadas em 1953 e 1954 são formalmente reuniões do Bureau ou têm um carácter bi ou multilateral com a nova direcção soviética preocupada em informar da sua própria evolução interna nos contactos que mantém com os PC Francês ou italiano.

Numa dessas reuniões, logo em Julho de 1953, são prestadas informações sobre a purga e execução de Beria, o poderoso chefe da NKVD, mas em que se teria implicitamente responsabilizado Staline pela não realização durante anos de reuniões do Comité Central do PCUS, pelo retardamento na convocação do XIX Congresso, pelo deficiente funcionamento do Bureau Político ou pela desvalorização do papel dirigente do partido, no que pode ser precisamente considerado como o início da desestalinização, de uma primeira desestalinização e da crítica a Staline, ainda que a sua figura seja mantida numa auréola de grande marxista e grande dirigente.

Os soviéticos, representados na reunião ao mais alto nível - Malenkov, Molotov e Kroutchtchev, insistindo afinal nos malefícios de uma direcção fortemente personalizada, nos processos de decisão unilaterais, tratavam, em contraponto, de sugerir formas e mecanismos de direcção colectiva, incentivando ao fim e ao cabo mudanças no estilo de direcção da generalidade dos partidos comunistas, moldados à imagem do centro.

Noutra destas reuniões, em Junho de 1954, em Praga, por altura do X Congresso do PC Checoslovaco, os partidos comunistas consultados são postos ao corrente da alteração da atitude face a Tito e à Jugoslávia, com Kroutchtchev a responsabilizar pessoalmente Staline pelo conflito ⁶³⁹.

Mesmo que estas movimentações não ultrapassassem inicialmente um estreitíssimo círculo de dirigentes dos dois partidos da Europa ocidental que integravam o Kominform, a situação era percebida por mais comedida, ou contrariada que fosse a forma de a encarar.

No caso do PC Francês, por diferentes vias e em diferentes momentos, os seus principais dirigentes – Jacques Duclos, Maurice Thorez ou Auguste Lecoœur, este secretário de organização, estavam ao corrente da situação, suficientemente informados pelos soviéticos, mesmo que o corpo de militantes permanecesse na ignorância.

É certo que no quadro da gestão interna desta situação, Lecoœur será afastado ainda em 1955, sendo no entanto quem mais se dispunha ao arejamento do partido

⁶³⁹ Cf Lilly Marcou, *Le Kominform*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977, pp 119-122

francês no cumprimento das novas consignas que sopravam do PCUS. O impacto desta nova realidade implicava uma complexa filigrana de tensões e jogos pelo poder interno.

De qualquer modo, o PCF ia dando pequenos sinais de abertura, quer no XIII Congresso com o abrandamento da intolerância em termos de arte e cultura quer, depois, através de uma política mais flexível de aproximação aos socialistas⁶⁴⁰, como que enveredando por um caminho mais despojado da cultura sectária que vinha praticamente desde o fim da segunda guerra mundial.

Mais ou menos periféricos em relação ao centro do movimento comunista internacional, a generalidade dos PC ia sendo contaminada por este novo ambiente, e ia-se movendo com a prudência necessária, como que basculando entre a herança de Staline e os novos sinais que piscavam de Moscovo.

Os congressos de partidos comunistas que se vão entretanto realizando acusam estas oscilações e procedem a ajustamentos de linha política, como foi o caso do V Congresso do PC de Espanha, em Novembro de 1954.

Com um forte núcleo de direcção em França e com a presença simbólica da Passionária na União Soviética, o partido do país vizinho estava relativamente bem posicionado para perceber o curso dos acontecimentos. Dera aliás sinais disso, ainda antes do congresso, com um esforço de aproximação mais despojado de sectarismo em relação aos católicos ou à pequena e média burguesia, isto é, a sectores mais amplos do que aqueles com quem tradicionalmente se relacionava no exílio, ao mesmo tempo que enfileirava com o elogio do trabalho colectivo de direcção.

O V Congresso do PCE, principalmente por acção de Santiago Carrillo e do grupo de dirigentes e quadros de uma geração mais jovem que a da Passionária e outros, impulsionará estes ajustamentos, ainda que de modo contido pelo peso dos mais sectários⁶⁴¹.

O Congresso irá redefinir a tática política em termos da reconciliação nacional, colocando a criação de uma Frente Nacional Antifranquista como objectivo central para levar ao derrube da ditadura e sustentando a abertura a novos sectores sociais e aos jovens⁶⁴².

Mais próximo dos espanhóis e também dos franceses, o PCP foi sensível a toda esta movimentação e a VI Reunião Plenária Ampliada do Comité Central expressa-o bem.

⁶⁴⁰ Cf. Stéphane Courtois e Marc Lazar, *Histoire du Parti communiste français*, Paris, PUF, 1995, pp 288-292

⁶⁴¹ Cf. Joan Estruch Tobella, *El PCE en la clandestinidad 1939-1956*, Madrid, Siglo XXI, pp 203-214

⁶⁴² Cf. Victor Manuel Santidrian Árias, *Historia do PCE en Galicia (1920-1968)*, Coruña, 2002, pp 419-425

Aliás, o estudo do jornal do Kominform – *Por uma Paz Duradoura, por uma Democracia Popular* - e a transcrição em *O Militante* de artigos aí publicados, designadamente sobre o controle de execução não burocrático ⁶⁴³, o combate ao sectarismo ⁶⁴⁴ ou a importância da crítica e da autocrítica ⁶⁴⁵, assim como um artigo sobre a importância da direcção colectiva para o PC chinês ⁶⁴⁶, revelam a atenção e a proximidade possível com que iam sendo acompanhada a evolução da situação do movimento comunista internacional após a morte de Staline.

Isto contribuiu seguramente para a inflexão que a VI Reunião Ampliada do Comité Central consagrou. Certamente que o contacto com a literatura do comunismo internacional que o PCP recebia regularmente, ilustrava suficientemente a evolução e as mudanças que estavam a ocorrer a partir de Moscovo. Mas, a predisposição de Júlio Fogaça para movimentar o partido nesse sentido foi certamente decisiva. O terreno estava adubado. As concepções que defendera desde o Tarrafal, vencidas é certo no IV Congresso, sujeitas a reiteradas autocríticas formais não se manteriam exactamente as mesmas, mas a sua essência casava-se bem com esta nova campanha de combate ao sectarismo na política e na organização do partido.

Se ainda em 1954 teria sido o autor, no quadro da campanha pela libertação de Álvaro Cunhal, pela redacção da conhecida brochura com a sua biografia ⁶⁴⁷, feita ao estilo do culto dos “pequenos Stalines” que chefiavam ou tutelavam os partidos comunistas, as condições tinham amadurecido para que se entrasse num novo curso que marcaria a vida partidária nos cinco ou seis anos seguintes.

No essencial, a política de Fogaça, identificada como um “desvio de direita”, beneficiaria assim fortemente da conjuntura do próprio movimento comunista internacional que se desenhava a caminho do XX Congresso do PCUS.

2. “Mudam-se os tempos...”

⁶⁴³ Cf. **O principal factor no trabalho de organização dos partidos comunistas e operários**, in *O Militante*, III série, 80, Março de 1955, editorial de *Por uma paz duradoura...*, de 7 de Janeiro de 1955

⁶⁴⁴ Cf. Frederico Rossi, **Combater o sectarismo é uma das principais tarefas dos Partidos Comunistas e Operários**, in *O Militante*, III série, 83, Novembro de 1955, transcrito de *Por uma paz duradoura...*, de 1 de Abril de 1954

⁶⁴⁵ Cf. **A auto crítica e a crítica pela base, poderoso meio para melhorar o trabalho do Partido**, in *O Militante*, III série, 84, Dezembro de 1955, transcrito de *Por uma paz duradoura...*, de 13 de Agosto de 1954

⁶⁴⁶ Cf. Na Tse-Ven, **A força do Partido Comunista da China está na direcção colectiva**, in *O Militante*, III série, 81, Maio de 1955.

⁶⁴⁷ Cf. Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **Biografia do camarada Álvaro Cunhal**, Edições Avante!, 1954

Com as sanções aplicadas à troika do norte estavam bastante enfraquecidas as resistências internas a Fogaça no aparelho do partido, que se fundavam ainda no protagonismo que tivera na defesa da “*Política de Transição*”.

Todavia, em Dezembro de 1955, torna-se necessário publicar em *O Militante* um artigo destinado a esclarecer as razões que levaram à expulsão de João Rodrigues, pois muito do que então tinha sido atribuído ao antigo litografo algarvio, estava a ser agora adoptado pelo partido, o que não podia deixar de suscitar perplexidades e questões por parte de alguns militantes.

Não era muito à vontade nem com grande folga que, por um lado, se admitia que efectivamente algumas das suas posições quanto à questão da unidade por exemplo, estivessem agora a ser consideradas pelo partido, tornando-se necessário vincar que esse não tinha sido o verdadeiro fundamento para a sanção determinada, mas sim o facto de Rodrigues ter alimentado uma fracção, desenvolvendo assim uma actividade desagregadora e por ter abandonado, acossado, as tarefas e as solicitações que o Comité Central lhe requerera, o que significava deserção na linguagem partidária corrente.

Todavia, mesmo do ponto de vista político, ressaltando que a expulsão não se tinha ficado a dever a divergências, lá se ia acrescentando:

*“João Rodrigues, no fundo, desejava que a iniciativa e a direcção da luta contra o fascismo passasse para as classes médias e individualidades, que o Partido e a classe operária escondessem a sua acção, se transformassem num apêndice da burguesia e andassem a reboque dela”*⁶⁴⁸

Na verdade, atribuía-se a Rodrigues muito daquilo que o próprio havia criticado a Fogaça e as opiniões que manifestara quanto ao carácter fechado do MND e quanto à necessidade de alargar a base política da unidade antifascista eram esvaziadas desse sentido, colando-se-lhe o anátema de querer diluir a direcção do Partido Comunista e da classe operária na luta pelo derrube do regime.

Nesta altura, José Gregório já gravemente doente por motivos cardíacos, já necessariamente desligado de tarefas de direcção, prestes a ter de sair do país para se tratar, redige um conjunto de documentos que constituem como que uma espécie de herança, abordando em diferentes aspectos da actividade partidária, a experiência acumulada desde os anos trinta, mas principalmente depois da “*reorganização*”⁶⁴⁹, enquanto Secretário do CC.

⁶⁴⁸ Alguns esclarecimentos sobre a expulsão de João Rodrigues, in *O Militante*, III série, 84, Dezembro de 1955

⁶⁴⁹ Cf. por exemplo *Algumas ideias referentes à actividade do Partido em relação às Forças Armadas e Sobre a Associação e o movimento operário vidreiro*, Janeiro e Agosto de 1955, respectivamente

Num dos mais importantes desses escritos, de Agosto de 1955, procura sistematizar alguns aspectos da actividade do partido, desde 1949, isto é, desde as prisões de Cunhal e Militão.

Gregório avalia as importantes perdas nos anos de 1949 a 1953, quer de dirigentes e funcionários quer de meios técnicos, designadamente tipografias e a luta travada contra o que designa de provocação, incluindo aí a acção de Manuel Domingues, executado em 1952, que responsabiliza directamente por muita desta situação. Sanciona objectivamente os efeitos das medidas de depuração dessa fase com todo o cortejo de despromoções, afastamentos, expulsões.

Mas reconhece que essa situação difícil estava a alterar-se, tendo-se estancado a sangria desses anos, recomposto a direcção, melhorado e aumentado a edição de imprensa e propaganda.

O partido tinha ainda conseguido vencer a Política de Transição, levado os seus mentores a reconhecer o erro em que tinham laborado e conseguido manter no Comité Central Fogaça, Rodrigues da Silva, Francisco Miguel e Pedro Soares.

Do mesmo modo tinha detectado, isolado e desmantelado a fracção do Norte, encabeçada por João Rodrigues, implacavelmente expulso do partido.

No momento em que se afasta, para além destas ideias que pretende reforçar, não deixa grandes dúvidas sobre o apoio às importantes conclusões estabelecidas pela VI Reunião Ampliada do Comité Central, ocorrida pouco antes de redigir este documento:

*“É certo que o sectarismo e outras deficiências causadoras da não justa aplicação da linha do Partido em relação ao alargamento e fortalecimento da unidade foram já sujeitas à dura crítica particularmente do Comité central por ocasião da sua VI Reunião Ampliada em Agosto de 1955. É certo que foi igualmente a Direcção do Partido que decidiu abrir debate no seio do Partido a este respeito, e abrir fogo contra tudo o que estava a emperrar uma mais ampla unidade de acção dos comunistas com outros democratas e anti-salazaristas e para levar a efeito a criação de uma Frente Nacional Anti-Salazarista. Esta política, esta viragem, digamos, está já a dar os seus frutos...”*⁶⁵⁰

⁶⁵⁰ Alberto [José Gregório], **Sobre alguns aspectos da actividade do nosso Partido e do seu Comité central principalmente as partir de 1949 para cá**, Agosto de 1955, dact., p. 11, in TCL, 3º Juízo Criminal, *Processo 16228/59*, 7º vol., apenso a fls 420

Mesmo assim, considerada a profundidade dos problemas, vai revelando alguma insatisfação quanto ao ritmo e à profundidade dessa viragem, vai sugerindo uma maior amplitude do movimento de crítica ao sectarismo, apontando posições tomadas pelo partido que deveriam ser objecto de debate interno, designadamente quanto à candidatura de Quintão de Meirelles, ao aparecimento da Causa Republicana ou à forma como sectores não comunistas foram tratados pela imprensa partidária.

É interessante verificar como, nesse extenso rol de insuficiências no combate ao sectarismo, entenda ter-se subestimado “*os ensinamentos que nos estavam dando os Partidos irmãos, particularmente a URSS no domínio da unidade e da junção de forças que não estavam com o salazarismo*”⁶⁵¹, insinuando justamente que, por aí estavam a passar os elementos que, porventura ainda mais cedo do que na VI Reunião Ampliada, teriam propiciado o arranque formal dessa viragem.

Todavia, centrando os problemas do partido no sectarismo e no funcionamento interno, orientando-se para a necessidade da Frente Nacional Anti-Salazarista e da intensificação da ligação aos problemas concretos dos trabalhadores, a viragem contornava explicitamente, tanto quanto podia, as questões de linha política, designadamente do derrube do regime e da transição, aspectos nodais para a definição dos procedimentos tácticos no quotidiano da actividade partidária.

Evidentemente que o aprofundamento destas matérias não deixaria de trazer à superfície questões que de um modo ou de outro acabariam por colidir com aspectos da linha aprovada no IV Congresso.

Ainda assim, o guarda-chuva das posições soviéticas em evolução após a morte de Staline, dado o peso absoluto e inabalável que ao tempo a URSS exercia sobre dirigentes, quadros e militantes, permitiu os avanços consagrados na VI Reunião Ampliada.

Deste modo, o factor fundamental para ir mais longe, desatando toda uma série de nós que conduziriam a questões essenciais de linha política, será, logo em Fevereiro de 1956, o XX Congresso do PCUS, objecto de uma edição especial do *Avante!*, ainda nesse mês, basicamente destinada a divulgar os resumos dos principais informes, seja o informe político de Kroutchtchev, seja o de Nicolai Bulganine, mais virado para a situação interna soviética.

⁶⁵¹ *Idem*

O PCP não é mencionado na lista de delegações de partidos comunistas presentes no congresso do PCUS, que o *Pravda* publica ⁶⁵², o que não significa necessariamente que não tenha estado presente, pois essa lista não é exaustiva e reflecte os cuidados necessários em relação aos partidos sujeitos a condições de perseguição nos seus países, como era o caso de Portugal.

Aliás, mais tarde António Dias Lourenço confirma a presença de uma delegação ⁶⁵³, o que não era, naturalmente de estranhar, tanto mais que nesses anos estava particularmente activo, em França, o aparelho de interface com o movimento comunista internacional, principalmente através do PCF. Só condições muito especiais teriam impedido a participação de delegados mesmo idos do interior do país.

De qualquer forma, o PC português apresenta uma saudação ao congresso, que não é publicada, como seria de esperar, na edição especial do órgão central, mas apenas no número seguinte, já em Março, que constitui, de resto, a única alusão ao acontecimento ⁶⁵⁴. Trata-se de uma saudação formal, impregnada de muitas referências ao quadro político anterior e cujo elemento porventura mais interessante reside na referência à situação nas colónias portuguesas, nomeadamente em Goa, que liga com a atitude contrária ao espírito negocial que deveria marcar as relações internacionais.

Assim, só na edição de Abril o órgão central do PCP incluirá um extenso artigo sobre o XX Congresso do PCUS, a que, sem chamada de primeira página é dada a relevância de dossier nas páginas centrais. O texto principal, da redacção do jornal, desenvolve os aspectos já referidos no resumo da edição especial. Parte da constatação que o socialismo deixou de estar contido nas fronteiras de um único país – a União Soviética – para se tornar um sistema mundial. Ressalta assim quatro aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar, a ideia de coexistência pacífica erigida como princípio leninista que tem estruturado toda a política externa soviética, regulando no interesse dos povos as relações entre países com sistemas políticos diferentes. Em segundo, a ideia de que é possível impedir um novo grande conflito militar internacional, porque a relação de forças se alterou quer com a ampliação do campo socialista quer com o fortalecimento e consciencialização do movimento operário dos países capitalistas, que

⁶⁵² Cf. **Delegações presentes no XX Congresso do PCUS (segundo o Pravda de 16 de Fevereiro)**, Ramiro da Costa, *O XX Congresso do PCUS e o PCP*, in *Estudos sobre o Comunismo*, 3-4, Maio-Dezembro de 1984, p. 26

⁶⁵³ Cf. João [António Dias Lourenço] (Relator), **O internacionalismo proletário e as tarefas do Partido**, Edições Avante!, Agosto de 1958, p. 8

⁶⁵⁴ Cf. **Saudação ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética**, in *Avante!*, VI série, 210, Fevereiro-Março de 1956

constituem a principal barreira contra o imperialismo considerado como o principal fautor da guerra.

Qualquer destes aspectos vinha sendo instituído pelo menos desde os últimos tempos de vida de Staline. O que o XX Congresso estabelece, com a dimensão simbólica que transporta, é este ponto de vista como doutrina, que abre caminho a um terceiro aspecto que reside no reconhecimento de que não há um modelo único quanto à forma de transição para o socialismo.

O desenvolvimento do campo, das ideias e das forças socialistas a nível internacional permitiria conjecturar modalidades diferenciadas de transição, designadamente por via parlamentar, isto é, que não tivessem de passar por meios violentos, pela via insurreccional ou pela guerra civil.

Finalmente, em quarto lugar, o artigo sublinha a atenção dada pelo congresso ao combate ao culto da personalidade. Trata-se evidentemente da crítica a Staline, ainda que com todo o cuidado sejam abundantemente elogiados os seus méritos *“que lhe granjearam grande prestígio na União Soviética e em todo o mundo; sem esquecer a sua contribuição para a revolução de Outubro, sem esquecer o seu papel como defensor activo dos legados de Lenine e a sua contribuição positiva para o enriquecimento do marxismo-leninismo, através dos seus escritos e da sua acção; sem diminuir o papel histórico de Staline, que nada pode apagar”*⁶⁵⁵.

Porém, ao mesmo tempo, acrescentava os graves danos que o culto da personalidade protagonizado por Staline havia provocado ao partido soviético quer no trabalho ideológico, como no seu funcionamento interno, que teriam sido precisamente restabelecidos nos três anos que separavam a morte de Staline da realização do congresso, principalmente com uma invocada reposição da prática da direcção colectiva. E era deste ponto de vista que chamava a atenção para dentro do PCP:

*“Cumpre-nos a nós aprender com os camaradas do Partido Comunista da União Soviética, cumpre-nos sermos serenos na análise desta importante questão e tirarmos daqui os ensinamentos que nos foram oferecidos para o trabalho do Partido e para o seu engrandecimento”*⁶⁵⁶.

Como que para fundamentar e legitimar o arrojo destas posições são, nas mesmas páginas publicados dois artigos, que, no essencial repetem a argumentação. Só que um deles consiste em largos excertos da intervenção de Palmiro Togliatti,

⁶⁵⁵ O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, in *Avante!*, VI série, 212, Abril de 1956

⁶⁵⁶ *Idem*

secretário-geral do PC Italiano na reunião do seu partido de Março de 1956⁶⁵⁷ e o outro é um resumo de um artigo do *Pravda*⁶⁵⁸.

Não se tratava ainda do Relatório secreto que Kroutchtchev apresentou ao XX Congresso, em que a avaliação da prática de Staline ia muito mais longe do que os aspectos do informe político centrados na crítica ao culto da personalidade.

Efectivamente, num escasso mês e meio antes da realização do Congresso, em Dezembro de 1955, o Praesidium do Comité Central do PCUS constituiu uma comissão para averiguar as causas e a dimensão da repressão exercida contra os membros do CC, efectivos e suplentes, eleitos no XVII congresso, em 1934. O relatório produzido por esta comissão, a chamada Comissão Pospelov, foi apreciado pelo Praesidium uma semana antes da abertura do congresso, que decidiu incluir na agenda do congresso um novo ponto especificamente sobre o culto da personalidade, a debater numa sessão à porta fechada, incumbindo Kroutchtchev de apresentar o Informe respectivo, isto é, o que viria a ser designado de Relatório secreto⁶⁵⁹, o que viria a suceder já depois de encerrados os trabalhos.

Os dirigentes mais importantes dos principais partidos comunistas, na Europa designadamente o italiano e o francês, tiveram então conhecimento do texto em Moscovo, mas adoptaram uma atitude silenciosa e expectante quanto ao desenvolvimento e aos contornos do inevitável rescaldo, acabando por ser confrontados pela sua divulgação através do departamento de Estado americano, cerca de dois meses depois do congresso, com jornais como o *New York Times* e o *Le Monde* a publicarem-no nos primeiros dias de Junho de 1956, suscitando uma estrondosa polémica sobre a sua autenticidade⁶⁶⁰.

Também em Portugal o relatório foi publicado, ainda que parcialmente, numa edição da Livraria Renascença, com tradução do antigo líder anarquista Francisco Quintal⁶⁶¹. Todavia, não seria propriamente a sua divulgação a suscitar no seio do partido as inevitáveis resistências.

Em Abril, não era só o Relatório secreto que era desconhecido em Portugal. Também assim acontecia com o próprio informe político de Kroutchtchev. Por isso, para o PCP, “*Cumprer ao Partido popularizar esta verdade, publicando os informes, as intervenções fundamentais (...) para uma justa compreensão não só pelos comunistas*

⁶⁵⁷ Cf. *Consequências negativas do culto da personalidade*, in *Avante!*, VI série, 212, Abril de 1956

⁶⁵⁸ Cf. *Porque é o culto da personalidade alheio ao marxismo-leninismo*, idem

⁶⁵⁹ Cf. Nicolas Werth, *Histoire d'un "pré-rapport secret"*, in *Communisme*, 67-68, 2001, pp 9-38

⁶⁶⁰ Cf. Ramiro da Costa, *O XX Congresso do PCUS e o PCP...*, pp 4-5

⁶⁶¹ Cf. *Estaline, o tirano*, Lisboa, Livraria Renascença, 1956

*mas pelas massas, da importância histórica mundial do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética”*⁶⁶²

Para esse efeito, a direcção do Partido toma um conjunto de medidas extraordinárias. Entrega, antes do mais, a tradução dos materiais do XX Congresso, a partir, tanto quanto é possível apurar, da versão francesa, a Clara Magro, companheira de Pires Jorge, constituindo em seguida um organismo com quadros de confiança para a sua impressão. Assim, Joaquim Carreira e a sua companheira, Fernanda Tomás; Francisco Martins Rodrigues e Fernanda Patrocínio da Silva, igualmente sua companheira, assim como Albina Fernandes passam uma temporada numa tipografia do partido compondo e imprimindo manualmente os extensos documentos.

O contacto com os documentos provoca-lhes reacções contraditórias. Por um lado, a maioria deles, dispendo de conhecimentos razoáveis de língua francesa, questionam a qualidade da tradução, em vastas passagens bastante deficiente; mas, por outro é o conteúdo, o que os documentos veiculam, particularmente quanto à avaliação de Staline e quanto à defesa da possibilidade de transição pacífica para o socialismo que lhes provoca estupor. Mas, para isso, prevendo isso mesmo, esse trabalho é enquadrado pelo próprio Pires Jorge que discute com eles o teor dos documentos, assim como o próprio Júlio Fogaça, que aí se dirige, especificamente para esse efeito⁶⁶³.

Aparentemente, o Comité Central, de um ponto de vista formal, apenas vai acolher as conclusões do XX Congresso na reunião realizada em Maio de 1956, ainda que o teor da reunião tornado público se prenda apenas com questões de natureza organizativa, nomeadamente a aprovação do projecto de Estatutos, que surgia assim com praticamente dois anos de diferença em relação ao projecto de programa.

É interessante verificar como a aprovação do Projecto de Estatutos, por mais importante que o documento se apresentasse para o funcionamento orgânico do partido, acaba por assumir um relevo acrescido ao constituir uma peça significativa em todo este processo de viragem na actividade partidária.

Segundo o *Avante!*, “a falta de Estatutos do Partido tem dado origem ao deficiente trabalho colectivo, à falta de vida colectiva e orgânica de muitas organizações e a muitas das deficiências assinaladas na VI Reunião Ampliada do CC”⁶⁶⁴.

⁶⁶² O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, in *Avante!*...

⁶⁶³ Entrevista a Francisco Martins Rodrigues, Lisboa, 7 de Maio de 1997

⁶⁶⁴ O Comité Central do Partido aprovou o Projecto de Estatutos, in *Avante!*, VI série, 213, Maio de 1956

Na regulação da actividade partidária a que procede, o documento consagra os dois princípios de funcionamento que, à luz da experiência do partido soviético, vinham sendo apontados como essenciais para revitalizar e restabelecer a matriz leninista, adulterada pelo culto da personalidade com Staline – a direcção colectiva através do artigo 9º que lhe é específica e desenvolvidamente dedicado e o funcionamento descentralizado, isto é, a divisão de responsabilidades, de modo a evitar que toda a actividade se concentrasse no Secretariado, como estabelecem os artigos 12º e 13º referentes ao funcionamento dos organismos superiores e intermédios, respectivamente.

Porém, a posição oficial sobre o XX Congresso só vai ser formalmente tomada através de um comunicado da Comissão Política em Julho, aparentemente incumbida para isso pelo Comité Central que se reunira ainda nesse mês.

O documento, falando sempre em resoluções do congresso do partido soviético, nunca se refere explicitamente ao Relatório secreto que, entretanto, já havia sido divulgado pela grande imprensa internacional.

De qualquer modo estão aí implícitas perplexidades e questões que militantes e quadros do partido vinham levantando e a que era incontornável responder para ganhar o partido para as novas orientações e para o aprofundamento da viragem política em curso: como pôde Staline atentar tão brutalmente contra o funcionamento leninista do partido e afirmar um poder pessoal tão grande? Porque é que o culto da personalidade só foi denunciado agora ?

Ao mesmo tempo, abria a porta à crítica ao culto da personalidade no interior do partido, afirmando a sua manifestação em termos que sendo gerais não podiam deixar de evidenciar uma situação grave que se tornava necessário combater, apoiado agora na experiência desassombrada e corajosa do partido soviético:

*“No nosso próprio Partido, influenciado pelo culto da personalidade, também foram violadas as normas leninistas do trabalho de direcção colectiva e prevaleceram formas dogmáticas na actividade dirigente do Partido. Dando-se conta desta realidade, o Partido começou mesmo antes da VI Reunião Ampliada, a tomar medidas no sentido de estabelecer a direcção colectiva e combater o dogmatismo. A experiência trazida pelo XX Congresso representa um grande incentivo para prosseguirmos por esse caminho”*⁶⁶⁵.

⁶⁶⁵ A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, **Sobre a importância e significado do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética**, in *Avante!*, VI série, 217, 2ª quinzena de Julho de 1956

Era do aprofundamento da viragem política que efectivamente se tratava, isto é, de libertar o partido de concepções dogmáticas associadas ao culto da personalidade ou ao sectarismo, abrindo caminho a uma leitura não formatada da realidade nacional, de modo a que das suas especificidades pudesse necessariamente resultar uma via própria para derrubar a ditadura e abrir caminho à transição para o socialismo.

Colocava-se na ordem do dia a ideia de partido nacional, que não rejeitava a solidariedade internacional, a experiência do movimento comunista internacional, mas que procurava os seus próprios caminhos e, nesse sentido, reforçava a couraça que o defendia da propaganda anticomunista que o PCP estava ao serviço de Moscovo.

Esta afirmação implicava rejeitar a interferência de qualquer país na vida interna portuguesa e, por extensão, a mesma rejeição na relação internacional entre os povos de todo o mundo, o que se viria a revelar complicado com a intervenção soviética na Hungria poucos meses depois.

Daí o interesse e a atenção concedida às declarações de Palmiro Togliatti à revista *Nuovi Argomenti* em Junho de 1956, que *O Militante* virá a publicar meses depois. O dirigente comunista italiano defende as realizações soviéticas e elogia os méritos de Staline, cujo culto da personalidade evidentemente critica, mas aproveita a circunstância para produzir um conjunto de declarações que vão precisamente no sentido do reforço do posicionamento nacional de cada partido comunista no seio do movimento internacional, em que “*o conjunto do sistema torna-se policêntrico e no próprio movimento comunista não se pode falar de um guia único mas sim de um progresso que se realiza muitas vezes seguindo caminhos diferentes*”⁶⁶⁶, o que limpidamente significava sacudir o papel e a função tutelar soviética, opinião que suscitaria aliás a reprovação formal do próprio Kroutchtchev, em nome do CC do PCUS⁶⁶⁷.

O embalo internacional parece ter sido determinante para o avanço nas posições do PCP sobre estas matérias. Já em Abril de 1956 havia sido subscrita uma declaração comum entre o partido português e o PC de Espanha, que vinha de resto na senda da aproximação entre os dois partidos, particularmente depois do V Congresso dos espanhóis. O *Mundo Obrero*, órgão do Comité Central do PCE, dará inclusivamente relevo de primeira página ao comunicado⁶⁶⁸

⁶⁶⁶ Entrevista de Palmiro Togliatti sobre as críticas a Staline, in *O Militante*, III série, 88, Setembro de 1956

⁶⁶⁷ Cf. Marc Lazar, *Maisons Rouges*, Paris, Aubier, 1992, pp 94-95

⁶⁶⁸ Cf. *Declaracion Conjunta del Partido Comunista de España y del Partido Comunista de Portugal*, in *Mundo Obrero*, año XXV, 6, Mayo-Junio de 1956

Esta importante iniciativa conjunta denuncia as ditaduras ibéricas e o respectivo Pacto assinado entre Franco e Salazar, a sua submissão ao imperialismo americano, manifesta a disposição combativa dos dois partidos em se unirem nessa luta às restantes forças anti-fascistas dos respectivos países, mas inscreve também a possibilidade da via pacífica para o derrube das duas ditaduras:

“Os Partidos Comunistas de Portugal e Espanha consideram que na actualidade é possível uma mudança de regime fascista, por um regime democrático, nos dois países, sem necessidade de guerra civil, por meios pacíficos, se, para o conseguir, se puserem de acordo as mais amplas forças políticas e sociais, de esquerda e de direita” ⁶⁶⁹.

Segundo o comunicado era como se houvesse uma camada das burguesias peninsulares por um lado não monopolista e, por outro, com interesses próprios e contrários aos do imperialismo, que configurariam burguesias nacionais, susceptíveis de constituir um importante aliado na via para o derrube das ditaduras.

Tendo ou não participado directamente nos contactos com os espanhóis que conduziram a esta Declaração conjunta, Júlio Fogaça (Ramiro) e Pedro Soares (Moreno) apresentam ao CC uma proposta em doze pontos que visava ao fim e ao cabo a operacionalização deste corpo de ideias e que parece associar uma forte inspiração na nova orientação do partido espanhol com a tendência de viragem que se vinha desenhando internamente.

Não deixa de ser estranho à luz da orgânica leninista que dois militantes, mesmo que ambos membros do CC, apresentem uma proposta com estas características directamente ao Comité Central, passando por cima da Comissão Política e do Secretariado, órgãos que pelo menos Fogaça integraria.

A proposta consistia na definição global da política para o derrube do regime que deveria assentar em três círculos de unidade – da classe operária, nodal e construída em torno dos Sindicatos Nacionais e das Casas do Povo, que arrastaria a unidade dos partidos democráticos e de todos os descontentes com o salazarismo, consubstanciada através de um programa eleitoral mínimo que não deixasse de fora nenhum sector ou corrente.

Todavia, numa altura em que se começam a registar fracturas e contradições fortes na base de apoio do regime, é conferida maior atenção aos descontentes com o salazarismo, estipulando a necessidade de aprofundar essas contradições, procurando

⁶⁶⁹ Declaração conjunta do Partido Comunista de Espanha e do Partido Comunista Português, Abril de 1956

separar os sectores monopolistas dos não monopolistas; acentuar clivagens nos aparelhos repressivos, designadamente nas Forças Armadas; provocar divisões em organizações do regime como a Mocidade Portuguesa ou a Legião; atrair os católicos e mesmo fascistas descontentes.

O partido deveria dar provas de boa vontade, defendendo, ao contrário do que vinha sucedendo nos últimos anos, a participação eleitoral, mas com a condição de concorrer com garantia de ampla unidade. Por último, propõem a “*defesa dum governo democrático e por isso retiramos as exigências dum governo de unidade nacional*”⁶⁷⁰.

Este conjunto de propostas e a aceitação da via pacífica, como modalidade, mais do que mera possibilidade, presentes à reunião do CC de Maio de 1956, dava corpo a um conjunto fundamental de aspectos que se distanciavam expressivamente da linha do levantamento nacional, tal como fora formulado no IV Congresso.

Não obstante, passam a inscrever-se na propaganda e a guiar a acção do partido. Num manifesto do CC, de 24 de Maio, afirma-se:

*“A formação em Portugal de um amplo movimento de unidade anti-salazarista que, pela largueza do seu próprio programa, possa atrair à acção política as largas massas, mesmo aqueles sectores que até agora apoiaram ou não hostilizaram o governo de Salazar, criará condições para a solução pacífica do problema português”*⁶⁷¹.

O único aspecto prudentemente contornado era o do governo democrático, centrando-se os textos desta altura principalmente na questão da desagregação do regime e da possibilidade de atrair à unidade os sectores descontentes ou em ruptura, referindo-se, a esse assunto como “*a reconciliação de toda a família portuguesa (...) decisiva para que se possa acabar com a ditadura do governo de Salazar*”⁶⁷².

Para esse fim o programa eleitoral mínimo proposto assentaria em cinco aspectos - elevação do nível de vida do povo; defesa da economia nacional, combatendo a política monopolista do governo; defesa de relações económicas e diplomáticas com todos os países; restabelecimento das liberdades e amnistia política.

Dentro do partido onde se discutiam estes assuntos, a homogeneidade era qualquer coisa de longínquo. Só sobre a questão do derrube do regime, segundo os apontamentos de uma reunião de quadros de Maio de 1956, que Octávio Pato conservou

⁶⁷⁰ **Propostas de R. e Mo. ao CC**, Abril de 1956, dact., p. 1, in IAN/TT, TCL, 2º JCL, **Processo 90/62**, 15º vol., apenso a fls 813

⁶⁷¹ Cit. in **O reforçamento e alargamento da unidade anti-salazarista intensificará a desagregação do regime e apressará o seu fim**, in *Avante!*, VI série, 214, 1ª quinzena de Junho de 1956

⁶⁷² **Por uma frente eleitoral unida**, in *Avante!*, VI série, 218, 1ª quinzena de Agosto de 1956

no seu arquivo, alguns participantes manifestavam reticências quanto à via pacífica. Um deles, por exemplo, identificado como C., reportando-se à questão da queda do regime diz “*q. deveremos colocar as 2 vias (pacífica e insurreição nacional), mas inclina-se para a última. Que só o Cong^o do P. poderá decidir*”. Um outro, T., no mesmo sentido entende que “*Neste momento não lhe parece previsível a conquista da democracia por meios pacíficos, mas salientar às massas q. esse será um objectivo e iremos até à insurreição se necessário for*”⁶⁷³

Estas matérias, mas principalmente a questão da transição pacífica exorbitavam claramente as conclusões do IV Congresso, que se tinha pronunciado claramente pela via do insurreccional do levantamento nacional. Efectivamente, como assinalava C., só um novo Congresso se poderia pronunciar nesse sentido, ainda que não fosse esse o entendimento de muitos quadros do partido que entendiam que as resoluções do IV Congresso comportavam a solução agora enunciada.

Aliás a esse respeito, o espectro da Política de Transição pairava ainda sobre o partido. Nesse mesma reunião, F. afirma que “*o prob^a dos meios pacíficos se não foram bem discutido poderão surgir incompreensões, até relacionados com a “P. de T.”, embora acrescente que quanto aos “meios pacíficos não há q. modificar a linha do 2^o congresso mas [ir de] encontro à luz da actual situação*”⁶⁷⁴

Não era isso que impediria que da reunião do CC de Outubro de 1956 saísse o mais importante documento deste período, um documento que define a posição do PCP face à conjuntura política, enquadrando e fundamentando a viragem em curso.

Recorrendo em epígrafe aos primeiros versos do conhecido soneto de Camões – “*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades...*”, o mote estava dado, associando a dimensão simbólica nacional do poeta à ideia de mudança, de dialéctica.

O documento sistematiza um conjunto de ideias e de argumentos que vinham sendo divulgados pelo partido, quer em comunicados da Comissão Política quer na imprensa clandestina, ao mesmo tempo que aprofunda a argumentação procedendo a uma extensa análise da situação económica e social do país.

Para o Comité Central do PCP, o regime estava em desagregação acentuada, aprofundavam-se as clivagens no bloco social e político de apoio ao salazarismo, o que tornava “*(...) hoje possível encontrar-se uma solução democrática e pacífica para o*

⁶⁷³ Situação Política 5/956, in IAN/TT, TCL, 2^o JCL, *Processo 90/62*, 3^o vol., apenso a fls 168

⁶⁷⁴ *Idem*

*problema político nacional, que é possível expulsar do Poder o governo de Salazar sem guerra civil e sem violência”*⁶⁷⁵

Essa solução assentava na ideia de reconciliação nacional, consubstanciada na união de todos os partidos e correntes anti-salazaristas para isolar a minoria que sustentava o governo, derrubá-lo e restaurar as liberdades. O instrumento seria uma frente eleitoral que aglutinasse todos esses vastos sectores e se apresentasse desde logo às eleições para a Assembleia Nacional em 1957.

A ideia de desagregação do regime, condição para que a frente anti-salazarista englobasse os descontentes e trânsfugas, fazia com que a argumentação aduzida se baseasse principalmente em documentação do IV Congresso da União Nacional, que se reunira em Maio de 1956, destacando profusamente as intervenções críticas que aí se expressam. Por outro lado, tenta aprofundar divergências, descontentamentos e ressabiamentos de militares, monárquicos, católicos...

A situação do país é pintada a traços carregados, evidenciados indicadores económicos reveladores de retrocesso e estagnação, de dependência externa, de concentração económica de tipo monopolista, de depauperação das camadas populares.

Mas nem uma referência às mudanças que o país estava a atravessar, mudanças estruturais na sociedade portuguesa, com uma proletarização crescente, com o adensamento das cinturas industriais, com a contracção já visível do mundo rural, com a terciarização; do mesmo modo que ignora as importantes transformações que o lançamento das indústrias de base implicava e que a própria lógica do primeiro plano de fomento introduzia.

No entanto, com todas as lacunas e silêncios, essa era a resposta que o partido considerava mais adequada aos desafios da nova situação política interna, constituindo ainda assim uma viragem de orientação importante, embora, sobretudo, fortemente influenciada pela nova orientação do movimento comunista internacional, pelo modo como se posicionava num novo ambiente internacional marcado pela política de “detente” e pelas suas repercussões no quadro de cada país.

Assim, as evoluções recentes no bloco soviético legitimavam as novas propostas que avançava, embora num quadro global de análise em que as mudanças estruturais eram objectivamente desvalorizadas em detrimento de uma apreciação política que

⁶⁷⁵ Comité Central do Partido Comunista Português, *A situação política nacional e a posição do Partido Comunista Português*, Edições «Avante!», Outubro de 1956, p. 1

incidia no processo de desagregação do regime, confirmando, desse ponto de vista, remotas previsões do PCP.

O recurso a citações de Álvaro Cunhal, particularmente do importante informe – *Unidade, garantia da vitória* – que apresentara à reunião do CC de Abril de 1947, para corroborar asserções quanto à nova unidade preconizada, insere-se ainda na necessidade de justificar que não se está propriamente perante um novo quadro estratégico, mas antes na continuidade do que havia sido anteriormente traçado, como aliás é explicitamente referido:

*“Em 1946, quando do IIº Congresso Ilegal do Partido Comunista, foi apresentado o caminho do levantamento nacional para derrubar o governo de Salazar, caso ele persistisse em não querer atender a vontade do povo. Porém, de 1946 até hoje, os acontecimentos internos e externos não estiveram parados, antes evoluíram num sentido favorável às forças democráticas. (...) Por isso mesmo, o afastamento do Poder da camarilha salazarista se põe agora em termos diferentes, visto que, tanto internamente como externamente, as condições são diferentes do que então eram...”*⁶⁷⁶.

Por mais que se invocasse Álvaro Cunhal, e internamente isso era seguramente necessário, por mais que se invocasse o IV Congresso como grande moldura programática, o certo é que se estava perante uma estratégia efectivamente diferente.

Não se tratava apenas de admitir a possibilidade da transição pacífica, nem esta era apenas uma via desejável, mas a via adoptada, em torno da qual se fundamentava e argumentava. Os ventos dos XX Congresso dos PCUS acalentavam-na, davam-lhe força, com o todo o peso e o impacto que a opinião dos soviéticos tinha no PC Português.

Por outro lado, a via pacífica era indissociável da tese da profunda desagregação do regime, onde se fundava a necessidade de atrair os sectores descontentes ou em dissídio, a ampliação da base política e social da Frente, abrindo-a a uma pretendida burguesia anti-monopolista e anti-imperialista, dando assento a sectores conservadores que tinham activamente feito o caminho do anti-comunismo no Exército, na GNR, mas particularmente na Legião.

Estava-se perante um outro modelo estratégico para o derrube do regime, um outro modelo de transição democrática que, nos seus contornos mais fortes se aproximava afinal da esconjurada “Política de Transição”, que em novos moldes,

⁶⁷⁶ *Idem*, p.20

adaptada a uma nova conjuntura, mas fundamentalmente apoiada na evolução recente do partido soviético, reemergia. Era o “desvio de direita”.

Todavia, pôr esse novo modelo a falar para fora é que era mais complicado. As aproximações, mesmo aos sectores oposicionistas tradicionais, mesmo aqueles que insistentemente contactados até admitiam a necessidade de uma nova e ampla organização unitária, retraíam-se objectivamente, como que as fundas desconfianças e as velhas querelas e o lastro anti-comunista que haviam moldado as relações recentes com o PCP se mantivessem vivas.

As acções concretas tinham dificuldade em agregar novos apoios, novas feições. Continuavam a atrair apenas os mesmos sectores, e ainda muito minguados; não conseguiam passar da tradicional entrega de representações, abaixo-assinados, da comemoração de datas como, o 5 de Outubro...

Por esta altura, confirmando a necessidade de unidade, um editorial do *República* baliza-a, deixando implicitamente de fora os comunistas. Proclamava que “*convencido de que a Pátria melhor se serve ao sol da liberdade, faz sua a bandeira das Nações Unidas. Bandeira esperançosa*”. E acrescentava, “*pois na Carta do Atlântico, de que as Nações Unidas fizeram seu estatuto, se consignam a todos os homens, a todos os povos os direitos e as liberdades que podem conduzir à paz, à justiça e à felicidade por que todos ardorosamente almejam*”⁶⁷⁷.

As movimentações que ocorrem nos sectores não comunistas da oposição são importantes, embora tímidas e trôpegas, mas parece claro que deixam de fora o PCP. É o caso da efémera Frente Nacional Liberal e Democrata do general Ferreira Martins que todavia sucumbirá à maior consistência do grupo de personalidades fortes estruturado em torno de António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes e Jaime Cortesão como Directório Democrato-Social.

Será o DDS a conseguir polarizar a oposição republicana, socializante, liberal⁶⁷⁸ e, excluindo os comunistas, colocar-se efectivamente melhor posicionada para desenvolver canais com a direita oposicionista de Cunha Leal, que virá a aderir mais tarde, e com os descontentes do regime, envolvendo manejos e conspiratas militares. É a velha “Terceira Via”, em que tanto zurzira Cunhal nos anos quarenta, reactivando-se.

A Comissão Promotora do Voto, que António Sérgio já criara em 1953, ajudará também a delimitar o terreno na frente eleitoral, vindo a desempenhar um importante

⁶⁷⁷ Faz falta a democracia, in *República*, de 10 de Novembro de 1956

⁶⁷⁸ Cf. Susana Martins, *A reorganização do II movimento socialista...*, p. 61

papel na necessidade de neutralizar ou pelo menos de contrapor iniciativa ao afã do PCP.

Ainda em 1956, a Resistência Republicana-Socialista que Mário Soares e os seus amigos, designadamente Manuel Mendes e Piteira Santos, criaram poucos anos antes, atraindo gente da velha União Socialista, assim como antigos militantes e dirigentes do PCP, vai aderir ao Directório, fazendo-se aí informalmente representar por Mário Soares.

Neste ano o pleno da oposição não comunista está praticamente feito, de modo directo ou indirecto, em torno do Directório Democrato-Social, o que amortece bastante os intuitos do PCP na criação da Frente Nacional Anti-Salazarista. Desenha-se uma luta surda, que não é propriamente nova, mas que adquire traços mais vivos, pela hegemonia da oposição. As abjurações e contrições do PCP não eram suficientes para derreter a dureza desavinda com que os potenciais parceiros oposicionistas encaravam as suas iniciativas.

O ano de 1956 não se escoaria ainda sem que a intervenção soviética na Hungria viesse perturbar a imagem de degelo nas relações internacionais persistentemente induzida pelo PC da União Soviética nos anos anteriores e teorizada no XX Congresso. Do mesmo modo, as declarações do PCP vincando a ideia da autonomia face a Moscovo, do seu rosto nacional, a recusa de toda e qualquer ingerência de um país nos assuntos e na vida interna de outro eram seriamente abalados.

Os 200 mil militares soviéticos apoiados por dois mil carros de combate que entram na Hungria a 3 de Novembro de 1956 afogam rua a rua, casa a casa, em Bucareste, as esperanças de *democratização* do regime, depondo o reformador Imge Nagy, colocando em seu lugar Janos Kadar, provocando um cortejo de mortes, prisões e deportações entre os que resistiram.

Já em finais do mês anterior uma primeira intervenção das forças militares soviéticas estacionadas na Roménia dera cobertura à actuação repressiva das forças policiais sobre uma manifestação de solidariedade com a revolta operária desse verão na Polónia, que contou com 50 mil participantes. No dia anterior, um grande comício estudantil reivindicara a democratização da vida política, a melhoria das condições de vida dos operários e trabalhadores, a reestruturação económica e a retirada das tropas soviéticas.

Durante cinco dias estudantes e operários, a que se juntam unidades do exército, desbaratam os agressores e lançam formas de organização como conselhos operários e

comités revolucionários. Nagy anunciará a retirada das forças invasoras, contudo, isso não durará mais que escassos dias. No início de Novembro, a intervenção soviética foi brutal⁶⁷⁹.

O incidente pelo seu enquadramento internacional, pela sua gravidade e pela pronta e intensa exploração pelos meios mais conservadores e anti-comunistas era de molde a amachucar sectores mais ou menos largos entre os comunistas portugueses.

A resposta do Comité Central foi rápida, mas não imediata, parecendo acompanhar o ritmo das justificações sobre o acontecimento empreendido pela Rádio Moscovo, que fornecia o respectivo argumentário.

Dado o evidente incómodo da situação, a tomada de posição pública a que procede o Secretariado do Comité Central associa explicitamente a situação na Hungria ao que se passava no Egipto, como se em ambos os casos se tratassem de manejos das forças imperialistas ou por elas acirradas, pois, desse ponto de vista, apesar de tudo mais confortável, ambas as situações *“faziam parte dum plano preparado de longa data pela reacção imperialista internacional, plano que põe em perigo a paz mundial e criou certa confusão”*⁶⁸⁰.

Os incidentes no Egipto, mais propriamente no Canal do Suez, nacionalizado pelo governo de Nasser, na sequência de um prolongado jogo de forças com os ingleses e americanos, conduzem ao bombardeamento da zona do Cairo e do Canal pela aviação inglesa, à ocupação da península do Sinai até ao Canal por forças israelitas e ao desembarque de paraquedistas e fuzileiros ingleses e franceses de Port Said. Com o patrocínio da ONU, esta movimentação, calculadamente simultânea com o que se estava a passar na Hungria será, todavia, estancada e reposta no terreno a situação anterior.

O comunicado confundia deliberadamente a natureza distinta das duas situações, colocando com habilidade na dianteira o que passara no Egipto e reduzindo os acontecimentos húngaros a uma sórdida conspiração dos círculos imperialistas, que se apoiaram numa legião de nazis húngaros armados, ex-combatentes nos exércitos hitlerianos:

“Divorciados do povo, os nazis húngaros procuraram dominar pelo terror mais brutal, cometendo toda a sorte de atrocidades contra as forças que se lhes opunham. Milhares de operários e camponeses comunistas foram enforcados, cidadãos soviéticos foram perseguidos e assassinados,

⁶⁷⁹ Cf. Jean-François Soulet, *Histoire comparée des États communistes de 1945 à nos jours*, Paris, Armand Collin, pp 125-126

⁶⁸⁰ O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, *Declaração do Partido Comunista Português sobre a agressão ao Egipto e os acontecimentos na Hungria*, 11 de Novembro de 1956

*mulheres e crianças foram violadas, museus, hospitais e outros edifícios foram incendiados ou destruídos pelos contra-revolucionários nazis. Assim conseguiram os fascistas estabelecer na Hungria o caos, o terror e a desordem durante vários dias”*⁶⁸¹.

A esta argumentação apocalíptica e completamente manipulatória, o documento insinuava, ainda assim, alguns dos verdadeiros motivos que levaram à intervenção militar soviética – a destruição das conquistas alcançadas, que é o mesmo que dizer, do regime de democracia popular; a quebra dos laços com o campo socialista mundial, isto é, a saída da Hungria do Pacto de Varsóvia; a restauração do capitalismo, ou seja a ruptura em relação aos limites reformistas tolerados pela URSS.

Deste modo justificava a intervenção soviética, no fundo, alegadamente, em nome da defesa do património revolucionário húngaro, do internacionalismo proletário e da causa da paz na Europa.

Cimentava, por outro lado, o terreno para se insurgir contra a grande campanha anti-comunista nacional e internacional e denunciar a confusão que propositadamente estavam a lançar sobre o movimento operário, comparando a situação à que se vivera na guerra civil de Espanha ou com o Pacto Germano-Soviético, ainda que concluísse que a situação era distinta, mas apenas porque a correlação de forças a nível mundial era mais favorável para o campo socialista e para os partidos comunistas.

Para consolidar essa posição, o *Avante!* publica um resumo da Declaração do governo soviético sobre os acontecimentos na Hungria, mas em que, como que olhando para a frente, diz reportar-se às “*bases do desenvolvimento e fortalecimento da amizade e da colaboração entre a União Soviética e os outros países socialistas*”⁶⁸²

O aproveitamento propagandístico da situação passou, em Portugal, por uma resolução do Conselho de Ministros, por manifestações organizadas pela Mocidade Portuguesa, pela Legião ou pelos Sindicatos Nacionais, por uma caudalosa produção jornalística e por uma campanha dita de auxílio ao povo húngaro.

Nestas frentes, o PCP procurou, como pôde, contrapor a sua visão. À campanha de auxílio, por exemplo, clamava contra as toneladas de géneros e agasalhos que o governo português canalizava para lá, ao mesmo tempo que não tinha “*quanto aos famintos, crianças e mulheres andrajosas do nosso País*”⁶⁸³, as mesmas preocupações.

⁶⁸¹ **Idem**

⁶⁸² **Resumo da Declaração do Governo Soviético**, in *Avante!*, VI série, 224, Novembro de 1956

⁶⁸³ **Declaração do Partido Comunista Português sobre a agressão...**

Perante a convocação para o Terreiro do Paço, em Lisboa, de uma manifestação dos Sindicatos Nacionais em solidariedade com os trabalhadores húngaros, a Direcção de Organização Regional de Lisboa do PCP depois de reiterar muita da argumentação do partido, defendia, na linha da estratégia entrinçada em relação aos sindicatos corporativos que os trabalhadores deviam pressionar as suas direcções contra a campanha anti-comunista em curso, acrescentando mesmo:

“Devemos ir lá todos, não para fazer a manifestação que o governo pretende, a favor dos fascistas húngaros, mas sim para unir os trabalhadores portugueses e exigir do Ministro das Corporações, a satisfação das suas reivindicações que este ministro há meses e até há anos se tem recusado a satisfazer.

*Transformemos essa manifestação de apoio aos fascistas húngaros numa manifestação em defesa das reivindicações e das liberdades do nosso povo”*⁶⁸⁴

Os resultados do apelo seriam inexpressivos, a acção inclusivamente de eficácia duvidosa, mas, ainda assim, não deixa de reflectir o voluntarismo e a necessidade de responder com alguma agressividade à forte pressão do regime em relação a uma situação que se apresentava difícil e incómoda para a própria manobra táctica do PCP em torno da desagregação do regime, da atracção dos fascistas descontentes e da “burguesia nacional” e do lançamento da Frente Nacional Anti-Salazarista.

Mesmo entre as correntes republicanas e socializantes, o efeito dos acontecimentos constituía, pelo que de contraditório encerrava em relação ao discurso que vinha sendo desenvolvido a partir do XX Congresso do PCUS, um óbice poderoso à unidade. Nas páginas do *República*, por exemplo, Vasco da Gama Fernandes, dirá, meses mais tarde, que *“a intervenção do exército russo na Hungria constituiu uma lamentável revivescência do pior que o «stalinismo» praticara até então – precisamente aquilo que Kruchtchev autopsiara no seu já famoso discurso”*⁶⁸⁵

A audição da Rádio Moscovo, obrigatória para os funcionários, não teria evitado uma certa desorientação⁶⁸⁶, que o documento do Secretariado ajudaria a vencer. Mas, entre os militantes as reacções ter-se-iam pautado por uma espécie de alheamento

⁶⁸⁴ A Direcção da organização Regional de Lisboa do PCP, *À classe operária de Lisboa! A todos os trabalhadores e ao povo*, 26 de Novembro de 1956, in *O PCP e as manifestações a favor da Hungria*, in *Boletim de Informação (Actividades Comunistas)* da Direcção de Serviços Culturais da Junta Central da Legião Portuguesa, 6, Dezembro de 1956

⁶⁸⁵ Vasco da Gama Fernandes, *Dois problemas. Dois inquéritos*, in *República*, de 14 de Maio de 1957

⁶⁸⁶ *O PCP e as manifestações...*

amargo em relação a essa sucessão de acontecimentos, como se de um soco no estômago se tratasse.

Numa reunião, para discutir o XX Congresso e a questão da Hungria, um dos militantes presentes reconhece que se não perdeu a confiança no marxismo, no socialismo e no Partido, *“Para alguns amigos os erros que apareceram fê-los perder a confiança”*⁶⁸⁷.

No entanto, outros vão manifestando as suas perplexidades e a mesmo a sua indignação sobre a forma como a questão húngara foi tratada pelos soviéticos. Um outro colocará a questão nestes termos:

*“Não compreendo a intervenção soviética na Hungria. Não há dúvida que foi o exército soviético que resolveu a situação. A explicação da Rádio Moscou não me satisfaz. Custa-me a compreender que depois de tantos anos de Democracia Popular na Hungria, o Partido e o exército não tenham sido capazes de resolver a situação”*⁶⁸⁸

Mas há quem manifeste dúvidas se Nagy é ou não um traidor, quem afirme que foi violado o princípio da não intervenção nos assuntos internos dos outros países ou ainda quem diga que está simultaneamente alegre e triste com o sucedido, alegre porque a situação interna da Hungria foi resolvida e triste porque isso só foi possível à custa da intervenção soviética, o que veio abalar o prestígio da URSS.

Quando muitos destes militantes ousam dar a sua opinião fazem-no de modo inseguro, tímido e como que desculpando-se ao mesmo tempo por eventualmente estarem a dar opiniões erradas, pois reconhecem o seu baixo nível político e ideológico.

Mais desassombrado é, por exemplo, Lobão Vital que da prisão, em carta a Olívio França, um dos advogados do processo do MND, não hesitará em escrever:

*“E é precisamente por eu defender o direito de livre discussão que também não posso admitir, seja a que título for, que um exército estrangeiro interfira na vida dum País. De resto, ao fazer esta afirmação peremptória, estou apenas a reproduzir o que sempre tenho afirmado, sem qualquer hesitação, em toda a minha vida pública. De facto só uma Nação podia resolver – e resolve – os seus problemas”*⁶⁸⁹

⁶⁸⁷ Sobre o XX Congresso e o problema da Hungria (Algumas opiniões dos camaradas do organismo E), s.d., dact., p. 1, in TCL, 4º JCL, *Processo 66/59*, 8º vol. Apenso a fls 421

⁶⁸⁸ *Idem*, p. 2

⁶⁸⁹ Carta de António Lobão Vital a Olívio França, Colónia Penal de Santa Cruz do Bispo, 26 de Novembro de 1956, mns, fotocópia, in IAN/TT, Pide-DGS, *P. 8127-SR*, [288-289]

Mas desta espécie de trauma, por mais vastas que tenham sido as vozes de dúvida ou de discordância, o PCP conseguirá recuperar sem danos internos visíveis, gerindo com habilidade esta questão. A comparação com o incidente do Suez, a tentativa de responsabilização dos círculos imperialistas pela degenerescência da situação húngara que teria conferido legitimidade à intervenção soviética; a ênfase, por contraste e oposição, da agressão imperialista no caso do Suez; a insistência, ainda no domínio da propaganda, do modo como o governo de Salazar e mesmo sectores da direita oposicionista se haviam colocado perante aquela conjuntura, conseguiriam reverter a situação, ainda que à custa do arrastamento do seu isolamento político no quadro das oposições ao regime.

Mesmo nas outras questões que o XX Congresso tinha trazido, designadamente a transição pacífica e a crítica a Staline não tinham até aí suscitado objecções de fundo. Muitos acreditavam que o derrube da ditadura só podia ser de forma violenta, mas admitindo que pudesse ser por via pacífica, desvalorizavam objectivamente a questão ou não viam ou pareciam perceber que, tal como estava a ser colocada a questão nos documentos do partido, não se tratava de duas vias possíveis, mas antes da opção pela via pacífica em detrimento do levantamento nacional. Sobre Staline, acreditando nos dirigentes soviéticos limitavam-se a perguntar como é que tinha sido possível o culto da personalidade e a perversão do funcionamento leninista no PCUS.

Havia, evidentemente, quem quisesse explicações mais aprofundadas em relação ao culto da personalidade e à forma como o partido soviético havia convivido com a situação durante tantos anos, mas a tendência parecia continuar a ser desvalorizante, com militantes a dizerem, por exemplo, que a publicação do relatório secreto ao XX Congresso no *Le Monde* não tinha grande importância, porque no país pouca gente lia o jornal francês ⁶⁹⁰.

Entretanto, intensifica-se o processo de preparação do V Congresso. A reunião do Comité Central de Dezembro de 1956 ao mesmo tempo que condena formalmente o culto da personalidade e os métodos errados de direcção decide convocar o Congresso, define objectivos e designa os relatores dos informes. O folheto de Outubro do CC e o projecto de Estatutos constituiriam os materiais fundamentais para a discussão a travar na estrutura do partido ⁶⁹¹.

⁶⁹⁰ Cf. **Sobre o XX Congresso e o problema da Hungria...**

⁶⁹¹ Cf. **Sobre o Vº Congresso**, s.d., dact., p. 1, in TCL, 4ª JCL, *Processo 59/61 [44685]*, 4º vol., apenso a fls 374

3. “*Como um velho realejo, repetindo, repetindo sem vibração profunda*”

Nos primeiros meses de 1957, enquanto o Secretariado e a Comissão Política prosseguem com a orientação que teve no documento de Outubro um importante momento de sistematização, vão despontando por outro lado críticas a essa orientação por parte de elementos do Comité Central, algumas verbalizadas já na discussão do Projecto de Documento havida em Setembro de 1956.

Essas críticas acompanham as dificuldades e a incapacidade de as contornar quanto ao processo de constituição de listas únicas da oposição às eleições de Novembro de 1957, o que tinha sido considerado como o procedimento táctico mais adequado para o lançamento da Frente Nacional Anti-Salazarista.

A actuação dos órgãos executivos continua a pautar-se por um particular cuidado em dar provas de boa vontade aos sectores mais moderados da oposição e inclusivamente a insinuar-se perante a direita em ruptura com o regime.

Logo em Janeiro, a Comissão Central do MND declara finalmente a sua dissolução:

*“Perante as perspectivas de mais uma arrancada dos democratas para a reconquista das liberdades fundamentais, com base no desanuviamento da situação internacional, no agravamento da situação interna e na crise ideológica do Estado Novo, perante o entusiasmo popular e a onda de descontentamento crescente em relação à política governamental (que abrange até sectores não democráticos de opinião), o nosso Movimento, nascido das lutas populares pela Democracia de 1949 e que, durante mais de sete anos, através de inúmeros sacrifícios impostos por um regime anti-democrático, hasteou bem alto a bandeira da luta pela Liberdade, entende chegada a hora de depor a sua bandeira nas mãos de todos os democratas portugueses e do povo que o criou, no interesse da vitória dos ideais democráticos”*⁶⁹².

⁶⁹² A Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, **O MND cede o lugar a mais ampla unidade da Oposição**, cicl., Janeiro de 1957

O teor não podia ser mais elucidativo. Está aí a repetição dos traços essenciais de mudança política e os argumentos, simultaneamente de valorização e esgotamento, do MND perante as novas tarefas no campo da unidade anti-fascista, tal como as entendia a Direcção do PCP.

Não obstante, arrastava-se a indefinição quanto à disponibilidade dos sectores não comunistas da oposição avançarem para as listas únicas. O que continuava a caracterizar o comportamento das oposições era a dispersão, mas a que acrescia um arduo alheamento das iniciativas de acção comum propostas pelo Partido Comunista.

Isso verificava-se desde logo em relação às operações de recenseamento, particularmente importantes no quadro da manipulação eleitoral por parte do regime. Para o partido, era uma boa oportunidade de criar comissões de recenseamento que comessem desde logo a aglutinar toda a sorte de oposicionistas, entre os quais os desejados descontentes do regime. Na retransa, os outros sectores e correntes subestimavam essa importância⁶⁹³.

Ainda assim, a reclamação de amnistia para os presos políticos reunia maior aceitação e envolvia maior capacidade de alargamento da base das iniciativas. Como referia o *Avante!*, “*A aspiração duma amnistia para todos os presos políticos e delitos de opinião abrange cada vez maior número de pessoas de todas as camadas sociais, ideologias e crenças religiosas*”⁶⁹⁴. Efectivamente, sucediam-se os abaixo-assinados e os apelos dirigidos aos deputados, ao governo, ao Presidente da República, que conseguiam invariavelmente reunir centenas ou mesmo milhares de assinaturas.

Figuravam entre os seus subscritores, além dos intelectuais comunistas e dos aliados indefectíveis, as personalidades do Directório Democrato-Social, os velhos republicanos, os advogados da Baixa e começavam a aparecer católicos como Vieira de Almeida ou Alçada Baptista. Os próprios Bispos de Aveiro e Coimbra haviam subscrito uma dessas petições e, inclusivamente, um deputado da União Nacional intervém na Assembleia Nacional solicitando ao governo uma amnistia por altura da Páscoa⁶⁹⁵.

Quer a propósito da Amnistia quer da situação económica e social do país, a Direcção do PCP preocupava-se em esquadrihar tudo quanto pudesse expressar clivagens no seio do regime, tudo quanto pudesse ajudar a demonstrar que o salazarismo se desagregava, procurando como podia, aprofundar esses sinais.

⁶⁹³ Cf. O Secretariado do Comité Central do PCP, **A todos os democratas. A todos os anti-salazaristas**, in *Avante!*, VI série, 226, 1ª Quinzena de Janeiro de 1957

⁶⁹⁴ **A Nação reclama amnistia**, in *Avante!*, VI série, 234, 1ª Quinzena de Maio de 1957

⁶⁹⁵ Cf. **Que seja concedida uma ampla amnistia**, in *Avante!*, 232, 1ª Quinzena de Abril de 1957

A Daniel Barbosa, antigo ministro da *entourage* marcelista que de modo astuto conseguira desarticular o ciclo grevista da guerra, era-lhe dada razão por ter comentado na Assembleia Nacional as dificuldades económicas em que vivia a maioria da população. O próprio era apresentado como um representante da grande indústria “onde, como é sabido, lavra já o descontentamento e a oposição à política económica salazarista”⁶⁹⁶.

O médico e deputado Cid dos Santos recebia “*um vivo apoiado*”⁶⁹⁷ por ter, em Aviso-Prévio na AN, discordado da política de assistência pública do regime, mas particularmente da ingerência do Ministro do Interior na gestão do Hospital Escolar.

Os ventos de propaganda das relações económicas entre todas as nações soprados em particular desde a morte de Staline, tornaram o PCP um defensor ainda mais aceso das relações económicas e culturais de Portugal com a União Soviética e os países de Democracia Popular. Apoiava, por isso, todas as vozes reticentes ao Mercado Comum europeu, que então arrancava, a que contrapunha as relações económicas com todos os países, designadamente de leste.

É, por isso, dado exuberante relevo, às opiniões dos industriais ou dos burocratas corporativos que defendiam que a adesão de Portugal ao Mercado Comum seria uma calamidade para a indústria nacional. Pouco importava que a essência dessa opinião radicasse num atávico pavor da burguesia portuguesa perder o proteccionismo estatal e enfrentar a concorrência europeia ou que esse tipo de opinião fosse, tantas vezes, veiculado a partir de dentro do próprio sistema corporativo que tanto condenava a concorrência.

Sobre isto, a opinião do PCP era rotunda:

*“Continuamos sinceramente convencidos de que se todos os produtos industriais e agrícolas se unissem nas suas associações, nos seus Grémios, etc., e aí se defendessem relações comerciais livres com todos os países, se o povo apoiar esta justa reivindicação da produção nacional, tais relações poderão ter lugar e Portugal não cairá no projectado anel de ferro do “mercado comum””*⁶⁹⁸

Todavia, apesar destes esforços e demonstrações de boa vontade, apesar de se repetirem insistentemente os apelos à constituição de um bloco eleitoral anti-salazarista,

⁶⁹⁶ Tem razão o Eng. Daniel Barbosa, *idem*

⁶⁹⁷ Um vivo apoiado ao Dr. Cid dos Santos, in *Avante!*, VI série, 233, 2ª Quinzena de Abril de 1957

⁶⁹⁸ “Portugal adere aos princípios expostos pela URSS”, disse o Dr. Teixeira Guerra, in *Avante!*, VI série, 236, 1ª Quinzena de Junho de 1957

à medida que os meses passavam e que a data das eleições se aproximava, as restantes correntes e personalidades oposicionistas fechavam-se, não davam a conhecer a sua posição e iam deixando passar o tempo.

Em Fevereiro, na Comissão Política, Júlio Fogaça numa longa intervenção insiste em considerar que a situação, mesmo ponderando os aspectos negativos, continua a abrir grandes perspectivas e o regime está a ficar apavorado com a possibilidade de unidade anti-salazarista.

Considera, no entanto, haver problemas, apesar da questão da Hungria estar a ser ultrapassada. Admite que a desorientação e vacilação que algumas personalidades oposicionistas revelam encobrem fuga à unidade, havendo mesmo atitudes conscientes nesse sentido.

Para ultrapassar essa situação defende ser necessário continuar a pressioná-los e que as acções de massas podem desempenhar aí um importante papel.

Vários elementos corroboram estas opiniões. Insistem muito em ter cuidado na actuação para que o partido não fique isolado das outras correntes, que o sectarismo não está eliminado e que se traduz muito na aplicação da orientação de unidade, que é preciso persistir mesmo junto daqueles que mais mal dizem dos comunistas, de modo a não deixá-los cair nos braços dos apoiantes do regime.

Surgem, todavia, vozes na contramão deste optimismo. Dizem precisamente que as dificuldades que se estão a sentir têm origem na orientação estabelecida que levou a criar a ideia que tudo era fácil ⁶⁹⁹.

Mas, com esta correlação de opiniões, não é, portanto, de estranhar que as conclusões desta reunião continuem a ser de que “*As condições para a unidade subsistem e nada veio alterar a orientação geral do P.*” ⁷⁰⁰

Em Março de 1957, Guilherme da Costa Carvalho (Manuel), membro do Comité Central que integrava a troika de Lisboa, envia um extenso documento aos órgãos executivos do CC de análise crítica à posição publicamente assumida em Outubro anterior.

Há um dado de base que Carvalho quer deixar bem claro desde início, é que concorda com a transição pacífica nos justos termos da Declaração Conjunta PCP/PCE. Portanto, não é por aí que desenvolve o rol de discordâncias que desde a fase de

⁶⁹⁹ Cf. CP. Situação Política. 2/57, in TCL, 2º JCL, *Processo 92/1962*, 2º vol., apenso a fls 172

⁷⁰⁰ Conclusões e tarefas políticas. 2/57. CP, *idem*

discussão do projecto de Programa vem assinalando. Para si, o fundamental radica na subestimação do papel dirigente da classe operária no derrube do regime.

Isto significava que em sua opinião o centro do procedimento tático estava na unidade por cima entre forças e correntes anti-salazaristas e não na unidade por baixo, a começar pela classe operária, a partir dos seus locais de trabalho, em torno das suas reivindicações específicas e pelo desenvolvimento da sua participação nas lutas políticas. Por isso afirma:

*“(...) fico com a ideia de ser dada maior importância ao que é uso chamar a unidade por cima e à formação da unidade anti-salazarista pelo chamar dos que foram salazaristas, a quem várias vezes se alude com cuidado e atractivamente. O cuidado que houve [em] tantas outras coisas não o vejo posto em explicar-se às camadas trabalhadoras a formação daquilo que no nosso espírito está como sendo o principal: “A construção dum largo movimento de unidade das forças democráticas e da oposição anti-salazarista tem como base a unidade da classe operária, força de choque da oposição ao governo de Salazar””*⁷⁰¹

O problema da desagregação do regime devia assim ser encarado não pela ruptura por acordo ou por pressão palaciana, mas sim por pressão da luta de massas, o factor determinante para acelerar e aprofundar a sua crise interna e a sua decomposição, assim como para atrair ao campo da oposição todos os anti-salazaristas.

Carvalho admite que do documento de Outubro não se pode concluir ser a solução pacífica a única admitida, no entanto, acrescenta que a forma como o problema é colocado é tão ambígua que dificulta a compreensão do problema nas organizações de base do partido e volta a insistir que isso é tanto mais evidente quanto não há referências suficientemente significativas sobre o papel da acção combativa das massas populares. E era aí que radicava o essencial de toda a concepção política do documento, que não hesita em considerar errada.

Chama aliás a atenção sobre se será por acaso que o documento não refere uma única vez o XX congresso do PCUS, que designa de histórico, assim como não cita qualquer dos clássicos do marxismo-leninismo, sendo que as citações que faz de Álvaro Cunhal são as que mais se adequam à perspectiva geral que sustenta, chegando a dizer que há desvirtuamento das próprias citações que são feitas do Informe ao IV Congresso.

⁷⁰¹ M[anuel] [Guilherme da Costa Carvalho], **Algumas considerações sobre o documento do CC de 27/X/956 “A SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL E A POSIÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**, Março de 1957, dact., p. 3, in TCL, 4º JCL, *Processo 59/61 [44685]*, 4º vol., apenso a fls. 364

Por outro lado, mostra também a sua perplexidade na falta de qualquer referência à importância da elevação do nível ideológico, político e organizativo do partido. Deste ponto de vista, em sua opinião o documento recua inclusivamente em relação aos materiais da VI Reunião Ampliada.

É por esta via que chama a atenção para a proximidade que a nova orientação pode ter com a “Política de Transição”. Aliás sobre esta questão em particular, acrescentará uma adenda semanas depois, apoiando-se no informe de Álvaro Cunhal à Reunião do CC de Junho de 1947, para concluir:

“penso de facto que logo que houve uma suposta aproximação entre as “condições objectivas” para que foi criada a “Política de Transição” e a “realidade 1956” o fundamental destas concepções não marxistas, revistas e limitadas nas suas arestas mais visíveis, ergueu a cabeça, conseguindo surgir a público no Documento “A situação política actual e a posição do PCP”⁷⁰²

Podiam ser restritas na Direcção do PCP posições como as que Guilherme da Costa Carvalho defendia, mas ainda assim não deixa de ser significativo que a questão da ressurgência do espírito da “Política de Transição” associado à nova orientação surja aí pela voz de elementos que integram o CC..

Na base do Partido, a discussão do Documento de Outubro era difícil dado o baixo nível dos militantes e a tendência seria para o seguidismo ou para a manifestação de dúvidas. Num organismo com intervenção directa na frente de unidade, um dos elementos, é de opinião que pouco haveria a discutir, pois *“A Direcção do P. ponderou certamente todas as coisas ao traçar a linha do P. e sabe da disposição de toda a gente à escala nacional, por isso o que há é que não complicar as coisas, há que ir para a frente”* ou um outro que afirma que *“Leu o documento bastantes vezes, está de acordo com ele e com todos os problemas postos. Mas a ideia de como levar à prática a via pacífica isso é que não tem”⁷⁰³.*

No entanto, também aí há quem assinale falhas no que diz respeito às tarefas concretas dos trabalhadores, que não são referidas, pelo que se tornava necessário travar grandes discussões com esse fim, ou, mais incisivos, quem conclua que *“a possibilidade de abrir para a direita pode conduzir a abrandar a nossa defesa e a luta de classes, o que no documento não se salvaguarda. Vêem-se agora os grandes do*

⁷⁰² M[anuel] [Guilherme da Costa Carvalho], *Nota à margem*, Abril de 1957, dact, p. 19, *idem*

⁷⁰³ M[anuel] [Guilherme da Costa Carvalho], *Algumas considerações sobre o documento do CC...*, p. 4

azeite a movimentarem-se contra os monopólios do óleo, por isso são nossos aliados, mas temos que ressaltar que são aliados dos mais frágeis, ainda não para além dos seus interesses momentâneos, e que eles próprios se preparam para pregar grandes partidas às massas” ⁷⁰⁴.

Numa célula, cujas conclusões da discussão do documento foram enviadas ao CC, os seus membros manifestam desassombradamente a sua discordância quanto à ideia de reconciliação nacional, duvidam da capacidade de união dos anti-salazaristas, incluindo aí os descontentes do regime, acham que há uma sobrestimação da distensão internacional, que o partido não tem nada que se preocupar com a quebra do rendimento industrial que as estatísticas oficiais assinalam, que há timidez na questão colonial e que devia haver uma declaração formal de cariz abertamente anti-colonialista, que duvidam que a capacidade de intervenção eleitoral possa levar à eleição de deputados e que há legalismo e irrealismo nas posições adoptadas.

Finalmente, concluem que *“precisamos deixar sempre claro que não somos sempre reformistas, mas sim revolucionários (...) e que há que dizer que a força principal está na unidade da classe operária”* ⁷⁰⁵.

Em Junho de 1957, Guilherme da Costa Carvalho volta a intervir formalmente no debate, agora sob a forma de carta. Lembra como foram azedas as discussões em Setembro anterior à volta do projecto de documento e que a Comissão Política rechaçou todas as opiniões que então expressara, mantendo na versão final a linha geral do projecto.

É interessante como, sentindo-se isolado nas posições que defendia, se atira para novas leituras procurando resolver a dúvida se estaria ou não errado. Lê o informe de organização de Santiago Carrillo ao V Congresso do PC de Espanha, estuda o informe de Kroutchtchev ao XX Congresso do PCUS e vai encontrando aí o que entende ser a confirmação do que afirma, que era o mesmo que dizer que as posições dominantes no CC e principalmente nos órgãos executivos estavam à direita desses documentos, afinal da linha do movimento comunista internacional. Como conclui, *“o Documento era como um velho realejo, repetindo, repetindo sem vibração profunda”* ⁷⁰⁶.

⁷⁰⁴ *Idem*, pp 3-4

⁷⁰⁵ José, *Ao Comité Central do Partido Comunista Português*, s.d., dact., p. 4, in IAN/TT, TCL, 3º JCL, *Processo 16228/59*, 5º vol., apenso a fls [346]

⁷⁰⁶ M[anuel] [Guilherme da Costa Carvalho], *8 de Junho de 1957, Queridos Camaradas*, dact., p. 3, in TCL, 4º JCL, *Processo 59/61 [44685]*, 8º vol., apenso a fls. 594

Entretanto, a Comissão Política começa a fazer circular entre os membros do CC o novo projecto de Programa a ser aprovado pelo V Congresso, que vinha substituir a versão inicial, distribuída três anos antes. O que a distinguiu da anterior era a introdução dos principais aspectos que o Documento de Outubro consagrara.

O Comité Central reúne ainda nesse mês onde começam a ser discutidos os documentos para o Congresso. Aí são já pelo menos três os membros, incluindo Octávio Pato (Melo ou Frazão), que exprimem a opinião que o projecto de informe político traduz um desvio oportunista, cujas raízes são idênticas às da “Política de Transição”, ainda que com especificidades próprias.

Sustentam que há subestimação do papel da classe operária e do papel decisivo do movimento de massas, fazendo-se depender a solução pacífica de uma desagregação do regime operada por cima, receando-se assustar a burguesia e apontam Júlio Fogaça como o principal responsável por essa inflexão, que teria sido “*arrastado de novo para desvios idênticos aos da “PT”*”⁷⁰⁷.

A responsabilização de Fogaça é considerada acrescida, porque foi o autor dos documentos e, nessa qualidade, não teve em devida conta as críticas que já tinham sido feitas, assim como as conclusões da Comissão Política. É acusado de dificuldades em libertar-se de concepções cuja raiz está precisamente na “Política de Transição”.

No decurso da discussão foi-se pondo o problema de continuar a atribuir-se a Fogaça a tarefa de elaborar e trabalhar o informe político ao congresso. Quase todos os participantes insistiam nesse aspecto, mas, paradoxalmente, mantiveram essa decisão, com excepção de Guilherme de Carvalho.

Isolado, Carvalho afirmava que Fogaça era um oportunista que se devia regenerar frequentando um curso de marxismo e que o desvio que se ia identificando era a mesma coisa que a “Política de Transição”⁷⁰⁸.

Do que os restantes elementos discordavam era da personalização da “PT” em Fogaça, que Carvalho fazia, por isso admitiam até que ele, reconhecendo os seus erros, se mantivesse como indigitado para redigir o Informe Político ao V Congresso.

Aparentemente, Fogaça e os que seguiam as suas opiniões teriam admitido, nem que fosse formalmente, uma relativa subestimação da classe operária. Daí, Jaime Serra (Freitas) ter sido incumbido para redigir um artigo para *O Militante* sobre o tema, a que vai ser dado relevo de primeira página.

⁷⁰⁷ **Conclusões políticas do CC (6-57)**, mns, [2], in TCL, 2º JCL, *Processo 92/1962*, 2º vol., apenso a fls 174

⁷⁰⁸ Cf. **Idem**, [4]

Serra explica o papel de vanguarda da classe operária no contexto da unidade democrática e anti-salazarista e reconhece:

*“É frequente em documentos do Partido, mesmo em documentos fundamentais, uma grande subestimação da classe operária, da necessidade de interpretarmos justamente os seus anseios e de a mobilizarmos para a luta defendendo os seus interesses. Os nossos argumentos desenvolvem-se e desdobram-se nesses documentos mais em função dos interesses de outras classes tais como os camponeses e a pequena e média burguesia, do que em função dos interesses da classe operária”*⁷⁰⁹

As alusões ao debate em curso eram evidentes e o reconhecimento do erro também. Porém, entendia-se que assim se tinha procedido porque se acreditava na ideia falsa de que a classe operária estaria esclarecida, seguiria fielmente as consignas do Partido Comunista e por isso não era necessário dedicar-lhe uma atenção que seria desnecessária.

Embora se considerasse isso incorrecto, tratava-se de algum modo apenas um meio reconhecimento, já que permitia rectificar, acantonando, no entanto, o erro numa explicação supérflua e pouco consistente.

Quanto ao mais, introduzia-se efectivamente todo um conjunto de aspectos destinados a forjar a unidade da classe operária, que correspondiam ao essencial do que, deste ponto de vista, Guilherme Carvalho havia propugnado, designadamente o reforço da organização do partido, a sua ligação às grandes empresas e centros industriais, a preocupação em relação aos problemas dos trabalhadores e a atenção às lutas e movimentações em torno de objectivos concretos.

De qualquer modo, a discussão arrasta-se e o ambiente de preparação do V Congresso propicia essa situação, com o CC a fazer reuniões a uma cadência grande, praticamente uma por mês. A de Julho constitui um momento importante de sistematização e avaliação das discussões que corriam há meses. Do que é possível apurar, vai-se alargando o leque de elementos que identifica as posições políticas veiculadas pelo documento de Outubro como um desvio que importa corrigir, um desvio que é assinalado por alguns como sendo filho da Política de Transição. E se é a

⁷⁰⁹ Freitas [Jaime Serra], *Unir a classe operária através da luta, eis a tarefa fundamental do nosso Partido*, in *O Militante*, III série, 94, Junho de 1957

Fogaça que são apontadas responsabilidades por ter arrastado a Direcção para essas posições, a Comissão Política, pelo menos, não pode ser eximida do facto.

Jaime Serra (F[rei]t[as]) e Manuel da Silva Júnior (I[vo]) criticam a precipitação com que foram dissolvidos movimentos democráticos, que aquele considera que “*Ao ficar anulado o MND ficou sem direcção a luta democrática e entregámos a direcção à burguesia liberal mas inconsequente – Lenin dizia que isto era negativo*”⁷¹⁰.

São dados abundantes exemplos de orientações contemporizadoras com os que são designados de “democratas de direita”, o que levou inclusivamente a que a unidade mais facilitada com os sectores oposicionistas de esquerda fosse dificultada, porque também eles não concordavam com tanta preocupação em criar condições para uma unidade tão ampla, tão ampla que revelando-se inviável era bloqueadora da acção.

Todavia, há nalgumas intervenções como que uma preocupação centrista, que se revelará dominante, segundo a qual o desvio de direita identificado devia ser combatido, mas também qualquer desvio de esquerda que se quisesse instalar no seu lugar, pois o sectarismo continuava vivo dentro do partido, aspecto com que Guilherme Carvalho também concorda.

Num aparente consenso quanto às debilidades do documento, para uns, e aos erros e desvios, para outros, as opiniões voltam a dividir-se quanto à possibilidade de retirar o documento de circulação, argumenta-se que os erros e deficiências poderiam ir sendo corrigidos em novos materiais a editar, porém conclui-se da necessidade de o retirar mesmo.

Não chega a haver tempo para iniciar o debate sobre o novo Projecto de Programa. A agenda fica por cumprir, obrigando a nova reunião. Mas, como o CC nunca reúne com todos os elementos presentes, havendo uma rotatividade na participação dos seus membros, por questões de defesa partidária, coloca-se o problema da continuação do debate não ser com os mesmos elementos.

Para alguns isso é um factor de desvalorização do trabalho político do CC, a que chamam discutir “à fatia”; mas a necessidade de realizar rapidamente nova reunião faz acrescer o argumento de que não era prudente manter os mesmos participantes, pois se por um lado tinha vantagens, por outro era arriscado.

⁷¹⁰ Manuscritos apreendidos na casa ilegal onde vivia o membro do “Secretariado” e da “Comissão Política” do “Partido Comunista Português” que usa o pseudónimo de “Abel”, Documento n.º 15-D. Política. 1958, [16], in IAN/TT, Pide-DGS, Processo 9, Pasta 16, Documento 15

A maioria inclina-se para a alteração de composição, discorda que isso represente desvalorização do trabalho do CC. Serra “*Não tem qualquer dúvida que participando ou não aceitará e confiará nas resoluções que o CC tornar a discutir*”⁷¹¹.

No entanto, parece esboçar-se internamente ao CC um documento de identificação desse conjunto de posições criticadas no Documento de Outubro como um desvio de direita.

Em síntese, entende-se que o combate ao sectarismo lançado na VI Reunião Ampliada do CC abriu caminho ao desenvolvimento de concepções direitistas, que se traduziram na prevalência dos contactos por cima entre as diferentes correntes oposicionistas em detrimento da acção entre a classe operária e os trabalhadores, cuja luta se subestimou, colocando-as a reboque dos acontecimentos e tuteladas pelas correntes políticas burguesas.

Considera-se correcta a possibilidade da solução pacífica e o intervencionismo eleitoral, desde que assentem na ampla mobilização e participação dos trabalhadores e das camadas populares, mas essa não tem sido a perspectiva dominante, designadamente na imprensa partidária, de fins de 1955 a meados de 1957.

Por outro lado, quis-se apressadamente constituir a Frente Nacional Anti-Salazarista, sem ter em conta o grande peso dos erros anteriormente cometidos, liquidando-se prematuramente os movimentos legais existentes e acreditando-se na possibilidade de realização de eleições com garantias de liberdade e equidade, isto é, caindo-se no legalismo.

Finalmente, descuroou-se a defesa do partido e introduziu-se um estilo de trabalho liberal.

Estes aspectos seriam, depois, devidamente filtrados e convertidos numa resolução que identifica o desvio de direita, abrindo um período de discussão interna sobre as suas origens e consequências; determina a suspensão da circulação do documento de Outubro de 1956, mas rejeita a publicação de um documento rectificativo; reconhece que não estavam criadas as condições para um movimento de unidade mais amplo que o MND, tendo sido, por isso, prematura a sua dissolução e conclui:

*“Para a correcção prática dos desvios da linha do Partido
importa concentrar as nossas energias em:*

⁷¹¹ *Idem*, [22]

- a) – *unir e mobilizar a classe operária na luta pelos seus interesses nos locais de trabalho e nos sindicatos;*
- b) – *fortalecer a organização do Partido;*
- c) – *trabalhar para impulsionar a organização dum movimento legal de massas à volta do problema eleitoral”*

712

Por todas estas razões, tornava-se necessário proceder ao adiamento do Congresso, de modo a ganhar tempo para digerir e aprofundar as questões que vinham sendo colocadas em cima da mesa. É a isso que vai proceder ainda a reunião do CC de Agosto de 1957 ⁷¹³.

Pires Jorge (Gomes) salienta os progressos em direcção a versões mais equilibradas dos documentos, que estariam a permitir vencer os desvios que se vinham manifestando na orientação partidária até finais de 1956, o que, como salienta “*prova que o CC, em trabalho colectivo, foi capaz de vencer estes desvios antes de qualquer ajuda*” ⁷¹⁴.

Mas ainda se fazem ouvir vozes de insatisfação, entendendo que o Informe Político se relaciona pouco com o 2º Congresso Ilegal, que as referências à unidade da classe operária ainda estão insuficientemente desenvolvidas, que a ideia de solução pacífica continua pouco clara, que está praticamente omissa a questão sindical, que continua por clarificar a concepção de Frente Nacional Anti-salazarista.

Por motivos de funcionamento interno ou de limitação no nível do debate, a preparação colectiva dos informes parece ter ficado muito pela rama, muito ao critério de cada um dos relatores indigitados.

Mas, na medida do possível e neste feixe contraditório de tensões e circunstâncias, sem dúvida que o debate avançava.

Estava-se, contudo, em pleno Verão e, por outro lado, a rectificação a fazer-se tinha pouco de operativo em relação à intervenção eleitoral. Os atrasos eram tremendos e o atrito com parte dos sectores não comunistas, mesmo os de esquerda, muito grandes.

Passados meses, iam bem longe os tempos em se tornara possível publicar no *Avante!*, a propósito das comemorações do 5 de Outubro, citações a favor da unidade de personalidades como Mayer Garção ou Nuno Rodrigues dos Santos ⁷¹⁵.

⁷¹² Documento nº 19-D, *Idem*, [32]

⁷¹³ Cf. *Sobre o Vº Congresso...*, p. 1

⁷¹⁴ *Manuscritos apreendidos na casa ilegal...*, Documento nº 21-D, VIII-7 [8]

⁷¹⁵ Cf. *As comemorações do 5 de Outubro constituíram uma grande jornada de unidade democrática*, in *Avante!*, VI série, 222, 1ª Quinzena de Outubro de 1956

Todavia, já no início do ano seguinte, por ocasião do 31 de Janeiro, no Porto, as tradicionais comemorações realizaram-se separadamente ⁷¹⁶, sem se conseguir sequer juntar todos os que habitualmente as promoviam em conjunto como acto emblemático de oposição ao regime.

A oposição não comunista orientava-se tendencial e progressivamente para posições abstencionistas, mesmo que alguns, artificialmente ou não, fossem deixando entreaberta a possibilidade de participação eleitoral.

Ainda em Março de 1957, António Sérgio, o principal mentor do abstencionismo, entrevistado pelo *República*, admitia a possibilidade de uma lista independente integrada por todos os que não se reviam na política governamental e que poderia abarcar mesmo alguns membros da União Nacional ⁷¹⁷. No mesmo jornal, Vasco da Gama Fernandes admitia eleger ou ser eleito “*através de uma eleição séria e sincera, sem discriminações. Fiscalizadas, antecedidas dum livre propaganda dos ideais e programas em confronto*” ⁷¹⁸. Evidentemente que essas condições nem existiam nem se antevia que pudessem ser proporcionadas pelo governo.

Na realidade, sob a espessura destes argumentos radicavam-se duas posições de fundo substancialmente diferentes. O PCP dispunha-se, como componente central da sua manobra táctica, fazer campanha política, intervir num período, é certo que exíguo, mas em que aproveitava as nergas de oportunidade proporcionadas, para desistir à boa das urnas. Por seu turno, as correntes não comunistas e a direita oposicionista em particular não queriam, naquela fase, pura e simplesmente concorrer e esgrimiam com a necessidade de condições democráticas mínimas para que isso acontecesse.

Invertiam-se assim os argumentos. O sector não comunista acantonava-se numa posição abstencionista na base dos mesmos argumentos, que haviam sido anteriormente utilizados pelo PCP para justificar o abstencionismo nas eleições de 1945, 49, 51 e 53.

Deste ponto de vista, as Comissões Promotoras de Voto, cuja estrutura se pretendia nacional, dispoindo inclusivamente de uma Comissão Central onde pontificava António Sérgio, desempenhavam um papel relevante, denunciando essa ausência de condições. O Partido Comunista procurou inverter esse posicionamento infiltrando-se nessas Comissões, designadamente através de Lino Lima, em Braga; Mário Sacramento, em Aveiro; Alberto Vilaça, em Coimbra; Carlos Pinhão, em Alpiarça; José António

⁷¹⁶ Cf. **A unidade não é fácil mas é necessária**, in *Avante!*, VI série, 229, 2ª Quinzena de Fevereiro de 1957

⁷¹⁷ Cf. António Sérgio (entrevista a), **As Comissões Promotoras de Voto têm um papel de educação cívica**, in *República*, de 22 de Março de 1957

⁷¹⁸ Vasco da Gama Fernandes, **Eleições**, in *República*, de 30 de Março de 1957

Caetano em Lisboa ou Manuel Campos Lima, em Portimão. Todavia, ainda que ganhando aí aliados para posições intervencionistas, as coisas caminhavam muito lenta e contraditoriamente.

Um almoço realizado em Aveiro, em Maio, para assinalar os pronunciamentos liberais de 1828 aprova uma moção que convoca para o mês seguinte em Lisboa uma reunião nacional para, segundo o *Avante!*, “*deliberar a atitude da oposição, reunião essa promovida por uma comissão, eleita nestas comemorações e de que fazem parte os Drs. António Sérgio, Azevedo Gomes, Câmara Reis, Sá Vieira e Marques da Silva*”⁷¹⁹

Deste, o único que claramente defende a intervenção eleitoral é Manuel Sertório Marques da Silva⁷²⁰, um advogado que nos anos quarenta animara a Juventude Socialista e que fazia parte dum grupo de socialistas de esquerda que Câmara Reis atraía para a redacção da *Seara Nova*.

A reunião sob a forma de jantar, que consegue juntar perto de quatro centenas de participantes, só se vai conseguir realizar a 20 de Julho, convocada por um grupo muito maior de subscritores, onde tanto figuram intervencionistas como abstencionistas mas onde, significativamente, já não consta o nome de António Sérgio.

No entanto, o único documento apresentado à discussão – *Sobre a atitude da Oposição perante o próximo acto eleitoral*⁷²¹ – é subscrito por um pequeno número de indivíduos, onde já está patente a unidade que vai ser possível nas eleições, pelo menos em Lisboa. José António Caetano e António Simões de Abreu, do PCP; Manuel Sertório e Carlos Prazeres Ferreira do grupo de socialistas de esquerda e Luís da Câmara Reis, director da *Seara Nova*.

É interessante que António Sérgio respondendo a uma carta que Alberto Vilaça lhe envia presumivelmente com o documento, lhe diga, lacónico:

“*Agradeço a sua carta, acompanhado de um interessante documento, À Comissão Promotora do Voto não compete mais do que combater pela legalidade e decência dos actos eleitorais...*”⁷²²

O documento defende claramente a participação eleitoral, preocupa-se em desmontar alguns dos principais argumentos dos abstencionistas e propõe a constituição de Comissões Cívicas Eleitorais em todos os distritos, que preparem a intervenção

⁷¹⁹ *Novas acções democráticas*, in *Avante!*, VI série, 236, 2ª Quinzena de Junho de 1957

⁷²⁰ Cf. Manuel Sertório, *A democracia conquista-se*, in *República* de 14 de Março de 1957

⁷²¹ Cf. *Sobre a atitude da Oposição perante o próximo acto eleitoral*, in *Relato da Assembleia oposicionista de 20 de Julho de 1957*, Lisboa, s.d., pp 4-8

⁷²² *Carta de António Sérgio a Alberto Vilaça*, Lisboa, 14/7/57, mns, 1 p., in Alberto Vilaça, *De memória em punho*, Coimbra, Minerva, 1992, p. 89

eleitoral, procedendo à escolha dos candidatos em assembleias distritais e organizando os serviços eleitorais. Propõe ainda a criação futura de uma Comissão Cívica Eleitoral Nacional, com um candidato de cada círculo onde se apresentem listas da oposição.

A assembleia decorreu no meio de grande pressão dos intervencionistas sobre os que vacilavam ou discordavam. António Ferreira da Costa, de Coimbra, por exemplo, foi interrompido quando afirmava que “*concorrer às urnas nas condições consentidas pelo Governo (...) é trair os mais sagrados interesses da Oposição e do Povo*”⁷²³, sendo necessário apelar à calma, à serenidade e à tolerância democrática.

Mas essa pressão traduziu-se particularmente através de algumas intervenções, particularmente inflamadas e aplaudidas, como as de Lino Lima, de Braga; de Humberto Lopes, de Santarém; de Francisco Patrício, de Beja; de Manuel Campos Lima, de Faro; de José António Caetano de Lisboa ou de Silas Cerqueira, do Porto.

A participação popular na reunião esteve a cargo de grupos de trabalhadores agrícolas vindos de Beja e da Margem Esquerda (Vale de Vargo e Pias), de Montemor-o-Novo ou de Benavila, saudados com particular efusão. Foram lidas inúmeras mensagens, incluindo de grupos de presos políticos das cadeias de Peniche e do Aljube, assim como dados a conhecer abaixo-assinados de trabalhadores de diferentes regiões e empresas. Assim, invariavelmente, corticeiros do Seixal, trabalhadores de Baleizão, democratas do Couço, têxteis do Barreiro testemunhavam, como os operários da Fábrica Portugal, “*o seu apoio na ida às próximas eleições*”⁷²⁴.

Havia inclusivamente distritos em que as listas estavam constituídas, como em Setúbal.

Neste ambiente, não admira que alguns dos que se viriam a firmar depois como abstencionistas não tivessem deixado aqui uma posição mais matizada que fundamentalmente procurava evitar que a reunião tomasse uma decisão acabada e fechada quanto à participação eleitoral, remetendo a decisão para mais tarde ou admitindo participar na campanha e desistir à boca das urnas, como sustentaram Pedro Veiga e Artur Santos Silva, ambos do Porto.

Aliás, como foi informado na reunião, Azevedo Gomes, Moreira de Campos, Mayer Garção, Acácio Gouveia ou Nuno Rodrigues dos Santos, entre outros, haviam constituído uma Comissão de Candidaturas do Distrito de Lisboa, que se inseria nessa manobra dilatória e de marcação do terreno, que levaria Domingos Carvalho, a propor

⁷²³ Relato da Assembleia..., p. 12

⁷²⁴ Idem, p. 23

uma Comissão Cívica Eleitoral do Distrito de Lisboa, com outros nomes, naturalmente e garantindo a presença de comunistas como António Abreu.

António Abreu proporia aliás uma Moção, na sequência do documento inicialmente posto à discussão, cujo primeiro ponto consignava que “*Fique decidido promover activamente a ida às urnas por parte da Oposição*”⁷²⁵ e que foi vibrantemente aplaudida.

Contudo, isso não selava fosse o que fosse por parte dos intervencionistas. A unidade que se desenhava era estreita e, na realidade, pouco conseguia alargar. O pequeno grupo de socialistas de esquerda da *Seara Nova* era o aliado mais firme em Lisboa. Nas páginas da revista, Manuel Sertório concluía que “*a abstenção nas próximas eleições importará a inelutável fadiga das massas e a frustração porventura irreparável dos anseios do povo e das suas esperanças de resolver eleitoralmente o magno problema da nação*”⁷²⁶.

Vão ser apresentadas listas de oposição nos círculos eleitorais do Porto, Lisboa, Aveiro e Braga. Curiosamente, em Setúbal, onde na reunião de Julho foi anunciada a composição da lista, esta não conseguiria ser apresentada.

Em Lisboa, os atrasos vão acabar por comprometê-la. As tentativas de constituição de listas iam falhando. É com pouquíssimos dias de margem que António Abreu procura ajuda a Manuel João da Palma Carlos que quase de um dia para o outro lhe fornece uma lista de dez ou doze nomes, a partir da qual se vai constituir a candidatura por Lisboa⁷²⁷.

Palma Carlos que inicialmente tencionava candidatar-se por S. Tomé, onde se tornara muito conhecido e prestigiado em virtude do seu papel nos acontecimentos de 1953, acabaria por integrar a lista de Lisboa, dada a incapacidade de se organizar uma candidatura cujas formalidades legais se tinham de assegurar a partir da ilha.

Do PCP, integram também a lista por Lisboa pelo menos Domingos Carvalho, Rogério Paulo e Óscar dos Reis Figueiredo. Acabam por participar os novos seareiros Manuel Sertório, Rui Cabeçadas e Nikias Skapinakis e os *velhos* Câmara Reys e Arlindo Vicente. À cabeça o general Ferreira Martins, presidente da Frente Nacional Liberal e Democrática, a insinuar um arco de abrangência praticamente inexistente e ainda a escritora Lília da Fonseca.

⁷²⁵ *Idem*, p. 19

⁷²⁶ Manuel Sertório, *O povo e as urnas*, in *Seara Nova*, 1341-1342, Julho de 1957, p. 187

⁷²⁷ Cf. João Madeira (introdução, recolha, fixação de texto, organização e notas), *Manuel João da Palma Carlos: “uma advocacia indomável e indomada”*, s.l., [1996], dact., pp 147-166

A lista que não se reclama de lista da Oposição, mas de uma lista de oposicionistas, procurava desta forma não só limitar o seu âmbito, mas sobretudo frisar que a unidade ampla tão preconizada não tinha sido conseguida.

No entanto, com todos os precalços e atrasos, a lista será apresentada um dia fora de prazo, o que permite a recusa por parte do governo. Palma Carlos ainda apresentará um recuso para o Supremo Tribunal Administrativo, mas que é mais um libelo contra o regime do que uma peça jurídica com capacidade de provimento, ainda que vá permitir uma relativa margem de liberdade de intervenção até à publicação do acórdão.

Neste sentido, Palma Carlos, por exemplo, ainda consegue pronunciar um importante discurso num comício no Porto ⁷²⁸, enquanto Skapinakis publica um extenso depoimento no *República* ⁷²⁹ e Rogério Paulo faz circular uma intervenção escrita ⁷³⁰.

O próprio acórdão que determina a não aceitação da lista servirá de pretexto para que o texto do recurso apresentado por Palma Carlos seja editada pela *Seara Nova* com uma tiragem de dez mil exemplares ciclostilados que esgotou em 24 horas ⁷³¹.

As outras listas, no Porto, Aveiro e Braga reflectem os magros sectores intervencionistas não comunistas que, mantendo maior ou menor proximidade em relação ao Directório Democrato-Social, fugiam, no entanto à influência abstencionista de António Sérgio. Mas, confrontados pelo governo a demarcarem-se dos comunistas, fá-lo-ão sem grande problema.

Evidentemente que o regime não abre mão dos mecanismos discricionários de controlo e manipulação do processo eleitoral, o que fará com que as listas do Porto e Aveiro, reflectindo a opinião do Directório, se retirem à boca das urnas. Contra esta opinião, ficará apenas a de Braga que logrará, sem surpresas, a magríssima votação de 6% dos votos expressos.

Praticamente nas vésperas da apresentação das listas, cerca de um mês antes da data das eleições, a pretexto das comemorações do 5 de Outubro, por impulso de Mário Sacramento, realiza-se em Aveiro o Congresso Republicano, na prática um primeiro congresso da Oposição, como que uma última tentativa de alargar a unidade, de homogeneizar a participação eleitoral das oposições e provavelmente de começar a olhar para o quadro pós-eleitoral de Novembro de 1957.

⁷²⁸ Cf **Discurso efectuado no Porto a 25 de Outubro de 1957**, dact., in Arquivo pessoal de Manuel João da Palma Carlos

⁷²⁹ Cf. Níkias Skapinakis, **Depoimento de um deputado**, in *República*, de 15 de Outubro de 1957

⁷³⁰ Cf. Rogério Paulo, **Depoimento de um candidato**, cicl., in Arquivo pessoal de Manuel João da Palma Carlos

⁷³¹ Cf. **Manuel João da Palma Carlos: “uma advocacia....**, pp 147-166

Participaram várias centenas de oposicionistas de praticamente todas as correntes e sensibilidades. Muitas teses versavam diferentes aspectos e problemas da realidade nacional, Ramos da Costa intitula a sua comunicação de “*Uma política económica com a idade do progresso*”, Flausino Torres intervém sobre a crise da pequena lavoura, Armando Bacelar sobre as medidas de segurança, Arminda Lopes sobre a necessidade de uma campanha pela amnistia, José Silva sobre a autonomia do movimento sindical.

Foi ainda assim um congresso fechado, que surpreendentemente o *Avante!* designa de Congresso Regional ⁷³². Para Fernando Mouga, no “*entusiasmo suscitado pelo anúncio do empreendimento, anteviu manifestações de apoio aos congressistas e convidados, onde não faltariam operários e camponeses. Enganei-me redondamente. (...) os trabalhos decorreram, pode dizer-se, à porta fechada. Na rua, nem apoiantes nem sequer curiosos*” ⁷³³.

O processo eleitoral encerrava-se em 1957 com o PCP a deixar longínquos os principais objectivos e as grandes expectativas que tinha colocado. Uma reunião da Comissão Política, ainda em Outubro, reconhece que o partido descuroou o problema eleitoral e que o Comité Central não preparou os militantes para a dificuldade do processo. Acrescenta, porém, em relação ao futuro imediato:

“devemos começar desde já a trabalhar para as eleições presidenciais e para o recenseamento, tendo em conta que o próximo ano engloba também as eleições para as Juntas de Freguesia. Seria vantajosa a convocação duma ampla reunião de democratas de todo o País para debaterem a apresentação dum candidato à Presidência da República e deitarem um balanço às eleições para deputados. Pensamos que a realização a breve prazo de congressos regionais e, depois, de um congresso nacional facilitaria este objectivo. Também concorrerá para o mesmo fim conversações com certos democratas onde estejam expostas a orientação do Partido quanto às eleições presidenciais e quanto ao fortalecimento da unidade. Os comunistas deverão tomar parte activa em todos estes actos de forma a darem continuidade, alargarem e fortalecerem o movimento eleitoral” ⁷³⁴.

⁷³² Cf. **Dezenas de milhares de portugueses participam nas comemorações democráticas do 5 de Outubro**, in *Avante!*, VI série, 244, 2ª Quinzena de Outubro de 1957

⁷³³ Fernando Mouga, **Janela da memória**, Famalicão, ed. Autor, 1996, p. 312

⁷³⁴ cit. in Gabinete Técnico de Investigação, **Sobre a actividade do Partido Comunista Português nas eleições dos anos de 1957 e 1958**, Janeiro de 1959, dact., p. 27, [168], in IAN/TT, Pide-DGS, **NP 9076**

Para além de um resultado muito limitado na participação do PCP na campanha, naturalmente prevista, as orientações eram claras, ainda que não fossem propriamente inovadoras, repetindo no essencial e com o mesmo ardor o mesmo tipo de procedimentos.

Porém, publicamente a participação eleitoral é valorizada, fundamentando-se na importância que o aproveitamento legal da campanha teria suscitado nos distritos em que foi possível apresentar listas da oposição e que *deverá ser reforçado e alargado com vista à próxima batalha*⁷³⁵. Deste modo, ainda as eleições não se tinham realizado, já o Partido Comunista está a procurar lançar a campanha para as eleições presidenciais do ano seguinte.

4. O V Congresso

O V Congresso do PCP realiza-se entre 8 e 15 de Setembro de 1957, com cerca de meia centena de participantes. Onze anos depois do segundo congresso ilegal o novo conclave destinava-se, entre outras matérias, a aprovar o Programa e os Estatutos do partido, até aí inexistentes.

Numa casa no Estoril, a sala onde decorreram as sessões foi disposta em U, com os delegados sentando-se do lado exterior, voltados para a mesa que presidia, sobre a qual figuravam os retratos de Marx, Engels e Lenine – a mesa de honra do congresso. Expressivamente, ladeavam-nos duas bandeiras, a nacional e a do partido. No extremo oposto, sob uma faixa que assinalava o evento – V Congresso do PCP, figurava apenas um retrato de Bento Gonçalves. Contrariamente ao que sucedera no congresso anterior dispensaram-se quaisquer referências, pelo menos públicas, em relação à evocação simbólica dos dirigentes assassinados ou mortos, como Alfredo Dinis, Militão Ribeiro ou Soeiro Pereira Gomes, assim como em relação a quaisquer dirigentes presos, incluindo Álvaro Cunhal.

A alocução de abertura, coube a Afonso Gregório (Miguel), um antigo operário vidreiro da Marinha Grande, irmão mais novo de José Gregório, com 16 anos de partido, dos quais 10 como funcionário e 5 como membro cooptado do CC.

⁷³⁵ Unidos para escolha de um candidato oposicionista à Presidência da República, in *Avante!*, VI série, 245, 2ª Quinzena de Novembro de 1957

Tratou-se de uma intervenção de circunstância a marcar o arranque da realização e antecedendo a eleição da mesa do congresso e a entoação do hino nacional e da Internacional.

Foram lidas as saudações dos Partidos Comunistas da União Soviética, China, Checoslováquia, Espanha, França e Itália, que apesar de basicamente formais reflectiam a ligação ao movimento comunista internacional, o que constituía um dado novo em relação aos congressos ilegais anteriores, realizados numa altura em o partido tivera as relações suspensas com o centro do sistema comunista.

Só depois os trabalhos se iniciaram efectivamente, com cinco pontos em agenda: os dois primeiros relacionados com o Informe Político do Comité Central e o Programa do Partido, os dois seguintes reportando-se a aspectos de organização e aos Estatutos e, finalmente, um último, de eleição do Comité Central ⁷³⁶.

Tanto quanto é possível perceber, os informes são apresentados pelos seus autores, independentemente de chegarem ao Congresso como documentos aprovados pelo Comité Central. Assim, o Informe Político é apresentado por Júlio Fogaça., que começa por atribuir o longo espaço de tempo em relação ao congresso anterior à conjugação das ofensivas repressivas com a ausência de trabalho de direcção colectiva.

O informe ao traçar a situação internacional, que ocupa os dois primeiros capítulos, reproduz o essencial da argumentação que vinha sendo sistematizada em particular desde o XX Congresso do PCUS, com particular destaque para a nova correlação de forças internacional, para a entusiástica defesa da via pacífica para o socialismo, para a crítica ao culto da personalidade, para a repetição da argumentação a propósito da invasão da Hungria pelo exército soviético.

Em relação à situação interna, o quadro repete igualmente o essencial da caracterização que vinha sendo estabelecida, em particular desde a VI Reunião Plenária Ampliada do CC. Os monopólios nacionais e estrangeiros dominavam completamente a economia portuguesa agravando as condições de vida da população trabalhadora e afundando na crise os pequenos e médios proprietários.

Segundo o informe, o estado desenvolvia uma política de apoio total ao capital monopolista, fosse através dos capitais que detinha nas empresas, fosse através de financiamentos directos e identificava o corporativismo como instrumento dos monopolistas, protegendo-os e favorecendo-os.

⁷³⁶ Cf. **Realização vitoriosa do V Congresso**, in *Avante!*, VI série, 242, 1ª Quinzena de Outubro de 1957

Ao mesmo tempo, reiterava forte oposição a uma eventual adesão ao Mercado Comum Europeu, porque abria as portas do mercado nacional, liberto do proteccionismo, à concorrência voraz do capital estrangeiro, ao mesmo tempo que contrapunha as relações comerciais com os países socialistas, que seriam estabelecidas numa base de reciprocidade e de igualdade de direitos.

Dedicando um capítulo ao problema colonial era fundamentalmente em torno desta questão que o informe trazia aspectos novos nas políticas do PCP. Ancorando-se na conhecida citação de Marx de que não pode ser livre um povo que oprime outros povos, afirma que *“enquanto os colonialistas portugueses dominarem os povos coloniais encontrarão nesse domínio uma base económica, política e militar para imporem ao povo português as suas ideias reaccionárias e anti-democráticas”*⁷³⁷.

As alterações internacionais, com os efeitos da vaga descolonizadora do segundo pós-guerra, punham em causa a nível mundial o colonialismo, donde os povos das colónias estavam a preparar-se intensamente para a auto-determinação. Por isso, conclui o informe que *“a solução do problema colonial português, tal como o Partido Comunista a preconiza, consiste em reconhecer o pleno direito de auto-determinação para os povos das colónias dependentes de Portugal, incluindo o da sua separação”*⁷³⁸.

No entanto, a maior parte do informe é dedicada aos aspectos de orientação táctica para o derrube de Salazar. O tom continua a ser o de que a Nação não está com o governo e daí a necessidade de lançamento de uma amplo movimento nacional Anti-Salazarista, porém introduzindo em relação a documentos partidários anteriores, a ideia de que o pilar desse movimento, a sua força impulsionadora, era a classe operária, cuja unidade constituía por isso tarefa primordial.

Isso correspondia às críticas e sugestões mais incisivas que tinham sido formuladas, particularmente desde inícios de 1957, ainda que a forma quase esquemática e sintética como isso é feito não pareça alterar substancialmente a orientação global já anteriormente delineada.

É longa e detalhadamente que o informe se dedica analisar as forças que devem incluir o movimento anti-salazarista, as formas de atracção, a coerência em relação ao que já havia sido definido no IV Congresso, do mesmo modo que procura explicar a quase inevitabilidade de apelar Salazar por via pacífica e, com esse intuito, o papel que desempenhava o intervencionismo eleitoral.

⁷³⁷ V Congresso do Partido Comunista Português, **A unidade das forças salazaristas factor decisivo para a libertação nacional**, Informante camarada Ramiro [Júlio Fogaça], Edições “Avante!”, Outubro – 1957, p. 21

⁷³⁸ **Idem**, p. 23

O último capítulo dedicado ao partido, a pretexto do balanço da actividade nos últimos onze anos identifica repetidamente o período entre 1949 e 1954 como de sectarismo feroz, de ausência de trabalho colectivo e, conseqüentemente, de abaixamento do seu nível ideológico.

Em oposição o esforço de vencer esta situação, empreendido particularmente a partir da VI reunião Ampliada permitiu o alargamento das fileiras partidárias, uma franca melhoria no estilo de trabalho de direcção, a possibilidade de apetrechar o partido de estatutos e principalmente de um programa, cuja versão em debate no congresso era já bastante diferente da primeira versão posta a circular internamente, uma significativa melhoria do quadro de relações com o movimento comunista internacional, de que o exemplo da Declaração conjunta com o PCE era significativo.

A forma como o Congresso foi convocado condicionou necessariamente o nível dos debates. Mesmo que a distribuição dos materiais tivesse sido atempada – e o máximo que poderia ter sido dificilmente excederia um mês – a maioria dos delegados não sabia ao que iam quando foram convocados para se ausentarem durante alguns dias.

Um dos delegados, António Pinto Ferreira, um corticeiro de Vendas Novas que depois de passar à clandestinidade em 1954 passou a integrar o Comité Local do Porto. Numa das reuniões desse organismo, foi informado por Joaquim Gomes dos Santos (Ferreira), responsável da troika do norte, de que iria a uma reunião de vários dias onde se discutiriam assuntos relacionados com a situação económica do país e com a intervenção nas eleições. Parte de Vila Nova de Gaia com Cândida Ventura (André), reúne-se a João Honrado (Isidro) e a Isidro Paula (Quim), todos funcionários no norte do país. Viajam durante horas de automóvel, mudando de carro a meio do caminho, sempre de olhos vendados até chegarem a um casa onde descobrem os olhos já na sala onde vai funcionar o Congresso ⁷³⁹. Só aí se apercebe então ao que vai.

A situação geral era esta, que agravava um baixo nível político e ideológico mesmo dos funcionários, como aliás é reconhecido num documento atribuível à Comissão organizadora do Congresso que, em jeito de balanço, reconhece:

“A participação da maioria destes camaradas revelou um atraso político notório em relação ao nível geral do Congresso e mesmo do Partido. Duma maneira geral as intervenções dos camaradas funcionários incidiram sobre aspectos burocráticos do trabalho do Partido e nalguns

⁷³⁹ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, **Processo 194/GT**, [30-62]

*casos não estiveram mesmo à altura das suas possibilidades reais, da sua experiência de luta e mesmo da sua experiência de direcção”*⁷⁴⁰

Por outro lado, da parte daqueles que sabiam previamente ao que iam, isto é, os membros do Comité Central, a maioria das intervenções era escrita, o que arrastava os trabalhos com discursos muito longos e gerais, dificultando assim um debate substancial.

Em torno do Informe Político, a serem introduzidas necessariamente neste ponto da Ordem de Trabalhos, havia intervenções formais, escritas, cuja edição impressa circularia depois pelo partido. Guilherme da Costa Carvalho (Manuel) abordaria especificamente a intervenção nas eleições que se aproximavam, Octávio Pato (Melo) desenvolveria o tema do Movimento de Juventude, de Jaime Serra (Freitas) o da questão colonial, Joaquim Gomes (Ferreira) as questões da terra e da aliança operário-camponesa, José Lopes Baptista (Montes) a unidade da classe operária. Mas haveria necessariamente outras também previamente preparadas, como sobre a luta pela Paz ou o problema da solução pacífica.

A nota manuscrita sobre uma das intervenções de Carlos Aboim Inglês (José ou Óscar), um jovem e promissor quadro de origem intelectual vindo do MUD Juvenil, funcionalizado em 1956, seguramente rascunhada na altura, evidencia o carácter geral da abordagem sobre o balanço da actividade partidária.

Era uma intervenção com o objectivo de manifestar inteiro apoio à linha política traçada no Informe. Admitia erros graves nos onze anos anteriores, erros que se manteriam em maior ou menor extensão, mas sem quaisquer notas de concretização, sublinhava que o importante era verificar se já tinham sido ou estavam a ser tomadas medidas para a sua eliminação e, do seu ponto de vista, estavam. Afirma mesmo que havia uma viragem em curso “*francamente iniciada*” que importava prosseguir. E concluía em tom proclamatório mas vago que os “*Méritos e medidas de rectificação [dos] erros em curso são base mais que suficiente para manifestar a + [mais] plena confiança nos cam[aradas] que pertenc[em] ao CC e no futuro CC a eleger por este Congr[esso]*”⁷⁴¹.

Nas suas notas é possível, no entanto, detectar intervenções críticas ao longo do debate. Há quem afirme que no partido não se espelha uma verdadeira linha proletária, mas uma oscilação entre posições de direita e de esquerda, uma linguagem menos firme

⁷⁴⁰ Sobre o V Congresso..., p. 5

⁷⁴¹ Intervenção, mns, 1 p., IAN/TT, TCL, 1º JCL, *Processo 15684/59-B*, 16º vol., apenso a fls. 1138

e alguma impaciência pequeno burguesa, o que é próprio de posições de individualismo burguês.

Segundo este entendimento, a questão não era tanto olhar o que havia de positivo na actividade partidária, por isso impedia de vincar suficientemente os aspectos negativos, que enumera – falta de atenção às opiniões divergentes, desprestígio e desconfiança em relação à direcção do partido, afrouxamento do rigor no recrutamento de militantes, que faz com que o crescimento numérico não corresponda a idêntico crescimento da acção, ausência de trabalho colectivo e de estudo dos documentos ao congresso no próprio CC ⁷⁴².

Mas admite-se que o Informe aborda problemas concretos da classe operária, o que não era habitual nos documentos partidários anteriores, embora com demasiado optimismo, pois questiona-se que se há agravamento das condições de vida dos trabalhadores, porque é que a isso não correspondem grandes movimentos sociais, admitindo que a explicação reside, por um lado, no sectarismo na educação dos quadros, que vieram ao partido desligados das massas, e, por outro na pouca atenção que se tem prestada à classe operária.

Reconhece-se por outro lado, quanto à situação internacional que o XX Congresso do PCUS e a viragem que provocou no movimento comunista internacional levantou problemas importantes, pois teria havido uma quebra de força interior devido à antiga fé cega na União Soviética e em Staline, havendo, por isso, necessidade de encontrar outros factores que substituam aqueles, que deve ser o Partido e a classe operária.

O grau de homogeneização do próprio CC era bastante precário. Com alguma frequência as intervenções escritas, portanto previamente preparadas, evidenciam discrepâncias em relação ao Informe Político, sendo aliás, depois, expressamente reconhecido que “*em pleno Congresso, camaradas do C. Central expressaram ideias diferentes, o que reflectia a falta de ideias amadurecidas colectivamente e individualmente, além de manifestações de desrespeito pelos princípios do trabalho de direcção colectiva*” ⁷⁴³.

Semanas antes do início do Congresso, o Comité Central formara uma comissão encarregada de proceder à preparação dos materiais para aí serem apresentados, o que implicava designadamente a revisão dos informes, de modo a limar perspectivas

⁷⁴² Cf. **Debate. 1º Ponto**, mns, 2 pp, *idem*, apenso a fls 1140

⁷⁴³ **Sobre o Vº Congresso**, p. 2...

diferentes e contraditórias, mas acabaria por ver a sua atenção desviada para problemas técnicos ⁷⁴⁴. Ficava assim aberto o flanco para que desaguassem no congresso pontos de vista contraditórios em documentos e intervenções de elementos que se sabiam pertencerem todos ao Comité Central.

Na sua intervenção escrita sobre as eleições que se aproximavam, Guilherme da Costa Carvalho (Manuel) admite que o intervencionismo que o partido defendia implicava não só ir às urnas como deixava inclusivamente em aberto a possibilidade de eleger deputados. Com prudência, entremeando com avisos contra o carácter fraudulento das eleições e alertando contra tendências legalistas que se possam manifestar, sempre vai dizendo, a concluir:

“(...) pela acção de toda a Oposição poderemos não só fazer recuar o governo até ao ponto de ter de aceitar elementos da Oposição na Assembleia Nacional, mas também, ajudaremos a criar condições novas nas quais os golpes da Oposição unida se tornarão muito mais demolidores” ⁷⁴⁵

É certo que a perspectiva assim expandida se relaciona directamente com a aceitação do derrube de Salazar por via pacífica e que o intervencionismo eleitoral de toda a Oposição unida – da classe operária à burguesia não monopolista, como explicita – constituía o procedimento táctico para a construção do movimento anti-salazarista que empreenderia as acções conducentes à destruição do regime.

Deste ponto de vista, Carvalho está aparentemente em acordo total com o informe de Fogaça. E verbaliza-o por mais de uma vez ao longo da sua intervenção, não só em relação a estes aspectos do intervencionismo eleitoral, da ideia de toda a nação contra Salazar ou da via pacífica, como segue o informe no que toca à importância e à dimensão da desagregação do regime.

Mas pelo texto da sua intervenção é também possível perceber por onde passam as suas divergências com o documento político fundamental em discussão. Na linha aliás das suas posições anteriores, introduz de modo muito mais incisivo o papel que a unidade da classe operária desempenha em toda esta estratégia, assim como a função de mola propulsora que a acção das massas populares tinha na desagregação e na destruição do regime.

⁷⁴⁴ Cf. **Idem**

⁷⁴⁵ V Congresso do Partido Comunista Português, **Sobre as próximas eleições para deputados**, intervenção pelo camarada Manuel [Guilherme da Costa Carvalho], Edições “Avante!”, Outubro de 1957, p. 8

Era ao fim e ao cabo a concepção de unidade anti-salazarista que questionava, sem que com isso contrariasse a sua vasta amplitude. Para isso, recorre, no que envolve uma incontornável dimensão simbólica, às resoluções do 2º Congresso ilegal sobre estas matérias.

A formulação destas questões não é insignificante nem parece resultar apenas de uma sensibilidade própria ou mais desperta para as realidade sociais e para o papel histórico da classe operária, à luz da doutrina marxista-leninista. Fazê-lo assim significava, no fundo, dizer que por mais que Júlio Fogaça no seu informe incluísse referências à unidade da classe operária e se esforçasse até por lhes dar um certo ênfase isso continuava bem aquém não apenas do que individualmente pensava, mas fundamentalmente da amplitude crítica que quanto a esse aspecto se fora densificando no seio do próprio Comité Central ⁷⁴⁶.

A profundidade das divergências podia ter aqui um elementos diferenciador fundamental em termos da linha e da orientação partidárias, mas estava como que atrofiado ao procurar compatibilizar esse aspecto com a aceitação da via pacífica para o derrube do regime, o que contrastava, evidentemente, com a perspectiva de via violenta, mesmo que em maior ou menor escala, que a concepção de levantamento nacional que o IV, como em certa medida também o III Congressos haviam consagrado.

Evidentemente que do ponto de vista tático, de conjuntura mais fina, esse entendimento tinha também consequências ao nível do próprio desenho do intervencionismo eleitoral, pois a ida às urnas nas condições impostas pela ditadura era semente de legalismo e de ilusões que encontravam na realidade grandes dificuldades de concretização.

Mas, residualmente, iam-se expressando pontos de vista mais radicais, ainda que aparentemente pouco articulados, como que procurando posições mais “*de classe*” para a orientação partidária. À ideia de reconciliação da família nacional, por exemplo, forma como, por vezes, em arroubos mais inflamados, era designada a forma de alcançar a ampla unidade anti-salazarista, havia quem, entre os delegados, contrapusesse a questão se isso não seria a negação da luta de classes, não seria um conceito burguês, anti-marxista, revisionista ⁷⁴⁷.

Mesmo nas questões internacionais, a propósito quer da intervenção soviética na Hungria quer da condenação do grupo Molotov, Malenkov e Kaganovitch, havia

⁷⁴⁶ Cf. *Sobre o Vº Congresso...*, p. 1

⁷⁴⁷ Cf. *Reconciliação da família nacional*, in *Processo 15684/59-B*, 16º vol., apenso a fls. 1151, 21

delegados a manifestar a sua perplexidade, que os levava a achar que as explicações eram insuficientes, pois como dizia um deles “(...) *subsistem borbulhas. Não devemos deixar nem uma migalha por explicar – PC não tem nada a temer da inteira verdade*”⁷⁴⁸. E acrescentava que a conduta era invariavelmente de alinhamento incondicional com a URSS, o que fazia com que o partido se limitasse a denunciar erros e outras situações sempre depois, por arrastamento e seguidismo.

Todavia, a tónica dominante era de aceitação nesta como noutras questões que constituindo mudanças podiam envolver maior polémica ou divergência. Na questão da via pacífica, por exemplo, a sua defesa acabava, objectivamente, por considerá-la como a via para o derrube de Salazar, afastando a possibilidade do levantamento nacional.

Dizia-se nomeadamente que o povo estava decidido para lutas no plano legal, mas não para a insurreição, forma revolucionária que sendo justa não era para aquele momento. Para além do mais a defesa da via insurreccional alimentava desvios terroristas e assustava os democratas mais moderados⁷⁴⁹.

Na questão colonial, que Jaime Serra (Freitas) expôs ao Congresso de forma mais desenvolvida e através de relatório próprio, a congruência com a parte do informe político de Júlio Fogaça é consistente.

Serra começa por enquadrar o problema no contexto internacional em que extensas regiões se iam libertando da dominação colonial, filiando esse impetuoso movimento com as revoluções soviética e chinesa e com o espírito da Conferência de Bandung. Depois, caracteriza o sistema colonial português e o estágio de desenvolvimento da luta dos povos das colónias, para, finalmente, definir as orientações e as tarefas do partido.

Reconhece a dificuldade em apoiar e dar continuidade ao trabalho de débeis núcleos comunistas nas colónias, assume a necessidade de redefinir a posição do partido face à questão colonial, para concluir que “*O CONGRESSO DO NOSSO PARTIDO DEVE PROCLAMAR CLARAMENTE O RECONHECIMENTO INCONDICIONAL DO DIREITO DOS POVOS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS DE ÁFRICA À IMEDIATA E COMPLETA INDEPENDÊNCIA*”⁷⁵⁰.

M., provavelmente Pedro Soares (Matos ou Moreno), delegado ao Congresso numa intervenção refere a forma como a questão era vista pelos militantes do PCP,

⁷⁴⁸ Sem título, *Idem*, apenso a fls 1150, 19

⁷⁴⁹ *Congr.* [riscado], *Idem*, apenso a fls 1151, 22

⁷⁵⁰ V Congresso do Partido Comunista Português, Freitas [Jaime Serra], *Sobre o problema das colónias*, Edições «Avante!», 1957, pp 9-10

particularmente os que se encontravam nas colónias, brancos, idos do continente, a que designa de “*futuros colonos*” e que o partido deveria ajudar “*para não se tornarem colonialistas como os outros*”, observação esclarecedora sobre a precariedade política e ideológica destes militantes.

Defende, naturalmente, o apoio aos movimentos de libertação em embrião; identifica os estudantes negros ou de origem colonial, como o sector social mais sensível e onde o partido deveria concentrar esforços de mobilização e recrutamento; sustenta que os quadros de origem africana não deveriam ser desviados dos seus problemas específicos; que esses problemas, políticos e económicos, precisam ser estudados e critica as vozes que no interior do partido justificam a subestimação da questão colonial em nome da prioridade ou do peso dos problemas internos.

Porém, ao mesmo tempo propõe que as eleições para deputados desse ano constituíssem “*ensaio geral nas colónias para as eleições à Presidência da República*”, denunciando a fraude eleitoral e escolhendo candidatos a deputados nas listas da oposição que fossem das colónias e “*da confiança dos negros*”⁷⁵¹!

Por sua vez, Lúcio Lara, angolano, professor na legalidade, também delegado⁷⁵², representando o que o próprio designa de “*nosso grupo das colónias*”⁷⁵³, teria intervindo começando por saudar o congresso em nome dos povos coloniais ao mesmo tempo que declara a sua satisfação pela forma como o “*Probl. colonial está a ser encarado a sério por n[osso] Partido*”⁷⁵⁴. Contudo não se coíbe a apontar falhas à posição do partido, considerado que nos documentos em debate não há referência aos comunistas portugueses nas colónias, mas questionando “*até que ponto os comum[istas] port[ugueses] q[ue] vão p[ra] as colón[ias] podem encarar seria/[mente] os probl[emas] coloniais especial/[mente] [o] probl[ema] rácico*”⁷⁵⁵, pois, em sua opinião, existe racismo subterrâneo

Conclui que o movimento anti-colonial que se ia espalhando por toda a África está a chegar às colónias portuguesas, mas “*só a ajuda dum P[artido] experimentado como o n[osso] P[artido] pode livrar os mov[imentos] [de] libert[ação] dos perigos q[ue] enfrentam*”⁷⁵⁶.

⁷⁵¹ Sobre o Vº Congresso... , p. 10

⁷⁵² Cf. Alberto Vilaça, *O MUD Juvenil em Coimbra. História e estórias*, Porto, O Campo das Letras, 1998, p. 69

⁷⁵³ Cit. por Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Inquérito, 1999, p. 84

⁷⁵⁴ Sem título, mns, in *Processo 15684/59-B*, 16º vol., apenso a fls. 1146, 11

⁷⁵⁵ *Idem*

⁷⁵⁶ *Idem*, 12

Para Jaime Serra, a importância do assunto era grande, porque o sentimento anti-colonial ganhava dimensão internacional a ponto de nos debates internacionais o problema colonial português estar a ser objecto de discussão mas, por outro lado, “*falta definição actualizada e m[arxista]-len[inista] da n/[ossa] orientação em relação às colón[ias]*”⁷⁵⁷.

Na realidade, a nova posição sobre a questão colonial, que o Congresso introduzia, constituía um avanço importante em relação a toda a situação anterior, mas, cuidadosa ou sintomaticamente assentava num profundo silêncio sobre o que havia sido e como tinha sido tratado problema no passado, mesmo num passado mais recente, de subordinação e desvalorização objectiva face às questões “nacionais”, como, de resto o debate no próprio congresso continuava ainda a expressar por parte de alguns quadros, que submetendo-se a esta nova perspectiva estavam longe de ter rompido ou descolado profundamente das posições anteriores.

Há uma inscrição do problema nos termos da resolução apresentada, que não pode de modo algum ser subestimada e que decorre também, porventura em larga medida, das próprias mudanças introduzidas pelo XX Congresso do PC da União Soviética, da importância crescente das novas independências em África e na Ásia e do papel de atracção e influência que o movimento comunista internacional queria ter nesses vastos espaços.

A questão estará doravante presente, ainda que o processo de assimilação pelo próprio partido seja lento e contraditório, o que a remete para o plano da retórica que, não obstante todas as evoluções, assim se manterá duradouramente.

Mas, o ponto fundamental de todo o congresso centrava-se na discussão do Informe político. Para aí convergiam não só a orientação geral como as políticas sectoriais. Com os delegados a evidenciarem um nível bastante débil, outras intervenções, como a de Joaquim Gomes sobre as questões ligadas à terra e à aliança operária-camponesa, por mais extensas que fossem, por maior dispersão que pudessem introduzir em relação às grandes linhas de orientação partidária, acabavam por funcionar como estímulos à intervenção dos delegados, já que se reportavam a áreas de actividade partidária que lhes permitia falar sobre as suas próprias experiências e vivências.

Quanto a este assunto, constatava-se bem como, até na composição dos delegados ao congresso, a profunda falta de penetração e influência junto do

⁷⁵⁷ *Idem*, apenso a fls 1147, 14

campesinato, dos pequenos e médios proprietários ou rendeiros, o que aliás distorcia completamente a questão da aliança percebida, com uma certa facilidade, como unidade dos proletários industriais com os assalariados agrícolas dos campos do sul, onde, efectivamente, a influência do partido era grande.

De resto, vários delegados se pronunciaram abertamente “*Que há um desconhecimento muito grande, de cima a baixo, dos problemas dos camponeses pobres, inclusivamente por parte da direcção do Partido*”⁷⁵⁸.

Subsistiam dúvidas tremendas a este respeito, quer quanto à possibilidade de a realizar no processo de derrube da ditadura quer quanto à apropriação do conceito pelos militantes e quadros mesmo nos campos do sul.

O Projecto de Programa do PCP, de 1954, já incluía um capítulo sobre os camponeses e a agricultura, onde se consignam dez medidas, sendo a primeira a que se reporta à confiscação da grande propriedade e sua distribuição pelos assalariados rurais, jornaleiros e camponeses pobres, com abolição de todas as dívidas contraídas pelos camponeses pobres juntos das instituições creditícias, designadamente as Caixas de Crédito Agrícola, e os usurários.

Aí, se defende também, entre outras medidas, a libertação da terra de todos os contratos de arrendamento, parceria, foros, etc., entre os camponeses pobres e os grandes agrários, acompanhada de ajuda em crédito fácil de longo prazo, sementes e máquinas ou a diminuição das contribuições pagas pelos pequenos proprietários ao Estado ou às Câmaras, incluindo a abolição de algumas delas⁷⁵⁹.

Um outro folheto, de 1955, destinado a popularizar a Reforma Agrária, não só reitera estas disposições inscritas em projecto de Programa, como, indo mais longe, avança que “*só serão expropriados os grandes lavradores com herdades e quintas com milhares de hectares. O Partido Comunista defende o direito à propriedade sempre que o tamanho dessa propriedade não for contra o interesse da Nação, por isso defende o direito à propriedade dos camponeses médios e pequenos agricultores*”⁷⁶⁰.

São fundamentalmente estas ideias que vão ser agora consagradas no V Congresso, expressas quer no informe político apresentado por Júlio Fogaça⁷⁶¹, quer na intervenção de Joaquim Gomes (*Ferreira*) especificamente dedicada a esta matéria:

⁷⁵⁸ Sobre o Vº Congresso..., p. 6

⁷⁵⁹ Cf Projecto de Programa do Partido Comunista Português, Editorial “Avante!”, 1954, p. 5

⁷⁶⁰ O que é a Reforma Agrária. Edição do Partido Comunista Português, 1955, p. 8

⁷⁶¹ Cf Ramiro [Júlio Fogaça], *V Congresso do PCP. A Unidade das forças anti-salazaristas, factor decisivo para a libertação nacional. Informe do Comité Central*, Edições “Avante!”, Outubro de 1957, pp 14-16

*“(...) a Reforma Agrária que preconizamos e pela qual estamos dispostos a lutar é uma Reforma que acabe com os latifúndios distribuindo-os em parcelas pelos assalariados e camponeses que não disponham de terra suficiente para viver”*⁷⁶²

Mas, a popularização e discussão da proposta de Reforma Agrária no seio do próprio partido parece não ter tido, mesmo nos sectores rurais, uma profundidade e assimilação significativas.

Prevalece uma abordagem imediatista, que se reporta à situação concreta dos assalariados do sul, às estratégias de luta. Era deste ponto de vista que mais intervinham os delegados. Mesmo manifestando dúvidas sobre a ideia de Reforma Agrária, um dos delegados, assalariado rural, R., provavelmente Diogo Velez (Rogério), discordando que mesmo em regime socialista ainda fiquem proprietários com hectares de terra para poderem arrendar, é nas condições de vida dos assalariados sem terra que se focaliza:

*“A sua e a minha miséria, camaradas, vai desde a precária alimentação que é um bocado de pão dentro de uma gota de água, e pouco mais, depois de um dia e parte da noite de um trabalho árduo a que somos submetidos pela camarilha salazarista, até às promíscuas habitações em que vive grande parte da população da minha terra, que muitas vezes são sacas de adubo que lhe servem de abrigo. É por este estado de coisas que aqui deixo exposto, que me indigno e ao mesmo tempo sinto repugnância por toda a camarilha salazarista, que são inclusive os tais monopolistas da terra, para quem o Programa que o nosso Partido preconiza[,] ainda concede umas regalias, quanto a mim um bocado exageradas...”*⁷⁶³

Muitos dos temas que o Informe e as intervenções escritas carregavam enovelavam-se com o que poderia dizer mais directamente respeito ao programa do Partido, cuja discussão e aprovação sendo matéria de um ponto específico da ordem de trabalhos do congresso teria acabado por ser objectivamente desvalorizado.

O que mobilizava os delegados, o que verdadeiramente os interessava, de acordo inclusivamente com o seu estágio de desenvolvimento ideológico, não era propriamente um documento programático, suficientemente geral, para não lhes fornecer indicações e orientações concretas para a intervenção partidária no dia a dia.

⁷⁶² Ferreira [Joaquim Gomes], V Congresso do Partido Comunista Português, **Os problemas da terra e a aliança da classe operária com os camponeses**, Edições “Avante”, 1957, p. 5

⁷⁶³ **Idem**, pp 8-9

Mas isso não era apenas problema dos delegados e do congresso em si, mas um velho problema. Apesar da primeira versão do projecto haver três anos que circulava no partido, apesar das diferenças entre as duas versões não houve discussão prévia significativa a este propósito. O partido, reconhecia-se, vivia num torvelinho praticista e, por maior destaque formal que se lhe atribuísse, também o Comité Central nunca havia agarrado o assunto em conformidade.

Aliás, considerava-se que o Programa repetia e até de modo mais resumido o Informe Político, portanto as grandes questões que também ao programa diziam respeito tinham vindo a ser discutidas, o que levava inclusivamente a que se considerasse, então já liminarmente, a primeira versão do projecto, de 1954, eivada de sectarismo.

Mas, como a Direcção fazia questão de detalhar, o programa não podia ser um documento de pormenorização nem um fastidioso ensaio legislativo, mas um documento prático de combate, a que se poderia incluir um programa de acção mais concreto para o imediato, para o derrube da ditadura e não para as calendas do socialismo, que devia ser amplamente divulgado, explicado, discutido e constituir instrumento para o recrutamento de novos militantes⁷⁶⁴.

Todavia, o projecto de Programa a ser aprovado introduzia questões de fundo substanciais que o afastavam em corte não só da versão anterior, mas do conjunto de orientações que estavam instituídas nas resoluções do Congresso anterior.

Isso era tão significativo quanto ao se fazer questão de especificar que se tratava do “*Programa do partido Comunista Português para a conquista da democracia e melhoria das condições de vida do povo português*”⁷⁶⁵ se entendia que a conquista da democracia assentava em “*tornar possível o derrubamento de Salazar sem guerra civil, por meios pacíficos*”⁷⁶⁶, condicionando toda a estratégia a essa possibilidade e não mencionando sequer a via do levantamento nacional, que havia sido esboçada e sistematizada nos congressos anteriores⁷⁶⁷.

Mais importante assim seria o ponto sobre organização e estatutos, que motivara o segundo grande informe ao congresso, apresentado por António Dias Lourenço (João) em nome do Comité Central.

⁷⁶⁴ Cf. Programa, mns, 1 p., in *Processo 15684/59-B*, 17º vol., apenso a fls. 1162

⁷⁶⁵ Programa do Partido Comunista Português aprovado no V Congresso, Editorial «Avante!», Outubro de 1957, p. 1

⁷⁶⁶ Idem, p. 7

⁷⁶⁷ Cf. Ramiro da Costa, *O XX Congresso do PCUS e o PCP...*, p. 11

É esclarecedora a forma como Dias Lourenço abre o informe ⁷⁶⁸, como se o fizesse imediatamente a seguir à discussão do informe de Júlio Fogaça, isto é, como se a discussão do programa não passasse de um pormenor irrelevante no curso dos trabalhos. Aliás a notícia resumida do *Avante!* coloca-se no mesmo plano ⁷⁶⁹.

O informe de Fogaça está para o programa, como o de Lourenço está para os Estatutos, conectando-se como que naturalmente, mas em que a ordem de importância surge invertida na lógica do debate no congresso e de acordo com o que o espírito imediatista dos delegados permitia.

Por outro lado, pretende-se que haja uma articulação estreita entre o informe político e o de organização, como que um fosse o corolário do outro, dado papel fundamental conferido ao partido na intervenção política nacional com vista ao derrube do regime.

Na tradição leninista, o partido é o estado-maior da classe operária e do povo, o seu guia, donde é, nesta perspectiva, absolutamente decisivo o papel da organização, “*do enquadramento do nosso capital humano num todo monolítico e actuante*” ⁷⁷⁰, como Lourenço enfatiza.

É nesse sentido que a estrutura do informe em três partes – a reafirmação de um conjunto de grandes princípios orgânicos de funcionamento, modalidades de intervenção sectorial e estilo de trabalho central – corresponde a essas preocupações e vem retomar muito de perto o tipo de informes sobre organização dos congressos ilegais anteriores.

Se alguma novidade este informe traz, remete para o facto do partido passar a dispor de Estatutos com tudo o que isso implica em termos de codificação de normas e de procedimentos, de deveres e direitos, assim mesmo por esta ordem, por mais formal que isso fosse.

Mas este é também um dos raros documentos onde, a propósito da crítica ao culto da personalidade se vai mais longe do que a referência geral a situações e se faz menção concreta a Álvaro Cunhal:

“*É inegável ter existido nas nossas fileiras, por exemplo, o culto do camarada Álvaro Cunhal. Todos sabemos como depois da sua prisão, o “culto da sua personalidade” ocasionou ao Partido algumas dificuldades.*”

⁷⁶⁸ Cf. V Congresso do Partido Comunista Português, **Sobre os problemas de organização e os Estatutos do Partido**. Informante camarada João [António Dias Lourenço], «Edições Avante!», Outubro de 1957, p. 1

⁷⁶⁹ Cf. **Sobre a organização e os estatutos do Partido**, in *Avante!*, VI série, 242, 1ª Quinzena de Outubro de 1957

⁷⁷⁰ **Sobre os problemas de organização...**, p. 1

O camarada Álvaro Cunhal sempre repudiou firmemente toda a manifestação de destaque da sua pessoa por vezes até numa forma menos política. Mas como é compreensível, o culto da personalidade não se elimina através das reacções individuais de tal ou tal camarada, mas sim no terreno político e, sobretudo, através da discussão ideológica e de medidas orgânicas indispensáveis. Uma dessas medidas, a de efeitos mais decisivos era fazer do Comité Central o verdadeiro centro colectivo dirigente do Partido.

Esta medida, porém, não foi levada a cabo com a urgência que a situação do Partido reclamava”⁷⁷¹.

O espírito da VI Reunião Ampliada de combate ao sectarismo e do estilo de direcção colectiva, assim como o do XX Congresso em relação à crítica ao culto da personalidade, vertem-se neste informe através das referências à necessidade de crítica e de autocritica, ao combate ao individualismo, ao rigor na vigilância sobre os comportamentos liberais... e os últimos dois anos teriam trazido indicadores bastantes animadores sobre a rectificação em curso, que o congresso deveria naturalmente aprofundar.

Tal processo deveria ter uma sólida base ideológica, implicando deste ponto de vista a elevação do nível de todo o partido, da base ao topo, de modo a que pudesse acompanhar a crítica aos dois desvios que, em tensão, se continuavam a manifestar – o desvio esquerdista que conduzia ao dogmatismo e ao sectarismo, desligando o partido das massas e isolando-o política e socialmente, mas também o desvio de direita que recorrentemente assaltava a linha política.

A este propósito, Lourenço ao ancorar-se no informe de Fogaça considera-o abertamente no vértice do combate a estes dois desvios.

A estratégia entrinçada nos organismos corporativos, onde os trabalhadores se deveriam obrigatoriamente filiar, como os Sindicatos Nacionais, as Casas do Povo ou dos Pescadores, é reiterada com abundância de argumentos, do mesmo modo que se voltam a traçar grandes eixos orientadores para o reforço do trabalho feminino ou juvenil.

No caso da juventude, o debate era estimulado com a intervenção escrita de Octávio Pato (Melo) que, salvo períodos muito curtos, havia acompanhado e controlado a actividade do MUD Juvenil desde a sua fundação e a cuja primeira Comissão Central

⁷⁷¹ *Idem*, p. 9

havia inclusivamente pertencido. Mas, em 1957, a organização juvenil estava muito enfraquecida com as prisões de um vasto núcleo de quadros dirigentes e com a absorção pelo aparelho partidário clandestino de outros.

Na importante movimentação estudantil de finais de 1956 contra o Decreto 40900, se foi possível animar algumas estruturas académicas do MUDJ, revelou-se aí uma quase completa incapacidade de enquadrar e dirigir esse processo ⁷⁷².

Do ponto de vista da orientação, os grandes contributos para a definição da identidade e do modo de funcionamento do MUD Juvenil continuavam a ser os documentos do IV Congresso, a que Pato havia acrescentado o importante informe à IV Reunião Ampliada do CC, em Dezembro de 1952.

No congresso, o que aquele dirigente faz é passar em revista os onze anos de actividade do movimento juvenil no combate à política sectorial do governo e valorizando essa acção, não deixando de reconhecer como desde 1949 tinha sido afectada pelo sectarismo, no que o partido havia sido largamente responsável e que foi um factor que, para mais, atraiu a repressão sobre uma organização que se queria legal, ampla e quase *apolítica*.

É de uma verdadeira viragem na actividade juvenil que Pato fala, ao mesmo tempo que, com razoável e calculada ambiguidade vai introduzindo a necessidade do MUDJ dar lugar a uma “*organização nacional legal da juventude progressista*” ⁷⁷³.

No entanto, tende a ser mais matizada a forma como o assunto é abordado no debate. Provavelmente Fogaça, num intervenção mais consistente afirma:

“Fala-se da possibilidade da criação de um novo movimento. Considera um erro desses jovens admitir que o MUDJ deve desaparecer. Tais ideias levariam à dispersão do movimento juvenil” ⁷⁷⁴

Outro dos delegados, reportando-se à situação em Coimbra, sustenta que há muitos sectores e locais onde o MUDJ tem condições para subsistir e deve fazê-lo, tratando-se então de não apresentá-lo como único movimento da juventude ⁷⁷⁵.

Por isso, a questão da dissolução do MUDJ não se colocava abertamente, resistir-se-ia mais ou menos, entre o núcleo dirigente, a essa perspectiva, ainda que não lhe restasse muito mais tempo de vida, mas em qualquer dos casos isso não significaria

⁷⁷² Cf. **Alguns aspectos da recente luta estudantil**, mns, in *Processo 15684/59-B*, 11º vol., apenso a fls 810

⁷⁷³ V Congresso do Partido Comunista Português, **Sobre o Movimento da Juventude**, Intervenção do camarada Melo [Octávio Pato], p. 10

⁷⁷⁴ **Sobre o Vº Congresso...**, p. 12

⁷⁷⁵ Cf. **Juventude**, , in *Processo 15684/59-B*, 16º vol., apenso a fls 1156, 31

a reedição da Federação das Juventudes Comunistas, que apesar de ter de há muito defensores dentro do partido, o congresso rechaçará.

Todavia, a mais importante intervenção escrita relacionada com as questões de organização é a de Jaime Serra (Freitas) sobre o trabalho ideológico e a imprensa. Serra será portanto o único dirigente a ter direito a que duas intervenções escritas suas sejam publicadas pelo partido a propósito do Congresso, o que dá medida da acuidade dos temas que aborda e da consistência com que o faz.

Nesta intervenção há dois aspectos que ressaltam, reflectindo como os debates preparatórios do congresso e a perspectiva introduzida no próprio congresso, implicando a rectificação do documento de Outubro de 1956, distinguem as alterações verificadas no movimento comunista internacional das inflexões de natureza política produzidas internamente no PCP.

Por um lado, faz menção aos documentos recentemente editados pelo partido ou editados na sua imprensa e que constituem, no seu conjunto, uma espécie de compêndio para a educação política e ideológica dos militantes naquela conjuntura. Trata-se, evidentemente, dos materiais do XX Congresso do PCUS, mas também da Resolução que este partido tomara a propósito da eliminação do culto da personalidade e das suas consequências, bem como dois artigos de fundo do *Diário do Povo*⁷⁷⁶, órgão central do PC Chinês, digamos que a literatura de ponta do movimento comunista internacional.

Por outro lado, procede à apreciação da orientação seguida em finais de 1956 e nos meses seguintes, que teria sido rectificadora, até mesmo o processo de preparação do congresso:

“Como exemplo negativo do trabalho político e do nível ideológico do nosso Comité Central, temos que registar o desvio oportunista em que o Partido estava a cair nos últimos tempos, ao procurar corrigir os erros sectários de aplicação da nossa linha política. A subestimação da classe operária e do Partido, assim como uma defeituosa análise da correlação de forças nacionais, são, como assinalou o Comité central, os traços mais vinculados desse desvio oportunista que apareceram com toda a evidência no folheto do Comité Central publicado em Outubro de 1956 intitulado: “A situação política actual e a posição do Partido Comunista Português”. Esse desvio era tendente a fazer depender a mudança de regime, não

⁷⁷⁶ Cf. nomeadamente **A propósito da experiência histórica da ditadura do proletariado**, in *O Militante*, III série, 89, Dezembro de 1956

fundamentalmente da acção das massas mas sim da acção da burguesia democrática e, conseqüentemente, a colocar a luta política, de carácter legal, sob a direcção exclusiva dos vários agrupamentos e partidos da burguesia” ⁷⁷⁷.

Continuava assim a prevalecer a ideia, mesmo nos sectores da direcção mais críticos em relação ao documento de Outubro de 1956, de que o desvio de direita e as suas expressões de oportunismo, que se reflectiam na orientação partidária, eram uma manifestação desadequada e insuficiente da realidade política nacional, mas também não conformes com a orientação do movimento comunista internacional.

De um modo, porventura mais simples ou esquemático, o entendimento deste problema resumia-se a que os desvios, fossem de direita ou de esquerda, tinham, como referia um delegado, “*a mesma raiz: substimam da capac[idade] revoluc[ionária] da cl[asse] op[erária] e do n[osso] Povo, afastamento das realidades, desligamento das massas*” ⁷⁷⁸.

Esta era a crítica fundamental, a base para a rectificação de posições políticas anteriores e, simultaneamente o elo da cadeia com a herança do IV Congresso e de diferenciação com as ressurgências da “Política de Transição”.

Deste ponto de vista, o que o XX Congresso do PCUS trouxera de novo, fosse em matéria política, de ideologia ou de organização eram aceites e entendidos como distintos, antagónicos mesmo com o que o V Congresso do PCP criticava na orientação política imediatamente anterior.

Por outro lado, o insuficiente aprofundamento das questões nucleares previamente ao congresso por parte do Comité Central, assim como a ténue delimitação das posições em presença, acabaria por afunilar o seu desenvolvimento e impedir uma maior clarificação, mesmo que dentro dos limites em que o debate se desenvolvia.

Deste modo, o projecto de resolução reflectiria essa situação, não só pelo facto de ter sido elaborado e apresentado já em fase avançada do congresso, mas principalmente porque delegados com responsabilidades de direcção não se reveriam em muitos dos aspectos aí consignados ⁷⁷⁹.

A própria eleição do Comité Central, que alargava consideravelmente o número dos seus elementos, com a inclusão de sete novos membros, todos como suplentes e

⁷⁷⁷ V Congresso do Partido Comunista Português, **Sobre o trabalho ideológico e sobre a imprensa do Partido**, Intervenção do camarada Freiras [Jaime Serra], Edições «Avante!», Outubro 1957, p. 2

⁷⁷⁸ **Desvios**, mns, in *Processo 15684/59-B*, 16º vol., apenso a fls 1156, 32

⁷⁷⁹ Cf. **Sobre o Vº Congresso...**, p. 2

pelo menos dois deles não funcionalizados, ter-se-ia no entanto feito antes da votação das Resoluções, o que criou uma irritação considerável na ponta final do congresso ⁷⁸⁰.

Porém, a Comissão organizadora ao fazer o balanço do Congresso reconhece a importância da sua realização em condições de clandestinidade, assinala a vivacidade com que alguns debates decorreram, salienta como foi possível conhecer mais em detalhe da saúde de um importante conjunto de organizações partidárias a que os delegados pertenciam, admite que houve um esforço de estudo, de aprofundamento e até de crítica de muitos problemas e aspectos da actividade partidária no decurso dos trabalhos.

Mas nem por isso deixa de considerar como o nível ideológico global foi ainda baixo e que sendo de grande complexidade muitos dos problemas em discussão, alguns não foram, por isso, tão aprofundados quanto deveriam ser, enunciando-os:

“A importância política dos próximos actos eleitorais e a necessidade dum trabalho activo das organizações do Partido não foram suficientemente salientados.

Por outro lado, problemas tais como o da solução pacífica, da unidade da classe operária, da juventude e da Reforma Agrária não foram colocados de forma clara pelo Comité Central ao Congresso e também não saíram deste devidamente amadurecidos” ⁷⁸¹.

Afirmar isto desta forma significava, ao fim e ao cabo, que o núcleo central de problemas e questões de substância com que o partido se debatia, se é certo que haviam sido identificados, abordados, debatidos a um certo nível, não tinham tido o grau de aprofundamento e de clarificação necessários, o que colocava problemas sérios de homogeneização à saída do congresso, o que seria aliás determinante nos anos seguintes.

5. “As massas estão a indicar-nos o caminho”

Nos primeiros meses de 1958 o PCP prepara-se afanosamente para as eleições presidenciais desse ano. A estratégia está delineada desde o Congresso de Setembro anterior, foi reafirmada internamente ainda as eleições para deputados não se tinham realizado e mal isso se verificou a imprensa do PCP insistiria nesta matéria. Assim, no

⁷⁸⁰ **Idem**

⁷⁸¹ **Idem**, p. 6

Avante!, desde Novembro de 1957 que se vinha pressionando para a escolha rápida do candidato presidencial da Oposição.

Todavia, também a oposição não comunista, particularmente através do Directório Democrato-Social e das diferentes estratégias pessoais das personalidades que o compunham, com particular destaque para António Sérgio, se preparava para essas eleições, descolando do abstencionismo que activamente defendera meses antes.

A estratégia seguida pelas principais correntes oposicionistas não diverge substancialmente. Ambas pretendiam um candidato com condições para aprofundar a desagregação do regime, que penetrasse e captasse sectores em ruptura ou descontentes, mas no braço de ferro que se desenhava entre si, o que estava verdadeiramente em causa era a disputa pela hegemonia da oposição, a que acresciam fundos ressentimentos e desconfianças mútuas. Era basicamente isso que determinaria as escolhas diferenciadas de nomes.

Ainda em Novembro de 1957, as reuniões que se realizam entre a Comissão Cívica Eleitoral, principal estrutura legal controlada pelo PCP, e o Directório Democrato-Social essa contenda transparece claramente. Se ambas defendem um movimento eleitoral amplo, o Directório via-se a si mesmo como esse movimento e apelava a que a Comissão Cívica se dissolvesse, os seus membros se integrassem individualmente, podendo ocupar aí cargos directivos, mas desde que não se assumissem como comunistas ⁷⁸².

Nestas reuniões já se fala de nomes, mas qualquer vislumbre de consenso é extremamente remoto – Azevedo Gomes, Jaime Cortesão, um militar... são hipóteses colocadas em cima da mesa. A intrigante proposta de um militar por parte de António Sérgio, leva a que só depois de muito instado, inclusivamente por membros do Directório que desconheciam quem fosse, acabe por revelar tratar-se de Humberto Delgado ⁷⁸³, informação que rapidamente chegou aos órgãos executivos do Comité Central do PCP ⁷⁸⁴

As ligações de Sérgio a Delgado seriam via Henrique Galvão, preso, mas que em Abril de 1957 recebera a visita de Delgado e propusera-lhe, articulado com Sérgio, que este se candidatasse à Presidência da República, convite que este lhe reiterará em Novembro ⁷⁸⁵.

⁷⁸² Cf. **Informação SR**, de 26 de Novembro de 1956, in IAN/TT, Pide-DGS, *Processo 1546/57-SR*, Pasta 8, [94-96]

⁷⁸³ Cf. **Sobre a actividade do Partido Comunista Português nas eleições...**, p. 32 [173]

⁷⁸⁴ Cf. **XII/57**, mns, [1], in IAN/TT, TCL; 2º JCL, *Processo 92/62*, 3º vol. apenso a fls 175

⁷⁸⁵ Cf. Iva Delgado e António Figueiredo (coordenação de), **Memórias de Humberto Delgado**, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp 83-86

A percepção desta situação parecia enervar bastante a direcção do PCP, a ponto de não conseguir conter a agressividade verbal, que reconhecia ter sido tão prejudicial à unidade anti-salazarista, quando se pronuncia no concreto sobre este quadro:

*“Fala-se, por exemplo, que não se deveria escolher para candidato um republicano conhecido, mas antes um elemento, é dito, que cavasse mais fundo as desinteligências salazaristas. E quem se alvitra ? Ó céus, nada mais nada menos que os generais Júlio Botelho Moniz, Lopes da Silva e Humberto delgado... Todos estes homens são fascistas conhecidos e gozam da confiança de Salazar e dos imperialistas”*⁷⁸⁶

Para o PCP, Delgado era uma construção do regime e dos imperialistas americanos para impedir a unidade das forças anti-salazaristas, um *“general fascista americanizado”*⁷⁸⁷. Assim mesmo!

Tomar nas negociações a iniciativa e mencionar um candidato pelo seu nome tornava-se, nesta perspectiva, efectivamente uma tarefa inadiável, o que vai recair sobre o Engenheiro Cunha Leal, que vinha sendo, entre vários outros, mencionado quer nas reuniões da Comissão Cívica Eleitoral, quer já antes por alguns sectores do Directório numa reunião entre representantes de Aveiro, Porto, Braga e Lisboa, onde fora o nome que obtivera maior número de votos, 18 em cerca de 30 possíveis⁷⁸⁸.

Se a escolha de Delgado correspondia a uma personalidade com um perfil forte bem ao gosto de Sérgio, porque militar, dissidente do regime e disposto à conspiração; a escolha de Cunha Leal não o era menos, pela sua truculência, pelo seu bom relacionamento com os sectores moderados do regime, sempre identificado com a chamada direita oposicionista, a chamada terceira via, mas, ao mesmo tempo, um homem desassombrado, com forte intervenção pública na imprensa, corajoso nas posições que tomava.

Apesar das suas conhecidas posições liberais e anticomunistas, não é paradoxal o apoio e o incentivo do PCP à candidatura de Cunha Leal, antes corresponde à estratégia “anti-salazarista” do partido, assim como aquela conjuntura concreta de disputa tenaz pela hegemonia da oposição.

Cunha Leal havia mantido uma intensa polémica, nas vésperas das eleições para deputados, com diversas personalidades do regime, a propósito de um artigo que

⁷⁸⁶ **Pela escolha imediata de um candidato à Presidência da República**, in *Avante!*, VI série, 246, 2ª Quinzena de Novembro de 1957

⁷⁸⁷ **Porque esperamos**, in *Avante!*, VI série, 247, Janeiro de 1958

⁷⁸⁸ Cf. XII/57..., [1]

publicara no *Diário de Lisboa* ⁷⁸⁹, onde afirmava o seu abstencionismo e o seu anticomunismo, mas onde também se indignava com as abissais desigualdades sociais, se opunha aos monopólios na perspectiva de uma burguesia “nacional”, propugnando para o país um conjunto de reformas de sentido desenvolvimentista que passavam, por exemplo pela reestruturação fundiária, por uma justa redistribuição do rendimento nacional ou contra a política colonial do governo.

O desenvolvimento da polémica permitira-lhe aliás ir adensando o seu posicionamento contra o regime, clamando por liberdades, pela elevação do nível de vida do povo português, denunciando a corrupção e as grandes fortunas.

O seu perfil e o seu posicionamento encaixavam-se bem na concepção de um candidato abrangente, defensor das liberdades, atento às condições de vida dos trabalhadores, “anti-monopolista”, que o tornavam potencialmente capaz de atrair a direita oposicionista, os dissidentes e os descontentes do regime, tornando secundária a sua verve anti-comunista, frequentemente afiada.

Não obstante, não teria sido muito pacífica a solução Cunha Leal, mesmo entre o núcleo duro de militantes comunistas que, no seio da Comissão Cívica Eleitoral, dinamizava o processo a nível legal.

Numa reunião da Comissão Cívica, a 11 de Dezembro de 1957, ainda com o leque de candidatos potenciais consideravelmente alargado – Cunha Leal, Azevedo Gomes, Jaime Cortesão, Aurélio Quintanilha, Humberto Delgado – António Abreu e José António Caetano pronunciavam-se contra Cunha Leal, invocando falta de apoios ou o seu passado político. Dos militantes comunistas presentes apenas Manuel João da Palma Carlos se inclina para o engenheiro, acompanhando a maioria dos presentes. É desta reunião que sai a proto-candidatura de Cunha Leal, sem que ainda o putativo candidato fosse tido nem achado para o efeito. Forma-se então uma comissão para o sondar, enquanto dois grupos partirão para, a norte e a sul, procurarem apoios à candidatura⁷⁹⁰.

È organizado um primeiro jantar, com o pretexto de homenagear a escritora Lília da Fonseca, que também integrava a Comissão Cívica Eleitoral, mas que na realidade visava congregar forças e apoios para uma espécie de primeira linha de apoiantes, conseguindo a presença de mais de cem pessoas. Segundo o *Avante!*:

“Ali foi defendida a união dos democratas sem discriminações, a necessidade de preparação de todos os actos pré-eleitorais, a concorrência

⁷⁸⁹ Cf. Cunha Leal, *Considerações de um abstencionista sobre os problemas nacionais. “Licet”?*, in *Diário de Lisboa*, de 23 de Outubro de 1957

⁷⁹⁰ *Informação de* [expurgado], de 12 de Dezembro de 1957, in IAN/TT, Pide-DGS, *Processo 1876/SR*, Pasta 4, [19-21]

*às urnas por parte da oposição e a escolha urgente de um candidato. Foi aprovada unanimemente uma proposta para a criação de uma frente eleitoral oposicionista, para a organização de Comissões Cívicas Eleitorais no continente e nas colónias, para a intensificação do movimento por uma ampla amnistia e pela abolição da censura, para a criação de uma Comissão Provisória Nacional. Em seguida foi nomeada uma comissão para se avistar com o sr. Engenheiro Cunha Leal e com a comissão organizadora do banquete em sua homenagem, solicitando a sua concordância para que a proposta fosse também submetida à aprovação dos democratas presentes àquele banquete e nele fosse proposto com os nomes julgados necessários, o alargamento da comissão criada por aquela proposta”*⁷⁹¹

O sentido da realização de um jantar de homenagem a Cunha Leal, ampliando a base de apoio inseria-se numa estratégia de forçar apoios expressivos à sua candidatura, lançando-a se possível aí. Porém, quando a delegação o contacta e lhe comunica as conclusões do jantar anterior, este discorda que o jantar extravase o âmbito de homenagem pessoal e sejam colocados problemas de natureza política⁷⁹².

O jantar de homenagem terá lugar a 11 de Janeiro de 1957 em Lisboa, com setecentos participantes, numa altura em que a Comissão Cívica tendo já decidido pelo apoio a Cunha Leal, necessitando de um espaço para lançar a candidatura.

Há aí, naturalmente, intervenções nesse sentido. Cruz Ferreira terá pronunciado a mais entusiástica, a suscitar fortes aplausos, mas Vasco da Gama Fernandes entende que é muito cedo para definir uma posição quanto à escolha de um candidato presidencial da oposição.

Manuel João da Palma Carlos profere um discurso escrito, mais prudente, que havia previamente mostrado a Américo Gonçalves de Sousa (Abel), do Secretariado e da Comissão Política do PCP, que aliás lhe introduz emendas e alterações pelo seu próprio punho⁷⁹³. Mais do que propor Cunha Leal, o advogado insiste na importância de uma candidatura da oposição e na necessidade de definir e lançar o candidato.

Cunha Leal, agradece, mostra-se reconhecido com a homenagem, critica o governo mas quanto à candidatura é suficientemente ambíguo para que daí nenhuma conclusão clara se pudesse extrair.

⁷⁹¹ **Porque esperamos...**

⁷⁹² Cf. **Informação n° 10/58-SR**, de 25 de Janeiro de 1958, in IAN/TT, Pide-DGS, **Processo 1546-SR/57**, Pasta 8, [78-81]

⁷⁹³ **Entrevista a Manuel João da Palma Carlos**, Carcavelos, 13 de Outubro de 1995

Finalmente, também as conclusões do jantar a Lília da Fonseca não seriam postas à discussão, ou seja, a oportunidade preparada com tanta expectativa estava longe de surtir os efeitos desejados. Continuava a ser necessário pressionar mais Cunha Leal para se pronunciar claramente sobre o assunto e ir ampliando a base de apoio à sua candidatura.

Também entre o Directório as coisas não eram líquidas a favor de Delgado. Multiplicavam-se os nomes. Ressentimentos antigos, questiúnculas de ocasião, estratégias pessoais retardavam a clarificação da situação.

Num jogo de forças calculado, para a Comissão Cívica afirmar Cunha Leal como candidato exigia neutralizar as possibilidades de Delgado, tentar evitar que o Directório o apoiasse, de modo a que, assim, se tornasse mais fácil obter a concordância dos seus membros em relação ao engenheiro.

Ainda em Janeiro, até pesando o alcance limitado que o jantar de homenagem representara deste ponto de vista, a Comissão Cívica toma posição pública sobre as eleições em que define os princípios básicos que deve ter uma candidatura da oposição – concorrer até à boca das urnas, ter como apoio uma frente eleitoral de todos os oposicionistas e um programa mínimo que traduza as aspirações do povo português, ao mesmo tempo que declara que só um candidato oposicionista está em condições de assegurar, não podendo considerar uma candidatura militar dissidente como oposicionista, pois interessa “*mais a unidade de todos os anti-situacionistas em torno de um candidato de inequívoca oposição ao regime do que a dissidência dos nossos opositores*”⁷⁹⁴.

Mas o comunicado acrescentava já que havia dirigido ao Directório Democrato-Social e ao Directório do Partido Republicano Português uma proposta de texto comum apelando a Cunha Leal que se candidatasse, por ser aquele que estaria em melhores condições de assegurar a unidade dos oposicionistas.

Paralelamente, a Comissão Cívica intensifica as iniciativas de envolvimento do DDS e de alargamento da base de apoio a Cunha Leal. Tenta recuperar a proposta da sua integração nas estruturas regionais do DDS, exorbitando o convite que o Directório fizera apenas para a de Lisboa, o que faz com seja agora este a discordar dessa possibilidade⁷⁹⁵. Aproveita as comemorações do 31 de Janeiro no Coliseu do Porto, com Arlindo Vicente, em representação da Comissão Cívica a apelar à unidade dos

⁷⁹⁴ Posição da Comissão Cívica Eleitoral perante a próxima eleição presidencial, in *Memórias de Humberto Delgado...*, p. 491

⁷⁹⁵ Cf. Informação 10/58-SR...

republicanos e a exaltar as qualidades de Cunha Leal; o qual, que também está presente, intervindo, secunda os apelos à unidade e afirma no que podia ser interpretado como abertura à possibilidade de aceitar candidatar-se de “*que não servia para inaugurar as sapatarias do país*”⁷⁹⁶. No Algarve, Manuel Campos Lima num jantar comemorativo do 31 de Janeiro defende a candidatura de Cunha Leal. Há quem discorde, mas no fim constitui-se uma comissão para se reunir em Lisboa com o engenheiro⁷⁹⁷.

Pelos primeiros dias de Fevereiro, uma reunião com oitenta estudantes constitui-se uma Comissão Cívica Eleitoral de Estudantes de Lisboa, que declara apoio à Cívica, proclama o intervencionismo, a unidade eleitoral em torno de um programa mínimo e o apoio a Cunha Leal e rejeita o nome de Humberto Delgado mesmo em caso daquele recusar⁷⁹⁸.

Correm entretanto boatos desencontrados que ora dão como certo que é irrevogável a recusa de Cunha Leal a candidatar-se, como que este estaria a reconsiderar, pois estaria doente e sem condições para tão importante desafio. A solução é insistir, pressionar. Para mais Cunha Leal aceita participar em iniciativas da Comissão Cívica, mas uma vez aí, convidado a intervir, contorna habilmente a questão da aceitação da candidatura. Multiplicam-se, por isso, as delegações a casa de Cunha Leal, de estudantes, de comissões democráticas de diferentes pontos do país, de grupos de operários de diversas empresas e sectores de actividade.

Até Abril, o ambiente vai ser este. A Cívica concentrada no cerco ao engenheiro, não descurará a procura de outros candidatos, tarefa que se revelará não só difícil como titubeante e marcada por uma desorientação pungente. No meio de tudo isso parece até haver quem admita um candidato militar, com possibilidades de granjear apoio no Exército⁷⁹⁹.

Os órgãos de direcção executiva do PCP, designadamente a Comissão Política do Comité Central cientes de todo este ambiente, sentindo o tempo a passar, percebendo as ambiguidades e as hesitações que empastelavam o processo e semeavam confusão e incerteza insiste na defesa esgrimida de um candidato já escolhido, mas dando a ideia de essa escolha ainda estava em aberto:

“A candidatura do senhor engenheiro Cunha Leal corresponderia à actual correlação de forças. Ela aglutinaria à sua volta as massas

⁷⁹⁶ Sobre a actividade do Partido Comunista Português..., p. 37 [179]

⁷⁹⁷ Cf. Informação nº 14/58-SR, de 7 de Fevereiro de 1958, in *Processo 1456-SR/57*, Pasta 8, [66-71]

⁷⁹⁸ Cf. Posição dos estudantes em face do actual momento político nacional, Fevereiro de 1958, *idem*, pasta 1, [287]

⁷⁹⁹ Cf. Informação nº 15/58, de 11 de Fevereiro de 1958..., [62]

*laboriosas e as forças democráticas de esquerda, a maioria das forças democráticas conservadoras, assim como a burguesia nacional (pequenos e médios capitalistas, industriais, lavradores, comerciantes, outras camadas do funcionalismo, etc.) descontentes com a política ruinosa da camarilha salazarista”*⁸⁰⁰.

Era com os olhos postos no Directório que o fazia e tanto assim que continuava com a mesma insistência a disparar argumentos contra a candidatura previsível, mas ainda não formalizada, de Humberto Delgado, que “*tem sido desde sempre adepto de Salazar e defensor do regime fascista*”⁸⁰¹, concluindo tratar-se de um factor de divisão da oposição, pois provocaria o aparecimentos de vários candidatos nesse campo.

Mas, se podia ser sobretudo a candidatura de Delgado que crispava a direcção dos comunistas, era também qualquer outra, mesmo civil, que não fosse Cunha Leal. Quando, já em Março, num quadro confuso aparecem alternativas a Delgado mesmo no quadro do Directório, como era a de Santos Silva apoiado por um grupo do norte, para o *Avante!*, essa candidatura para além de não ser susceptível de unir toda a oposição era ainda a de alguém que se havia pronunciado pelo abstencionismo, o que poderia configurar uma manobra com vista à desistência a meio da campanha, deixando as forças oposicionistas desarmadas⁸⁰².

O PCP tomara entretanto a iniciativa de realizar contactos directos com alguns dos outros possíveis candidatos. A 1 de Março realiza-se uma reunião com Humberto Delgado e um grupo de apoiantes. Este apresenta o seu programa e informa da decisão de se candidatar, subestimando uma candidatura mais à esquerda. A opinião de *Vic.*, provavelmente *Victor*, pseudónimo de José Magro que desenvolverá uma intensa actividade em todo este período, é de que “*se enquadrá-lo podem fazer com que ele cumpra. Ele diz que vai até ao fim, É na conversa, profundo, mas irónico*”⁸⁰³

Também Cunha Leal foi contactado e embora continue a insistir na recusa, parece estar a par das movimentações à volta de Delgado e acaba por aconselhar os seus interlocutores a que continuem, a trabalhar “*(...) pela unidade e depois apresentem-me candidato, é mais pela abstenção, [mas] se me disserem para ir vou, mas preferia*

⁸⁰⁰ Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, **Ao Povo Português. Sobre as próximas eleições para a Presidência da República**, 7 de Fevereiro de 1958

⁸⁰¹ **Idem**

⁸⁰² Cf. **Falemos claro**, in *Avante!*, VI série, 250, 1ª Quinzena de Março de 1958

⁸⁰³ Cit. in **Sobre a actividade do Partido Comunista Português...**, p. 45 [187]

*entrar em Comissão. Gostaria de desmascarar monopólios, Agora estou decidido a não fazer assim”*⁸⁰⁴.

Informações do mesmo teor chegam ao PCP por via da delegação de trabalhadores que o visita.

Havia então que catalisar o processo. A Comissão Cívica começara já a organizar o processo de candidatura. É editado, com data de 14 de Março, um documento subscrito por cerca de 190 personalidades com um texto curto em que se afirma que *“Não podia o Sr Engenheiro Cunha Leal ficar indiferente a esse poderoso movimento e, apesar do seu estado de saúde, dispôs-se a aceitar a sua candidatura, atitude que mais o eleva no conceito da Nação. Desde este momento existe, pois, o candidato da oposição!”*⁸⁰⁵, a que se acrescentam os textos de apresentação da candidatura ao Supremo Tribunal de Justiça e de requerimento dos certificados de eleitor.

Numa reunião nacional de apoiantes realizada em Lisboa a 22 e 23 de Março, Artur, o filho de Cunha Leal na qualidade de representante do pai, afirma que este estaria disposto a candidatar-se desde que tivesse um apoio muito alargado. Nessa mesma reunião é decidida a constituição de uma Comissão Nacional de candidatura e uma Comissão Executiva.

O *Avante!* incluirá a posição oficial de apoio formal ao engenheiro, sob a forma de comunicado da Comissão Política, datado de 6 de Abril:

“A aceitação da candidatura pelo senhor engenheiro Cunha Leal veio abrir grandes perspectivas à acção de todas as forças democráticas e anti-salazaristas, assim como à criação de um amplo movimento eleitoral de massas.

*O Partido Comunista Português apoia a candidatura do senhor engenheiro Francisco Pinto da Cunha Leal, certo de que ela corresponde aos interesses nacionais”*⁸⁰⁶.

Começam então a organizar-se pelo país fora comissões regionais e locais de apoio. De norte a sul os elementos da recém constituída Comissão Executiva desdobram-se em contactos, diligências, reuniões.

Porém, nalgumas regiões, com um proletariado mais radicalizado borbulham reacções de descontentamento. Numa reunião em Setúbal, vários participantes, sem que

⁸⁰⁴ *Idem*, p. 46, [188]

⁸⁰⁵ **Unidos e organizados até às urnas, apoiemos o Snr. Eng.º Cunha Leal, o candidato da Oposição Democrática!**, Lisboa, 14 de Março de 1958

⁸⁰⁶ **Com um amplo movimento eleitoral de massas conquistaremos liberdades até hoje não alcançadas**, in *Avante!*, VI série, 252, 1.ª Quinzena de Abril de 1958

preferissem, evidentemente, Delgado, teriam afirmado não poder apoiar um homem que foi desde sempre inimigo da classe operária e da esquerda, admitindo colocar-se à margem da campanha ⁸⁰⁷.

Talvez em boa medida também por isso, *O Militante* inclui um importante artigo de Alda Nogueira (Lídia), membro do Comité Central, em que sistematiza e clarifica os argumentos que determinam o apoio a Cunha Leal ⁸⁰⁸.

Justamente entre o final de Março e o início de Abril, depois de uma ensaiada candidatura de Quintão de Meireles nas semanas anteriores, é finalmente decidida a candidatura de Humberto Delgado, iniciando-se a organização dos seus serviços de apoio.

Portanto, o comunicado da Comissão Política do CC do PCP de 6 de Abril, não tem por objectivo apenas declarar o seu já conhecidíssimo apoio formal a Cunha Leal, mas ainda apresentar Delgado como o candidato que ia dividir a oposição. Segundo a direcção do Partido Comunista, o engenheiro aceitara ser candidato a 14 de Março, o que fora confirmado a 22-23, pelo que a candidatura de Delgado, surgindo depois, a 5 de Abril, segundo o comunicado, vinha dividir a oposição.

Para mais, insistia estar-se “*perante uma manobra de grande estilo, planeada pela camarilha salazarista e pelos agentes do imperialismo norte-americano e inglês no sentido de impedir uma larga unidade...*” ⁸⁰⁹.

Todo o partido é mobilizado para as tarefas eleitorais, que passavam pela estruturação do movimento nacional de apoio, criando comissões e abrindo sedes; por conseguirem do candidato um documento que fosse amplamente divulgado; pelo lançamento da agitação e por iniciativas de pressão quer sobre os que se mantinham em posições abstencionistas quer sobre o próprio Humberto Delgado ⁸¹⁰.

Todavia, a meio de Abril, Cunha Leal informa, mais uma vez pela voz do filho, que em virtude da sua doença se ter agravado vai retirar a candidatura. Fosse o seu estado de saúde, que João Pulido Valente, militante comunista, membro da Comissão Cívica e seu médico pessoal, dizia grave mas não tanto que justificasse aquela decisão, fossem as pressões enormes de velhos amigos e de velhas solidariedades, o certo é que em pleno arranque da campanha e quando a candidatura de Delgado começa a sair para o terreno, o PCP e os seus aliados se vêem sem candidato.

⁸⁰⁷ Cf. **Informação “Santarém”**, de 25 de Março de 1958, in *Processo 1546/57-SR*, 1º vol., Pasta 1, [51-52]

⁸⁰⁸ Cf. Lídia [Alda Nogueira], **O momento político actual e as tarefas dos comunistas**, in *O Militante*, III série, Março de 1958

⁸⁰⁹ **Com um amplo movimento eleitoral de massas...**

⁸¹⁰ Cf. **Sobre a actividade do Partido Comunista Português...** .p. 50 [192]

Não admira, por isso, que o ambiente seja de desconcerto, de revolta e quase de desespero incontido. Retomam-se velhas e novas hipóteses de alternativa – Ferreira de Castro, Manuel João da Palma Carlos e, finalmente, Arlindo Vicente.

Quando a candidatura do general Humberto Delgado está a ser oficialmente registada no Supremo Tribunal de Justiça é que se realiza, a 20 de Abril, a reunião nacional que vai decidir sobre Arlindo Vicente, um advogado de esquerda, com um perfil bem longe da imagem liberal-conservadora de Cunha Leal, que fizera o percurso da unidade antifascista desde os tempos do MUD, que estivera nas Exposições Gerais de Belas Artes promovidas pela CEJAD, a Comissão de Escritores, Jornalistas e Artistas Democráticos, que agrupava a intelectualidade “*mudista*”, que frequentava as tertúlias político-literárias dos cafés da Baixa de Lisboa, que integrara a lista da Oposição por esse círculo às eleições para deputados de 1957, que o governo impugnara. Não é todavia membro do Partido Comunista nem nunca o fora, aceitando a aliança com o PCP mantinha, no entanto, um distanciamento crítico que seria visível ⁸¹¹.

Era um candidato de recurso e ele próprio sabia-o. Naquelas circunstâncias, depois do seu nome já ter sido anteriormente ponderado ⁸¹², é proposto por Manuel Sertório. Aceita com um desinteressado espírito de sacrifício fundado na ideia que a apresentação de uma candidatura da esquerda oposicionista era fundamental naquele contexto. Resiste mesmo às fortes pressões que os homens do Directório, incluindo o próprio António Sérgio ⁸¹³, exercem sobre ele, para que não se candidate.

Não foi, mesmo assim, fácil a escolha de Arlindo. A assembleia está dividida. Há quem, como Armindo Rodrigues, no meio de intenso burburinho admita o apoio a Delgado. Não é esse o entendimento do grupo de socialistas de esquerda – Sertório, Prazeres Ferreira, Skapinakis – a que se juntam militantes do PCP, como António Abreu e João Falcato. Câmara Reys, por sua vez, duvida do impacto de Arlindo Vicente, por não ser uma personalidade conhecida, pondera se não será melhor a abstenção.

Aparentemente, quem catalisa a inflexão das reunião para decidir o apoio ao advogado é o próprio Armindo Rodrigues ao ler a carta em que Sérgio procura demover Arlindo a candidatar-se ⁸¹⁴. Não parece que o PCP tenha sequer tido condições e tempo para exercer qualquer influência relevante nesta escolha. A margem de manobra era estreitíssima.

⁸¹¹ Cf. **Informação “Maya”**, de 22 de Abril de 1958, in *Processo 1546/57-SR*, 2º vol., [418-419]

⁸¹² **Idem**, de 14 de Março de 1958, in *Processo 1546/57-SR*, 1º vol., pasta 1, [127]

⁸¹³ **Idem**, de 22 de Abril de 1958, in *Processo 1546/57-SR*, 2º vol., [418-419]

⁸¹⁴ Cf. **Idem**

Um comunicado da Direcção de Organização Regional do Sul do PCP, que abrangia a Margem Sul, todo o Alentejo e o Algarve, datado logo de 21 de Abril, isto é no dia logo a seguir à reunião que se decide por Arlindo Vicente, afirma que “*é aquela que expressa no seu programa e na sua acção a unidade e os interesses da grande massa do povo português*”⁸¹⁵.

O Comité Central do PCP reunirá no início de Maio, aparentemente com carácter de urgência, já a candidatura havia sido decidida uma semana antes, pelo menos. Aí não é posta em causa a orientação imprimida ao trabalho desenvolvido para forçar a candidatura de Cunha Leal: teve uma componente de massas e conseguiu atrair muita gente, incluindo alguma coisa na base do Directório. As iniciativas é que não foram suficientemente fortes para evitar a desistência e para abrir mais brechas no DDS.

Por outro lado, ter-se-ia contemporizado demais com as indecisões de Cunha Leal e guardado excessiva contenção em relação ao lançamento de um candidato alternativo, ao mesmo tempo que os materiais do partido teriam ido à frente demais no apoio ao engenheiro.

Porém, o que na reunião se constatava é que com toda aquela situação confusa, os apoios a Delgado foram crescendo, gente das comissões locais que se foi passando para os seus serviços de candidatura, sectores operários e mesmo militantes do partido que defendiam o apoio ao general ou afirmavam que o lançamento de Arlindo fora precipitado.

O espectro da situação vivida nas eleições presidenciais de 1951, com a divisão Quintão de Meirelles/Ruy Luís Gomes salta para cima da mesa. Teme-se que se volta a estar perante uma situação dessas e que o isolamento de Arlindo Vicente seja esmagador.

Para o Secretariado, se conseguisse haver uma boa conjugação de forças, isso até poderia proporcionar uma acção de massas mais ampla.

Tanto Dias Lourenço (João) como Jaime Serra (Freitas) entendem que a vacilação e as hesitações verificadas têm uma marca de classe, são fundamentalmente assinaladas nas classes médias e nos intelectuais, mas defendem que isso poderá refluir com a acção do partido junto da classe operária e da juventude incentivando o apoio a Arlindo Vicente.

⁸¹⁵ A Direcção da organização Regional do Sul do Partido Comunista Português, **Portugueses e Portuguesas! O Sr. Dr. Arlindo Vicente é o candidato da Oposição Democrática**, 21 de Abril de 1958

Mas, a maioria dos elementos vai falando em zonas de simpatia ao general, na constatação de que sendo um aventureiro é um dissidente e tinha apoio de forças democráticas, surgem informações locais, especialmente do norte, em que se defende a unidade de acção ou, pelo menos não hostilizá-lo.

José Lopes Baptista (Montes) acha que se devem procurar pontos de acção comuns entre as duas candidaturas, porque não são opostas e levanta a possibilidade de desistência de um a favor do outro

Todavia, seria necessário prosseguir nos esforços de organização da candidatura de Arlindo Vicente, que é o candidato a apoiar, e na apresentação do seu programa eleitoral ⁸¹⁶, independentemente de se poder até apoiar pontualmente Humberto Delgado, quando as suas afirmações ou acções concretamente o justifiquem, como Júlio Fogaça teria afirmado no rescaldo directo dessa reunião ⁸¹⁷. É esse aliás o sentido principal das conclusões da reunião do Comité Central tornadas públicas ⁸¹⁸.

A possibilidade de vir a apoiar Delgado é ventilado nalgumas reuniões legais, provavelmente por pressão dos participantes que questionam nesse sentido, desde que a candidatura de Arlindo por alguma medida discricionária e repressiva fosse impugnada e ele assim impedido de ir até às urnas ⁸¹⁹

A organização da campanha assentava principalmente no esforço do PCP que procurara convencer as suas estruturas, como as orlas de militantes inactivos ou afastados a integrarem-se nos serviços de candidatura. Na realidade, enfrentavam-se problemas sérios, com muita gente a bandear-se para Delgado e outros, incluindo muitos socialistas de esquerda a colocarem-se, nesse quadro, numa situação quase neutral entre as duas candidaturas, incluindo, o próprio Manuel Sertório ⁸²⁰.

A primeira circular interna só está pronta a 1 de Maio. Nesse mesmo dia, Manuel João da Palma Carlos de partida para S. Tomé, Luanda e Lourenço Marques, já no aeroporto deixa uma carta a Maria Amélia Padez em que se queixa de não lhe ter sido fornecido material de propaganda em quantidade, designadamente a circular e o manifesto eleitoral, pois, como acrescenta, com um certo desalento:

⁸¹⁶ Cf. **CC. Informações Políticas 4/5-58**, mns, 3 pp e **Político 4/58**, mns, 1 p., in IAN/TT, TCL; 2º JCL, **Processo 92/62**, 3º vol. apenso a fls 177 e 178, respectivamente e **Sobre a actividade do Partido Comunista Português...**, pp 59-60 [200-201]

⁸¹⁷ Cf **Sobre a actividade do Partido Comunista Português...**, p 61 [203]

⁸¹⁸ Cf **Conclusões políticas de uma reunião do Comité Central**, in *Avante!*, VI série, 254, 1ª Quinzena de Maio de 1958

⁸¹⁹ Cf. **Informação “Agente Coelho”**, de 28 de Abril de 1958, in **Processo 1546/57-SR**, 2º vol., [338]

⁸²⁰ Cf. **Uma carta do Sr. Dr. Manuel Sertório**, in *República*, de 22 de Abril de 1958

“*Isso – essa falta – vai afectar necessariamente os resultados da minha acção em África, cuja contribuição poderia ser decisiva para resolver certos aspectos materiais da candidatura*”⁸²¹

A gravidade da situação financeira já tinha sido alertada pelo tesoureiro da Comissão Cívica, a meio do mês anterior. Registava-se um défice de 4.000\$00, quando no arranque da campanha de Norton de Matos, o saldo era de 102.000\$00⁸²².

A 3 de Maio o processo de candidatura de Arlindo Vicente é finalmente entregue no Supremo Tribunal de Justiça, subscrito por 900 indivíduos recenseados, mas a conferência de imprensa só se irá realizar a 14 desse mês.

A única iniciativa pública de maior projecção entretanto levada a efeito é a reunião nacional de trabalhadores que decorre a 11 de Maio, em Lisboa, resultante de um intenso trabalho de preparação das células e comités de operários e trabalhadores do PCP. José António Caetano, guarda-freio da Carris preside, na qualidade de membro da Comissão Executiva da candidatura. São recebidas mensagens de grupos de trabalhadores têxteis, ferroviários, mineiros, da panificação, pescadores ou assalariados rurais⁸²³.

As organizações locais do partido dispunham da informação que a reunião se iria realizar e que se deveriam preparar para isso. De Grândola, por exemplo, pergunta-se para a redacção da *Seara Nova* pelo dia e local concretos, manifestando não só interesse em participar como acrescentavam que até já havia dois assalariados rurais e um corticeiro dispostos a deslocarem-se a Lisboa⁸²⁴.

No Barreiro, onde se destacava na actividade legal Artílio Baptista, um velho militante operário metalúrgico, que havia sido afastado na sequência da passagem pela prisão e que regressara agora com a campanha, o partido realizara uma reunião alargada de militantes trabalhadores, tendo sido aí escolhidos oito elementos para participarem na reunião⁸²⁵.

Em Lisboa, o PCP havia constituído uma fracção, designada organismo de actividades legais, controlado por Alda Nogueira (Joel ou Lídia), membro do Comité Central e composto por Constantino Capinha, operário na Sorefame; Jorge Mateus de

⁸²¹ Carta de Manuel João da Palma Carlos a Maria Amélia Padez, mns, 1 de Maio de 1958, p.2, , in *Processo 1546/57-SR*, 2º vol, [266]

⁸²² Cf. Informação de [expurgado], de 14 de Abril de 1958, in *Processo 1876-SR*, Pasta 5, [282-283]

⁸²³ Cf. Comunicado da Assembleia Nacional de trabalhadores efectuada em 11 de Maio de 1958, *idem*, [122-123]

⁸²⁴ Cf. Carta de António Maria Chumbinho [à Seara Nova], Grândola, 6 de Maio de 1958, *idem*, [208]

⁸²⁵ Cf. Informação “Santarém”, de 13 de Maio de 1958, in *Processo 1546/57-SR*, 2º vol., [61-63]

Moura, empregado de seguros; Chaves Alves, funcionário público e Manuel da Costa, da Refinaria Nacional⁸²⁶.

Por esta via, Capinha receberia de Alda Nogueira a quantia de 2.000\$00 do partido para cobrir despesas de expediente e tipografia ⁸²⁷, o que dá ideia das dificuldades financeiras com que a candidatura se continuava a deparar, ameaçando aliás soçobrar se por aqueles dias não se conseguissem 20 contos ⁸²⁸

Capinha integraria ainda um organismo com José António Caetano e Américo Marques Pereira, também da Carris, cuja tarefa era realizarem reuniões amplas de trabalhadores pelo país, sendo Caetano incumbido de contactar Arnaldo Mesquita, no Porto; Mário Sacramento, em Aveiro ou Alberto Vilaça, em Coimbra para esse efeito, metendo, quer Caetano como Capinha pelo menos, dias de férias para esse trabalho ⁸²⁹.

Ao mesmo tempo, o partido intensificava a propaganda, quer distribuindo panfletos quer fazendo pinchagens, o que alarmava inclusivamente alguns militantes legais, receosos de que tanto frenesim pudesse suscitar uma ofensiva repressiva. Em Lisboa, em meados de Abril, escrevia-se nas paredes frases como “*Votem no Arlindo*”, “*Se queres um Portugal valente, vota pelo Vicente*” ou “*Operários só no Arlindo*” ⁸³⁰.

Mas quando Arlindo Vicente concede a conferência de imprensa a meio de Maio, já havia dias que Humberto Delgado proferira a frase incendiária – “*Demito-o, obviamente*”, referindo-se à atitude que tomaria em relação a Salazar, caso ganhasse as eleições.

Aliás, no mesmo dia em que a conferência se realiza está a decorrer no Porto a primeira grande acção de campanha do general que lhe há-de conferir um carácter massivo, de grande combatividade e audácia e determinar o seu ulterior desenvolvimento. A imprensa não resistirá ao ambiente vivido:

“Quase arrancado, o general Humberto Delgado foi arrastado alguns metros pelos que estavam mais próximo, de que sempre a sorrir se desvencilhou a custo, caminhando para o automóvel com dificuldade, rodeado da multidão que rompera o cordão da polícia e o rodeara até à Praça onde a sua aparição foi saudada com uma salva de palmas vibrante, agitando-se lenços de todas as janelas fronteiras. (...) As aclamações não

⁸²⁶ Cf. **Auto de Perguntas a Jorge Mateus de Moura**, em 22 de Janeiro de 1959, in *TCL*, 4º JCL, **Processo 49/60 [45074]**, 1º vol., fls 32-54

⁸²⁷ Cf. **Auto de Perguntas a Constantino da Silva Capinha**, em 19 de Setembro de 1958 in IAN/TT, Pide-DGS, **PC 911/58**, [40-41]

⁸²⁸ Cf. **Informação “Maya”**, de 16 de Maio de 1958, in **Processo 1546/57-SR**, 3º vol., [609-610]

⁸²⁹ Cf. **Auto de Perguntas a Constantino da Silva Capinha**, em 2 de Agosto de 1958, **PC 911/58**, [25-30]

⁸³⁰ **Relatório do guarda 5072 da 1ª esquadra da PSP de Lisboa**, de 11 de Maio de 1958, in **Processo 1546/57-SR**, 2º vol., [121]

cessam. Não pára o agitar de lenços nas janelas e há quem chore no seu entusiasmo”⁸³¹.

Mas, porventura mais importante que a recepção que o general recebia nas ruas do Porto, mais do que o ambiente no comício do Coliseu, com as múltiplas intervenções arrebatadoras, foram os acontecimentos na noite seguinte - os incidentes na Praça da Liberdade e na Avenida dos Aliados - as concentrações de populares que a polícia não conseguia dispersar, o apedrejamento do *placard* do “*Diário da Manhã*”, as correrias e escaramuças com as forças repressivas⁸³².

Era o descontentamento popular, a esperança colectiva argamassada em torno da candidatura do general, que começava a radicalizar e, espontaneamente, a transbordar para a violência.

Face a tão impressionante e espontânea manifestação de carinho, calor e entusiástica adesão com que Humberto Delgado foi recebido no Porto, a Comissão Distrital da candidatura de Arlindo Vicente faz publicar na imprensa um comunicado em que tocado pelos acontecimentos “*saúda todos quantos - partidários de uma e outra candidatura - se juntaram lado a lado, unidos por um mesmo objectivo*”⁸³³.

No comício do Coliseu, três personalidades emblemáticas da corrente oposicionista legal de influência comunista - Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura e Lobão Vital enviam um telegrama de saudação a Humberto Delgado, que é calorosamente ovacionado. Aliás, Lobão Vital, dias antes, havia aceite o convite e estado presente na inauguração da sede distrital do Porto dos serviços de candidatura do general⁸³⁴.

O problema é que Virgínia Moura não se tratava de uma qualquer militante nem apenas de um quadro legal importante, pois havia sido eleita suplente do Comité Central no V Congresso, afirmando que tomara tal atitude “*com conhecimento do Partido*”⁸³⁵ e de acordo com as orientações da reunião ampliada do CC do PCP no início de Maio, em que participara.

Nesta reunião, Virgínia Moura (Xavier), ainda que de modo pouco claro insinua o apoio a Delgado ao referir que a sua candidatura reflecte a unidade que se está a forjar entre os democratas de direita, isto é, o Directório e dissidentes do regime, o que torna o

⁸³¹ O general Humberto Delgado foi entusiasticamente recebido nesta cidade..., in *O Primeiro de Janeiro*, de 15 de Maio de 1958

⁸³² Cf *Houve correrias no Porto, por os populares não obedecerem á policia*, in IAN/TT, Arquivo de O Século. *Cortes da Censura*. Maio de 1958...

⁸³³ *Comunicado da Comissão Distrital do Porto da candidatura do Dr. Arlindo Vicente sobre a recepção ao general Humberto Delgado*, in *O Primeiro de Janeiro*, de 15 de Maio de 1958

⁸³⁴ Cf *Relatório da Delegação do Porto da PIDE*, de 8 de Maio de 1958, in IAN/TT, Pide-DGS, *P. 6582/SR, António Lobão Vital*

⁸³⁵ Virgínia Moura, *Mulher de Abril. Álbum de Memórias*, Ed. Avante!, Lisboa, 1996, p. 83

problema importante ⁸³⁶, já que tinha sido precisamente nesses termos que o V Congresso se havia pronunciado ao traçar a via da unidade anti-salazarista para derrubar Salazar.

Aí, ainda que Júlio Fogaça insista na justeza da orientação do partido em apoiar Cunha Leal e que Delgado é “*um aventureiro político perigoso*” ⁸³⁷, vai acrescentando que o apoio prestado pelo DDS tenha conferido à sua candidatura uma dimensão política que ultrapassa a vertigem pessoal e que não teriam sido desenvolvido todos os esforços para encontrar um candidato mais amplo que Arlindo Vicente.

São, de resto bastantes as vozes que vão reconhecendo que o ambiente se vai tornando favorável ao general, cuja candidatura o partido subestimou, e que está agora a ficar isolado. Cita-se mesmo a opinião de um militante que teria dito “*q[ue] ao combatermos o HD [Humberto Delgado] estamos a falsear as conclusões do Congr[esso]*” ⁸³⁸, a cometer erros táticos.

Há, no entanto, diferentes elementos a rebater esta questão e a reafirmar a necessidade de prosseguir com Arlindo Vicente, havendo até quem diga acreditar que com o programa a correlação poderá inverter-se a favor de Arlindo. Para estes, a candidatura do general continua a ser encarada como fomentada pelo imperialismo e que não é sequer a candidatura anti-salazarista porque não toca as aspirações da burguesia nacional.

Para Fogaça, houve facilitação ao definir o apoio a Arlindo Vicente, pois os aspectos relacionados com a personalidade dos candidatos não pode ser minimizada, uma vez que a eleição presidencial é personalizada.

Em sua opinião, era o sectarismo que estava a impedir ir mais além, havendo pessoas na candidatura de Delgado que defendem acções comuns e que a forma de neutralizar um *putsch* aventureiro em congeminação seria dar ao movimento componente de massas, que o Directório não tem e por isso resvala para soluções golpistas. No entanto, trata de dizer que Delgado não é um candidato anti-salazarista, mas um agente dos americanos.

As conclusões dessa reunião estavam efectivamente muito longe de ser claras quanto a um apoio a Delgado.

A campanha de Arlindo Vicente prossegue sem chama, baseada em sessões públicas em sala fechada, muito formais. Em Aveiro, por exemplo, Palma Carlos já

⁸³⁶ Cf. CC. *Discussão Política*. 5/58, [3 e 5], in *Processo*. 92/62..., 2º vol, apenso a fls 177

⁸³⁷ *Idem*, [1]...

⁸³⁸ *Idem*, [2]...

regressado de África participa na deposição de uma coroa de flores junto à estátua a José Estêvão, mas não consegue ser acompanhado por mais que duas escassas dezenas de pessoas⁸³⁹.

A 19 de Maio, isto é, mesmo em cima das jornadas do Porto e de Lisboa, António José Saraiva, ao tempo, um dos intelectuais comunistas publicamente mais activos vem, de modo desassombrado, afirmar nas páginas do *República* que não encontra “*diferença alguma de conteúdo*” entre as duas candidaturas da oposição, mas que a de Humberto Delgado “*conta com o apoio dos portugueses politicamente esclarecidos e com o daqueles que agora despertaram para a vida política*”⁸⁴⁰

Também por esta altura, Maria Lamas, militante comunista, em carta de Paris a uma familiar muito próxima, confessa que “*deveriam unir-se todos em volta do general*”⁸⁴¹.

Mesmo entre as estruturas e personalidades do grupo que apoiara Arlindo Vicente, notam-se os efeitos do turbilhão de apoio popular que Humberto Delgado desencadeia à sua passagem ou com a sua presença. Depois das Jornadas do Porto, a Comissão de Jovens Trabalhadores de apoio a Arlindo exprimirá claramente a necessidade de reforçar o entendimento comum entre as duas candidaturas:

*“Não esqueçamos, no entanto, que muitos jovens democratas como nós, estão ao lado da outra candidatura da oposição ao actual regime, a candidatura independente do general Humberto Delgado. Embora considerando que o nosso caminho é o mais justo e democrático, pensamos que nada impede que nos unamos em reivindicações comuns fundamentais, dentro de um espírito de colaboração e aproximação entre os jovens que apoiam as duas candidaturas. Que essa colaboração é possível e necessária provam-no as manifestações democráticas da juventude na cidade do Porto”*⁸⁴²

Do mesmo modo pensava a Comissão Eleitoral dos estudantes de Lisboa, que elogia os termos da proclamação eleitoral do general, falando inclusivamente na necessidade de uma “*frente contra o inimigo comum*”⁸⁴³. Esta comissão irá não só

⁸³⁹ Cf. *Relatório do agente Malaquias Alberto de Oliveira Monteiro*, Porto, 20 de Maio de 1958, in *Processo 1546/57-SR*, 3º vol, [423-424]

⁸⁴⁰ António José Saraiva, *As duas candidaturas da oposição*, in *República*, 19 de Maio de 1958

⁸⁴¹ *Cópia de carta de Maria Lamas a Maria Júlia de Azevedo Lima*, Paris, 20 de Maio de 1958, dact., in *P. 1546/57-SR*, 3º vol, [454]

⁸⁴² Cit. in *Sobre a actividade do Partido Comunista Português...*, pp 64-65 [206-207]

⁸⁴³ *Idem*, p. 66 [208]

aderir à recepção do general no seu regresso a Lisboa, como comunicar-lhe isso mesmo, acrescentando “*a sua indignação pela atitude repressiva das autoridades*”⁸⁴⁴.

Sertório cujo distanciamento da campanha activa de Arlindo fora evidente, a partir da altura em que se confirmara e tomara vulto a de Delgado, começa a defender abertamente a renúncia daquele, de modo a que possa alargar-se uma única candidatura da oposição⁸⁴⁵.

È igualmente por esta altura que o grupo da Resistência Republicana e Socialista, de Mário Soares, Piteira Santos, Ramos da Costa e Manuel Mendes, se começam a aproximar com visibilidade da candidatura de Delgado⁸⁴⁶.

Não é só a incapacidade de atrair novos sectores são fundamentalmente os sinais de afunilamento que se verificam entre os apoiantes de Arlindo Vicente. Defecções, por um lado, entre os já de si ténues sectores mais moderados, como a hesitação e a predisposição para a unidade com Delgado num espectro vasto que penetra amplamente as fileiras do PCP.

Na reunião da Comissão Política do Comité Central do PCP de 18 de Maio de 1958, os efeitos da Jornada do Porto estão em cima da mesa. Do país, da base do partido, chegam informações significativas, dizem que a desistência de Arlindo é inevitável, que o “*sentir geral das massas (...) é que HD tem mais possibilidades q. o AV*”⁸⁴⁷.

Nessa reunião, Joaquim Gomes dos Santos (Ferreira), membro da Comissão Política e o responsável pela importante Direcção Regional do Norte do PCP dá uma impressionante descrição dos acontecimentos no Porto – a população da cidade que se concentra nas ruas da baixa, as portas do Coliseu que foram arrombadas ficando a sala a abarrotar, os insultos à passagem dos carros da Pide, os cordões da polícia que pretendiam isolar Delgado da multidão no regresso à estação são rebentados, muitas pessoas falam numa greve geral, a base de Arlindo tende a diluir-se na de Delgado e mesmo entre operários mais esclarecidos dizem que este constitui a melhor oportunidade para combater o regime⁸⁴⁸.

Há ainda quem forneça informações animadoras sobre Arlindo Vicente, mas acabe por concluir que “*ambiente no P[artido] [é para] continuar a apoiar AV [Arlindo*

⁸⁴⁴ **Idem**

⁸⁴⁵ Cf. **Informação “Maya”**, de 21 de Maio de 1958, in *Processo 1546/57-SR*, 3º vol., [410-411]

⁸⁴⁶ Cf. **Informação “Max”**, de 20 de Maio de 1958, idem, [451]

⁸⁴⁷ **Informações Políticas 18/5/58**. CP, mns, p. 7, in *Processo. 92/62....*, 2º vol, apenso a fls 179

⁸⁴⁸ Cf. **Informações. Político. 18-5-58**.CP,[1], in *Processo 92/62*, 2º vol., apenso a fls 179

Vicente], *mas mais tarde desistir*”⁸⁴⁹. De um modo geral, nas diferentes localidades e sectores donde chegam informações, o tom geral é de divisão, de confusão e de muita instabilidade.

Correm informações desencontradas sobre um golpe militar em preparação e sobre a adesão de oficiais do exército e de legionários à candidatura do general, chegando a participar na distribuição de propaganda.

Júlio Fogaça reconhece a estreita base de apoio de Arlindo, mas defende ainda a continuação e, ao mesmo tempo, também o apoio, inclusivamente público, às acções da candidatura de Delgado.

Há a noção de que se está a viver um momento de crise acelerada do regime e que pela primeira vez em muitos anos se está em condições de forçar a sua queda.

Joaquim Gomes, claramente tocado pela grandiosidade das acções no Porto afirma que se a orientação do partido não for pelo menos para haver acções conjuntas, no norte a debandada das comissões de Arlindo para o lado do general será geral, acrescentando mesmo que *“Difícilmente haverá alguém no P[artido] q[eu] não sinta que a saída é o HD embora se compreenda q[ue] a candidatura do AV é necessária para empurrar”*⁸⁵⁰.

Reconhece ainda que a combatividade popular é tanta que seria indiferente o partido ter ou não apelado à vinda para a rua no Porto, porque o povo viria na mesm. Como afirma, *“As massas estão a indicar-nos o caminho”* e, por isso, não compreende porque é que o Secretariado estando reunido quando Delgado regressa por Santa Apolónia, não houve apelo à presença aí por parte do partido, concluindo:

“Não estamos a viver os acontecimentos. Chegou a altura de ir para a rua.

*- Se há putsch procurarmos saber o que existe a este respeito e não hesitemos em apoiá-lo”*⁸⁵¹.

Numa nova intervenção, Júlio Fogaça irá mais longe ao dizer que pensa naquele momento que foi um erro o apoio a Cunha leal, não tanto pelo procedimento táctico que implicava, mas pela atitude que tomara e pela situação em que deixou o partido, que considera ser de maior isolamento do que em 1951 à volta de Ruy Luís Gomes.

Entende que o partido deve apoiar abertamente as acções de Delgado e manifestar solidariedade perante os ataques do regime, mas discorda que as comissões de Arlindo se diluam nas de Delgado, o que originaria uma confusão ainda maior.

⁸⁴⁹ *Idem*, [3]

⁸⁵⁰ *CP. Discussão. 18/5*, [2], *idem*, apenso a fls 203

⁸⁵¹ *Idem*, [3]

Porém, atento à combatividade e à radicalização popular, alerta para a necessidade de responder com acções concretas, estudando por exemplo se há condições para o desencadeamento de greves ⁸⁵².

As conclusões da reunião apontam já para o fim de qualquer hostilidade à candidatura do general, à intensificação de acções comuns entre as duas candidaturas, mas persiste a insistência no apoio a Arlindo Vicente, cuja candidatura deveria ser incrementada e alargada a sua acção. Começa a colocar-se a possibilidade de grandes movimentos de protesto, incluindo greves ou uma greve geral que associe objectivos económicos e políticos e recomenda-se a recolha de informações mais concretas sobre o putsch em preparação ⁸⁵³. De qualquer modo, mesmo com as posições políticas a evoluírem com rapidez, os principais dirigentes do PCP parecem relutantes ainda a formalizarem o apoio a Delgado e mesmo os mais inclinados para esse apoio matizam a sua posição num adiar de decisão.

A Declaração do Comité Central publicada na circunstância contornando, evidentemente essa questão, admite, no entanto, que “*será possível através das actuais eleições presidenciais conquistar liberdades até hoje não alcançadas, inclusivamente uma vitória eleitoral*” ⁸⁵⁴. Tal como em 1945, esta convicção explicará o legalista expresso na subscrição nominal do documento pelos membros da Comissão Política: Américo Gonçalves de Sousa, António Dias Lourenço, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Joaquim Pires Jorge, Júlio Fogaça, Octávio Rodrigues Pato, Sérgio Vilarigues.

Mesmo depois dos acontecimentos no Porto e em Lisboa, na recepção a Humberto Delgado na estação de Santa Apolónia, a Declaração do PCP defende a concórdia e os meios pacíficos, embora admita, caso o governo persista nas suas violências, a “*aconselhar as massas a não se deixarem intimidar e a responder a essas violências*” ⁸⁵⁵.

Porém, no mesmo dia em que a reunião da Comissão Política se realiza, ocorre o Comício de Humberto Delgado no Liceu Camões. O elenco de oradores reflecte a abrangência política dos apoiantes: o fiel núcleo do norte, responsável prático pelo lançamento e arranque da candidatura com o Dr. Rodrigo de Abreu; os peso-pesados do Directório Democrato-Social, principal expressão da oposição moderada e atlantista com o Eng. Mário de Azevedo Gomes; os sectores republicano-maçónicos de tendência

⁸⁵² **Idem**, [4]

⁸⁵³ Cf. **CP. Conclusões**. 18/5, mns, 1 p., *Processo*. 92/62..., 3º vol, apenso a fls 206

⁸⁵⁴ Pelo Comité Central do Partido Comunista Português, **Declaração do Partido Comunista Português**, 19 de Maio de 1958

⁸⁵⁵ **Idem**

socialista com o Dr. Vasco da Gama Fernandes e os diferentes dissidentes do regime – antigos monárquicos integralistas como o Prof. Vieira de Almeida, velhos tenentes do 28 de Maio como o Major David Neto ou o Dr. Rolão Preto, antigo chefe dos nacionais-sindicalistas.

Mas no exterior, a polícia não consegue conter os apoiantes de Delgado que não conseguiram entrar. Carrega sobre os populares procurando dispersá-los. Foge-se, naturalmente, procura-se abrigo nos prédios da zona, mas há grupos que resistem, reagrupando-se e ripostando à pedrada. A polícia fardada ou à civil dispara, faz vários feridos. As escaramuças prolongam-se durante horas numa área que se ampliava pelas redondezas do Liceu. Chegam reforços policiais, da PSP e da GNR, que atingem os seiscentos efectivos ⁸⁵⁶.

A radicalização torna-se mais aguda, mais intensa, protagonizada principalmente por franjas jovens, mais combativas. Acentuava-se a tendência que vinha marcando a campanha desde o seu arranque dias antes, no Porto. È de um plano insurreccional que o governo fala, naturalmente. Mas disso parece duvidar o próprio embaixador britânico em Lisboa:

“Pode ser que o governo tenha razão e que isto tenha sido montado pelos comunistas (...), mas também pode ser uma ebulição espontânea, de entusiasmo, por alguém que se atreveu a erguer-se contra o governo, em nome do povo, que é naturalmente excitável” ⁸⁵⁷

O Secretariado do Comité Central reúne entre 19 e 26 de Maio concluindo que as jornadas do Porto e de Lisboa “*são inéditas pela sua amplitude e combatividade*” ⁸⁵⁸ e até pela incapacidade das forças policiais dispersarem os manifestantes. Mas, entende que essa radicalização se deve à candidatura de Arlindo Vicente que está a empurrar a de Humberto Delgado para a frente.

A orientação estabelecida é a de continuar a criticar o general, mas realçando fundamentalmente os aspectos considerados positivos e principalmente concentrar esforços para acções comuns, pois não se estariam a aproveitar todas as possibilidades nesse sentido.

⁸⁵⁶ Cf. Cortes da censura. Maio de 1958, IAN/TT, Arquivo de O Século, *Caixa 186, Maço 237; Relatório do comandante da Divisão da PSP sobre policiamento e tumultos nas cercanias do Liceu Camões em Lisboa*, in *Humberto Delgado. As eleições de 1958*, Lisboa, Veja, 1998, pp 596-97

⁸⁵⁷ Relatório do embaixador Sir Charles Stirling para o Foreign Office, de 19 de Maio de 1958, cit. por Marta Duarte e Pedro Oliveira, *As eleições Portuguesas: um olhar inglês*, in *Humberto Delgado. As eleições...*, p. 417

⁸⁵⁸ Conclusões Políticas do Sec. 5/58, mns, [1], in *Processo 92/62*, 3º vol., apenso a fls 182

Para isso, insiste no reforço e alargamento da candidatura de Arlindo Vicente, em particular a acção dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres com amplas reuniões locais, articuladas a nível regional e nacional e criando movimentos sectoriais específicos.

A reunião admite que uma das candidaturas possa não ir até ao fim, por imposição do governo, que as eleições possam ser anuladas ou que o regime avance com acções provocatórias e, nesse sentido, torna-se necessário definir antecipadamente que resposta dar. Mas, continua a não ir mais longe.

A repressão abate-se directamente sobre os serviços centrais de candidatura de Arlindo Vicente. A 22 de Maio alguns dos seus elementos mais destacados são presos, mas a organização da caravana para sul prossegue. Constantino Capinha, António Abreu e João Falcato são alguns dos que ainda assim conseguem escapar e acompanharão o candidato.

A caravana parte a 26, justamente no mesmo dia em que a Comissão Política do Comité Central reúne. A maioria dos dirigentes que intervêm é no sentido de frisar que chegou o momento de operar uma viragem na orientação da campanha, como reclamavam os militantes na base e de acordo com a opinião popular, ainda que alguns resistam à fusão das candidaturas, preferindo falar antes não em união orgânica, mas em união na acção e dizendo que era necessário tempo, que era o que já praticamente não havia.

Júlio Fogaça, mais realista, defende a unidade e a fusão orgânica por baixo e a negociação por cima ⁸⁵⁹. É decidido, então, finalmente, a desistência de Arlindo Vicente:

“O P[artido] preconiza um só – Discutir imediatamente em todo o P[artido] unificação na acção e das comissões de base dos dois movimentos à semelhança do q[ue] fizeram outros movimentos de opinião, o CC apoia a candidatura de HD [Humberto Delgado] e aconselha todos a apoiarem esta candidatura, e a participarem em todas as comissões do topo à base” ⁸⁶⁰.

Porém, é à medida que avança para sul, onde a influência do PCP é mais forte, que Arlindo Vicente recebe um apoio popular mais efusivo e mais massivo. Em Grândola é aguardado por três centenas de pessoas, a quem falou da varanda de uma pensão ⁸⁶¹. Mais a sul, à passagem por Ermidas-Sado, era uma centena e, um pouco mais

⁸⁵⁹ Cf. S. Político. 26/5, mns, 2 pp e CP. 26/5, mns, 2 pp, *idem*, apenso a fls 204

⁸⁶⁰ Cf. Conclusões. CP. 26/5, mns, 2 pp, *idem*, apenso a fls 203

⁸⁶¹ Cf. Rádio Pide. N° 703/58-SR, de 26 de Maio de 1958, *Processo 1546/57-SR*, 3° vol., [199]

adiante, junto à aldeia de Ermidas o trabalho paralisou e meio milhar veio à estrada aguardar a passagem do candidato ⁸⁶².

Ainda nesse dia chegam ao Algarve. Num comício em Portimão com um milhar de pessoas Julião Quintinha ainda afirma que “*a escolha teria de ser feita sobre o Senhor Arlindo Vicente, homem sem ambições e sem receios de ser pobre e que não tem descurado de defender nos Tribunais os perseguidos pela violência*” ⁸⁶³. No dia seguinte, em Faro, com mais de um milhar de pessoas em novo comício, Manuel Campos Lima elogia Humberto Delgado, que diz ser acompanhado por muitos democratas, cujos anseios políticos personificava ⁸⁶⁴.

A alteração de tom, independentemente de quem o produz, é significativa. Efectivamente, ainda a 26, a Comissão Política envia um dos seus membros, José Magro (Victor) ao encontro de António Abreu e João Falcato, já no Alentejo. Num encontro ao ar livre, no meio de uma seara, comunica-lhes a resolução de desistência de Arlindo Vicente. Partem de seguida para o Algarve a juntarem-se à caravana. É aí que os membros mais próximos do PCP vão sabendo da decisão.

No regresso, continuam a acorrer aos caminhos centenas de populares à passagem de Arlindo Vicente. Assim acontece na estrada de Aljustrel a Beja, pelos cruzamentos e nas aldeias. Em Beja, no maior comício realizado, estão presentes duas mil pessoas na Praça de Touros. Aí Narciso Galrito apela à união do povo português num único bloco ⁸⁶⁵.

A discussão com o candidato sobre a sua própria desistência só terá lugar depois do comício, pela noite fora e no meio de uma acesa discussão, mas em que o advogado, tenso e perplexo, aceitaria, mais uma vez de modo abnegado ⁸⁶⁶. Decide-se assim partir no dia seguinte ao encontro de Humberto Delgado, que tinha um comício em Almada. A ideia era que a unificação das candidaturas fosse feita ao vivo, o que a polícia, já informada, procurará inviabilizar, interceptando e desviando da Marateca para Lisboa, por Vila Franca de Xira os carros que progrediam já sem quaisquer sinais exteriores de campanha.

⁸⁶² Cf. **Idem**, N° 702/58-SR... [198]

⁸⁶³ **Relatório Extraordinário do Posto de Vigilância de Faro da Pide**, 35/58-SR, de 29 de Maio de 1958, *idem*, [25]

⁸⁶⁴ Cf. **Idem**, [17-23]

⁸⁶⁵ Cf **Relatório do Sub-inspector da Pide Reis Teixeira**, Beja, 30 de Maio de 1958, *idem* [153-156]

⁸⁶⁶ Cf. **Idem**

Ainda assim, anunciada no comício a fusão das candidaturas ⁸⁶⁷ por desistência de Arlindo, esta seria negociada nessa madrugada através do que ficou conhecido como o Pacto de Cacilhas.

A Comissão Política do PCP volta a reunir a 31 de Maio. O tom geral das intervenções reflecte uma espécie de alívio pela decisão anteriormente tomada de desistência de Arlindo Vicente. No terreno, os factos estão consumados. O processo foi controladamente conduzido, sem percalços e bem aceite pela base do partido e pelos aliados, já que isso afinal correspondia a um sentimento patente praticamente desde o arranque da campanha eleitoral.

No essencial todos estão de acordo – *“fizemos mais pela unidade do que nos últimos dois anos”* ⁸⁶⁸, diz Júlio Fogaça, para quem, reconhece agora, se a desistência tivesse vindo quatro ou cinco dias antes os efeitos positivos ainda poderiam ser maiores. Mas o entendimento geral parece ter sido que esse procedimento foi adoptado no momento oportuno.

As atenções viram-se para a forma como se vai processar a unificação das comissões eleitorais das duas candidaturas e de forma a garantir que as estruturas dirigentes da campanha do general passem a integrar elementos da de Arlindo, embora por cima pareça difícil e seja na base que isso é efectivamente importante.

Por outro lado defende-se que é preciso empenhamento nas operações eleitorais propriamente ditas, seja distribuindo listas seja fiscalizando as votações, combatendo uma concepção considerada nociva de que não vale a pena fiscalizar as mesas de voto.

É também já para cenários pós-eleitorais que começam a olhar, para a criação de estruturas de enlace e coordenação predominantemente ilegais, para o relançamento de movimentos potencialmente amplos como o da amnistia, pelo acompanhamento das movimentações golpistas em curso, pela insistência na consigna da demissão de Salazar.

É desta reunião que sai o apoio formal à unificação das candidaturas e um apelo ao voto em Humberto Delgado, em termos políticos que não são propriamente novos:

“A unidade de todas as forças democráticas e anti-salazaristas num bloco eleitoral único em volta o candidato da Oposição, senhor General H. Delgado, aprofundará ainda mais as dificuldades do governo de Salazar, tornará possível uma vitória eleitoral e abrirá perspectivas à solução do

⁸⁶⁷ Cf. Eduardo Raposo (entrevista a), **Domingos Carvalho; o Alentejo, a Liberdade e a Literatura**, in *Memória Alentejana*, 8, Primavera de 2003, p. 34

⁸⁶⁸ **CP. Político. 31/5**, in *Processo 92/62*, 3º vol., apenso a fls 203

*problema político português por meios pacíficos, num sentido democrático e progressivo”*⁸⁶⁹

Evidentemente que o regime não perdeu tempo a anunciar na sua imprensa que Delgado era o candidato dos comunistas, apertando a pressão nesse sentido, de modo a procurar esvaziar o movimento que se apresentava na realidade muito amplo.

No interior dos serviços de apoio ao general era-se sensível a esta propaganda, muitos evidenciavam notório desconforto em relação à radicalização verificada e aos laivos persistentes de violência gerada. É, por isso, que se lhes tornava necessária uma rápida demarcação pública do PCP que permitisse neutralizar a campanha do governo. Logo a 1 de Junho é enviada uma nota para a imprensa a propósito da unificação das candidaturas:

*“(...) Jamais, em qualquer momento, esperamos obter a adesão ou os votos dos comunistas, com os quais por formação mental e política, nada temos a ver. Na defesa das liberdades, deles nos encontraremos bem mais distanciados do que os que julgam combater o comunismo”*⁸⁷⁰.

O processo de unificação das candidaturas não se revelaria fácil. Vêm ao de cima os preconceitos anticomunistas e um forte receio de que a entrada de quadros legais do PCP mesmo nas comissões intermédias, de nível distrital e a escassos dias das eleições, pudessem vir a instrumentalizar o trabalho eleitoral. Em Braga, por exemplo, quando Lino Lima e os seus companheiros se apresentam para trabalhar na Comissão Distrital de apoio a Humberto Delgado, esbarram com uma firme recusa⁸⁷¹, dispensando tal colaboração. Do mesmo modo, no Porto. Egito Gonçalves assinala que *“os do Humberto ficaram muito preocupados com o que pensaria a União Nacional e receberam muito mal os nossos delegados, que acabaram por abandonar a sala”*⁸⁷²

Mas, na recta final da campanha, principalmente no sul, as organizações locais do PCP darão um importante contributo quer na propaganda quer na recepção ao general, mais do que somando-lhe apoios, imprimindo-lhe uma dinâmica nova, mais pujante que o sentimento de unidade de toda a oposição em torno de um candidato único conferia.

Essa dinâmica só não contribuiu mais cedo para a campanha, porque a direcção do PCP se arrastou em completo desfasamento com a realidade, em torno de uma

⁸⁶⁹ A Comissão Política do Comité Central do PCP, **Por um bloco eleitoral único! Às urnas com o General Humberto Delgado!**, 31 de Maio de 1958

⁸⁷⁰ **O significado da unificação das duas candidaturas**, in *República*, de 1 de Junho de 1958

⁸⁷¹ Cf. José Ricardo [Lino Lima], **Romanceiro do povo miúdo. Memórias e confissões**. Ed. Avante!, Lisboa, 1991, p. 232

⁸⁷² **Carta de Egito Gonçalves a Orlando Gonçalves**, Porto, 3 de Junho de 1958, cópia, in *Processo 1546/57-SR*, 4º vol., [317]

mirífica candidatura de Cunha Leal e a reboque do próprio sentido popular espontâneo que durante duas semanas se derramou pelas ruas e ripostou de pedras na mãos à violência policial.

No fundo, o partido estava amarrado à linha política aprovada recentemente em congresso que, traduzindo-se no apoio a um candidato que unisse os sectores da oposição democrática e da oposição anti-salazarista. A estratégia de desagregação interna e de derrube pacífico do regime que fora legitimada pelo congresso, colocava o PCP a reboque da estratégia da direita oposicionista numa situação de desvantagem e de dependência, pois o candidato Delgado cumpria esses requisitos de modo muito mais eficaz que o putativo Cunha Leal ou uma qualquer frustrada alternativa à sua recusa em ser candidato.

Quando esses sectores se mostraram mais eficientes quanto à capacidade de desagregação do regime, mais facilmente conseguiram neutralizar Cunha Leal, o que objectivamente significou que o PCP ficou sem candidato e sem política para as eleições

O Partido Comunista podia compreender que se vivia uma situação nova no regime, mas mostrava-se incapaz de, em consonância, traçar uma nova política de classe e de alianças, autónoma. A alternativa finalmente encontrada em Arlindo Vicente está muito longe de corresponder a isso mesmo. Se este não é, objectivamente, o candidato do “desvio de direita” também não corresponde a uma outra orientação para a intervenção em período eleitoral.

O PCP hesita até ao limite em apoiar Humberto Delgado não por falta de atenção à evolução da conjuntura política nem por uma espécie de sectarismo atávico, pois ao fim e ao cabo estava disposto, na mesma linha, a apoiar Cunha Leal. O que Delgado traz de novo, irrompendo impetuosamente é a capacidade de colocar as massas populares na rua, em ebulição e num acentuado processo de radicalização política. E era isso que não estava de todo nas previsões do PCP, como de resto nos sectores delgadistas propriamente ditos, evidentemente incomodados com toda essa turbulência.

Tão inesperada radicalização e combatividade populares colidiam frontalmente com as teses desagradoras do regime, com a via da transição pacífica, ameaçando transformar-se numa insurreição popular, pelo a incapacidade manifestada pelo PCP acaba por radicar na essência do próprio “desvio de direita”.

A segunda grande crise do regime estampava-se em torno destas eleições e nela agiam como segmentos socialmente dinâmicos, novos extractos de um proletariado

recente, de novas camadas de empregados e funcionários de um país que se ia tercearizando, de uma oficialagem jovem desconfortada com a caducidade do aparelho militar, do mesmo modo que uma relativa abertura da Universidade alimentava novos contingentes estudantis. No caldeirão social esta heterogénea mistura fervia num país cuja necessidade de modernização esbarrava por outro lado com os arcaísmos corporativos, mesmo numa estrita lógica de desenvolvimento capitalista.

Restava saber se, passado o tufão eleitoral Delgado, o PCP conseguia responder a esta situação, aprendendo com essa experiência e em consequência conseguia, como afirmava, ser a vanguarda política dirigente da classe operária e do povo português.

6. Um tempo de jornadas nacionais para a demissão de Salazar

Mesmo que o regime se mostrasse inquieto com o acto eleitoral, procurando fazer crer que Arlindo Vicente continuava como candidato, obrigando a uma declaração pública deste, que a censura aliás cortaria ⁸⁷³, os resultados dificilmente poderiam ter sido diferentes. Afinal, desde o recenseamento à operação de contagem dos votos todas as fases do processo foram completamente controladas pelo regime.

Não havia quaisquer condições para que se pudessem considerar livres as eleições, não obstante todas as ilusões e todas as expectativas verificadas entre as oposições, PCP incluído, numa espécie de vertigem avassaladora que brotou, ao longo da segunda quinzena de Maio de 1958 e nos primeiros dias do mês seguinte.

Os relatórios que iam chegando das diferentes organizações ao Secretariado avançavam dados, descreviam situações e indicavam números, dando uma ideia bastante razoável da forma como os militantes do partido tinham actuado e de como as eleições tinham decorrido.

Onde a candidatura de Delgado conseguiu proceder à distribuição de boletins de voto, tarefa ao tempo de cada candidatura, e ter delegados a fiscalizar o acto eleitoral propriamente dito, naturalmente que a margem de fraude no estrito momento da votação era menor. Assim a presença de delegados na Cova da Piedade permitiu que a votação expressa favorável a Delgado fosse mantida, 781 votos contra 383 em Américo Tomás,

⁸⁷³ **Uma declaração do Sr. Dr. Arlindo Vicente**, [8 de Junho de 1958], Arquivo de O Século, *Cortes... 1958*, Caixa 187, informação facultada pela Dra. Iva Delgado

o candidato do regime. Ainda assim, “*cerca de 500 pessoas que foram para votar verificaram que estavam cortadas dos cadernos eleitorais*”⁸⁷⁴.

Mesmo que não fosse conseguido número superior de votos, a presença de delegados na contagem permitiu manter votações expressivas, como na Trafaria ou em Almada, de 160 e 460 votos, respectivamente.

Em vários locais, como em Castelo Branco, inicialmente havia delegados da oposição nas mesas de voto, mas foram obrigados a abandonar os locais por intimidação policial⁸⁷⁵.

Na Margem Esquerda do Guadiana, em Moura também de início havia fiscalização, até que teria chegado uma freira com um molho de votos que justificou serem de outras freiras e de doentes, como os delegados da oposição protestassem, acabaram por ser postos na rua. Em Vale de Vargo, a mesa de voto que habitualmente existia na aldeia foi suprimida e quem queria votar tinha de ir à sede do concelho, a Serpa. No litoral alentejano, em Sines, os delegados puderam estar presentes até à contagem dos votos, mas antes foram expulsos da sala. No Cercal do Alentejo e em Santo André, votaram dezenas de indivíduos transportados em duas camionetas vindos de Palmela e sem estarem portanto inscritos nos cadernos locais. Em Ermidas e no Cercal venceu o general, o que motivou que o deputado Melo e Castro discursando na Câmara de Santiago do Cacém, depois de conhecidos os resultados fosse bastante agreste contra os eleitores dessas freguesias⁸⁷⁶.

Como se afirmava num desses relatórios, referente a Vila Franca de Xira e Loures:

*“Pode dizer-se que lá onde as massas conseguiram fazer uma fiscalização efectiva ou fizeram sentir a sua acção na conduta dos componentes das mesas eleitorais, o candidato da oposição venceu. Onde a fiscalização não pode ser imposta pelas massas os fascistas puderam fazer, e fizeram, grandes chapeladas”*⁸⁷⁷

Para o PCP, os resultados eleitorais tinham sido fraudulentos. Era de uma burla eleitoral que se tratava. A violência policial contrastava com a forma pacífica como o povo se tinha manifestado. A prova dessa violência eram as sedes encerradas à força, as prisões de desatacados apoiantes de Humberto Delgado nas vésperas e no próprio dia

⁸⁷⁴ **Informações Políticas**, 9 de Junho de 1958, dact., p. 1, in **Processo 92/62**, 14º vol, apenso a fls 763

⁸⁷⁵ Cf **Informações Políticas**, dact., 9 pp, Junho de 1958, *idem*

⁸⁷⁶ Cf **Sobre o modo como decorreu o acto eleitoral de 8 de Junho**, de 18 de Junho de 1958, dact., 4 pp, *idem*

⁸⁷⁷ **Informações Políticas**, s.d., dact., p. 1, *idem*

das eleições, mas também de dezenas de trabalhadores de diferentes empresas, sectores e regiões do país - da Marinha Grande e das Beiras, da Carris e do Alentejo, do Porto e da Sorefame...

Por isso, o comunicado do Secretariado do Comité Central apela a uma “*jornada nacional contra o terrorismo fascista, pela libertação de todos os presos e pelas liberdades democráticas!*”⁸⁷⁸. A iniciativa ainda tinha contornos imprecisos, podia implicar formas de protesto variadas – abaixo-assinados, concentrações, manifestações, paralisações, greves. Valia, fundamentalmente, pela prontidão com que havia sido propagandeada.

Ainda antes das eleições, a 7 de Junho, em Almada, tinha havido uma reunião de trabalhadores com mais de 100 participantes de diversos sectores – corticeiros, tanoeiros, operários da construção civil, da construção naval. Encaravam a possibilidade de uma paralisação em caso de burla eleitoral e decidiram enviar um telegrama a Humberto Delgado propondo-lhe a continuação do movimento⁸⁷⁹.

Nesta, como noutras reuniões, realizadas pelos pinhais e praias fluviais da zona da margem sul, contando com a presença de funcionários clandestinos, como José da Conceição Gomes (Sebastião), auscultavam-se e mobilizavam-se os trabalhadores para a possibilidade de realização de uma greve⁸⁸⁰.

E a greve iria mesmo para a frente. Ao longo do dia 12 de Junho, mais de 1200 trabalhadores da zona de Almada suspendem o trabalho. O movimento arranca pela manhã em sete fábricas de cortiça da Cova da Piedade, a que se juntam, à tarde, mais duas do mesmo sector, três serrações e duas metalúrgicas⁸⁸¹.

Bem mais modestos foram os resultados nas empresas maiores, como o Arsenal do Alfeite, a Parry & Son, as oficinas do Grémio dos Armadores do Bacalhau ou na construção civil de Almada, que foi de braços caídos ou se ficou pela meia hora de suspensão do trabalho. São os corticeiros que conseguem manter a greve por mais tempo, até dia 16⁸⁸².

Nesse dia, regista-se um novo surto de greves, mais espalhadas pelo país, envolvendo, segundo os cálculos do PCP, vinte mil trabalhadores. São os pescadores de Matosinhos e da Afurada, que se mantêm até 23 de Junho; são os conserveiros e

⁸⁷⁸ O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, *À classe operária! Ao povo de Portugal!*, 9 de Junho de 1958

⁸⁷⁹ Cf. *Informações Políticas*, 9 de Junho de 1958...

⁸⁸⁰ Cf *Auto de Perguntas a Joaquim Eduardo Pereira em 7.3.62*, IAN/TT, PIDE/DGS, *PC 683/62-1ª Div.*, 9º vol., [317-323],

⁸⁸¹ *Greves*, mns, 1 p., *Processo 90/62...*, 2º vol, apenso a fls 132

⁸⁸² Cf Freitas [Jaime Serra], *Sobre as Greves Políticas. Informe da Comissão Política ao Comité Central do Partido Comunista Português*, Edições Avante!, Agosto de 1958, p. 2

conserveiras de Matosinhos ou as pequenas greves intermitentes, de 10 a 20 minutos em várias secções da CUF, no Barreiro.

Também neste dia, em Alverca e Sacavém cerca de 10 empresas registam interrupções de trabalho de duração variável. Além destes, adere a construção civil, os trabalhadores rurais e das obras do troço de Sacavém da auto-estrada, então em construção.

No caso dos pescadores de Matosinhos e Afurada, a paralisação parece ter sido espontânea, com predomínio das reivindicações económicas, que o PCP inclusivamente desconheceria ⁸⁸³. Jaime Serra, no entanto, no seu informe à reunião do Comité Central de Agosto de 1958 refere a realização de uma reunião promovida pelo Partido Comunista com 300 pescadores, onde às reivindicações económicas juntaram “*as reivindicações políticas indicadas pelo Partido*” ⁸⁸⁴.

Mas onde o partido está presente, o modelo organizativo das greves repete-se com reuniões preparatórias, como a que se realizou nos arredores de Alhandra, dirigida pelos elementos do Comité Local do PCP. A estratégia para a greve era provocar a paralisação por arrastamento a partir de uma ou mais secções por fábrica “*até aparecer um encarregado ou qualquer entidade patronal a inquirir dos motivos de tal paralização devendo então ser dito que ‘só trabalhavam depois de ver satisfeita a «reivindicação» de eleições livres e fiscalizadas*” ⁸⁸⁵.

Na Margem Sul, um dia depois das greves começarem a eclodir, a Direcção da Organização Regional do Sul lança um manifesto em que o apelo é claro. Por sua vez, a unificação das lutas procura ser explorada a norte pela respectiva Direcção de Organização Regional:

“a greve dos operários do sul criou uma nova onda de entusiasmo em todo o país...

Os trabalhadores portugueses escolheram o caminho das acções de massas, das paralizações e dos protestos...

Trabalhadores do Norte! Paralizai o trabalho em todas as empresas!” ⁸⁸⁶

Mas será a Comissão Política que irá trabalhar a proposta, apoiando-se no espírito de iniciativa e de combatividade quase espontaneamente manifestada através destas movimentações.

⁸⁸³ Cf. **Queridos Camaradas da C. de Imprensa**, 1 p., fotoc., s.d., IAN/TT, PIDE/DGS, **PC 1215/58**, apenso a fls 205

⁸⁸⁴ Freitas [Jaime Serra], **Sobre as Greves Políticas...**, p. 2

⁸⁸⁵ **Auto de Perguntas a Manuel Pedro Falcão em 24.7.58**, AN/TT, PIDE/DGS, **PC 1112/58**, [11]

⁸⁸⁶ Cit in **O último movimento grevista**, **BIAC...** fasc. 21, Julho de 1958, p. 5

A jornada contra o terrorismo que o Secretariado inscrevera no seu comunicado de 9 de Junho, ia-se tornando numa “*grande e pacífica jornada nacional de luta pela Democracia*”, assente na ideia de “*pacificação da família portuguesa*”, que passaria por quatro grandes objectivos – um governo sem Salazar e Santos Costa, abolição da censura, libertação imediata de todos os presos políticos e realização de novas eleições para a Presidência da República.

Para isso vai, como pode, especificando as formas e modalidades de concretização dessa jornada:

“Desde as greves intermitentes, paralizações de 15 minutos, meia hora, uma hora, um dia ou mais, até à simples aprovação de moções de protesto contra as ilegalidades cometidas pelo governo...”

*As greves e paralizações de trabalho deverão ser acompanhadas de explicação aos patrões de que não são contra eles, mas sim de protestos contra a falsificação das eleições, pela libertação dos presos, pela demissão de Salazar e Santos Costa, pela realização de novas eleições”*⁸⁸⁷

Reerguia-se, com outra designação, com roupagens retocadas, o desvio de direita que precedera o V Congresso e que não fora aí vencido, por inconsequência, superficialidade e desarticulação da crítica política que lhe foi dirigida. Era não só a ideia da grande frente nacional anti-salazarista, como a da pacificação e reconciliação da família portuguesa, cujos grandes desígnios seriam comuns a trabalhadores e patrões, deixando de fora apenas um grupo muito restrito – a “*camarilha salazarista*” - que teria como expoentes Salazar, naturalmente, e Santos Costa.

Começava-se a desenhar um cenário, cuja gestão pela direcção do partido se afigurava difícil. Por um lado, assistia-se a uma forte radicalização de sectores operários e de trabalhadores, adensava-se a predisposição para manejos golpistas por parte de um sector de jovens oficiais, que apesar de ainda incipiente, ia tecendo uma rede dentro do Exército, reflectindo um descontentamento larvar; mas a direcção do PCP propunha formas de protesto diversificadas, mas evitava prudentemente a greve geral, ao mesmo tempo que aconselhava à compreensão e persuasão dos patrões, que deveriam ser atraídos à acção comum, a ombrear com os trabalhadores.

De qualquer modo, estava-se a desenhar um movimento grevista, iniciado a 12 e que pelo meio do mês registava novo ímpeto com a entrada em greve dos assalariados agrícolas principalmente da zona de Beja e da Margem Esquerda do Guadiana. Em

⁸⁸⁷ A Comissão Política do Comité central do Partido Comunista Português, **As eleições foram falseadas!**, 18 de Junho de 1958

Baleizão, por exemplo, a greve teria sido total, envolvendo dois mil operários agrícolas e arrastando também os pequenos ofícios locais, como os sapateiros e os barbeiros ⁸⁸⁸.

Configuram-se assim, praticamente coincidentes no tempo dois consideráveis núcleos grevistas – um nas cinturas norte e sul de Lisboa e outro nos campos do Alentejo, o que configurava uma perspectiva animadora para pensar a projecção e o alargamento das greves a outros sectores e outras regiões do país.

No sul, a greve dos assalariados rurais do Couço, adquire significado pela sua duração, pela forma como foi desencadeada e pela organização e impacto que revelou na zona. Ocorrendo a 23 de Junho, durou oito dias e teria sido preparada e desenvolvida pela organização local do PCP, numa altura em que estavam cortados os canais orgânicos com o aparelho de direcção regional ⁸⁸⁹, só reatados em Julho.

A paralisação foi praticamente total e acompanhada pela concentração de muitas centenas de pessoas à volta do posto da GNR reclamando a libertação dos presos, que conseguem.

As comunicações foram cortadas com um fio de arame, de modo a provocar o cruzamento de linhas e só seriam restabelecidas perto da meia-noite, mas logo em seguida de novo cortadas, por mais duas vezes ⁸⁹⁰.

Nos dias seguintes, organizam-se grupos, que chegavam a ter cem e mais pessoas, que partiam para os lados de Coruche, das barragens de Montargil e Maranhão ou para os canais de Avis e Mora, evitando as principais estradas, que a GNR percorria e onde estabelecia barreiras, com vista a abordar os ranchos em trabalho pelos campos ou os trabalhadores do complexo hidráulico em construção, apelando e pressionando a que aderissem à greve.

Apesar das primeiras prisões, o movimento prossegue ⁸⁹¹. Será apenas pelos últimos dias de Junho, com a intensificação da repressão que o movimento será decepado, mas muitos conseguem escapar à prisão, fugindo para os campos.

Também na zona de Montemor-o-Novo, S. Cristovão e Escoural a greve, que eclodiu a 23 de Junho, foi preparada alguns dias antes em reuniões que juntaram muitos trabalhadores, como a de Montemor que reuniu num olival duas centenas e em que estiveram presentes não só os membros do Comité Local como o funcionário do PCP no

⁸⁸⁸ Cf. **Informações**, dact., 1 p., *Processo. 90/62...*, 14º vol, apenso a fls 763

⁸⁸⁹ Cf Lemos [António Gervásio], **Ainda acerca das greves do Couço e Campo Maior**, in *O Militante*, III série, 101, Julho de 1959, p. 10

⁸⁹⁰ Cf **Relatório do** Chefe de Brigada da PIDE, 28 de Julho de 1958, *PC 1127/58...*, [[360-364]

⁸⁹¹ **Idem**, p. 2

sector. Em seguida, os participantes dispersaram pelas aldeias e pelas herdades, indo de rancho em rancho instigar à paralização.

Nesta importante localidade do distrito de Évora, a 23 e 24, houve também concentrações junto à Câmara Municipal para protestar contra a burla eleitoral e por melhores salários ⁸⁹². A 24, a actuação aparatosa da GNR teve de enfrentar os trabalhadores que reagem à pedrada e não hesitaria em disparar, provocando vários feridos, entre os quais José Adelino dos Santos ⁸⁹³, presumivelmente membro do Comité Local do PCP, que viria a morrer.

Como protesto, o próprio comércio encerraria as portas e o funeral transformou-se numa grande manifestação com cerca de três mil pessoas, apesar de um forte dispositivo policial que cercava Montemor ⁸⁹⁴.

Até ao final do mês, apenas em Grândola e já no dia 30, decorreria nova greve com algum significado, que arrancou com a paralisação dos operários da construção civil e se alargou aos corticeiros a partir da maior empresa da localidade - a Granadeiro & Granadeiro. A greve “*não assumiu carácter organizado*” ⁸⁹⁵, apesar de possivelmente influenciada pelo comunicado da Comissão Política do PCP, distribuído dias antes.

A norte, apesar do apelo do partido as greves demorarão e começarão por ser pouco expressivas ⁸⁹⁶. Só a 23 e 25 o movimento ganhará maior envergadura com a adesão de 3000 operários têxteis da Senhora da Hora, a maior empresa do sector na região do Porto, e de outras pequenas e médias fábricas e oficinas.

Estas greves, como que uma primeira respiração da resistência pós-eleitoral, ocorrem, em pequenas vagas, envolvendo milhares de trabalhadores, aflorando confrontos frequentes com as forças policiais, mas sempre de âmbito limitado, não conseguindo unificar-se e ganhar expressão, mesmo regional. Se por um lado, algumas destas acções são espontâneas, por outro sente-se não só a influência, mas que a sua preparação e organização se baseia nas estruturas locais do Partido Comunista.

Nestas condições, as greves parecem alcançar maior projecção onde essas estruturas são mais dinâmicas, os seus membros mais voluntaristas e arrebatados e também onde os funcionários de sector, mais entusiastas, se predispõem a uma exposição mais audaz, comparecendo desde as reuniões de célula até às reuniões amplas

⁸⁹² Cf. **Alastra o movimento grevista**, in *Avante!*, VI série, 258, 1ª Quinzena de Julho de 1958

⁸⁹³ Cf **Relatório** de 10.10.58, IAN/TT, PIDE/DGS, *PC 878/58*, 2º vol., [159-170]

⁸⁹⁴ Cf **Manifestações nas greves**, mns., 1 p., *Processo 90/62...*, 2º vol, apenso a fls 132

⁸⁹⁵ **Greve em Grândola**, 6.7.58, dact, 1 p., *idem*, 14º vol, apenso a fls 767

⁸⁹⁶ Cf. **Greves**, dact., 3 pp, *idem*, 2º vol, apenso a fls 132

para tomar a palavra e incentivar os militantes de base e os trabalhadores mais combativos.

Mas, a predisposição era para ir mais além, colocar a greve geral no horizonte. Em muitos sectores pensa-se assim e reclamava-se por maior combatividade e maior concentração nas iniciativas do movimento operário No Comité Regional do Baixo Ribatejo do PCP, por exemplo, “*os trabalhadores estavam dispostos à luta. Os quadros comunistas de toda a organização insistiam com a direcção para que se preparasse uma greve geral como resposta à farsa eleitoral. Mas a direcção atrelou-se aos “democratas” e foi um travão ao processo. (...) A direcção mostrava muito receio de que a proposta de greve geral levasse à destruição do Partido. Quem nos respondia com este argumento era o Dias Lourenço, na altura responsável pelo Baixo Ribatejo. O Partido deixou passar a fraude eleitoral sem reacção e foi só uns 8 ou 10 dias depois que veio apelar à greve geral, numa altura em que de facto já tinha começado a grande repressão, e quando a desmoralização já era grande*”⁸⁹⁷.

A preparação da “*jornada nacional de luta pela democracia*”, apontada pelo comunicado da Comissão Política do PCP de 18 de Junho entronca assim nas greves de Junho e no forte impulso que sacode o partido por dentro.

A Jornada Nacional de Protesto será calendarizada pelo Secretariado do Comité Central, com escassos dias de antecedência, para 1, 2 e 3 de Julho, sugerindo, para além das greves, moções, cartas ou telefonemas de protesto, assim como “*boicote aos transportes, aos jornais e aos comerciantes, industriais e agrários fascistas*”⁸⁹⁸.

A sul, houve significativas manchas de greve, com paralisações nos três dias em Alcórrego (Avis) e Beja, de dois dias em Vale de Vargo e Serpa ou de um dia em Pias e Ferreira do Alentejo. Só no distrito de Beja teriam estado em greve 14 mil trabalhadores⁸⁹⁹. Outras paralisações, embora menos expressivas teriam ocorrido em Montargil, S. Cristovão, Avis, Benavila ou Escoural ou ainda no Algarve⁹⁰⁰.

Em Beja, por exemplo, a greve juntou os operários da indústria da cidade, uma pequena indústria de base oficial, e os assalariados agrícolas da região - Neves, Cabeça Gorda, Salvada, Boavista, Penedo Gordo, Vila Azeda, Quintos...

Também aqui foram preparadas em várias reuniões de trabalhadores realizadas pelo campo, nos dias 25, 27 e 28 de Junho, sempre à noite, a que acorriam tanto

⁸⁹⁷ Jorge Amaro, 40 anos de militância comunista... , in *Versus*, 5, Abril 1984, p. 32

⁸⁹⁸ O Secretariado do CC do PCP, Salazar e Santos Costa mandam atirar sobre o povo... , 28.6.58]

⁸⁹⁹ Cf. Greves, mns, p 2., *idem*

⁹⁰⁰ Cf Na grande jornada nacional de protesto de 1, 2 e 3..., in *Avante!*, VI série, 259, 2ª Quinzena de Julho de 1958

assalariados agrícolas como operários da cidade. A polícia calculou em trezentos o total de participantes nessas reuniões ⁹⁰¹. Numa delas, nas proximidades da aldeia das Neves, um dos oradores teria afirmado “*Somos unidos e vamos para a frente para a greve geral em todo o país e que para isso têm que abandonar os trabalhos quer no campo quer nas oficinas*” ⁹⁰².

A greve, na cidade de Beja envolveu cerca de 600 operários, praticamente todos da construção civil e metalúrgicos e nos meios rurais a paralização teria sido total ⁹⁰³. Com menor impacto, devido à pressão policial, decorreu a tentativa de marcha dos assalariados agrícolas sobre a cidade, como estava previsto.

Mas, todo este movimento decorria fora de Lisboa. Na capital, onde se depositavam maiores expectativas, nunca conseguirá atingir neste período pós-eleitoral qualquer expressão significativa, apesar das medidas organizativas tomadas pelo Partido Comunista.

A partir dos organismos para o trabalho legal e das estruturas de empresa e profissionais do Comité Local de Lisboa, que vinham da candidatura de Arlindo Vicente, é criado o Comité de Greve, em meados de Junho, cujo controlo directo era assegurado por Alda Nogueira e composto por representantes do sector dos empregados, portuários, Sorefame, Fábrica Portugal, Carris, CCN e telefones ⁹⁰⁴.

Porém, no processo de preparação, vão surgindo opiniões desencontradas. Há quem se pronuncie de modo mais radical, dizendo que as massas andam à frente do partido e que há sectores operários que se mostram descontentes com as propostas de acção que lhes são apresentadas. Há mesmo quem critique, embora em posição minoritária, a “*falta de previsão do P.*” e “*que devíamos ter visto antes o que fazer imediatamente a seguir às eleições dum maneira concreta*” ou ainda quem, constatando as dificuldades e os falhanços, sustente “*algumas ideias para uma acção directa, afirmando que só pelo caminho que estamos a traçar não vamos lá*” ⁹⁰⁵.

Porém, noutros locais, reconhecendo-se haver um ambiente favorável, foram, no entanto, sendo registadas reticências por parte dalgumas das empresas mais importantes da cidade.

Mas também há quem diga que “*quanto mais tempo passar mais difícil se tornará lançar a greve. Não podemos perder mais tempo pois houve já um certo*

⁹⁰¹ Cf *Informação do Agente da PIDE em Beja*, 5.7.58, IAN/TT, PIDE/DGS, *PC 1110/58*, [39]

⁹⁰² *Auto de Declarações de Manuel Francisco da Costa Galrito*, em 5.7.58, *Idem*, [54, verso]

⁹⁰³ Cf *Na grande jornada nacional de protesto...*

⁹⁰⁴ Cf. IAN/TT, PIDE/DGS, *P. 171/GT*, [17-18]

⁹⁰⁵ *Idem*

arrefecimento desde o dia das eleições (...). Se temos desencadeado a greve no dia 9 teria sido limpinho. Era muito importante a paralização da CP e da CRGE. Tudo pararia”⁹⁰⁶.

Com as forças do partido unificadas em torno da necessidade da greve, mas divididas, mesmo que por motivações diferentes, quanto à oportunidade e às circunstâncias do momento, dificilmente se poderia ter arrancado para a greve e a Jornada Nacional de Protesto em Lisboa limitou-se por isso às acções da gravata preta, do boicote aos jornais, aos espectáculos ou aos transportes públicos, sugeridos em tarjetas anónimas e cuja dimensão o *Avante!* procurou enfatizar ⁹⁰⁷.

A incapacidade de lançar as empresas da capital na greve ao longo de Junho e no início de Julho, onde os trabalhadores mais combativos do país tinham os olhos e depositavam grandes expectativas constituiu um dos mais importantes sinais de debilidade de todo o movimento grevista pós-eleitoral e em particular da jornada nacional dos três primeiros dias de Julho.

Ao longo desse mês as greves readquirem um carácter esporádico e ainda mais localizado e fragmentado que nas semanas anteriores, esbatendo-se as reivindicações políticas e revalorizando-se as económicas. A 9 de Julho na Covina, na Póvoa de Santa Iria 600 trabalhadores suspendem o trabalho por uma hora; a 14, na Valpor, de Vila do Conde a interrupção é de 20 minutos, até a polícia chegar. Ainda a 14, mas com duração de um dia ocorre a greve das Minas do Lousal e dos assalariados agrícolas e corticeiros das aldeias vizinhas de Ermidas, envolvendo um total de mais de quinhentos trabalhadores.

A Jornada Nacional de Protesto, apesar de todo o afã posto na sua preparação não alterou substancialmente o carácter que o movimento grevista vinha tomando ao longo do mês de Junho, isto é, um movimento que se desenvolve por arranques localizados, pouco expressivos na sua dimensão, que não conseguem sequer unificação regional ou ser ateados na cidade de Lisboa.

Havia como que um grande desnível entre, por um lado, a disposição de sectores largos de trabalhadores passarem a estádios de luta superiores e, por outro, a capacidade de resposta adequada por parte da direcção do Partido Comunista. À medida que os dias passavam, a repressão e as medidas do governo faziam arrefecer o ímpeto das camadas

⁹⁰⁶ Discussão no C Greve em 15/VI, dact., 1 p, *Processo. 90/62...*, 14º vol, [769]

⁹⁰⁷ Cf Na grande jornada nacional de protesto...

de trabalhadores de consciência intermédia, pelo que só tardiamente, depois de um longo período pouco clarificador é que a jornada nacional de protesto seria lançada.

No entanto, durante um mês, de modo praticamente ininterrupto, as greves sucederam-se, embora dispersas e frágeis. Cerca de sessenta mil trabalhadores, segundo números estimados pelo PCP, estiveram em greve por motivos fundamentalmente políticos, isto é, contra a burla eleitoral, pela libertação dos presos políticos e pela demissão de Salazar e Santos Costa. Nalguns locais a radicalização esteve ao rubro e registaram-se confrontos violentos com as forças policiais.

Em aberto permaneceria a contradição entre, por um lado, esta radicalização que se vinha manifestando desde o início da campanha eleitoral, que trazia um mar de gente para a rua, que enfrentava a polícia e que requeria respostas face à fraude eleitoral e, por outro, um núcleo dirigente amarrado a uma linha política que apostava no afastamento pacífico de Salazar, com todas as implicações daí resultantes ao nível da política de alianças e dos procedimentos táticos.

No entanto, um sector do proletariado, dentro e fora do partido Comunista mantinha acesa a combatividade e amadurecia a convicção que só a radicalização da luta social e política, combinando acções de tipo superior como greves e manifestações com acções violentas constituiria o caminho para desagregar o regime e derrubar Salazar.

Era da parte destes sectores que partiam aliás as críticas às expectativas depositadas numa conspiração militar em preparação que, vitoriosa derrubasse Salazar e Santos Costa, que os órgãos executivos do PCP acompanhavam atentamente, desvalorizando, segundo essas opiniões, a acção operária independente

Numa reunião do Comité Regional de Lisboa, em meados de Junho, um dos participantes “*considera que o P. por não ter pensado nas acções futuras se desviou para o golpe militar*”⁹⁰⁸.

Reportava-se certamente à gorada tentativa de golpe prevista para 2 de Junho⁹⁰⁹, já na recta final da campanha eleitoral. A desarticulação da conspiração teria ficado a dever-se, pelo menos em boa parte, a Craveiro Lopes, ainda que os seus apoiantes civis e militares tenham cometido dois erros graves de capitulação: haviam deixado cair o Presidente da República em exercício como candidato e haviam-se, depois, aterrorizado com a ebulição popular.

⁹⁰⁸ Cf *Discussão da greve no CR em 13/VI*, dact., 1 p., *Processo. 90/62...*, 14º vol, apenso a fls 769

⁹⁰⁹ Cf. *Memórias de Humberto Delgado...*, p. 135

Craveiro Lopes, por seu turno, despeitado, procura tirar proveito pessoal da situação e comunica a Salazar o que se está a passar, procurando tirar proveito pessoal da situação. Nega qualquer ligação a Humberto Delgado e delimita os objectivos à demissão de Santos Costa, ao adiamento das eleições e à reconsideração quanto à sucessão presidencial ⁹¹⁰. Em vão, praticamente, se exceptuarmos a demissão de Santos Costa, com o que os sectores que conspiravam se dão por satisfeitos.

Estes sectores ligados a Júlio Botelho Moniz, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, deslocam-se para o apoio ao regime na manutenção da ordem e da normalização da situação, deixando isolados os jovens oficiais que querendo avançar vêm-se sem meios para o fazer.

Neste emagrecido grupo de jovens oficiais permanece viva a consciência do desajustamento da instituição militar face aos desígnios funcionais decorrentes da integração da NATO expresso no imobilismo das chefias militares ao nível dos estados-maiores, mas também o descontentamento com o seu estatuto sócio-económico.

Manuel Serra que desde início da sua participação na candidatura de Humberto Delgado se dedica, em ligação directa com o general, à preparação de um golpe militar refere que a dicotomia esquerda/direita não era claramente aplicável à constituição da rede – “*trabalhávamos com todos os que estavam dispostos a alinhar, a conspirar*” ⁹¹¹.

Era esta realidade que os principais dirigentes do Partido Comunista analisavam e acompanhavam, que tinha eco na maioria das correntes não comunistas e alimento político substancial em personalidades como António Sérgio, disseminando-se com assinalável impacto entre as camadas populares mais atentas e embrenhadas no pulsar da situação.

Estas questões ligavam-se, por sua vez, à necessidade de dar continuidade política aos movimentos eleitorais. Humberto Delgado jogava claramente no tabuleiro militar e no tabuleiro político. Para o PCP interessava, naturalmente, estar presente, participar directamente e influenciar a solução que viesse a se encontrada, tornando-se indispensável envolver o general, do mesmo modo que Arlindo Vicente e as principais personalidades dirigentes de ambas as candidaturas.

Pouco mais de uma semana sobre as eleições, a 18 de Junho de 1958, realiza-se em casa de António Sérgio uma ampla reunião com vista a discutir o assunto, em que participa não só núcleo político que estivera na génese da sua candidatura, como

⁹¹⁰ Cf. Telmo Faria, *Quem tem a tropa...*, in *Humberto Delgado. As eleições...*, pp 269-270

⁹¹¹ Manuel Serra (entrevista de João Madeira), *Salazar esteve a ponto de cair*, in *História*, III série, 43, Março de 2002, p. 19

também alguns dos antigos dirigentes da de Arlindo Vicente. É aí estabelecida a criação do MNI, Movimento Nacional Independente, para o qual António Sérgio propõe a respectiva linha identitária, que será aceite, pelo menos maioritariamente:

“O «Movimento Nacional Independente» é uma organização civil de indivíduos e não de grupos e tem por objectivos imediatos os que foram apresentados na candidatura do general Humberto Delgado, juntamente com a expressa intenção de elevar os padrões culturais e económicos do povo português.

*O MNI opõe a todas as concepções totalitárias e à inclusão na sua organização de qualquer grupo, seita ou partido”*⁹¹²

Em sequência, Delgado envia ao ministro do Interior uma carta em que invocando os 236 mil votos que o governo não lhe conseguiu sonegar, reclama a representação de um sector próprio na vida política nacional, portanto não solicita autorização para o MNI, mas afirma o direito pleno que lhe assiste. E informa das principais orientações e iniciativas que vai tomar – impugnação dos resultados eleitorais, apoio às vítimas da repressão, reclamação da libertação dos presos políticos, organização do Movimento e reclamação de liberdades democráticas.

A carta vai ser divulgada através de um documento em que se apela a todos *“para quem a restituição das liberdades democráticas do País é o único caminho para a reconciliação nacional em plena expansão cultural e económica, é o de prestar apoio onde quer que se encontrem, à estruturação da Oposição, unida no Movimento agora em organização. Constituem-se, pois, comissões do Movimento em todo o País”*⁹¹³.

Porém, o desenvolvimento do Movimento vai ser lento e contraditório. Os mais moderados e conservadores mostram-se receosos de uma aliança com o PCP ou mesmo com os socialistas de esquerda, ainda que alguns, como Quintão de Meireles ou Artur Andrade se mostrem dispostos a avançar com o MNI⁹¹⁴, a que aderiram muitos dos quadros legais de esquerda que haviam apoiado o general na campanha eleitoral.

A definição do MNI, nos termos em que António a Sérgio o faz não agradaria particularmente ao Partido Comunista, porque dava uma primazia exagerada ao general, porque assentava na ideia de uma participação individual, o que impedia a representação própria do PCP e ainda porque ao demarcar-se *“de todas as concepções totalitaristas”* esgrimia uma incómoda ponta de acinte com os comunistas.

⁹¹² Cit. in *Memórias de Humberto Delgado...*, p. 136

⁹¹³ *O Movimento Nacional Independente continua a luta da Oposição*, Junho de 1958

⁹¹⁴ Cf. *Sobre a actividade do Partido Comunista Português...*, p. 78, [220]

O MNI, por tudo isto, constituía uma solução insuficiente para a direcção do PCP. Justamente quando se inicia a Jornada Nacional de Protesto, a 1 de Julho, reúne a Comissão Política do Comité Central.

Os movimentos de protesto que decorriam nessa mesma altura, conduzidos sem sombra de dúvida pelo PCP, não só constituíam o facto mais relevante e mais profundo da situação que não parava de se desenvolver desde as eleições de 8 de Junho, como, na perspectiva dos dirigentes comunistas deveria constituir um suporte fundamental para a proposta, que sai dessa reunião, de constituição de um organismo de direcção de todo o movimento de oposição ao regime.

Afinal, se Humberto Delgado, apoiado no MNI, ia tomando uma série de iniciativas de denúncia da burla eleitoral, que o partido saudava, a Jornada de Luta constituía outra dimensão desse movimento designado de libertação nacional. Como se afirma no comunicado então publicado, *“A valorosa acção da classe operária e dos camponeses fez recuar a repressão fascista desencadeada sobre os democratas e anti-salazaristas, e abriu, pois, a todas as forças oposicionistas a perspectiva de continuação da luta nacional libertadora nas novas condições criadas no país”*⁹¹⁵

Independentemente da dureza com que a repressão se continuava a abater sobre toda a oposição, pois para um total de 559 indivíduos presos pela Pide em 1958, 238 (42,6%) foram-no só nos meses de Maio e Junho⁹¹⁶, os dirigentes comunistas cingiam esse entendimento ao facto do regime até aí ter mantido em liberdade quer o ex-candidato quer o seu núcleo de apoiantes mais próximo. A questão estava em afirmar a importância da classe operária e dos camponeses, que era o mesmo que dizer, do partido Comunista, sua vanguarda.

Essa direcção única deveria ter uma abrangência anti-salazarista, isto é, desde a classe operária à burguesia nacional e um carácter interpartidário, aglutinando partidos, organizações, grupos e individualidades.

O seu funcionamento só poderia ser ilegal, ainda que o objectivo fosse dirigir *“todas as acções que no campo legal e ilegal se estão a desenvolver no país”*⁹¹⁷.

Nessa reunião, Jaime Serra entendia que os militares deviam também participar na Junta, mas de forma organizada, isto é aqueles que dispusessem de uma organização própria, enquanto que Octávio Pato sem descartar a razão de ser do MNI confinava-o a

⁹¹⁵ Para uma direcção única no movimento de libertação nacional, in *Avante!*, VI série, 258, 1ª Quinzena de Julho de 1958

⁹¹⁶ Cf. Presos Políticos no Regime Fascista, VI, 1952-1950, Mem Martins, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1988, pp 229-231

⁹¹⁷ Para uma direcção única...

uma actividade prioritariamente legal, como era o caso das eleições anunciadas para as Juntas de Freguesia, criticando, no entanto, a preponderância que Humberto Delgado estava a ter aí ⁹¹⁸.

Parecia reeditar-se a ideia de complementaridade tão exaustivamente defendida nos anos quarenta entre o MUNAF e o MUD, entre um plano ilegal, interpartidário e um plano legal, em que a base de adesão era formalmente individual.

Na realidade, por mais difícil que pudesse ser a situação na emergência política e organizativa do MNI, isso não significava, portanto, deixar de reconhecer a sua importância com vista à mais ampla unidade possível, à necessidade de estruturar o movimento a partir das freguesias como unidade político-administrativas, não deixando de prosseguir com uma estratégia simultaneamente de pressão e censura sobre os que se afastavam de uma perspectiva de unidade ⁹¹⁹.

Ainda nesse mês, na Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa, que continuava a ser a plataforma legal onde se acolhiam quer os mais destacados quadros comunistas legais quer os socialistas de esquerda e outros oposicionistas que aceitavam trilhar um caminho comum, circularia a ideia de uma Junta de Libertação Nacional, cuja organização se iniciou embora não pareça ter nunca passado de uma fase muito embrionária, apenas visível pelo voluntarismo do PCP.

O acolhimento da proposta de constituição da Junta estava longe de ser caloroso. Mesmo os contactos que o PCP continuava a manter com Humberto Delgado eram cautelosos. O general, ciente da relação de forças dentro do MNI, mostrava-se receoso de que aqueles encontros e conversas pudessem vir a ser do conhecimento dos seus parceiros no Movimento, cujo arranque se revelava titubeante. A continuação do movimento eleitoral naqueles termos não mostrava chama nem era suficientemente galvanizador em termos públicos.

As respostas das outras organizações para a criação da Junta não chegavam. Reeditava-se um certo deixa-andar para não dar resposta a propostas que eram incómodas. Negar a constituição da Junta era negar formas superiores e mais fortes e orgânicas de unidade, mas aceitar de braços abertos seria abrir caminho à instrumentalização pelo PCP da organização a criar, o que tanto temiam.

A insistência com que o *Avante!* agarra a questão revela a dificuldade sentida e o peso das resistências em relação ao PCP. Por um lado reitera a necessidade de criar um

⁹¹⁸ *Idem*, p. 79, [221]

⁹¹⁹ Cf. *As tarefas da unidade*. Julho de 1958, *idem*, p. 80, [222]

centro dirigente, mas por outro, deixa claro que nesse centro devem estar representadas todas as correntes da oposição, incluindo os comunistas, pois “*os que pensam poder vencer a camarilha salazarista sem a colaboração do partido Comunista, vanguarda da classe operária, dão provas de miopia política e condenar-se-ão à derrota*”⁹²⁰

A reunião do Comité Central de Agosto de 1958 dedica dois pontos da sua agenda ao balanço dos últimos meses de actividade partidária, particularmente intensos, desde as eleições para a Assembleia Nacional às greves de Junho-Julho, passando, evidentemente pelas eleições presidenciais da primavera desse ano.

Cabe a Joaquim Pires Jorge (Gomes) apresentar o informe da Comissão Política que procede ao balanço dos actos eleitorais. E fá-lo num quadro de manifesto optimismo ao considerar que se estava em presença das manifestações mais potentes de oposição ao regime ocorridas desde 1926, numa conjuntura económica e social interna que estava a propiciar acções de maior envergadura, provocando a uma deslocação favorável da correlação de forças em que o regime se desagregava e crescia o bloco político e social que queria uma mudança de regime e de governo.

Por outro lado, se eram os factores internos que determinavam essa alteração na correlação de forças, a situação internacional favorecia-o poderosamente.

A análise que empreende sobre as eleições de Novembro de 1957 parte da acertada posição intervencionista que fora adoptada e que decorria da possibilidade legitimada pelo V Congresso de solução pacífica para o problema português. Porém, o seu alcance ficara irremediavelmente limitado pela posição obstinadamente abstencionista do Directório Democrato-Social, melhor pelo seguidismo arrastado que o partido revelara em relação ao DDR numa ilusória e vã tentativa de o atrair para a participação eleitoral.

Esse seguidismo retardou e acabou por inviabilizar uma consequente apresentação de candidaturas, que o partido influenciasse. Ainda assim, o informe apresentado por Pires Jorge concluía, a este respeito que onde pôde ser seguida se deram acções de massas, embora no essencial o abstencionismo se tivesse revelado fortemente nocivo.

Reconhece que em torno da escolha do candidato presidencial os termos da disputa intervencionismo/abstencionismo se começaram a alterar, mas que a pressão do Directório, mais uma vez o Directório, acabariam por inviabilizar desde início a apresentação de uma candidato único. Omite no entanto da justeza da apresentação de Cunha Leal, reafirmando apenas tratar-se de um candidato que reunia as condições

⁹²⁰ **Alargar, unificar e coordenar as lutas populares**, in *Avante!*, VI série, 261, 1ª Quinzena de Agosto de 1958

consideradas mínimas e que o partido não teve, por isso dúvidas em apoiar, ressaltando as diferenças de opinião que os separavam. Segundo o Informe, as divergências entre o tipo de candidato a apresentar teriam sido avivadas pela desistência do engenheiro, o que levou a que aparecessem então formalmente duas candidaturas, uma das quais a de Arlindo Vicente.

O que distinguiria as duas candidaturas era que o programa de Humberto Delgado “*correspondia às aspirações das camadas que apoiavam a sua candidatura e não colocava algumas das aspirações fundamentais do povo em geral e das classes trabalhadoras em particular*”⁹²¹.

Reconhece ainda que a existência de duas candidaturas da oposição apenas favorecia o regime e, a partir daí, a versão que apresenta para a desistência de Arlindo Vicente é toda ela determinada por um nobre sentimento de unidade, cuja gestação faz remontar às conclusões de 2 de Maio do Comité Central, isto é, ao dia anterior àquele em que Arlindo Vicente e os seus apoiantes entregam no Supremo Tribunal de Justiça o processo de candidatura.

Assim, espantosamente, as jornadas do Porto e de Lisboa não teriam representado um papel decisivo para que o PCP levasse Arlindo a desistir, mas seriam antes o resultado dessa mesma unidade defendida desde então pelo partido.

Colocando-se como que acima das duas candidaturas, a direcção do PCP passa a entender que essas jornadas em torno de Humberto Delgado seriam manifestações de acção comum conscientemente aceites tanto pelo general como por Arlindo Vicente, evidenciando que “*eles deram provas dum realismo político pouco vulgar e mostraram saber que a luta política não se compadece com idealismos abstractos, especialmente quando se desenvolve contra um inimigo como o salazarismo*”⁹²².

Como Delgado passasse a receber amplo apoio popular, teria, no entendimento dos dirigentes do PCP democratizado o seu programa, deixado de andar aos ziguezagues e passado a andar em frente, pelo que o partido não teve dificuldades em apoiar a desistência de Arlindo Vicente.

Ainda assim, reforçando essa ideia, teria sido a candidatura de Arlindo a imprimir carácter de luta democrática à campanha e unidade de acção, empurrando Delgado para “*posições democráticas bem definidas*”, que o comunicado conjunto reflectiria.

⁹²¹ Gomes [Joaquim Pires Jorge] (Relator), *Sobre a actividade do Partido nas campanhas eleitorais para deputados à Assembleia Nacional e para a Presidência da República*, Edições Avante!, Agosto de 1958, p. 6

⁹²² *Idem*, p. 7

Quanto ao resto tudo estava certo. Era importante percorrer o caminho que foi percorrido com as duas candidaturas e o momento de desistência foi o mais acertado possível, sempre de acordo com as previsões do CC do partido na sua reunião de Maio.

Daqui a concluir que o PCP foi a força política nacional mais importante em todo o processo eleitoral, vai um passo curto, concludentemente reconhecido pelo informe⁹²³.

Para o PCP, a necessidade de recorrer à burla para esconder a ampla votação em Delgado, assim como as greves e protestos que ocorreram imediatamente a seguir a serem conhecidos os resultados eleitorais reflectiam a desagregação acentuada do regime, o crescimento do bloco político e social anti-salazarista e a possibilidade de derrube pacífico de Salazar, que continuavam a constituir componentes plenas de actualidade e confirmadas pela realidade. Assim, por um lado preparavam-se para alterar a Constituição de modo a dificultar ainda mais a participação da Oposição e, por outro, a remodelação do Governo com a saída de Santos Costa representava uma manobra ilusória que reflectiria as dificuldades em que se encontrava perante o ímpeto popular.

Mas o Informe consagrava largo espaço à definição das orientações para a actuação partidária. A tarefa central continuava a ser a constituição de uma direcção única dos movimentos e das lutas, fossem económicas ou políticas, legais ou ilegais, contra o regime. Por isso saudava a Comissão Organizadora da Junta Nacional de Libertação e a sua iniciativa em apelar à realização de protestos populares na tomada de posse de Américo Tomás como novo Presidente da República.

Segundo o documento, a Junta tinha sido muito bem acolhida pelos diferentes sectores da Oposição e muitos deles já se encontrariam até aí representados, necessitava de ser estruturado a nível regional, pelo menos e dotado de uma plataforma política, que propõe, sem lhe introduzir aspectos verdadeiramente novos em relação a propostas anteriores do mesmo tipo – restabelecimento das liberdades, amnistia política, elevação do nível de vida do povo, defesa da economia nacional contra os monopólios, estabelecimento de relações económicas, culturais e políticas com todos os países e por uma política externa independente e de paz.

Reconhece, por outro lado o MNI como movimento legal da Oposição, incumbindo-o de preparar a participação nas eleições para as Juntas de Freguesia e de organizar as comemorações do 5 de Outubro.

⁹²³ Cf. *idem*, p. 12

Começa a esboçar-se ainda uma nova reivindicação que é a da demissão de Salazar, a que antes da remodelação ministerial fora também associado o nome de Santos Costa.

Por seu turno, o Informe sobre as greves políticas, apresentado por Jaime Serra (Freitas), depois de descrever largamente as greves e movimentos de protesto ocorridos depois de 8 de Junho, insiste em atribuir à acção operária o recuo da sanha repressiva que teria conseguido evitar a prisão do próprio general Delgado e teria aberto novas e amplas perspectivas à luta anti-salazarista, colocando a classe operária na vanguarda da luta, reduzindo a base de apoio do salazarismo, acentuando a desagregação do regime e colocando as greves políticas como a forma de luta mais eficaz para o seu derrube.

Segundo Serra, cinco aspectos teriam, no entanto, limitado o alcance destes movimentos grevistas – a ausência de lutas reivindicativas a coincidir com a campanha eleitoral; a falta de confiança verificada em muitos quadros e militantes do partido na consigna de greves políticas; a existência de grandes áreas em que não se realizaram reuniões amplas de trabalhadores; a inexistência em muitos sectores de comités de greve e, finalmente, a incapacidade de ir para a greve em muitos locais fundamentais, designadamente em Lisboa ⁹²⁴.

O informe de Serra articulável, em princípio com o de Joaquim Pires Jorge, evidenciava um fulgor e uma combatividade assinaláveis. Não sendo propriamente contraditórios, sentia-se como que duas formas de olhar a mesma realidade, com dificuldade em casarem-se perfeitamente.

Aparentemente, subjacente a esta subtil forma diferenciada de apreciar a actividade partidária mais recente, corriam dois veios diferentes que vinham e continuavam a conflitar, expressando duas orientações distintas quanto ao derrube de Salazar. Efectivamente, neste documento não há lugar para ideias como a reconciliação nacional, a solução pacífica, as alianças por cima com as outras forças políticas, a desagregação do regime, o alargamento da base anti-salazarista ou qualquer expectativa, mesmo que de articulação, com um golpe militar em preparação. É certo que trata de um aspecto específico, mas que era aqui realmente encarado como peça fundamental no dispositivo táctico do partido.

Justamente por isso, a questão do golpismo militar é assim encarado na reunião:

“- A influência negativa do golpismo foi manifesta nas massas e no próprio P., particularmente no período que se seguiu às eleições.

⁹²⁴ Cf. Freitas [Jaime Serra] (Relator), *Sobre as greves políticas*, Edições Avante!, Agosto de 1958, pp 16-17

- *A própria Direcção do P. sofreu essa influência - daí o facto de não termos combatido ideologicamente as concepções putchistas e os reflexos que teve e continua tendo nas massas*”⁹²⁵.

Restava saber se as questões que iam sendo perfiladas pelo Comité Central do PCP encontravam desenlace ou se persistiria como que uma dualidade de preocupações de natureza táctica, uma insistindo mais na acção operária independente como motor para a agregação anti-salazarista e para o derrube do regime, outra, prevalecente, mais virada para os acordos por cima, para o intervencionismo eleitoral, para a conexão expectante com o golpismo.

De qualquer forma, estes dois entendimentos da actividade partidária estavam longe de conflitar em tensões antagónicas, já que ambos aceitavam, em maior ou menor grau, o conjunto de premissas de base que fundamentavam o essencial da estratégia partidária. E isso radicava no legado proporcionado pelo XX Congresso do PCUS em política, em ideologia e em organização.

Evidentemente que o alinhamento e o relacionamento preferencial com o Partido Comunista de Espanha ajudavam a reforçar a concepção prevalecente na orientação política do PCP. Isso estivera patente no comunicado conjunto de Abril de 1956.

As relações do partido com o movimento comunista internacional e as suas organizações periféricas foram-se reforçando ao longo dos anos cinquenta e estavam normalizadas ainda antes da dissolução do Kominform. Aliás, o movimento laudatório de dois sentidos verificado no V Congresso através de mensagens de e para partidos irmãos, a considerável profusão de artigos de dirigentes comunistas internacionais na imprensa partidária, designadamente em *O Militante*, e a participação de delegações em congressos e reuniões internacionais criavam uma espécie de suporte legitimado para que a política interna do PCP procurasse sempre ser ancorada nas grandes orientações e nos grandes desenvolvimentos internacionais que tinham, evidentemente, o seu centro e o seu motor na URSS e no PCUS.

A inclusão na reunião do Comité Central de Agosto de 1958 de um ponto especificamente dedicado às questões do movimento comunista internacional, apoiado inclusivamente num informe próprio apresentado por António Dias Lourenço (João) era assim não só justificado como oportuno.

O informe apresentava a Conferência dos 64 Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscovo, aproveitando as comemorações do 40 ° aniversário da

⁹²⁵ Eleições Presidenciais, mns, 1 p, *Processo 92/62*, 3º vol, apenso a fls 207

Revolução de Outubro, em que participou uma delegação do PCP como o mais importante acontecimento no movimento comunista internacional desde o XX Congresso do PCUS.

Essa importância não decorria apenas de questões orgânicas e de relacionamento multilateral entre os diferentes partidos comunistas, mas para o PCP, como para outros partidos, pelo facto da sua declaração final condenando o dogmatismo, afirmando que o desenvolvimento da revolução e da edificação do socialismo deveriam respeitar, na sua diversidade, as tradições nacionais de cada país, o que era, naturalmente, da concordância e franco agrado dos comunistas portugueses, alertava ao mesmo tempo para o que designava de perigos do revisionismo e do oportunismo de direita, ao negarem, em nome desses princípios, a validade universal da revolução soviética, o papel dirigente de cada partido comunista no seu país ou o princípio da socialização dos meios de produção. Dito de modo mais sintético e concludente, segundo o informe:

“A diversidade de formas de passagem ao socialismo e da edificação socialista é uma concepção nova, saída da dialéctica da revolução, pois o marxismo-leninismo é uma teoria criadora e não um conjunto de fórmulas mortas.

*Os limites que separam esta diversidade de formas e as leis essenciais da revolução e da edificação socialistas são precisamente a linha divisória que separa o revisionismo oportunista da teoria marxista-leninista”*⁹²⁶

Isto implicava, evidentemente, a negação completa e veemente da onda de críticas que se vinham desenvolvendo desde a invasão da Hungria que era, assim, implicitamente legitimada, pelo facto de ter ultrapassado essa linha divisória e iniciado um processo de afastamento da União Soviética.

Na Europa capitalista, o informe estabelecia ainda relações preferenciais com os partidos comunistas de Espanha, França e Brasil. Se em relação a este falavam alto os laços comuns da língua, se era grande o peso dos emigrantes portugueses no Brasil, se em relação aos franceses era de uma solidariedade activa que se tratava, pela divulgação das acções de resistência ao regime, também era de um outra solidariedade não dita, que resultava da importante plataforma exterior que a França constituía para o PCP, designadamente para dar acolhimento a aparelhos logísticos e de ligação ao movimento comunista internacional, era em relação aos espanhóis que era dedicada maior atenção.

⁹²⁶ João [António Dias Lourenço] (Relator), **O internacionalismo proletário e as tarefas do Partido**, Edições Avante!, Agosto de 1958, p. 5

As relações com o PCE eram particularmente estreitas, até pela larga margem de concordância e de influência que o PCP recebia da direcção remoçada do partido espanhol, onde pontificava Santiago Carrillo e o seu grupo, radicados em França.

Aliás, a semelhança entre as propostas e iniciativas políticas que são tomadas pelos comunistas espanhóis e, depois, pelos portugueses, é evidente. À Jornada de Reconciliação Nacional de 5 de Maio em Espanha, corresponde, adequada naturalmente à situação concreta portuguesa, a Jornada Nacional de Protesto no início de Julho, onde a ideia de reconciliação nacional, de comunidade de interesses entre classe operária e burguesia nacional estava presente. Entre ambos os partidos a ideia de greve geral pacífica como via para o derrube do regime constituía um apego comum ⁹²⁷.

Ainda um pouco antes da reunião do Comité Central a Comissão Organizadora da Junta de Libertação Nacional havia lançado um comunicado em que apelava a um grande protesto nacional pacífico no dia apazado para a tomada de posse de Américo Tomás, que coincidiria aliás, sensivelmente, com a própria reunião:

“Que o dia 9 de Agosto seja um dia de luto nacional pela consciência oprimida: que se ponha gravata preta, que se não comprem jornais, que não se vá a espectáculos nem a cafés.

Que esse dia seja transformado em grande jornada de protesto com paralizações de trabalho e concentrações nas ruas” ⁹²⁸

Os efeitos do apelo foram globalmente muito fracos. O próprio tom que o *Avante!* dá ao noticiar o acontecimento reflecte-o. Evidentemente que se dizia que que o povo de Lisboa se alheara completamente do acontecimento, que Tomás acenava à multidão como se fosse ovacionado, quando os populares viravam costas, que muita gente em várias cidades tivesse saído à rua de gravata preta, que às iniciativas do governo para comemorar o acontecimento não tivesse comparecido praticamente ninguém. Ainda que incluísse nos protestos uma concentração em Aljustrel pela libertação dos presos políticos e contra a investidura de Tomás, mas que tinham ocorrido em finais do mês anterior, ainda que referissem casos de greves a 8 e a 9 de Agosto no distrito de Portalegre, como em Cabeção, Alcórrego e Benavila ou concentrações na Margem Sul ⁹²⁹, a dimensão dos acontecimentos era débil e daí em

⁹²⁷ Cf. Ramiro da Costa, *O XX Congresso do PCUS e o PCP...*, pp 13-14

⁹²⁸ Junta Nacional de Libertação (Comissão Organizadora), *Ao Povo Português*, Julho de 1958, in IAN/TT, TCL, 2ª JCL, *Processo 70/59*, 7º vol, apenso a fls 399

⁹²⁹ Cf. *O protesto da nação contra a investidura de A. Tomás e Contra a investidura de A. Tomás*, in *Avante!*, VI série, 262, e 263 2ª Quinzena de Agosto e Setembro de 1958, respectivamente

diante a ideia de protestos desta natureza desaparecia da agenda imediata dos comunistas.

O comunicado do PCP sobre a remodelação ministerial, que sintetiza as conclusões políticas saídas da reunião do Comité Central de Agosto de 1958, insiste na ideia de que Santos Costa e Trigo de Negreiros saíram do governo por pressão popular e, como tal, isso constitui uma primeira vitória do movimento saído das eleições presidenciais. Reitera também o programa mínimo para enfrentar a conjuntura, que consistia na demissão de Salazar, na constituição de um governo que realize novas eleições, na reclamação de amnistia, abolição da censura e restabelecimento das liberdades fundamentais. Apela à constituição alargada da Junta de Libertação Nacional e repete a declaração de apoio ao MNI.

Porém, nas acções concretas que sugere, mesmo atribuindo o papel relevante à luta da classe operária e dos trabalhadores, não há aí lugar para as greves e protestos políticos, mas apenas a ideia de que *“A classe operária intensificará também a luta junto do governo contra o congelamento de salários, jornas, ordenados e vencimentos e por um aumento geral, de escala móvel, de acordo com o constante aumento do custo de vida. Esta luta da classe operária e de todos os trabalhadores será um facto essencial para o desenvolvimento das lutas políticas, será uma poderosa contribuição à luta pela libertação da nossa Pátria do jugo fascista”*⁹³⁰.

Era, ao fim e ao cabo, a constatação de que não condições para movimentações políticas da classe operária, cuja acção se deveria concentrar nas motivações económicas, encerrando-se desta forma as “greves políticas”, iniciadas com o fecho da campanha presidencial.

Mantendo-se as dificuldades na constituição da Junta de Libertação Nacional, reavivando-se velhos preconceitos contra a unidade orgânica com os comunistas por parte da maioria das correntes oposicionistas, o governo, por outro lado, como que decepou os veios para o prosseguimento da acção política legal, adiando as eleições para as Juntas de Freguesia e proibindo as manifestações pelo 5 de Outubro, que, forçadamente, se acabaram por cingir a protestos de rua, corajosos ao afrontarem a proibição governamental, mas simbólicos, novamente dado o escasso número de participantes⁹³¹

⁹³⁰ O Comité Central do Partido Comunista Português, **Comunicado do Partido Comunista Português sobre a recente remodelação ministerial**, in *Avante!*, VI série, 262...

⁹³¹ Cf. **O 5 de Outubro. Jornada de unidade anti-salazarista**, in *Avante!*, VI série, 265, 2ª Quinzena de Outubro de 1958

No interior do MNI, acentuavam-se as divergências e as dificuldades internas. Já na preparação das comemorações do 5 de Outubro os militantes do PCP e os homens do DDS se haviam desentendido profundamente, ainda que publicamente isso não tivesse transparecido. Mas abriam-se também focos de conflituosidade entre Delgado e os sectores que haviam estado na génese da sua candidatura presidencial. A propósito de um banquete em homenagem ao general, a ideia de confraternização com antigos apoiantes de Arlindo Vicente, de que Delgado não desdenhara, suscitara viva turbulência e oposição por parte dos conservadores e moderados como Quintão de Meirelles, Acácio Gouveia, Moreira de Campos ou Vasco da Gama Fernandes.

Se os o PCP e os seus aliados mais próximos espicaçavam Delgado para atitudes mais enérgicas, os do Directório, arrelivavam-se com as suas excentricidades e com o seu espírito pouco afeito à moderação e sensatez destes seus conselheiros. Moreira de Campos entenderia mesmo que se devia afastar o general do MNI, uma vez que já cumprira o seu dever⁹³².

Para mais, o cerco repressivo a Humberto Delgado ia-se apertando. Os incidentes pelo 5 de Outubro, a cujas comemorações se associou em Lisboa, junto à estátua de António José de Almeida, as peripécias ocorridas a propósito do convite que subscreve, entre outros com António Sérgio e Vieira de Almeida, para que Aneurin Bevan, dirigente trabalhista inglês e declarado opositor da política de Salazar, se desloque a Portugal agravam a situação.

No início de Janeiro de 1959 é retirada a imunidade como oficial das forças Armadas e a 12 de Janeiro de 1959 pede asilo político à embaixada do Brasil⁹³³.

Ainda assim, numa reunião de apoio ao MNI, em Novembro de 1958, é proposta uma Comissão organizadora muito alargada que procurava congregar os diferentes sectores oposicionistas⁹³⁴ e realiza-se um jantar comemorativo do 31 de Janeiro, cujas presenças se circunscrevem já praticamente ao PCP, aos socialistas de esquerda e a um escasso grupo que gravitava à volta da *Seara Nova*.

Aliás uma das finalidades do jantar era, com a anuência de Humberto Delgado, precisamente recompor a Comissão Permanente do MNI, muito desfalcada com as faltas consecutivas principalmente dos elementos pertencentes ao núcleo duro do DDR.

⁹³² Cf. **Sobre a actividade do Partido Comunista Português...**

⁹³³ Cf. Iva Delgado e Carlos Pacheco (Introdução a), Humberto Delgado, **A Tirania Portuguesa**, Lisboa, publicações Dom Quixote, 1995, pp 26-33

⁹³⁴ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, **Processo 1876-SR**, Pasta 5, [123]

Dada a situação do general, António Abreu, desastradamente, propõe que se encontre uma personalidade alternativa para a presidência do Movimento e concorda com a recomposição da Comissão Permanente. Porém, isto significava tanto no plano prático como no simbólico o afastamento de Delgado, o que volta a suscitar viva discussão e é a sobrevivência do MNI que está verdadeiramente em causa. Vários dos presentes impõem a continuidade do Movimento, ameaçando fazê-lo à revelia das personalidades ali em litígio. Aparentemente a reunião terminava de modo consensual, com a polícia à porta a identificar todos os presentes ⁹³⁵. As diligências e iniciativas ventiladas e calendarizadas na parte final do jantar, dissipados os fumos da polémica, arrastar-se-iam.

O MNI definhava irremediavelmente, a Junta de Libertação Nacional não se conseguia estruturar, a chama das greves políticas e das jornadas nacionais de protesto extinguíam-se perante a anemia dos protestos contra a investidura de Américo Tomás. O governo recuperava e intensificava a repressão. Eram sinais que se vinham adensando desde os últimos meses de 1958.

Sectores mais aguerridos e mais radicalizados esbarravam com uma orientação partidária que esfriava essa radicalidade e afunilava os movimentos mais combativos para ideias e caminhos que enfatizavam quer a solução pacífica como a reconciliação nacional. Defendiam acções violentas, nutrindo assim simpatia e mantendo expectativa em relação às conspirações militares em germinação quase permanente.

Claramente neste contexto, António Dias Lourenço é incumbido de escrever um longo artigo sobre a solução pacífica, a que é dado destaque de primeira página em *O Militante* e que começa precisamente por situar a questão face a essa dualidade: será ainda possível retirar Salazar do poder por meios pacíficos ou isso já só vai à pancada ?

Segundo Dias Lourenço, o partido ainda acreditava que era possível uma solução pacífica, fundando a opinião na amplitude da luta eleitoral, no papel dirigente da classe operária e na desagregação que tais factores provocaram no regime.

Condescendendo, especificava que o facto de se falar em solução pacífica não significava excluir afloramentos violentos, com choques e manifestações contra os aparelhos repressivos do regime. O que significava, em suma, dizer que se devia “*lutar activa e conseqüentemente pela solução pacífica do problema pacífico nacional, mas*

⁹³⁵ Cf. Informação “Barquinha”, de 11 de Fevereiro de 1959. Almoço de confraternização realizado em 31 de Janeiro de 1959, no Restaurante Clementina – Rua Jardim do Regedor – Lisboa, in IAN/TT, Pide-DGS, *Processo 946/45-SR*, [67-68]

*ao mesmo tempo prever e preparar as massas para a eventualidade duma saída violenta, da insurreição popular”*⁹³⁶.

Porém, o enunciado da questão revestia, na opinião do dirigente comunista aspectos ideológicos que eram importantes e delicados, já que a sua dimensão no campo da propaganda se permitia atrair sectores sociais moderados, mas interessados no derrube do salazarismo, devia ser prudentemente encarada, pois facilmente se poderia cair no oportunismo de direita, revisionista, segundo o qual a solução pacífica era a resposta essencial para a decomposição do regime, catalisando-a.

O essencial do derrube do regime assentava então na acção da classe operária, por isso quanto mais forte e decisiva for a sua acção, maior seria a capacidade de assegurar a solução pacífica numa perspectiva revolucionária, transformadora.

Por isso, reportando-se à situação portuguesa, descansava os que duvidavam da bondade da solução e das garantias apresentadas:

*“O facto da classe operária e o seu partido encabeçarem entre nós a luta pela solução pacífica, é uma garantia de que esta orientação não será nunca um caminho oportunista mas uma via verdadeiramente revolucionária”*⁹³⁷.

Tanto mais assim quanto a etapa de luta que se vivia em Portugal se baseava na contradição entre uma minoria monopolista e o resto da nação, o que insinuava que constituía um desvio igualmente nocivo não atender a este estádio e querer que a contradição fosse de uma natureza tal que empurrasse para o campo adversário potenciais aliados do momento.

Dias Lourenço esforçava-se, além do mais, por explicar que a linha de transição pacífica para o socialismo preconizada pelo XX Congresso do PCUS era completamente distinta da solução pacífica de que o PCP falava ou, ainda, que a solução para os problemas de Portugal e de Espanha teriam de ser necessariamente diferentes. Todavia, quer a Declaração conjunta de Abril de 1956 dos dois partidos peninsulares quer a influência do XX Congresso do PC soviético eram nítidas nas novas formulações programáticas do Partido Comunista Português.

Uma nova Declaração comum com o PCE de Novembro de 1958 viria, aliás, reiterar isso mesmo. Nesse documento conjunto, onde apesar de se afirmarem inevitáveis diferenças de situação nos dois países, por entre considerações de

⁹³⁶ João [António Dias Lourenço], *Acerca da possibilidade de uma solução pacífica do problema político português*, in *O Militante*, III série, 97, Outubro de 1958

⁹³⁷ *Idem*

reconhecimento, apoio, solidariedade, o PCP, pela sua parte vai declarando como “*A Jornada de Reconciliação Nacional e o trabalho de massas do Partido Comunista de Espanha proporcionaram experiências muito úteis ao Partido Comunista Português e às forças democráticas portuguesas para a sua luta contra o salazarismo*”⁹³⁸ e, ambos, fazendo profissão de fé na possibilidade de soluções pacíficas nos dois países.

O afastamento de Salazar por via pacífica constituía o novo eixo fundamental do dispositivo táctico do PCP. A base política e social que o permitiria radicava na ampla unidade anti-salazarista – dos comunistas aos descontentes do regime, da classe operária à burguesia nacional. Para os dirigentes comunistas, deste ponto de vista seria coerente falar em reconciliação e em concórdia nacional, como se o afastamento de Salazar abrisse campo a um processo de transição democrática aceite pelos comunistas.

Esta concepção tinha um campo tanto maior de aplicação à direita quanto mais liberta estivesse do movimento de massas, das acções de rua e das lutas dos operários e trabalhadores, como se ia apresentando objectivamente a situação política e social na viragem 1958-59.

Mas, por outro lado, o terreno fértil para que essa aplicação se fizesse, que era o dos acordos por cima, entre organizações, mas principalmente até com personalidades individualmente consideradas, implicava espaços que o tornassem possível, que era o que se minguava aceleradamente quer com a Junta de Libertação Nacional quer com o Movimento Nacional Independente.

Parecia restar apenas, como expectativa mais imediata os manejos e conspirações militares ligados de algum modo a Delgado ou ao seu pequeno núcleo de apoiantes que, desde a campanha eleitoral praticamente não tinha feito outra coisa.

A negação da via putschista era um componente política do PCP desde os anos quarenta, veementemente combatida nessa década. Continuava formalmente a sê-lo. Mas, do mesmo modo que a atenção a esses movimentos não significava que para lá da crítica incisiva não fossem olhados pelas possibilidades de êxito que eventualmente encerrassem.

Na conjuntura que então se vivia, as informações de golpe em preparação chegavam com maior ou menor detalhe aos órgãos executivos do PCP. O malogro do ensaio golpista antes das eleições, mas isso não susteria a azáfama dos jovens conspiradores em conexão directa com Delgado até este pedir asilo na embaixada do Brasil, com novos ensaios sucessivamente calendarizados, mas adiados ou gorados.

⁹³⁸ Declaração comum do Partido Comunista Português e do Partido Comunista de Espanha, Novembro de 1958

Caminhava-se por esta via para a institucionalização orgânica do movimento golpista, surgindo assim como face militar e evidentemente ilegal do MNI, sob patrocínio directo de Delgado, o MMI, Movimento Militar Independente, dotado de um executivo em que participavam, entre outros, os majores Pastor Fernandes e Luís Calafate e o capitão Almeida Santos⁹³⁹. Manuel Serra continuava a ser uma espécie de pivot operacional na preparação da conspiração.

A documentação do MMI aparece nos arquivos dos dirigentes e dos principais quadros clandestinos do PCP, que acompanhavam o desenrolar da actividade e que entendiam não só que este sector deveria estar representado no organismo de coordenação e direcção ilegais da oposição, como nele deveriam participar os militantes do seu sector militar, apesar dos oficiais do Quadro Permanente serem em número muito reduzido.

O Movimento Militar dispunha de um conjunto de documentação que define finalidade, organização, modelo de juramento para os seus membros e um sintético mas diversificado elenco de pontos de natureza política, incluindo um faseamento de medidas que previam o derrube do regime, dissolução dos seus aparelhos políticos, medidas de democratização imediata, revogação da Constituição de 1933 e constitucionalização do país⁹⁴⁰.

Esta estruturação acompanharia o processo mais elaborado de conspiração que iria desembocar em Março de 1959 no chamado golpe da Sé.

No mês anterior, a reunião da Comissão Política do Comité Central tinha reiterado todos os argumentos em torno da necessidade de afastamento de Salazar e tinha criticado aqueles que na oposição entendiam que a desagregação do regime resultaria do natural agravamento das suas contradições internas, portanto bastaria quase esperar para que a situação caísse de madura. Para o PCP era preciso empurrar Salazar pela acção das massas populares, pela acção conjugada de todos, civis ou militares, indo assim abrindo a porta à possibilidade de apoiar um golpe militar, que seguramente sabia em preparação, mas com condições, isto é, que não fosse exclusivamente militar, devendo integrar-se *“na movimentação geral da Nação em estreita unidade com todas as forças e aí servir os interesses vitais do povo”*⁹⁴¹. E, entreaberta a possibilidade, tudo

⁹³⁹ Cf. Dawn Linda Raby, *A resistência anti-fascista em Portugal 1941/74*, Lisboa, Salamandra, 1990, pp 222-224

⁹⁴⁰ Cf. *Movimento Militar Independente. Juramento*, dact., 1 p., *Situação*, dact., 2 pp, in IAN/TT, TCL, 1º JCL, *Processo 15684/59-B*, 21º vol., apenso a fls 1589-90

⁹⁴¹ A Comissão Política do Comité Central do PCP, *Unidade para afastar Salazar do poder e conquistar a democracia*, Fevereiro de 1958, in *Avante!*, VI série, 272, 2 Quinzena de Fevereiro de 1959

o mais no comunicado era a apologia da via pacífica e reenunção da plataforma política mínima para a acção.

A organização do MMI entregue a um Comando Supremo constituído por militares era secundado por um Gabinete Civil, com funções políticas quer ao nível do programa quer da base não militar do movimento, o que implicava um papel importante na constituição dos Grupos Auxiliares de Combate, compostos por civis armados com funções específicas no plano operacional ⁹⁴². E o seu programa político, mesmo que não decalcesse a plataforma mínima proposta pelo PCP ser-lhe-ia claramente aceitável.

Aliás no Gabinete Civil, como por toda a estrutura não especificamente militar do MMI, a base política coincidia quer com a esquerda socialista, quer com os novos sectores chegados à oposição organizada e que se vinham radicalizando desde a campanha presidencial, representando uma boa parte do Movimento Nacional Independente. Participava aí, preparando o golpe da Sé, Manuel Serra com as ligações à JOC, de que fora anteriormente presidente, aos monárquicos dissidentes através de Francisco Sousa Tavares e Gonçalo Ribeiro Teles, os socialistas de esquerda com Nikias Skapinakis e Rui Cabeçadas.

A participação na componente militar do grupo de oficiais ligados ao capitão Vasco Gonçalves indiciaria a participação activa do sector militar do PCP, ou por si directamente influenciado, no MMI, e por consequência, na preparação do golpe ⁹⁴³.

Todavia, dias antes da data apazada, em aparente sintonia, o grupo militar de Vasco Gonçalves retira-se da conspiração, alegando falta de condições mínimas de segurança na sua preparação e falta de apoio de massas, que era uma coisa distinta dos razoavelmente extensos grupos de civis armados chefiados por Manuel Serra ⁹⁴⁴.

Mas não teria sido esta situação a causa determinante do falhanço do movimento. Serra atribui isso a uma azarada conjugação de factores imprevistos e mal preparados que levou a que, mesmo na véspera, a ponta do movimento fosse posta a descoberto de modo aparentemente casual, enquanto algumas unidades militares, designadamente a que estava destinada a fornecer o armamento, recuavam ⁹⁴⁵.

De qualquer modo, o recuo foi organizado, a extensão da repressão ainda assim limitada, o que permitiu manter a resguardo vastos sectores envolvidos na conspiração.

⁹⁴² Cf. **Movimento Militar Independente**, dact, 2 pp; in *Processo 15684/59-B*, 21º vol., apenso a fls 1588

⁹⁴³ Cf. Dawn Linda Raby, **A Resistência**..., pp 224-225

⁹⁴⁴ Cf. Dawn Linda Raby, **A Resistência**..., pp 224-225

⁹⁴⁵ Cf. Manuel Serra (entrevista de João Madeira), **Salazar esteve a ponto de cair**..., pp 20-21

Nas páginas do *Avante!* nenhuma referência directa ao golpe militar. Apenas a alusão a Manuel Serra e a alguns dos militares presos, como os capitães Almeida Santos e Alvarenga ou o major Pastor Fernandes “*por se terem manifestado contra a permanência de Salazar no poder*”⁹⁴⁶, negando como provocação quer a participação do PCP na direcção do golpe e a existência de uma extensa lista de personalidades a abater caso triunfasse.

O essencial do artigo é dedicado à enumeração de lutas operárias de norte a sul do país, que teriam envolvido mais de cinquenta mil operários. 3000 mineiros de Aljustrel e S. Domingos, 9000 da Carris de Lisboa e Porto, 3000 ferroviários, 4000 metalúrgicos, 7000 pescadores de Matosinhos... portuários, leiteiras, assalariados rurais, corticeiros, canteiros, padeiros teriam feito greve, paralisado de qualquer outra forma o trabalho, provocado quebras de produção ou realizado manifestações e concentrações. Para concluir que “*É neste poderoso ascenso das lutas da classe operária que se desenvolve a campanha nacional para a demissão de Salazar*”⁹⁴⁷

Sobre o assunto, dada a sua importância Sérgio Vilarigues subscreve um importante artigo em *O Militante* em que faz o balanço de seis meses de lutas por aumentos de salários, analisando mais detalhadamente os casos dos portuários de Leixões e do Porto, em Dezembro de 1958, dos mineiros de Aljustrel, dos metalúrgicos, ferroviários e pescadores.

Neste artigo, porém, Vilarigues, a concluir, é bem mais prudente na ligação das lutas operárias à exigência de demissão de Salazar:

*“Ao Partido, aos comunistas cabe a grande responsabilidade de orientar os trabalhadores, de os ajudar em todos os momentos e situações a organizar a sua luta sagrada por melhores condições de vida na empresa, na localidade, na região e à escala nacional; nos Sindicatos, nas Casas do Povo e dos Pescadores – pela demissão de Salazar”*⁹⁴⁸

Mesmo que o movimento reivindicativo dos trabalhadores se apresentasse mais dinâmico, que algumas das greves fossem prolongadas, como a dos pescadores de Matosinhos que durou dois meses, que a insistência na luta por aumentos salariais se mostrasse auspiciosa, o que caracterizava o movimento no seu conjunto era o

⁹⁴⁶ **A Nação levanta-se contra Salazar**, in *Avante!*, VI série, 274, 1ª Quinzena de Abril de 1959

⁹⁴⁷ **Idem**

⁹⁴⁸ Amílcar [Sérgio Vilarigues], **6 meses de lutas da classe operária sempre para diante por aumentos de salários**, in *O Militante*, III série, 101, Julho de 1959

economicismo, por um lado e uma acentuada dispersão quer geográfica quer por sector de actividade.

A combatividade e a persistência dos trabalhadores constituía realmente um significativo indicador de conjuntura, mas estava-se longe de qualquer tendência de unificação sectorial ou regional ou de uma dimensão política que revelasse um salto qualitativo desse movimento.

Todavia, a partir do próprio presídio da Trafaria, o capitão Almeida Santos continuava a conspirar, a preparar uma “operação papagaio”, prevista para Setembro de 1959, beneficiando de um regime mais aberto que, ao permitir-lhe receber visitas, facilitava essas confabulações. Artílio Batista, um velho militante do PCP desde os anos 30, embora de relações conflituosas com o partido, mas destacado apoiante no Barreiro de Arlindo Vicente e depois de Humberto Delgado, é um dos que visita Almeida Santos, sendo por este incumbido primeiro de paralisar o Barreiro e, depois, também de organizar um grupo de civis em Almada e cortar aí a electricidade, secundando a acção militar.

Apesar da desconfiança que lhe expressa sobre aquele tipo de acções militares, tal visita parece exprimir uma cumplicidade com aquele tipo de congeminações, para os quais estavam dispostos sectores relativamente extensos quer dentro da base operária do PCP quer nas suas orlas, manifestando forte pulsão por acções mais radicais que as preconizadas pelo Comité Central.

Eram sectores que faziam sugestões e apresentavam ideias sobre como organizar este tipo de movimentos. Nesse contexto, Artílio ter-se-ia entusiasmado com a proposta de um camarada seu de assaltar o Rádio Clube Português e a partir daí emitir ao país uma proclamação previamente gravada de apoio a Humberto Delgado, restabelecimento das liberdades democráticas e realização de novas eleições presidenciais ⁹⁴⁹.

Porém, apesar de Almeida Santos repetir sempre a importância que a componente civil tinha para sua concepção do golpe militar, a sua transferência de Trafaria para Elvas criaria dificuldades acrescidas nesta dinâmica, embora haja ainda referências a uma nova conjura para Novembro de 1959.

Também em *O Militante*, Fernando Blanqui Teixeira (Carlos) assina um artigo que funciona como uma espécie de contraponto ao de Vilarigues nesse mesmo número, abordando a passividade e o aventureirismo como dois termos de uma mesma inibição

⁹⁴⁹ Cf. *Autos de Perguntas a Artílio Batista* em 18, 21 e 24 de Junho e em 2 de Julho de 1960, in IAN/TT, Pide-DGS, *Processo 15-E/GT*, [37-62]

por parte de muitos militantes em relação ao trabalho de massas, mas é na realidade contra o aventureirismo que aquele dirigente comunista se concentra.

Efectivamente as tendências mais radicais que borbulhavam particularmente nos meios operários e nalguns ramos partidários, reclamando armas e acções violentas o que, segundo o PCP constituíam uma marca vinda da campanha eleitoral, apontavam o recente exemplo de Cuba que vinha pôr em evidência a possibilidade de um pequeno grupo armado, como eram os guerrilheiros de Fidel Castro, derrubar um ditador como Fulgencio Batista.

O que o artigo procurava demonstrar era que durante muitos anos as forças castristas viveram num impasse até que as correntes democráticas se uniram conferindo base de massas a esse movimento armado, possibilitando-se, devido a isso, a vitória. Para bom entendedor...

Importante, naquele momento era mesmo a campanha, essa sim política, para exigir a demissão de Salazar, etapa considerada fundamental para, em conexão com o movimento reivindicativo dos trabalhadores, criar condições e abrir caminho a uma grande jornada nacional que pode implicar a forma de greve geral, mas também de outras acções pacíficas pelo afastamento político do ditador ⁹⁵⁰.

Havia meses que a campanha estava na rua. O documento fundamental para recolha de assinaturas, de Abril de 1959, pedia “*em nome do interesse nacional e da pacificação da Família Portuguesa, a retirada da vida política de S. Exa. O Sr. Presidente do Conselho*” ⁹⁵¹

Circulava, em complemento, um outro documento, impresso, saído de uma reunião em Lisboa, em Março de 1959, subscrito por cem personalidades, juntamente com uma tarjeta e com pinturas nas paredes

A reunião do Comité Central de Julho confirma e reforça a campanha pela demissão de Salazar como politicamente central. A imagem que dá do seu desenvolvimento é, como habitualmente, galvanizadora. Ter-se-iam recolhido milhares de assinaturas, distribuído centenas de milhares de tarjetas, manifestos, comunicados, ao mesmo tempo que, por todo o lado, onde o novo Presidente da República se deslocar, a recepção era invariavelmente de indiferença ou de desprezo.

A Jornada Nacional Pacífica pela demissão de Salazar voltava assim ao centro das propostas políticas do PCP, amplamente explicada e fundamentada quer no quadro

⁹⁵⁰ Cf. Carlos [Fernando Blanqui Teixeira], *Passividade e aventureirismo*, in *O Militante*, III série, 101, Julho de 1959

⁹⁵¹ Cit. in *Campanha para a demissão de Salazar*, Abril de 1959, dact., 1 p., in IAN/TT, TCL, 1º JCL, *Processo 15684/59-B*, 12º vol., apenso a fls 814

da solução pacífica para o problema político português quer como corolário de uma vasta unidade anti-salazarista, repetindo exaustivamente a diversidade de formas de que se pode revestir e apelando aos “elementos honrados” da GNR, PSP e Legião Portuguesa a que se juntem ao protesto.

E se não há qualquer proposta de data, o comunicado avança que “*Existem todas as condições objectivas para organizar e desencadear tal jornada num prazo relativamente curto, mas para isso é necessário que todas as forças democráticas e anti-salazaristas iniciem imediatas negociações preparatórias com vista à acção*”⁹⁵²

Mas a reunião abordaria ainda, entre outros assuntos, a defesa do Partido, que reflectia a forte ofensiva repressiva que se vinha abatendo particularmente desde as eleições presidenciais⁹⁵³

Na realidade, entre Abril de 1958 e Julho de 1959, foram presos 21 quadros clandestinos do PCP, dos quais 5 membros efectivos e 4 suplentes do Comité Central. Só na região de Lisboa foram detidos em menos de um ano 14 funcionários e no Porto 5. Segundo os padrões do partido, 7 tinham tido mau porte na polícia, isto é prestaram ou confirmaram declarações⁹⁵⁴.

É com o Partido consideravelmente abalado com todas estas prisões e impotente na aplicação da linha política que chega à nova reunião do Comité Central, em Dezembro. Tinham nesses três meses de intervalo caído mais cinco funcionários, incluindo dois membros do CC. As comemorações do 5 de Outubro foram mais uma vez marcadas por forte pressão policial e as eleições para as Juntas de Freguesia a 18 de Outubro, mercê de um conjunto de limitações impostas pelo governo e de dificuldades naturais da oposição resultaram na incapacidade de apresentação de listas, tendo-se optado então por apelar à abstenção⁹⁵⁵.

Ainda assim o discurso para o exterior é o do apelo à unidade, da crítica aos que continuavam a resistir em aliarem-se ao PCP, da defesa de que as condições objectivas eram favoráveis ao campo anti-salazarista. Considera mesmo por alturas de Novembro que se iniciava um novo ascenso de lutas populares, porque, uma reunião de 500 democratas em Braga havia revelado uma outra predisposição para a unidade e para

⁹⁵² Comité Central do Partido Comunista Português, **A toda a Nação. A todos os portugueses e portuguesas anti-salazaristas. Preparemos uma grande jornada nacional pacífica pela demissão de Salazar e pela conquista das liberdades democráticas**, Julho de 1959, p. 4

⁹⁵³ Cf. **O Comité Central do Partido Comunista Português analisou as dificuldades que lhe foram criadas pela repressão e a situação política nacional...**, in *Avante!*, VI série, 279, Agosto de 1959

⁹⁵⁴ Cf. **Funcionários e outros quadros ilegais com tarefas de organização presos de 1958 a 1964**, IAN/TT, Pide-DGS, *Processo 290/GT*, [124-126]

⁹⁵⁵ Cf. **Salazar tira mais uma vez a máscara. Repressão e burla nas eleições para as Juntas de Freguesia**, in *Avante!*, VI série, 282, 2ª Quinzena de Outubro de 1959

traçar planos para o futuro, designadamente em torno da exigência de Amnistia, da comemoração do 31 de Janeiro e da preparação das eleições para deputados de 1961.

E também porque em vários pontos do país e em vários sectores continuavam a eclodir movimentos reivindicativos, que eram apreciados desta forma:

*“Podem estas lutas não ter ainda ultrapassado as suas formas mais simples e não ter atingido uma projecção verdadeiramente nacional. Assim mesmo, elas são como que irrupções duma ascendente disposição de luta, precursora de mais vastas e poderosas acções”*⁹⁵⁶

A reunião de Dezembro trabalha sobre um conjunto de conclusões a que a Comissão Política havia anteriormente chegado e que se baseavam na ideia de que continuavam a amadurecer e a serem favoráveis as condições nacionais e internacionais para o desenvolvimento da luta, o que tornava o regime instável, avolumando-se as possibilidades de mudança, pois permanecia a coincidência de interesses entre várias camadas sociais ao mesmo tempo que o descontentamento popular aumentava.

Mas a Comissão Política entendia ainda que a solução pacífica não estava a ser nem entendida nem agarrada pelas massas e reconhecia que se tivesse lançado um movimento para o dia seguinte ao das eleições o regime poderia ter sido derrubado.

De um modo geral as várias intervenções secundam a Comissão política, mas mesmo nesse contexto surgem vozes a dizer, por exemplo, que *“A maioria dos oper[ários] dizem q[ue] isto não vai por meios pacíficos. As massas não vão à luta ou não vêem uma saída. Temos ficado muito no plano económico para a classe operária e não vemos a sua acção no plano político”*⁹⁵⁷, acrescentando que há condições para lutas superiores, mas as massas estão a recuar, porque o partido está desorganizado e isolado, ideia que é seguida por outros elementos.

Porém, ao mesmo tempo que se defendem estas posições, continua a afirmar-se que a campanha pela demissão de Salazar deve estar no centro da acção partidária, procurando encontrar formas mais adequadas, como se concorda em concentrar forças nas próximas eleições, apontando claramente a possibilidade de derrubar o regime.

Sem muito de novo, mas evidenciando uma desorientação cada vez maior e um esgarçamento orgânico ao nível dos próprios órgãos executivos, a estratégia do PCP estava num profundo impasse, sem quaisquer perspectivas ou capacidades para inverter a situação.

⁹⁵⁶ **Importantes passos para a unificação das forças oposicionistas**, in *Avante!*, VI série, 284, 2ª Quinzena de Novembro de 1959

⁹⁵⁷ **CC. Sit. Política. XII/59**, mns, p. 4, in *Processo 92/62*, 3º vol., apenso a fls 191

A repressão ia, por sua vez, concentrando em Peniche um forte núcleo de dirigentes comunistas. À fortaleza iam chegando os presos políticos já julgados e condenados. Álvaro Cunhal depois de longos anos de isolamento na Penitenciária de Lisboa fora transferido para aí em Julho de 1956 e depois de 10 meses em Caxias por motivos de saúde, permanecia no forte desde Outubro de 1958. Francisco Miguel, estava lá também desde Agosto desse ano. Em consequência das prisões de 1958 entraram em Peniche em Janeiro do ano seguinte Joaquim Gomes, Jaime Serra e Pedro Soares, qualquer deles do Comité Central, e um pouco mais tarde, em Maio desse ano, Guilherme da Costa Carvalho.

A organização prisional funcionava oleadamente, com contactos regulares entre os detidos, apesar do agravamento das condições de vida e de disciplina prisional, e com o partido no exterior. A ideia de fuga estaria a ser preparada desde o início de 1959. As informações e os debates sobre a linha política e o estado do partido, com os respectivos condicionalismos e limitações impacientavam a maioria deste núcleo de dirigentes.

Álvaro Cunhal manifestava na prisão reservas sérias quanto à linha da solução pacífica, embora a separasse da política definida pelo XX Congresso, cujos contributos positivos via mais em função da coexistência pacífica. Francisco Miguel insurgia-se contra os apelos aos descontentes do regime, aos legionários honrados, mas seria censurado por Cunhal e outros, devido aos excessos verbais que colocava nessas apreciações ⁹⁵⁸.

A concretização da fuga permitiria não só recompor e refrescar a direcção partidária, já que no grupo dos evadidos vinham quadros jovens – Carlos Costa e Francisco Martins Rodrigues – que seriam rapidamente cooptados para o Comité Central, como lançar quase de imediato um processo de rectificação, identificando a política seguida nos últimos quatro a cinco anos como um desvio de direita em política e em organização.

⁹⁵⁸ Cf. **Entrevista com Francisco Martins Rodrigues**, Lisboa, 7 de Maio de 1997

Capítulo 6

Rumo ao “Rumo à vitória”

1. A correcção do “desvio de direita”

A importância da fuga protagonizada por Álvaro Cunhal e outros nove dirigentes e quadros foi devidamente salientada nas páginas do *Avante!* logo no segundo número de Janeiro de 1960. O artigo ao longo de praticamente toda a primeira página salientava a abrir:

“A fuga audaciosa da Fortaleza de Peniche de Álvaro Cunhal, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Francisco Miguel, Pedro Soares e Guilherme da Costa Carvalho, membro do Comité Central do Partido Comunista Português e dos destacados militantes do Partido Carlos Costa, Rogério Carvalho, Francisco Martins e José Carlos, despertou o mais vivo entusiasmo das massas populares do nosso país.

*De norte a sul de Portugal e de vários países estrangeiros chegam até ao «Avante!» numerosas saudações ...”*⁹⁵⁹

Só por si uma fuga da prisão política do regime constituía um enorme abalo, tanto mais que, anos antes, o velho forte de Peniche sofrera um conjunto de obras para reforço da sua segurança e o próprio sistema de vigilância e de vida prisional havia sido reformado⁹⁶⁰.

Mas acrescia a isto o facto de se encontrarem entre o grupo que se evadira para regressar à luta clandestina, além de Álvaro Cunhal, mais cinco membros do Comité Central, três outros que ascenderiam a esse órgão nos anos imediatamente posteriores e um que retomaria funções de direcção intermédia.

Salvaguardar o êxito da operação, evitando que qualquer deles fosse recapturado, consistia uma preocupação essencial, implicando o reforço das medidas de defesa, isto é, colocá-los de “quarentena”, rigorosamente encerrados em casas clandestinas, sem movimentações de rua e desligados do trabalho de organização.

⁹⁵⁹ O nosso povo saúda a libertação de Álvaro Cunhal e dos seus companheiros, in *Avante!*, VI série, 286, 2ª Quinzena de Janeiro de 1960

⁹⁶⁰ Cf. Fernando Miguel Bernardes, *Uma Fortaleza da Resistência*, Lisboa, Edições Avante!, 1991, pp 93-96

No entanto, o processo de rectificação do desvio de direita exigia que os principais dirigentes retomassem rapidamente essas tarefas. Por isso, enquanto Francisco Martins Rodrigues, por exemplo, vai ficar quase um ano fechado numa tipografia, a desenvolver as tarefas inerentes à instalação em que fora colocado ⁹⁶¹, já Guilherme Carvalho não perderá tempo a intervir no debate.

Escassos dias após a fuga, numa altura em que ainda desconhecia se iria participar ou não na reunião do Comité Central, Carvalho elabora um extenso relatório de mais de uma centena de páginas onde sistematiza, de forma muito fundamentada, com amplo recurso particularmente aos materiais editados durante o ano de 1959, mas recuando até à campanha de Humberto Delgado e ao seu rescaldo, um primeiro conjunto fundamental de críticas que são de natureza política, ideológica e organizativos⁹⁶².

Ele parte da constatação, que parece perturbá-lo particularmente, que o partido ao noticiar factos e acontecimentos protagonizados por militantes e dirigentes seus com frequência exagerava e mentia, transcrevendo inúmeros exemplos que, em sua opinião, “*não nos prestigiam, favorecem o inimigo, deseducam o nosso Partido*” ⁹⁶³.

Mas considera também existir um optimismo exagerado e infundado na apreciação da conjuntura, como se a situação política fosse de ofensiva, o que levava a exagerar na possibilidade da solução pacífica, no seu entendimento ao próprio arripio das conclusões do V congresso, tanto mais que era uma situação de refluxo que ferrava o movimento de massas.

Conclui que a orientação dominante no partido ao longo desse ano de 1959 foi “*cheia de ziguezagues*” ⁹⁶⁴, gerando desorientação nas fileiras partidárias, ao mesmo tempo que o estado da organização vinha definhando, perdendo militantes, sem que, por um lado, se olhasse para isso de frente e, por outro, se acusasse de pessimismo a quem questionasse tudo isso.

Era essa questão que se colocava frontalmente e em conexão com os problemas organizativos. Mais de trinta funcionários haviam sido presos no espaço de um ano e, inclusivamente, admitia-se a possibilidade de haver infiltração policial na base no

⁹⁶¹ Cf. **Entrevista com Francisco Martins Rodrigues**, Lisboa, 7 de Maio de 1997

⁹⁶² Cf. [Manuel] [Guilherme da Costa carvalho], **Contribuição de um à linha e actividade do Partido que é de todos os comunistas e que da contibuição de todos necessita**, Janeiro de 1960, dact./mns, 111 pp, TCL, 4º Juízo Criminal, **Processo 59/61 [44685]**, 4º vol., apenso a fls 290

⁹⁶³ Manuel [Guilherme da Costa Carvalho], **Contribuição de um à linha e actividade do Partido que é de todos os comunistas e que da contribuição de todos necessita**, Janeiro de 1960, dact. e mns, p. 2, Tribunal Criminal de Lisboa, 4º Juízo Criminal, **Processo 59/61 [44685]**, 4º vol., apenso a fls 290

⁹⁶⁴ **Idem**, p. 12

partido. Por outro lado, constatava haver um acentuado relaxamento das normas conspirativas mais elementares.

Na opinião de Guilherme Carvalho a situação organizativa era *“actualmente a pior desde a Reorganização de 1940-41 para cá, e não a temos colocado perante nós c/ franqueza”* ⁹⁶⁵.

Era, por isso, de opinião que se tornava necessário recuar em nome da defesa da organização, repondo o centralismo democrático, que estaria a ser desvirtuado e que significaria combinar a mais firme centralização com a democracia interna, necessariamente limitada, mas possível, de modo a criar condições para que todo o partido pudesse reforçar-se e consolidar-se e, no mais curto prazo de tempo, retomar a ofensiva.

Para Carvalho tornava-se indispensável que o Comité Central reconhecesse e assumisse colectivamente que *“a n/ capacidade de previsão é muito pequena, e, o q. é ainda pior: só nos convencemos q. não estamos a acertar por um processo de esgotamento, qdo estamos reduzidos a posições insustentáveis, depois de errarmos uma e outra vez. Então, apressada/ procuramos voltar a página, tentamos q. não se reabra a discussão, ofendemo-nos c/ o aprofundamento das situações, consideramos q. não se pode tocar no que o CC anterior/ estabeleceu, vemos na simples alusão a erros políticos questões pessoais”* ⁹⁶⁶.

Mas era globalmente a um novo e forte desvio de direita que se reportava, que ressurgia, depois de ter sido vencido pela última vez no quadro da preparação do congresso, em 1957.

Esse desvio correspondia à deformação de um conjunto de pressupostos de natureza táctica – subestimação da unidade da classe operária, utilização dos Sindicatos Nacionais numa perspectiva reformista e de colaboração de classes, seguidismo em relação aos sectores não comunistas da oposição, solução pacífica para o derrube do regime, cedência às concepções putschistas, desvalorização do próprio carácter fascista do regime.

Para rectificar a situação propõe ao Comité Central medidas para a elevação do nível político e ideológico dos militantes: edição de textos de Mao Tse Tung, do Manifesto Comunista de Marx e Engels, de documentos históricos do partido, de orientações sobre a unidade da classe operária; mas também de formas práticas de

⁹⁶⁵ *Idem*, p. 33

⁹⁶⁶ *Idem*, p. 96

organização relacionadas com o boletim *O Militante* ou com a circulação daqueles materiais de apoio ao estudo e ao debate.

Os contributos de Guilherme da Costa Carvalho reflectiam o ímpeto profundamente crítico que animava os quadros que haviam fugido de Peniche, mas o partido dispunha de uma direcção, legitimada aliás por um congresso relativamente recente, que se sustentava na interpretação da linha política aí aprovada.

Por isso, de todos aqueles elementos, Álvaro Cunhal era o que mais autoridade recolhia e que maior capacidade dispunha para empreender esse processo de rectificação, ainda que no momento da fuga não fosse membro do Comité Central, para o qual não havia sido eleito no V Congresso por se encontrar preso. Desde logo reintegrado, inicia, evidentemente, o processo de rectificação, tendo sido, por isso mesmo, dos que menos tempo esteve na “quarentena” conspirativa.

As primeiras reuniões teriam sido longas e as reservas levantadas por Cunhal à orientação partidária nem sempre aceites pelos membros dessa direcção em funções, que discordava das suas críticas e observações, insistindo que a linha aplicada e o estado do partido eram normais, que havia exagero nos seus pontos de vista e que muitas das ideias e perspectivas veiculadas reflectiam os anos de prisão e estavam desajustadas em relação à nova situação existente.

Contudo, esta reacção depressa se foi dissipando, ao mesmo tempo que se deslocavam as posições da maioria dos dirigentes ⁹⁶⁷. O Comité Central vai reunir pela primeira vez, com carácter extraordinário, em Fevereiro de 1960, reunião que marca o arranque formal do processo que ficaria oficialmente designado de “*correção do desvio de direita*”.

Muitas das linhas da intervenção crítica de Guilherme Carvalho seriam incorporadas por Cunhal, reflectindo pelo menos uma considerável coincidência de pontos de vista já desenhada na prisão.

Dos que haviam fugido de Peniche participam na reunião pelo menos Joaquim Gomes, Guilherme da Costa Carvalho e Álvaro Cunhal, que entregara previamente o documento “*Algumas teses sobre a situação política*”.

A distribuição do documento pelos membros daquele órgão de direcção partidária teria levantado dúvidas sobre a intenção do Secretariado em funções o querer levar à discussão. Guilherme Carvalho, por exemplo, não sabe bem, num primeiro momento, a quem enviar algumas observações críticas ao documento, optando por se

⁹⁶⁷ Cf. Alexandre Castanheira, *Outrar-se ou a longa invenção de mim*, Porto, Campo das Letras, 2003, Porto, p. 162

dirigir directamente a Cunhal, pois , como diz, “*não sei a q. organismo dirigi-las, uma vez q. estas teses não nos foram “oficial/” entregues, mas apenas dadas e o CC nada estabeleceu sobre o modo de tratá-las*”⁹⁶⁸.

Aparentemente, tanto bastará para que a situação seja resolvida. O Comité Central assume formalmente que o documento está em discussão. Mas é de uma inflexão que se trata, o que provavelmente se relacionará com a forma ainda reticente como as posições de Cunhal iam sendo recebidas pela direcção do partido.

Costa Carvalho não tinha dúvidas sobre a sua importância. Para si, as teses constituíam um todo inseparável, “*formam uma só, q. enferma apenas de uma característica própria e essencial: ser uma antítese. E ter bem consciência disto, parece-me fundamental*”⁹⁶⁹

Efectivamente, as oito teses em três páginas dactilografadas serviam para Álvaro Cunhal recolocar a análise política de conjuntura em corte com a interpretação dominante. Quase dois anos depois, o regime estava recomposto do abalo telúrico que foi a campanha de Humberto Delgado e passara à contra-ofensiva. Era dessa situação que se tornava necessário partir, o que até aí o Comité Central ainda não admitira.

Apesar da situação objectiva nacional e internacional ser entendida como favorável às lutas operárias, populares e democráticas, o quadro do movimento social e político era considerado em refluxo. Criticava-se, por isso, que o partido sustentasse que a decomposição e desagregação do regime era irreversível e que era possível manter o movimento na ofensiva, em intensidade progressiva e em todas as frentes.

Nada disso se verificava. Muitas iniciativas e campanhas tiveram de ser suspensas ou não conseguiram sequer descolar, o que abriu por um lado campo à disseminação de ideias radicais como caminho para contornar essa situação – cresceram as ideias putschistas e manteve-se o desejo de recurso a acções armadas – e, por outro, facilitara-se a contra-ofensiva do regime.

O que importava era reconhecer abertamente o quadro de refluxo que se vivia sem ignorar as potencialidades que a situação objectiva encerrava. Essa era a base a partir da qual se poderia “*dentro dum prazo relativamente curto, voltar abertamente a uma posição geral de ofensiva*”⁹⁷⁰.

⁹⁶⁸ Querido camarada D., 28 de Fevereiro de 1960, mns, p. 1, in TCL, 4º JCL, *Processo 59/61 [44685]*, 18º vol., apenso a fls 1515

⁹⁶⁹ *Idem*, p. 5

⁹⁷⁰ *Algumas teses sobre a situação Política* (Para apreciação do CC), Fevereiro de 1960, dact., p 2, IAN/TT, TCL, 2º Juízo Criminal, Processo 90/62, 15º vol, apensamos a fls 879

Do ponto de vista da unidade democrática, o documento reafirmava a velha ideia expressa nos III e IV Congressos que o seu pilar fundamental tinha inequivocamente de ser a unidade da classe operária, construída a partir das suas lutas concretas, económicas e políticas, tornando-se necessário combater as concepções que objectiva ou subjectivamente o subestimassem em favor de uma pretensa unidade entre personalidades e dirigentes dos agrupamentos oposicionistas.

Para isso o partido tinha de se fortalecer – alargar-se substancialmente, estruturar-se organicamente, vivificar a sua actividade do topo à base.

Sobre os problemas organizativos, Pedro Soares, que sabe não ir participar na reunião do Comité Central, tanto mais porque durante a fuga de Peniche caíra e partira a rótula, redige dois documentos, um sobre questões de defesa e outro sobre o trabalho de direcção.

Pedro Soares era um dos mais importantes apoiantes de Fogaça na direcção do partido, com quem havia, anos antes, subscrito uma proposta de aceleração das alterações de linha política ⁹⁷¹ iluminada pelo XX Congresso do PCUS e pelas conversações com o PC de Espanha, que viriam a ser consagradas no V Congresso.

Estes seus escritos parecem revelar percepções desconstruídas sobre o conjunto de problemas que passavam a estar debaixo da crítica do núcleo duro do grupo que se evadira de Peniche e que acompanhara.

Enquanto no documento sobre defesa do partido reitera preocupações e justificações que estariam já em discussão, mas que os debates em Peniche teriam aprofundado e retocado, particularmente no que diz respeito ao frenesim dos funcionários que os vinha expondo à vigilância policial com excessivas movimentações e encontros de rua ⁹⁷², já no que se refere aos métodos de direcção a dessintonia com o grupo de Cunhal é mais evidente.

Aí se continuam a defender pelo menos três ideias totalmente incompatíveis com as concepções “rectificadoras”. Em primeiro lugar, a ideia de que desde os últimos anos cinquenta que se vinham notando melhorias significativas no trabalho de direcção, quando o entendimento dos que vinham de Peniche era de que esses anos tinham sido profundamente negativos e desagregadores da coesão da direcção do partido.

Depois, porque Soares considera que o trabalho de direcção foi excessivamente centralizado e que reflectia, de resto, o culto da personalidade que se havia instalado,

⁹⁷¹ **Propostas de R. e Mo. ao CC**, Abril de 1956, dact., p. 1, in IAN/TT, TCL, 2º JCL, **Processo 90/62**, 15º vol., apenso a fls 813

⁹⁷² Cf. Mo[Reno] [Pedro Soares], **Algumas considerações sobre a defesa do Partido**, Fevereiro de 1960, dact., 6 pp, IAN/TT, Pide-DGS, **P. 89-GT**, [246-251]

quando Cunhal percebia bem que era ele próprio com os métodos de trabalho que implantara no partido nos anos quarenta o visado nessa história.

Finalmente, e em consequência, Pedro Soares insiste longamente nas virtualidades da descentralização que deveria ser eficazmente implementada do topo à base, o que não estaria a suceder. Aliás, surpreendentemente, ele próprio está convicto que esse é o sentido por onde o partido se vai encaminhar, afirmando:

*“A descentralização que se operará (...), a redução dos perigos que ela comporta, pela redução de encontros individuais para que se resolvam problemas correntes, o vigor político que trará ao trabalho de direcção central criarão formas novas de trabalho que irão influir, de modo patente, na actividade geral do Partido”*⁹⁷³.

Mas, para Cunhal e os seus apoiantes esse era o principal sinal de funcionamento anti-leninista, que os levava aliás a caracterizar como anarco-liberal o desvio que viam no partido.

Em contrapartida, há um outro documento, da autoria de Joaquim Gomes, também de Fevereiro de 1960, que se debruça especificamente sobre estas questões e que se articula de modo bem mais coerente com as teses apresentadas por Álvaro Cunhal ao CC.

Não deixa de ser interessante sublinhar a coincidência temporal destes dois contributos, para mais tratando um apenas de questões políticas e o outro de aspectos organizativos, vindos precisamente de dois dos dirigentes mais importantes que chegavam de novo à direcção partidária.

Joaquim Gomes não hesita em considerar que os métodos de trabalho seguidos pelo partido *“não estão de acordo com os princípios leninistas de actuação”*⁹⁷⁴. Individualismo, liberalismo na exposição pública, quebras frequentes de disciplina, estilo frenético a compensar desorganização e a substituir-se aos militantes e aos organismos inferiores, autoritarismo e insensibilidade no controlo de execução são alguns dos aspectos desfiados.

Este estilo de trabalho negativo, que estava a afectar o partido, relacionar-se-ia com a defesa da autonomia dos organismos, inscrita aliás nos próprios Estatutos aprovados pelo Congresso de 1957. Era aí que radicava o ambiente dissolvente que conduzia não só ao desrespeito pelas decisões do CC, como constituía uma tendência

⁹⁷³ Mo[reno] [Pedro Soares], *Sobre o trabalho de Direcção*, Fevereiro de 1960, dact., p. 5, *idem*, [256]

⁹⁷⁴ Ferreira [Joaquim Gomes], *Algumas considerações sobre métodos de trabalho*, p. 1, IAN/TT, Pide-DGS, *P. 56/GT*, [77]

contrária aos princípios do centralismo democrático, absolutamente nociva em relação à unidade e à coesão do partido.

No fundo, estes dois documentos, cada um a seu modo, balizam objectivamente o terreno por onde se irá desenvolver a crítica ao “*desvio de direita*”. Joaquim Gomes delimita as regras desse processo, insinuando mesmo a oposição entre os que estavam em liberdade e os que fugiram da prisão:

*“em relação a falhas que bolem com os princípios leninistas temos que ser cada vez mais intransigentes, sem deixar de ser fraternos. Devemos também ter em conta as características e maneira de ser de cada camarada e encontrar a forma de dar a cada um, uma ajuda mais adequada, ao contrário do que por vezes temos feito, que até parece que andamos em busca das faltas alheias para as mimosearmos com críticas nada construtivas. Esta política de pedra na algibeira tem de ser completamente banida”*⁹⁷⁵

Teria sido nessa primeira reunião a realizar-se depois da fuga de Peniche que pelo menos Cunhal e Joaquim Gomes passaram a integrar a Comissão Política e o Secretariado, recolocando-se em posição muito mais adequada para poder conduzir o processo de forma directa e a partir dos órgãos executivos do Comité Central.

Esses órgãos foram ainda incumbidos de proceder à elaboração dos relatórios que passassem em revista a situação do partido para serem presentes ao Comité Central e aí aprovados. Assim, o Secretariado é encarregado de analisar as circunstâncias em que se abateu a bâtega repressiva de 1958-59, assim como o comportamento dos dirigentes e quadros⁹⁷⁶. Por sua vez à Comissão Política é remetida a avaliação dos métodos de trabalho de direcção aplicados desde a “reorganização” de 1940-41⁹⁷⁷.

É, portanto, pela reintegração dos dirigentes presos e a partir dos órgãos executivos, mas sem quaisquer outras alterações na composição do Comité Central, que a correcção do “desvio de direita” vai estar no centro da actividade partidária durante mais de um ano.

Nessa reunião de Fevereiro de 1960 é aprovado o inquérito aos dirigentes e funcionários “*sobre a defesa do partido e a luta contra a traição*”, destinado a averiguar

⁹⁷⁵ *Idem*, p. 7, [83]

⁹⁷⁶ Cf **Resolução do Comité Central. Sobre a defesa do Partido e a luta contra a traição**, in *O Militante*, III série, 104, Maio de 1960

⁹⁷⁷ Cf. H.[enrique] ?[Joaquim Pires Jorge] ?, Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, **A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção**, dact., VIII 1960, s.n. [1]

do comportamento e das circunstâncias em que sete quadros do partido, entre os quais um efectivo e outro suplente do CC, haviam prestado declarações quando presos.

A cada um deles deveria corresponder um inquérito, pelo que o Secretariado exigia a entrega de sete inquéritos respondidos a todos os funcionários e dirigentes. Trata-se de um inquérito cerrado, estruturado em doze questões, que passavam por levantar todas as ligações partidárias aos indivíduos em questão, recolher opiniões e até episódios do relacionamento mantido com eles ou aferir dos argumentos e critérios para a sua funcionalização e, quando caso disso, de subida ao Comité Central ⁹⁷⁸.

O inquérito tinha naturalmente em vista averiguar da extensão e composição de possíveis veios provocatórios no interior do partido, mas também parecia perceber-se que, a existir, exigia ser evidentemente desmantelado, mas não constituía o cerne do problema, pois a rigorosa compartimentação tinha evitado que as prisões afectassem horizontalmente a direcção do PCP, antes parecendo resultar de um feixe de erros conspirativos, de um estilo de trabalho deficiente, anti-leninista, em matéria de organização.

São ainda aprovadas várias resoluções sobre trabalho de direcção que estabeleciam as normas de funcionamento do Comité Central, as competências e relações a estabelecer pelos respectivos órgãos executivos ou as normas procedimentais para efeitos de afastamento de um seu membro efectivo ou suplente.

O Comité Central encarrega igualmente a Comissão Política de proceder a um estudo sobre o que se entende e como poderá ser feita a descentralização do trabalho de direcção, assim como de elaborar um estudo sobre o putsch militar ⁹⁷⁹.

Eram pois estas concepções organizativas, como as de natureza política prevalentes no partido, que mereciam o combate do grupo de Álvaro Cunhal vindo de Peniche. A personalização destas tendências caía praticamente por inteiro em Júlio Fogaça, a quem era assacado o grosso das responsabilidades.

Para continuar a discussão destes problemas, o Comité Central decidira aliás a realização de várias reuniões entre quadros do CC, membros ou não da Comissão Política, em que, pelo menos nalgumas delas, Fogaça, ainda membro deste organismo executivo, também participa.

Quando confrontado com esse plano de reuniões determinado pela reunião do CC, reage no entanto ao facto do mesmo ter sido elaborado pelo Secretariado, sem que a

⁹⁷⁸ Cf. **Resolução do Comité Central. Sobre a defesa do Partido e a luta contra a traição**, dact., 2 pp, IAN/TT, TCL, 3º JC, *Processo 16557/61*, 3º vol., apenso a fls 207

⁹⁷⁹ Cf. **Resoluções do CC sobre Trabalho de Direcção**, s.d., dact., 4 pp, IAN/TT, Pide-DGS, *PC 213/61*, [56-59]

Comissão Política fosse chamada a isso ou sequer ouvida, reagindo mesmo ao elemento do Secretariado que o contacta, afirmando que “*Era assim que Staline reunia o Bureau Político*”⁹⁸⁰.

Porém, nessas reuniões Fogaça acata o essencial das críticas de natureza política que lhe são feitas, designadamente quanto à subestimação do papel da classe operária ou à unidade com as forças democráticas e assume-se como o principal responsável pelas deficiências assinaladas nos documentos que redigiu em nome do Comité Central, embora se vá escudando no ambiente de trabalho existente, que diz ser tumultuário e em que tudo era apressadamente debatido.

Admite que, em virtude desse ambiente de trabalho, possa ter assimilado de forma defeituosa e dogmática alguns aspectos de orientação da política partidária. No entanto, sempre vai acrescentando “*que não tinha discordâncias com o Comité Central sobre os problemas em discussão*”⁹⁸¹ e que estava convencido que o essencial dos documentos que elaborou correspondiam às ideias do CC. Um exemplo disso seria justamente a solução pacífica, que sempre fora superficialmente discutido, mesmo no V Congresso, não estando o assunto ainda claro na própria direcção.

Admite o desvio de que é acusado, todavia entende que a raiz está no XX Congresso do PC da União Soviética, o que na prática correspondia a afirmar que as suas opiniões, precisamente as que ali eram criticadas, estavam legitimadas pelo mais recente congresso dos comunistas russos.

Pires Jorge e os outros dirigentes escolhidos para participar nesta reunião concluíram que Fogaça reconhecia um conjunto de erros e desvios que lhe eram atribuídos, mas que continuava a manter as mesmas concepções, a subestimar o trabalho colectivo e a ajuda que o Comité Central lhe estava a prestar. Defendiam, em consequência que se tornava necessário aprofundar esta discussão não só com ele, mas na Comissão Política e no CC.

Porém, nesta reunião, em que participou uma boa parte dos membros do Comité Central, Octávio Pato (Frazão) revela que o funcionamento do órgão dirigente era deficiente e que em todo aquele período há responsabilidades que são colectivas, mas também individuais. Confessa ter tido dúvidas quanto a Fogaça ter redigido o informe político ao V Congresso, mas acabou por concordar. Acha que ele se sobrestima a si

⁹⁸⁰ Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, *A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção*, Agosto de 1960, dact., p. 23

⁹⁸¹ Cf. *Sobre a realização da reunião com o camarada Y*, mns, p. 2v, in TCL, 4º Juízo Criminal, *Processo 134/62, (44695)*, 2º vol., apenso a fls 197

próprio e às suas capacidades, mas as suas ideias são muito simplistas e foi muito influenciado pelos espanhóis.

António Dias Lourenço (João), Sérgio Vilarigues (Amílcar) e Jaime Serra (Freitas) corroboram a necessidade de distinguir responsabilidades colectivas das individuais, sublinhando também a falta de modéstia e a agressividade de Fogaça.

Serra acentua os efeitos destas características ao afirmar que “*R^o [Fogaça] é obstinado e influi no S[ecretaria]do e nos outros organismos*”⁹⁸² ou no tratamento de alguns problemas de quadros, como teria acontecido com as expulsões de Gilberto de Oliveira e João Rodrigues.

Deste ponto de vista, Dias Lourenço dirá mesmo que, no caso da solução pacífica, como outras agora criticadas, o assunto está na Declaração Conjunta com o PC de Espanha, mas foi Fogaça que as trouxe ao partido e, filtradas pelas suas ideias oportunistas, as impôs, por sobreposição às que o secretariado manifestara.

Neste contexto, a coberto da delimitação entre responsabilidades individuais e colectivas, a maioria dos membros que haviam participado com Fogaça nos órgãos executivos vai-se demarcando dessas posições, que, vão dizendo, eram, para mais, arrogantes, obstinadas...

É certo que no longo debate preparatório do V Congresso houve opiniões críticas que se levantaram em relação a Fogaça, como a de Guilherme da Costa Carvalho, mas sobre quem também não recaíam propriamente muitas simpatias pessoais. Pato salienta o seu carácter quezilento e as dificuldades que tem em trabalhar com ele. Alexandre Castanheira (Fontes) diz que Costa Carvalho quer ser o quadro perfeito por isso critica muito, mas escreve pouco com medo de errar.

Havia, no entanto, quem encarasse esta questão concreta de outro modo. Américo Gonçalves de Sousa (Abel) sustenta que era preciso não esquecer as responsabilidades de Fogaça na expulsão de quadros, mas isso não podia diminuir as responsabilidades colectivas, pois no caso de João Rodrigues o informe que enquadra e suporta a decisão de expulsão até foi escrito por Octávio Pato. Cândida Ventura (André), vai igualmente nesse sentido ao dizer que “*Estamos a cair na resp[onsabilida]de individual, [mas] as responsabilidades são colectivas, do CC*”⁹⁸³.

Estão vivos muitos dos ressentimentos gerados nos anos anteriores. Cândida refere-o, acha mesmo que muitas das questões não estão completamente resolvidas,

⁹⁸² [sem título], mns, p. 2, *Idem*, apenso a fls 200

⁹⁸³ *Idem*, p. 6...

numa alusão ao seu próprio processo de envolvimento na chamada “fracção do Norte” em que foi sancionada com baixa de escalão, processo em que Fogaça desempenhou um papel decisivo. Mas também entende que os ressentimentos não devem ser determinantes na análise dos problemas e na definição das responsabilidades.

Mas nem todos se colocam abertamente contra Fogaça. Manuel Luís da Silva Júnior (Ivo), então já com mais de dez anos consecutivos de trabalho ligado às tipografias clandestinas, onde manteve uma ligação muito directa a Fogaça e com quem recorda ter passado período muito duros da actividade partidária, afirma ter a ideia que havia perseguição, má vontade contra aquele dirigente, recordando que ele parecia ressentir-se disso. Por isso conclui que não se deve perder de vista que as responsabilidades são sobretudo colectivas.

Numa outra reunião, com cerca de uma dezena de participantes, que não coincidem completamente com os da anterior, o teor das intervenções circunscreve-se de modo mais sistemático à volta do estilo de trabalho de direcção.

A tendência para descarregar em Fogaça os males do partido mantém-se, considerando-o fraco do ponto de vista ideológico, permeável às ideias nocivas de que estaria inquinado, mas de tal modo obstinado e arrogante que não dava margem para o estudo e discussão das perspectivas que sustentava.

Porém, Fogaça já não está presente. A atitude é justificada na reunião em nome dos métodos conspirativos e de defesa, porque “*Temos que estar alerta e ser cuidadosos (...) devemos estar sempre atentos porque o CC nunca pode reunir todo*”⁹⁸⁴.

A responsabilização de todo o Comité Central pelos problemas e pela situação em discussão está muito diluída. São muitos os que enunciam ou repetem aspectos negativos do funcionamento orgânico, que desancam em Fogaça, mas poucos os que vão dizendo, como Alexandre Castanheira agora, que “*Também ao CC cabe a resp[onsabilida]de do desvio de direita*”⁹⁸⁵.

Sérgio Vilarigues também refere, embora indirectamente, o âmbito colectivo dessas responsabilidades. Reportando-se à correspondência trocada com os dirigentes presos, cujas opiniões e recomendações não teriam sido consideradas, diz que “*da prisão vinham documentos e ajuda. Há documentos de anos em q. os camaradas diziam que nos alertam e nós não soubemos ir p^a a frente – apresentá-los*”⁹⁸⁶, onde não é difícil perceber uma alusão a Cunhal.

⁹⁸⁴ [sem título], s.d., mns, p. 18, TCL, 4º Juízo Criminal, *Processo 134/62*, 2º vol. Apenso a fls 201

⁹⁸⁵ *Idem*, p. 11

⁹⁸⁶ *Idem*, p. 17

No entanto, a própria estratégia de esvaziamento da base de apoio a Fogaça, do seu isolamento e de mobilização dos quadros para a rectificação dos erros, que Álvaro Cunhal empreende, acabavam objectivamente por ajudar à diluição das responsabilidades colectivas e de outras responsabilidades individuais.

Guilherme da Costa Carvalho, particularmente acerado e frontal nas críticas que dirige a Fogaça, é olhado com pouca simpatia por muitos dos restantes membros do Comité Central e não sendo escolhido para participar nalgumas dessas reuniões, são poucos os que dizem estar a ser errado não o ouvir.

No documento que redige logo em Janeiro de 1960 manifesta-se melindrado com o comportamento da direcção do partido em relação a si. Por mais duma ocasião, seja no *Avante!* seja principalmente no relatório da Comissão Política apresentado no ano anterior à Conferência dos 17 Partidos Comunistas da Europa capitalista, o seu nome é omitido da lista de dirigentes do PCP sob prisão, o que o leva a perguntar “*porque foi o único membro efectivo do n/ CC q. a CP excluiu ?*” para acrescentar “*Será uma indignidade ter-se sempre preocupado falar claro e servir somente o P. mesmo nas situações mais difíceis e mais dolorosas ?*”⁹⁸⁷.

Já antes, em Março-Abril de 1957 e na apreciação da situação política no início de 1959, criticara de forma veemente e intempestiva o desvio de direita. Mas Carvalho tinha contra si um carácter temperamental e irascível que frequentemente gerava animosidades. É, já assinalámos, olhado de soslaio pelos seus companheiros, acusado de presunção. Como ele próprio refere nos órgãos executivos do Comité Central considerava-se que as suas opiniões “*eram verdadeiras pedradas sobre a mesa de trabalho do Secretariado’ e q. (...) não passava de um coca-bichinhos como chegou a ser dito em Rs. do CC, até ao seu ‘falar cinzento’...*”⁹⁸⁸.

Provavelmente por isso, Cunhal apesar de ver nele um aliado objectivo em matéria política, não tenha feito dele a ponta de lança que poderia ter sido em todo este processo.

Teria antes preferido atrair a maioria do Comité Central às suas posições, pelo reconhecimento de como estariam errados, em vez de lidar com brusquidão ou severidade excessiva, pelo que nem um único dos principais dirigentes anteriores à fuga tenha sido afastado ou tenha baixado de escalão pelos motivos que estavam em debate.

⁹⁸⁷ Manuel, *Contribuição de um...*, p. 105

⁹⁸⁸ *Idem*, p. 106

Para estes dirigentes é como que se tivessem libertado de uma posição de subalternidade em relação a Fogaça. Mas, na realidade, as propostas da solução pacífica, como a subestimação da classe operária, vingaram plenamente, e durante anos, no partido.

Dias Lourenço foi inclusivamente o autor de um dos mais importantes artigos em *O Militante* ⁹⁸⁹, a defender precisamente a solução pacífica., justificando ter sido incumbido dessa tarefa, com a qual nem concordaria ⁹⁹⁰, numa expressão de aceitação de uma disciplina interna que afinal assentaria em muito pouco de discussão colectiva, como aliás genericamente todos reconhecem.

Uma das conclusões dessas reuniões, em relação à qual vários elementos se pronunciam refere-se ao reconhecimento de que o nível político e ideológico dos membros do CC era baixo. As limitações políticas mais arreigadas residiam não em glosar ou desdobrar para sectores específicos a orientação partidária estabelecida, mas sim em receber e digerir as alterações e inflexões abertas por novos quadros conjunturais.

Naturalmente que o funcionamento clandestino condicionava esta situação. Eram muito escassos os dirigentes que produziam doutrina e faziam-no como que por cima do Comité Central que, mais que discuti-la, a aceitava. Provavelmente muito por isso, dirigentes que secundaram Fogaça passassem tão rapidamente a apoiar o movimento de rectificação iniciado.

Na realidade, a maioria membros do Comité Central em exercício haviam estado com Álvaro Cunhal na crítica à Política de Transição quinze anos antes; haviam sido chamados nessa fase ao CC ou eram quadros clandestinos que vinham desses tempos. Velhas cumplicidades e fidelidades reemergiam, facilitando a reorientação em curso ao mesmo tempo que se cruzavam com ressentimentos de diferente intensidade.

Júlio Fogaça seria rapidamente isolado e vencido, todavia mantido no Comité Central. No fundo, reeditava-se a metodologia de condução e a forma de desenlace prático do processo de debate interno que Álvaro Cunhal conduzira em torno da Política de Transição, no final da guerra. Tratava-se de sistematizar as posições em confronto, dar-lhes enquadramento político, algum conteúdo ideológico e partir daí para as rebater, esvaziando as bolsas de apoio, isolando os que, por obstinação ou convicção, se

⁹⁸⁹ Cf. João [António Dias Lourenço], *Acerca da possibilidade de uma solução pacífica*, in *O Militante*, III série, Outubro de 1958

⁹⁹⁰ Cf. *Entrevista a Francisco Martins Rodrigues...*

mantinham mais irredutíveis, afastando-os de posições executivas centrais, mas mantendo-os em postos de direcção.

Seriam as circunstâncias da prisão de Fogaça a ditar a sua morte política no PCP. Quando preso numa rua da Nazaré a 28 de Agosto de 1960, a Pide sabia bem que estava a prender um membro do Comité Central que julgava continuar a fazer parte da sua Comissão Política e Secretariado ⁹⁹¹.

Na altura com 53 anos, encontrava-se acompanhado de um jovem operário com quem materia relações homossexuais, cujas declarações pormenorizadas vão permitir à polícia sujeitar o dirigente comunista a um humilhante processo em que as questões políticas se entrelaçam com questões morais, “de costumes”, tornando o seu processo judicial uma peça abjecta.

O *Avante!* noticia a sua prisão como membro do Comité Central, sublinhando tratar-se de um dos mais antigos militantes em actividade, com 28 anos de vida partidária, dez dos quais preso, manifestando preocupação por desconhecer o seu paradeiro às mãos da polícia ⁹⁹².

Só muitos meses depois, em Julho de 1961 é que *O Militante* publica uma pequena nota em três linhas, segundo a qual o Comité Central do PCP delibera a sua suspensão do partido até esclarecimento e resolução ulterior de “*aspectos da conduta*” graves, embora salvaguardando que o seu comportamento perante a polícia seguiu rigorosamente os cânones estabelecidos, recusando-se a prestar quaisquer declarações⁹⁹³.

A notícia da sua expulsão parece nunca ter sido publicamente divulgada, porém uma deliberação de Novembro desse ano determina “*comunicar a todo o Partido que por actos imorais, por graves faltas conspirativas que punham em perigo a segurança da Direcção do Partido e por gastos indevidos de dinheiro, o Comité Central decidiu, por unanimidade, expulsar Júlio Fogaça das fileiras do Partido*” ⁹⁹⁴

A partir daí passaram a correr no PCP versões nem sempre completamente coincidentes sobre as circunstâncias da sua prisão, embora acentuando invariavelmente o pretenso facto de que teria sido em flagrante relação homossexual, ora na praia ora numa pensão.

⁹⁹¹ Cf. **Ofício da Pide**, de 28 de Agosto de 1960, TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo 36/61*, fls 1

⁹⁹² Cf. **Desconhece-se o paradeiro de Francisco Miguel, Júlio Fogaça e Cândida Ventura**, in *Avante!*, VI série, 293, Setembro de 1960

⁹⁹³ Cf. **Resolução do Comité Central**, in *O Militante*, III série, 111, Julho de 1961

⁹⁹⁴ [sem título], in TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo 92/62*, 16º vol., apenso a fls 833

Certamente por isso, quando da sala 7 do forte de Caxias, se prepara ao longo do ano de 1961 a fuga no carro blindado de Salazar, que virá a ocorrer em Dezembro, Fogaça é um dos que não tem lugar na viatura ⁹⁹⁵.

Júlio Fogaça era um dos principais dirigentes em actividade no interior do país e um dirigente experimentado nas duras regras da clandestinidade. Saberia bem dos riscos de quebra dessas regras, por isso o que surpreende não é a sua orientação sexual, mas, segundo a versão tornada oficial, decorrente até do próprio processo, é que mantivesse um relacionamento dessa natureza com um indivíduo exterior ao partido.

Efectivamente, o jovem que é preso com Fogaça nega a sua condição de militante, insinuando ter sido apenas aliciado politicamente, isto é, ser um vago e remoto simpatizante. Porém, o dirigente comunista numa carta que lhe envia em Junho invoca uma amizade de anos e aconselha-o a manter uma relação afectiva com uma mulher ⁹⁹⁶, embora circunstanciadamente, mas apenas pelo facto de questionar da sua seriedade.

O tom da carta é interessante pelo cariz acentuadamente paternalista e franco. Aliás na contestação à acusação do Ministério Público, Fogaça nega com veemência a acusação de homossexualidade como “*rematada e acintosa falsidade*”. Todavia, os rumores referentes a essa condição vinham de muito antes, do período tarrafalista ⁹⁹⁷, mas tratar-se-ia evidentemente de assunto completamente reservado da vida prisional sujeita a longos anos de isolamento, que ninguém tem admitido ⁹⁹⁸, facto que a ser real só muito improvavelmente é que seria desconhecido quer dos antigos presos tarrafalistas quer do núcleo dirigente do PCP.

Também em relação aos que se manifestavam de forma mais crítica em relação a Júlio Fogaça a repressão é implacável. Cândida Ventura é presa no início de Agosto de 1960 e Costa Carvalho em Novembro. Este voltará a fugir, cerca de um ano depois, agora de Caxias, no grupo do carro blindado de Salazar, mas numa altura em que já está praticamente encerrado o processo de correcção ao “desvio de direita” e em que este evidencia sinais de perturbação psicológica.

⁹⁹⁵ Cf. José Magro, **Cartas da prisão**, Lisboa, Edições Avante!, 1975, p. 80

⁹⁹⁶ **Carta de Fernando** [Júlio Fogaça] **a Américo**, 6 de Junho de 1960, TCL, 2º Juízo Criminal, **Processo 36/61**, 4º vol., apenso a fls 249

⁹⁹⁷ Cf. **Informação “Santarém”**, de 23 de Março de 1946, IAN/TT, Pide-DGS, **P. 1693/SR**

⁹⁹⁸ Cf. **Entrevista a José Gilberto Florindo de Oliveira**, Lisboa, 12 de Novembro de 1996

Antes ainda, em Julho, tinha sido preso Francisco Miguel, quando atravessava clandestinamente a fronteira pela zona de Elvas, preparando-se para ir para o exterior conforme determinação do partido tomada logo após a fuga de Peniche ⁹⁹⁹.

É nestas condições e com este enquadramento que, depois da reunião do Comité Central de Fevereiro, nos meses que se vão seguir e durante mais de um ano, que toda a actividade partidária vai ser objecto de uma profunda reorganização.

Ainda em Fevereiro é enviada uma circular-inquérito do Secretariado às funcionárias das casas clandestinas, que evidencia o estado de pauperização política e ideológica em que se encontravam essas militantes, praticamente confinadas ao trabalho doméstico. Mesmo a realização de tarefas burocráticas, como dactilografia e reprodução de documentos, de organização do arquivo da casa ou de recortes da imprensa legal eram raras. Grande parte das funcionárias sentia-se desiludida e frustrada com a actividade que desenvolvia ¹⁰⁰⁰, o que agudizava a instabilidade psicológica que as condições de isolamento e de constante tensão em relação à defesa da casa geravam.

Ao mesmo tempo vão sendo distribuídas várias resoluções no sentido de corrigir situações conspirativas mais graves, determinando, por exemplo, a revisão das cifras e a submissão da sua aprovação pelo Secretariado ou ainda proibindo os encontros de rua entre funcionários ¹⁰⁰¹.

São nesta altura também estabelecidos os aspectos que deve abordar uma biografia dos quadros, de modo a poder ser apreciada pela direcção como elemento fundamental do seu processo de selecção e promoção. Incluía dados pessoais e familiares, a biografia política e partidária propriamente dita, a indicação da data de filiação, organismos a que pertenceu, controladores e outros quadros com quem contactou, principais tarefas realizadas, comportamento face à polícia em caso de ter sido preso e, finalmente, um ponto sobre discordâncias que tenha tido da linha do partido, deficiências, faltas e sanções que tenha sofrido ¹⁰⁰².

Todavia, se é verdade que são mantidos em funções todos os membros do Comité Central, que nenhum deles é formalmente sancionado pelo facto de se identificar com o “desvio de direita”, no entanto, procede-se a uma reconsideração da sua composição.

⁹⁹⁹ Cf. Francisco Miguel. **Uma vida na revolução**, Porto, “A Opinião”, 1977, p. 139

¹⁰⁰⁰ Cf. **A organização e a vida**, in *Avante!*, VII série, 377, de 2 de Abril de 1981, Suplemento

¹⁰⁰¹ Cf. **Resoluções do Secretariado sobre trabalho conspirativo**, Fevereiro de 1960, dact., 1 p., in IAN/TT, Tribunal Criminal de Lisboa, 3º Juízo Criminal, *P. 16557/61*, 3º vol., apenso a fls 209

¹⁰⁰² Cf. **Nota Biográfica**, s.d., dact., 1 p., *Idem*, apenso a fls 210

Esta mexida orgânica que avança entre Fevereiro e Dezembro de 1960, centra-se principalmente na correcção dos procedimentos e as modificações que implica incidem na composição dos organismos de direcção regional, aparentemente devido tanto à necessidade de imprimir um novo estilo de trabalho como à defesa do partido, transferindo funcionários e dirigentes para sectores em que não eram conhecidos.

A reacção, mesmo da parte de membros do Comité Central, é que nem sempre é de completa concordância. Américo Gonçalves de Sousa, por exemplo, discorda abertamente das profundas alterações introduzidas no sector de Lisboa. Chamado a pronunciar-se sobre os problemas do sector remete para os relatórios que fizera sobre o assunto desde 1957 e abstém-se de participar, tanto mais que fora transferido para um novo sector, que nunca tinha controlado anteriormente e cujos problemas reconhece desconhecer por completo:

*“(...) deixai que vos diga que considero que há camaradas com muito mais capacidade e muito mais experiência desse sector há já algum tempo, como sabeis. Há muita coisa que não conheço e muito mal percebo. Por outro lado, falta-me tempo para estudar e conhecer um pouco mais, que é bastante pouco, os problemas do sector onde trabalho. Por isto tudo, não considero fundamental nem de utilidade a minha participação em reuniões que se venham futuramente a efectuar para a discussão dos problemas do sector em questão”*¹⁰⁰³.

Esta atitude arrogante constituía uma evidente quebra de disciplina partidária, particularmente quando vinda de um dos mais importantes dirigentes, que havia inclusivamente integrado a Comissão Política até à reunião de Fevereiro.

Para o Secretariado este era um exemplo acabado do clima dominante de má vontade contra o órgão mais restrito do CC, traço que vinha de trás e que se mantinha. Mas estas palavras não podem deixar ainda de reflectir saturação pelo estilo de trabalho desenvolvido e expectativas muito baixas em relação ao esforço de rectificação que vinha sendo empreendido. Gonçalves de Sousa seria, por isso, sancionado pelo Comité Central com uma censura dada a conhecer a todos os membros da direcção partidária, assim como a todos os funcionários¹⁰⁰⁴.

Na reunião do Comité Central de Dezembro, institui-se a designação de anarco-liberal para o desvio instalado no partido em matéria organizativa, explicado como

¹⁰⁰³ Ab[e]l [Américo Gonçalves de Sousa], **Ao Sec. do CC**, Maio de 1960, dact., p. 2, TCL, 2 JC, **Processo 90/62**, 6º vol, apenso a fls 434

¹⁰⁰⁴ Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, **A tendência anarco-liberal...**, p. 28

tendência revisionista resultante de uma deficiente assimilação do XX Congresso do PC soviético, que vingou em reacção ao excessivo centralismo que asfixiou a vida partidária entre 1949 (data da prisão de Cunhal) e 1955.

Em consequência, proliferara um conjunto de manifestações que colidia com o carácter profundamente centralizado, hierarquizado e compartimentado do partido, ideias que precisavam de ser firmemente combatidas. Não se podiam tolerar tendências para a autonomia dos organismos, mesmo que de direcção intermédia; nem formas de igualitarismo que nivelavam dirigentes, quadros e militantes, esquecendo a posição e a função que cada um ocupava na cadeia orgânica. Não se podia também conceber o rotativismo na composição dos órgãos executivos ou em nome da democracia interna reduzir a sua autoridade.

Repunha-se a concepção de que em condições de clandestinidade, a democracia interna cedia assumidamente passo ao reforço do centralismo. O contrário, isto é, tudo o que pudesse enfraquecer o centralismo democrático, assente na autoridade incontestada do secretariado, era visto como expressão pequeno burguesa, revisionista e anarquizante.

Tinha-se vincado muito a crítica ao culto da personalidade, alimentada pelos fortes reparos do XX Congresso do PC soviético a Staline, mas isso era agora verberado como resultado de uma leitura superficial e precipitada das conclusões desse Congresso, que acabara por conduzir a uma apreciação injusta e deformada da actividade de alguns dirigentes do PC português e teria redundado numa “*guerra anarquizante (...) movida ao prestígio e à popularidade de alguns desses dirigentes*”¹⁰⁰⁵, numa referência clara e por vezes explícita a Álvaro Cunhal.

Como sintetiza O Militante, “*O desenvolvimento de tal tendência conduziu à desautorização do Secretariado do CC, como organismo executivo do CC, em nome duma falsa autonomia e dum democratismo alheio ao Partido do proletariado. (...) Sob o seu impulso geraram-se no Partido ideias pequeno-burguesas de “nivelamento” e “igualitarismo” dos quadros com o seu desenvolvimento coerente – o “rotativismo na trabalho de direcção*”¹⁰⁰⁶.

O domínio desses pontos de vista e dessas concepções lançara a direcção central do PCP numa situação considerada caótica. Os conflitos de competência e autoridade entre os órgãos executivos e o CC eram frequentes; havia uma hostilidade

¹⁰⁰⁵ Reunião do Comité Central do Partido Comunista Português, in *O Militante*, III série, 108, Janeiro de 1961

¹⁰⁰⁶ *Idem*

quase permanente entre os membros dirigentes que chegava a roçar a falta de respeito pessoal, o que esgarçava completamente o trabalho colectivo, minava a unidade interna e facilitava o relaxamento da disciplina, com todas as inevitáveis consequências na falta de orientação e iniciativa política do partido.

Como concluía a Comissão Política no projecto de documento que viria a ser aprovado em Dezembro de 1960 pelo CC:

*“A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção influenciou toda a actividade partidária num sentido negativo, não só afrouxando o controlo, a vigilância e a disciplina, não só prejudicando a unidade de acção, a actuação política e organizativa, a estrutura orgânica, o conhecimento, selecção e educação dos quadros, como tornando as organizações do Partido, a começar pelo CC, mais vulneráveis à acção repressiva do governo fascista”*¹⁰⁰⁷

Em síntese, o que importava corrigir eram as tendências de afrouxamento do centralismo democrático, na disciplina partidária e no rigor do controlo de execução. Era nesse sentido que o Secretariado, principalmente, mas também a Comissão Política vinham trabalhando desde Fevereiro de 1960, mas deparando-se com vícios e práticas enquistadas e viscosas.

O artigo que, por exemplo, *O Militante* dedica em Maio à defesa conspirativa do partido reclama uma viragem radical no estilo de actuação, considerado o tema *“um aspecto central e decisivo”*¹⁰⁰⁸, fazendo entroncar os problemas da vulnerabilidade perante a vigilância e a repressão policiais num conjunto de práticas nocivas, precisamente as que vinham sendo apontadas e combatidas no documento sobre o desvio anarco-liberal em matéria de organização.

Aliás, na reunião da Comissão Política de Setembro, a resolução tomada sobre problemas de organização vai prosseguindo esse esforço e, ao mesmo tempo, reconhecendo a necessidade de alargar o partido aos principais centros populacionais, industriais e agrícolas, estruturando-o organicamente do topo à base, dos secretariados de célula aos Comités Regionais¹⁰⁰⁹.

No Secretariado como na Comissão Política percebia-se bem que as conclusões a que se estava a chegar, os próprios caminhos da rectificação ao desvio de direita

¹⁰⁰⁷ Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, *A tendência anarco-liberal...*, p. 51

¹⁰⁰⁸ Cf. *Por uma viragem radical no trabalho conspirativo*, in *O Militante*, III série, 104, Maio de 1960

¹⁰⁰⁹ Cf. *Resoluções da Comissão Política do Comité Central (Setembro de 1960)*, in *O Militante*, III série, 106, de Setembro de 1960

contrariavam quer conclusões anteriores do CC quer, principalmente, as do V Congresso; daí que, sobre as matérias mais sensíveis e evidentes, a indicação era mantê-las reservadas até à aprovação e definição por parte do CC da sua legitimidade e do âmbito da sua divulgação, mesmo interna.

Mas o problema ficava esclarecido pelo próprio projecto de documento da Comissão Política sobre a tendência anarco-liberal, ao clarificar, justamente, o conceito de centralismo democrático em condições de clandestinidade, que o Comité Central aprovaria sem qualquer alteração na reunião de Dezembro:

*“Dada ainda a dificuldade para a realização de Congressos, a situação pode impôr que o próprio CC (e até em certas condições organismos mais restritos) tome resoluções que, em condições normais, competiriam aos Congressos. Os Congressos do partido perdem, por tudo isso, nas condições duma ditadura fascista, uma grande parte da sua eficiência como expressão da democracia interna do Partido”*¹⁰¹⁰

Nessa reunião os dois documentos mais importantes em discussão referem-se a problemas de organização. Por um lado, o extenso documento da Comissão Política sobre a tendência anarco-liberal, que havia sido elaborado por Joaquim Pires Jorge, já debatido pelo menos em duas reuniões da CP e aprovado por esse organismo na de Novembro.

O documento começa por apreciar a forma que deve revestir o centralismo democrático em condições de clandestinidade, que exigiam a contracção dos procedimentos inerentes a um funcionamento democrático, designadamente na realização corrente de reuniões plenárias ou ampliadas das células, quanto à eleição dos respectivos organismos de direcção, dos secretariados de célula aos comités provinciais, à prestação de contas dos organismos superiores aos organismos inferiores, à informação da actividade desenvolvida ou à eleição de delegados aos congressos.

É em seguida passado em revista o trabalho de direcção a partir da reorganização de 1929, mas a versão final implicou a supressão de aspectos que apesar de ficarem implícitos, conjunturalmente poderiam não ser aconselháveis. Assim, da versão inicial é suprimida a passagem que considera a filiação na Internacional Comunista, a forte centralização e a existência de um secretário geral como *“factores decisivos para o desenvolvimento do movimento operário português e do seu Partido”*¹⁰¹¹.

¹⁰¹⁰ Comité Central do Partido Comunista Português, **A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção**, Dezembro de 1960, Edições “Avante!”, p.2

¹⁰¹¹ Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, **A tendência anarco-liberal...**, p. 6

A versão aprovada expurga ainda o texto de explanações desnecessárias sobre a situação interna, optando designadamente por omitir os nomes de José Gregório, Militão Ribeiro, Sérgio Vilarigues, Pires Jorge, Manuel Guedes, Pedro Soares e Cunhal no esforço de “reorganização” dos primeiros anos quarenta.

Mas, curiosamente, o período iniciado em 1929 termina não em 1940, data efectiva do arranque da “reorganização”, mas dois anos depois, o que coincide precisamente com a primeira vaga de prisões na estrutura dirigente, entre as quais se destacava a de Júlio Fogaça, que se caracterizaria pela subestimação de trabalho colectivo e pela prevalência da tradição centralizadora.

Em contrapartida, o período seguinte, 1943-1949, que correspondeu à actuação de Álvaro Cunhal como membro do Secretariado, teria sido pautado pelo “*fortalecimento do papel dirigente, da autoridade e do trabalho colectivo do Comité Central e a democratização da vida do Partido, foram incessantes*”¹⁰¹²

Daí em diante, nos anos cinquenta, segundo o documento, prevaleceram tendências sectárias fundadas num exagerado reforço do centralismo durante alguns anos. Foi isso que depois abriu as portas a reacções destemperadas a esses excessos, que se expressaram em tendências de afrouxamento e dissolução do funcionamento leninista do partido, rotuladas de revisionistas. Daí à estagnação orgânica foi um passo, dificuldades que acabariam por condicionar a intervenção política e facilitar as investidas da repressão.

Sérgio Vilarigues apresenta, por sua vez, em nome da Comissão Política, o informe sobre organização¹⁰¹³, que vai desdobrando e aprofundando na linha do documento sobre a tendência anarco-liberal, um conjunto de aspectos relacionados com o estado orgânico do PCP, cujas raízes entendia assentarem no culto da espontaneidade, alimentadas pela ideia da desagregação irreversível do regime. São aí evidenciadas as enormes debilidades do partido, os acentuados desequilíbrios e assimetrias na implantação territorial e sectorial, as enormes lacunas em sectores sociais fundamentais.

A Resolução aprovada pelo Comité Central sobre o assunto reconhece implicitamente que apesar da influência social e política do partido, era preciso superar a situação existente para que se torne “*de facto, no domínio da organização, um grande Partido nacional*”¹⁰¹⁴.

¹⁰¹² Comité Central do Partido Comunista Português, *A tendência anarco-liberal ...*, p.10

¹⁰¹³ Amílcar [Sérgio Vilarigues], *Organização. Informe da Comissão Política*, Dezembro de 1960, Edições do Secretariado do CC do PCP

¹⁰¹⁴ *Resolução do Comité Central sobre tarefas de organização*, in *O Militante*, III série, 108, Janeiro de 1961

Três meses depois, na reunião de Março do ano seguinte, o processo de debate culminou com a aprovação do relatório do Secretariado sobre a defesa do partido, baseado nas lições da “*série de traições*” de 1958-59. O relatório estava pronto desde Outubro e, conforme resolução do CC de Fevereiro, podia ser discutido e aprovado apenas pela Comissão Política; mas reportando-se a aspectos considerados fundamentais de orientação, alguns dos quais colidindo com as conclusões do V Congresso, levava o Secretariado a submetê-lo à aprovação do Comité Central ¹⁰¹⁵.

Ainda assim, quase um ano depois de desencadeado o processo de debate interno, não obstante a maioria dos membros da Direcção apoiar o novo rumo traçado, o relatório refere que, quanto ao desvio anarco-liberal em matéria de organização, “*nas respostas ao “Questionário” do CC sobre traições, só raramente aparece uma pequena frase autocrítica e, em nenhum caso, aparece uma autocrítica séria de conjunto. Em meados de Junho, ainda não tinham respondido ao “Questionário”, entregue em Fevereiro para resposta urgente, quatro camaradas do CC, incluindo um do Secretariado e um da Comissão Política. Sobre problemas de tal gravidade, alguns dos camaradas mais responsáveis muito pouco tiveram que contar e que dizer, e quase não fizeram apreciações críticas sobre as condições gerais em que se verificaram as traições*” ¹⁰¹⁶.

Reconhecia-se, ao fim e ao cabo a resistência à autocrítica e à responsabilização individual e colectiva em todo o ambiente que teria levado um importante conjunto de quadros clandestinos, entre os quais um membro efectivo e um suplente do CC, cinco dirigentes provinciais e vários do Comité Local de Lisboa, a prestarem extensos depoimentos na polícia.

Isso era fundamental, pois toda a argumentação aduzida tomava esses resultados desastrosos como a expressão daquilo em que tinha desembocado a tendência anarco-liberal ao introduzir um estilo de trabalho anti-leninista e permitir a acumulação de vícios e defeitos pequeno-burgueses, pervertendo o relacionamento saudável entre militantes e dissolvendo a vida partidária.

A maioria dos quadros cujo comportamento era tão severamente apreciado haviam sido recrutados ou promovidos nos anos de 1958-59, isto é, em pleno período de “direitização” da linha política do partido.

¹⁰¹⁵ Cf. Secretariado do CC do Partido Comunista Português, **Ensinamentos duma série de traições**, Outubro de 1960, dact., p. 2 [riscado]

¹⁰¹⁶ **Idem**, p. 4

A ideia de decomposição irreversível da ditadura, da possibilidade quase iminente de transição pacífica teria influenciado decisivamente a tendência para a dissolução das normas leninistas de funcionamento com todas as consequências à vista na política de quadros.

Segundo o documento, *“a ideia duma solução pacífica a curto prazo era assim susceptível de atrair aos quadros clandestinos, tanto elementos esperançados numa mudança rápida e fácil que lhes ofereceria em breve uma “situação”, como elementos débeis a quem a vida clandestina se apresentava como de poucas exigência e de pouco dura”*¹⁰¹⁷.

Criara-se um ambiente propício a uma certa flexibilização das pesadas condições e regras de vida clandestina e ao aligeiramento do processo de selecção e promoção de quadros. Ter-se-iam desta forma aberto as portas do aparelho clandestino e da direcção a indivíduos que facilmente fraquejaram perante a polícia. Eram esses mesmos elementos, política e ideologicamente muito débeis, que facilmente tomavam atitudes arrogantes para com os militantes dos escalões inferiores e de servilismo em relação aos de cima, aos principais dirigentes.

O que o relatório defendia era, em síntese, a necessidade de repor o essencial do centralismo democrático, voltar a dotar o partido de uma política de quadros mais rigorosa e mais criteriosa, melhorar a educação política e moral dos militantes, incentivar a crítica e a autocritica e reforçar a vigilância e a disciplina partidárias.

A questão do desvio de direita viria a ocupar o centro da reunião do Comité Central, de Março de 1961. O principal documento aí aprovado e a principal resolução tomada dizem respeito a essa matéria, constituindo como que uma espécie de peça de fecho de um tríptico que sistematizava as posições políticas e ideológicas em torno das quais se fundava a rectificação política do período entre 1955-56 e 1959, marcado pela acção consolidada de Júlio Fogaça à frente do partido.

No essencial, aquilo a que esse documento procede é ao aprofundamento das premissas políticas que a este respeito vinham sendo enunciadas nos meses anteriores, cuja base era o documento de Álvaro Cunhal *“Algumas teses sobre a situação política”* apresentado à reunião de Fevereiro de 1960

O desvio de direita era retratado como uma espécie de filho serôdio da “Política de Transição”, que havia sido derrotada no IV Congresso, reemergindo como manifestação nociva, revisionista, na medida em que subestimava o papel de vanguarda

¹⁰¹⁷ *Idem*, p. 7

da classe operária e do partido comunista, conferia objectivamente à burguesia liberal e aos conservadores dissidentes do Estado Novo um papel hegemónico no processo de desagregação do regime e alimentava concepções legalistas e putchistas.

Em matéria de orientação e de linha política, a correcção do desvio de direita viria a traduzir-se na reposição da via do levantamento nacional para o derrube do regime e a conquista das liberdades, isto é, a reposição da linha aprovada no IV Congresso, de 1946.

Uma Declaração do Comité Central publicada em *O Militante* era iniludível a este propósito:

*“Nas condições presentes, o levantamento em massa da nação para o derrubamento da ditadura fascista é a perspectiva para a qual se devem ganhar as amplas massas do povo portugueses. O levantamento nacional, em que a greve geral política pode desempenhar importante papel, terá de transformar-se numa acção armada, com a participação ou neutralização de grande parte das forças militares, caso o governo fascista continue a resistir com a violência e o terror à acção popular”.*¹⁰¹⁸

Todavia, esta inflexão abria contradições evidentes e incontornáveis em relação aos documentos fundamentais aprovados no Congresso de 1957 – o programa e os Estatutos, o que o Comité Central não podia deixar de reconhecer. Assim, *“o desvio de direita influiu num sentido negativo a elaboração do programa do Partido”*¹⁰¹⁹, do mesmo modo que a tendência anarco-liberal em matéria de organização em relação aos Estatutos¹⁰²⁰. Perante isto, o CC decide nos dois casos mandar a Comissão Política para elaborar alterações ou mesmo um novo programa, bem como um projecto de alterações dos Estatutos, este para começar desde logo a ser internamente discutido.

De qualquer modo, nem uma palavra sobre a necessidade de realizar um novo Congresso para esse efeito. Sem que esse horizonte se colocasse, caberia ao Comité Central acautelar a legitimidade de todas as alterações introduzidas, em nome do centralismo democrático e do funcionamento regular da vida partidária.

A reunião do Comité Central de Março de 1961 procedeu, finalmente, à eleição de Álvaro Cunhal como Secretário-geral. Tratava-se de uma confirmação formal, mas, naquele contexto, plena de carga simbólica. Entre 1942-43 e 1949 fora-o já na prática,

¹⁰¹⁸ Declaração do Comité Central do Partido Comunista Português. A via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista das liberdades políticas, in *O Militante*, III série, 109, Abril de 1961

¹⁰¹⁹ Resolução do Comité Central sobre as alterações do programa do partido, *idem*

¹⁰²⁰ Cf. Resolução do Comité Central sobre alterações dos Estatutos, *idem*

como o mais incontestado e reconhecido dos dirigentes. Mesmo longamente afastado pela prisão, principalmente a partir da sua transferência para Peniche, a sua voz era ouvida com respeito nas opiniões que a direcção da organização prisional conseguia fazer chegar ao Comité Central. Depois da fuga, a sua afirmação, a reclamação de maiores poderes para o Secretariado que passou a integrar e a condução de todo este processo tornavam a sua eleição um acto formal, mas de forte conteúdo simbólico.

Por tudo isto, como refere a Resolução, a sua eleição “*é uma medida que, não só normalizará uma situação que se prolonga desde 1942, como contribuirá para fortalecer a actividade do Secretariado do Comité Central e do Comité Central no seu conjunto*”¹⁰²¹.

A evocação de Bento Gonçalves, o último dos secretários-gerais dos PCP, cuja morte havia ocorrido no Tarrafal naquele ano de 1942 esclarece bem da dimensão simbólica do acto, já que, oficialmente, Bento era apontado como o principal mentor da “reorganização” de 1940-41, a partir da qual, nas circunstâncias descritas, Álvaro Cunhal construiu todo o seu ascendente sobre o aparelho partidário, dotando-o de princípios orgânicos e linha política que, depois do “desvio” dos últimos anos cinquenta eram finalmente repostos.

2. Uma extensa revisão da actividade partidária

Ao mesmo tempo que este processo decorria, o Secretariado e a Comissão Política foram passando em revista praticamente todos os sectores da actividade partidária, levando alguns desses assuntos às reuniões do Comité Central para deliberação ou assumindo-as enquanto órgãos executivos do CC.

A segurança do trabalho conspirativo, a situação nas casas clandestinas, o trabalho juvenil, feminino, sindical, militar ou a imprensa, a questão colonial, a unidade antifascista tudo isso foi alvo de documentos específicos entre as reuniões do Comité Central de Fevereiro e Dezembro de 1960, como depois na de Março de 1961, quer tivessem a forma de circular, de resolução ou de comunicado.

Logo em Maio de 1960, a mais de um ano da data prevista para as eleições, é editado o primeiro documento da Comissão Política que sublinha a importância da

¹⁰²¹ Resolução do Comité Central sobre a eleição do Secretário Geral do Partido. Eleição do camarada Álvaro Cunhal, *idem*

unidade de todas as forças oposicionistas na luta contra o regime ¹⁰²² e declara que o PCP não pretende exercer nenhuma supremacia nesse movimento e que essa sim seria a intenção de outros agrupamentos, o que considera inaceitável.

Dar provas de boa vontade, recusar a ideia de hegemonia, mas apresentar em nome da autonomia de cada força um conjunto de talhado de propostas e orientações voltava a ser, na linha dos anos quarenta, o jogo de cintura empreendido.

Reeditava a velha posição de recusa à apresentação de qualquer programa de governo, sustentando que a unidade se devia consubstanciar em torno de um conjunto de pontos mínimos suficientemente incisivos e abrangentes para não deixar de fora nenhuma corrente oposicionista, cuja mobilização e envolvimento se devia fazer em torno de acções e iniciativas concretas.

É já a participação nas eleições que está no horizonte, para as quais o PCP defende a apresentação de listas únicas da oposição, mas sem que isso signifique ter ilusões legalistas, pois o regime dispõe de meios e de vontade para cercear uma participação livre e democrática, pelo que essa oportunidade de intervenção política deve ser explorada, mas sem perder de vista que o factor decisivo para o derrube do regime são as acções de massas.

Desta forma, ia, à direita e à esquerda, criticando e afastando as ideias que entendia como nocivas e que se manifestavam, quer de encaminhamento do movimento oposicionista para um golpe militar quer cedendo a tentações terroristas.

O essencial seriam acções concretas, de projecção variável, mas através das quais se fosse construindo um caminho de acção comum, em torno de objectivos concretos, que tanto podia ser a luta contra a censura como a comemoração do 50º aniversário da proclamação da República, adiantando que o que realmente interessava era conseguirem organizar-se organismos de unidade com carácter permanente que fossem correspondendo à tendência para a unificação que deveriam ter as acções parcelares.

Reiterando as mesmas ideias, mas focando mais especificamente na participação nas eleições de 1961 para a Assembleia Nacional, a Comissão Política volta logo em Junho ao assunto ¹⁰²³, propondo medidas práticas, isto é, iniciar o processo com a reclamação de condições mínimas de seriedade – recenseamento honesto, liberdade de

¹⁰²² Cf A tarefa inadiável da hora presente – a unidade. Um documento da Comissão Política, in *Avante!*, VI série, 289, Maio de 1960

¹⁰²³ Cf. É tempo de encarar no terreno prático as eleições de 1961 para a Assembleia Nacional (um documento da Comissão Política do CC do PCP), in *Avante!*, VI série, 290, Junho de 1960

propaganda e organização e fiscalização do acto eleitoral e estabelecimento de um programa político mínimo que assentasse na defesa das liberdades, na recusa do envio de tropas expedicionárias para a guerra colonial e eleições livres para os Sindicatos Nacionais.

No horizonte estava, explicitamente, a experiência da unidade no período 1943-49. Era aí que continuava a radicar para o Partido Comunista o veio mais fecundo da experiência de luta contra a ditadura de Salazar.

No entanto, durante meses, até bem depois da reunião do Comité Central de Março de 1961, o tema das eleições desaparece das páginas do *Avante!*, o que não significava que as preocupações e esforços neste domínio não prosseguissem, mas tão grande antecipação teria não só que ver com a importância conferida ao processo, crucial do ponto de vista da operacionalização táctica da linha do partido, mas, principalmente, porque se vinham registando nos meses anteriores, praticamente desde a eleições de Delgado, importantes movimentações nos sectores não comunistas da oposição, de que o PCP tinha conhecimento mas com as quais dificilmente se relacionava.

À esquerda, o grupo da Resistência Republicana-Socialista e outros grupos, assim como a Maçonaria, impulsionam ainda em finais de 1959 criação das Juntas de Acção Patrióticas, para o que, segundo Fernando Piteira Santos e Nikias Skapinakis, o PCP só virá a ser convidado mais tarde ¹⁰²⁴. Este grupo mantivera por outro lado, ligações ao Directório Democrato-Social, ao mesmo tempo que cultivara contactos com os remanescentes do sector político-militar delgadista, que havia estado na preparação do golpe da Sé, em 1959 e continuava a conspirar.

Neste contexto, o grupo de Manuel Sertório, Nikias Skapinakis e Rui Cabeçadas alargava-se com gente vinda da *Seara Nova*, da antiga Comissão Cívica Estudantil e do movimento cooperativista, evoluindo para uma organização socialista de esquerda que designaram de “Acção Socialista”, de vida efémera, mas que testemunha uma certa ebulição nestes sectores oposicionistas, que queriam espaço de manobra sem a tutela do PCP. Segundo Sertório, a oposição estava desorganizada e o Partido Comunista impotente no seu dogmatismo; tornava-se portanto necessário alimentar uma corrente socialista ¹⁰²⁵.

Sob a sigla do MNI, a conspiração militar continuava a organizar-se,

¹⁰²⁴ Cf. Dawn Linda Raby, **Resistência anti-fascista em Portugal** 1941/74, Lisboa, Edições Salamandra, 1990, p. 226

¹⁰²⁵ Cf IAN/TT, Pide-DGS, **PC 683/62** – 1ª Divisão, 8º vol., José Joaquim Hipólito dos Santos, **Memória sobre actividades**, mns, s.d, apenso a fls [231-232]

a partir do Brasil, em torno do general Delgado que aí se tinha exilado e que começara por manter boas relações com os capitães Henrique Galvão e Fernando Queiroga e a quem se tinha juntado Manuel Serra, depois de ter escapado da prisão e do cerco à embaixada de Cuba, onde se mantivera asilado durante seis meses, no rescaldo do golpe da Sé.

Em 1960, o MNI tinha enviado para o interior do país um indivíduo munido de explosivos para iniciar acções de sabotagens. O contacto em Portugal era Fernando Piteira Santos, membro da Resistência Republicana-Socialista, que o foi ligando a outros elementos, alguns dos quais eram, como ele, antigos militantes do PCP, como Edmundo Pedro ou Joaquim Eduardo Pereira, para prepararem atentados que evitassem danos entre a população, incidindo sobre organismos e estruturas do regime, como as instalações da Censura, do Diário da Manhã ou da RTP. De qualquer modo, a inépcia destes operacionais goraria as tentativas feitas, como uma de rebentamento da linha férrea junto a Vila Franca de Xira ¹⁰²⁶.

O capitão Henrique Galvão, por seu turno, em representação do MNI do general Delgado, participa, logo em Janeiro de 1960, com resistentes espanhóis exilados em Caracas, na Venezuela, na constituição do DRIL – Directório Revolucionário Ibérico de Libertação, que beneficiou do apoio mais ou menos discreto de países como Cuba, México ou Jugoslávia ¹⁰²⁷.

Atento, o PCP, no comunicado da Comissão Política de Maio de 1960 ao demarcar-se das tendências terroristas que germinariam em meios oposicionistas, especifica serem “*estimuladas por agrupamentos de emigrados portugueses que, quando em Portugal, viram fracassar as suas tentativas de golpes militares*” ¹⁰²⁸, particularmente depois das eleições de 1958, nomeando mesmo quer o DRIL quer uma Frente Democrática para a Libertação dos Povos da Península Ibérica.

Na viragem da década de cinquenta, o ambiente nos meios da emigração política, particularmente na América Latina, registava alguma animação, que corresponde a um movimento de reanimação e de recomposição das fileiras oposicionistas, também no exterior. E não era só o MNI ou o DRIL, mas também a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, que se formara em Fevereiro de 1959, os jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre* ou o Agrupamento de Portugueses Democratas do Uruguai.

¹⁰²⁶ Cf. *Idem*, Auto de perguntas a Edmundo Pedro, em 3 de Janeiro de 1962, [156-159]

¹⁰²⁷ Cf. D. L. Raby, O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo, in *Penélope*, 16, 1995, pp63-86

¹⁰²⁸ A tarefa inadiável da hora presente...

Mas além de Delgado, Galvão e Queiroga, no Brasil estava também o velho capitão João Sarmiento Pimentel, Victor Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues. À Argentina, por sua vez, tinha chegado Ruy Luís Gomes, em Março de 1960, para dar aulas na universidade de Baía Blanca.

Fortemente influenciado por experiências internacionais mais ou menos recentes, o ambiente era efectivamente propício às tendências mais radicais e à defesa acalorada da luta armada como única via para o derrube do regime, de que Miguel Urbano Rodrigues era, nesta altura, fervoroso adepto:

“Pelo que me diz respeito sinto-me cada vez mais identificado com o Galvão e com a teoria de que o único caminho a seguir é derrubar a ditadura pela força.

Foi pela força em Cuba, na Argentina, na Bolívia, na Coreia, na Turquia que os ditadores caíram. Os comunistas e os imbecis que os ouvem querem derrubar o Salazar através de eleições e condenam o recurso à força. Pior do que isso: combatem furiosamente o Galvão, espalhando calúnias e fomentando intrigas e nem sequer mencionam o nome dele no Portugal Democrático, agora composto e impresso na tipografia oficial do Partido Comunista Brasileiro” ¹⁰²⁹

Mas o confronto político no seio da oposição ia evidentemente fazendo caminho, em particular em meios pequenos e claustrofóbicos como eram os núcleos de exilados. No entanto, em 1960, o PCP controla já o *Portugal Democrático* e a célula em S. Paulo é relativamente forte e eficaz. Augusto Aragão e Álvaro Veiga de Oliveira desenvolvem uma acção importante ¹⁰³⁰, que atrairá num prazo relativamente curto o próprio Miguel Urbano Rodrigues às fileiras do Partido Comunista.

Mas, no interior do país não eram sobretudo as “tendências terroristas” que preocupavam, apesar do partido entender que desse tipo de acções “*resultariam apenas o aumento da repressão, o recuo de sectores democráticos e de camadas menos radicalizadas e a desarticulação de alguns pequenos agrupamentos anti-salazaristas*”¹⁰³¹.

O ambiente político nas fileiras oposicionistas dentro do país estava muito pulverizado e disperso. Aumentara a resistência à unidade com os comunistas, quer por

¹⁰²⁹ IAN/TT, Pide-DGS, *Processo 2886/550-SR*, Pasta 550/1, Carta de Miguel Urbano Rodrigues a Urbano Tavares Rodrigues, S. Paulo, 7 de Junho de 1960, cópia, dact., pp 1-2, [261-262]

¹⁰³⁰ Cf. Miguel Urbano Rodrigues, *O tempo e o espaço em que vivi. I – Procurando um caminho*, Porto, Campo das Letras, 2002, pp 180-181

¹⁰³¹ *A tarefa inadiável da hora presente...*

um desejo forte de autonomia por parte das pequenas organizações como de hegemonia por parte das principais correntes de opinião.

Mesmo no interior do PCP a indefinição era grande, não obstante os esforços de clarificação que, a este nível, procuram acompanhar o movimento prioritário que se desenrolava – a correcção do desvio de direita.

Sem qualquer estrutura orgânica de âmbito nacional que influenciassem, dissolvido que tinha sido, havia já anos, o MND, as tentativas haviam-se gorado ou eram inexpressivas. O MNI de Delgado e as Juntas Patrióticas estavam longe de desempenhar o papel que a memória do MUNAF e do MUD exigia. A própria pulverização por pequenos grupos, dinamizados por militantes comunistas, mas consideravelmente “autónomos”, escapando nesta fase a um controlo político por parte do aparelho que era espaçado e estava mais preocupado naquele momento com outras prioridades.

No Porto, o grupo Resistência e Acção, que conta com a participação de militantes comunistas publica vários documentos, designadamente sobre a repressão, a propósito do 31 de Janeiro ou divulga uma Mensagem de Humberto Delgado ao país¹⁰³².

Provavelmente tratar-se-á do mesmo grupo animado por Virgínia Moura e Lobão Vital, que esta refere nestes termos:

“Um dia, tivemos uma reunião aqui no Norte com o Carlos Costa. Ele levava uns documentos, mostrou-os com um ar muito apreensivo e perguntou-nos. «Quem será este grupo de Unidade e Acção?» Bem, o grupo éramos nós, mas ele ainda não sabia, embora não o fizéssemos à revelia do Partido.

*Aquilo foi um subterfúgio, como outros, para iludir a polícia, pois sempre nos parecia mais fácil distribuir documentos do Unidade e Acção do que o Avante!. Houve de qualquer maneira alguma esperança com este movimento, que ainda durou alguns meses”*¹⁰³³.

Por outro lado, em Braga, mantinha-se em actividade um outro grupo que vinha das eleições de Norton de Matos, procurando constituir o suporte da intervenção política unitária¹⁰³⁴, que ficaram conhecidos como “democratas de Braga”, no qual participavam

¹⁰³² Cf. TCL, 2º JC, *Processo 92/1962*, 2º vol., *Político. 3-60*, mns, 2 pp, apenso a fls 110

¹⁰³³ Virgínia Moura, *Mulher de Abril. Álbum de Memórias*, Lisboa, Edições Avante!, 1996, pp 89-90

¹⁰³⁴ Cf. Humberto Soeiro (organização e selecção de textos), *Intervenção Política*, Porto, Inova, 1973, pp 12-13

quadros comunistas “legais” como Humberto Soeiro, Victor de Sá ou Lino Lima, que formavam o seu “núcleo duro”¹⁰³⁵.

O debate interno, possível de reconstituir neste contexto, parece, no entanto, revelar uma realidade mais difícil, com tensões e conflitos internos acentuados entre militantes e quadros comunistas. Um deles, Nv., chega a pedir uma reunião “*p/ se sentir amachucado c/ ambiente q. se forjara à sua volta, difamatória, até, etc.. Tinha por isso suspenso a sua actividade*”¹⁰³⁶; outros admitem mesmo demitirem-se do partido se acção caluniosa continuar.

Em causa está principalmente a actividade de alguns elementos do grupo Resistência e Unidade, identificados como Albuquerque e Ci^a, que estaria a desenvolver uma política de aproximação ao Directório Democrato-Social ao mesmo tempo que criticavam e caluniavam de modo desabrido nos outros um distanciamento face a essa estratégia, o que era interpretado como sendo “*bastante mau e prejudicial à unidade e ao P.. Trata-se duma acção contra o P.*”¹⁰³⁷, acrescentavam mesmo, reclamando a intervenção do partido no sentido de os forçar a abandonar aquele grupo.

O Secretariado do Comité Central é mesmo chamado a intervir, o que se justificava aliás, já que nesses núcleos estavam os elementos com capacidade e margem de manobra para levar à esfera legal as directivas do partido. Nessa reunião de Março, por exemplo, um dos participantes vai ser incumbido de lançar a proposta de comemorações para os 50 anos da proclamação da República, que deveria assumir um carácter nacional.

Mas a desarticulação dos diferentes grupos, como das próprias directivas partidárias, é a nível nacional evidente. No almoço comemorativo do 31 de Janeiro teria sido “*notória a falta de ligação e de unidade das pessoas q. vieram de Lx*”.¹⁰³⁸

Para resolver estas questões a norte realiza-se em Maio uma reunião alargada, em que participam elementos dos diferentes grupos, mas numa altura em que o Resistência e União já havia sido extinto, com a presença de um membro do Secretariado do Comité Central.

As divergências que começam por se evidenciar estão à volta das questões de mais gerais da política de unidade do partido, isto é, entre uma política de alianças por

¹⁰³⁵ Cf. José Ricardo [Lino Lima], **Romanceiro do povo miúdo. Memórias e confissões**, Lisboa, Edições Avante!, 1991, pp 144-146

¹⁰³⁶ **Político**, 3-60..., p. 1

¹⁰³⁷ **Idem**, p. 2

¹⁰³⁸ **Idem**, p. 1

cima e a unidade da classe operária e os movimentos de massas como esteios fundamentais dessa política.

Convergem no entanto na constatação de que no partido se tem discutido pouca matéria política e que há um ressentimento forte em relação aos erros cometidos através do MND, o que levou a uma crise de confiança e ao aparecimento de grupos distintos, quando não se assistiu mesmo à desmobilização e ao alheamento de sectores de militantes e simpatizantes. Assim, acrescentavam, naquele ambiente as diferenças de personalidade e as questões pessoais facilmente assumiam proporções enormes.

Concluem pela necessidade de acabar com os grupos e sugerem a realização de reuniões de quadros com carácter inter-regional ou nacional para tratar do relançamento da unidade antifascista, colocando desde logo no horizonte as eleições de 1961.

Mas esse clima de indefinição e desorientação era percebido no Directório Democrato-Social que ao facilitar a aproximação com gente que sabiam pertencer ao PCP não só bloqueavam posições mais arrojadas como ensaiavam o envolvimento e a atracção a alguns desses elementos.

Nestas reuniões, se diz por exemplo que o jantar de homenagem a Ruy Luís Gomes, quando este partiu para a Argentina, acabaria por ser praticamente inexpressivo, porque tendo o grupo Resistência e União procurado apoio do Directório, este não só recusou como conseguiu secar a iniciativa. Por outro lado, são vários os militantes que afirmam sentir-se namorados pelo Directório.

No DD-S a ideia de Jaime Cortesão em elaborar um programa político de incidência governamental ia ganhando corpo e este esforço era do conhecimento consideravelmente pormenorizado do partido. Por diversas vezes, o assunto é referido nas reuniões. Numa delas:

“Nv. Diz que o programa do Directório aparecerá em breve. Têm vários grupos a trabalhar nele. Que o P. deve ver bem qual a posição a tomar. Tem ideia q. irá ter aceitação e apoio de largas correntes. Terá mais [de] 60 páginas. Serão copiografados 100 p/a outras tantas individualidades o apoiarem. Só depois disso uma Comissão dará a resolução final para ser assinado por quem quiser.

Colocam relações comerciais, diplomáticas c/ todos os países, Denunciados tratados c/ Espanha, politica de amizade c/ países n/ vizinhos (China, etc.). Reforma Agrária sem falarem na palavra reforma. Direito de

greve, sindicatos livres, formação de partidos, auto-determinação nas colónias”¹⁰³⁹

A reunião da Comissão Política donde sai o comunicado publicado no *Avante!* de Maio de 1960 abordará em detalhe toda esta situação. Reconhece-se a ampla dispersão de grupos e agrupamentos sem que, por um lado, haja algum ou alguns deles com capacidade polarizadora e sem que, por outro, o partido disponha de algum movimento para contrabalançar essa situação.

Isso só podia naturalmente significar debilidade por parte do partido, o que é internamente reconhecido – “*Estamos a perder terreno e as forças de direita [oposicionista] estão a procurar ganhá-lo, procurando isolar e amarrar o P.*”¹⁰⁴⁰.

Portanto, importava relativizar a importância do programa que o Directório preparava, neutralizando a atracção que suscitava mesmo nas fileiras partidárias, na base de que o que fazia falta não era um programa de detalhe, mas um conjunto de pontos mínimos suficientemente mobilizadores e abrangentes, na base do qual se devia retomar e relançar a iniciativa política do partido em torno de acções concretas que os consubstanciassem.

Não admira por isso que se tornasse necessário afirmar peremptoriamente que na política unitária ninguém devia exercer a supremacia, incluindo naturalmente o próprio partido, mas acrescentando que também nenhuma outra força o deveria pretender, no que correspondendo justamente à relação de forças existente, era também uma farpa afiada endereçada ao Directório, pois percebia-se bem que o programa que preparavam era em si um instrumento poderoso pela hegemonia das oposições.

Os grupos dinamizados por militantes comunistas, que funcionavam dispersos pelo país não podiam assim, como alguns dos seus membros reclamavam, ser pura e simplesmente extintos, pois neles radicava a plataforma possível para ir alterando a situação existente. Era preciso pacientemente vencer as contradições e conflitos entre os seus membros, o que, encarado desta forma, justificava plenamente que um membro do Secretariado do Comité Central aplacasse conflitos e interviesse directamente nas fracções ou reuniões alargadas para debater o trabalho de unidade antifascista.

Para a Comissão política, o essencial era “*Agir nas várias frentes e correntes, desenv. acção conjugada, pegando nos vários grupos, aproximá-los, dar-lhes estrutura*

¹⁰³⁹ *Idem*, 4/60, apenso a fls 108, mns., p. 2

¹⁰⁴⁰ *Idem*, Política, apenso a fls 109, s.d., mns, p. 1

orgânica e unificá-los (...). A acção conjunta prevista das comissões Porto-Braga poderá ser um importante passo nesse sentido” ¹⁰⁴¹.

Nem que para isso se tornasse necessário destacar directamente membros do CC e do Secretariado, de modo a que se vencessem resistências com que alguns quadros “legais” entravavam as tarefas indispensáveis a operar a viragem nessa frente fundamental de acção.

As comemorações do 50º aniversário da proclamação da República poderiam, assim, ser um passo importante no sentido de aproximar correntes e agrupamentos, cumprindo um objectivo que se continuava a querer adaptar ao imaginário oposicionista do tempo. A ideia era ir constituindo comissões organizadoras das comemorações em diferentes localidades, mas com a perspectiva de poder unificar a sua actividade a nível nacional e, principalmente, “*fazer um esforço para que se mantenham para além do 5 de Outubro, com novas tarefas*” ¹⁰⁴²

De pouco valeria continuar a insistir nas listas únicas para as ainda longínquas eleições de 1961. Esse era um dos objectivos imediatos da luta política, mas objectivo ainda remoto, pois quanto mais não fosse implicava convencer as outras forças políticas a negociarem com vista à participação nas eleições.

Em torno das comemorações constituiu-se uma comissão unitária em Lisboa que, entre outras iniciativas, organizou uma romagem ao túmulo dos republicanos falecidos, no cemitério do Alto de S. João que, depois, viria em desfile até à Praça do Município, onde a República fora proclamada. A polícia carregou violentamente várias vezes, fazendo prisões, mas sem conseguir impedir que o cortejo chegasse ao local de destino ¹⁰⁴³. O *Avante!* que dedica, naturalmente, particular destaque a esta manifestação, salienta um pormenor emblemático até do ponto de vista em que se colocava:

*“Em pleno Rossio, onde a repressão foi mais brutal, a ferocidade das forças repressivas concentrou-se sobre o jovem porta-bandeira da manifestação. O jovem foi espezinhado e espancado e a bandeira nacional arrancada e rasgada pelos fascistas”*¹⁰⁴⁴

¹⁰⁴¹ *Idem*, p.2

¹⁰⁴² IAN/TT, Arquivo Distrital de Lisboa, Tribunal Criminal de Lisboa, 3º Juízo, *Processo 16557/61*, 3º vol., apenso a fls 211, A Comissão Política do Comité central do Partido Comunista Português, *Aos funcionários do Partido. Algumas tarefas imediatas para a unidade anti-salazarista*, Maio de 1960, dact., p. 2

¹⁰⁴³ Cf. Mário Soares, *Portugal amordaçado*, s.l., Arcádia, pp 278-281

¹⁰⁴⁴ *Uma grande jornada nacional de luta contra o salazarismo. Enfrentando a brutal repressão do governo milhares de portugueses comemoram o 5 de Outubro*, in *Avante!*, VI série, 294, Outubro de 1960

Mudando os locais, a estratégia é sempre muito semelhante, é lançado um manifesto subscrito pelo maior número de individualidades de todas as correntes e tendências oposicionistas que, depois, tornando-se comissão unitária, convoca as iniciativas. Em Braga, por exemplo, o manifesto reuniu mais de duzentas assinaturas

¹⁰⁴⁵

Também no Porto houve romagem a um cemitério, seguida de desfile à tarde que se tornaria rapidamente em manifestação aberta contra o regime, investidas policiais e resistência por parte dos participantes que cantavam estrofes do hino nacional.

Mesmo em pequenas localidades com forte influência comunista, é aplicado o modelo. No Couço, por exemplo, também se realiza uma romagem ao cemitério. Noutras vilas decorrem jantares comemorativos do 5 de Outubro, como em Alpiarça, Torres Vedras, Grândola, Vila Franca de Xira, Marinha Grande...

Por fim o *Avante!* retira as lições, exorta ao prosseguimento da acção e levanta o horizonte das eleições:

“Somos todos os que desejamos o derrubamento de Salazar que devemos conjugar as nossas forças, dinamizar e organizar as massas populares e preparar novas e grandes jornadas de unidade que criem as condições para libertar Portugal da praga salazarista.

Seria tremendamente nefasto deixar que perspectivas tão prometedoras como as das próximas eleições para deputados fossem perdidas pela desorganização e desunião das forças oposicionistas” ¹⁰⁴⁶

Só que a realidade pesava mais que o voluntarismo das proclamações. O Directório prosseguia afanosamente na preparação do Programa para a Democratização da República que está pronto nos finais de 1960, ainda que venha a ser publicitado com a data, simbólica, de 31 de Janeiro do ano seguinte.

Mário Soares, que pertencia à Resistência Republicana-Socialista e integrava o Directório, participou activamente no processo de elaboração do Programa e afasta a ideia de um documento aglutinador de toda a oposição, para o qual não houve, nem os seus promotores quiseram que houvesse, conversações e negociações entre as diferentes organizações e correntes. O Partido Comunista ficou até ao fim completamente de fora da iniciativa.

¹⁰⁴⁵ Cf. J. Santos Simões, Braga. *Grito de liberdade. História possível de meio século de resistência*, Braga, Governo Civil de Braga, 1999, p. 107

¹⁰⁴⁶ *Uma grande jornada nacional de luta...*

A ideia do Programa distanciava-se aliás do conceito de programa mínimo defendido pelo PCP, na tradição dos *9 pontos-programa para a unidade nacional*, apresentados pelo Comité Central em Março de 1943 a todas os agrupamentos oposicionistas e que viria a desembocar no MUNAF.

Aqui tratava-se da iniciativa de um sector político da oposição que se pretendia afirmar e que tinha, evidentemente, aspirações de liderança, de hegemonia no quadro das oposições ao regime, mas que também estava longe de constituir um bloco homogéneo.

Entre a Resistência Republicana-Socialista, que parece ter liderado e conduzido todo o processo, com o apoio de Mário de Azevedo Gomes, o grupo da *Seara Nova*, mais radical, e personalidades liberais como Acácio Gouveia ia todo um espectro político exterior ao PCP, mas que necessitava de construir uma plataforma de equilíbrio que consensualizasse tradições, experiências e posicionamentos doutrinários distintos.

Segundo Mário Soares, o Programa para a Democratização da República “*Quis ir mais longe e ser já um programa no sentido estrito do termo – definidor de um ideário e de uma política coerente de centro esquerda, susceptível de delinear uma verdadeira alternativa para o fascismo salazarista. O seu objectivo era dar a conhecer, tanto interna como externamente, a existência de uma linha de pensamento, de estilo europeu, capaz de assumir o poder, em qualquer oportunidade favorável, preenchendo o «vazio político» criado pelo salazarismo*”¹⁰⁴⁷

Há, no entanto, entre os militantes e quadros “legais” do PCP uma certa atracção pelo documento, cujo processo de elaboração iam acompanhando. Em Novembro de 1960, quando já se encontrava em fase avançada de elaboração, um desses quadros, informa o partido da sua estrutura e conteúdo, da metodologia utilizada, dos diferentes tipos de colaboração e emite um conjunto de observações e reparos. Reconhece haver na introdução uma certa sobrevalorização da figura de Salazar em detrimento do regime, mas acaba por concluir que os pontos referentes à institucionalização da democracia, ao desmantelamento do corporativismo e mesmo alguns capítulos mais específicos, como os que se reportavam às políticas sociais – habitação, saúde pública, ensino e investigação científica são bastante aceitáveis e suscitam o apoio de todas as correntes da oposição, isto é, deveriam merecer o apoio do PCP.

As maiores reticências iam principalmente para os capítulos referentes à questão colonial, onde a perspectiva da autodeterminação se subordinava à unidade metrópole-

¹⁰⁴⁷ Mário Soares, *Portugal Amordaçado...* p. 282

ultramar. Não parecia, no entanto, que isto pudesse constituir um óbice absoluto. Aliás, para o autor deste relatório enviado à direcção do partido procura principalmente, ainda que de modo implícito, justificar o carácter detalhado do programa e a necessidade de entendimento do partido com os seus autores:

“Os promotores desta iniciativa justificam-se com uma necessidade de resposta às perguntas das pessoas quanto ao destino do país no período posterior à queda do regime e, por outro lado, de se pôr o governo perante uma crítica não consumada à sua orientação e, ainda, de se criar um instrumento que alicie agricultores, industriais, intelectuais, forças armadas, etc.

*Sabe-se que diversas pessoas que foram consultadas fizeram diversos reparos ao texto, sugerem emendas e supressões e, de um modo geral, insistiram por que desse programa seja eliminado tudo quanto possa impedir que se torne num Programa Mínimo, aceitável por todas as correntes da Oposição e que na sua redacção final estejam devidamente representadas todas as forças oposicionistas”*¹⁰⁴⁸.

Mesmo que a direcção do partido até pudesse perceber da viabilidade da negociação com vista a um apoio ao Programa, sobrepunha-se o aspecto instrumental do problema, é que o documento representava uma tentativa de subalternizar o PCP na liderança da oposição e isso não era passível de qualquer aproximação desse tipo.

Mas era fundamentalmente no sentido do entendimento com esses sectores que os quadros comunistas legais, destacados para o trabalho unitário, se viravam.

Menos complicada era a demarcação em relação às acções violentas, que criticavam, só que o que a direcção do partido designava de acções terroristas eram, ao tempo, as projectadas acções do DRIL ou do MNI, do general Delgado, com quem a Resistência Republicana mantinha contacto próximo.

Para além do anúncio de bombas para Portugal à semelhança do que a componente espanhola do DRIL fizera do lado de lá da fronteira e que suscitara a pronta reprovação do PCP¹⁰⁴⁹, a acção espectacular empreendida é a “Operação Dulcineia”, isto é, o assalto ao paquete Santa Maria, em Janeiro de 1961, levada a cabo por um comando luso-espanhol, que obriga o Secretariado do PCP a um comunicado muito cuidadoso e hábil.

¹⁰⁴⁸ IAN/TT, Pide-DGS, P. 429/GT, Sobre um Programa de um Governo da República (em preparação), dact., fotoc., p. 2, [90]

¹⁰⁴⁹ Cf. A orientação terrorista do DRIL não favorece a causa democrática, in *Avante!*, VI série, 295, Novembro de 1960

A acção contra o Santa Maria, começa o documento por reconhecer, fora uma acção contra o regime, pelo que os homens que a praticaram não são piratas nem criminosos, mas lutadores antissalazaristas e o próprio impacto internacional do acto é um contributo importante para o isolamento da ditadura portuguesa que, em desespero de causa, apelou à intervenção estrangeira para interceptar o navio.

Todavia, o grande apelo que o Secretariado do Partido Comunista lança com vista ao derrube do regime é o entendimento e a unidade entre todas as forças da oposição e a mobilização popular de massas, vincando bem que “*repetidas vezes (...) tem manifestado que não são acções isoladas que podem provocar a queda do governo fascista de Salazar*”¹⁰⁵⁰, que era o mesmo afinal que condenar o assalto ao Santa Maria.

Em Março de 1961, num contexto marcado já pela eclosão da guerra colonial em Angola, o general Júlio Botelho Moniz, ministro da Defesa, prepara um golpe contra Salazar como saída para o isolamento crescente que lhe estava a ser movido pelo Brigadeiro Santos Costa, com o apoio de influentes personalidades da *entourage* do regime, que exerciam forte pressão sobre Salazar. Em causa estava o tipo e a capacidade de resposta militar que deveria ser dada à rebelião angolana, sustentada por Santos Costa e que divergia de um cariz mais político, de feição liberalizante, posto por Moniz quer no assunto quer na própria necessidade de evolução do regime, beneficiando aliás do apoio da embaixada americana bafejado pelos novos ventos da administração Kennedy¹⁰⁵¹.

Botelho Moniz consegue polarizar heteróclitos apoios. Esboça a federação de diversos e contraditórios descontentamentos internos ao regime, baseia-se num ressentimento acentuado em relação a Santos Costa que grassava no exército, estabelece pontes com os núcleos ligados a Humberto Delgado em quase permanente ebulição conspiratória e conecta-se por essa via com o Directório Democrato-Social, através do qual a Resistência Republicana-Socialista acompanhava as movimentações¹⁰⁵².

Porém tudo morre na casca, numa manobra de antecipação. Salazar, pressionado por Santos Costa, retoma a iniciativa e procede a um conjunto de demissões públicas das principais individualidades militares envolvidas, incluindo o próprio Botelho Moniz, remetendo-os para uma situação de rebeldes que não quiseram nem seriam capazes de assumir. Ficavam suspensos e sem meios os fios restantes da conjura.

¹⁰⁵⁰ IAN/TT, ADL, TCL, 3º Juízo, *Processo 16557/61*, 1º vol., apenso a fls 20, O Secretariado do partido Comunista Português, *O caso do “Santa Maria”*, s.d.

¹⁰⁵¹ Cf. T[elmo]F[aria], *golpe de Botelho Moniz*, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Direcção de), *Dicionário de História de Portugal*, 8, Porto, Figueirinhas, 1999, pp 103-105

¹⁰⁵² Cf. Mário Soares, *Portugal amordaçado...*, pp 297-302

Na prática, a movimentação de Júlio Botelho Moniz reeditava o velho projecto da direita oposicionista de Cunha Leal, com quem continuaria a manter contacto próximo. O derrube do regime seria o resultado de uma ampla conspiração político-militar que ia desde os dissidentes do regime ao Directório, isto é, seria uma obra moderada, politicamente enquadrada e sustida nos seus eventuais ímpetos, feita nos gabinetes e com os quartéis à espreita como força de reserva. De fora ficaria evidentemente a população e o Partido Comunista.

Não obstante conspiração para apear o ditador ter novamente falhado, as manobras em torno do Programa para a Democratização da República e a proximidade de eleições levam o Directório em aliança com correntes e personalidades da oposição de direita a criar uma Frente Republicana Independente.

Pretendiam esses sectores que o governo reconhecesse uma espécie de legitimidade oposicionista a esse programa, indo uma delegação de subscritores entregar pessoalmente o documento na Presidência da República ainda em Fevereiro, o que naturalmente não tem qualquer efeito, pois o governo proíbe liminarmente a sua divulgação e quando, em Maio pretendem ainda assim divulgá-lo à imprensa, alguns dos seus subscritores são inclusivamente presos.

Para o PCP, a Frente não queria concorrer às eleições, mas apenas promover o Programa para a Democratização da República, mas, na realidade, apesar de todos os sobressaltos, a Frente mantém-se activa, o que obriga o Partido Comunista a envolver-se em negociações prolongadas e duras sobre a possibilidade de apresentação de listas únicas, que foram conduzidas da parte da Frente por Nuno Rodrigues dos Santos e do PCP por José Manuel Tengarrinha.

A Oposição acabaria por apresentar listas únicas em oito distritos do continente, no Funchal e em Moçambique, concertando a intervenção a nível do continente, embora a margem de manobra fosse mínima, sem que nenhuma das condições exigidas quanto à democraticidade do acto eleitoral tivesse sido considerada. Mesmo assim, em Braga, não foi conseguida lista única tendo-se candidatado duas, reclamando-se ambas de oposição.

As condições em que decorreu a campanha foram particularmente agrestes. Salazar no discurso da abertura do acto eleitoral chega a dizer que tinha sido considerada a hipótese de, nas circunstâncias da guerra de Angola não realizar eleições. A tolerância do regime em relação à oposição, mesmo em período eleitoral estava num dos seus patamares mais baixos.

Ainda assim, para o PCP, a apresentação de listas únicas, nas quais participava constituía uma vitória. Objectivamente conseguia, ainda que parcialmente, começar a inverter uma situação de isolamento em que se encontrava. E isso era particularmente evidente em distritos como Lisboa ou no Porto.

Realizaram-se duas reuniões nacionais, isto é, com representantes das listas, em Leiria e uma terceira em Coimbra com os candidatos. Numa das reuniões de Leiria é aprovado um manifesto de todas as candidaturas únicas¹⁰⁵³.

Nessas reuniões, como em todo este processo, nunca deixaram de se ouvir posições favoráveis ao abstencionismo e quanto mais cedo melhor, principalmente veiculadas pelos sectores mais moderados, o que irritava o PCP que entendia que a questão da desistência devia ser tomada mesmo à boca das urnas, de modo a poder aproveitar plenamente o período eleitoral.

Do mesmo modo, o Partido Comunista entendia que deviam ser criticadas e contrariadas todo o tipo de ideias que visassem a não aceitação das candidaturas ou o apagamento da campanha, como as que, designadamente, defendiam a ideia candidatar indivíduos presos ou que não se deveriam realizar sessões públicas, e que, nalguns casos eram activamente corroboradas por militantes seus.

Aliás, o Partido Comunista responsabiliza precisamente os sectores mais abstencionistas, isto é e ainda que por motivos diferentes a direita oposicionista e os delgadistas, de terem nalguns distritos incutido um espírito tão desmotivador que inviabilizou a apresentação de listas, como em Setúbal, Bragança, Vila Real ou Viana do Castelo¹⁰⁵⁴.

No entanto, no caso de Setúbal a situação não podia ser completamente assacada aos abstencionistas, considerando a influência do PCP em núcleos vitais da zona norte do distrito. Na realidade, os Comitês Regionais da Margem Sul e do Alentejo Litoral não tiveram iniciativa e acabaram a reboque dos acontecimentos, que, no caso da península de Setúbal significou “*que o organismo se deixou ainda arrastar por posições direitistas, que se vê não estarem (...) vencidas*”¹⁰⁵⁵. Nas duas zonas ficaram à espera de saber pelos jornais se havia lista distrital ou não e como alguns elementos pensados desistiram à última da hora, não havendo nem tendo sido prevista, por inépcia, qualquer solução de recurso, o resultado foi não apresentar pura e simplesmente candidatura.

¹⁰⁵³ Cf. Manuel Braga da Cruz, **A oposição eleitoral ao salazarismo**, in *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p.755

¹⁰⁵⁴ Cf. IAN/TT, TCL, 2º JC, P. **92/1962**, 2º vol., apenso a fls 125, [sem título], mns, p. 1

¹⁰⁵⁵ Idem, 1º vol., apenso a fls 36, Tv, **Sobre a luta eleitoral no sul**, Dezembro de 1961, dact., p. 1

Nos distritos mais a sul, onde a influência comunista era igualmente considerável, também não foram apresentadas listas. Em Beja, Évora e Faro porque se vivia uma acentuada retracção orgânica devido à repressão e em Portalegre porque as debilidades eram enormes ¹⁰⁵⁶. De qualquer modo, também aqui, mesmo considerando o peso desses factores, o entendimento da Direcção era de que se tinha ficado muito aquém das possibilidades existentes.

Octávio Pato num relatório sobre o desenvolvimento da campanha, considera que a acção mais negativa do partido se verificou a sul:

“Onde o P. e a sua própria Direcção não agiram, onde não se levou à prática as decisões do CC (caso do sul), não houve candidaturas. O caso do Sul é bem característico do seguidismo e da dependência em que o P. se encontrava das forças de direita” ¹⁰⁵⁷.

No entanto, particularmente a composição da lista de Lisboa revela uma amplitude e um cunho de esquerda mais evidente, com a participação de vários elementos do grupo da *Seara Nova*, entre os quais um capitão no activo, João Varela Gomes. De fora ficavam as principais personalidades da Resistência Republicana-Socialista, porque se encontravam presos em consequência da tentativa de divulgação do Programa para a Democratização da República, só vindo a ser libertados praticamente nas vésperas das eleições ¹⁰⁵⁸, tardiamente marcadas para 12 de Novembro.

Mas haveria também passividade por desilusão no processo eleitoral, o que vinha no rescaldo ainda quente da campanha de 1958. Entendiam sectores mais radicalizados, principalmente em meios operários, que a solução não eram eleições mas a preparação de acções armadas, reacendendo o espectro do terrorismo, que o Partido Comunista tanto verberava.

O CC do PCP reúne em fins de Setembro para aprofundar a orientação política da campanha. Defende o seu alargamento, a criação do mais variado tipo de comissões, impondo a legalidade de funcionamento com assembleias públicas de trabalhadores, jovens, mulheres, com sedes abertas, abordando temas políticos como a luta contra a repressão e pela amnistia ou contra a guerra em Angola ¹⁰⁵⁹.

Mas nesse esforço de aproveitamento da situação incluíam-se ainda reivindicações como a liberdade de imprensa e a abolição da censura, o aumento dos

¹⁰⁵⁶ Cf. *Idem*, p. 2

¹⁰⁵⁷ *Idem*, 9º vol., apenso a fls 589, Fz [Frazão] [Octávio Pato], *Sobre a actual situação política e a luta “eleitoral”*, Novembro de 1961, dact., p. 1

¹⁰⁵⁸ Cf. Mário Soares, *Portugal amordaçado...*, pp 306-307

¹⁰⁵⁹ Cf. *Idem*, apenso a fls 126, *Conclusões CC. 9/61*, mns, 1 p.

salários e a redução do custo de vida, dos impostos e despesas militares, o fim das bases estrangeiras em território nacional ou a extinção da PIDE, que estavam, algumas delas, na realidade, muito longe de serem aceites pela oposição mais moderada e conservadora. Ao mesmo tempo insistiam nas reclamações de liberdade de propaganda, consulta livre e possibilidade de rectificações ao recenseamento, direito ao exercício da fiscalização de todas as operações eleitorais ¹⁰⁶⁰, condições mínimas estipuladas para a participação eleitoral, mas que se sabia e se via de antemão não irem ser aceites, tornando-se depois, por isso, consigna política para a campanha.

As listas de oposição realizaram, entre 25 de Outubro e 6 de Novembro, 19 sessões de propaganda, incluindo as que foram levadas a cabo pelas duas listas de Braga, sempre em recintos fechados, cinemas e teatros. Nos distritos de Aveiro e de Lisboa realizaram-se dez dessas sessões, cinco em cada ¹⁰⁶¹, enquanto que no distrito de Santarém não se teria realizado nenhuma.

As dificuldades na realização deste tipo de sessões era muito grande, com o governo a colocar múltiplos entraves através dos Governos Cívicos, que proibiam aliás tudo o que pudesse implicar ou derivar para acção de rua, como uma projectada romagem ao túmulo de Norton de Matos.

Ainda assim, o funeral de Câmara Reis, mentor da *Seara Nova* e principal aliado do grupo de Manuel Sertório de 1957 em diante, constituíra uma imponente manifestação contra o regime, de milhares de pessoas, que terminou com agressões policiais e prisões. Os estudantes, por seu turno, realizaram um comício na Universidade que desembocou numa manifestação com centenas de participantes pelas ruas de Lisboa ¹⁰⁶².

O Comité Central volta a reunir a 2 de Novembro para analisar o curso da campanha e tomar decisões em relação à última semana de intervenção eleitoral e à fase imediatamente subsequente.

Não se tratava apenas de apelar a um último esforço para ampliar o carácter de massas da campanha rompendo a “legalidade” imposta pelo regime, mas também de estipular as circunstâncias em que a desistência de ir às urnas deveria ser tomada, ou seja, o mais tardiamente possível e acompanhado de manifestos vigorosos denunciando as ilegalidades e discriminações do regime que forçaram essa decisão.

¹⁰⁶⁰ Cf. **Façamos da campanha eleitoral uma grande jornada de massas**, in *Avante!*, VI série, 306, 2ª quinzena de Setembro de 1961

¹⁰⁶¹ Cf. IAN/TT, TCL, 2ª JC, P. **92/1962**, 4ª vol., apenso a fls 253, **Oposição**, mns, p. 1

¹⁰⁶² Cf. **Sobre a actual situação política e a luta “eleitoral”**..., p. 2

Porém, porventura o mais importante, era o pós-eleições. Assim, determinava a realização de manifestações por todo o país na véspera da votação, quando já fora publicitada a desistência da oposição, cujas consignas se centrariam na denúncia das eleições como uma fraude e apelariam ao seu boicote.

Imediatamente a seguir deveria iniciar-se a batalha pela manutenção das estruturas formadas no decurso do processo eleitoral, com a realização de encontros regionais para apreciar a situação e concluir nesse sentido.

No dia 12 realizaram-se efectivamente manifestações organizadas pelo PCP em diferentes localidades, independentemente de terem sido apresentadas listas nos distritos respectivos.

No Couço, por exemplo, distrito de Santarém, onde a oposição apresentou lista única, uma reunião com muitas dezenas de pessoas realizada fora da aldeia oito dias antes combina uma manifestação para o dia das eleições junto à mesa de voto gritando “Abaixo Salazar”, “Traidores”, “Amnistia”, “Nós também queremos votar”, tendo conseguido impedir o funcionamento da mesa ¹⁰⁶³.

Em Almada, a 11, uma manifestação arranca da Cova da Piedade e ao mesmo tempo que vai engrossando consegue vencer as barreiras policiais. Os confrontos tornam-se prolongados perto da Academia Almadense, com os manifestantes a reagir às pedrada contra as cargas repressivas da polícia e da GNR, que dispara e atinge mortalmente um dos manifestantes, Cândido Capilé, jovem corticeiro de 17 anos, militante do PCP, cujo funeral é, depois, uma enorme manifestação que enche o largo de Cacilhas e onde se voltam a registar confrontos com as forças policiais ¹⁰⁶⁴.

Em Ermidas-Gare, no sul do Distrito de Setúbal, logo de manhã no dia das eleições concentram-se duas centenas de pessoas junto à mesa de voto empunhando cartazes onde se lia “Abaixo a PIDE”, “O povo é forte”, “Queremos eleições livres” e gritando slogans semelhantes, ainda que não tenham conseguido impedir a votação ¹⁰⁶⁵. Uma nota num pedaço de papel que chega ao Secretariado do PCP e que torna a movimentação aqui um exemplo a seguir, refere ainda consignas gritadas contra a guerra em Angola e confrontos com a GNR ¹⁰⁶⁶.

Situações e protestos como estes sucederam também na Covilhã, em Alpiarça, em Grândola, em Lisboa ou em Coimbra. A violência como resposta às cargas da

¹⁰⁶³ Cf. Paula Godinho, *Memórias da resistência rural no sul. Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta, 2001, pp 202-204

¹⁰⁶⁴ Cf. *Grandiosas manifestações em Almada*, in *Avante!*, VI série, 310, 2ª quinzena de Novembro de 1961

¹⁰⁶⁵ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *P. 2164/61-SR*, Agente José Bernardo Lopes Fonseca, *Informação*, Setúbal, 15 de Novembro de 1961, dact., 2 pp, [59-60]

¹⁰⁶⁶ Cf. IAN/TT, TCL, 2º JC, P. *92/1962*, 1º vol., apenso a fls 28, *Em Ermidas...*, mns, p. 1

polícia, uma combatividade reforçada, a participação de um número considerável de homens, mulheres e jovens vem relembrar e em certa medida reeditar os acontecimentos da campanha de 1958.

O Secretariado do Comité Central, numa nota de 17 de Novembro, sublinha todas estas acções, valoriza-as, enquadra-as num movimento mais geral pelo levantamento nacional, mas que não está para o PCP no horizonte:

“O levantamento nacional não é uma tarefa que possamos decretar á medida dos nossos desejos, antes terá de ser o aproveitamento e o desenvolvimento das lutas parciais de carácter económico ou político, da utilização da acção legal e da acção clandestina, das comissões legais e dos comités ilegais, associando todas as formas de luta e de organização.

A experiência da recente campanha “eleitoral” é a demonstração viva de que será a linha das acções de massas e não o putchismo, que conduzirão ao derrubamento do fascismo” ¹⁰⁶⁷

Esta nota que por um lado procura acalmar os ânimos mais radicalizados que reclamavam armas, como sucedera nas ruas de Almada, alerta ainda contra a deriva putchista numa referência que não podia deixar de ser senão aos preparativos do plano que havia sido gizado no Brasil entre Humberto Delgado e Manuel Serra. Este regressara clandestinamente ao país, munido de uma credencial do MNI assinada pelo próprio General Delgado ¹⁰⁶⁸, para começar a preparar nesta mesma altura a acção revolucionária com base no referido plano.

Mas, o que porventura de mais importante se pode retirar da nota do Secretariado é uma orientação muito clara para o reforço das Juntas de Acção Patrióticas, cujo papel estava consideravelmente desvalorizado e a que o PCP se agarrava agora no sentido de procurar, através delas, criar um órgão ilegal de coordenação e de direcção da luta antifascista no interior do país que congregasse as diferenças forças e sectores oposicionistas e dirigisse as comissões legais que remanesciam das eleições.

Ainda antes da campanha eleitoral, em Julho de 1961, a direcção do Partido Comunista havia endereçado uma longa carta à Junta Central. Num estilo muito comum neste tipo de documentos em que o PCP se dirige às outras forças políticas com quem

¹⁰⁶⁷ **O povo levanta-se em todo o país contra a farsa eleitoral e o fascismo**, in *Avante!*, VI série, 310, 2ª quinzena de Novembro de 1961

¹⁰⁶⁸ Cf. IAN/TT, Pide/DGS, *PC 683/62*, 1º vol., Movimento Nacional Independente, *Credencial*, S. Paulo [Brasil], 16 de Junho de 1961, dact., 1 p., [61]

estabelecia ou queria estabelecer aliança, o interessante reside já no manifesto interesse que deposita na Junta, que encara como embrião duma Frente Patriótica Nacional resultante da aglutinação das forças oposicionistas.

Estão, no entanto, aí bem presentes, não obstante as potencialidades reconhecidas tanto à Junta como à situação política que se atravessava, os habituais avisos quanto às tendências e estratégias nocivas para o derrube do regime, isto é, ao fim e ao cabo, tudo o que se afastasse do modelo de levantamento nacional, que é, mais uma vez, detalhadamente enunciado.

Do mesmo modo se insiste na ideia de que o governo emergente do derrube do regime deveria ter um carácter provisório e integrar todas as correntes políticas que directa e activamente participaram nesse derrube, cujo programa deveria ser a promulgação das liberdades democráticas fundamentais e a realização num prazo curto de eleições livres.

O programa de acção imediata deveria, por isso, ser mínimo, circunscrevendo-se à liquidação do regime e instauração de um Governo Provisório de Unidade Nacional que preparasse eleições, mantendo a unidade orgânica a consubstanciar na Frente até essa altura e colocando cinco objectivos concretos para a acção imediata – luta pela liberdade política, pelo fim da guerra colonial e pelo direito dos povos das colónias à autodeterminação e independência, contra os monopólios, pela independência nacional e pela amnistia aos presos políticos.

Essa futura Frente Patriótica Nacional deveria ter um carácter abrangente do ponto de vista das forças políticas que a integravam, salvaguardando no entanto a respectiva autonomia, mas dotada de um órgão dirigente, um Conselho da Frente e de estruturas regionais e locais.

Porém, para o Partido Comunista, essas estruturas deveriam ter um carácter popular, pois, como se afirmava no documento, “*Sem isso as Juntas de Acção Patrióticas são puros organismos de conspiração secreta, desligados das massas populares e dos seus problemas do dia a dia e votados infalivelmente à inacção e à morte política*”¹⁰⁶⁹, ainda que viessem admitindo pela primeira vez desde o MUNAF o carácter clandestino do seu funcionamento.

Não era por isso circunstancial que o Partido Comunista considerasse a batalha eleitoral travada como uma acção conjunta das JAP e das comissões legais, o que só com muita generosidade se podia considerar como correspondendo à realidade. É que,

¹⁰⁶⁹ TCL, 4º JC, Processo 97/64, 5º vol., apenso a fls 286, À **Junta Patriótica**, s.a., Julho de 1961, cópia dact., p. 8

efectivamente, as Juntas eram organismos débeis, pouco numerosos e a Junta Central, entretanto criada, estava longe de qualquer semelhança com o velho Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista que nos anos idos de quarenta presidia ao MUNAF.

Por outro lado, apesar do PCP participar activamente nas Juntas, as ligações da Resistência Republicana-Socialista a Manuel Serra, através de Fernando Piteira Santos, que integrava ao mesmo tempo a Junta Patriótica Central, na preparação da acção revolucionária que tinha como elemento central o assalto ao quartel de Beja, para o que inclusivamente estavam a contactar ex-militantes, simpatizantes e até membros do PCP, só poderia deixar a direcção do partido intranquila.

Nesta fase, as Juntas de Acção Patrióticas conhecem um considerável dinamismo e multiplicavam-se pelo país, ainda que muito longe de constituírem uma rede nacional extensiva.

A pretexto da publicação do Programa para a Democratização da República, primeiro e da repressão que se abateu face ao fracasso da tentativa de assalto ao quartel de Beja, a Junta Central e as estruturas regionais mais importantes, como a do Porto, seriam sucessivamente desmanteladas e os seus membros presos ou forçados ao exílio. Era essa a situação, mal tinha entrado o ano de 1962.

Também nas fileiras do PCP, os efeitos de uma concertada e assanhada investida policial tocou o próprio Secretariado do Comité Central. Se em 1960 a direcção partidária já havia perdido Francisco Miguel, Cândida Ventura, Júlio Fogaça, e Guilherme da Costa Carvalho, o cerco continuava a apertar-se. Fernanda Tomás, Ilídio Esteves e José Miguel seriam todos detidos em Fevereiro do ano seguinte. A situação tornara-se a tal ponto instável e perigosa que, no Verão de 1961, foi decidido fazer sair Álvaro Cunhal do país, que, segundo versão corrente, teria estado na iminência de ser preso ¹⁰⁷⁰. Já antes, quebrando uma tradição de décadas de manter todos os membros da direcção em liberdade no interior do país, vinham sendo tomadas medidas para colocar uma pequena parte dos seus membros no exterior, tendo entretanto saído Sérgio Vilarigues e Pedro Soares. Francisco Miguel fora aliás preso quando se preparava para atravessar a fronteira a salto pela zona de Elvas ¹⁰⁷¹, que era ao tempo, não obstante, um dos mais utilizados aparelhos de fronteira do PCP.

Em Setembro desse ano, Cunhal, recém-eleito secretário-geral do PCP, já está na União Soviética, onde é recebido por Mikail Suslov e Boris Ponomariov, altos dirigente

¹⁰⁷⁰ Cf. **Entrevista a Francisco Martins Rodrigues**, Lisboa, 7 de Maio de 1997

¹⁰⁷¹ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *PC 779/60*, **Auto de Perguntas a Joaquim Manuel Baluarte Gonçalves**, em 25 de Julho de 1960, [21-24]

ao nível do Praesidium e do Secretariado do Comité Central do PCUS e membros do poderoso Departamento Internacional ¹⁰⁷².

Porém, mais grave ainda que tudo isto é a prisão, em Dezembro, com escassos dias de intervalo, de Joaquim Pires Jorge e Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política, de Américo Gonçalves de Sousa, membro efectivo do CC e Carlos Costa, suplente, nas vésperas e no próprio dia em que se iria realizar em Lisboa uma reunião do Comité Central ¹⁰⁷³.

Apesar de tudo, pouco mais de uma semana antes, a fuga do forte de Caxias no carro blindado de Salazar, em Dezembro de 1961 vinha repor nas fileiras partidárias um precioso conjunto de quadros experimentados rapidamente reintegrados na actividade partidária, como Guilherme da Costa Carvalho, José Magro ou António Gervásio, vindo estes dois últimos a desempenhar, nos meses seguintes, um papel fundamental na organização das grandes movimentações sociais e políticas em Lisboa e nos campos do sul, respectivamente.

No entanto, a extensão dos danos é temporariamente muito grande. Há regiões inteiras do país que ficam com as ligações cortadas, como o Porto, onde actuava ao tempo Alexandre Castanheira:

“Foi um grande desastre partidário. No mesmo dia caíram nas mãos da PIDE os principais dirigentes na clandestinidade. A policia apercebeu-se que havia uma reunião do CC nesse dia” ¹⁰⁷⁴

À cabeça do partido estavam agora Dias Lourenço, a regressar de Moscovo, do XXII Congresso do PC soviético em que participara com Álvaro Cunhal, ou Joaquim Gomes. É neste contexto, com a direcção muito desfalcada, que Francisco Martins Rodrigues é chamado a efectivo do Comité Central.

Entretanto, logo no primeiro dia de 1962 dá-se finalmente o assalto ao quartel de Beja. Depois da *Abrilada* do ano anterior, os comandos e oficiais superiores com simpatias oposicionistas haviam sido neutralizados, pelo que a base militar da conspiração era limitada e constituída sobretudo por oficiais intermédios em conexão com um largo sector civil.

O movimento constava do assalto ao quartel de Beja, após o que grupos de sublevados se espalhariam pelo sul do país, cortando o acesso à cidade alentejana e

¹⁰⁷² Cf. Pide. **Serviços de Rádio. Escuta. Posto de Lisboa** [Rádio Moscovo], 19 de Setembro de 1961, IAN/TT, Arquivo Salazar, *AOS/CO/PC-81* e **Álvaro Cunhal encontra-se na União Soviética**, in *Avante!*, VI série, 306, 2ª Quinzena de Setembro de 1961

¹⁰⁷³ Cf. Joaquim Pires Jorge, **Com uma imensa alegria...**, pp 79-81 e Alexandre Castanheira, **Outrar-se ou a longa invenção de mim**, Porto, Campo das Letras, 2003, pp 151-152

¹⁰⁷⁴ Alexandre Castanheira, **Outrar-se...**, p. 154

apostando no arrastamento e adesão de outras unidades. O general Delgado entrara clandestinamente no país e preparava-se para assumir o comando das operações numa fase mais avançada do seu desenvolvimento; iludindo completamente a vigilância policial consegue sair do país, gorado o movimento. O assalto ao quartel de Beja como aliás o conjunto das operações, várias vezes adiadas, fora marcado pelo imprevisto e pela falta de meios, redundando rapidamente em descalabro.

Embora o PCP não apoiasse a acção, registou-se a participação de vários militantes comunistas, particularmente da Margem Sul do Tejo. Ainda que Manuel Serra, que dirigia do ponto de vista operacional a preparação do movimento militar, particularmente envolvido com a sua componente civil, sustente que a mobilização dos apoiantes se fazia de modo indiferenciado, sem atender à filiação partidária fosse de quem fosse ¹⁰⁷⁵, a radicalização de sectores da base operária do Partido Comunista propiciava o engajamento de alguns desses militantes. Assim, mesmo sabendo que a opinião formal dos dirigentes comunistas era contrária àquele tipo de acções, os organizadores da conspiração, tanto Serra, como Edmundo Pedro ou o próprio Piteira Santos, particularmente estes dois últimos, não desdenhavam do aliciamento desses sectores, parecendo aliás beneficiar do conhecimento e dos contactos que lhes advinham do facto de serem ex-militantes comunistas.

O principal elemento de enlace aos sectores comunistas dispostos à participação no movimento era Joaquim Eduardo Pereira, operário montador na Companhia Portuguesa de Pesca, conhecida por Olho de Boi, em Almada. Militante desde 1943, teve nas eleições de 1958 um papel de relevo na zona, integrando a Comissão Concelhia de apoio a Arlindo Vicente, primeiro, e a Humberto Delgado, depois. No rescaldo das eleições, perante a pressão policial e o desmantelamento da estrutura partidária, chega a ser funcionalizado durante breve período de tempo, participando na reorganização do sector da Margem Sul, quer na corda Almada/Seixal, quer na zona Barreiro/Montijo.

Trata-se de um quadro comunista em ruptura eminente com o partido, radicalizado, já descrente da estratégia de participação eleitoral em 1961 e que mantinha contactos com Germano Pedro.

Conseguirá aliciar para o movimento a partir das células da sua empresa, do Arsenal do Alfeite, da fábrica Kellog e um pouco por toda a Margem Sul militantes, ex-

¹⁰⁷⁵ Cf. Manuel Serra, “Salazar esteve a ponto de cair” (entrevista de João Madeira), in *História*, III série, Março de 2002, p. 19

militantes e orlas próximas ¹⁰⁷⁶, todos em posições radicalizadas que criticavam pela esquerda, mesmo que a partir de dentro, a linha política do PCP.

De qualquer modo, aparentemente, os sectores tocados pela repressão eram apenas uma parte pequena do conjunto de militantes e simpatizantes que se havia envolvido, confinando-se àqueles que participaram directamente no miolo operacional da acção.

O partido tinha, seguramente, conhecimento do que se preparava, acompanhava esse processo, ainda que longe de se envolver. Só depois de falhado o movimento, de feitas as prisões, é que, já no início de Fevereiro, o Comité Regional da Margem Sul do Tejo dirige uma carta de censura violenta aos militantes que haviam estado envolvidos.

Invocada a alteração política na linha do partido no quadro da rectificação do desvio de direita, deixara de haver lugar para quaisquer dúvidas sobre a condenação que o partido fazia aos movimentos e intencões de carácter putchista; por isso são acusados de desrespeito pelos Estatutos com quebras graves ao nível dos deveres e de atentarem contra os princípios do centralismo democrático.

As concepções golpistas, por oposição às do levantamento nacional, são ideias burguesas, que revelam medo das massas e que causam grande prejuízo ao partido. Assim:

“Ao participardes na acção aventureira de Beja colocaste-vos sob a direcção política dos defensores e dirigentes das ideias e práticas golpistas (Humberto Delgado & C^a), pessoas que, representando a burguesia liberal e desejando contribuir para o derrubamento do regime fascista, são por outro lado olhadas pelos imperialistas (especialmente os norte-americanos) como reservas a que poderão lançar mão se isso lhes for necessário para impedir o avanço da luta e do movimento popular, para tentar impedir que “o poder caia na rua”, como eles dizem” ¹⁰⁷⁷

Para além disso, acrescenta que ao provocarem um número significativo de prisões e um retraimento inevitável dos que não haviam sido tocados, causou prejuízos pelos quadros que temporariamente roubou ao partido, além de ter proporcionado mais pretextos para a propaganda e a repressão governamentais.

¹⁰⁷⁶ Cf. IAN/TT, Pide/DGS, *PC 683/62...*, 2º vol, “Joaquim Eduardo Pereira”, mns, s.d., [46-54]; 3º vol. *Auto de Perguntas a Joaquim Eduardo Pereira em 18 de Janeiro de 1962*, [277-280]; 4º vol., *Autos de Perguntas... em 24 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 1962*, [12-17] e [146-150], respectivamente; 9º *Auto de Perguntas... em 5 de Março de 1962*, [282-286], *Continuação das minhas actividades no Partido Comunista Português*, mns, s.d., 9º vol, [287-296] e *Auto de Perguntas... em 7 de Março de 1962*, [317-323]

¹⁰⁷⁷ IAN/TT, TCL, 1º JC, *P. 16395/63*, 4º vol., CR da Margem Sul do Tejo do Partido Comunista Português, *Prezados camaradas*, dact., 3 de Fevereiro de 1962, p. 2, apenso a fls 196

Deste modo, o Comité Regional propõe a suspensão do partido dos militantes envolvidos por um período superior a seis meses, sanção que deverá ser ratificada pelo escalão superior, ficando no entanto desde logo suspensos de qualquer actividade partidária.

A demarcação e a condenação pública virão a seguir à derrocada, nas páginas do *Avante!* em termos inevitavelmente mais matizados. É reconhecida a coragem e até o patriotismo dos que participaram no golpe de Beja, só que deveriam ter percebido que se tratava de uma acção condenada à partida à derrota, e não terem insistido na ideia de que, não obstante uma imensa desproporção de forças, seria possível a um pequeno grupo de homens “*paralisar o aparelho de estado fascista e, pelo seu exemplo, arrastar a massa do povo e os militares à sublevação espontânea contra as autoridades fascistas, derrubando a ditadura*”¹⁰⁷⁸.

Mais uma vez o partido sublinhava o erro em que laboravam os que persistiam em manter-se arreigados a tais concepções, reiterando a validade do modelo do levantamento nacional, no caminho do qual o golpe de Beja não deixava boa memória, em contraste com o que ficara da intervenção eleitoral de 1961, renovando, evidentemente, os apelos à unidade.

3. A questão colonial

Mas, em pano de fundo, invadindo poderosamente a conjuntura, a questão colonial vinha rapidamente ocupando um lugar central.

O PCP apercebia-se da iminência da guerra nas colónias. Entendia que as acções de protesto e os incidentes entre a população negra e as autoridades coloniais, invariavelmente sufocadas por uma repressão desabrida e sem quaisquer contemporizações, estava a abrir caminho a soluções violentas.

Ainda em Outubro de 1959, o *Avante!* denunciava o reforço dos preparativos de guerra¹⁰⁷⁹. E ao longo do ano seguinte a questão colonial ganha presença nas sucessivas edições do jornal, reflectindo bem, por um lado como a situação de conflitualidade se

¹⁰⁷⁸ Aproveitemos as lições da revolta de Beja, in *Avante!*, VI série, 312, Janeiro de 1962

¹⁰⁷⁹ Cf. *Contra a política de agressão colonialista*, in *Avante!*, VI série, 282, Outubro de 1959

adensava e, por outro, como o assunto adquiria visível importância para o Partido Comunista.

O importante documento da Comissão Política do Comité Central, de Maio de 1960, sobre a unidade democrática considerava que “*a luta contra o envio de tropas expedicionárias e os preparativos de guerras coloniais como um dos objectivos que se coloca, a todas as forças democráticas*”¹⁰⁸⁰.

Ao mesmo tempo vinha-se intensificando o processo de estruturação das correntes nacionalistas em direcção à criação de movimentos políticos independentistas. Neste processo, o PCP vinha exercendo considerável influência desde a década anterior, a partir do antigo núcleo de nacionalistas africanos que constituira a primeira geração da Casa dos Estudantes do Império, sobretudo de modo indirecto, através do MUD Juvenil.

Mas uma pulsão autonomista por parte destes jovens esteve sempre presente, a reflectir-se, por exemplo, logo desde o início da década, com a criação do Centro de Estudos Africanos que durante cerca de dois anos desenvolve um intenso trabalho ligado à identificação dos grandes problemas e dos grandes objectivos históricos que se colocavam ao continente africano e às colónias portuguesas em particular. E, insatisfeitos com o âmbito da sua acção, ainda promovem a constituição do Clube Marítimo Africano, por meio do qual pretendiam a aproximação aos trabalhadores africanos¹⁰⁸¹, aproveitando para estabelecer canais seguros de comunicação com as colónias.

As tensões ocorridas no seio do MUD Juvenil entre a sua Comissão Central e o chamado grupo de jovens coloniais, muitos dos quais se encontravam justamente no Centro de Estudos Africanos, decorre do facto de serem encarados apenas como um segmento da juventude portuguesa.

Apesar de Agostinho Neto ter sido chamado à Comissão Central do MUDJ em representação da juventude das colónias não viria a alterar significativamente esta situação. Aliás, o próprio Neto viria a animar um Movimento Democrático das Colónias Portuguesas, embora aparentemente se tratasse de um dos elementos que mais perto estava do próprio partido, a cujas fileiras pertenceria. Do mesmo modo, em Paris, onde tinham entretanto chegado Marcelino dos Santos e Mário Pinto de Andrade formara-se um movimento com designação igual.

¹⁰⁸⁰ **A tarefa inadiável da hora presente – a unidade...**

¹⁰⁸¹ Cf. Dalila Cabrita Mateus, **A luta pela independência**, Inquérito, Lisboa, 1999, pp 75-79

Marcelino dos Santos desempenharia aliás em França um papel fundamental no interface de recepção aos grupos de jovens africanos que por aí passavam em trânsito para a participação nas reuniões internacionais. Pela mão de Marcelino se obtinham através da União da Juventude Republicana, organização periférica do Partido Comunista Francês, com quem estabelecia contacto directo, os documentos necessários a prosseguir viagem ¹⁰⁸².

Porém, a organização criada pelo PCP para enquadrar militantes de origem colonial, designada de sector ultramarino, que existia pelo menos desde 1954, mantinha uma lógica de funcionamento que basicamente o circunscrevia ao mesmo tipo de tarefas que os restantes organismos e sectores partidários – recolha de quotas e fundos, distribuição da imprensa, aliciamento de novos elementos – sendo inexpressivas as acções e iniciativas de cunho político especificamente orientadas para os problemas coloniais.

Lúcio Lara, que em representação desta estrutura vai participar no V Congresso do PCP, reconhecerá muito mais tarde que *“nem sempre foi fácil (...) fazer compreender aos nossos amigos portugueses a necessidade de não confundirmos as respectivas lutas, que, de resto, se completavam, sem que pudessem por de parte que a liquidação do colonialismo acarretaria a queda do fascismo”* ¹⁰⁸³.

Em 1955 havia-se formado em Angola um Partido Comunista, cujo principal mentor era Viriato da Cruz, mantendo-se em actividade pelo menos até 1957, quando por efeito da repressão muitos dos seus membros são presos e Viriato é obrigado a sair de Angola, vindo para a Europa. Trata-se de uma iniciativa orgânica à margem do PCP, com os próprios estatutos a serem inspirado nos do PC do Brasil, *“aspirando a contactos com o Partido Comunista da União Soviética”*, como esclarece Marco António, um dos seus fundadores ¹⁰⁸⁴.

Francisco da Conceição Louro contacta, com credencial do PCP, o que sobra da organização comunista angolana, tentando sem êxito harmonizar a situação, com muitos dos antigos quadros do PCA a recusarem a tutela ou dependência dos comunistas portugueses.

No entanto, parecia ir ganhando terreno a ideia de uma maior eficácia de organizações mais amplas, que pudessem, do ponto de vista social e político, agregar

¹⁰⁸² Cf. IAN/TT, Pide/DGS, P. 8512-E/GT, Cópia de Autos de Declarações de António de Figueiredo e Meneses da Graça do Espírito Santo, de 7 e 10 de Abril de 1962, [6-16]

¹⁰⁸³ Cit. *idem*, p. 84

¹⁰⁸⁴ Cit. in Marcelo Bittencourt, *Dos jornais às armas*, Vega, Lisboa, 1999, p. 179

correntes e sectores nacionalistas que dificilmente adeririam a um Partido Comunista, o que parece ter estado na origem da criação do PLUAA, Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola¹⁰⁸⁵, a quem o sector ultramarino do PCP enviará desde Lisboa um copiógrafo e ao qual vai, por exemplo aderir o Padre Joaquim Pinto de Andrade.

O desenvolvimento desta tendência abriria caminho a outras iniciativas orgânicas como o MIA, Movimento para a Independência de Angola ou o MINA, Movimento para a Independência Nacional de Angola.

Isto não obstava a que Louro tratasse, por outro lado, de reagrupar os colonos brancos radicados em Angola que haviam pertencido ao PCP ou que eram simpatizantes, criando aí uma secção do partido, em que participariam, entre outros, António Calazans Duarte, Julieta Gandra, José Luciano Meireles ou António Matos Veloso que, ao mesmo tempo animavam as organizações de feição nacionalista, como o MNLA, Movimento Nacional de Libertação de Angola, que surgira no rescaldo das eleições de 1958¹⁰⁸⁶, não estando de qualquer modo fora dos seus propósitos a criação, mas mais tarde, de um PC de Angola.

Anos antes, em 1956, na Guiné, já havia sido criado o PAI, Partido Africano da Independência da Guiné, reunindo de início em Bissau um pequeno grupo de nacionalistas, com a participação activa de Amílcar Cabral e de outros caboverdianos como Aristides Pereira e, dois anos depois, aparece o MLG, Movimento de Libertação da Guiné, de Rafael Barbosa.

Em Lisboa, numa reunião entre membros dos Movimento Democrático das Colónias em Portugal e em Paris, em que estão presentes Marcelino dos Santos, Lúcio Lara, Agostinho Neto, Noémia de Sousa, Amílcar Cabral, entre outros, cria-se em 1958 o MAC, Movimento Anti-Colonial¹⁰⁸⁷.

O PCP propõe em Paris uma reunião a Mário Pinto de Andrade, dispondo-se a prestar ajuda fraternal e sem quaisquer ingerências ao MAC, designadamente a nível de apoio técnico para a edição de publicações e materiais de propaganda¹⁰⁸⁸.

¹⁰⁸⁵ Cf. João Madeira, *O PCP e a questão colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)*, in *Estudos do Século XX*, 3, 2003, pp 222-226

¹⁰⁸⁶ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, Delegação de Angola, *PC 47/59*, 2º vol., *Auto de Perguntas a António Guilherme de Matos Veloso*, em 29 de Julho de 1959, [127-132]

¹⁰⁸⁷ Cf. João Madeira, *O PCP e a questão colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)*, in *Estudos do Século XX*, 3, 2003, pp 236-237

¹⁰⁸⁸ Cf. *Carta de Mário Pinto de Andrade*, Paris, 23 de Outubro de 1959, in *Um amplo movimento. Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*, vol. 1, ed. Lúcio e Ruth Lara, Luanda, 1998 (2ª ed.), , pp 136-138

Todavia, para Viriato da Cruz, a questão não era tão simples. Numa extensa carta a Lúcio Lara, referindo-se ao PCP sob a forma crítica de “subterrâneos”, explica contumaz:

“(...) a subestimação do direito à autodeterminação e à independência do nosso povo, no presente, foi um facto dentro das antigas teses dos subterrâneos lusos. Essa subestimação baseou-se em conhecimentos vagos e errados sobre o nosso povo. Esse erro dos lusos levanta, concretamente um problema de princípio: os subterrâneos lusos não estão sempre à altura de poder avaliar justamente os nossos problemas, e eles não podem, portanto, arrogar-se, de qualquer forma, o direito de determinar ou ditar caminhos para nós.

Importa que os subterrâneos lusos se convençam, na prática, de uma vez por todas, que os destinos do nosso povo só podem ser decididos por este através dos seus mais legítimos representantes. (...). Os subterrâneos lusos só podem trabalhar connosco como aliados.

(...) essa contribuição não pode ser aceite se ela vem intoxicada de qualquer sentimento de “paternalismo” ou “fraternalismo” ¹⁰⁸⁹.

E acrescentava, por exemplo, que mesmo do ponto de vista técnico não via vantagem que os manifestos e publicações do Movimento fossem editadas com o mesmo tipo de caracteres tipográficos que a imprensa clandestina do PCP.

As divergências de Viriato alargavam-se ao papel desempenhado pelo próprio MAC, em cujas estruturas participava activamente. Criticando o directório instalado em Lisboa, composto por Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Lúcio Lara, Eduardo Macedo dos Santos e Noémia de Sousa, entendia que o Movimento “*devia ser uma força que aja sobre a realidade (...) e não um corpo movido a reboque, pelos acontecimentos*”

¹⁰⁹⁰.

Em Janeiro de 1960, uma delegação do MAC participa na II Conferência dos Povos Africanos, em Tunes. Nesta delegação, composta entre outros por Lara e Viriato, as divergências trocadas por carta travam-se agora ao vivo ¹⁰⁹¹ e, por outro lado, são confrontados com pressões das outras delegações para que cada colónia portuguesa tivesse uma delegação própria, ultrapassando a amálgama que desse ponto de vista o Movimento representava.

¹⁰⁸⁹ Carta de Viriato da Cruz, 29 de Outubro de 1959, *Idem*, pp 145-146

¹⁰⁹⁰ Carta de Viriato da Cruz, de 29 de Novembro de 1959, *idem*, p. 181

¹⁰⁹¹ Cf Carlos Pacheco, *MPLA, um nascimento polémico*, Vega, Lisboa, 1997, p. 87, n. 42

Logo após a Conferência, chamado Amílcar Cabral, que se encontrava em Paris, de urgência à capital tunisina o MAC, será, na prática extinto, dando origem à FRAIN, Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas, formalmente composta por organizações, que seriam o MPLA, cuja formalização é igualmente acelerada, o PAI da Guiné e a UPA, União dos Povos de Angola.

Em Abril do ano seguinte, em Casablanca a FRAIN dá lugar à CONCP, Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, fazendo evoluir a articulação entre os diferentes movimentos nacionalistas de uma Frente para uma Conferência, o que vinha reforçar precisamente o carácter autónomo de cada uma das organizações.

Aqui radicará o impulso para a constituição de organizações nacionalistas de Moçambique, ainda que no exterior da colónia, como foi o caso da UDENAMO, União Democrática Nacional de Moçambique ou da MANU, União Nacional Africana de Moçambique, fundadas na Rodésia do Sul e no Tanganica, respectivamente.

Neste processo de transformação do MAC em FRAIN e em CONCP, Marcelino dos Santos aderirá à UDENAMO e a partir de Marrocos tomará um importante papel na estruturação da nova organização, dotando-a de um projecto de programa ¹⁰⁹². As suas ligações ao PCP remontavam aos anos cinquenta, tendo mantido sempre, no interior de Portugal ou em Paris, activa participação em todas estas movimentações que faziam esta geração de jovens africanos deslocar da Casa dos Estudantes do Império para o MUD Juvenil e o PCP e daí para as organizações nacionalistas africanas. Tratava-se de um circuito que se manteria até à formação dos movimentos de libertação nacional já em final dos anos 50 ou nos primeiros anos da década seguinte.

Mas a situação das colónias portuguesas ia suscitando as atenções internacionais. Em Março de 1960 dois dirigentes do American Committee on Africa, depois de visitarem Angola concluíram que a eclosão de uma revolta armada era apenas uma questão de tempo ¹⁰⁹³.

Agostinho Neto que havia regressado a Angola em Dezembro de 1959 será preso seis meses mais tarde em Icolo e Bengo, a sua aldeia, a 30 Km de Luanda, onde tinha consultório médico. Segundo comunicado do Comité Director do MPLA, a população reage à prisão, exigindo do administrador colonial a sua libertação. Em resposta é chamada a tropa reprimir a manifestação, provocando 20 mortos e mais de

¹⁰⁹² Cf IAN/TT, Pide-DGS, P. 488/51-SR, 6º vol., Carta de Marcelino dos Santos a Adelino Gwambe, Presidente Nacional da UDENANO, Rabat, 16 de Maio de 1961, [40]

¹⁰⁹³ Cf. João Paulo Guerra, *Memória das Guerras Coloniais*, Afrontamento, Porto, 1993, p. 62

duas centenas de feridos. No dia seguinte, duas companhias militares invadem, pilham e incendiam a aldeia, prendendo boa parte da população¹⁰⁹⁴.

Todavia, praticamente ao mesmo tempo que estes acontecimentos se desenrolavam, o Comité Director do MPLA divulgava uma declaração ao governo português em que exigia o reconhecimento do direito à independência, reclamava uma amnistia para os presos políticos angolanos, o estabelecimento das liberdades democráticas e a retirada das forças militares portuguesas, mas sugerindo negociações “*para a solução pacífica do problema colonial em Angola, no interesse das partes em presença*”¹⁰⁹⁵

Mas na realidade as acções de intimidação e de repressão aberta tornavam-se cada vez mais frequentes, com ostensiva presença militar e com frequentes rugas e buscas nos bairros populares de Luanda, principalmente onde se concentrava a população negra.

Na Guiné, por sua vez, já antes, em Junho de 1959, as tropas portuguesas haviam reprimido com extraordinária violência uma greve dos portuários e estivadores de Pidjiguiti, no porto de Bissau, provocando meia centena de mortos, mais de cem feridos e deportando para S. Tomé os que sobreviveram ao massacre.

Esta radicalização contraía a margem de manobra dos nacionalistas africanos em relação a uma possível resolução pacífica do problema colonial. Se, ainda em 1959, o PAI concluía pela necessidade de lutar por todos os meios, inclusivamente através da luta armada, em Dezembro do ano seguinte seria o MPLA a declarar numa conferência de imprensa em Londres que esta seria “*a única alternativa para fazer prevalecer o direito dos povos à autodeterminação e à independência*”¹⁰⁹⁶.

O *Avante!* ia noticiando regularmente o desabrido comportamento repressivo das autoridades coloniais e das forças militares portuguesas, responsabilizava o governo de Salazar por esta orientação violenta, insistindo como “*A sombria perspectiva duma criminosa guerra colonial pesa como uma ameaça real sobre o nosso povo e os povos subjugados pelos colonialistas portugueses*”¹⁰⁹⁷ e que se tornava necessário travar os preparativos de guerra através do desenvolvimento de diversificadas acções de luta popular¹⁰⁹⁸.

¹⁰⁹⁴ Cf. **Declaração do MPLA**, Conakry, 25 de Outubro de 1960, in *Um amplo movimento...*, pp 384-386

¹⁰⁹⁵ Cit. in **Como Salazar responde aos legítimos representantes do povo de Angola**, in *Avante!*, VI série, 293, Setembro de 1960

¹⁰⁹⁶ Cf. João Paulo Guerra, **Memória das guerras...**, pp 201 e 126, respectivamente

¹⁰⁹⁷ **Corre o sangue do povo de Angola**, in *Avante!*, VI série, 292, Agosto de 1960

¹⁰⁹⁸ Cf. **Horas sombrias para Portugal. A política colonial do Governo de Salazar está errada. Deve reconhecer-se aos povos coloniais o direito à autodeterminação**, *Avante!*, VI série, 294, Outubro de 1960

Em Setembro, a Comissão Política publica um documento – *Três Problemas da Actualidade* – que constitui a mais importante tomada de posição neste contexto, traçando o enquadramento internacional para a conjuntura que se atravessava, onde se colocava, inevitavelmente, a questão colonial.

Há um alinhamento com os soviéticos quando às principais teses em matéria internacional – era possível evitar um novo conflito militar à escala mundial, desde que se criasse uma frente suficientemente poderosa, assente no desenvolvimento da aliança entre o campo socialista, os jovens países que se libertaram do jugo colonial e os povos coloniais em luta pela sua independência, de modo a fazer recuar a agressividade imperialista, minada aliás por contradições internas.

Ancorando-se nas conclusões do XX Congresso do PCUS e baseando-se nas palavras de Kroutchtchev ao XXI, o documento tece num longo parágrafo reparos aqueles que naquela altura sustentavam a inevitabilidade da guerra, apoiando-se nas teses de Lenine sobre o desenvolvimento do capitalismo.

Nesta ideia radicava justamente uma das principais divergências formais que vinha opondo os soviéticos aos comunistas chineses e que subia de tom. Condenavam-se assim, ainda que de modo indirecto, mas pela primeira vez, as posições dos chineses, levando mais longe o alinhamento com os soviéticos.

Deste ponto de vista, retomando a tese de que Portugal era um país simultaneamente colonial e dependente, o problema português colocava-se à luz da eliminação completa do colonialismo no mundo. O colonialismo português seria assim inevitavelmente destruído e os povos coloniais, com ou sem guerra, ascenderiam à independência num processo de debilitação profunda do próprio regime, cuja destruição, aliás, também continha uma forte componente de libertação nacional.¹⁰⁹⁹

Do ponto de vista internacional, a mudança de posição dos comunistas portugueses quanto à questão colonial, estabelecida a partir do Congresso de 1957, tem um claro suporte e uma directa inspiração soviética, que continuam a nortear a orientação partidária neste domínio, completamente imune a todas as inflexões de natureza política que a rectificação do “desvio de direita” implicou.

As questões colocavam-se a jusante da doutrina soviética, nos termos em que a solução do problema colonial português é posta.

A Comissão Política do PCP vai dedicar especificamente a esta matéria um documento em Novembro de 1960. Num comunicado em dez pontos, começa por

¹⁰⁹⁹ Cf. *Três problemas da actualidade*, in *O Militante*, III série, 106, Setembro de 1960

reiterar o reconhecimento dos povos das colónias à independência, manifesta uma ajuda fraternal a esses povos que considera como aliados do proletariado português, alerta contra os perigos de uma guerra colonial e declara apoiar todas as iniciativas que possam permitir a solução política do problema.

Mas, o órgão de direcção executiva do partido ao mesmo tempo que verbera a oposição liberal pelos seus preconceitos coloniais chauvinistas que limitavam a unidade democrática em torno do problema, lá vai afirmando que isso não pode impedir “*a acção comum na base de pontos de vista comuns, como o da necessidade de conjurar o perigo das guerras coloniais e a necessidade de instaurar as liberdades democráticas nas colónias portuguesas*”¹¹⁰⁰.

Subordinando-se às posições da oposição não comunista, para mais num horizonte eleitoral à vista, o apuro na delimitação de áreas de convergência com esses sectores coloca objectivamente a questão fundamental da reclamação da independência em segundo plano.

Todavia, muito lentamente, sectores não comunistas iam assumindo ou evoluindo para posições anticoloniais. No exílio, a situação era mais fácil, até pelo contacto aberto com outras correntes de pensamento e com um ambiente de debate muito mais vivo e polifacetado do aquele que se verificava no interior do país.

Essa situação parece nítida, por exemplo, no Brasil, com a adesão de exilados portugueses a uma campanha de solidariedade com Angola, protagonizada pelo MABLA – Movimento Afro-Basileiro Pró-Libertação de Angola, que se traduziu em inúmeras posições públicas sob a forma de artigos na imprensa, comunicados, cartas abertas às Nações Unidas e em que participou activamente Miguel Urbano Rodrigues, levando o jornal *Portugal Democrático* a inscrever nas suas páginas muito material contra a guerra colonial e difundindo as posições do MPLA¹¹⁰¹.

Também no Brasil, Manuel Sertório imprime um orientação anticolonialista a uma Comissão de Inter-Ligação entre os diferentes grupos e sectores oposicionistas, que foi estabelecendo contacto quer com núcleos de exilados portugueses noutros países quer com os movimentos nacionalistas africanos. Inicialmente o PCP no Brasil foi renitente à iniciativa de criar essa Comissão, acabando, no entanto, por aderir.

¹¹⁰⁰ Comunicado da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português sobre o problema colonial, *Avante!*, VI série, 295, Novembro de 1960

¹¹⁰¹ Cf. Miguel Urbano Rodrigues, *O tempo e o espaço em que vivi. II – Revolução e Contra-revolução na América Latina*, Campo das Letras, Porto, 2004, pp 21-27

Desse trabalho, particularmente resultante da articulação com o Grupo dos Portugueses Democratas de Inglaterra foi possível a Sertório participar como observador num seminário sobre o colonialismo português, organizado pelo Indian Council for Africa, que teve lugar em Bombaim, em Outubro de 1961.

Sertório divulgou aí uma declaração subscrita por oito organizações de emigrados políticos portugueses e por 86 opositores individualmente, espalhados por vários países, que “*reconhecem o direito a todos os povos hoje submetidos à soberania portuguesa se autodeterminarem politicamente e assumirem, se assim o desejarem, a independência*”¹¹⁰².

Curiosamente, os responsáveis do PCP pelas organizações partidárias em vários países recusaram-se a subscrevê-la, argumentando que era inoportuna, na medida em que comprometia a unidade antifascista¹¹⁰³.

O próprio Humberto Delgado ia evoluindo de uma solução federalista para o problema colonial para a aceitação da autodeterminação, como se verificaria em declarações públicas que fez a seguir a ter participado em Marrocos numa reunião da CONCP, em Novembro de 1961, quando se preparava para reentrar em Portugal para acompanhar o golpe de Beja¹¹⁰⁴.

De qualquer modo, a situação entre a oposição não comunista continuava a ser de um grande atavismo em relação a esta matéria e o PCP se, por um lado contemporizava com ela, por outro entendia que o seu horizonte de concretização estaria sempre para lá, e como consequência, do próprio derrube do regime.

É isso que conclui o comunicado da Comissão Política do Comité Central de Novembro de 1960 – “*a condição fundamental para uma política em relação às colónias que tenha em conta os interesses do povo português (que coincidem com os interesses dos povos coloniais) é o derrubamento do governo de Salazar, a subida ao poder dum governo democrático*”¹¹⁰⁵.

Bastante mais do que uma simples questão de plano a partir do qual esse discurso era produzido, a dependência da luta dos povos das colónias em relação à luta do povo português constituía uma permanência no discurso político do PCP. Num esquematismo empobrecedor e de extracção nacional, a libertação dos povos das colónias colocava-se como consequência do fim do regime e determinada por um

¹¹⁰² Cit. por Manuel Sertório, *A luta contra o fascismo no exílio*, Introdução a *Humberto Delgado. 70 cartas inéditas*, Praça do Livro, Lisboa, 1978, p. 42

¹¹⁰³ Cf. *Idem*, pp 41-42

¹¹⁰⁴ Cf. Dawn Linda Raby, *A oposição no exílio e a guerra colonial*, in *Vértice*, II série, 58, Janeiro/Fevereiro de 1994, pp 38-39

¹¹⁰⁵ *Comunicado da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português sobre o problema colonial...*

governo democrático, não passando pela cabeça dos dirigentes comunistas que a intensificação da luta de libertação nacional dos povos das colónias pudesse provocar e aprofundar a desagregação e o fim do próprio regime.

Não era, no entanto, fácil, mesmo aos sectores mais radicalizados, perceber como este ponto de vista limitava o carácter internacionalista da luta anticolonial. A crítica às posições dominantes no PCP fazia-se, nesta fase, em função de um outro aspecto, que se prendia com a cedência de posições em nome do carácter imperativo da unidade anti-fascista, que levava a recuar a base de entendimento nesta matéria, confinando-a a questões bastante mais a montante do essencial, que era a reivindicação inequívoca de independência para os povos das colónias sob dominação portuguesa.

Em *O Militante*, em meados de 1960, Francisco Martins Rodrigues publica um artigo assinado sob pseudónimo, numa altura em que a nova direcção de Álvaro Cunhal ainda não havia acabado com a prática de subscrever artigos que havia sido instituída a meio da década anterior pela direcção de Júlio Fogaça. Nesse artigo a defesa da independência política e ideológica do partido neste domínio representa o aspecto fundamental:

*“(...) outro [erro] é confundirmos a unidade das forças anti-salazaristas com o ecletismo em matéria ideológica; devemos ter sempre presente que os compromissos concretos que o nosso Partido toma no terreno da actuação prática tendo em vista a unidade anti-salazarista em nada afectam a independência ideológica do Partido, independência que devemos defender ciosamente, se não quisermos ver o movimento proletário português transformar-se num apêndice da burguesia; isto quer dizer que a linha do partido em relação ao problema colonial – autodeterminação dos povos das colónias portuguesas sem quaisquer subterfúgios – não é uma orientação sujeita a critérios de oportunidade, uma orientação para que devemos conquistar a consciência de milhões de portugueses, batendo em todo o lado as velhas concepções colonialistas”*¹¹⁰⁶

Colocar o problema deste modo não era ainda submeter a uma crítica sistemática a linha política que vinha sendo restabelecida e aprofundada por Álvaro Cunhal, mas representava um passo importante nesse sentido, mesmo que se encaradas em si, essas

¹¹⁰⁶ Serpa [Francisco Martins Rodrigues], **As responsabilidades do Partido e da Classe operária portuguesa no problema colonial**, in *O Militante*, III série, 104, Maio de 1960

posições aparentemente se inserissem na orientação dominante, porventura apenas mais inflamadas e crispadas.

Traziam no entanto à primeira linha a questão da independência ideológica do partido que nunca fora propriamente um terreno muito cultivado no PCP, praticamente sempre mais preocupado com as questões da unidade, do manobristo tático.

A questão prendia-se com o problema do chauvinismo e da contaminação da sociedade portuguesa pelas ideias colonialistas. Era pacífico identificar a burguesia com essas ideias, mesmo os sectores da burguesia oposicionista, de raiz liberal e extracção republicana. O combate a essas concepções cabia à classe operária e ao seu partido, como se a classe operária portuguesa não sofresse também e em escala assinalável dessa mesma contaminação.

Agarrar isto de frente é que se tornava mais difícil. Este artigo de Martins Rodrigues, de Maio de 1960 não o faz completamente, ainda que o insinue ou intua, quando afirma que “*seria uma ingenuidade perigosa supormos que uma tradição colonial de cinco séculos poderia ser apagada dum momento para o outro sem deixar marcas profundas em amplas camadas da população*”¹¹⁰⁷.

Trata-se, no entanto, de uma posição que está longe de fazer caminho no interior do partido. Mesmo com a rápida radicalização que os acontecimentos tomam em Angola logo no início de 1961, primeiro com o massacre nos campos de algodão da Baixa do Cassange e, depois, com a tentativa de assalto às prisões de Luanda, que o MPLA, independentemente do seu maior ou menor grau de envolvimento, subscreverá como acção que marca o início da luta armada em Angola.

A reacção do PCP não é nem tardia nem inesperada: “*O Partido Comunista chama o povo de Portugal a levantar-se contra a guerra colonial*”¹¹⁰⁸. As consignas que o *Avante!* inscreve para dar corpo a esse movimento contra a guerra consistem na recusa ao envio de mais soldados para Angola, no regresso dos contingentes militares e no estabelecimento de negociações com os movimentos de libertação¹¹⁰⁹. Não se pode dizer que se tratassem de perspectivas muito avançadas, tendo em conta a reiterada previsibilidade de eclosão da guerra colonial e a complexidade de aspectos que o problema envolvia, fosse do ponto de vista do papel dos trabalhadores em Portugal fosse da luta dos povos das colónias.

¹¹⁰⁷ **Idem**

¹¹⁰⁸ **A luta armada em Angola, *Avante!***, VI série, 297, 1ª Quinzena de Fevereiro de 1961

¹¹⁰⁹ Cf. **O povo de Angola inicia a luta armada pela sua independência, *idem***

De qualquer modo, esses acontecimentos adensavam o impacto da questão colonial na vida política nacional. A acção espectacular de Henrique Galvão com o assalto ao Santa Maria cedo se verá enredada no calor da questão colonial. Prevendo que o paquete ocupado rumasse a Angola, as autoridades coloniais prendem e deportam os jornalistas que aguardavam essa possibilidade, numa acção que praticamente coincide com o assalto às prisões de Luanda pelos nacionalistas angolanos.

A eleição de John Kennedy como presidente dos Estados Unidos exercerá um factor desequilibrante nas relações luso-americanas, num momento particularmente sensível, marcado precisamente pelo problema colonial. A administração americana pressiona o governo português no sentido de rever a sua política colonial e iniciar um processo de liberalização, o que é, evidentemente, recusado por Salazar, contribuindo para alimentar a teia de conspiração político-militar da Abrilada.

A UPA que já havia desempenhado um papel de relevo na greve da Baixa do Cassange e na tentativa de assalto às prisões de Luanda preparava, na sequência, uma ofensiva no Norte de Angola. A organização nacionalista angolana era apoiada e subsidiada pela administração americana, pelo que o governo português seria informado pelo responsável pela antena da CIA em Lisboa dessa ofensiva, na qual não acreditou e os acontecimentos tornaram-se particularmente devastadores e violentos com a UPA a irromper por zonas de acesso difícil e completamente desguarnecido do ponto de vista militar.

O regime não perderá tempo a propagandear imagens, particularmente duras dessa ofensiva e a associá-las ao sentido de voto de americanos e soviéticos no Conselho de Segurança das Nações Unidas onde no mesmo dia votaram juntos pela condenação da repressão exercida pelas autoridades coloniais e pelas forças militares portuguesas em Angola.

A situação em Angola manipulada pelo regime criava fortes constrangimentos à oposição, particularmente aos sectores não comunistas mais moderados.

Mesmo a Junta Patriótica não escapa a essa pressão e numa declaração sobre o problema colonial cede a condenar o “*terrorismo usado pelas organizações negras*”, o que leva a Comissão Política do PCP a demarcar-se publicamente nas páginas do *Avante!*, porque colocar o problemas nesses termos contrastava profundamente com a ausência de qualquer condenação formal da guerra e dos métodos repressivos e impiedosos usados contra o povo angolano, nem seria suficientemente clara e firme na

defesa da autonomia e independência para os povos coloniais, roçando o neo-colonialismo.

Para o Partido Comunista, a Declaração à qual os seus elementos na Junta Patriótica aparentemente não se teriam oposto, “*não tem em conta a opinião da imensa maioria do povo português que deseja o fim imediato da guerra colonial, ela não consegue senão expressar a opinião de um reduzido sector das forças democráticas, precisamente aquele que mais reflecte os preconceitos e interesses colonialistas*”¹¹¹⁰

Tomando os desejos por realidade, a reprimenda que a Comissão Política fazia à Junta Patriótica partia do pressuposto, já aliás exposto na imprensa comunista¹¹¹¹, de que por acção do partido as massas populares se estavam a mobilizar contra a guerra, compreendendo cada vez melhor a natureza do conflito militar, o que representaria uma viragem de uma atitude passiva para uma atitude activa na oposição à guerra e pelo seu fim.

Daí que a imprensa comunista trouxesse, sempre que podia e de modo amplificado, notícias sobre a resistência popular à guerra colonial. No Verão de 61, o PCP apela aos trabalhadores para que se recusem a participar na campanha lançada pelo governo de recolha de fundos para ajuda ao esforço de guerra, sob a forma de peditórios, prestação de horas extraordinárias ou trabalho no feriado do 10 de Junho, no que era sobretudo uma tentativa de enfatizar o apoio popular à sua política colonialista e de guerra.

Na fábrica Olho de Boi, em Almada, os operários teriam recusado comparticipar num peditório para esse efeito e na Covina a maioria fez o mesmo; na Tudor, em Castanheira do Ribatejo, centena e meia de trabalhadores não teriam comparecido ao serviço no feriado de quinta feira da ascensão¹¹¹²; em Santo Tirso, Coimbra, Aveiro, como em muitas empresas de Lisboa e do Porto houve recusas ao trabalho no feriado do 10 de Junho; os pescadores de Matosinhos recusaram que uma jornada do seu trabalho fosse para custear a guerra¹¹¹³; na Fundação de Oeiras resistir-se-ia com sucesso às horas extraordinárias com a finalidade de contribuir para a guerra através de trabalho lento e de faltas¹¹¹⁴.

¹¹¹⁰ Nota da Comissão política acerca duma “Declaração” da Junta patriótica sobre o problema colonial, *Avante!*, VI série, 306, 2ª Quinzena de Setembro de 1961

¹¹¹¹ Cf. Lutemos contra a guerra colonial, *Avante!*, VI série, 305, 1ª Quinzena de Setembro de 1961

¹¹¹² Cf. A classe operária recusa-se a contribuir para a guerra, *Avante!*, VI série, 302, 1ª Quinzena de Julho de 1961

¹¹¹³ Cf. Lutemos contra a guerra colonial, in *Avante!*, VI série, 305, 1ª Quinzena de Setembro de 1961

¹¹¹⁴ Cf. Reforcemos o movimento popular contra a guerra, *Avante!*, VI série, 306, 2ª Quinzena de Setembro de 1961

A propósito do aumento do imposto de consumo de alguns produtos decretado em Junho, que não era mais do que um imposto de guerra, o *Avante!* conclui que a quebra de 60% no consumo de cerveja, que já estava a provocar despedimentos nos sectores de produção e distribuição da Sociedade Central de Cervejas, e 50% no de refrigerantes e tabaco era um exemplo da resistência popular e, encorajado por essa apreciação sentenciava:

*“O objectivo do movimento popular deve ser obrigar o Governo a acabar com os impostos de guerra. Esse objectivo será alcançado se redobrarmos de energia, popularizando nos bairros, nas empresas, nas escolas, a palavra de ordem. “Nem um tostão para a guerra” ”*¹¹¹⁵

Do mesmo modo, surgiam pequenas notícias sobre movimentações nos quartéis, embora frequentemente se reportassem a protestos contra as más condições da vida militar, designadamente quanto à qualidade da alimentação, que levava a levantamentos de rancho, havia referências a soldados que se sentavam na parada dizendo abertamente que não queriam embarcar, como teria sucedido no Regimento de Infantaria nº 3, de Beja, ou pequenas manifestações de soldados com data de embarque, como ocorrera no Regimento de Caçadores 10, de Chaves. Em Lisboa, o ministro da Justiça teria sido apupado durante o discurso que proferira no Cais de Alcântara antes de um embarque para Angola¹¹¹⁶.

Começam também a ser referidas deserções: 80 soldados de uma Companhia do Regimento de Infantaria 1, da Amadora ou 20 num embarque aéreo de urgência para a Guiné¹¹¹⁷.

Naturalmente que a amplitude destes protestos e destas acções de resistência eram limitados e aparentemente espontâneos, em larga medida. O descontentamento face à política colonial do governo e face à guerra colonial mal começava a dar os seus passos e tinha pela frente um longo caminho.

De qualquer modo, o trabalho político e os níveis organizativos do PCP nas Forças Armadas eram muito fracos, quer ao nível dos soldados como sobretudo ao nível dos oficiais.

A campanha de Delgado havia contribuído para radicalizar sectores de oficiais e, principalmente, futuros oficiais, ainda alunos da Academia Militar. O jornal clandestino *Tribuna Militar*, cuja publicação se iniciara em meados de 1960 e que se apresentava

¹¹¹⁵ **Idem**

¹¹¹⁶ Cf. **Os soldados contra a guerra**, *Avante!*, VI série, 304, Agosto de 1961

¹¹¹⁷ Cf. **Os soldados lutam contra os comandos fascistas**, *Avante!*, VI série, 306...

como órgão de uma Comissão de Unidade Militar, impresso nas tipografias clandestinas do partido ¹¹¹⁸, procurava agregar núcleos e grupos de oficiais descontentes com o regime.

A ligação, pelo menos de alguns sectores que se aglutinavam em torno do jornal, com a conspiração de Sé, primeiro e de Beja, depois ¹¹¹⁹ deixam perceber como pelo menos por esta via, o Partido Comunista teria acompanhado tais movimentações, influenciando alguns grupos e redes ¹¹²⁰, independentemente delas se demarcar oficialmente.

Por isso mesmo, a apreciação da acção de Beja nas páginas do jornal combina o elogio da coragem do grupo de oficiais que aí participou, destacando a figura do capitão Varela Gomes, com a crítica ao carácter restrito da iniciativa, apoiado na convicção de que, pelo exemplo, se suscitariam espontaneamente adesões em cadeia que garantiriam o seu êxito. Porém, para os redactores da *Tribuna Militar* “*Sem pretendermos dar lições aos nossos camaradas que tão corajosamente se bateram, parece-nos que esta concepção não permite mais que acções isoladas de diversão e nunca um combate decisivo*” ¹¹²¹

Todavia era a questão colonial que ia ganhando particular relevo, evidenciando como se tornava sensível o problema junto destes núcleos de oficiais. Praticamente desde o início da guerra em Angola que o jornal coloca a questão do fim da guerra associado à denúncia do colonialismo, em termos muito próximos, evidentemente, do discurso do Partido Comunista, mas que não ignorava como essas posições eram ainda muito minoritárias no seio das Forças Armadas:

“A causa colonial é uma causa perdida, deixemo-nos de sofismas e de mentiras que nada escondem. Quilómetros e quilómetros de terra sem estradas, sem médicos, sem enfermeiros, sem escolas, sem luz, sem água...

Pode haver oficiais que ainda não o compreendem, mas Portugal não tem outro caminho senão pôr fim à guerra, que só serve para sacrificar milhares de vidas, e abandonar de vez uma política colonial que despreza os mais elementares direitos das populações” ¹¹²²

Por outro lado, junto dos soldados procurava-se acender a agitação, desencadear ou apoiar movimentos de natureza reivindicativa, protestos contra a incerteza no

¹¹¹⁸ Cf. Margarida Tengarrinha, **Quadros da Memória**, Edições Avante!, Lisboa, 2004, pp 162-163

¹¹¹⁹ Cf. Pedro Pezarat Correia, **Questionar Abril**, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, pp 112-117

¹¹²⁰ Cf. Dawn Linda Raby, **A Resistência...**, pp 224-225

¹¹²¹ **A acção de Beja**, *Tribuna Militar*, 12, Janeiro de 1962

¹¹²² **Ponhamos fim à guerra em Angola**, *Tribuna Militar*, 8, Abril de 1961

desfecho nos embarques para as colónias e para a guerra em Angola em particular. As concentrações na parada, à porta de armas, nas casernas, as pequenas manifestações, os apupos a oficiais e personalidades do regime, as faltas no regresso das licenças, as deserções, finalmente integravam o rol de acções que a imprensa comunista pretendia caudaloso, crescente, com o qual ajudaria a disseminar a ideia que o movimento contra a guerra colonial tinha já então uma base de massas e que eram os soldados aqueles que mais ardentemente o animavam dentro dos quartéis.

Porém a questão da deserção começava a colocar-se com cuidado por parte do PCP. Apoiar deserções sim, mas apenas colectivas, estruturando desde cedo uma posição que se manteria durante todo o curso da guerra. Em primeiro lugar, o militante comunista nas fileiras do exército deveria trabalhar para que a maioria ou um elevado número de soldados se recusassem a embarcar. Mas, caso não o conseguisse, então deveria seguir os seus companheiros para, nas colónias, prosseguir a sua acção política de esclarecimento, mobilização, denúncia, procurando organizar levantamentos nas unidades militares ou a deserção para os países vizinhos ¹¹²³.

A questão de Goa havia, naturalmente, ajudado a este clima. Culminando um arrastado braço de força com a União Indiana, a intransigência do governo português tinha contra a si a determinação indiana e a intermediação internacional quanto ao trânsito nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e, no que respeita a Goa, a intenção da União Indiana de tomar posse deste território.

O PCP havia mantido contactos informais com o Partido Comunista Indiano poucos meses antes da invasão de Goa, podendo constatar como a posição de Nehru era mais atentista e temporizadora na procura de uma solução por via diplomática, mas que estaria a ser sujeita a fortes pressões internas de diferentes sectores políticos.

Os comunistas indianos, por exemplo, estavam, como outros grupos e o próprio governo, de acordo com a integração de Goa na União indiana, pressionando abertamente o governo nesse sentido, ao proclamar que “*O Governo de Nehru deve agir para assegurar a libertação de Goa*”.

Nesses contactos sugeria-se a realização de um encontro formal entre delegações dos dois partidos, admitia-se a necessidade daí resultar inclusivamente um comunicado conjunto, mas de parte a parte percebia-se a dificuldade de encontrar uma plataforma comum que se pudesse exprimir publicamente.

¹¹²³ Cf. **A importância do trabalho nas Forças Armadas**, *O Militante*, III série, 116, Maio de 1962

A questão é que, formalmente, o PCP não dispunha de margem de manobra interna, a avaliar pela forte propaganda governamental, mas também pelo próprio posicionamento das outras correntes da oposição em matéria colonial, para subscrever uma posição integracionista de Goa na União Indiana, quando o seu discurso se baseava na defesa do direito à independência das colónias, o que colocava o problema de modo substancialmente diferente ¹¹²⁴.

Do ponto de vista internacional, o veto soviético a um brando e calculado projecto de resolução no Conselho de Segurança da ONU por parte dos aliados ocidentais retira qualquer margem de manobra para o apoio internacional ao regime português.

A invasão do território dá-se em Dezembro de 1961 e o efeito desses acontecimentos é explorado pelo *Avante!* de modo claro – “*Goa livre é um estímulo e uma ajuda poderosa à luta de outros povos coloniais...*” ¹¹²⁵.

Álvaro Cunhal num artigo originariamente editado na *Revista Internacional*, uma publicação criada na sequência da reunião de Outubro de 1961 dos 81 partidos comunistas e operários, em Moscovo, entende que os acontecimentos em Goa representam o início do desabamento do império colonial português e insiste na ideia de que a oposição contra o colonialismo e a guerra em Angola tinha uma base de massas entre o povo e os soldados ¹¹²⁶.

Porém, numa circular de Maio de 1962 aos militantes e simpatizantes que se destinavam ao curso de milicianos toda a atenção se centra na necessidade de organização com vista a tarefas mais gerais, à importância do trabalho nas Forças Armadas como sustentáculo repressivo do regime com vista ao seu derrube, mas em que as indicações concretas em relação ao trabalho anti-colonial são completamente omissas.

No entanto, nessa altura o trabalho desenvolvido pelos milicianos era muito débil que, segundo a circular subestimariam essa actividade, pelo que se conclui que “*A acção dos milicianos militantes e simpatizantes tem sido muito deficiente e [o] resultado do seu trabalho enquanto militares tem sido praticamente nulo*” ¹¹²⁷.

O que sugere a nível do trabalho de massas é que a acção dos milicianos se concentre na organização genérica de organismos unitários, de iniciativas de carácter

¹¹²⁴ Cf. IAN/TT, TCL, 2º JC, P. 90/62, 6º vol., H., [sem título], 30 de Julho de 1961, dact., p. 1, apenso a fls 453

¹¹²⁵ A libertação de Goa, *Avante!*, VI série, 312, Janeiro de 1962

¹¹²⁶ Cf. Álvaro Cunhal, *Nova fase da luta em Portugal*, *O Militante*, III série, 114, Março de 1962

¹¹²⁷ IAN/TT, Pide-DGS, P. 429/GT, *Aos militantes e simpatizantes do partido que se destinam ao curso de milicianos*, s.a., 5/962, dact., p. 2, [103]

desportivo, social e cultural, como jogos de futebol, idas à praia, visitas a museus, sessões de músicas populares gravadas... O que, ainda assim, de mais concreto do ponto de vista político se alvitra é a recolha de informações sobre métodos de actuação repressiva do exército.

Por esta circular se diria que não havia guerra colonial e que aquilo que o *Avante!* vinha noticiando e propagandeando desde uns bons meses antes pertenceria a outro país e a outra realidade política e social.

Na Primavera desse ano, a poderosa agitação contrastava com a fraca mobilização dentro dos quartéis, ambiente que havia sido aliás sempre exagerado na perspectiva de tornar essas notícias como eventual rastilho.

Como acabaria por reconhecer o órgão central do Partido Comunista meses mais tarde, *“Apesar das tremendas dificuldades, da desmoralização e de muitos soldados não compreenderem ainda qual o caminho que pode trazer o fim da guerra, cresce o espírito de luta contra os comandos, cresce a consciência de que, todos unidos, os soldados podem recusar-se a sair dos quartéis, podem insubordinar-se e exigir o regresso a Portugal”*¹¹²⁸.

Todavia, ao mesmo tempo, perante a incorporação de recrutas correspondente ao ano de 1963, *O Militante*, defendendo a necessidade de credenciar os jovens militantes e simpatizantes nessas circunstâncias, insistia na necessidade de pôr cobro ao desinteresse por essa área de intervenção, mas apenas para que aumentasse a compreensão do trabalho militar no derrube do salazarismo¹¹²⁹.

Tratava-se, objectivamente, de um realinhamento dos objectivos do trabalho militar em função dos grandes acontecimentos que haviam sacudido o país nesse ano de 1962 com as manifestações do 1º de Maio, as greves dos assalariados rurais do sul e nas universidades, vincando como essa era afinal a frente prioritária de actuação, à qual a questão colonial se subordinaria, concepção que não tendo nunca desaparecido, voltava assim a reemergir desabridamente nesse ano de 1962.

Por isso, ao terminar esse ano, procedendo ao balanço dos acontecimentos e definindo as grandes tarefas do partido, o Comité Central concluirá, no que diz respeito ao trabalho nas forças armadas:

“Se nos lançarmos decididamente à organização das forças armadas teremos criado as condições para mais importantes lutas dos

¹¹²⁸ Na luta contra a guerra colonial, *Avante!*, VI série, 233, Novembro de 1962

¹¹²⁹ Cf. *Melhoremos o trabalho partidário nas Forças Armadas*, *O Militante*, III série, 120, Novembro de 1962

nossos soldados e marinheiros, teremos criado condições para movimentar mesmo os sargentos e oficiais e os elementos honestos das forças repressivas. A EXISTÊNCIA DUMA ORGANIZAÇÃO ANTI-SALAZARISTA NAS FORÇAS ARMADAS E DUMA INFLUÊNCIA DEMOCRÁTICA PELO MENOS EM ALGUNS DOS SEUS SECTORES É INDISPENSÁVEL PARA O LEVANTAMENTO NACIONAL CONTRA O FASCISMO” ¹¹³⁰

Mais uma vez, nem uma palavra sobre a questão colonial. Afinal, por mais premente que se mostrasse, por mais que se impusesse, bulia com as concepções enraizadas no PCP que entendia a sua solução como efeito e não como factor capaz de provocar a queda do regime.

Esta desvalorização da questão colonial agora objectivamente expressa, explicaria ainda os compromissos com a oposição não comunista, como de resto sucedera face ao Programa para a Democratização da República e durante a campanha eleitoral do ano anterior, com abaixamento de bandeiras e cedências do ponto de vista das consignas, que chegavam até ao silenciamento da reclamação de independência para as colónias.

O Comité Central determinou, por exemplo, que não se fizesse qualquer crítica pública ao Programa, designadamente sobre esta matéria, com o argumento que a altura não era oportuna, dada a proximidade do período eleitoral em que se tornava necessário assegurar a unidade dos diferentes sectores oposicionistas ¹¹³¹.

Ao mesmo tempo, mesmo em organismos de direcção intermédia prevaleciam posições que evidenciavam um forte lastro colonialista e chauvinista. Em Maio de 1961, por exemplo, um manifesto da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral apelava – “*Trabalhadores, mostremos aos nossos patrões que só a independência de Angola serve os seus interesses*” porque “*se tornará de facto um mercado para os nossos artigos*” ¹¹³².

Não seria propriamente estranho que assim fosse, pois na reunião do CC de Março de 1961 a resolução aprovada sobre a Conferência dos 81 Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscovo meses antes destacava o papel da luta anti-colonial para o reforço do campo soviético e pronunciando-se sobre a situação colonial

¹¹³⁰ O Comité Central do Partido Comunista Português, **Aos Trabalhadores! A todos os Portugueses! Para derrubar a ditadura fascista é necessário reforçar muito a UNIDADE, ampliar fortemente a ORGANIZAÇÃO e intensificar por todo o lado a ACÇÃO**, Dezembro de 1962, p. 4

¹¹³¹ Cf. **Os comunistas e a questão colonial (I). Combater o chauvinismo imperialista é a base duma efectiva solidariedade aos povos das colónias**, in *Revolução Popular*, 6, Dezembro de 1965, Edição fac-similada, Edições Voz do povo, s.d., Lisboa, p. 148

¹¹³² Cit. *Idem*, pp 148-149

portuguesa, o PCP entendia-a no fundamental como uma espécie de demonização levada a cabo pelo salazarismo, que havia anulado “*tudo o que na legislação anterior podia significar de direitos e benefícios das populações nativas e agravou tudo o que existia de opressão colonialista*”¹¹³³.

Esta interpretação sancionava a ideia, ao fim e ao cabo comum aos restantes sectores da oposição, que a obra colonial da República tivesse uma faceta quase anti-colonial, se tivesse sido caracterizada pelo desenvolvimentismo, pelo respeito pelas populações locais, versão veiculada pela oposição republicana liberal, que o PCP acabaria por herdar e interiorizar até muito tarde, com toda a sorte de contradições, impasses e efeitos perversos que originaria nas suas posições próprias numa altura em que a eclosão da guerra em Angola funcionava como catalisador da questão colonial e do processo de corrosão e desagregação do regime.

Quando, por esta altura, Dias Lourenço incumbiu Francisco Martins Rodrigues, que não havia participado nessa reunião do CC, de redigir um manifesto especificamente sobre a questão colonial, este, completamente por sua iniciativa, incluíra um apelo ao levantamento popular contra a guerra, o que leva Cunhal a ordenar, precipitadamente que a sua distribuição fosse suspensa¹¹³⁴.

Mas as orientações em torno da guerra não eram aceites de modo completamente passivo por todo o partido. Muitas destas questões haviam sido objecto de discussão interna numa reunião de quadros no seguimento de outras travadas em organismos de base. Considerava-se que este era o problema dominante na situação política portuguesa em relação ao qual a posição da direcção do partido era demasiadamente “cautelosa”, não lhe sendo conferida a devida importância.

A questão fundamental era a de que a guerra colonial devia ser encarada como parte da luta mais geral dos povos oprimidos do mundo inteiro contra o capitalismo, oportunidade excelente que devia ser agarrada pelo povo português como forma de apoio aos angolanos.

Visto o problema desta forma, contrariamente à posição da direcção, tanto se considerava que não devia ser feita qualquer cedência em nome da unidade com os outros sectores oposicionistas, como se entendia que a deserção devia ser apoiada em qualquer circunstância, fosse como iniciativa individual ou colectiva, fosse antes da

¹¹³³ O Comité Central do Partido Comunista Português, *Sobre Conferência dos 81 Partidos Comunista e Operários em Moscovo*, Março de 1961, p. 5

¹¹³⁴ Cf. Ana Barradas, *PCP: anticolonialismo de compromisso*, in *Política Operária*, 9, Março-Abril de 1987, p. 55 e *Entrevista a Francisco Martins Rodrigues*, Lisboa, 7 de Maio de 1997

mobilização e do embarque ou fosse já em cenário de guerra. Como se afirmava na síntese das conclusões dessa reunião:

“(...) todas as formas de luta são válidas, desde que consigam prejudicar o exército fascista português, e que todas as formas de luta são válidas desde que ajudem os angolanos. Na medida em que uma ajuda directa aos angolanos (indo mesmo até ao combate a seu lado) abreviará a queda do colonialismo português e na medida em que a queda do colonialismo português é um passo importante para o derrube do fascismo”¹¹³⁵.

Recusavam, por isso, a ideia de que a deserção era uma forma de abandono da luta em Portugal, quando, numa perspectiva mais geral, não era disso que se tratava, mas sim a transferência para um outro plano igualmente de luta.

Isto não invalidava, evidentemente, que a direcção do partido não desenvolvesse um trabalho de apoio activo aos movimentos de libertação das colónias, à sua estruturação e reforço. A fuga de Agostinho Neto do país, onde se encontrava em regime de residência fixa, acompanhado pela família, em Junho de 1962, contou com a participação activa do Partido Comunista ao mais alto nível. Dias Lourenço, da Comissão Executiva dirigiu todo processo de embarque e Jaime Serra, do Comité Central, integraria a tripulação do pequeno barco, comprado propositadamente pelo partido, que os levaria a Tânger. A operação fora minuciosamente preparada, sendo Neto contactado ainda em Cabo Verde, onde se encontrava sob prisão, antes portanto de vir para Portugal.¹¹³⁶

Nesta fuga seguirá ainda o guineense Vasco Cabral, que fazia parte com João Vieira Lopes e Carlos Pestana Heineke, ambos angolanos e já militantes do MPLA, da direcção provisória do sector africano, estrutura que muito provavelmente representaria a continuidade do chamado sector ultramarino do PCP existente no final dos anos cinquenta, cuja actividade era controlada directamente por um funcionário.

Vieira Lopes e Pestana Heineke, sairão do país pelo norte em Junho de 1961 integrados num grupo de mais de uma centena de africanos e Cabral havia igualmente tentado o mesmo meses mais tarde, pelo sul, mas sem êxito e, depois de uns tempos na clandestinidade¹¹³⁷, juntar-se-ia a Neto, no barco.

¹¹³⁵ IAN/TT, TCL, 1ºJC, P. 16395/63, 3º vol., Esta reunião foi inteiramente dedicada à discussão da linha política do P. face à guerra colonial, s.d., dact., p. 1

¹¹³⁶ Cf. Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber*, edições Avante!, Lisboa, 1997, pp 133-142

¹¹³⁷ Cf. IAN/TT, Pide/DGS, P. 8512-E/GT, *Cópia de Auto de Perguntas a António de Figueiredo e Meneses da Graça do Espírito Santo*, em 26 de Abril de 1962, [35-39]

Não obstante, a fuga de Vieira Lopes e Pestana Heineke integra-se numa operação bem mais vasta que contou com o apoio do Conselho Mundial das Igrejas e dos governos francês e americano, com cobertura e enquadramento directos da própria CIA ¹¹³⁸.

No caso de Neto e Cabral os níveis de apoio e os meios envolvidos por parte do PCP demonstram a importância estratégica da operação. Tratava-se de colocar no exterior e portanto em posição de participar directamente na liderança quer do MPLA quer do PAIGC quadros dirigentes, cuja formação, experiência política e relacionamento internacional se tinham operado a partir das fileiras do PCP.

Ao invés do que havia sido estabelecido pelo V Congresso do PCP quanto à necessidade de formação de Partidos Comunistas nas colónias, a tendência que se vai manifestando é outra, sem que se tenha reconhecido qualquer alteração a este nível. Orienta-se para a criação de movimentos de carácter nacionalista e para o reforço da correspondente actividade dos comunistas de origem africana, ou colonos brancos, no que eram expressamente acompanhados por aqueles, que admitiam a necessidade de criação de partidos comunistas nos seus países, embora numa fase futura ¹¹³⁹.

Porém, no hábil rendilhado do discurso partidário o lugar interno da questão colonial e da luta contra a guerra ia sendo delimitado:

“Por todo o lado se deve intensificar a luta contra a guerra em Angola. É uma luta em defesa da nossa juventude, em defesa da riqueza nacional, em defesa dos direitos mais sagrados do homem. Ao mesmo tempo é uma das mais importantes frentes de luta contra o regime salazarista, inimigo comum do povo angolano, dos outros povos das colónias portuguesas e do nosso povo.

A política colonialista de Salazar está encaminhando Portugal para um desastre nacional. Acabar com a guerra em Angola é um objectivo profundamente patriótico, é um imperativo nacional” ¹¹⁴⁰.

Por um lado, acompanhando o ritmo do movimento comunista internacional na valorização da luta anti-colonial como componente da grande frente internacional encabeçada pelos soviéticos, mas, por outro, subordinando-a claramente aos objectivos da luta interna pelo derrube do regime.

¹¹³⁸ Cf. Dalila Cabrita Mateus, *A luta...*, pp 109-114

¹¹³⁹ Cf. IAN/TT, TCL, 2º JC, P. 90/62, 6º vol., H., [sem título], 30 de Julho de 1961, dact., p. 2...

¹¹⁴⁰ **Acabar com a guerra em Angola é um imperativo nacional**, *Avante!*, VI série, 320, Agosto de 1962

Numa dimensão nacional, o colonialismo e a guerra eram condenáveis na medida em que pilhavam as riquezas nacionais e em que destruíam a juventude. Fora da crítica e do combate nesta matéria ficava a denúncia do chauvinismo e a perspectiva internacionalista como alavancas para o progresso das forças revolucionárias e da revolução, susceptíveis de acelerar e determinar o próprio processo de destruição do regime.

4. As grandes jornadas de 1962

Reportando-se à evolução da situação política e social, Álvaro Cunhal defendera no artigo publicado na edição da *Revista Internacional* de Março de 1962 que desde o ano anterior, com o descontentamento face à guerra, mas sobretudo com as jornadas eleitorais de Novembro e com o assalto ao quartel de Beja, fortemente criticado, mas elogiado e saudado naquilo que revelava de coragem e determinação dos seus protagonistas, se estava a criar uma situação nova em Portugal, em que “*As condições amadurecem para novas grandes batalhas pela liberdade*”¹¹⁴¹.

Apesar do profundo golpe repressivo com as prisões recentes de dirigentes que tocaram o Secretariado e com o assassinato de José Dias Coelho, um importante quadro clandestino do sector de Lisboa, vai realizar-se no Porto, em boa medida em reacção a isso, uma importante manifestação no 31 de Janeiro para assinalar a data, cuja organização resulta da iniciativa individual de Alexandre Castanheira (Fontes), o único membro do Comité Central em actividade na região e sem contactos com o Secretariado.

Apercebendo-se da gravidade da situação, já que escapara ao cerco montado à reunião do CC que levava à queda de alguns dos seus membros, apoia-se no Comité Local do Porto. Céptico quanto às possibilidades de êxito, incentiva a auscultação dos sectores e as organizações de base e perante hesitações e resistências, aos operários diz que os jovens estão dispostos a avançar e a estes que há forte disposição naqueles. A organização cresce, ganha dimensão e o dia apazado vai efectivamente ser “*a explosão de um descontentamento acumulado*”¹¹⁴².

O *Avante!*, falando entre cinquenta e cem mil manifestantes, mesmo sobredimensionando o acontecimento, não deixa de reflectir a sua importância. Do final

¹¹⁴¹ Álvaro Cunhal, *Nova fase da luta em Portugal, O Militante*, III série, 114, Março de 1962

¹¹⁴² Alexandre Castanheira, *Outrar-se...*, p. 156

da tarde até de madrugada a concentração, apesar de reprimida pela polícia a rajadas de metralhadora e jactos de água, gritava pela libertação dos dirigentes comunistas presos, por amnistia, contra Salazar e a PIDE; desmultiplicava-se em pequenas manifestações e envolvia-se em confrontos à pedrada com as forças policiais ¹¹⁴³.

Revelava-se de facto ali uma combatividade e níveis de adesão popular que não eram vistos desde a campanha de Delgado quatro anos antes, mas era como se um mesmo poderoso fio de descontentamento e de revolta unisse ainda aqueles acontecimentos.

Embora com menor participação, as manifestações repetem-se a 8 de Março, por altura do dia internacional da mulher, estimando o órgão central do PCP em vinte mil participantes que gritavam por liberdade e por paz em Angola. Mas, nessa altura é já para o primeiro de Maio que o partido está a apontar. Num apelo estampado no *Avante!* afirma-se que “*organizando com tempo as nossas acções, paralizzando o trabalho, fazendo concentrações e manifestações de rua, comemoremos o 1º de Maio como uma grande jornada de unidade da classe operária e de luta popular contra o salazarismo!*”¹¹⁴⁴.

Enquanto isto, no meio académico o ambiente efervescia. Têm sido sublinhadas as modificações aí verificadas. Por mais emparedado que a estrutura corporativa quisesse manter o crescimento económico, as alterações estruturais no aparelho industrial exigiam mais quadros técnicos, que as Universidades deveriam fornecer, ampliando-se com expressão os contingentes estudantis, particularmente a partir da década de cinquenta, sem que a Universidade nunca se abrisse, obviamente, aos filhos dos grupos sociais mais pobres nem perdesse o carácter elitista.

Assiste-se nesse contexto de crescimento da população universitária a alterações na sua composição, com a entrada, ainda que relativa, de filhos das novas classes médias e a uma maior abertura face a realidades sociais e culturais exteriores ao país.

Silva Marques, que é recrutado para o Partido Comunista depois da campanha de Delgado, assiste a essas transformações, que se reflectem, naturalmente, também no interior do Partido Comunista. É mesmo a uma substituição de vanguardas estudantis que se refere:

“A nova geração de activistas estudantis e de comunistas é, contrariamente à outra, constituída na sua maior parte por estudantes que

¹¹⁴³ Cf. No dia 31 de Janeiro mais de 50.000 pessoas nas ruas do Porto gritaram «Portugal, sim! Salazar, não!», in *Avante!*, VI série, 313, Fevereiro de 1962

¹¹⁴⁴ Apelo para o 1º de Maio, *Avante!*, VI série, 314, Março de 1962

trabalham, isto é, que estudam, e passam de ano. Uns melhores, outros piores, mas na sua quase totalidade estudantes normais, avançando normalmente no seu curso.

A anterior vanguarda caracterizava-se pela sua vida de grupo isolado, fechado sobre si mesmo, de mentalidade sectária e sobranceira relativamente aos outros estudantes. Era mais uma seita do que uma vanguarda.

*A nova vanguarda, ao contrário tinha uma integração plena, não só na vida escolar da Universidade, como também nas actividades circun-escolares de natureza associativa e cultural”*¹¹⁴⁵

Havia uma vivência académica bastante mais intensa, bastante mais ligada aos cursos. Tratava-se já claramente de uma geração do pós-guerra, cujo aprendizado se político se fizera pós-XX congresso do PCUS, sobre a decadência dos ritos kominformianos dos movimentos da paz, da juventude, do jdanovismo em matéria de arte, das cartilhas onde as gerações anteriores haviam bebido a doutrina marxista; mas, sobretudo, uma geração que tinha como referente político iniciático a campanha de Delgado que viveram, presenciaram, acompanharam.

Recebia-se a influência de Sartre, discutia-se a fecundidade da fusão entre existencialismo e marxismo, começava a aceder-se mais profusamente aos textos originais de Marx e Engels, viajava-se pela Europa – para França, claro, mas também para o norte.

Os dois debates suscitados pela imprensa académica de Coimbra, pelo *Via Latina*, a que se refere Silva Marques – um sobre a boémia académica e outro em torno da *Carta a uma Jovem Portuguesa* dão eco nítido dessa turbulência que vinha agitando as novas gerações estudantis, confrontando à direita e à esquerda novas visões sobre a escola, o mundo e a vida.

Se num caso se discutia e criticava o desinteresse da maioria dos estudantes por tudo o que não fosse futebol e jantaras, no outro, proclamava-se a união dos jovens dos dois sexos ultrapassando preconceitos e tabus, irmanados nos mesmos valores. E o resultado foi que *“Desta vez, a guerra rebentou as apertadas costuras da tertúlia política, interessando e registando a intervenção de muitos estudantes que não pertenciam aos pequenos quadros habituais das hostes políticas adversas”*¹¹⁴⁶.

¹¹⁴⁵ J.A. Silva Marques, *Relatos da clandestinidade – O PCP visto por dentro*, Ed. Jornal Expresso, Lisboa, 1976, p. 36

¹¹⁴⁶ *Idem*, p. 41

Todavia, a organização do PCP nos meios académicos entrava numa fase de viragem. Até meados de 1961 haviam prevalecido os velhos esquemas orgânicos dos tempos do MUD Juvenil, assentes em pequenos organismos, que não eram propriamente células, mas antes fracções, cujo objectivo, mais do que terem vida própria e iniciativa política, consistia apenas em assegurar a orientação do partido nesse Movimento ou noutras organizações juvenis, como havia sido o caso da incipiente e efémera União da Juventude Portuguesa.

O número de jovens comunistas era, por isso, muito reduzido, ao passo que a orla deste sector era grande, mas composta por rapazes e raparigas que se viam, sob esta concepção, impedidos de aceder ao partido.

Carlos Costa, que depois da fuga de Peniche é cooptado para o Comité Central, vai ser responsabilizado pelo trabalho juvenil a nível nacional e promove a realização de pelo menos uma reunião de quadros estudantis para debater a situação no sector ¹¹⁴⁷, no âmbito da preparação da discussão a travar na Comissão Política e no Comité Central sobre esta importante área de actuação partidária.

Para a Comissão Política do Comité Central, o debate sobre as questões da juventude correspondia à necessidade de reorientar o trabalho no sector, no quadro da profunda revisão a que sujeitavam todos os sectores e frentes de acção partidária. Reconhecia-se, por um lado, que a orientação anterior era desajustada, mas que, por outro, também não existiam condições naquele momento para lançar uma organização de jovens comunistas, objectivo que se poderia colocar mas a mais longo prazo.

Não obstante, assentavam que “*o que mais importa fazer, relativamente à juventude, é criar organizações locais, e num ou noutro caso mesmo organizações regionais de jovens comunistas, tão fortes quanto possível*” ¹¹⁴⁸.

Em Coimbra, por exemplo, este novo tipo de organização já se estava na prática a configurar. Silva Marques refere ter sido integrado na célula de Direito e pouco tempo depois ter passado a pertencer ao secretariado da Universidade, directamente controlado por um funcionário, isto é, uma estrutura separada organicamente dos sectores operários e empregados ou de intelectuais. Controlava, por sua vez, as células de Direito, Letras e das raparigas ¹¹⁴⁹, que, mimetizando o espírito tão verberado na *Carta a uma Jovem Portuguesa*, não se misturavam nos mesmos organismos dos rapazes.

¹¹⁴⁷ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, P. 19/GT, [Declarações de] Nuno Álvares Pereira, em 6 de Dezembro de 1964, [61]

¹¹⁴⁸ Resolução da Comissão Política do CC sobre a orientação do movimento da juventude, *O Militante*, III série, 112, Agosto de 1961

¹¹⁴⁹ Cf. J.A. Silva Marques, *Relatos...*, pp. 20-21

A organização do PCP teria crescido rapidamente com a nova orientação. Ainda em Coimbra, em Direito, por exemplo, constituem-se células por ano de curso. Nalgumas repúblicas, como a Pra-Kys-Tão, 80 % dos seus membros eram militantes do PCP ¹¹⁵⁰.

A orientação que se desenha é a de ir para as Associações de Estudantes e revitalizá-las, reabri-las, no caso de estarem encerradas, procurando eleger Comissões Pró-Associação, dar-lhes vida própria alimentando secções, grupos culturais e desportivos, conferir-lhes em suma um carácter de movimento de massas estudantil.

É nesta altura que a esquerda ganha as eleições para a Associação Académica de Coimbra, em boa medida beneficiando do apoio das estudantes. Tratava-se de uma lista formada praticamente a partir dos organismos autónomos – orfeão, tuna, grupos de teatro – e das repúblicas, combinando no processo de constituição a designação por eleição em assembleia geral e a designação por representação simples ¹¹⁵¹.

Pouco depois, em Lisboa, uma lista presidida por Jorge Sampaio vencera já as eleições na Faculdade de Direito. Pedro Ramos de Almeida participa nessa lista como Director adjunto sem direito a voto. Fora a fórmula encontrada para assegurar a sua participação e a homologação da lista, pois Ramos de Almeida era já um quadro comunista experimentado com várias passagens pela Pide e, para mais, encontrava-se em liberdade condicional. Este é aliás o mentor do movimento *Convívio*, lançado através do jornal académico *Quadrante*, que procura trazer para Lisboa o espírito da Carta a uma Jovem Portuguesa, que permitiu insuflar uma aragem nova no processo de revitalização do associativismo estudantil ¹¹⁵². Passará, no entanto à clandestinidade ainda em Junho de 1961 ¹¹⁵³

Ainda em Lisboa, em Medicina, Eurico de Figueiredo, militante comunista, arrebatou a Comissão Pró-Associação e em Económicas José António Tavares da Cruz, também militante do PCP, integrava a Direcção da Associação de Estudantes.

No entanto, o PCP evitava ter militantes à frente das Associações, para melhor resguardar a organização da repressão. Eurico de Figueiredo, por exemplo, ao chegar à Pró-Associação deixa de pertencer à célula de Medicina e passa a ser directamente controlado por um funcionário clandestino, José Bernardino, que havia sido secretário-geral da RIA, Reunião Inter-Associações, pouco antes ¹¹⁵⁴.

¹¹⁵⁰ Cf. César Oliveira, *Os anos decisivos*, Editorial Presença, Lisboa, 1993, pp 30-33

¹¹⁵¹ Cf. TCL, 3º JC, *P. 16827/62*, 3º vol., *As eleições para a AAA de Coimbra*, Maio de 1961, dact., 3 pp, apenso a fls 290

¹¹⁵² Cf. Gabriela Lourenço, Jorge Costa e Paulo Pena, *Grandes Planos*, Âncora, Lisboa, 2001, pp 35-36

¹¹⁵³ Cf. *Entrevista a Pedro Ramos de Almeida*, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa

¹¹⁵⁴ Cf. *Entrevista a Eurico de Figueiredo*, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa

O enquadramento destes militantes era bastante mais complexo, mais espaçado, esvaziado praticamente de discussão política concreta e sujeito a medidas conspirativas mais apertadas. Isto conferia a esses militantes uma autonomia de acção muito grande, que frequentemente chocaria com as próprias orientações do Partido Comunista para o sector.

Porém, a influência do partido era grande e efectiva, exercendo-se através do estatuto de colaboradores associativos, de dinamizadores dos órgãos autónomos de cariz cultural e, principalmente, através da vasta e intensa trama de sociabilidades.

Por outro lado, essa influência exercia-se num contexto de coabitação, valorizada de resto, com católicos em deslocação à esquerda, com socialistas de esquerda e marxistas não alinhados, mas também com alguns estudantes conservadores, mas liberais.

De qualquer modo, recruta aí intensamente, o que permite crescer extraordinariamente neste sector num prazo muito curto de tempo. Mesmo ao nível dos estudantes liceais, aproveitando a polarização e radicalização que a criação da Comissão Pró-Associação dos Liceus proporciona a partir de 1961.

Este movimento estudantil a evidenciar sinais de forte inquietação e de grande vitalidade bebia largamente no associativismo estudantil francês, na UNEF, União Nacional dos Estudantes Franceses, entendido como sindicalismo estudantil, na linha da carta de Grenoble, segundo a qual o estudante universitário era um jovem trabalhador intelectual com direito ao que esse estatuto lhe conferia do ponto de vista das condições de trabalho, da preparação profissional e do direito à procura da verdade e da liberdade¹¹⁵⁵.

Justamente por isso a crise académica de 1962 tem por origem os obstáculos levantados pelo regime às iniciativas conducentes à criação de uma União Nacional dos Estudantes, cujo processo é coordenado por um secretariado de âmbito nacional, constituído já em Fevereiro desse ano.

Ainda em Novembro de 1961, as comemorações do 40º aniversário da “Tomada da Bastilha”, em Coimbra, assinalando a invasão do Clube dos Lentes pelos estudantes, instalando aí a sede da AAC, Associação Académica de Coimbra, levantavam no domínio do simbólico a bandeira da defesa do associativismo estudantil, tão cara aquela nova geração de estudantes, que aproveita o feriado decretado pela Academia para reunir três centenas de estudantes num encontro inter-associativo com dirigentes

¹¹⁵⁵ Cf. Nuno Caiado, *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, IED, Lisboa, 1990, pp 111-114

também de Lisboa e do Porto, donde sai a intenção de realizar um Encontro Nacional de Estudantes e que culmina num jantar de confraternização.

Segundo o *Avante!*, ainda que com um atraso considerável, a tónica do acontecimento centrava-se na questão da unidade estudantil, destacando para além do expressivo número de participantes no evento, o facto de no jantar de confraternização ter ainda sido colocada por uma das intervenções, a questão do envio dos jovens para a guerra colonial ¹¹⁵⁶.

Esta intervenção, de Manuel Alegre ¹¹⁵⁷, mesmo que isolada, era incontornavelmente importante, embora a questão estivesse ainda longe de ter franco acolhimento entre a massa dos estudantes que, no ano seguinte, em plena crise, vaiaram os dirigentes estudantis que contestaram a política colonial numa Assembleia Magna ¹¹⁵⁸.

O que os acontecimentos da Tomada da Bastilha vincavam bem era fundamentalmente a necessidade de formas de organização superior para o associativismo estudantil, a luta pelas liberdades democráticas, evidentemente, mas traziam elementos novos, privilegiando a acção sócio-cultural em detrimento dos rituais da praxe, que vinha sendo questionada, designadamente no *Via Latina* ¹¹⁵⁹ e cuja abolição teria sido decretada em Coimbra, a 26 de Novembro, no quadro destas comemorações ¹¹⁶⁰, com tudo o que essa investida contra o tradicionalismo académico simbolizava.

De algum modo, o PCP havia percebido essa tendência que se vinha manifestando. A resolução do Comité Central sobre a orientação a imprimir ao movimento da juventude reflecte, no que toca ao sector estudantil os principais problemas que se colocavam - a unidade, a luta pelas liberdades na academia, a que acrescentavam consignas relacionadas com o sistema de exames, o barateamento do ensino, o apoio social escolar, a reforma democrática e modernizadora ou o direito ao emprego após a conclusão dos cursos ¹¹⁶¹. Contudo, a avaliar pelas tomadas de posição pública do partido, na prática, essas questões não assumiam uma centralidade relevante, como que vergando-se ao imediatismo do discurso político, ainda mais evidente quando virado para fora do meio académico, para as grandes camadas da população.

¹¹⁵⁶ Cf. *A luta nas escolas*, *Avante!*, VI série, 313, Fevereiro de 1962

¹¹⁵⁷ Cf. TCL, 3º JC, P. 16827/62, 3º vol., “Tomada da Bastilha” em Coimbra, apenso a fls 289

¹¹⁵⁸ Cf. Nuno Caiado, *Movimentos estudantis...*, p. 109

¹¹⁵⁹ Cf. Álvaro Garrido, *Movimento estudantil e crise do Estado Novo*, Minerva, Coimbra, 1996, pp 81-82

¹¹⁶⁰ Cf. TCL, 3º JC, P. 16827/62, 3º vol., “Tomada da Bastilha”...

¹¹⁶¹ Cf. *Sobre a orientação do movimento da juventude. Resolução do Comité Central*, *O Militante*, III série, 113, Outubro de 1961

Para o PCP, os estudantes constituíam um segmento da luta pelo derrube do regime e como tal eram encarados, concepção que era encarada de modo particularmente mais sensível no seio não só do movimento estudantil como da remoçada organização partidária correspondente.

Em poucos anos, dá-se um salto muito grande. Se no início desta fase eram escassos os dirigentes associativos, em 1965 já praticamente toda a RIA, Reunião Inter-Associações é composta por jovens militantes do PCP, ao mesmo tempo que muitos colaboradores e animadores das secções e organismos académicos aderiam ao partido num contexto em que a dinâmica estudantil assumia um carácter massivo, com amplas reuniões, debates, jantares, manifestações muito participadas, o que bulia com a cultura conspirativa do partido.

Os acontecimentos são precipitados pela proibição de um conjunto de iniciativas estudantis. De um modo vertiginoso, durante esse mês de Março de 1961, à proibição da realização do I Encontro Nacional de Estudantes em Coimbra, estes respondem com pedidos de audiência ao Ministro da Educação; protestam em Lisboa contra a discriminação de que se sentem alvo na comemoração do cinquentenário da Universidade; forçam, apesar da proibição, a realização do Encontro, que marca o I Congresso Nacional dos Estudantes para Dezembro desse ano e, do mesmo modo, sem autorização do governo, avançam para as comemorações do Dia do Estudante, em Março já de 1962.

A primeira tentativa de comemoração é em Coimbra, a 9 desse mês, com a convocação de um Encontro Nacional de Estudantes; mas os que de Lisboa e do Porto para aí se dirigem são interceptados e recambiados. Apesar da situação, o Encontro realiza-se e em retaliação a Reitoria, a mando do Governo, instaura processos disciplinares aos participantes. Em resposta é decretado o “luto académico” e a Associação Académica de Coimbra suspende actividade.

Intensa e vertiginosamente, a situação evolui, com novos e rápidos desenvolvimentos, de um modo a que não é alheia uma conjuntura política convulsionada pelos múltiplos e sucessivos acontecimentos que vinham ocorrendo no país desde o ano anterior.

Em Lisboa, insiste-se em assinalar o Dia do Estudante, a 24-26 ainda de Março. A resposta do Governo é violenta. As comemorações são proibidas, a Cidade Universitária ocupada, a cantina encerrada, a polícia irrompe violentamente por algumas Faculdades, espancando e prendendo.

Os estudantes concentram-se junto à Reitoria, depois no Estádio Universitário enquanto uma delegação de dirigentes associativos – Eurico de Figueiredo, Medeiros Ferreira, José Abreu – tenta em vão contactar o ministro. Há professores que se juntam aos estudantes.

A tentativa de mediação é estabelecida com o reitor, Marcello Caetano, que se desloca ao estádio, depois dos estudantes terem aí sofrido uma carga policial. Os esforços de intermediação de Marcello permitem que numa reunião com a delegação estudantil, este aceite a realização do Dia do Estudante para 7 e 8 de Abril e considere negociações futuras sobre o problema das actividades circum-escolares que se vinha arrastando desde 1956 com o Decreto 40900, cuja aplicação se encontrava desde então suspensa. Fora o suficiente para arrefecer a situação e levar à suspensão do Luto Académico.

Mas tudo isto sai completamente gorado face à iredutibilidade do Governo. Marcello é publicamente desautorizado pelo Governo. A sua autoridade académica desrespeitada, o que o leva a demitir-se. Sucodem-se as intervenções e cargas policiais perseguindo cada iniciativa pública dos estudantes. Uma manifestação que arranca do Campo Grande é violentamente reprimida pela polícia.

Já com novo Reitor em Lisboa, é declarado Luto Académico aí e em Coimbra. À propaganda do Governo, os estudantes respondem montando um aparelho técnico, através do qual publicam a uma cadência impressionante um pertinente conjunto de comunicados subscritos apenas como *As Associações de Estudantes*.

Por outro lado, as concentrações e plenários de muitas centenas de estudantes tornavam-se praticamente diárias frente à Reitoria da Cidade Universitária. Aí se toma conhecimento e se discute a evolução da situação, as diligências e propostas dos dirigentes associativos. Estas reuniões amplas, de rua, passarão, no entanto a ser canalizadas para as Faculdades e transformadas em plenários de escola com poderes deliberativos.

Reiteram-se esforços para concretizar a comemoração, insistem as estruturas estudantis nos mesmos propósitos e actividades, prosseguem os comunicados, mas o Dia do Estudante volta a ser proibido pelo governo. Entrara-se já no mês de Abril e a crise académica prossegue com o reatamento do Luto Académico ¹¹⁶².

¹¹⁶² Cf. João Pedro Ferro (organização, cronologia e índices), *A Primavera que abalou o regime*, Presença, Lisboa, 1996, pp 21-59

A DORN, Direcção da Organização Regional do Norte e em Lisboa, através de um documento subscrito como Organismos Juvenis de Lisboa, o PCP pronuncia-se sobre os acontecimentos.

Para os dirigentes do norte, cujo âmbito geográfico abarcava Coimbra, a descrição detalhada dos acontecimentos conduz para a constatação que se estava em presença da primeira greve académica nacional e de que a sua luta “*integra-se na luta mais geral do povo português pela justiça e pela verdade, contra o fascismo, a maldade, a mentira, a ignorância, a prisão, a tortura e o crime*”¹¹⁶³ e que, portanto a luta dos estudantes era a luta de todo o povo, tornando-se necessário desenvolver formas de solidariedade activa, designadamente manifestações frente aos edifícios da Universidade, envio de mensagens às associações académicas de apoio à greve, aplausos aos estudantes na rua, minutos de silêncio e paralisações de solidariedade nos locais de trabalho.

Evidentemente que não havia condições para pôr em marcha a maioria destas sugestões, especialmente as que fossem mais exigentes que os abaixo-assinados e cartas de protesto, e o partido, a sua Direcção da Organização Regional do Norte, sabia-o bem. Foi assim lançado o texto de um telegrama a enviar ao Presidente da República, de que teriam circulado e sido enviados vários exemplares subscritos por opositoristas de diversas localidades do norte. Um desses telegramas foi assinado por 160 personalidades do Porto, sendo o escritor Papiniano Carlos, o primeiro a assiná-lo¹¹⁶⁴.

Também muitas dezenas de intelectuais de todo o país emitiram um comunicado em que manifestavam “*a sua solidariedade aos estudantes universitários portugueses pela luta desassomburada, justa e de autêntico interesse nacional que neste momento estão a travar pela autonomia da Universidade e prestar homenagem ao Reitor da Universidade Clássica de Lisboa e directores das Faculdades pela dignidade da sua conduta*”¹¹⁶⁵

Não deixa de ser interessante a abrangência da homenagem e a densidade de intelectuais comunistas que a subscrevem, evidenciando a mobilização dos sectores intelectuais do partido na dinamização da iniciativa que conseguiu recolher também algumas adesões junto de sectores católicos de esquerda.

¹¹⁶³ TCL, 3º JC, P. 16827/62, 1º vol., DORN do PCP, Povo do Norte! Unamo-nos aos estudantes na sua luta justa e heróica, apenso a fls 30

¹¹⁶⁴ Idem, telegrama-carta ao Presidente da República, Porto, 13 de Abril de 1962, apenso a fls 33

¹¹⁶⁵ João Pedro Ferro A Primavera..., Documento 87, p. 379

Ao 6º dia de greve, o comunicado dos organismos juvenis de Lisboa do PCP é, pela sua especificidade, aquele que mais se entranha na própria luta estudantil, evidenciando a intenção de dirigir-se aos estudantes a partir de dentro do seu próprio movimento, ainda que sem se libertar da ideia de que a luta dos estudantes era uma componente da luta do povo português contra o fascismo.

Se autonomia da Universidade e liberdade académica eram as duas grandes consignas estudantis, a movimentação em curso deveria constituir um ponto de partida para a sua integração na luta mais geral pelo derrube do regime.

Por isso as células de estudantes do PCP defendiam o desenvolvimento de formas de solidariedade a todos os que perderam o ano em virtude do luto académico, aos que se encontravam presos, assim como em relação aos professores que se colocaram do seu lado, mas insistiam na radicalização do movimento, isto é, na necessidade de continuar a faltar às aulas como forma de prosseguir a luta.

Era em torno deste aspecto que os estudantes comunistas delimitavam as divergências verificadas na condução do processo:

*“Não queremos ocultar que no decurso da luta apareceram divergências. Que a certos momentos a direcção tenha sido hesitante e, fruto das múltiplas pressões e intimidações ou de falta de confiança nas massas académicas, tenham existido recuos ou uma menos justa perspectiva por parte dos dirigentes associativos”*¹¹⁶⁶

Reflectia-se aqui também uma posição exterior às próprias direcções associativas, ou seja, à própria condução do movimento, por isso defendiam a realização de assembleias e plenários ampla e massivamente participados, o que era simultaneamente uma forma de dar força ao movimento e de aceder directamente a instâncias decisórias numa altura em que influenciar indirectamente se revelava insuficiente face ao caudal e ao ritmo com que os acontecimentos se sucediam.

O controlo isolado dos militantes comunistas com funções de direcção associativa, criava mecanismos complicados e morosos de acompanhar com uma situação a fluir tão aceleradamente.

Eurico de Figueiredo, controlado isoladamente era um desses casos:

“Eu, como militante do PC, funcionei sempre pela minha exclusiva cabeça. (...) era um radicalismo de propostas – proposta da greve, dos

¹¹⁶⁶ TCL, 3º JC, P. 16827/62, 1º vol., Os organismos juvenis de Lisboa do Partido Comunista Português, **Aos Estudantes**, apenso a fls 73

*plenários, da greve da fome, acho que foram inspiradas por mim. A moderação na condução do movimento eu acho que a partilhei, se não a liderei. (...) tenho ideia que não era conciliador, mas tinha uma estratégia de concertação, de avanços e recuos. A estratégia do PC era muito de fuga para a frente, de desafio permanente. A minha (...) era sempre de amadurecimento das situações, de avanço-recuo, avanço-recuo (...). É caso para dizer que desde o 24 de Março até ao fim em que fui preso, toda a condução do processo teve como retaguarda uma quase unanimidade dos estudantes. Nunca houve uma vanguarda que se tivesse destacado, uma vanguarda radical, só talvez na fase final, quando foi decretada a greve aos exames...”*¹¹⁶⁷

O governo procura aproveitar as férias escolares da Páscoa para refinar um dispositivo intimidante assente na combinação entre a repressão aberta, violenta, com cargas policiais, e a aplicação do regime de faltas, a relevância de toda a matéria sumariada em situação de greve para efeitos de exame, a ameaça de penalização sobre os estudante com bolsas e outros apoios que aderiram à luta. Não obstante, a luta prossegue e não dá sinais de abrandamento.

A grande tentativa do PCP em unificar ou pelo menos articular a luta estudantil com a luta mais geral dos trabalhadores faz-se em torno do 1º de Maio. José Bernardino, o controleiro dos estudantes em Lisboa, dá essa directiva. Na discussão travada na RIA, Eurico de Figueiredo defende-a, contra aqueles, como Jorge Sampaio, que entende que, para evitar a identificação do movimento com o Partido Comunista e o isolamento das direcções associativas, o luto académico e a greve deveriam ser suspensos. Esta é a posição que prevalece. Eurico é vencido.

No grande plenário de estudantes que se realiza a seguir, a discussão volta à baila. E se Eurico acata disciplinadamente as decisões maioritárias da RIA, há combativos militantes comunistas que defendem a continuação da greve. É com dificuldade que os dirigentes associativos conseguem que a greve seja efectivamente suspensa¹¹⁶⁸.

São necessárias novas formas de luta, que evitem tornar a suspensão num enleado culminar do processo. As energias do movimento estão ainda longe de se esgotarem na perseguição dos seus objectivos, como na resposta combativa à tenaz

¹¹⁶⁷ Entrevista a Eurico de Figueiredo...

¹¹⁶⁸ Cf. Gabriela Lourenço et alia, *Grandes Planos...*, pp 58-60

repressiva do regime. Se em Coimbra, as actividades das dezenas de comissões, grupos e organismos autónomos é suspensa, em Lisboa, o desejo de radicalização puxa o processo mais para a frente. A proposta de Eurico de greve de fome é entusiasticamente aprovada num plenário. Mais de três dezenas de estudantes aderem num primeiro momento e esse número quase triplicará, tomando a Cantina da Cidade Universitária como cenário. Ao mesmo tempo reitera-se e amplia-se o luto académico. A paralisação estudantil é geral.

A greve de fome resiste a uma primeira intimidação do senado universitário e só terminará com o assalto policial à cantina na madrugada de 11 de Maio, onde são presas muitas centenas de estudantes, entre os quais quase cem raparigas.

A repressão massiva não determinará ainda o fim do movimento. O luto académico prossegue com altos níveis de adesão. Em Coimbra, os estudantes tentam ocupar as instalações da Associação Académica encerradas compulsivamente, enfrentando mais uma carga policial que ao proceder ao desalojamento faz quase duzentas prisões.

Estas prisões, até pelo número de estudantes envolvidos, são normalmente de curta duração, mas a manobra governamental parece começar a orientar-se para a prisão selectiva dos dirigentes estudantis. Eurico de Figueiredo será preso e começa a instalar-se entre os dirigentes a ideia de que será melhor suspender o luto académico, o que será aprovado, ainda que acompanhado de um conjunto de iniciativas de solidariedade com os estudantes presos.

Em Maio, a direcção do PCP parece ter percebido que a luta estudantil se debate com problemas de ampliação arquitectados a partir de dentro e volta a insistir através do *Avante!* na necessidade do movimento operário e popular estabelecer formas de solidariedade activa, concluindo que “*Neste momento a melhor ajuda aos estudantes está no desencadeamento de novas lutas reivindicativas e greves pela classe operária*”¹¹⁶⁹.

Tal como antes, porventura mais até naquele momento passando pela ressaca das jornadas em torno do 1º de Maio, as organizações operárias do PCP, como o movimento social em geral, não estão de modo nenhum em condições de responder a esta asserção, cuja valia radicava fundamentalmente numa proclamação de solidariedade feita a partir de cima e do exterior do movimento e que valia o que valia.

¹¹⁶⁹ A heróica greve dos estudantes, *Avante!*, VI série, 317, 2ª quinzena de Maio de 1962

A greve aos exames estenderá a disposição radicalizada pelo mês de Junho. Ainda se realizam manifestações, particularmente em Lisboa, exigindo a libertação dos estudantes presos, designadamente de Eurico de Figueiredo. Porém, a solução governamental passa pela aplicação de sanções severas aos estudantes. Sucedem-se as suspensões e expulsões da Universidade para muitos activistas estudantis. Está-se no Verão, esvai-se o ano lectivo e num contexto fortemente repressivo e persecutório das lideranças estudantis e dos professores solidários com os estudantes, esvai-se também o movimento.

Para o *Avante!*, é tempo de segurar o que pode ser segurado de toda aquela prolongada e massiva movimentação. A libertação de Eurico de Figueiredo é considerada uma vitória parcial, resultado directo das manifestações que o exigiram, factor encorajante para prosseguir, mas é clara a percepção que a luta estava no fim:

“(...) O fim da greve académica que já durava há mais de dois meses não significa que a luta tenha terminado; ela prossegue por outras formas, tendo em vista manter a unidade dos estudantes em torno das suas reivindicações.

Actuando unidos e com energia os estudantes conseguirão a anulação rápida das ilegais sanções disciplinares aplicadas a dezenas de colegas seus, abrindo assim caminho para fazer triunfar as restantes reivindicações: reabertura das associações académicas e revogação do decreto 40.900” ¹¹⁷⁰

O tempo era de ressaca e de recomposição, mesmo que o PCP insistisse pelo final desse ano em juntar e potenciar todos os elementos que pudessem expressar a ideia de que a luta prosseguia; agora em reacção ao decreto que vinha substituir o célebre 40.900 ¹¹⁷¹.

Mas o balanço interno a que o PCP procede, e que está pronto no arranque do novo ano lectivo, baseia-se na ideia incontornável que se tratou de um grande movimento estudantil de massas, porventura o maior e mais combativo desde a criação do regime, sublinhando bem o facto do corpo de estudantes universitários, constituindo um contingente de vinte mil jovens, ser uma força social e política activa muito importante, cuja luta exerceu um impacto nacional e internacional favorável ao desenvolvimento da luta pela queda do regime.

¹¹⁷⁰ Manifestações dos estudantes em Lisboa, *Avante!*, VI série, 319, Julho de 1962

¹¹⁷¹ Cf. Prossegue a luta dos estudantes, *Avante!*, VI série, 324, Dezembro de 1962

Mas, a crise académica de 1962, pela sua própria natureza, era ainda muito marcada por um corporativismo universitário, que lhe proporcionava aliás vasta adesão e base de apoio estudantil. O seu conteúdo político era à partida bastante esbatido, ainda que os seus objectivos se viessem rapidamente politizando, à medida que a situação evoluía. A fasquia acabaria por ser fixada bastante além do que seria inicialmente expectável, pois a greve aos exames, por exemplo, só viria a repetir-se vários anos depois, na crise académica de 1969, em Coimbra.

Naturalmente, que nestas circunstâncias predominou uma actuação de feição legalista, com as limitações daí decorrentes, particularmente ao nível das estruturas de direcção associativa, cujos dirigentes se debatiam em momentos cruciais entre a negociação ou a radicalização.

Mas a questão que parece central é que o movimento, tal como se levantara, decorria e ganhava corpo a partir das estruturas associativas legais e não foi por isso que não soube ou não pôde criar um aparelho no mínimo semi-legal, construído para mais com meios técnicos retirados das estruturas associativas, mantendo-se em actividade apesar do encerramento e da devassa policial sobre as Associações Académicas, o que permitiu a edição regular e oportuna de quase meia centena de comunicados.

Há, evidentemente uma carga grande de acção ilegal, só que inorgânica, escapando à rigidez de cariz mecanicista que o PCP lhe queria atribuir. Foram em boa medida os seus militantes na base com forte espontaneidade e iniciativa que procuraram, como puderam, articular a crise académica com as restantes movimentações sociais e políticas que ocorriam, mas era apenas o começo de todo um processo de politização e radicalização do movimento estudantil.

É provável que o último esticão por radicalização, que foi a greve aos exames possa ter sido já feito numa altura em que previsivelmente a maré estudantil começaria a vaziar com a aproximação do final do ano lectivo, como o PCP concluirá. No entanto, naquelas circunstâncias e no momento em que fora decidido, só uma direcção ilegal, com toda a rigidez inerente, e portanto sem qualquer tipo de relação directa com a massa estudantil, poderia ter agido de outra forma. O problema é que todo esse tipo de decisões foi tomado em assembleias de estudantes e nisso radica uma das especificidades fundamentais do movimento.

Fica, naturalmente, por saber, se a formação de uma direcção ilegal poderia ter levado mais longe a luta estudantil ou se, como parece, o movimento acabou por ir tão

longe quanto era possível, em função do seu estágio de desenvolvimento e de amadurecimento político.

Do ponto de vista interno, o balanço do PCP é particularmente mais severo e traça um quadro que se adequará bem ao estágio de desenvolvimento e às características da organização partidária. Por um lado, as células não tinham um funcionamento regular e, por outro, muitos dos militantes, manifestavam uma reserva pessoal que, em discordância, os abstinha de levar à prática decisões ou directivas partidárias ou, noutros casos, com frequência defendiam junto dos estudantes o que não havia sido discutido ou ponderado nos organismos, o que constituíam factores mais do que suficientes para deixar os controladores em transe.

Como concluem, a organização crescia, mas a educação leninista dos jovens quadros é que não acompanhava esse crescimento:

*“Em relação à nossa organização entre os estudantes, que tem muitos aspectos de que nos devemos orgulhar, há que concluir que não basta fazer recrutamento, que é preciso elevar o nível político e ideológico dos camaradas, educá-los para que ganhem consciência de militantes e essa educação faz-se por meio duma discussão teórica dessas questões, mas principalmente por meio duma actuação correcta, marxista-leninista”*¹¹⁷²

No ano lectivo seguinte, em Coimbra, Eurico de Figueiredo e Valentim Alexandre, iriam reconstituir porfiadamente a organização desmantelada pela polícia e dispersa pela ressaca do movimento. Em condições adversas, tanto mais que continuava encerrada a Associação Académica¹¹⁷³, tratavam de montar uma rede de células baseadas nas Faculdades ao mesmo tempo que se apoiariam nas Repúblicas para a recomposição das Juntas de Acção Patrióticas¹¹⁷⁴, tão reclamada pelo partido.

Os efeitos da repressão sobre a estrutura clandestina haviam sido particularmente duros em Coimbra. Um dos funcionários, ex-estudante, que controlava a organização estudantil, preso no Porto, prestara extensas e detalhadas declarações à polícia, que motivaram não só prisões selectivas e a debandada de muitos militantes, como levariam ainda à prisão de dois funcionários da DORN – João Honrado e Augusto Lindolfo – que, em finais de Abril, contactavam Germano Ferreira da Costa, estudante

¹¹⁷² Sobre a luta dos estudantes universitários, *O Militante*, III série, 119, Outubro de 1962

¹¹⁷³ Cf. Gabriela Lourenço et alia, *Grandes Planos...*, pp 69-75

¹¹⁷⁴ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *P. 1467-E/GT*, [Declarações de] Nuno Álvares Pereira, em 6 de Dezembro de 1964, [15]

de Medicina, um dos responsáveis pela organização estudantil local, único que conseguiria escapar desse encontro em que foram surpreendidos ¹¹⁷⁵.

Os estudantes comunistas que viveram com intensidade este processo de radicalização, tornar-se-iam particularmente sensíveis às grandes questões que se iam colocando no interior do PCP, designadamente quanto à questão da luta armada, do papel da questão colonial e da luta contra a guerra ou mesmo da política de unidade e de alianças, questionando-se e questionando o partido.

O ambiente e as estruturas estudantis haviam-se politizado, até por força da repressão, descolando de uma concepção inicial muito circunscrita de corpo académico, incorporando novas áreas de reivindicação.

Amadurecendo a um ritmo veloz face às experiências tão intensamente vividas, os jovens militantes comunistas foram por isso, num quadro tendencial de radicalização à esquerda, cedendo ou dissentindo do partido, mesmo que a longo prazo.

O PCP não hegemonizou o movimento, esteve presente, partilhou, muito vezes de modo tenso, essa hegemonia com sectores mais ou menos orgânicos, a começar pelos católicos, mas também socialistas de esquerda, com quem manteve um debate permanente, a quente. Reflectiu internamente tensões igualmente fortes num esforço de compatibilização entre a acção das suas estruturas e a dos militantes que integravam as direcções associativas.

No entanto, seria a força que mais viria a beneficiar organicamente com a crise académica, recrutando para as suas fileiras boa parte da vanguarda estudantil que se caldeara nesses meses e estruturando uma vasta e intrincada rede de células, para onde iam entrando mesmo estudantes liceais muito jovens, constituindo estes já desde 1961 um sector orgânico distinto do sector universitário, tendo inclusivamente, a partir de 1962/63 um funcionário próprio.

A querela em torno da suspensão ou da articulação da luta estudantil com as acções do 1º de Maio que o Partido Comunista afincadamente preparava reflecte de algum modo o debate que se travava. Não obstante a politização do movimento, a questão que se punha era se a Academia deveria ou não alinhar abertamente nas acções que se preparavam, desguarnecendo assim objectivamente o flanco à propaganda do regime que vinha identificando a luta estudantil com o PCP ou se, por outro lado, se deveria dar um sinal público claro de que se tratava de um movimento independente.

¹¹⁷⁵ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, P. 520/GT, Relatório duma fuga (relação com as prisões dos camaradas Lindolfo e Honrado), [68-72]

De qualquer modo, a crise académica como as comemorações do 1º de Maio e as lutas do assalariados rurais nos campos do sul constituiriam as grandes jornadas políticas de 1962.

É com dois meses de antecedência, apoiado na apreciação que fazia da participação nas eleições de Novembro de 1961 e nas manifestações de 31 de Janeiro e 8 de Março de 1962, que o partido lançava o apelo para o 1º de Maio, que queria organizar com tempo e que entendia exprimir-se através de manifestações e concentrações, naturalmente, mas também de paralisações de trabalho.

Como habitualmente, em iniciativas com estas características, procurava congrega factores de mobilização que abrangessem os mais amplos sectores sociais – reivindicações económicas e reivindicações políticas, como a amnistia e o fim da política de guerra. Pão, Liberdade e Paz eram as consignas que sintetizavam esse apelo.

Mas, o entendimento que tinha da situação apresentava, objectivamente o levantamento nacional e o fim do regime como próximos:

*“Se elevarmos, como dizemos, a amplidão e a combatividade das mais importantes lutas populares, estaremos criando as condições indispensáveis para o levantamento nacional que derrubará o fascismo e instaurará um Portugal Democrático, Pacífico e Próspero”*¹¹⁷⁶

Este optimismo face à proximidade do fim do regime estava aliás patente no artigo que Álvaro Cunhal publica também em Março desse ano na *Revista Internacional*, em que termina dizendo que se aproxima o derrube da ditadura salazarista e em que *“o Sol da liberdade raiará finalmente para o martirizado povo português”*¹¹⁷⁷

Só deste ponto de vista se percebe que as comemorações do 1º de Maio fossem vistas como um primeiro momento de um conjunto de acções de rua que perspectivavam para esse mês. Assim, ao mesmo tempo que se vão organizando e convocando as acções para o dia do trabalhador, é lançado igualmente o apelo à comemoração do 8 de Maio, data que assinala o fim da segunda guerra mundial, como uma grande jornada pela paz, a assinalar igualmente com reuniões, manifestações e concentrações, onde fosse possível unir trabalhadores, estudantes, militares e mulheres¹¹⁷⁸.

¹¹⁷⁶ Apelo para o 1º de Maio, *Avante!*, VI série, 314, Março de 1962

¹¹⁷⁷ Álvaro Cunhal, *Nova fase da luta...*

¹¹⁷⁸ Cf. *Façamos do 8 de Maio, uma grande jornada de Paz!*, *Avante!*, VI série, 315, Abril de 1962

As acções a empreender deveriam ser cuidadosamente preparadas pelos organismos do PCP e pelas Juntas de Acção Patriótica. Notavam-se, no entanto, dificuldades ao nível do revigoração das JAP, a que se atribuía a função de constituírem os principais órgãos de enlace com os aliados potenciais.

No entanto, esses aliados estavam em larga medida impregnados de um forte desejo de radicalização através de acções violentas, o que entravava a dinamização das JAP.

Apercebendo-se claramente da situação, havia quem no PCP entendesse que era necessário manter aceso em permanência o combate político ao putchismo e às acções violentas e protestasse contra um certo abrandamento nesse domínio:

“A informação política de Março não trata este ponto. A nossa imprensa deixou de o fazer: por exemplo, o Avante! de Março nada diz acerca do “putchismo”. Rádio Portugal Livre pouco se tem referido a ele.

Ora, hoje, se queremos revigorar o movimento das JP, devemos ter em conta que este movimento tem já tradições “putchistas” bastante fundas e que continuam a chegar informações de grupos a comprar armas e grupos em treino de armas, isolados da acção de massas”¹¹⁷⁹.

Reconhecia-se aqui, evidentemente, que o método mais eficaz de combater o putchismo era através do desenvolvimento de acções de massas. A participação no período eleitoral de 1961, bem como as manifestações de Janeiro de Março de 1962, no Porto, iam nesse sentido. Tratava-se agora de aprofundar esse caminho e as manifestações para 1 e 8 de Maio estavam na primeira linha das preocupações partidárias.

As organizações do PCP empenhavam-se na sua preparação, procuravam conferir-lhes dimensão nacional, independentemente da força e da influência de cada Comité Local, de cada sector partidário e de cada região. Insiste-se no envolvimento das Juntas de Acção Patriótica, onde existissem.

Prevendo as manifestações que se estariam a preparar a GNR ocupa literalmente ou redobra afanosamente os patrulhamentos e vigilância, designadamente nas aldeias e vilas do sul, onde a influência do PCP era maior. Foi assim no Couço ou em Ermidas, como também em Aljustrel, o mais importante centro mineiro do Alentejo. Aqui, três dias antes do 1º de Maio, depois de terem sido presos 15 indivíduos pela PIDE, a GNR

¹¹⁷⁹ IAN/TT, TCL, 1º JC, P. 16395/63, Ra, O «putchismo» continua a ser um perigo que devemos combater, Abril de 1962, mns, p. 4, apenso a fls 67

patrulha as ruas, impedindo ajuntamentos, intimidando, procurando a todo o custo evitar que grupos de populares se concentrassem.

A Guarda, inquieta com as movimentações da população, teme que uma manifestação entretanto formada com 300 pessoas assalte o posto, exigindo a libertação dos presos. Os acontecimentos precipitam-se e fazem despoletar o esquema preparado para o 1º de Maio. As forças policiais são vaiadas e apedrejadas ao mesmo tempo que os manifestantes gritam “Abaixo o salazarismo”, “Abaixo a guerra de Angola”, “Amnistia”. Reagem a tiro e liquidam dois dos manifestantes – António Adanjo, militante do PCP e Francisco Madeira, ambos mineiros – ferindo outros quatro, entre os quais duas mulheres ¹¹⁸⁰.

O tom para o 1º de Maio estava dado. As manifestações iriam passar por confrontos e escaramuças com a polícia, introduzindo um elemento fundamental de violência e radicalidade.

Em Lisboa, a concentração foi marcada para o Terreiro do Paço. Vagueavam pelo local cerca de dez mil pessoas, indecisas, até que um grupo se juntou dando vivas à liberdade, o que polarizou os manifestantes, intervindo a polícia à coronhada para os dispersar para as ruas da Baixa., que se encheram de gente aos gritos “Bandidos”, “Assassinos”. Destacam-se brigadas de choque dispostas a enfrentar a polícia à pedrada, que responde a tiro. Há tentativas de assalto ao Aljube para libertar os presos políticos. A contenda arrasta-se noite fora, espalhando-se por uma vasta zona, com a polícia de choque a ocupar as ruas e os cruzamentos e a carregar sucessivamente. Arrancam-se as pedras dos passeios, as placas de sinalização, blocos de cimento com tubos e correntes, tudo serve para enfrentar as forças policiais. Há feridos de parte a parte ¹¹⁸¹ e é morto Estêvão Giro, militante do PCP ¹¹⁸².

A estrutura dirigente das acções do 1º de Maio em Lisboa era orientada por José Magro, do Comité Central, coadjuvado por Manuel Estanqueiro Nunes, Pedro Lourenço dos Santos e José Bernardino, que integravam o Comité Local de Lisboa. Magro era controlado por sua vez ao nível do Secretariado do PCP por António Dias Lourenço ¹¹⁸³.

¹¹⁸⁰ Cf. Guarda Nacional Republicana. Batalhão 3, O Comandante do Batalhão, **Incidentes por alteração da ordem Pública ocorridos em ALJUSTREL no dia 28 de Abril de 1952** [sic], Évora, 4 de Maio de 1962, dact., 3 pp, [Documento cedido por Dulce Freire e Inês Fonseca]

¹¹⁸¹ IAN/TT, TCL, 1º JC, *P. 16520/64*, 3º vol., **Relatos sobre a manifestação do 1º de Maio**, Maio de 1962, dact., 4 pp, apenso a fls 216

¹¹⁸² Cf. Partido Comunista Português, **60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria. 1921-1981**, Edições Avante!, Lisboa, 1982, p. 82

¹¹⁸³ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *P. 507/GT*, **Controle de “Fernando”. Ponto de apoio para reunião de organismo de direcção intermédia. Movimentação. De 29 de Abril a 2 de Maio de 1962**, dact., 3 pp, [594-596]

Na Margem Sul, a manifestação é marcada para a Cova da Piedade. A GNR e a PIDE ocupam o local. Quando se grita “Abaixo o fascismo” para que as pessoas se juntem, a Guarda não hesita e dispara para o ar. Ouvem-se tiros até de madrugada. Vários grupos procuram atrair a GNR para posições mais próximas e em zonas menos iluminadas, de modo a favorecer o confronto à pedrada, mas estes não se deixam enredar. No Barreiro, o local escolhido é o parque, logo ocupado pela polícia que cerca os manifestantes, estimados em alguns milhares, mas estes conseguem furar o cerco e avançar em manifestação pelas ruas do Barreiro, rumando de seguida para a Baixa da Banheira, perseguidos pela GNR e pela PIDE. Há confrontos com a Guarda, à pedrada, que responde primeiro à coronhada e, depois, a tiro ¹¹⁸⁴.

A troika dirigente da Organização Regional do Sul, que integrava o Comité Regional da Margem Sul do Tejo, era composta por Guilherme da Costa Carvalho (Manuel), José Lopes Baptista (Montes) e António Gervásio (Brito) ¹¹⁸⁵.

No Porto, por sua vez, a manifestação também decorreu emparedada pela polícia, que chegou a cortar o centro da cidade. Jactos de água e cargas policiais procuravam dispersar os manifestantes, mas as escaramuças prolongaram-se até à noite ¹¹⁸⁶. No entanto, a norte, os acontecimentos teriam sido mais fracos, com problemas de orientação a revelarem indecisão, no arranque e isolamento, à noite ¹¹⁸⁷.

Em Alpiarça, Pêro Pinheiro, Alcanena, no Couço, Beja, Portalegre e outras localidades houve, segundo o *Avante!* ¹¹⁸⁸ paralisações ao trabalho e concentrações. Porém, não foi assim por todo o lado. Houve locais, onde tudo estava preparado, a convocatória feita, mas na altura própria, falhou completamente o arranque. Foi o caso de Grândola, em que um comerciante dos subúrbios da vila que acorreu ao chamado do PCP para a manifestação, como se nada se passasse desabafaria em público “(...) andavam pelo campo a dizerem para eles virem à vila para fazerem manifestações contra o governo e que vêm de propósito para isso e no fim nada fizeram” ¹¹⁸⁹.

Mas, Lisboa tinha sido na realidade o centro das manifestações do 1º de Maio. E oito dias depois preparava-se a sua reedição. O primeiro passo nesse sentido seria a orientação dada pelo centro dirigente de que se deveriam fazer dois minutos de silêncio

¹¹⁸⁴ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, NP 9076, Comité Regional da Margem Sul do Tejo do PCP, *A repressão na Margem Sul do Tejo no ano de 1962*, [cópia], Março de 1963, [30-56]

¹¹⁸⁵ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *P.92/GT* [Declarações de Rolando Verdial], s.d., [123] e [124]

¹¹⁸⁶ Cf. *Liberdade! Paz em Angola! – clama o povo nas ruas do Porto*, *Avante!*, VI série, 316, 1ª quinzena de Maio de 1962

¹¹⁸⁷ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *PC 826/63*, 3º vol., *Algumas opiniões sobre o 1º de Maio e outras lutas*, s.a., s.d., [351-355]

¹¹⁸⁸ Cf. *A grande jornada do 1º de Maio*, *Avante!*, VI série, 317, 2ª Quinzena de Maio de 1962

¹¹⁸⁹ Arquivo do Ministério do Interior. Gabinete do Ministro. *Pasta 1216, PSP, GBT*, Janeiro-Julho 1962, Polícia de Segurança Pública de Setúbal. Posto Policial de Grândola, *Auto de Notícia*, 6 de Maio de 1962, [Documento cedido por Dulce Freire e Inês Fonseca]

nos locais de trabalho como protesto contra a repressão ¹¹⁹⁰. A resposta era, convenhamos, modesta de mais, face à disposição e combatividade demonstradas nas ruas.

O que se tornava necessário era reforçar e melhorar os aspectos organizativos para que uma semana depois, a nova vaga de manifestações mostrasse que o movimento se estava a alargar e a radicalizar.

Nas reuniões que foram feitas, no Porto, por exemplo, era grande a necessidade de afinar o papel dos grupos de choque nos confrontos de rua – identificar previamente as ruas com mais pedras para atrair para aí as forças policiais, escolher sítios altos para melhor dominar a polícia, locais onde se pudesse obrigar à sua dispersão. Mas também, sobre como conduzir uma manifestação, as características e os procedimentos dos que a dirigiam à cabeça, como defender a sua retaguarda, como integrar e mobilizar os próprios manifestantes no próprio curso da acção ¹¹⁹¹.

Era necessário armar melhor os militantes para o choque com a polícia, superar as tendências que ainda existiam de fuga ao choque, discutindo as formas de o organizar e gerir nas variadas situações que possa assumir, discutindo a importância de não usar armas de fogo naquela fase, mas sim paus e pedras.

Em Lisboa, a direcção do movimento mantém-se com José Magro como responsável, em reunião praticamente permanente. A directiva de paralisações mesmo que sob a forma de minutos de silêncio logo a seguir ao 1º de Maio não parece ter surtido grande efeito, ainda que o *Avante!*, o noticie nalgumas grandes empresas da região, como a Carris, a Sorefame ou a UTIC ¹¹⁹².

O centro da cidade foi ocupado pelas forças de choque da polícia que instalou armamento automático nos locais centrais e obrigou ao corte do trânsito e ao encerramento do comércio. Os manifestantes concentravam-se à volta e mal a polícia se apercebe disso carrega impiedosamente, a tiro. Pelas ruas e largos a adjacentes a norte é que se darão os confrontos, à pedrada ¹¹⁹³.

Apesar de uma dureza policial acrescida, os embates apontam para um crescendo, ou pelo menos para a manutenção, de altos níveis de mobilização e combatividade popular.

¹¹⁹⁰ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *P. 507/GT, Controle de “Fernando”...* p. 2 [595]

¹¹⁹¹ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *PC 826/63*, 3º vol., *Algumas opiniões...*, p. 3 [353]

¹¹⁹² Cf. *O 8 de Maio em Lisboa, Avante!*, VI série, 317, 2ª Quinzena de Maio de 1962

¹¹⁹³ Cf. *Idem*

É por tudo isto que o PCP não desarma e prepara novas jornadas, agora para o 28 de Maio e a pensar já no 10 de Junho, como aliás sectores populares, mesmo de fora do partido, sugeririam. Reclamam-se armas, maior disposição ofensiva nos confrontos com os contingentes da PSP.

Começavam a aumentar os grupos que não estando directamente dependentes do partido, constituídos nalguns casos por ex-militantes, estabeleciam contactos para aquisição e armazenamento de armas, desenvolvendo ligações no espaço das Juntas de Acção Patrióticas e com o que restava das redes que haviam estado envolvidas quer no golpe da Sé quer no de Beja Era o caso de um grupo consideravelmente extenso que actuava na corda industrial Venda Nova-Amadora, composto fundamentalmente por operários das fábricas dessa zona, que mantinha ligações às JAP e indirectamente ao partido e que preparava a intervenção nas manifestações para o dia 28 de Maio ¹¹⁹⁴.

José Magro e uma parte da direcção do movimento em Lisboa é presa nas vésperas da manifestação, referenciados por uma actividade muito intensa, com frequentes deslocações e participação em demasiadas reuniões, que um apertado aparelho de vigilância policial permitiu detectar.

Percebe-se um afã excessivo para um funcionário clandestino, só explicado por um entusiasmo de quem vê com todo este processo o regime a abanar e a ameaçar cair.

Numa das reuniões em que participa, a 10 de Maio, que o teor e o tom dos temas tratados permite pensar tratar-se de um reunião de direcção, provavelmente a Comissão Política do Comité Central, esse entusiasmo está bem patente.

Magro acreditava que “*haverá coisas de grande importância em Lisboa*” ¹¹⁹⁵ a 28 de Maio, como previa que a brutalidade das forças repressivas seria maior, o que o levava a admitir uma maior radicalização da acção, virando autocarros para erguer barricadas que impeçam o avanço dos blindados policiais, por exemplo; organizando idas aos quartéis para fazer agitação entre os soldados, articulando com a luta estudantil, contabilizando os grupos de acção existentes, havendo sectores onde conta com vinte e quarenta brigadas e algumas destas com muitas dezenas de membros, entre militantes e simpatizantes do partido, principalmente.

Decapitado o movimento, a organização do 28 de Maio estava no entanto em marcha e vai para a frente nalguns locais, designadamente na margem sul, com manifestações e confrontos em Almada e Setúbal, prolongando-se pela noite fora, mas a

¹¹⁹⁴ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *P. 360/GT, Credencial vinda através do “Saúl”*, s.d. dact., 2 pp, [37-38]

¹¹⁹⁵ IAN/TT, Pide-DGS, *PC 1067/62, W Pol. – Discussão*, [31]

situação parece chegar a um ponto de esgotamento nos centros urbanos, assistindo-se a uma deslocação do eixo da movimentação social e política para os campos do sul, onde os assalariados haviam participado activamente no 1º de Maio.

A reivindicação levantada a sul é pelas oito horas de trabalho. As consignas de natureza política fora do quadro estrito do 1º de Maio cedem passo às de natureza económica. A prioridade à reivindicação do horário de trabalho em relação à jorna fora objecto de uma forte discussão interna nos anos anteriores. A situação estava madura para constituir o grande factor de mobilização dos assalariados.

António Gervásio, um antigo assalariado agrícola, filho de pequenos proprietários empobrecidos, tornado funcionário ainda nos anos quarenta, desenvolvera desde sempre a sua actividade no sul do país. Quando preso em Agosto de 60, actuava justamente no Baixo Alentejo e Alentejo Litoral e tinha bem a percepção desse amadurecimento.

A fuga espectacular no carro de Salazar em Dezembro de 1961 da prisão de Caxias, que arquitecta e em que participa, permite-lhe preparar e dirigir em Abril e Maio de 1962 a luta pelas oito horas.

O caderno reivindicativo centra-se assim no horário de trabalho, deixando cair para valores muito baixos as jornas reclamadas, o que, objectivamente contrariava a orientação da jorna de 50\$00 para os homens, velha de quinze anos.

Desde o mês anterior que o 1º de Maio de 1962 vinha sendo preparado – reuniões, conversas individuais, criação de Comissões de Unidade, Uma dessas reuniões, já de ultimação de pormenores, a 29 de Abril, junta muitas dezenas de assalariados agrícolas, corticeiros e mineiros de várias aldeias dos concelhos de Santiago, Grândola e até Ferreira do Alentejo. As questões de autodefesa estiveram presentes, decidindo-se enfrentar de modo violento a repressão ¹¹⁹⁶.

Contrariamente às outras zonas do país, as movimentações não se centraram em data prévia, mas sucessivamente apontadas como momentos de concentração e manifestação, etapas de um processo reivindicativo, que segundo o PCP, teria contado com a adesão de mais de 250 mil trabalhadores e que se arrastou ao longo de todo o mês de Maio.

Se numa primeira semana o movimento eclode e está centrado no Alentejo Litoral, cujo Comité Regional do partido é controlado por António Gervásio, evoluirá

¹¹⁹⁶ Cf *Sobre as manifestações do 1º de Maio, a implantação das 8 horas de trabalho no campo e a acção de terror exercida pelo governo salazarista*, dact., s.a., Maio de 1962, 7 pp

depois, nas semanas seguintes, para todo o Alentejo e para norte pelo extenso concelho de Palmela, até chegar ao Ribatejo.

Se bem que as oito horas e mesmo jornadas mais altas tivessem sido conquistadas por muitas centenas de milhar de assalariados agrícolas, houve importantes localidades, algumas delas emblemáticas neste contexto, particularmente em Montemor-o-Novo ou na Margem Esquerda, como Vale de Vargo e Pias, onde isso não se verificaria.

A organização do PCP dificilmente poderia ter dirigido um movimento com esta extensão. Como aliás é reconhecido pelo próprio partido, em muitos locais, as concentrações, paralisações e mesmo confrontos com a GNR tiveram um carácter espontâneo; traduzem, também a sul a combatividade e a radicalização popular que chegou a ultrapassar algumas organizações do partido, mais enconchadas ou mais titubeantes quanto aos procedimentos a tomar ¹¹⁹⁷.

De qualquer modo, as notícias chegavam de aldeia para aldeia, de vila para vila, onde se patenteava a influência social do Partido Comunista e, nos campos do sul, os assalariados com a sua luta pelas oito horas foram uma componente fundamental do movimento social e político da primavera de 1962.

Esta vertiginosa sucessão de acontecimentos vinha mostrar como se estava num período de fluxo do movimento social e político e que o Partido Comunista se esforçava por conseguir acompanhar e dar resposta a essa enorme diversidade de situações e problemas que se lhe iam colocando.

O partido agia com considerável independência política. As convocações das manifestações, os apelos, as consignas eram ditadas pelos materiais publicados em nome próprio. Os entendimentos com as oposições mais moderadas e conservadoras foram ultrapassados pela iniciativa própria, que, quando muito, se discutia na acção, como entre os estudantes. Eram essas correntes que pelo impacto e pela força do movimento iam posicionando o seu apoio.

Ultrapassavam-se em poucos meses as regras de relacionamento entre o PCP e as restantes oposições. Se nas eleições de Novembro, tudo era acordado quase ao milímetro, em Maio isso dera lugar a um movimento em que a participação operária e dos assalariados rurais imprimira o tom dominante, deixando para trás os acertos e equilíbrios com os sectores não comunistas, como condição prévia.

¹¹⁹⁷ Cf. *As acções do operariado agrícola do sul desencadeadas no mês de Maio de 1962*, in *O Militante*, III série, 122, Janeiro-Fevereiro de 1963

Apesar da repressão, verifica-se o alargamento das fileiras do PCP, o revigoramento da sua acção, a reaproximação de antigos militantes ou de muitos que se mantinham ao largo. Como que enfunadas por uma conjuntura de ofensiva, animadas pelo combate declarado à via pacífica, pela crítica à subestimação do movimento de massas, as tendências radicais não só persistem como ganham alento.

Efectivamente pedia-se armas nas ruas, engrossava o número dos que se manifestavam dispostos a integrar os grupos de autodefesa, aviva-se a imaginação na congeminação de acções contra o regime. Em muitos sectores crescia a convicção e a euforia que se caminhava a passos muito largos para o levantamento nacional.

Porém, a maioria da direcção do partido, os seus órgãos executivos refreavam os ânimos mais exaltados.

Ainda em Maio, Álvaro Cunhal dá uma entrevista à Rádio Portugal Livre, que emitia a partir de Bucareste desde meados de Março desse ano ¹¹⁹⁸. Questionado sobre como avaliava as jornadas de luta que haviam sido travadas limita-se, contido, a dizer que estão a abrir caminho ao fim do regime, definindo três tarefas fundamentais para o seu partido – reforçar a organização, alargar a unidade de acção e impulsionar novas lutas populares.

Curiosamente, o primeiro nível de organização que considera necessário reforçar é o das Juntas de Acção Patrióticas, o que interliga as duas primeiras tarefas e condiciona-lhes a terceira. Esta valorização colidia aliás com o fraco papel que haviam desempenhado e com a forte repressão que se abatia sobre essas estruturas, poucas e a maioria das quais frágeis, além de bastante assentes em acordos interpartidários ou com personalidades individuais, a quem a movimentação social e política havia largamente ultrapassado.

Mesmo que formalmente se escrevesse o contrário, na prática, isto significava repor a unidade com as restantes correntes oposicionistas em primeiro plano, quando a fecundidade dos acontecimentos parecia apontar justamente para o reforço do partido como factor fundamental para a unidade da classe operária, vindo, por complemento a arrastar a unidade das correntes democráticas.

Sobre a questão da violência contorna completamente o papel dos grupos e brigadas de choque e de autodefesa que tão importante papel haviam desempenhado no enquadramento de contingentes populares em radicalização acentuada.

¹¹⁹⁸ Cf. Rui Perdigo, *Testemunho sobre a Rádio Portugal Livre*, in *Estudos sobre o Comunismo*, 1, Setembro-Dezembro de 1983, p. 41

Limita-se assim a explanar longamente a importância da desagregação das Forças Armadas e a consequente descolagem de corpos de soldados e de oficiais para o campo da luta pelo derrube do regime, conferindo a esse processo, pelos vistos assim, a componente de violência reconhecida como indispensável.

Se aquela era, como reconhecia, a crise mais profunda que o regime atravessava, se o fluxo do movimento social e político e a luta dos povos coloniais constituíam dois focos que impediriam a sua sobrevivência, a sua queda não estava no entanto próxima, pois como concluía, “*Temos ainda diante de nós duras provas e sacrifícios, mas a vitória está assegurada e ao nosso alcance*”¹¹⁹⁹.

O levantamento nacional não era para amanhã. Era essa a indicação que se tornava necessário fornecer aos organismos e aos militantes de base, para que a situação não fugisse de controlo e para que a linha política fosse mantida ou reposta longe de devaneios radicais e esquerdistas.

Os meses seguintes são de esvaziamento deste ímpeto popular. Das iniciativas em torno do 10 de Junho não há notícia e pelo 5 de Outubro circunscrevem-se a comemorações em torno de almoços e jantares em localidades de periferia – Aveiro, Viseu, Castelo Branco, Covilhã, Torres Vedras ou Caldas da Rainha. Em Lisboa e no Porto não há nada, com a polícia a exercer uma forte pressão para que as tradicionais romagens não se fizessem.

As notícias de greves e paralisações pelo 5 de Outubro são vagas e imprecisas. Reportam-se a locais de maior influência do partido no sul, como no Couço, Montemor, Pias, Alpiarça, Vale de Vargo¹²⁰⁰. O facto dos pescadores de Matosinhos não terem ido ao mar nesse dia é interpretado pelo *Avante!* como acção comemorativa da efeméride¹²⁰¹.

Objectivamente regressava-se ao velho estilo comemorativista, sem condições para acções de rua ou sem se ousar ou querer empreendê-las. Essas acções teriam sido, segundo o PCP, contidas pela repressão, mas a indignação permanecia, pelo que previa que não demorassem a irromper. Assim, valorizava os almoços e jantares, o lançamento de morteiros que se havia verificado em escassas localidades, interpretando isto como uma fase de recomposição das forças populares.

¹¹⁹⁹ Entrevista de Álvaro Cunhal à Rádio Portugal Livre, *O Militante*, III série, 117, Junho de 1962

¹²⁰⁰ Cf. O 5 de Outubro foi comemorado em vários pontos do país, *Avante!*, VI série, 323, Novembro de 1962

¹²⁰¹ Cf. O 5 de Outubro e a organização de novas lutas, *Avante!*, VI série, 322, Outubro de 1962

Mas lá ia acrescentando que o movimento estava ser prejudicado “*pelas ideias erradas de muitos anti-fascistas que consideram que já não há lugar para acções legais (...) que sonham com uma acção armada sem estarem criadas condições para isso*”¹²⁰².

O objectivo era então dar força ao movimento de massas em função das novas tarefas políticas que se abriam – comemoração do 31 de Janeiro, eleições para as Juntas de Freguesia em Outubro de 1963, luta pela Amnistia.

Por esta altura, Adelino Pereira da Silva, membro do Comité Local de Lisboa, rabisca o que se tornava então necessário dizer aos militantes que controlava:

“Seria ingenuidade pensar q. o 1º e o 8 de Maio seriam o início da queda imediata do fascismo. Poder-se-ia então perguntar: Teríamos nós a unidade e organização suficientes p/ dirigirmos e levarmos à sepultura o Governo fascista de Salazar? Ñ/.

*O 1º e 8 de Maio foram somente um início ñ/ imediato da queda do fascismo, mas sim o início p/a o levantamento nacional. Houve ainda mtº acentuada/ o factor espontâneo das massas populares apesar da organização do PCP e das outras forças dem.[ocráticas] terem dado um bom impulso às acções”*¹²⁰³

No entanto, ao contrário do ponto de vista exposto no *Avante!*, sustentava que o 5 de Outubro tinha falhado porque havendo condições para a mobilização popular, as outras forças oposicionistas e os sectores radicais ou ficaram na expectativa ou desinteressaram-se.

De um modo ou de outro, o Partido Comunista apoiava-se na inexpressividade dos acontecimentos nessa data para voltar a colocar a tónica não só nos movimentos de massas, mas, fundamentalmente, na necessidade de reforçar a unidade democrática.

Tornava-se fundamental ao Partido Comunista tomar a iniciativa neste domínio. As Juntas de Acção Patriótica eram organismos débeis, sem cabeça, pois a Junta Central havia deixado de funcionar no rescaldo do golpe de Beja, sacudida pela repressão, mas estruturas ilegais, que sobreviviam, embora dificilmente, e aglutinavam a unidade com os sectores mais combativos das oposições, deixando para além disso uma porta aberta para a negociação e adesão de outros sectores, porventura mais moderados ou ainda cépticos quanto a essa nova organicidade oposicionista.

Existiam, por isso, efectivamente condições para que se desse um salto a este nível. Desde o início de 1962 que, a partir dos núcleos do exílio se vinha defendendo a

¹²⁰² O 5 de Outubro e a organização de novas lutas, *Avante!*, VI série, 324, Dezembro de 1962

¹²⁰³ IAN/TT, TCL, 3º JC, P. 16795/63, 1º vol., Criemos as condições p/a o Lev. Nac., s.d., mns, p. 1, apenso a fls 55

necessidade de uma organização de unidade antifascista. A própria evolução da questão colonial, com a guerra e a receptividade internacional à denúncia dessa situação faziam com que se estreitassem os laços com os movimentos de libertação nacional. Em Fevereiro, Manuel Sertório dirige-se em carta a Álvaro Cunhal propondo a realização de uma Conferência das organizações e núcleos de exilados políticos portugueses e das organizações políticas com actividade no interior no país, a realizar em Marrocos, dada a proximidade com os movimentos independentistas.

Em Fevereiro-Abril Sertório insiste na ideia de articular os grupos de oposição no exílio, avançando com uma Comissão de interligação, que viria a ser coordenada também por Manuel Tito de Morais e por um representante do PCP.

Na realidade, se Manuel Sertório, na época muito próximo do general Humberto Delgado, vinha entusiasticamente defendendo a ideia da unidade dos grupos oposicionistas e da ligação aos movimentos de libertação, acabará por receber do Partido Comunista um contributo e um impulso decisivo ¹²⁰⁴, mesmo que num primeiro momento reticente porque a dinâmica de raiz não tinha sido sua.

O caminho ia sendo aberto em direcção à conferência que fundaria a FPLN, Frente Patriótica de Libertação Nacional ¹²⁰⁵, que decorreu em Roma nos últimos dias do ano, de 28 a 30 de Dezembro, cuja organização assentou largamente na JAP de Paris e contou com o empenho pessoal de Álvaro Cunhal que participou como representante do PCP ¹²⁰⁶.

Participaram também Mário Ruivo, que pertencera à primeira Comissão Central do MUD Juvenil, e que foi na prática o organizador executivo da Conferência; Fernando Piteira Santos, que integrara a Junta Patriótica Central e que na sequência do golpe de Beja se exilara em Argel, depois de uma passagem por Marrocos e Paris; Francisco Ramos da Costa, da Resistência Republicana e Socialista e António Lopes Cardoso, que também pertencera à Junta Patriótica Central e fora obrigado ao exílio, vindos ambos de Paris; Manuel Sertório e Tito de Morais, membros da União Democrática Portuguesa no Brasil, viajando desde S. Paulo.

Ruy Luís Gomes e Humberto Delgado que eram também para integrar a delegação vinda do Brasil não puderam comparecer por não terem conseguido renovar os passaportes ¹²⁰⁷. Também Sacuntala de Miranda, do Grupo dos Portugueses

¹²⁰⁴ Cf. Dawn Linda Raby, *Portuguese Exile Politics: The “Frente Patriótica de Libertação Nacional”. 1962-1973*, in *Luso-Brazilian Review*, vol. 31:1, 1994, p. 81

¹²⁰⁵ Cf. Dawn Linda Raby, *A oposição no exílio...*, p. 39

¹²⁰⁶ Cf. Manuel Sertório, *Humberto Delgado...*, p. 46

¹²⁰⁷ *Idem*

Democratas de Inglaterra não se pôde deslocar, fazendo-se representar através de Sertório ¹²⁰⁸.

Do interior acabaria por não comparecer ninguém, designadamente os membros do que restava da Junta Patriótica Central. Esperava-se a vinda de Mário Soares, da Resistência Republicana; de Luis Dias Amado e de um dos irmãos Cal Brandão, de algum modo representantes do movimento de renovação socialista dos anos da guerra e susceptíveis de fazer a ponte com a Maçonaria; assim como Lino Neto e outros católicos, o que origina logo na sessão de abertura uma troca de opiniões sobre a representatividade da conferência, sem que Cunhal se envolva neste tipo de discussão ¹²⁰⁹.

Na realidade, tratava-se de um pequena reunião, sem presença directa do interior, a não ser a que resultava da participação do secretário-geral do PCP, deixando, além do mais, objectivamente de fora os sectores moderados da oposição, precisamente aqueles que olhavam de modo mais céptico a iniciativa. No entanto, o começo que ali se caboucava não deixava de ser, naquela conjuntura, fundamental para o Partido Comunista.

Os dez pontos que constavam da Ordem de Trabalhos aprovada reflectem bem o carácter abrangente da Conferência: interligar a luta contra o regime com a luta de libertação nacional das colónias portuguesas, articular a actividade da oposição no exterior e desta com a frente que estava no interior do país, aspecto tido como decisivo; assim como de definir a identidade da nova organização e criar no exterior um órgão de coordenação geral.

Apesar da ausência das correntes e sectores oposicionistas mais moderadas, de algum modo a Conferência iria analisar o estágio de evolução do combate contra o regime e os grandes eixos de intervenção, o que tornava os seus resultados particularmente significativos, principalmente ao realizar-se logo após as grandes jornadas de 1962.

Não se tratou, no entanto, de uma iniciativa manipulada pelo Partido Comunista. Aliás, a estratégia de Cunhal foi, nos três dias em que decorreu, de contornar o mais paciente e habilmente que pôde as áreas de divergência e de confronto que, particularmente Piteira Santos, não se eximia a expor.

¹²⁰⁸ Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo Manuel Sertório, *FPLN, Dossier 1ª Conferência. Roma*, 1962, *Telegrama de Sacuntala de Miranda*, Essex, 8.1.63

¹²⁰⁹ Cf. Idem, *Conferência de Roma*, pp. 1-2

Nas suas diferentes intervenções, o dirigente comunista discorria evidentemente sobre as posições que sustentava, designadamente quanto ao derrube do regime, criticando a acção de pequenos grupos, dotados de grande activismo mas incapazes de mobilizar o povo, embora acreditando que o seu exemplo teria um efeito de bola de neve, arrastando as massas populares. Era ao espectro do recente golpe de Beja a que aludia. Reconhecia a necessidade de um choque violento, apontava as 200 ou 300 brigadas do PC que estiveram na rua no 1º de Maio e que enfrentaram a polícia à pedrada, mas era necessária organização, pois de outro modo não seriam os democratas portugueses a derrubar Salazar ¹²¹⁰.

Admite que novas conspirações militares possam repetir-se e até que um desses movimentos possa triunfar, sendo então necessário que as forças democráticas possam estar preparadas para o apoiar, o que voltava a remeter para o problema da organização. Do seu ponto de vista, o choque violento que entende indispensável poderia assim resultar de um golpe militar, de um movimento de massas prolongado, com greves e manifestações ou de um movimento militar com o apoio de grupos civis armados.

A questão que colocava era de natureza estratégica, relacionava-se com a forma de amadurecer e radicalizar a situação, aplicando a cada momento as formas de acção mais adequadas, pois a utilização prematura da violência, sem correspondente movimento de massas ascendente provocaria retracção e o recuo.

Considerava no entanto que a fase não era ainda essa, que havia um atraso muito grande para o assalto ao poder, embora concordasse com a criação de um grupo armado da oposição, o que seria completamente distinto de um exército popular, com o qual discordava abertamente.

Defendia a necessidade de preparar grupos especializados em acções de sabotagem de infraestruturas do abastecimento de águas, esgotos, apropriação de automóveis, mas também a infiltração de militantes e activistas em postos militares importantes, nas cadeias, ou na hierarquia militar, resguardando-os de qualquer exposição política ¹²¹¹.

Em contrapartida, muitos dos presentes apoiavam a validade de golpes militares exemplares. Piteira sustentava a necessidade de um plano operacional, que incluísse a existência de grupos armados que desencadeassem acções de sabotagem. Sertório acrescentava a importância de criar um comando insurreccional, que se transformasse

¹²¹⁰ Cf. **Idem**, pp 2-3

¹²¹¹ **Idem**, pp 12-13

numa direcção nacional de luta. Por sua vez, Lopes Cardoso lembrava que o reforço da organização dependia da clareza dos objectivos políticos enquanto Tito de Morais sublinhava a importância de um programa mínimo para um futuro governo democrático.

Em relação à questão colonial, Cunhal reconhece o chauvinismo entranhado que dificultava uma consciência anti-imperialista de massas e advertia contra o seguidismo em relação aos nacionalistas das colónias portuguesas. Entendia que os movimentos de libertação não queriam efectivamente negociar com a oposição portuguesa, mas apenas dizer que o pretendiam como forma de pressionar o governo a negociar com eles. Em sua opinião a questão fundamental era o derrube do regime em Portugal.

Porém, para Manuel Sertório era insuficiente dizer apenas que se reconhecia o direito à auto-determinação das colónias, sem que isso implicasse acções de solidariedade concretas, bem como contactos com os movimentos independentistas ¹²¹².

Onde a polémica se acendia mais era, no entanto, a propósito das as questões de organização, não tanto pelo modelo orgânico como, principalmente, pelo controleirismo do PCP.

Principalmente dirigindo-se a Piteira Santos, Cunhal refere não estar interessado na discussão sobre as críticas ao PCP, mas sempre vai dizendo que não controla os organismos de unidade onde, na maior parte dos casos, só tem um ou dois militantes; que a Rádio Portugal Livre é efectivamente do partido, mas está disposto a conceder um tempo de emissão aos movimentos unitários; que atribui grande importância à organização militar ou que aprecia positivamente a acção das Juntas de Acção Patriótica no interior do país ¹²¹³.

Do ponto de vista organizativo, a Conferência debate a criação de um organismo a instalar no exterior, que, segundo Cunhal deveria ter apenas funções consultivas, o que significava esvaziá-lo de capacidade operativa, subordinando-o à Junta Central que deveria estar no interior.

Sertório e Piteira Santos discordam abertamente desse carácter consultivo, sustentando que deveria ser um Secretariado com funções de direcção política, executivas, dotado de imprensa e rádio própria, capacidade de intervenção a nível diplomático, embora admitissem uma forte articulação com o interior, onde reconheciam centrar-se o fundamental da luta contra o regime; mas que, ao mesmo

¹²¹² *Idem*, pp 4-5

¹²¹³ *Idem*, p. 7

tempo fosse um órgão coordenador das actividades dos núcleos da oposição no exterior¹²¹⁴.

O entendimento foi então que se designasse de Comissão Delegada, o que reflectia o equilíbrio consensual de posições. Integrá-la-iam Piteira Santos, Sertório, Tito de Moraes, Mário Ruivo, Ramos da Costa, Rui Cabeçadas e Pedro Soares, membro do Comité Central do PCP¹²¹⁵.

Associava-se a esta questão outra importante controvérsia em torno do local onde instalar essa Comissão. Piteira já havia tido em Argel conversações com Ben Bella e Boumedienne, que manifestaram abertura nesse sentido, cedendo instalações e admitindo até a possibilidade de vir a receber Delgado e Ruy Luis Gomes.

Cunhal levanta algumas ressalvas a esta solução, alegando problemas de segurança dos dirigentes aí instalados. Prefere claramente a Itália, onde aceita assumir as despesas logísticas, ou mesmo a França, no que se cruzariam por um lado a simbologia dos locais – Argel e a dimensão insurreccional versus Roma ou Paris, mais identificadas com as formas mais tradicionais e não violentas de luta política¹²¹⁶ - e uma maior proximidade de apoios logísticos fundamentais por parte dos respectivos partidos comunistas¹²¹⁷. Todavia, face ao isolamento da proposta de Álvaro Cunhal, a Comissão Delegada será efectivamente instalada em Argel.

A Conferência dirige-se ainda ao general Humberto Delgado como “o valoroso dirigente da Oposição”¹²¹⁸, o que correspondia a depositar nele funções de liderança, não obstante toda a controvérsia que o tema e a figura do próprio general haviam suscitado. Cunhal, quanto a este aspecto teve um papel decisivo quer insurgindo-se cada vez que o general era tratado em tom mais sarcástico ou depreciativo quer sublinhando bem a sua importância para o movimento democrático português¹²¹⁹.

Neste processo de constituição da FPLN, para além dos comunistas e dos socialistas da Resistência Republicana, emerge uma terceira corrente que se estrutura organicamente, dando origem ainda em 1962 ao MAR, Movimento de Acção Revolucionária, um agrupamento que se pretendia posicionar à esquerda do PCP, reclamando-se do socialismo, defensor da violência para o derrube do regime, claramente influenciado quer pela experiência argelina como pela cubana, polarizando

¹²¹⁴ **Idem**, pp 7-9

¹²¹⁵ Cf. Dawn Linda Raby, *A Resistência antifascista...*, p. 250

¹²¹⁶ Cf. **Idem**

¹²¹⁷ Cf. Fernanda Lopes Cardoso, *Um amigo no exílio*, in *Fernando Piteira Santos. Português, cidadão do século XX*, Campo das Letras, Porto, 2003, p. 97

¹²¹⁸ Manuel Sertório, *Humberto Delgado...*, [carta subscrita pelos participantes da Conferência], p. 153

¹²¹⁹ CD 25 de Abril, Fundo Manuel Sertório, *FPLN, Dossier...*, *Conferência de Roma*, pp. 7 e 14

um conjunto de elementos dispersos que haviam participado no assalto ao quartel de Beja, na Juntas de Acção Patriótica e no movimento estudantil desse ano. Lopes Cardoso, Rui Cabeçadas e o próprio Piteira Santos, embora fugazmente, participarão aí.

A constituição da FPLN é noticiada pelo *Avante!*, fornecendo datas falsas da Conferência para despistar a polícia e citando do seu comunicado final a disposição das forças oposicionistas participantes “(...) *de se manterem unidas, hoje numa Frente Patriótica de Libertação Nacional para varrerem o fascismo da terra portuguesa e amanhã para a construção duma ordem democrática que representantes do povo livremente eleitos estabelecerão numa futura Assembleia Constituinte*”¹²²⁰

O excerto era significativo. Ao fim e ao cabo, a Conferência concluía, tal como o PCP, do limite temporal da unidade então forjada – primeiro até ao derrube do regime e depois apenas numa fase transitória até à realização de eleições constituintes. Tal como nos anos quarenta, nos tempos do MUNAF e do MUD, portanto, nada de projectos para um futuro muito longínquo após o derrube de Salazar.

A notícia enfatiza a importância dada à questão colonial, mas reiterando a posição oficial do PCP, sem por um momento ceder à polémica travada na Conferência, de que a luta dos povos das colónias poderia ser um factor decisivo na desagregação e no fim do regime.

Mesmo nas vésperas da realização da Conferência, o Partido Comunista reúne o seu Comité Central durante três dias em Vila Nova de Ourém, pela última vez no interior do país até à queda da ditadura. Participam nessa reunião Rolando Verdial, Blanqui Teixeira, Francisco Martins Rodrigues, António Gervásio e Manuel Luís da Silva Júnior.

Desde Novembro de 1961, que o Comité Central não reunia. Dos três pontos principais da Ordem de Trabalhos, dois deles eram de natureza organizativa – um sobre as prisões do ano anterior e outro sobre métodos de trabalho e crescimento orgânico; finalmente, um último sobre o relançamento do movimento social e político, em abrandamento relativo, apesar de ter corrido, vertiginoso, durante todo aquele ano de 62.

As vagas de prisões de 1961 e 62 haviam desfalcado o aparelho dirigente. Nesses dois anos foram assaltadas sete casas clandestinas, assassinado um funcionário de direcção intermédia, presos 28 funcionários, entre os quais sete membros do CC,

¹²²⁰ Cit. in Conferência de representantes da Oposição Anti-fascista, *Avante!*, VI série, 325, Janeiro de 1963

entre efectivos e suplentes, três deles membros do Secretariado. Para mais Cunhal e Vilarigues haviam saído para o exterior.

A oportunidade de passar em revista os aspectos organizativos do partido prevalecia à luz desta situação e impunha-se na reunião de Direcção do PCP, que se manifestou implacável na crítica ao secretariado anterior, apesar de constituído já em contexto de “crítica ao desvio de direita, acusado de não ouvir com suficiente atenção a opinião dos dirigentes, de predominar nesse órgão um trabalho individualista e presunçoso, de abafarem ou receberem com contrariedade as críticas formuladas.

Os dirigentes mais responsáveis que haviam sido presos em Dezembro de 1961 – e tinham sido presos todos os membros do Secretariado que se encontravam no interior do país ¹²²¹ – são censurados publicamente: Pires Jorge por ter sido preso ao frequentar locais desaconselháveis, fazendo tempo para entrar na reunião do CC e mantendo consigo documentos de grande importância; Octávio Pato por não ter dado a devida atenção a um conjunto de sinais estranhos que o deveriam ter levado a não se dirigir à sua instalação; Carlos Costa porque entrou imprevidentemente numa casa que havia sido pouco antes assaltada pela polícia ¹²²².

São do mesmo modo censurados os que haviam integrado a direcção do movimento do 1º de Maio em Lisboa. É o caso de José Magro, efectivo do Comité Central, apontado como “*o mais responsável pelos diversos erros conspirativos que se encontram na origem da sua prisão e das outras prisões efectuadas na mesma altura*” ¹²²³, tendo-lhe sido, para mais, apreendida documentação interna de enorme importância.

Dias Lourenço que, por sua vez, fora preso mais tarde, em Agosto, quando, no rescaldo das greves, passava férias em Buarcos, numa casa alugada por si, se é, publicamente, apenas censurado por reincidentes actos de liberalismo, que só muito dificilmente poderiam não ter redundado na sua prisão, já internamente, é acusado de indisciplina, resistência enquanto secretário do CC a descentralizar tarefas, ideias erradas quanto à sua movimentação e um “*liberalismo personificado*”¹²²⁴ em tudo quanto se relacionava com as circunstâncias em que foi localizado e detido.

Sobre Dias Lourenço é mesmo dito que “*Nunca o camarada compreendeu ou aceitou as críticas que repetidamente foram feitas à sua movimentação, aos seus*

¹²²¹ Cf. IAN/TT, JCL, 4º JC, P. 97/64, 14º vol., **Intervenção sobre questões da Direcção e da defesa do Partido na reunião do Comité Central de Dezembro de 1962**, dact., p. 2, apenso a fls 1009

¹²²² Cf. **Sobre a defesa conspirativa do Partido. Resolução do Comité Central, O Militante**, III série, 121, Dezembro de 1962

¹²²³ Cf. **Idem**

¹²²⁴ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, **PC 1641/63, Sobre a reunião...**, p. 2...

descuidos, etc., reagindo por vezes de forma que dificultava se não impossibilitava um verdadeiro trabalho colectivo” ¹²²⁵

Esta série de prisões e de danos profundos provocados na direcção partidária eram o resultado, na opinião do Comité Central, de fortes erros no funcionamento leninista em matéria conspirativa, de desrespeito pelo trabalho colectivo, da repetida infracção de regras da disciplina partidária, de um ambiente de profundo liberalismo e de um estilo de trabalho individualista e presunçoso.

Estes erros traduziam uma atitude que desvalorizava a capacidade repressiva do regime e o papel da organização no movimento de massas, rebaixando as suas responsabilidades enquanto dirigentes políticos clandestinos que se deviam saber proteger e resguardar, em vez de desenvolverem um tipo de trabalho assente na concentração de tarefas e, por isso, numa movimentação frenética, com entradas e saídas em casas clandestinas, inúmeros contactos de rua com quadros e militantes de base, conservando consigo apontamentos, relatórios e outra documentação essencial à vida clandestina do partido.

A apreciação feita dá bem ideia da situação que se vivia:

“Em particular os membros do Secretariado tinham uma actividade intensíssima e impunham aos outros quadros um tipo de actividade semelhante, muito perigosa e profundamente praticista, o que levava não só aos desastres mas também a um tipo de actividade pouco pensado, pouco estudado. Dentro do próprio Secretariado elevou-se à categoria de índice da qualidade dos quadros a sua “operacionalidade”, que significava principalmente o poder de resolver muitos problemas práticos” ¹²²⁶

E isto era assim por deficiências e incompreensões quanto ao funcionamento orgânico, mas também, e sobretudo, como se ia acrescentando, porque reconhecendo a gravidade e a profundidade da crise que o regime atravessava, bem como o ímpeto das massas populares, prevaleceu um clima de euforia política, a ideia de que a queda do fascismo estava para breve que, nalguns casos, como em Lisboa, levou à criação de um organismo especial para dirigir as acções do 1º de Maio, que se tendia a sobrepor à cadeia orgânica própria, mas não discutia política nem defesa, mais preocupado em dar resposta aos acontecimentos ao ritmo a que se vinham sucedendo ¹²²⁷.

¹²²⁵ Cf. IAN/TT, JCL, 4º JC, P. 97/64, 14º vol., *Intervenção sobre questões da Direcção....*, p. 11...

¹²²⁶ *Idem*, p. 9

¹²²⁷ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, PC 1641/63, *Sobre a reunião....*, p. 3...

É então constituído um novo Secretariado— Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues, Joaquim Gomes e Blanqui Teixeira, o que significava instituir que aquele órgão, o mais importante do partido, seria transferido para o estrangeiro. No interior do país ficaria apenas Blanqui Teixeira, que é aliás o único a participar na reunião.

Ao mesmo tempo é criada uma Comissão Executiva, para dirigir o quotidiano da actividade partidária no interior, composta por Blanqui, como responsável e por Martins Rodrigues e Alexandre Castanheira ¹²²⁸.

O centro político do partido deixava de estar no interior. Era o Secretariado que, entre Paris, Praga e Moscovo, ditaria a orientação, por mais que se quisesse encarar aquela reunião como o relançamento do trabalho colectivo de direcção ¹²²⁹.

A defesa do partido, o reforço do funcionamento clandestino e da organização não eram analisados em função do fluxo do movimento social e político, do balanço das riquíssimas jornadas desse ano, mas considerando que era necessário “*que os seus militantes, particularmente os quadros funcionários e ainda mais os camaradas com tarefas de direcção, tenham um convencimento profundo dessa necessidade, uma ideia realista dos perigos que existem e um sentimento correcto da sua responsabilidade para com o Partido e o Povo*”, que era o mesmo que dizer, ser altura, antes do que quer que fosse, de pôr ordem na casa.

Esta orientação surgirá num documento subscrito pelo Comité Central, mas datado de Janeiro de 1963, isto é, da responsabilidade do Secretariado ou já da nova Comissão Executiva, que incorpora as conclusões da Conferência de Roma, disserta longamente sobre o carácter do levantamento nacional e traça as tarefas políticas do Partido, correspondendo assim ao que deveria ter sido objecto do ultimo ponto da agenda da reunião do CC do mês anterior.

O que este documento traz de novo é já um esboço dos pontos programáticos do partido, que virão nos anos seguintes a desembocar no novo programa do PCP, mas como que autonomizados em relação aos entendimentos e opiniões com as restantes forças oposicionistas.

Se eram sete os pontos programáticos enunciados, que incluíam as liberdades democráticas, a eliminação do poder dos monopólios, a reforma agrária, a libertação do imperialismo, o reconhecimento da independência das colónias, uma política social a favor dos trabalhadores, uma política externa de paz, em nome da unidade o que mais

¹²²⁸ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *P. 92/GT*, [Informações de Rolando Verdial sobre a reunião do CC de 27 de Dezembro de 1962], [127-128]

¹²²⁹ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, *PC 1641/63, Sobre a reunião e resolução do CC*, mns, s.d., p. 1, apenso a fls 324

importava era um programa mínimo, um objectivo comum – “ *a instauração em Portugal das liberdades democráticas, a realização de eleições livres*”¹²³⁰, identificando-se com as conclusões de Roma expressamente citadas.

Para o PCP, a principal conclusão de Roma residia na importância atribuída à organização e incremento da actividade de uma rede nacional de Juntas de Acção Patrióticas, dirigidas a partir do interior, como frisava, por uma Junta Central, competindo-lhes, a nível legal e ilegal, impulsionar as lutas económicas, sociais e políticas contra o regime.

Porém, reconhecia que a unidade conseguida em Roma era ainda limitada, pelo que associava a esta tarefa o contacto e consulta aos restantes sectores oposicionistas, incluindo os que vinham descolando da base de apoio do regime e queriam sinceramente passar para o campo de uma oposição activa.

A questão do derrube do regime e da via do levantamento nacional acabariam, neste encadeamento, por ocupar parte substancial do documento. Sem excluir a necessidade do emprego da violência, aspecto que era comum a todas as correntes oposicionistas, preocupava-se em sustentar pela crítica, os que à direita e à esquerda divergiam do PCP, fosse pela conspirata militar fosse por acções radicais.

Se o levantamento nacional implicava grandes movimentações sociais e políticas e a desagregação dos aparelhos militares repressivos, suscitando a neutralização ou o apoio de sectores vastos, havia então que, por um lado, incentivar as lutas de massas e, por outro, criar uma grande organização militar que pudesse enquadrar essa desagregação, o que era expresso de modo claro:

*“A tarefa que se coloca perante as forças democráticas não é a de aliciamento de militares para a preparação dum golpe militar (com ou sem a participação de grupos civis armados), mas a da constituição de uma forte organização revolucionária nas forças armadas que possa intervir de uma forma decisiva numa situação de crise revolucionária”*¹²³¹

Após as grandes jornadas de 1962, esta acabava por ser a principal conclusão a retirar: apesar de se terem vivido momentos de crise única do regime e de grande ímpeto popular, não era uma situação pré-insurreccional, de crise revolucionária; não estavam maduras as condições para o desencadeamento de acções especiais, violentas,

¹²³⁰ Comité Central do Partido Comunista Português, *Perspectivas do desenvolvimento da luta nacional contra a ditadura fascista*, Edições «Avante», Janeiro de 1963, p. 2

¹²³¹ *Idem*, p. 6

que, não obstante serem pela primeira vez admitidas, até se poderiam, naquele contexto, tornar contraproducentes.

Só havia por isso um caminho, que era o do *“reforço da unidade das forças da oposição, a constituição duma organização poderosa, em todos os sectores da população, incluindo o militar, a ampliação do movimento de massas e a insistência infatigável em todas as formas de acção popular”*¹²³²

Porém, o ênfase colocado nesta questão reflectia como de facto se estava a abrir uma nova fase da luta política em Portugal, com a radicalização rápida e ampla de novos e fortes contingentes sociais; como nas fileiras do próprio Partido Comunista se adensavam sinais de impaciência, desilusão; como cresciam as posições críticas ao discurso tradicional do partido; como, ao fim e ao cabo, a rectificação do “desvio de direita”, que tão entusiástico apoio suscitara, surgia como limitada, insuficiente.

Capítulo 7

“Rumo à vitória”

1. A “cisão” de Martins Rodrigues

O “desvio de direita” foi vencido praticamente sem oposição. Todo o partido fora puxado para as novas posições que restabeleciam e afeiçoavam a velha tese do levantamento nacional. O sobressalto do V Congresso fora um acidente de percurso e eram tímidos os que entendiam ser necessário novo congresso para proceder a tais alterações.

¹²³² *Idem*, p. 7

No entanto, correntes e núcleos militantes mais radicais ganham alento. O fenómeno fora previsto por Cunhal que, por mais que combatendo a “direita” do partido nunca perdera de vista o combate ao esquerdismo.

É significativo o destaque conferido por *O Militante* à edição clandestina que o PCP promove da conhecida obra de Lenine *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, ainda no verão de 1960, assim justificada:

“Os desvios de «direita» e de «esquerda» frequentemente se tocam. Assim, por exemplo, o oportunismo (desvio de «direita») conduz, pelas suas frequentes ilusões putchistas, a uma posição «esquerdista» em relação ao trabalho nas organizações reaccionárias de massas. A «Doença Infantil», incidindo o seu fogo contra o «esquerdismo», constitui entretanto uma valiosa contribuição para a luta contra o oportunismo”¹²³³.

Em todo o ano de 1962, este preceito está presente. A isso se reporta com particular ênfase o discurso do PCP no segundo semestre desse ano. No centro das preocupações do secretário-geral do PCP e da maioria dos seus dirigentes estava evidentemente a facilidade com que sectores do partido apoiaram a acção de Beja, os que entusiasticamente se dispunham a constituir e integrar grupos de acção e de autodefesa, os que internamente reclamavam a criação de uma organização militar que preparasse desde logo acções violentas.

Mas eram muito minoritários os que procuravam uma abordagem crítica global, sustentada doutrinariamente, considerando ser incompleta e insuficiente a correcção do “desvio de direita” e reclamando, por isso, o aprofundamento da discussão política e ideológica. A compartimentação orgânica e a clandestinidade limitavam de modo substancial a sua expressão, que se circunscrevia a intervenções acaloradas em reuniões de célula ou Comité Local ou através de cartas e relatórios, mas não deixariam de ser encaradas com preocupação.

É o caso de um relatório de Outubro de 1962, elaborado por um quadro do partido, com vinte anos de militância e em funções de direcção intermédia, aparentemente em situação legal.

Passa em revista os grandes momentos de crise do regime – no final da guerra, nas presidenciais de 1958 e com as jornadas de 62, para afirmar que com ou sem “desvio de direita”, nessas circunstâncias sempre o partido puxou para trás,

¹²³³ A edição da «Doença Infantil». Actualidade de alguns ensinamentos, in *O Militante*, III série, 105, Agosto de 1960

argumentando falta de condições objectivas, mas também de organização, para que não incrementasse o impulso que se erguia contra o governo.

Apesar da fraqueza orgânica do seu sector, reconhece que a disposição e a combatividade popular ultrapassam largamente a capacidade do partido e que há retracções ao recrutamento ou à militância activa por parte de gente desiludida por não existirem perspectivas de radicalização, que passassem, por exemplo, por acções violentas. Ouvia dizer a muitos que tentava recrutar – *“Lá organizado não quero, [mas] quando chegar a hora de pegar numa metralhadora, contem comigo”* ou *“Já oiço falar nisso há que tempos, isto só vai a tiro”*.

E acrescentava:

“ninguém me perguntou pela saúde de Manuel Rodrigues [da Silva, dirigente preso há vários anos e bastante doente, cuja libertação o partido reclamava insistentemente] mas muitos camaradas já me perguntaram se sabia alguma coisa de Varela Gomes.

*Pergunto muito concretamente, camaradas: tudo isto representa medo devido à repressão ou representa falta de uma razão para enfrentar a repressão? Por outras palavras: Não estarão as pessoas a ter falta de confiança na eficácia dos métodos de luta preconizados pelo Partido e por isso não vêm razão para se sacrificarem por eles ?”*¹²³⁴.

O relatório, escrito na ressaca das goradas manifestações do 5 de Outubro, verberava sobre a convocação de mais manifestações pacíficas, quando o governo estava ferido. Não hesita mesmo em comparar o que se estava a passar com o que se verificara com a jornada nacional pacífica, no rescaldo das eleições de 1958, depois do povo ter andado em confrontos de rua e à pedrada à polícia.

Questiona o que se teria passado em Maio desse ano de 1962 se grupos de choque tivessem assaltado depósitos de armas e as tivessem distribuído pela população, se outros grupos tivessem ocupado determinados locais estratégicos da cidade, se outros tivessem ocupado a rádio. E, pessimista, prosseguia, discorrendo que, a continuar como até ali, *“corremos o risco de que passe a “época” das grandes manifestações como já passou a das grandes greves. Têm os camaradas alguma dúvida quantos aos sentimentos dos milhares de pessoas que descem à rua ao apelo de um Partido que coloca como sua palavra de ordem essencial a insurreição?”*¹²³⁵.

¹²³⁴ TCL, 4º JC, P. 151/63 [44703], 4º vol., Considerações sobre a situação actual, Outubro de 1962, dact., p. 4, apenso a fls 307

¹²³⁵ Idem, p. 6

Em sua opinião, sem esta perspectiva presente, os apelos ao levantamento nacional não passavam de palavras e os próprios apelos à criação de Juntas de Acção Patrióticas, aspecto em que o partido insistia particularmente, exigia a clarificação de quais as suas tarefas naquela conjuntura concreta, o que, entendia, não se estava a verificar.

Do seu ponto de vista, era efectivamente a perspectiva da insurreição que faltava e que o próprio estilo de direcção clandestina estaria a cercear o contacto dos dirigentes com a vivacidade da realidade nacional. Desassombradamente diz:

“Eu não acredito, camaradas da Direcção, que vocês possam fazer grande coisa fechados numa casa, anos seguidos, subalimentados, sem ar nem sol, estiolando longe do convívio e da acção políticas. Acreditem, camaradas, essa vida tem de vos tirar capacidades e acaba por diminuir a vossa visão dos acontecimentos.

*Não sei como “se faz” uma insurreição. Sei que em Portugal é preciso fazer uma...”*¹²³⁶

A resposta que recebe é de uma agressividade dificilmente contida, aparentemente a procurar ter efeitos “educativos” junto dos sectores a quem é decidido dar conhecimento, o que, também em si, dá conta de alguma extensão deste tipo de dúvidas ou de opiniões no seio do partido.

É, nessa resposta, evidentemente, reconhecida a necessidade de discutir com todos os militantes aquele tipo de questões, mas vai, no entanto, desancando sem grande macieza – “(...) *há no escrito do n/ cam. muito de espírito aventureiro, de golpismo, de oportunismo e seguidismo, enraizados na falta de confiança nas lutas de massas e de perspectivas para essa mesma luta. Por outro lado (e isto creio que é muito importante) há superficialidade e infantilidade em toda a análise que se faz, uma certa dose de irresponsabilidade*”¹²³⁷.

Também na direcção do partido se viriam a expressar fortes críticas à orientação dominante, fundamentalmente protagonizadas por Francisco Martins Rodrigues, um funcionário de direcção intermédia que havia sido convidado directamente por Cunhal a integrar o grupo que se evadiria de Peniche e que será cooptado para suplente do Comité Central em Março de 1961, passando a efectivo em Dezembro do ano seguinte, altura em que passa também a integrar a Comissão Executiva.

¹²³⁶ *Idem*, p. 7

¹²³⁷ TCL, 4º JC, P. 151/63..., 8º vol., Mch, Sobre “Considerações acerca da situação nacional” de Duarte, Novembro de 1962, dact., p. 5, apenso a fls 530

Os anos de prisão e os debates aí travados, por um lado, como a leitura e a reflexão crítica de obras teóricas e dos materiais editados pelo partido ao longo de todo o ano de 1960, período em que permaneceu numa tipografia, praticamente isolado, predispõem-no a responder aos apelos de participação crítica no contexto da *“correção do desvio de direita”*.

Inicialmente vai enviando cartas ao Comité Central sobre aspectos pontuais da actividade partidária. Em Maio de 1960, sobre a divulgação das lutas económicas da classe operárias nas páginas do *“Avante!”*, defende a necessidade das notícias não se ficarem pela descrição das lutas e pelos seus objectivos económicos, mas conferirem-lhes dimensão política, pois, como refere, *“o noticiário do “Avante!” deve ser orientado de modo a que o conteúdo económico das lutas operárias seja fecundado com o seu conteúdo revolucionário”*¹²³⁸.

Em Setembro, dirige-se ao Secretariado do Comité Central a propósito do trabalho sindical. Refere a necessidade de corrigir desvios de sectarismo, mas é no combate a um certo *“trade-unionismo”* que insiste, patente na corrida às eleições para os sindicatos nacionais e numa actividade pastosa no seu seio, defendendo que é preciso conferir dimensão revolucionária ao movimento sindical. Para isso, entendia que a imprensa do partido deveria ter um papel mais acentuadamente educativo, com artigos que orientassem nesse sentido, que não argumentassem *“só com os êxitos económicos que a classe operária pode obter a curto prazo com a luta sindical, como tem sido o costume, mas que abrisse perspectivas revolucionárias, leninistas à acção nos sindicatos, que mostrasse como a luta sindical tenaz, diária, habilidosa, é neste momento a condição para mobilizar a classe operária, e a levarmos amanhã a romper a legalidade fascista e a lançar-se na greve geral”*¹²³⁹.

Estava subjacente a ideia de que era fundamental conferir dimensão política às lutas económicas dos trabalhadores, e da classe operária em particular, e que a imprensa partidária deveria fornecer o alimento ideológico, essa perspectiva revolucionária, rompendo com os limites acanhados do trabalho desenvolvido dentro dos organismos corporativos. Embora de modo disperso, sob a forma de contributos parcelares, começava a desenhar uma crítica à linha dominante nos vinte anos anteriores, aqui

¹²³⁸ IAN/TT, TCL, 3ª Juízo Criminal, P. 16557/61, 4º vol Serpa [Francisco Martins Rodrigues], **As lutas económicas da classe operária no “Avante”**, Maio de 1960, dact., p. 1, apenso a fls 256

¹²³⁹ IAN/TT, TCL, 2º Juízo Criminal, P. 90/62, 13º vol., Serpa [Francisco Martins Rodrigues], **Trabalho sindical. Carta ao Secretariado do CC**, Julho de 1960, dact. p. 1, apenso a fls 751

desde logo em matéria sindical, se bem que ainda longe de a questionar aberta e globalmente.

Porém, os seus escritos do Verão de 1961, depois de ter sido cooptado para o CC, representam a viragem dessas críticas pontuais para uma ponto de vista mais global, em que assinala haver uma tendência oportunista a instalar-se no PCP, com a particularidade de assentar sobre a correcção do “desvio de direita” e em nome dessa mesma correcção.

Em Agosto de 1961 envia um memorando ao Comité Central, reportando-se de modo sintético a três aspectos da orientação partidária que, em sua opinião, exigiam uma clarificação e uma rectificação urgente. Em primeiro lugar, pretende que o partido se demarque inequivocamente do Programa para a Democratização da República, libertando-se de ambiguidades que, mesmo em nome da salvaguarda da unidade oposicionista em vésperas de intervenção eleitoral, acabariam por ter um efeito mais prejudicial à unidade que o contrário, pois semeariam a confusão nas fileiras partidárias e enfraqueceriam desse modo a acção do partido.

Em segundo lugar, entende que deve ser lançada uma crítica aberta ao putchismo, como expressão de uma tendência bloqueadora do desenvolvimento de acções populares independentes, sacudindo o defensismo nesta matéria, que só estaria a fazer com que os sectores golpistas da oposição apresentassem o partido como “moderado”, abrindo o flanco à sua ultrapassagem pela esquerda.

Finalmente, mostra-se indignado com um comunicado da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral sobre a guerra colonial, onde se dizia que a independência de Angola também servia os interesses dos patrões, sustentando que essas posições fossem frontalmente criticadas na imprensa partidária e que o dito comunicado fosse desautorizado¹²⁴⁰.

Ainda nesse mês de Agosto, envia um segundo documento ao Comité Central. Aí, mais do que criticar uma ou um conjunto de posições públicas do partido, sustenta que é necessário levar mais longe a crítica ao desvio de direita, ultrapassar toda uma série de meios termos e complacências que estavam a minar a política do partido.

Para Martins Rodrigues, o aprofundamento da crítica ao “desvio de direita” implicava desligar do trabalho de direcção aqueles que aí persistentemente defenderam essas posições, identificar a raiz e as consequências do desvio que colocou o partido a

¹²⁴⁰ Cf. IAN/TT, TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo 90/62*, 14º vol., Camp.[os] [Francisco Martins Rodrigues], *Contra o oportunismo*, Agosto de 1961, dact., 1 p., apenso a fls 840

reboque da burguesia liberal, sendo insuficiente substituir apenas uma linha política por outra.

O movimento de rectificação, que na prática se considerava encerrado com a reunião do CC de Março de 1961, deveria prosseguir através de uma acutilante análise de classe, que questionasse toda uma série de aspectos que vinham sendo evitados, designadamente a incapacidade de levar à prática a aliança operária-camponesa, o que constituía uma enorme debilidade, pois a fuga a este debate só podia ser encarado como uma manifestação de oportunismo que, a manter-se, poria em causa a restaurada linha política aprovada no IV Congresso, de 1946 ¹²⁴¹.

Estão então já configuradas as grandes linhas de força da crítica política de Martins Rodrigues às insuficiências da “correção desvio de direita” numa rota de colisão que incomodaria os principais dirigentes e cujo sentido mais profundo dificilmente poderia passar despercebido a Álvaro Cunhal.

Em Agosto de 1962, em pleno rescaldo das grandes jornadas desse ano, redigiria novo documento, em que passa em revista vários aspectos e sectores de actividade, mostrando-se particularmente severo com o baixo nível político e ideológico dos quadros, com as fragilidades do trabalho em meio operário e com a quase inexistência de trabalho camponês, entre os pequenos e médios proprietários e rendeiros, particularmente no centro e norte do país, que deveriam ser os pilares fundamentais do partido. Concluiria, assim, que desde o IV Congresso, o que fora levado à prática de modo sistemático e continuado fora uma aliança operária-burguesa.

Insiste, por isso, na necessidade de estudar numa perspectiva de classe a sociedade portuguesa, de modo a definir quais as tarefas e a etapa da revolução no estágio de desenvolvimento da luta de classes em Portugal. De qualquer modo e sem grandes peias, rejeita que essa etapa possa ser democrático-burguesa, mas antes democrática-popular ¹²⁴².

No essencial, de modo mais ou menos directo, com maior ou menor clareza, mesmo que, formalmente, ainda valorize muito a justeza das resoluções do IV Congresso, o que Martins Rodrigues vai objectivamente pondo em causa é a linha do levantamento nacional e os correspondentes pressupostos políticos, colocando-se objectivamente numa posição de discordância frontal e cada vez mais extensiva com o mentor dessa política – Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

¹²⁴¹ Cf. TCL, Supremo Tribunal de Justiça, Processo **16870-C/70**, 7º vol., Campos [Francisco Martins Rodrigues], **Sobre a correção do desvio de direita**, Agosto de 1961, dact., 4 pp, apenso a fls 530

¹²⁴² Cf. IAN/TT, Pide-DGS, **P. 2163-CI(2)**, Gabinete Técnico, **Informação**, de 5 de Março de 1966, dact., [271-271v]

Na reunião do CC de Dezembro de 1962, em que participa, teria reiterado o essencial das suas posições, quanto à crítica ao oportunismo e à necessidade de construir uma política baseada na análise marxista-leninista da sociedade portuguesa¹²⁴³. Ainda assim é indicado para integrar a Comissão Executiva.

Nessa reunião teria também, juntamente com outros elementos, questionado acerca da posição do partido quanto às divergências no seio do movimento comunista internacional, reclamando mais informações sobre esta matéria, pois o secretário-geral havia criticado publicamente o Partido do Trabalho da Albânia sem que os membros do Comité Central tivessem tido qualquer informação sobre o assunto.

Esta atitude havia sido tomada mais de um ano antes, em Outubro de 1961, tendo sido o discurso transmitido em directo pela Rádio Moscovo, publicado pela imprensa soviética e só depois editado e distribuído no interior do país. De qualquer modo, esta não era ainda uma divergência substantiva, remetendo antes fundamentalmente para a relação entre o CC e o Secretariado no exterior.

No entanto, Martins Rodrigues ouvia regularmente Rádio Pequim na sua instalação clandestina. Foi aí aliás que tomou o primeiro contacto com o documento do PC Chinês publicado em Abril de 1960, intitulado “*Viva o leninismo*”, peça fundamental no dissídio sino-soviético.

A evolução do seu posicionamento face a este dissídio acabará por conferir alinhamento internacional ao conjunto de posições que vinha defendendo e estruturando. São, por isso, neste domínio, fundamentais as cartas que endereça ao Comité Central logo de seguida, em Janeiro e, depois, em Abril de 1963.

Escassas semanas após a reunião do CC insurge-se contra o facto de ter sido pela rádio que tomou conhecimento de um documento assinado pelo órgão de direcção de que fazia parte, pronunciando-se sobre as divergências no movimento comunista internacional, sem tenha havido um esforço para informar e homogeneizar esse próprio organismo. Considera que o facto é tanto mais grave quanto na reunião havida praticamente nas vésperas não fora dada qualquer informação sobre o tema, apesar de solicitada por alguns dos dirigentes que nela participaram.

Se em termos formais colocava deste modo as questões, em termos concretos ia mais longe, manifestando dúvidas e discordâncias quanto à mudança de atitude em relação à LCJ, Liga dos Comunistas Jugoslavos, que contrariava as conclusões da Declaração conjunta dos 81 partidos, de Moscovo, em 1960. Aí, estes eram

¹²⁴³ *Idem*, [271v]

considerados de traidores ao marxismo-leninismo e de revisionistas, acrescentando que lhes deveria ser movido forte combate ideológico para defender o movimento comunista de concepções anti-leninistas.

Martins Rodrigues perguntava o que havia mudado na situação da Jugoslávia, tão criticada aliás em textos e documentos pelo menos até Abril de 1962 na *Revista Internacional*, a revista dos Partidos Comunistas e Operários, que justificasse esta mudança de posição e, insatisfeito com as generalidades aduzidas no documento, questionava sobre os factos que, segundo o documento do Comité Central, permitiam concluir que tinham havido rectificações importantes na orientação da LCJ.

Esta complacência em relação aos jugoslavos contrastava com a atitude em relação aos chineses e albaneses, particularmente duras e ásperas, criticando-se o facto dos albaneses, por exemplo, terem desrespeitado as conclusões da Conferência dos 81 partidos, tidas como a plataforma de unidade do movimento comunista internacional. Porém, em relação a este mesmo documento subscrito em Moscovo, Martins Rodrigues, acrescenta, acutilante:

“(...) o CC não só altera radicalmente a posição perante a linha da LCJ como vai ao ponto de incluir uma tese nova, a de que é o dogmatismo e não já o revisionismo o perigo principal no movimento comunista à escala mundial, ou seja precisamente o contrário do que foi estabelecido pelos 81 Partidos.

Pergunto: o respeito pela Declaração dos 81 Partidos, pela Declaração de 1957 e pela unidade do movimento comunista mundial não obriga o CC a abster-se de formular uma tese nova sobre uma questão de alcance internacional? Com que autoridade pode o CC inverter um princípio fundamental da Declaração se não foi ainda formulado pelo conjunto dos Partidos Comunistas e Operários qualquer apreciação que substitua aquele princípio? Pelo facto do PCUS e outros partidos irmãos terem adoptado esta tese nova, permite isso ao nosso CC entrar nesse caminho? Não representará isto já um novo golpe à unidade do movimento comunista internacional”¹²⁴⁴.

Discorda assim, de modo veemente, dos ataques públicos aos partidos chinês e albanês e condena o seguidismo do PCP em relação a tomadas de posição anteriores de

¹²⁴⁴ TCL, STJ, P. 16870-C/70, 12º vol., C. [Campos, Francisco Martins Rodrigues], A Declaração do Comité Central de 19/1. Carta ao CC, dact., 30 de Janeiro de 1963, p. 2, apenso a fls 947

vários partidos comunistas com um teor semelhante. Sucedia que de entre esses partidos se destacava o PC soviético, o que conferia à questão um relevo substancialmente acrescido, pois, objectivamente, afrontava o centro do sistema internacional, mesmo que, nesta fase se notasse muita contenção ou parcimónia na forma de tratar os soviéticos.

Em síntese, Martins Rodrigues manifesta a sua discordância frontal em relação ao documento publicado no exterior pelo Secretariado, mas em nome do Comité Central e propõe que num prazo de dois meses o Secretariado distribua um relatório circunstanciado do assunto por todos os membros do CC.

A resposta a esta carta surgirá ainda em Fevereiro para reconhecer que Martins Rodrigues está muito mal informado sobre os assuntos que trata, pois “*se o cam. C[ampos] possuísse uma informação pormenorizada, com mais facilidade poderia fornecer o fundo do problema*”¹²⁴⁵. Mas quanto aos esclarecimentos, sendo muito complexos, só poderiam ser fornecidos de modo detalhado por escrito; no entanto, não havendo condições para isso discorda dessa proposta. A prestarem-se esclarecimentos, seria quando muito verbalmente e apenas em relação a alguns aspectos, pelo que, naquelas condições, conclui o documento que eram perfeitamente suficientes os dados gerais expostos na Declaração em causa.

Acrescenta que, sem qualquer manifestação contrária de Martins Rodrigues, já em Setembro de 1960, portanto antes da Conferência de Moscovo dos 81 partidos, o PCP se havia pronunciado sobre as divergências no movimento comunista internacional através do documento “*Três Problemas da Actualidade*”, publicado em *O Militante*, onde se criticava, embora que de modo não explícito, o documento “*Viva o Leninismo*” do PC chinês.

O Secretariado queria naturalmente vincar que as posições do PCP pela unidade do movimento comunista internacional nem eram recentes nem seguiam propriamente os soviéticos, pois apesar de terem sido estes a sugerir que a polémica interna ao movimento deixasse de ser pública, havia o Secretariado entendido não dever abster-se de tomar posição, principalmente devido à exploração que a imprensa internacional fazia do assunto.

Mas, este documento terminava com a transposição das suas opiniões para o plano interno, identificando-as precisamente e sem qualquer reboço como dogmáticas e sectárias:

¹²⁴⁵ *Idem*, Declaração de 19 de Janeiro e opinião do cam. C., 28 de Fevereiro de 1963, dact., p. 1, apenso a fls 950

“(...) também entre nós o maior perigo não é hoje o oportunismo de direita mas o sectarismo e o dogmatismo. Vencido no fundamental o desvio de direita, aparece nitidamente uma tendência esquerdista. Aqueles que a defendem estão naturalmente “preparados” para serem permeáveis às tendências esquerdistas daqueles que no movimento comunista internacional, discordam da linha geral dos partidos comunistas e operários”¹²⁴⁶.

A conclusão a retirar ia-se tornando evidente. – Martins Rodrigues, ainda que tratando-se de um elemento “*particularmente bem dotado*”¹²⁴⁷, colocava-se em oposição á linha do partido, mas poderia emendar caminho, desde que devidamente esclarecido, corrigisse as suas opiniões, pelo que é proposta uma conversa com Álvaro Cunhal.

Mas, entretanto e antes que isso se concretizasse, Martins Rodrigues volta a insistir nas questões internacionais, em mais duas cartas, ambas de Abril desse ano. Na primeira, baseia-se numa extensa recolha de citações em artigos da *Revista Internacional*, particularmente de artigos de dirigentes comunistas italianos, mas também soviéticos, designadamente de importantes ideólogos, como Boris Ponomarev. Procura demonstrar que se laborava numa deformação da tese da coexistência pacífica e do sentido da luta pelo desarmamento, pelo que os “*desvios de direita*” estavam-se a tornar dominantes no movimento comunista, donde assestar baterias na denúncia do dogmatismo só serviria para reforçar essa corrente “*de direita*”, como o PCP, em sua opinião, estava a fazer através da Declaração de 19 de Janeiro¹²⁴⁸.

Reitera, por isso, a sua proposta para que o Secretariado forneça rapidamente ao CC um relatório sobre a situação no movimento comunista internacional.

Na segunda carta, insiste nos mesmos aspectos, recua até aos últimos anos cinquenta, acrescenta novas citações agora praticamente só de Palmiro Togliatti o secretário-geral do PC italiano, identifica-as com formas acabadas de reformismo que nada têm a ver com a situação concreta em Itália, mas sim com um desvio ideológico com o qual se estava a compactuar em nome de novas condições históricas que se estariam a verificar no mundo¹²⁴⁹.

¹²⁴⁶ **Idem**

¹²⁴⁷ **Idem**

¹²⁴⁸ Cf. **Idem**, C[ampos, Francisco Martins Rodrigues], **Acerca do perigo principal no movimento comunista (carta ao CC)**, 6 de Abril de 1963, dact., 2 pp, apenso a fls 948

¹²⁴⁹ Cf. **Idem**, C[ampos, Francisco Martins Rodrigues], **Sobre o perigo principal no movimento comunista**, 30 de Abril de 1963, dact., 2 pp, apenso a fls 949

É interessante verificar como, nesta altura, são as questões internacionais que dominam a polémica de Martins Rodrigues com o Secretariado, constituindo a fractura por onde se ia alargando o dissídio que bifurcaria o movimento comunista, mas também como que dando razão ao Secretariado, que as suas posições em matéria de política interna se casavam com as divergências que os chineses e albaneses protagonizavam a nível internacional.

No entanto, durante toda esta fase, Martins Rodrigues conteve-se quanto pode, evitando desenvolver contactos paralelos para criar uma base de apoio. Enquanto membro da Comissão Executiva, Martins Rodrigues controlava o sector designado por Arredores de Lisboa, uma vasta zona que ia da linha do Estoril à Marinha Grande e a Vila Franca de Xira e Santarém, a cuja troika dirigente pertencia Ângelo Veloso, que conhecia desde os tempos do MUD Juvenil.

Foi com base nesse relacionamento que, excepcionalmente, discutiu com Veloso algumas das preocupações que o assaltavam quanto à linha do partido, mas sempre com muitos pruridos de estar a desenvolver um trabalho fraccionista, embora houvesse uma considerável identidade de opiniões, que teriam levado Veloso também a escrever uma ou duas cartas ao Comité Central, pelo que seria depois igualmente criticado¹²⁵⁰.

Apesar de embalados pelas tarefas torrenciais que caíam em cima da Comissão Executiva, o ambiente nesse organismo vinha-se deteriorando, tendo-se realizado pelo menos uma reunião de vários dias, em que os problemas levantados por Martins Rodrigues foram discutidos com Blanqui Teixeira e Alexandre Castanheira, os outros dois membros desse órgão.

Martins Rodrigues guardou a ideia de que o nível político e ideológico dessa discussão foi muito débil e que aliás se travou por muita pressão sua. Para Castanheira, aquele estaria “*a criar problemas com ideias sobre a Revolução chinesa, sobre a necessidade da luta armada, etc.*”¹²⁵¹.

Vistas as coisas deste modo e atendendo a que se passavam no seio da Comissão Executiva, que era o órgão máximo do partido no interior do país, estava-se perante uma situação de divergência aberta, a que aquele órgão não queria nem podia dar resposta e cuja resolução teria de ser levada a um nível superior, isto é, ao próprio Comité Central, que se viria a reunir precisamente em Agosto, em Moscovo.

¹²⁵⁰ Entrevista a Francisco Martins Rodrigues, Lisboa, 12 de Setembro de 1997

¹²⁵¹ Alexandre Castanheira, *Outrar-se...*, p. 162

Tratava-se da primeira reunião do CC realizada fora do país. Assim, da Comissão Executiva participaria apenas um elemento, justamente Martins Rodrigues, cujas divergências políticas teria então oportunidade de discutir, bem como de conversar com Álvaro Cunhal, ao mesmo tempo que levava o relatório da Comissão Executiva a ser apresentado na reunião.

Blanqui Teixeira, o único membro do Secretariado dentro do país, por isso mesmo responsável pela Comissão Executiva, havia sido preso na sua instalação clandestina em Coimbra, em Maio desse ano, praticamente nas vésperas da reunião e Alexandre Castanheira, por mais esta razão, não participaria na reunião, mantendo-se no interior.

Martins Rodrigues parte para Moscovo com expectativas na discussão que iria travar. Sabia que Francisco Miguel estava lá, que provavelmente participaria na reunião e tinha uma enorme confiança política nele, assim como acreditava que pudessem haver no Comité Central opiniões diferentes, admitindo até poder verificar-se uma divisão de opiniões com alguma expressão.

A reunião do CC juntou assim em Moscovo à volta de nove elementos, a maioria no entanto estava fora do país, como era o caso dos elementos do Secretariado – Álvaro Cunhal e Sérgio Vilarigues e Joaquim Gomes – mas também de Francisco Miguel e de Georgete Ferreira, vinda de Praga. Do interior estava pelo menos António Gervásio. Assistiram ainda Pedro Ramos de Almeida, já cooptado para o CC ou nas vésperas de o ser e Veiga de Oliveira, quadro importante, mas que não integrava o CC.

A reunião discutiu um informe sobre a linha política e tática do partido apresentado por Cunhal, que deu origem a uma resolução do Comité Central. Teria sido em torno da orientação que o secretário-geral do PCP imprimiu a esse documento que muitas das questões levantadas por Martins Rodrigues puderam ser abordadas.

Segundo este, a argumentação contra as suas ideias vieram, como era de esperar, fundamentalmente de Álvaro Cunhal; no entanto, num tom que não quis ser logo de censura e condenação, mas mais de mágoa e desilusão, como que “*um pouco desanimado pelo seu discípulo fiel estar a pôr aqueles problemas*”¹²⁵².

Sérgio Vilarigues e Francisco Miguel colocaram-se ao lado de Cunhal, de modo incondicional, carregando mais nas críticas a Martins Rodrigues. Para este, as posições sustentadas por Francisco Miguel foram particularmente decepcionantes, pois do convívio na prisão e das próprias críticas que a maioria dos dirigentes presos lhe fazia

¹²⁵² Entrevista a Francisco Martins Rodrigues, Lisboa, 12 de Setembro de 1997

ficaram muitas ilusões quanto ao seu espírito revolucionário. Julgara mesmo que Chico Miguel estava em Moscovo em posições fortemente críticas contra o oportunismo, mas surgia ali incondicionalmente do lado de Cunhal e dos soviéticos.

Já Georgette Ferreira não se tinha manifestado de modo tão primário, embora tivesse sido Veiga de Oliveira quem mais o surpreendeu, pelo tom muito dubitativo das suas intervenções, insistindo que os problemas que Martins Rodrigues levantara deviam ser objecto de reflexão no partido.

A opinião que Martins Rodrigues guardou dessa reunião, foi de completa insatisfação, com a noção de que não se tratou propriamente de uma discussão política ou ideológica aprofundada. Quem mais o criticava resistia a abordar aspectos concretos do que afirmava, não queria confrontar a experiência histórica do partido, tomar como referência, por exemplo, a luta entre a linha do levantamento nacional e a “política de transição”¹²⁵³.

A Resolução que saiu da reunião afirmava proceder à “*definição actualizada da linha política e táctica do Partido*”¹²⁵⁴, isto é, reiterava a linha política restaurada por Álvaro Cunhal nesses primeiros anos Sessenta – a via do levantamento nacional, a desagregação das forças armadas e o papel do movimento popular de massas; a etapa democrática e nacional da revolução em Portugal, os seus objectivos, as alianças, a condenação do putchismo e das acções violentas, o elogio do trabalho legal e semi-legal, o lugar do trabalho ilegal, as expectativas quanto à Frente Patriótica de Libertação Nacional, a preocupação quanto a uma solução de transição que dispensasse o PCP...

O documento não ignorava as mudanças ocorridas na estrutura económica do país, ao nível da electrificação, das indústrias de base, na siderurgia, na metalomecânica ou na química, assim como referia a importância da participação do país nos processos de construção de um mercado único europeu, que designava de “*acordos livre-cambistas europeus*”¹²⁵⁵, a prova provada, acrescentava, do carácter monopolista do regime português que sempre havia favorecido a concentração de capitais e a formação de grandes grupos económicos.

A questão colonial continuava a ocupar um lugar expressivo na economia do documento. Antes do mais a repetição da ideia do país como simultaneamente colonizado e colonizador, a ideia do colonialismo como factor de atraso económico que

¹²⁵³ Cf. *Idem*

¹²⁵⁴ Reunião do Comité Central do Partido Comunista Português, in *Avante!*, VI série, 334, Outubro de 1963

¹²⁵⁵ Resolução do Comité Central sobre a linha política e táctica do Partido, in *O Militante*, III série, 125, Outubro de 1963

apenas tem favorecido os monopólios e o imperialismo, mas também a afirmação da impossibilidade do regime vencer a guerra pela via militar.

Ao Partido Comunista preocupava por isso que os círculos imperialistas pudessem exercer uma influência nefasta sobre os movimentos nacionalistas africanos, provocando cisões, alimentando rivalidades e preparando soluções neo-coloniais. É aliás neste contexto que o documento afirma que “*Salazar é entalado entre a luta do povo português pela democracia, a luta libertadora dos povos coloniais e as manobras do neo-colonialismo. A evolução desta situação pode vir a obrigar os círculos governamentais a mudanças (mesmo que só aparentes) na sua política colonial*”¹²⁵⁶

Daí a importância da frente de luta anticolonial, que caberia particularmente ao jovens, mas que devia ser uma luta de todo o povo, apelando a todo o tipo de acções de protesto, começando a prever inclusivamente acções especiais que visassem directamente a máquina militar colonialista, o que constituía uma resposta quer às críticas de Martins Rodrigues quer a um forte desejo de radicalização que percorria importantes sectores partidários, mesmo que se estivesse, como se estava, muito longe, a muitos anos, destas acções especiais.

Deste ponto de vista, os movimentos de libertação nacional e os povos coloniais eram considerados aliados da classe operária e do povo português, e vistas as suas lutas como interagindo reciprocamente, mas sem prever nem admitir que a luta dos povos das colónias poderia arrastar a derrocada do regime.

A um debate que nesses termos nunca existiu verdadeiramente sobrepunha-se a reafirmação geral, quase inamovível, da linha política da Direcção, retocada apenas aqui ou ali em função da conjuntura.

Do mesmo modo se procedia em relação às questões do movimento comunista internacional. Álvaro Cunhal é também o autor de um longo informe sobre esta matéria, que é, evidentemente, aprovado, sendo igualmente decidido torná-lo público.

O dirigente comunista admitia os perigos de cisão no movimento comunista, responsabilizando o PC da China pelo facto, ao divergir da linha geral aprovada pelas Conferências de 1957 e 1960. Cunhal coloca-se contra as posições dos chineses desde a primeira hora, confirmando que o documento “*Três Problemas de Actualidade*”, já “*refutava as teses fundamentais dos camaradas chineses*”¹²⁵⁷.

¹²⁵⁶ **Idem**

¹²⁵⁷ **A Situação no Movimento Comunista Internacional. Informe de Álvaro Cunhal na reunião do Comité Central do Partido Comunista Português.** Agosto de 1963, Edições “Avante!”, Agosto de 1963, p. 1

Lembra que o delegado do PCP à Conferência de Moscovo de Dezembro de 1960 discordou abertamente na sua intervenção das posições dos chineses e defendeu a linha do movimento comunista internacional, como voltou a fazê-lo nos congressos onde o PCC levantava as mesmas objecções.

O centro das divergências, que se vinham arrastando desde antes de 1960 prendiam-se, na opinião de Cunhal, com o reconhecimento de que a coexistência pacífica e a possibilidade de evitar uma nova guerra eram um produto e um factor de desenvolvimento do processo revolucionário internacional, cuja garantia de vitória assentava na unidade do campo socialista e do movimento operário com os movimentos de libertação nacional, ao mesmo tempo que reconhecia a diversidade de caminhos para o socialismo, o que implicitamente admitia a possibilidade da via pacífica, tão criticada pelos chineses.

Mas o informe acrescenta a necessidade de dotar o movimento de uma disciplina comunista internacional, que deveria ser “*a disciplina de todos os partidos comunistas à linha geral comum por todos elaborada e livremente aprovada*”¹²⁵⁸, embora, à cautela, fosse dizendo que não se tratava da reconstituição de um novo centro comunista internacional e que não prejudicaria a igualdade de todos os PCs entre si.

Entendia, naquele contexto, que o que os chineses ateavam era mais do que divergências de natureza política, era toda uma actividade cisionista que procurava envolver os diferentes partidos, mas também as organizações de origem kominformiana, que se haviam mantido, como os Partidários da Paz, a Federação Sindical Mundial ou a Federação Mundial da Juventude Democrática.

Para o Secretário-Geral do PCP as posições dos chineses eram ainda, além de cisionistas, profundamente dogmáticas e sectárias e era aí que radicava o principal perigo que minava a unidade do movimento comunista internacional.

Era justamente neste aspecto que o informe respondia às questões que vinham sendo colocadas por Francisco Martins Rodrigues, fosse identificar o oportunismo de direita e o revisionismo como os perigos principais que afectavam o movimento comunista internacional, tal como havia definido a Declaração de Moscovo de Dezembro de 1960, ou fosse a alteração de atitude em relação ao PC da Jugoslávia, que a União Soviética “reabilitara” sem esclarecer dos motivos.

No entanto, a atitude em relação a Francisco Martins Rodrigues era prudente e hábil, sendo formalmente encarado como um dirigente em posições erradas, enganado

¹²⁵⁸ *Idem*, p. 10

quanto ao que defendia, mas a quem se dava a oportunidade de reconsiderar. Seria, evidentemente, destituído da Comissão Executiva, mas mantido no Comité Central, onde não havia nem vontade nem interesse em destitui-lo de imediato.

Porém, em face de tudo isto, durante a própria reunião, nos intervalos, ia-se decidindo que atitude tomar em concreto, se permanecer em Moscovo, como uma espécie de secretário de Álvaro Cunhal, o que este não queria; se enviado para Paris sem autorização para regressar ao país, onde tinha ficado a sua companheira, como acabaria por se verificar.

Martins Rodrigues contrapunha a vontade de regressar ao país e assumir funções partidárias no interior, mesmo que admitisse não ter condições para integrar organismos executivos. Mas se havia coisa em que o CC se mostrava irredutível era em deixá-lo regressar ao país, pois naquelas condições, nem ele confiava na linha política prevalecente nem os defensores dessa linha confiavam na atitude que iria tomar¹²⁵⁹. Fixar-se em Paris era afinal como que colocá-lo de quarentena, a solução mais conveniente, portanto.

Numa espécie de derradeira tentativa de o recuperarem enviaram-no com Francisco Miguel numa retemperadora viagem pela União Soviética que durou de finais de Agosto a princípios de Outubro – Mar Negro, Geórgia, Leninegrado; uns dias na praia, outros numa casa de campo, outros em visitas aos mais variados locais, estadias em hotéis, recepções pelos dirigentes locais do PC soviético, honrarias, discursos. Pelo meio, sempre Francisco Miguel a insistir que Martins Rodrigues não estava a ver bem as coisas, que devia reconsiderar...

No entanto, o seu interesse era outro, era de procurar colher o maior número de informações, de dados, de modo a que se pudesse aperceber o melhor possível da situação do PC soviético, sobre o qual estava muito confuso e mantinha muitas ilusões¹²⁶⁰.

Já em Moscovo, impedido de sair à rua sozinho, por alegadas razões de segurança ou por desconhecimento da língua, consegue iludir a vigilância e sair, dirigindo-se à embaixada chinesa, onde chegou a admitir pedir asilo, mas acabando por regressar ao hotel.

É finalmente enviado para Paris e instalado em casa de um casal de militantes do PCF e com acesso a uma outra instalação de apoio que havia sido de Joaquim Gomes,

¹²⁵⁹ Cf. *Entrevista a Francisco Martins Rodrigues*, Lisboa, 12 de Setembro de 1997

¹²⁶⁰ *Idem*

entretanto regressado a Portugal para o substituir na Comissão Executiva. Fica incumbido de controlar a organização do PCP em Paris, mantendo contactos quer com trabalhadores emigrados quer com jovens estudantes, muitos deles desertores do exército colonial.

À capital francesa acorriam constantemente muitos jovens vindos do interior do país nessa situação ou em fuga da polícia, constatando haver um considerável mal-estar com críticas enérgicas à actuação e à linha do partido quer em relação ao trabalho na emigração quer, principalmente, quanto à guerra colonial. Rapidamente inicia contactos paralelos com os militantes jovens que se revelavam mais radicais, designadamente Humberto Belo, oficial miliciano que havia desertado.

A intenção, a partir daí era a de sair, cindir com o Partido Comunista e os contactos com Humberto Belo iam explicitamente nesse sentido. Estabelece novas ligações, designadamente com a Argélia, onde funcionava a direcção da FPLN e onde se havia também instalado um grupo de militantes em rotura individual com o partido, como Rui d’Espiney, um quadro estudantil que tivera uma papel activo como fundador e dirigente da Comissão Pró-Associação dos estudantes liceais ou João Pulido Valente, médico, velho conhecido de Martins Rodrigues dos tempos do MUD Juvenil, que havia saído do país em virtude de impender sobre ele mandato de captura, embora referente a processo de direito comum.

Abandona então as suas instalações, levando consigo a máquina de escrever, colecções de imprensa e alguns relatórios, razão por que viria a ser acusado de roubo.

É com este “aparelho”, com um conjunto pequeno e disperso de militantes, sobretudo no exterior, sem quaisquer contactos ou canais com o país, que se opera a “cisão” de Francisco Martins Rodrigues.

O documento político polarizador, apressadamente redigido “*na precipitação de acompanhar a (...) saída com um documento público*”¹²⁶¹, sem conseguir, por isso mesmo, contemplar de modo sistematizado o conjunto de propostas e ideias que vinha fazendo e manifestando, foi o documento intitulado “*Luta Pacífica e Luta Armada no nosso movimento*”, datado de Dezembro de 1963.

Ainda assim, em três, quatro meses, Martins Rodrigues consumaria a cisão no Partido Comunista Português, individual, voluntarista, sem base de apoio orgânico, sem quaisquer ligações ao interior, alinhando-se com o lado chinês no dissídio no movimento comunista internacional; querendo beber na forte pulsão radical que

¹²⁶¹ **Idem**

borbulhava no interior, particularmente em sectores operários e estudantis, mas com os quais não tinha quaisquer contactos.

Acreditava ao fim e ao cabo que a situação seria de tal ordem que uns documentos proclamatórios e umas cartas dirigidas para o interior seriam suficientes para arrastar sectores importantes do partido.

A situação estava, evidentemente, longe de ser essa. Todavia, apesar destas circunstâncias, Francisco Martins Rodrigues colocava-se historicamente na raiz do que haveria de ser a mais importante dissidência política, organizativa e em boa medida também ideológica no Partido Comunista Português.

Será, evidentemente, expulso do PCP através duma circular do Comité Central de Janeiro de 1964, mas baseada numa decisão tomada no mês anterior, mal fora conhecido o abandono das suas instalações e do início da circulação em Paris do documento “*Luta Pacífica e Luta Armada...*”.

Segundo a circular, Martins Rodrigues não era expulso por divergências políticas ou ideológicas. Havia afinal podido sustentar as suas ideias na reunião do CC de Agosto de 1963. Porém, “*já então as suas ideias apareciam divorciadas do marxismo-leninismo, já então FMR mostrou perante o CC uma profunda ignorância da situação económica e política portuguesa e das experiências de luta do Partido Comunista Português, adulterando factos, fechando os ouvidos às opiniões e à ajuda fraternal que o CC lhe procurou dar, e mantendo uma posição auto-suficiente e presunçosa*”¹²⁶².

No entanto, a publicação do documento “*Luta pacífica e Luta Armada...*” colocou-o numa actividade abertamente contra o PCP, pois “*Com esta acção divisionista e provocatória, FMR passou sem pudor ao campo dos inimigos do Partido. Por isso o CC resolveu a sua expulsão do Partido*”¹²⁶³

Efectivamente, em Janeiro de 1964, Martins Rodrigues funda a FAP, Frente de Acção Popular, uma organização que anunciava o lançamento de acções armadas contra o regime, e só meses depois, em Abril, o CMLP, Comité Marxista-Leninista Português.

Este compasso de espera no lançamento da nova organização marxista-leninista, conferindo, à revelia da cartilha doutrinária, primazia à organização frentista, se reflecte por um lado expectativas ilusórias iniciais quanto à possibilidade de atrair de modo mais ou menos fulminante sectores do partido, contemporiza por outro, com o PCP, não

¹²⁶² TCL, STJ, P. 16870-C/70, 12º vol., O Comité Central do Partido Comunista Português, **Aos Militantes do Partido. Circular do Comité Central**, Janeiro de 1964, imp., apenso a fls. 951

¹²⁶³ **Idem**

querendo hostilizar nem cortar pontes com militantes ainda vacilantes, julgando assim ser mais fácil atraí-los a uma organização que era apenas antifascista.

Era, no entanto, uma luta contra o tempo dispondo de uma limitada margem de manobra, com pressões muito fortes de sectores que se sentiam próximos, mas que acreditavam na capacidade regeneradora do PCP.

Martins Rodrigues e os seus novos companheiros eram sensíveis a estas posições e mesmo ao criarem o CMLP não era na possibilidade de um novo partido comunista que pensavam. O CMLP era um pouco a resposta a essas questões e à necessidade de aparecer com uma fisionomia própria, condição para crescer. Afinal, uma organização mais limitada na acção, mais virada para a propaganda, mas ainda muito a olhar para o PCP e para o que se poderia passar no seu seio.

A circular de expulsão de Francisco Martins Rodrigues seria discutida no Partido apenas no verão de 1964. Durante cinco meses, o Comité Central reteve a Circular, dando campo a que circulassem informações veiculadas por funcionários, mas que derivavam e extrapolavam, distorcendo o seu conteúdo, o que, em boa medida, acabaria por favorecer e possibilitar uma maior divulgação das posições de Martins Rodrigues.

Das conclusões da discussão da circular, havida nalguns organismos, foram elaborados relatórios quer pelos funcionários e responsáveis pelos organismos, como por iniciativa de militantes. Num desses relatórios, reconhece-se mesmo que “*Se a Circular tivesse surgido em Janeiro certa repercussão do caso FMR não se teria dado, os boatos, as insinuações e os documentos de FMR não teriam encontrado o eco que encontraram*”¹²⁶⁴.

É difícil perceber do grau de concordância dentro do partido com a expulsão de Martins Rodrigues, mas teria sido grande, até porque o que aí pesou fundamentalmente não foram questões propriamente políticas, em larga medida arredadas da discussão, mas sim toda a sorte de argumentos que enfatizava o trabalho cisionista, o facto de ter abandonado as instalações que lhe tinham sido atribuídas e, desse modo, desertado, de se ter apoderado de materiais do partido.

Os termos da crítica a Martins Rodrigues são por vezes extremamente violentos e sobrepõem-se completamente ao debate político e ideológico – “*São filhos da puta que aparecem no P. e mais valia nunca terem aí aparecido*”¹²⁶⁵.

¹²⁶⁴ **Discussão da Circular sobre FMR**, [opinião de] NC, Julho de 1964, dact., 1 p.

¹²⁶⁵ **Idem**, [opinião de] MCM...

Centrando-se nesses aspectos, os militantes questionavam-se como fora possível a um elemento com tais comportamentos, e toda uma série de antecedentes que a circular enunciava, ter chegado ao Comité Central e à sua Comissão Executiva.

Por isso, havia quem, independentemente de concordar com a expulsão, reclamasse clarificação política quanto às posições defendidas por Martins Rodrigues, atendendo à situação vivida dentro do partido:

*“Penso que os termos da Circular misturando o principal com o secundário, o objectivo com o q. pode ser subjectivo, não facilita a compreensão da justeza da decisão do P., (tanto mais quanto existe em muitos militantes falta de confiança na linha politica do P., expresse-se ela de forma clara e consciente ou de forma velada e confusa”*¹²⁶⁶

A circular levantava dúvidas nos sectores mais despertos, ou sensíveis, quanto à actuação do partido, que os funcionários mais experientes e argutos percebiam bem, por isso cortavam cerce, de modo a procurarem impedir que evoluíssem para discordâncias de linha política. Numa dessas reuniões de célula, o funcionário começa logo por dizer que *“No fim de ler a circular do CC aos militantes do Partido, tenho a opinião que não estão de acordo com a circular e por isso me pronuncio”*¹²⁶⁷, a favor da expulsão, evidentemente, pretendendo condicionar assim o rumo da reunião.

A expulsão de Martins Rodrigues teria assim colhido o apoio da generalidade do partido, mas por razões de procedimento, de funcionamento orgânico; que era total da parte mais amolecida e seguidista em relação à Direcção; porém mais dúbio e hesitante entre o sector mais radicalizado ou, pelo menos, mais desiludido e desagradado com a acção Comité Central que consideravam timorata.

2. Um “erro de orientação” no 1º de Maio de 1964

Dentro do PCP os sectores radicalizados reclamam por mais acção, mais determinação nas iniciativas partidárias. Era uma turbulência que vinha da campanha de Delgado, que se ateara nas jornadas de 1962 e que não se extinguiu. Martins Rodrigues procurara interpretar isso mesmo, mas fizera-o sozinho.

¹²⁶⁶ TCL, 4º JC, P. 166/66 [45076], 9º vol., NB, Circular sobre a expulsão de FM Rodrigues, Junho de 1964, dact., 1 p, apenso a fls 601

¹²⁶⁷ OB, Sobre o caso “Campos”, s.d., dact, p. 1

Os dirigentes comunistas identificavam agora o esquerdismo e o aventureirismo como perigo principal, preocupados com a situação nas suas fileiras, querendo evitar, evidentemente, que o descontentamento e a crítica pudessem encontrar alimento político sistematizado e se polarizassem à sua esquerda, para mais e pela primeira vez em muitos anos, em torno de um dirigente relativamente jovem e bastante capacitado.

Sérgio Vilarigues, um dos membros do Secretariado no exterior, entrevistado pela Rádio Portugal Livre em Março de 1964, ao explicar a via para o derrube do regime, demarca-se desde início dessa forte pressão à esquerda, radical, dispersa pela base do partido:

“Quando alguns elementos, tomando os desejos pela realidade, dizem, muito senhores de si, com toda a sinceridade, que o partido deve armar as massas, o facto representa uma grande confiança no nosso partido, mas representa também muita ingenuidade” ¹²⁶⁸

De facto, continuava a haver em 1964 quem dentro do PCP apelasse por armas, defendesse acções armadas, reclamasse da direcção medidas concretas nesse sentido. Por isso Vilarigues dissertava sobre a questão de saber quando e onde ir buscar as armas, para concluir que as condições para que isso se verificasse exigiam um longo caminho, muito trabalho, sacrifícios, mas acima de tudo, organização. Os arsenais da classe operária estavam nos quartéis, dizia, nas mãos dos soldados, pelo que era indispensável atraí-los e enquadrá-los primeiro.

Sob a mira do dirigente comunista estavam afinal os que insistiam nas acções violentas, sem que existissem condições objectivas para que isso se verificasse. Do seu ponto de vista, a orientação era clara – *“não se devem desencadear certos tipos de acções às cegas. É preciso preparar antes as condições de organização, os meios, as refregas, etc., e depois estudar cuidadosamente, com espírito de responsabilidade, o momento próprio, a conveniência e oportunidade desta ou daquela acção, sempre em função da luta de massas e em estreita ligação com ela”* ¹²⁶⁹.

Porém, era preciso dar resposta a esta pressão, que radicava afinal numa disposição particularmente viva nalguns meios operários e estudantis. Admitir, mesmo que para um horizonte longínquo a necessidade de formas de violência como resposta à repressão era, depois, também uma forma de neutralizar e esvaziar as possibilidades de crescimento da FAP de Francisco Martins Rodrigues.

¹²⁶⁸ **A luta pelo derrubamento da ditadura fascista e a organização**, Entrevista concedida por Sérgio Vilarigues à “Rádio Portugal Livre”, em 25 de Março de 1964, cicl., p. 1

¹²⁶⁹ **Idem**, p. 5

Pairava como que o espectro de uma vaga esquerdista, susceptível de causar danos fundos no partido. O partido temia ser ultrapassado à esquerda e adensavam-se, por isso, as preocupações para que tal não sucedesse.

Um artigo editado em *O Militante* de Março de 1964 sobre a demarcação entre a linha do partido e a linha aventureirista, insere-se neste conjunto de preocupações. Para simplificar, ilustrando, o artigo dizia que a linha revolucionária era a que se tinha expressado nas acções do 1º de Maio de 1962 em Lisboa, enquanto a linha aventureirista era a que se tinha manifestado no assalto ao quartel de Beja.

Mas, invocando justamente o exemplo do 1º de Maio de 1962, entreabria-se a porta à preparação de acções mais avançadas, as designadas “acções especiais”, desde que entrosadas então em amplas movimentações sociais e políticas, pois “*Por outro lado, pensa o CC, que estão criadas condições que permitirão em futuras lutas populares, organizar e incentivar acções ofensivas de defesa e auto-defesa, que vizem desorganizar o aparelho repressivo fascista e defender as massas da repressão policial*”¹²⁷⁰.

Na preparação do 1º de Maio, que se aproximava, o PCP lembrava justamente a experiência de 1962, que constituía, como assinalava o *Avante!* “*um verdadeiro manancial de ensinamentos para as massas populares e as forças democráticas que é necessário aproveitar convenientemente*”¹²⁷¹.

Recusavam-se assim quaisquer expectativas numa atitude espontânea das massas e apelava-se à necessidade de preparar com tempo as iniciativas, organizar grupos que conduzissem no terreno as manifestações, aconselhando-se a que fosse prevista ao mesmo tempo a possibilidade de ter de dificultar a marcha dos carros da polícia, de forçar a dispersão das forças repressivas ou, aqui e ali, até de as enfrentar, de aproveitar as manifestações para causar danos à máquina de guerra colonial.

Esta era a orientação da Comissão Executiva para a preparação do 1º de Maio de 1964.

Quando a Direcção da Organização Regional de Lisboa reúne para esse efeito é isso que está desde logo em discussão. Rogério de Carvalho, cooptado para o Comité Central no ano anterior, com funções de controlo político sobre a DORL, começa por expor a orientação da direcção do partido para o 1º de Maio – deviam-se concentrar esforços na preparação de manifestações, que deviam ser acompanhadas de “*acções*

¹²⁷⁰ Linha revolucionária e linha aventureirista, in *O Militante*, III série, 126, Março de 1964

¹²⁷¹ Cf. *Façamos do 1º de Maio mais uma jornada de luta*, in *Avante!*, VI série, 339, Março de 1964

especiais contra as forças repressivas e outras acções que criassem agitação grande entre a população” ¹²⁷².

Nessa reunião, em que participaram ainda Ângelo Veloso, Ilídio Esteves e Nuno Álvares Pereira, todos funcionários clandestinos, foi atribuído um papel particular às organizações de juventude, quer na agitação quer nas acções especiais a levar a cabo.

Essas acções consistiam em destruir os postos de chamada da polícia existentes em Lisboa, incendiar com cocktails Molotov os carros da PSP, especialmente o carro-comando, lançar granadas defensivas para o interior de esquadras e espalhar pedaços de pneu com pregos para provocar engarrafamentos de trânsito. Previa-se também na véspera do 1º de Maio cortar os postes de alta tensão que alimentavam Lisboa, assim como os cabos telefónicos usados pelas forças policiais.

Planeara-se também a realização de comícios-relâmpago à entrada de grandes fábricas da região de Lisboa, como a Sorefame, a UTIC ou a Fundação de Oeiras, apoiados em grupos de estudantes que utilizariam carros roubados com matrículas falsas e que estavam armados.

Por sugestão dos organismos de estudantes, aprovava-se o rapto de Paulo Cunha, Reitor da Universidade de Lisboa e de um inspector da PIDE.

Foi montado um aparelho de agitação, com cerca de 50 grupos de rua, de dois a três elementos cada um, para distribuírem a imprensa e outra propaganda, fazerem pinturas nas paredes e colagens de cartazes.

Todas estas acções eram controladas por dois membros da DORL – Nuno Álvares Pereira e Ilídio Esteves, através de um mecanismo fortemente hierarquizado e compartimentado, que passava pelo menos por dois níveis intermédios até aos estafetas que, periodicamente, estavam encarregados de trazer e levar informações e orientações sobre o seu desenvolvimento.

Nuno Álvares Pereira, que controlava o sector estudantil diria em relatório como *“Era grande o entusiasmo no sector antes do 1º de Maio. A organização trabalhava com afã, toda a gente falava, muitas ideias corriam sobre o 1º de Maio.*

Vivia-se o 1º de Maio como uma jornada superior a todas as outras pois desta vez dava-se um passo em frente: as acções especiais, que para muitos correspondeu a tentativas ou ensaios armados contra as forças repressivas” ¹²⁷³

¹²⁷² IAN/TT, Pide-DGS, NT 9104, **Discussão efectuada pela Direcção Regional de Lisboa com vista à realização do dia 1º de Maio de 1964**, dact., s.d., p. 1 [495]

¹²⁷³ Idem, Moreira [Nuno Álvares Pereira], **O trabalho do sector no 1º de Maio de 64**, Julho de 1964, dact., p. 1 [1105]

A organização partidária em Lisboa era numerosa, mas tinha fortes debilidades, que acabariam por inviabilizar completamente parte significativa das acções planeadas. A falta de conhecimentos, de experiência e, evidentemente, de quadros para estas acções era enorme.

As granadas não puderam ser utilizadas, porque não havia ninguém que as soubesse manipular, vindo a ser devolvidas depois de passarem por uma série de mãos. As acções com cocktails Molotov não se realizaram por falta de elementos que os soubessem ou estivessem dispostos a usar. O corte dos postes de alta tensão não se fez, embora houvesse militantes dispostos, porque não se conseguiu arranjar o explosivo necessário. Os comícios-relâmpago não se chegaram também a realizar. Do rapto do reitor desistiram rapidamente depois de o terem ainda seguido para estudar os seus movimentos, durante alguns dias.

A manifestação em Lisboa realizou-se, com a participação de sete a onze mil pessoas, segundo Nuno Álvares Pereira ¹²⁷⁴, mas a desorganização foi grande. As notícias do *Avante!* ¹²⁷⁵ referem o arranque do Largo do Rato de várias dezenas de estudantes, aos quais se junta um grupo de operários que mesmo vigiados pela polícia descem pela Avenida da Liberdade, conseguindo já nos Restauradores agregar muitos populares presentes, apedrejando então o Palácio Foz onde estava instalado o SNI e enfrentando as forças repressivas.

Teria sido nesse local que se registaram vários feridos e um morto, com a manifestação a reorganizar-se para subir de novo a Avenida da Liberdade, sendo interceptada e desbaratada a meio com cargas da polícia de choque e com recurso ao carro de água.

No Alentejo, os trabalhos de preparação foram decapitados com a prisão de toda a troika que dirigia a Organização Regional, praticamente nas vésperas do 1º de Maio. Apenas no Alentejo Litoral, a organização se mantivera, porque o controlo era exercido pelo membro da Direcção da Organização Regional do Sul encarregado do Algarve.

José Inácio era o funcionário que controlava o Alentejo Litoral. Assalariado rural do Couço, com várias passagens pela prisão e que, intimado em finais de 1960 pela GNR a comparecer no posto, fugiu da aldeia com receio de ser novamente preso. Deambulando pelo país, com ligações precárias ao partido acabaria por ser repescado

¹²⁷⁴ Cf. *Idem*, pp 2-3 [1106-1107]

¹²⁷⁵ Cf. *Um 1º de Maio de Lutas e manifestações contra a ditadura fascista e A manifestação de Lisboa – a fusilaria da PIDE junto ao Palácio Foz*, in *Avante!*, VI série, 342, Número especial de Maio de 1964

dois anos depois, indo frequentar um curso de quadros à União Soviética donde regressaria em meados de 1963 para, como funcionário, passar a ter aquela tarefa.

Na preparação do 1º de Maio conseguiram arranjar 25 cargas de dinamite roubados das Minas do Lousal. A ponte de Marateca, em Águas de Moura, foi sabotada e os fios telefónicos cortados¹²⁷⁶. As pontes de Alcácer deveriam também ser destruídas, para impedir o acesso a Grândola, onde, com o objectivo de isolar a vila, deveriam ser também rebentados os pontões sobre as ribeiras e barrancos à sua volta. A linha de caminho de ferro entre esta localidade e Águas de Moura deveria ser cortada e as estradas obstruídas. Ao mesmo tempo cortavam-se os fios telefónicos, o que também deveria ocorrer ao longo das estradas entre Grândola e Comporta e entre aquela vila e Santiago do Cacém. Os próprios canais de rega da Hidráulica Agrícola estiveram na mira destas acções especiais.

A maioria destas iniciativas foi efectivamente realizada, embora os efeitos práticos tivessem sido muito reduzidos, designadamente a sabotagem das pontes, onde, por inexperiência ou pela fraca potência dos explosivos, os danos causados não conseguiram impedir a circulação de viaturas.

Nas reuniões preparatórias, José Inácio apresentava as acções a empreender no 1º de Maio como se do levantamento nacional se tratasse. Foi com o entendimento disso mesmo que ficaram vários dos militantes envolvidos na preparação das acções.

Segundo Florindo Maria Pereira, um jovem militante da zona de Grândola, Inácio numa dessas reuniões preparatórias do 1º de Maio deu pessoalmente indicações sobre o plano de sabotagens, acrescentando que conduziriam ao levantamento nacional¹²⁷⁷.

Essa foi também a orientação dada por Manuel Martins da Costa, relojoeiro, ao Comité Local de Grândola, de que era responsável, segundo o qual se deveriam realizar por todo o país grandes manifestações pelo 1º de Maio com vista ao levantamento nacional, preparando o partido acções de sabotagem e de confronto com as forças repressivas¹²⁷⁸.

Nesta localidade foram formadas cinco brigadas, cada uma com 3 ou 4 elementos, todos eles armados e incumbidos de fazer agitação e executar acções especiais.

¹²⁷⁶ Cf. IAN/TT, Pide-DGS, PC 1498/65, **Auto de Perguntas a José Inácio**, em 18 de Junho de 1965, 1º vol., [16-23]

¹²⁷⁷ Cf., Idem, **Auto de perguntas a Florindo Maria Pereira**, em 16 de Agosto de 1965, 1º vol., [175-181]

¹²⁷⁸ Cf. Idem, **Auto de Perguntas a José Pedro de Campos**, em 30 de Junho de 1965, 1º vol., [91-94]

Foi também montado um aparelho de propaganda para assegurar a distribuição dos materiais para todo o sul, que chegavam até Grândola por comboio. A nível subregional instalara-se também um copiógrafo para servir especificamente a zona, que imprimiria 70 mil tarjetas¹²⁷⁹, depois distribuídas pelas brigadas de agitação em Grândola, Carvalhal, Comporta, até Alcácer do Sal.

À parte os acontecimentos de Lisboa e Grândola, no resto do país o 1º de Maio não teve praticamente expressão. O *Avante!* salienta os acontecimentos também em Alpiarça, onde nesse dia muita gente não teria trabalhado, confraternizando em almoços na vila e nos campos e juntando-se à tarde uma concentração, onde se teriam dados vivas à liberdade e alguém gritado “*Abaixo Salazar!*”¹²⁸⁰. Mas este é um registo que aponta para acções nos moldes em que tradicionalmente se assinalava esta data.

Já em relação ao Algarve, o jornal do PCP tenta associar às comemorações a importante greve dos pescadores por melhores salários e condições de trabalho, mas que se realizou efectivamente antes, ao longo da 2ª quinzena de Abril, em Lagos e Portimão, alastrando depois a Olhão e Vila Real de Santo António¹²⁸¹. E não é assinalada pela própria imprensa comunista qualquer manifestação significativa relacionada directamente com o 1º de Maio.

Assim, acções especiais parece terem-se limitado ao litoral alentejano, com centro em Grândola, onde a organização era mais forte, mas, ainda assim, suscitando a oposição de grupos de militantes, que chegaram a desistir de levar a efeito o que se propunham no próprio local, tal como se verificara aliás também em Lisboa.

A maioria dos militantes da organização local de Grândola criticavam José Inácio, o funcionário do Comité Regional, por os ter lançado nas únicas acções de sabotagem registadas em todo o país, o que diziam ser contrário à linha do partido.

José Inácio seria expulso do quadro de funcionários do PCP ainda durante o mês de Maio de 1964, mas não por motivos políticos ou ideológicos, apenas pelo facto de ser casado, ter a mulher no Couço, e viver com uma jovem, filha de um militante e que entretanto engravidara.

Porém, ainda durante esse mês, a edição especial do *Avante!*, inicia o processo de crítica ao desvio esquerdista ocorrido nalguns locais a propósito do 1º de Maio, que se teria expressado “*nalguns documentos publicados, manifestos e tarjetas, em que se confundem duas coisas completamente diferentes: a organização de acções especiais –*

¹²⁷⁹ Cf. Idem, *Auto de Perguntas a António Pereira, “O Agostinho”*, em 28 de Junho de 1965, 1º vol., [77-83]

¹²⁸⁰ Cf. *Greve e manifestações em Alpiarça*, in *Avante!*, VI série, 342, Nº especial de Maio de 1964

¹²⁸¹ Cf. *Ainda a greve dos pescadores do Algarve*, in *Avante!*, VI série, 344, Julho de 1964

que segundo foi definido pelo Comité Central, devem ser estudadas e organizadas em apoio estímulo às acções de massas, mas inteiramente separados delas – e a organização das próprias acções de massas que mesmo quando assumem aspectos violentos tem, na fase actual da revolução, um carácter pacífico”¹²⁸².

A questão é que não tinha havido apenas uma espécie de arrebatamento na propaganda. Trata-se de uma orientação presente na própria imprensa central; são os funcionários que a veiculam e não diz apenas respeito a um sector determinado – aos estudantes, à Direcção da Organização Regional de Lisboa, ou ao pequeno Comité Regional do Alentejo Litoral. Corresponde a uma orientação determinada, imposta às organizações de base a partir dos escalões superiores do partido.

O *Avante!* reconhece ter-se tratado de um erro, que, entre outros motivos radicou numa “deficiente discussão e controle de execução na aplicação da linha do Partido por parte da Comissão Executiva do Comité Central”¹²⁸³, que era na altura composta por Joaquim Gomes, Alexandre Castanheira e Jaime Serra.

Não fossem as prisões ocorridas nas semanas anteriores ao 1º de Maio, a extensão das acções especiais seria bem mais vasta, designadamente no sul do país. Joaquim José Dias, o membro da Organização Regional do Alentejo que controlava o Baixo Alentejo, ao ser preso em meados de Março de 1964 tinha consigo documentação que ensinava a fazer os cocktails Molotov, para apoiar o fabrico desses engenhos nos organismos locais e com vista a serem utilizados em acções especiais¹²⁸⁴.

O Secretariado do PCP não demoraria, no entanto, a corrigir essa orientação. Ao mesmo tempo que é reconhecida a importância das acções de massas realizadas, apesar da repressão e de debilidades organizativas de diversa ordem, constata nas páginas do *Avante!* a existência de uma tendência esquerdista¹²⁸⁵.

Mas trata-se ainda de um pequeno artigo de última página, num canto inferior. Era uma apreciação breve e superficial, mas em que se começam a apontar já as causas desse desvio, que tanto se deviam imputar à inexperiência de algumas organizações partidárias como à Comissão Executiva por uma interpretação deficiente da linha do partido¹²⁸⁶.

¹²⁸² Um erro de orientação, in *Avante!*, VI série, 342, número especial de Maio de 1964

¹²⁸³ *Idem*

¹²⁸⁴ Cf. IAN/TT, Arquivo Distrital de Lisboa, TCL, 1º Juízo Criminal, P. 16250/64, **Auto de Perguntas a Joaquim José Dias**, em 2 de Maio de 1964, 8º vol., [720-722]

¹²⁸⁵ Cf. **Um 1º de Maio de lutas**, in *Avante!*, VI série, 342, nº especial de Maio de 1964

¹²⁸⁶ **Um erro de orientação**, *idem*

Mas, desde logo, sublinhando bem que essa deficiência tinha origem numa grande confusão acerca da organização de acções especiais e do papel que desempenhariam como formas de apoio às acções de massas. Todo o processo de preparação do 1º de Maio tinha acabado por enleiar uma coisa na outra, quando a orientação acertada implicaria sempre a separação desse tipo de acções, a que corresponderiam processos de preparação igualmente distintos.

Iniciava-se assim, desde logo, o processo de rectificação quanto a estas erupções esquerdistas. Todavia, uma maior sistematização do problema sairia meses depois num artigo publicado em *O Militante*, centrando-se em três aspectos fundamentais.

O primeiro era a confirmação que comemorar o 1º de Maio era muito mais do que as manifestações e outras acções no próprio dia, mas o feixe de pequenas e grandes movimentações, principalmente reivindicativas, mas também políticas, que nos meses e semanas anteriores teriam marcado o ritmo da conjuntura social. Por isso se listavam, uma após outra, as empresas, sectores profissionais e localidades onde se teriam registado movimentos de carácter económico, social e político.

O segundo consistia na valorização da manifestação de Lisboa no 1º de Maio, que era, como que o exemplo mais significativo de todo esse conjunto. E, desse ponto de vista, deixava-se claro que se tratou de um grande êxito, de uma grande vitória, contrariando opiniões críticas, que se expressaram no interior do partido.

Finalmente, a questão da violência, partindo da constatação que foi a reunião do Comité Central de Dezembro de 1962 que pela primeira vez levantou a possibilidade de conjugar acções de massas com acções de autodefesa, orientação que veio sendo posteriormente confirmada nas reuniões seguintes, quer na de Agosto de 1963 quer na de Abril de 1964.

Mas, a orientação em relação a este tipo de acções era a seguinte:

*“(...) a eventual organização de acções de tipo especial é tarefa a levar a cabo por organismos especiais que embora actuando em conjugação com as acções e manifestações de massas e com o objectivo de as estimular, devem desenvolver a sua acção de modo inteiramente independente da acção das próprias massas. Isto é, a actuação dos organismos ou grupos para acções especiais não poderá nunca confundir-se, mesmo aos olhos das forças repressivas, com a acção e manifestações de massas”*¹²⁸⁷.

¹²⁸⁷ Algumas experiências do 1º de Maio de 1964, in *O Militante*, III série, 127, Julho de 1964

O que se passou efectivamente no 1º de Maio de 1964 foi que os organismos do partido, a começar pela Comissão Executiva, discutiram de modo superficial, insuficiente e tardio esta orientação, confundindo acções especiais com a actuação dos participantes nas manifestações, o que levou a que essa distorção se fosse acentuando à medida que o assunto ia sendo abordado nos diferentes escalões partidários até à base.

Havia nesta precipitação a preocupação dos organismos dirigentes nos vários escalões de não quererem ficar à direita dos discursos e das opiniões mais radicais, cedendo ou sendo pelo menos mais permeáveis à pressão “esquerdista”, o que potenciara aquela situação.

Isso havia-se manifestado na propaganda, nos manifestos e tarjetas, na própria imprensa. Era o *Avante!* de Março a aconselhar à realização de acções especiais para dispersar ou enfrentar com êxito as forças repressivas; um manifesto do Comité Local de Lisboa a apelar a se fosse para a manifestação com cocktails Molotov; diferentes documentos de organismos do sul a reproduzirem a palavra de ordem de ataque à ordem fascista ou a Direcção da Organização Regional do Norte a defender a elaboração de planos colectivos de autodefesa.

Mas, para os dirigentes do partido, naquilo que valia ao fim e ao cabo como uma autocrítica, a manifestação do 1º de Maio havia demonstrado, “*na fase actual da Revolução, as manifestações de massas continuarão a caracterizar-se como manifestações essencialmente pacíficas, tirando daí toda a sua força face ao regime salazarista*”¹²⁸⁸, o que significava que os manifestantes deveriam participar aí desarmados e apenas reagir violentamente à repressão com os meios que tivessem ao seu alcance – à pedrada ou usando da força física contra os agentes policiais.

A questão da violência procurava assim ser reposta no lugar que lhe era atribuído na linha política do PCP. Confinada, contida, mas longe de ser eliminada, vencida como o principal factor desviante da linha política do partido, tanto mais que em crescentes sectores políticos e sociais era por aí que justamente passava a linha de demarcação com o PCP.

3. O Partido, a Frente e o General

¹²⁸⁸ **Idem**

A violência como factor fundamental para o derrube do regime era uma ideia que se ia disseminando na oposição, tema presente no centro dos debates travados em torno da constituição da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Segundo Manuel Sertório, o que a conferência de Dezembro de 1962, que funda a FPLN, trouxera de mais relevante por parte do PCP fora o reconhecimento da necessidade de criação de organismos para a realização de acções violentas contra o regime no quadro da própria Frente¹²⁸⁹, que não seriam as Juntas de Acção Patriótica, mas sim organismos especiais criados para o efeito.

Este aspecto reflectia em boa medida a pressão por acções radicais vinda de dentro do PCP, evidentemente, mas vinda fundamentalmente de sectores populares cada vez mais vastos e de outras correntes e personalidades oposicionistas, que integravam a FPLN.

Porém, a Frente enredava-se num conjunto de dificuldades e problemas que a bloqueavam organicamente. A Comissão Delegada tardava em constituir-se e em funcionar, a rede de Juntas crescia no interior do país a um ritmo muito lento e as que se iam formando rapidamente estiolavam.

Por outro lado, permanecia em aberto a querela entre a chamada Junta Patriótica Central e a Comissão Delegada Provisória, pois, no seguimento das conclusões da Conferência de Roma, o Partido Comunista fazia grande finca-pé em que a Junta Central deveria estar no interior do país, cabendo-lhe a direcção efectiva da Frente, enquanto que à Comissão Delegada, dependente daquela, ficaria incumbida da representação externa.

A Junta Central não existia e à medida que o tempo passava tornavam-se mais evidentes as dificuldades na sua constituição. O PCP verberava não só contra esta situação, como especialmente contra os desvios esquerdistas latejantes, afirmando ser “*necessário combater as ideias erradas dos que pretendem arrastar o movimento nacional anti-fascista para acções aventureiras e ao mesmo tempo combater as posições de apatia e expectativa*”¹²⁹⁰, mas, na realidade, as Juntas patinavam e a sua constituição e dinamização no interior do país dependia fundamentalmente da organização comunista, sem que se vissem, ainda assim, resultados.

Nestas circunstâncias, a direcção da FPLN iria ser efectivamente instalada no exterior e essas funções assumidas na prática pela Comissão Delegada. Só que o PCP

¹²⁸⁹ Cf. Manuel Sertório, **Humberto Delgado. 70 cartas inéditas**, Lisboa, Praça do livro, 1978, pp 47-48

¹²⁹⁰ Cf. **A Frente Patriótica de Libertação Nacional realiza-se na acção**, in *Avante!*, VI série, 331, Julho de 1963

continuava a preferir a sua instalação em Paris ou, preferencialmente até, em Roma, onde poderia beneficiar dos apoios dos Partidos Comunistas dos respectivos países, criando uma situação de ascendente ou de dependência logística, e também política, funcionando ainda qualquer dessas cidades, principalmente Paris, como placas giratórias em relação às democracias populares, à Europa e ao interior do país.

Mas, havia ainda, evidentemente, para além destes aspectos, porventura mais importante do que tudo isso, a desconfiança em relação ao novo regime argelino, dirigido por uma Frente de Libertação, exterior ao movimento comunista internacional, dirigida por uma elite consideravelmente influenciada por trotskistas, com um Partido Comunista Argelino em vésperas de ser ilegalizado; um país recentemente saído de uma dura luta armada de libertação nacional, comungando, portanto, de concepções políticas susceptíveis de alimentar as tendências radicais sobre o derrube violento do regime, que animavam diversos sectores que integravam a FPLN, incluindo o general Delgado, naturalmente.

Todavia, para o PCP, o reconhecimento da figura e do papel de Humberto Delgado era incontornável, ainda que procurasse, naturalmente, relativizá-lo e enquadrá-lo politicamente, o que se afigurava difícil dada a personalidade do general, por um lado, mas também dada a importância dos núcleos oposicionistas no Brasil, onde este se havia radicado e onde a estrutura do Partido Comunista era débil. Além disso, Delgado, através do MNI, articulava-se com exilados espanhóis, de que o DRIL fora expressão, e mantinha bons contactos nos meios políticos brasileiros.

No encontro proposto por Álvaro Cunhal ao general¹²⁹¹ e que decorreu em Praga em Maio de 1963, o dirigente comunista tenta o seu ensanduichamento¹²⁹² procurando neutralizá-lo sem descartar o prestígio que desfrutava no país. A manobra não era propriamente inédita e correspondia a um esforço do PCP em contrabalançar a preponderância de Delgado com a presença de Ruy Luís Gomes, fidelíssimo aliado. Percebia-se assim o apadrinhamento desta solução “bicéfala” pelo PCP.

Numa das versões do documento que esteve em discussão e que teria sido apresentado pelo dirigente comunista, este fazia duas cedências fundamentais, admitia em primeiro lugar, a instalação da Frente em Argel, ainda que na prática isso já sucedesse, e incluía ainda referências a um “*exército invasor*”, “*revolucionário*”, que ia

¹²⁹¹ Cf. *Carta de Humberto Delgado a Manuel Sertório*, Rio de Janeiro, 23 de Abril de 1963, in Manuel Sertório, *Humberto Delgado. 70 cartas...*, p. 176

¹²⁹² *Idem*, p. 49

de encontro aos planos do general e a uma componente militar de um Directório a criar pela FPLN.

Mas, por outro lado, exigia de modo enfático que todos os organismos que giravam em torno do general, como o que sobrevivia do MNI e de outros pequenos agrupamentos que constituíam a sua base de apoio, se integrassem na FPLN, transformando-se em Juntas Patrióticas, dependentes do Directório.

Deste modo, as cedências, particularmente no que toca aos planos revolucionários do general de invadir o país eram condicionados pela disposição que determinava que o exército invasor, organizado pela Frente “*agirá no momento que lhe for indicado pelo Directório de acordo com a resistência continental*”¹²⁹³

Depois, o secretário-geral do PCP pretendia que desse encontro saísse uma declaração subscrita por ambos e por Ruy Luís Gomes, o que Delgado, como seria aliás de prever, recusou em toda a linha, inviabilizando o documento e desse encontro nenhum outro seria tornado público.

Manuel Sertório, a partir do Brasil, mas fundamental no apoio a Delgado, ainda havia aconselhado o general a usar de alguma maleabilidade quanto ao local de instalação da Frente, aceitando uma capital europeia, desde que, por sua vez, Cunhal aceitasse a ideia de criação de um organismo dirigente no exterior¹²⁹⁴, mas isso acabaria por não proceder.

A fotografia difundida pela imprensa internacional de Delgado e Cunhal juntos em Praga podia adquirir dimensão simbólica e dar a imagem do reforço da unidade da oposição, mas, na prática, o que se passava não era propriamente assim. Objectivamente o impasse estava criado e, na realidade, desde a Conferência de Roma que a Frente pouco andara.

Evidentemente que quer o encontro quer todo o processo de constituição da FPLN indicavam que esta nova organização deixara de se limitar apenas aos tradicionais entendimentos com vista à intervenção eleitoral ou à criação de plataformas pela amnistia ou pelas liberdades. Passavam a englobar aspectos novos, como o entendimento e a solidariedade com os movimentos de libertação das colónias e admitam outras formas de luta, incluindo as acções violentas, no sentido do derrube da

¹²⁹³ Cit. in IANTT, Pide-DGS, P. 1353 CI(2), Pasta 2, Informação n° 93-SC/CI(2), de 6.2.64, [655]

¹²⁹⁴ Cf. Carta de Manuel Sertório a Humberto Delgado, S. Paulo, 29 de Abril de 1963, in Manuel Sertório, *Humberto Delgado. 70 cartas...*, pp 180-181

ditadura¹²⁹⁵, ainda que o PCP não perdesse uma oportunidade para avisar contra os perigos da exaltação dessas acções violentas.

Mesmo renitente, o PCP acabará, já no Verão de 1963, por enviar para Argel o seu representante à Comissão Delegada. Tratava-se de Pedro Soares, membro do Comité Central, que se juntará a Fernando Piteira Santos, Tito de Morais e Rui Cabeçadas, que aí se começavam a reunir desde o início do ano, impondo assim, na prática, Argel como local de instalação da Frente. Para o seu funcionamento pleno, nos termos do que a Primeira Conferência aprovara, ficavam a faltar dois elementos – Ruy Luis Gomes e Manuel Sertório¹²⁹⁶, ambos no Brasil, mas reuniam-se as condições para que começasse a funcionar.

O governo argelino dispõe-se a apoiar a nova organização, dotando-a de meios logísticos fundamentais, incluindo uma emissora de rádio – a Rádio Voz da Liberdade, prestes a começar a emitir para Portugal¹²⁹⁷, assim como facultará a instalação de um grupo considerável de portugueses, proporcionando inclusivamente emprego a muitos deles.

Mas se Delgado sai do Encontro com Cunhal, recusando aceitar uma troika para dirigir a FPLN, já que se considerava a si próprio como “*Chefe da Oposição Democrática Portuguesa*”, está, nesta condição, disposto a empenhar-se na Frente e de acordo quanto à necessidade de maior desenvoltura na sua organização e acção, quanto ao entendimento e solidariedade com os movimentos de libertação das colónias portuguesas e, fundamentalmente, com o reconhecimento da luta armada como meio de combater e derrubar o regime.

Se a instalação de Delgado em Argel era um aspecto em aberto, a forma como o processo de instalação da Frente evoluía e o papel que se atribuía a si próprio, tornavam quase imprescindível que Delgado deixasse o Brasil e rumasse à Argélia. Essa era aliás a sua vontade, para o que exigia evidentemente condições tanto logísticas como políticas, cuja solução se arrastava.

Por outro lado, aos membros da Comissão Delegada, a chegada de Delgado, envolvido num suposto acordo com Cunhal, não suscitava grande entusiasmo. Os dirigentes da Frente torciam o nariz a esse novo entendimento. “*Que manobras andam no ar entre o P. e o General ?*”¹²⁹⁸, perguntará Piteira Santos a Ramos da Costa, mal o

¹²⁹⁵ Cf. IANTT, Pide-DGS, P. 1353 CI(2), Pasta 2, Informação....

¹²⁹⁶ Cf Manuel Sertório, *Humberto Delgado. 70 cartas...*, pp 48-49

¹²⁹⁷ Fundação Mário Soares, Fundo Francisco Ramos da Costa, Correspondência, Pt. 4279.005. Carta de Fernando Piteira Santos a Francisco Ramos da Costa, Argel, 22 de Junho de 1963, mns., [89-90]

¹²⁹⁸ *Idem*, Carta de Fernando Piteira Santos a Francisco Ramos da Costa, Rabat, 19 de Maio de 1963, [104]

encontro de Praga se torna conhecido. Mais tranquilos pelo facto de Delgado ter recusado a troika com Cunhal e Ruy Luís Gomes, não lhes agradava propriamente ter o general aceite o encontro, à revelia deles, que estavam em Argel, bem como o secretismo que rodeou o acontecimento, que consideravam antidemocrático.

É neste contexto que, de Praga, o general regressa ao Brasil e aí se manterá até ao final do ano. No Verão desse ano concede uma entrevista ao *Portugal Democrático*, a que o *Avante!* recorrerá para salientar os aspectos que, do ponto de vista do PCP, eram essenciais:

“Respondendo a uma pergunta, sobre se não temia a exploração que os seus colegas das forças armadas podiam fazer acerca da sua recente visita a um país socialista, o senhor general Delgado: «criticou os que por medo do comunismo nada fazem para derrubar o regime, (...) Se há quem tenha medo que a cooperação com os comunistas possa trazer à Pátria maiores males que a manutenção de a bestialidade salazarista, com todo o seu cortejo de torturas da Pide e da estupidificação em massa dum povo, que fique com a sua opinião bem cómoda».

*O jornal «Avante!», cuja luta em prol da unidade de todas as forças democráticas, tem sido e continua a ser, uma das suas principais preocupações, saúda as desassombradas declarações do senhor general Humberto Delgado e apela mais uma vez para todos os democratas e patriotas, no sentido de se unirem e organizarem numa larga frente de combate...”*¹²⁹⁹

Em substância, o que o órgão central do PCP valorizava era a disponibilidade manifesta de colaboração do general numa unidade, cuja expressão orgânica nem sequer era explicitamente nomeada, atitude tanto mais surpreendente quanto se vinham debatendo por aqueles meses¹³⁰⁰ as condições e modalidades que enformariam a FPLN como esse organização.

Entretanto, a Argel iam chegando muitos opositoristas fugidos de Portugal, na eminência de serem presos ou desertando do exército colonial. Alguns deles vão criar em meados de 1963 a JAPPA, Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia¹³⁰¹, onde se juntará um heteróclito grupo, animado pelas mais diversas razões e com base

¹²⁹⁹ O General H. Delgado defende a Unidade, in *Avante!*, VI série, 335, Novembro de 1963

¹³⁰⁰ Cf. Carta de Manuel Sertório a Humberto Delgado, S. Paulo, 12 de Julho de 1963, in Manuel Sertório, *Humberto Delgado. 70 cartas...*, pp 195-196

¹³⁰¹ Cf. Patrícia McGowan Pinheiro, *Misérias do exílio*, Alpiarça, Contra-Regra, 1998, pp 46-48

em diferentes pressupostos políticos e ideológicos, conferindo uma tensão acrescida ao ambiente na capital argelina entre os exilados portugueses.

Pontificavam aí comunistas, dissidentes do PCP que haviam aderido à FAP, militantes do MAR, da Resistência Republicana, independentes, um “saco de gatos” que os “fapistas” incendiavam com as suas críticas ao autoritarismo, ao acomodamento e ao comportamento timorato da Comissão Delegada¹³⁰², perturbando os equilíbrios demasiadamente frágeis trazidos da Conferência de Roma.

No fundo, nuns casos indirectamente noutro de modo directo e frontal, procuravam disputar a influência do General, fosse porque genuinamente assim o entendiam ou fosse porque instrumentalmente assim o pretendiam. Afrontavam deste modo quer os objectivos hegemónicos do Partido Comunista quer o comportamento e a orientação da Comissão Delegada, designadamente de Fernando Piteira Santos.

Pedro Soares, por seu turno debatia-se entre a ferosidade da maioria dos membros da JAPPA e os atritos recorrentes com Piteira Santos, onde se enovelavam questões políticas e pessoais, crispando o ambiente e condicionando fortemente a margem de manobra e a capacidade de intervenção do dirigente comunista destacado para Argel.

Também no Brasil, apesar dos avanços na aproximação dos diferentes agrupamentos oposicionistas, as divergências e os desentendimentos eram significativos.

Em Agosto de 1963 é publicada uma Declaração reclamando “*uma consulta à Nação sobre a política colonial fascista de Salazar*”¹³⁰³, subscrita por Delgado e por Ruy Luís Gomes, seguido de uma lista considerável de indivíduos que representavam o jornal *Portugal Democrático*, a Unidade Democrática Portuguesa, o Movimento Nacional Independente, a União das Mulheres Portuguesas no Rio de Janeiro, o Centro Republicano Português, o Grupo de Portugueses Democratas do Recife, Os Democratas Portugueses na Argentina, a Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai e a União das Mulheres Portuguesas do Uruguai. Mas, praticamente ao mesmo tempo, no jornal procediam-se a alterações significativas.

Desde Abril, que no quadro dos membros do seu Conselho de Redacção tinham desaparecido os nomes de Casais Monteiro, Jorge de Sena e Paulo de Castro e o novo

¹³⁰² Cf Manuel Sertório, *Humberto Delgado. 70 cartas...*, p. 49, n. 47

¹³⁰³ **Declaração dos democratas portugueses da América aos povos, parlamentos e governos do Continente (Agosto de 1963)**, in Iva Delgado e Carlos Pacheco (Organização, compilação e introdução de), *Humberto Delgado. A tirania portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, p. 222

elenco reflectia, naquela fase, a aliança do PCP e dos seus *compagnons de route* com o sector delgadista – Augusto Aragão, Vítor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, Joaquim Barradas de Carvalho, mas com as suas páginas abertas a Manuel Sertório, entre outros.

Os demissionários viam, no entanto, o jornal como absolutamente alinhado com o PCP, tendência que aliás que se viria rapidamente a confirmar. Nesse sentido, Piteira Santos, defendia, a partir de Argel que Humberto Delgado deveria apostar no jornal *Oposição Democrática*, procurando melhorá-lo, “*de modo ao Portugal Democrático sentir que deve afinar o tom*”¹³⁰⁴.

Todavia, os efeitos do presumido acordo com Cunhal faziam-se sentir nos sectores mais conservadores da oposição exilada no Brasil, que se iam afastando do general, particularmente os mais anticomunistas.

Mas à medida que os meses avançavam, os impasses não se desbloqueavam, adensando-se as tensões internas. O PCP vai, por isso, tomar a iniciativa de propor a convocação de uma nova Conferência da FPLN¹³⁰⁵, a segunda, que se realizará, nos arredores de Praga entre 29 de Dezembro de 1963 e 2 de Janeiro de 1964.

Correspondendo a uma necessidade evidente, o PCP procura dessa forma tomar a iniciativa política, tentar alguma arrumação na casa e marcar o ritmo da actividade da Frente. Pretendia, desta forma manter por perto e de modo enquadrado Delgado e a Comissão Delegada, designadamente Fernando Piteira Santos, ansioso por hegemonia e espaço político, mas sem bases de apoio.

Num processo de preparação que se arrastou ao longo de vários meses, com indefinições e adiamentos quanto a datas¹³⁰⁶, seria o próprio PCP a seleccionar os delegados¹³⁰⁷, consultando os parceiros, mas mostrando-se inflexível quanto à presença de alguns nomes.

Logo na primeira sessão, de modo sintomático, Delgado, por sua iniciativa e sem consultar ninguém, sentou-se à cabeceira da mesa, presidindo¹³⁰⁸, propondo para o coadjuvarem como vice-presidentes Álvaro Cunhal e Ruy Luís Gomes e, para relator, Manuel Sertório¹³⁰⁹. Na conferência participavam ainda Piteira Santos, Tito de Moraes, Pedro Soares, Mário Ruivo, Francisco Ramos da Costa, a que se vão juntar Flausino Torres e J. Costa, idos do interior.

¹³⁰⁴ Fundação Mário Soares, Fundo Francisco Ramos da Costa, Correspondência.... **Carta de Fernando Piteira Santos a Francisco Ramos da Costa**, Argel, 14 de Junho de 1963, mns., [95]

¹³⁰⁵ Cf. Manuel Sertório, **Humberto Delgado. 70 cartas...**, p. 50

¹³⁰⁶ Cf *Idem*, **Carta de Manuel Sertório a Humberto Delgado**, S.Paulo, 23 de Setembro de 1963, pp 213-215

¹³⁰⁷ *Idem*, **Carta de Manuel Sertório a Humberto Delgado**, S. Paulo, 11 de Setembro de 1963 e n. 2, pp. 210-211

¹³⁰⁸ **Idem**

¹³⁰⁹ Cf., Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo Manuel Sertório, **FPLN. Dossier 2ª Conferência**. 1963, bloco mns, [1]

A Conferência começa por constatar as debilidades organizativas da Frente. Segundo Piteira Santos, dispunha apenas de um contacto, ou oficial de ligação, com o interior, a Junta Central não funcionava desde Maio de 1962 e a Comissão Delegada desconhecia o número de Juntas existentes, estimando que entre 50 e 100 grupos se identificassem com a FPLN, e, embora num contexto que reconhecia difícil com sectores políticos preconceituosamente anticomunistas que recusavam contactos com o PCP referia um envolvimento desigual do Partido na dinamização das Juntas. Todavia, reconhecia que num quadro de desagregação das estruturas mais antigas, havia uma recomposição, embora ténue, baseada em forças novas¹³¹⁰.

Enquanto Álvaro Cunhal não nega a situação, considera-a momentaneamente difícil dentro do país, acreditando que rapidamente poderá ser ultrapassada e preferindo valorizar essas potencialidades; já Pedro Soares, mais crispado, opta, arrogante, por recusar responder às críticas de Piteira que o acusa de querer abrir a Frente aos sectores oposicionistas de direita¹³¹¹.

Porém, o centro da Conferência voltou a andar à volta de questões recorrentes, mas fundamentais, que do ponto de vista estratégico dividiam os que se juntavam em torno da Frente, designadamente a estratégia para o derrube do regime.

Humberto Delgado insiste que essa é a prioridade política, defendendo a criação de mecanismos que permitam despoletar acções num prazo muito curto. De algum modo, com os devidos matizes, organizam-se os restantes participantes na Conferência à volta deste propósito. Tanto Piteira Santos, como Tito de Morais, não perdem de vista esta perspectiva, mesmo que reclamem com maior ou menor ênfase, a participação popular.

Mário Ruivo e Ruy Luís Gomes, embora mais próximos do PCP, reconhecem haver condições para derrubar o regime a curto prazo, mas preocupam-se com as debilidades organizativas para enquadrar a movimentação de massas, o que significava admitir, implicitamente, que não estavam afinal criadas as condições subjectivas para um movimento revolucionário destinado a apelar Salazar.

Mais claro, Álvaro Cunhal insiste justamente na falta dessas condições subjectivas, lembrando com uma ponta de acinte que a luta se decide no interior e que não é apenas um grupo de homens armados desligados do movimento social que o consegue, até porque se um movimento com essas características fosse derrotado,

¹³¹⁰ Cf. Centro de Documentação 25 de Abril, Fundo Manuel Sertório, FPLN. *Dossier 2ª Conferência*, Bloco manuscrito, *Informação s/frente interna*, [3]

¹³¹¹ *Idem*, [5] e [8]

atrairia uma vaga repressiva muito intensa e vasta de efeitos nefastos a nível geral. Diz mesmo que não tem um esquema de acção armada, porque isso depende da evolução da conjuntura e não era o momento de pensar naqueles termos.

Daí Cunhal inflecte para onde lhe interessa de facto centrar a questão, que é o da direcção política da frente.

Mais rígido e esquemático, Pedro Soares invoca as conclusões da reunião do CC do PCP de Agosto de 1963 e carrega o manual de procedimentos para o levantamento nacional que essa reunião reiterara – lutas legais e semi-legais em ascenso e radicalização, decomposição do exército com os soldados e uma parte dos oficiais a passar-se para o lado do povo e, então, a insurreição; sentenciando, a concluir, “*Mais importantes os esforços da organização do povo do que os da conspiração para um golpe militar*”¹³¹².

Era o impasse a surgir de novo na definição da estratégia revolucionária, com os indícios do voluntarismo delgadista a adensarem-se e a deixarem os representantes do PCP mais à defesa.

Tornava-se evidente que os debates da Conferência a evoluírem nalgum sentido, seria fundamentalmente no plano organizativo. Cunhal passa assim a admitir a extinção da Comissão Delegada e o princípio de uma direcção no exterior, mesmo que formalmente pudesse assumir uma designação de Comissão Permanente, deixando em aberto a possibilidade de alguns dos seus membros estarem dentro do país, enquanto que Pedro Soares, inflexível, mais uma vez, proclamava que a acção no exterior nunca deveria ter carácter directivo.

Todavia, o organismo de Direcção que é estabelecido adopta a designação de Junta Revolucionária Portuguesa, instalada efectivamente em Argel e composta por seis elementos: Delgado, como Presidente; Cunhal, como vice-presidente; Tito de Moraes, da Resistência Republicana e Socialista, Rui Cabeçadas, do MAR; Fernando Piteira Santos e Manuel Sertório.

Segundo o comunicado tornado público, que o *Avante!* transcreve ¹³¹³, a Junta Revolucionária Portuguesa é o “*órgão impulsor da luta de libertação nacional*” e a via para derrubar o regime é a via revolucionária, violenta, definida como “*levantamento nacional popular*”, pouco detalhado evidentemente, dadas as divergências que a esse respeito permaneciam.

¹³¹² *Idem*, [18]

¹³¹³ Cf. **Comunicado ao Povo e aos Democratas Portugueses**, in *Avante!*, VI série, 338, Fevereiro de 1964

Ainda assim, a pressão da maioria dos delegados favoráveis à acção militar revolucionária obrigava a que se considerasse a criação de um comando operacional directamente dependente da Junta Revolucionária e sob comando directo de Delgado, assim como se inscreviam nas respectivas conclusões a necessidade de preparar no curto prazo a acção revolucionária para derrubar o regime¹³¹⁴, apelando à constituição e multiplicação de Juntas Patrióticas e outros organismos afectos à FPLN no interior do país.

A cedência do PCP a este discurso significava apenas que naquela situação, entre os impulsos de Delgado e dos sectores que ansiavam pelas acções revolucionárias directas e o radicalismo da FAP, havia que engordar o discurso, de modo a que não ficasse campo livre para que essas tendências pudessem crescer, potenciando o risco de isolamento e ultrapassagem do partido pela esquerda.

O esforço de alargamento da FPLN no interior não parece, por sua vez ter surtido efeitos significativos e a estrutura de direcção executiva manteve-se bastante desfalcada, com Flausino Torres a exercer uma actividade tenaz, mas de grande desgaste:

*“dentro do País, desde a Conferência de Praga que andava num badanal – vai aqui, vai acolá, semana quase fora de casa; todos os fins de semana dois dias fora de casa, ao norte, ao sul, ao oeste, etc., etc.”*¹³¹⁵

No entanto, um acordo de princípio determinava que a Junta de Argel só começaria a funcionar quando ali se encontrassem todos os seus membros, permanecendo em funções até lá a Comissão Delegada, o que, na prática, significava apenas um prurido formal, pois todos os seus membros transitaram para a JRP.

O General Humberto Delgado seria submetido a intervenção cirúrgica em Praga e a sua deslocação para a capital argelina arrastar-se-ia durante vários meses, enquanto Cunhal continuaria a delegar em Pedro Soares a representação do PCP na Junta, durante mais alguns meses, vindo a ser substituído por Pedro Ramos de Almeida.

Quando Humberto Delgado chega finalmente a Argel, em Junho desse ano o quadro que encontra não é propriamente animador, ainda que prodigamente recebido por Ben Bella, que aliás o havia visitado durante a convalescença na Checoslováquia, satisfeitas que passavam a estar as condições logísticas e de apoio à instalação do general na capital argelina, mas aquém da magnificência que esperava e que reclamava.

¹³¹⁴ Cf. Manuel Sertório, **Humberto Delgado. 70 cartas...**, p. 51

¹³¹⁵ Cit. in Paulo Torres Bento, **Flausino Torres [1906-1974]. Documentos e fragmentos biográficos de um intelectual comunista**, Porto, Afrontamento, 2006, p. 184

Todavia, depara-se com a disputa inflamada entre a JAPPA e a Comissão Delegada, assim como uma situação complicada de intervenção directa de Piteira Santos no controlo das autorizações e vistos de entrada a portugueses que rumavam à Argélia, o que origina praticamente logo à chegada uma situação tumultuosa com o general a querer tomar nas suas mãos as rédeas da organização e a vociferar contra um estilo de trabalho que envolvia uma boa dose de burocracia, com correspondência, notas internas, circulares, memorandos e relatórios e que, por outro lado, implicava mecanismos de decisão baseados em múltiplos e minuciosos contactos e acordos¹³¹⁶ face à diversidade de sensibilidades em presença.

Ramos de Almeida demora a chegar a Argel. Desembarca apenas em Julho de 1964, já o ambiente se incendiava entre Delgado e a Comissão Delegada tornada agora Junta Revolucionária. Os incidentes em torno das instalações e do carimbo são etapas de um processo de degradação total das relações políticas e pessoais que conduzem ao isolamento de Delgado e do pequeno grupo que o apoiava em Argel, dentro da FPLN, mas também fora, como era o caso do Grupo Revolucionário Português de Libertação, que publicava o boletim *Revolução Portuguesa*.

Face a esta situação, Álvaro Cunhal desloca-se à capital argelina ainda no Verão de 1964, mantendo intensas negociações com Humberto Delgado, mediadas por Manuel Sertório, mas que se revelaram completamente improcedentes, consumando-se aí a ruptura entre o PCP e o general¹³¹⁷. As divergências dificilmente poderiam vir a ser satisfatoriamente vencidas através de uma nova Conferência, a terceira, da FPLN, cuja realização foi formalmente acordada entre os três em 24 de Agosto desse ano¹³¹⁸.

Delgado procurava além do mais reforçar a sua influência na Conferência. Teria insistido com Cunhal que o local de realização fosse o mais próximo possível da fronteira, Badajoz no caso e que fossem incluídos como delegados homens da sua confiança, entre os quais se encontrava Mário de Carvalho¹³¹⁹, o informador da PIDE que o arrastaria depois à morte.

Desse acordo saiu a convocatória da Conferência e a constituição da respectiva Comissão organizadora com Sertório, o Major Aviador José Ervedosa e Pedro Ramos de Almeida.

¹³¹⁶ Cf. Dawn Linda Raby, Portuguese *Exile Politics...*, p.85

¹³¹⁷ Cf. Manuel Sertório, *Humberto Delgado. 70 cartas...*, pp 52-53

¹³¹⁸ Cf. Pedro Ramos de Almeida, *O assassínio do General Humberto Delgado*, Lisboa, Caminho, 1978, pp 70-72

¹³¹⁹ Cf Álvaro Cunhal, *Ação Revolucionária, Capitulação e Aventura* [1967], Lisboa, Edições Avante!, 1994, pp 227-228

A acção de Ramos de Almeida, o efectivo representante do PCP na JRP, havia nessas poucas semanas desenhado uma atitude diferente da de Pedro Soares, seu antecessor. Degelaram as relações com Piteira e com o MAR ao mesmo tempo que se incompatibilizava completamente com Delgado¹³²⁰. Esta situação, além do mais, possibilitava ainda o isolamento da FAP que, por sua vez, queria disputar a aliança com o MAR, fundamentalmente.

Contudo, apesar deste relacionamento mais desanuviado com Fernando Piteira Santos e com dirigentes e activistas do MAR, as divergências e as tensões nunca desapareceram por completo.

A 3ª Conferência da FPLN realizou-se em Setembro de 1964, nos arredores de Argel, com mais de duas dezenas de participantes, mas sem a presença de Humberto Delgado, que recusou participar, apesar de instado directamente. Incumbiu previamente o Major José Ervedosa de o representar, mas retirou-lhe essa delegação no próprio dia da abertura dos trabalhos¹³²¹, tendo Emídio Guerreiro acabado também por abandonar a reunião.

Seis dos delegados eram claramente militantes do PCP – Cunhal, Ramos de Almeida, Flausino Torres, Manuel Ruela, Maria Antónia Fiadeiro e Manuel Alegre e embora houvesse provavelmente outros, não estavam no entanto em maioria, embora a sua posição se tivesse reforçado desde a Conferência anterior.

Prudente, Cunhal evita que a Conferência descambe em críticas desmedidas a Delgado ou que se enrede em estiolantes polémicas internas em torno da actividade da Comissão Delegada. Porém, a ausência e a atitude do general configurava uma situação praticamente de ruptura, mas, no sentido de procurar neutralizá-la, é inclusivamente aprovada uma saudação ao general.

Mas tratava-se, no fundo, de resolver o grave problema de direcção que o afastamento de Delgado implicava, que se passassem em revista e se tomassem medidas sobre o funcionamento dos seus órgãos internos e sobre o alargamento da rede de Juntas Patrióticas no interior do país.

Do ponto de vista político reiterou o carácter antifascista e anticolonista da organização, bem como a linha política que vinha sendo afirmada, ainda que sob uma discurso aparentemente consensual se escondessem divergências vivas e contradições profundas, em torno particularmente da estratégia para o derrube do regime. Não

¹³²⁰ Cf. *Memorandum de Humberto Delgado a Pedro Ramos de Almeida*, Argel, 18 de Agosto de 1964, in Patrícia McGowan Pinheiro, *Misérias do Exílio*, Lisboa, Contra-Regra, 1998, pp 194-196

¹³²¹ António Brotas, *Três informadores da PIDE*, Lisboa, Setecaminhos, 2008, pp 26-27

bastava enfatizar a expressão de unidade que a Frente consagrava quando as tensões, as disputas de influência e sobretudo o braço de ferro em torno do desencadeamento ou da contenção das acções violentas estavam em verdadeira efervescência.

O afastamento de Delgado e a crítica aos seus métodos individualistas, impulsivos, megalómanos e autoritários unia a generalidade dos delegados, mas sobre as questões de orientação política continuavam profundamente divididos.

A Junta, o Executivo da Junta melhor dizendo, foi alargado para seis membros, três por representação partidária directa – Ramos de Almeida, pelo PCP; Rui Cabeçadas, pelo MAR e Tito de Morais, pela Resistência Republicana e Socialista – e outros tantos independentes, Piteira Santos, Manuel Sertório e o Major Ervedosa.

Quando se tratou de distribuir os pelouros, Sertório ficou com o Departamento Diplomático, Cabeçadas com as relações com o interior, Tito de Morais com a Emigração, Piteira Santos com a Solidariedade Internacional, Ervedosa com o Departamento Militar e Pedro Ramos de Almeida com a Propaganda¹³²².

Houve quem em plena Conferência discordasse em parte desta distribuição. António Brotas, por exemplo, entendia que Ramos de Almeida e Piteira Santos deveriam trocar entre si esses pelouros, o que levou a um áspero comentário de Cunhal, perguntando-lhe “*se não tinha confiança no PCP*”¹³²³. Era de uma questão de equilíbrio que se tratava, pois isso significava controlar os meios de difusão rádio para Portugal – Rádio Moscovo, Rádio Portugal Livre e agora também a Rádio Voz da Liberdade.

Tratava-se efectivamente de um instrumento fundamental de controlo político e uma alavanca decisiva do ponto de vista das próprias relações pela hegemonia no seio da FPLN e Ramos de Almeida ficaria mesmo com o pelouro da propaganda.

A intenção de criar um Departamento Militar destinado a preparar um movimento revolucionário não era nova e constituía uma espécie de acordo inevitável entre as diferentes organizações políticas que integravam a Frente Patriótica, já que todos reconheciam que o derrube do regime se teria de fazer por essa via, dividindo-os no entanto o *timing* e especialmente as condições para o efeito.

No entanto, passadas duas semanas, Delgado já em Paris cindia formalmente da Frente, completamente isolado, engendrando uma Frente Portuguesa, em vez de Patriótica, de Libertação Nacional, que teria realizado uma conferência na raia da fronteira espanhola. Em Argel passavam assim a existir duas Frentes, em instalações

¹³²² IAN/TT, PIDE-DGS, *Processo 1353 CI(2)*, Pasta 1, Rádio Portugal Livre. Emissão de 28.10.64, *Constituição do Conselho Executivo da Junta Revolucionária de Libertação Nacional*, [415]

¹³²³ António Brotas, *Três informadores...*, p. 28

diferentes, com Delgado arrogando-se Presidente da nova organização, ainda mais desprovido de base de apoio, incompatibilizado não só com as forças políticas e as personalidades que continuavam a suportar a FPLN, mas também com muitos dos que até ali haviam sido o seu “pessoal político”, designadamente Sertório e Ervedosa.

Estava aberto um caminho de isolamento, desespero e muita ingenuidade política que o tornam mais vulnerável à provocação política, à infiltração policial e à manipulação que conduzirão ao seu assassinato cinco meses depois.

O general passava a rodear-se de gente duvidosa, especialmente Mário de Carvalho, seu representante em Itália desde 1961, que era ou se tornaria informador da PIDE, peça decisiva na manobra artilosa laboriosamente tecida, com implicações e envolvimento vastos ao nível de serviços internacionais de inteligência policial, que conduziu ao seu assassinato e ao da sua secretária, a brasileira Arajaryr Santos ¹³²⁴, por uma brigada da polícia política.

Nas vésperas do seu desaparecimento, Álvaro Cunhal concede uma entrevista à Rádio Portugal Livre em que justifica a posição da 3ª Conferência em relação a Delgado: *“o General Delgado não ficou em quaisquer organismos e de direcção da frente patriótica e acabou por sair desta, não foi um mal mas um bem para a frente e para os anti-fascistas em geral. Com a saída do General Delgado a frente não fechou as portas à possibilidade de cooperação com o Senhor General. Tudo dependeria e de certa forma quanto a nós ainda depende dele próprio o querer e o saber. Infelizmente as suas posições parecem mostrar que nem o quer nem o sabe”*¹³²⁵.

A saída de Delgado da FPLN constituía para o PCP um factor de desanuiamento interno, afastando uma personalidade que, devido ao seu carácter arrebatado e por vezes delirante, era difícil de enquadrar e controlar. Todavia, permaneciam diversas tendências, correntes e personalidades, ora atraídas pelo golpismo ora pelas acções radicais, em relação aos quais pairava o espectro de uma esquerda radical que se poderia polarizar em torno da FAP.

Ervedosa, por exemplo, irá, após a Conferência, criar rapidamente o Comité Militar Revolucionário, composto ainda pelos alferes milicianos Manuel Alegre, Mário

¹³²⁴ Cf. Alfredo Caldeira e A. Santos Carvalho, **A operação de cerco e aniquilamento do general Humberto Delgado**, in Iva Delgado e Carlos Pacheco (Organização, compilação e introdução), *A Tirania Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, pp 163-184

¹³²⁵ IAN/TT, Legião Portuguesa. Escutas. Rádio Portugal Livre, [Boletim] 74, Emissão de 28.2.65. **Gravação da entrevista dada por Álvaro Cunhal a Rádio Portugal Livre**, [4]

Moutinho de Pádua, José de Moura Marques e José de Moura Pimenta¹³²⁶, cujos ímpetos o PCP procurará refrear.

Nas emissões da Rádio Voz da Liberdade, apesar dos esforços de Ramos de Almeida, multiplicam-se os apelos às acções de pequena sabotagem ou à identificação dos locais de residência dos agentes da PIDE e dos dirigentes do regime¹³²⁷

O Partido Comunista desenvolve, por isso, uma intensa campanha contra as tendências golpistas e guerrilheiristas, que associava a terrorismo puro e simples. Segundo o PCP essas tendências contrariavam o que a Conferência havia estipulado, manifestavam-se abertamente como se das posições oficiais da Frente se tratasse e eram típicas de dirigentes com largos anos de exílio, afastados do interior do país e das suas movimentações sociais. E concluía a este propósito a Rádio Portugal Livre logo no início de 1965:

*“Por muito que uma tal doença possa apiedar os outros democratas, convém que os portadores desse mal saibam o seguinte: - o “movimento democrático português” jamais fará dessa maleita a sua bússula de orientação política; a impaciência e a fadiga física de certos políticos não contagiará o “movimento democrático português”*¹³²⁸

O interesse do PCP pela FPLN mudava de qualidade. Se inicialmente pudera vislumbrar aí uma organização de unidade e de acção, percebera cedo que as fortes pressões internas para o desencadeamento de acções violentas obrigavam a um esforço de enquadramento e contenção centrado fundamentalmente no exterior, entre o exílio e a emigração, sem as capacidades potenciais da FPLN conseguissem ser desenvolvidas.

Apesar de em Janeiro de 1965, a Rádio Portugal Livre afirmar que *“o que a FPLN já é, e ninguém o pode negar é um núcleo sólido das forças antifascistas, o único movimento unitário estruturado”*¹³²⁹, o PCP ia acrescentando que havia muitas correntes, sectores e personalidades que estavam de fora da Frente e que isso não podia ser nem ignorado nem descurado. Manuel Rodrigues da Silva, membro do Secretariado do Comité Central numa entrevista à Rádio Praga diz isso mesmo:

¹³²⁶ Cf. IAN/TT, Legião Portuguesa, Escutas, [Boletim] 22, Rádio Portugal Livre, Emissão de 11.12.64, **Guerra Colonial, problema de toda a Juventude**

¹³²⁷ Cf. IAN/TT, Legião Portuguesa, Escutas, Boletim de Informação Política, s.nº, Rádio Voz da Liberdade, Emissão de 18.11.64, **Juntas de Acção Patrióticas** e [Boletim] 22, Rádio Voz da Liberdade, Emissão de 12.12.64, **O Governo fascista aumenta a repressão...**

¹³²⁸ IAN/TT, PIDE-DGS, **Processo 1353 CI(2)**, Pasta 2, Rádio Portugal Livre. Emissão de 4.1.65, **Em política a impaciência é mau conselheiro**, [459]

¹³²⁹ IAN/TT, PIDE-DGS, **Processo 1353 CI(2)**, Pasta 2, Rádio Portugal Livre, Emissão de 25.1.65, **Para fazer da FPLN expressão duma unidade real**, [340]

*“(...) há agrupamentos ou individualidades hostis à política salazarista, que não fazem parte da frente, e com as quais não existem ainda formas de cooperação de acção unitária. Isto é uma deficiência que as forças anti-salazaristas de vanguarda procuram vencer rapidamente”*¹³³⁰

Era, por um lado, um aviso subtil aos “aliados” da FPLN de que não esgotavam a oposição em si mesma e, por outro, um piscar de olho a essas correntes e personalidades que estavam fora da Frente, num altura em que se preparava a intervenção na eleições para a Assembleia Nacional de 1965.

Por outro lado, à Junta Revolucionária Portuguesa era, na opinião do PCP, admitido um papel dirigente, mas confinado ao exílio e à emigração, como aliás Pedro Ramos de Almeida faz questão de esclarecer logo após a 3ª Conferência, ao declarar à Rádio Portugal Livre que *“a JRP tem uma missão bem preciosa: dirigir a acção no exterior, de forma a ajudar por todas as formas o desenvolvimento no interior do país da actividade da FPLN. Não se trata como alguns portugueses poderão pensar, sob a influência de promessas feitas no ar, de preparar desembarques sensacionais. Actos terroristas ou golpes de estado”*¹³³¹

Na realidade, o PCP vai abrandando o incremento à recomposição da rede de Juntas Patrióticas, de resto fortemente fustigada por sucessivas bátegas repressivas. Passa a revalorizar outras dinâmicas de carácter unitário, de cariz mais tradicional, mesmo que sem excluir formalmente desse processo a FPLN. Tinha em mira as correntes moderadas da Frente, pelas pontes que conseguiam estabelecer com sectores da burguesia liberal, todavia, atentistas em relação a ilusórias possibilidades de legalização e, por isso, acerrimamente abstencionistas face à disputa eleitoral.

O assassinato de Delgado ocorre justamente quando a FPLN e o PCP desenvolviam uma campanha intensa de descrédito do General e quando as autoridades argelinas retiram o apoio de facto à sua Junta Portuguesa, encerrando o seu escritório e intentando apoderar-se dos seus arquivos.

Depois de um mês sem notícias do general, é o sector que, apesar de não o ter acompanhado na aventura da nova Frente, se encontrava mais próximo de si, que alerta para esse facto que apontava para o seu efectivo desaparecimento. Estava-se no fim de Março de 1965 e entre essa data e o aparecimento dos cadáveres de Delgado e Arajaryr

¹³³⁰ Cf. IAN/TT, Legião Portuguesa, Escutas, [Boletim] 166, Rádio Portugal Livre, Emissão de 1.8.65, **Extracto de uma entrevista que Manuel Rodrigues da Silva concedeu à Rádio Praga sobre a situação política actual**

¹³³¹ Cf. IAN/TT, Legião Portuguesa, Escutas, Rádio Portugal Livre, [Boletim] 46, Emissão de 17.1.65, **Entrevista com Pedro Ramos de Almeida, membro da Junta Revolucionária Portuguesa**

em Villanueva del Fresno, um mês depois, a posição da Frente evolui de uma posição de descrédito em relação á possibilidade de desaparecimento e morte para a constatação de que essa era a hipótese mais provável.

O comunicado produzido pela Junta Revolucionária Portuguesa não descarta a possibilidade de prisão ou eventual assassinato do general, mas considera inverosímil a sua deslocação a Badajoz, pelo que de imprudente expressava quer quanto ao local quer quanto ao suspeito encontro manobrado por Mário Carvalho com representantes de um tão numeroso quanto estranho movimento oposicionista que o declarava apoiar, envolvendo ainda nessas suspeitas Henrique Cerqueira, o seu obscuro representante em Marrocos.

O referido comunicado termina insistindo na necessidade tanto de aclarar as circunstâncias do desaparecimento de Humberto Delgado como de condenar o comportamento dos subscritores da Declaração¹³³².

O PCP através da Rádio Portugal Livre reitera os termos deste comunicado, mas vai mais longe; esclarece essa posição de modo claro, directo, por vezes brutal na sua frieza:

“(...) as razões do nosso silêncio até aqui, são devidas às sérias e legítimas dúvidas que se levantam quanto á verdade dessas notícias.

*Podemos mesmo afirmar que certos métodos de actuação seguidos pelo general Humberto Delgado nos últimos tempos, fazem recear que se trate apenas de uma montagem de propaganda para fins publicitários”*¹³³³

O ambiente não era de todo propício a atitudes ponderadas e o ranger de dentes toldava completamente a serenidade de qualquer das partes.

Ainda três dias antes do aparecimento dos corpos, já a meio de Abril de 1965, a Rádio Portugal Livre volta ao assunto, e nos mesmos termos, admitindo a prisão, mas, em contraponto, dissertando longamente sobre a possibilidade de se tratar de um acto intencional de Delgado para *“Procurar recuperar o prestígio perdido com manobras deste tipo, jogar abusivamente com sentimentos de solidariedade anti-fascista e de fraternidade humana, manter uma publicidade com auréola de mártir, estando vivo e livre...”*¹³³⁴.

¹³³² Cf. **Comunicado da Frente Patriótica de Libertação Nacional referente ao desaparecimento do general Humberto Delgado**, Argel, 23.3.65, in Patrícia McGowan Pinheiro, *Misérias...*, pp 226-228

¹³³³ Cf. IAN/TT, Legião Portuguesa, Escutas, [Boletim] 96, Rádio Portugal Livre, Emissão de 31.3.65, **Esclarecimento aos ouvintes sobre os rumores acerca do General Humberto Delgado**

¹³³⁴ *Idem*, 103, Rádio Portugal Livre. Emissão de 15 de Abril de 1965, **Ainda sobre a notícia da prisão do General Humberto Delgado**

No final do mês, quando circulam abundantemente as notícias na imprensa internacional sobre a identificação dos corpos encontrados junto á fronteira portuguesa é que, como não podia deixar de ser, o tom das intervenções públicas se desloca decisivamente contra o regime¹³³⁵, procurando explicar os factos à luz do isolamento político e das relações suspeitas por onde Humberto Delgado enveredou ao abandonar a FPLN.

O Secretariado do Comité Central do PCP só vai pronunciar-se formalmente naquela que será a posição oficial do partido em 7 de Maio, quase um mês depois dos corpos terem sido encontrados e a principal lição que tira passa a ser que, sobre as suas próprias vulnerabilidades “*O assassinato de General delgado é um exemplo trágico dos perigos que comportam e das consequências que acarretam estes métodos de actividade reaccionária de tipo imperialista*”¹³³⁶

Com o desaparecimento de Humberto Delgado abre-se um período de suspeição generalizada e de movimentações no sentido de anular a influência e a presença dos grupos e pessoas que o haviam apoiado depois da 3ª Conferência, os quais, por sua vez, insinuavam o interesse dos que ficaram na FPLN em desembaraçarem-se do general.

Em Abril de 1965, os últimos apoiantes de Delgado em Argel serão assim envolvidos numa manobra tecida entre a FPLN e as autoridades argelinas que levam à prisão de mais de dez elementos, o que coincide sensivelmente com o golpe de estado que depôs Ben Bella e impôs a sua substituição por Houari Boumediene.

A Argélia contrai-se no seu pendor revolucionário e o relacionamento com a Frente ressent-se disso mesmo, deixando de haver espaço e condições para as enormes prerrogativas e benesses concedidas pelo respectivo governo, ainda que o apoio permaneça.

Os destinos da Frente arrastar-se-ão penosamente, num enfraquecimento progressivo. Em Abril de 1964, a Resistência Republicana e Socialista transforma-se em Acção Socialista Portuguesa, embora, numa estratégia de crescimento, mantenha a designação anterior no seio da Frente até abandonar a organização, o que ocorre em 1966¹³³⁷. As contradições e divergências entre o PCP, por um lado, e o que restava do MAR, entretanto extinto e os independentes como Piteira Santos reacendem-se num prolongado braço de forças.

¹³³⁵ *Idem*, 113, Rádio Portugal Livre. Emissão de 30 de Abril de 1965, **O Governo de Salazar cometeu um novo crime**

¹³³⁶ **O assassinato do general Humberto Delgado**, in *Avante!*, VI série, 335, Maio de 1965

¹³³⁷ Cf. Susana Martins, **Os socialistas na oposição ao Estado Novo**, Lisboa, Casa das Letras, 2005, p.102

O projecto da FPLN sucumbia de facto com o assassinato de Humberto Delgado e não resistia às contradições que as renovadas disputas pela hegemonia desencadeavam. Se, nessa fase imediatamente anterior fora possível, por parte dos quadros do PCP em Argel, vencer as acrimónias que os separavam dos restantes grupos, isolando o general, tudo isso regressava agora sem que nenhuma das grandes clivagens que os separavam antes estivesse resolvida ou sequer aplanada.

4. As eleições de 1965

A intervenção no período eleitoral de Outubro de 1965 revela já um novo quadro em que o PCP aposta num arco unitário substancialmente mais amplo que a FPLN, ainda que formalmente a Frente apareça no processo, embora sem significativa capacidade prática de influência e de decisão.

A Frente nem conseguira alargar a sua base política de sustentação nem disseminar uma rede significativa de Juntas Patrióticas. Os seus aliados na Frente derivavam à esquerda numa orientação que se inclinava acentuadamente para uma via revolucionária de derrube do regime e a crítica a essas concepções era para o PCP absolutamente incontornável.

Por outro lado, os sectores moderados da oposição recusavam a ideia de uma organização unitária estruturada e com carácter permanente. Estavam, quando muito, apenas dispostos a participarem em comissões cívicas eleitorais, em organizações pró-amnistia ou a subscreverem abaixo-assinados. Desconfiavam profundamente de uma aliança duradoura com o PCP, que recusavam mesmo.

Porém, para o Partido Comunista, na lógica da política de unidade que seguiam, era indispensável atrair esses sectores, enquadrá-los, ao mesmo tempo que não suportavam as suas hesitações e os seus preconceitos.

Pedro Ramos de Almeida, numa declaração à Rádio Voz da Liberdade no Verão de 1965, exprime este emparedamento do PCP, ao afirmar que “*A ameaça oportunista das concepções liberalizantes do regime, que influenciam sobretudo alguns sectores das classes médias acrescenta-se assim num ataque à unidade de acção contra a ditadura dos monopólios, os sectarismos dos grupos ultra-esquerdistas que pretendem sobretudo orientar o seu favoritismo no sentido das massas populares*”¹³³⁸.

¹³³⁸ IAN/TT, Legião Portuguesa, *Escutas*, Serviço de Escutas de 16 de Novembro de 1964 a 16 de Setembro de 1965, [Boletim] 179, Rádio Voz da Liberdade, Emissão de 18 de Agosto de 1965, **Declaração do nosso companheiro Pedro Ramos de Almeida**,

Efectivamente, a situação evoluíra gravemente desde o início do ano, com todo o impacto que o assassinato do General Delgado introduzira nas relações no seio das Oposições ao regime. Ia, apesar de tudo, uma diferença substantiva entre as considerações tornadas públicas no seguimento da reunião do Comité Central de Janeiro de 1965 e as que, alguns meses depois, Ramos de Almeida ou, com registos semelhantes, outros dirigentes do PCP iam produzindo.

A reunião de Janeiro não traçara propriamente grandes orientações para a luta de massas; tendo-se concentrado fundamentalmente no processo de lançamento do VI Congresso.

O Relatório apresentado por Alexandre Castanheira em nome da Comissão Executiva, intitulado “*Tarefas Actuais do Partido*” é no essencial um documento sobre problemas de organização, ainda que aborde questões de natureza política e ideológica. É interessante verificar como a apreciação feita é a de que se avançou bastante no terreno da política de alianças, desvalorizando objectivamente o retraimento da “*direita oposicionista*”, designada de vacilante, tradicionalista e mais ou menos ligada a interesses coloniais, para afirmar mesmo, reportando-se à Frente instalada em Argel, que “*a FPLN agrupa já hoje a parte mais válida, consequente e combativa da Oposição, aquela que se dispõe coerentemente a fazer a Revolução*”¹³³⁹.

Em consequência, contava com a actividade e o dinamismo das Juntas de Acção Patriótica para a intervenção no período eleitoral, invocando inclusivamente, e para o efeito, as conclusões da III Conferência da FPLN, segundo as quais a Frente não descartava a “*mobilização das energias populares em torno das “eleições” fascistas*”¹³⁴⁰.

O texto sobre as conclusões da reunião, lido algumas semanas depois aos microfones da Rádio Portugal Livre, assenta nestes pressupostos, mas não desenvolve orientações significativamente diferentes do que era habitual:

“*O Comité Central insistiu particularmente na necessidade de desenvolver a aplicação da luta de massas, recolhendo e generalizando as experiências das lutas travadas e elaborou as linhas gerais da actuação imediata em relação às lutas*

sobre o actual momento político em Portugal, cicl., 3 pp

¹³³⁹ Alexandre Castanheira (Relatório de), Reunião do Comité Central do Partido Comunista Português (Janeiro de 1965), *Tarefas actuais do Partido*, Edições «Avante!», sl., s.d., p. 29

¹³⁴⁰ Cit. *Idem*

*reivindicativas económicas e políticas, ao primeiro de Maio de 1965, aos sindicatos nacionais e às eleições fascistas de 1965*¹³⁴¹.

O Partido colocara um grande empenho na preparação do 1º de Maio e, a avaliar pela imprensa partidária, mas a expressão dos seus efeitos era prudentemente associada a outras situações que iam desde os piqueniques e festas populares aos protestos e greves que eclodiam nalguns sectores e empresas. Como sublinhava o *Avante!*, “O 1º de Maio foi vivido em alguns lados mesmo antes desse dia, noutros se prolongou pelo mês fora. (...) O espírito de luta do 1º de Maio deve manter-se. A luta processa-se dia a dia e deve aumentar de volume. Há que generalizar as lutas duma secção a toda a fábrica, duma fábrica às outras, duma terra a toda a região. As palavras de ordem do 1º de Maio são palavras de ordem para todos os dias”¹³⁴².

Com esta preocupação fundamental, a imprensa do PCP dará mais destaque a uma concentração ao final da tarde, seguida de manifestação, com um grupo de 80 jovens a romper o cerco policial entoando *A Portuguesa* e gritando palavras de ordem, que as pessoas que ali se concentravam iriam secundando até alcançar os Restauradores na tentativa de subir a Avenida da Liberdade, sendo aí rapidamente destroçada à bastonada e feitas várias prisões¹³⁴³.

Percebe-se a dimensão simbólica da notícia, pois com uma correlação de forças no terreno completamente desproporcionada, dada a envergadura do dispositivo repressivo, o objectivo teria no essencial sido atingido, pois tratava-se de transmitir a ideia de resistência, impondo uma manifestação, mesmo que breve, levada adiante como acto corajoso e audaz. Todavia, pelas próprias circunstâncias do aparato e do cerco policial a notícia não teria passado de uma peça de propaganda¹³⁴⁴.

Mas para além disso, as notícias são muito vagas e dispersas. Em meio rural, mesmo a sul, há um esforço de integrar nas comemorações do dia de Maio numa velha tradição de ir ao campo, realizando piqueniques. Em muitas localidades não se trabalhava nesse dia, não tanto como greve especificamente convocada enquanto tal, mas como uma espécie de direito que os trabalhadores se arrogavam a si próprios, do mesmo modo que se faziam rebentar foguetes como hábito em dias de festa, mas em

¹³⁴¹ IAN/TT, LP, *Escutas*, Serviço de Escutas de 16 de Novembro de 1964 a 16 de Setembro de 1965, [Boletim] 61, Rádio Portugal Livre, Emissão de 9 de Fevereiro de 1965, **A situação política e as tarefas imediatas do partido, tema de amplo debate na reunião de Janeiro do Comité Central**, cicl., 2 pp

¹³⁴² **O 1º de Maio foi uma jornada de luta e de festa dos trabalhadores portugueses**, in *Avante!*, VI série, 335, Maio de 1965

¹³⁴³ Cf **Homens, mulheres, soldados e marinheiros, muitos jovens trabalhadores e estudantes encheram Lisboa de vivas e morras**, *idem*

¹³⁴⁴ Cf Arquivo do Ministério da Administração Interna, *Gabinete do Ministro, 1965*, GTB 20-5 Out. Lisboa e Porto, GTB 10 a 18 Ass-17 [Documento facultado por Dulce Freire]

que o outro significado do 1º de Maio, enquanto dia do trabalhador, estava subjacente, associando-lhe um sentido de protesto mais ou menos implícito.

Percebendo isso claramente as autoridades municipais teriam proibido a venda de foguetes, como em Almeirim, e as patrulhas da GNR percorrido incessantemente as localidades, vigiando as concentrações populares. Isso passara-se também em Grândola, no Cartaxo, Alcanena ou em Montemor-o-Novo

Em Alte e no Cerro, nos arredores de Olhão, no Algarve, os piqueniques eram muito concorridos. Neste local, por exemplo, acorria gente de Olhão, de Faro, de Loulé e de outras localidades algarvias mais distantes, considerando o *Avante!* tratar-se de “*uma das maiores concentrações operárias deste 1º de Maio em Portugal*”¹³⁴⁵, com milhares de trabalhadores e suas famílias.

Em Alpiarça, por sua vez, teria sido, a avaliar pelas descrições, um dos locais onde essa associação entre festejo popular e jornada de luta melhor se expressou, envolvendo lançamento de morteiros pela madrugada, romagem ao cemitério para homenagear uma “*camarada*” falecida, piquenique à beira do rio com cantoria e bailarico, intervalado com vivas à liberdade e morras a Salazar, regresso à vila em cortejo, com as mulheres à frente ousando entoar consignas contra o regime¹³⁴⁶.

Algumas situações de pequenas e localizadas paralisações de trabalho eram também enquadradas nesta ideia de 1º de Maio alargado, espécie de caudal onde se tentava que desaguassem movimentos dispersos e de natureza diferenciada.

Tanto se encaixavam aqui pequenas paralisações de trabalho, como as que teriam ocorrido em várias secções de fábrica do complexo industrial da CUF no Barreiro, ou movimentos mais pujantes, como a dos operários da extracção de mármore e do talhe de cantarias da zona de Pêro Pinheiro, nos arredores de Lisboa.

Aqui, milhares de trabalhadores travavam uma luta que se vinha arrastando desde Janeiro, em torno de reivindicações salariais e que atingira um pico alto por alturas do 1º de Maio, com concentrações à porta do sindicato corporativo, confrontos com a GNR, constituição de um comité de greve e suspensão do trabalho durante 12 dias em todas as 143 fábricas e fabriquetas do sector na região¹³⁴⁷

Porém, o estado geral do movimento operário era de grande desarticulação e de efervescência muito limitada.

¹³⁴⁵ No Algarve, in *Avante!*, VI série, 356, Junho de 1965

¹³⁴⁶ Cf. *Homenagem aos que caíram na luta, greve, piquenique, manifestação do heróico povo de Alpiarça*, *Avante!*, VI série, 356, Maio de 1965

¹³⁴⁷ Cf. Arquivo do Ministério da Administração Interna, *Gabinete do Ministro, 1965, GTB 20-5 Out...*

Passada a data, procurando potenciar pelo mês de Junho ainda os magros efeitos das iniciativas, com o Verão as atenções e as prioridades do PCP a nível interno concentram-se nas eleições de Outubro para a Assembleia Nacional, não obstante os efeitos perturbadores do assassinato do General Delgado, as suas consequências ao nível dos reequilíbrios no seio da FPLN e as dificuldades de atracção dos sectores oposicionistas mais conservadores.

A ideia de intervenção no período eleitoral não era nova e as modalidades de que se revestia também não – alargamento do arco unitário, organismos locais e concelhios para preparar essa intervenção, listas em todos os distritos, campanha de massas.

Todavia, contrariedades, divergências, preconceitos atravessavam-se nesse caminho. Havia sectores e grupos que recusavam qualquer aproximação ao PCP porque entendiam que era gente referenciada pela polícia e que atrairia mais a repressão. Defendiam uma via de constituição de listas sem a participação dos comunistas, o que provocava uma irritação enorme dentro do Partido.

Por outro lado, no terreno o que havia era uma malha pouco densa e muito irregular de estruturas que pudessem suportar essa intervenção eleitoral, que se restringia praticamente às Juntas de Acção Patriótica, os organismos da FPLN e às Comissões Cívicas, Eleitorais e Estudantis, que eram os organismos por onde o enlace com os sectores não alinhados na Frente se poderia estabelecer, particularmente no caso das Comissões Cívicas Eleitorais.

Para facilitar este processo, a estrutura provisória de direcção da FPLN no interior – o Comité Executivo da Junta Central de Acção Patriótica – que efectivamente pouco dirigia, faz, no entanto, editar um manifesto apelando a participação eleitoral numa base unitária, assente em comissões que *“reúnam os democratas mais representativos dum extremo ao outro da oposição para a escolha definitiva das listas e a verificação do seu programa eleitoral”*¹³⁴⁸.

Do mesmo modo, a Comissão Cívica da Juventude de Lisboa, desdobrando-se na edição de vários documentos e manifestos, defende uma *“eficiente articulação da política de unidade eleitoral em todos os sectores oposicionistas”*¹³⁴⁹.

Na realidade, estes apelos com origem nos sectores mais próximos do PCP acabavam por ser amortecidos pelas dificuldades existentes, que radicavam

¹³⁴⁸ Cf IANTT, PIDE-DGS, *P. 1353 CI(2)*, Pasta 3, O Executivo da Junta Central de Acção Patriótica da FPLN, **As próximas eleições e a unidade anti-fascista**, Junho de 1965, [212]

¹³⁴⁹ IANTT, PIDE-DGS, *P. 3691/65-SR*, 1º volume, Pasta 2, Comissão Cívica da Juventude de Lisboa, **Por eleições livres para um Portugal democrático**, 26 de Junho de 1965, [206]

fundamentalmente nas resistências que a oposição de cariz mais anticomunista mantinha em alinhar num processo eleitoral unitário com o PCP.

O Partido Comunista procurava a todo o custo evitar que fosse marginalizado do processo, insurgia-se de modo veemente contra isso, obviamente, mas ia lançando a ideia de unidade assente numa aliança, ou coligação, “*liberal-democrata-socialista*” ou invocando a convergência entre as suas posições e a do já velho Programa para a Democratização da República, de 1961, quanto à “*restauração da ordem democrática*”¹³⁵⁰.

Porém, o processo preparativo da intervenção eleitoral arrastava-se já a meio de Setembro com a Rádio Portugal Livre a declarar que “*Não é cedo para começar a agir, e agir é procurar reforçar a unidade entre todas as correntes e forças da oposição anti-fascista criando desde já organizações unitárias, quer pelo reforço das Juntas Patrióticas existentes, quer formando Comissões Cívicas*”¹³⁵¹.

A forte pressão governamental que se faz sentir aviva o problema das condições para a participação eleitoral e em representação ao Presidente da República são retomadas velhas reclamações da oposição – consulta dos cadernos de recenseamento, acesso aos meios de comunicação social sem censura, liberdade de propaganda e organização, fiscalização das assembleias eleitorais.

O processo de constituição de listas está finalmente concluído por meados de Outubro, quando se apresentam cinco listas, todas de Lisboa para norte. De qualquer modo, as dificuldades são enormes e o número de listas apresentadas reflecte-o. Em Aveiro não fora possível apresentar a candidatura a tempo¹³⁵² e em Castelo Branco não se conseguira sequer reunir os quatro candidatos necessários¹³⁵³.

Se o quadro tinha um forte pendor intervencionista, permaneciam vivas tendências abstencionistas que procuravam relativizar a participação eleitoral. Os candidatos do Porto haviam, por isso, aprovado por larga maioria que as listas oposicionistas deveriam desistir antes das eleições e apelar à abstenção. Artur Santos Silva, candidato por aquele círculo, encarrega-se de transmitir esta posição aos membros das outras listas numa reunião nacional realizada no Porto com quarenta participantes, praticamente nas vésperas da apresentação do Manifesto Eleitoral.

¹³⁵⁰ Cf. **A Oposição deverá unir-se e apresentar listas em todos os distritos**, in *Avante!*, VI série, 359, Setembro de 1965

¹³⁵¹ IAN/TT, LP, *Escutas*, Serviço de Escutas de 16 de Novembro de 1964 a 16 de Setembro de 1965, [Boletim] 192, Rádio Portugal Livre, Emissão de 16 de Setembro de 1965, **Não é cedo para começar**, cicl., 2 pp

¹³⁵² Cf. **Não foi possível entregar a tempo a lista dos candidatos da Oposição pelo círculo de Aveiro**, in *República*, de 13 de Outubro de 1965

¹³⁵³ Cf. João Miguel Almeida, **A Oposição Católica ao Estado Novo**, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008, pp 151-152

Em acesa discussão opunham-se-lhe principalmente todos os candidatos de Braga, Armando Bacelar ou os dois estudantes de Lisboa – Medeiros Ferreira e Sottomayor Cardia¹³⁵⁴, precisamente quem de modo mais homogêneo defendia as posições do PCP, independentemente de nem todos serem propriamente militantes

A querela entre intervencionismo e abstencionismo reflectia no essencial o que do ponto de vista da estratégia da oposição continuava a dividir comunistas e não comunistas. Evidentemente que ao PCP, naquelas circunstâncias, a questão fundamental não era propriamente ir às urnas, mas criar uma dinâmica nesse sentido, que consideravam indispensável para potenciar dividendos políticos da participação no período eleitoral. Era o intervencionismo até à boca das urnas.

É neste cenário que o *Manifesto à Nação da Oposição* é finalmente apresentado em conferência de imprensa. Aí se defende a intervenção porque “há escandalosas negociatas escondidas por detrás de sonoras tiradas de pseudopatriotas, que têm de ser conhecidas pela consciência nacional”¹³⁵⁵.

A questão colonial é introduzida pela primeira vez, ainda que em termos moderados, na base da defesa da autodeterminação em termos pacíficos, isto quando a guerra, pelo menos em Angola, levava quase cinco anos.

É igualmente exigido do Governo o esclarecimento sobre o assassinato do general Delgado, a situação dos presos políticos, o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, a situação da juventude estudantil, com a prisão de dezenas de estudantes ainda fresca ou as razões da ocultação de um relatório da ONU sobre a questão colonial.

Estava-se a três escassas semanas das eleições e o processo representava uma tibia unidade entre os diferentes sectores oposicionistas, ainda que num arco efectivamente vasto, que ia desde o PCP à Acção Democrato-Social de Artur Cunha Leal. Nas listas encontramos republicanos conservadores; gente da Acção Socialista Portuguesa; intelectuais comunistas, advogados dos presos políticos nos iníquos Tribunais Plenários, jovens aguerridos vindos do movimento estudantil. Velhas e novas gerações partilham lugares nas listas e nas comissões de apoio.

O Governo não perdia tempo e criava um clima de cerco e intimidação, organizando manifestações em defesa das colónias e contra o teor do Manifesto da Oposição, como sucedeu em Aveiro, Guarda, Porto ou Faro.

¹³⁵⁴ Cf. IANTT, PIDE-DGS, P. 3691/65-SR, 1º volume, Pasta 1, *Ofícios do Subdirector da PIDE na Delegação do Porto ao Director da PIDE, 4203/65-SC e 4209/65-SC*, Porto, 11 de Outubro de 1965, [120] e [121]

¹³⁵⁵ Cit. in Manuel Braga da Cruz, *A oposição eleitoral ao salazarismo*, in *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, 759

Em Braga, onde na fase de preparação o dinamismo era maior, os candidatos da lista apresentada são considerados inelegíveis pelo respectivo Governo Civil. Recorrendo ao Supremo Tribunal Administrativo, esta decisão é parcialmente contrariada, sendo a inelegibilidade limitada a dois dos candidatos, um dos quais era o advogado Humberto Soeiro, o principal impulsionador da actividade no distrito, por não estar integrado na ordem social estabelecida. Havia a possibilidade de serem substituídos, mas o motivo, ou o pretexto, fora suficientemente forte para que o abstencionismo ressurgisse em força.

Não seriam necessários muitos dias para que, logo a 20 de Outubro, fosse divulgada numa conferência de imprensa em Lisboa, uma representação enviada ao Presidente da República, em que anunciam abandonar o concurso eleitoral por falta de condições e garantias, rejeitando com veemência as acusações de traição à Pátria que o Governo lhes arremessava por via da posição que sustentavam quanto ao problema colonial¹³⁵⁶.

A representação fora aprovada por trinta votos contra oito, incluindo-se aqui quatro de Braga, três de Lisboa e um do Porto¹³⁵⁷ e seria subscrita por todos os candidatos de Lisboa – Acácio Gouveia, Salgado Zenha, Gustavo Soromenho, Catanho de Menezes, Mário Soares, incluindo Mário Sottomayor Cardia e José Medeiros Ferreira, dois dos que em Lisboa se lhe opunham com o apoio dos candidatos pelo Porto, Leiria e Viseu, antecipava o que muitos deles tinham para si como inevitável e desejável.

Voltavam a reeditar-se, em campos bem definidos, os posicionamentos afinal bem presentes desde o início de todo o processo. De um lado uma aliança liberal-socialista, e do outro os comunistas e os seus simpatizantes e amigos.

Daí em diante, só o grupo dos “Democratas de Braga” insistia no intervencionismo, esclarecendo mesmo em conferência de imprensa algumas notícias que davam como certa a desistência nesse círculo por determinação de Lisboa. Segundo Humberto Soeiro, a Oposição de Braga não recebia ordens nem de Lisboa nem do estrangeiro.

Reconhecia, evidentemente, a falta de condições, mesmo depois do resultado do recurso apresentado ao Supremo Tribunal Administrativo, pois nenhuma sessão pública foi autorizada, a censura cortou sistematicamente as notícias sobre a sua actividade, as

¹³⁵⁶ **Idem**

¹³⁵⁷ Cf Álvaro Cunhal, *Ação revolucionária, capitulação e aventura*, Lisboa, Edições Avante!, 1994, p. 114

tipografias foram proibidas de realizar trabalhos da candidatura e o próprio papel para a impressão de boletins de voto fora esgotado pela União Nacional. A sua insistência em concorrer, apesar de tudo isto, radicava no requerimento que apresentava para que as eleições fossem adiadas por 30 dias no distrito¹³⁵⁸.

As pressões, mentiras, intimidações por parte do Governo tinham sido tremendas¹³⁵⁹ e o isolamento no seio da própria oposição arrasador.

Em carta a um amigo, desabafará, referindo-se em termos duros aos que haviam decidido, em sua opinião prematuramente, desistir: *“Esses homens estão ultrapassados pelos acontecimentos, subordinados a um pensamento estático impregnado de compartimentos estanques. Lamentamo-lo pura e simplesmente e não os queremos como companheiros de luta”*¹³⁶⁰

Porém, rejeitado o requerimento, a 6 de Novembro, na data limite para o efeito, à lista de Braga não lhe resta senão desistir, invocando a recusa do adiamento das eleições no distrito.

Nesta altura, já o primeiro comunicado da Comissão Executiva do Comité Central do PCP, apelando aos protestos contra a farsa eleitoral, numa lógica abstencionista, havia sido divulgado 15 dias antes. Porém, o *Avante!* a dias das eleições e ainda sem saber da desistência dos “Democratas de Braga”, mantém-lhes um apoio a pensar no que se seguiria: *“Só os candidatos de Braga se mantiveram e a esses deve ir todo o apoio popular, de forma a desenvolver a luta anti-fascista nesse distrito e a preparar as largas massas democráticas e patrióticas do mesmo para novas acções após as “eleições”*”¹³⁶¹.

Para o PCP, o anúncio da desistência fora prematuro, os sectores mais moderados haviam conseguido impor a sua orientação abertamente abstencionista. Era mais do que uma mera vacilação quanto à falta de condições para participar, pois essa deveria ser sempre encarada como uma regra do jogo, uma vez que o regime nunca iria permitir eleições verdadeiramente livres. Por isso, só esgotadas todas as possibilidades legais de intervenção é que deveria haver lugar à abstenção, ao boicote às eleições.

¹³⁵⁸ Cf. IANTT, PIDE-DGS, *P. 3691/65-SR*, 2º volume, Pasta 8, **Telegrama do Subdirector da PIDE na Delegação do Porto ao Director da PIDE, 4520/65-SC**, Porto, 2 de Novembro de 1965, [45]

¹³⁵⁹ Cf. José Ricardo [Lino Lima], **Romanceiro do povo miúdo. Memórias e Confissões**, Lisboa, Edições Avante!, 1991, pp 215-218

¹³⁶⁰ Cf. IANTT, PIDE-DGS, *P. 3691/65-SR*, 2º volume, Pasta 8., **Carta de Humberto Soeiro a Manuel Joaquim Mendes**, 3 de Novembro de 1965 [fotocópia], [42]

¹³⁶¹ **A farsa eleitoral a nú. A luta pelo derrubamento do fascismo exige uma maior unidade das forças democráticas**, in *Avante!*, VI série, 361, Novembro de 1965

Na verdade, o isolamento a que o PCP fora remetido representara uma forte derrota política que, pela primeira vez, se vira completamente sem o controlo da situação e sem margem de manobra que, em contexto eleitoral o conseguisse reverter.

Essa derrota será aliás não muito mais tarde reconhecida pelo próprio Álvaro Cunhal: “ *Beneficiando da “tolerância” da ditadura para com as suas actividades legais, a aliança liberal-socialista (ou seja no fim de contas a ADS na sua forma tradicional incluindo a ASP que dela saiu) conseguiu (salvo o caso de Braga) a desistência quase geral logo na primeira semana. Conseguiu anular as possibilidades de luta nesse período. Conseguiu marcar inicialmente (de forma pública pela primeira vez depois de muitos anos) a discriminação anticomunista, mas conseguiu também mostrar a milhares de portugueses a sua própria incapacidade dirigente*”¹³⁶².

Insistia então, para depois, no reforço da unidade conseguida, para o que reitera nas páginas do seu órgão central, o que fora apresentado da tribuna do VI Congresso que acabara de se realizar: “*uma ‘nova Conferência da Oposição, de larga representatividade’ em que se debatam ‘todos os problemas nacionais respeitantes à luta contra a ditadura fascista*”¹³⁶³.

Segundo o *Avante!*, os principais problemas da intervenção eleitoral tinham sido de natureza organizativa ou de pulverização devido à discussão excessiva de questões que prejudicaram, retardando, a unidade, mas, na verdade, o que se passara é que o PCP perdera, neste processo, a hegemonia política para as forças oposicionistas à sua direita.

A realidade podia ser afeiçoadamente interpretada deste modo, mas não estavam de facto criadas condições, nem objectivas nem subjectivas, para uma intervenção eleitoral nos termos preconizados pelo PCP e romper com esse quadro implicava um intervencionismo diferente, apoiado na base em novos segmentos políticos e sociais emergentes, mais adequadas à nova fisionomia do país e à importância cada vez maior da guerra colonial na conjuntura, mas essas condições ainda amadureciam.

A intervenção eleitoral, como a actividade do PCP em geral não iludiam a grande debilidade orgânica que vivia, depois de uma grave sucessão de golpes policiais profundos, que se vinham sucedendo regularmente. Em 1962 foi presa parte significativa da Direcção do partido, em 1963 fora o impacto terrível das denúncias de Rolando Verdial e em 1964-65 as de Nuno Álvares Pereira.

¹³⁶² Álvaro Cunhal, *Acção revolucionária, capitulação...*, p. 116

¹³⁶³ *A farsa eleitoral a nú...*

Por outro lado, este assanhamento repressivo configurava uma conjuntura difícil, como que anunciando um prolongado e agónico estertor do velho ditador e do seu regime. O ano de 1965 fora pródigo desse ponto de vista. Em Janeiro, o ataque em larga escala sobre os jovens estudantes comunistas; em Fevereiro o assassinato de Humberto Delgado, em Maio o encerramento e posterior extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores na sequência da intenção de atribuição do seu prémio literário a Luandino Vieira, militante nacionalista angolano.

5. “*Rumo à Vitória*” e ao VI Congresso

Vários anos depois da fuga de Álvaro Cunhal do forte-prisão de Peniche e da restauração da linha política que vinha defendendo e aprofundando desde a “reorganização” dos anos 40, o que continuava a vigorar no PCP, à luz dos Estatutos e em termos formais continuava a ser, paradoxalmente, o programa aprovado no V Congresso, em 1957.

No entanto, os documentos aprovados no processo de correcção do “desvio de direita” e nas reuniões do Comité Central de 1962 e 63 vinham apontando para um outro programa. Ainda em Agosto de 1963, o informe de Álvaro Cunhal avançava com os sete pontos programáticos para a Revolução Democrática e Nacional, pontos que o *Avante!* se apresentava como “*o programa do Partido Comunista Português na actual etapa da revolução*”¹³⁶⁴.

Porém, um novo programa só poderia resultar da aprovação por um novo Congresso, que não fora convocado, ainda que o seu processo de preparação viesse avançando com a aprovação do projecto de novos Estatutos na reunião de Dezembro de 1962, mas cuja distribuição e discussão no interior do partido fora adiada devido aos efeitos da repressão, mas também à “*incompreensão de alguns camaradas acerca da sua importância*”¹³⁶⁵.

Portanto, a partir do início de 1964, o que começa finalmente a ser discutido é o projecto de Estatutos e os sete pontos-programa, na falta de um projecto de programa propriamente dito, o que significava, conforme refere o próprio Boletim de Organização do PCP, “*o fim duma situação anormal, contra a qual vários camaradas têm levantado*

¹³⁶⁴ O Programa do Partido na actual etapa da Revolução, in *Avante!*, VI série, nº 337, Janeiro de 1964

¹³⁶⁵ Cf. Extratos do Relatório do camarada Álvaro Cunhal à Reunião do Comité Central de Abril de 1964, in *O Militante*, III série, 127, Julho de 1964

*os seus justos reparos*¹³⁶⁶, apelando ao envio de posições e opiniões críticas decorrentes dessa discussão.

Os sete pontos travejariam o que viria a ser o programa, definindo um conjunto de objectivos principais e retomava-se o projecto de Estatutos elaborado, que a reunião do Comité Central de Janeiro de 1963 decidira pôr à discussão, com novas consultas aos membros do Comité Central, fixando Comissão Executiva o texto para circular no partido apenas em Outubro desse ano.

O novo projecto que não pode deixar de retomar todo um conjunto de princípios gerais de carácter leninista, procura, para ser coerente com a correcção do “desvio de direita” em matéria de organização, distanciar-se dos Estatutos aprovados no V Congresso, particularmente no que se refere à interpretação do que deve ser o centralismo democrático e à sua concretização, aspectos que constavam fundamentalmente dos artigos 8º e 9º aprovados em 1957.

Desaparecem, designadamente, as referências a qualquer veleidade de autonomia orgânica, sendo, em consequência, eliminada a parte do artigo 9º dos Estatutos de 1957, onde, invocando o reforço do trabalho colectivo, se afirmava que “*Na actual situação de clandestinidade todos os organismos do Partido vêem alargados os seus poderes e, por isso, gozam de mais autonomia*”¹³⁶⁷. Era o restabelecimento de uma lógica que passava a prevalecer, assente na centralização dos processos de decisão política e organizativa e no reforço da disciplina, isto é, no fortalecimento de uma direcção fortemente verticalizada e hierarquizada, sempre em nome das normas leninistas, por um lado, e das condições de clandestinidade, por outro.

Todavia, com o documento a circular percebia-se bem que apesar destas preocupações *de princípio*, ressaltava uma situação interna preocupante, que obrigara o Secretariado a enviar uma circular à Comissão Executiva (!!!) e que o Comité Central na sua reunião de Abril de 1964 adopta como sua, segundo a qual, em nome do cumprimento do centralismo democrático, se proibia a circulação, mesmo a título informativo, não de qualquer documento, mas de “*quaisquer escritos contrários à linha do Partido*”¹³⁶⁸, que devem ser encaminhados, inclusivamente em carta fechada se for esse o caso, à Comissão Executiva.

¹³⁶⁶ Estudemos o projecto de Estatutos e o «Programa do Partido», in *O Militante*, III série, 126, Março de 1964

¹³⁶⁷ Estatutos do Partido Comunista Português (aprovado pelo V Congresso), Outubro de 1957, artigo 9º, p. 9

¹³⁶⁸ Arquivo Distrital de Lisboa, Tribunal Criminal de Lisboa, 1º Juízo Criminal, Processo 16716/65, A Comissão Executiva do Comité Central do Partido Comunista Português. **Circular a todos os funcionários do Partido. Reunião de Abril do Comité Central**, Junho de 1964

De qualquer modo, se o Projecto de Estatutos consagrava a nova situação criada com o processo de correcção do “desvio de direita” e se havia uma quantidade assinalável de documentos que configuravam uma nova linha política; em matéria de preparação do congresso, a grande lacuna era efectivamente a ausência de um projecto de programa.

O Secretariado do Comité Central, e Álvaro Cunhal em particular, percebiam isso bastante bem e a reunião do CC de Abril de 1964 constitui um passo fundamental nesse sentido, ainda que não seja o tempo da aprovação do projecto de programa.

A reunião é dominada pela aprovação do extenso relatório de Álvaro Cunhal, intitulado *Rumo à Vitória*, cuja redacção vinha preparando desde finais do ano anterior¹³⁶⁹, constituindo a peça fundamental no quadro de preparação do Congresso, onde é estabelecida pela primeira vez de modo claro e formal a Revolução Democrática e Nacional como objectivo estratégico do partido.

São os principais problemas de linha política, de orientação estratégica, de aplicação táctica e de definição da “etapa da revolução” que se plasmam no documento. Na verdade, Álvaro Cunhal tinha procedido desde a sua adesão ao processo de “reorganização” a análises de carácter mais globalizante sobre a sociedade portuguesa, embora, de um modo ou de outro, fossem documentos fortemente marcados pela conjuntura política e pelas inflexões operadas pelo PC da União Soviética como centro do sistema comunista internacional.

Foi assim com os informes aos I e II Congressos Ilegais e em documentos posteriores apresentados a reuniões do Comité Central ou, mais recentemente no quadro do combate ao “desvio de direita” desde a sua fuga da prisão.

O *Rumo à Vitória* consubstanciava a primeira visão de fôlego, devidamente sistematizada sobre a sociedade portuguesa, onde se percebe a necessidade de colocar como objectivo a redacção do Programa do Partido.

É retomada a ideia de que Portugal não é um país pobre e que dispõe dos recursos naturais necessários ao bem-estar material do seu povo, não fosse a pilhagem feita pelos grupos monopolistas, pelos latifundiários e pelo imperialismo estrangeiro e o estado de subdesenvolvimento a que o governo tem remetido o país, colocando-o na cauda da Europa. Era o desinteresse do regime pelo seu desenvolvimento, escancarado à voracidade dos monopólios e do imperialismo.

¹³⁶⁹ Cf. Margarida Tengarrinha, **Quadros da Memória**, Lisboa, Edições Avante!, 2004, p. 115

Por outro lado, o país sendo dependente do imperialismo era, simultânea e paradoxalmente, um país colonialista, pelo que as tarefas da revolução deveriam libertá-lo desta dupla peia, combinando objectivos de carácter democrático e anti-fascista com objectivos de carácter anti-monopolista, anti-imperialista e anti-colonial.

A questão colonial adquiria finalmente importância no contexto doutrinário do PCP, tornava-se uma questão central, onde se cruzava o interesse soviético numa área geográfica de nacionalismos emergentes e em busca de apoios económicos e políticos fortes com factores nacionais expressivos, já que a questão colonial era, deste ponto de vista, também uma questão nacional essencial, através da qual era inclusivamente possível aferir do comportamento dos diferentes grupos sociais, da traição do regime e da sua dependência face ao imperialismo.

Como referia Cunhal, *“Os fascistas e colonialistas revelam-se verdadeiros traidores nacionais. E os portugueses que lutam pelo reconhecimento do direito dos povos coloniais à independência, confirmam ser os verdadeiros patriotas”*¹³⁷⁰

Libertação colonial e destruição do regime entrelaçavam-se e se era admitido que a libertação das colónias arrastaria o fim do regime, a formulação doutrinária preferia o seu contrário, ou seja, de que a revolução antifascista criaria condições para a independência das colónias.

Afirma o secretário-geral do PCP no Relatório:

“Há hoje, em Portugal, nas colónias e no estrangeiro quem diga: «Quando Angola ou Moçambique conquistarem a independência, a luta do povo português contra a ditadura fascista será extraordinariamente facilitada». Esta forma de pôr o problema não é correcta (...) sem se admitir, como se pode admitir, que a queda das ditaduras se dê pela ordem inversa. Que elementos permitem afirmar que a luta dos povos coloniais alcançará o seu objectivo da independência, antes que o povo português conquiste a democracia? Quando tais ideias partem de portugueses, elas representam uma posição comodista, de quem pretende que os outros façam o que lhe cabe a si fazer. Nós trabalhamos para libertar Portugal da ditadura fascista e não poupamos esforços para que seja no mais curto espaço de tempo. Depende de factores de ordem interna e internacional que

¹³⁷⁰ Cf. Álvaro Cunhal, **Rumo à vitória. As tarefas do partido na Revolução Democrática e Nacional**, Porto, Edições “a opinião”, 1974, p 101

*seja o povo português ou sejam os povos coloniais a libertar-se primeiro. É prematuro afirmar-se quem o conseguirá*¹³⁷¹

Em função deste quadro Álvaro Cunhal designou a etapa da revolução como democrática e nacional. O programa desta revolução estava consubstanciado nos sete pontos saídos da reunião do Comité Central de Agosto de 1963, a que o secretário-geral do PCP acrescentava agora um oitavo ponto relacionado com a democratização da cultura, com um conjunto de objectivos que iam da eliminação do analfabetismo à reforma geral do ensino ou da divulgação cultural ao incentivo à criação artística. Eram objectivos da revolução democrática que constituíam enquanto tal uma “*revolução cultural*”¹³⁷².

O processo de transição política após o derrube do regime, isto é, o caminho para a construção da ordem democrática deveria ser traçado por um Governo Provisório, que, incluindo a participação do PCP, evidentemente, instaurasse as liberdades democráticas, iniciasse o desmantelamento das estruturas e instituições do regime e preparasse eleições para uma Assembleia Constituinte, defendendo, no entanto, que fora do governo e no movimento social o partido devia lutar pelo programa da Revolução Democrática e Nacional.

Esta etapa da revolução entrelaçava assim num mesmo programa objectivos antifascistas, nacionais e tendencialmente socialistas, pelo que a sua base política e social seria uma larga frente de todas as classes e sectores não monopolistas, que, na esteira da política de frentes populares, tal como havia sido definida em 1935 pela Internacional Comunista, se estruturaria em torno da unidade da classe operária, agrupando depois os assalariados e os grupos de pequenos e médios proprietários, agricultores, industriais e comerciantes, bem como a burguesia liberal.

O quadro político que suportava este arco social era tido como débil e disperso, o que reforçava o papel que era atribuído ao próprio partido como a única organização estruturada a nível nacional.

O levantamento nacional era, nesta linha, a via para o derrube do regime, como vinha sendo igualmente delineado por Álvaro Cunhal desde os anos 40. Teria um carácter insurreccional, resultado de uma radicalização e unificação das lutas económicas e políticas, cuja impetuosidade abalaria e fracturaria o próprio exército

¹³⁷¹ **Idem**, pp 104-105

¹³⁷² **Idem**, p. 74

arrancando para junto das forças populares a massa dos soldados e a oficialidade progressiva.

Todavia, se as acções de massas eram o motor da revolução, se o aventureirismo e o golpismo eram duramente criticados; no quadro dessas acções e da sua radicalização admitia-se o recurso às designadas “*acções especiais*”, forma de referir as acções violentas, mas sempre na medida em que viessem numa linha de aprofundamento e de intensificação do movimento político e social que, sendo massivo, dispunha da indispensável amplitude. Tratava-se de uma tarefa nova que, segundo Cunhal, se colocava ao partido:

“(…) a tarefa de organizar acções de autodefesa das massas, acções que visem atingir mais directamente o aparelho militar da guerra colonial, que criem dificuldades ao aparelho repressivo, que dificultem a propaganda fascista e dêem novos aspectos à agitação e propaganda anti-fascista. A execução de tais acções não pode ser deixada à espontaneidade. Tem de ser encarada no terreno prático”¹³⁷³.

Num momento particularmente sobressaltado pela radicalização e pela combatividade dos sectores operários e estudantis, fustigado por críticas à sua esquerda que se ramificavam, ainda que difusamente, no interior do partido e a braços com a divulgação das posições de Francisco Martins Rodrigues, Álvaro Cunhal procurava, objectivamente, neutralizar essas críticas no seu aspecto mais imediato e polarizador, que era a questão das acções violentas.

Mantendo a orientação quanto à política de unidade e ao conceito de levantamento nacional, o relatório ao piscar o olho à esquerda do partido procurava por outro lado amortecer os efeitos que isso poderia provocar estimulando concepções radicais na luta política.

Identifica-se assim o radicalismo pequeno-burguês como o principal desvio ideológico que poderia afectar o tecido partidário, a que é dedicado o essencial de um capítulo do Relatório:

“Hoje, o radicalismo pequeno-burguês, o revolucionarismo verbal, só insiste numa coisa: na «acção directa» imediata, na acção violenta imediata, na luta armada imediata. Há pessoas que assim falam e ficam doentes quando ouvem falar de lutas de massas e de organização. Para eles isso são inutilidades, velharias, coisas que só

¹³⁷³ Álvaro Cunhal, *Rumo à vitória...*, pp 230-231

servem para fazer «marcha atrás» a «revolução» - que verdadeiramente não sabem bem o que seja. (...)

*Esta tendência anarquista é sobretudo prejudicial pela orientação que pretende imprimir à luta democrática. Causa enormes prejuízos, na medida em que influi as forças democráticas a afastarem-se das suas tarefas essenciais, instantes, imediatas, sem realizar as quais nunca poderão vir a lançar uma insurreição vitoriosa: as lutas de massas e a organização. Dessa forma tal tendência influi no sentido do enfraquecimento de todo o movimento democrático*¹³⁷⁴.

Este aspecto era particularmente importante, tanto mais que enquanto se realizava a reunião do Comité Central, no interior preparava-se a organização do 1º de Maio de 1964, onde as questões da violência levariam o partido a considerar o desvio esquerdista de alguns Comités Regionais, impulsionado por concepções erradas e por interpretações excessivas da própria linha do partido por parte da Comissão Executiva.

O CC decidia finalmente “*elaborar no mais curto prazo o Projecto do novo Programa do Partido (que nos termos do art. 12 dos Estatutos em vigor, deve ser aprovado pelo congresso do Partido) e pô-lo à discussão em todo o Partido*”¹³⁷⁵.

Entretanto, como não houvesse ainda Projecto, determinava que o *Rumo à Vitória* devia ser discutido de cima para baixo nos diferentes escalões partidários, aconselhando a sua leitura colectiva e o envio à Comissão Executiva das respectivas conclusões¹³⁷⁶

No sector estudantil de Lisboa, no organismo de direcção da Cidade Universitária, composto por Luís Nogueira Lemos (Silva), estagiário de Medicina no Hospital de Santa Maria; Fernando Rosas (Rui), da Faculdade de Direito e Afonso Pinho Monteiro (Guerreiro), da Faculdade de Medicina, o Relatório de Álvaro Cunhal foi discutido em Novembro de 1964 na presença de Nuno Álvares Pereira (Moreira), funcionário da Direcção da Organização Regional de Lisboa e controlador do sector.

Todos eles sublinhavam convenientemente a importância do Relatório, fosse pelo contributo que representava para a unidade do partido, fosse pela caracterização da sociedade e da situação política no país, fosse pela demarcação que estabelecia em relação às ideias de Francisco Martins Rodrigues.

¹³⁷⁴ *Idem*, p. 258

¹³⁷⁵ Cit. in *O Projecto de Programa do Partido, o «Desvio de Direita» e o Sectarismo*, in *O Militante*, III série, 135, de Março de 1965

¹³⁷⁶ Cf. ADL, TCL, 1º JC, Processo 16716/65, A Comissão Executiva do Comité Central do Partido Comunista Português. *Circular a todos os funcionários...*, p. 1

Todavia, a demarcação que estabeleciam em relação a Martins Rodrigues, que acabara aliás de ser expulso do partido, e à FAP parecia sobretudo formal, tornando evidente o grau de penetração das suas ideias no sector, ainda que todos, explicitamente verbalizassem opor-se-lhes.

Nogueira Lemos, por exemplo, reportando-se à luta armada, nos termos do documento, afirmava que “*o problema do recurso à força exige a participação do povo e do Exército. O partido com os dados que tem do militarismo fascista assim conclue. Teoricamente está de acordo com isto, na prática levantam-se os problemas de saber: - Como arranjar ao povo armas. O movimento das lutas leva a esta procura. Mas quando será isto?*”¹³⁷⁷.

Enquanto isto, Rosas, também quanto à violência, ao encarar a luta pela libertação do estudante José Luís Saldanha Sanches, entretanto a ser julgado, perguntava se o desencadeamento de acções especiais durante o julgamento, como “*fazer ir pelo ar a sede da “FEN” ou surrar os provocadores*”¹³⁷⁸ não poderia suscitar o reascenso das movimentações estudantis.

Por outro lado, colocava na opinião de camaradas com quem tinha falado uma dúvida que se reportava afinal à crítica central que Martins Rodrigues fazia a Cunhal, que era a de saber se a política de unidade do PCP não colocaria o proletariado a reboque da burguesia, ainda que desta posição se demarque ao referir que a forma como Cunhal conceptualizou o levantamento nacional esclareceu o assunto.

Fernando Rosas, ao mesmo tempo que criticava a FAP por “*não confiar nas massas ao acusar o “partido” de trair os interesses do proletariado*”, reconhece que estão criadas as condições para passar a estádios de luta superiores, reportando-se implicitamente à luta armada ou às acções de autodefesa face ao aparelho repressivo, concluindo que “*foi notória a sua falta em 1962*”¹³⁷⁹, retomando deste modo outra das questões nodais da crítica às posições dominantes sobre a matéria no PCP.

O tom do debate evidenciava uma prudente oscilação entre a concordância com as teses do *Rumo à Vitória*, mas que não excluía críticas mais ou menos directas à política do partido aí expressas, que convergiam, pelo menos parcialmente, com as teses de Martins Rodrigues, que muitos deles conheciam e em relação às quais, em contexto partidário e após a expulsão daquele dirigente, tinham necessidade de se demarcar.

¹³⁷⁷ IAN/TT, PIDE-DGS, *Documentos apreendidos a indivíduos do PCP*, NT 9104, “Moreira” – Nuno Álvares Pereira, **Opiniões manifestadas numa “reunião” do “organismo” da Cidade Universitária**, Novembro de 1964 (?), p. 3 [446]

¹³⁷⁸ *Idem*, p.4 [447]

¹³⁷⁹ *Idem*

No organismo de Direcção do sector estudantil de Lisboa, o mesmo debate suscitara, pouco antes, idêntico quadro. João Aires Teixeira (Mendes), estudante de Ciências concorda com os sete pontos programáticos reiterados pelo Relatório, mas afirma que não se apresentam os caminhos a seguir para os concretizar e que o documento acaba assim por ter uma incidência maior na intervenção táctica do que na estratégica. Mais complacente, António Crisóstemo Teixeira, também da Faculdade de Ciências, considera que o documento surge na altura certa, já que a situação política o impunha, mas entende que não responde acerca do que é uma luta popular de massas¹³⁸⁰, aspecto afinal essencial no entendimento do eixo pelo qual o Relatório se distanciava das acções violentas, tão enfaticamente combatidas fora dos estreitos limites em que eram formalmente admitidas.

Mais radical é, fora destes organismos intermédios, a posição de Francisco Chaves, estudante de Económicas que desabridamente diz que as críticas da base não chegam à direcção do partido e que o *Rumo à Vitória* tem dados falseados, demitindo-se do partido¹³⁸¹.

O sector estudantil era, evidentemente, um sector muito específico, onde se disseminavam facilmente tendências radicais e onde os militantes, com maior facilidade no domínio do estudo da doutrina, mais vincadas tendências críticas expressavam.

A situação no sector era bastante turbulenta, mas o Relatório conseguia ir polarizando e reagrupando no interior das fileiras do partido muitos dos que num clima de radicalização haviam vincado as suas críticas ao Comité Central e, objectivamente, tinham em Martins Rodrigues uma referência política incontornável. Alguns deles reconhecem mesmo ter sido atraídos por essas ideias, mas esclarecidos depois com a leitura do documento.

Ainda que com características diferentes, com maior consciência de classe, era assim também entre os sectores operários da Margem Sul do Tejo, onde há muito se vinham configurando núcleos de militantes ou ex-militantes que entendiam que o partido não correspondia às suas expectativas e às necessidades de recorrer à violência para derrubar o regime.

Desse ponto de vista, o *Rumo à Vitória* constituindo o documento fundamental em que iria assentar o projecto de programa, continha de igual modo o essencial das

¹³⁸⁰ Cf. *Idem, Opiniões manifestadas*, Outubro/Novembro de 1964, [561-563]

¹³⁸¹ Cf. *Idem, Problemas levantados ao Partido por “Alfredo”....*, [572]

orientações para a intervenção política do PCP e para procurar bloquear as derivas que dentro e fora das suas fileiras borbulhavam à esquerda.

A consagração das “acções especiais” no quadro político em que eram admitidas e consideradas não se podia circunscrever a mera retórica, mas também não podiam funcionar como válvula por onde pudessem irromper e disseminar tendências fora do controlo e do enquadramento que se atribuíam a essas acções.

Por outro lado, no movimento comunista internacional a ideia de um partido que na Europa recorresse à luta armada era algo de insólito, que escapava à lógica de equilíbrio entre as superpotências fomentada pela União Soviética e que surgia inevitavelmente enleado em suspeições esquerdizantes, numa altura em que o próprio dissídio sino-soviético vinha reforçar este tipo de apreciações, dificilmente beneficiando, por isso, de apoio político do centro do sistema comunista internacional.

Sem perder grande tempo, ainda nesse ano de 1964, o Secretário-geral do PCP assume nas suas mãos a direcção do processo de criação de estruturas específicas para a preparação e eventual desencadeamento dessas “acções especiais”.

No interior do país Rogério de Carvalho, um dos quadros que se havia evadido de Peniche com Álvaro Cunhal, cooptado para o Comité Central provavelmente na reunião de Abril de 1964, quando era o responsável pela Direcção da Organização Regional de Lisboa, passa a controlar o sector militar¹³⁸² e é incumbido de constituir o organismo a partir do qual se formaria a organização para as “acções especiais”.

Logo em Junho os esforços para a formação desse organismo estavam em marcha com a funcionalização de Raimundo Narciso e com a perspectiva de integração de mais dois militantes, que, todavia, se goraria. Ainda assim, Narciso e Carvalho vão a Moscovo para tratar directamente dessa organização, donde partem para Cuba, a fim de frequentarem um curso de guerrilha numa estadia de mais de três meses¹³⁸³.

Regressados ao país no segundo semestre de 1965, após uma passagem por Moscovo, os trabalhos de organização são retomados, criando-se estruturas de apoio logístico, recolhendo armas e explosivos e formando o embrião da primeira rede de quadros. É inclusivamente organizada, em Setembro-Outubro, uma primeira acção que visava a explosão de instalações da NATO em Rio de Mouro e que falha por aparente

¹³⁸² Cf. IAN/TT, PIDE-DGS, P. 90/GT, [573-74], [581-82] e [595]

¹³⁸³ Cf. Raimundo Narciso, *ARA. Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, pp 99-110

recuo de um dos operacionais directamente envolvido. Como dirá Raimundo Narciso, “*A nossa primeira tentativa de acção armada saldou-se num completo fracasso*”¹³⁸⁴.

A agravar esta situação, pouco tempo depois, Rogério de Carvalho é preso em Dezembro de 1965. O facto de não ter sido desligado de outro trabalho organizativo, designadamente no sector militar e no trabalho anti-colonial permeabilizavam, por maior movimentação a sua actividade clandestina, tendo sido referenciado e preso na companhia de um oficial miliciano e na posse de documentação e arma de guerra.

Carvalho, enquanto membro do Comité Central, era o elo de ligação à Comissão Executiva, pelo que a sua prisão provocou um corte prolongado com o aparelho partidário e também o recuo de uma parte significativa da organização em construção.

Raimundo Narciso refere que “*Por terem sido presos ou por haver perigo de terem sido denunciados ou ainda devido ao desaparecimento de alguns elementos atingidos pelo pânico que se gerou com a extensão das prisões perdemos a maior parte da organização, a garagem, duas arrecadações e algumas armas. Da organização mantivemos os elementos a mim ligados mas não todos, porque alguns deixaram de aparecer e outros tive de os colocar de quarentena. Salvou-se a vivenda-paiol, salvaram-se os explosivos e quase todas as armas porque eram apenas do meu conhecimento e do Rogério de Carvalho.*

Custava a aceitar mas grande parte do nosso trabalho tinha-se perdido. O mais grave era a perda de Rogério de Carvalho e da maior parte dos elementos mais preparados”¹³⁸⁵

As “acções especiais” ficavam assim adiadas por período largo de tempo, tornando-se necessário restabelecer as ligações partidária, proceder aos reajustamentos na cadeia de controlo vertical e recompor a organização. A actividade, completamente autónoma face ao aparelho partidário limitar-se-ia a um trabalho discreto e moderado, mas eficaz, de recrutamento de novos militantes.

Depois de Abril de 1964, o Comité Central do PCP volta a reunir em Janeiro seguinte, mais uma vez em Moscovo¹³⁸⁶. O objectivo central da reunião é a aprovação do projecto de Programa, que formalmente resulta do *Rumo à Vitória* e da sua discussão dentro do Partido. O *Avante!*, abre a notícia sobre a reunião a toda a largura da primeira página da edição especial praticamente dedicada a esse encontro, afirmando que “*A reunião de Janeiro do Comité Central do Partido Comunista Português foi assinalada*

¹³⁸⁴ *Idem*, p. 174

¹³⁸⁵ *Idem*, p. 176

¹³⁸⁶ Cf. Alexandre Castanheira, *Outrar-se*, Porto, Campo das Letras, 2003, p. 164

*por um acontecimento de capital importância para a vida do partido e para a luta da classe operária e das forças democráticas portuguesas: a aprovação pelo Comité Central do projecto do novo Programa do Partido*¹³⁸⁷

Seguindo de muito perto o Relatório de Álvaro Cunhal, o projecto apresenta, no entanto, uma versão muito sintetizada da parte mais analítica do seu conteúdo. A situação económica, social e política do país, a caracterização do regime, a definição da revolução democrática e nacional como etapa actual da revolução resumem-se a escassos parágrafos. O essencial dessa caracterização ficara no *Rumo à Vitória*.

O projecto centra-se nos oito objectivos da revolução democrática e nacional, os sete que vinham da reunião do Comité Central de 1963 e o oitavo, referente à democratização cultural que vinha sugerido no relatório de Cunhal, detalhando cada um deles com medidas concretas e de algum modo procedendo à sua rearrumação.

A segunda parte do projecto centra-se no caminho para o derrube do regime, explicando a política de alianças, o conceito de levantamento nacional e a justificação por que a revolução naquele estágio de desenvolvimento económico-social seria democrática e nacional.

O projecto tem uma larga e evidente componente imediatista ou de médio prazo, colocando o centro no derrube do regime e na etapa imediatamente sequente; todavia, como que respondendo aos que criticavam o partido de não tomar o socialismo como horizonte de luta, inclui uma terceira parte sobre a articulação entre os objectivos da revolução democrática e nacional e o socialismo.

O próprio comunicado do Comité Central publicado na edição especial do *Avante!* procura, por isso esclarecer um aspecto que constituía motivo de incompreensão e crítica que “o *Projecto de Programa salienta que a Revolução Democrática e Nacional não esgota o processo revolucionário e que para o Partido Comunista Português, vanguarda do proletariado e partido marxista-leninista a luta pela revolução democrática e nacional é parte constitutiva da luta pelo socialismo. Apresenta os traços gerais fundamentais da revolução proletária e da construção da sociedade socialista e mostra ser indispensável para a passagem do capitalismo ao socialismo a instauração da ditadura do proletariado que pode assumir formas e particularidades diversas*”¹³⁸⁸.

¹³⁸⁷ Reunião do Comité Central é posto à discussão de todo o Partido o Projecto do novo Programa, in *Avante!*, VI Série, 352, N° especial, Fevereiro de 1965

¹³⁸⁸ Comunicado do Comité Central sobre o Projecto do Programa do Partido, *idem*

Era sem dúvida assim, mas sem que por isso o carácter mais imediato de colocar o eixo programático no derrube do regime se desequilibrasse.

A reunião do Comité Central cumpria como que a obrigação estatutária de aprovar o projecto de Programa que seria colocado á discussão no partido, embora a sua agenda fosse completada com outros pontos que eram absolutamente essenciais naquela conjuntura – um ponto sobre a situação política e social no país, apresentado por Alexandre Castanheira (Fontes) que, em nome da Comissão Executiva se apresentava na reunião, agora com um Informe intitulado *Tarefas actuais do Partido*, que cumpria um procedimento instituído que era ter, em cada reunião, um informe que viesse directamente do interior.

Era sabido que o Secretariado, no fundo o órgão operativo mais importante entre reuniões do Comité Central, se encontrava fora do país, tomando cada vez mais Paris e o território francês como a grande plataforma a partir de onde o trabalho de direcção se exercia, pelo que, se o eixo da luta partidária só podia ser o interior, a importância da perspectiva formal, dos ponto de vista que daí provinham traduzia-se assim, de modo que se pretendia sistematizado, nos relatórios e informes da Comissão Executiva.

O relatório de Castanheira começa por apresentar os principais problemas organizativos com que o partido se debatia, como que emparedado entre as sucessivas bátegas repressivas, as dificuldades de recomposição orgânica principalmente a nível intermédio e o emperramento resultante da ainda recente divisão entre Comissão Executiva no interior e Secretariado no exterior.

Segundo este membro da Comissão Executiva, o problema da repressão constituía o principal factor de retardamento da elevação do nível político e ideológico dos quadros, quanto mais não fosse porque a necessidade de reforçar as normas de defesa conspirativa que evitassem ao máximo a exposição dos dirigentes, desaconselhava a realização de reuniões de quadros alargadas, constringendo substancialmente as tarefas de formação política e ideológica.

Todavia, o essencial do relatório refere-se ao que designa de “*problemas políticos*”, seguindo de perto na análise da situação económica e social do país o *Rumo à Vitória*, como aliás reconhece ao começar por afirmar que “*Tudo o que foi dito e revelado pelo Relatório do camarada Álvaro Cunhal no aspecto económico tem sido comprovado e agravado desde então*”¹³⁸⁹.

¹³⁸⁹ Reunião do Comité Central do Partido Comunista português (Janeiro de 1965), Alexandre Castanheira, **Tarefas actuais do Partido**, Edições Avante!, p. 14

Castanheira sublinha, finalmente, que o partido em estagnação organizativa sofrera ainda os efeitos da acção cisionista de Francisco Martins Rodrigues que directa ou indirectamente alimentara um “desvio de esquerda” de que o 1º de Maio de 1964 era expressão e que se continuava a manifestar nas fileiras partidárias exigindo vigilância e acção pronta no combate que lhe devia ser movido.

Ainda assim, acentuando o combate à esquerda não podia deixar desguarnecido o flanco direito do partido, identificado com os resquícios do desvio anarco-liberal que começara por ser combatido após a fuga de Cunhal da prisão. Nesta orientação política consubstanciava-se a política de alianças, a via para o derrube do regime e a etapa democrática e nacional. Se o “*desvio de direita*” estava vencido enquanto orientação dominante, as baterias viravam-se sobretudo, mas não exclusivamente, contra o designado radicalismo pequeno-burguês, que questionava tanto a etapa da revolução, como o seu próprio modelo, ou seja, os fundamentos com base nos quais se preparava o VI Congresso.

A situação partidária não era de qualquer modo fácil e o relatório de Castanheira se, por um lado, complementava o Relatório de Cunhal, seguindo-o, dava, por outro, informação da situação no interior do país que permitia um quadro político e ideológico, com base no qual se entrava na recta final da preparação do Congresso. Daí que tivesse necessariamente que contornar as dificuldades e dar a imagem positiva e optimista que se considerava essencial transmitir aos militantes.

Diz Alexandre Castanheira, a propósito, evocando esse tempo: “*A preocupação é muita e é preciso redigir o Informe ao CC, dando contas dos problemas que o PCP enfrenta, mas transmitindo opiniões confiantes no respeito que o povo português tem pelo PCP e na heroicidade dos seus funcionários*”¹³⁹⁰.

Em consequência, a reunião adoptaria um conjunto de decisões referentes a problemas organizativos e a aspectos de orientação ou de rectificação política na perspectiva dos documentos em discussão, designadamente sobre o desenvolvimento da actividade e da defesa do Partido, do reforço da organização, da melhoria do trabalho ideológico e do papel da imprensa nesse sentido¹³⁹¹

O Relatório apresentado ainda a essa reunião por Sérgio Vilarigues sobre o movimento comunista internacional sob o apanágio da defesa da sua unidade, todavia em alinhamento com as posições soviéticas e de crítica demolidora ao designado

¹³⁹⁰ Alexandre Castanheira, *Outrar-se...*, pp 164-165

¹³⁹¹ Cf. *Reunião do Comité Central...*, in *Avante!*, VI Série, 352...

cisionismo chinês, adquiria uma dupla importância. Por um lado, sublinhava o papel do PCP no contexto do movimento comunista e, por outro, fazia dele uma arma de unificação interna e de combate à esquerda do partido, que não compreendia ou discordava desse alinhamento, bem como ao grupo de Martins Rodrigues já organicamente estruturado na FAP/CMLP, dispoindo inclusivamente de imprensa própria – o *Revolução Popular*, cuja publicação se iniciara em Outubro de 1964.

Os termos desse posicionamento consubstanciavam-se com o fundamental que sustentava nesta matéria o bloco soviético, instrumentalmente em boa medida pela forma como condenavam os comunistas chineses, apoiando-se formalmente nas conclusões das principais reuniões internacionais anteriores, como as declarações das Conferências dos Partidos Comunistas e Operários de 1957 e 1960.

Porém, colocavam duas questões, ainda que entrelaçadas, que apelavam à especificidade da situação política portuguesa e que estavam relativamente dessincronizadas com o centro soviético, quanto mais não fosse apenas pela própria veemência do discurso, mas sem que, naquela conjuntura, fossem suficientes para pôr em causa o alinhamento com o centro do sistema comunista internacional.

Era, em primeiro lugar, a questão da insurreição popular, na forma do levantamento nacional como via para o derrube do regime, atendendo ao modo como o regime era caracterizado e às formas de violência política exercidas sobre o PCP e as oposições, que não fazia tese entre os Partidos Comunistas da Europa capitalista. E era, em segundo lugar, a forma como o princípio da coexistência pacífica, que era vigorosamente apoiada, se deveria aplicar.

Diz Vilarigues, justificando-se, que “*O Partido Comunista Português não confunde, pois, a coexistência entre Estados com os regimes sociais diferentes, com a coexistência entre classes antagónicas tanto na escala nacional como na internacional – entre o proletariado e a burguesia*”, para acrescentar, numa alusão que estava longe de se restringir aos povos coloniais, já que por toda a linha programática em discussão o carácter nacional da revolução portuguesa era vincado, que “*Os povos oprimidos não só têm direito a conquistar a sua independência, quer a luta por ela comporte ou não uma cruenta guerra de libertação nacional*”¹³⁹²

A reunião recomporia finalmente o Secretariado, que mantendo-se principalmente a partir de Paris passava a ser constituído por Cunhal, Vilarigues e

¹³⁹² Sérgio Vilarigues (excertos do relatório apresentado à reunião do Comité Central em Janeiro de 1965), **A unidade do movimento comunista internacional e as divergências existentes sobre os problemas da paz e da coexistência pacífica**, in *O Militante*, III série, 138, Agosto de 1965

Manuel Rodrigues da Silva, organismo que prepararia na prática quer do ponto de vista logístico quer fundamentalmente político o VI Congresso do PCP.

A preparação do Congresso nos meses que o antecedem é pautada por um importante conjunto de artigos publicado principalmente em *O Militante*, destacando-se um longo artigo justificativo de que “*ao contrário do sucedido nos anos de 1956-59, o desvio mais grave que se tem manifestado nos últimos três anos nas fileiras do Partido é um desvio sectário e esquerdista*”¹³⁹³, para concluir que a disseminação dessas ideias tem beneficiado da inexistência de um Programa que corresponda à nova política emergente da correcção do “*desvio de direita*”. O novo Programa bloquearia e esvaziaria assim essas tendências ao contribuir para a elevação do nível ideológico do partido, unificando-o no pensamento e na acção.

Álvaro Cunhal vem no mesmo sentido em entrevista à Rádio Portugal Livre, que *O Militante* editará de seguida – “*O oportunismo de direita tem-nos causado grandes males. A tendência errónea que hoje mais se manifesta, o esquerdismo, não está causando menos*”¹³⁹⁴.

6. O VI Congresso

É com este registo que se chega a Setembro, quando, na União Soviética, perto de Kiev, se vai realizar durante uma semana o VI Congresso do PCP com três¹³⁹⁵ a quatro dezenas¹³⁹⁶ de participantes.

Destacavam-se entre os presentes, os membros do Comité Central – Cunhal, Vilarigues e Rodrigues da Silva, do Secretariado e ainda Francisco Miguel, Pedro Soares, Joaquim Gomes, Georgette Ferreira; mas também com a presença de um importante conjunto de quadros no exterior, como Pedro Ramos de Almeida, Margarida Tengarrinha ou Aurélio Santos; funcionários idos do interior como Ângelo Veloso, Rogério de Carvalho ou Silva Marques; militantes que haviam terminado um curso de formação política na União Soviética sendo chamados ao congresso antes de

¹³⁹³ Cf. *O Projecto de Programa do Partido, o «Desvio de Direita» e o Sectarismo...*

¹³⁹⁴ Álvaro Cunhal (entrevista à Rádio Portugal Livre em 27 de Fevereiro de 1965), «*Uma revolução não se faz gritando palavras irresponsáveis mas realizando um trabalho verdadeiramente revolucionário*», in *O Militante*, III série, 136, Abril de 1965

¹³⁹⁵ Cf. J.A. Silva Marques, *Relatos da Clandestinidade. O PCP visto por dentro*. Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1976, p. 194

¹³⁹⁶ Cf. Arquivo do Tribunal da Boa-Hora, Tribunal Criminal de Lisboa, *Processo 166/66 [45076]*, 4º Juízo Criminal, 23º volume, *Auto de Perguntas a Gaspar Pereira Ferreira*, em 2 de Junho de 1966, pp 1397-1400

regressarem ao país, como Gaspar Pereira Ferreira, Manuel Joaquim Colaço, Felicidade Carolina Pimentão, Graciete Nogueira Casanova ou Jorge Dias de Deus.

O Congresso abre com uma Declaração de Manuel Rodrigues da Silva, um dos dirigentes mais antigos do partido, reeditando a simbólica de colocar a iniciar os trabalhos um velho quadro, como se através disso se quisesse coser a legitimidade histórica com o presente de luta, evocando os militantes assassinados pelo regime e os que se encontravam presos.

A discussão do extenso Relatório sobre a actividade do Comité Central, apresentado por Álvaro Cunhal constitui, no entanto, o primeiro ponto dos trabalhos propriamente ditos. A importância do documento reside na articulação estabelecida entre a actividade que se segue imediatamente ao V Congresso e que corresponde ao que ficou conhecido como “*desvio de direita*” com a sua correcção, traduzida na reposição e aprofundamento da linha política que vai fundamentalmente desembocar quer no *Rumo à Vitória* quer no Projecto de Programa.

Com um carácter extensivo, abarcando praticamente todos os aspectos da actividade partidária, desde as orientações políticas globais aos aspectos sectoriais, a discussão do Relatório embatia nas enormes dificuldades dos delegados produzirem intervenções de carácter globalizante, fosse porque a sua impreparação ou incapacidade política o ditasse, fosse porque o próprio carácter profundamente centralizado e compartimentado do partido o impedisse num horizonte que ultrapassasse a informação proporcionada pela imprensa clandestina.

Daí que as intervenções, apesar de serem referidas como “*opiniões críticas, sugestões e variadas considerações dos delegados [que] enriqueceram o debate*”¹³⁹⁷, tiveram na realidade um carácter sectorial fundamentalmente, resultante ou da experiência de cada delegado ou da importância que um determinado aspecto concreto e específico podia ter no contexto da actividade partidária. Foi o caso de Sérgio Vilarigues que leu uma intervenção intitulada “*Sobre as lutas reivindicativas do proletariado da cidade, do campo e do mar*”¹³⁹⁸.

Evidentemente que dado o carácter do documento, era justamente aqui, neste ponto, que se cerrariam fileiras no apoio à rectificação ao “*desvio de direita*” e à nova linha política estabelecida.

¹³⁹⁷ Grande vitória política. Realizou-se o VI.º Congresso do Partido Comunista Português, in *Avante!*, VI série, 360, Outubro de 1965

¹³⁹⁸ *Idem*

De entre os vários pontos abordados na discussão do relatório, o *Avante!* destaca a política de alianças e em particular a aliança operário-camponesa. No *Rumo à Vitória*, a questão tinha sido muito insuficientemente tratada. A análise social nos campos fora encarada do ponto de vista da mecanização da agricultura e da proletarianização do campesinato, para ser olhada na perspectiva da Reforma Agrária enquanto um dos oito pontos programáticos propostos.

Martins Rodrigues, já fora do Partido, desde cedo que considerava mesmo que o PCP substituíria, por abandono, a aliança operária-camponesa por uma aliança com a burguesia liberal¹³⁹⁹ e conhecida que era a enorme debilidade, mesmo inexistência praticamente total, de trabalho entre os camponeses, tomados estes como pequenos e médios proprietários agrícolas, o efeito da sua crítica seria certo.

Daí que o documento de Álvaro Cunhal em discussão se afaste nesta matéria do carácter propriamente de Relatório e inclua páginas de feição teórica e analítica sobre a situação social nos campos, principalmente sobre a evolução, deslocação e mobilidade dos proprietários fundiários para fundamentar a necessidade histórica da aliança operária-camponesa¹⁴⁰⁰, no que se parece configurar como uma resposta a Martins Rodrigues.

De qualquer modo, quer em relação ao Relatório da Actividade do CC, como em relação a qualquer dos outros documentos em debate, a aceitação por parte dos delegados era total, traduzindo-se em sucessivas votações por unanimidade.

Quanto ao Programa, por exemplo, o Relatório apresentado por Sérgio Vilarigues referindo que tinha havido na discussão preparatória uma “*concordância geral quanto à análise da actual situação, quanto ao carácter da revolução e quanto aos objectivos do partido na actual etapa da revolução*”¹⁴⁰¹, limitando-se a incorporar alterações ou aditamentos que se reportavam fundamentalmente a clarificações de exposição ou a aspectos de detalhe que não haviam sido considerados anteriormente.

Do mesmo modo em relação aos Estatutos, embora Francisco Miguel, o relator deste ponto, tenha optado por sistematizar um conjunto de propostas e sugestões que não foram contemplados na versão levada a congresso quase invariavelmente em nome do centralismo democrático e das condições clandestinas de funcionamento do partido

¹³⁹⁹ Cf. **O abandono da aliança operária-camponesa**, in *Revolução Popular*, 1, Outubro de 1964, apud *Revolução popular. Edição completa 1964-65* (fac-simile), Lisboa, Edições Voz do Povo, s.d., pp 12-19

¹⁴⁰⁰ Cf. Álvaro Cunhal, **Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do PCP**, Lisboa, Edições Avante!, 1975, pp 113-123

¹⁴⁰¹ Sérgio Vilarigues, VIº Congresso do Partido Comunista Português, **Relatório sobre o novo Programa do Partido**, Edições «Avante!», 1965, p. 1

que obrigava a uma centralização e a uma hierarquização firmes como forma de defender o partido da repressão¹⁴⁰².

No entanto, por detrás desta lógica argumentativa para não introduzir um conjunto de aspectos que se prendiam quase que invariavelmente com pulsões por maior democracia interna, afirmava-se justamente uma tendência centralizadora, verticalizada, impondo-se como orientação dominante, que não esboçava o mínimo gesto para procurar, ainda que nas condições incontornavelmente difíceis da clandestinidade e da repressão, formas criadoras que introduzissem sinais de democracia no funcionamento partidário.

Uma maior insistência nessas propostas era invariavelmente associada ao desvio anarco-liberal, de direita, em matéria de organização.

Por sua vez, o Relatório de Joaquim Gomes sobre organização cosia-se bem com a questão dos Estatutos, embora com feição diferente, pois não fora, tal como o Relatório da Actividade do Comité Central, posto em debate preparatório. Sistematizava antes um conjunto de problemas e de situações com as quais o Partido se confrontava do ponto de vista orgânico em diferentes sectores de intervenção.

Trata-se de um dos mais importantes documentos apresentados a congresso, cuja principal incidência era, num quadro de centralização política total, “*virar as atenções do Partido para o reforço das ligações do partido com a classe operária e as massas populares*”¹⁴⁰³.

O relatório assentava na ideia do PCP como um grande partido nacional que necessitava de reforçar e homogeneizar a direcção e o aparelho clandestino, para o que parte de uma análise acentuadamente crítica à designada tendência anarco-liberal do final dos anos 50 – conflitos de competência nos órgãos de direcção central, conflitos crescentes entre dirigentes, ausência de trabalho colectivo, quebra de autoridade do CC, afrouxamento da disciplina; enfraquecimento do centralismo, em suma. Tudo o que do ponto de vista de Joaquim Gomes não se podia verificar no PCP.

São assim definidas as condições essenciais para o funcionamento do aparelho clandestino profissional, dos organismos intermédios particularmente desfalcados com a repressão, para o recrutamento de novos militantes, para a estruturação do partido na base, para a infiltração nos organismos corporativos onde estavam obrigatoriamente integrados os trabalhadores, para a constituição de comissões de unidade ou de

¹⁴⁰² Cf. Francisco Miguel Duarte, VIº Congresso do Partido Comunista Português, **Relatório sobre os novos Estatutos do Partido**, Edições «Avante!», 1965

¹⁴⁰³ **Grande vitória política...**

comissões sindicais e para o alargamento da intervenção entre as camadas sociais e sectores consideradas mais importantes, como os militares, a juventude, as mulheres ou os intelectuais.

As tarefas eram ciclópicas, pela sua diversidade e complexidade, mas fundamentalmente porque implicavam mudanças de atitude e novos procedimentos com vista a vencer defeitos instalados e em muitos casos com longos anos de cristalização.

Joaquim Gomes, certamente ciente disso mesmo, não deixa, porém, de afirmar, num registo que é muito próprio dos dirigentes comunistas: *“Supomos não ser demasiado optimismo dizer-se que, apesar das tremendas dificuldades que hoje se apresentam para o nosso Partido, nunca as perspectivas se apresentaram mais favoráveis para o desencadeamento de novas e poderosas lutas contra o fascismo. Mas, para que as perspectivas se transformem em realidades concretas, é preciso trabalhar e trabalhar bem, fortalecendo o nosso Partido”*¹⁴⁰⁴.

Às fraquezas do partido era sistematicamente contraposto o apelo ao voluntarismo, à elevação da capacidade de mudar, à afirmação e à mobilização de vontades, factores que eram, no fundo, subjectivos, mas tidos como indispensáveis para colocar o Partido Comunista à altura da situação objectiva e das suas potencialidades.

De modo menos enfático e galvanizador, mas com o mesmo sentido, era nessa ideia que laborava *O Militante* ao noticiar a realização do Congresso:

*“Durante todo o Congresso estiveram presentes em cada congressista, se assim se pode dizer, duas sensações um tanto contraditórias. Uma consistia na constatação das muitas dificuldades ocasionadas pela repressão fascista a todo o trabalho do Partido, a outra dizia respeito às perspectivas muito favoráveis para o desenvolvimento das variadíssimas tarefas do partido, perspectivas que vinham à superfície em todos os problemas abordados. Efectivamente na discussão de cada ponto as dificuldades lá apareciam, o que é natural, se tivermos em conta que para os comunistas não há tarefas fáceis e que o fascismo vivendo a mais grave crise da sua história as torna ainda mais difíceis. Mas a par das dificuldades sempre as perspectivas apareciam a sobrepor-se”*¹⁴⁰⁵

Segundo Silva Marques, um dos poucos delegados vindos directamente do interior do país, no meio da galvanização e do unanimismo, a sua voz teria sido a única a levantar-se de um ponto de vista mais crítico, ainda que não sobre as questões de

¹⁴⁰⁴ VI Congresso do Partido Comunista Português, Joaquim Gomes, **Relatório sobre problemas de organização**, Editorial «Avante!», 1965, p. 44

¹⁴⁰⁵ **O VI Congresso, uma vitória de alcance histórico na vida do PCP!**, in *O Militante*, III série, 140, Dezembro de 1965

programa, de estatutos, de organização ou de balanço de actividade, mas sobre uma questão não colocada em ponto próprio da agenda do congresso, mas latente, que era a da situação do movimento comunista internacional face ao conflito entre chineses e soviéticos.

A abordagem do assunto far-se-ia à margem do próprio congresso e da sua agenda, numa sessão especial realizada na noite de um dos dias, a que não faltou inclusivamente um toque de informalidade.

A intervenção de Silva Marques seria a que mais se afastava da rigidez da posição do PCP, ainda que não implicasse uma demarcação profunda em relação à União Soviética, limitando-se a defender que o Partido deveria manter um maior distanciamento nesse apoio, podendo inclusivamente criticar aspectos concretos de actuação do PC da União Soviética, ao mesmo tempo que, sem apoiar propriamente o PC Chinês, deveria abster-se de manter uma crítica sistemática e cortante¹⁴⁰⁶.

Era, no fundo a defesa de uma posição *centrista* em matéria de movimento comunista internacional, objectivamente convergente com o que começara por defender Martins Rodrigues, mesmo que dele se distanciasse, e que o núcleo duro dos dirigentes do PCP não estava nem de perto nem de longe disposto a aceitar; posição de resto contrária à formulação que sobre o problema vinha sendo desenhada desde 1960 sob a direcção de Álvaro Cunhal.

Se sob a direcção de Krutchov havia contradições entre Cunhal e o PC soviético, nunca essas questões colocaram em causa o incondicional apoio à União Soviética e ao Partido Comunista e muito menos isso se colocaria agora quando a substituição de Krutchov por Brejnev traduzia uma reorientação da política e da doutrina soviética, mesmo que nestes domínios se apresentasse sob o signo da continuidade.

Por isso, mesmo contemporizadora, a intervenção de Silva Marques encontrava no Congresso a estupefacção de uma ousadia desmedida, pois, como refere “*A maior parte dos delegados ouvia-me e olhava-me com um misto de surpresa e indignação, como quem dissesse que aquelas questões não eram para ali e que as posições do Comité central do partido não deviam ser postas em causa, mesmo que pudessem ser discutidas; mas para uma sua melhor compreensão, e nunca para a sua eventual rejeição*”¹⁴⁰⁷

¹⁴⁰⁶ Cf. J.A. Silva Marques, *Relatos da Clandestinidade*..., p. 178

¹⁴⁰⁷ *Idem*, p. 179

Ainda que completamente minoritário, e, porventura em larga medida por isso mesmo, pôde beneficiar por condescendência de Cunhal do tempo que entendeu para explanar as suas ideias, passando porém a ser olhado de outro modo pelos delegados, como que culpado por estragar o unanimismo do congresso.

Mas o incidente não seria suficiente para quebrar a unanimidade das votações e a Resolução sobre o Movimento Comunista Internacional também seria aprovada por unanimidade, mantendo a afirmação de que o congresso “*manifesta o seu apreço pelos esforços de numerosos partidos irmãos no sentido de pôr termo à polémica pública e considera calúnias e injúrias que da parte do Partido Comunista da China continuam a ser lançadas contra o Partido Comunista da União Soviética, contra a União Soviética, fortaleza da revolução mundial, assim como contra outros partidos irmãos, só ao inimigo comum pode beneficiar*”¹⁴⁰⁸.

O Congresso culmina com a eleição do Comité Central, que é fundamentalmente uma Direcção de continuidade, já que após a correcção do “desvio de direita” havia sido reenquadrada a maioria dos dirigentes com responsabilidades sob essa orientação política e já haviam, por outro lado, sido cooptados os elementos de renovação, fundamentalmente por substituição.

O que o congresso traz de novo foi a reeleição de dirigentes presos, como Octávio Pato, Blanqui Teixeira, Aboim Inglês ou Sofia Ferreira, sendo limitada a entrada de novos membros, como Aurélio Santos, que se encontrava no exterior, não sendo, em qualquer caso integralmente divulgada a composição do novo Comité Central, invocando a estrita conspiratividade¹⁴⁰⁹.

Sobre o Congresso pairaram os não-ditos, simultaneamente presentes e silenciados, mas subjacentes ao essencial dos principais documentos em discussão e nas intervenções dos dirigentes – o espectro da cisão à esquerda de Francisco Martins Rodrigues e da FAP/CMLP e o do dissídio sino-soviético. Mas também aspectos substantivos da própria política que de algum modo se lhes relacionavam – a função e lugar, as formas e modalidades da violência revolucionária para derrubar o regime; a política de alianças e a base social da revolução ou ainda a questão da democracia interna no seio do partido.

A linha política do PCP que virá a ser consagrada no Programa de 1965, e que se manterá por muito tempo, mesmo depois do derrube do regime em Abril de 74, tem nos

¹⁴⁰⁸ **Resolução sobre o Movimento Comunista Internacional**, in VI Congresso do Partido Comunista Português (1965), *Documentos e Resoluções*, Editorial «Avante!», p. 5

¹⁴⁰⁹ Cf. J.A. Silva Marques, *Relatos da Clandestinidade....*, p. 173

primeiros anos 60 um poderoso reinício de sedimentação, vencido que estava o hiato correspondente à prisão de Álvaro Cunhal.

No entanto, e ainda que a partir de 1963 se viesse atravessando um período de refluxo da luta social e política, a memória e o impacto quer se verificara entre 1958 e 1962, dificultava que isso se fizesse vencendo apenas as tendências à direita, das quais, para além do formalismo com que a crítica ao “desvio de direita” era verbalizada, levava a que demarcação frequentemente se fizesse por ambiguidade.

Aqueles, poucos, que, em clima de forte pulsão radical, enveredaram pela crítica sistemática à esquerda entrariam num caminho que, num prazo maior ou menor, os levaria à rota de colisão com o partido, acabando por sair ou ser expulsos.

Sob a direcção incontestada de Álvaro Cunhal, a identidade do Partido Comunista reconstruía-se assim como que ao *centro*, embora condicionado pela tensão entre os sectores sociais mais radicalizados e a necessidade de assegurar canais negociais com as diferentes correntes oposicionistas moderadas e até conservadoras. Era nesse espaço estreito que se colocaria, entre hesitações, resistências e voluntarismos, a questão da luta armada, objectivamente relativizada por estes anos.

A linha política saída do VI Congresso nem sempre plenamente ajustada à realidade objectiva do país e de um modo nem sempre fácil, porque crescentemente pressionado à esquerda, conseguia, apesar de tudo, acompanhar o ritmo da desagregação do regime, mantendo-se até bem depois da queda da ditadura e da transição para a democracia.

PARTE III

O PCP: Dirigentes, Quadros e Militantes

Capítulo 8

Os Comunistas I – A Direcção e os quadros

1. “*uma formidável inovação de engenharia social*”

Quando Álvaro Cunhal enuncia as condições que permitiram ao PCP sobreviver à ditadura, enfatiza a “*existência de um colectivo de homens e mulheres firmemente decididos a travar a luta contra o fascismo nas condições de acção clandestina e de vida clandestina e dispostos a todas as provas, incluindo dar a vida se tal se impusesse, como em muitos casos de facto se impôs*”¹⁴¹⁰.

Reporta-se, evidentemente, ao modelo de “partido de tipo novo”, concebido por Lenine no *Que fazer?* de 1902 e no *Um passo em frente, dois passos atrás*, de 1904, num momento de intensas discussões no seio do Partido Operário Social Democrata Russo, que prevalecerá, legitimado pelo triunfo da revolução russa e projectado internacionalmente pelo Komintern

As 21 condições para admissão dos partidos à Internacional Comunista, aprovadas em Julho de 1920 no II Congresso do Komintern, bem como as teses sobre a estrutura, os métodos e a acção dos Partidos Comunistas apresentadas ao congresso seguinte, cerca de um ano mais tarde configuram a base doutrinária para essa projecção internacional, querendo moldar os diferentes partidos à imagem do partido-centro, o que ocorrerá a ritmos diferentes e em contextos díspares ao longo dos anos vinte.

O processo de apropriação do legado de Lenine pelo seu sucessor consubstancia-se desde muito cedo pela hifenização do marxismo com o leninismo, patente nas conferências de Estaline na Universidade de Sverdlov em 1924, publicadas no *Pravda* e sucessivamente editadas e reeditadas como *Fundamentos do Leninismo*.

O oitavo desses “fundamentos” reporta-se à concepção de partido, assente numa unidade de vontade tornada incompatível com a existência de fracções e onde a depuração dos elementos oportunistas constitui factor de fortalecimento¹⁴¹¹, o que aponta para um partido de voz única, fortemente centralizado, recorrendo à coerção e à violência como forma de solucionar a controvérsia e a divergência política em nome da

¹⁴¹⁰ Álvaro Cunhal, *O Partido Comunista: da “reorganização” dos anos 40 ao 25 de Abril*, Conferência no Seminário Para a História da Oposição ao Estado Novo, Universidade Nova de Lisboa – 9 de Abril de 1992, Separata do Avante!, 956, de 16 de Abril de 1992, p. 6

¹⁴¹¹ Cf. J. Stalin, *Los Fundamentos del Leninismo*, Pekin, Ediciones en lenguas extranjeras, 1972, pp 107-126

defesa da unidade e de uma disciplina férrea no combate aos inimigos internos e externos.

Hobsbawm, na *Era dos Extremos*, refere-se aos partidos comunistas e ao seu modelo orgânico, como “*uma formidável inovação de engenharia social do século XX, comparável à invenção das ordens monásticas cristãs e outras na Idade Média. Dava até mesmo a organizações pequenas uma eficácia desproporcionada, porque podia contar com a extraordinária a dedicação e auto-sacrifício dos seus membros, disciplina e coesão maior que a de militares, e uma total concentração na execução das suas decisões a todo o custo*”¹⁴¹²

No mundo inteiro, a eficácia do processo de bolchevização dos partidos comunistas foi acompanhado pela eliminação de todas as tendências desconformes com as orientações da Internacional Comunista, cujo processo de decisão se entrelaçava com o das instâncias decisórias do PC russo, o que implicou inúmeros conflitos internos, processos, substituição e mesmo eliminação das elites dirigentes e nos corpos de quadros e militantes, de modo a que a homogeneização daí resultante se fizesse por selecção apertada e internacionalmente tutelada.

A publicação em 1938 do *Resumo da História do PC(b) da União Soviética* por uma Comissão do Comité Central, directa e estreitamente supervisionada por Estaline corresponde à representação histórica apologética e auto-legitimadora que o partido comunista russo faz de si próprio para exemplo e adopção dos comunistas e dos partidos comunistas do mundo inteiro, estruturando-se em torno da ideia fundamental de que toda a edificação do partido é feita no combate às ideias falsas e nocivas e às práticas oportunistas de toda a sorte de inimigos.

Está-se assim perante um produto reescrito em função da anatemização e exclusão de todos aqueles que no curso da sua história se teriam revelando como oportunistas e inimigos de classe.

O compêndio teve por isso uma importância nuclear. No ano seguinte ao da sua publicação, em 1939, Jdanov, da tribuna do XVIII Congresso do Partido Comunista da União Soviética afirmava “*que desde que o marxismo existe é o primeiro livro com uma divulgação tão ampla*”¹⁴¹³.

¹⁴¹² Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos*, Lisboa, Presença, 1996, p. 83

¹⁴¹³ Cit. in *A vida de José Stáline*, Lisboa, Edições Bandeira Vermelha, 1978 [trad. de Joseph Staline – Essai biographique, Moscovo, Instituto Marx-Engels-Lenine, 1950], p. 155

Na realidade, entre 1938 e 1947, o *Resumo da História do PC(b) da União Soviética* teve duzentas edições em 62 línguas com uma tiragem de 33 milhões de exemplares ¹⁴¹⁴.

Álvaro Cunhal, muito mais tarde, numa reunião de quadros refere-se a este livro, aliás conhecido e divulgado em Portugal ainda nos anos trinta¹⁴¹⁵, como “*uma História do Partido Comunista da União Soviética, que fez época, porque era uma história bem escrita, e que tinha um capítulo em que se referia a Stáline, como se referia muitas vezes. O que dizia acerca de Stáline é que era uma pessoa que pela sua modéstia e pelo seu trato se impunha aos seus companheiros*” ¹⁴¹⁶.

No entanto, a debilidade ideológica, bem como todo um conjunto de constrangimentos e adversidades de natureza política, arrastando-se desde a implantação da Ditadura Militar e no processo de institucionalização do Estado Novo, retardaram um processo coerente e aprofundado de bolchevização, tal como o movimento comunista internacional o concebia.

Essa situação só seria ultrapassada com a “*reorganização*” de 1940-41. Mas mesmo nos primeiros tempos, persistiam vícios antigos, que levaram, Joaquim Pires Jorge, um dos dirigentes dessa refundação partidária a afirmar que “*era uma clandestinidade que não era clandestinidade nenhuma.*” ¹⁴¹⁷. Será principalmente sob a égide de Cunhal, a partir do ano seguinte, que se lança verdadeiramente a bolchevização do PCP, traduzida no fundo pela construção de um partido de revolucionários profissionais na tradição leninista, incorporando os ensinamentos do funcionamento orgânico da Internacional Comunista, mas adaptando-os à experiência nacional ¹⁴¹⁸, quer quanto às adversas condições de clandestinidade a que era forçado pelo regime, como à própria realidade de país, procurando reduzir ao mínimo a exposição desses funcionários, dissimulando-a nas características dos meios em que se instalavam e por onde se movimentavam.

Para Álvaro Cunhal, “*a criação de elementos logísticos clandestinos essenciais, instalações, tipografias, imprensa clandestina, sistemas de ligação e transportes, bem como uma direcção experimentada e capaz, uma organização estruturada e os*

¹⁴¹⁴ Cf. Claude Pannetier e Bernard Pudal, *Du Parti bolchevik au parti...*, p. 340, n. 1

¹⁴¹⁵ Cf. António Pedro Pita, *A imprensa coimbrã na génese do neo-realismo*, in *Vértice*, 428-29, Janeiro-Fevereiro de 1980, pp 59-50 e *A recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses*, Oficina do CES, 12, Julho de 1989, pp 21-24 ou Rodrigo Soares [Fernando Pinto Loureiro], *Um problema de orientação*, in *O Diabo*, 266, de 28 de Outubro de 1939

¹⁴¹⁶ Álvaro Cunhal, *Dois intervenções numa reunião de quadros*, Lisboa, Edições Avante!, 1996, p. 121

¹⁴¹⁷ Joaquim Pires Jorge, *Com uma imensa alegria. Notas autobiográficas*, Lisboa, Edições Avante!, 1984, p. 40

¹⁴¹⁸ Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma biografia política. «Duarte», o dirigente clandestino*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp 216-218

chamados métodos conspirativos de trabalho capazes de assegurar a defesa da repressão fascista”¹⁴¹⁹, constituía outra condição essencial para manter uma actividade ilegal ininterrupta sob ditadura¹⁴²⁰.

A partir do XX Congresso do PC soviético, a evolução verificada nos partidos comunistas ia apontando para lógicas orgânicas mais afeiçoadas ao funcionamento democrático-parlamentar quando esses partidos actuavam na legalidade nos países capitalistas ou orientando-se para lógicas mais nacionais e tendencialmente reformistas quando no poder, sem que, evidentemente, a dependência em relação ao centro fosse significativamente perturbada.

De qualquer modo, os efeitos desta evolução provocam alterações mais ou menos sensíveis na concepção de partido estalinizado, designadamente quanto ao rigor de funcionamento do centralismo democrático, às questões do culto da personalidade ou ao papel militante exigido e livremente aceite pelos seus membros, assim como quanto ao abrandamento das práticas repressivas e de exclusão. Também deste ponto de vista, as questões fundamentais da idealização do partido não são radicalmente questionadas. É apenas como que o modelo estalinista fosse sendo conjunturalmente retocado sem que a sua essência fosse posta em causa. Foi o que se verificou no período que corresponde aos XXI e XXII congressos do PC soviético, no início dos anos 60.

Porém, em Portugal, esses continuam a ser anos de funcionamento clandestino, pelo que o conjunto de normas procedimentais decorrente da aplicação dos princípios organizativos não se podia colocar nos mesmos termos.

A necessidade de glosar os mais recentes congressos soviéticos e de manter um contacto próximo com os comunistas europeus na legalidade, principalmente com os franceses, já que com os espanhóis o percurso dos anos sessenta foi feito principalmente de tensão e choque, fazia-se por isso no reforço do modelo de partido directamente bebido no movimento comunista internacional a partir de meados dos anos trinta.

Mas há, mesmo deste ponto de vista, três aspectos que parecem evidenciar uma especificidade relativa face ao modelo codificado de partido estalinizado.

A primeira, refere-se à utilização da violência, de métodos internos agressivos para a resolução de conflitos internos. Sob a direcção de Cunhal, parece ter sempre havido a preocupação de evitar o recurso a esses procedimentos. Os polémicos casos de sangue no PCP – Manuel Vital e Manuel Domingues – só para citar os mais conhecidos,

¹⁴¹⁹ Álvaro Cunhal, *O Partido Comunista: da “reorganização”...*, p. 6

¹⁴²⁰ Cf. João Madeira, **Bolchevização, funcionários clandestinos e identidade no PCP**, in *Revista de História das Ideias*, vol. 25, 2004, pp 517-518

ocorrem no início dos cinquenta, com o dirigente comunista preso, e coincidem com o período de maior acuo. Serão, posteriormente, objecto do seu cuidadoso distanciamento.

Um único caso, em Julho de 1961, o de José Miguel, um assalariado rural, membro suplente do Comité Central que quando preso, como refere o *Avante!* “*traiu criminosamente o nosso Partido (...) procurou inicialmente enganar o Partido. Porém, uma vez posto em liberdade desmascarou-se ao actuar em aberta e confessada colaboração com a Pide*”¹⁴²¹. Segundo a notícia, é expulso do partido e apontado “*ao povo como um inimigo ao qual deve ser manifestado o maior desprezo onde quer que se encontre*”.

Será efectivamente encontrado morto com dois tiros na cabeça, disparados à queima-roupa. Ocorrendo poucos meses antes da saída de Cunhal para o exterior e tendo em conta precisamente o carácter fortemente centralizado do PCP, é pouco provável que se tivesse tratado de uma iniciativa individual de um grupo de militantes ou de alguma estrutura intermédia, apesar do clima e radicalização política vivida na Margem Sul nesta época.

Do mesmo modo, mais tarde, em 1963-64, após nova revoada de funcionários em queda que prestaram abundantes declarações quando presos, fez reemergir a ideia de que “*a traição não podia ficar sem castigo*”¹⁴²² e voltou a ser preparada uma operação para liquidar um desses funcionários, mas que acabaria por ser suspensa.

Em segundo lugar, mesmo em relação aos métodos coercivos de tratamento de quadros em divergência, se no início dos anos cinquenta se sucedem as expulsões acompanhadas do respectivo anátema, de forte contorno político e ideológico, verifica-se que com Cunhal o que parece predominar é o recurso à expulsão por questões morais. É-se expulso por prestar declarações na polícia, por roubo ou por outras questões do foro moral. A divergência é politicamente esvaziada, com os militantes em ruptura transferidos de sector ou colocados de quarentena, isolados.

É interessante como o valor da honra, se parece sobrepôr ao das questões políticas, ainda que frequentemente as possam encobrir. Como se essa fosse a falta decisiva, porque no interior do partido, mesmo que em divergência aberta, ampla, profunda, todos faziam falta. E o militante modelo era afinal aquele que mesmo

¹⁴²¹ José Miguel, um inimigo do povo, in *Avante!*, VI série, 302, 1ª Quinzena de Julho de 1961

¹⁴²² Amadeu Lopes Sabino, Jorge de Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva, *À espera de Godinho, Lisboa, Bizâncio, 2009*, p. 89

discordando, submetendo-se à maioria seria tão capaz, como a maioria, de defender as posições adoptadas e estabelecidas.

Em terceiro lugar, um culto da personalidade matizado, que não é nem fomentado nem aparentemente aceite pelo próprio, mas que exige apenas respeito num quadro de funcionamento hierarquizado. Isto é, uma supremacia moral, amplamente reconhecida.

Mas, presente, bem presente, está a deificação do partido, a invocação da sua infalibilidade, a concepção com muito de mecânico de que o partido é o partido da classe operária, descrer do partido e dos seus dirigentes, seria descrer da classe operária.

Mais de vinte anos depois, em 1985, Álvaro Cunhal em *“O Partido com paredes de vidro”* coloca desta forma interessante a questão do partido de tipo novo:

*“Deixa de ter sentido e é quase ininteligível falar hoje em “partido de novo tipo”. O “partido de novo tipo” em traços essenciais enriquecidos pela experiência de mais de meio século de luta revolucionária, tornou-se o tipo clássico dos partidos comunistas”*¹⁴²³

Este julgo ser o principal legado bebido nos mais de cinquenta anos a que se refere o dirigente comunista, que descontados, remetem justamente para meados dos anos trinta, onde a matriz foi efectivamente assimilada, ainda que de implementação não só posterior como sujeita a oscilações, sem que o modelo fosse expressivamente tocado ou reajustado.

Foi o resultado de uma espécie de casamento entre a apreensão da tradição orgânica leninista e Kominterniana dos anos trinta, na interpretação fortemente tutelada de Estaline, e a realidade nacional marcada por esse constrangimento determinante que era a pressão e ofensiva dos aparelhos repressivos do regime de Salazar sobre o Partido Comunista.

Este foi um dos principais traços que assegurou o funcionamento ininterrupto do PCP ao longo de décadas, esse edifício laborioso e incessantemente construído e reconstruído, fortemente sacudido pela repressão, mas ao mesmo tempo suficientemente blindado à infiltração policial nos escalões superiores.

A considerável impermeabilidade do Comité Central assegura desde o início dos anos 40, um núcleo dirigente relativamente restrito, mas coeso, dotado de um nível apreciável de homogeneidade, ainda que assente num baixo nível colectivo de desenvolvimento político e ideológico.

¹⁴²³ Álvaro Cunhal, *O Partido com paredes de vidro*, Lisboa, Edições Avante!, 1985 (5ª edição), p. 63

Para a caracterização deste núcleo dirigente, como de todo o corpo de funcionários, militantes e da própria organização em geral, os dados trabalhados correspondem ao estágio de informação recolhida e a sua precariedade é mais sensível por se tratarem de elementos sujeitos a forte secretismo, resultantes do carácter clandestino da actividade partidária.

2. O Comité Central

À saída do IV Congresso, no Verão de 1946, o PCP mantinha o núcleo dirigente que havia protagonizado a fase de consolidação do processo de “reorganização” e que o Congresso anterior, o primeiro ilegal, havia consagrado três anos antes. Dos oito membros eleitos como efectivos em 1943, sete manter-se-ão no novo Comité Central – Álvaro Cunhal, José Gregório, Manuel Guedes, Sérgio Vilarigues, Joaquim Pires Jorge, António Dias Lourenço e Luís Guedes da Silva.

Com a conjuntura do fim da guerra, os dirigentes comunistas apercebem-se rapidamente que necessitam de um Comité Central mais alargado e é nesse sentido que procedem a partir da importante Reunião Plenária Ampliada de Maio de 1945 – os membros efectivos passam de oito a dez e o número de suplentes, de um para três, primeiro, e para sete, depois, com o novo Congresso. Trata-se de um crescimento ainda prudente, pois ainda que o conjunto dos efectivos e suplentes mais que duplique, o número de membros efectivos cresce de modo mais moderado, apenas de 25%. O alargamento faz-se pois através do aumento do número de suplentes.

Naturalmente que esta solução respondia, antes do mais, à necessidade de fazer face a imprevistas substituições no corpo de efectivos, suscitada pelos efeitos da repressão. No entanto, na prática, esses quadros respondem, sobretudo, às necessidades de crescimento e de complexidade orgânica que a euforia do final da guerra suscitara, com a entrada crescente de novos contingentes militantes, assumindo principalmente funções ao nível dos Comités Provinciais, estruturas fulcrais de direcção intermédia.

Os efeitos da repressão, no contra-ataque do regime, fazem-se sentir. Alfredo Dinis, um jovem e promissor quadro, em fulgurante ascensão dentro do Comité Central é assassinado em Julho de 1945. Fernando Piteira Santos é destituído do CC num processo em que os efeitos da sua prisão permitiram ocultar divergências que vinha

manifestando. Miguel Forjaz Lacerda, do Porto e Joaquim Campino, de Lisboa, suplentes do CC, são presos na vaga repressiva do pós-guerra, no Verão desse ano.

Assim, à boca do IV Congresso, estavam em funções oito membros do CC, sete dos quais efectivos, incluindo Manuel Domingues, dirigente no final dos anos 30 que frequentara a Escola Internacional Lenine em Moscovo e regressara ao país em 1944, cooptado para o Comité Central dos “reorganizadores” em Maio do ano seguinte; assim como Luís Guedes da Silva, que vinha sendo fortemente criticado por deficiências conspirativas e que apenas se conseguiria manter poucos meses nessa posição¹⁴²⁴.

Quadro 1

IV Congresso – Julho de 1946

Composição do Comité Central

Nome	Profissão	Nasc.	CC	
Álvaro Cunhal	Advogado	1913	1936	Reunião do CC de Abril
José Gregório	Vidreiro	1908	1941	Secretariado da “Reorganização”
Manuel Guedes	Marinheiro	1909	1941	Secretariado da “Reorganização”
Sérgio Vilarigues	Salchicheiro	1915	1941	Secretariado da “Reorganização”
Joaquim Pires Jorge	Motorista	1907	1936	Reunião do CC de Abril
António Dias Lourenço	Metalúrgico	1915	1943	III Congresso
Luís Guedes da Silva	Estudante	1919	1943	III Congresso
Manuel Domingues	Vidreiro	1911	1945	Reunião Ampliada de Maio
Militão Ribeiro *	Operário têxtil	1896	1941	Secretariado da “Reorganização”
Francisco Miguel *	Sapateiro	1907	1939	Cooptado
Júlio Fogaça *	Estudante	1907	1934	Após 18 de Janeiro
Manuel Rodrigues da Silva *	Metalúrgico	1909	1935	Resp. ISV depois do 18 Jan. 34
José Gilberto Florindo Oliveira * ♦	Emp. Comércio	1915	1946	IV Congresso
Américo Gonçalves de Sousa	Fundidor	1918	1946	IV Congresso
Cândida Ventura ♦	Lic. Em História	1918	1946	IV Congresso
Soeiro Pereira Gomes ♦	Emp. Escritório	1909	1946	IV Congresso
José Marreiros de Mendonça ♦	Func. Público	1916	1946	IV Congresso
José Augusto da Silva Martins ♦	Lic. Em História	1912	1946	IV Congresso

* Regressados do Tarrafal em Fevereiro de 1946; ♦ Membros suplentes

Os nove quadros eleitos de novo para o Comité Central nesse Congresso provêm de dois núcleos distintos, o dos tarrafalistas, maioritário, libertado com a amnistia de final da guerra e que chegam ao continente em Fevereiro de 1946, que defendem praticamente em bloco a “Política de Transição”, batendo-se por essas ideias antes e durante o próprio Congresso, configurando por isso na prática como uma fracção. Não obstante terem sido vencidos aí politicamente, cinco deles são propostos para a nova Direcção – Militão Ribeiro, Francisco Miguel, Júlio Fogaça e Manuel Rodrigues da

¹⁴²⁴ Cf. IANTT, PIDE-DGS, P. 77/GT, Santos [Manuel Guedes], *Disciplina Partidária*, Maio de 1947, mns, 1 p.

Silva como efectivos e José Gilberto Florindo de Oliveira como suplente, ainda que este afirme nunca ter defendido tal plataforma política¹⁴²⁵.

É o núcleo mais experiente de militantes. Todos eles haviam desempenhado cargos de direcção no Partido e nas Juventudes Comunistas desde antes da *reorganização*. A sua passagem pelas prisões, principalmente pelo Tarrafal, que quase todos haviam inaugurado, caldearam-nos na provação. Apesar das divergências, a sua capacidade e experiência teriam determinado que passassem a integrar o novo CC.

O segundo núcleo, de quatro elementos, é composto pelos quadros, cuja actividade militante no interior justificava tal promoção. São todos “*candidatos ao Comité Central*”, expressão usada para designar os suplentes. Aí surge Cândida Ventura, a primeira mulher a integrar o CC depois da “reorganização”, licenciada em Histórico-Filosóficas, funcionária clandestina desde 1943.

Nesse grupo está ainda Soeiro Pereira Gomes, escritor, escriturário na Fábrica de Cimentos Tejo, de Alhandra, clandestino desde a greve de Maio de 1944; José Augusto da Silva Martins, antigo estudante de Coimbra com enorme ascendente sobre os seus jovens camaradas, que passara ao Porto e aí reorganizara com eficácia o novo Partido, transitando depois para o aparelho de imprensa, que controlava no terreno e, finalmente, José Marreiros de Mendonça, aspirante de Finanças em Grândola, com um intenso trabalho de organização legal e ilegal no Comité Regional do Litoral Alentejano e um dos raros casos de dirigentes que nunca foram funcionários clandestinos.

Com a prisão de Francisco Miguel, em Junho de 1947, apesar da passagem a efectivos de Soeiro Pereira Gomes e José Martins, o Comité Central é reforçado em finais de 48 com a cooptação para suplentes de Octávio Pato, um jovem empregado de comércio de Vila Franca de Xira que havia assegurado o controlo do lançamento do MUD Juvenil e Mário Mesquita, quadro experiente que já desempenhara funções dirigentes nas Juventudes Comunistas nos anos 30.

Quadro 2

Evolução do Comité Central (1947-1952)

Nome	Profissão	Nasc.	Situação
Álvaro Cunhal	Advogado	1913	Preso a 25 de Março de 1949
José Gregório	Vidreiro	1908	Mantém-se em funções no interior do país
Manuel Guedes	Marinheiro	1909	Preso em 17 de Maio de 1952 e destituído em 1953 por “erros e falhas”
Sérgio Vilarigues	Salchicheiro	1915	Mantém-se em funções no interior do país
Joaquim Pires Jorge	Motorista	1907	Mantém-se em funções no interior do país
António Dias Lourenço	Metalúrgico	1915	Preso em 17 de Dezembro de 1949

¹⁴²⁵ Cf. Gilberto de Oliveira, *Memória viva do Tarrafal*, Lisboa, Edições Avante!, 1987, pp 190-198

Luís Guedes da Silva	Estudante	1919	Destituído em Maio de 1947
Manuel Domingues	Vidreiro	1911	Destituído em 1949 e assassinado em Maio de 1951
Militão Ribeiro	Operário têxtil	1896	Preso em 25 de Março de 1949, morre na cadeia em 2 de Janeiro de 1950
Francisco Miguel	Sapateiro	1907	Preso em 25 de Junho de 1947
Júlio Fogaça	Estudante	1907	Mantém-se em funções no interior do país
Manuel Rodrigues da Silva	Metalúrgico	1909	Preso em 7 de Fevereiro de 1950
José Gilberto Florindo Oliveira	Emp. Comércio	1915	Destituído em 1950 e expulso em 1952
Américo Gonçalves de Sousa	Fundidor	1918	Mantém-se em funções no interior do país
Cândida Ventura	Lic. em História	1918	Mantém-se em funções no interior do país
Soeiro Pereira Gomes	Emp. Escritório	1909	Morre por doença em 5 de Dezembro de 1949
José Marreiros de Mendonça	Func. Público	1916	Preso em 11 de Abril de 1951, expulso em 1952
José Augusto da Silva Martins	Lic. em História	1912	Preso em 9 de Janeiro de 1949, expulso em 1950
Octávio Pato	Emp. Comércio	1925	Cooptado em 1948
Mário Mesquita	Litógrafo	1919	Cooptado em 1948, preso em 29 de Dezembro de 1950 e expulso em 1951
Joaquim Campino	Alfaiate	1916	Cooptado em Março de 1949, preso em Fevereiro de 1950
José Alves Tavares Magro	Emp. Escritório	1940	Cooptado em 1950 e preso em 25 Janeiro 1951
João Rodrigues	Litógrafo	1911	Cooptado em 1951 e expulso em 1954

De qualquer modo, desde a “reorganização” e até 1949, o PCP havia conseguido constituir um Comité Central dotado de considerável estabilidade e com capacidade de alargamento consistente. Todavia, depois disso, sofreu importantes baixas nas estruturas dirigentes. Foram presos Francisco Miguel em 1947; Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro, José Martins e António Dias Lourenço em 1949; Manuel Rodrigues da Silva e Joaquim Campino em 1950; Mário Mesquita em 1951 e Manuel Guedes, em Maio de 1952. Martins e Mesquita serão expulsos devido às declarações prestadas na polícia e Militão morre na cadeia na sequência de uma greve de fome. Por sua vez, na clandestinidade, Soeiro Pereira Gomes sucumbe à doença logo em 1949.

Este processo de emagrecimento drástico da estrutura dirigente, que acompanha o ambiente internacional da guerra fria, escorado em sectarismo, intolerância e densas suspeições internas, não foi acompanhado de qualquer renovação entre 1949 e Dezembro de 1952 e conduz a um acuo político e organizativo, marcado por uma fortíssima centralização, onde se desenvolvem, à escala, procedimentos mimetizados do

movimento comunista internacional que em nome da vigilância revolucionária se traduzem em múltiplas depurações.

Gilberto de Oliveira é envolvido nesse torvelinho. Numa amálgama de acusações sobre posições que vinha sustentando quer a propósito do trabalho juvenil quer pelo facto de se ter recusado a assumir a condição de membro efectivo do Comité Central, acabará por ser destituído do CC, expulso do quadro de funcionários e do próprio Partido em 1952, sendo inclusivamente publicado um longo documento intitulado “*As duas caras de um provocador*”¹⁴²⁶, onde se pretendia justificar a sua expulsão e que, objectivamente, representava a sua denúncia à polícia.

Já antes, em Maio de 1951, ocorrera o caso mais grave, com a eliminação física de Manuel Domingues, que fora do Bureau Político do Comité Central e responsável pelo aparelho de imprensa. Num percurso em que se misturavam questões de defesa partidária, com suspeições sobre as suas responsabilidades nas causas do assalto da PIDE a uma tipografia clandestina ou com posições políticas que teria tomado nas eleições presidenciais de 1951, Domingues fora destituído do CC em 1949 e, em queda, passara ao Comité Local de Lisboa para ser, finalmente, desfuncionalizado e afastado do Partido, ao mesmo tempo que se adensavam as insinuações e insídias, sobre o carácter provocatório do seu comportamento.

Um folheto do Secretariado do Comité Central, editado em Dezembro de 1952, portanto posterior ao seu assassinato, dedica várias páginas a Manuel Domingues ao fazer o que designa de “*breve história de alguns casos de provocação no PCP*”¹⁴²⁷. Segundo este documento, citando *O Militante* nº 68, de Junho desse ano, “*O CC tem hoje razões poderosas para afirmar que as prisões dos camaradas Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro, José Moreira e o assalto à tipografia de Coimbrões se devem à acção do espião Manuel Domingues, não sendo de descartar que a prisão dos camaradas Almeida e Colélia se deve também à acção deste traidor e espião*”¹⁴²⁸.

A sua biografia política teria ainda funcionado como adjuvante e catalisador em todo este trágico processo, pois o seu percurso associado à fuga de Francisco Paula de Oliveira e à suspensão do PCP da Internacional Comunista em 1938, por um lado e, por

¹⁴²⁶ Cf. PCP, *As duas caras de um provocador*, Novembro de 1952

¹⁴²⁷ Cf. *Lutemos contra os espiões e provocadores*, segundo o original de Eduções “Avante” – Dezembro 1952, [Lisboa], Edições A Verdade, 1975, pp 19-28

¹⁴²⁸ *Idem*, cit. p. 32

outro, ao facto de ter estado ligado ao PC Francês durante a Resistência, passando pelos campos de concentração da França ocupada e sendo libertado pela Gestapo, reforça essa suspeição de actividades de provocação e espionagem, à semelhança do que se passara com outros quadros “internacionais” do movimento comunista.

Mas, na realidade, Domingues fora reconhecido pelos Partidos Comunistas francês e espanhol, chegando a desempenhar funções políticas junto ao aparelho de direcção deste no interior do país vizinho¹⁴²⁹.

Em Maio de 1951, o seu corpo aparece na zona de Belas, nos arredores de Lisboa, vindo a autópsia apurar que fora abatido com quatro tiros na cabeça à queimadura, acto que dificilmente poderia escapar à decisão e ao controlo do Secretariado¹⁴³⁰.

A esta febre persecutória no seio do próprio Comité Central não escapará inclusivamente Manuel Guedes, um velho marinheiro que fora fundador e responsável pela ORA, Organização Revolucionária da Armada, nos anos 30, preso em 1933 e 1935 e das duas vezes se evadindo. Guedes pertencera ao núcleo central de direcção da “reorganização” sucessivamente confirmado para o CC nos III e IV Congresso, integrando o Secretariado até 1950, como dirá o próprio em cartas ao Partido, foi “atingido em cheio pela guerra surda que há muito os seus camaradas da Direcção Central me moviam e que só explodiu depois da prisão de Álvaro Cunhal, seu principal esteio”¹⁴³¹.

Foi então destituído do Secretariado e de membro efectivo do Comité Central, passando a suplente, pois os seus camaradas “por muito favor toleram que continui temporariamente na Direcção Central como membro substituto”¹⁴³².

Depois, preso em Maio de 1952, as causas da sua localização e captura geram explicações contraditórias no topo do Partido, agravadas por um comportamento considerado débil e desprestigiante em Tribunal, acabando por ser destituído do CC. A partir de dentro da cadeia, Manuel Guedes reage negativamente a estas decisões. Na confirmação, o Secretariado acrescenta um vasto rol de acusações – “falhas conspirativas”, “falta de vigilância revolucionária”, “afrouxamento” das tarefas de direcção que lhe foram incumbidas, “estagnação ideológica”¹⁴³³.

¹⁴²⁹ Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*. Volume 2, “Duarte”, O Dirigente Clandestino (1941-1949). Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp 520-524

¹⁴³⁰ Cf. José Pacheco Pereira, *Idem*, Volume 3, O Prisioneiro (1949-1960)..., 2005, pp 76-93

¹⁴³¹ IAN/TT, PIDE-DGS, P. 79/GT, cópia de documento da autoria de Manuel Guedes, s.d., dact., p. 3 [96]

¹⁴³² *Idem*

¹⁴³³ *Idem*, [O] Secretariado do CC, *Querido Camarada*, 10/9/53, dact., pp 1 e 2, [55-56]

Tanto a expulsão de Gilberto de Oliveira, como a despromoção de Manuel Guedes parecem assentar numa teia complexa de relações interpessoais tensas, frequentemente dissimuladas com falhas de natureza comportamental no contexto da cultura de clandestinidade ou ainda na forma de divergências ou debilidades de natureza política e ideológica.

Isto significava que, quando se realiza a IV Reunião Ampliada do Comité Central no final de 1952, do CC eleito no IV Congresso, restavam em liberdade ou em exercício de funções apenas seis dos seus membros – José Gregório, Sérgio Vilarigues, Joaquim Pires Jorge, Américo Gonçalves de Sousa, Júlio Fogaça e Cândida Ventura e das cooptações verificadas em Dezembro de 1948 e Março de 1949, unicamente Octávio Pato.

As brechas abertas no CC, obrigam à sua reorganização com a polémica chamada a esse órgão de Júlio Fogaça que não tardará, pela sua capacidade política, em tornar-se na figura central do PCP.

A desconfiança enraizada nalguns sectores da Direcção de que Fogaça não se havia libertado das concepções ligadas à “Política de Transição” e as relações conflituosas que este, por sua vez, mantinha com muitos dirigentes e quadros, numa atitude de forte animosidade que por vezes vinha do Tarrafal, dão nota de um ambiente interno tenso e com poucas alternativas na distribuição dos cargos dirigentes.

O que se inicia, de seguida é justamente a recomposição desse órgão que no essencial culminará no V Congresso, em Setembro de 1957.

Quadro 3

Evolução do Comité Central (Dezembro de 1952 – Setembro de 1957)

Nome	Profissão	Nasc.	Situação
Júlio Fogaça	Estudante	1907	Mantém-se em funções no interior do país
José Gregório	Vidreiro	1908	Cessa funções por doença e parte para a Checoslováquia em 1955
Sérgio Vilarigues	Salchicheiro	1915	Mantém-se em funções no interior do país
Joaquim Pires Jorge	Motorista	1907	Mantém-se em funções no interior do país
Américo Gonçalves de Sousa	Fundidor	1918	Preso em 29 de Setembro de 1955 e evade-se do Aljube em 25 de Maio de 1957, retomando funções
Octávio Pato	Emp. Comércio	1925	Mantém-se em funções no interior do país
Cândida Ventura	Lic. em História	1918	Destituída por fraccionismo em 1954. Reabilitada em 1957
António Dias Lourenço	Metalúrgico	1915	Evade-se do Forte de Peniche em 20 de Janeiro de 1954 e retoma funções

Jaime Serra	Metalúrgico	1921	Cooptado em 1952
Pedro Soares	Lic. em História	1915	Cooptado em 1952
Afonso da Silva Gregório	Vidreiro	1918	Cooptado em 1952
Fernando Blanqui Teixeira	Eng. Químico	1922	Cooptado em 1952 e preso em 7 de Janeiro de 1957
Manuel Luís da Silva Júnior	Electricista	1908	Cooptado em 1954
José Lopes Baptista	Trabalhador	1917	Cooptado e destituído em 1954, acusado de fraccionismo. Reabilitado em 1957.
Américo Leal	Corticeiro	1922	Cooptado em 1955
José Martins Marinho	Operário da CUF	1923	Cooptado em 1955
Joaquim Gomes dos Santos	Vidreiro	1917	Cooptado em 1955
Guilherme da Costa Carvalho	Estudante	1921	Cooptado em 1955
Alexandre Castanheira	Estudante	1926	Cooptado em 1956
José Miguel	Assalar. Agrícola	1920	Cooptado em 1956
José Alves Tavares Magro	Emp. Escritório	1920	Libertado em 14 de Fevereiro de 1957, volta à clandestinidade em Julho

Entre Dezembro de 1952 e o V Congresso, em sucessivos momentos são chamados ao Comité Central quadros que se vinham destacando em tão difícil momento da vida partidária, passando a ocupar lugares deixados em aberto pelas prisões ou pelas despromoções e sanções. Jaime Serra, Pedro Soares, Fernando Blanqui Teixeira e Afonso Gregório são cooptados na IV Reunião Ampliada do Comité Central em Dezembro de 1952; Manuel Luís da Silva Júnior na V, em Maio de 1954 e Américo Leal, José Marinho, Joaquim Gomes dos Santos e Guilherme da Costa Carvalho, na VI Reunião Ampliada, em Agosto de 1955.

Não se tratando propriamente de adeptos ou *fiéis* de Fogaça, nem por isso o seu acesso ao Comité Central deixa de reflectir o clima de contenciosos pessoais e aversões que lhes estão por vezes subjacentes, em que Fogaça se vai procurando libertar daqueles que mais o afrontam, instigando, por exemplo, o processo de afastamento colectivo da importante troika do norte, que o próprio controlava, levando à expulsão de João Rodrigues, ao afastamento de José Lopes Baptista e à despromoção do CC de Cândida Ventura.

José Gregório, outro dos mais importantes dirigentes vindos da *reorganização*, a quem se atribuíam divergências com Fogaça, saíra entretanto do país, por motivo de doença, afectado por graves problemas cardíacos.

Assim, dessa fase, à cabeça do partido, restava apenas o próprio Fogaça, Sérgio Vilarigues e Joaquim Pires Jorge, a que se juntava António Dias Lourenço, depois de ter protagonizado uma audaciosa fuga individual do forte de Peniche, em Dezembro de 1954.

Só mais tarde, com as alterações suscitadas pela aproximação ao PC de Espanhol e pelo XX Congresso do PC da União Soviética, foram reabilitados tanto Cândida Ventura como Lopes Baptista, que estavam colocados como funcionários em sectores intermédios de direcção. Mas esse seria um processo lento, que só o V Congresso viria a sancionar.

No entanto, no Comité Central consagrado no V Congresso, permanece um núcleo “histórico” que provinha da “reorganização”, fiel ao património doutrinário cunhalista, como Sérgio Vilarigues ou Joaquim Pires Jorge, mas que era um núcleo minoritário, a que se juntava por exemplo, Cândida Ventura. Havia ainda quadros relativamente jovens, chegados há pouco ao CC, como Guilherme da Costa Carvalho ou Jaime Serra, cuja proximidade do legado de Cunhal, os colocaria em posições mais críticas face a Fogaça.

Haveria, por outro lado, aqueles que, mais inexperientes e menos consistentes politicamente se tornavam mais permeáveis à aceitação das inflexões de linha política.

Quadro 4
Comité Central eleito no V Congresso (Setembro de 1957)¹⁴³⁴

Nome	Profissão	Nasc.	Anos			
			Partido	Func.	Prisão	Trabalho Direcção
Júlio Fogaça	Estudante	1907	24	22	7	22
Sérgio Vilarigues	Salchicheiro	1915	25	15	6	16
Joaquim Pires Jorge	Motorista	1907	24	22	4	21
Octávio Pato	Emp. Comércio	1925	16	12		10
Américo Gonçalves de Sousa	Fundidor	1918	23	11	7	10
Cândida Ventura	Lic. em História	1918	21	14		10
António Dias Lourenço	Metalúrgico	1915	25	15	5	14
Jaime Serra	Metalúrgico	1921	21	10	3	6
Pedro Soares	Lic. em História	1915	25	15	10	13
Manuel Luís da Silva Júnior	Electricista	1908	25	13	2	3
José Lopes Baptista	Trabalhador	1917	17	13	3 meses	3
Américo Leal	Corticeiro	1922				
José Martins Marinho	Operário da CUF	1923	19	6		3
Joaquim Gomes dos Santos	Vidreiro	1917	24	5	1	3
Guilherme da Costa Carvalho	Estudante	1921	15	12	6	2,5
Alexandre Castanheira	Estudante	1926	9	3	1	1,5
Afonso da Silva Gregório	Vidreiro	1918	16	10		5
José Alves Tavares Magro	Emp. Escritório	1920	16	12	6	7
Gui Lourenço	Operário	1912	18	13	1	

¹⁴³⁴ Baseado em IANTT, PIDE-DGS, *Documentos apreendidos a indivíduos do PCP*, NP 9110, Pasta 16 – “Lucas” – Lisboa, [2-20]

Manuel Amador de Deus	Corticeiro	1925	14	2	1	
João Alberto Raimundo	Serralheiro	1911	20			
José Miguel	Assal. agrícola	1920	17	3	1,5	1,5
Alda Nogueira	Lic. em Física	1923	15	8		
Manuel Valadares	Físico Nuclear	1904	15			10 *
Sofia Oliveira Ferreira	Doméstica	1922	12	11	3,5	
Virgínia Faria de Moura	Eng. Civil	1915	13	3	4	

* Não obstante a referência não se apuraram quaisquer outras referências à sua inclusão anterior no CC, estando aliás exilado em França desde 1947

Entre os 16 membros efectivos e 10 suplentes eleitos nesse Congresso, são apenas seis os que ascendem pela primeira vez à direcção partidária, dos quais duas funcionárias que desenvolviam trabalho de organização, isto é, de controlo político - Alda Nogueira e Sofia Ferreira, bem como Gui Lourenço, que era ao tempo já um velho funcionário, clandestino desde das greves de 1944, vindo de Alhandra, da Cimentos Tejo.

Dos dois outros quadros operários que ascendem pela primeira vez à Direcção, Manuel Amador de Deus, corticeiro na zona oriental de Lisboa, passara à clandestinidade em 1956, tendo sido preso dois anos antes como militante do MND contando com mais de uma década de actividade militante. João Raimundo, por sua vez, era um militante legal, que nunca fora funcionalizado, também com longos anos de militância e com um papel importante na zona de Almada-Seixal quando no rescaldo das presenciais de 1958 conseguiu segurar a organização num quadro de forte pressão repressiva.

Finalmente foi eleita Virgínia Moura, engenheira, também com largos anos no PCP, com papel destacado nos movimentos legais posteriores à ruptura do MUD, que sofrera inclusivamente várias prisões.

Manuel Valadares, físico nuclear prestigiado, é igualmente apontado como membro suplente do Comité Central, com dez anos de trabalho de direcção, o que parece pouco provável. Valadares exilado em França desde 1947, a trabalhar no laboratório de Joliot-Curie no CNRS, vinha no entanto desenvolvendo uma intensa actividade em torno da constelação Kominformiana de organizações pela Paz, ao mesmo tempo que assegurava uma ligação fundamental ao PC Francês e, por essa via, ao movimento comunista internacional.

Depois do Congresso, apesar da repressão que se abateu sobre o PCP e a sua direcção após as eleições de 1958, Carlos Aboim Inglês ascende ao CC, como suplente,

enquanto Fernando Blanqui Teixeira, que não é eleito no V Congresso por estar preso, vem a ser reintegrado, após se ter evadido do Hospital de S. José em Fevereiro de 1958.

Mais tarde, em finais do ano seguinte, foi ainda sido cooptado para suplente do Comité Central, António Pinto Ferreira, corticeiro, natural de Vendas Novas, que aderiu ao Partido em 1944, passando à clandestinidade dez anos mais tarde, depois de uma breve passagem pela prisão.

A questão dos membros do Comité Central perderem essa condição em caso de prisão constituía um Resolução antiga, de 1943, tomada portanto por alturas do III Congresso, o primeiro ilegal, que seria apenas revogada na reunião do Comité Central de Fevereiro de 1960¹⁴³⁵.

É por isso que no final dos anos 50 nenhum dos dirigentes presos, incluindo Álvaro Cunhal, foram por isso reeleitos no V Congresso, com tudo o que isso implicava sobretudo no plano simbólico.

José Gregório, cujos problemas de saúde afectavam as suas capacidades o obrigaram a sair do país para se tratar, perdera também a sua condição de membro do CC.

Ao longo de todos esses anos, em diferentes momentos, um expressivo conjunto de elementos com experiência de trabalho de direcção ia sendo efectivamente presa, lançando o partido numa situação de instabilidade acentuada, cujos efeitos eram particularmente graves no rescaldo da campanha presidencial de 1958.

Quadro 5

O CC entre o V Congresso e a fuga de Peniche

		Nome	Profissão	Data Prisão/Cooptação
Prisões	Mantendo-se no Partido	Jaime Serra	Metalúrgico	8 de Dezembro de 1958
		Pedro Soares	Lic. em História	5 de Dezembro de 1958
		Joaquim Gomes dos Santos	Vidreiro	5 de Dezembro de 1958
		Guilherme da Costa Carvalho	Estudante	11 de Abril de 1959
		Afonso da Silva Gregório	Vidreiro	29 de Agosto de 1959
		José Alves Tavares Magro	Emp. Escritório	13 de Maio de 1959
		João Alberto Raimundo	Serralheiro	21 de Março 1959
		Alda Nogueira	Lic. em Física	15 de Outubro de 1959
		Sofia Oliveira Ferreira	Doméstica	28 de Maio de 1959
		Afastados ou Expulsos	José Martins Marinho	Operário da CUF
Manuel Amador de Deus	Corticeiro		22 de Março de 1959	
Cooptações		Carlos Aboim Inglês	Estudante	1959
		António Pinto Ferreira	Corticeiro	1959
Reintegrações		Fernando Blanqui Teixeira	Engenheiro	1958

¹⁴³⁵ IAN/TT, PIDE-DGS, PC 344/59, [621]

Por isso, com a fuga de Peniche, a partir de 1960, vai permitir uma recomposição do Comité Central, sendo que dos dez elementos que se evadem, seis são dirigentes e desses, quatro, faziam parte da Direcção saída do V Congresso – Joaquim Gomes, Pedro Soares, Jaime Serra e Guilherme de Carvalho – sendo todos, de imediato, reintegrados no CC. Juntavam-se assim aos quinze elementos que apesar das vicissitudes se mantinham em liberdade.

Vão proceder a uma vasta apreciação do desenvolvimento do partido em matéria de organização, segundo a qual a rectificação de concepções excessivamente centralizadoras, dera lugar a ideias que se afastavam da matriz orgânica implementada desde a “reorganização” nos anos correspondentes à direcção de Álvaro Cunhal.

Essa nova orientação, que viria a ser designada de “desvio anarco-liberal”, assentava na desautorização do Secretariado, no afrouxamento dos critérios de selecção e promoção de quadros, no princípio da rotatividade nos órgãos executivos do Comité Central ou na ideia de que em clandestinidade a constituição dos órgãos de direcção se devia processar por eleição de baixo para cima, a partir dos Secretariados de célula.

Estas concepções, por sua vez, ter-se-iam reflectido na política de quadros e agravado a desagregação e recuo orgânico com a prisão de um importante conjunto de dirigentes e funcionários de direcção intermédia.

Não obstante, o factor que tornava a situação mais grave parecia prender-se principalmente com uma considerável confusão interna ajudado pelo forte clima de tensões e conflitos mais ou menos expressos entre a maioria dos dirigentes que se mantinham em liberdade.

De novo, sob o impulso e a orientação de Álvaro Cunhal, não se tratou de proceder a uma recomposição profunda do CC, mas a uma clarificação política e ideológica, que implicou a reafecção às novas orientações da maioria dos dirigentes antes enleados no “desvio anarco-liberal”, sem demissões, afastamentos ou despromoções, podendo limitar assim essa recomposição à cooptação de um número restrito de dirigentes.

Nessa reunião, para além das cooptações de Francisco Martins Rodrigues e Carlos Costa, evadidos de Peniche, são também chamados ao CC Fernanda Tomás e Augusto Lindolfo. Estas cooptações, se por um lado vêm preencher as vagas deixadas em aberto pelas prisões dos anos anteriores, vêm por outro também responder às necessidades de reorientação partidária.

Quadro 6
Situação do Comité Central em Fevereiro de 1960

Situação	Nome	Profissão	Nasc.
Em funções no interior desde o V Congresso	Júlio Fogaça	Estudante	1907
	Sérgio Vilarigues	Salchicheiro	1915
	Joaquim Pires Jorge	Motorista	1907
	Octávio Pato	Emp. Comércio	1925
	Américo Gonçalves de Sousa	Fundidor	1918
	Cândida Ventura	Lic. Em História	1918
	António Dias Lourenço	Metalúrgico	1915
	José Miguel	Assal. agrícola	1920
	Fernando Blanqui Teixeira	Eng. Químico	1922
	Manuel Luís da Silva Júnior	Electricista	1908
	José Lopes Baptista	Trabalhador	1917
	Américo Leal	Corticeiro	1922
	Alexandre Castanheira	Estudante	1926
	Gui Lourenço	Operário	1912
Reintegrados após a fuga de Peniche	António Pinto Ferreira	Corticeiro	1912
	Álvaro Cunhal	Advogado	1913
	Pedro Soares	Lic. Em História	1915
	Joaquim Gomes dos Santos	Vidreiro	1917
	Guilherme da Costa Carvalho	Estudante	1921
	Jaime Serra	Metalúrgico	1921
Cooptados em Fevereiro de 1960	Francisco Miguel	Sapateiro	1907
	Fernanda Paiva Tomás	Lic Fil. Românica	1928
	Carlos Costa	Estudante	1928
	Augusto Lindolfo	Emp. Escritório	1932
	Francisco Martins Rodrigues	Emp. Comércio	1927

À saída da reunião de Fevereiro de 1960, o CC dispunha de 25 elementos em liberdade, entre efectivos e suplentes, numero bastante expressivo, dadas as condições de clandestinidade que se continuavam a verificar.

Quadro 7
Evolução do Comité Central (Fevereiro de 1960 – Julho de 1965)

Nome	Profissão	Situação
Júlio Fogaça	Estudante	Preso em 28 Agosto de 1960, expulso em 1961
Sérgio Vilarigues	Salchicheiro	No exterior desde 1962
Joaquim Pires Jorge	Motorista	Preso em 15 de Dezembro de 1961
Octávio Pato	Emp. Comércio	Preso em 15 de Dezembro de 1961
Américo Gonçalves de Sousa	Fundidor	Preso em 15 de Dezembro de 1961
Cândida Ventura	Lic. em História	Preso em Agosto de 1960, libertada em 1963,

		no exterior desde 1964
António Dias Lourenço	Metalúrgico	Preso em 14 de Agosto de 1962
José Miguel	Assal. Agrícola	Preso em 27 de Fevereiro de 1961. Libertado em Abril. Assassinado a 17 de Julho de 1961
Fernando Blanqui Teixeira	Eng. Químico	Preso em 6 de Maio de 1963
Manuel Luís da Silva Júnior	Electricista	No interior
José Lopes Baptista	Trabalhador	No exterior a partir de 1962 (?)
Américo Leal	Corticeiro	No interior
Alexandre Castanheira	Estudante	No interior
Gui Lourenço	Operário	No interior
Álvaro Cunhal	Advogado	No exterior desde 1961
Pedro Soares	Lic. em História	No exterior desde 1960
Joaquim Gomes dos Santos	Vidreiro	No exterior entre meados 1962 e meados de 63
Guilherme da Costa Carvalho	Estudante	Preso a 14 de Novembro de 1960. Evade-se a 8 de Dezembro de 1961. Preso a 7 de Maio de 1963
Jaime Serra	Metalúrgico	No interior
Francisco Miguel	Sapateiro	Preso a 22 de Julho de 1960. Evade-se de Caxias a 4 de Dezembro de 1961. No exterior desde 1962
Fernanda Paiva Tomás	Lic. Fil. Românica	Preso a 6 de Fevereiro de 1961
Carlos Costa	Estudante	Preso a 13 de Dezembro de 1961
Augusto Lindolfo	Emp. Escritório	Preso em 25 de Abril de 1962
António Pinto Ferreira	Corticeiro	Demite-se do CC em Dezembro de 1962
Francisco Martins Rodrigues	Emp. Comércio	Abandona o Partido em finais de 1963
Rolando Verdial	Topógrafo	Cooptado em 1962, Preso em 3 de Fevereiro de 1963. Libertado em 30 de Maio de 1963. Expulso.
Domingos Abrantes	Operário	Cooptado em 1963. Preso em 21 de Abril de 1965
Pedro Ramos de Almeida	Estudante	Cooptado em 1963 e no exterior em 1964
António Gervásio	Assal. Agrícola	Cooptado em 1963
José Magro	Emp. Escritório	Evadiu-se de Caxias em 4 de Dezembro de 1961. Preso em 24 de Maio de 1962
Rogério de Carvalho	Emp. de Seguros	Cooptado em 1964

Afinal, entre prisões, expulsões e afastamentos, a recomposição do Comité Central no quadro da “*correção do desvio de direita*”, faz-se em torno núcleo de dirigentes que foge de Peniche, independentemente de terem estado associados à Direcção de Fogaça.

Mesmo Pedro Soares, acusado com Júlio Fogaça de ter avançado mais nas propostas de viragem à direita, surge entre os que se evadem de Peniche, aparentemente alinhado com Cunhal. E Dias Lourenço, em liberdade, não hesitará em colocar-se desse mesmo lado, apesar de pouco tempo antes ter assinado um extenso artigo a defender nas páginas de *O Militante*¹⁴³⁶ o derrube pacífico de Salazar.

Porém, o Comité Central sofrerá um enorme abalo em finais de 1961, quando a PIDE consegue prender alguns dos principais dirigentes como Joaquim Pires Jorge,

¹⁴³⁶ Cf. João [António Dias Lourenço], *Acerca da possibilidade de uma solução pacífica do problema político português*, in *O Militante*, III série, 97, Outubro de 1958

Octávio Pato, Américo Gonçalves de Sousa, António Dias Lourenço num contexto de forte cerco ao PC, que já havia aliás obrigado à saída do país de Álvaro Cunhal e à decisão de colocar a maioria do Secretariado no exterior.

Em contrapartida, a fuga espectacular do forte de Caxias no carro blindado de Salazar, em Dezembro de 1961, permite resgatar para a direcção partidária quadros experientes como Francisco Miguel, Guilherme da Costa Carvalho ou José Magro, ainda que este se consiga apenas manter escassos meses em liberdade, voltando a ser preso no rescaldo das manifestações de 1 e 8 de Maio de 1962 e que Miguel seja também colocado no exterior rapidamente.

A prisão de Guilherme da Costa Carvalho e principalmente de Fernando Blanqui Teixeira, que integrava a Comissão Executiva do CC, ambos em Maio de 1963, representariam duas novas quedas de grande importância.

Assim em Agosto de 1963, novas cooptações permitirão reforçar o Comité Central com a entrada de um conjunto de quadros forjados no MUD Juvenil, como Pedro Ramos de Almeida ou Domingos Abrantes e com funcionários experientes como António Gervásio, com longos anos de trabalho de organização no sul, entre os assalariados rurais. E ainda antes do VI Congresso, Rogério de Carvalho é cooptado para o CC.

O núcleo dirigente encontra-se portanto fora do país – Cunhal, Sérgio Vilarigues e Manuel Rodrigues da Silva, um velho dirigente que fora posto em liberdade no início de 1964, já bastante debilitado fisicamente. No exterior, encontrava-se também Francisco Miguel, depois da fuga da prisão de Caxias, ou ainda Pedro Soares, Georgette Ferreira e Cândida Ventura, todos igualmente reeleitos.

Quadro 8

Comité Central eleito no VI Congresso (Agosto de 1965)

Nome	Profissão	Nasc.	Adesão	Func	CC
Álvaro Cunhal **	Advogado	1913	1934	1935	1936
Sérgio Vilarigues **	Salchicheiro	1915	1931	1942	1941
Manuel Rodrigues da Silva **	Metalúrgico	1909	1933	1935	1935
Joaquim Pires Jorge ***	Motorista	1907	1934	1935	1936
Octávio Pato ***	Emp. Comércio	1925	1941	1945	1948
Joaquim Gomes *	Vidreiro	1917	1934	1952	1955
Alexandre Castanheira *	Estudante	1926	1948	1954	1956
F. Blanqui Teixeira ***	Engenheiro	1922	1944	1951	1958
Pedro Ramos de Almeida **	Estudante	1932	1953	1961	1963
Carlos Costa ***	Estudante	1928	1943	1951	1960
Sofia Oliveira Ferreira *	Doméstica	1922	1945	1946	1957
Francisco Miguel **	Sapateiro	1907	1932	1935	1946

Américo Leal *	Corticeiro	1922	1944	1948	1955
Jaime Serra *	Metalúrgico	1921	1937	1947	1952
Georgete Oliveira Ferreira **	Costureira	1924	1942	1945	1965 ?
Pedro Soares **	Estudante	1915	1932	1940	1952
Domingos Abrantes ***	Metalúrgico	1936	1954	1956	1963
António Dias Lourenço ***	Metalúrgico	1915	1932	1941	1943
António Gervásio *	Assal. Agrícola	1927	1945	1952	1963
Cândida Ventura **	Lic. em História	1918	1936	1943	1946
José Magro ***	Emp. Escritório	1920	1940	1945	1957
Rogério de Carvalho *	Emp. Seguros	1922	1947	1952	1964
Alda Nogueira ***	Professora	1923	1942	1949	1957
Carlos Aboim Inglês ***	Estudante	1930	1946	1956	1959
Aurélio Santos **	Estudante	1931	1955	1956	1965
Ilídio Esteves *	Carpinteiro	1924	1953	1954	1965

* no interior; ** no exterior; *** preso

No interior, é também reconduzido todo o núcleo duro – Joaquim Gomes, Jaime Serra, Alexandre Castanheira, além do grupo de quadros dirigentes com funções quer nas troikas regionais quer no aparelho de imprensa, como Américo Leal, António Gervásio, Rogério de Carvalho ou Sofia Ferreira.

Dos dirigentes que se encontravam presos, a maioria é reeleita – Octávio Pato, Dias Lourenço, Aboim Inglês, José Magro, Alda Nogueira, Blanqui Teixeira ou Carlos Costa. Domingos Abrantes, preso nas vésperas do Congresso integrará igualmente a lista para o CC.

Aurélio Santos, um quadro vindo do MUD Juvenil a actuar em Bucareste na Rádio Portugal Livre será igualmente eleito, assim como Ilídio Esteves, funcionário no interior, que, actuando na região de Lisboa, será no entanto preso logo em Outubro de 1965.

Deste modo, entre 1946 e 1965, isto é, entre o IV e o VI Congresso, passaram pelo Comité Central do PCP, como efectivos e suplentes, mais de meia centena de elementos, dos quais cerca de metade, 25, serão eleitos no congresso de Kiev.

De algum modo, o Congresso de 1965 sintetiza, ao nível dos quadros que vão compor a direcção, o percurso do partido nesses quase vinte anos. O efeito de várias conjunturas políticas na experiência de duas gerações de militantes plasmam-se no Comité Central que daí sai.

A primeira geração, a que pertencem Álvaro Cunhal, Francisco Miguel, Manuel Rodrigues da Silva, Sérgio Vilarigues, Joaquim Pires Jorge, António Dias Lourenço, Pedro Soares ou Cândida Ventura é a que faz a *reorganização* de 1940-41, com quadros políticos vindos dos anos trinta, quadros que na fase final do “velho” partido haviam integrado a Direcção, mesmo que de modo efémero e em contexto de crise partidária

acentuada, mas constituindo, de qualquer forma, uma fonte fundamental de experiência política.

Na segunda geração começam a despontar os jovens quadros políticos de origem operária e sobretudo estudantil, caldeados pela experiência do MUD Juvenil. Produto das conjunturas da guerra fria, fornecerão o principal contingente de quadros em que se vai apoiar o movimento de rectificação ao chamado “desvio de direita”. É o caso de Pedro Ramos de Almeida, de Domingos Abrantes, de Carlos Aboim Inglês, de Alexandre Castanheira ou de Aurélio Santos.

Na preparação do VI Congresso, o Secretariado no exterior, composto por Cunhal, Vilarigues e Rodrigues da Silva, vai desempenhar um papel fundamental.

Cunhal, tendo chegado ao Comité Central em 1936, e tendo passado 13 anos preso, levava ao tempo do VI Congresso 16 anos de trabalho efectivo de direcção. Protagonizara a fase decisiva da consolidação do processo de *reorganização* e encabeçara o partido nos anos cruciais da guerra e do pós-guerra, bem como os da correcção do “desvio de direita”. Era um dirigente incontestado e que se vinha inclusivamente afirmando no seio do movimento comunista internacional.

Sérgio Vilarigues, que enquanto jovem cortador de carnes, entrara para o PC em 1931, com 16 anos, fora preso em 1934 e passara seis anos entre o Aljube, Peniche, Angra do Heroísmo e o Tarrafal. É um dos esteios da *reorganização*, cujo processo integra desde início, como membro da estrutura dirigente do novo partido, tornando-se funcionário em 1942. Até ao início dos anos 60 permanece no interior como dirigente, seja com funções de controlo político em praticamente todas as regiões do país, seja no aparelho de imprensa, integrando o Secretariado durante longos anos, tornando-se numa espécie de 2º Secretário do CC, sempre na sombra tutelar de Cunhal¹⁴³⁷.

Manuel Rodrigues da Silva desempenhara um papel muito activo na formação da CIS, Comissão Inter-Sindical de que se torna responsável em 1935, integrando a redacção de *O Proletário*, o seu órgão clandestino, e passando nesse mesmo ano ao Comité Central. Preso em 1936, só regressará do Tarrafal dez anos depois para voltar a ser preso em 1950. Nesses quatro anos do pós-guerra desenvolve intensa actividade na região de Lisboa, procurando suster o refluxo que o regime e a conjuntura internacional faziam alastrar¹⁴³⁸. Passará 14 longos anos preso até ser libertado e passar, doente, ao exterior onde, poucos meses depois, passa a integrar o Secretariado.

¹⁴³⁷ Cf. Ricardo Machaqueiro, *Amílcar é nome de gente*, in *Expresso-R*, 16 de Março de 1996

¹⁴³⁸ Cf. *Morreu o Camarada Manuel Rodrigues da Silva*, in *Avante!*, VI série, 364, Agosto de 1968

Cunhal, no início do seu exílio instalara-se na União Soviética, onde é noticiada a sua chegada em meados de Setembro de 1961 ¹⁴³⁹, tendo sido instalado numa *datcha* nos arredores de Moscovo, como sucedia com os altos dirigentes de partidos comunistas mudando-se depois a seu pedido para um apartamento no centro de Moscovo, onde o isolamento era incomparavelmente menor, mas onde o contacto com o interior do país continuava demasiado longínquo e sujeito a pesados e morosos processos ¹⁴⁴⁰.

Essa situação sentia-se no interior do país e havia dirigentes que a questionavam, que entendiam que a sua ligação ao partido no interior era muito fraca e que por isso deveria sair de Moscovo, aproximando-se do país, o que aparentemente os soviéticos não queriam, alegando falta de condições de segurança em Paris ou mesmo em Praga ¹⁴⁴¹.

No entanto, a decisão de se radicar em Paris seria efectivamente tomada, na base justamente da proximidade do interior e considerando ser um local seguro para se instalar, o que viria a suceder até 1974, independentemente de se ter deslocado com frequência a Moscovo, a Praga e a outros países de “democracia popular” ¹⁴⁴².

Para além dos membros do Secretariado, outros quadros dirigentes, como Francisco Miguel, Pedro Soares ou Cândida Ventura permanecem no exterior.

Francisco Miguel havia aderido ao PCP em 1932, frequentou a Escola Internacional Lenine, em Moscovo e entrou para o CC em 1939 num momento de grande instabilidade partidária; tendo sido meses depois preso, passando longos anos pelo Tarrafal e pelas prisões do regime, num total de 21 anos de prisão. Apesar das críticas de imprudente activismo que lhe eram movidas, fora um dos que, tendo vindo do aparelho sindical clandestino da CIS, melhor assimilara primeiro a linha de entrismo nos Sindicatos Nacionais, componente fundamental do que vai ser a nova política dos *reorganizadores*.

Miguel, ainda que num curto espaço de tempo, consegue, depois, em 1946-47, lançar as bases da organização dos assalariados rurais do sul, que constituirão um dos bastiões da luta política e social desencadeada pelo PCP entre finais dos anos 40 e

¹⁴³⁹ Cf. IANTT, *AOS/CO/PC-81*, Pasta 1/2/66, PIDE, Serviços de Rádio. Escuta. .Posto de Lisboa. 16.9.61. **Noticiário. O Secretário da Comissão Central do PC Português chegou à União Soviética**

¹⁴⁴⁰ Cf. Rui Perdígão, *O PCP visto por dentro e por fora*, Lisboa, Fragmentos, 1988, pp 63-66

¹⁴⁴¹ Cf *Entrevista a Francisco Martins Rodrigues*, Lisboa, 12 de Setembro de 1997

¹⁴⁴² Cf. Rui Perdígão, *O PCP visto por dentro....*, pp 63-65

inícios de 60, criando uma voz de imprensa clandestina própria para os assalariados dos campos do Sul – *O Camponês*.

Depois de se evadir pela quarta vez das prisões em Dezembro de 1961 é enviado para o exterior onde permanece mais de seis anos, participando no Congresso de Kiev¹⁴⁴³.

Tanto Francisco Miguel como Manuel Rodrigues da Silva haviam integrado no Tarrafal a OCPT, Organização Comunista Prisional do Tarrafal e, nesse contexto, defendido a “Política de Transição”, não obstante virem a ser eleitos para o CC no IV Congresso, tornando-se quadros de referência na reafirmação da linha cunhalista que se expressaria no *Rumo à Vitória*.

Pedro Soares era um jovem estudante quando em 1932 aderiu ao PCP, participando nos Grupos de Defesa Académica e depois, ainda nos anos 30, na organização dos rurais da zona de Beja, donde era originário. Preso em 1934 faz o circuito das prisões do regime até inaugurar o Tarrafal, donde sai, amnistiado em 1940 e onde regressa dois anos depois, para mais quatro naquele campo de concentração. Volta a ser preso em 1954 para se evadir com Cunhal de Peniche.

Apesar de se ter licenciado em Histórico-Filosóficas nos curtos períodos que viveu na legalidade, desenvolve intensa actividade clandestina, vindo a ser eleito para o CC na recomposição de 1952, mantendo-se nesse posto com o V Congresso. Realiza por esses anos várias tarefas no exterior, quer nas colónias, quer em Paris, como representante do PCP junto de vários Partidos Comunistas. Voltará ao exterior após a fuga de Peniche e será o primeiro representante do partido junto da FPLN, depois da instalação da Frente em Argel.

Também licenciada em Histórico-Filosóficas, Cândida Ventura, militante desde 1936 é membro do CC desde o IV Congresso. Funcionária clandestina desde 1943, abalada pelo processo da “fracção do norte”, despromovida, reabilitada com o sopro dos ventos do XX Congresso do PC da União Soviética, com importantes tarefas partidárias na região de Lisboa, é presa em 1960 para ser libertada, doente, três anos depois. Sai do país para receber tratamento em Paris, passando à Checoslováquia em 1965, onde representa o PCP junto do Comité Central do PCCh, integrando a Redacção da *Revista Internacional. Problemas da Paz e do Socialismo*, órgão teórico dos Partidos Comunistas.

¹⁴⁴³ Cf. Francisco Miguel (texto organizado por Fernando Correia), *Das prisões à Liberdade*, Lisboa, Edições Avante!, 1986 e José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal...*, 1, “Daniel”, o jovem revolucionário (1913-1941), Lisboa, Temas e Debates, 1999, pp 253-257 e 385-392

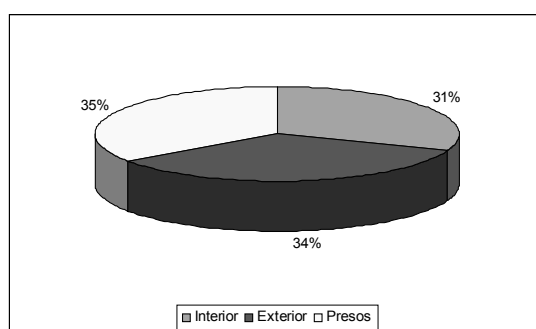
Na verdade, 25 anos depois da *reorganização*, no interior e à frente do partido já não permanecia nenhum dos quadros dirigentes que a havia protagonizado. Tanto Jaime Serra como Joaquim Gomes, os dirigentes com mais anos de partido dentro do país, que vinham de antes da *reorganização*, sendo ambos membros da Comissão Executiva, haviam, no entanto, sido funcionalizados em 1947 e 1952, respectivamente; e a sua cooptação para o Comité Central só ocorre na primeira metade dos anos 50.

Por outro lado, dentro do país, encontrava-se apenas menos de metade dos membros do Comité Central em liberdade, isto é, sete em quinze entre efectivos e suplentes. Eram, evidentemente, quadros experimentados, a maioria dos quais havia aderido ao partido no imediato pós-guerra, com longos anos de clandestinidade e praticamente todos com passagens duras pelas prisões e experiências de fugas das cadeias do regime.

Mas, isto não deixa de nos oferecer uma imagem surpreendente da Direcção do PCP à saída do VI Congresso, com mais de 2/3 dos seus elementos sem qualquer actividade no interior do país, que era, como se fazia questão de vincar, onde deveria estar o centro da luta política e, portanto, o núcleo essencial dos seus dirigentes.

Gráfico 1

VI Congresso do PCP: Localização dos membros do CC eleitos



O VI Congresso consagra um corpo dirigente que, na prática, já estava previamente constituído. Com excepção de Georgette Ferreira e de Aurélio Santos, todos os outros elementos vinham do V Congresso, ou de antes, ou haviam sido cooptados no processo de correcção do “desvio de direita”.

40% dos seus elementos eram de origem operária, tantos quantos os estudantes e intelectuais, sendo os restantes empregados e uma doméstica. Não estava propriamente

assegurada a chamada “regra de ouro” da maioria operária, mas esta composição social não deixa de reflectir o que era o PCP e a sua base militante.

A evolução da composição social do Comité Central entre o IV e o VI Congresso revela justamente um ligeiro empobrecimento desta regra, que, com excepção do V Congresso nunca é verdadeiramente aplicada.

Quadro 9

Composição social do Comité Central entre o IV e o VI Congresso (em %)

	IV Congresso 1946	V Congresso 1957	VI Congresso 1965	Entre o IV e o VI Congresso *
Operários	44,4	53,9	42,5	46,4
Estudantes e Intelectuais	33,3	30,7	38,5	30,4
Empregados e outros	22,3	15,4	19,2	23,2

* Considerando a totalidade dos membros efectivos e suplentes que integraram o CC entre Julho de 1946 e Agosto de 1965

Entre a realização dos IV Congresso, no Verão de 1946 e do VI, no Verão de 1965, dos 56 elementos recenseados que passaram pelo Comité Central, como efectivos e suplentes, como eleitos ou cooptados, verifica-se que uma maioria operária no Comité Central do PCP raramente constituiu uma realidade. Era uma maioria simples à saída do IV Congresso, mas ainda assim abaixo dos 45%, enquanto no VI era de 42,5%. Curiosamente apenas ultrapassaria ligeiramente os 50% no V Congresso, onde foi consagrada a linha programática “de direita”. Foi aliás nesta altura que o grupo dos estudantes e intelectuais esteve em menor proporção, mesmo assim ligeiramente acima dos 30%

Se olharmos agora, não propriamente a composição social do Comité Central à saída de cada um dos três congressos considerados, mas o conjunto dos elementos que ao longo desses 19 anos passaram por esse órgão, o quadro não se alterando substancialmente, permite verificar como, não constituindo maioria, o grupo dos operários era efectivamente o mais numeroso, com 26 elementos, correspondendo a 45,5%, seguido dos estudantes e intelectuais, com 17 e dos empregados e outras profissões com 13.

Evidentemente que cada uma das categorias sociais consideradas, remete para a profissão, situação social ou grau académico adquiridos no momento da funcionalização, já que no momento da ascensão à Direcção partidária, apenas três elementos, ou seja 5,4% desse conjunto, não eram funcionários nem se viriam a funcionalizar. José Marreiros de Mendonça, Virgínia Moura e Manuel Valadares, Engenheira Civil e Físico, respectivamente.

Mas, considerando o período que medeia entre a funcionalização e a subida ao Comité Central, muitos deles haviam perdido há muito o contacto com a sua própria actividade profissional.

Entre os principais dirigentes de origem operária, Sérgio Vilarigues, era, segundo a sua biografia oficial, cortador de carnes verdes, ou salchicheiro, como também é apresentado. Quando preso, em 1934, tem apenas 19 anos, passa seis anos detido e quando libertado mergulha na clandestinidade dois anos depois, não mais voltando a exercer a sua actividade profissional. Em 1965 tem 50 anos, 23 de clandestinidade e 22 de Comité Central. Havia passado quase trinta desde que fora preso¹⁴⁴⁴. A actividade profissional como salsicheiro fora breve e reportava-se à juventude. Mais de metade da sua vida fora passada na prisão e sobretudo na clandestinidade.

Manuel Rodrigues da Silva, serralheiro mecânico, tinha no VI Congresso 56 anos e sofrera 24 anos de prisão. Passara á clandestinidade em 1935 apenas com 26 anos e aí se manteria até morrer, em 1968. Mesmo tendo começado a trabalhar como operário metalúrgico na Manutenção Militar apenas com 13 anos, tinha em 1965 desempenhado a sua profissão de serralheiro durante pouco mais de 12 anos e passado três décadas entre a prisão, a clandestinidade e o exílio¹⁴⁴⁵.

A situação no que se refere aos quadros operários que constituíam a Comissão Executiva no interior é, apesar de tudo, ligeiramente diferente. A sua composição social melhorara bastante deste ponto de vista com a entrada de Joaquim Gomes e Jaime Serra, que foram cobrir as vagas deixadas em aberto com a saída de Martins Rodrigues e a prisão de Blanqui Teixeira, em 1963. Ambos haviam aderido ao Partido nos anos 30, mas só chegam ao CC bastante mais tarde, após um percurso de vários anos como funcionários.

Serra começara a trabalhar aos 12 anos como servente de pedreiro, no Barreiro, quando residia em Lisboa, na ponta ocidental da cidade. Aderira muito jovem, em 1937, às Juventudes Comunistas, ano em que é preso pela primeira vez. Quando em liberdade, muda de profissão, torna-se caldeireiro, primeiro e traçador naval, depois, com passagem significativa pelo Arsenal de Marinha, ao tempo já instalado na Margem Sul, no Alfeite. O rumo da sua vida, que a pobreza arrancara à escola leva-o de novo lá,

¹⁴⁴⁴ Cf. **Presos políticos no regime fascista. 1932-35**, Lisboa, PCM/CLNSRF, 1981, p. 171 e **7º Congresso Extraordinário do PCP**, Lisboa, Avante!, 1974, pp 267-271

¹⁴⁴⁵ Cf. **Presos políticos no regime fascista. II. 1936-1939**...., 1982, p. 138 e **Morreu o Camarada Manuel Rodrigues da Silva**...

agora já como jovem operário no ensino industrial nocturno. Após um papel destacado na direcção da greve dos estaleiros navais de Lisboa, em 1947, mergulha na clandestinidade, é preso em 1949 e foge em 1950 para ser capturado em 1954 e evadir-se em 1956; volta a ser preso em 1958 e integra a fuga colectiva de 1960, vindo a tornar-se um dos mais importantes quadros no interior.

À data do Congresso de Kiev tinha 44 anos, integrava o CC há 13 e era funcionário há 18. A vida profissional activa decorrera ao longo de 14 anos¹⁴⁴⁶.

Gomes, por sua vez, é vidreiro, vem da Marinha Grande, onde começara a trabalhar ainda criança, aos seis anos, mantendo uma memória viva dos episódios do 18 de Janeiro de 1934. Embora a sua funcionalização só se dê em Lisboa, em 1952, quando era operário na Fábrica de Lâmpadas Lumiar, será chamado à Direcção por altura da VI Reunião Plenária Ampliada do Comité Central, realizada em Agosto de 1955. Sofre apenas dois anos de prisão, porque tendo sido preso no rescaldo das eleições de 1958, é um dos que se evade de Peniche com Cunhal. Aos 48 anos, quando é confirmado no CC pelo VI Congresso, tinha 10 de Comité Central e 13 de funcionário; o que lhe permitira que tivesse 30 anos de actividade profissional¹⁴⁴⁷.

Esta elite partidária de origem operária, é composta sobretudo por metalúrgicos e vidreiros, que representam um pouco mais de um terço das profissões dos dirigentes de origem operária.

Quadro 10

Operários no Comité Central por profissão

Profissão indicada	Nº
Metalúrgicos	5
Vidreiros	4
Corticeiros	3
Litógrafos	2
Assalariados Agrícolas	2
Operários	2
Têxtil	1
Sapateiro	1
Electricista	1
Trabalhador	1
Operário da CUF	1
Costureira	1
Carpinteiro	1
Salsicheiro	1

¹⁴⁴⁶ Cf. *Presos políticos no regime fascista. V. 1949-1951...*, 1987, pp 69-71, Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber*, Lisboa, edições Avante!, 1997 e 7º Congresso Extraordinário do PCP...

¹⁴⁴⁷ Cf. *Presos políticos no regime fascista. VI. 1952-1960...*, 1988, p. 264, Joaquim Gomes, *Estórias e emoções de uma vida de luta*, Lisboa, edições Avante!, 2001 e 7º Congresso Extraordinário do PCP...

Mas predomina a diversidade de profissões com 2 corticeiros, 2 assalariados agrícolas e 2 litógrafos, e depois um único elemento por distintas profissões – sapateiro, electricista, químico ou têxtil, entre outros. Proletários oriundos de grandes fábricas, mesmo que tomadas à escala do aparelho industrial do país, apenas dois, um do Arsenal e outro do complexo fabril da CUF.

O Comité Central é, por outro lado, um corpo profundamente masculinizado, em que se regista apenas a presença de seis mulheres (10,7%) no universo considerado. O seu percurso é quase invariavelmente, com excepção de Virgínia Moura, feito por longos anos de permanência nas casas clandestinas, como “companheiras”, a quem eram destinadas apenas tarefas “técnicas”, de assegurar o funcionamento doméstico, assumir mitigadas funções de “secretariado” (dactilografar textos, organizar ficheiros de documentos) e de defesa da casa. Além disso, dessas cinco funcionárias, três são de origem intelectual – Cândida Ventura, Alda Nogueira e Fernanda Paiva Tomás; aliás tanto Cândida como Alda foram companheiras de dirigentes de topo, fosse Piteira Santos e Américo Gonçalves de Sousa ou Sérgio Vilarigues.

Dessas tarefas “técnicas” são ambas destacadas para trabalho de organização, isto é, de controlo de organismos de âmbito territorial ou sócio-profissional. Cândida integrou nos anos 50 a troika regional do norte e em 1958-60 a de Lisboa. Mesmo nos anos em que foi destituída do CC por “fraccionismo” permaneceu como funcionária e foi incumbida de controlar a organização da CUF, no Barreiro. Alda, por sua vez, controlou o sector laboral da Direcção de Organização Regional de Lisboa entre 1956 e 1959.

Em todo o período considerado, os elementos que passaram pelo Comité Central, começaram por se tornar funcionários em consequência da sua militância sobretudo na cidade de Lisboa, incluindo a corda industrial de Vila Franca e a Margem Sul (60,7%), independentemente do grupo social a que pertencem e do sector partidário específico onde militavam, deixando a larga distância outros centros ou regiões, de considerável influência partidária, como o Porto ou toda a zona sul, (ambas com 12,5%).

Dos 56 elementos recenseados, treze (23,2%) foram afastados, expulsos ou assassinados. Mais de metade destes, sete, por declarações devastadoras prestadas à polícia. Foram particularmente graves os casos de Mário Mesquita, em 1950, de José

Miguel, em 1961 e de Rolando Verdial, em 1963, que tiveram protecção e apoio policial quando postos em liberdade, tendo-se Verdial e Miguel, passado para a própria PIDE.

No caso de Miguel, em 27 de Fevereiro de 1961 a GNR detectou o transporte de volumes para uma casa e julgou tratar-se de contrabando, vindo a verificar ser uma instalação clandestina do PCP, pelo que prendeu a sua companheira. Comunicado o facto à PIDE, José Miguel, que habitava a instalação desde inícios de 1960, seria preso no dia seguinte quando se dirigia a casa.

As declarações de substância prestadas à polícia são datadas de 24 de Abril e resumem o que se teria passado nos dois meses anteriores, desde que foi preso. Porém, teria havido acordo entre a PIDE e José Miguel, pelo que para fundamentar a sua libertação são redigidos outros autos, sensivelmente na mesma altura, em que este nega insistentemente pertencer ao PCP.

O despacho de libertação de José Miguel é de 28 de Abril porque “*os autos não mostram elementos bastantes que permitam definir as actividades delituosas contra a segurança do Estado desenvolvidas pelos arguidos José Miguel “O Lambanas” e Francisca da Ascensão, como membros do chamado partido comunista português*”¹⁴⁴⁸.

Posto em liberdade, emprega-se na construção civil e em Junho residia no Alto das Flores, já no Feijó, concelho de Almada, “*sendo notória a sua ligação com a PIDE, o que ele não disfarçava*”¹⁴⁴⁹. No mês seguinte, o *Avante!* informa da sua expulsão e a 17 desse mês o seu corpo é encontrado sem vida no caminho que normalmente percorria.

Nos restantes casos, os afastamentos e expulsões devem-se fundamentalmente a motivos políticos e ideológicos ou por quebra e violação da disciplina partidária, ocorrendo fundamentalmente no período de maior sectarismo, entre 1949 e 1954.

Júlio Fogaça, em contexto completamente diferente, seria, depois de preso e depois de apuradas as circunstâncias da sua prisão, expulso do Partido. Detido em Agosto de 1960, na altura com 53 anos, encontrava-se acompanhado de um jovem operário com quem manteria relações homossexuais, cujas declarações pormenorizadas vão permitir à polícia sujeitar o dirigente comunista a um humilhante processo em que as questões políticas se entrelaçam com questões “de costumes”, tornando o seu processo judicial uma peça abjecta.

¹⁴⁴⁸ ANTT, PIDE-DGS, PC 213/61, 3º volume, Vista em 28 de Abril de 1961, [24]

¹⁴⁴⁹ INPCC/ Museu e Arquivo Histórico da Polícia Judiciária. Arquivo Histórico-Documental, *Processo 14379/1961*, [Informação] de 18 de Julho de 1971, mns, O Agente da Polícia Judiciária, [5]

O *Avante!* começa por noticiar a sua prisão como membro do Comité Central, sublinhando tratar-se de um dos mais antigos militantes em actividade, com 28 anos de vida partidária, dez dos quais preso, manifestando preocupação por desconhecer o seu paradeiro às mãos da polícia ¹⁴⁵⁰.

Só muitos meses depois, em Julho de 1961 é que *O Militante* publica uma pequena nota em três linhas, segundo a qual o Comité Central do PCP delibera a sua suspensão do partido até esclarecimento e resolução ulterior de “*aspectos da conduta*” graves, embora salvaguardando o seu comportamento perante a polícia, tendo-se recusado a prestar quaisquer declarações ¹⁴⁵¹.

A notícia da sua expulsão parece nunca ter sido publicamente divulgada, porém uma deliberação interna de Novembro desse ano determina “*comunicar a todo o Partido que por actos imorais, por graves faltas conspirativas que punham em perigo a segurança da Direcção do Partido e por gastos indevidos de dinheiro, o Comité Central decidiu, por unanimidade, expulsar Júlio Fogaça das fileiras do Partido*” ¹⁴⁵²

A partir daí passaram a correr no PCP versões nem sempre completamente coincidentes sobre as circunstâncias da sua prisão, embora acentuando invariavelmente o pretenso facto de que teria sido em flagrante relação homossexual, ora na praia ora numa pensão.

Por isso, quando da sala 7 do forte de Caxias, se prepara ao longo do ano de 1961 a fuga no carro blindado de Salazar, que virá a ocorrer em Dezembro, Fogaça é um dos que não tem lugar na viatura ¹⁴⁵³.

Júlio Fogaça era um dos principais dirigentes em actividade no interior do país e um dirigente experimentado nas duras regras da clandestinidade. Sabia bem dos riscos de quebra dessas regras, por isso o que surpreende não é a sua orientação sexual, mas, segundo a versão tornada oficial, decorrente até do próprio processo, que mantivesse um relacionamento dessa natureza com um indivíduo exterior ao partido.

Efectivamente, o jovem que é preso com Fogaça nega a sua condição de militante, insinuando ter sido apenas aliciado politicamente, isto é, ser um vago simpatizante. Porém, o dirigente comunista numa carta que lhe envia em Junho invoca, num tom paternalista e franco, uma amizade de anos e aconselha-o a manter uma

¹⁴⁵⁰ Cf. *Desconhece-se o paradeiro de Francisco Miguel, Júlio Fogaça e Cândida Ventura*, in *Avante!*, VI série, 293, Setembro de 1960

¹⁴⁵¹ Cf. *Resolução do Comité Central*, in *O Militante*, III série, 111, Julho de 1961

¹⁴⁵² [sem título], in TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo 92/62*, 16º vol., apenso a fls 833

¹⁴⁵³ Cf. José Magro, *Cartas da prisão*, Lisboa, Edições Avante!, 1975, p. 80

relação afectiva com uma mulher¹⁴⁵⁴, pelo facto de reforçar publicamente a sua seriedade.

Todavia, em tribunal, na contestação à acusação do Ministério Público, Fogaça nega com veemência a acusação de homossexualidade como “*rematada e acintosa falsidade*”, ainda que essa situação fosse do conhecimento do PCP desde o período em que esteve detido no Tarrafal¹⁴⁵⁵.

Não obstante todas as vicissitudes, os efeitos da repressão, as circunstâncias penosas da prisão e sobretudo da vida clandestina, não impediram a configuração de um escol partidário sólido, que sobreviveu às agruras do tempo, às tensões intrapartidárias, às flutuações de linha política. Trata-se, evidentemente, um núcleo muito restrito, que perdurará até 1974 e ao derrube da ditadura, projectando-se para além disso, mas que está já plenamente delimitado no VI Congresso, em 1965.

Quatro dos membros eleitos no VI Congresso – Cunhal, Vilarigues, Pires Jorge e Dias Lourenço – pertenciam ao CC desde o I Congresso Ilegal e nessa condição permanecerão, emergindo na legalidade com o 25 de Abril de 1974.

Esses e outros tantos, consagrados no CC em 1946, transportando a experiência da “reorganização” de 1940-41, são homens com menos de 40 anos. O mais velho, Joaquim Pires Jorge, tinha 39 anos.

Com base nos elementos disponíveis, do conjunto dos elementos considerados entre 1946 e 1965, a média de idades no momento em que atingem o Comité Central é de 33,8 anos, enquanto que a idade média de adesão desses militantes ao partido é de 21,7 anos, o que significa que o percurso entre a entrada no partido e a ascensão à Direcção tem uma duração média de sensivelmente 12 anos.

Não são propriamente comuns os percursos de mobilidade vertical muito rápidos, mas, ainda assim, de entre o conjunto analisado, em cerca de 29% dos casos considerados a ascensão ao Comité Central ocorre num período inferior a 5 anos após terem passado à clandestinidade.

Isso é particularmente patente com alguns militantes vindos da “reorganização”, onde, por manifesta falta de quadros, esse caminho foi muito curto. António Dias

¹⁴⁵⁴ **Carta de Fernando** [Júlio Fogaça] a **Américo**, 6 de Junho de 1960, TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo 36/61*, 4º vol., apenso a fls 249

¹⁴⁵⁵ Cf. **Informação “Santarém”**, de 23 de Março de 1946, IAN/TT, Pide-DGS, *P. 1693/SR* e Comentário de 11 de Janeiro de 2008 às 17:16 a **Bl, mais m-1 que homo**, in agualisa6.blogs.sapo.pt/441975.html [Água Lisa, blogue de João Tunes]: “Esta questão da homossexualidade do Fogaça era do conhecimento da Direcção do PCP, desde a estadia deste no Tarrafal. Confirmei isso, há já bastante tempo, com o Pires Jorge, como sabes, com quem tive uma relação “familiar”: o meu filho mais velho é neto dele. Confirmei, há pouco tempo, com o Edmundo Pedro, que esteve no Campo do Tarrafal ao mesmo tempo em que o Fogaça lá estadiou, a mesma situação”

Lourenço e Luís Guedes da Silva, militantes desde os anos 30, tornam-se funcionários na altura em que ascendem ao CC no III Congresso.

Mais tarde, mas em certa medida do mesmo modo, Soeiro Pereira Gomes, é guindado ao CC dois escassos anos depois de ter passado à clandestinidade no rescaldo das greves de 8 e 9 de Maio de 1944 na zona de Alhandra/Vila Franca. Estas greves dariam aliás ao Comité Central mais dois membros, forçados à clandestinidade pela pressão policial – José Lopes Baptista e Gui Lourenço.

Era frequente que as grandes vagas repressivas, mais do que as reorientações de natureza política, acelerassem os processos de funcionalização e de promoção ao CC numa lógica de imperiosa necessidade de recomposição.

Porém, o V Congresso e a implementação do chamado “desvio de direita”, originara algumas escolhas que se revelariam desastrosas e que constituiriam um poderoso argumento utilizado por Álvaro Cunhal e os seus apoiantes para procurar demonstrar a ligação entre esse desvio político e uma péssima política de quadros.

Na realidade, no V Congresso são indicados para o CC militantes, como José Marinho, José Miguel ou Amador Dias de Deus que, quando presos, provocam com as suas declarações prejuízos enormes à organização partidária.

Todavia, no arranque do processo de “correção do desvio de direita”, é também cooptado Augusto Lindolfo, um jovem estudante da Póvoa do Varzim que havia aderido muito novo ao PCP, apenas com 15 anos, militando ao tempo activamente no MUD Juvenil. Tornar-se-á funcionário em 1958, evitando ser preso quando a PIDE lhe assalta a casa. Promovido ao CC logo em 1960, sofre uma prisão entre 1962 e 1967, para voltar à clandestinidade em 1969 e ser de novo preso em 1971, estando então na origem do último grande abalo orgânico suscitado pela repressão antes do 25 de Abril de 74..

Como Lindolfo, muitos quadros fizeram um longo percurso como militantes “legais”, antes de se tornarem funcionários, mesmo que depois a sua progressão no aparelho do PCP se acelerasse. Joaquim Gomes, só passa à clandestinidade em 1952, após 12 anos como “apoio” da Direcção Central.

António Gervásio ou Rogério de Carvalho passaram igualmente longos anos como funcionários, antes de subirem ao CC. Com Gervásio, que entrou para o PC em 1945 e passou à clandestinidade em 1952, isso apenas sucedeu em 1963, depois de muitos anos a militar entre os assalariados agrícolas do sul, tendo-se evadido de forte de Peniche no carro blindado de Salazar para logo se lançar na organização da luta pelas 8 horas no Alentejo em Maio de 1962. Rogério de Carvalho, por seu turno, no partido

desde 1947 e funcionário desde 1952, apenas chegará ao CC em 1964, depois de duas prisões em 1953 e 58, ambas na região de Lisboa, e de integrar o grupo que se evadiu de Peniche, voltando a ser destacado para a desgastante e perigosa organização de Lisboa, a cuja troika pertenceu.

O Comité Central que, estatutariamente, era o órgão mais importante do partido reuniu pelo menos 39 vezes entre 1949 e 1965, o que dá uma média ligeiramente superior a duas reuniões por ano.

Quadro 11
Reuniões do Comité Central e Congressos

	Jan.	Fev.	Mar.	Ab.	Mai.	Jun.	Jul.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1949												
1950												
1951		CC ?										
1952												
1953												
1954												
1955												
1956										CC ?		
1957									V			
1958												
1959												
1960												
1961												
1962												
1963												
1964												
1965					CC ?			VI				

■ Reunião do CC ■ Congresso CC ? Provável Reunião do CC

Porém, a sua cadência é bastante irregular, quer quanto ao período entre reuniões quer quanto ao número de presenças, fortemente condicionada, antes do mais, pelas condições de vida clandestina.

Em Outubro de 1949, o Comité Central reuniu, por exemplo, na zona de Abrantes, na aldeia de Concavada, na instalação clandestina de Pires Jorge e só voltaria a reunir um ano mais tarde, na região de Coimbra. Aparentemente a Direcção procurava ao longo desse ano recompor-se das prisões de Cunhal e Militão Ribeiro, mas a combinação arrasadora de sucessivas perdas por prisão e doença e pelo enchimento da maré sectária obrigaram a um longo período sem reuniões e num quadro orgânico muito debilitado, que se arrastaria aliás por todo o ano de 1952 e 1953.

Na reunião de Outubro de 1949, dos quinze elementos que se encontravam em funções, participaram apenas seis – Júlio Fogaça, Manuel Guedes, Gilberto de Oliveira

e Pires Jorge, Dias Lourenço e Mário Mesquita, o que corresponde a 40% dos seus membros.

Um ano mais tarde, na reunião seguinte, desses 15 membros, 3 tinham sido presos e 2 destituídos, participando cinco elementos – José Gregório, Manuel Guedes, Fogaça, Pires Jorge e Mário Mesquita, correspondendo a metade dos seus membros em liberdade ¹⁴⁵⁶.

Principalmente por razões de segurança, na reunião de 1949 estão ausentes José Gregório e Sérgio Vilarigues, dirigentes de primeira linha e em Outubro de 1950 Vilarigues volta a não participar. Américo Gonçalves de Sousa, Cândida Ventura, Marreiros de Mendonça e Octávio Pato, efectivos ou suplentes do CC, não estão igualmente presentes em qualquer dessas reuniões. Tornava-se necessário resguardar uma parte do CC face a uma eventual investida policial sobre a reunião.

Na impossibilidade ou inconveniência de realizar Congressos e com o CC bastante desfalcado, retoma-se uma prática anterior de realizar reuniões de Direcção com carácter alargado, o que sucede em Abril e Dezembro de 1952, Março de 1954 e Agosto de 1955 com as III, IV, V e VI Reuniões Ampliadas do Comité Central, que, em contrapartida permitem a participação de quadros que não integravam o organismo de topo.

Contudo, nesta fase, se o ambiente interno se teria degradado bastante, também se instalam concepções orgânicas que serão depois asperamente criticadas pelo grupo cunhalista como desvio anarco-liberal.

Nas reuniões do Comité Central, para além de continuarem a deixar de fora uma parte dos seus elementos por questões de segurança, desenvolveu-se a ideia do desempenho rotativo de cargos executivos do Comité Central, o que contradizia o princípio dos mais capazes nos postos de maior responsabilidade, na base do qual se tinham erigido as concepções e os critérios que deveriam nortear a composição desses órgãos. A correcção do “desvio de direita” reporá os conceitos originais.

De qualquer modo, a participação apenas de parte dos dirigentes nas reuniões faz-se no quadro de uma preocupação central, que era a de assegurar a continuidade do seu funcionamento, o que sucedeu quando, em 1961, a polícia se apercebe da realização de uma reunião e prende os principais elementos quando se dirigiam ou se preparavam para aí participar.

¹⁴⁵⁶ Cf. IANTT, PIDE-DGS, *P. 174/GT, PCP*, s.d., dacti., [65-69]

Estas circunstâncias determinariam, no entanto, uma redefinição orgânica importante. A reunião do CC de Dezembro de 1962 que se realizou na zona de Ourém, foi a última a ter efeito no interior do país. Participam apenas cinco dos 16 membros que se mantinham em liberdade, ainda que desses pelo menos outros 5 estivessem no exterior.

Aí determinava-se “*Manter fora do país o Secretariado do Comité central ou, pelo menos, a maioria dos seus membros*” como medida de segurança, enquanto no interior seria criado “*um organismo executivo do Comité Central, que assegure dentro do país a direcção diária da actividade do Partido, organismo que se denominará Comissão Executiva do Comité Central*”¹⁴⁵⁷.

Este órgão ficaria composto por Alexandre Castanheira, Francisco Martins Rodrigues e Blanqui Teixeira, como responsável e, simultaneamente, membro do Secretariado.

Assim, as reuniões da Direcção passam a ser anuais, realizam-se fora do país. A primeira dessas reuniões

realiza-se em Agosto de 1963, em Moscovo e a sua composição reflectirá justamente essa situação, continuando a participar apenas uma pequena parte dos seus membros em nome da segurança. Mas, para além disso, a maioria dos que se reuniam em Moscovo estavam no exterior e, do país, fora apenas Martins Rodrigues e Joaquim Gervásio.

Nesta reunião participaram os três elementos do Secretariado no exterior – Cunhal, Vilarigues e Joaquim Gomes, o que correspondia logo a um terço das presenças verificadas. Estavam assim em curso as medidas organizativas tomadas pela reunião do Comité Central de Dezembro de 1962,

Com a prisão de Blanqui, em Janeiro de 1963 e o dissídio de Martins Rodrigues, foi necessário recompor a Comissão Executiva ainda em 1963, que se mantém até ao VI Congresso. Para além de Alexandre Castanheira que se mantinha, entrava Jaime Serra e Joaquim Gomes, o novo responsável, que era ao mesmo tempo membro do Secretariado, regressando, para o efeito, ao país.

Na estrutura partidária, antes de Dezembro de 1962 e ainda que de forma descontínua, o Comité Central dispôs de uma Comissão Política, órgão que viria a ser consagrado no Artigo 13º dos Estatutos de 1957:

¹⁴⁵⁷ Sobre a organização e defesa do trabalho de Direcção – Resolução do Comité Central, in *O Militante*, III série, 121, Dezembro de 1962

*“A Comissão Política do Comité Central que reúne com regularidade, é o organismo encarregado de assegurar a direcção do Partido no intervalo das reuniões do Comité Central. A Comissão Política estuda e leva à prática a convocação e a organização das reuniões do Comité Central...”*¹⁴⁵⁸

Se em 1949, por efeito das prisões verificadas, funciona apenas um Secretariado do Comité Central, composto por José Gregório, Manuel Guedes e Júlio Fogaça, que Sérgio Vilarigues substituirá ainda nesse ano por discordâncias no CC quanto à sua participação, esta estrutura tenderá a ser reforçada pelos anos de 1951 e 1952 com a integração de Joaquim Pires Jorge e Octávio Pato e com a reentrada de Fogaça.

Até depois do V Congresso, apesar da prisão de Guedes e da saída do país de Gregório, este será o núcleo central de direcção política, reforçando-se a tendência para a criação de uma Comissão Política, que corresponde a uma espécie de “normalização” orgânica e que, ao fim e ao cabo, permitirá repor uma tradição que vinha aliás desde os primeiros da “reorganização” com a criação de um Bureau Político.

A partir de 1957 e até à fuga de Peniche, esta Comissão Política era composta, por Pires Jorge, Sérgio Vilarigues, Júlio Fogaça, Octávio Pato, Américo Gonçalves de Sousa, Dias Lourenço e Jaime Serra que em diferentes momentos integraram também o Secretariado em função das diferentes recomposições.

Esta fase correspondeu a um forte conflito de competências internas ao Comité Central, que se arrastou até à reunião de Fevereiro de 1960 e que seria, igualmente criticado no âmbito da correcção do “desvio de direita” em matéria de organização¹⁴⁵⁹, ainda que as funções que nesse contexto lhe são conferidas¹⁴⁶⁰ não se distingam qualitativamente das que são definidas pelos Estatutos de 1957.

No quadro dos órgãos do Comité Central adquiria importância a Comissão de Organização, com funções importantes pelo acompanhamento que fazia aos grandes problemas de funcionamento orgânico e, sobretudo, ao controlo da evolução do número de militantes e simpatizantes.

Não obstante, esta Comissão tinha um carácter consultivo e podia incluir quadros que não pertencessem ao CC. A tendência verificada com a correcção do “desvio de direita” foi no sentido de reforçar esse carácter e esvaziá-la de autonomia orgânica que pudesse constituir elemento de colisão principalmente com o Secretariado,

¹⁴⁵⁸ Estatutos do Partido Comunista Português (Aprovado pelo V Congresso), s.l., Outubro de 1957, p. 13

¹⁴⁵⁹ Cf. Comité Central do Partido Comunista Português, **A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de Direcção**, s.l., Edições Avante!, Dezembro de 1960, pp 12-16

¹⁴⁶⁰ Cf. Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, **A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de Direcção**, Projecto s.l., s.d [Novembro de 1960], cicl., p. 53

ligando-a mais aos órgãos de Direcção intermédia, chamando membros dessas estruturas a participar, sem preocupações em manter uma constituição permanente, fazendo-a depender do momento específico em que se realizassem as suas reuniões ¹⁴⁶¹.

A grande mudança produzida na viragem dos anos 50 para 60 foi no sentido do fortalecimento e da centralização da direcção partidária em torno do Secretariado, considerado claramente como o órgão mais importante do Partido, na medida em que assegurava a direcção partidária quotidiana, tarefa que a partir de 1963 foi parcialmente partilhada com a Comissão Executiva, não tanto pelas funções, mas mais pelo facto de praticamente todo o Secretariado estar no exterior, de quem inequivocamente dependia.

Ainda assim, na pirâmide funcional, o responsável pela Comissão Executiva era um membro do Secretariado, o único no interior do país que articulava organicamente por controlo, aquela Comissão com o Secretariado.

Quando em 1960 o CC procede à revisão das questões organizativas fica claro que as organizações de direcção provincial são as estruturas intermédias mais importantes sob seu controlo:

“(...) o controle pelo Secretariado do CC deve ser mais apertado, não deixando lugar a dúvidas de que o Secretariado é o organismo superior e esses organismos são organismos inferiores e ele (mesmo quando constituídos por membros do CC ou da Com. Pol.) ¹⁴⁶².

Deste modo, a estrutura dirigente do Partido, não obstante o período que segue ao V Congresso, assenta na autoridade e no poder do Secretariado, mesmo que, mais tarde, mediado pela acção da Comissão Executiva.

O sistema organizativo fazia com que inclusivamente entre duas reuniões do Comité Central e fora situações muito pontuais de auscultação, os seus membros estivessem hierarquicamente equiparados a outros quadros que, não pertencendo ao CC, integravam com eles as estruturas intermédias de direcção.

3. Os funcionários e a clandestinidade

Os funcionários políticos formavam a espinha dorsal da organização partidária. Na concepção leninista de partido, a existência de um núcleo de revolucionários

¹⁴⁶¹ Cf. **Idem**, pp. 53-54

¹⁴⁶² **Idem**, p. 54

profissionais era um aspecto nuclear, mesmo do estrito ponto de vista da defesa do partido, como aliás Lenine, sustenta no *Que fazer?*:

*“é muito mais difícil capturar uma dezena de homens inteligentes do que uma centena de patetas, e continuarei a defender este ponto de vista, sem fazer caso dos vossos esforços para atirar a multidão contra o meu ‘antidemocratismo’ (...). Por ‘homens inteligentes’ em matéria de organização deve-se entender, como já o indiquei em várias ocasiões, apenas os revolucionários profissionais, quer sejam estudantes ou operários de origem”*¹⁴⁶³.

O seu recrutamento fundava-se em critérios de dedicação, combatividade, capacidade de direcção política e consistência ideológica, conferindo atenção particular à respectiva origem e condição social.

Uma rigorosa política de quadros deveria permitir a identificação, acompanhamento e selecção dos melhores de entre os melhores militantes para serem convidados a passar à clandestinidade. O controlo do processo, assente em primeiro lugar no conhecimento pessoal, era complementado para efeitos de decisão formal num documento escrito de carácter biográfico redigido pelo próprio candidato proposto a funcionário.

Reproduzia-se desta forma uma prática do movimento comunista internacional vinda do início dos anos 30, cujo princípio ideológico era o de que a história da vida social e política de cada militante constitui o critério para organizar a hierarquia partidária, tornando-se assim um *“elemento essencial das relações de poder no seio dos partidos comunistas”*¹⁴⁶⁴.

A Internacional Comunista foi beber esta prática ao modo como a estruturação do novo poder soviético, nos anos vinte, introduziu um instrumento de controlo, que enquadrava e condicionava formalmente a mobilidade vertical no aparelho partidário – a autobiografia, correspondendo à necessidade de instituir mecanismos formais de promoção, aferindo competências e capacidades de desempenho das tarefas políticas e técnicas dos quadros.

A forma rápida como a Internacional Comunista a adoptou e transformou numa componente central do processo de bolchevização, permitiu ampliar às suas próprias

¹⁴⁶³ V. I. Lenine, *Que Fazer?*, Lisboa, Estampa, 1975, p. 141

¹⁴⁶⁴ Claude Pannetier e Bernard Pudal, *Autobiographies, autocritiques, aveux dans le monde communiste*, Paris, Belin, 2002, p. 10

fileiras e às da constelação mundial de partidos comunistas o mesmo tipo de mecanismo de controlo, selecção, promoção ou expurgo dos seus militantes ¹⁴⁶⁵.

A autobiografia era um documento institucional, normalizado quanto aos aspectos a contemplar. Estava, por isso, longe de ser um texto livre e aberto que cada um redigia como entendia.

Do militante queriam-se conhecer as raízes sociais e profissionais; o percurso político, as dúvidas, incompreensões e deficiências no seu trabalho; a ligação mesmo que remota a elementos da burguesia, a reaccionários; a sua combatividade e disposição militante; o grau de compreensão dos seus erros e desvios e o seu empenho em corrigi-los.

O referencial biográfico tornava-se um instrumento fundamental da política de quadros, elemento substantivo de subordinação da vida militante ao carácter profundamente centralizador e hierarquizado do partido.

Na orgânica partidária conceberam-se inclusivamente estruturas para o controlo e enquadramento de todo este movimento biográfico, que foram as Comissões de Quadros, que tomaram a designação de Comissões de Organização, directamente dependentes do Secretariado ou da Comissão Política, mesmo que os Estatutos do partido não as consagassem formalmente.

Em 1960, no Sérgio Vilarigues num informe sobre organização apresentado em nome da Comissão Política à reunião do Comité Central de Dezembro desse ano afirma que “*a escolha dos funcionários deve obedecer sempre ao conhecimento perfeito da sua biografia revolucionária e privada*” ¹⁴⁶⁶.

Assim, essas (auto)biografias respondiam a um conjunto de quesitos estabelecido pela direcção central do partido e, desse modo, tanto podiam tomar a forma de respostas simples e breves como de narrativas mais ou menos desenvolvidas.

Numa pequena folha manuscrita, um assalariado agrícola cumpre esta tarefa como quem responde a um questionário com quinze perguntas, referindo os 16 anos de ligação ao partido, dos quais dez como militante e os restantes como simpatizante. À pergunta sobre a sua conduta moral, respondia “*Eu concidero-Me sério*”, afirmando-se disposto a “*Desempenhar os t.[rabalhos] que estejam ao meu alcansê*”, declarando

¹⁴⁶⁵ Cf. Claude Pannetier e Bernard Pudal, *Le PCF, le stalinisme et l'invention des cadres 1930-1939*, in *Cultures communistes au XXe siècle*, Paris, La Dispute, 2003, pp 187-201

¹⁴⁶⁶ Amílcar [Sérgio Vilarigues], *Organização*. Informe da Comissão Política, Edições do Secretariado do CC do PCP, Dezembro de 1960, p. 12

ainda, em resposta à questão sobre o que pensava do partido, com total simplicidade que “*O PC é o P.[artido] da vanguarda das maçãs operárias*”¹⁴⁶⁷.

Mais elaborado e extenso, era o relatório biográfico que Júlio Silva Martins redige em Setembro de 1960, em vésperas de ser refuncionalizado. Tinha ao tempo 34 anos e levava 15 anos de militância partidária. Era Engenheiro Agrónomo e descendia de uma família de grandes proprietários fundiários de Oliveira de Azeméis.

Neste documento traça pormenorizadamente o seu percurso desde criança. Refere, além da posição social, as tendências políticas da família, dos avós aos irmãos e cunhados. Assinala como, com 12 anos, rompe com as convicções religiosas inculcadas por sua mãe, católica praticante; refere as simpatias dos seus irmãos e cunhados pelo PCP; acrescenta como cortou relações com o seu irmão mais velho, por cuja mão se tinha aproximado do Partido Comunista, depois deste ter tido mau porte na cadeia, ter traído, no jargão utilizado; ou como se afastou também de um dos seus cunhados que além do mau porte teve “*conduta intriguista e caluniatória e andou metido noutras actividades duvidosas*”¹⁴⁶⁸.

É recrutado, ainda estudante liceal, depois de participar durante largo tempo em actividades de propaganda do partido, justificando esse período como simpatizante porque “*persistiam certos hábitos, tendências e deficiências pessoais, contraídas no meio familiar e ainda numa larga e amortecedora influência da família e das características pequeno-burguesas do conjunto de camaradas e amigos a que estava ligado*”¹⁴⁶⁹.

Em Lisboa, desde finais de 1945, estuda em Agronomia e liga-se ao MUD Juvenil, ao mesmo tempo que frequenta o meio operário e popular de Alcântara. Pertence também à comissão de Freguesia do MUD, depois aos serviços locais da Candidatura de Norton de Matos e finalmente ao MND, em 1949.

Em consequência de uma actividade de agitação de rua esteve pela primeira vez preso durante dois meses e meio. Retoma a actividade, passa a integrar a comissão concelhia de Lisboa do MND e, logo de seguida, em rápida ascensão, passa à comissão distrital. Volta a ser preso e em 1954 já pertence Comissão Central, tornando-se responsável pelo aparelho de agitação e pelo controlo das Distritais de Lisboa, Beja e Algarve.

¹⁴⁶⁷ IAN/TT, ADL, TCL, 3º JC, P. 16654/61, 1º vol., [sem título], s.d., mns, 1 p., [45]

¹⁴⁶⁸ IAN/TT, Pide-DGS, *Processo 75/GT*, Gabinete Técnico, *Autobiografia de Júlio da Conceição Silva Martins*, 1960, [cópia], dact., p. 2. [166]

¹⁴⁶⁹ *Idem*, p. 3, [167]

É então ligado directamente à Direcção do PCP, passando a fazer parte do organismo que controlava a Comissão Central do MND, tornando-se em 1955 funcionário do partido com tarefas legais nesse Movimento. Acrescenta na biografia o conflito interno em que se envolveu no seio da CC do MND “*pela aplicação da linha do Partido*”¹⁴⁷⁰.

É preso em Novembro desse ano de 1955 sendo condenado a dois anos de prisão e medidas de segurança, integrando-se activamente na organização partidária prisional. Quatro anos depois, ainda em liberdade provisória, passa à clandestinidade. É desta altura a biografia que vimos seguindo, onde se patenteia um esforço autocrítico, por vezes pungente, mas sempre acompanhado de declarações de disposição combativa e de aceitação da disciplina e da orientação partidária.

Francisco Martins Rodrigues, na sua “Nota auto-biográfica” refere a origem pequeno-burguesa, as tendências antifascistas da família, o percurso escolar e profissional, a ligação ao MUD Juvenil desde 1949, a entrada no partido em 1951, as actividades legais no âmbito daquela organização de juventude, as prisões breves, a passagem à clandestinidade em finais de 1954, a sua nova prisão três anos mais tarde, o comportamento no tribunal e a integração na organização prisional.

Ao apreciar o seu percurso partidário, reconhece como, ainda antes de se tornar funcionário, “*a estreiteza de contactos e de orientação [...] impediu uma aprendizagem directa da luta de massas e gerou tendências sectárias e burocráticas*”¹⁴⁷¹.

Depois, já como funcionário refere ter verificado existir “*falta de trabalho colectivo, autoritarismo e uma forma burocrática de tratar com os quadros*”¹⁴⁷², críticas que não foram bem acolhidas e que suscitaram após acesa discussão a sua compulsiva transferência de sector, tendo contribuído para que se desmotivasse, sentisse falta de confiança nos seus controladores, desenvolvesse burocraticamente as tarefas, resistisse veladamente a uma plena aplicação das orientações partidárias, acabando por ser suspenso três meses, ainda que, ao retomar actividade, se esforçasse por rectificar essas práticas e por se envolver de novo no trabalho militante.

A terminar, conclui: “*Actualmente, estou em desacordo com alguns aspectos da linha política do partido expressos no programa: conforme já expus*

¹⁴⁷⁰ *Idem*, p. 7 [171]

¹⁴⁷¹ IAN/TT, Pide-DGS, P. 212/GT, Pasta 23, Nota auto-biográfica, dact., s.d., p. 1, [7]

¹⁴⁷² *Idem*, p. 2, [8]

*desenvolvidamente, penso que a linha do Partido tem sido afectada desde 1956 por desvios oportunistas de direita que ainda não foram analisados e corrigidos”*¹⁴⁷³.

Se entre estas três biografias há diferenças que são substanciais e de significado importante quanto ao tipo de militante e ao seu próprio percurso partidário, quanto aos aspectos biográficos mais ou menos valorizados, quanto à própria forma como se expressa ou ao pendor mais ou menos crítico, o documento biográfico, comum a todos eles, constitui um elemento de referência incontornável.

Antes do mais, porque se reporta justamente a um momento fundamental da própria biografia militante, uma espécie de formulário preenchido para aferir da passagem dos militantes “legais” a funcionários, a revolucionários profissionais clandestinos.

No entanto, em situação de queda, isto é, de prisão iminente, muitos foram os que passaram abruptamente à clandestinidade, dificilmente evidenciando outras capacidades e competências necessárias às funções que iriam desempenhar que não fossem as que resultavam da sua própria experiência profissional e de vida.

Em qualquer das circunstâncias, o funcionário clandestino, pelas suas funções, era investido de uma auréola de respeito misteriosa no imaginário dos militantes “legais”, o que reforçava a dimensão efectiva da sua autoridade política, ideológica, moral mesmo. O seu ascendente era enorme. O acesso a essa categoria representava uma verdadeira passagem a um outro nível e a um outro estádio.

Em 1965, no VI Congresso, Joaquim Gomes ao apresentar o “*Relatório sobre problemas de Organização*”, referindo-se necessariamente aos funcionários do partido, baseia-se em larga medida no informe que vinte anos antes Cunhal apresentara ao IV Congresso, onde efectivamente se sistematizam de forma desenvolvida e aprofundada, os princípios organizativos do PCP.

Cunhal relaciona em larga medida o alargamento do partido na conjuntura da guerra com a acção dos funcionários, devido à sua “*ilimitada dedicação, à firmeza, ao espírito de sacrifício*”¹⁴⁷⁴, qualidades que Joaquim Gomes continua a ressaltar, obviamente, mas acrescenta que nos anos do “*desvio de direita*” se nivelou por baixo o estatuto político do funcionário, tornando-se necessário corrigir essa situação. Diz Joaquim Gomes:

¹⁴⁷³ *Idem*

¹⁴⁷⁴ Cit. por Joaquim Gomes, in *Relatório sobre problemas de Organização*, Editorial «Avante!», 1965, p. 6

“Presentemente, a ilegalização dum quadro não significa que esse quadro tenha entrado no quadro de funcionários do Partido, como também os quadros que vêm a tarefas técnicas, ou as camaradas mulheres das casas ilegais do Partido que não se disponham a servir o Partido, sem hesitações não podem também ser consideradas funcionárias do Partido. Esta atitude não significa que a todos estes camaradas esteja vedada a possibilidade de entrar no quadro de funcionários do Partido; ao contrário, essa possibilidade está para eles completamente aberta desde que, com o seu trabalho abnegado, com a firme decisão de servir o Partido e a classe operária, com modéstia e espírito de sacrifício, com firmeza política e ideológica, ganham por si e com a ajuda do Partido esse direito” ¹⁴⁷⁵.

Esta concepção introduzia diferenciações fundamentais no corpo de funcionários do PCP, independentemente das tarefas concretas que desempenhavam. Distinguiu funcionários técnicos de funcionários de organização, com os primeiros entregues às tipografias, à falsificação de documentos, à manutenção e apoio às casas clandestinas ou a instalações logísticas e os segundos com funções de controlo político de organizações ou sectores da actividade partidária.

Mas, ao mesmo tempo, isso permitia uma manipulação conveniente sobre os quadros funcionalizados, em particular que tivessem funções de organização e que entrassem num processo de divergência política.

Fora aliás isso que acontecera com José Morais, que ao passar à clandestinidade lhe foram atribuídas funções de controlo político nos sectores estudantis de Lisboa, Coimbra e Porto. Porém, como refere, *“(...) eu não era funcionário. Estava para ser promovido a “funcionário”, mas comecei a exprimir as minhas divergências, e fiquei apenas como “quadro ilegal”* ¹⁴⁷⁶, até ser formalmente expulso em 1968, desempenhando funções de apoio.

Expulsá-lo logo implicava um risco grande sobre o sector que controlava, já que contactando esses sectores, o partido corria o risco de perder o controlo sobre os seus actos.

Retirado dessas tarefas, passou a acolher na sua instalação clandestina reuniões de organismos de direcção regional ou assegurar a permanência temporária de membros da direcção.

¹⁴⁷⁵ *Idem*, p. 7

¹⁴⁷⁶ Amadeu Lopes Sabino, Jorge de Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva, *À espera de Godinho...*, p. 69

A confiança política nos quadros significava objectivamente aplicar a orientação partidária numa lógica de correia de transmissão junto dos organismos inferiores.

Assim, os critérios de dedicação enleavam-se com seguidismo, o que fazia com que no processo de recrutamento de novos funcionários se procurassem quadros que não levantassem problemas, não discordassem em matéria de linha política. Diz Francisco Martins Rodrigues *“lembro-me de ouvir um dirigente do Partido, o Pires Jorge referir-se a um militante que era proposto para funcionário. Ele comentava: «Ele é bom; encosta bem.» Quería ele dizer, utilizando um dito camponês, que o tal tipo tinha a qualidade de um cavalo que puxa um carro no bom sentido e que não o faz sair da estrada”*¹⁴⁷⁷.

Este perfil de correia de transmissão associado às rigorosas condicionava fortemente quer a autonomia quer à iniciativa no que se refere por exemplo à atitude a tomar face a movimentações sociais.

Ainda Martins Rodrigues, refere como em meados dos anos 50 num encontro com o seu controleiro, na altura Américo Gonçalves de Sousa, ao falar-lhe entusiasmado numa greve em curso num dos sectores que controlava, recebeu, chocado, da parte deste um comentário seco e distante: *“calma aí, deixa-os lá fazer greve [que] nós, o aparelho, temos de estar recuados, quer dizer, há lá camaradas, logo se vê, pronto”*¹⁴⁷⁸.

Na cultura da clandestinidade valorizava-se ainda a discricção, de modo a defender a organização.

João Honrado, funcionalizado em 1955, seria quase de imediato enviado para o norte e incumbido de controlar o sector intelectual do Porto. Apreensivo com o facto pela sua inexperiência e pela própria formação escolar, acabaria por ser *“esclarecido que o Partido exigia de mim, agora, capacidade conspirativa e firmeza perante o inimigo se porventura viesse a ser preso. Eram tão somente – o que não era pouco – as condições exigidas para funcionário do PCP na clandestinidade”*¹⁴⁷⁹.

Na prática isto significava que no interior do aparelho clandestino, designadamente para tarefas de apoio que não implicassem controlo político, designadamente ao nível das estruturas de apoio à Direcção e ao Secretariado em particular, podiam ser destacados militantes com fraca capacidade política, desde que

¹⁴⁷⁷ Francisco Martins Rodrigues, *História de uma luta*, Lisboa, Abrense Editora/Dinossauro, 2009, p. 50

¹⁴⁷⁸ *Entrevista a Francisco Martins Rodrigues*, Lisboa, 7 de Maio de 1997

¹⁴⁷⁹ João Honrado, *Encontros clandestinos com Papiniano Carlos*, 4.12. 2008, in www.alentejopopular.pt/pagina.asp?id=636

fossem de confiança e disciplinados, pois as suas tarefas eram sobretudo de carácter prático – conduzir viaturas, ceder casas, caixa postal, guardar documentação.

Reportamo-nos por isso a uma diversidade considerável de funções no quadro do aparelho clandestino. Considerámos para efeitos de caracterização um conjunto de setenta funcionários do sexo masculino, que não ascenderam ao CC ou em que isso pelo menos não ocorreu durante o período considerado, tendo-se mantido com funções de controlo territorial ou sectorial ou desempenhando funções “técnicas” no apoio à Direcção e no aparelho de imprensa.

Desse grupo, ainda que de 11,4% se desconheça a profissão, a maioria são efectivamente operários industriais e assalariados agrícolas.

Quadro 12

Composição social do corpo de funcionários analisado

	Nº	%
Operários	41	58,7
Estudantes e Intelectuais	12	17,1
Empregados e outros	9	12,8
Sem profissão conhecida	8	11,4

Os assalariados agrícolas representam 24,4% do conjunto de operários, como, no grupo dos estudantes e intelectuais, aqueles constituem a grande maioria, 75%, o que confere ao corpo de funcionários considerado uma forte composição obreirista, secundada, ainda que a considerável distância, pelos estudantes, em cujo processo de funcionalização, para além do activismo e da pressão policial, são decisivos factores como a juventude e o espírito de entrega.

Dos 31 operários industriais recenseados, metalúrgicos, vidreiros, operários da construção civil e corticeiros são as principais profissões verificadas num quadro, todavia, de considerável dispersão e que se relaciona em boa medida com a própria geografia de implantação do partido.

Quadro 13

Operários industriais funcionalizados por profissão

Profissão indicada	Nº	%
Metalúrgicos	7	22,7
Vidreiros	5	16,2
Corticeiros	4	12,9
Construção civil	5	16,2
Operários	1	3,2
Electricista	1	3,2
Carpinteiro	3	9,6
Moageiro	1	3,2
Papeleiro	2	6,4
Estofador	1	3,2
Canalizador	1	3,2

Os cinco vidreiros referenciados são principalmente oriundos da Marinha Grande, como os quatro corticeiros provêm da Margem Sul do Tejo, onde se concentrava parte significativa da indústria de transformação da cortiça. Sectores de mais forte implantação partidária, com organizações mais numerosas, onde a própria tradição política estava mais sedimentada, explicam uma actividade mais exposta ou, pelo menos mais vigiada que multiplicava os militantes sob iminência de prisão e onde o partido ia recrutar mais os seus funcionários.

Com os elementos de que se dispõe, cerca de metade aderiu ao PCP entre 1949 e 1962 e cerca de 21% antes disso, ainda que apenas dois antes da “reorganização”. Assim, a grande maioria destes quadros funcionalizou-se depois de 1949, já numa fase de consolidação do partido, não obstante a intensificação da acção repressiva.

A idade média da adesão ao partido deste conjunto de quadros parece ter tendência para aumentar quando comparada com a geração de quadros que participa directamente na “reorganização”. Em contrapartida e provavelmente ainda por efeito das próprias investidas policiais, o período entre o recrutamento e a funcionalização reduz-se.

Quadro 14

Adesão e funcionalização

	Funcionários
Média de idades na adesão ao PCP	24.3 anos
Período entre adesão e funcionalização	5.3 anos
Média de idades na funcionalização	29.6 anos

Ainda assim, a idade média a rondar os trinta anos no momento da funcionalização, remete para a reconfiguração do corpo intermédio do aparelho clandestino como um corpo mais amadurecido, por um lado, mas porventura menos impetuoso, por outro. Neste conjunto considerado de militantes, uma parte considerável,

quase 36%, adquire essa condição nos anos da chamada “correção do desvio de direita”.

O período entre a funcionalização e a prisão, apurado em função da amostra, é em média de pouco mais de cinco anos, o que é um período considerável, tendo em conta as condições de vida clandestina e o cerco permanente motivado pelos aparelhos repressivos..

Por outro lado, verificando o local ou a região onde se verifica a prisão destes funcionários temos uma ideia das zonas de maior pressão por parte desses aparelhos.

Quadro 15

Locais de prisão dos funcionários

Região	Sub-região	Func. Presos	Sub total	%
Norte	Porto	3	12	17.1
	Coimbra	7		
	Outras	2		
Lisboa	Cidade	19	23	32.8
	Oeste	2		
	Ribatejo	2		
Sul	Margem Sul	8	23	32.8
	Alentejo	12		
	Algarve	3		
Aparelhos	Apoio CC	1	8	11.4
	Tipografias	7		
Sem indicação			3	5.9
Não preso			1	

A cidade de Lisboa era um dos sectores mais difíceis devido justamente à vigilância policial. Um relatório de finais de 1962, ou inícios do mês seguinte, referia-se aos “*perigos especiais no sector de Lisboa*”; pois, entre 1957 e 1962, 50 dos 86 funcionários presos foram-no nesta cidade, bem como 16 dos 24 membros do Comité Central, entre efectivos e suplentes, igualmente presos nesse período ¹⁴⁸⁰.

Logo de seguida, em Janeiro de 1963 todo o Comité Local de Lisboa, que acabara de ser recomposto, é preso – Pedro Manuel Lourenço dos Santos, Adelino Pereira da Silva e Gilberto de Jesus Ferreira.

Sem que se tivesse conseguido apurar a forma como foi detectado pela polícia, Pedro Manuel Santos é preso a 22 desse mês quando saía de casa, sendo a sua instalação

¹⁴⁸⁰ Cf. IANTT, PIDE-DGS, PC 1641763, *Sobre a reunião e resolução do CC*, [174], p. 1 e [186], p. 3

assaltada de imediato pela polícia e a sua companheira também presa. Era o responsável pelo CL, pelo facto de ser o militante mais antigo na direcção do sector, embora levasse ao tempo apenas dois anos como funcionário, o que exprime bem apesar do já referido tempo médio entre funcionalização e prisão, da instabilidade orgânica nalguns sectores.

Tratava-se de um funcionário de 27, ex-estudante, com passagens breves como empregado em várias empresas de Lisboa. No curto período que levava de funcionário sofrera duas sanções por falhas no comportamento conspirativo ¹⁴⁸¹, sempre relacionadas com as suas movimentações no desempenho partidário, o que evidencia a sua natural pouca experiência de vida clandestina.

Oito dias mais tarde, os restantes elementos do CL foram igualmente presos e as suas instalações assaltadas, aparentemente por indicação de Pedro Santos. Adelino Pereira da Silva, já tinha abandonado a parte de casa que habitava, mas, de modo imprudente, regressara aí para levantar alguns objectos e materiais que lá tinha deixado, sendo evidentemente preso, porque, como de costume, após o assalto, a polícia mantivera a casa sob vigilância.

É aliás na sequência da prisão de Pedro Santos que Rolando Verdial, o seu controlador, será preso, quando se dirigia a um encontro consigo ¹⁴⁸², com consequências, por sua vez, ainda mais devastadoras sobre as organizações que controlava, pois passar-se-ia para a própria PIDE.

Na verdade, em Lisboa, uma densa rede de informadores plasmava-se na quadrícula da cidade e procurava referenciar os funcionários na sua movimentação, assim como haveria infiltrações policiais na base do partido. Entre os funcionários destacados para o controlo da organização na cidade corria precisamente a convicção de que, actuando ali, seriam, com toda a probabilidade, rapidamente presos ¹⁴⁸³.

José Inácio, por exemplo, funcionário actuando no aparelho de imprensa do Alentejo Litoral em 1962, faltou deliberadamente a um encontro em Lisboa para que tinha sido convocado pelo seu controlador por recear que o objectivo fosse precisamente transferi-lo para o sector da capital ¹⁴⁸⁴.

Estes quadros, guindados a funcionários clandestinos muitas vezes de modo precoce, num contexto frequentemente condicionado pela repressão passavam rapidamente a desempenhar funções de controlo em estruturas intermédias, sem grande

¹⁴⁸¹ **Idem**

¹⁴⁸² Cf. A Comissão Executiva do Comité Central do Partido Comunista Português, **Circular a todos os funcionários do Partido. Sobre as prisões efectuadas em Lisboa**, Março de 1963, dact. 3pp

¹⁴⁸³ Cf. **Entrevista a Francisco Martins Rodrigues**, Lisboa, 7 de Maio de 1997

¹⁴⁸⁴ Cf. IANTT, PIDE-DGS, **PC 1498/65, Auto de Perguntas a José Inácio**, em 18 de Junho de 1965, [16-23]

experiência política, sujeitos simultaneamente a processos de formatação intensos e eram confrontados com quadros organizativos e vivências concretas de alguma complexidade.

As funções de controlo das organizações que lhes haviam sido atribuídas, por um lado e, por outro as exigências que o controlo pelos organismos superiores implicava, obrigava a uma preparação cuidada das reuniões em que participavam, que se baseava muitas vezes num roteiro organizado para uma agenda de trabalhos que cobria o essencial das questões a abordar. Um desses roteiros, pelo seu grau de detalhe, dá bem a noção do que se pretendia que fosse o controlo de um organismo inferior:

“Ordem de Trabalhos

1º Conspirativo.

Pontos de apoio

I. Saber tudo o que se passa no sector/ II. Discutir casos que não estejam bem esclarecidos/ III. Comportamento na polícia e luta contra os inimigos do P./ IV. Modos de agir em relação à defesa dos quadros e do P./ V. Controlar muito bem os apontamentos inconvenientes/ VI. Discutir em todas as reuniões a maneira de arranjar ponto de apoio/ [VII]. Incumbir camaradas de abordar outros neste sentido e depois perguntar o resultado/ [VIII]. Ter iniciativa e não esquecer as informações que há.

2º Organização

a) quadros/ b) recrutamentos/ c) estruturação.

I Como está a organização/ II Como é que reuniram? Quantas vezes? Com quem?/ III. O que é que discutiram?/ IV. Que resoluções tomaram e o que é que se fez.

a) I. Biografias/ II. Quais os quadros mais dispostos a trabalho prático/ III. Dados sobre as suas condutas/ IV. Procurar saber quais as dificuldades de cada quadro para se poder ajudar.

b) I. Recrutamento geral/ II. Importante P.A./ III. Juventude/ IV. Mulheres.

c) Procurar estruturar por classes

3º Fundos

I. Como estão receitas e despesas de cada organização e organismos/ II. Que iniciativas se fizeram/ III. Quais os quadros que se destacaram neste trabalho/ IV. Formação de comissões de fundos/ V. controlar detalhadamente os dinheiros do P.

Nota. É preciso uma discussão profunda deste problema fazendo compreender o que representam os fundos para o desenvolvimento do P.

Deve-se pôr a toda a organização que o dia de receber a cotização é o último dia do mês.

[4º] Política

a) lutas/ b) imprensa

I. Analisar a situação interna e externa para tal utilizar materiais que se possuam.

a) I. saber tudo o que se tenha passado/ II. Saber quais os problemas imediatos de interesses de cada classe e organizá-las para a luta/ III. Formar comissões: de unidade, pró-amnistia, sindicais, juntas patrióticas, etc./ IV. Fomentar lutas económicas e políticas.

b) I. saber que imprensa é preciso/ II. Saber se todos os militantes e simpatizantes recebem/ III. Formar aparelho de agitação independente/ IV. Formar comissões de agitação.

5º Vários”¹⁴⁸⁵

O controlo da actividade das células e dos Comitês Locais procurava abranger todos os aspectos da actividade partidária, fossem organizativos, financeiros, conspirativos, de distribuição da imprensa, bem como os problemas sociais, as movimentações e greves; ao mesmo tempo que trazia informações, baseadas na imprensa e em pequenas notas recolhidas por sua vez no escalão superior sobre a situação política nacional e internacional.

Percebe-se, no entanto, como na própria hierarquização dos assuntos as questões relacionadas com a intervenção social e política acabava, objectivamente, por se subordinar aos aspectos e questões de natureza estritamente organizativa. “*Para mim, o mais duro nessa vida era a ausência de debate e as reuniões quase exclusivamente ocupadas com assuntos conspirativos e organizativos*”¹⁴⁸⁶, diz Martins Rodrigues.

Ainda assim, o funcionário, na reunião do organismo que controlava, trazendo à mesa da reunião um conjunto de informações e directivas, determinando orientações e tarefas, bem como inquirindo sobre assuntos sensíveis relacionados com a organização e a defesa do partido face à repressão, surgia como que dotado de um esclarecimento superior.

O conjunto de procedimentos a que os funcionários clandestinos estavam obrigados foi sendo codificado em circulares e folhetos especificamente dedicados a

¹⁴⁸⁵ IANTT/PIDE-DGS, *PC 1498/65*, Ordem de trabalhos, reprodução fotográfica de documentos manuscritos, 4 pp, [55-58]

¹⁴⁸⁶ Francisco Martins Rodrigues, *História de uma vida...*, p. 48

aspectos e a situações concretas, passando a constituir matéria passível de controlo de execução na estrutura vertical que, de cima abaixo, verificava e inspeccionava directamente não só a actuação política, como as condições de segurança de cada instalação e o comportamento quotidiano, pretendendo ir até ao mais pequeno pormenor.

A correspondência sob a forma de carta ou telegrama, assim como os telefonemas, eram estritamente proibidos quer para a marcação de encontros quer para contacto com a família, devendo esta, por exemplo, ser expressamente autorizada:

*“O Secretariado resolve que qualquer correspondência deste tipo, de camaradas funcionários, só pode de futuro ser estabelecida por via da organização. Qualquer outra solução aconselhável por circunstâncias particulares, deve ser anteriormente aprovada pelo Secretariado. (Circular n.º 5, Julho de 1947)”*¹⁴⁸⁷.

Em nome da defesa do partido, a correspondência, mesmo particular, privada, circulava verticalmente, de funcionário em funcionário, até chegar ao sector partidário da região do destinatário, para ser, por essa via, finalmente entregue. Este percurso era, em regra, demorado e podia implicar a verificação e eventual expurgo do seu conteúdo pelo Secretariado do Comité Central.

Este controlo da circulação da correspondência dos funcionários constitui um elemento distintivo em relação ao modelo de actividade clandestina aplicado antes da *reorganização* de 1940-41¹⁴⁸⁸, reforçando a defesa conspirativa e a segurança da actividade partidária, regulando e centralizando o controlo, mesmo no que se refere aos procedimentos que se relacionavam com a vida privada e íntima dos quadros..

Este sistema, tornava-se de difícil compatibilização com situações bastante delicadas e imprevistas no caso, por exemplo, da doença ou do falecimento de familiares próximo dos funcionários.

Piedade Gomes dos Santos, mulher de Joaquim Gomes, presa em Dezembro de 1958 seria libertada condicionalmente em Setembro de 1964 com a condição de ir residir para a Marinha Grande, donde era natural; mas 15 dias depois regressaria à clandestinidade, tendo a PIDE intimado o seu velho pai a regressar 24 horas depois com ela ou com 50 contos. Desesperado, humilhado com o opróbrio, suicidar-se-ia. Só dois meses depois Piedade viria a saber da morte do seu pai, quando o seu companheiro naturalmente lho disse, ao juntar-se-lhe depois de seis anos de separação, julgando que

¹⁴⁸⁷ TCL, 4.º JC, *Processo 59/61* [44685], 4.º vol., apenso a fls 297, Resoluções extraídas das Circulares do Secretariado até ao n.º 25, dact., p.4

¹⁴⁸⁸ Cf **Aida Paula**, in Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres portuguesas na resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 36

ela já sabia. Como refere, “*Reagi psíquica e fisicamente muito mal a essa notícia pois saíra muito debilitada da cadeia e sentia-me responsável pela morte do meu querido pai...*”¹⁴⁸⁹.

Para além disso, o Secretariado controlava as movimentações dos funcionários e estipulava os salários, definia o modo de prestação de contas ao organismo superior, a informação que deveria ser prestada sobre as organizações sob seu controlo, os critérios de distribuição de donativos em numerário e géneros, a forma de contabilização das despesas por grandes rubricas, que devia revestir mensalmente a forma de balancete; como exigia a cada funcionário um relatório detalhado, diário, sobre as actividades desenvolvidas, com a indicação o número de dias passado no controlo dos sectores ou noutras tarefas, assinalando inclusivamente os dias passados em casa.

Tudo isso era mensalmente analisado pelo controleiro do organismo superior, em reuniões que em regra demoravam vários dias, que, ao mesmo tempo, inspeccionava regularmente as condições de segurança da instalação.

Em Junho de 1961, José Pacheco, por exemplo, apresenta o seguinte mapa de deslocações¹⁴⁹⁰.

Quadro 16

Movimentação de José Pacheco em Junho de 1961

Dia	Movimentação	Dia	Movimentação	Dia	Movimentação	
1	Quinta	Em casa	11	Domingo	Sector	
2	Sexta	Em casa	12	Segunda	Em casa	
3	Sábado	Em casa	13	Terça	Em casa	
4	Domingo	Encontro	14	Quarta	Em casa	
5	Segunda	Sector	15	Quinta	Em casa	
6	Terça	Sector	16	Sexta	Em casa	
7	Quarta	Viagem	17	Sábado	Viagem	
8	Quinta	Reunião	18	Domingo	Viagem	
9	Sexta	Viagem	19	Segunda	Viagem	
10	Sábado	Sector	20	Terça	Sector	
				21	Quarta	Sector
				22	Quinta	Viagem
				23	Sexta	Em casa *
				24	Sábado	Em casa *
				25	Domingo	Encontro
				26	Segunda	Encontro
				27	Terça	Procurar casa
				28	Quarta	Procurar casa
				29	Quinta	Procurar casa
				30	Sexta	Reunião

* doente

José Pacheco, nesse mês permanecera dez dias em casa, ainda que dois dos quais doente; tivera nove deslocações de ida e regresso a reuniões, incluindo três dias para procurar nova instalação; a que acresciam seis dias destinados aparentemente ao controlo dos sectores, dois a outras reuniões e três a contactos e encontros de rua.

¹⁴⁸⁹ Maria Piedade Gomes dos Santos, *idem*, p. 164

¹⁴⁹⁰ IANTT, TCL, 3º Juízo Criminal, *Processo 16654/61*, 1º vol., fls 41, *Movimentação de Junho de 1961*, mns, 1 p.

No período passado na instalação, o funcionário devia dedicar-se a sistematizar os resultados do controlo exercido nos organismos que lhe estavam atribuídos e na elaboração de relatórios para os organismos superiores; na preparação, se isso se justificasse, de materiais de agitação; na leitura dos documentos editados pelo partido, em particular a imprensa ou obras de carácter político e doutrinário.

Já uma circular do Secretariado do Comité Central de Outubro de 1952 estipulava as horas mínimas de estudo para os funcionários – seis horas para os membros efectivos do CC, quatro para os suplentes e 3 para os restantes funcionários. Os membros da Direcção, efectivos ou suplentes, ficavam ainda obrigados “*a registarem em fichas, notas sobre o que estudou*”¹⁴⁹¹, o que mostra bem o modo formal e burocratizado como estas questões acabavam por ser encaradas.

O equilíbrio entre os períodos de permanência na instalação e de movimentação no exterior, colocava-se como um indicador do nível de segurança da própria casa, já que as deslocações aos sectores e a outro tipo de reuniões deviam ser restringidas ao mínimo essencial. Frequentemente o Secretariado, a quem cabia verificar a segurança e as principais tendências de comportamento que desse ponto de vista se manifestavam, alertava contra as movimentações excessivas, chegando mesmo a fixar em determinada altura um limite máximo mensal de deslocações.

A movimentação tinha, por sua vez, de respeitar um rigoroso conjunto de regras destinado a despistar quer uma eventual vigilância policial de rua quer a concentração de encontros de vários funcionários numa mesma área. Assim, em particular nas cidades, cada funcionário dispunha de uma área para marcar encontros com os militantes que controlava, pelo que, de modo algum, deveria marcá-los fora desse perímetro. Do mesmo modo, o percurso entre a instalação e os locais usados para encontros de rua devia ser estabelecido, considerando etapas, cortes e recorrendo preferencialmente a táxis.

Segundo José Morais, “*o primeiro táxi que tomava deixava-me numa rua, muito longe do meu destino real, e eu fazia de conta que tocava numa campainha de porta ou entrava mesmo num prédio, até encontrar outro táxi, de preferência ao virar da esquina e – mais seguro – se dele saía justamente algum passageiro*”¹⁴⁹².

¹⁴⁹¹ TCL, 4º JC, Processo 59/61 44685], O Secretariado do CC, **Circular do Secretariado n° 26**, Outubro de 1952, dact., p. 5

¹⁴⁹² Amadeu Lopes Sabino et alia, **À espera de Godinho...** p. 24

De qualquer modo, o conjunto de normas a observar dificilmente seria respeitado pela generalidade dos funcionários, nem sempre pela inexperiência, mas também pelo excesso de confiança dos mais rodados na vida clandestina.

A quebra dessas normas, os erros conspirativos, constituía um problema persistente na vida do partido. Numa circular de Abril de 1963 reconhecia-se que “*O liberalismo em relação à movimentação aparece ainda muito nítido em relação a alguns camaradas. Dadas as discussões que têm sido realizadas e as resoluções tomadas a esse respeito, tal liberalismo toma o carácter de nítida falta de disciplina*”¹⁴⁹³, o que, colocado neste plano, suscitaria necessariamente a aplicação de sanções.

O problema era no entanto mais geral, assumia múltiplas expressões e tomava igualmente uma dimensão sensível no que dizia respeito à documentação que cada funcionário conservava consigo, pois com o assalto às casas clandestinas e com as prisões, a apreensão desses materiais era, por vezes, revelador de extensos aspectos da vida interna e da própria implantação partidária, cujo desmantelamento pela polícia tinha efeitos arrasadores sobre os sectores.

Ainda que alguns desses documentos fossem em cifra, a polícia pôde apoderar-se de chaves de decifração ou pôde mesmo decifrar alguns desses textos, o que vulnerabilizava seriamente o partido. Em Fevereiro de 1960, uma Resolução do Secretariado determina o prazo de uma semana para que todos os funcionários procedessem à revisão das suas cifras e eliminassem textos inconvenientes, cabendo ao Secretariado aprovar e autorizar as novas cifras.¹⁴⁹⁴

O salário recebido era regra geral baixo, correspondente ao de um operário pouco qualificado e, destinando-se principalmente às despesas com alimentação na casa, era acrescido da verba necessária ao aluguer da instalação, aos transportes e despesas inerentes às deslocações para controlo do sector, à compra de um jornal diário, que era indispensável em boa medida porque contactos de urgência ou com carácter extraordinário eram marcados por anúncio no jornal, o que obrigava ao seu esquadramento diário com esse fim.

Em consequência, diz Martins Rodrigues, “*Tínhamos muitas dificuldades económicas, davam-nos aquele x para o salário, que tinha de dar até ao fim do mês*

¹⁴⁹³ TCL, 4º JC, Processo 50/65, 2º vol, p. 140, A Comissão executiva do Comité Central, **Circular a todos os funcionários do Partido**, Abril de 1963, p. 1

¹⁴⁹⁴ Cf IANTT, TCL, 3º JC, **Processo 16557/61**, 3º vol, **Resoluções do Secretariado sobre trabalho conspirativo**, Fevereiro 1960, apenso a fls 210, dact., 1 pag.

desse por onde desse. Comia-se mal e era difícil, sobretudo para as companheiras das casas que deviam administrar aquele dinheiro” ¹⁴⁹⁵

A existência de crianças levava à atribuição de um subsídio variável em função do número de filhos e da sua idade, ainda que a manutenção de crianças na instalação clandestina fosse desencorajada, em nome da segurança, a partir da aproximação da idade escolar, sendo então entregues à guarda da família na legalidade.

Em 1964 procurara-se tabelar esse subsídio entre 230\$00 para crianças até aos seis meses e os 295\$00 entre os sete e os oito anos, sendo a partir daí acrescidos 15\$00 mês por cada ano até perfazer 415\$00 ¹⁴⁹⁶

Jorge Morais e a sua companheira, ambos de origem burguesa, funcionários em meados dos anos 60, , apesar de receberem algum apoio da família, reconhecem que a sua situação era de miséria:

“O que pedia aos pais que nos enviassem, para além do essencial, isto é, roupas para a criança, atesta a nossa penúria: «Peço-vos também um pente assim como duas escovas de dentes – as actuais estão bastante velhas» ou «a única caneta de tinta permanente que tínhamos partiu-se e enferrujou tanto que já não tem conserto», ou ainda «um shampoo que fosse eficaz contra a caspa; andamos ambos bastante atacados»” ¹⁴⁹⁷

Na realidade, o que recebiam não era propriamente um salário, mas mais um subsídio, *“uma importância que dá para comer modestamente”* ¹⁴⁹⁸, como refere Alexandre Castanheira. Em caso de doença a situação complicava-se substancialmente, já que em situação de clandestinidade acudir a um hospital ou mesmo a um médico desconhecido era um gesto complicado e não isento de riscos. Nessas circunstâncias recorria-se a médicos, que eram militantes do partido e que forneciam medicamentos recolhidos como amostras dos laboratórios e, em casos de maior gravidade, o internamento nos hospitais fazia-se sob identidade falsa, evidentemente.

Por vezes isso não era sequer possível. Jaime Serra deslocando-se de bicicleta numa das voltas de controlo da Organização Regional das Beiras foi atropelado por uma camioneta na zona da Bairrada, tendo-se o condutor posto em fuga e, como afirma, *“como não estava interessado em queixar-me à polícia e tinha encontros a cumprir,*

¹⁴⁹⁵ Francisco Martins Rodrigues, *História de uma luta...*, p. 48

¹⁴⁹⁶ Cf. IANTT, PIDE-DGS, *P. 688/GT, Subsídio para crianças* [cópia], [67-68]

¹⁴⁹⁷ Cf. Amadeu Lopes Sabino et alia, *À espera de Godinho...*, p.98

¹⁴⁹⁸ Alexandre Castanheira, *Outrar-se...*, p. 68

continuei a «volta» e só oito dias depois, quando regresssei a casa bastante traumatizado, pude prestar alguma atenção ao caso” ¹⁴⁹⁹

De qualquer modo, a ideia era que o nível de vida do funcionário correspondesse ou pelo menos se aproximasse do nível médio de vida da classe operária, embora assumindo-se que *“terá de manter-se abaixo desta no que respeita a necessidades secundárias (distracções e outras despesas), para além das enormes provações de ordem afectiva, sentimental, etc (separação da família, insegurança constante, tensão nervosa), que são inevitáveis nas condições de ilegalidade”* ¹⁵⁰⁰.

Por outro lado, a funcionalização implicava um sistema distribuição pelas diferentes regiões do país, procedendo a transferências de quadros de umas regiões para outras, tantas vezes não só distantes como correspondendo a ambientes sociais e culturais muito distintos, obrigando a processos de adaptação que passavam pela forma como se exprimiam, como vestiam e até como se alimentavam.

Joaquim Gomes, depois de se evadir dos calabouços da PIDE no Porto, em 1954, manteve-se na cidade, em instalação alugada na zona das Antas, justificando na vizinhança ser ele e a sua companheira, Maria da Piedade, oriundos de uma região do interior do país, mas, comprando carapaus, secavam-nos ao sol, escalados, à moda da Nazaré, como eram apreciados por todo o Oeste, incluindo na Marinha Grande, donde eram efectivamente naturais.

Desse modo de tratar os carapaus se admirou a vizinha do lado, por coincidência natural da Nazaré, que, curiosa, quis saber donde vinha tal gosto e tal destreza em lidar com o peixe, obrigando a uma engenhosa justificação por tão inesperado comentário ¹⁵⁰¹.

Mas tinham de encontrar igualmente versões plausíveis que conferissem naturalidade a estilos de vida que alternavam estadas prolongadas na instalação com vários dias fora, no controlo das organizações que lhes estavam destinadas.

Joaquim Campino refere como se instalou nos arredores de Vila Nova de Famalicão: *“Depois de muito procurar encontrei aquela casa, acabada de construir e vaga. Pareceu-me ter condições. Aluguei-a e dei a justificação adequada: «Que era delegado de propaganda médica de um laboratório de Lisboa; que fora transferido*

¹⁴⁹⁹ Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber...*, p. 107

¹⁵⁰⁰ José Magro, *Cartas da clandestinidade...*, p. 26

¹⁵⁰¹ Cf. Joaquim Gomes, *Estórias e emoções de uma vida de luta*, Lisboa, Edições Avante!, 2001, pp 80-81

*para aquela região; que tinha de arranjar casa antes de ir buscar a família, etc., etc.»*¹⁵⁰².

Todas estas precauções que condicionavam o quotidiano dos funcionários visava evitar que fossem presos. No entanto, a prisão fazia parte de um ciclo maior ou menor de actuação de funcionário, já que foram raríssimos os que se conseguiram manter por longos períodos em liberdade ou, menos ainda, sem serem pura e simplesmente nunca presos.

A natureza centralizada do trabalho realizado e as condições conspirativas que rodeavam as instalações dos funcionários fazia com que em caso de prisão pudessem passar semanas sem que a organização ou as famílias que tivessem conhecimento dessa situação, permitindo inclusivamente que a polícia montasse vigilância à instalação detectada na mira de prender outros funcionários que aí acorressem.

Por isso, se recomendava que em caso de prisão gritassem que iam presos e que eram funcionários, para que, por algum modo, a situação se tornasse desde logo conhecida. Em 1954, a PIDE vindo a exercer vigilância sobre Jaime Serra detecta um encontro deste com Georgette Ferreira e prende-os, pelo que, refere Georgette, *“Começámos logo a gritar que éramos comunistas e a dizer os nossos nomes muito alto. Pedimos a alguém que nos estivesse a ouvir que avisasse a nossa família de que íamos presos”*¹⁵⁰³.

As normas de comportamento em caso de prisão estavam claramente definidas no opúsculo *“Se fores preso, camarada”*, cuja primeira edição, de 1947 foi sendo sucessivamente reeditada e actualizada¹⁵⁰⁴, assentando na ideia fundamental de não prestar, em qualquer circunstância, declarações na polícia. Esse foi o instrumento fundamental não só para divulgar a posição do PCP nesta matéria, como para discutir o assunto em primeiro lugar entre os funcionários, evidentemente, mas também entre a generalidade dos militantes.

O bom porte na cadeia era condição fundamental para que os quadros se mantivessem, passada essa prova decisiva, nas fileiras do PCP e, uma vez postos em liberdade, passado um curto período na legalidade voltavam a ser contactados para regressarem à vida clandestina, o que se verificou em muitos casos.

¹⁵⁰² Joaquim Campino, *Histórias clandestinas...*, p. 109

¹⁵⁰³ Georgette de Oliveira Ferreira, in Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres portuguesas...*, p. 68

¹⁵⁰⁴ Cf. José Pacheco Pereira, Álvaro Cunhal. *Uma biografia política. «Duarte», o dirigente clandestino*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp 682-708

José Magro, em 1957, cinco meses depois de ter sido libertado, afectado com um pesado conjunto de vicissitudes de natureza familiar, regressa à clandestinidade, tendo, isso constituído, diz, “*não uma difícil opção – não há opção quando uma alternativa se nos não coloca – mas a mais dura prova da minha vida adulta*”¹⁵⁰⁵.

Do mesmo modo, Ivone, filha de António Dias Lourenço e de Casimira da Conceição Silva, também funcionária do partido, libertada em 1964, depois de ter sido presa quase sete anos antes, refere que “*quando saí da prisão, propuseram-me o regresso imediato à clandestinidade, mas recusei. Achei que devia viver e conhecer gentes diferentes. Trabalhar com o Partido sim, mas no conforto da casa da mãe e com os amigos à mão. Mas depressa perdi essa ilusão*”¹⁵⁰⁶ e doze dias depois voltava a mergulhar, não sendo capaz de recusar a proposta que Rogério de Carvalho lhe fora pessoalmente fazer.

No entanto, a verdadeira promoção que a funcionalização representava no seio da estrutura partidária nem sempre era acompanhada por mecanismos consistentes de preparação e enquadramento dos novos funcionários.

O quadro de dificuldades em que se desenvolvia a vida clandestina era objectivamente desvalorizado no processo de aliciamento dos militantes para integrarem o quadro de funcionários. Silva Marques, convidado, teria pedido tempo para pensar, ao mesmo tempo que pedia ao seu controlador informações sobre a vida clandestina, que surgiam vagas e optimistas, acrescentando que “*Mais tarde, vim a verificar que o PC ocultava sistematicamente aos potenciais militantes a funcionalizar, mesmo quando estes se mostravam receosos e reticentes, sobretudo até nestes casos, as verdadeiras dificuldades e exigências da vida clandestina*”¹⁵⁰⁷

Em boa medida, esta situação resultava das próprias características da actividade partidária, fortemente centrada em actividades de controlo prático, estruturada em campanhas políticas baseadas em tarefas de agitação, em função das quais se justificava afinal o quadro de funcionários que a controlava, que, assim, tendia a desvalorizar e subordinar a discussão política ao controlo dessas actividades práticas consideradas fundamentais – controlo das vendas da imprensa, recolha de fundos, abaixo-assinados...

O processo de aprendizagem do clandestino ficava deste modo muito entregue a si próprio, o que perante a permanente pressão policial desequilibrava com alguma

¹⁵⁰⁵ José Magro, *Cartas da clandestinidade...*, p. 139

¹⁵⁰⁶ Ivone Dias Lourenço, in Rui Daniel Galiza (textos de) e João Pina (fotografias de), *Por teu livre pensamento*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007, p.136

¹⁵⁰⁷ J.A. Silva Marques, *Relatos da clandestinidade...*, p. 50

frequência o próprio desempenho do militante, levando a retracções e a situações de desgaste psicológico e, em muitos casos, à desistência e ao abandono do quadro de funcionários ou, mais grave, às declarações prestadas sob prisão e tortura.

Sob o efeito devastador das vagas repressivas que se abateram sobre o partido em 1958-59, a nova Direcção já encabeçada por Álvaro Cunhal procura retirar lições sobre essas consequências, relacionando-as directamente com as práticas políticas e organizativas do chamado “*desvio de direita*”, que, assim, teria aligeirado os critérios de funcionalização, subestimado o conhecimento dos quadros e facilitado as promoções nos processos de recomposição do próprio Comité Central.

Como se afirmava em *O Militante*, “(...) foram chamados aos quadros de funcionários elementos que estavam há muito pouco tempo no Partido, que muito pouco haviam feito e de quem quase nada se sabia. A mesma ligeireza nas promoções se verificou em relação ao próprio Comité Central, no preciso momento em que se procurava restituir ao CC a qualidade de órgão supremo no intervalo dos Congressos. Considerou-se que na composição do CC, interessava mais o número que a qualidade. Considerou-se, em alguns casos, a promoção ao CC como um «incentivo» e uma «ajuda»”¹⁵⁰⁸

Mas, tendo o processo de “*correção do desvio de direita*” procurado reforçar e blindar as cooptações para o CC, as estruturas de direcção intermédia continuaram vulneráveis face a necessidades urgentes de proceder à sua recomposição em função das brechas abertas pela repressão, levando a consequências desastrosas perante novas investidas policiais, como se verificou no Comité Local de Lisboa em 1962-63 ou na Direcção de Organização Regional do Sul, em 1964.

Precisamente quando caía todo o CL de Lisboa, em Dezembro de 1962, o CC reunido debruçava-se sobre os problemas da defesa conspirativa do partido, ainda na ressaca das prisões de dirigentes no início do ano, preocupado também com os efeitos repressivos quer das jornadas de luta de Maio desse ano, como de outro golpe policial que havia sido infligido ao Comité Regional das Beiras.

Voltavam a colocar-se velhas questões que se relacionavam naturalmente com a eficácia do controlo político dos organismos superiores em relação aos inferiores ou com o combate que entendiam dever aprofundar aos comportamentos pouco rigorosos e disciplinados.

¹⁵⁰⁸ Ensinamentos de uma série de traições, in *O Militante*, III série, 110, Maio de 1960

E insistia-se, voltava-se a insistir, no cumprimento das normas conspirativas, “*em particular as que se referem às instalações, à movimentação, às condições de defesa do trabalho de organização e agitação, e aos apontamentos e outra documentação*”¹⁵⁰⁹

Mas, na realidade, a vida clandestina e as normas de conduta a adoptar eram dificilmente compiláveis num qualquer manual de procedimentos, ainda que em determinadas circunstâncias o partido se preocupasse em sistematizar um conjunto de regras gerais, que constituíssem orientação para o quotidiano dos funcionários.

Em 1960, circulavam entre os funcionários resumos das circulares do secretariado que vinham desde os anos 40, em que se reuniam os procedimentos e os interditos mais importantes.

Um documento intitulado “*Resoluções s/ defesa*” sintetiza algumas dessas normas, que incluíam designadamente a proibição de voltar a locais onde tenham sido detectadas movimentações estranhas; contactar militantes referenciados pela polícia; a obrigação de abandonar a instalação ao mínimo sinal considerado suspeito, deixando-a completamente limpa de documentação; a limitação da movimentação ao perímetro definido ou evitar utilizar o telefone.

De qualquer modo, neste conjunto de normas cabiam medidas preventivas, como “*Educarmos os camaradas para que não escondam os seus erros*”¹⁵¹⁰, que, sendo assumidos permitiam quando a verificação dos níveis de segurança da instalação ou do sector.

O estilo de vida praticado, minuciosamente enformado pelas orientações e directivas partidárias em nome da defesa do partido, pelo seu carácter compartimentado, contido, controlado, donde estava normalmente ausente a discussão política e onde a crítica era limitada e superficial, gerava a rotina, tendia a burocratizar as relações partidárias e empobrecia os processos formais e informais de formação política e ideológica do funcionário clandestino, bem como a sua formação cultural mais lata.

Reclamando o partido a ligação dos militantes ao meio envolvente, às massas, como condição primeira para apoiar e projectar a sua acção, o funcionário estabelecia essa ligação, quando muito, pela mediação que entre ele e a sociedade, era desempenhada pelo organismo ou pelos quadros que controlava, a uma cadência

¹⁵⁰⁹ Sobre a defesa conspirativa do Partido – Resolução do Comité Central, in *O Militante*, III série, 121, Dezembro de 1962

¹⁵¹⁰ Resoluções s/ defesa, in Partido Comunista Português, *60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria. 1921-1981*, Lisboa, Edições Avante!, 1982, p.52

normalmente mensal. Isto na prática significava o isolamento social para além das estreitas margens partidárias dentro das quais actuava.

Segundo Silva Marques, *“tudo isto fazia com que à pobreza da actividade intelectual (...) se juntasse uma enorme ignorância cultural. E as duas agravassem o desfasamento, o fosso, cavado entre o clandestino e a sociedade envolvente, por anos e anos seguidos de clandestinidade”*¹⁵¹¹

Esta situação, combinando estudo teórico limitado e deficiente com conhecimento estereotipado e intermediado da realidade, gerava ou desenvolvia modos de estar e atitudes autocentradas por um lado no nível de actuação em que operavam e de submissão acrítica em relação aos organismos superiores, isto é, aos seus controladores, por outro.

Porém, o trabalho educativo dos quadros, num contexto formal, constituiu em determinados períodos uma preocupação explicitada, por mais insuficiente que se revelasse face às necessidades de um partido colocado permanentemente com necessidades e exigências de recomposição e renovação face à dureza constante da pressão policial.

Em final dos anos 50 ensaia-se a realização de pequenos cursos, de duração relativamente breve, que decorriam em casa de um militante ou de um funcionário, reunindo um pequeno grupo de quadros. Dois desses cursos realizaram-se na Margem Sul em casa de militantes “legais”; um deles teve a duração de 32 horas e reuniu nove participantes, tendo sido ministrado por António Dias Lourenço; o outro, com sensivelmente a mesma duração, 30 horas, reuniu cinco elementos e foi dado pelo controlador do sector e por Manuel Amador de Deus, ao tempo membro suplente do CC.

Estas iniciativas não parecem ter um âmbito meramente regional, já que se realizaram igualmente noutras regiões, como nos arredores de Lisboa em Maio de 1957 com a duração de uma semana numa quinta e com a participação de quadros funcionalizados – Malaquias Pinela, José Gomes, Joaquim Rafael, Carlos Aboim Inglês ou Joaquim Rafael e dirigido por Jaime Serra e Alexandre Castanheira¹⁵¹².

Os cursos abordavam aspectos fundamentais da estrutura e do funcionamento partidário como da sua linha política, ainda que necessariamente de modo sucinto. Em matéria de estrutura e funcionamento do PCP, consideravam-se, por exemplo 6 temas –

¹⁵¹¹ J.A. Silva Marques, *Relatos da clandestinidade...*, p. 313

¹⁵¹² Cf. *Cursos políticos e de organização*, in IANTT, PIDE-DGS, NP 9107, Pasta Vasco, s.n.,

O que é o Partido, Recrutamento: formação de quadros, Centralismo Democrático, Disciplina, Trabalho Conspirativo e Fundos do Partido.

A bibliografia assentava em textos de “clássicos” do marxismo-leninismo, como Lénine e Staline, por exemplo, mas também Liu Shao-Chi ou Mao Tse Tung, assim como excertos de informes dos Congressos e das reuniões do CC ou artigos de *O Militante*¹⁵¹³.

Já no que se refere aos aspectos de natureza política, estes cursos procuravam cobrir os mais variados aspectos, como se verifica numa minuta de conteúdos sobre a linha política do Partido que contemplava 9 itens – Unidade da classe operária, Formas de organização e de luta da classe operária, Aliados da classe operária, Unidade democrática e anti-salazarista, A tática eleitoral do Partido, A correlação de forças no campo internacional, A correlação de forças nacionais, A possibilidade de saída pacífica e O internacionalismo proletário¹⁵¹⁴.

Em 1962, com Cunhal já no exterior, inicia-se a realização de cursos de quadros fora do país. Entre Setembro desse ano e Março de 1963 ocorre em Moscovo, o primeiro desses cursos, em que participam 16 jovens funcionários idos do interior, praticamente todos homens, apenas uma mulher¹⁵¹⁵. A passagem deste grupo por Moscovo é mantida em segredo, num ambiente de rigorosa clandestinidade, com identidades falsas e fazendo-se passar por brasileiros, sendo a sua nacionalidade apenas do conhecimento da Direcção da Escola.

Álvaro Cunhal, antes do curso se iniciar, ainda durante a passagem do grupo por Praga, reuniu em separado com todos eles, inteirando-se da sua situação e recomendando-lhes normas de comportamento; voltando a proceder de igual modo, em Moscovo, já depois da sua conclusão.

O curso decorreu na Escola Central de Quadros do PC da União Soviética, com aulas de manhã e período destinado a estudo à tarde. Apenas a direcção da escola sabia da nacionalidade portuguesa daquele grupo de estudantes, cujas idades andavam entre os 18 e os 35 anos e onde um deles, jovem assalariado agrícola de Pias, não sabia ler nem escrever. Nas primeiras semanas, em cerca de mês e meio, um professor soviético, traduzido simultaneamente para espanhol, leccionou Economia Política, Filosofia e História do PCUS.

¹⁵¹³ Cf *Matérias*, s.d., dact., 2 pp, in TCL, 4º JC, P. 66/59, 7º vol., apenso a fls 366

¹⁵¹⁴ Cf *Linha política do Partido*, s.d, dact., 5 pp, TCL, 2º JC, P. 92/62, 6º vol., apenso a fls 463 e 464

¹⁵¹⁵ Sobre este curso cf IANTT, PIDE/DGS, *PCs* 1673/63, 54/65, 1498/65, 1732/67 e P. 590/GT, 609/GT, 627/GT, 630/GT, 679/GT, 688/GT, 742/GT; TCL, 4º JC, P. 97/64 [44712]

De seguida, durante cerca de um mês, Álvaro Cunhal, orientou uma disciplina sobre a situação económica e política em Portugal e, finalmente, de novo com um professor soviético teve lugar uma nova disciplina sobre História do Movimento Operário internacional.

Durante todo o período em que estiveram em Moscovo, tanto durante como depois do curso, realizaram-se visitas a fábricas, à Universidade e ao Museu da Revolução na capital soviética. Na interrupção de Inverno, em Dezembro/Janeiro, acompanhados por Francisco Miguel, voltaram a realizar visitas a fábricas e barragens, a museus e igrejas, como à escola dos pioneiros. No final visitaram ainda a República do Arzebeijão, regressando a Moscovo a tempo de se incorporarem no desfile do 1º de Maio.

No regresso ao país seriam colocados em diferentes regiões, segundo um plano previamente definido pelo Secretariado. Quando, durante o curso, Carlos Gouveia dos Santos e Madalena Oliveira manifestaram vontade de se casarem, teriam sido disso dissuadidos pelo secretário-geral com o argumento de que, de volta ao país, seriam destacados para regiões distintas.

Na realidade, mesmo entre casais que se funcionalizavam, o partido procedeu, nalguns casos, à sua separação orgânica, passando a viver em casas diferentes e em sectores distintos. A comunicação e os encontros entre si dependia de autorização superior, tornando-se muito espaçada, o que originou situações emocionais dolorosas, a muito custo contidas.

Fernanda Tomás, que chegaria a suplente do Comité Central, vivera antes uma situação dessas, em relação à qual protesta junto do Comité Central, ainda que mais tarde acabe por reconhecer errada essa reclamação, atitude que refere na sua biografia partidária:

“Perguntávamos ao Partido se não era possível harmonizar as coisas (ou trabalho no mesmo sector ou sectores próximos, etc.). Fazíamos outras considerações q[ue] não eram justas e, sobretudo, foi um erro ter ido até ao CC (embora houvesse circunstâncias a considerar, como alterações e deturpações). Colocar um simples problema pessoal. Mentiria, camaradas, se dissesse que acho justa a política de quadros q[ue] foi praticada connosco.

[...] *Nunca fiquei convencida, cam.[aradas], q[ue] não houvesse outra solução q[ue] tivesse em conta os interesses do P[artido] (isto primeiro e acima de tudo) e um pouco também o coração dos quadros...*”¹⁵¹⁶

Todavia, a constituição das casas do partido assentava na presença de um casal, excepcionalmente, por circunstâncias e constrangimentos da própria vida partidária, uma terceira pessoa, fossem mulheres de funcionários que haviam sido presos ou que empreendiam deslocções demoradas ao estrangeiro ou fossem quadros masculinos solteiros. De qualquer modo, a tendência era sempre, num prazo maior ou menor, para a recomposição da casa na base num casal de ocupantes.

Assim, em 1954, quando Jaime Serra propõe a Francisco Martins Rodrigues que passe a clandestino, fá-lo ao mesmo tempo também à sua companheira numa reunião com ambos. Tratava-se principalmente, reconhece Martins Rodrigues, de convencê-la “*a casar e ir para a clandestinidade comigo. Convinha não ir sozinho, para dar um aspecto normal, para a vizinhança não achar esquisito um homem sozinho. Ela não era comunista, não era do partido, não tinha vontade disso, embora já tivesse sido presa e fosse muito activa no MUD Juvenil*”¹⁵¹⁷.

E apesar de ser desincentivada a existência de filhos entre os casais de quadros clandestinos, a regra dificilmente era cumprida, quanto mais não fosse porque o recurso a métodos contraceptivos mais eficazes estava longe de generalizado e as gravidezes ocorriam com bastante frequência. Deste modo, praticamente todos os dirigentes comunistas e uma percentagem que se estima bastante elevada de funcionários tiveram filhos na clandestinidade.

Contudo, a presença das crianças nas casas do partido tornava-se completamente desaconselhável depois de atingirem a idade escolar, obrigando à sua separação dos pais num quadro necessariamente doloroso de desestruturação familiar e de nefastas consequências a prazo.

Dos quatro filhos de Jaime Serra, o mais novo, que nasceu em 1961 foi, aos seis anos, enviado para estudar na União Soviética; a que nascera antes, em 1955, viveu com eles até aos dois anos e meio, sendo entregue à família de ambos durante 18 anos e as duas mais velhas separaram-se da mãe quando esta regressou á clandestinidade após a primeira fuga da prisão do seu companheiro, em 1950¹⁵¹⁸.

¹⁵¹⁶ TCL; 3º JC, *Processo 16557/61*, 2º vol., apenso a fls 98, C. **Para acrescentar à m/ biografia partidária**, s.d. mns e dact.

¹⁵¹⁷ Francisco Martins Rodrigues, *História de uma vida...*, p. 24

¹⁵¹⁸ Cf. “*Confiar no Partido com a certeza de vencer*”, in Gina de Freitas, *A força ignorada das companheiras*, Porto, Plátano Editora, 1975, pp 41-44

Mas mesmo enquanto se mantinham com os pais, particularmente a partir da altura em que eram um pouco mais crescidas, os cuidados conspirativos, expressos num caudal precoce de conselhos e advertências, moldavam um quadro de crescimento no meio de receios e cuidados que por mais fundados que fossem dificilmente deixariam de gerar desequilíbrios.

“Três anos na clandestinidade significa descobrir a vida a abrir-se para ela através de um mundo de experiências, de um mundo de experiências, que os meninos cá de fora nunca sonhariam (...).

(...) uma marca indelével paira no sol a sol do lar clandestino. A criança dorme, desperta, brinca, desabrocha e cresce e é aquele ambiente frustrado, ambiente de clandestinidade que ela respira; nele mergulham as suas raízes” ¹⁵¹⁹, reconhece, ficcionando Luísa Costa Dias, companheira de Pedro Soares.

O espectro da vigilância policial que se poderia estar a exercer sobre a casa, como o receio de que com a idade a criança pudesse involuntária e ingenuamente contar detalhes de uma vida familiar que rapidamente se configurariam como suspeita, determinavam as duras medidas de separação familiar das crianças, para serem entregues a avós, tios ou outros parentes e amigos.

Um caso com características diferentes foi o de Joaquim e Catarina Rafael, cuja filha Mariana, que nasceu na clandestinidade, se manteve com os pais até aos dois anos e meio para ser entregue aos avós, mas vindo a regressar aos 7 e aí se mantendo até aos 17 ¹⁵²⁰, ajudando por muitos anos nos trabalhos da tipografia.

No caso dos militantes solteiros, o processo de funcionalização implicava que uma militante ou simpatizante fosse convidada para passar à clandestinidade, com o objectivo de ser destacada para uma casa do partido a constituir. A abordagem era feita directamente, como refere Francisco Martins Rodrigues – *“«Olha, queres ir para a clandestinidade, viver com um camarada? Se vocês se entenderem, pois ficam juntos, senão, pois tudo bem, separam-se». Havia mulheres que aceitavam e sei que em alguns casos até funcionou. Noutros não funcionava e o partido tinha de unir e separar”* ¹⁵²¹

Em 1955, José Carlos, de Santiago do Cacém, já funcionário, regressa clandestinamente à sua terra e alicia três jovens operárias corticeiras e activistas do MUD Juvenil, filhas de um velho militante local, que num curto espaço de seis meses passam à clandestinidade.

¹⁵¹⁹ Maria Luísa Costa Dias, *Instantâneos*, in *Crianças emergem da sombra*, Lisboa, Edições Avante!, 1982, p. 37

¹⁵²⁰ Cf. *Dei o que pude e o que soube ao meu Partido*, in Gina de Freitas, *A força ignorada...* p. 48

¹⁵²¹ Francisco Martins Rodrigues, *História de uma vida...*, pp 28-29

Uma delas, Adelina, 21 anos, seria colocada na mesma instalação que Ilídio Esteves, funcionalizado uns meses antes e, como diz, “*conhecemo-nos dessa maneira. Não chegou a um ano depois passamos a ser companheiros*”¹⁵²²; enquanto a outra, Albertina, 23 anos, seria colocada na instalação de Guilherme da Costa Carvalho¹⁵²³, já membro do Comité Central, com quem viria a casar na prisão em 1966.

Por sua vez, a terceira, Evelina, viveria primeiro na casa de José Carlos, em Setúbal, depois na Cova da Piedade na casa de António Dias Lourenço até fins de 1957, passando por quase um ano à casa de Rogério de Carvalho, em Lisboa, até que, em fins de 1958, seria enviada para o Porto para constituir instalação com Augusto Lindolfo, que acabara de passar à clandestinidade¹⁵²⁴.

Havia também situações de engajamento a partir do próprio aparelho clandestino do partido. António João, era um velho militante do PCP no Alentejo Litoral, recrutado nos anos 40 em Ermidas-Sado. Escapou à vaga repressiva que se abateu sobre a organização, transferindo-se em fuga com a família para a zona de Lisboa, onde reingressaria na organização em 1953-54, mantendo-se na legalidade como ponto de apoio da Direcção, isto é, acolhendo na sua casa funcionários e dirigentes.

Dos seus três filhos, Adelino, já operário da Sorefame, seria funcionalizado por proposta de Blanqui Teixeira, e as duas filhas, que costuravam, passariam à clandestinidade em 1959 e em 1961-62¹⁵²⁵, esta última, no Barreiro, levada por Rolando Verdial.

Catarina Rafael, de Vale de Vargo, na margem esquerda do Guadiana, passa à clandestinidade em 1947, com 29 anos e “*Se não se tem dado nesse tempo um desastre que houve em Évora, onde o Chico Miguel foi preso, soube depois pelo Pires Jorge que era com ele que devia formar casa. Portanto, o problema do Chico Miguel foi posto de parte, coitado, já se sabe o que ele sofreu, não precisamos de estar a falar nisso*”¹⁵²⁶. Na realidade, Francisco Miguel controlava o Alentejo e, sendo solteiro, necessitava de uma companheira para formar instalação.

Catarina será enviada então para formar a tipografia com Joaquim Rafael, com quem casará um ano depois e com quem viverá por dezenas de anos, sem nunca terem sido inclusivamente detectados e presos.

¹⁵²² “*Dezanove anos de clandestinidade*”, in Gina de Freitas, *A força ignorada...* p. 123

¹⁵²³ Maria Albertina Ferreira Diogo, in Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres portuguesas na resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975, pp 195-205

¹⁵²⁴ Cf. TCL, 3º JC, *Processo 16827/62*, 12º vol., *Auto de Perguntas e Auto de Reconhecimento* de Evelina da Conceição Ferreira em 28 de Abril e 13 de Junho de 1962, respectivamente, fls 831 e 851

¹⁵²⁵ Cf IANTT, PIDE-DGS, P. 601/GT, [4-6]

¹⁵²⁶ Catarina Rafael, “*Dei o que pude e o que sei ao Partido*” in Gina de Freitas, *A força ignorada...* p. 46

Evidentemente que o total isolamento destas jovens face ao mundo exterior, passando a viver exclusivamente em torno da manutenção e da defesa da instalação, criando condições para que o companheiro que com ela a habitava tivesse asseguradas as mínimas condições logísticas, fazia com que, dado o estreito relacionamento proporcionado, mais cedo que tarde ambos se envolvessem emocionalmente. E isto podia acontecer não uma, mas várias vezes, em função do próprio percurso que desenvolviam no interior do aparelho clandestino do partido.

O partido sabia perfeitamente disso, gerindo estas situações. Era preferível, sem grande margem de dúvida, que as tensões emocionais, afectivas e sexuais fossem resolvidas no quadro da instalação clandestina, reguladas e mediadas pelo partido, do que evoluíram para situações que pudessem fugir ao seu controlo e, por essa via, constituir factores de perigo, desde logo a nível conspirativo.

No caso dos funcionários isolados, quando isso por algum motivo excepcional se verificasse, poderiam, segundo J. A. Silva Marques recorrer à prostituição “*desde que isso pudesse acontecer em condições de segurança conspirativa, que deviam ser devidamente analisadas e seguidas pelo «controleiro»*”¹⁵²⁷, isto é, supervisionadas pelo próprio partido, que os autorizava e dos quais não tinha conhecimento concreto, podendo e devendo, inclusivamente lançar essa despesa na rubrica do balancete mensal identificada como “*despesa de higiene*”.

No entanto, a tendência dominante seria condenar a prostituição e evitar que o funcionário frequentasse ou recorresse a esse meio, o que levava Martins Rodrigues a entender que “*por razões de segurança, que era sempre a preocupação primordial do militante ilegal a prostituição era condenada, vista como uma situação degradante, moralmente baixa e portanto inaceitável para um comunista frequentar prostitutas, para além do mais*”¹⁵²⁸.

Daí o esforço para manter uma situação nas instalações que resolvesse naturalmente esse problema, sendo aconselhada a aproximação e o envolvimento entre os militantes instalados nas casas, naquilo que Silva Marques designa de “*casamento de conveniência ou se se quiser, de serviço*”¹⁵²⁹, porque imediatamente sancionado pelo partido.

No caso de Manuel Rodrigues da Silva, do Comité Central, solteiro ao regressar em 1946 do Tarrafal, depois de um período largo instalado em “pontos de apoio” ou em

¹⁵²⁷ J.A. Silva Marques, *Relatos da clandestinidade. O PCP visto por dentro*, Lisboa, Edições Jornal expresso, 1976, p. 308-309

¹⁵²⁸ Francisco Martins Rodrigues, *História de uma vida...*, p. 28

¹⁵²⁹ A. Silva Marques, *Relatos da clandestinidade...*, p. 309

instalações já constituídas com o respectivo casal, o partido vai constituir instalação em Lisboa com Colélia Alves, uma jovem de 20 anos destacada para o acompanhar.

Rodrigues da Silva, nas vésperas de voltar a ser preso, revela a José Magro, que o iria substituir no controlo do sector dos arredores de Lisboa, que “*montara casa própria e era desde há dias o companheiro da amiga. Creio que foi o mais belo, ainda que irreal, acontecimento da sua vida como homem. E ele não podia calar-se. (...) Que agora sim, tinha quem o ajudasse seriamente no trabalho caseiro, que se mostrava muito sua amiga; que era formidável a cozinhar...*”¹⁵³⁰.

Também Álvaro Cunhal, após da evasão de Peniche no início de Janeiro de 1960, depois de temporariamente instalado na casa de Pires Jorge, vai constituir instalação própria, sendo destacada Isaura Moreira para companheira da casa do partido, nascendo em Dezembro desse ano a filha de ambos¹⁵³¹.

A simulação de um modo de vida tradicional era tão importante que Júlio Fogaça, cuja homossexualidade era seguramente conhecida pelo menos por alguns dirigentes do partido viveria durante largos anos, até ser preso em 1960, com Ana Pereira, dez anos mais nova¹⁵³². É muito provavelmente a esta situação que se refere Joaquim Campino ao narrar a tarefa que lhe fora incumbida em 1949 por Guilherme da Costa Carvalho, ligando uma jovem do Minho a Fogaça precisamente quando se dá a prisão de Cunhal no Luso¹⁵³³.

De qualquer modo, este esforço de aparências encobria, tal como na sociedade, uma duplicidade de atitudes e comportamentos, como, em boa medida se reflecte na situação concreta em que ocorre a prisão de Júlio Fogaça, que manteria relações homossexuais com um jovem operário de 25 anos¹⁵³⁴, incorrendo por isso, segundo o partido, em forte infracção em matéria conspirativa.

Mais graves, bulindo com os equilíbrios assegurados por esta forma de funcionamento das instalações clandestinas, eram as situações de assédio sexual, principalmente quando praticadas por dirigentes de organismos superiores, fazendo-se objectivamente valer dessa condição.

José Morais refere como o seu controleiro, ao tempo Rogério de Carvalho, assediava a sua companheira na clandestinidade, forçando situações de proximidade:

¹⁵³⁰ José Magro, *Cartas da clandestinidade...*, p. 113

¹⁵³¹ Cf. [João Céu e Silva], *Rusga nacional sucede à fuga de Peniche*, in *Diário de Notícias* de 3 de Janeiro de 2010

¹⁵³² Cf. IANTT/PIDE-DGS, P. 193/GT

¹⁵³³ Joaquim Campino, *Histórias clandestinas*, Lisboa, Edições Avante!, 1990, pp 103-108

¹⁵³⁴ Cf TCL, 2º JC, *Processo 36/61*, 1º vol, fls 1

“Quando o nosso camarada se tornou mais explícito e numa dessas caminhadas lhe apalpou o seio, ela disse-lhe que estava a incomodá-la. Passámos uma parte da noite a falar os dois e quando na manhã seguinte, de comum acordo, tomei a iniciativa de abordar a questão com o Rogério de Carvalho ela e eu de cara feia, reconheceu imediatamente. Nunca mais o vimos e passámos a ser ponto de apoio do Jaime Serra”¹⁵³⁵.

Será exagerado generalizar este tipo de situações, porventura esparsos e excepcionais, mas apontam-se vários casos, alguns com contornos surpreendentes, como o do dirigente que mantinha relações sexuais com várias companheiras das casas que controlava, fossem instalações de funcionários com tarefas de organização fossem simples pontos de apoio. Detectada a situação, aberto inquérito, verificada a sua considerável extensão, inquiridas as mulheres envolvidas das razões por que não haviam comunicado a situação mais cedo, *“muitas explicaram (...) que receavam, caso fossem dizer ao marido ou a outra pessoa do partido o que se estava a passar, criar uma situação complicada que pusesse em perigo a segurança do partido”*¹⁵³⁶.

Situações desta natureza, desde que comunicadas e apuradas levavam, em regra, à aplicação de medidas disciplinares aos quadros que tinham estes comportamentos, mesmo que ligeiras. No caso relatado, ao dirigente em questão fora aplicada uma censura, tendo, no entanto, retomando a função tempos depois.

Tratava-se, para além do mais, de um claro abuso de poder, tanto mais que o dirigente ou funcionário que controlava uma instalação estava na posse de um detalhado conjunto de informações sobre a vida e as movimentações daqueles que controlava, que lhe permitia não só um conhecimento, como um ascendente objectivo, fazendo valer essa situação para os fins considerados.

Por isso, a ligeireza da sanção aplicada não deixa de surpreender, pois, objectivamente, suaviza a gravidade do acto, colocada a um nível inclusivamente inferior a uma falta conspirativa relacionada com os procedimentos rotineiros a adoptar na movimentação quotidiana.

Pelo seu comportamento em matéria conspirativa e por gastar fundos indevidos ao partido, foi Júlio Fogaça expulso. Na realidade, a dualidade de penas aplicadas, leves para o assédio sexual e pesadas quando associadas, mesmo que implicitamente, à

¹⁵³⁵ Cf. Amadeu Lopes Sabino, Jorge de Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva, *À espera de Godinho...*, p. 75

¹⁵³⁶ Cf. Ana Barradas, *As clandestinas*, Lisboa, Ela por Ela, 2004, p. 77

homossexualidade dão também uma imagem do que era culturalmente o PCP nestas matérias.

No caso de Fogaça, a sua expulsão foi determinada quando já se encontrava preso e politicamente vencido quanto ao seu “*desvio de direita*”, mas, deste modo, o partido, objectivamente, libertava-se daquele que fora o mais importante defensor e mentor de uma duradoura corrente “de direita” que, de modo recorrente, se manifestara no PCP desde a “reorganização” de 1940-41.

Claro que, formalmente, a sanção tinha que ver com uma atitude e um comportamento específico, que não era político, que se limitava a traduzir uma concepção moral sobre a vida. Mas, no caso, a dimensão política, implícita, parece incontornável.

Isso mesmo verifica-se aliás num outro contexto, rodeado, no entanto, por uma envolvente moral determinante. Em 1963, José Inácio, casado e com a mulher a residir no Couço, instala-se como funcionário num ponto de apoio perto de Pinheiro da Cruz, no concelho de Grândola, a partir de onde exercia o controlo sobre o Alentejo Litoral, acabando por se envolver com uma filha menor do militante que lhe dava guarida, engravidando-a, mas continuando a viver aí com a jovem até ser preso.

Ao tomar conhecimento da situação, um militante da região, cunhado da jovem, comunicou a situação ao partido, tendo Inácio sido suspenso, encontrando-se nessa situação quando foi preso. Um grupo de militantes ter-lhe-ia inclusivamente preparado uma espera para que esclarecesse a situação e entregasse os materiais que tinha em seu poder, pois, para além disso, era acusado de ter tido um comportamento excessivo na aplicação das directivas para tornar o 1º de Maio de 1964 como o início do levantamento nacional ¹⁵³⁷.

Já nos anos 40, na mesma região, embora sem qualquer dimensão política, havia-se verificado uma situação de envolvimento de um funcionário com a filha do militante da casa de apoio onde se acolhia, o qual perseguido pela organização local, acabaria por se entregar no estabelecimento prisional de Pinheiro da Cruz, isolando a organização ¹⁵³⁸.

Naturalmente, que também esta situação, continua a ser, de algum modo, explicada pela situação de isolamento dos funcionários, a que o partido acrescentava uma deficiente preparação ideológica, que os levava a praticar actos censuráveis.

¹⁵³⁷ Cf. IANTT, PIDE-DGS, PC 1498/65

¹⁵³⁸ Cf. Lino Coelho, *Memórias de um rebelde*, Lisboa, Editora Em Marcha, 1981, pp 165-172

Todavia, mesmo entre membros do Comité Central, um afastamento, por vezes muito prolongado, da companheira é apresentado como motivo para a ocorrência de outro tipo de relacionamentos no seio do partido, mantendo formalmente a condição de casados. José Magro, numa surpreendente confissão, reconhece os efeitos desse afastamento, motivado sobretudo pela prisão – *“a solicitação implícita de uma constante presença feminina para um esfaimado sexual com perto de seis anos de prisão. O esfaimado queria manter-se fiel a uma companheira fiel que atravessara a mesma prova e que se encontrava agora presa. Resistiu com sofrimento e alguma coragem durante cerca de um ano... mas acabou por sucumbir.*

Esta fraqueza, humana talvez, mas tão injusta para com a companheira querida, acabou por desmoralizá-lo e levá-lo a cometer em outras épocas novas fraquezas semelhantes ou até mais graves e a «cortar» com a companheira para tentar diminuir a irregularidade da situação – provocando-lhe assim novos sofrimentos com manifesta crueldade.

*O Partido criticou severamente essas fraquezas...”*¹⁵³⁹.

A vida clandestina, nestas matérias, criava situações que constituíam factores de tensão acrescida, deixando inevitavelmente sequelas e ranger de dentes que só a devoção ao partido permitia compensar.

António Dias Lourenço, já do Comité Central, vira a sua companheira, Casimira Silva, com quem era casado, envolver-se com um outro membro da Direcção, José Augusto da Silva Martins. Colocada a situação ao Secretariado do Partido, fora determinado que Silva Martins alugasse um quarto em Lisboa e o casal se mantivesse na sua casa até haver uma decisão, que acabaria por ser no sentido de que Casimira e Silva Martins se organizassem como casal e instalassem uma casa do partido¹⁵⁴⁰.

Silva Martins, responsável pelas tipografias clandestinas, era, por sua vez controlado por Manuel Domingues, que respondia directamente junto do Secretariado. Numa noite, depois de uma reunião de controle, Domingues decide ficar na casa e, como só houvesse uma cama, dormir juntamente com o casal, o que os deixou completamente incomodados. Noutra ocasião, Casimira é chamada a desempenhar uma tarefa não mencionada fora da sua instalação casa durante cerca de um mês e que Domingues viria, com autorização do Secretariado, a dizer ter sido desempenhada em sua casa.

¹⁵³⁹ José Magro, *Cartas da clandestinidade...*, p. 150-51

¹⁵⁴⁰ CF IANTT, PIDE-DGS, PC 64/GT [3-30]

A crueldade da situação era interpretada por Silva Martins como uma estratégia do Secretariado o pôr à prova, considerando o episódio ocorrido entre si e Casimira ¹⁵⁴¹.

Em Abril de 1949 Casimira e Silva Martins seriam presos. Grávida, o seu filho nascerá na prisão em Agosto, vivendo aí junto de si cerca de dois anos. No entanto, nesse mesmo ano, em Dezembro seria vez de Dias Lourenço ser preso com Georgette de Oliveira Ferreira, vivendo ambos numa casa do partido em Palmela. Como Lourenço continuasse casado com Casimira, o filho desta foi compulsivamente registado como filho dos dois.

Na prisão Silva Martins, depois de prestar extensas declarações à polícia, irá ficar mentalmente afectado. No entanto, Casimira, libertada em finais de 1951 manifestará vontade de casar com o pai do seu filho e comunica isso mesmo ao partido:

“Penso, queridos amigos, logo que me seja possível, casar com o meu companheiro. Tomei esta decisão, porque julgo que é a melhor maneira de o ajudar, pois o meu maior desejo é que venha a ser uma pessoa ainda com alguma utilidade para o nosso querido Povo.

(...) É com imenso sofrimento que vos ponho esta questão. Mas nada disto vale e não deixa de ser uma cobardia, porém sinto-me neste momento incapaz de me desligar do meu companheiro...” ¹⁵⁴²

Casimira Silva virá efectivamente a casar com José Augusto Silva Martins, em 1955, depois da sua libertação, embora este venha no entanto a falecer poucos anos depois. A situação do filho de ambos arrastar-se-ia durante mais de vinte anos, ora porque Silva Martins e Dias Lourenço estivessem presos ora porque, tendo aquele falecido e Lourenço permanecesse clandestino, tinha-se criado uma situação sem solução à vista e completamente perversa e traumática, geradora de grandes dramas pessoais.

António Dias Lourenço, por sua vez, evadir-se-á do forte de Peniche em Janeiro de 1954 e vai formar instalação, sendo destacada para esse efeito Colélia Fernandes, que depois de presa com Manuel Rodrigues da Silva será libertada em Dezembro de 1953, regressando à clandestinidade em meados do ano seguinte.

Rodrigues da Silva, confidenciaria a José Magro, quando por volta de 1952 estavam os dois presos no Aljube, que *“se perdesse a amiga, ficaria liquidado como homem e portanto como quadro”* ¹⁵⁴³. Perdê-la-ia, de facto. Em 1962, Dias Lourenço e Colélia são presos na Figueira da Foz juntamente com os dois filhos de ambos.

¹⁵⁴¹ Cf. **Idem**, [58-60]

¹⁵⁴² IANTT, PIDE-DGS, *P. 336/GT*, 4-52, **Queridos camaradas-Saúde**, [18]

¹⁵⁴³ José Magro, **Cartas da clandestinidade...**, p. 115

Situações com estes contornos, de envolvimento das companheiras das casas com novos funcionários e dirigentes, após a prisão dos seus maridos ou companheiros, verificaram-se com alguma frequência.

Alcino de Sousa Ferreira, que ingressara no partido em 1944, depois de várias passagens pela prisão, casa com Albina Fernandes em 1948, passando ambos à clandestinidade no ano seguinte, vindo Alcino a ser preso em 1951 para ser libertado seis anos depois, após o que requereu o divórcio de Albina, que, quando presa em 1961 era há vários anos companheira de Octávio Pato, com um filho de ambos ¹⁵⁴⁴.

Também Armando Norte, vidreiro da Marinha Grande, que passa à clandestinidade em 1957, poucos dias depois de casar com Rosinda de Jesus Carvalho, é preso dois anos depois, regressando a sua mulher à Marinha Grande para, mais tarde, voltar à clandestinidade com o marido preso, acompanhando um funcionário com quem passa a viver, o que suscita enormes protestos seus pela forma como o partido tolerou essa situação ¹⁵⁴⁵.

O Secretariado, que não podia ser indiferente a situações desta natureza, procurava mediar conflitos, pronunciar-se sobre as situações concretas que iam sendo colocadas, arrogando uma autoridade que, sendo antes do mais política era, nas condições de clandestinidade, também moral e até “judicial” ¹⁵⁴⁶.

Mesmo colocando-se nesse plano, o PCP não era propriamente entusiástico em matéria de relações afectivas, que não tivessem o enquadramento clássico do casamento ou, quando muito, da união de facto, e, neste caso, apenas na medida em que a clandestinidade impedisse a sua “regularização”.

A desconfiança que nutria em relação ao enamoramento ou a amizades mais íntimas decorriam ainda, e em boa medida, do facto de serem susceptíveis, por um lado, de desviarem as energias dos quadros das tarefas partidárias do quotidiano e, por outro, de poderem implicar aspectos susceptíveis de perigar a segurança do partido, podendo escapar ao controlo verticalmente exercido, em particular sobre o corpo de funcionários.

Deste modo, a tendência era a de procurar anular a individualidade afectiva, subordinando-a e padronizando-a em nome do partido e dos seus superiores interesses, embora prevalecesse uma gestão pragmática destas situações que aconselhava a uma

¹⁵⁴⁴ Cf. TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo 92/62*, 28º vol., *Autos de Declarações de Maria Rodrigues Pato*, em 27 de Dezembro de 1961, fls 1154-55; de *Alcino de Sousa Ferreira*, em 20 de Janeiro de 1962, fls 1593-94 e *Informação do GT*, de 8 d Maio de 1962, fls 1802-03;

¹⁵⁴⁵ Cf. *Entrevista a Francisco Martins Rodrigues*, em 12 de Setembro de 1997

¹⁵⁴⁶ Cf. Ana Barradas, *As Clandestinas...*, pp 45-47

discreta tolerância ¹⁵⁴⁷, com o partido procurando evitar confrontá-las, fazendo-o apenas quando a proporção dos factos o obrigava.

No entanto, em Maio de 1960, o Secretariado entende ser oportuno divulgar uma Resolução que, sendo de censura a um membro do CC, se insere num clima mais geral que respeita a um “conjunto de concepções e atitudes incorrectas (que se tornaram frequentes nos quadros do P. incluindo os de Direcção) acerca das relações entre homem e mulher, dos problemas do amor e da vida familiar, da educação dos filhos, do respeito mútuo, assim como acerca do trato com os quadros (onde há casos de formas violentas, autoritárias e até brutais)” ¹⁵⁴⁸.

Segundo a Direcção do PCP essas atitudes e comportamentos acusavam “as influências da corrompida sociedade burguesa nas próprias fileiras e quadros do P.” ¹⁵⁴⁹, reclamando por um lado mais trabalho educativo e, por outro, medidas disciplinares em conformidade. Mas, na realidade, nem estas medidas traduziam a gravidade que apontavam aos actos praticados nem a erradicação dessas situações se resolvia através de medidas dessa natureza.

Daqui ressaltava uma instabilidade relacional que só podia desencadear e alimentar múltiplas tensões, frustrações e ressentimentos no interior do aparelho clandestino, a partir das suas estruturas de direcção, com as quais conviviam em nome dos superiores interesses do partido.

O trabalho educativo era a este nível bastante limitado. Sobre as questões afectivas no domínio da sexualidade, circulou durante muito tempo, pelo menos entre algumas funcionárias, o texto de Clara Zetkin sobre conversas mantidas com Lenine acerca da questão feminina ¹⁵⁵⁰, que o *3 Páginas*, o boletim destinado às clandestinas das casas do partido publicara em 1946, num dos primeiros números, antecedido por uma pequena, mas significativa, introdução. Nestes termos:

“Nem todos os camaradas têm uma ideia justa do problema sexual, dos fundamentos em que devem assentar as relações entre homens e mulheres. Nas nossas próprias fileiras podemos encontrar exemplos de ligeireza com que este problema é compreendido. Há amigos e amigas que consideram as relações sexuais como um acontecimento «sem importância» vizando apenas a satisfação das necessidades fisiológicas e o prazer material (...) E assim, não correspondendo a nenhum laço

¹⁵⁴⁷ Cf. José Pacheco Pereira, *A Sombra*. Lisboa, Gradiva, 1993, pp 160-167

¹⁵⁴⁸ IANTT, ADL, Tribunal Criminal de Lisboa, 3º Juízo, *Processo 16557/61*, 3º vol., fls 210, *Resolução do Secretariado do CC*, Maio de 1960, dact., p. 1

¹⁵⁴⁹ *Idem*

¹⁵⁵⁰ Cf Clara Zetkin, *Lenin on the women’s question*, in <http://www.marxists.org/archive/zetkin/1920/lenin/zetkin1.htm>

*sólido entre homem e mulher, tais relações podem desaparecer sem custo, ou ter um carácter provisório, ou substituir-se fácil e rapidamente. Tais concepções são completamente contrárias à orientação comunista sobre o problema do amor”*¹⁵⁵¹.

Neste discurso em torno da moral comunista ancoravam-se valores que pouco se distinguiam da moral tradicional, conservadora, de pendor puritano, que subordina a dimensão sexual das expressões afectivas a um casamento perene e à própria dinâmica da militância partidária e da defesa do partido, que tudo se subordina, incluindo a sexualidade¹⁵⁵², portanto.

Estas concepções articulavam-se depois com o próprio papel do militante homem no seio do partido, por vezes numa ostensiva discriminação das suas companheiras. Isto está particularmente patente na divisão social do trabalho dentro das casas clandestinas, ainda que a orientação doutrinária não fosse formalmente essa.

O boletim *3 Páginas*, que inicia a sua publicação em Janeiro de 1946, pretendia reagir a essa situação, no que Cândida Ventura, que vinha trabalhando junto do CC desde 1944, terá tido importante papel.

Num interessante artigo publicado logo após o IV Congresso (2º Ilegal) sobre as resoluções aí tomadas em matéria de organização de mulheres, afirmava-se que “(...) *as mulheres valem porque lutam e portanto tem direitos iguais aos dos seus companheiros. Considero que só agora com esta resolução, o partido abriu de facto as suas portas a estas pobres de Cristo que estavam cansadas de bater. Mas sejamos justos, também só agora o barulho que fizeram foi suficiente para ser ouvido*”¹⁵⁵³.

Entendia o artigo que se tinha conseguido uma posição equilibrada, isto é, que evitava ser tanto “*exageradamente feminista*” como desenvolvendo um “*complexo de inferioridade*” perante os militantes homens. Era, nos termos do próprio artigo, a “*compreensão da luta feminina*”.

Mas havia funcionárias que tendo iniciado a sua actividade nas instalações com funções domésticas, de defesa e de apoio “*técnico*” aos companheiros passassem ao trabalho de organização, isto é, passassem a controlar organizações territoriais ou sectoriais.

Abandonando as tarefas de apoio que até aí lhes tinham estado atribuídas, isso implicava, por extensão, que deveriam deixar de viver com um companheiro que tivesse

¹⁵⁵¹ IANTT, ADL, Tribunal Criminal de Lisboa, 3º Juízo, *Processo 16557/61*, 5º vol., fls 340, **Como Lenine falava do problema sexual**, dact., p. 1

¹⁵⁵² Cf Ana Barradas, *As clandestinas...*, pp 74-75

¹⁵⁵³ Joaquina, **O 2º Congresso e a organização das mulheres**, in *3 Páginas*, 7, Outubro de 1946

igualmente tarefas de organização, a menos que um terceiro elemento feminino assegurasse as tarefas domésticas ou de defesa da casa. Não são, todavia muitas as situações em que essa progressão se verificou. Considerámos um conjunto de dez situações concretas, das quais cinco atingiram o Comité Central.

Verificamos que, praticamente na totalidade dos casos considerados, a atribuição de tarefas de organização ocorre bastantes anos após a passagem à clandestinidade, o que significa que a primeira fase é, evidentemente, sempre preenchida com tarefas de apoio nas casas clandestinas.

Quadro 17

Funcionárias com tarefas de organização

Nome	Func.	T. Org	CC	Sectores
Georgette de Oliveira Ferreira	1945	1950	1965	1950-52 – CL Porto 1952-54 – DOR Lisboa 1959-64 - Exterior (Checoslováquia)
Maria Alda Barbosa Nogueira	1949	1957	1957	1949-57 - Redacção do Avante 1957-59 - Lisboa – Empregados
Fernanda Paiva Tomás	1952	1957	1960	1957-58 - Porto – sector intelectual 1958-61 - Lisboa – Zona Oriental
Sofia Ferreira	1945	1953 (?)	1957	1946-48 – tipografia clandestina 1948-49 – apoio ao Secretariado 1953-55 – casas clandestinas 1955-57 – CL Porto 1957-59 – CL Lisboa
Margarida Tengarrinha	1955	1962	----- *	1961 – Redacção do Avante! 1962-63 - França, Apoio Secretariado 1963-67 - Bucareste, Redacção RPL
Cândida Ventura	1943	1946	1946	1943-46 - Redacção do Avante 1948 - Porto – sector operário 1954-55 - Margem Sul – Barreiro/CUF 1956-57 - Lisboa – sectores intelectual, juvenil e colonial, 1949-53 -Lisboa – sector operário 1953-54 - Norte – sectores operário, juvenil e intelectual 1957-60- Lisboa – Oeste
Maria Emília Lindim Serra	1944 (?)	1962 (?)	-----	1962-64 - Lisboa – Linha do Estoril e Oeste
Aida Magro	1945	1954 (?)	-----	Lisboa – zona oriental
Ivone Dias Lourenço	1955	1964	-----	Lisboa – juventude Porto – sector operário Lisboa

Graciete Nogueira Casanova	1963	1964	-----	1964-65 - Norte – org. de Serzedelo, Espinho e S. João da Madeira
----------------------------	------	------	-------	---

* Margarida Tengarrinha será eleita para o Comité Central no VII Congresso Extraordinário, em Maio de 1974

Georgette Ferreira e Sofia Ferreira, irmãs, naturais de Vila Franca de Xira, costureira e doméstica respectivamente, ambas com pouco mais de vinte anos, tornam-se, funcionárias na conjuntura de guerra, levadas para a clandestinidade para ajudarem o partido. A vitalidade e o desenvolvimento da organização local, a que ambas pertenciam, juntamente ainda com a sua irmã Mercedes, permitiriam que, naquela altura e num curto intervalo de tempo, todas elas num conjunto de oito militantes passassem clandestinidade.

Por sua vez, Alda Nogueira, engenheira química, respondendo, de igual modo, ao apelo do PCP, passa à clandestinidade em 1949 numa altura em que o partido atravessava dificuldades particularmente graves por efeito da repressão, pois “*Naturalmente que o Partido tinha de ter as suas casas bem defendidas, já que a polícia estava num período de enorme ofensiva. Nessa altura, eu era um membro de base do Partido, uma pura e simples militante*”¹⁵⁵⁴. Ainda assim, Alda passará ao mesmo tempo a integrar a redacção do *Avante!*, assumindo assim funções políticas.

Também engenheira química, Aida Magro, acompanhará o seu marido, José Magro, na passagem à clandestinidade em 1945, levando uma filha que nascera três meses antes.

Margarida Tengarrinha, na ilegalidade desde 1955 com o seu companheiro José Dias Coelho, aceitará a proposta que Joaquim Pires Jorge lhes fazia para constituírem um unidade de falsificação de documentos de identificação¹⁵⁵⁵, tarefa técnica da maior importância no suporte do aparelho clandestino do partido e, por isso mesmo, directamente controlados pelo Secretariado. Em 1961 mudará de sector, passando à redacção do *Avante!*, enquanto Dias Coelho passará a ter funções de organização na Direcção da Organização Regional de Lisboa, designadamente controlando o sector intelectual.

Dias Coelho será assassinado pela PIDE poucos meses depois e Margarida sairá do país clandestinamente, vindo a desenvolver tarefas de apoio ao Secretariado em Paris, primeiro e na redacção da Rádio Portugal Livre, depois.

¹⁵⁵⁴ Maria Alda Barbosa Nogueira, in Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres Portuguesas...*, p. 178

¹⁵⁵⁵ Cf Margarida Tengarrinha, *Quadros da memória*, Lisboa, Edições Avante!, 2004, pp 37-48

Cândida Ventura, por sua vez, pouco depois da “reorganização” de 1940-41, está no norte onde dá apoio às greves dos sapateiros de S. João da Madeira de 1943, ano em que passa à clandestinidade, trabalhando junto do Secretariado na redacção do *Avante!* até 1946 e passando, a partir daí, já como membro do Comité Central, a desempenhar tarefas de organização no Porto, no Barreiro e em Lisboa até ser presa em Agosto de 1960. Libertada em 1963, passa a representar o PCP a partir de 1965 junto da *Revista Internacional*, em Praga.

Homens, fundamentalmente homens jovens, mas também mulheres em posição claramente subalterna, ingressando no universo clandestino frequentemente na eminência de prisão ou sob pressão, ou juntando-se aos seus companheiros, outras recrutadas mesmo para efeitos de constituição de instalações clandestinas, constituem o corpo de funcionários.

Trata-se de um universo compósito, reportando-se a um conjunto de perfis e de estatutos relativamente diferenciados, fossem funcionários de organização ou técnicos, com funções nas tipografias ou no apoio às casas do partido e, mesmo entre os que desempenhavam funções de organização, desenhava-se uma espécie de hierarquia baseada no nível de controlo político exercido. Numa grande cidade, como Lisboa ou Porto, por exemplo, podiam hierarquizar-se dois ou três níveis de funcionários – os de zona ou do Comité Local, os de controlo regional e os provinciais, directamente controlados pelo Secretariado.

O aparelho clandestino do PCP era pois suportado por este corpo de funcionários, um aparelho dispendo de estruturas, circuitos, instalações, dotado de um conjunto devidamente codificado de normas procedimentais rigorosas.

Capítulo 9

O aparelho

1. As Casas do Partido

Para explicar as razões que permitiram ao PCP a continuidade do trabalho partidário, Álvaro Cunhal refere “*A formação de um sólido núcleo de revolucionários profissionais para o desempenho das tarefas vitais (d direcção central e dos grandes sectores, controlo das organizações regionais, serviços técnicos) inteiramente dedicados ao Partido e dispendo de uma base técnica correspondente*”¹⁵⁵⁶ como uma das condições fundamentais.

Esta “*base técnica*” reporta a um conjunto de meios e de unidades indispensáveis ao desenvolvimento da actividade partidária, fundamentalmente composta por uma rede de casas clandestinas, pilares logísticos e operacionais territorialmente distribuídos, onde assentava o aparelho partidário – fossem as instalações para alojar os funcionários de organização, fossem casas de apoio que permitiam as deslocações dos dirigentes e funcionários pelas zonas que controlavam ou fossem ainda as tipografias clandestinas onde se imprimia uma imprensa ininterruptamente editada.

O quadro¹⁵⁵⁷, deixando ainda de fora as tipografias, dá-nos uma ideia, mesmo que aproximada, do número de instalações utilizadas. Trata-se de um número elevado de instalações, que traduz um sério esforço por manter activa uma rede vasta, de modo a suportar as tarefas permanentes que decorriam do trabalho de direcção.

As severas medidas de defesa que rodeavam essas instalações faziam com que perante o menor sinal que pudesse indiciar estar a casa sob vigilância, ou haver presença policial próxima, susceptível de correr algum risco por suspeita de vizinhos ou por uma qualquer circunstância, mesmo que fortuita, obrigavam a abandoná-la e a procurar outra no mais curto espaço de tempo. As mudanças de instalação tornavam-se frequentes.

¹⁵⁵⁶ Álvaro Cunhal, **Algumas experiências de 50 anos de luta do PCP** [publicado originariamente na *Revista Internacional (Problemas da Paz e do Socialismo)*, nº 6, Junho de 1971] Lisboa, Edições Avante!, 1975, p. 14

¹⁵⁵⁷ Cf. Partido Comunista Português, **60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria. 1921-1981**, Lisboa, Edições Avante!, 1982, pp 284-285

Quadro 18
Casas Clandestinas

Regiões	Concelho	1949-52	1953-57	1958-60	1961-65	Subtotais
Lisboa e arredores	Lisboa	7	18	19	10	54
	Loures	2	2	3	1	8
	Sintra	4	6		6	16
	Oeiras	1	1	2	2	6
	V. F. Xira	1				1
	Sintra	1		1		2
	Cascais		1	5		6
	Amadora			1	3	4
	Mafra			1		1
	T, Vedras			1		1
	Subtotais	16	28	33	22	99
Norte	Porto	3	3	1	5	12
	Valongo	1				1
	Ermesinde	1			1	2
	Matosinhos	2	2		4	8
	Espinho	1				1
	Aveiro	1				1
	Anadia	1				1
	Lousã					0
	Gaia			1	2	3
	V Cambra					0
	Gondomar		1	2	1	4
	V Conde				1	1
	Maia					0
	Ourém					
	C. Branco			1		1
Subtotais	10	6	5	14	35	
Sul	Setúbal	3	2	4		9
	Barreiro				3	3
	Almada	3		3	3	9
	Moita	1	2		4	7
	Palmela		1		1	2
	Seixal				5	5
	Montijo				2	2
	Subtotais	7	5	7	18	37
Totais	33	39	45	54	171	

Jorge Morais e a sua companheira, por exemplo, funcionalizados em 1964, mudaram de casa 18 vezes em menos de cinco anos ¹⁵⁵⁸.

Jaime Serra, em 1950, por sua vez, depois de se evadir do forte de Peniche foi destacado para a Margem Sul do Tejo, instalando-se em Aires, então uma pequena aldeia perto de Palmela; mas manter-se-ia aí pouco tempo, pois, por um lado, apurou que o dono da casa tinha um familiar que trabalhava para a PIDE e, por outro, Mário

¹⁵⁵⁸ Cf. Amadeu Lopes Sabino, Jorge de Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva, *À espera de Godinho...*, p. 22

Mesquita, o dirigente que lhe havia arranjado a instalação, havia sido preso. Estes dois factores determinariam que rapidamente abandonasse a sua casa clandestina e fosse destacado para o norte do país ¹⁵⁵⁹.

Ao Secretariado cabia estabelecer as normas sobre o funcionamento da casa, cabendo-lhe definir, uma a uma, quem as conhece e quem as frequenta; determinando a sua localização e as respectivas normas de defesa.

Por outro lado, a cada instalação correspondia uma contabilidade própria, expressa sob a forma de um balancete mensal. Este procedimento obrigatório para todos os funcionários, como assinalámos, corresponde, segundo Silva Marques, a “*uma espécie de condensação de toda a vida mensal do funcionário, sob os mais diversos aspectos*” ¹⁵⁶⁰.

Apreciado este balancete do ponto de vista do controlo da movimentação do funcionário, merece também ser olhado do ponto de vista do fluxo financeiro que representa.

O balancete de José Pacheco, por exemplo, referente ao mês de Junho de 1961, apresenta uma despesa de 1646\$70, dos quais 830\$00 corresponde ao seu salário, 175\$00 à renda de casa (120\$00), 30\$00 à aquisição do jornal diário ou 591\$90 a deslocações, alimentação e alojamento ¹⁵⁶¹.

No campo das receitas, Pacheco transportava um saldo de 3265\$00 do mês anterior e havia recolhido de imprensa, quotizações e donativos 626\$60, o que perfazia um saldo total de 3892\$20. Assim, considerada a despesa realizada, a instalação de José Pacheco transportava para o mês seguinte como saldo 2245\$30 ¹⁵⁶².

Entre Janeiro e Junho de 1961, as contas da sua instalação evoluíram, registando uma situação permanente de saldo, ainda que nos meses de Janeiro e Fevereiro a margem confortável registada decorra de uma incorporação de 1000\$00 em cada mês através da rubrica transferências.

Esta rubrica inscrita em balancete servia justamente para registar os “*dinheiros recebidos da Direcção do Partido. Isto acontecia sempre que o funcionário não conseguia realizar no seu sector de acção as receitas suficientes para suprir as suas despesas*” ¹⁵⁶³.

¹⁵⁵⁹ Cf. Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber... o que custou a liberdade*, Lisboa, Avante!, 2004 (2ª edição), p. 103

¹⁵⁶⁰ J.A. Silva Marques, *Relatos da clandestinidade...*, p. 305

¹⁵⁶¹ IANTT, TCL, 3º Juízo Criminal, *Processo 16654/61...*, *Despesas de Junho de 1961*, fls. 40, mns, 1 p.

¹⁵⁶² *Idem*, fls. 40, *Balancete de Junho de 1961*, mns, 1 p.,

¹⁵⁶³ J.A. Silva Marques, *Relatos da clandestinidade...*, p. 306

Quadro 19

Balancetes de José Pacheco (1º semestre de 1961)

Mês	Saldo do mês anterior	Transferência	Receitas do mês	Total de Receitas	Total de Despesas	Saldo do mês
Janeiro	1097\$10	1000\$00	824\$00	2921\$10	1332\$40	1588\$70
Fevereiro	588\$70	1000\$00	1064\$10	2652\$80	2242\$60	410\$20
Abril	2908\$60		3376\$50	6285\$10	4247\$20	2037\$90
Maiο	2037\$90		2564\$00	4601\$90	1336\$30	3265\$60
Junho	3265\$60		626\$60	3892\$20	1646\$90	2245\$30

Essa situação parece alterar-se francamente a partir de Abril, e em particular nesse mês e em Maio, com as receitas do mês a saltarem para valores expressivos, deixando de se mencionarem quaisquer transferências.

As receitas do mês provinham da venda de imprensa, das cotizações de militantes e simpatizantes e da recolha de donativos, representando as transferências um reforço central suplementar..

As despesas, por sua vez, organizavam-se em dois grandes grupos, um primeiro que, no caso concreto de Junho, correspondia ao salário auferido (830\$00), à renda de casa da instalação (120\$00) e ainda uma terceira verba substancialmente mais pequena destinada à compra diária de um jornal (30\$00), totalizando 980\$00, enquanto no segundo grupo de despesas entravam deslocações, transportes ou alimentação fora de casa, num total de 6667\$70.

Nestas condições, a instalação não só se financia a si própria como assegura saldos transportados para o mês seguinte, permitindo encarar despesas extraordinárias, como no caso que vimos seguindo ocorreu em Abril, quando Pacheco mudou a sua instalação de Évora para Cuba, sendo obrigado, por um lado a pagar a renda da casa que habitava anteriormente e os primeiros dois meses de renda da nova casa, bem como adquirir mobiliário para aí.

Assim, a situação das casas sempre que deficitária era apoiada pela Caixa central, e essa seria uma situação frequente, pois, como assinalava Silva Marques, “*Salvo nos sectores com organização mais numerosa ou então onde o número de «intelectuais» e comerciantes ou outros equivalentes era suficientemente grande, o funcionário só conseguia subsistir graças às subvenções vindas da direcção*”¹⁵⁶⁴.

No caso de José Pacheco, as despesas referentes à mudança de instalação representaram mais de um terço das despesas do mês, a que acrescia ainda uma

¹⁵⁶⁴ **Idem**

transferência de 920\$00 a outro quadro, presumivelmente para acudir a défice ou a despesas extraordinárias.

O aluguer da instalação era em regra uma operação complicada, dadas as condições dos arrendatários, sempre munidos de identidade falsa e sem possibilidade de cumprirem os preceitos legais que envolviam o aluguer. Normalmente o pagamento de vários meses adiantados, por vezes um semestre, ajudava a criar um clima de confiança e facilitava o aligeiramento dessas formalidades. Mas, noutras vezes, uma conversa agradável e convincente, criando boa imagem ou empatia, conseguiam resolver o assunto sem recorrer a grandes pagamentos iniciais.

Em Maio de 1960, Laura, companheira de Jaime Serra, escassos meses após a fuga deste de Peniche e portanto ainda numa fase de vigilância policial acrescida, conseguiu alugar sozinha uma casa na Venda do Pinheiro, perto da Malveira, conseguindo convencer o senhorio de que o marido era engenheiro de minas na zona de Coimbra onde trabalhava, tendo de vir por motivos profissionais para a zona de Lisboa, onde não conhecia praticamente ninguém na zona de Lisboa.

Mas, como refere Serra, antes de alugar a casa, *“Laura tinha apalavrado uma outra na Malveira, para a qual dera já um sinal de 500\$00, que recuperou a dobrar depois de «incidente» com a senhoria, quando esta manifestou certas reticências no aluguer, referindo-se aos «homens que andam para aí fugidos». Mostrando-se ofendida, a Laura disse que já não queria a casa”*¹⁵⁶⁵

Mas nem sempre isso era possível. O principal problema colocava-se com a utilização do Bilhete de Identidade, obviamente falso, que era regra não serem utilizados nestas situações, pelo que deveriam declarar que o documento havia caducado, declarando ir abrir sinal num notário, onde, por sua vez, se dizia ter perdido o Bilhete e com duas testemunhas se contornava a situação.

Foi o que fez Carlos Brito, em 1957, quando, depois de fugir do Aljube, foi incumbido de arranjar instalação para si em Lisboa, na zona da Pontinha. *“Aí fui eu ao notariado de Loures, considerado o mais apropriado (...). Lá consegui mobilizar, a troco de umas gorjetas, duas testemunhas que atestaram que me chamava Manuel qualquer coisa. Ainda era preciso arranjar um fiador. Também se conseguiu um merceeiro a troco do compromisso de gastar lá de casa. Finalmente pude formalizar o contrato com o senhorio”*¹⁵⁶⁶.

¹⁵⁶⁵ Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber...*, pp 168-69

¹⁵⁶⁶ Carlos Brito, *Tempo de subversão*, Lisboa, Edições Avante!, 1998, p. 103

A determinação da zona para a instalação de um funcionário, estabelecida pelo Secretariado, tinha fundamentalmente em consideração a gestão da movimentação dos funcionários pela quadrícula do território, evitando zonas onde funcionários de sectores diferentes pudessem marcar encontros ou cruzarem-se, que pudessem fornecer informação sobre sectores que não os seus.

Esta medida tinha em atenção prevenir eventuais declarações que pudessem ser prestadas sob prisão e tortura, que implicariam não só os sectores controlados pelo funcionário preso, mas também perigar outros com a simples indicação que um funcionário doutro sector vivia perto.

Em meados dos anos 50, a Joaquim Gomes, controlando a Organização Regional do Alentejo, com instalação em Setúbal, foi determinado que abandonasse a casa, sendo destacado para o norte, porque havia sido preso um funcionário que sabia que vivia naquela cidade, embora desconhecesse o local em concreto e não pertencesse sequer ao mesmo sector ¹⁵⁶⁷.

Este problema tornava-se particularmente sensível nas maiores cidades. Ainda Carlos Brito, sobre a sua instalação na Pontinha refere como Joaquim Pires Jorge, o seu controlador do Secretariado, lhe havia recomendado que escolhesse bem as horas para entrar e sair de casa. Assim, foi “*escolhendo as horas e até aprendi algumas saídas que me permitiram evitar o funil*” ¹⁵⁶⁸, que era o acesso a essa zona para quem vinha de Lisboa, que se fazia por uma única rua.

Por outro lado, na estrutura de funcionamento da instalação à mulher cabia antes do mais, fazer com que a casa tivesse uma indispensável aparência de normalidade, de modo a não levantar quaisquer suspeitas que pudessem suscitar curiosidades ou desconfianças acrescidas e susceptíveis de atrair o faro policial. Esta aparência de normalidade tinha de ser pensada ao pormenor, no mínimo detalhe, pois a dinâmica de funcionamento da própria casa implicava, em determinados momentos mais sensíveis, a presença de vários elementos que aí iam reunir, por vezes, durante dias. Tornava-se assim necessário controlar não só entradas e saídas, como uma aparente tranquilidade permanente, como se apenas aí vivesse o casal.

Mesmo assim, era importante que essa tranquilidade não fosse excessiva, o que acabaria por torná-la estranha, implicando por isso, simular algumas saídas do casal,

¹⁵⁶⁷ Cf. Joaquim Gomes, *Estórias e emoções...*, pp 85-87

¹⁵⁶⁸ *Idem*, p. 105

evitando que permanências excessivas na casa por qualquer dos dois pudesse levantar alguma desconfiança entre os vizinhos.

As actividades de defesa da casa eram tidas como absolutamente decisivas, pois mesmo para além da aparência exterior, era necessário assegurar que no regresso a casa os quadros não fossem surpreendidos pela polícia que poderia eventualmente ter assaltado a instalação, como tantas vezes ocorreu, durante a sua ausência. À funcionária, cabia assim, conhecendo sempre antecipadamente o dia em que o seu companheiro regressava, colocar um sinal num muro ou numa árvore, de modo que ele pudesse confirmar que o caminho estava livre para entrar em segurança em casa.

Por outro lado, os funcionários mantinham nas casas o seu próprio arquivo, isto é, um conjunto mais ou menos vasto de materiais e documentos, nos quais se apoiava na preparação da sua actividade, na elaboração dos relatórios ou no seu estudo político, o que significava a presença de elementos conspirativos sensíveis, que uma vez apreendidos pela polícia, apesar de cifrados, forneciam dados mais ou menos extensos.

Ter esses materiais organizados e juntos numa única zona da casa e dispor de uma caixa de fósforos de reserva preparada para os destruir em caso de assalto policial era tarefa recomendadíssima às funcionárias, pela importância que podia ter em caso de necessidade.

Isso justificou inclusivamente um artigo nas páginas de *A Voz das Camaradas das Casas do Partido* escrito por Margarida Tengarrinha, que usava o pseudónimo de *Leonor*, segundo o qual “*Numa das primeiras reuniões que tivemos com o nosso controlador, quando este nos falou do salário e fez contas dos gastos de instalação disse-nos: acrescentem nas despesas mais \$80 para uma caixa de fósforos. Essa caixa de fósforos deve ficar sempre ao lado dos materiais mais conspirativos, com uma garrafa de um líquido inflamável, para em qualquer momento de perigo vocês poderem queimar esses materiais. E a propósito contou-nos o caso de um camarada que, no momento do assalto à sua casa, quis teimar materiais, mas só tinha um isqueiro que falhou e não acendia.*

Na nossa casa, a partir desse momento, essa caixa de fósforos passou a chamar-se «a caixa de fósforos do Partido». Algumas vezes quando me faltam fósforos em casa vou lá roubar um ou dois. Mas a verdade é que, quando o faço, fico com a sensação de que estou a cometer um erro conspirativo. Porque aquela é a «caixa de fósforos do Partido»”.

Deste modo, apesar da importância atribuída ao estudo, o trabalho feminino era predominantemente doméstico e de defesa da casa.

Catarina Rafael, que usava o pseudônimo de *Maria Iber*, descreve em Dezembro de 1953 o seu quotidiano na instalação que ocupava – a manhã era reservada à lavagem da roupa, a engomar e à limpeza da casa, repousando uma hora a seguir ao almoço, de modo que lhe ficavam livres quatro horas, entre as 15 e as 19, que deveria ocupar no estudo, porém, acrescenta, “*Infelizmente não as posso aproveitar como é meu desejo, devido ao meu estado de saúde. Mas como as horas que tenho livres são muitas e eu não posso estar inactiva, dedico-as a algumas tarefas leves mas que tenham utilidade para o nosso Partido*”¹⁵⁶⁹.

Por essa altura e face a esta situação, o *3 Páginas* lançara uma campanha de estudo político, mas os resultados eram muito fracos, pois apenas seis funcionárias se haviam pronunciado sobre a campanha, deixando-a arrefecer, não obstante o reconhecimento geral da sua importância¹⁵⁷⁰.

Quase que invariavelmente, a organização interna das casas do partido assentava numa divisão formal das tarefas, induzindo explicitamente à interiorização disso mesmo. Em 1957, a questão do trabalho doméstico era abordada no novo boletim, *A Voz das Camaradas das Casas do Partido* que vinha substituir o *3 Páginas* ao fim de dez anos de publicação. Aí se considerava que “*(...) não é todo o trabalho doméstico um trabalho responsável, de alta importância. Nas tarefas domésticas das nossas casas a responsabilidade não está, por exemplo, no número de voltas que damos aos pratos ou em lavarmos com mais potassa e menos sabão.*

A nossa responsabilidade, como militantes, está naquilo que interessa ao Partido: em sermos cuidadosas e pontuais, em termos a casa arranjada de forma normal como as outras casas, nas horas a que os camaradas nos pedem as refeições para saírem e no arranjo das outras coisas dos camaradas que estejam ligadas às tarefas domésticas”¹⁵⁷¹.

Animadas a participar, os artigos de muitas funcionárias enlaçavam-se uns nos outros e esta era também uma forma de incentivar a participação num meio em que os níveis de escolaridade eram baixos e as dificuldades muito grandes.

A campanha sobre o estudo político suscitava novas contribuições ao longo de alguns números. Num outro artigo, posterior, reconhecia ter compreendido o texto

¹⁵⁶⁹ Maria Iber, *Correspondência entre camaradas. De Maria Iber para Zulmira, idem*, 53, Dezembro de 1953

¹⁵⁷⁰ Cf. Fernanda, *Prossigamos na “Campanha de estudo político”, idem*

¹⁵⁷¹ Maria, *As nossas responsabilidades*, in *A Voz das Casas das Camaradas do Partido*, 9, Fevereiro de 1957

anterior e concluía que “*se não tratarmos da saúde dos camaradas, e de tantas outras coisas que estão ligadas ao trabalho doméstico, contribuimos para uma fraqueza perigosa do nosso Partido*”¹⁵⁷²

Na defesa destes pontos de vista chegava-se mesmo a criticar os quadros que nas instalações entendiam que o excesso de zelo nas tarefas domésticas acabava por constituir uma forma das companheiras fugirem ao estudo. Segundo Piedade Gomes dos Santos (Ilídia), seria frequente ver funcionários “*criticarem-nos quando estamos a coser ou a fazer outro trabalho, como tricot ou renda, por lhes parecer que estamos a desperdiçar o tempo que tão útil nos seria para estudar*”¹⁵⁷³

Piedade, companheira de Joaquim Gomes, já membro do Comité Central defendia as tarefas domésticas no quadro da actividade partidária, fosse para assegurar condições de trabalho aos funcionários com quem viviam ou para poupar fundos ao partido.

Mas não era apenas a questão do estudo, pois todo um outro conjunto de tarefas era igualmente requerido às funcionárias, como organizar os documentos, fazer recortes do jornal com as notícias mais importantes ou dactilografar relatórios. Nesse caso, quando o problema era posto abertamente, tornava-se obviamente difícil que alguém viesse defender o primado do trabalho doméstico sobre tarefas de outra natureza. É isso que faz com que *Maria*, que em Fevereiro de 57 defendera o trabalho doméstico viesse colocar as questões noutros termos, bastante mais equilibrados, reconhecendo a rotina e a monotonia das tarefas da casa, como limpar, cozinhar, lavar que, devendo ser esforçadamente realizadas, não se poderiam sobrepôr a outras tarefas consideradas mais urgentes¹⁵⁷⁴.

De qualquer modo, exceptuando o estudo, todas as tarefas da casa eram vistas em função do funcionário que aí vivia fossem estritamente domésticas ou revestindo aspectos de natureza mais “técnica”.

Em função disso, as relações dos funcionários com as companheiras, a propósito do cumprimento das tarefas atribuídas ou do apoio a prestar, nem sempre serenas, havendo situações de tensão, com críticas e censuras frequentes, provocando desgaste e crispação. “*Há camaradas que não dão tempo às amigas de se tornarem responsáveis e agirem por si. Estes camaradas ralham constantemente. Andam a todo o momento em cima das pessoas, sabem tudo, controlam todos os passos, que até faz impressão.*

¹⁵⁷² Perpétua, *Queridas Camaradas, idem*, 14, Novembro-Dezembro de 1957

¹⁵⁷³ Ilídia, *Coisas que eu sinto, idem*, 11, Maio-Junho de 1957

¹⁵⁷⁴ Maria, *As nossas tarefas domésticas, idem*, 14, Novembro-Dezembro de 1957

Entretanto, não reúnem com as camaradas e têm sempre desculpas para isso. Não as ajudam politicamente...”¹⁵⁷⁵, desabafava uma funcionária por esta altura.

Ainda que o organismo da casa clandestina fosse constituído pelo casal de funcionários que a habitava, nas reuniões eram realizadas apenas participava o controlador e o funcionário, invocando-se razões conspirativas para que a companheira não estivesse presente, porque a reunião abordava também aspectos de organização relacionados com os sectores e organismos de escalões inferiores que o funcionário por sua vez controlava, de que ela não tinha nada que saber.

Nos intervalos das reuniões, fosse para tomar as refeições ou ao fim do dia, em momentos informais e mais distendidos, é que muitas vezes se criava o ambiente relacional que propiciavam aprendizagens informais, que eram fundamentais no próprio processo de formação e de crescimento dos quadros enquanto tal.

Esse clima dependia, evidentemente, do próprio controlador, das suas características pessoais, pois frequentemente encobriam a sua própria insegurança ou construía mecanismos de defesa que os tornava sisudos, de poucas falas, fechados e pouco dados a um relacionamento mais humanizado.

Todavia, nem sempre era assim. Segundo Martins Rodrigues, “*o Pires Jorge era excelente, era um fala-barato, um entusiasta, tinha muita simpatia. O contacto com ele era, de facto, fora de série. E então aí também servia para transmitir esta cultura, esta experiência, porque o controlador começava a contar disto, daquilo, da história do Partido, o que tinha acontecido e de facto isso é verdade, mas não com todos nem em todas as situações...*”¹⁵⁷⁶.

Deste modo, era frequente que o organismo constituído pelo casal que habitava a instalação tivesse um funcionamento completamente irregular, inexistente em muitos casos. Daí que no quadro da correcção do “desvio de direita” tivessem sido tomadas medidas no sentido de contrariar essa situação amplamente reconhecida.

Para mais, o boletim *A Voz das Camaradas das Casas do Partido* tinha interrompido a sua publicação desde finais de 1958. Este, juntamente com o *3 Páginas*, que o antecederia, haviam desempenhado um papel agregador importante e, de algum modo, um papel formativo junto das funcionárias, contribuindo para quebrar um pouco do isolamento em que se encontravam.

¹⁵⁷⁵ Maria, *Coisas que eu sinto, idem*, 8, Janeiro de 1957

¹⁵⁷⁶ Entrevista a Francisco Martins Rodrigues, Lisboa, 7 de Maio de 1997

Logo, em Abril de 1960, uma circular do Secretariado dirigida às funcionárias das instalações clandestinas reconhecendo as “*graves deficiências no que respeita tanto à ajuda que te é prestada (para o teu desenvolvimento político e cultural), como à contribuição que podes dar ao trabalho do P. em geral, e ao trabalho do funcionário do P. com quem vives, em particular*”¹⁵⁷⁷, anexa um questionário com cinco temas, através das quais pretende fazer o levantamento da situação e da opinião das funcionárias, perguntando-lhes quais as tarefas que desenvolvem, do seu grau de satisfação pessoal, do auxílio que o companheiro lhes tem prestado em matéria da política e da actividade do partido, se gostam de ler e de estudar e solicitando-lhes sugestões sobre como o partido as pode apoiar.

A maioria teria respondido prontamente e as respostas eram esclarecedoras quanto às actividades que desenvolviam – “*A minha tarefa presente é a que tem sido em toda a minha vida de Partido, apenas doméstica*”¹⁵⁷⁸, diz Rosa Maria; que Elisa, subscreve, acrescentando-lhe a defesa da casa e adiantando, menos lacónica, que essas tarefas “*não têm sido suficientes para ajudar o nosso partido como eu gostaria de ajudar*”¹⁵⁷⁹, sucedendo-se respostas neste mesmo tom.

Sobre o grau de satisfação, as opiniões vão mais longe. Rosa Maria, declarando a sua insatisfação, afirma “*custando-me bastante a conformar que ao fim de quase 13 anos continui agarrada às panelas e aos tachos pois eu penso que poderia fazer alguma coisa mais*”¹⁵⁸⁰, Elisa confessa que a tarefa da casa não é a que mais lhe agrada.

Ainda Elisa reconhece que nas casas por onde tem passado, “*raramente os camaradas falavam comigo acerca do desenrolar da nossa luta; porque ocupavam todo o tempo com outros problemas e não tinham tempo de discutir a situação política com as amigas*”¹⁵⁸¹. Uma outra funcionária diz mesmo que “*passam-se meses e meses sem fazermos uma única reunião cá em casa, o meu companheiro quase que é preciso tirar-lhe informações políticas a saca-rolhas...*”¹⁵⁸².

O reconhecimento da necessidade de mais apoio político quer por parte dos companheiros quer do partido é geral e o questionário acabaria por dar uma imagem que não seria propriamente desconhecida por quem o havia promovido, como aliás a circular sobre a situação, de Fevereiro de 1961 expressa bem.

¹⁵⁷⁷ IANTT, ADL, Tribunal Criminal de Lisboa, 3º Juízo, *Processo 16557/61*, 3º vol., fls 210, O Secretariado do CC, **Para as camaradas das casas do Partido**, Abril de 1960, dact., p. 1

¹⁵⁷⁸ TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo 92/62*, 6º vol., fls 457, Rosa Maria, **Resposta ao Secretariado do Comité Central**, s.d., p. 1

¹⁵⁷⁹ *Idem*, Elisa, **Queridos Camaradas do Secretariado do Comité Central**, dact., p. 1

¹⁵⁸⁰ *Idem*, Rosa Maria, **Resposta...**

¹⁵⁸¹ *Idem*, Elisa, **Queridos Camaradas....**

¹⁵⁸² *Idem*, fls 460, Hel., **Camaradas**, p. 1

O Secretariado pronuncia-se sobre os resultados do questionário, reconhecendo a evidência – *“Essas respostas mostram que, duma maneira geral, as camaradas estavam abandonadas como quadros e entregues a si próprias”*¹⁵⁸³, limitadas ao trabalho doméstico ou, quando muito, a mais algumas tarefas técnicas em instalações onde os respectivos organismos não funcionavam e onde não havia portanto vida política colectiva.

A circular reconhecia ainda haver falta de estímulo e de ajuda às camaradas, donde *“sem a necessária ajuda para vencer as dificuldades que encontram no estudo, umas camaradas puseram-no de parte e outras fazem-no, mas sem o devido interesse nem perspectiva. A este respeito verifica-se ainda que há camaradas que sofreram uma desilusão e perderam a esperança (que tiveram em princípio) no seu desenvolvimento político, ideológico e cultural”*¹⁵⁸⁴.

As responsabilidades desta situação são apontadas e relacionadas com o estado geral do partido, constituindo terreno em que também se manifestava o chamado “desvio de direita”.

Pôr termo às deficiências verificadas significava, segundo o Secretariado, assegurar o funcionamento da célula de cada instalação, atribuir outras tarefas às funcionárias para além das actividades domésticas e de vigilância, reforçar o trabalho educativo e exigir apoio dos quadros que aí vivem, mas incentivando as companheiras a tomar um papel activo na reivindicação dessa nova situação.

A circular terminava anunciando que o boletim *A Voz das Camaradas das Casas do Partido* iria retomar a sua publicação, como aliás haviam reclamado muitas das funcionárias que responderam ao questionário, o que viria a ocorrer em Abril de 1961. E concluía num tom optimista que, implementada uma nova orientação para a actividade partidária, mais justa e mais correcta, aliada ao estudo e a um trabalho esforçado o Secretariado estava certo de que *“a rectificação dos erros cometidos se fará com rapidez”*¹⁵⁸⁵.

De qualquer modo, este optimismo podia ser galvanizador. Tratava-se de transmitir confiança à maioria das funcionárias, embora no relançamento do boletim, se reconhecessem *“com grande parte dos mais antigos e qualificados quadros funcionários femininos na prisão”*¹⁵⁸⁶.

¹⁵⁸³ TCL, 4º Juízo Criminal, *Processo 151/63* [44703], 12º vol., fls 743, O Secretariado do Comité Central, *Às Camaradas das Casas do Partido*, Fevereiro de 1961, dact., p. 1

¹⁵⁸⁴ *Idem*

¹⁵⁸⁵ *Idem*, p. 2

¹⁵⁸⁶ *Editorial*, in *A Voz das Camaradas das Casas do Partido*, 18, Abril de 1961

Algumas funcionárias percebiam, por outro lado, que estavam perante um conjunto de problemas bastante mais enraizados do que uma mera prática partidária, que eram de natureza cultural profunda e que, por isso, vencê-los não era um simples passo de boa vontade ou de esforço abnegado, automático ou imediato.

Em carta ao Secretariado, logo em Março de 1961, *Leonor*, que considera justíssima a orientação de dar vida às células das casas clandestinas, constata o exagero na possibilidade de alterar rapidamente a situação vivida.

“Não vos parece, queridos camaradas, que essa frase é burocrática e sem sentido realista, desprezando a objectividade dos factos?”

Depois de anos e anos de um abandono quasi total à esmagadora maioria das funcionárias, a firmar «certos de que a rectificação dos erros se fará com rapidez» é ser idealista, é deseducativo” ¹⁵⁸⁷.

Na realidade, a situação parece ter melhorado, pelo menos ao nível da qualidade do boletim *A Voz das Camaradas...*, onde passam a publicar-se textos mais elaborados, mais adaptados à situação real do país e onde até se lançam alguns debates que originam assomos de polémica e que dão vida ao boletim.

Um desses debates é em torno do aburguesamento, lançado em Agosto de 1961 através de um artigo não assinado e que se desenvolve pelo menos ao longo de dois anos, procurando de certa forma reequilibrar o lugar e a importância das actividades domésticas no conjunto das actividades que cabiam, ou deviam caber, às funcionárias.

O tema parece suscitado pelo desconforto manifestado por algumas funcionárias, quando constrangidas a mudarem de instalação e a alojarem-se em casa de militantes de origem operária, passando a ter um nível de vida inferior ao que tinham nas instalações que anteriormente ocupavam. Mas o partido, através da Redacção retorquia com dureza, a redacção vincava que *“Quando se perde o sentido de classe proletário, cai-se em formas de aburguesamento, que, desenvolvendo-se, podem ir do mercenarismo à corrupção moral”* ¹⁵⁸⁸.

No entanto, também havia no corpo de funcionários quem manifestasse uma entrega total às ocupações domésticas, dedicando muitas horas aos trabalhos e arranjos na casa, como se isso fosse um fim em si mesmo. Porém, como se vincava, *“A falta de trabalho partidário e de vida política nas nossas casas, aliado aos hábitos burgueses*

¹⁵⁸⁷ TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo 92/1962*, 6º vol., fls 459, *Leonor*, Ao Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, Março de 1961, dact., p. 1

¹⁵⁸⁸ O “aburguesamento”, in *A Voz das Camaradas das Casas do Partido*, 20, Agosto de 1961

que às vezes temos que apresentar por razões conspirativas podem criar um perigoso amolecimento na nossa dedicação ao partido, na nossa firmeza...”¹⁵⁸⁹

Retomado mais tarde o tema, havia quem, na mesma linha fizesse o elogio da vida modesta e simples das funcionárias do partido, referindo-se em particular ao vestuário e à alimentação dos filhos, mesmo quando por questões de defesa conspirativa tivessem de representar para o exterior o papel de burguesas, deviam sempre levar “*uma vida igual à dos trabalhadores que dão com tanto sacrifício dinheiro para nós nos mantermos*”¹⁵⁹⁰.

Diante do problema, a redacção do boletim apela a que as funcionárias se pronunciem sobre o assunto, o que vai sendo correspondido particularmente por um pequeno grupo onde se nota uma maior facilidade de escrita e de argumentação e, também, uma maior preparação política.

O aburguesamento, para esta funcionária, resultava da falta de estudo, como que compensado por uma dedicação excessiva às actividades domésticas, que conduz a uma vida rotineira e ilusória, uma “*vida pouco produtiva, amarelecida, sem espírito revolucionário e afastados dos objectivos do P., compreendendo mal a facilidade económica que o Partido nos dá e sendo obrigadas a viver, muitas vezes, uma aparente vida burguesa, criar-se-á facilmente em muitas de nós uma mentalidade pequeno-burguesa, perdendo-se a pouco e pouco a modéstia própria dos comunistas, e até a própria tarefa principal das casas – a vigilância da casa – poderá sofrer deslizes e não ser compreendida da melhor forma*”¹⁵⁹¹, como era assinalado.

Mas esse não era o único ponto de vista em presença. Reagindo de algum modo ao discurso da simplicidade e da modéstia, que se traduzia numa censura ao modo como algumas funcionárias se arranjavam ou no modo como educavam os filhos, defendia-se que isso tinha a ver com cada uma, desde que não afectasse os interesses partidários. Assim, recusavam o discurso miserabilista, já que as condições de vida dos funcionários não podia ser equiparado ao dos operários e trabalhadores pobres, pois o seu salário seria superior à média dos salários no país e o modo como as crianças era alimentadas era mais criterioso e melhor do que aquilo que se verificava em meio operário e popular¹⁵⁹².

¹⁵⁸⁹ **Idem**

¹⁵⁹⁰ Maria Iber, **Devemos ser modestas e simples**, *idem*, 25, Setembro de 1962

¹⁵⁹¹ Teresa, **Um aspecto de aburguesamento**, *idem*, 30, Fevereiro-Março de 1963

¹⁵⁹² Cf. Berta, **A luta contra o aburguesamento**, *idem*, 31, Abril de 1963

Na procura de algum equilíbrio no debate, Domitília Costa (Daniela), afirmava “*Devemos evitar os extremos. Devemos lutar para que o oportunismo, a vaidade e a falta de sinceridade não façam escola no Partido, mas também não o devemos ver onde ele não existe*”¹⁵⁹³.

No Verão de 1963, a redacção de *A Voz das Camaradas* dá por encerrado o debate, sistematizando as formas mais correntes de aburguesamento – o desinteresse pelo estudo e pelo desenvolvimento político, a insensibilidade despesista face aos fundos do partido, a sobrevalorização das actividades domésticas, o individualismo que sobrevaloriza os interesses e necessidades pessoais em relação às do partido, o desconforto no contacto com ambientes operários.

E á questão de saber como nasce o aburguesamento, respondia-se que “*nasce quando se esquecem as duríssimas condições de vida da nossa classe operária e os seus exemplos de sacrifício e combatividade; quando se esquece que todas as condições (em roupa, casa, dinheiro, etc. que o Partido nos cria devem ser usadas para melhorar o trabalho do P. e não satisfazer gostos pessoais; nasce quando se esquece que a educação dos nossos filhos deve ser simples, sem luxos porque os queremos são em todos os aspectos; nasce quando esquecemos a nossa qualidade de militantes do Partido da classe operária e a responsabilidade que, como tal temos perante o nosso povo*”¹⁵⁹⁴.

Afectando tanto quadros de origem burguesa como de origem operária, essa tendência não era, no entanto, na opinião da Direcção, dominante no seio do partido, embora os seus efeitos fossem nefastos e exigissem um combate vigoroso.

No entanto, o centro dos problemas que se colocavam nas casas do partido estava no não funcionamento das células dessas instalações, compostas por aqueles que as habitavam, independentemente dos organismos e do escalão a que o funcionário pertencesse.

A reunião de célula deveria reflectir os principais temas e problemas vividos e ser objecto de preparação, assinalando os assuntos a abordar, requerendo do funcionário, enquanto responsável da instalação e, portanto, da célula, os esclarecimentos, as informações e o apoio necessários.

Neste contexto, frisando as responsabilidades dos funcionários, a Direcção incentiva a iniciativa das companheiras – “*poderás ser a principal obreira da viragem*

¹⁵⁹³ Daniela, *Ainda sobre o aburguesamento*, *idem*, 32, Maio de 1963

¹⁵⁹⁴ *O combate ao aburguesamento – Conclusões da Redacção*, *idem*, 34, Agosto-Setembro de 1963

que é necessário efectuar no tipo de vida das camaradas das casas do Partido”¹⁵⁹⁵, declarando mesmo que deveriam exigir a realização de reuniões regulares, bem como a distribuição de tarefas políticas e o apoio no estudo.

Para o Secretariado, o boletim *A Voz das Camaradas* deveria ser um suporte à vida política nas casas clandestinas como entre as funcionárias que as habitavam. Daí que nas suas páginas surgissem textos veementes proclamando que “é a nós que compete, nas reuniões, lembrarmos o nosso desejo de termos mais tarefas políticas, pedirmos para nos ensinarem a fazer este ou aquele trabalho...”¹⁵⁹⁶.

Há quadros que agarram a tarefa e nesta linha procuram conferir mais vida a esses organismos. Adelino Pereira da Silva, funcionário, definia em inícios de 1963 onze tarefas a atribuir à companheira:

“1- Recomeçar o estudo de francês; 2- Concluir o artigo sobre defesa; 3- Passar à máquina artigo de F.; 4- Recomeçar estudo de aritmética; 5- 3 horas por dia na sala de trabalho; 6- Realizar as tarefas que facilitem as tarefas de trabalho do camarada; 7- Fazer caixinhas para ficheiro; 8- Organizar o arquivo dos materiais; 9- Fazer mapa das condenações no Plenário; 10- Arm. e Olg. Falarem da sit. Pol.; 11- Fazer apanhado dos efectivos da PIDE”¹⁵⁹⁷.

Deste ponto de vista, as tarefas domésticas e de defesa da casa complementavam o estudo individual, não necessariamente de temas políticos, pois podia ser de uma língua estrangeira ou matemática. As tarefas técnicas constituíam formas de apoio ao funcionário, como dactilografar ou organizar o arquivo da casa, mas podia ser também trabalho de pesquisa no jornal que pudesse ser útil ao partido, como era o caso do registo das penas aplicadas pelos Tribunais Plenários ou um levantamento dos funcionários da PIDE.

A ideia era de que todo esse trabalho fosse organizado através de um horário específico, com horas e dias fixos.

Mas o estudo de temas políticos e de doutrina era um problema persistente. Como refere uma funcionária, “pouco mais tenho lido do que imprensa do nosso partido. Tenho em casa um exemplar da *Economia Política*, uma *Filosofia*, etc., mas como não os compreendo nem sequer lhes pego, no entanto vou fazer esforços para os estudar”¹⁵⁹⁸.

¹⁵⁹⁵ Editorial, *idem*, 18, Abril de 1961

¹⁵⁹⁶ Teresa, *A reunião da nossa célula*, *idem*, 21, Outubro-Novembro de 1961

¹⁵⁹⁷ ADL, TCL, 3º Juízo Criminal, *processo 16795/63*, 1º vol., fls 27, s.t., s.d., mns, p. 1

¹⁵⁹⁸ Irene, *Como decorreu a reunião em minha casa*, in *A Voz das Camaradas das Casas do Partido*, 34, Agosto-Setembro de 1963

Na realidade, o nível de literacia de muitas das funcionárias era baixíssimo, havendo mesmo muitas que chegavam ao aparelho clandestino sem saber ler nem escrever. Para essas, o estudo só podia começar por ser a sua própria alfabetização, sem a qual não havia outro horizonte na casa para além das tarefas domésticas., a que se seguia a aquisição de conhecimentos em domínios culturais básicos.

Assim, além de saber ler e escrever, era necessário ter conhecimentos, mesmo que elementares de geografia, de gramática, de história, de francês inclusivamente. Percepcionava-se a *“cultura geral como uma ferramenta necessária para mais facilmente conseguirmos cultivar-nos politicamente”*¹⁵⁹⁹.

No meio de grandes dificuldades, Aida Paula estudou francês numa casa clandestina com um funcionário que passava por seu irmão. Este, sem livros teve, na circunstância, de encontrar um método para o efeito e *“Com paciência, desenhava os objectos e escrevia o seu nome por baixo. Quando havia lápis de cor esses objectos eram pintados, o que servia para animar as lições”*¹⁶⁰⁰.

De qualquer modo, o processo de aprendizagem não era uniforme, dependia muito da predisposição individual. O estudo da doutrina política só podia vir depois, requeria efectivamente um processo substancialmente mais prolongado e complexo, porque se facilitado pelo tempo disponível para o efeito, era bastante dificultado pelo nível de desenvolvimento pessoal, pelo isolamento e pela falta tremenda de apoio e disponibilidade presencial.

De qualquer modo, o estudo não podia ser eminentemente teórico, abstracto, desligado de situações e problemas concretos¹⁶⁰¹.

Neste contexto, não surpreende que, a prazo, a situação face aos trabalhos domésticos não se viesse a alterar profundamente. Em 1965, Nina, a companheira de José Morais descrevia assim a sua actividade na casa clandestina:

“Não fazia nada, ia às compras, fazia a comida em fogareiro a petróleo, lavava a roupa num tanque, poupando a água ao máximo, depois de enxaguar a roupa guardava para a vez seguinte a água que restava, que no inverno era horrivelmente fria. Também devia fingir que estudava, mas não tinha livros. E quando me queixei a um dos (...) controladores que não tínhamos leitura, a resposta dele foi «Então vocês não lêem a imprensa do Partido?». Havia, é verdade, a leitura quotidiana do Diário de Notícias, necessária porque o Partido podia querer entrar em contacto connosco por

¹⁵⁹⁹ Joaquina, *O nosso desenvolvimento político*, *idem*, 31, Abril de 1963

¹⁶⁰⁰ Aida da Conceição Paula, in Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres Portuguesas...*, p. 36

¹⁶⁰¹ Cf. Sara, *O nosso estudo*, *idem*, 27, Novembro de 1962

*via dos pequenos anúncios. Portanto, o jornal liamo-lo de ponta a ponta, mas deixara de ser leitura interessante. E houve através da rádio (que a princípio servia para ouvir a Rádio Moscovo) os folhetins que apesar de imbecis ajudavam a passar o tempo. O pior era isso, a dificuldade em passar o tempo”*¹⁶⁰²

O estatuto das funcionárias nas instalações clandestinas do partido, com tudo o que implicava no plano social, como no plano moral, cultural, dos valores e dos comportamentos, evoluiu muito lentamente, reproduzindo ao fim e ao cabo os modos de pensar e de agir da sociedade portuguesa, as funções que lhes eram destinadas como suporte da actividade clandestina mantida pelo PCP ao longo de décadas.

Não obstante, nestas circunstâncias e com todas estas persistentes debilidades, enormes e frequentes rasgos de dedicação e de coragem, permitiram que as casas clandestinas constituíssem um sustentáculo imprescindível do aparelho clandestino e da continuidade da actividade partidária durante décadas sob ditadura.

2. A imprensa

A partir da *reorganização* de 1940-41, o PCP conseguiu publicar o *Avante!*, o seu órgão central, de forma ininterrupta até ao derrube da ditadura, não obstante as cargas repressivas sobre as tipografias do partido.

A experiência de edição clandestina de um jornal não era propriamente uma experiência nova. Desde a reorganização empreendida em 1929 por Bento Gonçalves que se ultrapassaria, por força das circunstâncias, a fase da imprensa legal e é nesse contexto que o *Avante!*, enquanto órgão central, inicia a sua publicação em 1931, editando nos oito anos seguintes duas séries e 93 números. Entre 1941 e 1945, a existência de dois Partidos Comunistas em Portugal, faz com que um deles, o que se representava a continuidade organizativa, mas que viria a ser designado de “grupelho provocatório” pelo grupo dos *reorganizadores*, editasse duas novas séries com um total de 20 números.

Neste período editaram-se dois jornais com o mesmo título – *Avante!* – ainda que com nova numeração de série, cabeçalhos, tipo de papel e suportes gráficos relativamente diferentes, pois pelo menos, em 1944-45, já numa fase de definhamento e

¹⁶⁰² Amadeu Lopes Sabino, Jorge de Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva, *À espera de Godinho...*, p. 97

desagregação do “grupelho provocatório”, o seu *Avante!* era copiografado ¹⁶⁰³, enquanto que o dos reorganizadores seria invariavelmente impresso em prelo.

Para o efeito, segundo António Dias Lourenço, os *reorganizadores* sabiam que os do velho partido “*tinham escondido a aparelhagem técnica numa casa e o partido organizou o assalto a essa casa e levou-se a aparelhagem toda. Levou-se os tipos e os prelos, num táxi do pires Jorge*” ¹⁶⁰⁴, o que permitiria assegurar a partir de Agosto de 1941 a publicação de uma VI série do *Avante!*

Na realidade, mesmo considerando a preocupação de conferir sequência numérica à nova série que iniciavam, demonstrando também assim que eram os depositários da verdadeira continuidade em relação ao velho partido, aquela não deveria ser a VI série, já que se desconhece completamente a existência da IV e V séries.

Deste modo, a designada VI série do *Avante!* clandestino, publica-se ininterruptamente entre Agosto de 1941 e Abril de 1974, editando 464 números.

O sistema utilizado na impressão do órgão central do PCP fora implementado em 1933 ¹⁶⁰⁵ por José de Sousa e por Bento Gonçalves. O prelo e as caixas com as letras em chumbo para a composição constituíam a oficina de impressão e cabiam perfeitamente dentro duma casa comum.

As pequenas dimensões do prelo adaptavam-se justamente a espaços relativamente limitados. Era colocada sobre uma mesa sólida, cujos pés dispunham de calços de borracha, necessitando apenas de espaço suficiente para que, de um lado, se colocasse o papel e, do outro, a tinta.

Com recurso às letras de chumbo num tabuleiro ou rama montado, nivelado e apertado entre calhas, formando um quadro sobre a base do prelo, compunha-se manualmente, letra a letra e linha a linha, a página a imprimir.

A tinta era aplicada sobre o quadro por intermédio de um pequeno rolo. O papel era então colocado, folha a folha por cima fazendo finalmente correr entre duas guias um rolo de ferro, relativamente pesado, com duas pegas e revestido a borracha, cuja pressão sobre o papel permitia a impressão ¹⁶⁰⁶.

Se no essencial, o sistema de impressão se mantém desde os anos 30, o aparelho de imprensa, isto é, as tipografias e os procedimentos organizativos de distribuição da

¹⁶⁰³ Cf. José Pacheco Pereira, *As primeiras séries do Avante! clandestino*, in *Estudos sobre o Comunismo*, 0, Julho de 1983, pp 23-26

¹⁶⁰⁴ António Dias Lourenço, *A reorganização transformou o PCP num partido nacional*, in *Avante!*, VII série, 1423, de 8 de Março de 2001

¹⁶⁰⁵ Cf. António Dias Lourenço, *O homem das notícias clandestinas*, in *Já*, 25, 5 de Setembro de 1996

¹⁶⁰⁶ Cf. Lino Santos Coelho, *Memórias de um rebelde*, Lisboa, Editora Em Marcha, 1981, pp 92-93

imprensa, sofrem profundas alterações. A última tipografia clandestina a ser assaltada pela polícia antes da *reorganização*, em Maio de 1939 e que provocou a suspensão do *Avante!*, localizava-se em Algés, ao tempo um centro urbano já com alguma dimensão. Tinha-se tornado muito exposta e vulnerável com um imprudente sistema de entradas e saídas da casa e com uma ligação demasiadamente directa à direcção do partido.

Tornava-se necessário alterar radicalmente esta situação, protegendo as tipografias clandestinas da vigilância policial de rua e do conhecimento directo da estrutura partidária de base geográfica. Para isso foi necessário instalá-las durante um período prolongado fora dos grandes centros.

Mas a principal transformação consistiu na criação de um aparelho de imprensa próprio, organicamente separado da estrutura partidária propriamente dita, fortemente compartimentado e hierarquizado.

Por outro lado, na rede de tipografias montadas, o PCP dispunha de tipografias activas e tipografias de retaguarda; nas activas, numa, por vezes em duas, imprimia-se apenas o *Avante!*, noutra só *O Militante* e eram imediatamente desmontadas e transferidas de local à menor suspeita de vigilância ou cerco por parte da polícia. Em caso de assalto e para que a imprensa não deixasse de se editar recorria-se às tipografias de retaguarda, activadas para o efeito.

Em 1943, o novo partido dos *reorganizadores* havia conseguido instalar e manter activas duas tipografias, uma na Póvoa da Égua, na zona de Fátima, onde se imprimia o *Avante!* e outra em Almoçageme, nos arredores de Lisboa, para *O Militante*.

Um funcionário, ao tempo José Augusto da Silva Martins, tinha como tarefa ir buscar o material impresso a essas tipografias, que trazia para Lisboa, onde era dividido, sendo a parte para Lisboa e para o sul entregue num ponto de apoio na cidade e a parte destinada ao norte entregue a um funcionário num encontro de rua na zona de Torres Novas/Entroncamento.

O assalto a uma casa clandestina ligada ao Comité local de Lisboa, originou a transferência rápida da tipografia da Póvoa da Égua para Marrazes, perto de Tomar e a de Almoçageme para a Atouguia da Baleia. Entretanto, como um dos tipógrafos de Marrazes fosse preso numa deslocação externa, essa tipografia suspende actividade, ficando apenas a funcionar a da Atouguia, que, por morte da funcionária que aí trabalhava, é mudada para Torres Novas e, depois, por precaução para Valejas, nos arredores de Lisboa e daí para o Ameal, depois para a Marinha Grande, onde é, em 1946, interceptada pela polícia quando se tentava transferi-la mais uma vez de local.

Naquelas circunstâncias, a tipografia de Marrazes é instalada e reactivada nos arredores de Tomar, donde passa a Barqueiro, perto de Alvaiázere, passando o *Avante!* a imprimir-se aí, enquanto é instalada uma nova tipografia na zona da Sertã, onde vai ser impresso *O Militante*.

Com esta nova localização das tipografias, Silva Martins, no desempenho da mesma tarefa, ia a Alvaiazere e à Sertã buscar a imprensa central, que deixava em casa de José Moreira, instalado em Vila do Paço/Torres Novas, que, depois se encarregava da sua distribuição para o norte e para o sul, separando-se assim as duas tarefas.

Em 1945, a tipografia de Barqueiro/Alvaiázere é assaltada pela polícia, numa altura em que Silva Martins lá se encontrava, tendo sido Maria Machado, a funcionária que se vinha encarregando da tipografia do *Avante!* desde a sua instalação na Póvoa da Égua/Fátima, que lhe deu cobertura na fuga, juntamente com o militante a ajudava, evitando assim a prisão de ambos.

Em consequência, a tipografia da Sertã é transferida para Lavos, nos arredores da Figueira da Foz, enquanto é determinado a Silva Martins que deixe de desempenhar a tarefa que realizava e passe a responsabilizar-se por uma nova tipografia a instalar em S. Pedro do Estoril, onde passou a residir com a sua companheira, Casimira Silva e com Joaquim Justino Alves.

O material saía da tipografia agora através de José Moreira e de Joaquim Barradas de Carvalho; mas, quando Justino Alves abandona inesperadamente a instalação, a tipografia é transferida provisoriamente para a casa de Barradas de Carvalho, em Albarraque e instalada depois, e sucessivamente, em Galamares, Praia das Maçãs, S. Martinho do Porto e Quelha da Pampanata, perto da Lousã, aqui entre Julho de 1948 e Abril de 1949, continuando sempre Silva Martins a imprimir o *Avante!* com Casimira.

Nesta altura, o responsável pelas tipografias junto do Secretariado do CC é Manuel Domingues, que pouco antes regressara ao país e integrado no CC, enquanto José Moreira, se mantém como responsável pelo aparelho de distribuição da imprensa.

É esta a situação quando se dá a queda da casa do Luso, onde se encontrava Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro. Ao tomarem conhecimento do facto, Moreira e Domingues contactam intempestivamente a tipografia da Pampanata quando Silva Martins e Casimira imprimiam o nº 134 do *Avante!*, determinando o seu abandono imediato, sem sequer levar o prelo, passando para uma casa ilegal em Coimbrão, perto

de Leiria, onde era esporadicamente impresso *O Militante*, onde se concluiria a impressão dessa edição do órgão central.

José Augusto da Silva Martins, que passara a integrar o CC a partir do IV Congresso, seria preso com Casimira e com os ocupantes da casa de Coimbra – Mercedes Ferreira e António Eusébio Bastos Lopes – em Abril de 1949 e na sua passagem pela polícia, num quadro de grande desequilíbrio mental, indica todo este atribulado percurso, bem como a localização precisa da maioria das casas que conhecia e que foram, naturalmente, assaltadas umas após as outras – Lousã, Lavos, S. Martinho do Porto e mais tarde, em Janeiro de 1950, Vila do Paço, onde residia José Moreira ¹⁶⁰⁷, que controlava o aparelho de distribuição da imprensa, que viria a morrer durante o interrogatório.

Depois de Cunhal e Militão, a prisão de Silva Martins vinha aprofundar a amplitude do desastre, ao abrir caminho a um golpe tremendo na rede de tipografias.

Entre 1943 e 1949, as duas tipografias centrais do PCP haviam mudado 17 vezes de local, 10 vezes a que inicialmente estava instalada na zona de Fátima e 7 a de Almoçageme.

Adquiriam assim carácter defensivo as mudanças e transferências determinadas pela queda a montante de uma instalação de funcionários ou dirigentes, por uma prisão fortuita fora da tipografia ou pela doença grave ou morte de um dos militantes de uma dessas estruturas do aparelho.

Ainda que as características do prelo permitissem desmontá-lo completamente, agilizando a operação, esta, quando realizada sobretudo de modo precipitado, não deixava de ser complexa, não só porque exigia discrição total por motivos de segurança, mas também porque, a avaliar pelo equipamento apreendido na tipografia de Coimbra em Novembro de 1945, em que só o rolo de impressão pesava 25 Kg, a que se juntavam 69 Kg de caracteres tipográficos em chumbo, 10 latas de tinta e 13 mil folhas de papel ¹⁶⁰⁸.

Aliviar o peso destes materiais constituiu uma natural preocupação por parte do PCP. Assim, segundo Jaime Serra, “*outra inovação importante que aligeirou este sector da actividade partidária foi a construção de tabuleiros de impressão em metal*

¹⁶⁰⁷ CFIANTT- PIDE/DGS, P. 64/GT, Relatório da actividade desenvolvida pelo Dr. José Augusto da Silva Martins, 27.1.50, dact., [3-30]

¹⁶⁰⁸ Cf. IANTT, PIDE-DGS, PC 826/45, Relação de todos os artigos apreendidos na casa ilegal do Partido Comunista Português, dact. [15-17]

leve, na base do alumínio, em substituição dos clássicos e pesados tabuleiros em ferro fundido”¹⁶⁰⁹.

Entre 1949 e 1965, o PCP regista 49 tipografias ¹⁶¹⁰, cuja distribuição por regiões e concelhos, expressa a inflexão de zonas rurais, verificada nos primeiros tempos após a “reorganização” para as cidades e para as suas periferias urbanas, com destaque para a Lisboa e para a sua região.

A estrutura funcional das tipografias assentava em dois ou três militantes, calculando Joaquim Gomes que entre 1954-55 e a queda da ditadura tivessem passado pelo trabalho de impressão centena e meia de militantes ¹⁶¹¹, quantitativo porventura excessivo dado o número limitado de tipografias a funcionarem simultaneamente e o escasso número de tipografias assaltadas pela polícia nesta fase. Segundo Dias Lourenço, depois da reorganização teriam sido assaltadas apenas 3 tipografias ¹⁶¹², número que Joaquim Gomes duplica ¹⁶¹³.

De qualquer modo, o aparelho técnico teria evoluiria, já que “(...) *outra importante inovação foi a reorganização do aparelho gráfico clandestino, com a instalação de três centros tipográficos no Norte, Lisboa e Sul, funcionando de forma autónoma, com aparelhos de distribuição também autónomos*” ¹⁶¹⁴.

Depois da prisão e assassinato de José Moreira, em 1950, a responsabilidade deste aparelho é atribuída a Manuel Luís da Silva Júnior, um funcionário que na altura levava 5 anos de vida clandestina e 15 de militante e que se manteria com essa tarefa durante quase 13 anos, sendo cooptado para o CC em 1954. Todavia, a partir do início dos anos 60 este controlo passa para os organismos executivos do CC.

Quadro 20

Tipografias clandestinas

Regiões	Concelho	49-52	53-57	58-60	61-65	Subtotais
Lisboa e arredores	Lisboa	1	7	5	2	15
	Loures				1	1
	Sintra		1	1	3	5
	Oeiras	1				1
	Subtotais	2	8	6	6	22
	Ermesind e Matosinh.			1	4	5

¹⁶⁰⁹ Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber...*, p. 187

¹⁶¹⁰ Cf. Partido Comunista Português, *60 anos de luta...*, pp 284-285

¹⁶¹¹ Cf Joaquim Gomes, *Estórias e emoções...* p. 145

¹⁶¹² Cf. António Dias Lourenço, *O homem das notícias...*

¹⁶¹³ Cf Joaquim Gomes, *Estórias e emoções...* p. 145

¹⁶¹⁴ Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber...*, p. 187

	Lousã	1				1
	Gaia	1			1	2
	V Cambra	1				1
	Gondomar		1	2		3
	V Conde				1	1
	Maia				1	1
	Ourém				1	1
	C. Branco					0
	Subtotais	3	1	3	9	16
Sul	Setúbal			2	1	3
	Barreiro	1				1
	Almada			2		2
	Seixal				3	3
	Montijo				2	2
	Subtotais	1	0	4	6	11
Totais		6	9	13	21	49

Nas cidades, as tipografias clandestinas localizavam-se em casas normais de habitação, arrendadas, nem sempre em pisos inferiores, onde os funcionários tentavam camuflar a verdadeira função da casa, adoptando medidas que minorassem ou evitassem suspeitas com as entradas e saídas dos embrulhos, o cheiro de tinta ou os ruídos próprios do manuseamento do papel.

Os funcionários técnicos constituíam organismos de pequena dimensão, frequentemente de base familiar. O casal, por vezes com auxílio de um filho, ainda criança, dedicavam-se exclusivamente às tarefas de composição e impressão, como no caso de Joaquim Rafael, clandestino desde 1943, na distribuição de imprensa primeiro e depois, a partir de 1949, quase 25 anos nas tipografias ¹⁶¹⁵, onde também trabalhava a sua companheira e onde nasceu e cresceu a sua filha.

Sem nunca ser preso, Joaquim Rafael adoecerá gravemente nas vésperas do 25 de Abril, segundo Catarina Rafael sua mulher, “*por causa dos materiais com que trabalhava, as tintas e o chumbo. Porque aquilo eram umas casas fechadas sem qualquer arejamento*” ¹⁶¹⁶.

A vida nas tipografias obrigava a um isolamento substancialmente acrescido em relação às casas clandestinas, já que aí, podiam decorrer períodos longos sem sair e com picos de trabalho de ritmo muito intenso. A edição quinzenal do *Avante!*, por exemplo, que ocorreu com bastante frequência entre 1956 e 1959, mesmo que com quatro páginas dobradas, implicava duas operações de composição e duas de impressão, seguidas da respectiva dobragem do papel. Isto significava para uma tiragem média de cerca de

¹⁶¹⁵ Cf. Manuel da Silva, *30 anos de vida na clandestinidade*, Lisboa, edições Avante!, 1996, p. 46

¹⁶¹⁶ Catarina Rafael, “*Dei o que pude e o que soube ao Partido*”, in Gina de Freitas, *A força ignorada...*, p. 46

6050 exemplares, 13200 passagens manuais pelo prelo, implicando cada uma aplicação da tinta na composição, colocação do papel, aplicação do rolo e retirada do papel.

No entanto, se a cada tipografia estava destinada a impressão de um título do partido, era igualmente frequente que aí fossem também impressos manifestos e tarjetas no âmbito da propaganda mais geral do partido.

A rede de tipografias activas do partido implicava, além das chamadas tipografias centrais, a existência de outras, de âmbito regional, que editavam títulos sectoriais da imprensa partidária, como era o caso de *O Camponês* ou de *O Corticeiro*.

Quadro 21

Principais títulos de imprensa sectorial do PCP ¹⁶¹⁷

Título	Tipografia Regional	Início	Fim	números
<i>O Camponês</i>	Sul	1946	1968	122
<i>A Terra</i>	Norte	1949	1974	34
<i>O Corticeiro</i>	Sul	1955	1967	44
<i>O Têxtil</i>	Norte	1956	1974	70

As tipografias de retaguarda podiam, por sua vez, ser activadas para a impressão de um documento cuja importância o justificasse. Foi o que sucedeu, por exemplo, em 1956 para a impressão das conclusões do XX Congresso do PC da União Soviética, em que um conjunto de quadros já ilegais foi proceder a esse trabalho numa tipografia instalada para o efeito numa casa clandestina em Lisboa ¹⁶¹⁸.

O trabalho assegurado por Manuel Luís da Silva Júnior era o de ir às tipografias entregar os originais e o papel para a impressão e buscar o material depois de impresso, o que implicava uma ligação ao responsável de imprensa nos organismos executivos do Comité Central do PCP, fosse o Secretariado, a Comissão Política ou, mais tarde, a Comissão Executiva.

A aquisição do papel era particularmente complexa pela interface que abria junto das lojas e armazéns. Para uma edição do *Avante!* podiam ser necessárias 20 ou mais resmas de papel, embora a compra de grandes quantidades levantasse suspeitas, pelo que “*Nunca podíamos comprar mais de duas resmas por causa do seu transporte, com os cortes e percursos que tínhamos de fazer*” ¹⁶¹⁹.

¹⁶¹⁷ Cf. J.M [João Madeira], **Imprensa Comunista**, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, I, s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 454

¹⁶¹⁸ Cf. Francisco Martins Rodrigues, *História de uma vida...*, pp 29-30

¹⁶¹⁹ Manuel da Silva, **30 anos de vida...**, pp. 41-42

Depois, colocava-se o problema de introduzir o papel nas tipografias. Tal como à generalidade das instalações clandestinas, o acesso não se fazia de modo directo, mas sujeitando-se a um conjunto de procedimentos de aproximação que implicavam percursos mais longos e com recurso a diferentes meios de transporte, o que não se deveria fazer com volumes que fossem muito notados, como por exemplo, com grandes malas.

Neste processo eram utilizadas instalações intermédias para depositar e cortar o papel, antes de o colocar propriamente nas tipografias. Tratava-se de um conjunto de pequenas arrecadações alugadas em prédios, principalmente nas cidades. A utilização de muitas destas arrecadações correspondia por vezes a uma necessidade imediata, que podia ser a de colocar o papel temporariamente num local seguro, para que pudesse ser dividido nas quantidades necessárias às tipografias e aí posteriormente colocado.

Por outro lado, o próprio tipo de papel, com preferência pelo papel bíblia, levantava outros cuidados e preocupações, pois se pela sua espessura muito fina, facilitava o transporte dos materiais impressos, não se fabricava no país, sendo importado de Inglaterra.

Segundo António Dias Lourenço, que foi responsável pelo aparelho de imprensa entre 1941 e 1943, o papel bíblia “começou a ser utilizado por intermédio do Comandante Moreira de Campos, que era do Movimento de Unidade Nacional Antifascista e que tinha contacto comigo, e eu ia de vez em quando ao armazém do papel Dominguez e Lavadinho buscar papel-bíblia (...). O Moreira de Campos, que era um homem valente, que era sócio da Dominguez e Lavadinho, organizava tudo lá dentro. Quando eu lá chegava, o responsável do armazém já sabia do assunto e entregava-me o papel”¹⁶²⁰.

Depois disso, nos anos seguintes, quer no período em que José Augusto da Silva Martins substituiu Dias Lourenço, quer quando José Moreira substituiu aquele, o papel bíblia continuava a ser conseguido através de Moreira de Campos, contactado por Fernando Piteira Santos.

De qualquer modo, para além deste armazém de papel, havia outros pontos tidos como seguros onde arranjar papel fino, bíblia ou não, assim como o tipo necessário à composição. Uma tipografia no Bombarral ou a Tipografia Carvalho, em Almeirim, vendiam-no directa e legalmente do papel, encomendado por José Moreira¹⁶²¹.

¹⁶²⁰ Cf. António Dias Lourenço, *O homem das notícias clandestinas...*

¹⁶²¹ CFIANTT- PIDE/DGS, *P. 64/GT, Relatório da actividade...*

Este sistema manter-se-ia permanentemente com velhos e novos armazéns a proporcionarem o acesso ao papel necessário à impressão, apoiando-se seja numa actividade aparentemente legal, seja na rede de militantes ou na orla de influência do partido.

O transporte em malas grandes quer do papel quer do material já impresso chegou a ser utilizado, mas era uma fonte constante de preocupações, chegando a dar origem a episódios com toque de aventura, como aquele em que participou Dias Lourenço ao transportar precisamente duas grandes malas num eléctrico entre a Praça do Chile e o Alto de S. João, em Lisboa ¹⁶²², que Soeiro Pereira Gomes consagraria no conto *Refúgio Perdido* ¹⁶²³.

Por motivos de segurança, tinham de se utilizar processos engenhosos que iludissem a vigilância policial de rua, “*desde a utilização do cesto de verga, às pastas, aos embrulhos deformados em que mostrava não ser papel, à utilização do burrico a puxar uma carroça com hortaliça, ao automóvel à porta das tipografias*” ¹⁶²⁴

Os originais chegavam às tipografias pela mão do responsável por essa ligação. Após a *reorganização* e pelo menos até à prisão de Álvaro Cunhal, a redacção dos artigos do *Avante!*, por exemplo estava a cargo do Secretariado do Comité Central, como refere Pires Jorge:

“*Faziam-se as reuniões do secretariado, às vezes com outros camaradas, discutia-se a situação política e o Álvaro ia fazendo a síntese. Daí saía o artigo de fundo, que era lido, emendado e aprovado. Das informações sobre a situação e sobre as lutas saíam as notícias. (...) Às vezes, ao fim de três dias de reunião, já com toda a gente a cair de sono, o Álvaro continuava a trabalhar, a escrever as notícias para o Avante! que saía dali paginado e tudo, levado por um camarada que ia ao encontro dos camaradas das tipografias*” ¹⁶²⁵

Depois evoluiu-se para a constituição de uma comissão de redacção controlada directamente por um membro do Secretariado ou da Comissão Executiva. Sérgio Vilarigues entre 1949 e 1954, Júlio Fogaça em 1955-56, Pires Jorge em 1957, Dias Lourenço desempenhou essa função entre 1957 e 1962, Banqui Teixeira em 1962-63, Jaime Serra em 1963 e Joaquim Gomes até 1965 ¹⁶²⁶.

¹⁶²² Cf. António Dias Lourenço, *O homem das notícias clandestinas...*

¹⁶²³ Cf. Soeiro Pereira Gomes, *Obra Completa*, Lisboa, Caminho, 1992, pp 371-380

¹⁶²⁴ Manuel da Silva, *30 anos de vida...*, p. 42

¹⁶²⁵ Joaquim Pires Jorge, *Com uma imensa alegria*, Lisboa, Edições Avante!, 1984, p. 50

¹⁶²⁶ Cf. Partido Comunista Português, *60 anos de luta...*, p. 116

Pela Comissão de Redacção do *Avante!* passaram vários quadros do partido, encarregados de trabalhar a informação recebida da organização, tornando-a notícia ou artigo do órgão central. Foi o caso, ainda que em períodos diferentes, de Margarida Tengarrinha, Francisco Martins Rodrigues, Alda Nogueira, Helena Magro ou Fernanda Paiva Tomás.

Uma resolução do IV Congresso sobre o trabalho de agitação e propaganda reconhecia a importância da imprensa ilegal, designadamente do órgão central, que *“tem dado uma forte ajuda à orientação das massas no caminho da luta pela liberdade de Portugal do jugo fascista e tem contribuído para a elevação do nível político do Partido e das massas sem partido”*¹⁶²⁷, ainda que recomende uma maior preocupação com a realidade económica e social dos trabalhadores.

A abordagem destes aspectos relacionados com a imprensa partidária vai ser substancialmente ampliada no V Congresso, onze anos depois, num informe que assinala o esforço desenvolvido em torno da imprensa central, pela sua regularidade e pelas tiragens conseguidas e que aponta para o reforço da colaboração dos militantes e das organizações com notícias e informações, como de críticas e sugestões.

Segundo este informe, *“O «Avante!» deve dar cada vez mais uma justa interpretação marxista dos problemas nacionais e dos principais acontecimentos políticos do país e do estrangeiro. O «Avante!» deve educar mais o partido e as massas no espírito do internacionalismo proletário, publicando com mais regularidade informações relativas ao movimento operário internacional. Deve tornar mais conhecidas do nosso povo as colossais realizações do campo socialista e dar mais informações e explicações políticas sobre a construção do comunismo na União Soviética e sobre a força irresistível das ideias do socialismo, sob cuja bandeira alinha já a maior parte da população do globo”*¹⁶²⁸.

O V Congresso traz efectivamente um impulso em relação ao *Avante!*, que independentemente de procurar reflectir as orientações estabelecidas pelo Congresso, se traduz sobretudo ao nível da regularidade de publicação. Em 1958 são editados 22 números do órgão central, tendo conseguido manter uma edição quinzenal ao longo de nove meses, tendo ainda num deles sido publicado um terceiro número, de edição especial, a que se acrescentaram 3 números mensais.

¹⁶²⁷ Resolução do Comité Central sobre o trabalho de agitação e propaganda, in Partido Comunista Português, *IV Congresso. II volume. Relatórios e Resoluções*, Lisboa, Edições Avante!, 2000, p. 243

¹⁶²⁸ Freitas [Jaime Serra] (Intervenção do camarada), *V Congresso do Partido Comunista Português. Sobre o trabalho ideológico e sobre a imprensa do Partido*, Edições Avante!, Outubro de 1957, p. 3

No período 1956-1958, o órgão central publica 61 números e ainda que em 1957 tenham havido dois meses em que o jornal não sai, a periodicidade quinzenal é reintroduzida com consistência, o que não acontecia desde 1942-45, período de ascenso da influência do PCP após a *reorganização* e em conjuntura de guerra.

Manter a periodicidade quinzenal nas condições de clandestinidade, particularmente numa época em que, ao contrário do que se verificara em 1936-37, quando essa periodicidade fora marcante, o partido não vivia em função da imprensa e de um agitativismo frenético, traduzia uma vitalidade assinalável.

Esta situação torna-se possível em função do novo procedimento orgânico adoptado pela criação de uma estrutura verticalizada desde as tipografias à distribuição da imprensa e consideravelmente resguardada da repressão, que se reflectia na capacidade operativa do aparelho de imprensa e, conseqüentemente, na quantidade de números editados anualmente.

Quadro 22

Edição do *Avante!* ¹⁶²⁹

Anos	Números	Total de números editados	Edições Quinzenais	3ª edição Mensal	Nº de Meses sem edição
1949	130-145	16	8		0
1950	146-154	9	0		3
1951	155-163	9	0		3
1952	164-173	10	0		2
1953	174-183	10	0		1
1954	184-194	11	2		2
1955	195-207	13	2		0
1956	208-225	18	12		0
1957	226-246	21	20	1	2
1958	247-268	22	18	1	0
1959	269-284	16	12		2
1960	285-295	11	2		2
1961	296-311	16	8		0
1962	312-324	13	2		0
1963	325-336	12	2		1
1964	337-349	13	2		0
1965	350-362	13	2		0

A crise aberta com as eleições de 1958 e uma pressão policial acrescida provocam uma quebra na publicação do órgão central, com menos 8 números em 1959, por comparação ao ano anterior, além de 2 meses sem publicação do jornal.

¹⁶²⁹ Cf «*Avante!*» clandestino, in www.avante.pt

Mas, apesar disso, o conjunto da capacidade editorial do PCP continua assinalável. As tipografias centrais conseguem editar 16 números do *Avante!*, 5 de *O Militante*, 11 comunicados do Comité Central, várias tarjetas e documentos.

As tipografias regionais asseguram a sul a edição de 5 números de *O Camponês* e 5 de *O Corticeiro* e, no conjunto, 7 comunicados, várias tarjetas e outros materiais.

No seu conjunto, esta capacidade editorial correspondia a quase 550 mil exemplares de publicações, dos quais 230.085 saídos das tipografias regionais.

Quadro 23

Edições e Tiragens em 1959 ¹⁶³⁰

Mês	Tipografias Centrais	Tiragem	Tipografias Regionais	Tiragem
Janeiro	Avante 269	5980	O Corticeiro 14	2850
	O Militante 98	3750	Tarjetas	16000
	Dois comunicados	21200		
Fevereiro	Avante! 270	7900	Comunicado	7000
	Avante 271	5900		
	O Militante 99	3710		
	Dois comunicados	25000		
	Tarjetas	16000		
Março	Avante 272	5900	O Camponês 67	3000
	Avante 273	5850	O Corticeiro 15	2800
	Suplemento ao Avante 273	3500	3 Tarjetas	74500
	Discurso N. Krutchev	2750	Se fores preso camarada	5000
	Tarjetas	4000		
Abril	Avante 274	6025	Comunicado	10000
	Avante 275	6060		
	Separata Avante 274	2000		
	Separata Avante 275	10000		
Maiο	Avante 276	6050	O Camponês 68	8000
	O Militante 100	3500	O Corticeiro 16	2800
	Comunicado	7000	Comunicado	2000
	Informe do PCUS ao XXI Cong.	2100		
Junho	Avante 277	6190	Tarjetas	64000
	Dois comunicados	13100		
	Tarjetas	2800		
Julho	Avante 278	5175		
	O Militante 101	3500		
	Comunicado	10000		
Agosto	Avante 279	5175		
	Separata do Avante	2000		
Setembro	Avante 280	4568	O Camponês 69	2700
	Comunicado	10000	O Corticeiro 17	2200
			Três Comunicados	12000
Outubro	Avante 281 e 282	9436		
	O Militante 102	2685		
	Tarjetas	50000		
	Comunicado	12000		
Novembro	Avante 283 e 284	9636	O Camponês 70	2700

¹⁶³⁰ IANTT, TCL, 2º JC, *Processo 92/1962*, 4º vol., *Imprensa publicada no ano de 1959*, mns, 2 fls, apenso a fls 260

			Comunicado	2550
Dezembro	Avante 285	5200	O Camponês 71	2785
	Comunicado	4000	O Corticeiro 18	2200
	Declaração Encontro PCs	5000	Declaração Encontro PCs	5000

Ainda assim, trata-se de uma listagem incompleta, baseada apenas nas tipografias do sul, mesmo sendo as que suportavam maior fluxo de impressão de materiais. Um outro documento, complementar, refere que nesse mesmo ano de 1959, as tipografias da Organização Regional do Norte, que editavam designadamente *O Têxtil*, tinham feito sair dez números desse boletim, com um total de 13.350 exemplares¹⁶³¹.

No informe ao V Congresso em que são tratadas as questões relacionadas com a imprensa, considera-se que no período entre 1949 e 1953, que “*corresponde a uma época de refluxo e de abaixamento da actividade de massas*”¹⁶³², se editou uma média anual de 265.520 exemplares de publicações diversas, enquanto que no período seguinte, até ao Congresso essa média anual subiu para 448550, reflectindo, na perspectiva dos dirigentes a inversão política ocorrida, o ascenso da actividade partidária e a disposição de luta das massas.

Assim, em 1959, o valor estimado de 558.075 exemplares aponta para um expressivo aumento percentual de 24,4%, na capacidade editorial do partido, não obstante a intensa carga repressiva em torno e no rescaldo das eleições presidenciais de Arlindo Vicente/Humberto Delgado.

No entanto, no quadro da correcção ao *desvio de direita*, é adoptada uma Resolução em Outubro de 1960, que aponta “*indecisões e contradições na orientação da imprensa, (...) falta de continuidade dos assuntos tratados e das consignas [que] reflectem deficiências no trabalho político do CC*”¹⁶³³.

O informe reclamava coerência na orientação do jornal, prontidão nas respostas aos problemas nacionais, prioridade às lutas dos trabalhadores, não esquecer as questões da unidade, da paz, da luta anti-colonialista e anti-imperialista, a denúncia da repressão, o tratamento específico de assuntos relacionados com os camponeses, os intelectuais ou as classes médias, a divulgação de notícias sobre a URSS e o movimento comunista internacional.

¹⁶³¹ IANTT, TCL, 2º JC, *Processo 92/1962*, 6º vol., **Materiais Editados pela organização do Norte em 1959**, mns, 2 fls, apenso a fls 438

¹⁶³² V Congresso do Partido Comunista Português. Intervenção do Camarada Freitas [Jaime Serra], **Sobre o Trabalho Ideológico e sobre a Imprensa do Partido**, Edições «Avante!», Outubro de 1957, p. 4

¹⁶³³ Resolução sobre a Imprensa do partido, in *O Militante*, III série, 108, Janeiro de 1961, p. 10

Neste sentido, o jornal deveria desenvolver todos esses temas, mas devia, como determinava a Resolução, “*dar maior relevo político e de classe*”¹⁶³⁴ às lutas económicas da classe operária e dos trabalhadores, a que a Resolução determinava.

Na realidade, sectores partidários vinham criticando o conteúdo dessas notícias, referiam o seu carácter frio. Lo., em carta endereçada à Comissão Política a propósito da greve dos pescadores de Matosinhos, de 1959, critica que “*apenas se relate e [de modo] deficiente, o que se passava*”¹⁶³⁵ apesar da Comissão de Redacção ter sido regularmente informada sobre o desenvolvimento dessa greve que se arrastou ao longo de semanas.

Outros referiam que o noticiário das lutas sociais raramente transpunha o horizonte económico em que se desenvolviam, caindo assim numa perspectiva meramente economicista. Para Francisco Martins Rodrigues, por exemplo, “*O “Avante!” precisa de, ao assinalar cada vitória parcial, lembrar que os operários têm direito a mais alguma coisa do que às migalhas do produto do seu trabalho; isto é, a perspectiva do socialismo, da libertação da classe operária deve aparecer mais no “Avante!” e não apenas a propósito dos noticiários da URSS e do campo socialista*”¹⁶³⁶.

A estes aspectos de natureza mais política acresciam outros, que incomodavam alguns militantes, como o modo como por vezes as notícias distorciam os factos, exagerando os números, radicalizando situações, inventando incidentes graves que não tinham pura e simplesmente existido.

Lo. na carta que envia à Comissão Política enumera algumas dessas situações: “*Noticiou-se que os pescadores de Matosinhos obtiveram a vitória ao obterem abaixamento do preço do gasoil para 1\$30, o que não foi verdade. Diz-se que o escritor Tomás da Fonseca foi preso e da base dizem que não. Diz-se que um jovem em Coimbra foi rasteirado, quando a informação dizia o nome da terra onde isto aconteceu*”¹⁶³⁷.

Estes exemplos podiam ter um efeito galvanizador, a roçar o épico, mas distorciam a realidade e a verdade, com consequências por vezes nefastas, pois

¹⁶³⁴ **Idem**

¹⁶³⁵ IAN/TT, TCL, 3ª Juízo Criminal, P. 16557/61, 4º vol., Lo, À Comissão Política, Junho de 1959, dact., p. 2, apenso a fls 257

¹⁶³⁶ **Idem**, Serpa [Francisco Martins Rodrigues], As lutas económicas da classe operária no “Avante”, Maio de 1960, dact., p. 1, apenso a fls 256

¹⁶³⁷ IAN/TT, TCL, 3ª Juízo Criminal, P. 16557/61, 4º vol., Lo, À Comissão Política...

contribuíam para “*camaradas simples duvidarem de verdades de importância bem maior*”¹⁶³⁸.

A Resolução não refere propriamente esta questão, orienta-se mais para a necessidade de elevar o nível jornalístico do *Avante!*, reclamando artigos mais curtos, mais correspondências em linguagem simples, sóbria e incisiva, contexto gráfico mais atraente, com recurso à fotografia e à gravura, bem como a uma paginação mais cuidada.

Do ponto de vista gráfico, o tipo de papel, os prelos utilizados as técnicas de tintagem da composição também não propiciavam a inclusão da fotografia, o que, sendo feito nalguns casos, produziu quase que invariavelmente resultados de má qualidade.

Mesmo do ponto de vista da utilização da gravura, os exemplos são raríssimos, reduzidos praticamente a um tímido anúncio das emissões de Rádio Moscovo em língua portuguesa.

Em inícios de 1955, a funcionalização de José Dias Coelho e Margarida Tengarrinha, dois talentosos artistas plásticos saídos da Escola Superior de Belas Artes viria alterar esta situação. A edição de Abril desse ano incluiria na primeira página, a propósito da evocação de mais um aniversário de Lenine, uma gravura sua, reproduzida a partir de uma fotografia, seguida logo em Maio da publicação de outra.

De qualquer modo, a melhoria gráfica que isso representava parece titubeante até meados de 1960, altura em que o jornal começa a incluir gravuras com maior frequência, ilustrando artigos, o que acontece até Janeiro de 1962, coincidindo com o assassinato de José Dias Coelho, ocorrida no mês anterior. São gravuras representando manifestações, acções de protesto, ilustrando efemérides e acontecimentos relevantes do PCP ou do movimento comunista internacional.

O contributo de Dias Coelho, e também de Margarida Tengarrinha, alargava-se ainda aos cabeçalhos dos títulos editados, retocando o do *Avante!*, mas redesenhando-os no que se refere aos boletins *A Voz das Camaradas das Casas do Partido*, *O Ferroviário*, *A Terra*, ou *Portugal-URSS*¹⁶³⁹.

O *Avante!* variava entre duas e seis páginas, procurando manter as quatro como dimensão de referência, que as dificuldades momentâneas ou a importância e actualidade dos acontecimentos poderia obrigar a alterar, enquanto a sua periodicidade, em regra mensal, foi quinzenal nalguns períodos e a isso aspiraria com maior

¹⁶³⁸ **Idem**

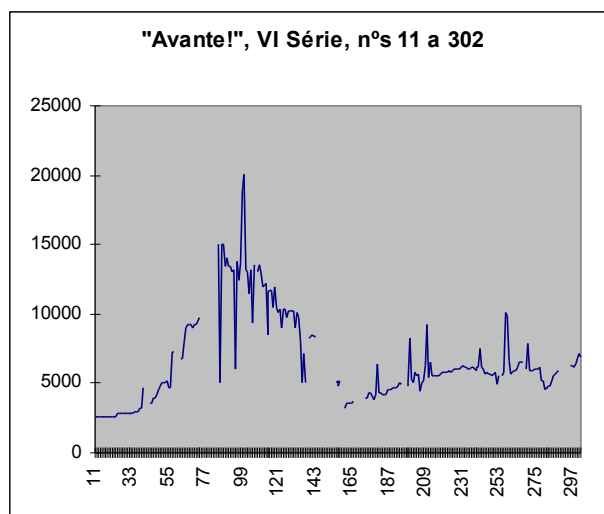
¹⁶³⁹ Cf Margarida Tengarrinha, *Quadros da Memória*..., pp 49-53

regularidade. De qualquer modo, em 1949, de 1956 a 1959 e durante alguns meses em 1961 isso foi conseguido.

Esta periodicidade quinzenal determinada pela Resolução de 1960 e ao contrário do que se verificara particularmente entre 1956 e 1959, não será conseguida a não ser de modo irregular e num curto espaço de tempo apenas.

Quanto ao volume de tiragens da VI série, tanto quanto é possível apurar, verificamos como a tendência para o aumento se projecta para lá do final da guerra, atingindo um pico expressivo em particular em 1947, com tiragens a ultrapassar os 20 mil, como sucedeu com o nº 100, de Abril de 1947, mas decaindo de seguida, ainda que em 1948 o nº 119, por exemplo, tenha sido de 12 mil. Essa quebra prosseguirá naturalmente com a situação de recuo verificado a partir do final da década até um ponto mínimo assinalado em 1951 com 3170 exemplares do nº 161, de Setembro.

Gráfico 2
Tiragens do *Avante!* (1942-1961)



nº 11 – Junho de 1942; nº 13 – 1ª Quinzena de Junho de 1944; nº 55 – 2ª Quinzena de Junho de 1945; nº 77 – 2ª quinzena de Maio de 1945; nº 99 – Março de 1947; nº 165 – Fevereiro de 1952; nº 187 – Abril-Maio de 1954; nº 209 – Fevereiro de 1956; nº 231 – 2ª Quinzena de Março de 1957; nº 253 – 2ª Quinzena de Abril de 1958; nº 275 – 2ª Quinzena de Abril de 1959; nº 297 – Fevereiro de 1961

A partir daí e até ao nº 302, da 1ª quinzena de Julho de 1961, último da série de tiragens relativamente completa que foi possível conhecer, a inversão dessa tendência

de quebra verifica-se, embora segundo quantitativos bastante mais moderados, do que aqueles que se tinham verificado anteriormente.

Até então, o *Avante!* apenas por uma única vez ultrapassará, e ligeiramente, a barreira dos 10 mil exemplares, o que ocorre na 2ª quinzena de Junho de 1958. As tiragens rondam os 6 mil, oscilando acima e abaixo na escala das dezenas, mas assim se mantendo, com um período de quebra ligeira no segundo semestre de 1959, com tiragens entre os 4700 e 5200 exemplares.

O Militante, por sua vez, destinava-se aos militantes com maior formação política, sem que fosse propriamente um órgão teórico. De qualquer modo, incluía textos de aprofundamento da orientação partidária de natureza política e organizativa, divulgando também boas práticas da vida partidária.

Os artigos, assinados sob pseudónimo, entre Novembro de 1953 e Agosto de 1960 eram fundamentalmente da autoria de membros do Comité Central, que utilizavam inclusivamente os pseudónimos por que eram mais conhecidos na organização.

Júlio Fogaça, por exemplo, assina como Ramiro pelo menos dez artigos – “*Mais trabalho colectivo, o que nos dizem as últimas lutas*”, “*Alarguemos e reforçemos a luta*”, “*Mais democracia interna*”, “*Críticas que ajudem os quadros*”, “*Para uma melhor vigilância e controlo*”, “*As células de fábrica e empresa*” ou “*Karl Marx nasceu há 140 anos*” são títulos de alguns.

Encontramos, do mesmo modo, artigos de Octávio Pato (Melo), Sérgio Vilarigues (Amílcar), Jaime Serra (Freitas), Joaquim Pires Jorge (Gomes) ou António Dias Lourenço (João).

No quadro da correcção do “desvio de direita”, esta prática seria criticada como expressão de uma tendência que desvalorizava o trabalho colectivo e reflectiam o desenvolvimento de comportamentos individualistas que enfraqueceriam o papel dirigente que o boletim deveria ter.

A resolução sobre imprensa de Outubro de 1960 concluía que “*nas condições presentes, é de aconselhar que os artigos sejam publicados sem assinatura, sob a responsabilidade colectiva da Redacção*”¹⁶⁴⁰, deixando os artigos de ser assinados a partir de finais de 1960.

A Resolução referindo-se ainda a *O Militante* referia no entanto haver desfazamento entre os conteúdos publicados e a sua actualidade no contexto da actividade política do partido, mas, porventura mais grave do que isso, mencionava-se a

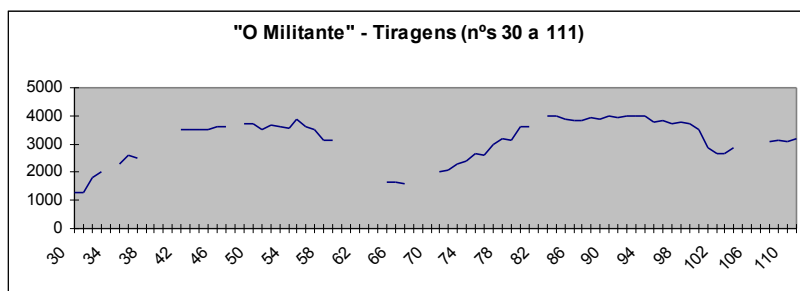
¹⁶⁴⁰ Resolução sobre a imprensa do partido, in *O Militante*, III série, 108, Janeiro de 1961, p. 11

existência de “*contradições frequentes, ideias divergentes sobre o mesmo assunto, frequência de «opiniões pessoais», do que resulta que em muitos dos seus números, «O Militante» não reflecte um opinião colectiva da Direcção do Partido, mas opiniões individuais de membros do CC e camaradas funcionários»* ¹⁶⁴¹.

Era justamente aqui que se apontava o “desvio de direita” no que se referia à orientação da imprensa central de organização, reflectindo, para além das tendências individualistas, atitudes anarquizantes, baseadas em concepções descentralizadoras, autónomas, e portanto anti-leninistas, que tornavam o boletim como uma espécie de tribuna livre de debate de ideias, tão contrárias ao que Álvaro Cunhal entendia em matéria de organização.

Gráfico 3

Tiragens de *O Militante* (1944-1961) ¹⁶⁴²



De formato mais pequeno, muitas vezes com três ou quatro artigos apenas, era distribuído apenas por um sector de militantes e a sua tiragem variou entre os 1300 exemplares de Agosto de 1944 e os 4010 de Abril de 1957, ainda assim entre os 65 números cujas tiragens apurámos, 34, entre Dezembro de 1946 e Fevereiro de 1959 tiveram uma tiragem entre 3500 e 4000 exemplares

Assim, oscilações apontando para quebras de tiragem abaixo dos 3500 exemplares ocorreram no período de maior recuo organizativo, em particular nos anos de 1952-54, só atingindo os 3000 exemplares uma única vez, em Junho de 1954, verificando-se o valor mais baixo em Agosto de 1952, apenas com 1354 exemplares.

Por outro lado, no que se refere a *O Militante*, ainda que se possa falar de uma continuidade ininterrupta na sua publicação, com alguma frequência o intervalo entre dois números podia ser de vários meses ou mesmo de um ano. Foi o que passou, por

¹⁶⁴¹ **Idem**

¹⁶⁴² J.M. [João Madeira], **Imprensa Comunista** in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I, s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 454

exemplo entre Agosto de 1949 e Julho de 50, entre Outubro de 52 e Junho de 53, ou entre Junho de 1957 e Março de 58.

Mas, como reconhecera a Resolução sobre Imprensa, de Outubro de 60, isso não se devia apenas a dificuldades técnicas ou de natureza conspirativa, mas também ao baixo nível de aprofundamento do debate dos problemas de orientação do partido, mesmo nos organismos superiores.

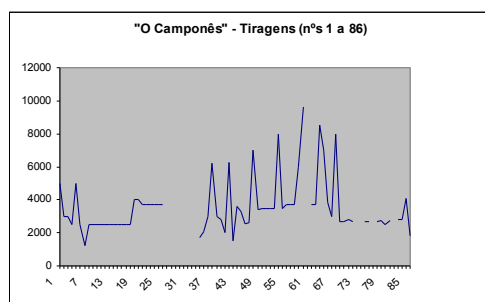
Recomendava-se por isso a sua periodicidade mensal, ainda que com um número menor de páginas, e portanto de artigos, procurando adequar a dimensão do boletim à capacidade de resposta política e doutrinária do Comité Central.

As publicações de carácter sectorial seriam, por sua vez, também objecto da Resolução de Imprensa de Outubro de 1960. *O Camponês*, lançado em 1946 para os assalariados rurais dos campos do sul editara, até 1968, 122 números publicados adquirindo considerável importância, não obstante a sua difusão fazer-se, entre o proletariado agrícola, meio profundamente iletrado, circulando frequentemente de mão em mão ou lido colectivamente.

Do ponto de vista da agitação política, o pequeno jornal desempenhava um papel importante principalmente por altura das ceifas, entre a Primavera e o início do Verão, levantando e unificando as movimentações por jornais mais altas.

Gráfico 4

Tiragens de *O Camponês*



n.º 26 – Junho 49; n.º 37 – Fevereiro 53; n.º 48 – Maio 55; 61 – Julho 57; 67 - Março 59

As oscilações na sua tiragem, bem visíveis no gráfico, aliás mais do que em qualquer outro título da imprensa do PCP, expressam os picos reivindicativos que, por sua vez, decorrem dos ciclos da produção de trigo, considerando o regime de monocultura no Alentejo em particular.

Das tiragens conhecidas, os números variam entre os 1200 e os 9600 exemplares, com uma tiragem média de 3550, sendo possível perceber a tendência para aumentar tiragens no quadro da preparação das campanhas de agitação e luta por jornas mais altas, pelas ceifas.

Registemos ainda como tiragens acima dos 5 mil exemplares, ainda que pouco frequentes – 11 números em 72 conhecidas – representava um esforço de distribuição assinalável e níveis de aceitação expressivos.

Em 1946 a situação estaria aliás madura para o lançamento de um jornal com estas características e destinado a este sector laboral, que, de resto, tomava como subtítulo “*órgão de unidade dos camponeses do sul*” e que, apesar de ainda policopiado, por isso mesmo com um grafismo pobre, ter tido uma tiragem de 5000 exemplares.

A atávica dificuldade no estabelecimento de uma política verdadeiramente orientada para o pequeno e médio campesinato levou, independentemente do lançamento do jornal *A Terra*, destinados às regiões do norte e centro do país e que publicou 34 números entre 1949 e 1974, a que *O Camponês* alterasse a partir de 1953 o seu subtítulo para “*órgão dos camponeses de Portugal*”.

No entanto, não foi essa modificação no cabeçalho que alterou as suas características e o seu âmbito, pois a inclusão de artigos dirigindo-se aos problemas da lavoura e dos pequenos e médios proprietários rurais, foram inexpressivos. Daí que em 1960, quando se procede à análise do jornal e da sua orientação se conclua que o jornal deveria destinar-se apenas aos assalariados do sul, podendo dar resposta a problemas de um pequeno campesinato empobrecido que, na região, tendia, de resto, a proletarianizar-se.

Mas, mesmo no que se refere aos problemas específicos dos assalariados, a resolução entendia que a abordagem dos problemas concretos tinha sido muito limitada e restrita, circunscrevendo-se praticamente só aos problemas da jorna e do desemprego, deixando de fora o tratamento de questões que se vinham revelando igualmente cruciais como o problema da mecanização do desenvolvimento da economia de latifúndio, da habitação rural ou das Casas do Povo¹⁶⁴³ ou com questões que se prendiam com o modelo de Reforma Agrária defendido.

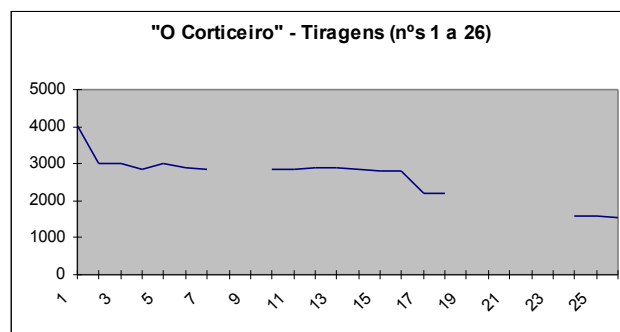
Com *O Corticeiro*, assim como com *O Têxtil* colocavam-se problemas de natureza relativamente diferente. Lançados bastante mais tarde, em 1955 e 56, respectivamente, *O Corticeiro* publicaria 44 números até 1967 e *O Têxtil* 70 até 1974.

¹⁶⁴³ Cf Resolução **sobre a Imprensa**..., p. 12

Com base nos dados igualmente conhecidos quanto a tiragens tratam-se de publicações de circulação bastante mais restrita, tendo em conta até os seus destinatários.

No que se refere a *O Corticeiro*, a evolução das tiragens aponta para uma tendência lenta, em patamar largo, de diminuição do número de exemplares por edição, logo a partir do primeiro número, que teve uma tiragem de 4030 exemplares, enquanto que o número 26, último de tiragem conhecida, foi de 1550. O jornal, após o lançamento, tem uma primeira estabilização à volta 2850-2900 exemplares para baixar a um segundo patamar nos 1500.

Gráfico 5
Tiragens de O Corticeiro



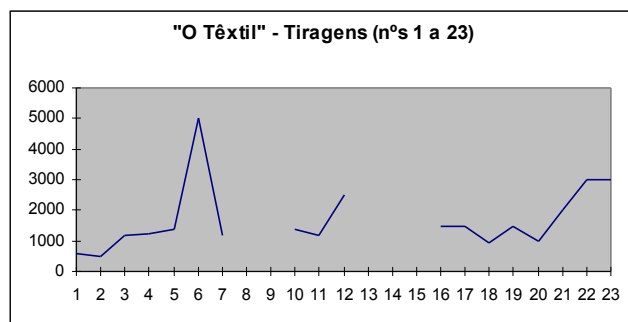
O título, orientado para um sector corticeiro, que se concentrava na margem sul, mas que era com excepção de uma ou outra fábrica de maiores dimensões, predominantemente oficial, empregando quantitativos de força de trabalho relativamente modestos.

O informe sobre imprensa entendia que o jornal era “demasiado político”, tratando temas gerais, de actualidade, mas que não se reportavam especificamente ao sector para que se dirigia. Por isso defendia uma ligação muito estreita das organizações de fábrica ou dos Comitês Locais dessas zonas – Barreiro, Seixal, Montijo, Vendas Novas, de modo a procurar vivificar o seu conteúdo com situações e problemas concretos dos trabalhadores nas fábricas e fabricos de cortiça.

O *Têxtil*, por sua vez, editado a partir do Comité Regional das Beiras, dirigido às concentrações de têxtil e lanifícios da Serra da Estrela e do Porto, reflecte um percurso diferente. Arranca com tiragens modestas, apenas 600 exemplares no primeiro número

para se manter entre os 1500 e os 2000 exemplares, com 1706 de valor médio das 18 tiragens conhecidas. Apenas por uma única vez atinge os 5000 exemplares.

Gráfico 6
Tiragens de *O Têxtil*



Esta imprensa regional ou sectorial deveria ser distribuída directamente nas fábricas, pelos militantes, ainda que não pareçam haver ilusões quanto a um hipotético carácter semi-legal destes títulos. Mas como a malha orgânica não cobria todas as localidades e áreas de concentração deste tipo de actividades industriais, tornava-se necessário que o aparelho do partido procedesse aí a uma distribuição indirecta dos jornais.

O perfil definido para esta imprensa ficara mais clarificado a partir de 1960 – “o *objectivo fundamental destes jornais deve ser esclarecer os trabalhadores e orientar e intensificar as lutas de massas e a organização. A moderação de linguagem, o emprego de uma linguagem simples, acessível e maleável, evitando os «chavões» vulgares na imprensa do partido, podem facilitar a expansão e a aceitação dos jornais pelos trabalhadores sem partido*”¹⁶⁴⁴.

Foram igualmente ensaiados outros títulos, de menor circulação ainda, muitas vezes policopiados, ao contrário destes que eram impressos no mesmo tipo de prelos que a imprensa central. Foi o caso do *Portugal-URSS*, *O Trabalhador da CUF*, *O Ferroviário* ou *O Camponês das Beiras*, dando de algum modo continuidade a uma tradição de final dos anos trinta, em que títulos com estas características, por vezes apenas de célula de empresa, se multiplicaram significativamente.

¹⁶⁴⁴ *Idem*, p.13

O aparelho de imprensa, em particular o aparelho central implicava toda uma estrutura vertical própria, com funcionários encarregados de estabelecer a ligação, em diferentes níveis, entre as tipografias e os militantes que nas diferentes regiões e, depois, nos diferentes organismos se encarregavam da distribuição dos materiais, configurando uma rede mínima de contactos.

Um funcionário controlava as tipografias, levava o papel e originais a imprimir, inspeccionava as respectivas condições de funcionamento e ia buscar o material já editado que, por sua vez, depois de divididos, entregava, longe e em pontos afastados uns dos outros, seguindo a partir daí para as diferentes regiões, onde voltava a ser separado por Comités Locais e às células.

Um membro do secretariado controlava a actividade do elemento responsável pelas tipografias e cada organização provincial procedia do mesmo modo em relação aos responsáveis pela imprensa ao longo de toda a fileira vertical estabelecida.

Foi esta estrutura vertical, paralela à organização territorial do partido, contactando apenas um elemento em cada escalão orgânico, que permitiu em boa medida que a imprensa partidária tivesse tido a continuidade que teve, pois manteve-se bem defendida das investidas policiais, preservando esse aparelho partidário essencial. Em situações de desequilíbrio orgânico foi muitas vezes através deste aparelho que foi possível reconstituir a própria rede orgânica destruída pela repressão.

A distribuição do material impresso nunca deixou de se fazer e ao militante comunista, nos seus organismos, chegava regularmente a quantidade certa de jornais que se tinha comprometido a distribuir, como recorda Óscar Lopes – “*Durante mais de 30 anos nunca deixei de receber divididos em pequenos embrulhos com destino cifrado, os exemplares certos acompanhados de outros textos*”¹⁶⁴⁵.

A imprensa era efectivamente o primeiro elo entre o partido, os seus militantes e as orlas mais próximas. Mesmo sem contactos, sem enquadramento organizativo ou com reuniões muito espaçadas, a imprensa regularmente recebida constituía o principal alimento político proporcionado pelo partido.

Evidentemente que as tiragens eram face aos grupos e populações a que se dirigiam diminutas, estariam mesmo abaixo da influência social e política do partido e o sistema de distribuição tinha falhas e imperfeições que por vezes obstavam a um pleno escoamento de todos os exemplares, havendo sobras que se acumulavam por todos os escalões partidários.

¹⁶⁴⁵ Óscar Lopes, **Um simples depoimento, com um voto final**, in *Avante!*, VII série, de 12 de Fevereiro de 1981

A partir do verão de 1961, o PCP dispôs de condições para emitir diariamente via rádio para o interior do país. Rui Perdigão quando passa à clandestinidade num quadro de prisão iminente é enviado para Paris, sendo já aí incumbido por Sérgio Vilarigues de passar à capital checoslovaca para trabalhar nas emissões em língua portuguesa da Rádio Praga. Ainda em finais desse ano, António Dias Lourenço contacta Perdigão na capital checoslovaca para tratar com ele da instalação de uma estação de rádio a emitir para Portugal ¹⁶⁴⁶.

Segundo Dias Lourenço, o PC soviético havia dado o seu aval à iniciativa e ir-se-ia constituir um pequeno organismo, controlado por aquele dirigente comunista, ido directamente do interior do país para o efeito, composto por Perdigão e pela sua companheira – Fernanda Silva, juntando-se-lhes uma jovem funcionária para apoio meramente técnico.

No entanto, as prisões de Octávio Pato, Carlos Costa, Joaquim Pires Jorge e Américo Gonçalves de Sousa, ocorridas em Dezembro de 1961, lançaram o alarme geral, obrigando ao regresso de Dias Lourenço ao interior e a um adiamento do projecto, ainda que breve, pois tudo estava pronto a funcionar. Foi, por isso, apenas necessário substituir Lourenço por Pedro Soares, que depois da fuga de Peniche fora de novo colocado no exterior.

As emissões iniciaram-se em 12 de Março de 1962 a partir de Bucareste., onde se instalava o organismo de redacção. Os seus membros viviam numa situação de quase clandestinidade, sob identidades falsas fornecidas pelos próprios serviços governamentais romenos.

Assim, com a devida autorização soviética, a rádio ocupava na capital romena antigas instalações do já extinto Kominform, beneficiando da capacidade técnica instalada, em boa medida subproveitada. Quer a redacção quer os estúdios eram protegidos pelas forças de segurança romena e tinham o apoio dos técnicos de rádio locais. Era a Rádio Portugal Livre!, designação escolhida por Pedro Soares e Rui Perdigão, que Cunhal considerou “*excessivamente «pesado»*” ¹⁶⁴⁷.

O *Avante!* de Abril de 1962, informa em tom exultante o início das emissões – “*A notícia divulgou-se mais que depressa e em pouco tempo o entusiasmo correu de Norte a Sul. (...)*”

¹⁶⁴⁶ Cf Rui Perdigão, *O PCP visto por dentro e por fora*, Lisboa, Fragmentos, 1988, p. 51

¹⁶⁴⁷ *Idem*.p. 52

Que todos divulguem a nova voz anti-fascista, de modo a poder ser escutada em todo o país. Que se enviem para a Rádio Portugal Livre informações, sugestões e críticas.

Ajudemos RÁDIO PORTUGAL LIVRE a ser um poderoso factor de esclarecimento e agitação a favor do nosso povo.

*O «Avante!» saúda calorosamente essa nova e bela irmã»*¹⁶⁴⁸.

Apesar desse organismo integrar de início Pedro Soares e, depois, Aurélio Santos, como responsáveis, ambos membros do Comité Central, como refere Rui Perdigão, “*A direcção política da RPL pertenceu sempre a Álvaro Cunhal. Enquanto se encontrou em Moscovo essa direcção era assegurada através de conversas telefónicas regulares e de cartas; quando se foi instalar em Paris, só através de cartas que em geral seguiam por correio normal e em que havia a preocupação “conspirativa” de dizer as coisas como se fossem ouvidas a outros, de não falar na rádio mas da “vossa revista” e de substituir certos nomes por pseudónimos*”¹⁶⁴⁹.

As informações que chegavam do país eram centralizadas por Cunhal, que as filtrava e seleccionava para depois remeter ao organismo de redacção da RPL. Esse material constituía com a imprensa partidária e com alguma imprensa nacional chegada sempre com grande atraso, a matéria informativa, a que acresciam as entrevistas regularmente realizadas com dirigentes partidários no exterior ou em passagem pelo exterior por qualquer circunstância.

Escutava-se atentamente a emissão em ondas curtas da oficialíssima Emissora Nacional, completamente tutelada pelo regime. Tratava-se, todavia, de um manancial informativo insuficiente para alimentar trinta minutos diários de emissão, pelo que o restante ficava ao critério da redacção, tornando-se indispensável incluir, além do “miolo” representado pelas notícias da frente interna, matérias de política internacional e, cada vez mais, sobre as guerras coloniais.

Pela redacção da RPL passou ainda, antes de se instalar na Bélgica, Alda Nogueira, também do CC do PCP; Margarida Tengarrinha, Maria da Piedade Morgadinho, Teresa Mendes ou Álvaro Mateus.

Margarida Tengarrinha, que ingressa nos quadros da rádio em 1963, refere-se ao ambiente de trabalho na redacção, sujeito à forte pressão imposta pela periodicidade diária das emissões: “*Num organismo como o que funcionava na RPL, cuja tarefa*

¹⁶⁴⁸ Rádio Portugal Livre, uma emissora portuguesa ao serviço do povo, da democracia e da independência nacional, in *Avante!*, VI série, 315, Abril de 1962

¹⁶⁴⁹ Rui Perdigão, *O PCP visto por dentro ...*, p. 57

essencial era transmitir informações sobre a situação nacional e as lutas económicas e políticas desencadeadas no país, veiculando (e muitas vezes tendo que interpretar) a análise e orientação do Partido sobre estas questões, quando se trabalhava com o tempo limitado para a emissão a gravar a horas certas, travavam-se com frequência discussões infundáveis e paralisantes, por vezes aparentemente à volta de pormenores, mas de facto sobre problemas de fundo da linha do Partido” ¹⁶⁵⁰.

Neste ambiente, os grandes problemas que sulcavam o movimento comunista internacional não podiam deixar de se reflectir na redacção – *“Foram discussões por vezes duras, que naquele meio necessariamente fechado e num país estrangeiro não nos tornaram a vida fácil”* ¹⁶⁵¹

Algumas vezes, tensões, diferenças de pontos de vista e de estilo geradas pela forma como eram redigidas as notícias suscitavam longos e acesos debates que tiveram de ser dirimidas com a participação directa do próprio secretário-geral do PCP nas suas várias passagens por Bucareste.

De início, a Rádio Portugal Livre emite apenas em dois períodos de 30 m, repetindo-se, entre a tarde a noite, passando poucos meses depois a três períodos de emissão para, a partir do início de 1964, se alargar a um quarto período ao início da manhã e dispor de uma emissão especial, aos domingos, igualmente de 30 minutos, destinada aos campos.

As emissões da Rádio Moscovo em língua portuguesa mantinha-se com dois períodos diários de 30 minutos, cuja captação era difícil, sendo objecto da contra-propaganda da Emissora Nacional ¹⁶⁵². Aí permanecia há longos anos Francisco Ferreira, o Chico da CUF, que conseguira regressar à União Soviética após o fim da guerra civil de Espanha ¹⁶⁵³ e que ingressara na rádio oficial soviética em 1943, mas que vinha manifestando com alguma insistência vontade de abandonar essa função e a própria União Soviética, posicionando-se pelo menos desde 1963 em posições críticas em relação ao PCUS e ao regime soviético ¹⁶⁵⁴.

Nesta altura emitiam ainda para Portugal, em língua portuguesa, Rádio Bucareste e Rádio Praga com hora e meia e uma hora, respectivamente, num único

¹⁶⁵⁰ Margarida Tengarrinha, **Quadros da Memória**, Lisboa, edições Avante!, 2004, pp 116-117

¹⁶⁵¹ **Idem**, p.119

¹⁶⁵² Cf. C.O. [César Oliveira], **Rádios Clandestinas**, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Direcção de), **Dicionário de História do Estado Novo**, II, s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 811

¹⁶⁵³ Cf. Francisco Ferreira, **26 anos na União Soviética**, Aveiro, Edições FP, s.d., pp 36-40

¹⁶⁵⁴ Cf. **idem**, pp 258-263

período diário. Rádio Praga, por exemplo, dispunha de um colectivo de seis “jornalistas” para assegurar essa emissão ¹⁶⁵⁵.

Também a partir de 1963 a Rádio Voz da Liberdade, da FPLN passou a emitir para Portugal desde Argel, tendo o seu controlo sido praticamente desde início assegurado pelos quadros comunistas destacados na capital argelina para actuarem no seio da Frente, como foi o caso de Pedro Ramos de Almeida.

3. O “exterior” e o aparelho de fronteiras

As ligações ao exterior adquiriram uma importância acrescida particularmente a partir da instalação de Álvaro Cunhal e de praticamente todo o Secretariado do Comité Central fora do país, conforme decidira a reunião do Comité Central de Dezembro de 1962.

Antes, desde finais dos anos 40 e em toda a década seguinte, o PCP vinha lentamente construindo um sistema de ligações ao exterior e, em particular, ao centro do movimento comunista internacional, pois sabemos aliás bem como até aí as relações internacionais haviam sido não só esparsas como atribuladas.

A deliberação da Internacional Comunista de 5 de Setembro de 1938 em suspender o PCP abriria um período de praticamente dez anos em que o partido não era considerado na prática como integrante da constelação comunista, recaindo sobre ele largas e pesadas desconfianças, além de se ver privado de contactos formais com os partidos congéneres em geral e com o PC da União Soviética em particular.

Na informação que fundamenta essa decisão, Stela Blagoeva, que dirigia a Secção de Quadros, refere que “*se mantem no PC de Portugal um ambiente, constatado pelo CEIC em 1936, de provocação corrosiva e de fraccionismo do Partido*” ¹⁶⁵⁶, a que acrescia uma evidente inépcia na aplicação das orientações definidas pelo VII Congresso da Internacional Comunista.

Nesse sentido, entre outras medidas, encarregava dois quadros do PCF, Maurice Tréand e *Blanchet*, pseudónimo do “internacional” argentino Vittorio Codovilla ¹⁶⁵⁷, que

¹⁶⁵⁵ Cf. Rui Perdigão, *O PCP visto por dentro* ..., p. 52

¹⁶⁵⁶ Cit. por José Manuel Milhazes Pinto, *Quando a Internacional Comunista cortou com o PCP*, in *História*, (Nova série), 17, Fevereiro de 1996, p. 39

¹⁶⁵⁷ Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, 1..., p. 320

tivera largas responsabilidades de controlo junto do PC de Espanha e, por extensão do português, na conjuntura da guerra civil de Espanha e no seu rescaldo, “*de organizar em Paris uma comissão para investigar o PC de Portugal*”¹⁶⁵⁸.

Isto significou que o PCP que se forma a partir do Tarrafal no processo de “reorganização” de 1940-41, ainda que absorvendo uma parte dos quadros internacionais formados na Escola leninista de Moscovo e o património herdado do VII Congresso da Internacional Comunista, se constrói sem ligações directas e muito menos regulares quer com a Internacional Comunista quer no quadro, depois, do processo constitutivo do Kominform.

O restabelecimento das relações internacionais do PCP só será é feito em 1947-48 através da longa viagem empreendida por Álvaro Cunhal, a partir dos contactos com a Legação Jugoslava em Lisboa, que lhe permite ser recebido em Março de 1948 por altos quadros da então designada Secção de Política Externa do Comité Central do PC da Rússia, reunindo designadamente com Mikhail Suslov, do Secretariado do CC do PC soviético, selando-se assim o restabelecimento das relações com o centro do movimento comunista internacional, numa altura em que o Kominform já caminhava para um ano de existência.

Em Moscovo, tanto quanto é conhecido, permanecia apenas Francisco Ferreira, “O Chico da CUF”, a trabalhar nas emissões em língua portuguesa da Rádio Moscovo e com quem Cunhal contacta. Nessa altura, na sua opinião, Ferreira “*trabalha muito isolado, tem provado bem, mas está fatigado*”¹⁶⁵⁹.

No regresso, de novo via Praga, Cunhal contacta vários partidos comunistas, a começar pelo PC da Checoslováquia, mas também com o PC Brasileiro, com o uruguaio, por duas vezes com o Secretariado do PC de Espanha e, naturalmente, com o CC do PC francês, ainda que as velhas desconfianças em relação ao PCP permanecessem grandes¹⁶⁶⁰. Em França, contacta o núcleo de exilados comunistas. Apoiase principalmente em Alfredo Pereira Gomes, matemático, irmão de Soeiro, e menos de João Santos, pedopsiquiatra, que era o responsável do PC em Paris, montando o sistema de ligações com o interior. Mas, concluindo por uma ideia já formada:

¹⁶⁵⁸ Cit. por José Manuel Milhazes Pinto, **Quando a Internacional Comunista...**

¹⁶⁵⁹ Tribunal Criminal de Lisboa, 3º Juízo, *Processo 14499/1949*, 10º vol., **Abril de 1948 – Para o Secretariado. Sobre MCI**, apenso a fls 617

¹⁶⁶⁰ Cf. José Pacheco Pereira, **Álvaro Cunhal, uma biografia política, Duarte, o Dirigente clandestino 1941-1949**, 2, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p. 787

“*Mantém-se a vinda para aqui dum camarada permanente dos nossos quadros de direcção. Pensai neste problema com vista a uma solução rápida*”¹⁶⁶¹, dirá em carta ao Secretariado.

No entanto, durante muitos anos, a representação do PCP em França ficará a a cargo de Manuel Valadares, o eminente físico que na onda de demissões compulsivas determinadas Salazar em 1947 o levará ainda nesse ano a partir para o exílio em França, onde, a convite de Joliot-Curie, irá trabalhar como investigador no CNRS na área da Física Atómica e Nuclear

Valadares vai participar em reuniões e iniciativas internacionais promovidas pelo Conselho Mundial da paz, organização criada pelo Kominform, pertencendo desde 1949 ao Comité do Congresso Mundial dos Partidários da Paz. A sua presença será sistematicamente assinalada nessas reuniões e encontros – na Conferência da Paz de Varsóvia com João Santos no Congresso Mundial da Paz; em Sheffield, na Grã Bretanha; no Congresso dos Povos para a Paz, em Viena; bem como nas várias reuniões do Conselho Mundial.

É a ele que em 1953, na sequência do Congresso de Viena, o Conselho Mundial da Paz solicita outros nomes de portugueses para integrar o Conselho e nesse mesmo ano serão eleitos Ruy Luís Gomes, Maria Lamas e António José Saraiva, todos ainda no interior do país, sendo os dois últimos militantes comunistas, constituindo uma representação que assim se manterá pelo menos até 1958-59.

Além disso, Valadares, não sendo funcionário político do PCP e apesar de absorvido pela carreira de investigador, carregou com as tarefas partidárias inerentes à função que desempenhava, designadamente responder à correspondência com a Direcção no interior, o estabelecimento de canais e ligações quer ao PCF como a outros partidos comunistas, providenciando credenciais para o trânsito de delegações portuguesas aos mais variados congressos de organizações periféricas do Kominform, além do Conselho Mundial da Paz, como a Federação Mundial da Juventude Democrática ou a Federação Sindical Mundial.

Nestas circunstâncias, em 1953, embora reconhecendo as dificuldades de Valadares, o PCP critica-o – “*De há dois anos a esta parte notamos certo declínio na tua actividade, verificamos que não tens posto o mesmo empenho em solucionar certos*

¹⁶⁶¹ TCL, 3º Juízo, *Proc. 14499/1949*, 10º vol., Abril de 1948 – Para o Secretariado...

problemas do nosso Partido aí que antes punhas”¹⁶⁶², escrevia-lhe Júlio Fogaça em nome do Secretariado.

E acrescentava – *“A marcha triunfal dos acontecimentos irá exigir de ti, para o futuro, maior soma de trabalho, mais espírito de iniciativa e maior dedicação. O nosso Partido pensa estreitar cada vez mais os laços que o prendem aos partidos irmãos...”*, ainda que reconhecesse a necessidade de tomar medidas de apoio concretas, pois *“A Direcção do nosso Partido estuda neste momento a forma de te poder vir a dar para o futuro um auxílio mais substancial, de forma a podermos melhorar eficientemente as nossa relações com os partidos irmãos”*¹⁶⁶³.

Assim, quando Manuel Valadares é eleito membro suplente do Comité Central no V Congresso do PCP já era, havia vários anos, representante do Partido Comunista em França e junto do PCF.

No entanto, ao longo dos anos 50, não se pode falar propriamente de um aparelho do PCP no exterior, isto é, vários quadros que lhe conferissem alguma densidade orgânica, com divisão de tarefas e de responsabilidades, regularmente submetido ao controlo vertical, mas antes de uma estrutura muito embrionária e muito débil, ainda que a importância da inserção formal do PCP no movimento comunista internacional se colocasse com recorrente ênfase.

Até 1954, ou inícios de 55, Valadares esteve de facto sozinho e só nesse ano chegou a França um membro do Comité Central funcionalizado, para assumir a tempo inteiro essas funções. Tratava-se de Pedro Soares, que após se evadir das prisões privativas da PIDE no Porto vai para Paris, onde assume as funções de representante do PCP.

Assim, enquanto Valadares se parecia empenhar sobretudo nas tarefas do Conselho Mundial da Paz; Soares, parece mais concentrado em dar consistência à plataforma de Paris para os contactos com o movimento comunista internacional e controlando ainda Valadares e o grupo de intelectuais comunistas aí exilados e que participavam nas organizações kominformianas, vindo a ser aí substituído nessas funções em 1957-58 por Alexandre Castanheira, também do Comité Central¹⁶⁶⁴.

Em França não havia propriamente uma organização do PCP, pois os emigrantes comunistas não se organizavam nos seus partidos comunistas de origem, mas no PCF. Para o Partido Comunista Francês, na tradição do Komintern, se em cada país só podia

¹⁶⁶² Cópia de carta de Ramiro [Júlio Fogaça] a Novais [Manuel Valadares], *Querido camarada*, s.d., p. 1

¹⁶⁶³ *Idem*, p. 3

¹⁶⁶⁴ Alexandre Castanheira, *Outrar-se*, 2003, Campo das Letras, Porto, 2003, p. 110

haver um Partido Comunista, não havia lugar a outros PC's organizados entre a força de trabalho emigrada, o que era respeitado pelo PCP, mas, curiosamente, não pelo PC de Espanha. No PCF, os emigrantes organizavam-se segundo grupos de língua, quer ao nível nacional quer das federações regionais.

Enquanto se mantém em Paris, Castanheira participa na delegação portuguesa que vai ao V Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha e ao XI congresso do PC da Checoslováquia, ainda que a participação nesses congressos não estivesse propriamente reservada a representantes no exterior, verificando-se a presença de dirigentes no interior nessas grandes reuniões internacionais, como Júlio Fogaça na reunião dos PCs da Europa Capitalista ou Dias Lourenço no XX Congresso do PCUS.

Mas em 1961, Sérgio Vilarigues será enviado para Paris, sendo o primeiro membro dos órgãos executivos do Comité Central a ser colocado nestas funções.

Evidentemente que se essa medida se podia destinar a proteger o dirigente de primeira linha que durante mais tempo havia vivido clandestinamente no interior do país, representava, por outro lado uma atenção acrescida à representação partidária no exterior.

A fuga de Peniche e a intensificação da repressão levam à reavaliação da ideia, que era uma espécie de ponto de honra do partido, de que a Direcção devia estar toda no interior do país, ganhando peso a ideia de ter um corpo de dirigentes no exterior, úteis aliás em todo um conjunto de tarefas de carácter externo e internacional.

É nesta base que, na eminência de uma nova prisão, é decidida a saída de Álvaro Cunhal do país, iniciando-se a partir daí a constituição de um verdadeiro aparelho no exterior, que se vai estruturando entre 1961 e 1964-65.

Segundo Rádio Moscovo ¹⁶⁶⁵, Cunhal chega à capital soviética a meio de Setembro de 1961, sendo recebido por Mikhail Suslov, o mesmo secretário do CC do PCUS responsável pelas relações internacionais com quem reunira em 1948.

Mais tarde, sob efeito de várias críticas, algumas tecidas a partir do interior do país, que entendiam que a presença de Cunhal na União Soviética não era adequada pela distância, a que o próprio seria inclusivamente sensível, e também porque a distância tornava menos operativas as suas funções como dirigente activo do partido, verifica-se a sua instalação em Paris, onde permanecerá até ao 25 de Abril, ainda que deslocando-se com frequência entre os vários países de “democracia popular” e entre vários

¹⁶⁶⁵ Cf IANTT, AOS/CO/PC-81, Pasta 1/2/66, PIDE, Serviços de Rádio. Escuta. Posto de Lisboa, 19 de Setembro de 1961. **Noticiário. O Secretário da Comissão Central do PC Português chegou à União Soviética**

continentes, contactando comunidades de exilados e participando em actividades e iniciativas do movimento comunista internacional.

Os desastres ocorridos em Dezembro de 1961 numa altura em que Cunhal já se encontrava fora do país, levam à importante decisão de colocar a maioria do Secretariado no exterior, criando-se uma Comissão Executiva para dirigir o partido no interior, cujo responsável era também membro do Secretariado, mas o único no interior.

Esta transferência do Secretariado, que se instalaria em Paris, implicava uma estrutura de apoio específica, por mais pequena que fosse, o que conferia à capital francesa uma importância acrescida no contexto deste conjunto de dispositivos, que excedia agora largamente a mera permanência de um dirigente para participar nos congressos e encontros de partidos comunistas.

Nestas circunstâncias, a actividade do Secretário-Geral era apoiada por um conjunto de quadros. Margarida Tengarrinha, por exemplo, desenvolveu durante um ano essa actividade na preparação do importante informe apresentado por Álvaro Cunhal à reunião do CC de Abril de 1964 – o *Rumo à Vitória*¹⁶⁶⁶.

Com a constituição da FPLN, o PCP manteve entre Paris e Argel vários dirigentes que asseguraram a sua representação na organização, como Joaquim Gomes, Pedro Soares e Pedro Ramos de Almeida.

Além dessas funções, a capital francesa tornar-se-ia ponto de passagem de quadros e delegações vindas do interior e em trânsito para Moscovo ou para os países de “democracia popular”, o que só se conseguia assegurar com o apoio activo do PC francês, que constituiu assim um esteio fundamental do aparelho exterior do PCP.

Os grupos de quadros idos do interior do país que a União soviética passa a receber com alguma regularidade a partir de 1961 para frequentar cursos de formação política em várias instituições soviéticas, implicavam, pelo número de participantes, um apoio directo do PCF para a resolução de problemas logísticos – recepção dos militantes, acolhimentos em casas de militantes franceses, substituição de documentos de identificação ou de vistos para o trânsito para leste ou fundo de maneo inclusivamente para pequenas despesas de viagem.

Por outro lado, o transporte de documentação, desde imprensa clandestina aos relatórios e outros materiais, realizado periodicamente entre os dois países fazia-se em fundos falsos de malas ou de bagageiras de carros.

¹⁶⁶⁶ Cf Margarida Tengarrinha, *Quadros...*, p. 115

A circulação de militantes, quadros e dirigentes para Moscovo não se fazia directamente a partir de Paris, mas através de Praga que, por isso mesmo, implicava igualmente a existência de um pequeno aparelho.

Em finais de 1955, ainda que por motivos de doença, José Gregório, secretário do CC durante muitos anos, fixara-se na Checoslováquia para tratamento e aí permaneceria até morrer, desenvolvendo pelo menos durante os primeiros anos tarefas internacionais. Entre 1959 e 1962, Georgette Ferreira, do CC, havia igualmente estado em Praga para tratamento, em consequência da prisão e aí desempenharia também estas funções. Mas será Cândida Ventura, que se instala em Praga em 1965, que vai formalmente assegurar a representação do PCP junto do PC Checoslovaco e na Redacção da *Revista Internacional Problemas da Paz e do Socialismo*, a revista do Movimento Comunista na sua fase pós kominformiana.

A permanência destes quadros, quer em Praga quer noutros países de “democracia popular”, era custeada pelo PCs locais. Cândida Ventura, por exemplo recebia do partido checoslovaco um salário de 2200 coroas, bastante acima do salário médio do país, e um subsídio mensal de 1500 para despesas relacionadas com a representação do PCP, enquanto o seu alojamento era cedido pela Cruz Vermelha do país ¹⁶⁶⁷.

No trânsito para Moscovo, à passagem por Praga, as delegações e dirigentes eram recebidos por Cândida, que os encaminhava em regra para o Hotel Praga, que funcionava como o grande alojamento do regime, disponibilizado também aos partidos irmãos. Aí ficava também alojado Cunhal sempre que passava pela cidade.

Todavia, Cunhal, nos anos que viveu em Moscovo, designadamente em 1961, recebia um subsídio de 500 rublos mensais, o que correspondia a quatro salários médios da União Soviética, com autorização para frequentar o refeitório do Kremlin, a que apenas tinha acesso a elite dirigente do PCUS.

Em finais de 1964, o Secretariado do PCUS satisfaz o pedido do PCP para atribuir ao seu Secretário-Geral um apartamento amplo na zona residencial de Moscovo.

Mas a situação não seria igual para todos os dirigentes comunistas portugueses instalados em Moscovo. Francisco Miguel, por exemplo, que por esses anos residia aí, recebia um subsídio mensal de 180 rublos, vivendo num pequeno apartamento ¹⁶⁶⁸.

¹⁶⁶⁷ Cf Linda Kunderátová, *Os contactos da oposição portuguesa antislazarista com a Checoslováquia entre 1933-1974. Contribuição para o estudo das relações luso-checas*, Praga, Faculdade de Letras da Universidade de Karlova, 2003, p. 15

¹⁶⁶⁸ Cf Paula Serra, *A minha vida em Moscovo*, in *Visão*, de 10 de Novembro de 1994

Neste eixo Paris-Praga-Moscovo, considerando a Roménia com a Rádio Portugal Livre, estruturaram-se os principais aparelhos do PCP no exterior, aparelhos orientados para as relações com o movimento comunista internacional, para a formação de quadros, para acolher dirigentes saídos da prisão e a necessitarem de um período de tratamento ou de descanso antes de retomarem o trabalho partidário no país, para a realização de reuniões do Comité Central ou de congressos, como o VI, realizado em Kiev, para a captação de fundos ou de apoios de natureza técnica ou para a propaganda dirigida ao interior.

Depois de Dezembro de 1962, as reuniões do Comité Central passaram a realizar-se em Moscovo, como a de Agosto de 1963; em Praga, como a de Abril de 1964 ou em Paris.

Estas tarefas passaram nos anos 60 a ser asseguradas por dirigentes do PCP, que não se consideravam exilados, mas militantes no cumprimento de uma função ou tarefa partidária, embora, na realidade, o universo e o ambiente em que se movimentavam fosse de facto o do exílio.

Mas, a montante destes dispositivos, era indispensável a existência de um aparelho de fronteira que permitisse a saída e entrada de quadros e dirigentes comunistas que, com regularidade e frequência tinham de ser colocados no exterior ou de se deslocar ao estrangeiro para as mais variadas tarefas.

A existência de um aparelho de fronteiras ou, pelo menos, de um aparelho de apoio à circulação de quadros é conhecida desde os anos trinta e foi-se aperfeiçoando depois da “reorganização”, ainda que sofrendo as oscilações decorrentes da pressão repressiva.

Basicamente, este dispositivo podia assentar em vários locais da raia fronteiriça, sendo directamente controlado por elementos da Direcção partidária, designadamente por aqueles que controlavam a respectiva área geográfica, havendo um responsável ao nível do Secretariado, que pelo fim dos anos 50 foi Sérgio Vilarigues¹⁶⁶⁹.

A responsabilidade directa era atribuída normalmente a um militante local, normalmente em situação legal, que era controlado individualmente, de modo a blindar ao máximo o conhecimento do dispositivo, que, por sua vez, tinha contacto com passadores que era quem conduzia no terreno a operação de passagem da fronteira.

O militante responsável pela operação acolhia os quadros a fazer sair do país, ligava-os ao passador que os colocava do lado de lá da fronteira, podendo ele próprio,

¹⁶⁶⁹ Cf. Margarida Tengarrinha, *Quadros da Memória...*, p. 43

ou outro igualmente legal, irem pelos seus próprios meios e munidos da sua própria documentação aguardar já em território espanhol os que haviam atravessado clandestinamente a fronteira, para depois os encaminharem a uma localidade ou a um meio de transporte através do país vizinho.

Em 1960, após a fuga de Peniche foi entendido colocar no exterior Francisco Miguel, que havia sido particularmente penalizado por longas e sucessivas prisões. O ponto de saída era na região de Elvas, conduzido por um militante natural de Vila Boim a trabalhar em Lisboa, que conhecia bem a zona. A escassas dezenas de metros do Caia, cujo curso separava os dois países, são surpreendidos pela Guarda Fiscal, levados ao posto e entregues à PIDE.

Os guardas fronteiriços estavam longe de suspeitar que tinham surpreendido um importante dirigente do PCP a tentar sair do país ¹⁶⁷⁰ e que tinham, por extensão, desmantelado o aparelho de fronteira mais seguro ao tempo ¹⁶⁷¹.

Joaquim Baluarte Gonçalves, fora recrutado para o PCP no ano anterior quando trabalhava nas pedreiras de Pêro Pinheiro. Ilídio Esteves o dirigente que o havia recrutado sabia tratar-se de um homem da raia e daí um passo para dar corpo a um aparelho de fronteira na zona de Elvas.

Entre Março e Julho de 1960, nos meses em que o PCP se apoiou nele para esta tarefa, conseguiu fazer do país Pedro Soares, e, depois, em finais de Junho, José Alves, o guarda da GNR que garantira a fuga de Peniche.

Para realizar cada operação, Baluarte Gonçalves ia de camioneta até Elvas para se encontrar na estrada do Caia com um elemento que vivia na zona e actuava consigo. Neste tipo de operações podiam ser utilizados um ou dois carros.

No caso de Francisco Miguel, seriam utilizados dois carros. Um, transportando-o até ao encontro com Gonçalves e outro para aguardar pelo dirigente comunista do outro lado da fronteira ¹⁶⁷².

O desmantelamento deste aparelho de fronteira numa altura em que se intensificavam as ligações ao exterior impunha a sua rápida reorganização, de que foi incumbido Rui Perdigão, que asseguraria a saída de Cunhal do país no verão de 1961. Antes, o próprio Perdigão e a sua companheira passariam ao exterior, pelo norte, através

¹⁶⁷⁰ Cf. Francisco Miguel, *Uma vida na Revolução*, Porto, "A Opinião", 1977, pp 140-141

¹⁶⁷¹ Cf. Rui perdigão, *O PCP visto...*, Lisboa, Fragmentos, 1988, p. 50

¹⁶⁷² Cf. IANT, PIDE-DGS, *PC 779/60, Autos de Perguntas a Joaquim Manuel Baluarte Gonçalves*, em 25 e 26.7.60, [21-24] e [26-28]

do aparelho organizado em torno de Manuel Gonçalves Porto Maia, um proprietário de Vila do Conde.

Maia recebia os elementos a transpor em sua casa de Vila do Conde, encaminhando-se com eles para Vitela Seca, no concelho de Chaves, onde, articulado com a proprietária de uma pequena serração de madeiras, dois passadores locais asseguravam o salto.

O próprio Maia atravessava legalmente, pelos seus meios, a fronteira por Vila Verde da Raia ou Vilarelho da Raia, indo aguardar os elementos que haviam passado a salto em local previamente combinando, encaminhando-os a Verín. Este aparelho funcionou durante três anos, até Julho de 1963, quando Maia Porto foi preso ¹⁶⁷³, ainda que um aparelho por esta zona tenha subsistido até mais tarde ¹⁶⁷⁴. Por aqui circularam muitos dos elementos que em 1962 foram a Moscovo frequentar um curso de quadros.

O aparelho de fronteiras implicava despesas significativas na sua manutenção, pois os passadores, alheios ao partido, eram pagos em igualdade de circunstâncias ao de qualquer outro que recorresse aos seus serviços.

Manuel da Silva, que a partir de 1964 é responsável por esse aparelho, reconhece que *“Trabalhámos com alguns passadores que não sabiam quem nós éramos. Só à custa de dinheiro eles faziam essa tarefa”* ¹⁶⁷⁵.

Se em 1960, Joaquim Baluarte Gonçalves receberia 500\$00 por cada indivíduo que passava ¹⁶⁷⁶. Mais tarde, Manuel da Silva refere que cada passador podia exigir pelo serviço *“1500\$00, 2500\$00 e até 4000\$00, dependia do número de camaradas que passavam”* ¹⁶⁷⁷.

Porém, na passagem de fronteiras utilizou-se também a via marítima, com o partido a apoiar-se na sua organização no Algarve, dispondo por exemplo de um barco com matrícula de Portimão ¹⁶⁷⁸.

Nalguns casos, os meios mobilizados representariam despesas ainda mais substanciais, como a que necessariamente foi necessário despender em Junho de 1962 com a operação que colocou fora do país Agostinho Neto e Vasco Cabral, que iam

¹⁶⁷³ Cf. IANTT, PIDE-DGS, *P. 641/GT, Autos de Perguntas a Manuel Gonçalves Porto Maia*, em 31.7, 9.8 e 26.10.63, [12-13], [10-11] e [7-9]

¹⁶⁷⁴ Cf. ATCL, 4º Juízo Criminal, *Processo 166/66* [45076], *Autos de Perguntas a Gaspar Pereira Ferreira*, em 2.6. e 14.7.66, 23º vol., pp 1397-1400 e 1464-66

¹⁶⁷⁵ Manuel da Silva, *30 anos de vida e de luta na clandestinidade*, Lisboa, Edições Avante!, p. 61

¹⁶⁷⁶ Cf. IANT, PIDE-DGS, *PC 779/60, Autos de Perguntas a Joaquim Manuel Baluarte Gonçalves*, em 25.7.60, [21-24]

¹⁶⁷⁷ Manuel da Silva, *30 anos de vida...*, p. 62

¹⁶⁷⁸ Cf. Margarida Tengarrinha, *Quadros da memória...*, p. 43

passar a assumir destacadas funções como dirigentes de movimentos de libertação nacional de Angola e da Guiné. Neto ia inclusivamente acompanhado da sua mulher e dos dois filhos ainda muito pequenos.

Para o feito foi necessário comprar um pequeno iate de recreio a motor que partiu da doca de Pedrouços, em Lisboa, bordejou a costa portuguesa, prosseguindo até à baía de Cádiz, atravessando em seguida o estreito em mar turbulento, de modo a que os passageiros desembarcassem na baía de Tarifa. José Nogueira, oficial de administração naval e o dirigente do PCP Jaime Serra, que conduziram a operação, regressariam de imediato, tendo percorrido 600 milhas em quatro dias ¹⁶⁷⁹.

Porém, a montante do aparelho de fronteiras era necessária uma estrutura de apoio à falsificação de documentos que, evidentemente, servisse também, ou sobretudo, todo o aparelho clandestino no interior. Era necessário falsificar passaportes, bilhetes de identidade, cartas de condução, de velocípede, toda a sorte de documentos necessários a uma identificação falsa que pudesse iludir a vigilância policial.

Quando, no início de 1955, Pires Jorge é incumbido de convidar José Dias Coelho e Margarida Tengarrinha para passarem à clandestinidade, o partido tem precisamente em vista a criação de uma oficina de falsificações, escolhendo para o efeito dois quadros recentemente saídos da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, que se haviam destacado na actividade do MUD Juvenil.

Um escultor e uma pintora, que se vinham interessando pelas técnicas de gravura, tinham o perfil que mais se adequava ao efeito pretendido, retirando desse interesse e conhecimento também experiência para que, fosse em metal ou em linóleo, se conseguissem impressões muito perfeitas dos carimbos ou dos selos brancos quer utilizados pelo regime quer pelas autoridades espanholas e de alguns países do norte de África.

Para além disso, a oficina dispunha de equipamento fotográfico, meio essencial a combinar com os restantes elementos indispensáveis à falsificação dos documentos de identificação ¹⁶⁸⁰.

Durante praticamente seis anos, Dias Coelho e Margarida Tengarrinha organizaram meticulosamente esta oficina, com *“um armário que fazia as vezes de Arquivo de Identificação, Governo Civil, Direcção-Geral de Trânsito e Posto de Fronteira, com gavetas arrumadas por assuntos e os vários carimbos e selos em branco*

¹⁶⁷⁹ Cf. Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber... o que custou a liberdade*, Lisboa, Edições Avante!, 2004 (2ª edição), pp 173-184

¹⁶⁸⁰ Cf. Margarida Tengarrinha, *Quadros da memória...*, pp 41-47

prontos para «validar» qualquer documento necessário. Seria agora mais fácil ir refazendo o material, à medida que os carimbos e selos em branco fossem alterados pelos serviços oficiais e das várias fronteiras” ¹⁶⁸¹

Em finais de 1960, inícios de 61, ambos serão transferidos de sector, passando Dias Coelho a desempenhar tarefas de controlo organizativo na região de Lisboa e as suas funções anteriores são atribuídas a Júlio Silva Martins, um engenheiro agrónomo que tivera funções dirigentes nos últimos tempos do MND, e sua companheira, Natália David Campos, que actuara também naquele Movimento e, depois, no sector intelectual do Porto.

No entanto, a instalação clandestina que ocupavam, em Linda-a-Velha, será assaltada pela polícia em Dezembro desse ano e ambos presos, no quadro da grande vaga repressiva que se abateu sobre o PCP na qual seria inclusivamente assassinado José Dias Coelho.

No assalto à casa a polícia apreendeu um importantíssimo acervo pacientemente reunido por Dias Coelho e Margarida – selos brancos, impressos para Bilhete de Identidade, cartões de sindicatos, passaportes em branco, cartas de condução, fotos de vários dirigentes comunistas, todo o material necessário ao laboratório fotográfico, dezenas de zincogravuras de organismos oficiais ou carimbos falsos ¹⁶⁸².

Margarida Tengarrinha, abalada pela morte trágica do seu companheiro seria ainda chamada para reorganizar a oficina de falsificações, respondendo a solicitações prementes em condições ínfimas. Tratando-se necessário, por exemplo, arranjar um cartão de identidade falso para Blanqui Teixeira que regressara ao país depois de um período no exterior e ia assumir tarefas em aberto com a prisão de Octávio Pato, Margarida refere que “*o selo em branco sobre a fotografia do bilhete de identidade foi vincado com instrumentos rudimentares, uma agulha de tricot e uma vareta de guarda-chuva, sobre camadas de mata-borrão humedecido*” ¹⁶⁸³.

Durante vários meses Margarida Tengarrinha trataria de apoiar directamente a reorganização e reequipamento da oficina de falsificações, preparando um novo quadro para o desempenho dessas tarefas, recaindo essa tarefa em Américo Leal, operário corticeiro e membro do CC ¹⁶⁸⁴, um dos raros quadros de Direcção que mais prolongadamente escapou à prisão, nunca tendo sido preso enquanto funcionário

¹⁶⁸¹ **Idem**, p. 91

¹⁶⁸² Cf. IANTT, PIDE-DGS, PC 1082/61, **Auto de Busca e Apreensão** em 15.12.61, [13] e **Auto de Arrolamento**, em 19.12.61, [22-37]

¹⁶⁸³ Margarida Tengarrinha, **Quadros da Memória...**, pp 96-97

¹⁶⁸⁴ Cf. **Idem**, p. 96

clandestino, o que permitiu também que esse aparelho permanecesse doravante incólume.

4. As finanças

Ainda que os primeiros Estatutos pós-reorganização apenas tivessem existência formal bastante tardia, com o V Congresso, a prática existente sempre foi a de aplicar o preceito leninista de que a condição para ser militante do partido era aceitar os estatutos, militar numa organização e pagar regularmente uma quotização. Do entrelaçamento deste triplo vínculo organizacional consagrava-se igualmente o princípio do auto-financiamento partidário.

Na rotina das reuniões dos organismos a recolha de quotas e fundos ocupava um lugar de destaque. Era aliás objecto de controlo rigoroso, que se repetia verticalmente de escalão em escalão, da base ao topo.

A quota paga pelo militante era assim o elo material que o ligava à organização. A condição social de cada um podia determinar a variação no valor dessa quota, normalmente ajustado com o controleiro, sem dar lugar a situações de excepção. Parece, contudo haver uma tendência para uma padronização desses valores, que se manteve duradouradamente.

É certo que no pico do grande abalo organizativo suscitado pela vaga repressiva de 1949, as receitas provenientes da quotização tinham sofrido um enorme abalo no ano seguinte, pelo que se havia determinado uma quota mínima obrigatória de 8\$00, duplicando o montante anteriormente estabelecido; todavia a medida, completamente formal e ditada por dificuldades que não consideravam devidamente a situação real, não produziram efeito, assistindo-se, pelo contrário, a uma retracção por parte de sectores de militantes ao pagamento da nova quota ¹⁶⁸⁵.

Em 1949, na região designada por Arredores de Lisboa, que chegava a Leiria, as quotizações dos trabalhadores rondavam os 2\$00/2\$50, valores que tanto eram pagos por um funcionário público de Alcobaça como por um vidreiro da Marinha Grande ou um mecânico de limas de Vieira de Leiria, embora, na mesma na mesma região, houvesse militantes a pagar quotizações francamente superiores – um comerciante de

¹⁶⁸⁵ Cf. IANTT, PIDE-DGS, P. 174/GT, *Cotizações*, in *PCP*, s.d., dact., [76]

Alcobaça tanto podia pagar 20\$00 como outro 5\$00, dependendo obviamente das suas possibilidades ou do seu fervor militante.

São valores que se mantêm por alguns anos. Em 1951-52, 2\$50 é com quanto ainda contribui mensalmente um corticeiro ou um pedreiro de Alhos Vedros ou um alfaiate de Fafe, mesmo que o dobro desse valor possa ser pago por um corticeiro de Santiago do Cacém, por um operário do Barreiro ou por um sapateiro de Pevidém, no concelho de Guimarães.

Alguns anos mais tarde, em 1958-60, um funcionário público, catalogador nos Hospitais Cívicos de Lisboa ainda pode pagar uma quota de 5\$00, mas revela-se alguma tendência para um natural aumento, ainda que nos meios rurais essa tendência fosse bastante mais lenta. No Couço, em 1960, se havia assalariados agrícolas a pagar uma quota de 5\$00, outros não ultrapassavam os 3\$00.

Tratava-se de um quadro geral muito diversificado, de difícil, ou mesmo impossível padronização. Em 1961, a quota praticamente comum dos militantes do Comité Local de Ermidas, no concelho de Santiago do Cacém, quase todos moageiros, era de 5\$00, embora essa fosse já a quantia com que contribuíam os membros do Comité Local de Lagos dez anos antes.

A recolha de quotizações e fundos era publicada regularmente no *Avante!*, muitas vezes como suplemento, correspondendo em regra cada rubrica a um organismo partidário. A designação dessas centenas de rubricas variava entre frases como, “*Sempre combatentes*”, “*Pela insurreição popular*”, simplesmente “*Pátria*” ou designado dirigentes presos – “*Álvaro Cunhal*”, “*José Vitoriano*”, “*Sofia Ferreira*”...

Em 1950/51, as organizações nas colónias, cujos contributos eram registados na imprensa do partido sob as rubricas “*Libertação Nacional*” ou “*Unidade Nacional*” eram particularmente importantes. No caso da rubrica “*Libertação Nacional*”, os contributos ascendem, apenas durante o ano de 1950, a 90.500\$00, quantia efectivamente apreciável, com a seguinte distribuição:

Quadro 24

Rubrica “*Libertação nacional*” no *Avante!* em 1950

Avante nº	Mês	Libertação Nacional	Total	% rubrica
147	Maio	56500\$00	175839\$80	32,1%
150	Agosto	7000\$00	48225\$20	14,5%
152	Outubro	14000\$00	58321\$70	24%
153	Novembro	6000\$00	42796\$50	14%
154	Dezembro	7000\$00	66052\$80	10,6%
Total		90500\$00	294785\$60	30,7%

Fonte: *Avante!*, VI série

Em 1950, esse organismo partidário viu consignados treze lançamentos, o que corresponde a uma média de quase 7.000\$00 por lançamento. O seu peso relativo no conjunto das contribuições registadas na imprensa faz com que essa contribuição represente uma parcela importante na contabilização das receitas partidárias, num quadro afinal efectivamente baixo, em larga medida resultante das dificuldades de vida da maior parte do corpo partidário.

Mas havia também contribuições individuais de monta, como a do pai de Guilherme da Silva Carvalho, corretor da bolsa do Porto, que contribuía pelo início dos anos 50 com 5.000\$00 mensais ¹⁶⁸⁶.

A recolha de fundos podia ter ainda um carácter extraordinário, como sucedeu com Júlio Fogaça, oriundo de uma próspera família de agricultores do Cadaval, que pelo início dos anos 50 tentava obter da família a expressiva quantia de 50.000\$00 ¹⁶⁸⁷, tendo, anos mais tarde, vindo a doar ao PCP a herança que recebeu ¹⁶⁸⁸. Também ao longo dessa década, a família Perdigão – Rui, sua mulher, mãe e irmão – doou uma quantia muito substancial, que permitiu reconfortar as contas partidárias ¹⁶⁸⁹.

Esta recolha de fundos que obviamente se fazia ainda nas orlas de influência do partido pôde, em certas alturas, obter contribuições mesmo entre opositoristas não comunistas que no contexto da guerra fria assumiram posicionamentos fortemente anti-soviéticos, como Vasco da Gama Fernandes ou Barbosa de Magalhães ¹⁶⁹⁰.

Em meados dos anos 60, era muito corrente que os funcionários, seguindo orientações centrais, escrevessem a militantes desligados ou que se haviam afastado apelando a que contribuíssem para o partido, como refere Manuel Mendes Colhe, um quadro clandestino que em 1965 actuava na região Oeste ¹⁶⁹¹.

Na estrutura das receitas do PCP, a venda da imprensa constituía um capítulo com um peso quantitativo relativamente secundário, embora revestido de dimensão simbólica importante ¹⁶⁹², pois apenas uma pequena parte dos exemplares distribuídos era efectivamente paga. Em 1956, por exemplo, apenas terias sido paga 39% da

¹⁶⁸⁶ **Idem**

¹⁶⁸⁷ **Idem**

¹⁶⁸⁸ Cf. Rui Perdigão, *O PCP visto por dentro...*, p. 16

¹⁶⁸⁹ **Idem**

¹⁶⁹⁰ Cf. IANTT, PIDE-DGS, P. 174/GT, *Cotizações...*

¹⁶⁹¹ Cf. IANTT, PIDE-DGS, *P. 470/GT, Auto de Perguntas a Manuel Mendes Colhe*, em 16 de Outubro de 1965, [116-118]

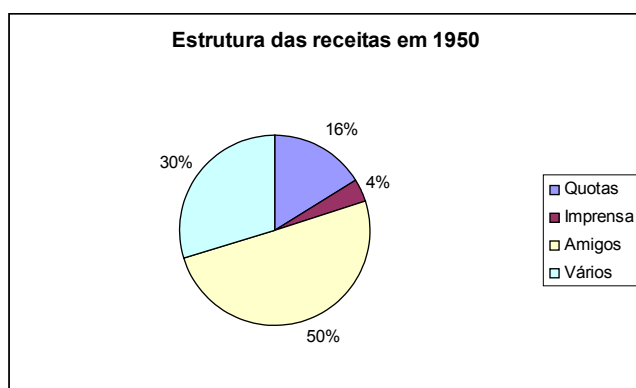
¹⁶⁹² Cf. Ramiro, *A evolução das receitas e despesas do Partido*, Agosto de 1955, dact., p. 1, in TCL, 2º JC, *P. 36/61*, 2º vol., apenso a fls 99

imprensa distribuída, o que corresponderia a um défice de 73000\$00 e a uma substantiva regressão quando comparada com dez anos antes ¹⁶⁹³.

Ainda nas receitas, incentivava-se a recolha de fundos através de iniciativas locais que podiam não revestir um carácter político aberto, como venda de rifas, organização de bailes e jogos de futebol, montagem de barracas de petiscos em feiras. Esta fonte de receita era bastante expressiva. Em 1948 representava 25,6% do total das receitas, ascendendo a 237.644\$45, cerca de metade do valor das quotizações desse ano.

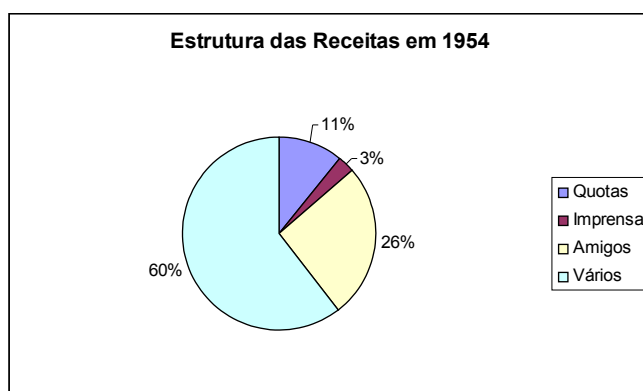
Situação semelhante se verifica na estrutura das receitas em 1950 e em 1954 :

Gráfico 7



Fonte: Ramiro, A evolução das receitas e despesas do Partido, Agosto de 1955

Gráfico 8



Fonte: Ramiro, A evolução das receitas e despesas do Partido, Agosto de 1955

¹⁶⁹³ CF IANTT, PIDE-DGS, NP 9076, [97]

Assim, nem as quotas nem a imprensa constituíam o essencial das receitas (ambas representando 20% em 1950 e 14% em 1954). Estes capítulos eram, por outro lado, os mais permeáveis aos efeitos da repressão, pois o dismantelamento ou o isolamento de organizações inteiras reflectia-se automaticamente aí.

É junto das orlas de simpatizantes e amigos, em receitas extraordinárias provenientes de legados ou de donativos, como das múltiplas iniciativas tomadas na base do partido que radicava o essencial das receitas, fontes a que se poderia recorrer, mesmo em situações de maior dificuldade orgânica.

No período entre 1949 e 1965, o PCP recorreu ainda, por três vezes, a campanhas centrais de recolha de fundos. Em Março de 1949 terminara a campanha dos 100 contos; entre 1951 e 1953 decorreu a campanha dos 500 contos; a dos mil contos entre 1958 e 1960, a que se seguiu entre 1962 e 1964 uma nova campanha dos mil contos.

Sobre esta última campanha, uma circular da Comissão Executiva do Comité Central, de Abril de 1963, quando a campanha levava cinco meses de desenvolvimento, destaca a sua importância ao sublinhar uma quebra de receitas da ordem dos 40% e o consequente défice financeiro no ano de 1962, onde das quatro grandes Direcções Regionais apenas uma havia registado um saldo de 15%.

No entanto, a situação financeira em 1962 por comparação com o ano anterior e considerando as quatro grandes regiões mostrava um quadro menos grave. Em duas dessas regiões registara-se um aumento das quotizações recolhidas e uma situação semelhante no que se referia a contribuições dos simpatizantes e amigos e ao produto das iniciativas locais. E mesmo nas outras regiões as quebras não haviam sido propriamente significativas.

Quadro 25

Evolução das Receitas por Região

(1962 por comparação com 1961)

Regiões	Cotizações	Imprensa	Rubricas
Direcção Regional I	+ 40%	- 40%	+ 109%
Direcção Regional II	- 8%	- 12%	- 9%
Direcção Regional III	+ 70%	+ 26%	+ 28%
Comité Regional IV	- 13%	- 40%	- 9%

Fonte: Comissão Executiva do CC do PCP, **Circular para as Direcções Regionais e para todos os funcionários**, Abtil de 1963

Havia, evidentemente quebras assinaláveis. Na venda da imprensa assinalam-se recuos da ordem dos 40% em duas regiões, ainda que esse capítulo não fosse, em termos quantitativos, o mais significativo na estrutura das receitas.

A Circular parecia assim recorrer a números sem grande sustentação quando comparados com os dados de balancete disponíveis, parecendo antes servir-se desses números para tocar a rebate por uma mais intensa recolha de fundos, com o que isso implicava de reforço organizativo, considerado sempre bastante aquém das possibilidades reais.

No fundo, a circular reclamava um conjunto de medidas de carácter organizativo e de iniciativa na recolha acrescida de fundos, defendendo, por exemplo, um controlo mais apertado sobre as despesas dos funcionários, que era quem, ao fim e ao cabo, geria com alguma margem de autonomia os fundos captados nos respectivos sectores. Mas, reconhecia, por outro lado, que *“Só na medida em que se conseguir um nítido aumento das receitas será possível levar por diante algumas medidas orgânicas, de agitação e outras que se encaram indispensáveis para o fortalecimento do Partido e uma sua maior influência em toda a actividade política. Foi tal preocupação que esteve na base da realização da Campanha dos Mil contos”*¹⁶⁹⁴

Mas o balanço de quase meio ano de campanha não era propriamente satisfatório. Até fins de Fevereiro de 1963 haviam-se apurado perto de 650 contos, o que reflectia a incapacidade de cada sector atingir os objectivos que tinha traçado. Apenas a Comissão Executiva, através dos contactos individuais que mantinha e no seu próprio aparelho logístico de apoio, tinha ultrapassado os 90% daquilo a que se havia proposto.

Para além da repressão, que dizimava organizações e desarticulava ligações, a Comissão Executiva entendia que a explicação para essa situação *“deve encontrar-se a principal razão na não compreensão da importância muito grande que a recolha dos Mil Contos tinha, e tem, para o trabalho do Partido”*¹⁶⁹⁵. Era o *Avante!* que não tinha sabido dar a devida projecção à campanha, a falta de empenhamento e de entusiasmo na recolha de fundos, as deficientes discussões sobre o assunto em muitos organismos ou a injustificada demora na distribuição dos materiais da campanha – listas e cupões.

Mas, ao mesmo tempo, reconhecia-se que recolher 650 contos em cinco meses era bastante animador, pelo que se reconhecia ser possível atingir o objectivo da

¹⁶⁹⁴ *Idem*, p. 1

¹⁶⁹⁵ *Idem*, p. 2

campanha rapidamente. Todavia, segundo os lançamentos parcelares registados na imprensa centra, apenas no início de 1964 é possível dá-la por encerrada ao atingirem-se 1.087.178\$30¹⁶⁹⁶.

Assim, a tendência verificada em Abril manter-se-ia. Para conseguir os remanescentes 35% seriam necessários 10 ou 11 meses, o dobro do tempo previsto.

Não admira que assim fosse, pois a absoluta necessidade de fundos para suportar a actividade partidária implicava insistência junto dos sectores tocados pelo partido, que regularmente eram já solicitados para as quotizações, donativos e outras iniciativas locais.

No seu conjunto e tanto quanto é possível apurar, as finanças partidárias tinham assinalado um confortável crescimento desde a “reorganização”. Se em 1942, as receitas eram de 67.988\$70, em 1948 eram de 927.502\$75, o que representava um extraordinário aumento superior a 1200%, mesmo descontando factores de constrangimento desse crescimento em conjuntura de guerra, designadamente os elevados índices de inflação. Obviamente que as despesas também aumentaram, mas da ordem dos 1000%, com saldo em 1943, 1944, 1945 e 1948.

Entre 1950 e 1954 esta situação financeiramente positiva mantém-se, apesar das dificuldades surgidas com a repressão por um lado e com o aumento do isolamento político em contexto de guerra fria, por outro. Nesses cinco anos, apenas num deles, 1952, o saldo foi negativo e, mesmo assim, de 3.800\$00, que representavam uma percentagem muito pouco expressiva, que não atingia os 0,4%.

Claro que as finanças do PCP acusaram esses factores agrestes, que foram abrandaram o ritmo de crescimento tendencial das receitas verificado desde a “reorganização”, como se pode verificar pela evolução das receitas gerais entre 1942 e 1954:

Quadro 26

Evolução das Receitas Gerais do partido desde a reorganização ¹⁶⁹⁷

¹⁶⁹⁶ Cf *Rubricas para os mil contos*, in *Suplemento ao Avante!*, VI série, 337, Janeiro de 1964

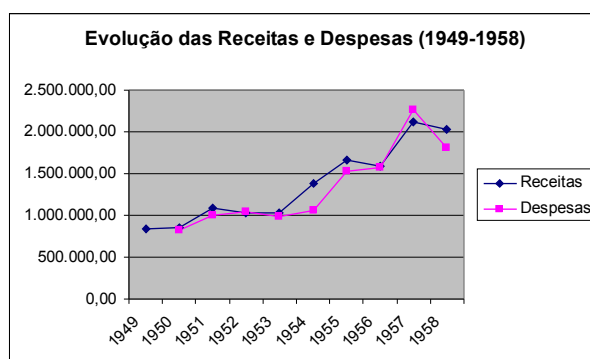
¹⁶⁹⁷ Ramiro, *A evolução das receitas e despesas...*, p. 7

Anos	Escudos
1942	67.988\$70
1943	106.225\$70
1944	268.118\$65
1945	531.964\$95
1946	738.373\$65
1947	842.669\$65
1948	927.502\$75
1949	840.587\$65
1950	859.442\$05
1951	1.094.847\$00
1952	1.035.802\$10
1953	1.031.805\$10
1954	1.387.648\$20

Fonte: Ramiro, A evolução das receitas e despesas do Partido, Agosto de 1955

Na realidade, nos anos de 1949 e 1950, anos particularmente difíceis na vida do PCP, a tendência vinda de 1942 retrai-se temporariamente, ainda que em níveis próximos dos de 1947, só vindo a saltar para montantes acima dos mil contos a partir de 1951 e duplicando essa ordem de valores seis anos mais tarde.

Gráfico 9



Fonte: **Mapa Geral das Receitas** e **Mapa Geral das Despesas** in TCL, 2º Juízo Criminal, *Processo* 92/62, 5º vol., apenso a fls 313 e 314, respectivamente

Assinala-se uma situação de superavite persistente no período entre 1949 e 1958, ainda que com saldos ligeiros, de que se exceptuam apenas os anos de 1952 e 1957, com défices de cerca de 4.000\$00 e 150.000\$00, respectivamente, o que significa, para o período considerado, um saldo médio anual praticamente da ordem dos 80.000\$00.

A contribuição do movimento comunista internacional para o PCP está longe de poder ser completamente contabilizada e, do ponto de vista estritamente financeiro, os quantitativos disponíveis reportam-se basicamente ao período pós-kominformiano, isto

é, a uma fase em que os dinheiros eram drenados em dólares por via do PC da União Soviética, no âmbito do Fundo Sindical de Assistência às Organizações Operárias de Esquerda, criado em 1950 por determinação directa de Staline. A decisão para a constituição deste Fundo teria decorrido de uma presumível, porque nunca mencionada, quarta Conferência do Kominform.

Esta Conferência, com carácter secreto, ter-se-ia realizado provavelmente em Bucareste ¹⁶⁹⁸, sobretudo para tratar de questões relacionadas com a reorganização do Kominform. O Fundo, efectivamente criado, era formalmente gerido pela Direcção do Kominform, embora as decisões práticas em matéria deste tipo de financiamentos dependesse do Departamento Internacional do PC soviético, com intervenção directa de Staline ¹⁶⁹⁹.

São sobretudo Partidos Comunistas europeus que primeiramente beneficiam deste financiamento.

Quadro 27

Ano de início do financiamento aos Partidos Comunistas Europeus

País	Ano
Austria	1950
Bélgica	1950
Dinamarca	1951
Espanha	1955
Finlândia	1950
França	1950
Grécia	1950
Inglaterra	1950
Irlanda do Norte	1961
Itália	1950
Islândia	1955
Luxemburgo	1951

¹⁶⁹⁸ Cf. Lilly Marcou, **Le Kominform**, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977, pp 110-112

¹⁶⁹⁹ Cf. Valério Riva, **Oro da Mosca**, Verona, Oscar Mondadori, 2002, p. 32

Noruega	1950
Portugal	1955
Suécia	1951

Fonte: Valério Riva, **Oro da Mosca**, Verona, Oscar Mondadori, 2002, p. 32

O PCP, provavelmente devido à sua escala, ao seu lugar periférico no sistema e ao seu percurso nos últimos anos da Internacional Comunista, só vem a beneficiar desses fundos a partir de 1955.

Das listagens que é possível apurar, particularmente para o período final que aqui consideramos, isto é, entre meados dos anos 50 e 1965, que no essencial corresponde ao período Krutcheviano, podemos ver como o PCP recebe montantes modestos comparativamente com os Partidos Comunistas de França e Itália. Em 1955, data do primeiro registo considerado, o PCI recebe 264 vezes mais que o português e o francês 120 vezes mais. E no que se refere a Itália, não se consideraram sequer os financiamentos a um conjunto de outras organizações e personalidades da orla do PCI ou da área socialista.

Esta relação tenderá a baixar, mantendo-se no entanto sempre em níveis abismais. Só em 1957, ano em que se regista o montante mais alto atribuído ao PCP essa relação se modera, mas, mesmo assim, com o PCF a receber cerca de 17 vezes mais e o PCI quase 45 vezes mais.

Quadro 28

Financiamento do movimento comunista internacional aos Partidos Comunistas da Europa Ocidental em USD

	Total do Fundo	PCP	PCE	PCF	PCI
1955	5.000.000	10.000	50.000	1.200.000	2.640.000
1957	5.500.000	70.000		1.200.000	3.135.000
1959	9.000.000	35.000		1.500.000	4.250.000
1960	9.050.000	60.000		1.500.000	5.200.000
1961	10.500.000	50.000		1.500.000	4.000.000
1962	11.050.000	60.000		1.500.000	5.200.000
1963	14.305.000	50.000		1.500.000	5.000.000
1965	15.750.000	50.000	50.000	2.000.000	5.600.000
Totais	80.155.000	385.000	100.000	11.900.000	35.025.000

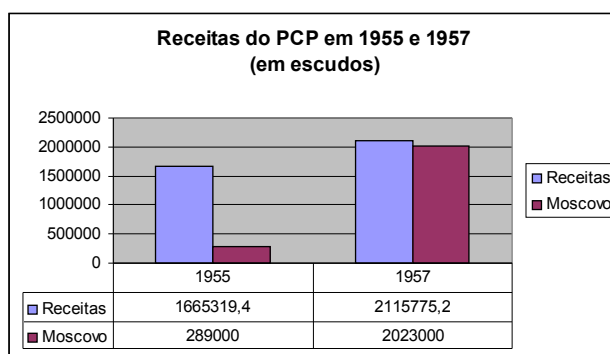
Valério Riva, **Oro da Mosca**, Verona, Oscar Mondadori, 2002

Nestes anos e através deste Fundo de Assistência, o PCUS drenou para a Europa Ocidental 47,36 milhões de dólares americanos, representando 59% dos cerca de 80 milhões de dólares de financiamento global registado.

Isto significa que, desse montante, o PCP recebe menos de 0,5% e, no contexto do financiamento aos partidos da Europa Ocidental, apenas em 1957 ultrapassou 1% do valor atribuído.

De qualquer modo, 385 mil USD nos anos de 1955-1965 é, apesar de tudo e para o nível de vida em Portugal uma soma significativa.

Gráfico 10



Fonte: **Mapa Geral das Receitas e Mapa Geral das Despesas....**e Valério Riva, **Oro da Mosca...**

Com um câmbio relativamente estável do escudo em relação ao dólar¹⁷⁰⁰, estes financiamentos atingindo um total de 385 mil dólares, representavam 11.088 contos, ou seja uma média anual de 1.386 contos, quantias importantes no quadro da contabilidade partidária referente aos anos de 1955 e 1957, em que é possível verificar essa proporção.

Nestes dois anos, que por coincidência dizem respectivamente respeito aos anos de menor e de maior financiamento, com 10 mil e 70 mil dólares, o contributo do Fundo de Assistência representa 1,73 e 95,6% do total das receitas. Desconhecem-se até ao momento quer os canais quer a dinâmica de transferência desses montantes para o interior do país, mas não deixa de ser interessante registar este aspecto, pelo peso que passa seguramente a representar a partir de 1957.

¹⁷⁰⁰ Oscilando entre 28\$78 e 28\$90 nos anos considerados, Cf Nuno Valério, **O Banco de Portugal, banco central privado. 1931-1974**, in www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1321/1/NV_1996.pdf

Inferindo, estaremos a falar em financiamentos que deveriam ter passado a representar mais de 50% das receitas declaradas, permitindo ultrapassar folgadoamente quer as dificuldades verificadas.

Mesmo que modestas face aos restantes partidos comunistas da Europa Ocidental, os financiamentos de Moscovo vinham escorar significativamente as finanças do PCP.

Naturalmente que a esse fluxo financeiro, acrescia todo um apoio directo, de carácter logístico que não era contabilizado, mas que representava seguramente um enorme alívio nas despesas contabilizadas.

A imagem do partido autosuficiente, que lutava nas difíceis condições da clandestinidade e da repressão política no interior do país, que sempre alimentou a ideia de que o lugar dos seus dirigentes e dos seus militantes era aí, que sempre teria dispensado os apoios materiais, financeiros ou outros, dos seus irmãos soviéticos, checos ou franceses, sempre levou a cobrir estes apoios de uma densa discrição, a torná-los como que invisíveis, um dos principais segredos partidários, afinal.

Evidentemente que as despesas eram enormes e a preocupação de evitar situações deficitárias igualmente grande, tendo, como vimos, evoluído no essencial de modo sustentado pelas receitas, independentemente da sua origem. Júlio Fogaça, no documento de Agosto de 1955, que subscreve em nome do Secretariado do Comité Central, referindo-se ao aumento das despesas, afirma que “*Não devemos temer esse acréscimo de despesas se soubermos empregar bem os fundos do Partido, se os soubermos aplicar em formas de trabalho partidário onde ele renda, onde ele abra novas perspectivas ao nosso trabalho político e organizativo*”¹⁷⁰¹.

De qualquer modo, a sua estrutura assentava em três grandes capítulos, um referente às despesas ordinárias com funcionários, isto é com salários e rendas (I); outro reportando-se a despesas de organização, onde cabiam verbas gastas em transportes, actividades inerentes ao controlo partidário e meios de transporte e suas reparações (II); o terceiro capítulo, finalmente, incluía todas as restantes despesas partidárias gerais, bem como as de carácter extraordinário (III)¹⁷⁰².

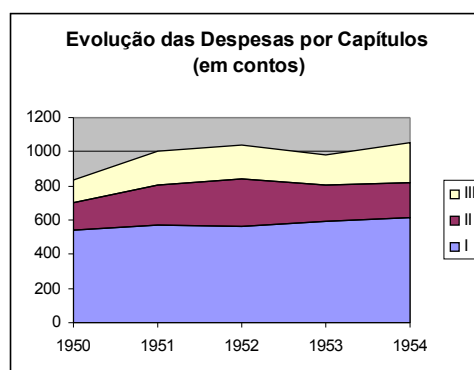
Esta estrutura de despesas, como de resto a de receitas, correspondia ao modelo de organização dos balancetes mensais dos funcionários e manteve-se duradouramente desde a “reorganização” de 1940-41.

¹⁷⁰¹ Ramiro, *A evolução das receitas e despesas...*, p. 6

¹⁷⁰² Cf. Santos [Manuel Guedes], *Informe sobre Fundos*, Agosto de 1949, pp 6-8, in TCL, 4º JC, *Processo 59/61* [44685], 7º volume, apenso a fls 514

Entre 1950 e 1954, período em que nos foi possível aceder à decomposição da despesa, segundo esses grandes capítulos, podemos verificar o peso que ocupa o capítulo I, ou seja, os encargos com funcionários, ainda que uma parte igualmente substancial de outros encargos ainda com funcionários seja consignada em II.

Gráfico 11



Na prática, no período considerado, o capítulo I representou sempre mais de 50% do total das despesas, atingindo mesmo os 65,2% em 1950, percentagens que se tidas em linha de conta juntamente com as do capítulo II, ascendem invariavelmente sempre a mais de $\frac{3}{4}$ do total de despesas.

A considerável uniformização de salários auferidos pelo corpo de funcionários, que considerava apenas como elementos diferenciador o número e a idade das crianças a cargo, era como que descompensada com as condições de segurança que rodeavam esses mesmos funcionários, problema que se colocava atendendo ao escalão a que pertenciam. Deste modo, a um mesmo salário podiam corresponder rendas de casa, despesas em movimentação, vestuário ou de outro tipo razoavelmente diferenciadas, com tudo o que isso podia traduzir em termos de estatuto objectivo no quadro da cadeia vertical partidária.

O investimento em meios técnicos, como na agitação e propaganda, contabilizados no capítulo III, parecem assim constituir parcelas claramente secundárias, não obstante o empenho colocado na edição regular da imprensa, particularmente do órgão central e das publicações regionais e sectoriais, mas também de numerosos manifestos e comunicados de incidência conjuntural.

A contabilidade partidária do PCP, as suas finanças apontam assim claramente para um partido de funcionários, de profissionais que consumiam deste modo o essencial das receitas, proveniente quer do esforço militante e das suas orlas quer do movimento comunista internacional, em consonância aliás com a raiz da ossatura partidária e com uma componente essencial da sua identidade.

Capítulo 10

Os comunistas II – Os militantes

1. Os militantes

No Balanço Geral do Estado da Organização do Partido Comunista Português referente ao ano de 1948, é assinalada uma quebra de 1,8% no número de militantes relativamente ao ano anterior ¹⁷⁰³, onde haviam sido contabilizados 5143, o maior número registado desde a *reorganização* de 1940-41 e que, aliás, não voltará a ser alcançado até ao fim do regime.

Em 1948 com o regime a recuperar do sobressalto do imediato pós-guerra, também o Partido começava a ressentir-se, ainda que continuasse a beneficiar do prestígio granjeado pela sua combativa identificação com a resistência ao regime e pelo seu alinhamento internacional no quadro das potências vencedoras da guerra.

Álvaro Cunhal, autor deste documento de Balanço Geral, assinalava a ligeira quebra de 656 elementos verificada em relação a 1947 do seguinte modo:

“Se analisarmos com justeza e sem paixão a evolução do crescimento geral da nossa influência entre as massas, verificamos dum forma geral uma certa paralisação nesse crescimento, e até nalguns casos, retrocesso. Esse fenómeno nota-se também na própria evolução do Partido, com a estagnação e o retrocesso em muitas localidades e sectores completos” ¹⁷⁰⁴.

Não obstante, em 1948, o Partido Comunista é um partido de implantação nacional, ainda que com níveis de cobertura territorial muito diferenciados.

A inversão acentuada desta tendência, com uma quebra persistente de efectivos partidários vai verificar-se sobretudo a partir da viragem de década, com a agudização do clima internacional de guerra fria e de forte repressão interna.

Em Dezembro de 1952, num informe à IV Reunião Plenária Ampliada do Comité Central, Júlio Fogaça referia que, entre 1946 e princípios daquele ano, o PCP perdeu 48% dos seus militantes¹⁷⁰⁵, ou seja havia descido para 2556 efectivos por comparação com os 4916 recenseados por altura do IV Congresso.

¹⁷⁰³ Cf. IANTT, PIDE-DGS, NP 9108, Duarte [Álvaro Cunhal], **Balanço geral do estado da organização do Partido Comunista Português**. Ano de 1948, fotocópia dact.

¹⁷⁰⁴ **Idem**, p. 2 [39]

¹⁷⁰⁵ Cf. Ramiro [Júlio Fogaça], **Liguemo-nos às massas e venceremos a batalha da paz e da democracia**. Informe do Secretariado do CC do PCP à IV Reunião Ampliada do Comité Central, Dezembro de 1952, p. 27

Esta situação continuará a agravar-se ao longo dos anos 50, sendo presumível que em Janeiro de 1956 o número de militantes se cifrasse bastante abaixo dos 2000, à volta de 1390, sendo só a partir dessa data que se regista uma inversão de tendência, moderada, que teria permitido ao partido assinalar um crescimento de 38,6% quando se realiza o V Congresso, o que representaria um total de 1926 militantes ¹⁷⁰⁶.

Porém, por efeito da exposição de sectores importantes do corpo de militantes na campanha eleitoral de 1958, a repressão intensa e conseqüente desmantelamento de muitas organizações locais e de empresa estancou esse assomo de crescimento.

O alegado esgarçamento orgânico que o chamado desvio de direita em matéria de organização estaria a provocar, contribuiria para esse emagrecimento das fileiras partidárias.

A correcção do “desvio” empreendida a partir de 1960-61 pretendia inverter essa situação. Por esses anos, viveu-se um clima de entusiasmo com novas adesões e o crescimento da influência política e social do PCP, em particular em sectores, como os estudantes, teria possibilitado que em finais de 1961 se contabilizassem 2382 militantes e 4459 simpatizantes ¹⁷⁰⁷.

Porém, a radicalização dos sectores mais combativos do proletariado das cinturas industriais de Lisboa, e também em meio estudantil, face à política contida do Partido Comunista, dissuasora da acções radicais com recurso à violência que se iam disseminando nesses ambientes, criariam, em reverso, alguma resistência na adesão ao PCP, que acabava por ir lavrando e fazendo caminho.

Para mais, os efeitos da repressão eram implacáveis, quer no rescaldo das movimentações de massas quer por efeito da vigilância policial.

Por outro lado, os efeitos devastadores das declarações prestadas na polícia por quadros importantes do partido – Rolando Verdial em 1963, Nuno Álvares Pereira, em 64-65, Fernando de Sousa em 67 e Augusto Lindolfo em 1971 – não só provocavam sucessivas razias nas fileiras partidárias como alimentaram a reserva, a desconfiança e o distanciamento.

Em 1971, segundo estatísticas de origem soviética, o PCP teria 3000 militantes ¹⁷⁰⁸, número que, mesmo inflacionado, remetia para uma persistente dificuldade em recuperar níveis de adesão comparáveis com os da conjuntura da segunda guerra

¹⁷⁰⁶ Cf. IANTT, PIDE-DGS, NT 9076, [sem título], p.19 [103]

¹⁷⁰⁷ *Idem*, Organização clandestina do “Partido Comunista Português”, s.d., [770-791]

¹⁷⁰⁸ Cf. IANTT, PIDE-DGS, P. 1/46-SR, Pasta 2, Federico Pietro Celi, *Cuantos Comunistas hay?*, in La Prensa, Lima, 10.3.1971, [262-265]

mundial, que representara efectivamente o período de maior florescimento das fileiras partidárias.

O Partido Comunista frequentemente confrontado com as razias policiais, enfrentando todo um conjunto de factores adversos obstava a que se voltassem a atingir os níveis de militantes que se verificaram no fluxo trazido pela euforia da vitória aliada na guerra, Em consequência, o resultado global foi, deste ponto de vista e ao longo de todo o período considerado, predominantemente deficitário.

Todavia, a inconsistência das outras correntes oposicionistas mantinham o PCP praticamente como praticamente única organização presente em meios operários e populares. A recomposição das correntes socialistas era lenta e o efeito Martins Rodrigues, a este nível e por estes anos iniciais, inexpressivo.

Foi isso que, no contexto e nos limites referidos, tornou possível ao Partido Comunista manter-se como organização hegemónica entre as oposições e com capacidade permanente de renovação de militantes e de recomposição das suas estruturas, principalmente na base da estrutura orgânica.

Uma organização inteira, um sector partidário podia duma assentada, mercê duma saraivada repressiva, ser completamente desmantelada e demorar meses ou anos a recompor-se, mas esse trabalho paciente de reorganização reiniciava-se o mais rapidamente possível procurando pontas, fios quebrados de ligações orgânicas anteriores que tivessem escapado à sanha policial.

Eram esses fios que permitiam lentamente ir cerzindo, primeiro, e cosendo, depois, o novo tecido partidário, num movimento repetido, engendrado simultaneamente em vários pontos do país, ao mesmo tempo que o funcionamento normal das organizações, no quotidiano do seu funcionamento, iam permanentemente, e em larga medida por pressão dos funcionários, indagando, controlando sobre novos contactos e ligações que permitissem estruturar novas organizações.

Em “*Até amanhã, camaradas*”, Álvaro Cunhal faz reflectir na ficção esta preocupação de alargar incessantemente a organização. Manuel Rato é um operário da construção civil que regressa à terra da mulher para amanhar a exígua courela que lhe coube por herança e quando reatado o contacto com o partido, dá conta ao novo controleiro da situação da localidade onde passou a viver:

“- *Camaradas aqui, sou só eu (...). Lá em baixo há muita gente, mas não conheço ninguém em condições. O Cavalinho lê a nossa imprensa e podia fazer alguma coisa, se não fosse tão bêbado. Assim não há que pensar nele. Propriamente aqui no*

*sítio são todos contra o governo, mas por ora muito verdes. Talvez seja eu que não sei trabalhar, mas estou aqui há mais de sessenta dias e ainda não fiz um único recrutamento”*¹⁷⁰⁹.

Apesar da decisão tomada pela Internacional Comunista, no seu V Congresso, em 1924, de que a organização comunista devia assentar em células de fábrica, persistiu duradouramente, e de forma assumida, a organização de base geográfica, porque “*dado o Carácter fragmentário da nossa indústria, um tal processo é, por enquanto, inaplicável em Portugal*”¹⁷¹⁰.

Porém com a “reorganização”, um dos elementos diferenciadores em relação ao velho partido radicava justamente no carácter destas organizações de base, que tendo sido até aos anos 30 sobretudo de base geográfica, assente em células de rua, pretendeu-se que passassem a ser, depois, por local de trabalho.

Os Comités Locais, que substituíam na prática os antigos Comités de Zona e que se mantieram no modelo orgânico do PCP até ao fim da ditadura podiam disseminar-se geograficamente, mas as células que os compunham eram sobretudo de fábrica ou de oficina. Os sectores intelectuais e estudantis, os organismos e fracções de unidade, que controlavam o movimento legal, constituíam excepções nesta estrutura.

Em meio rural, como no Alentejo, onde o trabalho era contratado à jorna ou ao serviço, o sistema de Comités Locais permitia a ligação aos assalariados rurais orientando-os para os processos reivindicativos nos diferentes momentos e fases dos ciclos produtivos.

Ajustados nas praças de jorna, a esmagadora maioria dos assalariados não tinham qualquer tipo de vínculo contratual permanente com os agrários, trabalhando por altura das ceifas do trigo por exemplo, para vários patrões. Não havia aqui células de herdade, mas organismos, contactos individuais com base nas localidades onde residiam.

Deste modo, o recrutamento fazia-se entre camaradas de trabalho ou entre vizinhos e conhecidos, quase que naturalmente nos locais da sociabilidade popular, fosse a taberna, a praça de jorna, o clube desportivo ou o largo da vila ou da aldeia.

Em 1953, em Aljustrel, por exemplo, um militante refere que “*Entrou para as «Minas de Aljustrel», ficando a trabalhar nos Algaes, em Setembro do ano de 1952. Que, após a sua entrada para ali, começou a ser abordado por um operário da mesma*

¹⁷⁰⁹ Manuel Tiago, *Até amanhã, camaradas*, Lisboa, Edições Avante!, (2ª edição), 1975, p. 20

¹⁷¹⁰ O *Comunista*, 28.2.1925, cit. por Francisco Canais Rocha, *Convergência de socialistas e comunistas na I República*, in *Vértice*, 56, Setembro-Outubro de 2003, p. 8

mina (...) dizendo a todo o instante que a classe trabalhadora vivia mal e se tornava necessário diligenciar junto dos patrões no sentido de aumentar os salários. Quer o respondente, ignorante dos fins em vista do aludido [indivíduo], escutava-o, pois na verdade também lhe interessava ganhar mais ordenado” ¹⁷¹¹

Nos arredores de Lisboa, por sua vez, José Cuco da Silva, alentejano da Amareleja, chega à cidade com o ofício de barbeiro e depois de ter prestado serviço militar na Índia estabelece-se na sua arte em Moscavide, quando adere ao PCP:

“(...) fui contactado pelo Partido, por um operário da Fábrica da Loiça [de Sacavém], nascido na Amareleja, que era meu cliente e me considerava honesto. Começou-me a dar «o jornal» e eu, através da sua leitura comecei a ter outra noção da minha revolta – comecei então a pagar a quota, durante algum tempo, como simpatizante do Partido, pois até se chegar a militante, exigia-se melhor e mais profundo conhecimento da pessoa” ¹⁷¹².

A adesão ao partido podia vir por via familiar, mesmo em condições difíceis, como era o caso da prisão de um militante, empurrando a mulher, quase em dívida moral, para a adesão ao partido e assim para um envolvimento mais formal e mais intenso. Olímpia Braz, doméstica, da aldeia do Couço, no concelho de Coruche relata como chegou ao partido pela mão do marido e por obra do próprio ambiente familiar, onde qualidades pessoais e actividade política se fundiam:

“Casei-me aos dezasseis anos. O meu marido foi sempre muito amigo da política. Pertencia ao Partido Comunista desde os 19 anos. Eu sabia que ele era uma pessoa muito boa, muito especial e amigo de toda a gente. Sabia que tinha em casa um inimigo do fascismo e comecei a concordar com as ideias dele.

Não me liguei ao Partido até que ele foi preso. Quando isso aconteceu eu estava grávida de dois meses do meu filho. Ele havia de nascer e ter seis ou sete meses, e o meu marido na cadeia.

(...) Como ele estava preso, pensei que devia lutar como ele tinha feito, pois que só com todos a ajudar a gente se podia livrar do fascismo” ¹⁷¹³.

Esta via, tanto se evidenciava em meio popular como em meio de pequena burguesia urbana, com o casamento a funcionar como factor de consciencialização política, determinante no acto de aderir ao partido. Diz Odete Carvalho dos Santos:

¹⁷¹¹ Cit. por Inês Fonseca, *Trabalho, identidade e memórias em Aljustrel*, s.l., 100Luz, p. 256

¹⁷¹² AAVV, *Sacavém e as suas lutas*, Sacavém, Assembleia de Freguesia de Sacavém, 1991, p. 463

¹⁷¹³ Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres portuguesas na resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 165

*“Eu era uma burguesinha como há muitas (...) sem qualquer consciência política, devido ao ambiente em que vivia. Uma vida vulgar e sem problemas. Foi a partir do casamento que tomei contacto com os problemas do meu país, e como o meu companheiro já era membro do Partido Comunista, eu acompanhei-o e tornei-me militante. Assim comecei uma grande actividade, embora tivesse uma educação política muito vaga”*¹⁷¹⁴.

Se em regra a passagem de simpatizante a militante decorria da apreciação no concreto das qualidades do candidato; em meio estudantil, essas provas eram mais apuradas, dada a considerada fluidez ideológica que a respectiva origem burguesa implicava.

César Oliveira, jovem estudante acabado de chegar a Coimbra, descreve como em Outubro de 1961, iniciando com a campanha para a Assembleia Nacional uma actividade política mais vincada, é posto à prova com vista ao seu recrutamento. Silva Marques convoca-o para uma distribuição de propaganda nos arredores da cidade:

“Saída às dez horas de uma noite de Outubro do Mandarim. Carro atafalhado de panfletos eleitorais, com Avantes à mistura e o célebre folheto volante «em papel de arroz» com a «correção ao desvio de direita». Partimos no famoso Volkswagen amarelo para a volta da Conraria, incluindo Ceira e os subúrbios. Devo ter passado no teste porque, no final o «Silvita» - grave e soturno e com aquele ar de estalinista que ainda hoje não abandonou – comunicou-me que em breve alguém do «glorioso» Partido Comunista viria falar comigo.

*E veio. Veio o Artur David (...) que me disse que o partido me integrava nos seus quadros militantes, que se iria formar uma célula no 1º ano da Faculdade de Direito e que eu passaria a usar o pseudónimo de Hugo”*¹⁷¹⁵

Este processo era acompanhado de um conjunto de conselhos e orientações quanto às atitudes que um militante comunista deveria adoptar, uma prelecção quanto aos deveres, à disciplina, ao sentido de responsabilidade, ao estilo de vida e às atitudes a tomar perante circunstâncias e adversidades concretas, como era, em primeiro lugar, a situação de prisão.

José Morais, muito jovem, quase adolescente, ainda estudante no Liceu Camões, em Lisboa, colaborando pelo final dos anos 50 e seguintes no suplemento juvenil do *Diário de Lisboa* é sondado para ir ao Partido.

¹⁷¹⁴ Gina de Freitas, *A força ignorada das companheiras*, Porto, Plátano, 1975, p. 137

¹⁷¹⁵ César Oliveira, *Os Anos decisivos*, Lisboa, Editorial Presença, p. 30

“Entre os jovens que conheci no *Diário de Lisboa Juvenil* estava uma rapariga, a Lena Rato, de 14 a nos, filha de comunistas e já militante, que segundo me contou mais tarde terá proposto ao partido o meu recrutamento. Mas foi outro jovem, um ruivo empertigado, o Luís G., quem sondou explicitamente as minhas disposições no mês em que fiz 16 anos. (...) Três meses depois fez-me o convite oficial para entrar no Partido, um convite rodeado de admoestações quanto ao sentido de responsabilidade e à consciência do perigo que a aceitação deveria pressupor da minha parte. Deu-me logo um exemplar do «Se fores preso, camarada», que nos dizia tudo o que nunca desejaríamos que nos acontecesse... No momento até fiquei assustado, de facto aquilo não ia ser brincadeira, vi passarem na minha mente a perseguição, a prisão, a tortura, quiçá a morte, mas creio que não dei mostras de hesitação. E comecei a minha militância sob o pseudónimo de Aníbal”¹⁷¹⁶.

A conversa a que aludem estes militantes representa o momento da adesão, embora muitos deles pudessem vir desenvolvendo actividades sob controlo partidário, o que levava a que, na prática, a que a integração propriamente dita acabasse por se ir fazendo durante um período mais ou menos longo de tempo. De qualquer modo, o seu carácter formal, a carga simbólica de que se revestia, tornava-o solene.

Sérgio Ribeiro que vinha agindo na orla do PCP situa à volta da campanha eleitoral de Humberto Delgado, e da fase final da sua licenciatura em economia, o momento da adesão ao partido, não precisando com rigor a data, define-a, no entanto, em função da conversa que teve com o funcionário que o abordou para esse efeito:

“(...) comecei a «incorporar-me» no Partido Comunista Português, de que não tenho data concreta para admissão formal, ficando a conversa com o Carlos Aboim Inglês como o facto relevante e o final de 1958, começo de 1959 como de «incorporação» gradual... no PCP”¹⁷¹⁷.

O contacto do responsável do organismo ou do funcionário com o novo militante, para além de selar a adesão formal permitia também tomar uma primeira opinião sobre quem chegava às fileiras do partido.

A consciência de classe, aliada a uma mesmo que difusa consciência política, era determinante no acto de aderir, de aceitar a proposta formulada aos candidatos. Mas nesse processo influíam igualmente factores de outra natureza, como as diferentes sociabilidades de trabalho, de vizinhança ou as relações familiares, de parentesco¹⁷¹⁸.

¹⁷¹⁶ Amadeu Lopes Sabino *et alia*, *À espera de Godinho*, Lisboa, Bizâncio, 2009, p.42

¹⁷¹⁷ Sérgio Ribeiro, *50 anos de economia e militância*, Lisboa, Edições Avante!, 2008, p. 66

¹⁷¹⁸ Cf. Paula Godinho, *Memórias da resistência rural no sul*, Oeiras, Celta, 2001, pp 221-225

Nas relações de parentesco influíam os ambientes familiares, políticos, mas também culturais, reflectindo genealogias e tradições que se reportavam às gerações anteriores.

Em meio operário, mesmo com todo o corte operado pelo processo de institucionalização do Estado Novo, que decepou primeiro e liquidou, depois, a velha elite operária hegemónizada por sindicalistas revolucionários e anarquistas, ainda permanecia nalguns sectores e localidades uma influência anarquista, mas muito difusa, já completamente desagregada e que tendia a apoiar a aproximação dos seus filhos ao Partido Comunista, cuja capacidade de resistência e de luta admiravam e respeitavam, embora manifestassem distanciamento crítico fundado em convicções pessoais profundamente enraizados.

Em *Até amanhã, camaradas*, é essa a ideia presente no pai de Maria, a jovem militante prestes a ser funcionalizada:

“Maria vivia com um irmão casado, com uma irmã mais velha e o pai. A mãe morrera há muito. O pai era um velho anarquista. Mas, nos últimos anos em que trabalhara, dizia a cada passo aos amigos:

*- Sempre fui anarquista e anarquista morrerei. Não concordo com o sistema de governo que os comunistas defendem nem com muitas coisas da sua teoria e da sua organização. Mas são eles que ganham o coração da juventude e são afinal os únicos que fazem alguma coisa. Estar com eles é estar contra os patrões...”*¹⁷¹⁹.

Em Silves, por exemplo, tradicional centro corticeiro duradouramente hegemónizado pelos sindicalistas revolucionários, Américo da Silva Pessanha, um quadro activo do PCP no início dos anos 50 era filho de Manuel Pessanha, destacado líder sindicalista corticeiro vinte anos antes¹⁷²⁰ e nessa mesma localidade, José Vitoriano, futuro dirigente do PCP, casa em 1947 com Diamantina Jesus Vicente, igualmente filha de um conhecido anarco-sindicalista corticeiro, acompanhando o seu companheiro na clandestinidade e no exílio.

Mas era também relativamente corrente que uma tradição familiar militante se transmitisse de pais para filhos. Mais raramente isso se passava entre a burguesia, ainda assim, é esse o caminho que leva Rui Perdigão, oriundo de uma próspera família de industriais do porto, ao partido:

¹⁷¹⁹ Manuel Tiago, *Até amanhã, camaradas....*, p. 59

¹⁷²⁰ Cf. Maria João Raminhos Duarte, *Oposição à Ditadura Militar e ao “Estado Novo” no Algarve (1926-1958). O caso do concelho de Silves*. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, cicl., p. 469

“Comecei a acreditar no Comunismo assim como as crianças, nas famílias católicas, acreditam na existência de do bom Deus. A minha família acreditava na União Soviética e acreditava em Marx, apesar de ser uma família burguesa e rica. Por isso mesmo entrei nas Juventudes Comunistas com a mesma naturalidade com que os adolescentes da minha idade faziam a primeira comunhão.

Depois vieram as leituras a fortalecer mais a minha crença. Da mão dos meus recebi os primeiros livros e revistas sobre a URSS. Mais tarde, em edição brasileira da Calvino, li o Manifesto Comunista, a que se seguiu, se não me engano, o Manual de Filosofia de Politzer, e outras obras marxistas do género” ¹⁷²¹

Por sua vez, em meio intelectual ou entre os estudantes era frequente uma origem familiar em que se assinalava a presença ou a memória de velhos republicanos, o que conferia uma educação e uma tradição cultural liberal ainda relativamente viva. Também aí, não obstante todas as fundas divisões que os separavam dos comunistas, a mesma admiração, respeito e inclusivamente solidariedade pela acção desenvolvida pelo PCP, mesmo que pelos anos 60 se tratasse já de uma geração de filhos de republicanos, sendo os seus filhos, jovens estudantes que transpunham as portas do Partido Comunista.

Tratava-se processos, que vinham afinal acompanhando a afirmação de novas hegemonias no seio da oposição, o que naturalmente implicava outros paradigmas e outras formas organizacionais de luta contra o regime que se impusera ao país.

Muitas vezes, misturavam-se essas ambiências familiares com o contacto directo, vivido em meio operário e popular, onde a presença do Partido Comunista latejava. Carlos Aboim Inglês, então um jovem estudante, justifica o abraço ao PCP em meados dos anos 40 justamente com esses dois factores:

“(...) eu vivia, já há muitos anos, no bairro de Alcântara, que era um bairro operário (...) e havia também muitos estudantes (...) nos cafés havia uma certa mistura, um convívio intenso.

E foi aí que eu vim, por esses contactos dos estudantes com malta operária digamos assim, que eu vim ao Partido, eu e outros...

Portanto acordei. E também pelo lado da minha família, que era uma família antifascista, o meu pai (...) participou nos movimentos antifascistas dos anos 30 com o

¹⁷²¹ Rui perdigão, *O PCP visto por dentro e por fora*, Lisboa, Fragmentos, 1988, p. 13

*Caraça, com aquele homem da Maçonaria, o Dias Amado e com vários outros e eu, portanto, desde criança que estava habituado a esse ambiente”*¹⁷²².

Todavia nem sempre era assim, evidentemente. Em muitos casos a descolagem, em particular de jovens, operava-se também a partir de famílias e de ambientes tanto marcados pela indiferença política como também pela afeição e apoio ao próprio regime, o que remete para a importância dos contextos culturais e sociais mais gerais, quer os tornavam sensíveis às injustiças, à opressão ou às desigualdades, como ao papel prestigiado que a União Soviética continuava a irradiar, não obstante a Guerra Fria e toda a propaganda exalada em seu redor, empurrando-os por essa via para a adesão ao comunismo, tantas vezes em ruptura com a própria família.

Em ambiente rural, marcadamente conservador também se verificava essa tendência. Jorge Araújo, na autobiografia elaborada em 1962 para passar a funcionário descreve o ambiente que o conduziu ao PCP:

“(...) vivi até aos 12 anos numa aldeia do interior [Antas de Santiago, Famalicão], onde os meus pais tinham um pequeno estabelecimento e algumas terras, o que nos dava um nível de vida superior à grande maioria das pessoas desta região, que vivem na mais atroz miséria. Os meus pais não tinham nenhum tipo de formação política e só falavam em tal durante os períodos eleitorais. O meu pai ia votar pela oposição porque tinha em grande consideração o médico da Terra conhecido oposicionista, e gostava de lhe ser agradável. A minha mãe, sem formação política, solidarizava-se com o sofrimento do povo, embora sem lhe conhecer as causas. Era bastante estimada pela gente da terra, pelo espírito desinteressado com que ajudava as pessoas, e pelo seu tipo de vida modesto e irrepreensível. Os seus exemplos de amor e compreensão pelo próximo, a sua honestidade e modéstia, tiveram grande influência na minha formação. Com 11 anos deixei a casa de meus pais e vim estudar absorvi certos aspectos negativos, levando por vezes uma vida desregrada, o que fez de mim um estudante medíocre.

Em 1956 durante uma discussão em que eu negava a existência de Deus e procurava uma justificação para a maneira como a igreja manobrava as pessoas, foi-me dado a conhecer uma jovem que debateu esses problemas comigo, esclarecendo-me não só sobre o aspecto religioso como também foi ela que me abriu as perspectivas

¹⁷²² Entrevista a Carlos Aboim Inglês, em 19 de Maio de 1994

*políticas. A partir de então fui apresentado por ela a jovens que tinham feito parte do Juvenil e comecei a contrair amizades”*¹⁷²³.

Nos anos 50 o MUD Juvenil revelar-se-ia como a mais importante placa giratória para alimentar o aparelho de militantes e quadros do PCP. Foi uma verdadeira “escola” onde pelo menos duas gerações de activistas fizeram de modo acelerado e intenso o seu aprendizado político, adquiriram inestimável experiência, caldeada pelo confronto directo com as forças repressivas e passando pelas próprias prisões do regime, alguns mais do que uma vez, empreendendo assim uma quase inevitável aproximação ao Partido Comunista, para onde, mais cedo uns que outros, acabariam por ser recrutados.

Carlos Brito, Francisco Martins Rodrigues, Domingos Abrantes, Ilídio Esteves, foram alguns que chegaram ao Comité Central fazendo a sua entrada no PCP por via do MUDJ. E muitos outros, sem lograrem tocar o topo do partido, aderiram igualmente por essa via geradora de fortes solidariedades.

Mas havia quem aderisse por descolagem de uma formação e de uma actividade marcadamente religiosa, rompendo por descrença. Foi o caso de António Borges Coelho que após vários anos de seminário, daí vem a ser expulso, para, em Murça, sua terra de origem, primeiro tocado pela dura realidade social e pelo contacto político com militantes comunistas vir, depois em Lisboa, na Faculdade, a envolver-se com o MUD Juvenil, de que se tornará dirigente, aderindo já nessa condição ao PCP¹⁷²⁴.

Chegando por múltiplos caudais, por múltiplas motivações, fossem mais ideológicas ou mais políticas, tocados pela situação económica dos trabalhadores e pela necessidade de melhorar níveis de vida; descolassem de ambientes familiares progressivos e liberais ou conservadores, aceitaram a proposta que em determinado momento um companheiro de trabalho, um amigo, um familiar, um vizinho lhes fez, em nome do partido, recrutando-os, assumindo um compromisso, cujas implicações e perigos raramente desconheciam.

Entre a condição de simpatizante e a de militante corria um caminho de iniciação, pautado por momentos concretos – desde a aquisição da imprensa ao desempenho de pequenas tarefas, que se podiam tornar progressivamente mais arriscadas, até ao momento da passagem formal a militante, uma promoção nesta cadeia de envolvimento sempre envolta em dimensões de forte carga ritual e simbólica.

¹⁷²³ IANTT, PIDE-DGS, *P. 370/GT, Auto-Biografia*, p. 1 [139]

¹⁷²⁴ Cf João Madeira, *António Borges Coelho, militante, historiador, homem de causas e utopias*, in *António Borges Coelho. Procurara a luz para ver as sombras*, Vila Fanca de Xira, Câmara Municipal/Museu do Neorealismo, 2010, pp 13-23

2. A organização e os quadros

A organização do PCP nos locais de trabalho, nas localidades, nos sectores sociais e profissionais alimentou-se deste permanente ingresso de novos militantes, que alargavam, renovavam ou recompunham as suas fileiras, enquadrados numa rede de células, comités e contactos individuais que constituíam o interface colado à sociedade.

Nos sectores operários, a actividade das células e comités de empresa procurava orientar-se para a acção reivindicativa. Joaquim Gomes refere como se desenvolvia em contexto laboral a actividade partidária:

*“Para parar uma fábrica era quase obrigatório ter organização do partido dentro dela. Uma pequena célula, que produzisse pequenos manifestos, informações, distribuísse o Avante! clandestino... Mas o fundamental era a existência de uma organização que fosse ganhando os trabalhadores, porque descontentamento sempre havia. Era um trabalho que podia demorar meses ou anos, até haver um ambiente que não fosse o de «isto está mau, o que é que a gente há-de fazer». O partido tinha obrigação de ir influenciando os trabalhadores, mostrando que era preciso lutar, conquistar, pois os patrões nunca dão nada se não for através da luta”*¹⁷²⁵

Tratava-se de uma acção que combinava aspectos ilegais, no caso da organização partidária propriamente dita, com aspectos legais, o que passava pela identificação dos problemas concretos, pela sua sistematização através de cadernos reivindicativos que uma comissão, que deveria incluir elementos que não pertenciam ao partido e por isso designada de unidade, apresentaria directamente à administração ou aos patrões, promoveria abaixo-assinados ou concentrações, podendo, em caso das condições assim o permitirem chegar à greve. Naturalmente que o trabalho de contacto pessoal com os camaradas de trabalho, agitando, influenciando, mobilizando constituía o cerne dessa actividade.

As situações de greve declarada, constituíam um factor de exposição face à repressão policial que se abatia a eito ou selectivamente sobre as lideranças operárias mais destacadas. Por isso, a evolução dos processos reivindicativos até à greve eram seguidos com particular cuidado pelos funcionários, que procuravam assegurar que a

¹⁷²⁵ João Cêu e Silva, *Uma longa viagem com Álvaro Cunhal*, Porto, ASA, 2005, pp 69-70

greve, quando não espontânea, fosse apenas desencadeada quando se desse por adquirido que a maioria dos trabalhadores estava na firme disposição de avançar nesse sentido, de modo a que os militantes se pudessem resguardar dessa exposição no meio da massa em greve.

Para evitar os efeitos devastadores da repressão policial sobre uma greve, as paralisações eram geralmente parciais, limitadas no tempo ou circunscritas à diminuição dos ritmos e cadências laborais.

A influência no sector, a partir dos organismos de fábrica, permitia potenciar a intervenção sindical, segundo uma estratégia entrinçada nos Sindicatos Nacionais. Para o sindicato corporativo, de âmbito distrital, canalizavam-se as reivindicações do sector, através de concentrações junto às instalações sindicais para que uma comissão, em regra, composta por representantes das comissões de unidade das várias empresas, entregasse o caderno reivindicativo à Direcção sindical, pressionando-a para que fosse remetido ao governo, através das delegações do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência.

Esta orientação estimulava a apresentação ou a participação em listas às “eleições” para os órgãos directivos dos sindicatos corporativos, reservando-se aos militantes eleitos tarefas discretas de apoio à recepção e encaminhamento das reivindicações vindas das fábricas e empresas ou que tentassem influenciar medidas benéficas para os trabalhadores no simulacro de contratação.

Aqueles que conseguiam passar no crivo a que as instituições corporativas e a polícia submetiam as listas eleitas antes de serem homologadas, eram retirados dos organismos das empresas a que pertenciam, passando a ser controlados individualmente, de modo a resguardar a sua actividade.

Nos sectores intelectuais, o trabalho de unidade, legal, absorvia uma boa parte das energias dos militantes, que desenvolviam uma actividade acrescida nos períodos eleitorais, sendo criadas fracções para a condução desses processos.

No entanto, mesmo nestes sectores de intelectuais, como também entre os estudantes, o debate político nos organismos era mínimo e a actividade das células circunscrita a actividades relacionadas com as grandes campanhas políticas do partido que estivessem relacionadas com as características gerais dos sectores, como campanhas contra a censura ou pelo restabelecimento das liberdades democráticas.

Os intelectuais mais conhecidos eram controlados individualmente ou então, quando integrados em células – de escritores, de artistas plásticos ou de economistas, -

limitavam a actividade a reuniões muito espaçadas no tempo. Eram também frequentemente colocados sob controlo individual, os intelectuais destacados para o apoio às deslocações dos funcionários nas zonas mais vigiadas ou para a cedência da casa para reuniões, para acolher os clandestinos do partido ou para depositar malas com documentação.

Mas, na actividade militante, as tarefas ligadas à distribuição da imprensa, recolha de fundos e novos recrutamentos sobrepunham-se às restantes. As reuniões dos organismos, necessariamente espaçadas por questões de segurança, eram absorvidas pelo controlo destas tarefas, deixando pouco tempo livre para a análise dos problemas específicos do sector ou para a discussão política, mesmo que baseada apenas na imprensa partidária.

Quando se tratava então de problemas de natureza ideológica, a situação tornava-se mais esquivada. Os funcionários que determinavam as agendas concretas de cada reunião em que participavam e que as dirigiam, retardavam a sua discussão, adiavam-na ou ignoravam-na enquanto podiam, escudando-se grande parte das vezes na impossibilidade de reunir com assiduidade os organismos, condição que essas discussões requererem. O argumento era real e convincente, esvaziando ou amolecendo as vontades de o contrariar.

Em limite, aceitava-se discutir os assuntos, as questões polémicas, quando se concluía que era necessário aliviar a pressão e o desconforto instalados.

Foi assim que sucedeu pelos anos de 1963 e seguintes, principalmente 64 e 65, a propósito das ideias veiculadas por Francisco Martins Rodrigues, quer sobre a via para o derrube do regime, com a questão da violência em cima da mesa, quer, embora em menor escala, com as questões que se colocavam à unidade do movimento comunista internacional.

Essas reuniões, sempre rodeadas de uma aura especial, contavam frequentemente com a presença de um dirigente mais qualificado, cuja descida à base do partido para esse efeito reforçava esse clima quase esmagador que se pretendia conferir à situação, porque depois, aí, o debate abria com uma longa intervenção, invariavelmente a posição do partido e fechava com uma síntese do mesmo teor, limitando as possibilidades de aprofundar o contraditório.

Em 1964, no sector estudantil de Lisboa, por exemplo, realizou-se em Fevereiro-Março uma reunião de quadros com o secretariado da organização na Faculdade de Medicina, que durou dois dias e em que no primeiro desses dias se tratou da questão do

movimento comunista internacional. Além dos membros desse organismo participaram Afonso Pinho Monteiro (Guerreiro), que controlava a célula e integrava o organismo da cidade universitária; José Morais (Vladimiro), que controlava o organismo da cidade universitária; Nuno Álvares Pereira (Moreira), controlador do sector estudantil da Direcção de Organização Regional de Lisboa e Rogério de Carvalho, controlador da DORL.

Esse debate baseou-se num artigo de *O Militante*, “*embora tendo sido levantadas algumas dúvidas sobre a situação do movimento comunista internacional*”, o apoio às posições que o PCP vinha desenvolvendo foi unânime ¹⁷²⁶.

Em relação aos intelectuais, por exemplo, na fase de maior sectarismo nos primeiros anos 50, os funcionários trituravam com a sua autoridade legitimada pelo partido, quaisquer pretensões nesse sentido. Aí raramente se discutiam as questões ideológicas com implicações directas na produção artística e cultural e a polémica intensa que entre 1952-54 sacudiu internamente a corrente neo-realista, dividindo os militantes em várias alas e grupos e levando inclusivamente a penosos afastamentos das fileiras partidárias, não foi objecto de debate interno, que se centrou sim em aspectos laterais que serviriam para sancionar esses afastamentos ¹⁷²⁷.

A subestimação do debate interno, da formação que ultrapassasse os níveis mais elementares ou circunscritos aos fundamentos da actividade partidária, que embotava a capacidade crítica dos militantes, cujo nível ideológico e político era em regra muito baixo e os esforços para o elevar poucos e pífios. Se era genericamente entendido que a formação dos militantes e dos quadros se processava dentro do partido, não havia, nem era depois criado espaço para isso, circunscrevendo-se a actividade dos militantes, anos a fio, entre a rotina de tarefas práticas.

Não era isto, de qualquer modo, que limitava sacrifícios e riscos corridos por gerações de homens e mulheres que, no correr dos anos, foram passando pelas fileiras partidárias, muitos deles expectantes em relação a outro tipo de acções e iniciativas, mas que a contenção e o rotineirismo burocratizante dos controladores deixava um travo de frustração.

Criou-se uma espécie de cultura partidária assente no praticismo, no burocratismo funcional na repetição em espiral dos mesmos procedimentos, atitudes e práticas.

¹⁷²⁶ Cf. IANTT, PIDE-DGS, *Documentos apreendidos a indivíduos do PCP*, NT 9104, *Reunião de Quadros*, [478, in 477-483]

¹⁷²⁷ Cf. João Madeira, *Os Engenheiros de Almas*, Lisboa, Estampa, 1996, pp 277-314

Nas qualidades do militante à entrada no partido pesava menos a sua capacidade política do que qualidades e atributos morais, como a honradez ¹⁷²⁸, a seriedade, a disciplina ou o espírito de sacrifício. Sustentava-se que o momento da adesão era apenas o início de um percurso e que a formação se fazia pelo caldeamento nas lutas sociais e políticas e no seio dos organismos partidários.

Manuel Pedro, jovem empregado de seguros, assinala que “*Até ir para o [Cineclube] Imagem não tinha a mais pequena ideia de que o PCP era uma organização. Muito menos que era uma organização clandestina, nem o que isso queria dizer em termos concretos. Via na Ajuda uma inscrição na parede: «Liberdade para Álvaro Cunhal», mas aquilo não me dizia nada. Fazia lá ideia de quem era Álvaro Cunhal. Mas hoje sei que a classe operária de então sabia*” ¹⁷²⁹

Contudo, na prática não era assim que a situação evoluía. Os quadros de extracção operária e popular eram muito recuados politicamente, iletrados por vezes, reflectindo aliás o contexto social mais geral, sem que se proporcionassem grandes condições de evolução no quotidiano da vida partidária, submersos em mil e uma tarefas práticas.

Os militantes do partido eram soldados de um exército que se queria disciplinado, composto sobretudo por homens e mulheres, que pautavam a sua vida por serem reconhecidos entre os seus colegas de trabalho ou entre os seus vizinhos como probos, que levavam uma vida regrada, conforme aos padrões socialmente aceites.

No fundo era a ideia de que no partido, como na sociedade, a honradez constituía uma categoria fundamental – a “*unidade de todos os portugueses honrados*”, na expressão de Cunhal explicitamente consagrada desde o IV Congresso, como base “social” para derrubar o regime e que, com ou sem “desvio de direita”, seria uma permanência duradoura no discurso e na doutrina.

Reportando-se ao Couço, Paula Godinho refere justamente esta situação, ao afirmar que “*A militância reveste-se também de um carácter de salvação relativamente a uma vida que se encaminharia para a perdição. João Camilo e outros militantes locais atribuem ao seu recrutamento o deixar para trás uma existência recheada de vícios, ligados geralmente à convivialidade juvenil, de que se destaca o consumo excessivo de álcool. Outro militante observava (...) que também ao nível da própria educação alimentar o recrutamento havia provocado alterações, travando excessos*

¹⁷²⁸ Cf José Pacheco Pereira, *A Sombra. Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 91

¹⁷²⁹ Manuel Pedro *Sonhos de poeta, vida de revolucionário*, Lisboa, Edições Avante!, 2004, p. 47

perniciosos numa economia do corpo, posto ao serviço do Partido em toda a sua pujança”¹⁷³⁰.

Ainda no Couço, no início dos anos 60, quando a organização partidária atingia o seu pico de crescimento, o funcionário que controlava a localidade procede à “biografia” dos militantes, isto é, à sua apreciação como quadros do partido. Era uma prática corrente, sistematicamente realizada para efeitos de controlo político.

Desta forma, uma ou mais vezes no ano, os organismos de direcção regional procediam a uma apreciação crítica dos militantes sob seu controlo. Isso permitia dispôr de um conhecimento detalhado no que constituiu uma preocupação comum aos partidos bolchevizados, condição fundamental para o desenvolvimento de uma “política de quadros”, segundo a qual se reorganizavam sectores, de redistribuíam responsabilidades e tarefas concretas, se promoviam uns e despromoviam outros. O capital resultante dessa apreciação constituíam princípio de diferenciação e ordenamento interno.

No Couço, reportando-se apenas a uma das “zonas” da localidade, José Miguel, funcionário, refere individualmente 24 elementos:

Quadro 29

Couço. Organização – Biografia dos Quadros¹⁷³¹

Pseudónimo	Idade	Adesão	Profissão	Observações
“Nicolau”	26	1958	camponês	Muito activo em todos os trabalhos do Partido. É do organismo local e controla outros sectores da vila. Já foi preso. Portou-se bem
“Cunha”	36	1947		Desligado com as traições. Era “Faustino”. Por falta de experiência não se ligou. Veio de novo em 1957. É activo. Faz parte do Comité Local e controla outro sector. Não foi preso
“Ricardo”	28	1958	camponês	Activo no alargamento do Partido. Tem feito reuniões de 30 a 80 pessoas. Casado. Não foi preso.
“Marcel”	26		camponês	Não sabe ler. Muito activo. Disse que queria ir às reuniões do Partido. Desenvolve o partido na zona. Já foi preso. Portou-se bem. Duro.
“Mora”	26		camponês	Muito dedicado.. Activo. Tem participado nas reuniões de quadros. Recolhe fundos. Faz parte do organismo do partido. Desenvolve as lutas.
“Carvalho”	28		camponês	Muito activos. Os quadros mais importantes nas lutas, nas reuniões económicas. Fazem parte do organismo de fracção com “Abreu”
“Valente”	40		camponês	
“Abreu”	30		camponês	Muito fechado e pouco activo
“Machado”	38		camponês	Com alguma disposição para o alargamento do Partido
“Pascoal”	35			Fracção política. Activo. Preso, portou-se bem. Tem muito prestígio na terra
“Raul”	33		camponês	Muito activo, preso duas vezes, portou-se bem
“Bento”				Pouco activo

¹⁷³⁰ Paula Godinho, *Memórias da resistência rural...*, p. 224

¹⁷³¹ Cf IANTT, PIDE-DGS, *Documentos apreendidos a indivíduos do PCP*, NP 9107, *Couço-Organização. Quadros-Biografias*, [12-15]

“Monteiro”	30		camponês	Activo, da fracção política. Queimado
“Torres”	26		camponês	É dos mais activos, é o melhor para substituir “Fefe” pertence à comissão de contrato. Não foi preso. Não é queimado. Tem participado em reuniões de trabalhadores. Não sabia da filiação no Partido.
“Morais”				É o mais activo, faz parte da comissão política com “Pascoal” e “Monteiro”
“Fefe”	29	1959	camponês	Nunca tinha participado em qualquer reunião. Muito calado e fechado no trabalho do Partido. No Comité Local há um ano, pois veio como simpatizante. Não foi preso
“Chagas”	30		Alfaiate	Pouco activo, faz parte do organismo com “Fefe”
“Alexandre”	24		camponês	Pouco activo faz parte do organismo local com “Fefe”
“Ricardo”				Disposição
“Amílcar”			cabouqueiro	Pouco activo
“Carlos”	40		camponês	Disposto a trabalhar
“Figueiras”	40		camponês	Preso e portou-se mal
“Nunes”	35		Capataz	Faz parte do organismo local. Activo. Preso, portou-se bem. Tarefa de imprensa
“Cano”	26			Mais duro. Não tem actividade partidária

Se bem que o funcionário reunisse fundamentalmente com o secretariado de célula ou de Comité, era frequente ter encontros individuais com militantes de base, principalmente para aferir das suas características. Tratava-se de um olhar muito intuitivo, mas que permitia ser cruzado com as múltiplas informações que o trabalho de controlo político depois fornecia.

Apesar de escassearem as datas de adesão ao partido, percebe-se que se tratam de adesões muito recentes, numa organização que, a avaliar pelos elementos de que se dispõe, era relativamente jovem, com uma média de idades de 31,3 anos, além de esmagadoramente composta por assalariados rurais, que, na terminologia imprecisa do PCP, são “camponeses”.

Destaca-se aqui claramente o dinamismo como característica fundamental – “activo” é um dos atributos positivos mais considerados, como a disposição ou a capacidade de alargamento do partido, isto é, de recrutamento de novos elementos ou de trabalho de massas, realizando e intervindo em reuniões amplas ou participando em diferentes comissões a nível local, quer para questões económicas relacionadas com a sua situação de assalariados quer para as questões políticas “legais”.

Acentuou-se a importância atribuída ao modo como cada encarava o seu comportamento futuro face à polícia e à repressão. A passagem pela prisão sem prestar declarações é claramente valorizada.

No caso do Couço, a organização do partido entre as mulheres cresceu significativamente neste período, tendo constituído um segmento particularmente

combativo que desempenhou um papel importante mesmo quando a repressão se abatia naquela vila ribatejana.

José Miguel refere-se também nos seus relatórios às mulheres, que formavam várias células usando pseudónimos masculinos, com o argumento de que era para que pudessem eventualmente confundir a polícia sobre a sua verdadeira identidade.

No entanto, como sublinhou Paula Godinho, “*o dessexuar das mulheres em termos da identidade conspirativa tinha como elemento paradoxal a existência de comités exclusivamente femininos, estando foras de questão que uma mulher local dirigisse um organismo masculino. Ou seja, à lógica igualitária propalada pelo partido, sobrepunha-se uma cultura tradicional com uma construção de género que obstava a que um militante do sexo masculino se tivesse de confrontar com uma mulher como dirigente de um organismo*”¹⁷³²

Esta organização, tal como a organização masculina, era igualmente jovem e de adesão muito recente, mais jovem ainda que a masculina, com uma média de idades, de 29,4 anos, espelhando o mesmo tipo de preocupações e actividades – participação em comissões “legais” de carácter económico e político, bem como recolha de fundos.

Quadro 30

Couço. Organização – Biografia dos Quadros femininos¹⁷³³

Pseudónimo	Idade	Adesão	Profissão	Observações
“Joaquim”	19	1959		Muito activa, membro do Comité Local. Não foi presa, não é queimada.
“Henrique”	25	1958		É das mais activas. Casada. Pertenceu ao organismo económico. Veio agora ao organismo das mulheres. Não foi presa e se for não fala à polícia.
“Augusto”	35	1958	Camponesa	Muito activa. Participou em reuniões de quadros. É do organismo de mulheres. Destaca-se em fundos e recolha de assinaturas. Não foi presa e se fosse não traía o Partido. Na organização tem mais dificuldades.
“Ernesto”	32	1959		Comissão de mulheres. Pouco activa. Não foi presa e se for não diz nada.
“João”	33	1941		Casada. Desligada com as traições, regressando ao partido em 1959. Não foi presa e se for não diz nada à polícia. Pouco activa. Fechada no trabalho do Partido.
“Mota”	30	1958		Fechada no trabalho do Partido. Fração política. Não foi presa mas declara que se o for não trai o Partido.
“Fernando”	26	1958		Das mais activas. Da fracção económica. Não foi presa, mas se o for não trai o Partido
“Eduardo”	34	1959	Camponesa	Casada. Fração económica. Activa. Não foi presa e se for não diz nada na polícia
“Carlos”	24	1958		Casada. Activa. Organização de mulheres controlada por “Fefe”. Não foi presa
“Neto”	36			Com alguma disposição. Do organismo de mulheres controlado por “Fefe”. Não foi presa.

¹⁷³² Paula Godinho, *Memórias da resistência rural...*, p. 234

¹⁷³³ Cf. IANTT, PIDE-DGS, *Documentos apreendidos...*, Couço-Organização. Quadros-Biografias, [18-20]

“Inácio”	26	1958		Fechada. Faz parte do organismo de mulheres controlado por “Fefe”. Já foi presa e portou-se bem
“Júlio”			Camponesa	Organismo de mulheres controlado por “Fefe”. Disposta a trabalhar. Não foi presa.
“Joel”	27			
“Felisberto”				Pouco activa
“Felismino”				Pouco activa
“Zé”	35		Camponesa	Muito activa. Ponto de apoio. Comissão de unidade. Veio ao Partido desde a greve

No entanto, por outro lado, a preocupação de assinalar se eram casadas ou não, remete para a necessidade de perceber eventuais limitações numa sociedade marcada, e juridicamente legitimada, pela supremacia masculina. De qualquer modo, essa referência, apenas 4 em 16, não deixa de apontar para uma maioria de mulheres ao tempo solteiras a militarem na organização partidária.

Do mesmo modo, estas militantes eram desde cedo colocadas perante a eventualidade de uma prisão, sendo confrontadas com a atitude que iriam ter perante a polícia, sendo frequentes as declarações de que não trairiam o partido prestando declarações sobre a actividade partidária que desenvolviam e que conheciam.

Os recrutamentos, como vimos, implicavam uma certa segurança nas características e qualidades dos novos e das novas militantes, colocados sob observação e acompanhamento por parte dos militantes que procediam a esses novos aliciamento, mesmo que considerando principalmente aspectos de carácter ou de natureza moral. Mas, também por isso era preciso audácia nesse procedimento. “Joaquim”, a mais jovem e, aparentemente, a mais considerada das militantes organizadas referidas nesta listagem, refere que deveria exercer funções de responsabilidade na organização feminina, uma outra jovem assalariada rural, de 21 anos, que considera muito activa, e que estava já a ser enquadrada pelo partido. O facto de se destacar na recolha de fundos como na lutas de massas, levava a que se ponderasse poder inclusivamente vir a substitui-la nas suas funções; opinião corroborada por Joaquim Augusto dos Santos, conhecido como “O Mocinho”, ao tempo o principal responsável no Couço.

A organização partidária nesta localidade seria, em meio rural, das mais numerosas. Em Maio de 1960, na localidade, o mesmo Joaquim “Mocinho”, que usava o pseudónimo de “Nicolau”, recebia 170 exemplares do *Avante*, 160 de *O Camponês* e 70 de *O Militante*¹⁷³⁴, sendo um exemplar lido por vários elementos de uma mesma família ou por um grupo de amigos ou de vizinhos.

¹⁷³⁴ *Idem*, Couço. Imprensa. 26.5.60, [22]

Nesta altura, aliás, haveria no Couço e localidades próximas 4 Comitês Locais, um dos quais de mulheres a partir dos quais se constituíam 3 fracções, uma para a luta económica, outra para a juventude e uma terceira para a luta política, que, por sua vez organizavam e dirigiam 4 comitês femininos de assalariadas agrícolas e 3 de homens, assim como 8 comissões de unidade, das quais 4 de mulheres ¹⁷³⁵.

Sensivelmente por esta altura, em Maio de 1962, um dos funcionários que controlava a zona ocidental de Lisboa, um zona operária de tradicional implantação partidária, distribuía 100 exemplares do *Avante* e 30 de *O Militante* e fazia igualmente um relatório de apreciação de 27 militantes:

Quadro 31

Zona Ocidental de Lisboa. Quadros ¹⁷³⁶

Pseudónimo	Observações
“Simões”	Mais de 30 anos. Parece ser o mais capaz. Não é queimado
“Rocha”	30 anos. Um ano de Partido. Gosta de estudar. Precisa de ajuda. Origem camponesa. Família séria. Recrutado na luta. Firme nas posições frente à polícia. Algumas incompreensões quanto à linha para o derrube do fascismo. Foi a Beja mas está limpo.
“Pedro”	50 anos. Um pouco anarquista. Distribui 20 Avantes. Queimado. Trabalhou numa Comissão de Unidade dos trabalhadores de Lisboa. Dedicado ao Partido. Pode fazer muitas ligações
“Floriano”	Cerca de 40 anos. Pode ser uma ajuda na zona. Não é quadro para Comité de Zona. Não costuma falar. Antigo no Partido. Sério. Poucas perspectivas. Não é queimado.
“Orlando”	60 anos. Queimado. Poucas perspectivas de trabalho de organização. Não é casado
“Capitão”	Mais de 40 anos. Um ano de Partido. Ponto de apoio para imprensa. Não é medroso. Fez agitação. Distribui Avante. Dedicado ao partido. Não recolhe fundos. Quer trabalhar. Limpo. Tem pouca experiência. Um pouco fechado.
“Jorge”	Disposto a trabalhar. Mostra não ter medo. Fez agitação. Foi do Juvenil
“Abílio”	Está com medo porque tem fugido a contactos. Não pode fazer trabalho de organização porque tem a vida muito ocupada. Fica como correspondente para Avante e RPL. Mostra-se com disposição para enfrentar a polícia.
“Mota”	Barbeiro. Dedicado ao partido. Sério. Tem pouco cuidado (muito expansivo e aberto)
“Fernando”	Operário. Sério. Moralmente formado. Proposto para funcionário. Disposto a dedicar-se mais ao Partido, mas como legal. Um pouco rotineiro. Bom comportamento na PIDE. Anda a estudar. Culto.
“Rufino”	Mais de 30 anos. Um ano de Partido. Capaz teoricamente. Bastante sério. Boa disposição para trabalhar. Fez agitação. Passou rifas. Activo. Lê muito. Capaz de evoluir. Está queimado
“Alecrim”	Veio ligado da terra, mas não funcionou a credencial, mantendo-se longo tempo desligado. Nunca angariou fundos. Disposto a fazer coisas. Vaidoso. Não olha a dificuldades. Vai muito à bola. Pouco dedicado ao partido. Não fez nada para desenvolver lutas de empresa. Não paga regularmente a quota.
“Eduardo”	43 anos. 10 meses de Partido. Inexperiente. Sério. Fez agitação. Disposto a trabalhar.
“Morais”	Queimado. Disposto a fazer agitação. Já esteve preso. Tem ligação a 5 simpatizantes. Sério mas pouco dedicado. Mais dedicado ao futebol. Mulher disposta a trabalhar, mas às ordens do marido. Integrou brigada de agitação
“Rodrigues”	Sério. Paga regularmente quota e imprensa. Já esteve preso por suspeita. Não tem feito trabalho de organização. Está disposto a lutar.
“Feliciano”	Diz que só pode trabalhar ao domingo porque nos outros dias a mulher não quer
“Lima”	Por agora não quer fazer ainda nada. Sério. Disposto a trabalhar, mas só depois do

¹⁷³⁵ *Idem. Couço*, [5]

¹⁷³⁶ Cf IANTT, PIDE-DGS, *Documentos apreendidos a indivíduos do PCP*, NP 9019, Pasta 1, “Armando” – Zona Ocidental, [30, 42, 44, 46, 50-51, 54, 87, 95, 167, 170, 173, 176, 179, 206, 212, 215, 218, 248, 266, 270, 272, 276, 280, 282, 286, 288, 290]

	Partido saber como se portou na Polícia.
“Virgílio”	30 anos. Poucas perspectivas. Bastante inexperiente. Anda a aprender francês. Diz que os operários são uns ignorantes e que a juventude está perdida
“Ramalho”	Esteve ligado na terra. Aburguesado. Vaidoso. Não tem feito trabalho de organização. Não é sério. Diz que está disposto, mas depois não faz nada. Não tem recolhido fundos.
“Joel”	Tem vontade de trabalhar. Já fez agitação.
“João”	32 anos. Tem pouca experiência. Sério. Disposto para a luta. Não é totalmente dedicado.
“Abreu”	40 anos. Disposto a lutar. Bastante capaz. Muito dedicado. Não é queimado, recrutou muita gente. Teórico e prático. Pode-se ter confiança nele. É rijo. Tem pouca experiência.
“Tavares”	Sério. Disposto.
“Afonso”	Disposto. Já fez agitação. Sério.
“Melo”	Cuidadoso. Sério. Capaz de evoluir politicamente.
“Fortes”	42 anos. Disposto a trabalhar. Não recebe fundos. Limpo. Sério. Já esteve ligado ao Partido na terra. Não paga quotização.
“César”	Modesto. Dedicado. Consciência de classe. Ainda não deu provas.

Trata-se de uma organização mais envelhecida, onde surgem em maior número os militantes com mais de 40 anos, com passagens pela prisão, mais letrados, evidenciando um nível cultural superior e em que a organização se alarga também com militantes que trazem ligações anteriores à província.

O capital “saber ler” revela-se aqui com uma importância acrescida, determinando nalguns casos observações relacionadas com as possibilidades de evolução política.

Ainda que os atributos de natureza moral se mantenham – ser sério, principalmente –, bem como as preocupações com o facto de ser ou não queimado, confere-se uma particular atenção à disposição para trabalhar, considerando-se as tarefas de agitação de modo valorativo, bem como a recolha de fundos e o recrutamento de novos elementos.

Regista-se a inexperiência principalmente nos casos de adesão recente ao partido, assim como se assinalam traços negativos quer de natureza meramente pessoal – a vaidade principalmente – mas também desvios políticos em potência, relacionáveis com a predisposição para acções violentas, por exemplo, questão muito sensível ao tempo.

Trata-se, de qualquer modo, de uma organização com características substancialmente diferentes das que ocorrem numa zona rural, como era designadamente o Couço. Nesta altura, na zona ocidental de Lisboa, recenseavam-se 62 militantes e 167 simpatizantes¹⁷³⁷. Havia organização do partido em velhas empresas com fortes tradições de luta, como a metalúrgica Dargent, ou as fábricas da zona das Fontainhas, em Alcântara, a Refinaria Colonial; oficinas como a Viúva Ferrão, já a

¹⁷³⁷ *Idem*, [182]

Santos ou no Ar Líquido, nos quarteirões industriais entre a Ajuda e a Junqueira. Ao todo 10 células de empresa, 2 das quais com secretariado e as restantes apenas com núcleo.

Este Comité de Zona, organismo intermédio, em que se subdividia a cidade de Lisboa a partir do Comité Local, controlava além das células, dois organismos para o trabalho “legal”, um para a frente unitária e outro para a luta contra a vida cara e a amnistia. A estrutura orgânica da zona completava-se com 6 Juntas de Acção Patriótica, quatro das quais em empresas ¹⁷³⁸.

Entre os estudantes, por sua vez, como tivemos já oportunidade de assinalar, o PCP “*Sem conseguir criar uma nova organização do tipo e com a pujança do MUD Juvenil, que morrera naturalmente, mesmo antes de ser formalmente extinto em 1956 e sem reeditar ainda a experiência de uma nova organização comunista para a juventude, (...) lança-se na criação de células e comités entre os estudantes, organicamente distintos das células de empresa e dos Comités Locais, configurando no entanto um sector específico em cada Direcção de Organização Regional onde isso se justificasse*” ¹⁷³⁹.

Assim, apesar do MUDJ ter sido formalmente extinto anos antes, no quadro da correcção do desvio de direita, a política para a juventude, em particular para a juventude estudantil, sofreria uma inflexão de fundo, procurando ultrapassar uma tradição de estreiteza no trabalho político entre os jovens, que vinha efectivamente afunilando desde anos antes.

O sector estudantil constituía-se totalmente dedicado à luta de massas nas Associações de Estudantes. A organização cresceria expressivamente desde finais de 1961. Em três anos tornar-se-ia possível passar a dispor de uma estrutura densa em quatro escalões, contando com largas dezenas de militantes, alguns muito jovens, consideravelmente ramificada na base, ao nível de célula de escola e entre os ensinos liceal, técnico e superior, por onde se conseguiam distribuir 700 exemplares do *Avante!*.

Em 1964, Nuno Álvares Pereira, o controlador do sector na Direcção de Organização Regional de Lisboa apreciava, para uso interno e no âmbito das tarefas de organização que cabiam à função que desempenhava, 41 dos quadros e militantes que a

¹⁷³⁸ Cf. *Idem*, Pasta 5, *Zona Ocidental*, [7]

¹⁷³⁹ João Madeira, *Prisões de estudantes comunistas*. 1964-1965, in João Madeira (coordenador), Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha, *Vítimas de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, pp 313-314

integravam. Depois de preso esclareceria à PIDE a quem, na maioria dos casos, correspondia cada um dos pseudónimos referidos:

Quadro 32

Sector Estudantil de Lisboa. Quadros e militantes ¹⁷⁴⁰

Pseudónimo	Nome	Observações
“Rocha” (agora “Rui”)	Fernando Rosas (Direito)	2,5 anos de PC. Prestígio e actividade de massas. Inexperiente em matéria conspirativa. Firme e dedicado. Disciplinado e inteligente. Modesto. Grande vontade de aprender. Precisa amadurecer entusiasmo. Pode vir a ser bom quadro.
“Guerreiro”	Pinho Monteiro (Medicina)	Mais de 2 anos de PC. Grande activista sindical. Experiente no trabalho de massas e agitação. Cumpre razoavelmente tarefas de controle. Firme e disciplinado. Dedicado. Quer fazer tudo. Pode vir a ser um bom quadro.
“Bárbara”	Antónia Araújo (Letras)	Menos de dois anos de PC. Trabalho de agitação e pouco sindical. Controla. Pouca experiência. Firme e dedicada. Modesta. Não tem muita autoridade sobre camaradas que controla. Muito nervosa.
“Daniel”	Pedro Lemos (estagiário de Medicina)	Firme, dedicado e capaz. Vida partidária intensa. Boa compreensão da linha do Partido. Devotado ao trabalho.
“Moniz”	Ruas (estagiário de Medicina)	Boa formação moral. Firme. Experiente no trabalho legal, mas inexperiente no trabalho político. Mole no controle do núcleo.
“Filipe”	José Manuel Almeida (Medicina)	Muito novo. Deficiências de orientação política. Um pouco extremista. Firme. Dedicado. “ <i>Bom moço, no entanto com uma vida sexual anárquica, o que tem corrigido</i> ” ¹⁷⁴¹ . Precisa amadurecer muito.
“Elsa”	Fernanda Santos Silva (Medicina) Actualmente clandestina	Extremamente dedicada. Firme. Trabalhadora. Cheia de vontade e confiança no Partido. Com estas características tem aprofundado o conhecimento do sector e a sua relativa falta de capacidades.
“Artur”		Muitíssimo novos e inexperientes. Pouco ou nada conhecem do Partido. Cheios de vontade de lutar.
“Armando”	Medicina	Honestos. Parecem firmes.
“Duarte”		
“Sérgio”	Medicina	Mais ou menos 4 anos de PC. Controlado de modo vago e irregular. Firme. Boa formação moral. O afastamento em que andou fez-lhe dar mais importância ao trabalho legal/sindical. Não parece ter grande futuro como quadro, mas pode ser útil. Leal.
“Fernando”	Medicina	Mais de 2 anos de PC. Firme. Cheio de vontade de lutar. Aguenta momentos difíceis. Tem tido controle irregular. Fez menos do que se esperaria. Desconfia do porte na polícia dos seus camaradas. É um quadro de organização

¹⁷⁴⁰ CF IANTT, PIDE-DGS, *Documentos apreendidos a indivíduos do PCP*, NP 9104, [625, 669-671, 674-676, 678, 680-684]

¹⁷⁴¹ *Idem*, [669]

“Vicente”	Medicina	2 anos de PC. Firme. Quadro muito irregular. Vida extraordinariamente anárquica. Originário da grande burguesia. Tem vontade de superar deficiências e trabalhar.
“Cunha”	Medicina	Mais ou menos 4 anos de PC. Firme. Mais conhecedor do Partido. Depois das traições quebrou, mas está a recompor-se. Não tem actividade profundamente definida. Dá-se com toda a gente. Quadro útil. Não tem perspectivas de inteiro devotamento.
“Cristina”	Antonieta Coelho (Direito)	Muito nova, mas com algum tempo de Partido. Firme. Dedicada. Cheia de vontade de trabalhar. Um pouco vaidosa e exibicionista. Bastante infantil. Excepcionalmente activa. Tem grandes possibilidades. Tornar-se-á, se acompanhada, um bom quadro. Com muito futuro.
“Cristóvão”	Furtado (Direito)	Mais de 2 anos de partido. Muitas dificuldades materiais. Modesto Leal. Firme. Dedicado. Venceu bem períodos difíceis, apesar de desacompanhado. <i>“Não tem grandes possibilidades de se tornar um quadro completo”</i> ¹⁷⁴²
“Berta”	Antónia Fiadeiro (Letras) Fugida em França	Ano e meio de PC. Duvida da resistência na polícia, mas tem grande vontade de se portar bem. Muito vaidosa. Com alguns ressentimentos face ao Partido. Um pouco extremista. Com actividade extraordinária.
“Jorge” (actualmente “Silva”	Luís Lemos (estagiário de Medicina)	Era responsável por Coimbra. Mais de um ano de PC. Grande currículo sindical. Muito prestígio. Experiente no trabalho legal e pouco no orgânico. Firme. Dedicado. Sabe pensar e tem opiniões próprias. Activo. Prático no trabalho. Cuidadoso em conspiratividade. Estudioso. Moral sã. Vontade de lutar, mas alguma descrença quanto às possibilidades imediatas do PC. <i>“Viveu um clima de pânico, de desconfiança e crítica hostil em relação à Direcção do nosso Partido, que se verificou no seu meio, mas isso não o afectou e saiu ‘limpo’ para o trabalho. Em todo o caso é atraído para posições chinesas”</i> ¹⁷⁴³ . Poderá ser um bom quadro.
“Vieira”	Valentim Alexandre (Direito, Coimbra)	Mais de 2 anos de PC. Activista sindical. Um pouco “queimado” perante as massas. Firme. Duro. Impulsivo. Enérgico. Não muito modesto, mas sempre disposto a trabalhar. Disciplinado. Valente. Tem cabeça. Não foge à discussão com ninguém. Estudioso. Erecto. Sério. Honesto. Alguma experiência de trabalho orgânico. Desligado ano e meio não perdeu espírito de Partido. <i>“Entende que estamos muito longe da queda do fascismo e que a nossa fraqueza é enorme”</i> ¹⁷⁴⁴ . Pode vir a ser um bom quadro.
“Nuno”	Humberto Lucas (IST)	Apesar de pouco experiente desempenha-se bem. Quadro sindical destacado e prestigiado. Devotado ao trabalho político. É ainda muito empírico. Pais novos-ricos. Pouco influenciável. Faz o que pensa. Firme e dedicado. Reservado.
“Machado”	Liceu D. João de Castro	Apaixonado pelo trabalho político. Cumpridor. Pouca confiança na sua capacidade. Irrita-se com a pouca

¹⁷⁴² **Idem**, [670]

¹⁷⁴³ **Idem** [671]

¹⁷⁴⁴ **Idem**

		energia de alguns camaradas. “ <i>Não vê claro no actual conflito ideológico</i> ” ¹⁷⁴⁵ . Estudioso. Em conflito com a família.
“Abreu”	Mário Joel da Silva Maia (estudante liceal) Funcionário da CML	Modesto. Firme. Eficiente. Simples. Bem disposto. De origem modesta com problemas materiais graves. Pode vir a ser um bom quadro. Simpático. Simples. Esperto.
“Mariana”	Teresa Tito de Morais (estudante liceal)	Dedicada e cumpridora. Um pouco influenciada pela família. Firme. Pouca capacidade política. Modesta. Pouco expansiva.
“Júlio”	Eduardo Jorge (Letras)	Simples. Estudioso. De família relativamente modesta. Eficiente. “Teve uma relação puramente sexual com uma criada de servir, restos com certeza da educação e do meio” ¹⁷⁴⁶
“Nunes”	Filho do Bustorff da Silva (estudante liceal)	1 ano no PC. Dedicado. Capacidade de iniciativa. Formação empírica. Disciplinado. Espírito de sacrifício.
“Catarina”	Zélia Cavaco (Letras)	Não consegue ultrapassar deficiências e limitações pessoais. Preparação política razoável.
“Patrício”	Barroso (Económicas)	7 meses de PC. Tem desenvolvido trabalho sério. Estudioso. Boas perspectivas de evolução.
“Alfredo”	Francisco Chaves (Económicas)	2 anos de PC. Não tem evoluído apesar da ajuda. Inconstante. Actividade irregular. Muito confuso.
“Carvalho”	Liceu Camões	Quadro ideologicamente em formação. Falta firmeza no desempenho de algumas tarefas. Falta de iniciativa. Dedicado. Boas perspectivas de se tornar um bom quadro. Trabalha pouco. Falta de experiência
“Carlos”	Estudante liceal	PC desde Outubro de 1962. bom trabalho sindical. Mobilizador. Entusiasta. Boa formação marxista. Firmeza. Dedicado.
“Fernando”	Maria Manuela Louro (Liceu D. Leonor)	Realizou bom trabalho este ano. Cumpridora. Criticada por sectarismo às vezes. Sólida formação moral. Dedicada. De família progressista.
“Luísa”		PC desde Outubro de 1962. tem vindo a desenvolver bom trabalho. Pouca experiência. Cumpridora. Firme ideologicamente. Introversa.
“Elsa”	Lígia Calapez Gomes	Ano e meio de PC. Pouco activa no secretariado da sua célula. Boa recrutadora. Melhorou iniciativa e preparação ideológica. Dedicada e eficiente. Boas possibilidades de progredir. Tímida.
“Xerife”	Responsável das escolas técnicas	Grande espírito de classe. Moral elevada. Ideologicamente bem formado. Responsável. Grande força de vontade.
“Jacinto”		Moral elevada. Dedicado. Firme. Ideologicamente bem formado. Responsável. Pode vir a ser um bom quadro. Honesto. Trabalhador.
“Reginaldo”	Araújo (Medicina)	Inexperiente. Entusiasta. Comete erros conspirativos. Dedicado. Muito bem formado ideológica e moralmente. Possibilidades de evoluir.
“Simão”	Liceu Francês	Ideologicamente não oferece dúvidas, mas com algumas falhas. Não tem sentido de responsabilidade. Má vontade para certas tarefas. Não tem entusiasmo para a luta. Falta frequentemente a encontros e foge às reuniões. Moralmente bem formado.

¹⁷⁴⁵ *Idem*, [675]

¹⁷⁴⁶ *Idem*, [676]

“Orlando”	Liceu D. João de Castro	Ideologicamente bem formado com possibilidades de evoluir. Trabalhador. Cumpridor. Iniciativa. Firmeza. Dedicado. Espírito de classe.
“Tiago”	Liceu Passos Manuel	Muito novo. Com bastantes possibilidades. Inteligente. Instruído para a idade. Dispersa-se muito. Boa visão do movimento associativo. Pode vir a ser um dos melhores dirigentes associativos. Um pouco esquerdista.
“Gilberta”	Ana Maria Abel (Liceu de Oeiras)	Há mais de um ano no PC. Dedicada. Actividade satisfatória. Falta de iniciativa. Formação ideológica deficiente. Quadro regular com possibilidades de progredir.
“Peixoto”	Miguel Flávio (estudante liceal)	2 anos de PC. Trabalho fraco. Dificuldades económicas. Problemas pessoais. Repugnância pela violência, mas não é pacifista. Não está disposto a ir à tropa e muito menos para as colónias.
“Afonso”	Estudante liceal	No PC há 1 ano. Resistiu a entrar de início num misto de pacifista e anarquista. Superou já essa fase. Inteligente. Possibilidade de progredir. Trabalha conforme as suas disposição. Instável.
“Brito”	Estudante liceal	1,5 anos de PC. Capacidade de trabalho. Eficiente. Metódico. Orientado. Influyente onde actua. Certa falta de iniciativa e de “garra”

Continua a tratar-se de uma organização jovem, não pela especificidade do sector, mas pelo facto de militantes não terem mais de 3 anos de actividade organizada, mas em que as jovens, continuando em minoria, começam a destacar-se e a ocupar lugares de direcção, como era claramente o caso de Antonieta Coelho ao nível das JAPs da Faculdade de Direito de Lisboa.

A militância no sector dividia-se entre o trabalho de organização, mais resguardado, orientado para o recrutamento e para a distribuição da imprensa e o trabalho associativo, designado no sector como “sindical”. Na realidade, mesmo antes da crise estudantil de 1962, que se vinha afirmando um “sindicalismo estudantil”¹⁷⁴⁷, que se configurava desde a contestação ao Decreto 40.900, adquirindo grande expressão em 1960 e 1961 por via da UNEF, UNIÃO Nacional dos Estudantes Franceses, o que passava pela revalorização das Associações de Estudantes.

No que se refere ao trabalho “sindical” em particular, onde se realizava afinal a actividade de massas, sublinham-se os casos de desenvoltura e prestígio adquirido aí, bem como a experiência de intervenção.

Continuam aí, particularmente valorizadas, qualidades como a honestidade, a seriedade, disciplina, o entusiasmo, a capacidade de iniciativa, o dinamismo, a eficiência, em contraponto com a vaidade, a presunção, a irresponsabilidade, a inactividade ou a falta de energia.

¹⁷⁴⁷ Cf. Nuno Caiado, *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, IED, 1990, pp 111-114

É interessante verificar como na apreciação dos quadros no sector se insiste com alguma frequência em aspectos que incidem sobre a vida particular, mesmo íntima, dos militantes, nomeadamente no que se reporta aos seus comportamentos de natureza sexual, genericamente designados de “morais”.

De qualquer modo, esta nova organização estudantil reflecte as profundas mudanças, ainda que lentas e subterrâneas, que tornam a nova vanguarda, como referiu Silva Marques, “*verdadeiramente estudantil, realmente integrada na sua comunidade estudantil*”¹⁷⁴⁸, começando a penetrar e a organizar-se com alguma extensão entre os estudantes liceais.

Os seus militantes rompiam com a tradição boémia, da cabulice estudantil, mas ao mesmo tempo sectária enquistada sobre si própria, relativamente indiferente aos problemas concretos vividos nas universidades em particular e passavam a interessar-se pelos problemas de natureza associativa, pelas actividades culturais que desenvolviam no âmbito das Associações de Estudantes. Tratava-se, na realidade, de uma verdadeira viragem para uma linha de massas. E tudo isto já não tinha praticamente nada a ver com a experiência do MUD Juvenil.

Além do mais passavam a contactar directamente as fontes do marxismo, através de obras que traziam do estrangeiro, de Paris em particular, ultrapassando as sebatas requentadas em que bebiam quase que exclusivamente as gerações anteriores, que haviam vivido a experiência do MUDJ, como eram, designadamente, os *Princípios elementares de Filosofia*, de Georges Politzer ou o *Materialismo Histórico e o Materialismo Dialéctico*, de Estaline¹⁷⁴⁹.

Este cosmopolitismo, ainda que relativo, mitigado, proporcionava um alargamento do acesso às fontes do pensamento europeu de esquerda que se quiseram articular em debate com o marxismo, introduzindo assim novos perfis estudantis com efeitos evidentes ao nível dos sectores politicamente mais esclarecidos.

Todavia, os efeitos permanentes da repressão, obrigando a lentos e prolongados processos de reconstituição, conferiam um traço quase permanente de instabilidade às organizações. Aqueles que escapavam à repressão que se abatia sobre um determinado sector, eram imediatamente suspensos da actividade partidária, o que implicava um corte com a organização, que podia representar o isolamento de um ou vários militantes por períodos prolongados.

¹⁷⁴⁸ J.A. Silva Marques, *Relatos da Clandestinidade. O PCP visto por dentro*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1976, p. 36

¹⁷⁴⁹ Cf. *Idem*, pp 37-38

Em caso de prisão do funcionário que controlava o sector, ou até em caso de suspeita que o sector pudesse estar sob vigilância ou infiltrado pela polícia, a situação punha-se de igual modo – corte drástico dos laços orgânicos até a situação se esclarecer ou dissipar.

O período entre a prisão e a libertação, mesmo que na grande maioria das situações igual ou inferior a dois anos ¹⁷⁵⁰, era, evidentemente mais que suficiente para interromper de modo prolongado a actividade partidária, para além do sério aviso que representava uma passagem pela polícia sob tortura e com toda a sorte de humilhações e maus tratos, o que, nalguns casos, dissuadia ou condicionava a retoma da actividade depois da libertação.

Quando observamos as vagas de prisões que se abateram apenas no sul do país entre as décadas de 40 e de 60, isso torna-se evidente. Nalgumas localidades, várias investidas policiais em anos praticamente consecutivos conseguiram abalar prolongadamente a capacidade de intervenção partidária, ainda que a organização pudesse ser mantida em níveis mínimos ou reduzida a contactos individuais.

Quadro 33

Prisões no Sul

Localidade	Nº de presos	Localidade	Nº de presos
Montijo	8	Borba	1
Barreiro	12	Comporta	1
Seixal	5	Montemor	13
Moita	4	V. Novas	8
Alhos Vedros	25	Beja	46
Almada	3	Ferreira	8
Cova da Piedade	4	Aljustrel	39
Setúbal	12	Ervidel	1
Margem Sul	5	Beringel	1
Almada	1	Penedo Gordo	3
Margem Sul	4	C. Verde	8
Moita	2	Carregueiro	1
Margem Sul	14	Garvão	13
Águas de Moura	7	Mina S. Dom.	17
Palma	20	Corte Pinto	5
Alcácer do Sal	10	VR Sto Ant.	19
Alcácer do Sal	7	Tavira	5
Alcácer do sal	2	Olhão	36
Pegões	4	Faro	12
Comporta	5	Loulé	1
Grândola	43	Silves	11
Grândola	5	Silves	8
Sant. Cacém	2	Silves	2
Ermidas	13	Silves	1
Alvalade	3	Silves	3

¹⁷⁵⁰ Cf Fernando Rosas, Irene Flunser Pimentel, João Madeira, Luís Farinha e Maria Inácia Rezola, **Tribunais Políticos**, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009, p. 169

Sines	4	Silves	6
Baleizão	2	Portimão	32
Pias	78	Lagos	24
Serpa	3	C. Monchique	4
Vale Vargo	32	Vários	48
A.N. S. Bento	5		
A-do-Pinto	5		
Couço	9		

Fonte: IANTT, PIDE-DGS, *Processo 290/GT, Prisões, portes e falados no Sul através dos vários anos*, [127-195]

Foi claramente o que se passou no Couço, alvo de sucessivas investidas entre 1958 e 1962, que deu origem a 30 processos instruídos pela PIDE, a maioria dos quais colectivos, envolvendo por vezes mais de uma dezena de indivíduos ¹⁷⁵¹.

3. A prisão: espectro e realidade

O espectro da prisão pairava no quotidiano dos militantes e dos quadros. Mesmo antes da integração formal, desde a condição de simpatizantes, os potenciais militantes são educados no sentido do bom porte na cadeia. Este aspecto constitui aliás um dos veios centrais da educação dos militantes comunistas, que precede muitos outros aspectos de natureza política ou ideológica.

O folheto *Se fores preso camarada*, de Álvaro Cunhal, editado pela primeira vez em 1947 e que, no período considerado, foi objecto de reedições em 1949, 50 e 63 ¹⁷⁵², determinava, como orientação central e clara de não prestar quaisquer declarações à polícia, não revelando os segredos do partido. O documento abria, directo e grave – “*Se fores preso, camarada, cairá sobre ti uma grande responsabilidade. Terás de continuar defendendo o teu partido, os teus camaradas, o teu ideal, mas em situações muito diferentes, pois que te encontrarás isolado nas mãos do inimigo, sujeito aos teus insultos e às suas violências. Se fores preso, camarada, encontrar-te-ás em circunstâncias tão duras como nunca talvez tenhas atravessado*” ¹⁷⁵³.

Tratava-se de um manual de boas práticas em caso de prisão. Com manifesto carácter didáctico, reportava-se a cada momento concreto, fornecendo conselhos e orientações práticas, desde ao momento da prisão aos interrogatórios, às torturas, às

¹⁷⁵¹ Cf Paula Godinho, *Memória da Resistência*..., pp 343-344

¹⁷⁵² Cf. *Se fores preso, camarada* [4ª edição, de 1963], in Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas*, II. 1947-1974, Lisboa, Edições Avante!, 2008, pp 591-605

¹⁷⁵³ *Idem*, p. 591

diferentes estratégias da polícia durante o interrogatório, ao período de prisão antes do julgamento, levando esse aconselhamento até ao tribunal.

Sobre aqueles que prestavam declarações, pendia o mais sentencioso dos anátemas:

“Castigo e desprezo para os traidores

Aqueles que, esquecendo os seus deveres de militantes, o seu nome e a sua honra de comunistas, prestam à polícia declarações que servem o inimigo e prejudicam o Partido e a causa da libertação do nosso povo, não podem ser mais considerados como revolucionários sinceros e são expulsos das fileiras do Partido. A consideração, amizade e carinho que os rodeava em virtude da sua actuação política desaparecem, dando lugar ao desprezo dos seus anteriores camaradas de luta, dos seus companheiros de trabalho e das próprias pessoas que lhes são queridas. O seu nome passa a ser apontado como sinónimo de indignidade, de cobardia, de traição” ¹⁷⁵⁴

Nestes precisos termos, é fácil perceber como a excomunhão pesaria como espectro primeiro e como ferrete perene, depois. O sentido de fidelidade e honra ao partido reforçava, por contraste e de modo indelével, o pecado letal de não conseguir aguentar as torturas policiais, contribuindo ainda para uma maior fragilização ulterior, expondo-o a novos golpes policiais. O comportamento em caso de prisão era assim, e justificadamente, motivo de grande preocupação e ansiedade por parte dos militantes.

Em caso de prisão, abria-se como que um inquérito com base no qual se procuravam esclarecer as condições em que isso se verificara, bem como o comportamento do elemento detido, procurando-se em primeiro lugar, determinar se o motivo da prisão era resultado de uma circunstância fortuita, se derivado de erros conspirativos ou de uma eventual infiltração policial.

Depois, tratava-se de avaliar o comportamento do militante perante a polícia, desde a entrada na prisão aos interrogatórios e à sua postura em tribunal, como mais tarde, inclusivamente, ao modo como se comportavam ao longo do período de detenção, no cumprimento de pena e das medidas de segurança.

Todavia, constituindo posição de princípio não prestar quaisquer declarações, distinguia-se entre revelação de aspectos concretos da organização e da vida partidária e a respectiva confirmação, na base de que já alguém havia fornecido os elementos em causa. Nestas circunstâncias, e ao contrário daquilo a que o *Se fores preso, camarada*

¹⁷⁵⁴ *Idem*, p. 603

induzia, o militante podia não ser liminarmente expulso, mas suspenso, sanção que o remetia para uma espécie de limbo doloroso, que podia arrastar-se por muito tempo, mas que não implicava necessariamente um corte radical e definitivo com o partido, no que constituíam objectivamente atenuantes ao comportamento dos militantes presos.

Só no Alentejo, onde a composição social do partido estava longe de ser essa, as expulsões devido ao porte na atingiam quantitativos altos, consideradas três vagas repressivas em particular – 1947, 1949 e 1951.

Quadro 34

Expulsões do PCP no Alentejo ¹⁷⁵⁵

	Montemor-o-Novo	10	
	Vendas Novas	13	
	Pegões	4	
	Lavre	3	
	S. Torcato	1	
	Benavila	1	
1949	Crato	2	38
	Chança	1	
	Ferreira do Alentejo	3	
	Beja	8	
	Aljustrel	6	
	Castro Verde	1	
	Gavião	1	
1951	Rosário	1	19
	Casével	1	
	Penedo Gordo	1	
	Mora	1	65
	Estremoz	1	
	Vila Viçosa	1	
1947	Borba	1	
	Machede	1	8
	Monforte	1	
	Couço	2	

Não surpreende por isso que a questão do porte na cadeia ocupasse um lugar central na educação dos militantes e fosse motivo de enorme preocupação por parte dos dirigentes e funcionários, já que por aí passava o essencial das questões relacionadas com a defesa do partido, com a sua sobrevivência face às investidas policiais.

Manuel Pedro, depois de recrutado para o PCP, refere que “*Seis meses depois fui “agarrado” em casa pelo meu primeiro “controleiro”. O Daniel Leão. Retive desse*

¹⁷⁵⁵ IANTT, PIDE-DGS, NP 9076, *Portes no Alto e Baixo Alentejo*, [584-665]

*primeiro encontro, de maneira decisiva, que “um comunista não fala na polícia se for preso” e nunca dirá a ninguém que é membro do Partido”*¹⁷⁵⁶

O folheto *Se fores preso, camarada* sistematizava as situações e os comportamentos correspondentes, preocupação que estava aliás patente em muitos outros documentos. Uma das estrofes do chamado *Hino de Caxias*, por exemplo, divulgado e cantado clandestinamente era naturalmente esclarecedor – “*podem cortar meu corpo à chicotada/ podem calar meu grito enrouquecido/ que a minha boca ficará fechada/ não trairá os segredos do partido*”¹⁷⁵⁷.

Soeiro Pereira Gomes, já depois de passar à clandestinidade dedica um dos seus *Contos Vermelhos* à situação de levar a resistência frente à polícia às últimas consequências. Em *Mais um herói*, um conto de Janeiro de 1949, é o elogio do militante que corajosa e abnegadamente recusa qualquer tipo de cedência ou colaboração com a polícia que se traduzisse na revelação de segredos do partido ou na denúncia de camaradas seus, com sacrifício da própria vida:

“Deitado no chão por uma chicotada, com a cara cortada de lado a lado, ficou a escabujar sob os golpes ininterruptos dos agentes, e a resguardar a cabeça no casaco, como se este pudesse couraçá-lo. Já o sangue escorria das roupas para o chão e os agentes pareciam enojados, ainda o chefe gozava a cena, com sádica expressão. Por fim, quando Paulo já quase não reagia às chicotadas, aquele levantou-lhe a cabeça e gritou:

- Fala sacana!

- Não trairei... nem que... - começou Paulo a dizer. Mas o polícia atirou-lhe um soco à boca, que lhe fez saltar os dentes da frente, de mistura com sangue e gemidos de dor.

O jovem caiu para trás. Dos seus lábios já não podiam soltar-se mais palavras. Mas os olhos, muito abertos, e os punhos cerrados, diziam por ele:

*- Nem que me matem!”*¹⁷⁵⁸.

Quando a gravidade das declarações prestadas não implicava expulsão, era admitida a recuperação e conseqüente reenquadramento do militante, o processo em regra lento e sujeito a uma acrescida prestação de provas destinadas a verificar se tinha havido evolução da sua consciência, de modo a que em caso de nova prisão garantisse enfrentar corajosamente a polícia.

¹⁷⁵⁶ Manuel Pedro, *Sonhos de poeta, vida de revolucionário*, Lisboa, Edições Avante!, 2004, , p. 49

¹⁷⁵⁷ IANTT, PIDE-DGS, *P. 570/GT, Hino de Caxias*, [112 v.], mns

¹⁷⁵⁸ Soeiro Pereira Gomes, *Mais um herói*, in *Obra Completa*, Lisboa, Caminho, 1992, p. 396

Em *O Pio dos Mochos*, outro dos *Contos Vermelhos*, Soeiro Pereira Gomes narra o percurso do militante a quem é atribuída como prova para a “recuperação” da sua qualidade de efectivo do partido, a tarefa de distribuir propaganda clandestina num cemitério. À dificuldade da acção juntava-se o medo atávico, ligado ao cenário onde a acção iria decorrer, que o piar dos mochos como agoiro adensava:

“Sentiu nas mãos a frieza do muro... Saltou. E de súbito por entre o fuste dos ciprestes, pareceu-lhe distinguir um vulto imóvel à porta do jazigo. Parou estarrecido. A mão direita tacteou o revolver no bolso, mas o cérebro recusou-se a comandar o gesto. Um calafrio arrepanhou-lhe as costas; ouviu bater o próprio coração. Ali, no domínio dos mortos, tornavam-se inúteis as armas. E aquele vulto era a alma penada do seu avô que vinha opor-se ao sacrilégio. Sim, era ele! Via-se avançar; pressentia o toque mortal das suas mãos geladas... «Porque escolhera Alexandre o cemitério? Porquê?! Sempre os fins a justificarem os meios! Meu Deus...»

Caíra de joelhos, com o rosto escondido entre as mãos. Como um eco, escutou uma voz que lhe dizia:

- Estás fatigado, camarada? Deixa ver o saco.

Admirado e trémulo, o jovem levantou a fronte. – Mas és tu... Alexandre?!

- Pensei que precisarias do meu auxílio... - E noutro tom: - Vamos. Espalha os panfletos e safá-te. Os cães farejam-nos.

Tomé soergueu-se. – E tu?

- Eu fico no jazigo. Tentarei falar com algumas mulheres.

Minutos depois, rastejando sobre as ervas orvalhadas, no regresso, o jovem repetia para si: «É um grande dirigente, aquele Alexandre! E um bom amigo».

No olival enluarado, um mocho piou e outro mocho respondeu. Tomé sorriu. «Que engraçado é o pio dos mochos!»¹⁷⁵⁹

Nem sempre, porém, a realidade se coadunava com a literatura militante, de efeitos educativos e galvanizadores, disseminando exemplos positivos. Olímpia Braz, do Couço, que havia sido presa juntamente com o marido refere-se, quando entrevistada a essa situação de modo desassombrado. A leitura, vezes a fio, do *Se fores preso, camarada*, não bastava, pois o confronto com a realidade policial era incomparavelmente mais duro, mais ardiloso, mais violento do que aquilo que a mera leitura do documento podia fazer depreender¹⁷⁶⁰.

¹⁷⁵⁹ Soeiro Pereira Gomes, *O Pio dos Mochos*, in *Obra...*, pp 286-387

¹⁷⁶⁰ Cf. Paula Godinho, *Memórias da resistência...*, p. 327

No isolamento da prisão do Aljube, em 1950, Arquimedes da Silva Santos, médico, poeta, o primeiro a ser preso num grande processo colectivo que desmantelou completamente o sector intelectual de Coimbra, escreve num dos seus poemas de cárcere versos amargos *“Aqui me amortalho/ em meditativa mágoa/ - Sacrificaram-me a carne/ à estátua da denúncia/ do sequestro/ do subterrâneo sepulcro”*¹⁷⁶¹.

A repressão, que constituiu sempre o principal factor de corte prolongado ou definitivo com a organização, implicava condições prisionais duríssimas. Em primeiro lugar, na fase de instrução de processo, as torturas e vexames infligidos, os espancamentos, a privação de sono, a “estátua”, as ofensas morais, a intensa pressão psicológica, o isolamento, as visitas esporádicas, em condições de prepotência e humilhação, o espectro da morte rondando sempre. Como se refere num depoimento sobre a experiência prisional, *“Durante os 67 dias em que permaneci em isolamento fui sujeito à tortura pela privação total de sono durante 12 dias em dois períodos: o primeiro de 4 e o segundo de 8 dias consecutivos. Durante os períodos de tortura de sono, fui sujeito ainda a outros tipos de violência tais como: duas sessões de brutal espancamento a soco, pontapé, golpe de cutelo e ainda batendo com a cabeça nas paredes”*¹⁷⁶².

Lino Lima, advogado de Famalicão, preso com outros de diversa origem social, muitos operários e assalariados rurais arrancados às suas distantes terras de origem e às suas famílias, reconhece como também na prisão essas diferenças sociais se reflectiam:

*“Relembrando-a agora aqui, no silêncio do meu escritório, vejo como a minha prisão foi diferente da de outros camaradas, dos operários e camponeses que caem sozinhos nas mãos daqueles sicários, no inferno daquelas celas, sem ninguém que telefone ao director a saber deles, sem ninguém que lhes faça sentir haver olhos e ouvidos atentos ao modo como os tratam”*¹⁷⁶³.

Depois, a vida na cela, as condições e a disciplina prisional, os castigos e toda a sorte de arbitrariedades, o julgamento iníquo, regido por um simulacro de Direito, protagonizado por magistrados que eram, na maioria dos casos, meros e rasteiros braços e caixas de ressonância do próprio regime.

A defesa dos comunistas em tribunal foi ponto de honra, em particular dos principais dirigentes, sendo exemplo educativo proveitoso para a generalidade dos

¹⁷⁶¹ AAVV, **Arquimedes da Silva Santos. Sonhando para os outros**, Vila Franca de Xira, CMVFX/Museu do Neorealismo, 2007, p. 50

¹⁷⁶² AEPPA, **Elementos para a História da PIDE**, Lisboa, AEPPA, 1976, p. 32

¹⁷⁶³ José Ricardo [Lino Lima], **Romanceiro do Povo Miúdo**, Lisboa, Edições Avante!, 1991, p. 112

militantes. A boa prática entroncava na tradição do movimento comunista internacional, particularmente a partir do exemplo de George Dimitrov, dirigente internacional que fez da sua defesa uma acusação cerrada contra o regime nazi que, provocatoriamente, o acusava de autoria moral do incêndio do Reichstag, o parlamento alemão, em Fevereiro de 1933.

Nessa linha, em 1950, a defesa de Álvaro Cunhal no Tribunal Plenário foi objecto de notícia de primeira página do *Avante!* e o texto integral seria, depois, divulgado internamente no PCP. Segundo o órgão central do Partido Comunista:

“Enfrentando firme, corajosa e serenamente o tribunal fascista onde o seu “julgamento” ia ter lugar, Álvaro Cunhal dirigente querido do PCP, ergueu ali da tribuna, onde o acusado passou a acusador, onde os crimes hediondos da camarilha salazarista contra os mais abnegados patriotas foram denunciados, onde a política anti-nacional da camarilha salazarista foi posta a nu, onde a linha política e meios de acção do PCP foram expostos e defendidos, onde as calúnias e mentiras insistentemente divulgadas pela imprensa e rádio fascistas contra os comunistas foram desmascaradas e deitadas uma a uma por terra” ¹⁷⁶⁴.

Como Cunhal, outros dirigentes do PCP tomaram a mesma atitude – Octávio Pato, Joaquim Pires Jorge, Jaime Serra, Francisco Miguel, António Dias Lourenço, entre outros ¹⁷⁶⁵ erguendo a voz de denúncia contra o regime em pleno tribunal plenário e sendo por isso, não raro, violentamente impedidos e expulsos da sala.

Francisco Miguel, por exemplo, quando julgado em 1955 afirma a dado passo da sua intervenção:

“Ao longo dos quinze anos de prisão que já tenho, por ser comunista, que não por outra coisa, tenho sofrido muitas violências físicas e tenho sido ofendido muitas vezes. Mas estes métodos, estas violências e brutalidades, que talvez tenham feito recuar alguns cobardes, no meu caso só têm servido para fortalecer em mim a consciência de que cumpro o meu dever de filho do nosso Povo.

As violências e arbitrariedades não conseguirão deter a marcha sempre ascendente das ideias comunistas.

¹⁷⁶⁴ A defesa de Álvaro Cunhal foi uma acusação implacável contra a política anti-nacional da camarilha salazarista, in *Avante!*, VI série, 149, Julho de 1950

¹⁷⁶⁵ Cf AAVV, *A defesa acusa*, Lisboa, Edições Avante!, 1975

*Na verdade, senhores juizes, a minha situação aqui, depois de mais oito anos de prisão contínua, não é a de um réu, é antes a de um queixoso. Por isso a minha defesa, legítima defesa, não pode deixar de ter esta forma de acusação”*¹⁷⁶⁶

Eram exemplos destes que se tornavam lendários, passando de boca em boca no interior do partido, contribuindo para cimentar uma cultura de resistência que também entrava pelos tribunais dentro, e ousava tomar a apalavra e inverter os papéis – passar de acusado a acusador.

Finalmente, o cumprimento da pena sujeito às ignominiosas “medidas de segurança”, procedimento destinado a manter a situação, para lá do período da condenação, por quanto tempo fosse entendido pelo regime.

Mas, não obstante, toda este sistema repressivo, foi nas prisões que a formação dos militantes mais se pôde realizar, contornando a vigilância dos carcereiros, recorrendo a mecanismos engenhosos, mas sobretudo, beneficiando, desgraçadamente, de disponibilidade pessoal e de tempo para que colectivamente se fossem organizando essas actividades, sempre enquadradas, no caso dos militantes do PCP, pelas respectivas Organizações Prisionais.

Dentro da prisão, em cada prisão, a constituição de uma organização prisional, dotada de direcção própria, respeitando a hierarquia partidária dos elementos detidos, ramificando-se por cada sala era uma realidade, quase tão antiga quanto a existência de núcleos de comunistas presos, que foi sendo aperfeiçoada, oleando-se os mecanismos de ligação ao exterior, isto é, à Direcção do partido, sendo desenvolvida fundamentalmente através das visitas de familiares.

Para muitos militantes, a prisão foi um local de aprendizagem por excelência – aprendizagem das primeiras letras, inclusivamente, mas aprendizagem política, dos fundamentos doutrinários e de cultura geral, também – línguas, ciências, história..., a que se quis conferir as características de ambiente formal de aprendizagem. Referindo-se ao Aljube, às salas comuns, Francisco Martins Rodrigues refere:

“Organizávamos a vida colectiva, elegíamos mensalmente a a administração da comuna, íamos às visitas, repartíamos os lanches recebidos das famílias, tínhamos o jornal diário (nem sempre), dávamos aulas (de elitura, de contas, de francês, de história), apresentávamos as nossas reivindicações ao director da cadeia. E continuávamos a marchar infindavelmente, mas agora em grupo, discutindo política e

¹⁷⁶⁶ **Idem**, p. 79

contando as nossas histórias, o que também era importante como trabalho de mobilização. A vida na sala 3 do Aljube, com 20 ou 30 pessoas era esfalfante (...).

*Em salas “adiantadas” davam-se autênticos cursos. Na sala 2ª do Aljube frequentei um curso elementar de economia política, dada pelo Chico Miguel, que tinha a matéria decorada por já a ter dado muitas vezes em prisões e no Tarrafal. Sem apontamentos, caminhávamos em grupo para trás e para diante, na penumbra, procurando não chamar a atenção do guarda, sempre à espreita pelo ralo da porta. O Chico Miguel ia expondo um capítulo em cada dia e nós colocávamos as nossas perguntas, objecções, etc. No dia seguinte recapitulava-se a matéria dada e passava-se a um novo tema. Acho que durou meses. Também trocávamos os nossos conhecimentos de história de Portugal, revolução russa, história da resistência anti-fascista, etc.”*¹⁷⁶⁷

É nesse sentido que as prisões foram locais de sociabilidade política, “universidades”, por onde passaram gerações de militantes que puderam aí iniciar ou desenvolver um aprendizado teórico, ainda que por vezes, antes, fosse necessário, para muitos proporcionar-lhes a aprendizagem das primeiras letras e a apropriação de todo um conjunto de termos de carácter cultural, geral.

Com vidas e percursos interrompidos pela prisão, entre o orgulho de ter resistido ou vergados sob o anátema da traição, foram centenas e centenas, milhares de militantes que passaram pelas fileiras do partido. Não obstante, mesmo nessas circunstâncias, no sul, como por todo o país, o partido soube manter na sua orla a maioria dos elementos que ao longo dos anos foram suspensos, afastados ou até expulsos, que, por sua vez, carregaram anos a fio, muitos dolorosamente, uma culpa que os ciliciava permanentemente, distribuindo-lhes por vezes tarefas concretas, sem que isso significasse reintegração orgânica. Como refere Manuel Colhe, um antigo funcionário de Alpiarça que, expulso depois de preso se manteve sempre na órbita do partido:

*“Fui expulso por ter falado, mas continuei na mesma a lutar ligado ao Partido cá em Alpiarça. Como eu adquirira uma grande experiência no trabalho de clandestinidade e nas lutas de massas só queria continuar a lutar. Quando vim da cadeia, esse era o meu desejo e os meus camaradas permitiram”*¹⁷⁶⁸

Do mesmo modo, muitos daqueles que, assustados com a perspectiva ou experiência de uma prisão, não a querendo viver, ou repetir, se mantiveram como

¹⁷⁶⁷ Francisco Martins Rodrigues, *Os meus trabalhos prisionais*, in *PREC*, 1, Outubro de 2006

¹⁷⁶⁸ João Céu e Silva, *Uma longa viagem com Álvaro Cunhal*, Porto, ASA, 2005, p. 133

amigos, a uma distância prudente, mas longe de representar um corte radical com a organização a que continuavam afectivamente ligados.

O impacto da prisão, mesmo que superado com o sentido de honra resultante de ter tido “bom porte”, levava a que, mantendo-se os laços organizativos, se recusasse o desempenho de tarefas concretas, cujo grau de exposição política podia potenciar nova prisão. Lino Lime refere claramente esta situação:

*“(...) saíra da cadeia com medo! Lá dentro tudo correria bem, tinha-me portado com dignidade. Porém, quando me apanhei na rua, vieram-me os terrores de voltar outra vez para dentro daquelas quatro paredes, com uma janela de vidro foscado e cinco passos para um lado e cinco passos para o outro. Foi quando estava ainda neste estado de espírito que Bacelar me convidou para fazer parte da Comissão Concelhia do MUD. Disse-lhe que não e, honestamente, confessei-lhe que estava com medo. Cada um que me julgue. Todavia, primeiro, que me compreenda, como fez o Bacelar”*¹⁷⁶⁹

Uns e outros constituíram uma extensa orla partidária, alimentada pela distribuição da imprensa ou vinculada por donativos que continuavam a prestar.

Para os militantes, resistir ao próprio medo não só face à eventualidade de ser preso, mas também quanto ao desempenho da actividade partidária, representavam uma vitória sobre si próprios e o reforço do sentido de honra e de dignidade como membros do partido, como sugere Fernando Mouga, referindo-se à sua experiência militante:

*“Por inteligência, por coração e consciência o fiz e dos actos praticados só me resta o orgulho de ter conseguido superar receios e fundos medos que não o sentimento de algo em paga de me ser devido, porque o cumprimento do dever é, por natureza, prática incompatível com o recebimento de qualquer preço”*¹⁷⁷⁰

Manter a actividade partidária a todo o custo foi assumido por algumas organizações, como sucedeu em Montemor-o-Novo no período que se seguiu à grande vaga repressiva, de 1949, que isolou a organização local da Direcção do Partido durante um ano:

“Houve diversos militantes que escaparam á razia (...). Esse grupo de militantes criou um organismo e procurou refazer a organização do partido (...). Foram criados alguns novos comités locais e um novo comité sub-regional de Montemor (...) Assegurou-se a recolha da quotização dos militantes. O dinheiro da quotização era escondido numa panela dentro de um muro de uma cabana. (...)”

¹⁷⁶⁹ José Ricardo [Lino Lima], **Romanceiro do povo miúdo**, Lisboa, Edições Avante!, 1991, p. 135

¹⁷⁷⁰ Fernando Mouga, **Janela da memória**, Vila Nova de Famalicão, edição de autor, 1996, p. 322

Passado cerca de um ano, quando o novo funcionário apareceu à organização (Severiano Falcão) ele ficou estupefacto ao receber mais de 20 contos de quotização com os respectivos balancetes mensais”¹⁷⁷¹.

Esta autonomia, feita de grande voluntarismo e de disciplina adquirida por parte de um punhado de militantes, resultava directamente do seu isolamento, mas uma vez reatadas as ligações, a organização reinseria-se naturalmente na pirâmide partidária, reocupando a posição que lhe havia sido primitivamente destinada, constituindo exemplo muito elogiado.

No entanto, as exigências de resposta política colidiam com este tipo de circunstâncias, como com a própria cadência espaçada das reuniões e do controlo vertical, associado a níveis limitados de formação política.

Essa pressão sentia-se de modo mais directo nos sectores “legais” que actuavam nas estruturas unitárias e mais particularmente ainda em períodos de intervenção eleitoral em que a resposta acabava por ser construída no momento, reflectindo opiniões pessoais nem sempre alinhadas com o que era ou viria a ser a posição oficial do partido.

Isso verifica-se em 1958, nas eleições presidenciais, num período de forte aceleração dos acontecimentos e com Humberto Delgado a beneficiar nas suas iniciativas de grandes acolhimentos de rua. Quando o PC ainda procurava afincadamente um candidato alternativo ao general, já o destacado grupo de militantes do Norte de que, entre outros, fazia parte Virgínia Moura e Lobão Vital, não se eximia a apoiar publicamente Delgado, divergindo assim abertamente das posições do partido.

Mesmo que a situação pudesse ser mais sensível em certos sectores, as condições gerais de actuação num quadro de ilegalidade e de clandestinidade tornava-a relativamente comum a todo o partido, o que conferia um grau de autonomia considerável aos militantes e aos quadros de base que, naquelas condições, podiam face a um problema surgido fortuita ou inesperadamente, não dispor capacidade e de tempo útil para os debater e construir resposta com o apoio do controleiro.

Como vimos, a adesão de gerações de jovens, de homens e mulheres ao Partido Comunista é quase visceral, fundamentalmente determinada pelo descontentamento face à situação que viviam, à situação do país e às políticas do governo, dispendo-se com sacrifícios pessoais de toda a sorte, ao nível do trabalho, do local de residência, sofrendo as humilhações, as violências e as agruras da prisão.

¹⁷⁷¹ António Joaquim Gervásio, **O PCP e a resistência contra a ditadura fascista no concelho de Montemor-o-Novo**, [separata de *Almansor* sem indicação de número e data], 1994, p. 330, [8]

A origem dos militantes tanto era dos meios operários e populares com longa tradição e experiência de luta, como de meios conservadores e tradicionalmente católicos, como eram as zonas do norte e centro do país. Coexistiam, e resistiam, valores e concepções que demoravam longamente a serem vencidas ou ultrapassadas.

Uma parte dos militantes do partido, mantinha efectivamente antigas e profundas convicções religiosas, fruto de uma educação e de uma identidade fortemente marcada pela influência, directa ou indirecta, da Igreja. Álvaro Cunhal em *Até amanhã, camaradas* aborda justamente esta situação, num quadro de queda como era a prisão e a necessidade de resistir à polícia, pondo em diálogo duas racionalidades que acabavam por se confrontar no interior do próprio partido:

“O investigador convenceu-se definitivamente de que Pereira tinha feito marcha atrás, quando lhe trouxeram a notícia de que Ramos tinha sido abatido á porta da sua casa depois de o ter lá ido procurar. Interrogado e espancado nos últimos dias para dizer se mais alguém além de Vaz e António iam lá a casa, Pereira negara teimosamente. E mesmo depois da morte de Ramos, citando-lhe o nome, continuou a negar.

Foi então que chamaram Conceição para a esmurrar e insultar.

Depois da acareação, à noite, já com o filho adormecido, Conceição fizera as suas orações. Entre elas a seguinte: «Virgem Maria, Senhora Imaculada, livrai o meu companheiro da tentação de trair os seus companheiros e o seu ideal para se poupar ao sofrimento. Dá-lhe coragem e forças para aceitar a tortura e mesmo a morte em defesa da sua honra e da honra do seu filho.»

Conceição contou mais tarde como esta sua oração havia sido ouvida e atendida. O camarada a quem o contou, observou-lhe que, antes do milagre dos céus, ela, Conceição, fizera o milagre na terra.

*- Como podes dizer tal coisa? – perguntou Conceição corando e sorrindo”*¹⁷⁷²

O corte crítico com o passado, com a educação, com o meio de origem na perspectiva duma construção aproximativa do que devia ser um militante modelo, política e ideologicamente formado, forte nas suas novas e assumidas convicções era um processo inevitavelmente longo e complexo, que, no contexto da actividade partidária em liberdade, era normalmente feito de modo informal, coexistindo durante muito tempo com resquícios de valores e de mentalidades, mais ou menos adormecidos.

¹⁷⁷² Manuel Tiago [Álvaro Cunhal], *Até amanhã, camaradas*, Lisboa, Edições Avante!, 2ª edição, 1975, pp 290-291

Aliás, enleavam-se nas fileiras do partido diferentes sensibilidades, heranças culturais, distintas culturas políticas, algumas com pouco de marxista, que o partido procurava ultrapassar através de todo um esforço de homogeneização, sempre limitada e sempre relativa.

A construção do militante comunista, à imagem do partido, tinha, nos circunstancialismos apontados, um primeiro e fundamental estágio em função do combate diário, travado contra o regime, o patronato e os seus aparelhos repressivos, fazendo assim convergir essas várias sensibilidades e culturas contra um inimigo comum.

O imediatismo e o praticismo, as respostas conjunturais à situação política, às ofensivas do governo e às suas políticas constituíam o centro da política do partido. Os próprios programas do partido, quer o de 1957 quer o de 1965, se apontam genericamente em direcção ao socialismo e ao comunismo, são sobretudo ensaios sistematizados de resposta concreta para universos temporais de curto e médio prazo, subordinando-se a formação política dos militantes a esta perspectiva, que é a do horizonte de luta pelo derrube do regime.

4. Para uma cultura militante

A luta contra o fascismo foi o grande elemento unificador da cultura política do PCP sobre a multiplicidade de factores e componentes diversas, de natureza social, geográfica ou geracional, onde se espelha a realidade partidária.

O PCP era sobretudo um partido antifascista. Na realidade, particularmente nos países que sofreram ditaduras de tipo fascista, mais ou menos prolongadas, a aspiração ao seu derrube e ao restabelecimento da democracia entrelaçava-se com a exigência de profundas transformações sociais ¹⁷⁷³, naquilo que de algum modo eram os objectivos conferidos às democracias populares que se construíram, na Europa central e oriental no pós-guerra. E, de algum modo, para o PCP, essa mesma ideia dava corpo ao seu grande eixo estratégico identificado com os próprios objectivos de mais longo prazo.

Segundo o PCP, o combate ao regime, responsável pela situação social existente, abria caminho à mobilização por objectivos tanto relacionados com as condições de

¹⁷⁷³ Cf Bruno Groppo, **Fascismos, antifascismos e comunismos**, in Michel Dreyfus e outros, *O século dos comunismos*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 585

vida e de trabalho, como com a ditadura e a repressão. Por essas vias, por esses factores de mobilização, se aderiu ao partido, como vimos. Esse era um primeiro grande factor de homogeneização.

Neste contexto e à luz desses objectivos, a militância partidária representava sempre uma ruptura com o passado, como que se abrindo uma nova vida, marcada por novas entregas, novos riscos e, progressivamente, novos valores.

A interiorização da grandeza do combate travado no quadro de um colectivo, cujos contornos concretos a rigorosa compartimentação impedia de conhecer, mas cuja importância, influência e ordem de grandeza era proclamada, torna-se essencial no próprio reforço do papel sacralizado do partido aos olhos dos militantes, o que confirma um segundo factor de homogeneização.

A capacidade de dedicação e de sofrimento, a amargura com que encararam anos de prisão e de afastamento da família, a juventude tantas vezes perdida eram confortados e enquadrados, dotados de sentido, de devir, pelo próprio partido, mesmo que individualmente muitas das atitudes e dos comportamentos dos militantes pudessem não ser socialmente compreendidas no imediato.

Olhando o seu percurso de militante, primeiro e de funcionário, depois, Jerónimo Bom, do Couço, evoca os tempos da clandestinidade:

*“Trabalhei para os trabalhadores, para o Partido, estes anos todos, e não tinha ordenado nenhum. A minha mulher só recebia 200 escudos por mês para a ajuda da escola dos meus gaiatos. Não era nada, 200 escudos, o que era isso? Ela trabalhava, ela é que trabalhava no campo e que sustentava os seus filhos. E com alguma coisa que lhe iam dando (...). Eu fui um mau pai para os meus filhos e um mau marido para a minha mulher. Fui bom para as pessoas e mau para mim próprio e para a minha família. Por isso, o meu pensamento era este, e continua a ser: eu, desde que resolva o problema de todos os trabalhadores; está o meu problema resolvido. (...) O problema era este: resolver o problema de todos os trabalhadores, era resolver o problema dos meus filhos e da minha mulher, e o meu próprio problema”*¹⁷⁷⁴.

Dessa forma, na abnegação, no esforço e na dedicação, nos riscos corridos, agindo num espaço concreto, a acção individual, mas colectivamente enquadrada permitia fazer da fábrica, da aldeia ou da escola espaços reprodutivos naturais do partido, espaços onde a sua sobrevivência se desenvolve baseada numa cultura que se transmite fundamentalmente pela atitude, no modo de encarar as situações, na rotina da

¹⁷⁷⁴ Cit. in. Paula Godinho, *Memórias da resistência...*, p. 236

difusão da sua imprensa, no desenvolvimento de acções, por mais pequenas e inexpressivas que pudessem ser, mas que davam o sinal da actividade e da iniciativa, que era combate e luta e que, nesse sentido, se redimensionava como elemento poderoso capaz tanto de dar sentido como de ajudar a reproduzir a organização.

A esta atitude juntava-se o apoio incondicional à URSS, que constituía aliás um veio central da matriz genética do movimento comunista internacional e de cada partido comunista em particular, elemento igualmente fundamental no processo de homogeneização do PCP.

Os militantes eram assim educados na exaltação reverencial da URSS, cujo processo de assimilação tendia, na dificuldade de inculcar o detalhe das conquistas concretas da União Soviética, em fazer passar os princípios propagandísticos da “pátria do socialismo” e da “superioridade do socialismo soviético” uma espécie de paraíso na Terra, que tinha nos militantes defensores incondicionais e indefectíveis.

Esta devoção tornava-se ainda uma espécie de amparo internacional em relação aos combates perseguidos nas condições difíceis e asperamente vividas na base do partido. A fé na caminhada, da URSS como das “democracias populares”, para o socialismo e para o comunismo era um estímulo poderoso para reforçar convicções e entregas, tornando-se numa espécie de fé revolucionária, de que os militantes comunistas portugueses se alimentavam e acalentavam.

A esta defesa da URSS, associava-se a partir dos anos 30 o culto de Staline numa dimensão e com impactos que ultrapassavam largamente o culto de Lenine, que o precedeu, e que pouco lastro deixou num Partido Comunista, como o português, cujos processos de edificação, quer pós 1929 quer, fundamentalmente, pós 40-41 já pouco ou nada herdavam da situação vivida nos anos 20, em que o partido estava longe da bolchevização preconizada pela Internacional Comunista.

Para os militantes portugueses, como para todos os que militavam no movimento comunista internacional, se a URSS é o garante esperançoso do futuro, um farol a iluminar o presente e o futuro, Staline é a personificação das capacidades de assegurar esse futuro, a partir da União Soviética.

A idealização da URSS combinava-se com a mitificação de Staline, alcandorado em encarnação de toda a doutrina comunista e, como tal, infalível intérprete do marxismo-leninismo. No imaginário da generalidade dos militantes comunistas, Staline

era uma pessoa dotada de poderes excepcionais, capaz de interpretar e resolver justamente todos os problemas que se colocavam a nível internacional ¹⁷⁷⁵.

Fernando Mouga, um discreto advogado e fiel militante comunista desde os meados dos anos 30 reporta-se assim à União Soviética, a Lenine e a Staline:

“(…) a União Soviética era a sexta parte do planeta, aglutinada num inédito país criado pelo génio revolucionário de Lenine, jovem gigante cuja mão poderosa sustinha um dos pratos da frágil balança cujo fiel oscilava por vezes drasticamente ao sabor da imposta repartição com as grandes potências capitalistas do poder sobre o Mundo. E Stalin era o seu chefe supremo, firme e clarividente obreiro da construção sólida e fraterna da sociedade socialista, farol e exemplo para milhões de explorados e oprimidos dos cinco continentes” ¹⁷⁷⁶

Neste modo complementar de ver Lenine e de ver Staline percebe-se como quanto a este se tratava verdadeiramente de um culto pessoal, como se no dirigente soviético se sintetizassem as qualidades do militante-modelo, dirigente do estado soviético e de todo o movimento comunista. Staline era tido como genial continuador de Marx. Engels e Lenine, porta-bandeira da paz no mundo, construtor do socialismo, grande arquitecto do comunismo...

A estridência evidente da adjectivação expressava a deificação do dirigente e a sacralização da sua vida. O seu aniversário era assinalado ano após ano. Em 1951, por exemplo, por ocasião do seu 72º aniversário, o *Avante!* publica um longo artigo laudatório a propósito da efeméride, que encerra expressivamente:

“Ao passar o dia 21 de Dezembro, o Partido Comunista Português, em nome da classe operária do seu país e no de milhões de portugueses e portuguesas que amam a Paz, o progresso e a Independência nacional, saúda calorosamente o camarada STALINE, seu mestre, guia e amigo” ¹⁷⁷⁷.

Dois anos mais tarde, por ocasião da sua morte, o órgão central do PCP dedicou-lhe uma edição especial, sublinhando o apoio popular, espontâneo e corajoso a Staline, com diversas manifestações públicas de consternação com o facto ¹⁷⁷⁸.

Segundo o *Avante!*, em várias empresas da Margem Sul e de Lisboa – Arsenal do Alfeite, Parry & Son, Fábrica Portugal, Estaleiros da CUF, Carris, Tabaqueira, ou

¹⁷⁷⁵ Cf. David Grinard i Féron, *Sobre heróes, mértires, tumbas y herejes. Culturas militantes de los comunistas españoles (1939-1962)*, in Manuel Bueno Lluch e Sérgio Galvez Biesca (editores), *Nosotros los Comunistas*, Sevilla, FIM/Atrapasueños, 2009, pp 69-70

¹⁷⁷⁶ Fernando Mouga, *Janela da Memória*, Vila Nova de Famalicão, ed. de autor, 1996, p. 324

¹⁷⁷⁷ 72º Aniversário. *Longa vida ao camarada Staline*, in *Avante!*, VI série, 163, Dezembro de 1951

¹⁷⁷⁸ Cf. *Heróicas manifestações de pesar dos trabalhadores portugueses pela morte de Staline*, in *Avante!*, VI série, 176, número especial, Março de 1953

CP – teriam ocorrido paralisações simbólicas, de um minuto de silêncio fosse nas secções junto às máquinas e bancadas fosse nos refeitórios ou então os trabalhadores apresentaram-se ao trabalho de gravata preta.

No Porto, diz o Avante! que “*em muitas tabernas ninguém jogou às cartas no dia 6*”¹⁷⁷⁹, de Março, quando se tomou conhecimento da sua morte. Em Marvila, na zona oriental de Lisboa, uma mulher teria juntado à sua porta um grupo de pessoas a quem falava de Estaline e da “*gratidão que a humanidade lhe deve*”¹⁷⁸⁰. Na cintura industrial - no Barreiro, Almada ou Seixal – ter-se-iam realizado homenagens à memória de Staline. No jardim público do Barreiro, ainda segundo o órgão central do PCP, “*um grupo de operários perfilou-se e fez um minuto de silêncio. Várias pessoas presentes compreendendo o significado dessa homenagem associaram-se imediatamente a essa manifestação de pesar, perfilando-se também*”¹⁷⁸¹.

Mesmo nas prisões essas manifestações de pesar teriam ocorrido. Em Caxias ter-se-ia realizado um minuto de silêncio no refeitório, enquanto em Peniche alguns teriam usado braçadeiras de luto. No Aljube, Lino Lima refere o ambiente na sala 2A, onde se encontrava detido um conjunto de dirigentes e militantes do PCP:

*“Veio o momento de sabermos da morte desse grande dirigente comunista. Manuel Rodrigues da Silva chorou e eu também não consegui sustentar a minha comoção. O nome dele lembrava-nos os momentos mais dramáticos e grandiosos do nosso tempo e da nossa geração, alguns dos quais perdurarão na memória dos homens até à Eternidade”*¹⁷⁸².

Ainda que com natural exagero de alguns dos acontecimentos e factos narrados, Staline foi objecto de forte devoção na base do PCP e nos sectores e orlas que mais directamente influenciava. Este culto prende-se com o seu proclamado papel quer na guerra contra os nazis quer nos anos iniciais de guerra fria, período que corresponde à reorganização e à consolidação do novo PCP.

Segundo Fernando Mouga, “*O nome de Stalin tinha sido engrandecido pela decisiva vitória do exército soviético em cujas fileiras ombreavam combatentes de várias raças e povos, desde a Europa ao Extremo oriente, sobre a cruel e poderosa máquina de guerra hitleriana. Stalin era um orgulhoso símbolo da luta pela liberdade*

¹⁷⁷⁹ **idem**

¹⁷⁸⁰ **idem**

¹⁷⁸¹ **idem**

¹⁷⁸² José Ricardo [Lino Lima], **Romanceiro do Povo Miúdo**, Lisboa, Edições Avante!, 1991, p. 180

*e, para muitos, dentro de todas as fronteiras, estou em crê-lo, um ídolo cuja vida se desejava eterna”*¹⁷⁸³.

Mesmo após o XX Congresso do PC da União Soviética e o ensaio de desestalinização empreendido, este culto permaneceu como factor, componente indissociável de homogeneização dos militantes do Partido Comunista Português que nem mesmo com o desaparecimento das referências ao dirigente soviético da imprensa partidária, designadamente no *Avante!*, conseguiriam erradicar por completo.

O processo de reedificação partidária operou-se assim com Staline como a grande referência do movimento comunista internacional e nesse sentido foi alimentado e inculcado de cima para baixo, através da imprensa e da acção dos funcionários e dirigentes.

Esse efeito determinou ainda um mecanismo de transferência complementar para o culto dos chefes dos partidos nacionais, que em Portugal e até meados da década de 50 se verificou em torno de Álvaro Cunhal, então preso.

Em Maio de 1956, o *Avante!* referia-se a Álvaro Cunhal, que ainda não era formalmente secretário-geral, nos seguintes termos: “*Cada minuto da sua vida, cada esforço da sua inteligência e saber, cada palpitação do seu grande coração os tem ele dado fervorosamente e abnegadamente à luta por um futuro feliz para a juventude, pelo melhoria da vida dos trabalhadores, para que em cada lar haja pão, paz e felicidade*”¹⁷⁸⁴.

Trata-se de uma sobrevalorização pessoal do dirigente comunista preso, cuja vida era necessário salvar – “*Salvemos a vida preciosa de Álvaro Cunhal, a vida de um dos mais dignos filhos do nosso povo!*”, proclamava o *Avante!*¹⁷⁸⁵.

Tal como em relação a Staline, também o seu aniversário foi objecto de evocação nas páginas do órgão central do PCP, como sucedeu quando, em 1952, completava 39 anos, sendo na circunstância designado de “*dirigente amado do proletariado português, o maior e mais clarividente lutador português pela causa sagrada da Paz e da Independência Nacional*”¹⁷⁸⁶.

Em 1954, o Secretariado do Comité Central do PCP edita um opúsculo hagiográfico sobre Álvaro Cunhal, de autoria atribuída a Júlio Fogaça, com quem havia mantido, como sabemos, intensa disputa política a propósito da “Política de Transição”.

¹⁷⁸³ Fernando Mouga, *Janela da Memória*, Vila Nova de Famalicão, ed. De autor, 1996, p. 324

¹⁷⁸⁴ **Campanha de todo o povo para libertar Álvaro Cunhal**, in *Avante!*, VI série, 213, Maio de 1956

¹⁷⁸⁵ **Liberdade para Álvaro Cunhal!**, in *Avante!*, VI série, 212, de Abril de 1956

¹⁷⁸⁶ **39º aniversário de Álvaro Cunhal**, in *Avante!*, VI série, 171, de Outubro de 1952

Segundo esse opúsculo, “*A ilimitada fidelidade de Álvaro Cunhal aos sólidos princípios do internacionalismo proletário, ao seu amor, respeito e amizade pela gloriosa União Soviética está fundido o mais ardente patriotismo*”¹⁷⁸⁷.

No mesmo ano, é editado um outro opúsculo laudatório com textos literários de Jorge Amado e Pablo Neruda, dois prestigiados intelectuais comunistas, brasileiro e chileno, respectivamente, transcrevendo artigos publicados no jornal *Imprensa Popular* do PC Brasileiro, no ano anterior¹⁷⁸⁸.

Circulavam aliás entre os funcionários do PCP poemas manuscritos e dactilografados dedicados a Cunhal. Um deles iniciava assim: “*Suas palavras/ são fecundas e belas/ como o trigo// Nasce na sua cabeça/ o Sol que amadurece// Não é camponês nem operário/ e é o melhor dos operários e camponeses// Sua vontade levanta-se/ como o tronco/ do pinheiro mais alto da floresta.// E em seu coração/ há um mapa de sangue/ onde estão gravadas/ as dores da pátria e dos homens*”¹⁷⁸⁹.

Mas, aquilo que a Direcção do PCP pretendia era transformar a exigência de libertação de Álvaro Cunhal numa campanha massiva e multiforme com carácter popular. Isso está particularmente patente numa notícia publicada em 1956 pelo *Avante!*:

“*Muitos dos cartazes e inscrições diziam «Álvaro Cunhal faz falta ao povo português». Os manifestos foram por quase toda a parte lidos colectivamente, comentados e aprovados calorosamente. Uma jovem católica algarvia afirmou que não havia direito de se praticarem tais atrocidades. Nas aldeias alentejanas, o entusiasmo foi enorme. Os camponeses reuniram-se para ouvir ler os manifestos repetidas vezes. Uma velhinha dizia. «Eu já ouvi ler à minha filha, mas ela não as explica bem e eu tenho de ouvir outra vez. Num rancho, os camponeses que estavam a ler um manifesto, explicaram ao manageiro quem era Álvaro Cunhal e aquele acabou por dizer: Se ele é como vocês dizem, é justo que seja posto em liberdade!*”¹⁷⁹⁰

Com este registo sublinhava-se a afeição, o apoio, a vontade popular posta na campanha pela libertação do dirigente comunista. Porém, o sentido do XX Congresso do PCUS e a crítica ao culto da personalidade a Staline teria efeitos rápidos na reorientação desta campanha, tal como as veneradas e apologéticas referências ao falecido dirigente soviético desaparecem do *Avante!* também a campanha pela

¹⁷⁸⁷ Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, *Biografia do Camarada Álvaro Cunhal*, Edições Avante!, 1954, p. 7

¹⁷⁸⁸ Cf Jorge Amado, *Esta vida preciosa – salvemo-la* e Pablo Neruda, *A Lâmpada Marinha*, Editorial Avante!, 1954

¹⁷⁸⁹ “*Suas palavras...*”, in TCL, 3º JC, Processo 15935/57, 2º vol. Fls 189

¹⁷⁹⁰ *Reforcemos mais e mais a luta pela libertação de Álvaro Cunhal*, in *Avante!*, VI série, 221, Fevereiro-Março de 1956

libertação de Cunhal, prosseguindo, redimensiona-se no contexto da luta pela amnistia e pela libertação dos presos políticos e muito menos na caudalosa adjectivação com que era envolvida a biografia do dirigente do PCP. Eram os efeitos da crítica ao culto da personalidade, inspirado nos ventos krutchovianos pois XX Congresso do PCUS.

Anos mais tarde, no processo de rectificação do “desvio de direita” a crítica ao culto da personalidade no PCP é considerada excessiva, na medida em que não tendo havido “culto da personalidade” no PCP, ter insistido nesse aspecto significou, objectivamente, minar numa perspectiva anarquizante o prestígio e a popularidade de alguns dirigentes, que era o mesmo que dizer, de Cunhal ¹⁷⁹¹.

Álvaro Cunhal, pelos seus méritos e capacidades, tornara-se efectivamente, logo desde 1942-43 como o principal dirigente do PCP e assim se reafirmaria depois de 1960; mas a popularização dessas qualidades, como de todo o seu percurso político e partidário parecem, de qualquer modo, entroncar no culto que particularmente no período entre 1950 e 1956 lhe foi circunstancialmente dedicado e que, depois, mesmo corrigido e criticado por alguns dos que mais o fomentaram, como reenquadrado por outros, permaneceu duradouramente entre os militantes, ainda que contido nos sóbrios limites que o próprio geriria.

Tal como na generalidade dos Partidos Comunistas, também no PCP, ao culto dos dirigentes associava-se o culto dos heróis e dos mártires no quadro da afirmação do partido como “autoridade simbólica”, legitimada pelos exemplos de luta e de coragem, em particular de todos aqueles que tombaram no decurso desse combate.

Num texto com intenções literárias, Soeiro Pereira Gomes, desenvolve essa ideia a propósito do assassinato de Alfredo Dinis, ocorrido em 1945:

“Se por aí, tão longe, vires o Bento, o Caldeira, o Marquês e outros, dá-lhes lembranças nossas. Que nunca os esqueçamos. Glorificamos os seus nomes com as nossas lutas.

Num amanhã rutilante que vem perto, quando findar a noite ilegal que nos ensombra – tu e eles virão, aos ombros dos velhos lutadores, para o templo dos heróis: a História do Partido Comunista. Bandeiras vermelhas com o sangue dos mártires hão-de envolver os vossos corpos. Braçadas de flores de todos os jardins proletários se desfolharão sobre vós. Bocas que mal sabiam cantar hão-de entoar um hino revolucionário. E hão-de brotar lágrimas de muitos olhos, tão puras como as lágrimas da tua companheira.

¹⁷⁹¹ Cf. Reunião do Comité Central do Partido Comunista Português, in *O Militante*, III série, 108, Janeiro de 1961

Vale a pena lutar por esse dia, camarada! Lutaremos!

*Sabes? Os militantes de base já descobriram o teu nome. ALFREDO DINIS. Mas não houve deslize conspirativo... Vai sendo tempo que o povo decore o nome dos seus filhos heróicos. Vai sendo tempo”*¹⁷⁹²

Deste ponto de vista, com intenção literária ou como texto político, a evocação dos heróis e dos mártires assenta uma construção histórica fragmentada, mas de tipo narrativo simples, orientando-se como exemplos modelares de um percurso, de um devir irreprimível.

Foram muitos os dirigentes ou os militantes mortos às balas da polícia que deram corpo a esta galeria heróica, como o médico Ferreira Soares, de Espinho, em 1942; o trabalhador rural Alfredo Lima, de Alpiarça, em 1950; Catarina Eufémia, de Baleizão, em 1954; José Adelino dos Santos, de Montemor-o-Novo, em 1958; Cândido Capilé, corticeiro de Almada e o escultor Dias Coelho em 1961; António Adângio e Francisco Madeira, ambos mineiros de Aljustrel e Estêvão Giro, de Alcochete, em 1962.

Mas também os que tombaram sob tortura às mãos da PIDE ou da sua antecessora, a PVDE, como o ferroviário Manuel Vieira Tomé, em 1934; Augusto Almeida Martins, operário da zona ocidental de Lisboa, em 1937; o operário Francisco Ferreira Marquês, em 1944; Germano Vidigal, de Montemor-o-Novo, em 1945; José António Patuleia, assalariado rural de Vila Viçosa, em 1947; Militão Ribeiro, do Comité Central, em 1950; José Moreira, responsável pelo aparelho de imprensa clandestino, em 1950; José Lemos de Oliveira, barbeiro de Fafe e Manuel da Silva Júnior, de Viana do Castelo, ambos em 1957.

Ainda os que morreram no Tarrafal, por efeito das duras condições prisionais, como Alfredo Caldeira ou Bento Gonçalves, entre outros ou aqueles que não resistiram à doença, consequência directa da passagem pela prisão ou das condições de clandestinidade.

Neste martirológico houve dirigentes que ganharam particular notoriedade, e importância, como Bento Gonçalves, Alfredo Dinis ou Militão Ribeiro, mas entre os muitos militantes de base, adquiriu particular popularidade Catarina Eufémia, para o que contou em boa medida o facto de ser mulher, jovem, bela, supostamente grávida e com um filho pela mão, tombando quando afrontava a GNR, com três tiros quase à queima-roupa, pelas costas.

¹⁷⁹² Soeiro Pereira Gomes, *Última carta*, in *Obra...*, Lisboa, Caminho, 1992, pp 457-458

Esta popularidade traduz-se em poemas de cunho popular, que irrompem mal a notícia da morte da assalariada de Baleizão se torna conhecida, mesmo quando ainda não havia a certeza da sua verdadeira identidade, pensando-se, pelas primeiras informações que chegam ao partido, tratar-se de uma outra assalariada, Maria da Graça Sapinho, nome que surge nas primeiras notícias da imprensa clandestina ¹⁷⁹³. Em quadras prontamente escritas e difundidas, que se iniciavam assim: “*Trigais louros, trigais louros/*

Agitai vossas espigas/ Que a terra bebeu o sangue / Duma das nossas amigas// Trazia um filho no ventre// E outro ao colo aconchegado,/ Mas o monstro não tremeu/ E o seu ventre foi varado// Sabe ao sangue das crianças,/ Agora o pão que se come/ E ao sangue da ceifeira / MARIA DA GRAÇA, é o seu nome// (...)” ¹⁷⁹⁴.

Só mais tarde, quando o funcionário António Gervásio, conseguindo furar o cerco policial da aldeia, contacta directamente a organização local e consegue inclusivamente a única fotografia conhecida de Catarina, que ele próprio retoca ¹⁷⁹⁵ e que passará a ser amplamente divulgada, é que a sua identificação se torna definitivamente estabelecida.

Logo em 1955 parecem já assinalar-se algumas iniciativas evocativas do assassinato da assalariada de Baleizão, como refere um relatório interno de Junho desse ano, ao referir “(...) *minutos de silêncio à memória da camponesa Catarina Eufémia*”¹⁷⁹⁶.

Porém, o Informe apresentado por Dias Lourenço ao V Congresso, dois anos mais tarde, refere-se-lhe nestes expressivos termos: “*Catarina Eufémia, símbolo da firmeza e da combatividade dos nossos quadros camponeses, é o expoente do trabalho educativo do Partido entre o operariado agrícola*” ¹⁷⁹⁷.

Catarina, militante comunista, membro do Comité Local de Quintos do PCP, aldeia vizinha onde residia ¹⁷⁹⁸, tornara-se um exemplo e uma bandeira seguindo as consignas do Partido Comunista.

A intelectualidade comunista, e mesmo militantes operários, dedicar-lhe-ão, daí em diante poemas vários. Vicente Campinas, de Vila Real de Santo António, no Cantar

¹⁷⁹³ Cf Os camponeses e camponesas alentejanos exigem pão, paz e liberdade..., in *Avante!*, VI série, 187, Abril-Maio de 1954

¹⁷⁹⁴ IAN/TT, PIDE/DGS, PC 73/56, 2º vol, *Quadras em homenagem a Maria da Graça, ceifeira de Baleizão...*, [118]

¹⁷⁹⁵ *Entrevista a António Joaquim Gervásio*, Montemor-o-Novo...

¹⁷⁹⁶ TCL, 4º Juízo Criminal de Lisboa, P. 52/62, Apêndice III, apenso a fls 36, *As lutas e vitórias das massas camponesas e operárias do Norte ao Sul do País*, s.a., dact, Junho de 1955, p. 2

¹⁷⁹⁷ Cf João [António Dias Lourenço], *V Congresso do Partido Comunista Português, Sobre os problemas de organização...*, p. 26

¹⁷⁹⁸ Cf JAN [João Arsénio Nunes], *Baleizão, Catarina Eufémia*, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coordenadores), *Dicionário de História de Portugal*, VII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 161

Alentejano – *“Acalma o furor campina/ Que o teu pranto não findou/ Quem viu morrer Catarina/ não perdoa a quem matou”* ou Papiniano Carlos, poeta neo-realista do Porto, num poema musicado por Lopes Graça – *“Na fome verde das searas roxas/passeava sorrindo Catarina”*.

Dirigentes comunistas, tornados poetas, faziam-no de igual modo, como Carlos Aboim Inglês – *“Teus destinos Catarina/ não findaram sem renovo/ Tiveram morte assassina/ Hão-de ter vida de novo/ Na semente que germina /Dos destinos do teu povo”* ou Francisco Miguel, escrevendo do fundo da prisão – *“O sol que o teu sangue viu correr/ que teus camaradas viu ali aflitos/ ouvirá amanhã os nossos gritos/ quando o novo dia amanhecer”*.

Os heróis e mártires comunistas eram bandeiras de exemplo desfraldadas, encorpavam um imaginário colectivo de coragem com que se argamassava a resistência e o combate quotidiano contra o regime, feito de exemplos sempre presentes de um risco assumido, para que cada militante podia ser convocado em cada momento, mobilizando a coragem e vencendo o medo.

Os heróis eram pessoas simples, discretas e honestas, e, enquanto tal, arquétipo do militante comum, iguais a todos os demais, mas quando confrontados com os aparelhos repressivos ou com os padrões colocavam acima da sua condição de homens ou de mulheres, trabalhadores, o partido, como que transfigurando-se pela tenacidade e pela coragem.

O seu exemplo, individual, não reduzia a sua acção a uma dimensão particular, mas apresentava-se como parte de um grande combate colectivo, protagonizado e dirigido pelo Partido Comunista, sem o qual a sua acção se estiolaria e esfumaria. Todos os militantes eram assim soldados de um grande exército, em cujas fileiras combatiam educados para sentimentos de fidelidade quase absoluta e de empenhamento para lá do limite da própria vida.

Fortemente centralizado e compartimentado, o partido era uma comunidade combatente de militantes, a quem proporcionava um sentimento de pertença fundado em formas de solidariedade e de fraternidade construídas num ambiente adverso, pelo que o sentimento de comunhão militante fazia do colectivo partidário como que uma grande família, onde os riscos e os objectivos num contexto de formação política débil tendiam a desvalorizar divergências e a calá-las, a silenciar dúvidas e a negar a evidência da repressão e de iniquidades no regime soviético e das democracias

populares, sob o argumento esmagador de que alimentá-las significava servir, fazer o jogo do inimigo.

Num contexto de prolongada ilegalidade, de clandestinidade total, todas estas componentes da cultura comunista, todos estes traços que pontuavam a formação dos militantes e lhes conferiam identidade colectiva, sendo em muitos aspectos comuns ao movimento comunista internacional foram particularmente aprofundados e adensados.

Naqueles tempos difíceis a certeza da vitória e a crença num mundo perfeito materializado pela URSS tornava-se uma condição indispensável para sedimentar e fortalecer um quotidiano avassalado com as incertezas, os riscos e as angústias do presente intensamente vivido.

Os militantes com as suas qualidades e os seus defeitos, nem sempre correspondendo ao exemplo elevado e modelar que deles se esperava, foram o fermento indispensável com que, no meio das maiores dificuldades e das maiores contrariedades, resistiram em cada dia, como puderam e souberam, a um regime que os asfixiava e oprimia e que mantinha particularmente os trabalhadores e as classes populares em depauperadas condições de vida e sujeitos a salários de fome.

A vontade comunista dos militantes foi a matéria-prima fecunda com que sempre se construiu e reconstruiu o partido, mesmo nas condições mais adversas.

5. Aproximação à dinâmica e geografia da implantação partidária

Estas gerações de homens e mulheres, de jovens que engrossaram e renovaram em permanência as fileiras partidárias deram corpo a uma rede orgânica por onde se plasmava a influência do PCP.

Com presença em todas as regiões do país, a organização estava no entanto longe de uma distribuição geográfica equilibrada, permanecendo persistentemente vastas zonas sem qualquer ou com muito escassa implantação partidária.

A *reorganização* de 1940-41 não procedeu a um resgate sistemático das organizações do velho partido, mas apenas daqueles sectores e organismos que consideravam saudáveis, isto é, sobre os quais não pendia a suspeita de infiltração policial ou oportunismo político, o que, de qualquer forma, decorria num ambiente de

tensão e disputa, que levou inclusivamente a que em muitos organismos tivesse havido militantes que se afastaram, não optando por nenhum dos grupos.

A organização com que o novo PCP iniciou a sua actividade correspondia apenas a uma parte do que fora a base orgânica do partido do qual cindiam. Foi através de um esforçado trabalho empreendido pelos quadros que se distribuíram pelo país que foi possível começar a reconfigurar uma nova e mais densa malha de implantação, beneficiando da conjuntura de inversão do curso internacional da guerra, pelo prestígio internacional da URSS e de Staline, de que beneficiaria

a) A situação em 1948

Em 1948, segundo o Balanço de Organização, a distribuição dos militantes e simpatizantes por sector permite desenhar um quadro de implantação regional e sectorial:

Quadro 35

Distribuição sectorial dos militantes e simpatizantes do PCP (1948) ¹⁷⁹⁹

Sectores	C. Provinciais	Militantes	Simpatizantes
Algarve		220	332
Baixo Alentejo		272	337
Alentejo Litoral		196	193
Alto Alentejo	Sul	242	336
Margem Sul		326	1063
	1256 militantes		
	2261 simpatizantes		
Lisboa		511	1613
Arredores de Lisboa		548	890
Oeste	Lisboa	395	90
Ribatejo		335	319
	1789 militantes		
	2912 simpatizantes		
Centro		121	67
Beira		148	111
Mínho		334	241
Porto	Norte	352	95
Trás-os-Montes		151	76
Beira Litoral		86	52
	1192 militantes		
	642 simpatizantes		
Militar		46	
Casas do Partido		62	
Colónias		22	

Verifica-se claramente uma maior concentração de militantes e simpatizantes no território que o PCP considerou como área provincial de Lisboa, que incluía a cidade, mas também a sua coroa industrial norte e que, curiosamente, tinha mais militantes não

¹⁷⁹⁹ Duarte [Álvaro Cunhal], *Balanço geral do estado de organização do Partido Comunista Português. Ano de 1948*, Março de 1949, cópia

só que a cidade de Lisboa, mas também que a corda industrial de Vila Franca ou que a própria Margem Sul, já enquadrada pelo Comité Provincial do Sul.

Se considerarmos aliás Lisboa e as suas coroas industriais, incluindo a Margem Sul, verificamos que aí se concentram 40,1% do total dos efectivos de base do Partido em território continental e que acrescentando os militantes do Alentejo essa percentagem se eleva a 57,4%, o que fornece a grande mancha de implantação do Partido Comunista ao findarem os anos 40.

Aqui se localizam as principais zonas de implantação tradicional do Partido – a cidade de Lisboa e a Margem Sul, até Setúbal, bem como a corda industrial de Vila Franca de Xira. A *reorganização* teria aliás contado praticamente desde início do processo com o apoio destes importantes sectores. Aqui, se localizavam ainda fábricas emblemáticas da influência do PCP, como a Fábrica de Loiças de Sacavém ou a Cimentos Tejo.

Em 1948-49, quando Joaquim Pires Ventura é transferido da região Oeste para controlar o Ribatejo, a organização mais forte era a de Vila Franca de Xira, cujo Comité Local, compreendia células entre os marítimos, assalariados agrícolas, operários da construção civil, empregados de comércio, empregados de escritório e uma célula com elementos de várias outras profissões.

Mas a organização estendia-se pelas duas margens do Tejo e alargava-se até Santarém, onde a implantação era desigual, pois aí, por exemplo, não havia trabalho organizado e o contacto continuava a ser o advogado Humberto Lopes. Porém, em Vale Figueira existiam duas células de assalariados com cinco militantes cada uma que controlavam, por sua vez, alguns simpatizantes e em Samora Correia um Comité Local integrava três células de assalariados, enquanto que duas outras células também de assalariados davam corpo ao CL da Azambuja¹⁸⁰⁰

Na Margem Sul do Tejo, a organização do Barreiro era a mais importante, vinha dos anos 30 e tinha conseguido resistir aos vários golpes repressivos, baseada fundamentalmente na CUF e nas oficinas da CP, enquanto que em Almada, as organizações das empresas do sector da reparação naval, como a Parry & Son, o Arsenal do Alfeite haviam proporcionado um expressivo lastro militante que se transferira para o novo partido nos anos 40.

Porém, na CUF e na CP, apesar das estruturas partidárias serem numerosas não se pode propriamente falar em grandes lutas. No caso concreto da CP, depois da greve

¹⁸⁰⁰ CF IANTT, PIDE-DGS, *P. 428/GT, Aspectos orgânicos deste sector*, mns, s.d., s.a., 1 p., [45]

de 1943, a predisposição para o desencadeamento de acções massivas contrai-se duradouramente e nunca mais se voltará a falar no papel destas grandes oficinas como motor de movimentos grevistas.

Nas fábricas e fabricos do sector corticeiro, distribuídas pelas zonas do Montijo, Moita/Alhos Vedros e Almada/Seixal, a influência do PCP era considerável, já com expressão assinalável nas greves do ciclo da guerra.

Em Lisboa propriamente, a influência do PCP afirmava-se mais expressivamente na orla ribeirinha, de Pedrouços, Belém e Alcântara ao Poço do Bispo, Xabregas e Beato, onde pulsava a Lisboa operária, numa paisagem social marcado pelo azul da ganga dos fatos de trabalho e pelo frenesim que alimentava as actividades portuárias e a faina fluvial, que ressoava pelas oficinas de construção e reparação naval, pelas unidades do grupo CUF, dos adubos aos sabões, pelos grandes armazéns, pela fábrica do açúcar, pelas oficinas da Carris ou pela fábrica de lâmpadas Lumiar.

Em 1947, por altura da greve dos estaleiros de Lisboa, que representou o estertor já tardio do ciclo grevista da guerra, a implantação do PCP no sector da construção naval permitira constituir comissões de unidade em praticamente todas as empresas do ramo – CUF, CNN, CCN, Parry & Son, Argibay, Empresa Insulana de Navegação e no porto de Lisboa. Ao apelo à greve por parte do PCP respondem também a D'Argent, a Construtora Lisbonense, a Metalúrgica Naval, a Companhia Portuguesa de Pesca, a Fábrica de Alfinetes de Alcântara, a Garagem Conde Barão ou a Progresso Industrial¹⁸⁰¹.

À época, a organização do PCP na cidade de Lisboa estruturava-se em 12 sectores de base geográfica ou profissional – 4 Comitês de Zona (Poço do Bispo, Alcântara, Ocidental de Alcântara a Algés e uma zona mista com células profissionais de padeiros, jardineiros, barbeiros e motoristas) e 8 Comitês de Classe em vários sectores, como os tipógrafos, construção civil, serviços, Carris, construção naval, classes marítimas, ferroviários e serviços camarários¹⁸⁰².

Já no caso do Alentejo, terreno mais recente de crescimento partidário, que se revelaria fecundo deste ponto de vista, com cenários de polarização social muito acentuados. Após a *reorganização*, mercê em particular da acção de Dias Lourenço,

¹⁸⁰¹ Cf João Madeira, *A greve de 1947 nos estaleiros navais de Lisboa: o fim de um ciclo*, in Arquivos da Memória, 3, Outono-Inverno de 1997, pp 78-79

¹⁸⁰² CFIANTT, PIDE/DGS, *PC 752/49, Relatório de 19.9.49*, [69-77]

primeiro e Francisco Miguel, depois, a estrutura orgânica baseou-se numa vasta rede de Comités Locais de aldeia ou de vila .

Aliás o avanço da organização no Alentejo proporcionaria o rápido aparecimento de uma publicação especificamente dirigida aos assalariados agrícolas dos campos do sul – *O Camponês*.

É neste período que despontam as “aldeias vermelhas”, localidades de forte influência do PCP, cuja organização podia não ser muito extensa, mas influenciando vastas orlas, em que o sentimento de pertença ao PCP ultrapassava largamente as fronteiras orgânicas – Vale de Vargo, Pias, Benavila ou Baleizão, para além do Couço e de Alpiarça já no Ribatejo. Era também o caso dos centros mineiros de Aljustrel e S. Domingos, principalmente.

Em 1949, na zona de Montemor-o-Novo, por exemplo, o crescimento da organização justificara a criação de um Comité Sub-Regional que se dividia em quatro zonas, agrupando dez Comités Locais ¹⁸⁰³. Com este, havia ainda os Comités Sub-Regionais do Lavre e Vendas Novas, que dependiam do Comité Regional que abrangia o Alto Alentejo ocidental.

No Algarve, com 5,2% dos militantes em 1948, a implantação era mais significativa nos principais centros – Faro e Portimão, mas também em localidades como Silves, Olhão e Vila Real de Santo António, em torno das duas actividades industriais mais significativas, as conservas de peixe e a cortiça, justificando a existência de uma Organização Regional com dois Comités Regionais, um para o Barlavento e outro para o Sotavento. Com o crescimento da organização, foram-se constituindo Comités de indústria e novos Comités Locais.

A organização do Algarve, que seria desmantelada pela polícia justamente em 1948, era composta por militantes que chegaram ao partido a partir de 1944-45. Poucos haviam pertencido ao velho PCP.

No norte, destacava-se o Porto, com uma organização com mais de três centenas de militantes, em particular nos sectores têxtil e conserveiro, como na Senhora da Hora e em Matosinhos, onde foi possível ao PCP constituir organismos assentes num proletariado feminino. No Minho, a estrutura partidária assentava em boa medida em Viana do Castelo, Barcelos e nas jovens organizações do vale do Ave, constituídas em

¹⁸⁰³ Cf. IANTT, PIDE-DGS, *PC 766/49, Auto de Perguntas a João Joaquim Machado*, em 14.7.49, [15-17]

resultado da acção desenvolvida por um núcleo de intelectuais regressados às suas terras depois de terminados os cursos em Coimbra, como Lino Lima e Armando Bacelar.

Nalgumas localidades, como Fafe em 1948, a organização era extensa. O processo policial resultante da vaga repressiva que naquele ano se abateu na localidade, envolveu 41 indivíduos, dos quais 29 operários, metalúrgicos principalmente, mas também têxteis e da construção civil. Havia-se inclusivamente constituído um Comité de classe ou de indústria no sector têxtil e havia células na construção civil, de sapateiros e de alfaiates. A organização mais numerosa era a que existia numa fábrica de ferro, onde um Comité de Empresa controlava quatro células ¹⁸⁰⁴.

Em Coimbra, já integrando o Comité provincial do Norte, a organização baseava-se nas pequenas oficinas da cidade e na organização estudantil e intelectual, sectores que viriam a sofrer sérios revezes repressivos nesse final de década.

Já nas Beiras e em Trás-os-Montes a organização era muito dispersa e pouco numerosa, centrando-se nalgumas vilas sedes de concelho, cujos Comités Locais eram compostos sobretudo por profissionais liberais, médicos e advogados, funcionários públicos, comerciantes, gente dos ofícios e caixeiros.

Havia, no entanto, bolsas de influência significativa em localidades dispersas, como a Marinha Grande, Tortosendo ou S. João da Madeira no seio de actividades industriais específicas, como o vidro, os lanifícios, o calçado ou a chapelaria, respectivamente.

No caso da Marinha Grande, a organização local dependia de um Comité Regional que abrangia também os concelhos de Alcobaça, Vieira de Leiria e Leiria, com Comités Locais em todas estas localidades. O CL da Marinha Grande controlava um Comité de Indústria que agrupava as células em várias empresas do sector videiro, designadamente na Victris, na Companhia Industrial Portuguesa ou na Ricardo Galo ¹⁸⁰⁵

Em contrapartida, havia sectores muito débeis. É completamente inexpressiva a organização nas colónias, apenas com 22 militantes, evidenciando uma subestimação que se revelaria persistente neste domínio. O mesmo aliás se verificaria no sector militar com escassas quatro dezenas de militantes, sendo uma organização fundamentalmente de soldados, pois a influência era residual quanto a oficiais do quadro.

¹⁸⁰⁴ CF IANTT, PIDE-DGS, PC 1004/48

¹⁸⁰⁵ Cf. IANTT, PIDE-DGS, PC 428/49

Reportando-se a Dezembro de 1947, o número de militantes por unidade militar do exército era o seguinte:

Quadro 36

Estado da Organização no Exército (Dezembro de 1947) ¹⁸⁰⁶

Patente	Unidade	Militantes	Simpatizantes
	Infantaria 1	1	5
	Cavalaria 2	1	
	Quartel-General	1	
	Manutenção Militar	2	5
	Companhia de Saúde		1
	Hospital da Estrela	2	
	Artilharia Ligeira 1	1	
	Engenharia 2	2	
	Trem Auto	5	
	Escola do Exército	2	
	Colégio Militar	2	
	Pontinha	1	
Soldados	Beirolas	3	Alguns
	Oeiras	3	
	Parede	1	
	Cascais	1	
	E.. Prática Engenharia	1	
Oficiais	E. Prática Infantaria	1	
	Engenharia 2	1	

Tratava-se de uma organização fraca e dispersa por um número restrito de unidades que resultava principalmente de processos de transferência de militantes para o sector quando iam prestar serviço militar.

Na Armada, a situação era relativamente melhor. Um relatório, de Fevereiro de 1948, refere a presença de 26 praças, distribuídos por 14 unidades de guerra, a que se acresciam ainda 7 em instalações militares, como a Escola de Vila Franca de Xira, a Escola Naval ou o Corpo de Marinheiros. Porém, assinalavam-se apenas 3 sargentos e nenhum oficial ¹⁸⁰⁷.

Em 1948 e ainda segundo o Balanço Geral da Organização, a base do partido era assim constituída:

Quadro 37

Organismos de Base do PCP (1948) ¹⁸⁰⁸

Comités Locais	156
----------------	-----

¹⁸⁰⁶ IANTT, PIDE-DGS, NP 9076, **Relatório da organização do sector das Forças Armadas**, Dezembro de 1947, cópia, [358-367]

¹⁸⁰⁷ Cf. IANTT, PIDE-DGS, NP 9076, **Relatório da Organização do Partido na Marinha de Guerra**, Fevereiro de 1948, [368-375]

¹⁸⁰⁸ Duarte [Álvaro Cunhal], **Balanço geral do estado de organização...**

Comités de Empresa	178
Comités de Fábrica	90
Comités de Classe	47
Células Camponesas	163
Células de Empresa	159
Células Profissionais	16
Células de Fábrica	21

b) Recuo orgânico no início dos anos 50

Dois anos mais tarde ¹⁸⁰⁹, os efeitos da repressão tiveram um sério impacto na organização do partido. No Minho, ainda se vivia a ressaca das prisões de 1946 e 1947. Na maioria das localidades subsistiam apenas pequenas células ou os contactos eram meramente individuais. Só em Guimarães e Famalicão persistiam Comités Locais.

Na Beira Litoral a debilidade organizativa impedira a reconstituição do Comité Regional. Em S. João da Madeira, as células de empresa continuavam desmanteladas. Em muitas localidades as ligações eram individuais, constituindo pontos de apoio dos funcionários. Havia, no entanto, Comités Locais a funcionar na Figueira da Foz, Espinho ou Ílhavo. Aqui, a célula da Fábrica de Vista Alegre tinha mais de 30 militantes, organizados em núcleos; em Espinho o CL controlava uma célula na Fábrica Fosforeira e na Figueira havia células na vidreira da Fontela, nos estaleiros navais, entre os pescadores, metalúrgicos dispersos, bem como ligações a localidades à volta.

No sector das Beiras, a situação era de devastação. Em Coimbra, o sector intelectual fora completamente desmantelado em 1949 e o sector operário dois anos antes, desastres dos quais a organização não se conseguira ainda recompor, enquanto que no interior, predominam contactos individuais praticamente isolados, sobretudo intelectuais ou gente das profissões liberais – o velho Tomás da Fonseca em Mortágua, Flausino Torres em Tondela ou Mário Canotilho em Pinhel.

Cidades importantes como Viseu não dispunham de Comité Local nem de células organizadas; era a mesma situação de Nelas, Seia ou até no Tortosendo, onde havia ligações, com uma dúzia de militantes dispersos pelas principais fábricas de lanifícios, mas cujo controlo era exercido através do Comité Local da Covilhã, um organismo sem células que se ligava a militantes operários dispersos. São apenas referidos pequenos Comités Locais em Gouveia e no Caramulo e raras células, como nas Minas da Panasqueira.

No sector oeste, a organização na Marinha Grande era tida como a mais importante do país, tendo-se recomposto completamente e reconstruído as células de

¹⁸⁰⁹ Cf. IANTT, PIDE-DGS, *P. 174/GT*, s.a. [Mário Mesquita ?], *PCP. Esboço de Organização*, dact., s.d. [1951 ?], [1-79]

empresa após a vaga repressiva de 1949. As ligações às Caldas da Rainha, Bombarral ou Torres Vedras estavam cortadas desde meados de 1950, quando o sub-Comité Regional foi desmantelado ¹⁸¹⁰.

No Ribatejo, mantinha-se uma rede de Comités Locais com considerável importância. Em Alcanena, ao tempo uma das mais importantes organizações de todo o sector, um CL de 5 elementos controla organismos na indústria de curtumes. Todos os membros da Direcção do Sindicato Nacional dos Operários de Curtumes são membros do partido.

Porém, no importante centro ferroviário do Entroncamento, um secretariado de célula da CP controlava núcleos de secção de electricistas, de montagem, traçagem, maquinistas, fogueiros, limpadores, factores e vagões. Porém o trabalho era muito incipiente e as dificuldades de organização relacionadas com a especificidade do sector eram muito grandes ¹⁸¹¹.

No Tramagal, por sua vez, com a actividade industrial centrada em torno da metalúrgica Duarte Ferreira, a célula existente na empresa, dispunha de um número suficiente de militantes para justificar um secretariado, mas enfrentava igualmente grandes dificuldades relacionadas com um acentuado paternalismo patronal ¹⁸¹².

Em Vila Franca de Xira, o Comité Local controlava células na empresa de laminagem, na moagem, na construção civil, metalúrgicos, empregados de escritório, de comércio, barbeiros, de fragateiros e nas obras de construção da ponte, com vários núcleos, assegurando ainda ligação a células e organismos isolados de localidades circundantes.

Na corda industrial até Lisboa sobressai Alhandra pela consistência da organização ou Sacavém com célula na Fábrica de Louças, mas em muitas localidades da coroa industrial norte de Lisboa – Sintra, Mafra, Cascais, por exemplo – a actividade é inexpressiva sem capacidade para reconstruir um Comité Regional, como já existira anteriormente.

Em Lisboa, mantinham-se células em importantes fábricas com longa tradição de implantação partidária, particularmente na orla ribeirinha, mas nos sectores de serviços, ainda que com organismos próprios na hotelaria, comércio, escritórios e banca, as dificuldades levavam à estagnação do sector.

¹⁸¹⁰ Cf. IANTT, PIDE-DGS, **PCs 251/50 e 289/50**

¹⁸¹¹ Cf. IANTT, PIDE-DGS, **P. 174/GT**, s.a. [Mário Mesquita ?], **PCP. Esboço...**, [17]

¹⁸¹² Cf. **Idem**, [18]

No que se refere à Margem Sul, as organizações da CUF e da CP no Barreiro resistiam, mas em Almada ou no Seixal, sem Comitês Locais, ou em Setúbal, com um CL sem capacidade de reorganizar-se entre conserveiros e pescadores, a debilidade no trabalho operário era grande. Empresas emblemáticas, como a Parry & Son e o Arsenal, cujo Comité tinha perto de 60 militantes, haviam sido ligados a Lisboa,

No Alentejo e no Algarve continuavam a pesar os efeitos das vagas repressivas dos anos anteriores. Nas principais cidades alentejanas, Beja, Évora e Portalegre, não havia ao tempo nem CL nem trabalho organizado, como aliás em localidades de forte tradição, como Montemor-o-Novo, onde subsistia ainda assim um organismo de controlo do trabalho camponês que permitiam dinamizar a acção em localidades com organizações outrora fortes, como S. Cristóvão, Torre da Gadanha ou Santiago do Escoural.

Só no Baixo Alentejo, principalmente na Margem Esquerda do Guadiana, a situação era um pouco melhor, mantendo-se em actividade Comitês Locais em Pias e Vale de Vargo e destacando-se a forte influência e estruturação orgânica nas minas de Aljustrel e S. Domingos. Mas aldeias e vilas importantes como Moura, Serpa, Cuba, Vidigueira ou Ferreira do Alentejo continuavam desligados desde as prisões dos funcionários que controlavam o sector.

Já no Algarve as tentativas de reorganização, com base nos CL que se conseguiram aguentar, como Faro, Olhão e Silves eram lentas e emperradas, com muitas resistências pelo meio por parte dos militantes que aceitavam manter-se activos, mas que receavam ao mesmo tempo novas investidas repressivas.

No essencial, assistia-se a um recuo geral e acentuado do partido, por efeito da acção repressiva, mas também por alteração da própria conjuntura, com o encerramento do ciclo grevista da guerra e com a entrada do movimento social numa fase de refluxo prolongada, que a própria situação internacional de guerra fria agravou.

Muitos organismos e sectores locais foram extensivamente desmantelados, com dezenas de prisões, originando prolongados e complexos processos de recomposição que, muitas vezes, se arrastaram por anos. Na melhor das hipóteses as ligações perdiam o carácter organizado e tornavam-se isolados. A distribuição da imprensa contraíu-se, embora sem nunca ter sido interrompida, o que permitiu, mesmo que com grandes limitações, a voz do partido aparecesse com a regularidade possível e que a sua influência em meio operário e popular se mantivesse, mesmo difusa.

O acompanhamento individual do que restava de muitas organizações locais, a necessidade de juntar pontas soltas, acompanhar os novos recrutamentos, resolver as questões, resistências e problemas com os quadros e militantes, que um clima sectário e persecutório generalizado avivavam, tornava esses esforços particularmente agrestes, arrastando-se as situações e as dificuldades.

c) Sinais de recuperação por meados da década

Esta situação manter-se-ia até meados da década e, na verdade, apenas nos últimos anos 50, a situação daria sinais de inversão, com um novo crescimento e expansão das fileiras partidárias.

No Algarve, por exemplo, depois da repressão de 1948, abate-se em 1952 nova vaga de prisões, desbaratando todos os esforços empreendidos de recomposição do sector ¹⁸¹³. Por isso, quando nesse ano Carlos Costa é enviado para o Algarve como funcionário encontra a organização completamente destruída e, para inverter a situação, apoia-se em Silves e no que restava do sector corticeiro na cidade, bem como nos assalariados rurais da região e em núcleos isolados de militantes, alguns dos quais acabados de sair da prisão. Mas com a sua prisão logo no ano seguinte a situação de desorganização arrastar-se-á penosamente.

A reorganização do PCP no Algarve realizar-se-á a partir de 1955 com o destacamento para a região de Isidro da Conceição Paula, que reconstitui os Comitês Locais de Faro, Silves, Portimão, Estombar, Lagos, ao mesmo tempo que mantém numerosos contactos individuais e ligações a outras localidades e empresas ¹⁸¹⁴. No início de 1958, quando Isidro Paula é substituído por Malaquias Pinela, a região está de novo dotada de uma vasta rede de células e comitês locais, embora ainda sem Comité Regional e a campanha presidencial reflecte já um considerável dinamismo proporcionado em larga medida pela organização comunista¹⁸¹⁵.

Em 1956, quando a recuperação partidária começava a descolar, a reunião da Comissão de Organização constata um aumento de 194 militantes, 226 simpatizantes e 83 organismos em relação ao balanço precedente, seis meses antes. Na composição social do partido atribuía-se uma percentagem de 47,7% de operários e 21,5% de camponeses, categoria composta esmagadoramente por assalariados agrícolas, 11,2% de

¹⁸¹³ Cf. IANTT/PIDE-DGS, PC 309/50

¹⁸¹⁴ Cf. IANTT, PIDE-DGS, PC 1203/58 e P. 479/GT

¹⁸¹⁵ Cf. Maria João Raminhos Duarte, *Oposição à Ditadura Militar e ao «Estado Novo» no Algarve (1926-1958). O caso do concelho de Silves*, Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, mimeo., pp 471-484

intelectuais e 19,6% das restantes profissões, desde artesãos a comerciantes e empregados ¹⁸¹⁶.

Quatro meses mais tarde, esse curso de crescimento apontava para mais 242 militantes, 678 simpatizantes e 70 organismos ¹⁸¹⁷. Este crescimento beneficiava ainda da incorporação de um conjunto de jovens e de activistas, já com relativa experiência política adquirida no MUD Juvenil e no MND, cuja extinção fora entretanto decidida.

Com a entrada de várias dezenas de militantes torna-se possível o alargamento e a recomposição de muitas estruturas, acompanhada da respectiva articulação regional, ultrapassando assim a situação particularmente difícil existente.

Na linha de Cascais, por exemplo, a partir de meio da década de 50 organizam-se Comités Locais em Paço d’Arcos, Murtal ou em Tires e multiplicam-se os militantes isolados na Parede, em Cascais ou no Cacém.

No Baixo Ribatejo verifica-se uma situação semelhante. As células e Comités de Empresa reforçam-se – na Trefilaria com 35-40 militantes, na Fábrica de Louças de Sacavém também com três a quatro dezenas, na fábrica de papel da Abelheira com 35 militantes, assim como se multiplicam as ligações a outras fábricas desta importante zona industrial: Fábrica de Chitas, Olaio, Fábrica de Açúcar de Santa Iria, Companhia Industrial Portuguesa, Parque de Oficinas de Aviação de Alverca, SIAM, Cavan ou na Covina. Há Comités Locais a funcionar em Sacavém, Alhandra, Alenquer, dando corpo a um Comité Regional¹⁸¹⁸.

Também na Beira Litoral se verificava esta tendência de crescimento. Em Coimbra venciam-se dificuldades antigas, reorganizando-se o Comité Local, com responsáveis quer pelo trabalho “legal” quer pelo trabalho universitário; na Figueira da Foz, o CL, de formação recente, assegurava ligação às principais empresas – não só a vidreira Fontela, como a fábrica do Cabo Mondego e os Estaleiros ¹⁸¹⁹.

No Ribatejo, como no Alentejo, o ambiente fortemente polarizado facilitava a regeneração da malha orgânica. Em muitas aldeias e até nalgumas vilas, o apoio ao PCP era muito grande, largos contingentes de assalariados rurais e suas famílias eram directamente influenciadas pelo partido, que respeitavam e seguiam, havendo muitos

¹⁸¹⁶ Cf. TCL, 3º JC, *Processo 15935/57*, 2º vol., A Comissão de Organização do Partido, *Reunião da Comissão de Organização*, Agosto de 1956, dact., apenso a fls 146

¹⁸¹⁷ *Idem*, *Reunião da Comissão de Organização*, Janeiro de 1957, dact., apenso a fls 195

¹⁸¹⁸ Cf. IANTT/PIDE-DGS, NP 9076, *Sectores da linha de Cascais e Baixo Ribatejo*, [523-574]

¹⁸¹⁹ Cf. IANTT/PIDE-DGS, *P. 191/GT, Esquema das Declarações de Tomás Figueiredo (Mourão)*, [81]

homens e mulheres da orla do partido que recebiam a imprensa, considerando-se como militantes, ainda que formalmente não o fossem.

Este ambiente era particularmente importante, até do ponto de vista da segurança e da defesa do partido face à vigilância e às investidas policiais. A movimentação dos militantes, mas principalmente o acesso dos funcionários às localidades exigia amplos apoios.

Esta realidade permitira a reestruturação de comités sub-regionais em Avis, Montemor-o-Novo, S. Cristóvão e S. Romão, como em Beja ou na margem esquerda do Guadiana ¹⁸²⁰.

d) Dos anos difíceis de 1958-59 à correcção do “desvio anarco-liberal”

A campanha eleitoral de 1958 ao exigir um grau de exposição acrescido a um vasto conjunto de militantes e, impondo uma circulação mais intensa de muitos funcionários deu flanco a uma enorme vaga repressiva, que se arrastou pelo ano seguinte e desmantelou vastos sectores do partido, provocando um novo e extenso recuo organizativo.

A tudo isto, juntava-se uma tibieza na resposta ao sentimento popular de fraude com a votação em Humberto Delgado. Perdeu-se a oportunidade de aprofundar a crise do regime, levando a que sectores consideráveis da vanguarda operária se radicalizassem, questionando a capacidade de direcção do PCP na luta antifascista pelo meios tradicionalmente utilizados, para mais quando predominavam no núcleo dirigente a convicção de que o regime podia ser derrubado por via pacífica.

De Maio a final de Dezembro de 1958 foram presos 1013 indivíduos, dos quais 178 foram remetidos a Tribunal Plenário através de 31 processos, que incidiram em Lisboa sobre empresas como a Carris, a Fábrica Portugal, a CP, a Sorefame ou vários serviços do estado – Hospitais Civis, Junta Autónoma das Estradas, Inspeção de Serviços Pecuários e em muitas localidades de tradicional implantação do PCP, designadamente o Couço, Montemor-o-Novo, Alhandra, ou Almada ¹⁸²¹.

Apesar dos efeitos da repressão, apesar da direcção partidária ter sido particularmente tocada, a correcção do “desvio de direita”, empreendida por Álvaro Cunhal, não obstante se ter, juntamente com os restantes membros do Secretariado do Comité Central, de instalar no estrangeiro, permitiu relançar a confiança e imprimir

¹⁸²⁰ Cf IANTT/PIDE-DGS, NP 9058, Pasta 5, José Candeias Lourenço Canena (Eduardo) e P. 191/GT, [84-85]

¹⁸²¹ Cf IANTT/PIDE-DGS, NP 9076, Gabinete Técnico de Investigação, Relatório da actividade policial na repressão da agitação promovida pelo Partido Comunista Português durante o período eleitoral de 1958, Janeiro de 1959, [84-108]

novo dinamismo e novos métodos ao trabalho partidário, o que se traduziria, no espaço de dois a três anos na inversão desse recuo, sem lograr atingir os quantitativos de militantes da conjuntura de final da guerra.

O balanço de organização realizado em fins de 1961, recenseava 2382 militantes, o que traduzia uma recuperação em relação à situação anterior. Em locais de tradicional implantação do partido a situação melhorava, embora, no quadro geral, persistissem velhas lacunas e incapacidades de “furar” em zonas onde isso nunca se tinha anteriormente verificado.

Todavia, as mudanças estruturais ocorridas no país ao nível do aparelho estrutura industrial, da mecanização da agricultura, da tercearização ou da própria população estudantil reflectem-se nos modos e nos ritmos da implantação do PCP.

Lisboa e as suas cinturas industriais, continuam sendo o núcleo fundamental da actividade partidária, com sectores em crescimento, como era o caso dos serviços e dos estudantes. Sob controlo do Comité Local de Lisboa, estruturavam-se organismos de zona, a oriente, de Alfama a Moscavide; como a ocidente, de Belém a Santos ou ainda no eixo de Campolide à Amadora, por Benfica e Venda Nova. As células organizavam-se não só por empresa como também por actividade profissional – construção civil, padeiros, tipógrafos, empregados dos serviços e funcionários públicos.

Nas construções navais, por seu turno, um organismo de direcção controlava a actividade de 4 comités de empresa – CUF, CNN, CCN e Argibay com 100 militantes e 220 simpatizantes. Na CUF de Alcântara, por exemplo, havia um secretariado de célula que controlava três núcleos com um total de 109 militantes ¹⁸²².

O organismo da Carris, recompondo-se dos efeitos da repressão de 1958. Em 1962 tinha 31 elementos distribuídos por três núcleos de estação, que se ramificavam em oito células.

Quadro 38

Organização na Carris (1961-62) ¹⁸²³

Secretariado		Células	Militantes
	Sectores		4
Núcleo 1 – Arco Cego	Movimento	2	8
Núcleo 2 – Amoreiras	Movimento	1	3
	Oficinas	1	3
Núcleo 3 – Santo Amaro	Movimento	2	7

¹⁸²² *Idem*, Pasta 11

¹⁸²³ Cf. IANTT, PIDE-DGS, NP 9076, **Originais e esclarecimentos da célula da empresa da Companhia Carris de Ferro de Lisboa**, [393-94 e 402-03]

	Oficinas	2	6
Totais		8	31

Quanto à CP, sendo uma empresa de âmbito nacional, a organização estabelecia-se em função dos seus principais núcleos territoriais, ligando-se cada um deles à respectiva organização regional de que geograficamente fazia parte. Por isso, em Lisboa, na CP, existia um Comité de Empresa com células de actividade profissional, fossem ou não por local de trabalho.

Quadro 39

Organismo da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1962-63) ¹⁸²⁴

Organismo de Direcção		Militantes	Simpatizantes
	Oficinas de Campolide	4	20
	Oficinas de Santa Apolónia	3	17
	Revisores de Material	2	15
Material e Tracção	Maquinistas		7
	Escritórios		
	Rossio	1	4
	Santa Apolónia	3	8
Via e Obras	Pedreiros	?	?
	Assentadores	6	
	Guarda-freios	1	5
Exploração	Factores		3
	Revisores	5	40
	Totais	25	119

Ainda em Lisboa, o sector intelectual e particularmente o sector estudantil eram numerosos e importantes. Constituíram aliás expressão significativa do impulso introduzido pela correcção do “desvio de direita”, em matéria de crescimento e expansão do partido.

Células de escritores, médicos, arquitectos, pintores, engenheiros, economistas, advogados, cineclubistas, publicistas em jornais e revistas de arte e cinema integravam o sector intelectual nos primeiros anos 60.

Nos arredores, na cintura industrial norte permaneciam fortes as organizações dos três grandes eixos que a definiam – Vila Franca de Xira, Cascais e Sintra.

¹⁸²⁴ IANTT/PIDE-DGS, *NP 9019*, Pasta 8

Bastante mais a norte, o Comité Local da Marinha Grande, controlava em 1960 seis células de fábrica no sector vidreiro, assim como células em oficinas metalúrgicas e de elementos isolados em diferentes empresas e organismos e comissões para actividades específicas – distribuição da imprensa, células femininas em fábricas vidreiras, fracções para as questões reivindicativas, contra a carestia, para a solidariedade ou para a actividade entre os jovens.

Nas Beiras, como no norte, o trabalho encontrava-se agora mais consolidado nos têxteis da Covilhã e Tortosendo, em Coimbra, entre os chapeleiros e sapateiros de S. João da Madeira, nos papeleiros de Cacia, nas conservas de Matosinhos, nos estaleiros de Viana do Castelo, ou nos têxteis do Ave, mas mantinha as debilidades de sempre à medida que se avançava pelo interior, embora relativamente às fases anteriores a situação tivesse melhorado, a ponto de nalgumas localidades ter atingido o maior desenvolvimento de sempre ¹⁸²⁵.

Em Coimbra, em Abril de 1962, haviam-se constituído três sectores de actividade partidária – o sector laboral, com células de empresa, organismos de direcção de empregados e de funcionários públicos, englobando um total de 36 militantes e 18 simpatizantes; o sector intelectual, com uma estrutura de direcção e dois secretariados de célula e finalmente o sector estudantil, separando estudantes não universitários de universitários.

A influência do sector estudantil era considerável, ramificando-se a partir das Faculdades para as “repúblicas” e para as estruturas “circum-escolares” com militantes e simpatizantes nas secções pedagógicas, no *Via Latina*, na secção de textos, entre os delegados de curso ou no futebol, assim como no TEUC ou no Ateneu ¹⁸²⁶.

Tudo isto representava uma vasta organização estudantil universitária com mais de seis dezenas de militantes e muitos simpatizantes. César Oliveira, estudante na Faculdade de Direito e residente numa das “repúblicas” dá a dimensão com que ficou da influência partidária nessa altura: “80% dos repúblicos eram do PCP. O Avante lia-se à mesa como quem lia o Primeiro de Janeiro” ¹⁸²⁷.

Nas vertentes da serra da Estrela, o Partido Comunista tinha forte influência nos centros industriais de lanifícios da Covilhã, com militantes em 23 fábricas e Tortosendo, em 6, ambos dispendo de Comités Locais, como, embora bastante mais débeis, em

¹⁸²⁵ Cf. J.A. Silva Marques, *Relatos da Clandestinidade...*, p. 51

¹⁸²⁶ Cf IANTT, PIDE-DGS, NP 9107, *pt. Coimbra. Organização, Principais organismos partidários existentes em Coimbra...* [2-17]

¹⁸²⁷ César Oliveira, *Os Anos decisivos...*, p. 32

Castelo Branco ou, Alcains, funcionando um Comité Regional para toda essa zona ¹⁸²⁸. Em 1963, apesar da repressão, a influência na Covilhã alarga-se, com ligações directas ou indirectas a 35 fábricas e oficinas, principalmente de lanifícios, mas também de outros ramos industriais ¹⁸²⁹.

No Porto, que nunca fora propriamente uma zona de forte implantação operária do PCP, teve uma organização expressiva entre os metalúrgicos e os têxteis, para além das conservas, em Matosinhos, embora a renovação e reorganização após vagas repressivas fosse lenta, acusando falta de reservas que só uma implantação profunda permitia assegurar ¹⁸³⁰, sendo a EFACEC o grande baluarte comunista.

O que conferia à organização do PCP no Porto maior envergadura era, segundo Silva Marques, a heterogeneidade social que a cidade proporcionava às fileiras do partido, onde se destacava um conjunto de quadros combativos, saídos principalmente das organizações de intelectuais e de empregados, que se destacariam na frente “legal”.

A sul, para lá de Lisboa e dos arredores norte, é que se concentravam efectivamente as zonas e bolsas de maior influência do Partido Comunista. A começar pela Margem Sul – o Barreiro e o eixo até Alhos Vedros, Moita e Montijo, por um lado e o “corredor” Almada-Seixal, por outro.

No Barreiro continuava a destacar-se a organização da CUF, que seria inclusivamente a maior organização do PCP à escala nacional, com perto de 500 militantes pelo meio da década de 60 ¹⁸³¹. A enorme dimensão do organismo, levava a que um secretariado de empresa se apoiasse em secretariados de secção que orientavam uma rede intrincada de contactos individuais directos e indirectos, que por sua vez plasmavam a influência do partido entre os trabalhadores.

Na indústria corticeira, que fora um ramo de actividade com forte penetração partidária, mas já muito decadente na Margem Sul, destacava-se a organização na Mundet, no Seixal. Enquanto isto, a Lisnave, com estaleiros a funcionar em Almada desde 1963 ou a Siderurgia Nacional, os mais recentes potentados industriais da Margem Sul, não dispunham ainda de organização partidária à altura da sua dimensão e da sua importância.

No Alentejo, uma organização regional subdividia-se em 3 Comités Regionais para o Alto, Baixo e Alentejo Litoral, com Comités Sub-Regionais no Lousal,

¹⁸²⁸ CF IANTT, PIDE_DGS, NP 9079, Pt 15/1 **Elementos do PCP de Tortozendo** [1-212]

¹⁸²⁹ CF IANTT, PIDE-DGS, NP 9110, Pasta 5, **Covilhã. 1963**, [s.n.º]

¹⁸³⁰ Cf. J.A. Silva Marques, **Relatos...**, p. 132

¹⁸³¹ Cf **Idem**, p. 205

Montemor-o-Novo, Moura e Aljustrel e uma rede de Comités Locais que cobriam praticamente toda essa vasta região. Tratava-se de uma grande organização basicamente constituída por Comités, células de assalariados rurais, sendo de destacar a organização de Aljustrel, composta por um Comité das minas e um Comité Local, compostos praticamente só por mineiros, constituindo as minas um grande viveiro de quadros.

e) Repressão, denúncias e regressão organizativa

Todavia, sucessivas prisões por efeito de golpes repressivos em 1962, 63 e 64 acabariam por fazer inverter drasticamente esta situação.

Só no ano de 1962, no Alentejo Litoral foram muitas dezenas de prisões. Nas minas do Lousal, num só dia a PSP prendeu 80 mineiros, que foram interrogados pela PIDE e de seguida postos em liberdade. Em Ermidas-sado foram presos 17 indivíduos e 28 só na pequena localidade de Palma, adstrita à herdade.

Nesse mesmo ano, na Margem Sul do Tejo, foram presos 226 indivíduos, a que se juntavam 135 na zona do Couço e no Alto Alentejo ¹⁸³².

Mais difíceis de contabilizar são os efeitos directos e indirectos das declarações prestadas por Rolando Verdial na polícia, em 1963, com quem passou a colaborar, remunerado e protegido. Mas esses efeitos na Margem Sul, na região de Lisboa, como por todas as zonas por onde passou e de que tinha conhecimento foram devastadores.

Depois desse enorme desastre, o sector estudantil, designadamente em Lisboa, havia crescido extraordinariamente nos anos anteriores e funcionava como a grande reserva de activismo, de quadros e funcionários, não obstante tratar-se de um sector sensível à turbulência interna provocada pela dissidência de Francisco Martins Rodrigues.

Mas, mesmo esse sector seria avassalado com as denúncias do respectivo controlador, Nuno Álvares Pereira, que integrava a Direcção de Organização Regional de Lisboa e que entregou à PIDE a estrutura detalhada e correspondente composição, provocando dezenas de prisões e o seu desmantelamento completo.

Em 1964, a prisão de praticamente toda a Direcção da Organização Regional do Alentejo, levou ao desmantelamento de Comités Regionais e de bastantes Comités Sub-Regionais e Locais.

¹⁸³² Cf. IANTT, PIDE-DGS, *NT 9076*, Comité Regional da Margem Sul do PCP, *A Repressão na Margem Sul do Tejo no ano de 1962*, Março de 1963, [30-56]

No VI Congresso, a estrutura continuava a sofrer dos efeitos dessas hecatombes repressivas. Regiões e sectores inteiros reduziam-se a um mapa de pontas e contactos individuais, de células muito débeis e dispersas, inviabilizando a densidade orgânica que justificara a rede de Comités Regionais e Sub-Regionais.

Por outro lado, alterações profundas nos campos do sul, por exemplo, com a mecanização da agricultura, haviam provocado um excesso de força de trabalho mesmo nas ceifas, desencadeando uma significativa sangria migratória principalmente para as cinturas industriais de Lisboa. Entre 1960 e 1970, nos três distritos alentejanos – Évora, Beja e Portalegre – o número de assalariados rurais diminui em quase 61 mil efectivos, o que representa uma quebra de praticamente 62%, percentagem que se eleva para 72% só no distrito de Beja ¹⁸³³. Estas alterações têm consequências ao nível da própria implantação do PCP no Alentejo e do padrão de lutas sociais até aí verificado, com movimentações cíclicas, em torno do trabalho e da jorna no inverno e na primavera/verão, respectivamente.

Em contrapartida, nalgumas grandes empresas das cinturas industriais de Lisboa, como os estaleiros da Lisnave, constituem-se novos bastiões da influência do Partido Comunista.

A influência do PCP assentava num pequeno conjunto de organismos fortes, ainda que a maioria da suas estruturas fosse débil ou resguardando-se através de actividades de baixa densidade, mantendo-se sobretudo enleadas no ciclo mensal rotineiro relacionado com a distribuição da imprensa e a recolha de fundos, mas gerindo uma influência consideravelmente densa, sem assentar propriamente numa rede orgânica forte e territorialmente estruturada, à excepção de organizações na região de Lisboa e das suas cinturas industriais, com destaque para o eixo de Vila Franca de Xira e em particular para a Margem Sul ou de um conjunto de “ilhas” industriais espalhadas pelo norte e centro do país – Marinha Grande ou Covilhã-Tortosendo, designadamente.

A actividade militante, predominantemente de baixa intensidade, limitada à difusão da imprensa e ao acompanhamento e controlo de um grande número de militantes, simpatizantes e amigos isolados e dispersos foi mantida em permanência. Os processos de luta eram, naturalmente esporádicos, desenvolvidos com grande prudência, frequentemente em torno de meios de acção contidos e recuados, mas havia toda uma influência que com maior ou menor discrição se ia disseminando nos locais de trabalho,

¹⁸³³ Cf Constantino Piçarra, *As ocupações de terras no distrito de Beja 1974-75*, Coimbra, Almedina, 2008, pp 28-36

mas também nos da sociabilidade quotidiana, construindo uma espécie de contracultura, através da qual se tecia uma hegemonia que foi política, mas também foi cultural, alicerçada em zonas e localidades que se tornaram emblemáticas, quase míticas.

Em todo o caso, gerações de militantes, em processos de renovação mais ou menos lentos, mas nunca drasticamente rompidos, mantiveram acesos feixes de convicções e de referências políticas, argamassadas em vontade, coragem e combatividade na luta contra o regime.

Conclusões

1.

Entre 1949 e 1965 o mundo era avassalado pela guerra fria. Dois poderosos blocos político-militares dividiam e partilhavam o mundo em confrontação latente. Uma intensa e crispada guerra de propaganda, ideológica, substituía e continha o conflito militar de alta densidade.

No movimento comunista, o antifascismo, nas suas diferentes matizes, elemento fundamental antes de 1945, perderá sentido e não sobreviverá no clima internacional que daí emergiu.

Porém, em Portugal, o Estado Novo, ditadura cuja matriz tradicionalista e autoritária radicada na família dos fascismos de entreguerras, sobreviveria à derrota do bloco nazi-fascista e, com o apoio e beneplácito das potências ocidentais, encostar-se-ia ao bloco capitalista ocidental.

Uma primeira e fundamental especificidade do Partido Comunista Português resulta directamente desta situação. No contexto da guerra fria, alinhado pelo bloco soviético, manterá a estratégia antifascista, herdada directamente do movimento comunista internacional, bebida no Comintern e em particular no seu VII Congresso.

Assim, quando os seus partidos “irmãos” em França ou na Itália ultrapassavam historicamente a política antifascista das Frentes Populares, esse lastro doutrinário manter-se-ia como elemento central da manobra táctica do PCP.

O conceito de antifascismo prevalecente continuava a basear-se no corpo doutrinário sistematizado por Dimitrov em 1935, que confinava a base social do fascismo aos sectores mais reaccionários ligados ao latifúndio e aos grandes grupos económicos, ao mesmo tempo que sustentava a possibilidade de uma ampla aliança política e social contra o regime, que Álvaro Cunhal designava de “*unidade de todos os portugueses honrados*”.

Mas esta ampla unidade que deveria assentar na unidade da classe operária e na aliança operária-camponesa esbarraria contra profundas assimetrias na implantação partidária, praticamente ausente dos campos do norte e centro do país, onde se concentrava um campesinato pobre e médio; tendo, por outro lado, de construir a frente

única da classe operária não com um partido socialista, porque praticamente inexistente nem com os anarco-sindicalistas, porque esvaídos e pulverizados, mas com operários católicos ou, sobretudo, sem partido, a partir de concentrações, cinturas ou “ilhas” industriais de modesta dimensão e cercadas e envolvidas por um persistente e quase esmagador mundo rural.

Foi essa concepção que norteou, e limitou, a orientação política do PCP, em que predominou uma política de unidade antifascista com fracas organizações socialistas emergentes, com o que restava de um republicanismo derrotado com os últimos lampejos do reviralhismo e com algumas personalidades democráticas e de esquerda dispersas e isoladas, uma espécie de generais sem exército.

Assim, esta unidade anti-fascista ocuparia o centro político da actividade do PCP, constituindo-se como espinha dorsal de uma política específica de Frente Popular, duradouramente sustentada, mais ou menos matizada, nem sempre interpretada do mesmo modo, mas sem que, em momento algum, fosse radicalmente contestada e contrariada a partir do interior do partido ao longo de todo o período considerado. Como antes e depois, aliás.

Nos anos de 1949 a 53, fase de maior acirramento internacional, o PCP, isolado, atravessou enormes dificuldades, emparedado entre a fortíssima pressão do regime e os efeitos desse quadro internacional bipolar nos sectores não comunistas da oposição. As próprias consignas soviéticas em matéria de política internacional e da “Defesa da Paz”, anatemizavam todas as correntes não comunistas e desenvolviam em nome da fidelidade ao marxismo-leninismo e da “vigilância revolucionária” a intransigência e o sectarismo nos métodos de direcção e na política de quadros. Apesar disso, o Partido Comunista não baixou a sua bandeira da “unidade antifascista”, ainda que sem eco político, objectivamente remetida ao plano do discurso político e da propaganda.

De igual modo, a “unidade antifascista” nunca foi posta em causa nos debates e tensões em torno da linha política, que opuseram Álvaro Cunhal a Júlio Fogaça, ou, se quisermos, na tensão entre “desvio de direita” e a sua correcção, isto é, a reposição da política cunhalista tal como fora aprovada pelo IV Congresso.

Cunhal acusava Fogaça de se preocupar excessivamente com as lutas intestinas do regime, subestimando o papel de força motriz da classe operária, e portanto da Frente Única, no contexto da Frente Popular, bem como de valorizar os meios pacíficos em detrimento do papel das acções de massas e do levantamento nacional no derrube do regime.

De qualquer modo, neste debate, se os fundamentos da política antifascista não eram postos em causa, não deixavam de influir aqui, até pela ordem natural da posição do PCP face ao centro soviético, as teses veiculadas pelo XX Congresso do PCUS, que Fogaça abertamente defendia.

Efectivamente, Cunhal nunca fora um adepto das teses krutchovianas do XX Congresso, embora, na defesa do “levantamento nacional” não rejeitasse propriamente a via pacífica, mas antes uma leitura superficial e mecanicista da realidade portuguesa, que via a transição pacífica como única e exclusiva via, o que não significava que no início dos anos 60, as teses que defendia não surgissem como dissonantes no movimento comunista internacional. Era em contramão que Álvaro Cunhal impulsionava a “crítica ao desvio de direita”, afirmando formalmente o que parecia ser a inevitabilidade do derrube violento de Salazar e do seu regime.

Todavia, em 1965, a consagração do programa cunhalista faz-se quando na União Soviética Brejnev já afastara Krutchev, sucedendo-lhe e abrindo caminho a uma reorientação, que implicou inclusivamente uma recuperação mitigada de Staline.

2.

A educação e formação dos dirigentes comunistas fez-se invariavelmente, mesmo nas circunstâncias mais adversas e mais precárias, na defesa das posições e da orientação soviética. O desejo e o esforço de acertar o passo com o PC soviético e o movimento comunista internacional foram permanentes.

O PCP, por intermédio de Álvaro Cunhal, terá na União Soviética, junto do PCUS, como interlocutores directos altos quadros ao nível da Secção Internacional do CC e do Politburo, homens da confiança de Staline que aguentaram a direcção de Krutchov, conspiraram para o seu afastamento e apoiaram a ascensão e consolidação de Brejnev.

Nos anos 60, o PCP, ainda que se tratasse de um pequeno partido num país periférico, era apreciado pelo PCUS como partido fiel, dedicado e leal. Combatia tenazmente sob ditadura e destacara-se desde cedo na crítica ao PC da China no quadro do dissídio sino-soviético, que provocara um ambiente de crise, divisão e desorientação no movimento comunista.

Mas o PCP desempenharia ainda outra importante função a partir de meados dos anos 60 – a de estabelecer uma ligação estreita com os movimentos de libertação das

colónias portuguesas, últimos redutos do colonialismo no continente africano, no sentido de que a sua independência poderia representar o reforço da influência soviética nesse continente. Não obstante, foi lenta e tardia a sua evolução para posições abertamente anticolonialistas e em larga medida por influência soviética.

Foi assim clarificada no domínio da linha política uma persistente ambiguidade nesta matéria, com que procurava não hostilizar os seus aliados de extracção ou tradição republicana que sustentavam posições colonialistas ou neo-colonialistas.

A fidelidade do PCP ao PCUS e à União Soviética no quadro do movimento comunista internacional constituiu um traço fundamental da sua identidade, sem que isso representasse qualquer originalidade, pois esse era efectivamente um eixo estruturante do próprio movimento de que fazia parte. As diferentes apreciações que se puderam desenvolver em torno de problemas de natureza táctica ou de natureza programática não questionavam esta posição de princípio.

Apenas no início da década de 60, quando Cunhal e o grupo dominante no CC do PCP foram confrontados com as propostas de Francisco Martins Rodrigues, a fidelidade a Moscovo seria pela primeira vez questionada, ao defender uma posição que inicialmente era de independência no diferendo surgido entre o PCUS e o PC da China, mas que, mesmo assim, era naturalmente entendida como de enfraquecimento das posições soviéticas, só evoluindo, depois de derrotadas na reunião do Comité Central de Agosto de 1963, para posições abertamente pró-chinesas.

Mas o fundamental das questões levantadas por Martins Rodrigues não se centrava nos aspectos internacionais, mas sim na opinião de que a “crítica ao desvio de direita” era insuficiente e que aprofundá-la implicava submeter também à crítica aspectos fundamentais da linha cunhalista, designadamente o abandono da aliança operário-camponesa e a sua substituição pela aliança da classe operária com a burguesia liberal, a contenção forçada do movimento de massas que vinha efervescendo desde as eleições de 1958 e, finalmente, o modo como a questão colonial era tratada pelo partido, por baixar bandeiras nesta matéria para não prejudicar a unidade com outros sectores oposicionistas.

Neste contexto, sob a direcção incontestada de Álvaro Cunhal e num quadro de fidelidade absoluta a Moscovo, a identidade do Partido Comunista construiu-se “à esquerda” face ao corpo de propostas de Fogaça, enquanto não foi possível configurar uma corrente, inicialmente difusa e sem capacidade de agregação e de expressão

política consistente, baseada na crítica radical do “desvio de direita”, o que equivalia a remeter o cunhalismo para uma posição “de centro”.

Esta conflituosidade interna, que as condições de clandestinidade, e o próprio espectro da compartimentação e do centralismo democrático, tolheram em amplitude e profundidade, prefiguraram diferentes modos de interpretar a realidade, que a catalogação para efeitos de eficácia instrumental foi arrumando duradouramente como “de direita”, “de centro”, “de esquerda” ou “esquerdista”, conforme o ponto de vista de cada uma ou de quem se lhes opunha.

Mas, esta realidade permite ainda perceber que, apesar do centralismo democrático e da feroz repressão de que o partido era alvo, apesar de se discutir pouca política e ainda menos ideologia, o PCP não foi propriamente uma entidade monolítica, completamente desprovida de divergências ou de debate interno, de tendências ou correntes que, independentemente da designação que lhe possamos atribuir, foram de longo curso e, manifestando-se mais cedo ou mais tarde, não deixaram de algum modo de reflectir diferentes heranças ou diferentes veios convergindo no partido e aí conflituando.

3.

Depois da “reorganização” e independentemente da linha política prevalecente, o PCP sempre defendeu o preceito de trabalhar onde estavam as massas. Era uma regra fundamental, no caso, directamente determinada pela política de Frente Popular em países sob dominação fascista.

Neste sentido, combatendo a criação de sindicatos ilegais, e ao contrário do que acontecera nos anos 30, o Partido Comunista defendeu a infiltração nos organismos corporativos destinados ao enquadramento dos trabalhadores tidos como organismos de massas do regime, ainda que esse carácter lhes adviesse fundamentalmente da inscrição obrigatória dos sectores laborais a que se destinavam. No entanto, o interesse real dos militantes por esses organismos foi bastante diferente.

Em relação aos Sindicatos Nacionais, houve períodos em que foi possível infiltrar algumas das respectivas Direcções. A actividade aí pautou-se fundamentalmente pelo encaminhamento das reivindicações vindas das fábricas e empresas através de abaixo-assinados, petições, cadernos reivindicativos entregues por vezes em concentrações junto dos SN, de modo a que os quadros comunistas nos corpos

directivos desses sindicatos pudessem pressionar para que tais reivindicações fossem encaminhadas através do INTP, Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, procurando fazê-las vingar ao nível do simulacro de contratação colectiva, o que nalguns casos aconteceu. Não se conhecem, no entanto quaisquer movimentações de massas, directamente promovidas ou apoiadas pelos Sindicatos Nacionais.

Já no caso das Casas do Povo a influência foi praticamente nula. Em meio rural, onde não eram tolerados sindicatos, o regime instituiu estes organismos corporativos, onde coabitavam assalariados rurais e proprietários agrícolas, com as funções dirigentes sob a tutela destes. Mesmo que agrupando grandes contingentes de assalariados, o desinteresse dos militantes, ao arrepio das orientações partidárias, foi praticamente geral.

Houve, assim, na prática, objectivamente, como que a deslocação do eixo da intervenção de massas do PCP para outros organismos, que eram as Comissões de Unidade, estruturas sem base orgânica permanente, absolutamente hegemónicas pelo PCP, embora aglutinando, é certo, católicos e muitos e muitas sem partido, foram o esteio fundamental das movimentações de massas ocorridas durante longos anos, em torno de cadernos e agendas reivindicativas onde predominavam aspectos de natureza económica, que por vezes eram associadas a reivindicações políticas.

Nos campos da grande propriedade, a sul, estas comissões de unidade tomavam a forma de comissões formadas a partir das praças de jorna, locais nas vilas e aldeias onde eram contratados os assalariados e que se tornaram local privilegiado de intervenção do PCP. Aqui, de modo ainda mais vincado, a inexistência de sindicatos rurais, fez com que as principais reivindicações em territórios de monocultura do trigo se centrassem nas jornas por altura das ceifas e por trabalho quando este rareava pelo inverno, a que se juntaria a jornada das 8 horas de trabalho diário, reivindicações económicas, invariavelmente.

Mesmo entre os estudantes, particularmente a partir da criação no PCP dos sectores estudantis no início dos anos 60, que permitiram corrigir e ultrapassar o estiolamento sectário e afunilante dos últimos anos do MUD Juvenil, a actividade centrou-se em torno da defesa das Associações de Estudantes e das reivindicações especificamente estudantis, assumindo também neste caso funções de apoio clandestino a um sindicalismo estudantil.

Assim, no período considerado, em nome desta luta imediata, a mobilização dos trabalhadores, como dos estudantes, operava-se sob bandeiras afinal mais próprias da

actividade sindical, cujo carácter em si mesmo era intrinsecamente reformista, tornando o PCP numa espécie de partido sindical clandestino, enleado nesse horizonte economicista prático e imediato que tornaram o partido como partido dos trabalhadores, defensor das suas aspirações a uma vida melhor.

4.

O processo de reconfiguração da ideia de nação operada desde o tempo da Internacional Comunista desenvolveu-se ao longo de todo um dramático período das derrotas da revolução pós 1917 e da emergência dos fascismos, constituindo doravante um elemento central da produção programática de cada partido comunista, assente numa espécie de compatibilização entre o conteúdo proletário e o conteúdo nacional.

Nas condições concretas do país, o PCP, em coerência, assume os interesses da Nação como eixo estruturante do seu discurso político, expresso aliás na ideia da Nação contra Salazar, que se pretendia instrumentalmente agregadora de um vasto bloco social de oposição ao regime.

Foi com este pano de fundo que o PCP construiu um corpo teórico-programático que incidiu sobre a realidade nacional e possibilitou um discurso de algum modo próximo dos problemas dos portugueses, identificando-os e propondo o que entendia como correspondentes soluções. Tal empreendimento procurou adaptar-se a um húmus social, predominantemente rural, maioritariamente católico, onde os sistemas de patrocínio e de paternalismo tinham fundas raízes

A “unidade antifascista” tornar-se-ia assim componente central desse dispositivo programático, que se concretizaria numa lógica de reconciliação dos trabalhadores com a Nação, usurpada pelo regime, incorporando uma tradição republicana liberal de esquerda, que persistia em tomar como modelo político implícito a República, do qual nunca se demarcou completamente.

A questão é que esse modelo republicano, base da configuração da experiência histórica da Primeira República tinha mobilizado contra si não só sectores conservadores e moderados, como o pensamento reformista segregado pela própria República – o republicanismo radical e o pensamento seareiro. Reerguer a bandeira da República, que tão ferozmente se divorciara do movimento operário e deixara por cumprir velhas promessas em matéria social e de democratização do sistema político era gerador de ambiguidades e bloqueios, vulneráveis à propaganda do próprio regime.

A razão da incorporação deste veio que, do ponto de vista programático viria a pesar incomparavelmente mais do que veio anarquista a partir de onde em larga medida se fundou o PCP, radica no facto da derrota da república e do esmagamento e posterior rendição do reviralhismo e das suas expressões políticas, ter privado os sectores radicais republicanos de expressão política própria.

A geração mais jovem destes sectores de uma pequena burguesia urbana, estudantil e intelectual, jacobina e filo-maçónica, confrontada e radicalizada com as encruzilhadas e imperativos do tempo, querendo agir contra o fascismo, ingressaria no Partido Comunista, visto tanto a nível interno como pela própria conjuntura internacional como único reduto onde a resistência verdadeiramente se organizava, processo que se prolongaria de meados dos anos 30 e até ao início dos anos 60, sem que deste ponto de vista as tentativas de reorganização dos sectores socialistas nesse período tivessem constituído alternativa consistente

São estes jovens, dinâmicos e voluntaristas que num casamento entre o republicanismo radical, o *desenvolvimentismo* seareiro e o marxismo, que nas condições concretas do país abraçavam como podiam, contribuíram do ponto de vista político, como do ponto de vista cultural para a incorporação desse veio.

Todavia, o PCP só viria a aprovar um programa tardiamente e, ainda assim, no caso do V Congresso, orientando-se fundamentalmente para aspectos imediatos e para os esteios da orientação táctica, designadamente quanto ao derrube de Salazar por meios pacíficos.

Já o programa aprovado em 1965 no VI Congresso, cuja actualidade o PCP reclamou até bem depois do encerramento da fase revolucionária de transição para a democracia, que corresponde ao pensamento cunhalista, caracteriza o país, simultaneamente como colonizador e colonizado, como país rico, com recursos naturais, mas espoliado pelo salazarismo e pelos imperialistas, assim como conceptualiza a via do levantamento nacional para o derrube do regime.

O programa define a etapa da revolução como democrático-nacional, alicerçada em oito objectivos, e articula o legado “nacional”, republicano e reformista com consignas que decorrem directamente do movimento comunista internacional, designadamente as componentes de incidência anti-monopolista, anti-colonialista e anti-imperialista, assim como no modelo de Reforma Agrária.

Seja, num, nos pressupostos implícitos, como, noutra, na sistematização explícita, particularmente quando o detalhe ou o desdobramento sectorial se clarificavam, é possível vislumbrar diferenças de opinião e de concepção que se aproximam ou afastam da inspiração soviética e se aproximam, mais ou menos, desse caudal do pensamento reformista de herança republicana.

Neste sentido, as ligações do PCP à URSS e ao movimento comunista internacional compatibilizaram-se com uma efectiva necessidade de inserção social e política no contexto nacional. Dito de outro modo, o PCP não podendo ser considerado como uma mera “extensão”, um braço de Moscovo, sem que isso signifique sobrevalorizar a sua autonomia face ao centro do sistema comunista internacional, que não teve, revelou uma dificuldade acentuada em produzir um pensamento político próprio de raiz marxista sobre realidade nacional, que compensou com o património doutrinário de extracção republicana e reformista, que os seus principais dirigentes com capacidade teórica herdaram e plasmaram nas construções programáticas a que procederam.

5.

À tardia incorporação de temas programáticos, mesmo nos limites que a formulação da revolução democrática-nacional lhes conferiu, o PCP contrapôs uma lógica imediatista, preferindo programas mínimos e combatendo aquilo a que já nos anos 40 designava de “grandes planos para depois”, que pudessem tomar a forma de programas de governo. A estratégia antifascista predominante, que colocava o derrube do regime no horizonte, rodeava-se de uma preocupação fundamental que era a de não ficar de fora fosse de que processo fosse susceptível de conduzir a isso, o que, na prática, significou uma espécie de vácuo doutrinário, duradouro e resistente, em nome de uma espécie de pragmatismo elementar que erigia o procedimento táctico em linha política.

Nas conspirações de Humberto Delgado preparadas a partir de dentro da sua própria candidatura, no chamado golpe da Sé, nas inconsistentes movimentações que se lhe seguiram até à tentativa de assalto ao quartel de Beja, o Partido Comunista, formalmente, sempre se demarcou publicamente e de modo muito crítico, mas sempre acompanhou atentamente os seus desenvolvimentos, fechou os olhos à participação de militantes seus, nunca cortou completamente contactos nem fechou totalmente a porta,

para que, em caso de um eventual sucesso, não fosse marginalizado, numa espécie de dois pés fora e um pé dentro.

Os programas mínimos que frequentemente redigiu e propôs destinavam-se a enquadrar o derrube do regime e os tempos que imediatamente se lhe seguissem, na base de que dificilmente teria capacidade e condições para conduzir em absoluto esse derrube, argumentando frequentemente que o restabelecimento das liberdades, o fim dos aparelhos repressivos e a realização de eleições livres permitiria criar um quadro parlamentar a partir do qual o processo revolucionário se desenvolveria já numa outra base.

Este problema articula-se com as novas características que a oposição adquiriu, em particular após o período 1958-62 com o processo de reagrupamento da corrente socialista empreendido por Mário Soares junto dos sectores representados pelo Directório Democrato-Social, mas também com o processo de agregação que permitia configurar uma esquerda socialista, ainda muito inexpressiva no interior do país, mas que o Movimento de Acção Revolucionária de algum modo simbolicamente representava, sem a esgotar.

As renitências do grupo de Soares à FPLN, mais apostado numa estratégia de enrobustecimento interno e em meios de acção semi-legais e tradicionais e a convergência aí dos outros sectores, impacientes com o desencadeamento de acções armadas, levantava ao PCP o problema de não poder deixar de cobrir nenhum destes flancos, sendo que retardou como pôde e enquanto pôde o desencadeamento de acções armadas, preferindo objectivamente a estas o curso das acções destinadas a “forçar a legalidade”.

Por outras palavras, apesar das mutações que as oposições sofriam, a estratégia de “unidade antifascista” não se tendo alterado significativamente, adensou antes a preocupação e a necessidade de conter e enquadrar os sectores mais à esquerda que pudessem romper com esta lógica política, o que só sucederia na segunda metade dos anos 60 com a afirmação da ASP, da oposição católica e da esquerda radical, para o que se afirmaria sobretudo como um partido antifascista, capaz de polarizar tanto quanto pudesse a combatividade contra o regime. O “esquerdismo” tornar-se-ia, neste contexto, o principal desvio a combater quer no movimento operário quer no movimento antifascista.

O antifascismo do PCP, erigindo o derrube do regime como único horizonte visível, conferir-lhe-ia assim uma hibridez ideológica, por onde germinariam “desvios

de direita”, que o cunhalismo não corrigiu senão retoricamente, tanto por se basear na procura permanente da unidade privilegiada com a burguesia liberal, em detrimento da aliança com o campesinato, da luta anti-colonial ou da luta armada.

6.

As condições de ilegalidade, a constante vigilância policial, a repressão não permitiram que o PCP fosse um partido com um grande número de militantes. A sua base, pouco numerosa, sempre abaixo dos níveis que havia alcançado no final da guerra teve no entanto um carácter genuinamente popular. Operários, assalariados agrícolas, trabalhadores pobres das cidades e das vilas, empregados conferiam-lhe esse carácter, ainda que no partido tenham militado núcleos expressivos de profissionais liberais, da intelectualidade e dos estudantes. Foram todos estes que constituíram a interface com a sociedade, aqueles que a partir dos locais de trabalho e de habitação, das colectividades, nos movimentos “legais” mais se expuseram, arriscando o emprego, a liberdade e em limite a própria vida.

O corpo de militantes assegurou em permanência a continuidade do partido, mesmo que a um nível tão elementar como fundamental de fazer chegar a sua imagem e a sua voz através da imprensa, onde fosse possível.

O que faltava aos militantes comunistas em preparação política e formação ideológica era como que compensado em voluntarismo, entrega, coragem, persistência, vivendo sob o espectro da prisão e da cedência sob a violência da intimidação e da tortura. A resistência e a intransigência diante da polícia, a fidelidade à União Soviética, a aceitação do centralismo democrático e da disciplina partidária, a lealdade ao partido foram os elementos estruturantes da formação dos militantes, uma formação eminentemente prática, adquirida em contextos não formais, transmitida pelo exemplo e pela socialização partidária, mesmo que irregular.

A própria tradição estalinista, sobrevivendo aos ventos do XX Congresso do PCUS, fez com que em Portugal afirmar-se como estalinista era afirmar-se como comunista e, para a maioria dos militantes, das gerações de militantes e das suas orlas mais ou menos próximas, isso significava estar do lado da luta contra o fascismo.

Em boa medida por isso, ter, para lá de tímidos limites de moderação, ideias diferentes ou posturas divergentes era, nessa lógica estreita, afrontar e atentar contra a unidade do partido, enfraquecê-lo e assim servir objectivamente o regime.

A generalidade dos que foram afastados ou expulsos por dissidência ou traição, real ou suposta, enredavam-se numa teia de suspeição, abatendo-se sobre si o anátema de terem traído os superiores interesses do partido, e portanto do proletariado, marcados com o ferrete de se terem bandeado para o regime e entrarem em conluio activo com a sua polícia política. Daí que a maioria dos que foram abandonando o partido em divergência o tivessem feito silenciosamente.

Todavia, na sua lógica de funcionamento interno, o PCP privilegiou, na defesa, nas condições de militância, como nos processos de reprodução, o corpo de funcionários, considerado o segmento em que radicava o seu verdadeiro alicerce. Nesse corpo de funcionários, a Direcção do PCP manteve, não obstante todos os sobressaltos e interferências suscitadas pela repressão uma considerável continuidade, que vinha desde a “reorganização” de 1940-41 e assim se manteve, no essencial, até ao VI Congresso e depois dele, o que se traduziu por um acentuado envelhecimento deste órgão.

Foi ainda este corpo de funcionários que assegurou regularmente a ligação às organizações intermédias e de base do partido, disseminadas pelo país, desempenhando um papel relevante no controlo dos processos de expansão e crescimento como de recomposição e renovação.

O Partido Comunista, presente em todas as regiões do país, teve contudo, uma implantação sempre assimétrica. Nas vilas e pequenas cidades, sedes de distrito e de concelho do interior norte e centro, por exemplo, eram, sobretudo, advogados, médicos e comerciantes que davam corpo a pequenas células de funcionamento envergonhado e irregular. Isto significava que em vastíssimas zonas a sua implantação era medíocre ou inexistente, como entre o pequeno campesinato ou entre os pescadores. A sua implantação coincidia com as manchas industriais do país e as malhas urbanas de maior dimensão. Confinava-se assim fundamentalmente a Lisboa e às suas cinturas fabris, ao Porto e, embora em menor escala, também a Coimbra; aos campos do sul com uma significativa presença entre os assalariados rurais e nas “ilhas” industriais que salpicavam o país.

7.

Perante este conjunto de circunstâncias e factores teria sido o PCP hegemónico na oposição ao Estado Novo ?

Sem dúvida que foi a única organização a resistir de modo estruturado e permanente ao regime, o que é normalmente explicado, designadamente por Álvaro Cunhal, segundo quatro factores principais – a identificação entre os objectivos de luta e as aspirações profundas do povo português; a existência de um colectivo de homens dispostos a colocar esses objectivos acima da própria vida; a criação de uma organização de matriz leninista como suporte dessa disposição de luta e, finalmente, a ligação do partido aos trabalhadores e às massas.

Tratam-se, fundamentalmente, de factores que embora de natureza subjectiva, decorrem da vontade e da acção generosa de milhares de homens, mulheres e jovens, de diferentes gerações, tantos completamente anónimos, que sacrificaram profissões, vidas, foram presos, torturados, deportados, exilaram-se, em função de um combate em que se envolveram e em que deram, muitos, o melhor do seu esforço e da sua inteligência. Nesta capacidade estrénuo de resistência do PCP à ditadura, foi porventura decisivo o modelo orgânico adoptado.

A sua capacidade de resistência, os exemplos heróicos que apresentava, bem como a capacidade de sedução que desenvolvia do ponto de vista cultural ao nível da criação e da mediação, permitiram ao PCP potenciar e projectar a sua influência a níveis francamente superiores aos que corresponderiam à literal influência do seu contingente de quadros e militantes ou da sua implantação territorial.

Porém, a direcção organizativa de continuidade dos dirigentes e quadros, que constituíam o seu aparelho político, manifestou permanentemente a tentação de abafar organizativamente todas as parcerias políticas que estabeleceu no combate à ditadura, concebendo a hegemonia como domínio e controlo sobre os seus aliados, gerando sempre sérias dificuldades em se relacionar com esses sectores.

A síntese programática recuada e tardia que experimentou, compatibilizando consignas de Moscovo com persistentes caudais de tradição republicana radical de pendor reformista e mantendo a aceitação implícita do modelo político directamente herdado da experiência histórica da Primeira República, nunca se sobrepôs ao imediatismo da sua acção, afirmando o PCP como um partido antifascista com forte pendor de órgão substitutivo dos sindicatos proibidos numa prática economicista que prevaleceria em detrimento de uma verdadeira hegemonia política própria dum projecto revolucionário comunista.

QUADROS E GRÁFICOS

Quadros

Quadro 1. IV Congresso – Julho de 1946. Composição do Comité Central	588
Quadro 2. Evolução do Comité Central (1947-1952)	590
Quadro 3. Evolução do Comité Central (Dezembro de 1952 – Setembro de 1957)	594
Quadro 4. Comité Central eleito no V Congresso (Setembro de 1957)	596
Quadro 5. O CC entre o V Congresso e a fuga de Peniche	598
Quadro 6. Situação do Comité Central em Fevereiro de 1960	600
Quadro 7. Evolução do Comité Central (Fevereiro de 1960 – Julho de 1965)	601
Quadro 8. Comité Central eleito no VI Congresso (Agosto de 1965)	603
Quadro 9. Composição social do Comité Central entre o IV e VI Congresso (em %)	608
Quadro 10. Operários no Comité Central por profissão	611
Quadro 11. Reuniões do Comité Central e Congressos	617
Quadro 12. Composição social do corpo de funcionários analisado	629
Quadro 13. Operários industriais funcionalizados	630
Quadro 14. Adesão e funcionalização	631
Quadro 15. Locais de prisão dos funcionários	632
Quadro 16. Movimentação de José Pacheco em Junho de 1961	637
Quadro 17. Funcionárias com tarefas de organização	662
Quadro 18. Casas clandestinas	666
Quadro 19. Balancetes de José Pacheco (1º semestre de 1961)	668
Quadro 20. Tipografias clandestinas	688
Quadro 21. Principais títulos da imprensa sectorial do PCP	690
Quadro 22. Edição do Avante!	694
Quadro 23. Edições e tiragens em 1959	695
Quadro 24. Rubrica “Libertação Nacional” no Avante! em 1950	724
Quadro 25. Evolução das receitas por Região (1962 por comparação com 1961)	727
Quadro 26. Evolução das Receitas Gerais do partido desde a reorganização	730
Quadro 27. Ano de início do financiamento dos Partidos Comunistas Europeus	732
Quadro 28. Financiamento do movimento comunista internacional aos Partidos Comunistas da Europa Ocidental em USD	754
Quadro 29. Couço. Organização – Biografia dos Quadros	754
Quadro 30. Couço. Organização – Biografia dos Quadros femininos	756
Quadro 31. Zona Ocidental de Lisboa. Quadros	758
Quadro 32. Sector Estudantil de Lisboa. Quadros e militantes	761
Quadro 33. Prisões no Sul	766
Quadro 34. Expulsões do PCP no Alentejo	769
Quadro 35. Distribuição sectorial dos militantes e simpatizantes do PCP (1948)	792
Quadro 36. Estado da Organização no Exército (Dezembro de 1947)	797
Quadro 37. Organismos de base do PCP (1948)	798
Quadro 38. Organização na Carris (1961-62)	805
Quadro 39. Organismo da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1962-63)	806

Gráficos

Gráfico 1. VI Congresso do PCP: localização dos membros do CC eleitos	608
Gráfico 2. Tiragens do Avante! (1942-1961)	699
Gráfico 3. Tiragens de O Militante (1944-1961)	701
Gráfico 4. Tiragens de O Camponês	702
Gráfico 5. Tiragens de O Corticeiro	704
Gráfico 6. Tiragens de O Têxtil	705
Gráfico 7. Estrutura das receitas em 1950	726
Gráfico 8. estrutura das receitas em 1954	726
Gráfico 9. Evolução das receitas e despesas (1949-1958)	730
Gráfico 10. Receitas do PCP nem 1955 e 1957 (em escudos)	733
Gráfico 11. evolução das Despesas por capítulos (em contos)	735

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Primárias

1.1. Arquivos

1.1.1. IAN/TT

1.1.1.1. PIDE-DGS

Processos CI(1) – Centro de informação 1

(Informações Nacionais)

2, 57, 100, 178-A, 178-C, 378, 406, 529, 558, 563, 627, 769, 840, 997, 1314, 1120, 1418, 1441, 1874, 2456, 2634, 3055, 3608, 3879, 5066, 518, 5133, 5140, 5182, 5227, 5357, 5530, 5671, 5668.

Processos CI(2) – Centro de Informação 2

(Informações do Estrangeiro e das Colónias)

8, 39, 303, 493, 690, 696, 866, 1336, 1353, 1681, 1891, 2513, 2163, 2521, 2530, 2589, 2671, 2756, 2982, 2988, 3110, 3218, 3905, 4461, 4635, 5349, 5439, 5553, 5954, 6449, 6758, 7617, 8455, 9709, 9863, 10620, 10644, 10867, 10886, 11252, 11720, 13367, 15518, 16042, 17462, 17524, 17607, 17812, 18969, 19072, 19586, 18838, 39-SC, 317-SC, 720-SC, 987-SC, 2163-SC, 2519-SC, 2563-SC, 6872-SC, 1297/73, 183/74.

Processos GT – Gabinete Técnico:

1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 43, 47, 52, 53, 55, 56, 58, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 73, 75, 77, 78, 79, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 110, 128, 137, 138, 142, 158, 159, 161, 168, 170, 171, 174, 176, 185, 190, 191, 193, 194, 195, 199, 201, 205, 209, 210, 212, 215, 224, 228, 230, 233, 238, 240, 245, 248, 253, 256, 264, 289, 290, 308, 335, 336, 359, 360, 370, 374, 375, 377, 378, 379, 397, 404, 408, 417, 418, 420, 428, 429, 431, 437, 464, 470, 476, 479, 480, 506, 507, 520, 570, 588, 590, 595, 601, 609, 612, 627, 629, 630, 633, 641, 679, 688, 693, 697, 711, 716, 719, 724, 731, 742, 14-E, 15-E, 19-E, 71-E, 79-E, 180-E, 329-E, 519-E, 541-E, 571-E, 699-E, 709-E, 726-E, 767-E, 812-E, 1060-E, 1114-E, 1129-E, 1171-E, 1241-E, 1467-E, 2334-E, 2550-E, 2644-E, 2756-E, 2998-E, 3124-E, 3273-E, 3309-E, 3424-E, 3524-E, 3715-E, 4305-E, 5050-E, 5160-E, 5248-E, 6352-E, 7097-E, 7425-E, 7449-E, 7480-E, 7504-E, 7967-E, 8405-E, 8414-E, 8486-E, 8512-E, 9105-E, 9216-E, 9829-E, 9858-E

Caixas com documentação diversa**Numeração Provisória**

B-38, 9058, 9064, 9072, 9075, 9076, 9078, 9079, 9101, 9103, 9104, 9105, 9106, 9107, 9108, 9109, 9110, 9142, 9144

PC – Processos-Crime

225/SPS, 798/SPS, 1500/SPS,

808/38, 2551/41, 469/42, 507/42, 799/42, 1352/42, 906/43, 1040/43, 826/45, 729/45, 949/46, 1004/48, 77/49, 104/49, 113/49, 219/49, 245/49, 285/49, 350/49, 428/49, 552/49, 693/49, 746/49, 752/49, 766/49, 925/49, 1024/49, 1055/49, 1144/49, 1149/49, 70/50, 161/50, 180/50, 202/50, 222/50, 226/50, 232/50, 234/50, 251/50, 272/50, 281/50, 289/50, 309/50, 313/50, 314/50, 323/50, 49/51, 58/51, 84/51, 90/51, 123/51, 134/51, 174/51, 181/51, 192/51, 161/51, 192/51, 198/51, 202/51, 394/51, 1176/51, 13/52, 14/52, 22/52, 52/52, 69/52, 72/52, 88/52, 106/52, 122/52, 130/52, 146/52, 147/52, 155/52, 158/52, 159/52, 160/52, 166/52, 172/52, 15/53, 50/53, 54/53, 62/53, 67/53, 89/53, 93/53, 94/53, 103/53, 104/53, 110/53, 124/53, 140/53, 146/53, 148/53, 150/53, 154/53, 156/53, 157/53, 160/53, 25/54, 26/54, 51/54, 100/54, 101/54, 122/54, 160/54, 167/54, 170/54, 184/54, 47/55, 55/55, 82/55, 83/55, 101/55, 105/55, 110/55, 114/55, 23/56, 73/56, 95/56, 126/56, 127/56, 129/56, 133/56, 136/56, 59/57, 423/57, 700/57, 728/57, 864/57, 1864/57, 414/58, 610/58, 636/58, 644/58, 685/58, 751/58, 810/58, 878/58, 894/58, 911/58, 935/58, 1065/58, 1085/58, 1110/58, 1112/58, 1127/58, 1135/58, 1185/58, 1195/58, 1200/58, 1203/58, 1204/58, 1207/58, 1209/58, 1215/58, 1240/58, 1254/58, 47/59, 100/59, 154/59, 179/59, 344/59, 358/59, 503/59, 551/59, 556/59, 585/59, 621/59, 629/59, 660/59, 666/59, 672/59, 681/59, 779/60, 823/60, 827/60, 833/60, 860/60, 861/60, 862/60, 864/60, 213/61, 328/61, 457/61, 547/61, 862/61, 1040/61, 1069/61, 1082/61, 1083/61, 298/62, 630/62, 683/62, 1067/62, 1143/62, 1151/62, 1175/62, 1490/62, 1559/62, 1566/62, 1635/62, 1657/62, 1666/62, 1686/62, 1692/62, 344/63, 387/63, 826/63, 925/63, 998/63, 1286/63, 1290/63, 1334/63, 1596/63, 1637/63, 1641/63, 1667/63, 1673/63, 1677/63, 1879/63, 1880/63, 90/64, 95/64, 99/64, 238/64, 437/64, 507/64, 514/64, 515/64, 559/64, 596/64, 810/64, 1168/64, 1447/64, 1705/64, 1878/64, 54/65, 1112/65, 1498/65, 1647/65, 1937/65, 2049/65, 2083/65, 2609/65, 2617/65, 2656/65, 2661/65, 1732/67

SR – Serviços Reservados

517/44, 1082/44, 18/45, 278/45, 829/45, 946/45, 967/45, 1018/45, 1129/45, 3508/45, 3525/45, 3577/45, 1/46-A1, 1/46-A2, 1/46-A3, 1/46-B6, 1/46-C2, 1/46-E3, 1/46-F2, 1/46-H4, 1/46-15, 1/46-19, 1/46-J3, 1/46-R2, 1/46-R3, 1/1/46, 50/46, 87/46, 142/46, 145/8/46, 145/16/46, 145/18-19/46, 145/21/46, 212/46, 329/46, 333/17/46, 333/63/46, 333/173/46, 404/46, 463/46, 678/46, 716/46, 725/46, 131/47, 229/47, 409/47, 442/47, 802/47, 821/47, 1187/47, 186/48, 215/48, 875/48, 1687/48, 306/49, 642/49, 1323/49, 1572/49, 2334/49, 2549/49, 2636/49, 9/50, 689/50, 442/50, 1635/50, 1915/50, 1779/50, 201/51, 289/51, 359/51, 488/51, 1093/51, 1153/51, 1248/51, 1486/51, 1699/51, 2529/51, 2859/51, 2909/51, 646/52, 2025/52, 2060/52, 1351/53, 51/54, 253/54, 392/54, 1093/54, 1814/54, 191/55, 1987/55, 2127/55, 429/56, 699/57, 710/57, 1156/57, 1546/57, 2332/57, 3598/57, 1018/58, 1168/58, 1451/58, 1627/58, 1791/58, 2156/58, 2980/58, 4743/58, 5707/58, 9/59, 999/59, 2075/59, 3227/59, 3886/59, 4036/59, 1088/60, 1090/60, 1648/60, 2164/61, 4121/61, 5646/61, 897/62, 3529/62, 3950/62, 916/65, 3691/65, 4334/65, 70, 596/1-8, 540, 886, 936, 940, 955, 1018, 1659, 1661, 1693, 1876, 2102, 2518, 2585, 2586, 2617, 2828, 2886/1135/1, 2975, 3035, 3182, 3968, 3970, 5415, 5449, 5744, 5811, 6061, 6582, 6686, 6790, 6931, 7021, 7047, 8127, 15781, 17077, 17719, 21825, 26708, 2886/543/1, 2886/550/1-4, 33197.

Delegações**Angola**

Processos: 2327, 2840, 66443, 47/59, 58/59, SR-11, 2668/SR-54, 11.25G/2

Beja

Processos: 382, 1553, 2159, 3795, 5628

Coimbra

Processos: 532, 872, 1296 (Extractos), 1633, 1848 (Extractos), 2172 (Referenciado), 2813, 3421, 3767, 5005, 5514, 5265, 5887, 6825, 8421, 9993, 11629, 13322, 16102, 16370, 19936, 21070, 21071, 21072, 21074, 24995, 26802, 28576, 28695, 29644, 31732, 32496, 34796, 36438, 44692, 44693, 44694, 45078, 49349, 54962

Guiné

Processos:

26101

Porto**PC – Processos-Crime:**

55/50, 117/51, 118/51, 41/52, 12/53, 56/54, 5/55, 11/55, 22/55, 63/55, 148/58, 39/59, 47/59

Individuais: 143, 1306, 1596, 1769/SR, 2586-SR, 4834-SR, 5306/SR, 6458-SR, 8435, 8845-SR, 8889-SR, 10068, 10801/SR, 11965 12651, 12716, 14583, 15055, 15519, 15612, 15781/SR, 15786, 15795, 16178, 16984, 17018, 17077, 17271, 17952, 17836, 17952, 18234/SR, 18338, 18894/SR, 19217, 19310, 19310/SR, 19432/SR, 20209/SR, 20975/SR, 21702, 21914, 22708/SR, 22485-SS, 25506, 26802, 27011/SR, 27124, 27207, 27624, 27668, 27683, 27720, 27720-SS, 28695, 29644, 30535, 32778, 32983, 33197/SR, 33985, 34332, 34414, 37155, 44304, 44885, 45123/SR, 48658, 17/1955 (Inicial), SJ 1264,

Cabo Verde

Processos: 4922

1.1.1.2. Legião Portuguesa

Serviço de Escutas

NT 1607. [Boletins] 5 a 200, De 16 de Novembro de 1964 a 16 de Setembro de 1965

NT 1608. [Boletins] 201 a 400, de 29 de Setembro de 1965 a 8 de Agosto de 1966

1.1.1.3. Arquivo Salazar

AOS/CO/PC – 34, 37, 51, 51A, 62, 77, 81

AOS/CO/IN – 1D, 14

AOS/CO/NE – 2B2

AOS/CO/UL – 32A

1.1.1.4. Arquivo de O Século.

Cortes da Censura.: Caixas 186, 187

1.1.1.5. Arquivo Distrital de Lisboa: Arquivo do Tribunal Criminal de Lisboa

1º Juízo Criminal

13854/49, 14180/51, 14552/53, 14584-B/53, 15531/58, 15579/59, 15684/59-B, 16395/63, 16520/64, 16605/64; 16710/65, 16716/65

2º Juízo Criminal

150/49, 84/57, 70/59, 36/61, 92/62, 154/63, 178/63, 99/64

3º Juízo Criminal

14499/49, 15696/56, 15839/57, 15888/57, 15935/57, 16228/59, 16351/60, 16503/60, 16557/61, 16654/61, 16819/62, 16827/62, 16795/63.

4º Juízo Criminal

44/56 (45069), 162/58 (44667), 66/59; 71/59 (45071), 96/59 (45073), 49/60 (45074), 59/61 (44685), 52/62, 134/62, (44695), 151/63 (44703), 97/64 (44712), 50/65, 166/66 (45076)

Supremo Tribunal de Justiça:

16870-C/70

1.1.2. Centro de Documentação 25 de Abril

Fundo Manuel Sertório: FPLN, Dossier 1ª Conferência. Roma, 1962; FPLN. Dossier 2ª Conferência. 1963

1.1.3. Arquivo do Ministério da Administração Interna

(documentos avulsos cedidos por Dulce Freire e Inês Fonseca, actualmente depositados no IAN/TT)

Gabinete do Ministro 1949-1965

1.1.4. Academia das Ciências de Lisboa

Herança Fogaça

62/1, 4, 5, 6, 7. Dossier 5, 62/4/24, 62/4/35-44

1.1.5. Comité Central do PCUS. Secção Geral

(Documentação cedida por José Manuel Milhazes Pinto)

Fundo 1, Descrição 128, Processos 7316, 7931, 7934

1.1.6. Arquivo Histórico-Social do ICS

[Reprodução de Documentos do Komintern]

Caixa 2, Maços 15, 17, 30; Caixa 4, Maço 75

1.1.7. Arquivo Histórico do Partido Comunista de Espanha

Documentos del PCE. Actas del Pleno del Comité Central del PC de España, 1956

Emigración Política. Portugal. Jacq. 956, 957

Movimiento Comunista International. Caixa 142, Pasta 17

Relationes Internationales. Jacq. 5, 14, 30, 39, 51, 80, 82, 83, 182, 187, 188

1.1.8. Arquivo de Manuel João da Palma Carlos

Correspondência,

Dossiers com documentação de organizações e campanhas políticas (MUD, MND, Eleições de 1957 à Assembleia Nacional, Presidenciais de 1949 e 1958),

Dossiers individuais,

Peças de processos judiciais

1.1.9 Arquivo Mário Soares

2597.004, [14-17], Secretariado do Partido Comunista Português, **Alguns aspectos da actividade do Sr. A.S. contrárias à orientação do Conselho Nacional**, Agosto de 1948, dact.,

2597.004. [136], **Amigos**, s.d., dact.,

4279.005. Fundo Francisco Ramos da Costa, Correspondência

1.1.10. Centro de Documentação do Museu do Neo-Realismo

Espólios de Joaquim Namorado, Soeiro Pereira Gomes

1.1.11. Museu e Arquivo Histórico da Polícia Judiciária

Processo 14379/1961

1.2. Entrevistas

Alexandre Babo, Parede, 7 de Julho de 1994; **Armando Bacelar**, Lisboa, 14 de Janeiro de 1994; **Carlos Aboim Inglês**, Lisboa, 19 de Maio de 1994; **Eurico de Figueiredo**, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa; **Fernando Augusto Blanqui Teixeira**, Lisboa, 4 de Março de 1997; **Fernando Lopes Graça** (não gravada), Parede, 7 de Janeiro de 1994; **Fernando Rosas**, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa; **Francisco Martins Rodrigues**, Lisboa, 7 de Maio e 12 de Setembro de 1997; **Hélder Costa**, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa; **João Bernardo**, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa; **José Gilberto Florindo de Oliveira**, Lisboa, 12 de Novembro de 1996, **José Medeiros Ferreira**, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa; **Luís Elias Casanovas**, Lisboa, 27 de Janeiro de 1994; **José Manuel Tengarrinha**, S. João do Estoril, 10 de Fevereiro de 1994; **Manuel Campos Lima**, Barreiro, 29 de Dezembro de 1993; **Manuel João da Palma Carlos**, Carcavelos, 13 de Outubro de 1995; **Mário de Carvalho**, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa; **Pedro Ramos de Almeida**, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa; **Ruben de Carvalho**, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa; **Rui d’Espiney**, s.l., s.d., cedida por Jorge Costa

1.3. Imprensa

1.3.1. Legal

Boletim de Informação (Actividades Comunistas) da Direcção de Serviços Culturais da Junta Central da Legião Portuguesa

(O) Diabo, 1938-40

Diário de Lisboa, 1949-1958

Liberdade, 1935

(O) Primeiro de Janeiro, 1958

República, 1949 - 1958

Seara Nova, 1957

1.3.2. Clandestina

5 de Outubro, Boletim da Comissão Distrital do Porto do MND

Boletim Interno do PCP, 1937

Mundo Obrero, año XXV, 6, Mayo-Junio de 1956

Avante!, II, IV, VI e VII séries

Em Frente, 1940

(A) Greve, 1933

(O) Militante, III e IV séries

(O) Proletário (série Ilegal), 1934

Três Páginas (1946-1956)

Tribuna Militar

A Voz das Camaradas das Casas do Partido (1956-1958)

1.5. Documentos avulsos

MND – Movimento Nacional Democrático

A Comissão Central, **O Movimento Nacional Democrático perante as eleições presidenciais**, 22 de Abril de 1951, imp.

Nota oficiosa da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático. 3 Candidatos mas só um da Oposição, Porto, 8 de Julho de 1951, imp.

A Assembleia de Delegados do Movimento Nacional Democrático, [moção sem título], 6 de Maio de 1951, imp.

A Comissão dos Trabalhadores do Porto do Movimento Nacional Democrático, **A participação dos trabalhadores na última Campanha Eleitoral**, Porto, Setembro de 1951

Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu, 11 de Agosto de 1954. cicl.

A Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, **O MND cede o lugar a mais ampla unidade da Oposição**, cicl., Janeiro de 1957

MUD – Movimento de Unidade Democrática

Comissão Central. **Circular nº 46. Às Comissões do MUD. Sobre as comemorações da proclamação da República**, Lisboa, 26 de Outubro de 1946, cicl.

Proposta da Comissão Central do MUD aprovada por aclamação na reunião de 30 de Novembro de 1946, no salão da “Voz do Operário”, Lisboa, 30 de Novembro de 1946, cicl.

Comissão Central, **A juventude saúda Norton de Matos,** Lisboa, 29 de Março de 1947, cicl.

Comissão Central, **Comunicado. O Governo proibiu a homenagem ao General Norton de Matos,** Lisboa, 30 de Março de 1947, cicl.

MUD Juvenil

A Comissão Central, **A Juventude e a Paz,** Circular da Com. Central do MUD Juvenil, Junho de 1950, cicl.

MNI – Movimento Nacional Independente

O Movimento Nacional Independente continua a luta da Oposição, Junho de 1958

Outros Documentos

Relato da Assembleia oposicionista de 20 de Julho de 1957, Lisboa, s.d.

Unidos e organizados até às urnas, apoiemos o Snr. Engº Cunha Leal, o candidato da Oposição Democrática!, Lisboa, 14 de Março de 1958

PCP – Partido Comunista Português

Comité Cental do Partido Comunista Português, **9 Pontos – Programa para a unidade Nacional,** Março de 1943, imp.

Secretariado do Comité Cental do Partido Comunista Português, **Em greve e unidos, a vitória será nossa,** 29 de Julho de 1943, imp.

I Congresso do Partido Comunista Português. **Resoluções.** Lisboa, Editorial Avante!, 1943

Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista, **Programa de Emergência do Governo Provisório**, Agosto de 1944

Alberto [José Gregório], **O Partido e as grandes greves de 1943** [informe ao 1º Congresso Ilegal do PCP], Editorial Avante!, 1944

Bureau Político do Partido Comunista Português, **O Partido Comunista e as próximas eleições**, Outubro de 1945

O Partido Comunista Ante Algumas Tendências Prejudiciais Dentro do Movimento de Unidade Democrática, Dezembro de 1946

Comité Regional da Margem Sul do Tejo, **Os operários grevistas não foram vencidos**, 14 de Maio de 1947, cicl.

João [António Dias Lourenço], **O Movimento de Lisboa, - Abril de 1947, Informe ao Comité Central** [Junho de 1947], cicl.

Duarte [Álvaro Cunhal], **Unidade, garantia da vitória, Informe ao Comité Central – em Junho, 1947**, cicl.

Comité Central, **O Partido Comunista Português ante a situação política nacional**, Fevereiro de 1948, cicl.

Secretariado do Comité Central, **O Partido Comunista e as “eleições” presidenciais**, Novembro de 1948

António [Militão Ribeiro], **A actual situação política portuguesa e as tarefas do Partido na hora presente**. Informe à reunião do CC em Janeiro de 1949, dact.

Santos [Manuel Guedes], **Informe sobre Fundos**, Agosto de 1949, dact.

Amílcar [Sérgio Vilarigues], **União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da paz contra a política de guerra da camarilha salazarista**, Setembro de 1950, dact.

Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **O debate dentro do Partido em defesa dos princípios do marxismo-leninismo**, Editorial “Avante”, 1950, imp.

A Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, **Democratas! Unidos e firmes perante o inimigo!**, Julho de 1951, cicl.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **Abstenção total!**, 13 de Julho de 1951, cicl.

Ramiro [Júlio Fogaça], **Revedo uma posição**, Agosto de 1951, dact.

Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **Unamo-nos em defesa da Paz**, Editorial “Avante”, 1952

Amílcar [Sérgio Vilarigues], 3ª Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, **As acções de massas. Eis o caminho na luta pela defesa da paz e dos interesses dos trabalhadores**, Abril de 1952, dact.

O Secretariado do CC, **Circular do Secretariado nº 26. Situação Política**, Outubro de 1952, dact.

Partido Comunista Português, **As duas caras de um provocador**, Novembro de 1952

Circular do Secretariado nº 27. Situação Política Nacional, Dezembro de 1952, dact.

Ramiro [Júlio Fogaça], **Liguemo-nos às massas e venceremos a batalha da Paz e da Democracia**, Informe do Secretariado do CC do PCP à IV Reunião Ampliada do CC, Dezembro de 1952

Partido Comunista Português, **Lutemos contra os espiões e provocadores**, Edições Avante, Dezembro de 1952

IV Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, **Resoluções**, Editorial «Avante!», 1952

Ramiro [Júlio Fogaça], **A unidade conduz à vitória**, Dezembro de 1953, dact

Matos [Pedro Soares], **O Panorama colonial português e as tarefas imediatas do Partido**, Intervenção na IV Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, s.d., dact.

Gomes [Joaquim Pires Jorge], **Reforcemos a unidade de acção das forças democráticas e do povo português**, Intervenção na V Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, Março de 1954, cicl.

Projecto de Programa do Partido Comunista Português, Editorial «Avante!», 1954

O Comité Central do Partido Comunista Português, **Declaração do Partido Comunista Português**, Maio de 1954

Melo [Octávio Pato], **A força do Partido reside na sua unidade**, Outubro de 1954

Comunicado do Comité Central do Partido Comunista Português. **O partido expulsa um elemento indigno de permanecer nas suas fileiras**, Outubro de 1954, cicl.

Amílcar [Sérgio Vilarigues], **O caminho para uma ampla frente nacional anti-salazarista**, VI Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português, Edições Avante!, s.d.,

Gomes [Joaquim Pires Jorge], **Sobre problemas de organização, da vida interna do Partido e da sua ligação com as massas**, Edições Avante!, s.l., s.d.

Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **Biografia do camarada Álvaro Cunhal**, Edições Avante!, 1954

Jorge Amado e Pablo Neruda

Esta vida preciosa – salvemo-la e A Lâmpada Marinha, Editorial Avante, 1954

Alberto [José Gregório], **Algumas ideias referentes à actividade do Partido em relação às Forças Armadas**, dact., Janeiro de 1955

Alberto [José Gregório], **Sobre a Associação e o movimento operário vidreiro**, dact., Agosto de 1955

Alberto [José Gregório], **Sobre alguns aspectos da actividade do nosso Partido e do seu Comité central principalmente a partir de 1949 para cá**, Agosto de 1955, dact.

Declaração conjunta do Partido Comunista de Espanha e do Partido Comunista Português, Abril de 1956

Comité Central do Partido Comunista Português, **A situação política nacional e a posição do Partido Comunista Português**, Edições «Avante!», Outubro de 1956

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **Declaração do Partido Comunista Português sobre a agressão ao Egipto e os acontecimentos na Hungria**, 11 de Novembro de 1956

V Congresso do Partido Comunista Português, **A unidade das forças salazaristas factor decisivo para a libertação nacional**,. Informante camarada Ramiro [Júlio Fogaça], Edições “Avante!”, 1957

V Congresso do Partido Comunista Português, **Sobre as próximas eleições para deputados**, intervenção pelo camarada Manuel [Guilherme da Costa Carvalho], Edições “Avante!”, 1957

V Congresso do Partido Comunista Português, Freitas [Jaime Serra], **Sobre o problema das colónias**, Edições «Avante!», 1957

Programa do Partido Comunista Português aprovado no V Congresso, Editorial «Avante!», 1957

Estatutos do Partido Comunista Português (aprovado pelo V Congresso), Outubro de 1957

V Congresso do Partido Comunista Português, **Sobre os problemas de organização e os Estatutos do Partido**. Informante camarada João [António Dias Lourenço], «Edições Avante!», 1957

V Congresso do Partido Comunista Português, **Sobre o Movimento da Juventude**, Intervenção do camarada Melo [Octávio Pato], «Edições Avante!», 1957

V Congresso do Partido Comunista Português, **Sobre o trabalho ideológico e sobre a imprensa do Partido**, Intervenção do camarada Freiras [Jaime Serra], Edições «Avante!», 1957

Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, **Ao Povo Português. Sobre as próximas eleições para a Presidência da República**, 7 de Fevereiro de 1958

A Direcção da Organização Regional do Sul do Partido Comunista Português, **Portugueses e Portuguesas! O Sr. Dr. Arlindo Vicente é o candidato da Oposição Democrática**, 21 de Abril de 1958

Comité Central do Partido Comunista Português, **Declaração do Partido Comunista Português**, 19 de Maio de 1958

Comissão Política do Comité Central do PCP, **Por um bloco eleitoral único! Às urnas com o General Humberto Delgado!**, 31 de Maio de 1958

Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, **À classe operária! Ao povo de Portugal!**, 9 de Junho de 1958

Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, **As eleições foram falseadas!**, 18 de Junho de 1958

João [António Dias Lourenço] (Relator), **O internacionalismo proletário e as tarefas do Partido**, Edições Avante!, Agosto de 1958

Freitas [Jaime Serra], **Sobre as Greves Políticas. Informe da Comissão Política ao Comité Central do Partido Comunista Português**, Edições Avante!, Agosto de 1958

Gomes [Joaquim Pires Jorge] (Relator), **Sobre a actividade do Partido nas campanhas eleitorais para deputados à Assembleia Nacional e para a Presidência da República**, Edições Avante!, Agosto de 1958

Declaração Comum do Partido Comunista Português e do Partido Comunista de Espanha, Novembro de 1958

Comité Central do Partido Comunista Português, **A toda a Nação. A todos os portugueses e portuguesas anti-salazaristas. Preparemos uma grande jornada nacional pacífica pela demissão de Salazar e pela conquista das liberdades democráticas**, Julho de 1959

H.[enrique] ?[Joaquim Pires Jorge] ?, Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, **A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção**, dact., VIII, 1960

Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, **A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção**, Agosto de 1960, dact.

Secretariado do CC do Partido Comunista Português, **Ensinamentos duma série de traições**, Outubro de 1960, dact.

Comité Central do Partido Comunista Português, **A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção**, Dezembro de 1960, Edições “Avante!”

Amílcar [Sérgio Vilarigues], **Organização. Informe da Comissão Política**, Dezembro de 1960, Edições do Secretariado do CC do PCP

Comité Central do Partido Comunista Português, **Sobre Conferência dos 81 Partidos Comunista e Operários em Moscovo**, Março de 1961

Sobre as manifestações do 1º de Maio, a implantação das 8 horas de trabalho no campo e a acção de terror exercida pelo governo salazarista, dact., s.a., Maio de 1962

Comité Central do Partido Comunista Português, **Aos Trabalhadores! A todos os Portugueses! Para derrubar a ditadura fascista é necessário reforçar muito a UNIDADE, ampliar fortemente a ORGANIZAÇÃO e intensificar por todo o lado a ACÇÃO**, Dezembro de 1962

Comité Regional da Margem Sul do Tejo do PCP, **A repressão na Margem Sul do Tejo no ano de 1962**, [cópia], Março de 1963

Comissão Executiva do Comité Central do Partido Comunista Português. **Circular a todos os funcionários do Partido. Sobre as prisões efectuadas em Lisboa**, Março de 1963, dact.

A Situação no Movimento Comunista Internacional. Informe de Álvaro Cunhal na reunião do Comité Central do Partido Comunista Português. Agosto de 1963, Edições “Avante!”, Agosto de 1963

A luta pelo derrubamento da ditadura fascista e a organização, Entrevista concedida por Sérgio Vilarigues à “Rádio Portugal Livre”, em 25 de Março de 1964, cicl.

Alexandre Castanheira (Relatório de), Reunião do Comité Central do Partido Comunista Português (Janeiro de 1965), **Tarefas actuais do Partido**, Edições «Avante!», sl., s.d.,

Sérgio Vilarigues, VIº Congresso do Partido Comunista Português, **Relatório sobre o novo Programa do Partido**, Edições «Avante!», 1965

Francisco Miguel Duarte, VIº Congresso do Partido Comunista Português, **Relatório sobre os novos Estatutos do Partido**, Edições «Avante!», 1965

Joaquim Gomes, VI Congresso do Partido Comunista Português, **Relatório sobre problemas de organização**, Editorial «Avante!», 1965

VI Congresso do Partido Comunista Português (1965), **Documentos e Resoluções**, Editorial «Avante!»

2. Bibliografia

(O) abandono da aliança operária-camponesa, in *Revolução Popular*, 1, Outubro de 1964, apud *Revolução popular. Edição completa 1964-65* (fac-simile), Lisboa, Edições Voz do Povo

Abreu, Luís José de

Para a História da Juventude Comunista, in *Juventude*, 4, Julho de 1975

AEPPA

Elementos para a História da PIDE, Lisboa, AEPPA, 1976

Alguns Elementos para a História do PCP, O PCP e a Juventude, in Legião Portuguesa, Direcção dos Serviços Culturais da Junta Central, Boletim de Informação (Actividades Comunistas), Suplementos n.ºs 11, fascículo II, Lisboa, 1956

Almeida, João Miguel

A Oposição Católica ao Estado Novo, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008

Almeida, Nuno Ramos de

António Dias Lourenço: O homem das notícias clandestinas, in *Já*, 25, de 5 de Setembro de 1996

Almeida, Pedro Ramos de

O assassinio do General Humberto Delgado, Lisboa, Caminho, 1978

Alves Redol, testemunhos dos seus contemporâneos, Caminho, Lisboa, 2000

Andrade, Luís Crespo de

Sol Nascente, Da cultura republicana e anarquista ao neo-realismo, Porto, Campo das Letras, 2007

(L') Appel de Stocolm in *L'Histoire*, 151, Janeiro de 1992, p. 60

Árias, Victor Manuel Santidrián

Historia do PCE en Galicia (1920-1968), Coruña, 2002,

Arquimedes da Silva Santos. Sonhando para os outros, Vila Franca de Xira, CMVFX/MNR, 2007

Avillez, Maria João

Soares, Ditadura e Revolução, s.l., Círculo de Leitores, 1996

Babo, Alexandre

Recordações de um caminheiro, Escritor, Lisboa, 1993

Bandeira, Filomena

A Universidade Popular Portuguesa nos anos vinte, FCSH/UNL, Lisboa, 1994, cicl., [dissertação de Mestrado]

Barradas, Ana

PCP: anticolonialismo de compromisso, in *Política Operária*, 9, Março-Abril de 1987

Barradas, Ana

As clandestinas, Lisboa, Ele por Ela, 2004

Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (Direcção de)

Dicionário de História de Portugal, vol. 7, 8 e 9, Lisboa, Figueirinhas, 1999 e 2000

Barros, Edgar Luis de

A Guerra fria, Editorial da Unicamp/Atual Editora, Campinas, 1984, p. 19

Barros, Júlia Leitão de

O caso Shell: a rede de espionagem anglo-portuguesa (1940-1942), in *História*, [1^a série], 147, Dezembro de 1991

Bartosek, Karel

Les Aveux des Archives. Prague-Paris-Prague, 1948-1968, Paris, Seuil, 1996

Bento Gonçalves, in *O Militante*, série IV, 166, Março de 1989

Bento, Paulo Torres

Flausino Torres [1906-1974]. Documentos e fragmentos biográficos de um intelectual comunista, Porto, Afrontamento, 2006

Bernardes, Fernando Miguel

Uma Fortaleza da Resistência, Lisboa, Edições Avante!, 1991

Bittencourt, Marcelo

Dos jornais às armas, Vega, Lisboa, 1999

Bórquez, Elvira Concheiro

Los comunistas del siglo XX como movimiento revolucionário, fuerza de estado y corriente intelectual, in Blazquez Graf, Norma, et.al., Jornadas Anuales de Investigación 2004, Mexico CEIICH-UNAM, 2005

Branco, Isabel Araújo e Carneiro, Gustavo

Sérgio Vilarigues: “A ideia foi reorganizar o Partido pela sua parte sã”, in *Avante!*, VII Série, 1423, de 8 de Março de 2001

Branco, Isabel Araújo e Carneiro, Gustavo

António Dias Lourenço: A reorganização transformou o PCP num partido nacional, in *Avante!*, VII Série, 1423, de 8 de Março de 2001

Brás Rui Manuel

As relações entre socialistas e comunistas nos anos de 1923-1925, in *Ler História*, 43, 2003

Brito, Carlos

Tempo de subversão, Lisboa, Edições Avante!, 1998

Brotas, António

Três informadores da PIDE, Lisboa, Setecaminhos, 2008

Buton, Philippe

Méthodologie et historiographie de la stratégie communiste a la Libération, in *Communisme*, 45-46, 1996

Caiado, Nuno

Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980, IED, Lisboa, 1990

Campino, Joaquim

Histórias clandestinas

Lisboa, Edições Avante!, 1990

Caraça, Bento de Jesus

Conferências e outros escritos, s.e., Lisboa, 1978

Cardoso, Fernanda Lopes

Um amigo no exílio, in *Fernando Piteira Santos. Português, cidadão do século XX*,
Campo das Letras, Porto, 2003

Carmo Teresa Maia e

Entrevista a Lyon de Castro, *Diário de Notícias/DNA*, de 13.11.99

Carvalho, Frederico de

Editor e Militante, in *Expresso*, de 15.7.95

Carvalho, Rita Almeida de

A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949), Afrontamento/Assembleia da
República, Lisboa/Porto, 2002

Carrillo, Santiago

Amanhã, a Espanha, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1975

Castanheira, Alexandre

Outrar-se ou a longa invenção de mim, Porto, Campo das Letras, Porto, 2003

Claudín, Fernando

A Crise do Movimento Comunista, 2 vols, S. Paulo, Global Editora, 1986 (1970)

Coelho, Lino

Memórias de um rebelde, Lisboa, Editora Em Marcha, 1981

(The) Cominform. Minutes of the three Conferences 1947/1948/1949, Fondazione
Giangiacomo Feltrinelli e Russian Centre of Conservation and Study of Records for
Modern History (RtsKhIDNI), Milão, 1994

(Os) comunistas e a questão colonial (1). Combater o chauvinismo imperialista é a base dum efectiva solidariedade aos povos das colónias, in *Revolução Popular*, 6, Dezembro de 1965, Edição fac-similada, Edições Voz do povo, s.d., Lisboa

Correia, Pedro Pezarat

Questionar Abril, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994

Costa, Ramiro da

Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal 1820-1975, 2º volume 1930-1975, Lisboa, Assírio & Alvim, 1979

Costa, Ramiro, *O XX Congresso do PCUS e o PCP*, in *Estudos sobre o Comunismo*, 3-4, Maio-Dezembro de 1984

Courtois, Stéphane e Lazar, Marc

Histoire du Parti communiste français, PUF, Paris, 1995

Courtois, Stéphane (Direcção de)

Livro Negro do Comunismo. Crimes, terror e repressão, Lisboa, Quetzal, 1998

Crato, Nuno, **Entre o Porto e o Recife**, in *Expresso-Revista*, de 7 de Dezembro de 2002

Cruz, Manuel Braga da, **A oposição eleitoral ao salazarismo**, in *Revista de História das Ideias*, 5, 1983

Cunha, Carlos

The Portuguese Communist Party's. Strategy for Power 1921-1986, New York/London, Garland Publishing, Inc., 1992

Carlos Cunha, **"Cat and Mouse: Conducting Research in a Russian Archive,"** in *Portuguese Studies Review*, V (2), Inverno - Primavera 1996-1997, pp 37-51

Cunha, Carlos **Nacionalist or Internationalist? The Portuguese Communist Party's and the Communist International**, in Tim Rees and Andrew Thorpe (edited by), *International Communism and the Communist International 1919-43*, Manchester/New York, Manchester University Press, 1998, pp 168-186

Cunhal, Álvaro

Rumo à vitória. As tarefas do partido na Revolução Democrática e Nacional, Porto, Edições "A opinião", 1974

[Cunhal, Álvaro] Tiago, Manuel

Até Amanhã Camaradas, Lisboa, Edições Avante!, 1975

[Cunhal, Álvaro] Tiago, Manuel

Cinco Dias, Cinco Noites, Lisboa, Edições Avante!, 1975

Cunhal, Álvaro

Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do PCP, Lisboa, Edições Avante!, 1975

Cunhal, Álvaro

Algumas Experiências de 50 anos de luta do PCP, Lisboa, Edições Avante! 1975
[Artigo publicado na *Revista Internacional (Problemas da Paz e do Socialismo)*, 6, Junho de 1971]

[Cunhal, Álvaro], Tiago, Manuel

Até amanhã camaradas!, Lisboa, Edições Avante!, 1975 (2ª ed.)

Cunhal, Álvaro

A Revolução Portuguesa, Edições Avante!, Lisboa, 1976

Cunhal, Álvaro

O Partido com paredes de vidro, Lisboa, Edições Avante!, 1985 (5ª edição)

Cunhal, Álvaro

O Partido Comunista: da “Reorganização” dos anos 40 ao 25 de Abril, Conferência no Seminário “Para a História da Oposição ao Estado Novo”, UNL, 9.4.92, *Separata do Avante!*, VII série, 956, de 16.4.92

Cunhal, Álvaro

Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura [1967], Lisboa, Edições Avante!, 1994

[Cunhal, Álvaro] Tiago, Manuel

A Estrela de Seis Pontas, Lisboa, Edições Avante!, 1994

Cunhal, Álvaro

Duas intervenções, Edições Avante!, Lisboa, 1996

[Cunhal, Álvaro] Tiago, Manuel

A Casa de Eulália, Lisboa, Edições Avante!, 1997

Cunhal, Álvaro

O IV Congresso do PCP visto 50 anos depois, in *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo*. IV Congresso do Partido Comunista português, I Volume, Lisboa, Edições Avante!, 1997

[Cunhal, Álvaro] Tiago, Manuel

Fronteiras, Lisboa, Edições Avante!, 1998

[Cunhal, Álvaro]Tiago, Manuel

Lutas e Vidas, Lisboa, Edições Avante!, 2001

[Cunhal, Álvaro] Tiago, Manuel

Sala 3 e outros Contos, Lisboa, Edições Avante!, 2001

Cunhal, Álvaro

Obras Escolhidas, I (1935-1947) e II (1947-1964)

Lisboa, Edições Avante!, 2007 e 2008

Delgado, Iva e Figueiredo, António (coordenação de)

Memórias de Humberto Delgado, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991

Delgado, Iva; Pacheco, Carlos; Faria, Telmo (coordenação)

Humberto Delgado. As eleições de 1958, Lisboa, Vega, 1998,

Delgado, Iva e Pacheco, Carlos (Introdução)

Humberto Delgado, A Tirania Portuguesa, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995,

Devant l'Histoire. Les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des Juifs par le regime nazi, Paris, Éditions du Cerf, 1988

Dias, Maria Luísa Costa

Crianças emergem da sombra, Lisboa, Edições Avante!, 1982

Dias, Sousa

Fernando de Sousa: Os mortos foram todos metidos no mesmo saco, , in *Jornal Novo*, 846, de 17.2.78

Dimitrov, George

A luta contra o fascismo, Relatório e Discursos ao VII Congresso da Internacional Comunista, Edições Bandeira vermelha, Lisboa, 1977

Dionísio, Mário

Autobiografia, Lisboa, O Jornal, 1987

Dreyfus, Michel; Groppo, Bruno; Ingerflom, Cláudio; Lew, Roland; Pannetier, Claude; Pudał; Bernard e Wolikow, Serge (Direcção de)

Le Siècle des Communismes, Paris, Éditions de L'Atelier, 2000

Duarte, Maria João Raminhos

Oposição à Ditadura Militar e ao « Estado Novo » no Algarve (1926-1958). O caso do concelho de Silves. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, cicl.

Editorial, in *Estudos sobre o Comunismo*, 0, Julho de 1983

Elementos sobre a organização do Partido Comunista Português, in Legião Portuguesa, Direcção dos Serviços Culturais da Junta Central, Boletim de Informação (Actividades Comunistas), 13, fascículo 16, Lisboa, 1958

Estaline, o tirano, Lisboa, Livraria Renascença, 1956

Faria, Cristina

A contestação à Ditadura Militar, in *História*, (Nova série), 4-5, Julho Agosto de 1998

Farinha Luís

Os reviralhistas e a Frente Popular, in *História*, Nova Série, 28, Janeiro/Fevereiro de 1997

Feijão, J. M. Costa

Há 50 anos – III Congresso do PCP, in *Avante!*, VII série, 1045, 23.12.93

Ferreira, Francisco

26 anos na União Soviética, Aveiro, Edições FP, s.d.

Ferro, João Pedro (organização, cronologia e índices)

A Primavera que abalou o regime, Presença, Lisboa, 1996

Fejtő, François

As Democracias Populares, 2 vols, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1975 (1969)

Fonseca, Inês

Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel. “Levávamos a foice logo p’ra mina”, s.l., 100 Luz, 2007

Freire, João Brito

O Partido Comunista Português e a Guerra Civil de Espanha, in Fernando Rosas (Coord. de) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Colibri/IHC da FCSH-UNL, Lisboa, 1998

Freitas, Gina de

A força ignorada das companheiras, Porto, Plátano Editora, 1975

Galiza, Rui Daniel; Pina, João

Por teu livre pensamento, Lisboa, Assírio e Alvim, 2007

Garrido, Álvaro

Movimento estudantil e crise do Estado Novo, Minerva, Coimbra, 1996

Gaspar, Carlos e Rato, Vasco

Rumo à Memória. Cróniucas da crise comunista, Lisboa, Quetzal, 1992

Gervásio, António Joaquim

O PCP e a resistência contra a ditadura fascista no concelho de Montemor-o-Novo [separata de Almançor sem indicação de nº e data], 1994

Grinard y Féron, David, **Sobre heroes, mártires, tumbas y hereges. Culturas militantes de los comunistas españoles (1939-1962)**, in Manuel Bueno Lluch e Sergio Galvez Biesca (Editore), *Nosotros los Comunistas*, Sevilha, FIM/Atrapasueños, 2009

Godinho, Paula

Memórias da resistência rural no sul. Couço (1958-1962), Oeiras, Celta, 2001

Gomes, Joaquim

Estórias e emoções de uma vida de luta, Lisboa, Edições Avante!, 2001

Gomes, Soeiro Pereira

Obra Completa, Lisboa, Editorial Caminho, 1992

Gonçalves, Bento

Palavras necessárias, Inova, Porto, 1974

Grandmaison, Olivier Le Cour

Le mouvement de la paix pendant la guerre froide: le cas français (1948-1952), in *Communisme*, 18-19, 1988

(As) greves de 8 e 9 de Maio de 1944, Edições Avante!, Lisboa, 1979

Groppo, Bruni e Pudal, Bernard

Une réalité multiple et controversée, in *Le siècle des communismes* (Dir. de Michel Dreyfus, Bruno Groppo, Cláudio Ingerflom, Roland Lew, Claude Penetier, Bernard Pudal e Serge Wolikow), Paris, Éditions de L'Atelier, 2000

Hobsbawm, Eric

A Era dos Extremos, Lisboa, Editorial Presença, 1996

Hobsbawm, Eric

Podemos escrever a história da revolução russa? [1996], in *Da História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998

Honrado, João

Encontros clandestinos com Papiniano Carlos

www.alentejopopular.pt/pagina.asp?id=636

Guerra, João Paulo

Memória das Guerras Coloniais, Afrontamento, Porto, 1993

Kriegel, Annie

Aux origines du communisme français (1914-1920), 2 vols., Paris, La Haye, Mouton, 1964

Kriegel, Annie

Les Communistes français: essai d'ethnographie politique, Paris, Seuil, 1968.

Kriegel, Annie e Courtois, Stéphane

Eugen Fried, Le grand secret du PCF, Editions du Seuil, Paris, 1997

Kundrátová, Linda

Os contactos da oposição portuguesa anti-salazarista com a Checoslováquia entre 1933 e 1974. contribuição para o estudo das relações luso-checas. Praga, Faculdade de Letras da Universidade de Karlova, 2003

Jorge, Joaquim Pires

Com uma imensa alegria. Notas autobiográficas, Edições Avante!, Lisboa, 1984

Jorge Amaro, 40 anos de militância comunista..., in *Versus*, 5, Abril 1984,

Lara, Lúcio, (documentos e anotações de)

Um amplo movimento. Itinerário do MPLA, ed. Lúcio e Ruth Lara, Luanda, 1998 (2ª ed.)

Lazar, Marc

Maisons Rouges, Paris, Aubier, 1992

Lenine, V.I.

Que Fazer?, Lisboa, Estampa, 1975

Lourenço, Gabriela; Costa, Jorge e Pena, Paulo

Grandes Planos, Âncora, Lisboa, 2001

Machaqueiro, Ricardo

Amílcar é nome de gente

in *Expresso-R*, 16 de Março de 1996

Madeira, João

Os Engenheiros de Almas. Os Intelectuais e o Partido Comunista, Lisboa, Estampa, 1996

[Madeira, João], J.M. **Imprensa Comunista** in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, I, s.l., Círculo de Leitores, 1996

Madeira, João (introdução, recolha, fixação de texto, organização e notas), **Manuel João da Palma Carlos: “uma advocacia indomável e indomada”**, s.l., [1996], dact.

Madeira, João

A greve de 1947 nos estaleiros navais de Lisboa: o fim de um ciclo, in *Arquivos da Memória*, 3, Outono-Inverno de 1997, pp 67-83

Madeira, João

O PCP e a validade universal da experiência soviética, in *História*, Nova série, 2, Maio de 1998, p. 17-27

Madeira, João

Manuel Serra: Salazar esteve a ponto de cair,

in *História*, III série, 43, Março de 2002

Madeira, João

O PCP e a questão colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957), in *Estudos do Século XX*, 3,

2003

Madeira, João

Bolchevização, funcionários clandestinos e identidade no PCP

In *Revista de História das Ideias*, vol. 25, 2004

Madeira, João (coordenação de); Pimentel, Irene F.; Farinha, Luís
Vítimas de Salazar, Lisboa, esfera dos Livros, 2007

Madeira, João

Os novos remexedores da História, in *Batalha pelo Conteúdo*, Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo, 2007

Madeira, João

António Borges Coelho, militante, historiador, homem de causas e utopias, in *António Borges Coelho. Procurar a luz para ver as sombras*, Vila Franca de Xira, CM/MNR, 2010

Magro, José

Cartas da prisão, Lisboa, Edições Avante!, 1975

Magro, José

Cartas da Clandestinidade, Lisboa, Edições Avante!, 2007

Manya, Judith

Le Parti Communiste Portugais et la question coloniale (1921-1974), Thèse de doctorat en Science politique, Bordéus, CEAN, 2004

Manta, L.H.Afonso

O 18 de Janeiro de 1934 (Introdução, notas e selecção) Assírio & Alvim, Lisboa, 1975

Manta, L.H.Afonso

A Frente Popular Antifascista em Portugal, Assirio & Alvim, Lisboa, 1976

Marcou, Lilly,

Le Kominform, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977

Marques, A.H. de Oliveira

Dicionário de Maçonaria Portuguesa, Vol. I e II , Delta, Lisboa, 1986

Marques, J.A. Silva

Relatos da clandestinidade – O PCP visto por dentro, Ed. Jornal Expresso, Lisboa, 1976

Martins, Susana

A reorganização do II Movimento Socialista na Oposição ao Estado Novo (1953-1974), , FCSH/UNL, Lisboa, 2001, cicl., [Dissertação de Mestrado]

Martins, Susana

Os socialistas na oposição ao Estado Novo, Lisboa, Casa das Letras, 2005

Mateus, Dalila Cabrita

A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC, Lisboa, Inquérito, 1999

Melo, Rose Nery Nobre de

Mulheres Portuguesas na Resistência, Seara Nova, Lisboa, 1975

Miguel, Francisco

Uma vida na Revolução, A Opinião, Porto, 1977

Miguel, Francisco

Das prisões à liberdade (texto organizado por Fernando Correia), Edições Avante!, Lisboa, 1986

Mouga, Fernando

Janela da memória, Famalicão, ed. Autor, 1996

Milhazes, José

O começo de uma grande amizade, in *Público* de 3.10.94

Moura, Virgínia

Mulher de Abril. Álbum de memórias, Ed. Avante!, Lisboa, 1996

Narciso, Raimundo

ARA. Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000

Neves, José

Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no século XX, Lisboa, Tinta da China, 2008

Nogueira, Franco

Salazar, As Grandes crises (1936-1945), III, Liv. Civilização, Porto, 1986

Nogueira, Franco,

Salazar, O Ataque (1945-1958), IV, Liv. Civilização Editora, Porto, 1986

Nolte, Ernst

La guerre civil européenne. 1917-1945, Paris, Éditions des Syrtes, 2000

Notes de l'entretien du Cam. I,V, Staline avec le secrétaire général du C.C. du Parti communiste français le camarade Thorez, in *Communisme*, 45-46, 1996

João Arsénio Nunes, **Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)**, in *Análise Social*, 67-68, 1981

Nunes, João Arsénio

A formação da estratégia antifascista (1929-1935), in *História*, (nova série), 17, Fevereiro de 1996

Nunes, João Arsénio

La Formation de la Stratégie Antifasciste du Parti Communiste Portugais, 1926-1935, in Mikhail Narinsky e Jürgen Rojahn (Edited by) *Centre na Periphery. The*

History of the Comintern in the Light of New Documents, Amsterdam, International Institute of Social History, 1996

Nunes, João Arsénio

O Camarada René e a Juventude Comunista no princípio dos anos 30, in António Dias Farinha, José Nunes Carreira e Vítor Serrão (Coordenação de), *Uma Vida em História. Estudos em Homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Editorial Caminho, 2001

Oliveira, César de

O primeiro congresso do Partido Comunista Português, Seara Nova, Lisboa, 1975

Oliveira, César

Os anos decisivos, Editorial Presença, Lisboa, 1993

Oliveira, César

Rádios Clandestinas, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (Direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, II s.l., Círculo de Leitores, 1996

Oliveira, Gilberto de

Memória viva do Tarrafal, Edições Avante!, Lisboa, 1987, p. 169

Pacheco, Carlos

MPLA, um nascimento polémico, Vega, Lisboa, 1997

Partido Comunista Português

60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria. 1921-1981, Edições Avante!, Lisboa, 1982

Patriarca, Maria de Fátima

O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47), in *Análise Social*, 99, 1987, pp 914-915

(O) PCP e a Juventude, in Legião Portuguesa, Direcção dos Serviços Culturais da Junta Central, Boletim de Informação (Actividades Comunistas), 13, fascículo 1, Lisboa, 1956

Pedro, Manuel

Sonhos de poeta, vida de revolucionário, Lisboa, Edições Avante!, 2004

Pennetier, Claude; Pudal, Bernard

Autobiographies, autocritiques, aveux dans le monde communiste, Paris, Belin, 2002

Pennetier, Claude; Pudal, Bernard

Le PCF, le stalinisme et l'invention des cadres 1930-1939

In **Cultures Communistes en XXe siècle**, Paris, La Dispute, 2003

Perdigão, Rui

O PCP visto por dentro e por fora, Lisboa, Fragmentos, 1988

Perdigão, Rui

Testemunho sobre a Rádio Portugal Livre, in *Estudos sobre o Comunismo*, 1, Setembro-Dezembro de 1983

Pereira, Ana Cristina Clímaco

L'Éxil portugais en France et en Espagne. 1927-1940, Thèse pour le doctorat de l'Université de Paris VII (Denis Diderot), mention Sciences Occidentales, Paris, GHSS, 1988

Pereira, José Pacheco

Enxofre, in <http://alvarocunhalbio.blogspot.com/2006/01/jos-pacheco-pereira-enxofre.html>, s.d.

Pereira, José Pacheco

Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917
Convergência, Porto, 1971

Pereira, José Pacheco

O primeiro ano de vida do Partido Comunista Português, in *História* [1ª série], 47, Setembro de 1982

Pereira, José Pacheco

Intervenção de “António” na XII Reunião Plenária da Internacional Comunista (Introdução), in *Estudos sobre o Comunismo*, 0, Julho de 1983

Pereira, José Pacheco

As primeiras séries do Avante! clandestino, in *Estudos sobre o Comunismo*, 0, Julho de 1983

Pereira, José Pacheco e Rosas, Fernando

Apontamentos duma entrevista com Firminiano Cansado Gonçalves, in *Estudos sobre o Comunismo*, 0, Julho de 1983

Pereira, José Pacheco

Acta da Conferência do PCP de Abril de 1929 (Introdução e notas), in *Estudos sobre o comunismo*, 2, Janeiro-Abril de 1984

Pereira, José Pacheco

O PCP: um partido do passado presente - uma interpretação, in *Revista de Ciência Política*, 5, 1987

Pereira, José Pacheco

A sombra. Estudo sobre a clandestinidade comunista, Lisboa, Gradiva, 1993

Pereira, José Pacheco

Álvaro Cunhal. Uma biografia política, 1. 1913-1941. «Daniel», o jovem revolucionário; Lisboa, Temas e Debates, 1999

Pereira, José Pacheco

Álvaro Cunhal. **Uma biografia política, 2. 1941-1949. «Duarte», o dirigente clandestino**; Lisboa, Temas e Debates, 2001

Pereira, José Pacheco

Álvaro Cunhal. **Uma biografia política, 3. 1949-1960. O Prisioneiro**; Lisboa, Temas e Debates, 2005

Pereira, José Pacheco

“O um dividiu-se em dois”. Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65), Lisboa, Aletheia, 2008

Pimentel, Irene Flunser

A história da PIDE, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007

Pinheiro, Patrícia McGowan

Misérias do exílio, Alpiarça, Contra-Regra, 1998

Pinto, José Manuel Milhazes

O PCP e o PCUS no pós-guerra. Reatamento de uma longa amizade, in *História*, (nova série), 8, Maio de 1995, pp 53

Pinto, José Manuel Milhazes,

Quando a Internacional Comunista cortou com o PCP

in *História*, (Nova série), 17, Fevereiro de 1996

Pita, António Pedro

A imprensa coimbrã na génese do neo-realismo

in *Vértice*, 428-429, Janeiro-Fevereiro de 1980

Pita, António Pedro

A Recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses (1930-1941), Oficina do CES, 12, Coimbra, 1989

Presos Políticos no Regime Fascista 1932-1935, PCM/CLNRF, Lisboa, 1981

Presos Políticos no Regime Fascista 1936-1939, II, PCM/CLNRF, Lisboa, 1982

Presos Políticos no Regime Fascista 1940-1945, III, PCM/CLNRF, Lisboa, 1984

Presos Políticos no Regime Fascista 1946-1948, IV, PCM/CLNRF, Lisboa, 1985

Presos Políticos no Regime Fascista 1949-1951, V, PCM/CLNRF, Lisboa, 1987

Presos Políticos no Regime Fascista, VI, 1952-1960, PCM/CLNRF, Lisboa, 1988,

Problemas coloniais, in *Vértice*, 55, Março de 1948, pp 173-174

Programa do Partido Comunista Português, 3ª edição, Edições Avante!, Lisboa, 1974

Quintela, João G.P.

Para a história do movimento comunista em Portugal: 1. A construção do Partido (1º Período 1919-1929), Afrontamento, Porto, 1976

Raby, David L.

O problema da Unidade Anti-Fascista: o PCP e a candidatura do General Humberto Delgado em 1958, in *Análise Social*, 72-74, 1982

Raby, David L.

A crise ideológica da Oposição: o PCP de 1949 a 1957, in *O Estado Novo das Origens ao fim da Autarcia*, II, Lisboa, Fragmentos, 1987

Raby, Dawn Linda

A resistência anti-fascista em Portugal 1941/74, Lisboa, Salamandra, 1990

Raby, Dawn Linda

A oposição no exílio e a guerra colonial, in *Vértice*, II série, 58, Janeiro/Fevereiro de 1994

Raby, Dawn Linda

Portuguese Exile Politics: The “Frente Patriótica de Libertação Nacional”. 1962-1973, in *Luso-Brazilian Review*, vol. 31:1, 1994

Raby, D. L.

O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo, in *Penélope*, 16, 1995, pp 63-86

Raposo, Eduardo

Domingos Carvalho; o Alentejo, a Liberdade e a Literatura, in *Memória Alentejana*, 8, Primavera de 2003

Real, Luís Neves

A obra de investigação empreendida recentemente pelo Prof. Ruy Luis Gomes no domínio das Matemáticas, in www.mat.uc.pt/~jaimecs/rlg

Ribeiro, Joaquim

Prisioneiro no Tarrafal, A Opinião, Porto, 1976

Ribeiro, Sérgio

50 anos de economia e militância, Lisboa, Edições Avante!, 2008

Ricardo, José [Lino Lima]

Romanceiro do povo miúdo. Memórias e confissões. Ed. Avante!, Lisboa, 1991

Ricciardi, Giovanni

Soeiro Pereira Gomes, Uma biografia literária, Caminho, Lisboa

Riva, Valério

Oro da Mosca, Milão, Óscar Storia/Mondarori, 2002

Rivenc, Jean-Pierre, **Lutte pour la paix et mouvement de la paix 1939-1956. Staline « L’homme de la Paix »**, in *Communisme*, 18-19, 1988

Rocha, Francisco Canais

Convergência de socialistas e comunistas na I República (1921-1926), in *Vértice*, Nova Série, 56, Setembro-Outubro de 1993

Rocha, Pedro

Escrito com Paixão, Caminho, Lisboa, 1991

Rodrigues, Edgar

Deus Vermelho, s.e., Porto, 1978

Rodrigues, Elói

As Juventudes Comunistas (1921-1936), in *Vértice*, II série, 50, Setembro-Outubro de 1992

Rodrigues, Francisco Martins

Elementos para a História do Movimento Operário Português, s.l., s.e., s.d.

Rodrigues, Francisco Martins

Os meus trabalhos prisionais, in *PREC*, 1, Outubro de 2006

Rodrigues, Francisco Martins

Os anos do silêncio, Lisboa, Dinossauro e Abrente Editora, 2008

Rodrigues, Francisco Martins

História de uma vida, Lisboa, Dinossauro e Abrente Editora, 2009

Rodrigues, Miguel Urbano

O tempo e o espaço em que vivi. I – Procurando um caminho, Porto, Campo das Letras, 2002

Rodrigues, Miguel Urbano

O tempo e o espaço em que vivi. II – Revolução e Contra-revolução na América Latina, Campo das Letras, Porto, 2004

Rojahn, Jurgen

A matter of perspective: some remarks on the periodization of the history of the Communist International, in *Center and Periphery*, IISH, Amsterdão, 1996, pp 35-45

Rosas, Fernando

O PCP e a II Guerra Mundial, in *Estudos sobre o comunismo*, 0, Julho de 1983

Rosas, Fernando

Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945), Estampa, Lisboa, 1990

Rosas, Fernando (Direcção de)

História de Portugal, Sétimo Volume, O Estado Novo, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994

Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão (Direcção de)

Dicionário de História do Estado Novo, II Vol, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996

Rosas, Fernando

Salazarismo e Fomento Económico, Editorial Notícias, Lisboa, 2000

Rosas, Fernando e Oliveira, Pedro Aires de (Coordenação de)

A transição falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974), Lisboa, Editoria Notícias, 2004;

Rosas, Fernando (Direcção de); Pimentel, Irene F.; Madeira, João; Farinha, Luís, Rezola, Maria Inácia

Tribunais Políticos, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009

Russell, Miguel Wager

Recordações dos tempos difíceis, Edições Avante!, Lisboa, 1976

Sabino, Amadeu Lopes; Sousa, Joge de Oliveira e; Morais, José; Paiva, Manuel

À espera de Godinho

Lisboa, Bizâncio, 2009

Sacavém e as suas lutas, Sacavém, Assembleia de Freguesia de Sacavém, 1991

Santamaria Yves

Un prototype toutes missions: Le Comité de Lutte Contre la Guerre dit “Amsterdam-Pleyel” (1932-1936), in *Communisme*, 18-19, 1988

Sartre, Jean-Paul

Prefácio a Antonin Liehm, *Trois Generations*, Paris, Gallimard, 1970

Serra, Jaime

Eles têm o direito de saber, edições Avante!, Lisboa, 1997 e 2004 (2ª Edição, revista e aumentada)

Serra, Paula

A minha vida em Moscovo, in *Visão*, de 10 de Novembro de 1994

Sertório, Manuel (Introdução e Notas)

Humberto Delgado. 70 cartas inéditas, Praça do Livro, Lisboa, 1978

Silva, João Ceú e

Uma longa viagem com Álvaro Cunhal, Porto, ASA, 2005

Silva, João Céu e

Rusga nacional sucede à fuga de Peniche

in *Diário de Notícias*, de 3 de Janeiro de 2010

Silva, José

Memórias de um operário, 2º vol., Convergência, Porto, 1971

Silva, Manuel da

30 anos de vida na clandestinidade, Lisboa, edições Avante!, 1996

Simões, J. Santos

Braga. Grito de liberdade. História possível de meio século de resistência, Braga, Governo Civil de Braga, 1999

Soares, Mário

Portugal Amordaçado, Arcádia, s.l., 1974

Soeiro, Humberto (organização e selecção de textos)

Intervenção Política, Porto, Inova, 1973

Sousa, Fernando de

Intervenção, in *Estrela Vermelha*, 18, Agosto de 1975

Soulet, Jean-François

Histoire comparée des États communistes de 1945 à nos jours, Paris, Armand Collin, 1999

Stalin J.

Los fundamentos del Leninismo, Pekin, Ediciones en lenguas extranjeras, 1972

Tarrafal. Testemunhos, Caminho, Lisboa, 1978

Telo, António José

Decadência e queda da I República Portuguesa, 2 vols., A Regra do Jogo, Lisboa, 1980 e 1984

Tengarrinha, José

Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo, in *Revista de História das Ideias*, 16, 1994

Tengarrinha, Margarida

Quadros da Memória, Edições Avante!, Lisboa, 2004

Trindade, Luís

O Espírito do Diabo, Porto, Campo das Letras, 2004

Tobella, Joan Estruch

El PCE en la clandestinidad 1939-1956, Madrid, Siglo XXI, 1982

(A) unidade em 1944/49. Uma experiência acutal, in *Revolução Popular*, 5, Julho de 1965, *Edição Completa 1964-65* (fac-simile), Lisboa, Voz do povo, s.d.

Valério, Nuno

O Banco de Portugal, banco central privado. 1931-1974, in www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1321/1/nv_1996.pdf

Ventura, António

Bento Gonçalves, Escritos (1927-1930), (Recolha, Introdução e Notas), Seara Nova, Lisboa, 1976

Ventura, António

Documentos sobre uma tentativa de contacto entre o Bureau Político do PCP (Júlio Fogaça) e a I.C. em 1941, (introdução e notas), in *Estudos sobre o Comunismo*, 1, Setembro-Dezembro de 1983

Ventura, António

As primeiras lições da jornada de 18 de Janeiro (Notas e Introdução), in *Estudos sobre o comunismo*, 2, Janeiro-Abril de 1984

Ventura, Cândida

O “Socialismo” que eu vivi, Ed. O Jornal, Lisboa, 1984

(A) Vida de José Stáline, Lisboa, Edições bandeira vermelha, 1978

Vilaça, Alberto

De memória em punho, Coimbra, Minerva, 1992

Vilaça, Alberto

O Núcleo de Trabalhadores Intelectuais do PCP em 1931-32, in *Vértice*, 70, Janeiro-
Fevereiro de 1996

Vilaça, Alberto

Para a história remota do PCP em Coimbra 1921-1946, Edições Avante!, Lisboa,
1997

Vilaça, Alberto

O MUD Juvenil em Coimbra. História e estórias, Porto, O Campo das Letras, 1998

Vilaça Alberto

Bento de Jesus Caraça Militante integral do ser humano, Campo das Letras, Porto,
1999

Vilaça, Alberto

Bento Gonçalves. Inéditos e testemunhos (Introdução, recolha e bibliografia), Edições
Avante!, Lisboa, 2003

Werth, Nicolas

Communisme: L'heure du bilan, in *L'Histoire*, 217, Janeiro de 1988

Werth, Nicolas

Histoire d'un "pré-rapport secret", in *Communisme*, 67-68, 2001, pp 9-38

(The) Witnesses Jozsef Peter, in <http://homepages.nyu/~th15/peters.html>

Zetkin, Clara

Lenin on the women's question

in <http://www.marxists.org/archive/zetkin/1920/Lenin/Zetkin1.htm>